



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2982

Terça-feira - 19 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agrolândia	3	Cordilheira Alta	561	Lages	1138
Agronômica	4	Coronel Martins	566	Laguna	1141
Água Doce	6	Correia Pinto	567	Lebon Regis	1148
Águas de Chapecó	7	Corupá	569	Leoberto Leal	1149
Águas Frias	8	Cunha Porã	578	Lindóia do Sul	1150
Alfredo Wagner	9	Cunhataí	580	Lontras	1156
Alto Bela Vista	10	Curitibanos	581	Luiz Alves	1157
Anchieta	11	Dionísio Cerqueira	584	Luzerna	1160
Angelina	27	Doutor Pedrinho	590	Mafra	1166
Anitápolis	114	Entre Rios	639	Maracajá	1167
Antônio Carlos	115	Ermo	641	Maravilha	1217
Apiuna	136	Erval Velho	642	Marema	1219
Arabutã	166	Formosa do Sul	644	Massaranduba	1223
Arroio Trinta	168	Forquilha	646	Matos Costa	1228
Ascurra	169	Fraiburgo	648	Modelo	1230
Aurora	173	Galvão	656	Mondaí	1233
Balneário Arroio do Silva	177	Garopaba	663	Morro da Fumaça	1236
Balneário Gaivota	181	Garuva	674	Navegantes	1239
Balneário Piçarras	182	Gaspar	676	Nova Erechim	1248
Balneário Rincão	185	Governador Celso Ramos	690	Nova Itaberaba	1250
Bandeirante	207	Grão Pará	693	Nova Trento	1258
Barra Bonita	237	Gravatal	719	Nova Veneza	1267
Barra Velha	242	Guaraciaba	720	Novo Horizonte	1271
Bela Vista do Toldo	245	Guaramirim	727	Orleans	1272
Benedito Novo	246	Guarujá do Sul	729	Otacílio Costa	1281
Biguaçu	248	Guatambú	731	Ouro	1282
Blumenau	249	Herval d'Oeste	733	Palhoça	1283
Bom Jardim da Serra	275	Ibiam	744	Palma Sola	1284
Bom Jesus do Oeste	277	Ibicaré	745	Palmitos	1291
Botuvera	278	Ibirama	751	Paraíso	1292
Braço do Trombudo	280	Ilhota	752	Paulo Lopes	1293
Brunópolis	283	Imbituba	754	Penha	1295
Brusque	284	Indaial	762	Peritiba	1314
Caçador	312	Iomerê	763	Pescaria Brava	1318
Camboriú	320	Ipira	770	Pinheiro Preto	1344
Campo Alegre	322	Iporã do Oeste	771	Piratuba	1349
Campo Erê	386	Ipuacú	777	Planalto Alegre	1355
Campos Novos	387	Ipumirim	779	Pomerode	1382
Canelinha	392	Iraceminha	785	Ponte Alta do Norte	1391
Canoinhas	395	Itá	787	Ponte Serrada	1392
Capinzal	444	Itapema	798	Porto Belo	1394
Catanduvas	445	Itapiranga	806	Porto União	1403
Caxambu do Sul	463	Itapoá	840	Pouso Redondo	1410
Celso Ramos	464	Ituporanga	845	Praia Grande	1411
Cerro Negro	465	Jaborá	852	Presidente Castello Branco	1414
Chapadão do Lageado	466	Jacinto Machado	854	Presidente Getúlio	1416
Chapecó	467	Jaraguá do Sul	855	Presidente Nereu	1497
Cocal do Sul	469	Joaçaba	1123	Princesa	1523
Concórdia	473	Jupiá	1137	Quilombo	1557

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2982

Terça-feira - 19 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Rancho Queimado.....	1561	São João do Sul	1693	Três Barras	1880
Rio do Campo	1564	São Joaquim	1696	Treviso	1882
Rio do Oeste.....	1565	São José.....	1697	Treze de Maio	1885
Rio do Sul.....	1567	São José do Cedro.....	1707	Treze Tílias	1886
Rio Negrinho.....	1587	São Lourenço do Oeste.....	1737	Tunápolis	1887
Romelândia.....	1619	São Miguel da Boa Vista	1745	Turvo	1889
Salto Veloso	1621	São Miguel do Oeste.....	1747	União do Oeste	1890
Santa Cecília	1624	Saudades.....	1748	Urubici	1891
Santa Terezinha do Progresso	1625	Schroeder	1753	Urussanga	1898
Santiago do Sul.....	1629	Seara	1769	Vargeão.....	1900
Santo Amaro da Imperatriz	1631	Serra Alta	1778	Vargem	1901
São Bento do Sul.....	1645	Siderópolis.....	1782	Vargem Bonita	1903
São Bernardino	1646	Sombrio.....	1813	Videira.....	1905
São Bonifácio.....	1666	Sul Brasil	1814	Vitor Meireles.....	1951
São Domingos.....	1667	Tangará	1819	Xanxerê.....	1958
São Francisco do Sul.....	1668	Tigrinhos	1820	Xavantina	1973
São João Batista.....	1687	Tijucas	1823	Xaxim.....	1975
São João do Oeste	1691	Timbó	1874		

Associações

AMAI.....	1976	AMOSC.....	1977
AMAVI.....	1976	AMURES	1977

Consórcios

CIGA	1979
CIMVI.....	1980
CINCATARINA	1984
CIS/AMOSC.....	1984
CIS/AMURES.....	1987
CIS/AMVI	1987
CISAM	2020
CISAMREC	2021
CIMGEPA.....	2024
CONDER.....	2037



Agrolândia

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 005/2019

Publicação Nº 2228445

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2019, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a criação de Comissão de Avaliação do Patrimônio da Câmara Municipal de Agrolândia, e dá outras providências.

Rodrigo Biancati, Presidente da Câmara de Vereadores de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Avaliação do Patrimônio da Câmara Municipal de Agrolândia, na qual os Servidores da Câmara Municipal: Franciana Kandionara Will, Antonio Salésio Costa e Monica Maria dos Santos Pereira, farão parte.

Parágrafo único – A Presidência da equipe será eleita através de eleição direta entre os membros que integram a presente Comissão de Avaliação do Patrimônio da Câmara Municipal de Agrolândia.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto Legislativo, correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Emil Jansen

Agrolândia, em 19 de novembro de 2019.

Rodrigo Biancati

Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia

RESOLUÇÃO 033

Publicação Nº 2228442

RESOLUÇÃO N.º 033, de 19 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a participação no V Simpósio Brasileiro dos Municípios, que se realizará na cidade de Florianópolis, nos dias 19 à 22 de novembro de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber a todos os habitantes, que os Vereadores aprovaram e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º A Câmara Municipal será representada no V Simpósio Brasileiro dos Municípios, que se realizará na cidade de Florianópolis, nos dias 19 à 22 de novembro de 2019.

Parágrafo Único – Aqueles que forem autorizados a participar do Evento de que trata o caput deste Artigo, deverão se entender diretamente com a organização, sobre assuntos pertinentes ao evento, obrigando-se a defender, na ocasião oportuna, os interesses do Município que representa.

Art. 2º Os participantes após regresso apresentarão relatório escrito com suas conclusões sobre os principais assuntos, especialmente sobre os objetivos do Encontro e Viagem.

Art. 3º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta das verbas próprias do Orçamento vigente.

Parágrafo Único – Havendo impedimento ou impossibilidade de participação dos participantes, estes arcarão com qualquer despesa decorrente de inscrição no Evento, transferência e/ou cancelamento das passagens aéreas, bem como das reservas em hotel.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Emil Jansen

Agrolândia em 19 de novembro de 2019.

Rodrigo Biancati

Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia

Agrônômica

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO 048/2019

Publicação Nº 2229976

Prefeitura Municipal de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2019

PREGAO PRESENCIAL Nº PR48/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CARGOS TEMPORÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AGRONOMICA

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 29/11/2019 às 09:00h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agrônômica-Santa Catarina, 19 de novembro de 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito em Exercício

Nº 088/2019

Publicação Nº 2229640

DECRETO N.º 088/2019 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019.

Remaneja dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, no orçamento vigente do Município de Agrônômica.

O Prefeito do Município de Agrônômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

-O disposto no Art. 10º, I - da Lei nº. 1.136/2018 de 06 de dezembro de 2018, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, obedecido o disposto no Art. 43º desta mesma Lei;

- Que o Inciso II do Artigo 10º da Lei nº. 1.136/2018, autoriza a utilizar anulação de saldos de dotações orçamentárias;

-Que a dotação nº. 97 do Fundo Municipal de Saúde, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), na seguinte modalidade de aplicação e dotação abaixo especificada:

Órgão :	9000	Fundo Municipal de Saúde
Unidade.....:	9002	Fundo Municipal de Saúde
Atividade:	10.301.0025.2.39	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo
Recursos :	138	PAB Fixo
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (97) : 10.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º, por conta da anulação da seguinte modalidade de aplicação e dotação abaixo especificada:

Órgão :	9000	Fundo Municipal de Saúde
Unidade.....:	9002	Fundo Municipal de Saúde
Atividade:	10.301.0025.2.39	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo
Recursos :	138	PAB Fixo
Modalidade.:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (86) : 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 19 de novembro de 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Nº 489/2019

Publicação Nº 2230001

PORTARIA Nº 489/2019 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando que para o desenvolvimento das atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao disposto no Estatuto Dos Servidores Públicos Municipais e o Plano de Carreira,

Considerando o disposto no Art. 98, item III, alínea "A" da lei complementar Nº 01/90 de 31/10/90 e conforme requerimento protocolado nesta municipalidade, robustecido por certidão de casamento da servidora municipal Sra. SCHARLENE DA SILVA, matrícula Nº 994, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA e lotação no departamento de Educação,

RESOLVE:

1-) Ficam concedidos 5 (cinco) dias de ausência do serviço, sem prejuízo, em virtude de seu casamento a Sra. SCHARLENE DA SILVA, matrícula Nº 994, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA e lotação no departamento de Educação, a partir de 18/11/2019 até 22/11/2019. O referido casamento foi celebrado em 16/11/2019.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

298/2019

Publicação Nº 2230326

PORTARIA Nº 298/2019 – DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

“PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 76, §1º da Lei Complementar nº 081/2013;

Resolve:

Artigo 1º. Prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos da Portaria nº 256, de 16 de setembro de 2019, para apuração dos fatos apontados no Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2019, em todos os seus termos.

Art. 2º Os procedimentos processuais disciplinados deverão obedecer à Lei Complementar Municipal n. 081/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de novembro de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

299/2019

Publicação Nº 2230329

PORTARIA Nº 299/2019 – DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora CLAUDETE APARECIDA DE ASSIS, inscrita no CPF nº 908.059.929-87, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, no período de 18/11/2019 até 02/12/2019, referente ao período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de novembro de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

Águas de Chapecó

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº81/2019 -PREGÃO PRESENCIAL Nº44/2019-CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto DE SISTEMA RODANTE DO EQUIPAMENTO TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D51X, ANO 2014.

Publicação Nº 2230731

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação. Nº.81/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº:44/2019

Tipo: Menor preço por lote.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto DE SISTEMA RODANTE DO EQUIPAMENTO TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D51X, ANO 2014.

Credenciamento e Entrega de Envelopes: até as 14:00 horas do dia 04 de dezembro de 2019.

ABERTURA: As 14:15 horas do dia 04 de dezembro de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00 as 17:00hrs.www.aguasdechapeco.sc.gov.br,emailcompras@aguasdechapeco.sc.gov.br ou INFORMAÇÕES pelo fone (0**49) 3339.0855.

ÁGUAS DE CHAPECÓ (SC), 18 de novembro de 2019.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

PREFEITO MUNICIPAL

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº 292/2019

Publicação Nº 2230159

DECRETO Nº 292/2019

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO CONTRATUAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial o Processo Seletivo Edital nº 05/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido a pedido a contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, da Servidora Pública Municipal Nilva Capeli Luzzi, ocupante do cargo público de Professora de Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, com carga horária de 30:00 (trinta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada na Lei Complementar Municipal nº 23/2010.

Art. 2º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 18 de novembro de 2019.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

Alfredo Wagner

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO 01-2019

Publicação Nº 2229913



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ, PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO WAGNER, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a RETIFICAÇÃO 01/2019 ao Edital de Concurso Público 01/2019, conforme segue:

RETIFICAÇÃO 01/2019

Por este instrumento, retifica-se o valor dos salários dos cargo de assistente administrativo, engenheiro civil, psicólogo e veterinário, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

ANEXO I						
QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA.						
CARGO	VAGAS		PROVA	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VENCIMENTO R\$
	AC	PCD				
Assistente Administrativo	01 +CR	--	Objetiva	40	Ensino Médio Completo	1.128,51
Engenheiro Civil	CR	--	Objetiva	40	Ensino superior completo no curso de Engenharia Civil ou Arquitetura e registro no CREA	2.665,50
Psicólogo	01	--	Objetiva	40	Ensino superior completo, e registro no Conselho Regional de Psicologia.	2.984,91
Veterinário	CR	--	Objetiva	44	Ensino Superior e registro no órgão da classe	2.984,91

LEIA-SE:

ANEXO I						
QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA.						
CARGO	VAGAS		PROVA	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VENCIMENTO R\$
	AC	PCD				
Assistente Administrativo	01 +CR	--	Objetiva	40	Ensino Médio Completo	1.175,57
Engenheiro Civil	CR	--	Objetiva	40	Ensino superior completo no curso de Engenharia Civil ou Arquitetura e registro no CREA	2.776,15
Psicólogo	01	--	Objetiva	40	Ensino superior completo, e registro no Conselho Regional de Psicologia.	2.776,15
Veterinário	CR	--	Objetiva	44	Ensino Superior e registro no órgão da classe	2.776,15

Os demais itens permanecem inalterados.

Alfredo Wagner, 18 de novembro de 2019

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ
Prefeito Municipal

1



Alto Bela Vista

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS 008/2019

Publicação Nº 2230764

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DAS DOCUMENTAÇÕES, PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS, REFERENTE A LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019. OBJETO: Contratação de empresa para atuar no planejamento e desenvolvimento de projetos, programas e ações, junto aos profissionais do CRAS, Proteção Especial de Média e Alta Complexidade (Família Acolhedora) e Gestão, da Gerência Municipal de Assistência Social.

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 2.907/2019, membros, o Sr. Marcelo Contessotto, o Sr. Alguerth Heris Rollwagen, Sra. Jacqueline Milena de Borba Weirich e Sra. Rosiane Gracieli Ernzen, com a finalidade de efetuar a abertura dos Envelopes nº 01, 02 e 03 – Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Propostas de Preços da licitação em epígrafe. Protocolaram envelopes para participar do certame as empresas: PRATICAS ASSESSORIA LTDA, IRACI DE ANDRADE ME e a microempresária individual NEUZA MOSCON SUZANA. Aberta a sessão pública, foram rubricados pelos membros da comissão os Envelopes 01 – Documentação, os Envelopes 02 proposta técnica e os envelopes 03 Proposta Preço, verificando-se que todas as licitantes protocolaram os envelopes dentro do prazo estipulado nos subitens 1.2 e 1.3 do edital. Após isso, procedeu-se a abertura dos Envelopes 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, constatando-se que tanto a empresa PRATICAS ASSESSORIA LTDA ME, quanto a Microempreendedora Individual NEUZA MOSCON SUZANA, apresentaram CND FGTS com data de validade expirada, porém, com fulcro no Subitem 8.4.1 do edital, foram provisoriamente consideradas HABILITADAS, assim como a empresa IRACI DE ANDRADE ME, que apresentou toda a documentação em conformidade às exigências do edital. Como todas as empresas apresentaram termo de renúncia do direito de interpor recursos quanto à fase de habitação, deu-se sequência ao certame com a abertura dos envelopes 02, Proposta Técnica. A Microempreendedora Individual NEUZA MOSCON SUZANA, embora tenha apresentado declaração de indicação de Profissional habilitado para execução do objeto, não apresentou o Currículo exigido no subitem 6.2.1, tendo, portanto, sua proposta técnica considerada INVÁLIDA. As demais licitantes apresentaram a proposta técnica em conformidade ao edital, e após consulta ao corpo técnico da Assistência Social de Alto Bela Vista, foi apurado o seguinte resultado: IRACI DE ANDRADE ME, apresentou 33 atestados de capacidade técnica válidos, que conferiram à licitante 200 (duzentos) pontos, somados a estes, 85 (oitenta e cinco) pontos referentes à Qualificação Profissional da técnica designada, obtendo, portanto o resultado de 285 (duzentos e oitenta e cinco) pontos na fase de Proposta Técnica. A empresa PRATICAS ASSESSORIA LTDA ME, apresentou nove atestados de capacidade técnica, porém apenas três deles faziam referência à profissional Técnica Designada. O somatório dos 20 pontos, referentes à comprovação de experiência, aos 50 (cinquenta) pontos de Qualificação Profissional, resultou num total de 70 (setenta) pontos. Novamente, ante apresentação de termo de renúncia ao direito de interposição de recurso pelas duas empresas remanescentes do certame, seguiu-se a abertura dos envelopes 03, que continham as Propostas de Preço, cujo teor apurado é o seguinte: IRACI DE ANDRADE ME apresentou proposta fixada em R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais) que a deixou na segunda colocação desta fase do certame. A empresa PRATICAS ASSESSORIA LTDA ME apresentou proposta de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais), ficando na primeira colocação desta fase. Por terem sido consideradas válidas as propostas, foi dado continuidade à sessão, passando nesse momento à realização do cálculo apresentado no Subitem 9.4 do instrumento convocatório, tendo sido apurado o resultado que segue: na segunda colocação a empresa PRATICAS ASSESSORIA LTDA ME com 135 (cento e trinta e cinco) pontos, e IRACI DE ANDRADE ME 237,5 (duzentos e trinta e sete vírgula cinco) pontos, sangrou-se a VENCEDORA do certame. Ambas as empresas através de declaração renunciaram ao direito de interposição de recurso da fase de julgamento da Proposta de Preço. De acordo com a previsão editalícia, fica aberto o prazo de 07(sete) dias corridos automaticamente prorrogáveis por igual período a contar da publicação desta ata para que, havendo interesse, a segunda colocada PRATICAS ASSESSORIA LTDA ME, protocole a Certidão Negativa de débitos FGTS. Deixada a palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

MARCELO CONTESSOTTO Membro da CPL	JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH Membro CPL
ALGUERTH HERIS ROLLWAGEN Membro CPL	ROSIANE GRACIELI ERNZEN Membro CPL

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATO 044/2019-PM

Publicação Nº 2229945


Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Anchieta
CONTRATO 044/2019

Aquisição de Veículo

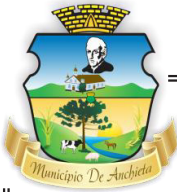
O **MUNICÍPIO DE ANCHIETA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Av. Anchieta, nº 838, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.687/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **IVAN JOSÉ CANCI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF: 625.835.909-44, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **PGL COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, sito na Av. Presidente Castelo Branco, 237 – Sala 04 - Jardim Castelo Branco, cidade de Ribeirão Preto/SP, CEP: 14090-495, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.509.342/0001-00, neste ato representada pela Responsável Legal da Empresa a Senhora **DANIELA ANTONELI DA SILVA**, empresária, brasileira, casada, maior, residente e domiciliada na Rua Anibal Vercesi, Distrito de Bonfim Paulista, nº 500, casa 117, Condomínio Topázio, CEP: 14110-000 na cidade de Ribeirão Preto/SP, portadora do CPF sob nº 288.712.538-92 – RG 27.588.465-X SSP/SP, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/93 e legislação pertinente, nos termos do **Processo Licitatório nº 068/2019 Pregão Presencial nº 044/2019** e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO, E DESCRIÇÃO:

1.1. Constitui objeto do presente consiste na: **Aquisição de veículo automotor novo, para ser utilizado no transporte escolar do município de Anchieta/SC. Recursos do Salário Educação**, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	VEÍCULO DE TRANSPORTE ESCOLAR, O KM, NOVO, ANO/MODELO MÍNIMO 2019, CARACTERÍSTICA FÍSICA: TETO ALTO NO MÍNIMO 1,89 MT DE ALTURA, MOTORIZAÇÃO DE NO MÍNIMO 130 CV, TRAÇÃO 4 x 2, TIPO DE COMBUSTÍVEL (DIESEL), CÂMBIO MANUAL DE 6 MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, TIPO DIREÇÃO HIDRÁULICA, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMO DE 3.300 MM, COMPRIMENTO NO MÍNIMO DE 5,90 MT, TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO DE 75 LITROS, COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 15 PASSAGEIROS, COM AR CONDICIONADO, BANCOS RECLINÁVEIS/BIPARTIDOS, FREIO ABS, NA COR BRANCA, AIRBAG DUPLO, GARANTIA MÍNIMA 12 MESES, ATENDENDO A RESOLUÇÃO CONTRAN 316/09. OBS: CONFORME PROPOSTA APRESENTADA NO CERTAME. RENAULT MASTER L3H2.	147.000,00	147.000,00
					147.000,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta – SC
 Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:**

2.1. A CONTRATADA compromete-se, com relação ao disposto na cláusula primeira, entregar o objeto licitado, rigorosamente dentro do **prazo de no máximo de 30 (trinta) dias**, após solicitação através de ordem de compra, nos locais discriminados na ordem de compra, de segunda a sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, na Prefeitura Municipal de Anchieta, devendo ser expedida a nota fiscal, na execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

3.1. Fazem parte deste contrato, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital de Pregão Presencial 044/2019-PM, Homologação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO:

4.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor **Total da Proposta de R\$ 147.000,00 (Cento e Quarenta e Sete Mil Reais)**, correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

Parágrafo único: O objeto licitado não poderá sofrer reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, até o 30º dia do mês subsequente ao da entrega do objeto, e mediante apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Primeiro – Pago com recursos do Salário Educação.

Parágrafo Segundo - Caso as datas estipuladas nesta Cláusula, ocorram em dia sem expediente na Prefeitura o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.2. O índice aplicável caso ocorra atrasos no pagamento é aquela utilizada pelo município URFM, para a sua atualização.

5.3. O pagamento será efetuado na **conta bancária** especificada pela licitante na proposta comercial, que deverá ser **expressa no corpo da nota fiscal** ou outro documento anexo a esta.

5.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

5.4.1. A nota fiscal/fatura deve conter no campo Informações Complementares:

Processo Licitatório: nº. 068/2019.

Pregão Presencial: nº. 044/2019.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

6.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano corrente de 2019.

Despesa: 193 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P/ TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSI

Órgão: 5 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Unidade: 2 - ENSINO FUNDAMENTAL

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 8 - ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto/Atividade: 1.032 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO P/ TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSI

Elemento: 44905248000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 1115 - Transferencia FNDE - Salario Educação - Superavit **R\$: 147.000,00****CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS E PENALIDADES:**

7.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, a critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 10 (dez) dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantida defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quarto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo quinto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

Parágrafo sexto - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORÇA MAIOR:

8.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido à força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

- 9.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 9.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;
- 9.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- 9.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1. A empresa vencedora obriga-se a:

- 10.1.1 - Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 10.1.2 - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município de Anchieta e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.
- 10.1.3 - Entregar o objeto licitado, rigorosamente dentro do prazo de no máximo de 30 (trinta) dias, após solicitação através de ordem de compra, nos locais discriminados na ordem de compra, de segunda a sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, na Prefeitura Municipal de Anchieta, devendo ser expedida a nota fiscal.
- 10.1.4 - Arcar com quaisquer despesas com frete e de carga e descarga para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;
- 10.1.5 - Os produtos entregues com características diferentes da especificação técnica, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.
- 10.1.6 - A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo I ou superior.
- 10.1.7 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 10.1.8 - Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE.
- 10.1.9 - Fornecer, no ato de entrega, todos os documentos relativos ao veículo, como manuais de operação e certificados de garantia;
- 10.1.10 - Garantir a qualidade técnica do objeto oferecidos, comprometendo-se a fornecer informações técnicas necessárias à sua utilização, bem como as peças de reposição necessárias à manutenção durante o período de garantia, sem nenhum ônus para o Município de Anchieta, desde que tal manutenção decorra de vícios ao produto.
- 10.1.11 - Proceder às revisões periódicas do veículo, conforme especificado no manual do fabricante, durante o período de garantia do mesmo, de forma gratuita para o município.
- 10.1.12 - Garantia mínima de 12 (doze) sem limite de quilometragem.
- 10.1.13 - A empresa vencedora deverá fornecer treinamento sobre o funcionamento e noções de manutenção preventiva e corretiva do veículo a ser adquirido.
- 10.1.14 - A licitante deverá disponibilizar assistência técnica 24hrs.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- 11.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

11.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula "5" desta Minuta de Contrato.

11.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto nesta minuta de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Este contrato e o Edital de Pregão Presencial 044/2019 - PM e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Anchieta/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

14.1. O objeto do presente contrato tem vigência até 31/12/2019, a contar da assinatura do termo contratual.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Anchieta/SC, 18 de Novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal
CPF: 625.835.909-44
CONTRATANTE

DANIELA ANTONELI DA SILVA
Representante Legal da Empresa
CPF: 288.712.538-92
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

IDENES M. F. SCHENA
CPF: 034.116.669-35

NERI WILBRANTZ
CPF: 853.985.199-72

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 - Anchieta - SC
Fone (0xx49) 3653-3200 Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br

DECRETO Nº 210/2019

Publicação Nº 2230100

DECRETO Nº 210/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA LEILOEIRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Anchieta, no Estado de Santa Catarina, de acordo com as prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre normas de Licitações e Contratos, que em seu artigo 22, § 5º prevê que o leilão será a modalidade de licitação cabível para a venda de bens móveis inservíveis ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados,

CONSIDERANDO ainda que, a figura do leiloeiro está disposta no artigo 53, caput, do Estatuto Federal Licitatório;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado como leiloeiro no âmbito da Administração Municipal Direta, o servidor Neri Wilbrantz, RG nº 3.103.514.

§ 1º A servidora Idenes Maria Fiorentin Schena, RG nº 4.675.252 desempenhará as funções de leiloeiro nos eventuais impedimentos do titular da função.

§ 2º Excepcionalmente, e em caso de eventual necessidade, as autarquias e fundações do Município poderão utilizar os serviços do leiloeiro designado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta/SC, 18 de novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 211/2019 - HOMOLOGA RESULTADO PROVA PRÁTICA PS 003/2019

Publicação Nº 2230403

DECRETO Nº 211/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS PRÁTICAS DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos) das provas práticas referente ao Edital de Processo Seletivo n. 003/2019 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

MOTORISTA (CNH CATEGORIA D)				
Nº	Insc.	Candidato	Nota	Classificação
1	68	Allan Diego Vidori	4,40	Classificado
2	37	Daniel Alves Da Cruz	4,50	Classificado
3	45	João Adilson Pessoa Da Silva	4,80	Classificado
4	21	Maurício Camara Bonamigo	4,40	Classificado
5	41	Jacir Fernando Canalle	Faltante	Desclassificado

OPERADOR II (CNH CATEGORIA C)				
Nº	Insc.	Candidato	Nota	Classificação
1	129	Mauricio Pandolfo	-	Desclassificado
2	42	Ubiratan Carlos Pereira	-	Desclassificado
3	72	Eroni Becker	Faltante	Desclassificado

Art. 2º. São considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 1,00 (um ponto) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três pontos), na Prova Prática.

Art. 3º. A interposição de recursos deverá ser realizada na forma prevista no item 10 do já citado edital, no período de 19 e 20 de Novembro de 2019, pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 18 de Novembro de 2.019.

Ivan José Canci

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – www.dom.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

GABARITO PRELIMINAR - CMDCA EDITAL ELEIÇÃO SUPLEMENTAR CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 2230415

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO CMDCA/2019

GABARITO PRELIMINAR – Antes dos recursos

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Anchieta - SC, Ione Teresinha Presotto torna público aos interessados, o Gabarito Preliminar – Antes dos recursos, conforme segue:

Conselheiro Tutelar				
	Tipo de Prova			
	1	2	3	4
1	C	D	A	B
2	C	D	A	B
3	A	B	C	D
4	D	A	B	C
5	A	B	C	D
6	D	A	B	C
7	B	C	D	A
8	D	A	B	C
9	C	D	A	B
10	C	D	A	B
11	B	C	D	A
12	A	B	C	D
13	D	A	B	C
14	A	B	C	D
15	B	C	D	A
16	A	B	C	D
17	C	D	A	B
18	B	C	D	A
19	D	A	B	C
20	A	B	C	D

Anchieta – SC, 18 de Novembro de 2019.

Ione Teresinha Presotto

Presidente do CMDCA

GABARITO PRELIMINAR CONCURSO PÚBLICO N. 002/2019

Publicação Nº 2230406

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019**GABARITO PRELIMINAR – Antes dos recursos**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Sr. Ivan José Canci, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO aos interessados, o Gabarito Preliminar – Antes dos recursos, conforme segue:

Educador Físico					Fisioterapeuta				
	Tipo de Prova					Tipo de Prova			
	1	2	3	4		1	2	3	4
1	A	B	C	D	1	D	A	B	C
2	A	B	C	D	2	A	B	C	D
3	B	C	D	A	3	C	D	A	B
4	D	A	B	C	4	B	C	D	A
5	C	D	A	B	5	A	B	C	D
6	D	A	B	C	6	D	A	B	C
7	A	B	C	D	7	A	B	C	D
8	C	D	A	B	8	B	C	D	A
9	C	D	A	B	9	A	B	C	D
10	B	C	D	A	10	A	B	C	D
11	C	D	A	B	11	B	C	D	A
12	C	D	A	B	12	C	D	A	B
13	B	C	D	A	13	B	C	D	A
14	B	C	D	A	14	C	D	A	B
15	A	B	C	D	15	D	A	B	C
16	B	C	D	A	16	A	B	C	D
17	D	A	B	C	17	D	A	B	C
18	B	C	D	A	18	C	D	A	B
19	C	D	A	B	19	B	C	D	A
20	A	B	C	D	20	D	A	B	C
21	C	D	A	B	21	C	D	A	B
22	A	B	C	D	22	A	B	C	D
23	B	C	D	A	23	B	C	D	A
24	C	D	A	B	24	C	D	A	B
25	A	B	C	D	25	A	B	C	D
26	C	D	A	B	26	C	D	A	B
27	A	B	C	D	27	A	B	C	D
28	C	D	A	B	28	C	D	A	B
29	B	C	D	A	29	B	C	D	A
30	A	B	C	D	30	A	B	C	D
31	A	B	C	D	31	A	B	C	D
32	D	A	B	C	32	D	A	B	C
33	C	D	A	B	33	C	D	A	B
34	A	B	C	D	34	A	B	C	D
35	A	B	C	D	35	A	B	C	D

Nutricionista					Psicólogo				
	Tipo de Prova					Tipo de Prova			
	1	2	3	4		1	2	3	4
1	A	B	C	D	1	C	D	A	B
2	D	A	B	C	2	B	C	D	A
3	C	D	A	B	3	A	B	C	D
4	B	C	D	A	4	D	A	B	C
5	D	A	B	C	5	A	B	C	D
6	A	B	C	D	6	D	A	B	C
7	C	D	A	B	7	B	C	D	A

8	B	C	D	A		8	B	C	D	A
9	C	D	A	B		9	C	D	A	B
10	A	B	C	D		10	D	A	B	C
11	D	A	B	C		11	C	D	A	B
12	B	C	D	A		12	B	C	D	A
13	C	D	A	B		13	B	C	D	A
14	B	C	D	A		14	D	A	B	C
15	D	A	B	C		15	A	B	C	D
16	A	B	C	D		16	C	D	A	B
17	C	D	A	B		17	D	A	B	C
18	B	C	D	A		18	A	B	C	D
19	A	B	C	D		19	C	D	A	B
20	D	A	B	C		20	D	A	B	C
21	C	D	A	B		21	C	D	A	B
22	A	B	C	D		22	A	B	C	D
23	B	C	D	A		23	B	C	D	A
24	C	D	A	B		24	C	D	A	B
25	A	B	C	D		25	A	B	C	D
26	C	D	A	B		26	C	D	A	B
27	A	B	C	D		27	A	B	C	D
28	C	D	A	B		28	C	D	A	B
29	B	C	D	A		29	B	C	D	A
30	A	B	C	D		30	A	B	C	D
31	A	B	C	D		31	A	B	C	D
32	D	A	B	C		32	D	A	B	C
33	C	D	A	B		33	C	D	A	B
34	A	B	C	D		34	A	B	C	D
35	A	B	C	D		35	A	B	C	D

Anchieta – SC, 18 de Novembro de 2019.

Ivan José Canci

Prefeito Municipal

GABARITO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO N. 003/2019

Publicação Nº 2230404

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019

GABARITO PRELIMINAR – Antes dos recursos

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Sr. Ivan José Canci, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO aos interessados, o Gabarito Preliminar – Antes dos recursos, conforme segue:

Monitor de Creche					Auxiliar de Serviços Gerais				
	Tipo de Prova					Tipo de Prova			
	1	2	3	4		1	2	3	4
1	C	D	A	B	1	B	C	D	A
2	C	D	A	B	2	A	B	C	D
3	B	C	D	A	3	C	D	A	B
4	C	D	A	B	4	C	D	A	B
5	A	B	C	D	5	A	B	C	D
6	D	A	B	C	6	A	B	C	D
7	C	D	A	B	7	A	B	C	D
8	B	C	D	A	8	C	D	A	B
9	D	A	B	C	9	C	D	A	B
10	C	D	A	B	10	B	C	D	A
11	A	B	C	D	11	A	B	C	D

12	C	D	A	B		12	C	D	A	B
13	B	C	D	A		13	A	B	C	D
14	D	A	B	C		14	C	D	A	B
15	B	C	D	A		15	A	B	C	D
16	A	B	C	D		16	B	C	D	A
17	D	A	B	C		17	B	C	D	A
18	A	B	C	D		18	C	D	A	B
19	A	B	C	D		19	D	A	B	C
20	D	A	B	C		20	A	B	C	D

Motorista (CNH Categoria D)					Operador II (CNH Categoria C)				
	Tipo de Prova					Tipo de Prova			
	1	2	3	4		1	2	4	
1	D	A	B	C		1	B	C	D
2	B	C	D	A		2	B	C	D
3	A	B	C	D		3	A	B	C
4	C	D	A	B		4	B	C	D
5	B	C	D	A		5	A	B	C
6	B	C	D	A		6	A	B	C
7	D	A	B	C		7	D	A	B
8	A	B	C	D		8	D	A	B
9	D	A	B	C		9	D	A	B
10	C	D	A	B		10	A	B	C
11	B	C	D	A		11	A	B	C
12	A	B	C	D		12	D	A	B
13	A	B	C	D		13	A	B	D
14	C	D	A	B		14	C	D	B
15	A	B	C	D		15	A	B	D
16	B	C	D	A		16	B	C	A
17	B	C	D	A		17	B	C	A
18	C	D	A	B		18	C	D	B
19	D	A	B	C		19	D	A	C
20	A	B	C	D		20	A	B	D

Agente Comunitário de Saúde				Professor de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano - Habilitado e Não Habilitado					
	Tipo de Prova				Tipo de Prova				
	1	3	4		1	2	3	4	
1	A	B	C		1	A	B	C	D
2	B	C	D		2	B	C	D	A
3	C	D	A		3	D	A	B	C
4	A	B	C		4	C	D	A	B
5	A	B	C		5	C	D	A	B
6	D	A	B		6	D	A	B	C
7	B	C	D		7	B	C	D	A
8	D	A	B		8	D	A	B	C
9	B	C	D		9	A	B	C	D
10	A	B	C		10	A	B	C	D
11	B	C	D		11	C	D	A	B
12	A	B	C		12	A	B	C	D
13	A	C	D		13	A	B	C	D
14	C	A	B		14	D	A	B	C

15	A	C	D		15	C	D	A	B
16	B	D	A		16	D	A	B	C
17	B	D	A		17	D	A	B	C
18	C	A	B		18	B	C	D	A
19	D	B	C		19	D	A	B	C
20	A	C	D		20	A	B	C	D

Professor de Artes - Habilitado e Não Habilitado					Professor de Educação Física - Habilitado e Não Habilitado				
	Tipo de Prova					Tipo de Prova			
	1	2	3	4		1	2	3	4
1	C	D	A	B	1	D	A	B	C
2	A	B	C	D	2	A	B	C	D
3	C	D	A	B	3	C	D	A	B
4	D	A	B	C	4	B	C	D	A
5	C	D	A	B	5	D	A	B	C
6	B	C	D	A	6	A	B	C	D
7	B	C	D	A	7	C	D	A	B
8	C	D	A	B	8	C	D	A	B
9	C	D	A	B	9	A	B	C	D
10	D	C	D	A	10	C	D	A	B
11	C	D	A	B	11	A	B	C	D
12	A	B	C	D	12	C	D	A	B
13	A	B	C	D	13	A	B	C	D
14	D	A	B	C	14	D	A	B	C
15	C	D	A	B	15	C	D	A	B
16	D	A	B	C	16	D	A	B	C
17	D	A	B	C	17	D	A	B	C
18	B	C	D	A	18	B	C	D	A
19	D	A	B	C	19	D	A	B	C
20	A	B	C	D	20	A	B	C	D

Professor de Educação Infantil - Habilitado e Não Habilitado					Professor de Ciências - Habilitado e Não Habilitado			Professor de Geografia - Habilitado e Não Habilitado		
	Tipo de Prova					Tipo de Prova			Tipo de Prova	
	1	2	3	4		2	3		2	3
1	D	A	B	C	1	C	D	1	A	B
2	A	B	C	D	2	D	A	2	D	A
3	A	B	C	D	3	B	C	3	D	A
4	C	D	A	B	4	A	B	4	B	C
5	A	B	C	D	5	C	D	5	C	D
6	B	C	D	A	6	D	A	6	C	D
7	D	A	B	C	7	A	B	7	A	B
8	C	D	A	B	8	C	D	8	A	B
9	D	A	B	C	9	B	C	9	A	B
10	B	C	D	A	10	A	B	10	D	A
11	A	B	C	D	11	C	D	11	C	D
12	C	D	A	B	12	B	C	12	C	D
13	A	B	C	D	13	B	C	13	B	C
14	D	A	B	C	14	A	B	14	A	B
15	C	D	A	B	15	D	A	15	D	A
16	D	A	B	C	16	A	B	16	A	B
17	D	A	B	C	17	A	B	17	A	B

18	B	C	D	A		18	C	D		18	C	D
19	D	A	B	C		19	A	B		19	A	B
20	A	B	C	D		20	B	C		20	B	C

Professor de História - Habilitado e Não Habilitado		Professor de Português - Habilitado e Não Habilitado		Professor de Matemática - Habilitado e Não Habilitado		Farmacêutico	
	Tipo de Prova		Tipo de Prova		Tipo de Prova		Tipo de Prova
	4		2		1		1
1	A	1	B	1	C	1	A
2	B	2	A	2	D	2	B
3	C	3	D	3	A	3	A
4	A	4	C	4	B	4	D
5	A	5	A	5	D	5	C
6	D	6	D	6	B	6	D
7	B	7	B	7	B	7	B
8	A	8	D	8	D	8	B
9	B	9	C	9	C	9	C
10	D	10	A	10	A	10	D
11	B	11	C	11	C	11	B
12	C	12	D	12	A	12	C
13	D	13	B	13	A	13	A
14	C	14	A	14	D	14	D
15	B	15	D	15	C	15	C
16	C	16	A	16	D	16	D
17	C	17	A	17	D	17	D
18	A	18	C	18	B	18	B
19	C	19	A	19	D	19	D
20	D	20	B	20	A	20	A

Anchieta – SC, 18 de Novembro de 2019.

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Publicação Nº 2230232

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que a empresa D Oficial Central de Publicações Legais Ltda, possui valores pendentes do Município de Anchieta/SC, estando o Município em mora com suas obrigações, considerando que o serviço prestado revela-se de suma importância; levando em conta que o pagamento desses débitos vai ao encontro do interesse público primário do Município de Anchieta/SC, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor – D Oficial Central de Publicações Legais Ltda.

Empenho nº 71.

Valor – R\$ 1.192,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Anchieta (SC), 18 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Justificativa no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão.

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Publicação Nº 2230237

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que a empresa T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda, possui valores pendentes do Município de Anchieta/SC, estando o Município em mora com suas obrigações, considerando que o serviço prestado revela-se de suma importância; levando em conta que o pagamento desses débitos vai ao encontro do interesse público primário do Município de Anchieta/SC, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor – T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda.

Empenho nº 44.

Valor – R\$ 17.625,76.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Anchieta (SC), 18 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Justificativa no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão.

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Publicação Nº 2230235

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Safra Diesel Ltda, possui valores pendentes do Município de Anchieta/SC, estando o Município em mora com suas obrigações, considerando que o serviço prestado revela-se de suma importância; levando em conta que o pagamento desses débitos vai ao encontro do interesse público primário do Município de Anchieta/SC, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor – Safra Diesel Ltda.

Empenhos - 4098, 4110, 4172 e 4280.

Valor – R\$ 10.620,00, R\$ 7.080,00, R\$ 10.620,00 e R\$ 14.160,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Anchieta (SC), 18 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Justificativa no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão.

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Publicação Nº 2230227

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Auto Posto Anchieta Ltda, possui valores pendentes do Município de Anchieta/SC, estando o Município em mora com suas obrigações, considerando que o serviço prestado revela-se de suma importância; levando em conta que o pagamento desses débitos vai ao encontro do interesse público primário do Município de Anchieta/SC, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor – Auto Posto Anchieta Ltda.

Empenhos – 76, 569, 1626, 1801, 2274, 2714, 3288, 3663, 3755, 3756, 4109, 4133, 4134, 4135 e 4143.

Valor – R\$ 50,81, R\$ 15,16, R\$ 170,86, R\$ 132,52, R\$ 194,43, R\$ 136,26, R\$ 172,86, R\$ 338,49, R\$ 656,76, R\$ 700,05, R\$ 414,30, R\$ 8.788,76, R\$ 207,40, R\$ 194,50 e R\$ 397,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Anchieta (SC), 18 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Justificativa no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão.

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Publicação Nº 2230231

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, possui valores pendentes do Município de Anchieta/SC, estando o Município em mora com suas obrigações, considerando que o serviço prestado revela-se de suma importância; levando em conta que o pagamento desses débitos vai ao encontro do interesse público primário do Município de Anchieta/SC, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor – Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Empenho nº 30.

Valor – R\$ 786,22.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Anchieta (SC), 18 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Justificativa no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão.

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Publicação Nº 2230234

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Trabalho Medicina do Trabalho Ltda, possui valores pendentes do Município de Anchieta/SC, estando o Município em mora com suas obrigações, considerando que o serviço prestado revela-se de suma importância; levando em conta que o pagamento desses débitos vai ao encontro do interesse público primário do Município de Anchieta/SC, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor – Trabalho Medicina do Trabalho Ltda.

Empenho nº 45.

Valor – R\$ 1.535,52.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Anchieta (SC), 18 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Justificativa no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão.

LEILÃO ELETRÔNICO 001/2019 - PM

Publicação Nº 2229596

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Aviso de Leilão Eletrônico 001/2019

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, em consonância com o que dispõe a Lei Federal 8.666/93 consolidada, torna público para o conhecimento dos interessados, que estará alienando, através do Processo Administrativo 090/2019 Edital de Leilão Eletrônico nº 001/2019, às 10:00 min do dia 06 de dezembro de 2019, veículos, máquinas e outros bens inservíveis desta municipalidade. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo fone: (49) 3653-3200, pelo e-mail: licitacoes@anchieta.sc.gov.br.

Disponíveis também no portal SUPERBID, no endereço: www.superbid.net

Anchieta, 18 de novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 454/2019

Publicação Nº 2229877

PORTARIA Nº 454/2019.

De, 14 de novembro de 2019

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o pedido de prorrogação para conclusão do Processo de Sindicância Administrativa, instaurado pela Portaria nº 420/2019;

RESOLVE:

Prorrogar o prazo para conclusão de Processo de Sindicância Administrativa;

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Sindicância Administrativa, instaurado pela Portaria nº 420/2019.

Art. 2º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão do processo Sindicância Administrativa instaurado pela Portaria nº 420/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA/SC.

Em, 14 de novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios

Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 455/2019

Publicação Nº 2229933

PORTARIA Nº. 455/2018

De, 18 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 50 da Lei Complementar n. 033/2011;

Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação ATI-4 para a servidora pública municipal Gilvana Maria Guerini, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 18 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Vanusa Cantu – Agente Administrativo.

PREGÃO PRESENCIAL N 019/2019 - FMS

Publicação Nº 2230694

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 019/2019

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Contratação de empresa para Prestação de Serviços Médicos nas especialidades de Plantão Médico Presencial e Acompanhamento, Assistência, Avaliação, Consultas e Procedimentos Ambulatoriais de Pacientes, a serem realizados conforme cronograma no Hospital Municipal Anchietaense/UPA, para o período de 12 meses. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 02/12/2019. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, Centro, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 18 de Novembro de 2019.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

Angelina

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 20/2013

Publicação Nº 2230493

LEI COMPLEMENTAR Nº 20/2013*DISPÕE SOBRE O NOVO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

José Nilton da Silva, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I
DO NOVO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituído por esta Lei Complementar o novo Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos detentores de cargo de provimento efetivo do Município de Angelina, vinculados à Administração Direta, mantendo-se a adoção do Regime Jurídico Estatutário, que obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1º Excepcionalmente, fica mantida a adoção da contratação de servidores em modalidade distinta, nos termos da Lei Complementar Municipal Nº 002/2009, para o desenvolvimento de atividades vinculadas aos Programas Federais.

§ 2º Fica mantida a possibilidade de contratação de servidores em caráter temporário para atender a necessidade temporária, sempre de forma excepcional, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. O Plano de Cargos constitui-se no conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos, vencimentos e desenvolvimento dos servidores públicos do Município de Angelina, vinculados à Administração Direta, e estrutura-se em um Quadro Geral de Cargos, segregado em Grupos Ocupacionais, composto por cargos existentes, e cargos novos, criados nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Plano de Cargos de que trata o *caput* deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público municipal e a valorização dos servidores.

Art. 3º. Para efeito desta Lei, considera-se:

I – Plano de Cargos: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos;

II – Quadro Geral de Cargos: o conjunto de cargos de carreira, composto por cargos existentes e cargos novos, criados nos termos desta Lei, todos pertencentes à Administração Municipal Direta;

III – Quadro de Cargos Extintos: o conjunto de cargos extintos e suas respectivas vagas;

IV – Grupo Ocupacional: é o conjunto de cargos de provimento efetivo reunidos segundo formação, escolaridade, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

V – Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades que devem ser cometidas ao servidor, observada a área de atuação e formação profissional;

VI – Lotação: é o órgão ou unidade no qual o servidor, após designado, deverá desempenhar as suas atribuições, observadas as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

VII – Padrão de Vencimento Inicial (PVI): constitui a posição do valor fixado para o vencimento inicial do cargo, alocado na Tabela de Padrões de Vencimento Inicial, identificado pelos números "I" a "17";

VIII – Referências: consiste na subdivisão dos Padrões de Vencimento, em graduação ascendente, motivada pela promoção por antiguidade (tempo de serviço funcional), observadas as disposições específicas contidas nesta Lei, no total de 09 (nove) alíneas, indicadas pelas letras "A" a "I";

IX – Remuneração: corresponde à soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens temporárias, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho, instituídas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

X – Vencimento: consiste no valor estipulado para cada cargo, observada a aplicação da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial, especificado em virtude da escolaridade e complexidade das atribuições e o posicionamento nas Referências, pela concessão de promoção por antiguidade (tempo de serviço funcional);

XI – Vencimentos: a soma do vencimento básico com as vantagens de caráter permanente, relativas ao desempenho do cargo, instituídas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º. São partes integrantes do Plano de Cargos e Vencimento:

I – Anexo I – Do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, que contém os Grupos Ocupacionais, com as respectivas cargas horárias e a fixação do Padrão de Vencimento Inicial, contendo todos os cargos existentes, permanentes e novos criados por esta Lei;

II – Anexo II – Do Quadro de Cargos Extintos, que contém os cargos e vagas extintas;

III – Anexo III – Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas;

IV – Anexo IV – Da Tabela de Cargos Novos e suas Vagas;

V – Anexo V – Do Quadro de Vagas Criadas para Cargos Existentes;

VI – Anexo VI – Da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial;

VII – Anexo VII – Da Tabela Geral de Referências para Cargos de Provimento Efetivo;

IX – Anexo VIII – Do Quadro Geral de Vagas;

X – Anexo IX – Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provedimento Efetivo.

CAPÍTULO II
DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

Art. 5º. Os cargos de provimento efetivo do serviço público municipal serão organizados em 5 (cinco) Grupos Ocupacionais, reunidos segundo a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições.

Art. 6º. Os Grupos Ocupacionais abrangendo as diversas carreiras conforme sejam especificadas as respectivas atividades, compreendem:

I – Grupo Ocupacional Especialistas – ANS – Atividades de Nível Superior;

II – Grupo Ocupacional Técnico – ANT – Atividades de Nível Técnico;

III – Grupo Ocupacional Funcional – ANM – Atividades de Nível Médio;

IV – Grupo Ocupacional Operacional I – ANFC – Atividades de Nível Fundamental Completo;

V – Grupo Ocupacional Operacional II – ANFI – Atividades de Nível Fundamental Incompleto.

§ 1º O Grupo Ocupacional Especialista – ANS – Atividades de Nível Superior congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo cujas atribuições sejam inerentes às atividades compreendidas nas áreas de administração, controle, tecnologia e ciências exatas, jurídicas, humanas e sociais, para cujo desempenho profissional é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação (nível superior) e respectiva inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional, quando houver.

§ 2º O Grupo Ocupacional Técnico – ANT – Atividades de Nível Técnico congrega as carreiras de cargo de provimento efetivo cujas atividades profissionais estejam relacionadas com a execução das atividades administrativas, operacionais e serviços diversos, para cujo desempenho é exigida a escolaridade de Nível Médio, integrado à modalidade técnica, bem como respectiva inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional, quando houver.

§ 3º O Grupo Ocupacional Funcional – ANM – Atividades de Nível Médio congrega as carreiras do cargo de provimento efetivo, cujas atividades funcionais estejam relacionadas com o desempenho de atividades administrativas, operacionais e serviços diversos, para cujo desempenho é exigida a escolaridade de Nível Médio.

§ 4º O Grupo Ocupacional Operacional I – ANFC – Atividades de Nível Fundamental Completo congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo que sejam inerentes às atividades de apoio operacional em geral, para cujo desempenho é exigida a escolaridade do Ensino Fundamental Completo.

§ 5º O Grupo Ocupacional Operacional II – ANFI – Atividades de Nível Fundamental Incompleto congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo que sejam inerentes às atividades de apoio operacional em geral, para cujo desempenho é exigida a escolaridade do Ensino Fundamental Incompleto.

Art. 7º. As atribuições dos cargos efetivos dispostos em cada um dos Grupos Ocupacionais estão definidas no Anexo IX – Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo, desta Lei.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA NORTEADORA DO PLANO DE CARGOS

Art. 8º. A política norteadora do Plano de Cargos da Administração Municipal Direta, é fundada nos princípios de flexibilidade e maximização da realização do potencial individual do servidor, e tem por objetivos:

- I – efetivar a valorização do servidor pelo reconhecimento dos esforços individuais na direção do crescimento profissional;
- II – proporcionar aos servidores pleno conhecimento das oportunidades de crescimento na carreira;
- III – estabelecer um clima organizacional participativo e de confiança mútua entre a Administração e o servidor, sobre as perspectivas de desenvolvimento profissional;
- IV – motivar e encorajar o servidor na exploração de sua capacidade em busca de maior conhecimento e desenvolvimento profissional;
- V – criar condições para o desenvolvimento e manutenção de talentos no serviço público municipal.

CAPÍTULO IV DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º. Os cargos públicos classificam-se em cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

SEÇÃO II DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 10 São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo:

- I – a aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos;
- II – a prova da nacionalidade, observado o contido no art. 12 da Constituição da República;
- III – o gozo dos direitos políticos;

- IV – a quitação com as obrigações militares, para os homens;
 - V – a quitação com as obrigações eleitorais;
 - VI – a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 - VII – o nível de escolaridade exigido por lei para o exercício do cargo;
 - VIII – a comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, mediante avaliação pericial realizada pela Junta Médica Oficial;
 - IX – declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
 - X – declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública.
- Parágrafo Único.* As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Art. 11 Os cargos de provimento efetivo, constantes do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, excluídos os cargos dos Profissionais do Magistério, nos termos desta Lei, serão preenchidos:

I – por nomeação, precedida da aprovação em concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição da República;

II – pelo enquadramento dos atuais servidores, na nova nomenclatura dos cargos constantes do Anexo III – Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas;

III – pelas demais formas de provimento, indicadas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º O provimento dos cargos efetivos no âmbito do Poder Executivo, dar-se-á, exclusivamente, por ato do Prefeito Municipal, ou por ato de preposto definido em Lei.

§ 2º O total de vagas existentes, ocupadas e em aberto para cada cargo de provimento efetivo estão contidas no Anexo VIII – Do Quadro Geral de Vagas, desta Lei.

§ 3º O conjunto de vagas novas criadas para cargos existentes está contido no Anexo V – Do Quadro de Vagas Criadas para Cargos Existentes, desta Lei.

Art. 12 Ficam extintos os cargos efetivos vagos dispostos no Anexo V – Do Quadro de Cargos Extintos e suas vagas, nos seguintes termos:

- I - Arquiteto: 01 vaga;
- II - Auxiliar Administrativo I: 15 vagas;
- III - Auxiliar Administrativo II: 10 vagas;
- IV - Assistente Administrativo I: 10 vagas;
- V - Auxiliar Agropecuário: 06 vagas;
- VI - Extencionista Rural: 04 vagas;
- VII - Auxiliar Técnico: 03 vagas;

VIII - Assistente Técnico: 03 vagas.

Art. 13 Fica autorizada a extinção do seguinte número de vagas contidas nos respectivos cargos, as quais não estão ocupadas na data da edição desta Lei:

- I - 03 vagas do cargo de Agente Administrativo Auxiliar;
- II - 03 vagas do cargo de Agente Auxiliar de Saúde Pública;
- III - 04 vagas de Agente de Saúde Pública;
- IV - 04 vagas do cargo de Auxiliar Contábil e Financeiro I;
- V - 02 vagas do cargo de Auxiliar Contábil e Financeiro II;
- VI - 02 vagas do cargo de Auxiliar Contábil e Financeiro III.

Art. 14 Fica homologada e reconhecida à existência de 25 (vinte e cinco) vagas ocupadas do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação I, 07 (sete) vagas do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação II e 22 (vinte e duas) vagas de Motorista.

Art. 15 Fica autorizada a criação de:

- I - 05 (cinco) vagas para o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação I;
- II - 03 (três) vagas para o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação II;
- III - 02 (duas) vagas para o cargo de Motorista.

Art. 16 É proibida a prestação de serviços gratuitos, ressalvadas, no entanto, as seguintes modalidades:

- I - a participação em comissões ou grupos de trabalho para elaboração de estudos ou projetos de interesse da comunidade;
- II - o exercício do trabalho voluntário, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, de acordo com o, expressamente, definido na Lei Federal Nº 9.608, de 18/02/98.

SEÇÃO III DOS CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO

Art. 17 Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo.

§ 1º As quantidades, denominações e fixação dos subsídios dos cargos de provimento comissionado, são os constantes das leis de estrutura administrativa do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.

§ 2º Os cargos de provimento em comissão serão preenchidos, preferencialmente, por servidores detentores de cargos de provimento efetivo.

SEÇÃO IV DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 18 Para operacionalizar a realização do concurso público a Administração Municipal deverá observar as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos e quanto à participação das pessoas portadoras de deficiência, as disposições contidas nos artigos 19 a 24 desta Lei.

Parágrafo único. O Edital do Concurso deverá obrigatoriamente prever que o candidato possua pleno conhecimento do disposto nesta Lei, especialmente no tocante às disposições relativas ao deferimento das promoções por antiguidade.

Art. 19 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição em concurso público para provimento de cargo efetivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

Art. 20 Consideram-se deficiências aquelas definidas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que constituam inferioridade que implique grau acentuado de dificuldade para a integração social.

Art. 21 Os editais de abertura de concurso público deverão reservar às pessoas portadoras de deficiência até cinco por cento das vagas por cargo nele oferecidas, ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso.

Parágrafo único. Na definição do número de vagas decorrente da aplicação do percentual à que se refere o *caput*, utilizar-se-á arredondamento para o número inteiro imediatamente superior à fração decimal obtida.

Art. 22 Os editais de abertura de concursos deverão explicitar as condições para a inscrição das pessoas portadoras de deficiência e indicar onde poderão obter a lista de atribuições do cargo para o qual pretendam se inscrever.

§ 1º Por ocasião da inscrição o candidato deficiente deverá declarar que conhece os termos do edital e que é portador de deficiência para fins de reserva de vaga.

§ 2º A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo pelo portador de deficiência é impeditiva à inscrição no concurso.

§ 3º Não impede a inscrição ou o exercício do cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico.

Art. 23 A pessoa portadora de deficiência deverá submeter-se à avaliação com o objetivo de ser verificada a compatibilidade ou não da deficiência de que é portadora com o exercício do cargo que pretende ocupar.

Parágrafo único. A avaliação de que trata o *caput* deverá ser realizada por equipe multidisciplinar designada no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, antes da homologação da inscrição pretendida.

Art. 24 Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

CAPÍTULO V

DAS CARREIRAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 25 O ingresso na Carreira dar-se-á no Padrão Inicial de Vencimento do cargo para o qual o servidor foi concursado, nomeado e empossado, nos termos dos procedimentos definidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

SEÇÃO II

DOS PADRÕES INICIAIS DE VENCIMENTO

Art. 26 O Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Angelina é constituído de 17 (dezesete) Padrões Iniciais de Vencimento, cujo valor pecuniário é fixado na forma do Anexo VI, desta Lei.

Parágrafo único. Ressalvadas as decorrentes da aplicação do Plano de Cargos, são inadmissíveis desigualdades de vencimento em face de adoção de critérios de admissão baseados em sexo, idade, cor, estado civil ou credo religioso.

Art. 27 Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais, importância inferior ao piso municipal dos servidores públicos municipais, em vigor.

§ 1º Fica vedada a fixação do piso municipal dos servidores em valor inferior ao salário mínimo nacional.

§ 2º Os vencimentos dos ocupantes de cargos são irredutíveis, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 37 da Constituição da República e na legislação vigente.

§ 3º Os servidores inativos, detentores de paridade nos termos da Constituição da República, não devem receber a título de proventos, importância inferior ao piso municipal fixado para os servidores municipais ativos.

§ 4º A disposição do § 3º deste artigo é estendida aos pensionistas da mesma condição.

§ 5º O valor do vencimento dos servidores públicos somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica.

§ 6º O valor fixado para o Padrão de Vencimento Inicial de número “1”, contido no Anexo VI desta Lei, corresponderá ao valor fixado para o piso municipal dos servidores da Administração Direta, para jornadas de 40 (quarenta) horas semanais, excluídos os profissionais do magistério municipal.

Art. 28 A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

- I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
- II - os requisitos para a investidura;
- III - as peculiaridades dos cargos.

Art. 29 Nenhum servidor, ativo ou inativo, poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração ou provento, importância superior à soma dos valores percebidos como subsídio pelo Prefeito Municipal.

§ 1º Exclui-se do limite de remuneração ou provento, no que couber, a importância percebida a título de:

- I - salário-família;
- II - gratificação natalina;
- III - 1/3 constitucional de férias;
- IV - diárias;
- V - serviços extraordinários.

§ 2º É vedada à vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público municipal.

Art. 30 Não será pago ao servidor:

- I - a remuneração dos dias em que tiver faltas injustificadas ao serviço;
- II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, ocorridas sem a autorização da chefia imediata;
- III - os vencimentos do cargo efetivo quando nomeado para o cargo em comissão, ressalvado o direito de opção, sem prejuízo de eventual gratificação, enquanto na sua permanência, na forma desta lei;
- IV - a remuneração por comprovação à acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas, observado o disposto na Constituição da República;
- V - a remuneração quando do exercício de mandato eletivo remunerado, federal, estadual ou municipal, havendo incompatibilidade de horários, ressalvada a possibilidade de opção.

§ 1º O servidor terá 48 (quarenta e oito) horas para justificar sua ausência ao trabalho, ultrapassado tal período será registrado em seu assentamento funcional a falta injustificada, com sua respectiva repercussão.

§ 2.º Os períodos computados como atrasos, ausências e saídas antecipadas, serão somados mensalmente, e seu valor registrado em minutos, para posterior desconto, incluindo-se o repouso semanal remunerado.

Art. 31 Fica autorizada a alteração do padrão de vencimento inicial dos cargos já existentes e/ou aglutinados, observada as indicações contidas nos Anexos I e III, desta Lei.

Parágrafo único. O valor fixado para o vencimento comporta o pagamento do repouso semanal remunerado.

SEÇÃO III DAS REFERÊNCIAS

Art. 31 Cada Padrão de Vencimento é subdividido em 9 (nove) Referências, correspondentes às letras "A" a "I", alocadas horizontalmente, conforme Anexo VII desta Lei.

Parágrafo único. As Referências são utilizadas exclusivamente para a operacionalização da promoção por antiguidade, indicada no art. 32 e seguintes desta Lei.

SEÇÃO IV DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

Art. 32 Os servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo, terão desenvolvimento na Carreira, sob as condições expressas definidas no Estatuto dos Servidores Públicos, e nesta Lei, sob a modalidade promoção por antiguidade.

Art. 33 A promoção por antiguidade consiste na passagem do servidor de um padrão de Referência para o imediatamente superior, acrescido em 6% (seis por cento).

§ 1.º A promoção indicada no *caput* se dará automaticamente, para o servidor municipal efetivo e estável, a cada período aquisitivo de apuração de 06 (seis) anos completos de efetivo exercício, observada a disposição do art. 35 desta Lei.

§ 2.º A data de início do cálculo do primeiro período aquisitivo fixado no § 1.º deste artigo, para os servidores efetivos vinculados à Administração Municipal, na data de início de vigência desta Lei, é a data registrada nos assentos funcionais como data da posse no cargo que ocupam na posição de 31/12/2013.

Art. 34 A promoção por antiguidade é composta de 09 (nove) Referências, contidas em cada cargo, nos termos da Tabela que compõe o Anexo VII, desta Lei.

Parágrafo único. Em cada promoção por antiguidade o servidor não poderá ascender mais de uma Referência.

Art. 35 O período aquisitivo de apuração indicado no § 1º do art. 33 será suspenso, quando o servidor:

I - gozar licença sem a percepção de remuneração, em qualquer de suas modalidades;

II - gozar licença remuneradas:

- a) para tratamento de saúde, por período consecutivo superior a 60 (sessenta) dias;
- b) qualquer outra licença remunerada em período superior a 03 (três) meses consecutivos, excetuada a disposição contida na alínea "a" deste artigo, a licença concedida para o cumprimento do mandato de dirigente do Sindicato dos Servidores Municipais e a Licença Maternidade;

III - licenciar-se para prover cargo comissionado em outra unidade da Federação.

§ 1º O servidor que suspender o período aquisitivo de apuração da progressão contida nesta Subseção, nos termos do *caput* deste artigo:

I - terá o tempo de serviço funcional laborado antes do gozo da licença computado para efeito de formação do período aquisitivo de apuração;

II - deverá laborar pelo período remanescente após o retorno da licença, a fim de totalizar o período aquisitivo de apuração indicado no § 1º do art. 33 desta Lei.

§ 2º O período de gozo de férias será computado para efeito da composição do período aquisitivo de apuração da progressão contida nesta Subseção.

§ 3º A disposição do inciso II, alínea "a" do *caput* deste artigo não se aplica às licenças concedidas pela ocorrência de acidente em serviço devidamente registrado nos assentos funcionais.

Art. 36 O período em que o servidor efetivo exerça nesta condição cargo comissionado ou função de confiança perante a Administração Municipal, será computado automaticamente para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão por antiguidade, constante do § 1º do artigo 33 desta Lei.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos servidores detentores de cargo de provimento efetivo que sejam nomeados para exercer o cargo de Secretário Municipal.

Art. 37 O período em que o servidor estiver removido, cedido, com ou sem ônus para a origem, às unidades da Administração Federal e Estadual será computado para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão por antiguidade.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* aos servidores do Quadro da Administração Municipal Direta que estiverem à disposição do Poder Legislativo do Município de Angelina.

Art. 38 O servidor que sofrer as penalidades administrativas de advertência ou suspensão perderá, para efeito de concessão da promoção por antiguidade, todo o período aquisitivo adquirido até a data de aplicação da pena.

Parágrafo único. O novo período aquisitivo de apuração da progressão por antiguidade iniciará no primeiro dia útil seguinte ao término do cumprimento da pena.

Art. 39 Aos que ingressarem no serviço público municipal após a edição desta Lei ou para aqueles que já se encontrarem provendo cargos efetivos e que optarem pela nomeação e exercício em novo cargo de provimento efetivo, após aprovação em concurso público, fica estabelecido que, para efeito da implementação e pagamento da promoção por antiguidade:

I - o cômputo do primeiro período aquisitivo de apuração de seis anos de efetivo exercício, iniciará-se à partir da data de início do exercício no novo cargo que ensejar o pagamento da promoção;

II - o pagamento se dará, automaticamente, a partir do mês em que completar o período aquisitivo de apuração indicado no § 1º do art. 33 desta Lei;

III - fica vedado o aproveitamento de qualquer tempo de serviço público anterior, exercido sob qualquer natureza e em qualquer unidade da Federação, incluído o laborado no Município de Angelina.

Art. 40 Os servidores efetivos que na data de sancionamento desta Lei já possuírem períodos aquisitivos completos para a percepção da promoção por antiguidade, serão enquadrados na forma do art. 41 e seguintes desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito da ocorrência da primeira progressão por antiguidade, dos servidores indicados no caput, a ser concedida nos termos desta Lei, fixa-se que os interstícios necessários têm início a partir do enquadramento do servidor no Plano de Cargos e Vencimentos.

CAPÍTULO VI
DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO
Seção I
Do Enquadramento dos Servidores Ativos

Art. 41 Os atuais servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Poder Executivo serão, a partir de 01/01/2014, automaticamente posicionados e enquadrados nos cargos contidos no Anexo I desta Lei, na Referência correspondente ao tempo de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo ocupado na posição de 31 de dezembro de 2013.

Art. 42 O tempo de efetivo exercício reconhecido para efeitos do enquadramento compreende a data de início do exercício no cargo de provimento efetivo ocupado e 31/12/2013, observada a aplicação dos parágrafos deste artigo, da seguinte forma:

I - até seis anos, na Referência "A";

- II - mais de seis anos e até doze anos, na Referência "B";
- III - mais de doze anos e até dezoito anos, na Referência "C";
- IV - mais de dezoito anos e até vinte e quatro anos, na Referência "D";
- V - mais de vinte e quatro anos e até trinta anos, na Referência "E";
- VI - mais de trinta anos e até trinta e seis anos, na Referência "F";
- VII - mais de trinta e seis anos e até quarenta e dois anos, na Referência "G";
- VIII - mais de quarenta e dois anos e até quarenta e oito anos, na Referência "H";
- IX - mais de quarenta e oito, na Referência "I".

§ 1º O servidor que na data de edição desta Lei ocupa cargo de provimento efetivo e que tenha se utilizado do art. 5º da Lei Nº 568/90 poderá computar para efeito de enquadramento nas Referências o período de natureza celetista, imediatamente anterior à adoção do Regime Jurídico Único pelo Município de Angelina.

§ 2º A disposição contida nos § 1º deste artigo apenas poderá ser adotada caso o tempo de serviço do servidor perante o Poder Executivo do Município de Angelina tenha se dado de forma ininterrupta e no exercício das mesmas atribuições funcionais.

§ 3º O servidor ocupante de cargo com regime estatutário que foi recepcionado pelo Regime Jurídico Único instaurado pela Lei Nº 568/90 e que na data de edição desta Lei se encontra provendo o mesmo cargo efetivo de forma ininterrupta, perante o Poder Executivo do Município de Angelina, poderá computar para efeito de enquadramento nas Referências, todo o período nesta condição.

§ 4º Os seguintes períodos laborados frente ao Município de Angelina não serão computados para efeito de enquadramento:

- I - os laborados na condição de servidor temporário;
- II - os laborados exclusivamente na condição de servidor comissionado ou agente político;
- III - os laborados em cargo de provimento efetivo distinto do previsto na posição de 31 de dezembro de 2013, ressalvadas as disposições dos § 1º a § 3º deste artigo.

Art. 43 Na hipótese do enquadramento indicado no art. 41 desta Lei resultar em vencimento inferior ao percebido na posição de 31/12/2013, o servidor será enquadrado na Referência correspondente ao vencimento igual ou imediatamente superior.

Parágrafo único. A apuração do vencimento, para efeito de enquadramento, deve se dar após a aplicação do índice de revisão geral, disposto no art. 57, inciso I desta Lei, sobre o vencimento de dezembro de 2013.

Art. 44 Na hipótese do vencimento percebido pelo servidor na posição de 31/12/2013 ser superior a Referência "I" correspondente ao cargo de provimento efetivo, ser-lhe-á garantida à percepção deste vencimento, acrescido da concessão da revisão geral anual, fixada nos termos do art. 57, inciso I desta Lei.

Parágrafo único. Aos servidores que se mantiverem posicionados fora da última Referência de seu cargo, será assegurada, a partir de 01/01/2015 o pagamento dos índices de revisão geral e reajustes conferidos aos demais servidores.

Art. 45 O ocupante de cargo de provimento efetivo que se encontre em licença sem remuneração apenas será enquadrado quando reassumir o exercício de seu cargo.

Art. 46 Os atos de enquadramento dos atuais servidores para o Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, contido no Anexo I com o reconhecimento da progressão por antiguidade automática, nos termos do artigo 41 desta Lei, serão expedidos por ato do Prefeito Municipal ou preposto legalmente reconhecido.

Parágrafo único. Os atos de enquadramento, quando coletivos, serão expedidos por meio de Portaria, sob a forma de listas nominais, estabelecido o início da vigência para 01/01/2014.

Art. 47 O servidor poderá requerer ao Prefeito Municipal a revisão do seu enquadramento, em decorrência de erro, omissão ou outro assemelhado, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação das listas nominais de enquadramento ou dos atos de enquadramento individual, mediante petição fundamentada.

§ 1º O Prefeito Municipal, decidirá sobre o pedido no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de protocolização da petição.

§ 2º Em caso de provimento do pedido de revisão, os efeitos da decisão retroagirão à data de início da vigência do enquadramento.

Seção II

Do Enquadramento dos Servidores Inativos

Art. 48 Fica assegurado o enquadramento dos aposentados, nos novos padrões de vencimento fixados por esta Lei, cujos benefícios foram concedidos na hipótese prevista nos artigos 3º e 6º da Emenda Constitucional Nº 41/2003 e do art. 3º da Emenda Constitucional Nº 47/2005, de acordo com o cargo em que foi concedido o benefício.

Parágrafo único. Aos servidores inativos e aos pensionistas, sem paridade, conforme disposição constitucional, fica assegurado até o julgamento final da ADI 4582 pelo STF, apenas a aplicação dos índices de revisão geral, fixados para os servidores ativos.

Art. 49 Os servidores inativos cujos proventos foram concedidos pelos dispositivos indicados no *caput* do art. 48 desta Lei, devem ser alocados na Tabela constante do Anexo VII, observado o tempo de efetivo exercício no cargo que originou a aposentadoria, aplicáveis as disposições dos artigos 41 a 47 desta Lei.

§ 1º Os servidores inativos cujos proventos são compostos de parcelas remuneratórias avulsas, excetuado o adicional por Tempo de Serviço, concedido nos termos do art. 63 da Lei 725/95, terão aplicado sobre aquelas parcelas o índice de revisão geral ou reajuste fixado para os servidores ativos.

§ 2º Para o exercício de 2014, sobre as parcelas avulsas indicadas no § 1º deste artigo, será aplicado o índice de revisão geral indicado no art. 57, inciso I, desta lei.

§ 3º O percentual do Adicional por Tempo de Serviço que compõe os proventos de aposentadoria dos servidores inativos, recairá sobre o valor do vencimento, apurado nos termos do § 1º deste artigo.

Art. 50 Aplica-se aos proventos de pensão por morte as disposições contidas nesta Seção, observada a existência ou não de paridade.

CAPÍTULO VII DA LOTAÇÃO

Art. 51 O servidor efetivo terá exercício no órgão em que for lotado, a critério da Administração Municipal e de acordo com as atribuições definidas para seu cargo, observadas as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CAPÍTULO VIII DA CRIAÇÃO DE CARGOS NOVOS

Art. 52 Fica autorizada a criação dos cargos, suas respectivas vagas e a fixação de jornada e remuneração, constantes no Anexo IV – Da Tabela de Cargos Novos e suas Vagas, observadas as atribuições e a exigência de escolaridade/habilitação indicadas no Anexo VIII – Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo, nos seguintes termos:

- I - Auxiliar Operacional: 03 (três) vagas;
- II - Fisioterapeuta: 01 (uma) vaga;
- III - Médico Especialista I - Ginecologista: 01 (uma) vaga;
- IV - Médico Especialista II - Pediatra: 01 (uma) vaga;
- V - Nutricionista: 01 (uma) vaga;
- VI - Psicólogo: 01 (uma) vaga;
- VII - Assistente e Administrativo Auxiliar: 01 (uma) vaga.

Art. 53 Para a execução do Programa de Estratégia de Saúde da Família (ESF), ficam criados os seguintes cargos, todos com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas:

- I - Auxiliar em Saúde Bucal - ESF: 02 (duas) vagas;
- II - Auxiliar de Enfermagem - ESF: 02 (duas) vagas;
- III - Enfermeiro - ESF: 02 (duas) vagas;
- IV - Médico II - ESF: 02 (duas) vagas;
- V - Odontólogo - ESF: 02 (duas) vagas;
- VI - Técnico de Enfermagem - ESF: 02 (duas) vagas.

§ 1º As equipes serão automaticamente extintas ou reduzidas com a desativação do ESF ou redução do valor dos repasses financeiros.

§ 2º Constituem hipóteses de demissão do pessoal vinculado ao PSF (Programa de Saúde da Família):

- I - a prática de falta grave, conduta ou crime funcional previsto no Estatuto dos Servidores Públicos;
- II - a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- III - a necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesas, conforme a Lei Federal Nº 9.801, de 1999;
- IV - a insuficiência de desempenho, apurada de acordo com as disposições do inciso IV do art. 10 da Lei Federal Nº 11.350, de 2006;

V - motivadamente:

- a) mediante a extinção dos programas federais;
- b) desativação/redução de equipe(s);
- c) renúncia ou cancelamento do convênio de adesão assinado por iniciativa do Município ou da União;
- d) cessação do repasse de recursos financeiros da União para o Município.

§ 3º Para efeito das Estratégias de Saúde da Família (ESF) fica o Município dividido em duas Regiões de Saúde, correspondendo cada uma, a uma equipe de atuação assim constituída:

- I - 01 Médico;
- II - 01 Enfermeiro;
- III - 01 Auxiliar de Enfermagem ou 01 Técnico em Enfermagem;
- IV - 01 Odontólogo;
- V - 01 Auxiliar em Saúde Bucal.

§ 4º Cada equipe do ESF será integrada por 08 (oito) Agente Comunitários de Saúde, cuja contratação será realizada nos termos e limites contidos em lei municipal específica.

§ 5º São atribuições comuns à equipe de profissionais do ESF:

I - participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;

II - realizar o cuidado em saúde da população adstrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;

III - realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;

IV - garantir a integridade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;

V - realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;

VI - realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;

VII - responsabilizar-se pela população adstrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;

VIII - participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;

IX - promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;

X - identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde;

XI - garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;

XII - participar das atividades de educação permanente;

XIII - realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

Art. 54 Fica o Município autorizado a designar os servidores de seu Quadro Efetivo, para de modo exclusivo dedicarem-se ao Programa de Estratégia de Saúde da Família.

§ 1º O servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que for designado para executar suas atribuições vinculadas ao Programa de Estratégia de Saúde da Família, fica assegurada a percepção de gratificação de exercício, correspondente a diferença apurada entre o vencimento recebido no cargo de provimento efetivo e o vencimento fixado para o desempenho das funções do cargo correlato do ESF, na Referência "A".

§ 2º O valor da gratificação indicada no § 1º deste artigo não será incorporado para nenhum efeito remuneratório e não compõe a base de cálculo para as contribuições previdenciárias do ANGEPREV.

§ 3º Para efeito da composição do pagamento de Férias e Gratificação Natalina, a gratificação indicada no § 1º deste artigo às integrará pela média das parcelas recebidas durante o período aquisitivo.

Art. 55 Os empregos públicos de Médico de Saúde da Família, Enfermeiro de Saúde da Família, Técnico de Enfermagem da Família, Auxiliar de Enfermagem, Odontólogo - Cirurgião Dentista e Auxiliar de Consultório Dentário (ADC), criados nos termos da Lei Complementar N° 002/2009 ficam extintos.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS À REVISÃO GERAL E DO REAJUSTE FIXADO PARA O EXERCÍCIO DE 2014

Art. 56 Para efeito da concessão da revisão geral anual de que trata o artigo 37 inciso X da Constituição da República fica estabelecido, que a partir de 2014, o mês de janeiro como data-base.

Parágrafo único. A fixação do piso municipal dos servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo deve ser realizada por lei editada no mês de dezembro de cada ano.

Art. 57 Para efeito da concessão da revisão geral anual de que trata o artigo 37 inciso X da Constituição da República, referente ao ano de 2013, a ser concedida a partir de 01/01/2014, fica estabelecido:

I - que o valor dos vencimentos dos servidores públicos efetivos fica revisado pela variação acumulada do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor apurado pelo IBGE como índice de inflação no intervalo de março de 2013 a outubro de 2013, correspondente a 2,7605%;

II - que o valor dos subsídios fixados para os agentes políticos fica revisado nos termos do inciso I deste artigo;

III - que o valor dos subsídios fixados para os cargos comissionados fica revisado nos termos do inciso I deste artigo;

IV - que o valor dos proventos de aposentadoria e pensão pagos com paridade pelo Tesouro Municipal, ficam revisados nos termos do inciso I deste artigo;

V - que o valor dos proventos de aposentadoria e pensão pagos com paridade pelo ANGEPREV, ficam revisados nos termos do inciso I deste artigo;

VI - que o valor dos proventos de aposentadoria e pensão pagos sem paridade pelo ANGEPREV, nos termos da ADIN N° 4582, ficam revisados nos termos do inciso I deste artigo;

VII - que o valor da remuneração dos que desenvolvem atividades temporárias vinculadas aos Programas subsidiados pelo Governo Federal, ficam revisados nos termos do inciso I deste artigo;

VIII - que o valor das funções gratificadas incorporadas fica revisado nos termos do inciso I deste artigo.

Parágrafo único. Os padrões de vencimento, fixados para os cargos de provimento efetivo, nos termos dos Anexos VI e VII da presente lei, já contemplam o índice de reajuste indicado no inciso I do *caput* deste artigo.

Art. 58 O piso dos servidores públicos municipais, a partir de R\$ 01/01/2014, fica fixado em R\$ 723,00 (setecentos e vinte e três reais).

Parágrafo único. Fica determinada a utilização do valor fixado para o piso dos servidores municipais para efeito de aplicação do Adicional de Insalubridade.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 59 Os candidatos aprovados em concursos públicos anteriores, cujos cargos tiveram as denominações e os padrões de vencimento inicial alterado por esta Lei, serão reequadrados nos novos cargos constantes do Anexo I - Do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, observado o contido no Anexo III - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60 Os servidores que por força da aplicação do art. 2º da Lei nº 568/90 optaram pela adoção do regime celetista, fica determinado o reconhecimento do padrão de vencimento inicial fixado para o cargo, sendo aplicada a progressão por antiguidade instituída por esta Lei.

Parágrafo único. Aos servidores indicados no *caput* aplica-se as disposições contidas na CLT.

Art. 61 O valor do salário dos empregos de Agente Comunitário de Estratégia de Saúde da Família e Agente de Combates de Endemias, criados nos termos da Lei Complementar Nº 002/2009, fica fixado em R\$ 778,00 (setecentos e setenta e oito reais), a partir de 01/01/2014.

Parágrafo único. A Lei Complementar Nº 002/2009 fica parcialmente revogada, mantendo-se em vigor apenas as disposições relativas aos empregos de Agente Comunitário de Estratégia de Saúde da Família e Agente de Combates de Endemias.

Art. 62 A promoção contida nos artigos 13 a 17 da Lei 523/89 ficam expressamente revogadas.

Art. 63 Ficam extintas todas as gratificações de função ou funções de confiança, instituídas até 31/12/2013, ressalvadas as elencadas na Lei de Estrutura do ANGEPREV.

Art. 64 Ficam criadas as seguintes funções de confiança, com os respectivos valores da gratificação fixados, a partir de 01/01/2014:

I - 04 (quatro) funções de confiança de Direção de Escola, correspondentes cada uma a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

II - 01 (uma) função de confiança de Chefe da Junta Militar, correspondente a R\$ 200,00 (duzentos reais);

III - 01 (uma) função de confiança de Chefe de Transporte e Obras, correspondente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

IV - 01 (uma) função de confiança de Chefe de Estradas e Rodagem, correspondente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

V - 02 (duas) funções de Administrador Distrital, correspondente cada uma a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

VII - 01 (uma) função de Coordenador do ESF, correspondente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

VIII - 01 (uma) função de Coordenador de Fiscalização de Obras - Plano Diretor, correspondente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

Art. 65 O Prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à execução da presente lei.

Art. 66 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, e seus efeitos aplicam-se a partir de 01/01/2014, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Nº 523/89 e 923/2004.

Angelina, 23 de Dezembro de 2013

Jose Nilton da Silva
Prefeito Municipal

ANEXO I - DO QUADRO GERAL DE CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS ANS - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR					
ORDEM	CARGO	CARGA HOR. SEM	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL	
1	Advogado	40	12	R\$ 2.500,00	
2	Assistente Social	40	13	R\$ 3.000,00	
3	Enfermeiro	40	13	R\$ 3.000,00	
4	Enfermeiro - ESF	40	13	R\$ 3.000,00	
5	Engenheiro Agrônomo	40	12	R\$ 2.500,00	
6	Engenheiro Civil	40	12	R\$ 2.500,00	
7	Farmacêutico-Bioquímico	40	13	R\$ 3.000,00	
8	Fisioterapeuta	40	13	R\$ 3.000,00	
9	Médico I - Clínico Geral	40	15	R\$ 4.000,00	
10	Médico II - ESF	40	17	R\$ 8.800,00	
11	Médico Especialista I - Ginecologista	8	15	R\$ 4.000,00	
12	Médico Especialista II - Pediatra	8	15	R\$ 4.000,00	
13	Médico Veterinário	40	13	R\$ 3.000,00	
14	Nutricionista	30	10	R\$ 2.000,00	
15	Odontólogo	40	15	R\$ 4.000,00	
16	Odontólogo - ESF	40	16	R\$ 5.400,00	
17	Psicólogo	24	11	R\$ 2.300,00	
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICOS ANT - CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO					
ORDEM	CARGO	CARGA HOR. SEM	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL	
1	Auxiliar em Saúde Bucal - ESF	40	3	R\$ 1.100,00	
2	Assistente Contábil e Financeiro	40	9	R\$ 1.700,00	
3	Monitor da Casa Familiar Rural	40	12	R\$ 2.500,00	
4	Técnico em Contabilidade	40	14	R\$ 3.500,00	
5	Técnico em Enfermagem	40	8	R\$ 1.600,00	
6	Técnico em Enfermagem - esf	40	8	R\$ 1.600,00	
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO					
ORDEM	CARGO	CARGA HOR. SEM	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL	

1	Agente de Saúde Pública		40	5	R\$ 1.200,00
2	Agente de Cadastro Rural		40	5	R\$ 1.200,00
3	Agente de Registros Públicos e Digitação		40	11	R\$ 2.300,00
4	Assistente Administrativo		40	9	R\$ 1.700,00
5	Assistente Administrativo e Financeiro Auxiliar		40	11	R\$ 2.300,00
6	Auxiliar Contábil-Financeiro		40	9	R\$ 1.400,00
7	Fiscal de Tributos		40	9	R\$ 1.600,00
8	Vigilante Sanitário		40	8	R\$ 1.600,00
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - ANFC ATIVIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO					
ORDEM	CARGO		CARGA HOR. SEM	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Agente Auxiliar de Saúde Pública		40	2	R\$ 970,00
2	Administrador do Ginásio		40	2	R\$ 970,00
3	Agente Administrativo Auxiliar		40	9	R\$ 1.400,00
4	Auxiliar de Enfermagem		40	3	R\$ 1.100,00
5	Auxiliar de Enfermagem - ESF		40	3	R\$ 1.100,00
6	Auxiliar de Serviços Gerais		40	2	R\$ 970,00
7	Mecânico		40	7	R\$ 1.400,00
8	Motociclista		40	5	R\$ 1.200,00
9	Motorista		40	6	R\$ 1.300,00
10	Oficial de Manutenção e Conservação		40	7	R\$ 1.400,00
11	Telefonista		40	3	R\$ 1.100,00
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO					
ORDEM	CARGO		CARGA HOR. SEM	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Auxiliar Operacional (Vigia)		40	1	R\$ 723,00
2	Agente Operacional		40	7	R\$ 1.400,00
3	Auxiliar de Manutenção e Conservação I		40	4	R\$ 1.190,00
4	Auxiliar de Manutenção e Conservação II		40	4	R\$ 1.190,00
5	Operador de Máquinas		40	7	R\$ 1.400,00

ANEXO II - TABELA DE CARGOS EFETIVOS EXTINTOS

ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	LEI DE CRIAÇÃO
2	ARQUITETO	1	0	Lei 523/89
3	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	15	0	Lei 523/89
4	AUXILIAR ADMINISTRATIVO II	10	0	Lei 523/89
5	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I	10	0	Lei 523/89
6	AUXILIAR AGROPECUARIO	6	0	Lei 523/89
7	EXTENSIONISTA RURAL	4	0	Lei 523/89
8	AUXILIAR TÉCNICO	3	0	Lei 523/89
9	ASSISTENTE TÉCNICO	3	0	Lei 523/89

ANEXO III

TABELA DE CARGOS AGLUTINADOS

ORDEM	CARGO ATUAL	CARGO NOVO	TOTAL DE VGS DISPONÍVEIS
1	Aux. Cont. Financeiro II + Aux. Cont. Financeiro III	Assistente Contábil e Financeiro	6

TABELA DE CORRELAÇÃO DE NOVAS NOMENCLATURAS

ORDEM	NOMENCLATURA DO CARGO ATUAL	NOMENCLATURA NOVA
1	Bioquímico	Farmacêutico-Bioquímico
2	Digitador	Agente de Registros Públicos e Digitação
3	Médico	Médico I - Clínico Geral
4	Assistente Administrativo II	Assistente Administrativo
5	Auxiliar Cont. Financeiro II	Assistente Contábil e Financeiro
6	Auxiliar Cont. Financeiro III	Assistente Contábil e Financeiro
7	Auxiliar Cont. Financeiro I	Auxiliar Contábil Financeiro

ANEXO IV - TABELA DE CARGOS NOVOS E SUAS VAGAS					
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - ANS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR					
ORDEM	CARGO	CARGA HOR. SEM	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS	
1	Enfermeiro - ESF	40	13	2	2
2	Fisioterapeuta	40	13	1	1
3	Médico - ESF	40	17	2	2
4	Médico Especialista I - Ginecologista	8	15	1	1
5	Médico Especialista II - Pediatra	8	15	1	1
6	Nutricionista	30	10	1	1
7	Odontólogo - ESF	40	16	2	2
8	Psicólogo	24	11	1	1
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL TÉCNICO					
1	Auxiliar em Saúde Bucal - ESF	40	3	2	2
2	Técnico em Enfermagem - ESF	40	8	2	2
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO					
1	Assistente Administrativo e Financeiro Auxiliar	40	11	1	1
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO					
1	Auxiliar de Enfermagem - ESF	40	3	2	2
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO					
1	Auxiliar Operacional	40	1	2	2

ANEXO V - TABELA DE VAGAS CRIADAS E EXTINTAS PARA CARGOS EXISTENTES					
VAGAS CRIADAS					
ORDEM	CARGO	CARGA HOR. SEM	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS	
1	Auxiliar de Manutenção e Conservação I	40	4	5	
2	Auxiliar de Manutenção e Conservação II	40	4	3	
3	Motorista	40	6	2	
VAGAS EXTINTAS					
ORDEM	CARGO	CARGA HOR. SEM	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS EXTINTAS	
1	Agente Administrativo Auxiliar	40	7	3	
2	Agente Aux. de Saúde Pública	40	2	3	
3	Agente de Saúde Pública	40	5	4	
4	Auxiliar Contábil Financeiro I	40	7	4	
5	Auxiliar Contábil Financeiro II	40	9	2	
6	Auxiliar Contábil Financeiro III	40	9	2	
7	Vigilante Sanitário	40	8	1	

ANEXO VI - TABELA DE PADRÕES DE VENCIMENTO INICIAL	
PADRÃO	VALOR INICIAL DO VENCIMENTO
1	R\$ 723,00
2	R\$ 970,00
3	R\$ 1.100,00
4	R\$ 1.190,00
5	R\$ 1.200,00
6	R\$ 1.300,00
7	R\$ 1.400,00
8	R\$ 1.600,00
9	R\$ 1.700,00
10	R\$ 2.000,00
11	R\$ 2.300,00
12	R\$ 2.500,00
13	R\$ 3.000,00
14	R\$ 3.500,00
15	R\$ 4.000,00
16	R\$ 5.400,00
17	R\$ 8.800,00

ANEXO VII - TABELA DE REFERÊNCIAS

PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Auxiliar Operacional								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1		R\$ 723,00	R\$ 766,38	R\$ 812,36	R\$ 861,10	R\$ 912,77	R\$ 967,54	R\$ 1.025,59	R\$ 1.087,12	R\$ 1.152,35
PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Administrador do Ginásio, Agente Aux. de Saúde Pública, Auxiliar de Serviços Gerais								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
2		R\$ 970,00	R\$ 1.028,20	R\$ 1.089,89	R\$ 1.155,29	R\$ 1.224,60	R\$ 1.298,08	R\$ 1.375,96	R\$ 1.458,52	R\$ 1.546,03
PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem ESF, Auxiliar em Saúde Bucal, Telefonista								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
3		R\$ 1.100,00	R\$ 1.166,00	R\$ 1.235,96	R\$ 1.310,12	R\$ 1.388,72	R\$ 1.472,05	R\$ 1.560,37	R\$ 1.653,99	R\$ 1.753,23
PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Auxiliar de Manutenção e Conservação I e II								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
4		R\$ 1.190	R\$ 1.261,40	R\$ 1.337,08	R\$ 1.417,31	R\$ 1.502,35	R\$ 1.592,49	R\$ 1.688,04	R\$ 1.789,32	R\$ 1.896,68
PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Agente de Cadastro Rural, Agente de Saúde Pública, Motociclista								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
5		R\$ 1.200,00	R\$ 1.272,00	R\$ 1.348,32	R\$ 1.429,22	R\$ 1.514,97	R\$ 1.605,87	R\$ 1.702,22	R\$ 1.804,36	R\$ 1.912,62
PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Motorista								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
6		R\$ 1.300	R\$ 1.378,00	R\$ 1.460,68	R\$ 1.548,32	R\$ 1.641,22	R\$ 1.739,69	R\$ 1.844,07	R\$ 1.954,72	R\$ 2.072,00
PADRÃO		Ref. - Cada 6 anos - 6% - Ag. Operacional;Oper. Máquinas, Of. Man. e Cons.,Mecânico								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
7		R\$ 1.400,00	R\$ 1.484,00	R\$ 1.573,04	R\$ 1.667,42	R\$ 1.767,47	R\$ 1.873,52	R\$ 1.985,93	R\$ 2.105,08	R\$ 2.231,39
PADRÃO		Ref. - Cada 6 anos - 6% - Técnico de Enfermagem, Tec. Enf. ESF,Vigilante Sanitário								

	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
8		R\$ 1.600,00	R\$ 1.696,00	R\$ 1.797,76	R\$ 1.905,63	R\$ 1.600,00	R\$ 1.696,00	R\$ 1.797,76	R\$ 1.905,63	R\$ 2.019,96
PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Aux. Cont. Finan., Ag. Adm.Aux., Assist. Administrativo, Assist. Cont. e Financ., Fiscal de Tributos								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
9		R\$ 1.700	R\$ 1.802,00	R\$ 1.910,12	R\$ 2.024,73	R\$ 2.146,21	R\$ 2.274,98	R\$ 2.411,48	R\$ 2.556,17	R\$ 2.709,54
PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Nutricionista								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
10		R\$ 2.000,00	R\$ 2.120,00	R\$ 2.247,20	R\$ 2.382,03	R\$ 2.524,95	R\$ 2.676,45	R\$ 2.837,04	R\$ 3.007,26	R\$ 3.187,70
PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Assistente Adm. Financ. Auxiliar, Agente de Registros Públicos e Digitação, Psicólogo								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
11		R\$ 2.300,00	R\$ 2.438,00	R\$ 2.584,28	R\$ 2.739,34	R\$ 2.903,70	R\$ 3.077,92	R\$ 3.262,59	R\$ 3.458,35	R\$ 3.665,85
PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Advogado, Eng. Agrônomo, Eng. Civil, Monitor da Casa Familiar								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
12		R\$ 2.500,00	R\$ 2.650,00	R\$ 2.809,00	R\$ 2.977,54	R\$ 3.156,19	R\$ 3.345,56	R\$ 3.546,30	R\$ 3.759,08	R\$ 3.984,62
PADRÃO		Ref.- Cada 6 anos - 6%-Assistente Social, Enfermeiro, Enfermeiro ESF, Farmac.-Bioquímico, Fisioterapeuta, Médico Veterinário								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
13		R\$ 3.000,00	R\$ 3.180,00	R\$ 3.370,80	R\$ 3.573,05	R\$ 3.787,43	R\$ 4.014,68	R\$ 4.255,56	R\$ 4.510,89	R\$ 4.781,54
PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Técnico em Contabilidade								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
14		R\$ 3.500	R\$ 3.710,00	R\$ 3.932,60	R\$ 4.168,56	R\$ 4.418,67	R\$ 4.683,79	R\$ 4.964,82	R\$ 5.262,71	R\$ 5.578,47
PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Médico I, Médico Especialista I e II, Odontólogo								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
15		R\$ 4.000	R\$ 4.240,00	R\$ 4.494,40	R\$ 4.764,06	R\$ 5.049,90	R\$ 5.352,90	R\$ 5.674,07	R\$ 6.014,52	R\$ 6.375,39
PADRÃO		Referências - Cada 6 anos - 6% - Odontólogo ESF								
	6,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
16		R\$ 5.400	R\$	R\$	R\$ 6.431,48	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

PADRÃO	Referências - Cada 6 anos - 6% - Médico ESF
--------	---

ANEXO VIII - DO QUADRO GERAL DE CARGOS E VAGAS

ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS EXISTENTES	VAGAS EXTINTAS	VAGAS CRIADAS	VAGAS OCUPADAS	VAGAS DISPONÍVEIS
1	Administrador do Ginásio	40	2	0	0	1	1
2	Advogado	40	1	0	0	0	1
3	Agente Administrativo Auxiliar	40	5	3	0	2	0
4	Agente Aux. de Saúde Pública	40	5	3	0	0	2
5	Agente de Cadastro Rural	40	2	0	0	0	2
6	Agente de Registros Públicos e Digitalização	40	4	0	0	3	1
7	Agente de Saúde Pública	40	5	4	0	1	0
8	Agente Operacional	40	7	0	2	6	3
9	Assistente Administrativo	40	10	0	0	9	1
10	Assistente Contábil e Financeiro	40	10	4	0	0	6
11	Assistente Administrativo e Financeiro Auxiliar	40	0	0	1	0	1
12	Assistente Social	40	2	0	0	1	1
13	Auxiliar Contábil e Financeiro	40	5	4	0	1	1
14	Auxiliar em Saúde Bucal - ESF	40	0	0	2	0	2
15	Auxiliar de Enfermagem	40	5	0	0	3	2
16	Auxiliar de Enfermagem - ESF	40	0	0	2	0	2
17	Auxiliar de Manutenção e Conservação I	40	25	0	9	25	9
18	Auxiliar de Manutenção e Conservação II	40	7	0	3	7	3
19	Auxiliar de Serviços Gerais	40	30	0	0	22	8

20	Auxiliar Operacional	40	0	0	2	0	2
21	Enfermeiro	40	6	0	0	2	4
22	Enfermeiro - ESF	40	0	0	2	0	2
23	Engenheiro Agrônomo	40	1	0	0	0	1
24	Engenheiro Civil	40	1	0	0	0	1
25	Farmacêutico-Bioquímico	40	1	0	0	0	1
26	Fiscal de Tributos	40	2	0	0	1	1
27	Fisioterapeuta	40	0	0	1	0	1
28	Mecânico	40	1	0	0	0	1
29	Médico I - Clínico Geral	40	5	0	0	1	4
30	Médico II - ESF	40	2	0	0	0	2
31	Médico Especialista I - Ginecologista	8	0	0	1	0	1
32	Médico Especialista II - Pediatra	8	0	0	1	0	1
33	Médico Veterinário	40	2	0	0	0	2
34	Monitor da Casa Familiar Rural	40	2	0	0	1	1
35	Motociclista	40	1	0	0	0	1
36	Motorista	40	22	0	6	22	6
37	Nutricionista	30	0	0	1	0	1
38	Odontólogo	40	6	0	0	3	3
39	Odontólogo - ESF	40	0	0	0	2	2
40	Oficial de Manutenção e Conservação	40	10	0	0	2	8
41	Operador de Máquinas	40	10	0	0	11	7

42	Psicólogo	24	0	0	1	0	1
43	Técnico em Contabilidade	40	2	0	0	2	0
44	Técnico em Enfermagem	40	7	0	0	7	0
45	Técnico em Enfermagem - ESF	40	0	0	2	0	2
46	Telefonista	40	6	0	0	3	3
48	Vigilante Sanitário	40	3	0	0	1	2

ANEXO IX

MANUAL DAS ATRIBUIÇÕES

* O registro nos pertinentes Conselhos Profissionais deve respeitar a legislação referente a cada categoria. Para a efetivação da posse no cargo de provimento efetivo o registro deve comprovadamente válido.

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - ANS – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	
CARGO: ADVOGADO	
Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Direito com Registro na Ordem dos Advogados do Brasil	
Carga Horária: 40 hs	

Atribuições:

1. Representar judicialmente o Município, em processos em que o mesmo seja parte;
2. Representar o município em juízo, ou fora dele, nos processos de desapropriação, ações ordinárias e cobranças de Dívida Ativa, comparecendo a audiências e tomando sua defesa para pleitear uma decisão favorável;
3. Redigir ou elaborar documentos jurídicos, análises, interpretações, pronunciamentos, pareceres, contratos, termos de compromissos e outras informações de natureza administrativa, tributária, trabalhista ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequada;
4. Participar de sindicâncias e processos administrativos instaurados no âmbito municipal;
5. Elaborar projetos de lei de origem do Executivo;
6. Representar a Procuradoria Geral do Município, quando designado, em Comissões e Conselhos de que a mesma faça parte;
7. Atuar nos processos administrativos tributários contenciosos, bem como em outros decorrentes de atuação por descumprimento de regulamentos administrativos, antes da decisão de 2ª instância, emitindo pareceres antes dos mesmos serem submetidos a julgamento;
8. Analisar projetos de lei de origem legislativa, elaborando pareceres de forma a orientar o Chefe do Executivo;
9. Analisar os projetos de lei aprovados pelo Legislativo Municipal e encaminhados para sanção, elaborando pareceres nas situações em que o interesse público recomendar o veto parcial ou integral dos mesmos;
10. Acompanhar e analisar os atos administrativos do Poder Executivo;
11. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
12. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
13. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL
Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Serviço Social e Registro no Conselho Regional de Serviço Social
Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Articular com outras instituições a troca de informações, realização de trabalhos conjuntos, elaboração de novas propostas e encaminhamento de clientela para equacionamento dos problemas sociais do Município;
2. Desenvolver e avaliar estudos, levantamentos e pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade social local;
3. Aplicar técnicas de pesquisa social para aprimorar as atividades de assistência social;
4. Participar na organização e realização de eventos populares;
5. Realizar estudos e diagnósticos dos fatos e fenômenos sociais das comunidades, visando a intervenção junto às pessoas ou grupos afetados pelas mesmas;
6. Repassar informações para a população sobre recursos institucionais existentes no Município, através de atendimentos individualizados, dos grupos, postos de saúde e escolas;
7. Realizar atendimento à população carente, através de acompanhamento e encaminhamento de casos sociais, jurídicos e outros e, da prestação de auxílio de acordo com os recursos e critérios estabelecidos;
8. Promover triagem e encaminhamento de desabrigados e desassistidos a entidades próprias, providenciando internamento e abrigo;
9. Propor e organizar trabalhos de formação profissional para adolescentes e adultos, considerando as ofertas no mercado de trabalho e os interesses da população;
10. Realizar trabalhos com crianças e adolescentes nos termos da legislação específica (Estatuto da Criança e do Adolescente);
11. Assessorar a organização de mutirões, cooperativas e outras formas associativas populares, para solução de problemas da população menos favorecida;
12. Supervisionar voluntários, estagiários e auxiliares que contribuem na execução de trabalhos da área de Serviço Social;
13. Intermediar a relação poder público/comunidade, detectando focos de carência a fim de garantir um atendimento eficaz;
14. Participar de equipes interdisciplinares, assegurando um trabalho articulado e de acordo com as diretrizes estabelecidas;
15. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde e às intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
18. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: ENFERMEIRO

Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Enfermagem, com Registro no Conselho Regional de Enfermagem.

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto às equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento estabelecendo objetivos e metas para os serviços de saúde, especificamente para a área de enfermagem;
2. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade;
3. Organizar sistema adequado de registro de atividade junto aos postos de saúde, recebendo e assegurando o encaminhamento de dados de interesse aos órgãos competentes e promovendo orientação sobre a importância do registro de dados ao pessoal de enfermagem, em especial;
4. Implementar as ações de saúde pública, de acordo com as Ações Integradas de Saúde e as diretrizes municipais de saúde, em especial aquelas relacionadas ao plano de enfermagem, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais;
5. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de enfermagem;
6. Realizar supervisão periódica das ações de saúde pertinentes à enfermagem, acompanhando e orientando a execução de atividades a nível local nas atividades de consulta de enfermagem, e consulta pré-natal;
7. Supervisionar as atividades de imunização, provendo as necessidades de serviço de modo a garantir a ampliação da cobertura vacinal;
8. Contribuir ativamente para a implementação das atividades de vigilância epidemiológica, de doenças infectocontagiosas e de vigilância epidemiológica nutricional;
9. Participar das atividades desenvolvidas pela Municipalidade, no sentido de promoção à ações de saneamento e de proteção e recuperação do meio ambiente;
10. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes do Sistema Municipal de Saúde;
11. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde;
12. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
13. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;
14. Prestar consulta de enfermagem e fazer prescrição da assistência de enfermagem, inclusive efetuando cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;
15. Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública ou em rotina aprovada pela instituição de saúde;
16. Prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido, inclusive prestando assistência obstétrica em situação de emergência;
17. Participar de programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos

específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;

18. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem;

19. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN 160);

20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;

21. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

22. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: ENFERMEIRO – ESF
Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Enfermagem, com Registro no Conselho Regional de Enfermagem.
Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto às equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento estabelecendo objetivos e metas para os serviços de saúde, especificamente para a área de enfermagem;
2. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade;
3. Organizar sistema adequado de registro de atividade junto aos postos de saúde, recebendo e assegurando o encaminhamento de dados de interesse aos órgãos competentes e promovendo orientação sobre a importância do registro de dados ao pessoal de enfermagem, em especial;
4. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as Ações Integradas de Saúde e as diretrizes municipais de saúde, em especial aquelas relacionadas ao plano de enfermagem, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais;
5. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de enfermagem;
6. Realizar supervisão periódica das ações de saúde pertinentes à enfermagem, acompanhando e orientando a execução de atividades a nível local nas atividades de consulta de enfermagem, e consulta pré-natal;
7. Supervisionar as atividades de imunização provendo as necessidades de serviço de modo a garantir a ampliação da cobertura vacinal;
8. Contribuir ativamente para a implementação das atividades de vigilância epidemiológica de doenças infectocontagiosas e de vigilância epidemiológica nutricional;
9. Participar das atividades desenvolvidas pela Municipalidade no sentido de promoção às ações de saneamento e de proteção e recuperação do meio ambiente;
10. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes do Sistema Municipal de Saúde;
11. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde;
12. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
13. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;
14. Prestar consulta de enfermagem e fazer prescrição da assistência de enfermagem, inclusive efetuando cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;
15. Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública ou em rotina aprovada pela instituição de saúde;
16. Prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido, inclusive prestando assistência obstétrica em situação de emergência;

17. Participar de programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;
18. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem;
19. Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio *e/ou* nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
20. Conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações;
21. Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos Agente Comunitários de Saúde - ACS;
22. Supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções;
23. Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos profissionais de saúde;
24. participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;
25. Supervisionar, coordenar e realizar atividades de qualificação e educação permanente dos ACS, com vistas ao desempenho de suas funções;
26. Facilitar a relação entre os profissionais de saúde e ACS, contribuindo para a organização da demanda referenciada;
27. Realizar consultas e procedimentos de enfermagem quando necessário, no domicílio e na comunidade;
28. Organizar e coordenar grupos específicos de indivíduos e famílias em situação de risco da área de atuação dos ACS;
29. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN 160);
30. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
31. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
32. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Habilitação/Escolaridade: Graduação em Engenharia Agrônoma, com Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Controlar e orientar o uso de adubos, defensivos, rações, sementes, solo etc;
2. Zelar pela exploração racional da terra, água, flora e fauna;
3. Analisar dados meteorológicos para definir procedimentos próprios para as culturas cultivadas no Município;
4. Acompanhar a construção de instalações rurais e sistemas de drenagem e irrigação;
5. Orientar o combate de pragas, insetos, fungos e bactérias;
6. Desempenhar as atividades correlatas abaixo relacionadas:
 - a) Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente;
 - b) Executar estudo, planejamento, projeto e especificação;
 - c) Executar estudo de viabilidade técnico-econômica;
 - d) Executar vistoria, perícia, avaliação arbitramento, laudo e parecer técnico;
 - e) Realizar ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica e extensão;
 - f) Efetuar a padronização, mensuração e controle de qualidade;
 - g) Executar obra e serviço técnico;
 - h) Fiscalizar obra e serviço técnico;
 - i) Efetuar produção técnica e especializada;
 - j) Conduzir trabalho técnico;
 - k) Conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo e manutenção;
 - l) Executar instalação, montagem e reparo;
 - m) Operar e realizar manutenção de equipamento e instalação;
 - n) Executar desenho técnico;
7. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
9. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL
Habilitação/Escolaridade: Graduação em Engenharia Civil com Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Analisar e fiscalizar projetos de construção, legalização e reforma de edificações, parcelamentos de solo e obras viárias, confrontando a documentação e plantas inclusas no processo com as normas e determinações do Plano Diretor, Código de Obras, Legislação Municipal e as normas técnicas vigentes;
2. Fornecer informações para emissão de certidões diversas na área de urbanismo, quando solicitadas pelos munícipes;
3. Atender os requerentes, orientando e esclarecendo as normas para aprovação dos planos e projetos;
4. Acompanhar e fiscalizar obras, realizar vistorias em ruas, servidões, edificações e loteamentos, formulando pareceres técnicos e prestando orientação técnica;
5. Elaborar projetos e orçamentos de obras em ruas, estradas, servidões, edificações e demais serviços correlatados;
6. Apoiar tecnicamente os demais órgãos da Administração Municipal quando necessário;
7. Emitir laudos de avaliação de terrenos e edificações, formulando pareceres técnicos para efeitos indenizatórios e questões correlatas;
8. Supervisionar levantamentos de ruas e servidões, com o objetivo de encaminhar os processos reivindicantes e definir propostas técnicas;
9. Orientar nas solicitações de levantamentos topográficos e serviços afins, com o objetivo de melhor atender os pleitos;
10. Analisar e dar parecer técnico sobre a viabilidade de uso e ocupação do solo;
11. Desenvolver pesquisa, estudos e projetos nas áreas de construção civil, sistema viário e transporte coletivo;
12. Elaborar relatórios diversos em sua área de atuação;
13. Atender ao público em assuntos relativos à prestação de serviços da Administração Municipal;
14. Participar das atividades realizadas em grupos de trabalho interdisciplinar, representando a municipalidade, em assuntos vinculados à sua área de atuação;
15. Realizar fiscalização de obras rodoviárias, orientando e determinando os serviços, quando a obra for contratada com terceiros;
16. Encaminhar à Administração Municipal os projetos de parcelamento para definição de áreas verdes e sistema viário, os projetos de edificação para definição de acessos e estacionamentos, e os que exigirem estudo específico de localização;
17. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
18. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
19. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: FARMACEUTICO-BIOQUÍMICO

Habilitação/Escolaridade: Graduação em Farmácia e Registro no Conselho Regional de Farmácia.

Carga Horária:40 hs

Atribuições:

1. Subministra produtos médicos e cirúrgicos, seguindo o receituário apropriado;
2. Controla entorpecentes e produtos equiparados, através de mapas, guias e livros, assim atendendo a dispositivos legais;
3. Analisa produtos farmacêuticos, valendo-se de métodos químicos, para verificar qualidade, teor, pureza e quantidade de cada elemento na composição;
4. Orienta os responsáveis por farmácias e drogarias para que cumpram as leis vigentes;
5. Assessora as autoridades superiores no preparo de informações e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica;
6. Fornece sempre que solicitado subsídios para elaboração de ordens de serviço, portarias, pareceres e manifestos;
7. Controla o estoque a compra de medicamentos, assim como, o prazo de validade dos mesmos;
8. Participar, conforme a política interna do Município, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;
9. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;
10. Participar de programa de treinamento, quando convocado;
11. Trabalhar segundo normas técnicas de biossegurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;
12. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
13. Elabora relatórios e demais documentos e presta informações a órgãos internos e externos, quando requisitado;
14. Fazer o controle de compra, recebimento, acondicionamento e distribuição dos medicamentos das farmácias das unidades de saúde do município;
15. Responsabilizar-se integralmente por todo sistema de medicamentos das unidades de saúde, operacionalmente e tecnicamente;
16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar outras atividades correlatas compatíveis com as exigências para o

exercício da função.

CARGO: FISIOTERAPEUTA

Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Fisioterapia, com Registro no *Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional*.

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Definir, planejar, organizar, supervisionar, prescrever e avaliar as atividades da assistência fisioterapêutica aos munícipes;
2. Avaliar o estado funcional do paciente, a partir da identidade da patologia clínica intercorrente, de exames laboratoriais e de imagens, da anamnese funcional e exame de cinesia, funcionalidade e sinergismo das estruturas anatómicas envolvidas;
3. Estabelecer rotinas para a assistência fisioterapêutica, fazendo sempre as adequações necessárias;
4. Solicitar exames complementares para acompanhamento da evolução do quadro funcional do paciente;
5. Recorrer a outros profissionais de [saúde](#) e/ou solicitar pareceres técnicos especializados, quando necessário;
6. Reformular o programa terapêutico sempre que necessário;
7. Registrar no prontuário do paciente, as prescrições fisioterapêuticas, sua evolução, as intercorrências e a alta em Fisioterapia;
8. Integrar a equipe multidisciplinar de saúde, com participação plena na atenção prestada ao paciente;
9. Colaborar na formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios;
10. Efetuar controle periódico da [qualidade](#) e resolufividade do seu trabalho;
11. Elaborar pareceres técnicos especializados;
12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Realizar, nas dependências de saúde do município, os atendimentos e procedimentos de fisioterapia, nas suas mais diversas formas;
15. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: MÉDICO I – CLÍNICO GERAL

Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Medicina, com Registro no Conselho Regional de Medicina.

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

- 1 - Planejar, organizar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar atividades relacionadas ao atendimento à pacientes, estabelecendo diagnóstico, conduta terapêutica, clínica e/ou cirúrgica, na área de Clínica Geral, observando o contido no Código de Ética Médica;
- 2 - Prestar consulta médica aos municípios, procedendo anamnese e exames, no intuito de diagnosticar situações de doença, bem como prescrever pedidos de exames ou uso de medicamentos ou outras providências que julgar necessárias para restabelecer ou manter a sua saúde;
- 3 - Exercer sua função de acordo com sua qualificação e/ou especialização, desenvolver atividades de cunho preventivo, tais como campanha de vacinação, palestras, coordenar grupos de discussão de moléstias, realizar jornadas, seminários ou assembléias;
- 4 – Realizar atividades técnico-administrativas que se fizerem necessárias para a eficiência e eficácia das ações que visam o tratamento médico e a proteção da saúde individual e coletiva;
- 5 - Participar de programas de treinamento;
- 6 - Manter-se atualizado nos processos e técnicas utilizadas pela Clínica Geral;
- 7 – Realizar atendimento em serviços de emergência e unidades de internação;
- 8 - Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;
- 9 - Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;
- 10 - Prestar atendimento de urgência em Clínica Geral;
- 11 – Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;
- 12 - Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde;
- 13 - Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);
- 14 - Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
- 15 - Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
- 16 - Executar tarefas correlatas.

CARGO: MÉDICO II – ESF

Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Medicina, com Registro no Conselho Regional de Medicina.
Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

- 1 - Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- 2 - Realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
- 3 - Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecobaistetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;
- 4 - Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;
- 5 - Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;
- 6 - Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS e Auxiliares de Enfermagem;
- 7 - Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;
- 8 - Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
- 9 - Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
- 10 - Executar tarefas correlatas.

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA I – GINECOLOGISTA

Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina e ter concluído a residência médica em ginecologia ou ter título de Especialista em Ginecologia.

Carga Horária: 08 hs

- 1 - Prestar atendimento médico hospitalar e ambulatorial na área de Ginecologia, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento;
- 2 - Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Ginecologia e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;
- 3 - Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo;
- 4 - Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;
- 5 - Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;
- 6 - Prestar atendimento de urgência em Ginecologia e Clínica Geral;
- 7 - Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;
- 8 - Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde;
- 9 - Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);
- 10 - Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
- 11 - Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
- 12 - Executar tarefas correlatas.

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA II – PEDIATRA

Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Medicina, com Registro no Conselho Regional de Medicina e ter concluído a residência médica em pediatria ou ter título de Especialista em Pediatria.

Carga Horária: 08 hs

Atribuições:

- 1 - Planejar, organizar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar atividades relacionadas ao atendimento a pacientes, estabelecendo diagnóstico, conduta terapêutica, clínica e/ou cirúrgica, na área de Pediatria, observando o contido no Código de Ética Médica;
- 2 - Prestar consulta médica aos municípios, procedendo anamnese e exames no intuito de diagnosticar situações de doença, bem como prescrever pedidos de exames ou uso de medicamentos ou outras providências que julgar necessárias para restabelecer ou manter a sua saúde;
- 3 - Exercer sua função de acordo com sua qualificação e/ou especialização desenvolver atividades de cunho preventivo, tais como campanha de vacinação, palestras, coordenar grupos de discussão de moléstias, realizar jornadas, seminários ou assembléias;
- 4 - Realizar atividades técnico-administrativas que se fizerem necessárias para a eficiência e eficácia das ações que visam o tratamento médico e a proteção da saúde individual e coletiva;
- 5 - Participar de programas de treinamento;
- 6 - Manter-se atualizado nos processos e técnicas utilizadas pela Pediatria;
- 7 - Realizar atendimento em serviços de emergência pediátrica e unidades de internação pediátrica;
- 8 - Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral;
- 9 - Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença;
- 10 - Prestar atendimento de urgência em Pediatria e Clínica Geral;
- 11 - Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade;
- 12 - Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde;
- 13 - Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais);
- 14 - Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
- 15 - Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
- 16 - Executar tarefas correlatas.

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

Habilitação/Escolaridade: Graduação em Medicina Veterinária, com Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária.

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Tratar animais lesados ou doentes, realizando tratamento clínico e cirúrgico;
2. Diagnosticar doenças e anomalias em produtos de origem animal;
3. Orientar a população quanto à prevenção e controle de moléstias infectocontagiosas e parasitárias de animais, através de difusão e aplicação de métodos profiláticos e terapêuticos;
4. Elaborar relatórios e emitir pareceres técnicos referentes à sua especialidade;
5. Prestar assessoramento quanto as necessidades de alimentação e "habitat" do animais e demais espécies zoológicas;
6. Pesquisar e orientar a preservação da fauna;
7. Elaborar e supervisionar programas de defesa sanitária;
8. Efetuar o controle sanitário de produtos de origem animal em indústrias e locais de comércio;
9. Elaborar receituários e executar a aplicação de medicamentos;
10. Prestar atendimento à programas de vigilância sanitária animal, através de visitas e orientações à criadores pecuaristas;
11. Efetuar palestras de orientação à comunidade;
12. Realizar trabalhos nas áreas de ginecologia, obstetrícia, andrologia e inseminação artificial em animais;
13. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
15. Executar tarefas correlatas.

CARGO: NUTRICIONISTA

Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Nutrição, com registro no Conselho Regional de Nutrição.

Carga Horária: 30 hs

Atribuições:

1. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto às equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento, estabelecendo objetivos e metas para o serviço de saúde, especialmente no que se refere às atividades inerentes à alimentação e nutrição;
2. Prestar atendimento ambulatorial de dietoterapia à população, garantindo o registro das consultas e elaborando os movimentos referentes às estas consultas;
3. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as diretrizes municipais de saúde, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais;
4. Elaborar, junto aos profissionais de saúde local, regional e central, estudos e padronização relativas às atividades de nutrição e alimentação, buscando o aperfeiçoamento contínuo dos manuais de condutas dos serviços municipais de saúde;
5. Coordenar e supervisionar os programas de suplementação alimentar (PSA), implantados na rede de saúde, articulando-se com as demais instituições envolvidas no programa, Segundo as diretrizes Municipais de Saúde;
6. Administrar o PSA, prestando contas do consumo de alimentos, do número de beneficiários, dos desligamentos etc., às demais entidades envolvidas no programa;
7. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes municipais de saúde;
8. Participar de projetos de pesquisa que envolvam a ciência da nutrição;
9. Emitir parecer técnico, quando solicitado, em assuntos relacionados a área de alimentação e nutrição;
10. Promover orientações junto aos órgãos municipais quanto à escolha, aquisição e estocagem de alimentos, bem como quanto à preparação, higiene e conservação dos mesmos;
11. Inspeccionar, junto aos órgãos que preparam merendas e alimentos, o processamento dos mesmos, os equipamentos utilizados na sua elaboração e a qualidade dos insumos e ingredientes utilizados;
12. Elaborar dietas para programas de merenda escolar ou suplementação alimentar e assemelhados, e inspecionar o seu cumprimento;
13. Elaborar e desenvolver o treinamento de pessoal encarregado de preparar merendas e alimentos, observando o nível de rendimento, habilidade e higiene;
14. Disseminar técnicas de nutrição e alimentação, através de cursos, palestras e outros eventos assemelhados;
15. Estudar os hábitos alimentares e o estado nutricional da população, propondo medidas que visem à erradicação da desnutrição e deficiência alimentar;
16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
18. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: ODONTÓLOGO
Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Odontologia e Registro no Conselho Regional de Odontologia
Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Prestar atendimento e realizar procedimentos odontológicos, aos municípios, objetivando prevenção, diagnóstico e tratamento das afecções dos dentes e da boca e melhorar a estética bucal;
2. Realizar exames nos dentes e na cavidade bucal, utilizando aparelhos específicos para verificar a presença de cáries e outras afecções;
3. Priorizar o atendimento a pacientes que apresentem quadros de infecção e dor;
4. Identificar afecções quanto à extensão e profundidade, valendo-se de instrumentos e exames adequados para estabelecer o tipo de tratamento;
5. Efetuar administração de anestésicos, para dar conforto ao paciente e facilitar o tratamento;
6. Efetuar restaurações, extrações, limpeza profilática, selantes aplicação de flúor e demais procedimentos necessários;
7. Realizar limpeza profilática dos dentes e gengivas, extraindo o tártaro, para eliminar a instalação de focos de infecção;
8. Substituir ou restaurar partes da coroa dentária, colocando incrustações ou coroas protéticas para completar ou substituir o órgão dentário;
9. Orientar os pacientes quanto os cuidados com a higiene bucal;
10. Prescrever ou administrar medicamentos para prevenir hemorragia pós-cirúrgica ou tratar de infecções da boca e dentes;
11. Participar da equipe multidisciplinar, efetuando treinamentos e desenvolvendo programas e projetos;
12. Registrar os dados coletados lançando-os em fichas individuais, para acompanhar a evolução do tratamento;
13. Prescrever medicamentos quanto necessário
14. Providenciar o preenchimento das filhas e relatórios informando as atividades e serviços prestados;
15. Aconselhar os pacientes quanto aos cuidados de higiene, orientando-os na proteção dos dentes e gengivas;
16. Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;
17. Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.
18. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
19. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
20. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: ODONTÓLOGO – ESF

Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Odontologia e Registro no Conselho Regional de Odontologia
Carga Horária: 40 hs

- 1 - Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;
- 2 - Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;
- 3 - Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolutividade;
- 4 - Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento;
- 5 - Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;
- 6 - Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
7. Prestar atendimento e realizar procedimentos odontológicos, aos municípios, objetivando prevenção, diagnóstico e tratamento das afecções dos dentes e da boca e melhorar a estética bucal;
8. Realizar exames nos dentes e na cavidade bucal, utilizando aparelhos específicos para verificar a presença de cáries e outras afecções;
9. Priorizar o atendimento a pacientes que apresentem quadros de infecção e dor;
10. Identificar afecções quanto à extensão e profundidade, valendo-se de instrumentos e exames adequados para estabelecer o tipo de tratamento;
11. Efetuar administração de anestésicos, para dar conforto ao paciente e facilitar o tratamento;
12. Efetuar restaurações, extrações, limpeza profilática, selantes aplicação de flúor e demais procedimentos necessários;
13. Realizar limpeza profilática dos dentes e gengivas, extraindo o tártaro, para eliminar a instalação de focos de infecção;
14. Substituir ou restaurar partes da coroa dentária, colocando incrustações ou coroas protéticas para completar ou substituir o órgão dentário;
15. Orientar os pacientes quanto os cuidados com a higiene bucal;
16. Prescrever ou administrar medicamentos para prevenir hemorragia pós-cirúrgica ou tratar de infecções da boca e dentes;
17. Participar da equipe multidisciplinar, efetuando treinamentos e desenvolvendo programas e projetos;
18. Registrar os dados coletados lançando-os em fichas individuais, para acompanhar a evolução do tratamento;
19. Prescrever medicamentos quando necessário;
20. Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do THD, ACD e ESF;
21. Realizar supervisão técnica do THD e ACD;
22. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;
23. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
24. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
- 25 - Executar outras atividades correlatas.

CARGO: PSICÓLOGO
Habilitação/Escolaridade: Nível Superior em Psicologia e Registro no Conselho Regional de Psicologia

Carga Horária: 24 hs

Atribuições:

1. Realizar entrevistas, consultas e procedimentos psicológicos, com os munícipes, de acordo com as necessidades averiguadas;
2. Elaborar e implantar programas e projetos de treinamento de desenvolvimento de pessoal;
3. Acompanhar os treinandos nos cursos e avaliar os resultados dos treinamentos dos servidores;
4. Aplicar métodos e técnicas da psicologia do trabalho, para possibilitar o ajustamento do servidor no trabalho;
5. Participar da elaboração e aplicação de testes de seleção, de acordo com a função do cargo a ser preenchido;
6. Prestar assistência psicológica nas unidades de ensino municipal, fornecendo subsídios técnicos para orientação do processo ensino-aprendizagem;
7. Orientar e assistir aos professores e auxiliares de sala, quanto a sua postura diante das crianças com problemas emocionais e/ou psicomotores;
8. Sistematizar com a colaboração do professor o processo de acompanhamento do aluno em todos os aspectos de seu desenvolvimento;
9. Informar os pais sobre a ação educativa da escola para que possam acompanhar com mais segurança os aspectos psicopedagógicos da educação de seus filhos;
10. Contribuir para o funcionamento da equipe multiprofissional da área da saúde, com estudos e trabalhos grupais, com o enfoque psicológico das perturbações da saúde;
11. Orientar no atendimento aos casos de perturbações psíquicas, nas ações de prevenção às doenças e perturbações mentais e nas ações de promoção da saúde mental;
12. Orientar as ações de reabilitação e ressocialização dos doentes e perturbados mentais, principalmente os egressos de hospitais psiquiátricos;
13. Participar na realização de diagnóstico de comunidade;
14. Participar de estudos de técnicas psicoterápicas alternativas;
15. Participar de estudos de ervas medicinais;
16. Assessorar tecnicamente as diversas áreas da municipalidade em questões psicológicas;
17. Realizar estudos psicológicos de interesse dos diversos órgãos da municipalidade;
18. Participar de estudos de técnicas grupais;
19. Supervisionar as atividades de estagiários de psicologia;
20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
21. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
22. Executar outras atividades correlatas.

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICOS - ANT – CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO

CARGO: AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL – ESF

Habilitação/Escolaridade: Nível Médio com apresentação do Curso de Qualificação Profissional de Auxiliar de Saúde Bucal e Registro no Conselho Regional de Odontologia.

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde;
2. Proceder à desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados;
3. Preparar e organizar instrumental e materiais necessários;
4. Instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista e/ou o THD - Técnico em Higiene Dental nos procedimentos clínicos;
5. Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;
6. Organizar a agenda clínica;
7. Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; e
8. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde da Família;
9. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
11. Executar outras atividades correlatas

CARGO: ASSISTENTE CONTÁBIL E FINANCEIRO

Habilitação/Escolaridade: Curso de Técnico em Contabilidade

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Auxiliar na escrituração de livros contábeis, anotando corretamente os dados contidos nos documentos originais, para cumprir as exigências legais e administrativas;
2. Auxiliar na classificação e avaliação de despesas, analisando a natureza das mesmas, para apropriar custos de bens e serviços e para registrar dados contábeis;
3. Auxiliar nos trabalhos de análise, e conciliação de contas conferindo os saldos, para assegurar a correção das operações contábeis;
4. Realizar levantamento de balanços patrimoniais da Prefeitura e balancetes;
5. Acompanhar a execução do ciclo orçamentário;
6. Elaborar quadros demonstrativos, relatórios e tabelas, compilando dados contábeis e efetuando cálculos segundo a orientação da chefia e com base em informações de arquivos, fichários e outros;
7. Operar máquinas de contabilidade, acionando seus dispositivos para efetuar lançamentos contábeis;
8. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
9. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
10. Executar tarefas correlatas.

CARGO: MONITOR DA CASA FAMILIAR RURAL

Habilitação/Escolaridade: Curso Técnico na Área Agrícola

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Coordenar e gerenciar as atividades desenvolvidas na Casa Familiar Rural;
2. Prestar assistência técnica, na área agrícola, aos alunos, seus familiares e demais agricultores;
3. Supervisionar as atividades de manutenção e conservação da Casa Familiar Rural;
4. Apresentar projetos, a serem apreciados pelo Chefe do Poder Executivo, para a consecução dos objetivos da Casa Familiar Rural;
5. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
7. Executar tarefas correlatas

CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Escolaridade: Curso de Técnico em Contabilidade, com Registro no Conselho Regional de Contabilidade.

Carga Horária: 40 horas

Atribuições:

1. Assinar, juntamente com o Prefeito, os balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis do Município, seus fundos e fundações;
2. Visar todos os documentos elaborados pela contabilidade;
3. Elaborar, de acordo com as instruções vigentes, a proposta orçamentária do Município, bem como coordenar a elaboração da proposta orçamentária dos fundos municipais e fundações;
4. Acompanhar a execução orçamentária do Município, seus fundos e fundações;
5. Coordenar a elaboração da Lei Orçamentária e do Plano Plurianual;
6. Elaborar, quando solicitadas e necessárias, as propostas para abertura de créditos adicionais;
7. Proceder ao levantamento, na época própria, do Balanço Geral do Município, compreendido seus fundos e fundações;
8. Examinar, conferir e instituir processos de pagamento;
9. Controlar os prazos de aplicação e prestação de contas de adiantamentos;
10. Participar de sindicâncias e processos administrativos instaurados no âmbito municipal;
11. Determinar a abertura, encerramento, reabertura e o desdobramento de contas do Plano de Contas do Município;
12. Estabelecer normas e acompanhar o correto registro das entradas de receita no Município;
13. Supervisionar o registro, acompanhar e controlar as variações patrimoniais;
14. Supervisionar, acompanhar e controlar as prestações de contas devidas pelo Município;
15. Supervisionar o controle de custos dos serviços públicos;
16. Desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas, no tocante à execução, organização, e controle dos serviços de contabilidade do Município, compreendida a Administração direta e indireta;
17. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
18. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
19. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Habilitação/Escolaridade: Curso de Técnico em Enfermagem, nos termos da Lei 7.498/86 e alterações posteriores.

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados;
2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;
3. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
4. Executar ações assistenciais de técnico de enfermagem;
5. Participar da programação da assistência de enfermagem;
6. Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;
7. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;
8. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;
9. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infectocontagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros;
10. Auxiliar a equipe multiprofissional local e regional de saúde no atendimento às necessidades da comunidade;
11. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;
12. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;
13. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;
14. Participar da equipe de saúde;
15. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal;
16. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem;
17. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
18. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
19. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM – ESF

Habilitação/Escolaridade: Curso de Técnico em Enfermagem, nos termos da Lei 7.498/86 e alterações posteriores

Carga Horária: 40 hs

1. Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentares no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
2. Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe;
3. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;
4. Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;
5. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;
6. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
7. Executar ações assistenciais de técnico de enfermagem;
8. Participar da programação da assistência de enfermagem;
9. Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;
10. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;
11. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;
12. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infectocontagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros;
13. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;
14. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;
15. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;
16. Participar da equipe de saúde;
17. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal;
18. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem;

19. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
20. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
21. Executar outras atividades correlatas

**GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM –
ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO**

CARGO: AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA

Habilitação/Escolaridade: Ensino Médio

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Desenvolver atividades técnicas de nível médio, de natureza operacional, abrangendo serviços referentes à realização de exames, manutenção e esterilização de equipamentos;
2. Desenvolver atividades auxiliares de enfermagem simplificada, abrangendo serviços relativos aos cuidados de saúde do indivíduo, família e comunidade, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde.
3. Orientar e vistoriar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária;
4. Promover a educação e fiscalização sanitária e ambiental;
5. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
7. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: AGENTE DE CADASTRO RURAL

Habilitação/Escolaridade: Ensino Médio

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Executar atividades de manutenção dos cadastros geográficos, redes e munícipes;
2. Orientar os proprietários de terras rurais quanto ao preenchimento de declarações para fins de cadastramento, solicitar informações complementares, para efeito de acerto e complementação cadastral;
3. Prestar informações quanto ao pagamento de ITR;
4. Prestar informações sobre cadastramento rural;
5. Consolidar a atualização dos cadastros através de dados oriundos das áreas operacional e comercial;
6. Levantar informações de expansão de redes, crescimento vegetativo, substituição de redes de água e redes de esgoto e unidades operacionais;
7. Atualizar a base, através do sistema de cadastro, com informações referentes a localidades, bairros, logradouros e outros;
8. Validar os dados existentes nos cadastros;
9. Elaborar relatórios específicos dos cadastros;
10. Elaborar mapas temáticos e croquis através do sistema de geoprocessamento;
11. Elaborar e executar roteiros de serviços;
12. Gerar impressões e cópias de mapas para atendimento às áreas do município;
13. Executar atividades conforme padrões da área de atuação;
14. Realizar trabalhos auxiliares ao Fiscal de Tributos;
15. Executar outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade;
16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
18. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: AGENTE DE REGISTROS PÚBLICOS E DIGITAÇÃO

Habilitação/Escolaridade: Ensino Médio
Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Executar trabalhos de digitação, por instrumento próprio, de textos, tabelas, manuais, projetos de leis, entre outros;
2. Realizar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone, fax e internet;
3. Recepcionar agentes públicos, municipais e visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados;
4. Executar registro, controle, digitação, arquivo, de todo e qualquer serviço de caráter administrativo e patrimonial;
5. Operar computadores digitais, acionando os dispositivos de comando e periféricos, observando e controlando as etapas de programação dentro dos critérios definidos;
6. Preencher formulários, fichas, cartões e transcrever atos oficiais;
7. Codificar dados e documentos; providenciar material de expediente;
8. Auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral;
9. Analisar projetos e instrumentalizar seu desenvolvimento;
10. Operar adequadamente equipamentos de sonorização;
11. Efetuar levantamentos, anotações, cálculos e registros simples;
12. Redigir informações rotineiras e relatórios; preencher guias e requisições;
13. Informar processos administrativos;
14. Interpretar quadros e levantamentos de dados simples; analisar alternativas de serviços;
15. Assistir Superiores;
16. Receber, conferir e relacionar materiais de consumo responsabilizando-se pelo seu controle e levantamento das necessidades;
17. Realizar trabalhos de protocolo, preparo, seleção, classificação, registro, coleção e arquivamento de processos, documentos e fichas;
18. Efetuar a apuração, levantamento e registro de patrimônio;
19. Se necessário, prover através do sistema bancários a movimentação financeira dos valores dispendidos para pagamentos, conjuntamente com seu devido registro no sistema de referência;
20. Proceder à guarda, conferência e controle sistemático do numerário e valores de Caixa e Bancos, controlando o movimento das contas bancárias, através do sistema informatizado, se necessário;
21. Efetuar os depósitos, transferências e levantamentos, tendo em atenção à rentabilização dos valores;
22. Conferir a folha de salarial, conjuntamente com o pagamento dos encargos dos servidores e dos agentes políticos do Poder Legislativo;
23. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
24. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
25. Executar tarefas correlatas.

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Habilitação/Escolaridade: Ensino Médio
Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone, fax e internet;
2. Exercer atividades qualificadas de nível médio, envolvendo supervisão, orientação e análise, interpretação e aplicação de conhecimentos específicos relacionados às áreas de Recursos Humanos, Suprimentos, Materiais, Transporte, Logística, podendo executar atividades administrativas vinculadas à secretaria e biblioteca, visando o desenvolvimento, aprimoramento e cumprimento de rotinas e procedimentos administrativos;
3. Recepcionar munícipes, contribuintes, autoridades e visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados;
4. Executar registro, controle, digitação, arquivo, de todo e qualquer serviço de caráter administrativo;
5. Operar computadores digitais, acionando os dispositivos de comando e periféricos, observando e controlando as etapas de programação dentro dos critérios definidos;
6. Preencher formulários, fichas, cartões e transcrever atos oficiais;
7. Codificar dados e documentos; providenciar material de expediente;
8. Auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral;
9. Operar adequadamente equipamentos de sonorização;
10. Efetuar levantamentos, anotações, cálculos e registros simples e qualificados;
11. Redigir informações rotineiras e relatórios; preencher guias e requisições;
12. Informar processos administrativos;
13. Interpretar quadros e levantamentos de dados simples; analisar alternativas de serviços;
14. Assistir Superiores;
15. Receber, conferir e relacionar materiais de consumo responsabilizando-se pelo seu controle e levantamento das necessidades;
16. Realizar trabalhos de protocolo, preparo, seleção, classificação, registro, coleção e arquivamento de processos, documentos e fichas;
17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
18. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
19. Executar tarefas correlatas.

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO AUXILIAR

Habilitação/Escolaridade: Ensino Médio

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Executar atividades de administração e coordenação, relacionadas a levantamento, pesquisas, análises, interpretação de dados, elaborando pareceres, projetos e planos de ação concernentes à organização e métodos, administração financeira, material e de recursos humanos, além de outras atividades administrativas afins;
2. Analisar sistemas, métodos e rotinas de trabalho, elaborando, planos e desenvolvendo projetos para a simplificação e racionalização de rotinas e procedimentos administrativos;
3. Coordenar, orientar e/ou elaborar estudos relativos à padronização e racionalização de impressos e formulários, recomendando sua implantação e prestando assistência aos usuários;
4. Orientar e/ou elaborar planos, desenvolver atividades relativas à movimentação de materiais, níveis de estoque, pontos de suprimentos, padronização de materiais, pesquisa de mercado, compras, arranjo físico do almoxarifado e patrimônio;
5. Realizar e apresentar estudos para a elaboração da proposta orçamentária anual e plano plurianual de investimentos, a partir do conhecimento da realidade econômico-financeira do Município;
6. Realizar e apresentar estudos para a elaboração da programação financeira anual, calculando, especificando e fazendo previsão de receita e despesa;
7. Acompanhar a execução orçamentária, analisando o comportamento da receita e da despesa e propondo medidas corretivas, quando da ocorrência de desvios dos padrões estabelecidos;
8. Orientar e/ou elaborar planos e desenvolver atividades relacionadas à análise, descrição, especificação e avaliação de cargos, pesquisas salariais, redigindo as instruções necessárias para a implantação ou aperfeiçoamento de sistema de classificação de cargos, salários e carreiras;
9. Elaborar estudos pertinentes a recrutamento e seleção, treinamento, promoção e demais aspectos da administração de pessoal utilizando seus conhecimentos técnicos e compilando dados para definir metodologia, formulários e instruções a serem utilizadas;
10. Fazer levantamento da capacidade ociosa da Administração Municipal de modo a atender de forma eficiente as demandas atuais e futuras;
11. Coletar, estudar e conhecer a legislação e demais normas institucionais, ligadas à área em que atua;
12. Participar das atividades de previsão financeira durante as negociações salariais;
13. Verificar a solvência financeira e a capacidade de endividamento da Administração Municipal;
14. Desenvolver atividades relacionadas com administração e legislação de pessoal, administração patrimonial e de material, transportes internos, cadastro imobiliário, administração tributária, administração financeira, execução orçamentária, licitação e contratos;
15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
17. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: AUXILIAR CONTÁBIL-FINANCEIRO

Escolaridade: Ensino Médio

Carga Horária: 40 horas

Atribuições:

1. Executar tarefas auxiliares de natureza contábil-financeira, envolvendo lançamentos, cálculos, registros e outros serviços nos Setores de Contabilidade, Tesouraria e Tributação;
2. Prestar apoio aos serviços administrativos;
3. Receber, registrar, arquivar e encaminhar documentos;
4. Dar atendimento às solicitações dos demais servidores e do público em geral;
5. Preencher, quando necessário, requisições e formulários;
6. Controlar e requisitar material de expediente;
7. Executar serviços de datilografia e digitação, copiando textos e preenchendo quadros, tabelas, fichas e documentos diversos;
8. Efetuar lançamentos simples em livros de registros;
9. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
11. Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação.

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS
Habilitação/Escolaridade: Ensino Médio
Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Fiscalizar o cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias em relação ao ISS, IPTU, ITBI, obras, Plano Diretor, contribuição de melhoria, taxas instituídas pelo Município em razão do exercício do poder de polícia municipal ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição, e quaisquer outros tributos ou contribuições, existentes ou que venham a ser instituídas em favor do Município, podendo para tanto:

- a) exercer a fiscalização sobre todas as pessoas, físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive sobre os responsáveis tributários e as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal;
 - b) proceder ao exame e verificação de mercadorias, livros fiscais e contábeis, notas fiscais de serviço, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de tributos, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, de quaisquer pessoas, em especial contribuintes e responsáveis tributários e demais documentos necessários à fiscalização dos tributos municipais;
 - c) apreender livros, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, mercadorias, podendo também nomear depositário do que for apreendido;
 - d) proceder à constituição do crédito tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;
 - e) decidir quanto aos pedidos de crédito Tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;
 - f) intimar o contribuinte ou responsável tributário a apresentar, perante a repartição fazendária, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, bem como informações ou comunicações, verbais ou escritas, de interesse da Administração Tributária;
 - g) intimar o contribuinte ou responsável tributário a comparecer perante a repartição fazendária;
 - h) solicitar a apresentação, em Juízo, dos livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, quando houver negativa em apresentá-los, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público, pela conduta tipificada no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 8.137/90;
 - i) requisitar o auxílio da força pública estadual ou federal, civil ou militar, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou, em decorrências delas, quando seja necessário à efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção;
 - j) fiscalizar na rede arrecadadora os controles e comprovantes relativos à arrecadação de tributos municipais;
 - k) expedir intimações, lavrar termos de início, de prorrogação ou de término de fiscalização, de ocorrência, de verificação fiscal e de apreensão, bem como quaisquer outros procedimentos necessários à formalização da ação fiscal;
 - l) desenvolver quaisquer outras atividades, não especificadas anteriormente, e relacionadas com a fiscalização de tributos municipais;
2. Promover o intercâmbio de informações de natureza fiscal, com outros Municípios, com o Estado e a União, na forma autorizada pela legislação;
3. Manter sigilo sobre suas atividades, na forma em que estabelecido pela legislação pertinente;
4. Participar de Comissões Fiscais, quando solicitado pela Chefia, para estudar o interditamento de estabelecimentos que funcionem irregularmente, bem como de grupos de trabalho para a realização de quaisquer outras atividades que necessitem de conhecimento técnico relativo à sua área de atuação;

5. Orientar os contribuintes e responsáveis tributários, quanto às suas obrigações tributárias principal e acessórias, no que se refere a escrituração dos livros fiscais e demais registros legais, ao recolhimento dos tributos e outras informações pertinentes;
6. Atender a plantões fiscais, de acordo com a escala e horários estabelecidos, com o propósito de assistir os contribuintes, responsáveis e demais interessados, no que diz respeito à interpretação e aplicação uniforme, eficaz e equitativa da legislação tributária municipal;
7. Proceder a auditorias e fiscalizações especiais, quando determinadas pela Chefia;
8. Informar os processos contenciosos decorrentes do lançamento de créditos tributários municipais, especialmente aqueles constituídos de ofício;
9. Informar o Ministério Público relativamente a atos e fatos apurados em processo de fiscalização que, em tese, constituam crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90);
10. Apresentar sugestões visando o aperfeiçoamento da legislação tributária;
11. Elaborar relatórios mensais de suas atividades;
12. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: VIGILANTE SANITÁRIO

Habilitação/Escolaridade: Ensino Médio

Carga Horária:40 hs

Atribuições:

1. Desenvolver atividades de controle, fiscalização de produtos e serviços, na área de vigilância

sanitária;

1. Orientar e fiscalizar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária;
2. Promover a educação sanitária e ambiental;
3. Monitorar o meio ambiente, privilegiando ações educativas com a população, quanto aos seus direitos e deveres;
4. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
5. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
6. Executar outras atividades correlatas.

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - ANFC – ATIVIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO: AGENTE AUXILIAR DE SAÚDE PÚBLICA

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.
--

Carga Horária: 40 horas

Atribuições:

1. Executar, sob supervisão imediata, tarefas relacionadas à saúde pública, fiscalizando as condições de higiene das casas de comércio em geral, instalação sanitária das residências e outras situações de saúde pública, aplicando aos infratores as penalidades previstas na legislação;
2. Desenvolver atividades auxiliares aos serviços relativos aos cuidados de saúde do indivíduo, família e comunidade, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde.
3. Auxiliar na orientação e vistoria das atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária;
4. Promover a educação sanitária e ambiental;
5. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
7. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: ADMINISTRADOR DO GINÁSIO
--

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.
--

Carga Horária: 40 horas

Atribuições:

1. Exercer as atividades concernentes à conservação e manutenção e administração do Ginásio;
2. Supervisionar e executar a remoção do pó dos tetos, portas, janelas e equipamentos, a limpeza das escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, e quadras;
3. Supervisionar a arrumação dos banheiros;
4. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
5. Auxiliar na execução dos serviços de limpeza da área externa do Ginásio, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando;
6. Fazer pequenos reparos, tais como: consertos de móveis, aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, torneiras, dentre outros, quando solicitado;
7. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
8. Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa do Ginásio;
9. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;
10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR
Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.
Carga Horária: 40 horas

Atribuições:

1. Prestar apoio aos serviços administrativos;
2. Receber, registrar, arquivar e encaminhar documentos;
3. Dar atendimento às solicitações de empregados e do público em geral;
4. Preencher, quando necessário, requisições e formulários;
5. Controlar e requisitar material de expediente;
6. Executar serviços de datilografia e digitação, copiando textos e preenchendo quadros, tabelas, fichas e documentos diversos;
7. Efetuar lançamentos simples em livros de registros;
8. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
9. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
10. Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação.

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Habilitação/Escolaridade: Ensino Fundamental Completo

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados;
2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;
3. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
4. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;
5. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;
6. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a: nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis e efetuando registro em fichas e livros;
7. Auxiliar a equipe multiprofissional de saúde no atendimento às necessidades das comunidades;
8. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;
9. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;
10. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;
11. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
12. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem;
13. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
15. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM – ESF
Habilitação/Escolaridade: Ensino Fundamental Completo
Carga Horária: 40 hs
Atribuições:

1. Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentares no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
2. Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe;
3. Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;
4. Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;
5. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados;
6. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;
7. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
8. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;
9. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;
10. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a: nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis e efetuando registro em fichas e livros;
11. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
12. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem;
13. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
15. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Habilitação/Escolaridade: Ensino Fundamental Completo

Carga Horária: 40 hs**Atribuições:**

1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os;
2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó;
3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;
4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;
5. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde, nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao aterro sanitário;
6. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
7. Preparar e servir chá, café ou água;
8. Lavar as roupas das crianças, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde;
9. Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras, excluído o suporte pedagógico;
10. Auxiliar na locomoção dos alunos portadores de necessidades especiais, bem como nos serviços gerais de apoio administrativo e/ou operacional;
11. Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas;
12. Efetuar contagem das roupas lavadas e passadas para controle das mesmas;
13. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando;
14. Auxiliar na preparação de refeições, e merendas escolares, descascando e cortando verduras e temperos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha;
15. Fazer pequenos reparos, tais como: consertos de móveis, aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, torneiras, dentre outros, quando solicitado;
16. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
17. Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais;
18. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;
19. Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;
20. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos;
21. Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha;
22. Executar serviços de copa e cozinha;

23. Elaborar pedidos de material para merenda, copas e cozinhas;
24. Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle;
25. Receber, guardar os alimentos recebidos;
26. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
27. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
28. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: MECÂNICO

Habilitação/Escolaridade: Ensino Fundamental Completo

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Inspecionar veículos em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
2. Desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
3. Revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
4. Regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
5. Montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
6. Fazer reparos simples no sistema elétrico de veículos;
7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
9. Executar outras atribuições inerentes ao cargo.

CARGO: MOTOCICLISTA

Habilitação/Escolaridade: Ensino Fundamental Completo, com Carteira Nacional de Trânsito categoria "A".

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Dirigir motocicleta;
2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
3. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção;
5. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
7. Transportar cargas, adequadas as motocicletas, dentro e fora do Município;
8. Levar ou trazer resultados de exames de pacientes dentro e fora do Município;
9. Levar e trazer com zelo documentos, materiais e cargas pertencentes à Administração Municipal;
10. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;
11. Participar de cursos de primeiros socorros para operar a ambulância;
12. Prestar primeiros socorros às vítimas em trânsito no veículo sob sua responsabilidade;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar tarefas correlatas.

CARGO: MOTORISTA

Habilitação/Escolaridade: Ensino Fundamental Completo, com Carteira Nacional de Trânsito categoria "D".

Carga Horária:40 hs

Atribuições:

1. Dirigir veículos de pequeno porte, e utilitários; tais como: carros de passeio, vans e utilitários pequenos, veículos de ambulância, veículos de transporte coletivo de pessoas e caminhões;
2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
3. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção;
5. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
7. Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do Município;
8. Levar ou trazer resultados de exames de pacientes dentro e fora do Município;
9. Providenciar o embarque e desembarque de pessoas com problemas de saúde e dificuldade de locomoção para o interior da ambulância carregando-as na maca bem como transportá-las para o interior das residências, dos ambulatorios, hospitais e outros locais pertinentes;
10. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;
11. Participar de cursos de primeiros socorros para operar a ambulância;
12. Prestar primeiros socorros às vítimas em trânsito no veículo sob sua responsabilidade;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar tarefas correlatas.

CARGO: OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Habilitação/Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.
--

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Executar trabalhos de pintura, carpintaria, marcenaria, pedreiro, eletricista e armador;
2. Executar serviços relativos à marcenaria como: fabricar, consertar e restaurar produtos de madeira e derivados;
3. Colocação de molduras em quadros e mapas;
4. Executar serviços de construção e colocação de madeira em obras;
5. Preparar canteiro de obras e montar formas para alvenaria; especificar materiais e equipamentos; isolar área com tapume e organizar posto de trabalho; locar eixos da construção (pilares e parede); conferir esquadro, prumo e nível (forro, pilar, viga); separar peças e painéis conforme projeto de montagem de formas e fazer seu gabarito; fazer painéis de forma usando pregos e distribuir cavaletes para viga conforme projeto; acompanhar concretagem, reparando formas, se necessário;
6. Confeccionar formas de madeira, telhados e forros de laje (painéis) para construção civil; montar escoramento de forro de laje e longarinas e barrotes para apoio de forro de laje; construir andaimes, bandejas salva-vidas, proteção provisória de escadas, proteção de madeira e estruturas de madeira para telhado, além de escorar lajes de grandes vãos;
7. Montar e assentar portas e esquadrias; executar serviços tais como: desmonte de andaimes, seleção de materiais reutilizáveis, armazenamento de peças e equipamentos;
8. Confeccionar e reformar móveis; operar máquinas de marcenaria, tais como: topia, plaina, máquina circular, serra de fita, desengrosso, lixadeira e furadeira; executar serviços de marcenaria, tais como: montagem e desmontagem de mobiliários e divisórias, consertos de móveis, fabricação de móveis em geral; executar serviços de carpintaria, tais como: desdobro de madeira, engradamentos, fabricação e instalação de marcos de portas e portões;
9. Recompôr a pavimentação das vias públicas;
10. Pavimentar solos de estradas, ruas e obras similares, nivelando-os com areia ou terra e recobrimo-os com paralelepípedos ou blocos de concreto, para dar-lhes melhor aspectos e facilitar o tráfego de veículos;
11. Compactar e preparar o nivelamento do solo;
12. Marcar com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material;
13. Preparar o solo, recobrimo-o com areia ou terra, para nivelá-lo e permitir o assentamento das peças;
14. Colocar cada peça, posicionando-a sobre a areia e assentando-a para encaixá-las em seu lugar;
15. Recobrir junções, preenchendo-se com pedrisco ou argamassa de cimento, para igualar o calçamento e dar acabamento à obra;
16. Fazer a limpeza dos logradouros, removendo sobras de materiais;
17. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
18. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
19. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo, com Carteira Nacional de Trânsito categoria "D".

Carga Horária: 40 horas

Atribuições:

1. Operar máquinas para execução de serviços de infraestrutura, tais como: pá carregadeira, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e rompedor, tratores de terraplanagem;
2. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas;
3. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica, utilizando máquina carregadeira;
4. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores, sistemas de freio, de arrefecimento etc., com vista à boa conservação e manutenção do veículo;
5. Ajudar na carga e descarga, quando necessário;
6. Espalhar terra, areia, pedra, brita e asfalto;
7. Abrir e limpar valas e canais para a melhoria dos sistemas de drenagem, e nos serviços de rompimento de pedras;
8. Providenciar controle de abastecimento, controle das revisões e manutenção preventiva;
9. Desenvolver atividades nas equipes de manutenção das estradas municipais e nas propriedades rurais do município;
10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Prover serviços de manutenção e recuperação de vias públicas, pontes e áreas públicas;
13. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: TELEFONISTA

Habilitação/Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Carga Horária: 40 hs

Atribuições:

1. Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone, fax e internet;
2. Prestar apoio aos serviços administrativos auxiliares;
3. Receber, registrar, arquivar e encaminhar documentos;
4. Dar atendimento às solicitações de servidores, autoridades e do público em geral;
5. Preencher, quando necessário, requisições e formulários;
6. Controlar e requisitar material de expediente;
7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
9. Executar outras tarefas que se incluíam, por similaridade, no mesmo campo de atuação.

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI – ATIVIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Cargo: **AUXILIAR OPERACIONAL**

Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto.
--

Carga Horária: 40 horas

Atribuições:

1. Executar a ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades para possibilitar a tomada de providências necessárias a fim de evitar depredações, pirações, algazaras, entrada de pessoas estranhas, roubos e prevenir incêndios e outros danos;
2. Vigiar parques, praças e reservas do meio ambiente;
3. Controlar a movimentação de pessoas, veículos e materiais;
4. Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos;
5. Atender os visitantes, identificando-os e encaminhando-os aos setores procurados;
6. Investigar todas as condições anormais que tenha observado;
7. Comunicar a pessoa ou órgão competente, informando das ocorrências do seu setor, para permitir a tomada de providências adequadas a cada caso;
8. Responder as chamadas telefônicas e anotar recados;
9. Cumprir todas as determinações emanadas de seu superior hierárquico;
10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: AGENTE OPERACIONAL

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.
--

Carga Horária: 40 horas

Atribuições:

- | |
|--|
| 1. Desenvolver as tarefas com esforço físico nos serviços operacionais de base infraestrutural, em |
|--|

- várias áreas de atuação do Município, em especial para limpeza geral, construção e conservação de vias, além de dirigir veículos automotores e operar o maquinário da frota municipal;
2. Pavimentar solos de estradas, ruas e obras similares, nivelando-os com areia ou terra e recobrimdo-os com paralelepípedos ou blocos de concreto, para dar lhes melhor aspectos e facilitar o tráfego de veículos;
 3. Determinar o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material; preparando o solo, recobrimdo-o com areia ou terra, para nivelá-lo e permitir o assentamento das peças;
 4. Prover serviços de manutenção e recuperação de vias públicas, pontes e áreas públicas;
 5. Colocar cada peça, posicionando-a sobre a areia e assentando-a com golpes de martelo ou malho, para encaixá-la em seu lugar; recobrimdo junções, preenchendo-se com alcatrão ou argamassa de cimento, para igualar o calçamento e dar acabamento à obra;
 6. Auxiliar nos serviços de calceteiro, coleta de lixo, pedreiro, carpinteiro, lajoteiro e outros; Dirigir veículos de pequeno porte, e utilitários; tais como: carros de passeio, vans e utilitários pequenos, veículos de ambulância, veículos de transporte coletivo de pessoas e caminhões;
 7. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
 8. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
 9. Efetivar atividades operacionais, na área de saúde e obras;
 10. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
 11. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
 12. Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do Município;
 13. Levar ou trazer resultados de exames de pacientes dentro e fora do Município;
 14. Providenciar o embarque e desembarque de pessoas com problemas de saúde e dificuldade de locomoção para o interior da ambulância carregando-as na maca bem como transportá-las para o interior das residências, dos ambulatórios, hospitais e outros locais pertinentes;
 15. Operar máquinas para execução de serviços de infraestrutura, tais como: pá carregadeira, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e rompedor, tratores de terraplanagem;
 16. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas;
 17. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica, utilizando máquina carregadeira;
 18. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores, sistemas de freio, de arrefecimento etc., com vista à boa conservação e manutenção do veículo;
 19. Espalhar terra, areia, pedra, brita e asfalto;
 20. Abrir e limpar valas e canais para a melhoria dos sistemas de drenagem, e nos serviços de rompimento de pedras;
 21. Desenvolver atividades nas equipes de manutenção das estradas municipais e nas propriedades rurais do município;
 22. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
 23. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
 24. Executar outras atividades correlatas.

--

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO I
--

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.
--

Carga Horária: 40 horas

Atribuições:

1. Pavimentar solos de estradas, ruas e obras similares, nivelando-os com areia ou terra e recobrimdo-os com paralelepípedos ou blocos de concreto, para dar lhes melhor aspectos e facilitar o trafego de veículos;
2. Determinar o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material; preparando o solo, recobrimdo-o com areia ou terra, para nivelá-lo e permitir o assentamento das peças;
3. Prover serviços de manutenção e recuperação de vias públicas, pontes e áreas públicas;
4. Colocar cada peça, posicionando-a sobre a areia e assentando-a com golpes de martelo ou malho, para encaixá-la em seu lugar; recobrimdo junções, preenchendo-se com alcatrão ou argamassa de cimento, para igualar o calçamento e dar acabamento à obra;
5. Auxiliar nos serviços de calceteiro, coleta de lixo, pedreiro, carpinteiro, lajoteiro e outros;
6. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
7. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
8. Executar outras atividades correlatas.

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO II
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.
Carga Horária: 40 horas

Atribuições:

1. Auxiliar nos serviços funerários;
2. Construir, preparar, limpar, abrir e fechar sepulturas;
3. Realizar sepultamento e exumar cadáveres;
4. Trasladar corpos e despojos;
5. Conservar cemitérios, máquinas e ferramentas de trabalho;
6. Zelar pela segurança do cemitério
7. Zelar pela manutenção e pela limpeza de vasos e jardins do Município;
 8. Introduzir sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal;
 9. Efetuar o preparo de mudas e sementes através da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais;
 10. Realizar tratamentos culturais, além de preparar o solo para plantio;
 11. Executar serviços de poda, de adubação e de mudanças de vasos;
 12. Cultivar e manter mudas, plantas e flores ornamentais;
 13. Usar técnicas e processos adequados para executar seus serviços;
 14. Fazer manutenção de áreas gramadas, utilizando instrumentos manuais, mecânicos ou elétricos;
 15. Trabalhar na conservação das plantas;
 16. Auxiliar na aplicação de inseticidas e fungicidas;
 17. Executar trabalhos de preparar a terra, arando-a, adubando-a, irrigando-a e efetuando outros tratamentos necessários, para proceder ao plantio de flores, árvores, arbustos e outras plantas;
 18. Introduzir sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal;
 19. Cultivar e manter mudas, plantas e flores ornamentais;
 20. Pavimentar solos de estradas, ruas e obras similares, nivelando-os com areia ou terra e recobrindo-os com paralelepípedos ou blocos de concreto, para dar-lhes melhor aspecto e facilitar o tráfego de veículos;
 21. Determinar o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material; preparando o solo, recobrindo-o com areia ou terra, para nivelá-lo e permitir o assentamento das peças;
 22. Colocar cada peça, posicionando-a sobre a areia e assentando-a com golpes de martelo ou malho, para encaixá-la em seu lugar; recobrindo junções, preenchendo-se com alcatrão ou argamassa de cimento, para igualar o calçamento e dar acabamento à obra;
 23. Auxiliar nos serviços de calceteiro, coleta de lixo, pedreiro, carpinteiro, lajoteiro e outros;
 24. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
 25. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
 26. Prover serviços de manutenção e recuperação de vias públicas, pontes e áreas públicas;
 27. Executar outras atividades correlatas.

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PP 013/2019 - FMS

Publicação Nº 2230612

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS – AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 – O Município de Anitápolis – SC, torna público aos interessados que, na sessão marcada para o dia 18 de novembro de 2019 às 14:00hs (quatorze horas), na modalidade Pregão Presencial – Edital 013/2019, tendo como objeto o registro de preços para aquisição futura, eventual e parcelada de serviços de saúde para a realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, verificou-se o NÃO COMPARECIMENTO de qualquer interessado, sendo assim, declarado como DESERTO. Anitápolis, 18/11/2019. Solange Back – Secretária Municipal de Saúde.

PORTARIA 165/2019

Publicação Nº 2230559

PORTARIA Nº 165/2019
CONCEDE LICENÇA

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso VI, Art. 66 e seus parágrafos da Lei nº 504/00 de 28.12.2000 e pela Seção II, Art. 97, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido a servidora MARCIA VIRGINIA VANDRESEN HAHN, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº 905, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, licença para tratamento de pessoa da família pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 13 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 18 de novembro de 2019.

Rogério Hasse

Prefeito Municipal em exercício

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 191/2019

Publicação Nº 2229612

DECRETO Nº 000191/19 de 14 de Novembro de 2019

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 52.700,80 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 52.700,80

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 32.562,70

04.02.12.365.0006.2.006-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.138,10

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Novembro de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 192/2019

Publicação Nº 2229974

DECRETO Nº 000192/19 de 14 de Novembro de 2019

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.324,31 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

06.01.15.452.0009.2.019-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.324,31

ra atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 5.324,31

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Novembro de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 152/2019

Publicação Nº 2229944

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 152/2019. Origem: Processo Licitatório n. 139/2019, Pregão Presencial n. 087/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: ELO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para a aquisição de balanço para uso em parque, bebedouro e tatames para as unidades escolares pertencentes à rede de ensino infantil do município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para o lote 02 com valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Vigência: 18/11/2019 até 18/11/2020.

Antônio Carlos, 18 de novembro de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO N. 153/2019

Publicação Nº 2230485

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 153/2019. Origem: Processo Licitatório n. 118/2019. Pregão Presencial 074/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratado: ZAMPIERI & LUFT ADVOGADOS ASSOCIADOS SS Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para revisão do estatuto e elaboração de plano de cargos, carreiras e salários da administração municipal de Antônio Carlos. Valor: O valor total é de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais) sendo pago através de 10 (dez) parcelas, no valor de R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais) cada. Vigência: 18 de novembro de 2019 até 18 de fevereiro de 2020.

Antônio Carlos, 14 de novembro de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA 550/2019

Publicação Nº 2230418

PORTARIA Nº 550/2019

Nomeia servidor comissionado.

ONÉLIO RICHARTZ – Prefeito em exercício do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear EMERSON ROBERTO SCHAPPO para o cargo comissionado de SECRETÁRIO DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, a partir de 19 de novembro de 2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 18 de novembro de 2019.

ONÉLIO RICHARTZ
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria em 19 de novembro de 2019.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2019

Publicação Nº 2229614

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.389.450,00	42.389.450,00	7.785.401,19	18,37	35.615.020,44	84,02	6.774.429,56
RECEITAS CORRENTES	36.869.450,00	36.869.450,00	6.665.391,18	18,08	33.950.610,10	92,08	2.918.839,90
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.517.675,00	4.517.675,00	611.949,18	13,55	4.271.533,50	94,55	246.141,50
IMPOSTOS	4.041.800,00	4.041.800,00	573.127,46	14,18	3.823.608,79	94,60	218.191,21
TAXAS	475.875,00	475.875,00	38.821,72	8,16	447.924,71	94,13	27.950,29
CONTRIBUIÇÕES	2.008.875,00	2.008.875,00	297.288,14	14,80	1.684.261,06	83,84	324.613,94
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.158.000,00	1.158.000,00	178.912,31	15,45	864.831,47	74,68	293.168,53
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	850.875,00	850.875,00	118.375,83	13,91	819.429,59	96,30	31.445,41
RECEITA PATRIMONIAL	2.923.050,00	2.923.050,00	865.533,78	29,61	3.287.142,12	112,46	-364.092,12
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	52.950,00	52.950,00	1.405,49	2,65	10.396,91	19,64	42.553,09
VALORES MOBILIÁRIOS	2.870.100,00	2.870.100,00	864.128,29	30,11	3.276.745,21	114,17	-406.645,21
RECEITA AGROPECUÁRIA	10.000,00	10.000,00	250,00	2,50	1.601,74	16,02	8.398,26
RECEITA DE SERVIÇOS	127.000,00	127.000,00	20.178,68	15,89	100.931,32	79,47	26.068,68
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	81.000,00	81.000,00	13.006,62	16,06	68.247,99	84,26	12.752,01
OUTROS SERVIÇOS	46.000,00	46.000,00	7.172,06	15,59	32.683,33	71,05	13.316,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.118.900,00	27.118.900,00	4.830.847,24	17,81	24.333.330,77	89,73	2.785.569,23
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.789.000,00	8.789.000,00	1.335.968,69	15,20	7.384.626,89	84,02	1.404.373,11
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	14.254.900,00	14.254.900,00	2.731.144,53	19,16	13.118.727,75	92,03	1.136.172,25
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	60.000,00	60.000,00	5.000,00	8,33	45.000,00	75,00	15.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	4.015.000,00	4.015.000,00	758.734,02	18,90	3.784.976,13	94,27	230.023,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	163.950,00	163.950,00	39.344,16	24,00	271.809,59	165,79	-107.859,59
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	17.950,00	17.950,00	0,00	0,00	16,87	0,09	17.933,13
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	11.000,00	11.000,00	12.984,65	118,04	62.056,87	564,15	-51.056,87
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	135.000,00	135.000,00	26.359,51	19,53	209.735,85	155,36	-74.735,85
RECEITAS DE CAPITAL	5.520.000,00	5.520.000,00	1.120.010,01	20,29	1.664.410,34	30,15	3.855.589,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	228.000,00	228.000,00	750.000,00	328,95	750.000,00	328,95	-522.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	228.000,00	228.000,00	750.000,00	328,95	750.000,00	328,95	-522.000,00
ALIEÇÃO DE BENS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.286.000,00	5.286.000,00	370.010,01	7,00	914.410,34	17,30	4.371.589,66
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	5.286.000,00	5.286.000,00	359.198,03	6,80	686.450,03	12,99	4.599.549,97
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	10.811,98	0,00	227.960,31	0,00	-227.960,31

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.826.000,00	2.826.000,00	446.767,19	15,81	2.165.879,91	76,64
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	45.215.450,00	45.215.450,00	8.232.168,38	18,21	37.780.900,35	83,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	45.215.450,00	45.215.450,00	8.232.168,38	18,21	37.780.900,35	83,56
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	45.215.450,00	45.215.450,00	8.232.168,38	18,21	37.780.900,35	83,56
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.695.279,55	—	—	2.695.279,55	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	2.695.279,55	—	—	2.695.279,55	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	38.751.450,00	47.021.221,55	8.440.354,61	34.979.414,26	12.041.807,29	6.465.005,22	28.447.270,71	18.573.950,84	27.104.775,88
DESPESAS CORRENTES	30.996.300,00	33.954.516,11	4.575.181,91	27.112.458,02	6.842.058,09	5.394.917,50	25.175.472,20	8.779.043,91	23.872.481,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.392.500,00	20.830.767,04	3.285.478,08	16.038.814,92	4.791.952,12	3.291.103,08	16.036.939,92	4.793.827,12	14.939.224,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	212.000,00	347.000,00	120.943,02	295.575,51	51.424,49	120.943,02	295.575,51	51.424,49	295.575,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.391.800,00	12.776.749,07	1.168.760,81	10.778.067,59	1.998.681,48	1.982.871,40	8.842.956,77	3.933.792,30	8.637.681,59
DESPESAS DE CAPITAL	7.721.500,00	13.033.055,44	3.865.172,70	7.866.956,24	5.166.099,20	1.070.087,72	3.271.798,51	9.761.256,93	3.232.294,51
INVESTIMENTOS	6.631.500,00	11.878.055,44	3.648.159,94	6.870.708,36	5.007.347,08	853.074,96	2.275.550,63	9.602.504,81	2.236.046,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.090.000,00	1.155.000,00	217.012,76	996.247,88	158.752,12	217.012,76	996.247,88	158.752,12	996.247,88

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	38.751.450,00	47.021.221,55	8.440.354,61	34.979.414,26	12.041.807,29	6.465.005,22	28.447.270,71	18.573.950,84	27.104.775,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	33.650,00	33.650,00	0,00	0,00	33.650,00	0,00	0,00	33.650,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	33.650,00	33.650,00	0,00	0,00	33.650,00	0,00	0,00	33.650,00	0,00
	2.826.000,00	2.863.600,00	448.055,39	2.136.293,48	727.306,52	448.055,39	2.136.293,48	727.306,52	1.961.082,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	41.577.450,00	49.884.821,55	8.888.410,00	37.115.707,74	12.769.113,81	6.913.060,61	30.583.564,19	19.301.257,36	29.065.857,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	41.577.450,00	49.884.821,55	8.888.410,00	37.115.707,74	12.769.113,81	6.913.060,61	30.583.564,19	19.301.257,36	29.065.857,88
SUPERÁVIT (XIII)									
TOTAL (XIV) = (XII + X III)	41.577.450,00	49.884.821,55	8.888.410,00	37.780.900,35	—	6.913.060,61	37.780.900,35	—	8.715.042,47
RESERVA DO RPPS	3.638.000,00	3.638.000,00	—	—	3.638.000,00	—	—	3.638.000,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	2.826.000,00	2.826.000,00	446.767,19	15,81	2.165.879,91	76,64
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.826.000,00	2.826.000,00	446.767,19	15,81	2.165.879,91	76,64
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.266.000,00	2.266.000,00	348.354,62	15,37	1.688.363,56	74,51
REC CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - Contribuições Sociais	2.266.000,00	2.266.000,00	348.354,62	15,37	1.688.363,56	74,51
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	560.000,00	560.000,00	98.412,57	17,57	477.516,35	85,27
Demais Receitas Correntes	560.000,00	560.000,00	98.412,57	17,57	477.516,35	85,27

Continua 3/4

Município de ANTONIO CARLOS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2019/Bimestre Setembro - Outubro

Continuação 4/4

Despesas (Intra-Orçamentárias)	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	2.826.000,00	2.863.600,00	448.055,39	2.136.293,48	727.306,52	448.055,39	2.136.293,48	727.306,52	1.961.082,00
Despesas Correntes	2.826.000,00	2.863.600,00	448.055,39	2.136.293,48	727.306,52	448.055,39	2.136.293,48	727.306,52	1.961.082,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.266.000,00	2.303.600,00	349.642,82	1.704.716,45	598.883,55	349.642,82	1.704.716,45	598.883,55	1.529.504,97
Outras Despesas Correntes	560.000,00	560.000,00	98.412,57	431.577,03	128.422,97	98.412,57	431.577,03	128.422,97	431.577,03
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 6.388.211,14

ANTONIO CARLOS, 13/11/2019

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

ELAINE A. PETRY CUNRADI
Contador CRC/SC - 036655

ANA CARLA PRIM
Controle Interno

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")												RS 1,0
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)				
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)												
Legislativa	38.751.450,00	47.021.221,55	8.440.354,61	34.979.414,26	94,24	12.041.807,29	6.465.005,22	28.447.270,71	93,01	18.573.950,84		
Ação Legislativa	1.870.000,00	1.870.000,00	339.959,28	1.274.451,63	3,43	595.548,37	341.916,72	1.249.026,71	4,08	620.973,29		
Administração	1.870.000,00	1.870.000,00	339.959,28	1.274.451,63	3,43	595.548,37	341.916,72	1.249.026,71	4,08	620.973,29		
Planejamento e Orçamento	3.137.500,00	3.481.640,00	350.598,08	2.647.722,39	7,13	833.917,61	464.899,46	2.502.807,12	8,18	978.832,88		
	378.000,00	385.000,00	60.349,87	327.639,39	0,88	57.360,61	64.178,44	318.356,46	1,04	66.643,54		
Administração Geral	2.677.500,00	3.014.640,00	290.248,21	2.320.083,00	6,25	694.557,00	400.721,02	2.184.450,66	7,14	830.189,34		
Defesa Civil	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00		
Segurança Pública	188.900,00	286.059,48	100.365,14	171.571,24	0,46	114.488,24	11.350,71	56.129,63	0,18	729.929,85		
Policimento	101.900,00	121.059,48	21.043,55	78.554,61	0,21	42.504,87	9.021,96	48.447,60	0,16	272.611,88		
Assistência Comunitária	87.000,00	165.000,00	79.321,59	93.016,63	0,25	71.983,37	2.328,75	7.682,03	0,03	157.317,97		
Assistência Social	1.249.000,00	1.908.980,62	68.772,63	1.248.025,79	3,36	660.954,83	106.809,77	874.472,04	2,86	1.034.508,58		
Assistência ao Idoso	73.000,00	86.799,98	10.637,07	73.656,62	0,20	13.143,36	18.457,83	66.394,25	0,22	20.405,73		
Assistência ao Portador de Deficiência	65.000,00	167.322,52	-6,90	102.100,52	0,28	65.222,00	824,61	80.400,72	0,26	86.921,80		
Assistência à Criança e ao Adolescente	124.000,00	124.000,00	12.683,20	95.469,26	0,26	28.530,74	18.250,49	89.563,94	0,29	34.436,06		
Assistência Comunitária	987.000,00	1.530.858,12	45.459,26	976.799,39	2,63	554.058,73	69.276,84	638.113,13	2,09	892.744,99		
Previdência Social	3.338.000,00	3.338.000,00	472.859,20	2.268.752,14	6,11	1.069.247,86	472.859,20	2.268.752,14	7,42	1.069.247,86		
Previdência do Regime Estatutário	3.338.000,00	3.338.000,00	472.859,20	2.268.752,14	6,11	1.069.247,86	472.859,20	2.268.752,14	7,42	1.069.247,86		
Saúde	7.993.796,00	9.510.976,60	1.201.723,81	7.152.917,46	19,27	2.358.059,14	1.366.158,72	6.578.132,88	21,51	2.932.843,72		
Atenção Básica	7.527.596,00	8.964.187,50	1.161.747,52	6.684.597,23	18,01	2.279.590,27	1.277.405,85	6.197.778,28	20,27	2.766.409,22		
Vigilância Sanitária	109.200,00	129.372,22	17.273,64	101.990,05	0,27	27.382,17	19.740,41	94.028,00	0,31	35.344,22		
Vigilância Epidemiológica	106.000,00	106.000,00	13.237,30	71.287,32	0,19	34.712,68	11.312,71	63.543,33	0,21	42.456,67		
Alimentação e Nutrição	251.000,00	311.416,88	9.465,35	295.042,86	0,79	16.374,02	57.699,75	222.783,27	0,73	88.633,61		
Educação	9.902.504,00	11.391.274,15	1.246.481,43	7.986.756,59	21,52	3.404.517,56	1.550.692,55	6.858.512,70	22,43	4.532.761,45		
Ensino Fundamental	5.418.504,00	5.960.190,24	550.454,75	3.613.130,03	9,73	2.347.060,21	680.574,96	3.293.143,09	10,77	2.667.047,15		
Ensino Médio	205.000,00	261.669,37	88.753,40	180.553,40	0,49	81.115,97	57.910,24	135.547,39	0,44	126.121,98		
Ensino Superior	180.000,00	180.000,00	35.000,00	155.000,00	0,42	25.000,00	57.688,50	148.488,95	0,49	31.511,05		
Educação de Jovens e Adultos	4.049.000,00	4.889.364,54	541.223,28	3.938.023,16	10,61	951.341,38	741.135,85	3.215.273,27	10,51	1.674.091,27		
Cultura	50.000,00	100.050,00	31.050,00	100.050,00	0,27	0,00	13.383,00	66.060,00	0,22	33.990,00		
Difusão Cultural	487.000,00	632.598,32	123.138,93	458.125,16	1,23	174.473,16	134.576,96	415.378,90	1,36	217.219,42		
Urbanismo	487.000,00	632.598,32	123.138,93	458.125,16	1,23	174.473,16	134.576,96	415.378,90	1,36	217.219,42		
Infra-Estrutura Urbana	5.113.900,00	8.578.032,38	3.625.231,95	7.611.969,40	20,51	966.062,98	913.691,91	3.929.434,30	12,85	4.648.598,08		
Serviços Urbanos	726.000,00	3.702.935,80	3.192.463,99	3.312.626,46	8,93	390.309,34	182.111,61	248.431,42	0,81	3.454.504,38		
Saneamento	4.387.900,00	4.875.096,58	432.767,96	4.299.342,94	11,58	575.753,64	731.580,30	3.681.002,88	12,04	1.194.093,70		
Saneamento Básico Urbano	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00		
	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00		

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Agricultura	38.751.450,00	47.021.221,55	8.440.354,61	34.979.414,26	94,24	12.041.807,29	6.465.005,22	28.447.270,71	93,01	18.573.950,84
Extensão Rural	2.342.000,00	2.486.090,02	224.915,29	1.682.673,69	4,53	803.416,33	595.568,18	1.558.172,19	5,09	927.917,83
Comércio e Serviços	359.000,00	369.000,00	259.488,95	304.895,97	0,82	64.104,03	10.477,19	53.384,21	0,17	315.615,79
Promoção Comercial	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,03	0,00	2.500,00	10.000,00	0,03	0,00
Turismo	349.000,00	359.000,00	259.488,95	294.895,97	0,79	64.104,03	7.977,19	43.384,21	0,14	315.615,79
Transporte	100.000,00	285.909,98	0,00	0,00	0,00	285.909,98	0,00	0,00	0,00	285.909,98
Serviços Urbanos	100.000,00	285.909,98	0,00	0,00	0,00	285.909,98	0,00	0,00	0,00	285.909,98
Desporto e Lazer	752.000,00	764.810,00	28.221,65	478.736,10	1,29	286.073,90	82.560,34	424.115,07	1,39	340.694,93
Desporto Comunitário	752.000,00	764.810,00	28.221,65	478.736,10	1,29	286.073,90	82.560,34	424.115,07	1,39	340.694,93
Encargos Especiais	1.782.200,00	1.982.200,00	398.598,27	1.692.816,70	4,56	289.383,30	413.443,51	1.678.952,82	5,49	303.247,18
Ensino Fundamental	12.000,00	12.000,00	59,78	59,78	0,00	11.940,22	59,78	59,78	0,00	11.940,22
Serviço da Dívida Interna	1.290.000,00	1.490.000,00	337.896,00	1.291.763,61	3,48	198.236,39	337.896,00	1.291.763,61	4,22	198.236,39
Outras Transferências	480.200,00	480.200,00	60.642,49	400.993,31	1,08	79.206,69	75.487,73	387.129,43	1,27	93.070,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	33.650,00	33.650,00	0,00	0,00	0,00	33.650,00	0,00	0,00	0,00	33.650,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
Legislativa	2.826.000,00	2.863.600,00	448.055,39	2.136.293,48	5,76	727.306,52	448.055,39	2.136.293,48	6,99	727.306,52
Ação Legislativa	30.000,00	30.000,00	2.806,92	10.683,05	0,03	19.316,95	2.806,92	10.683,05	0,03	19.316,95
Administração	784.000,00	782.000,00	130.784,47	594.906,08	1,60	187.093,92	130.784,47	594.906,08	1,95	187.093,92
Planejamento e Orçamento	36.000,00	34.000,00	5.128,07	24.188,94	0,07	9.811,06	5.128,07	24.188,94	0,08	9.811,06
Administração Geral	748.000,00	748.000,00	125.656,40	570.717,14	1,54	177.282,86	125.656,40	570.717,14	1,87	177.282,86
Assistência Social	25.800,00	25.800,00	3.750,09	16.371,72	0,04	9.428,28	3.750,09	16.371,72	0,05	9.428,28
Assistência ao Idoso	7.800,00	7.800,00	1.206,78	5.983,47	0,02	1.816,53	1.206,78	5.983,47	0,02	1.816,53
Assistência Comunitária	18.000,00	18.000,00	2.543,31	10.388,25	0,03	7.611,75	2.543,31	10.388,25	0,03	7.611,75
Saúde	674.000,00	681.500,00	113.283,26	541.272,35	1,46	140.227,65	113.283,26	541.272,35	1,77	140.227,65
Atenção Básica	650.000,00	650.000,00	108.942,91	520.234,48	1,40	129.765,52	108.942,91	520.234,48	1,70	129.765,52
Vigilância Sanitária	19.000,00	23.000,00	3.048,13	14.619,87	0,04	8.380,13	3.048,13	14.619,87	0,05	8.380,13
Vigilância Epidemiológica	5.000,00	8.500,00	1.292,22	6.418,00	0,02	2.562,65	1.292,22	6.418,00	0,02	2.562,65
Educação	923.000,00	965.100,00	140.998,24	700.047,35	1,89	255.082,65	140.998,24	700.047,35	2,29	255.082,65
Ensino Fundamental	423.000,00	444.800,00	61.018,97	303.622,39	0,82	141.177,61	61.018,97	303.622,39	0,99	141.177,61
Educação Infantil	500.000,00	510.300,00	79.979,27	396.424,96	1,07	113.875,04	79.979,27	396.424,96	1,30	113.875,04
Cultura	40.000,00	40.000,00	6.121,23	29.425,13	0,08	10.574,87	6.121,23	29.425,13	0,10	10.574,87
Difusão Cultural	40.000,00	40.000,00	6.121,23	29.425,13	0,08	10.574,87	6.121,23	29.425,13	0,10	10.574,87
Urbanismo	179.200,00	179.200,00	25.917,57	121.119,58	0,33	58.080,42	25.917,57	121.119,58	0,40	58.080,42
Serviços Urbanos	179.200,00	179.200,00	25.917,57	121.119,58	0,33	58.080,42	25.917,57	121.119,58	0,40	58.080,42

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Agricultura	2.826.000,00	2.863.600,00	448.055,39	2.136.293,48	727.306,52	448.055,39	2.136.293,48	6,99
Extensão Rural	150.000,00	150.000,00	21.927,83	108.229,77	41.770,23	21.927,83	108.229,77	0,35
Desporto e Lazer	150.000,00	150.000,00	21.927,83	108.229,77	41.770,23	21.927,83	108.229,77	0,35
Desporto Comunitário	20.000,00	20.000,00	2.465,78	14.238,45	5.761,55	2.465,78	14.238,45	0,05
	20.000,00	20.000,00	2.465,78	14.238,45	5.761,55	2.465,78	14.238,45	0,05
TOTAL (III) = (I + II)	41.577.450,00	49.884.821,55	8.888.410,00	37.115.707,74	12.769.113,81	6.913.060,61	30.583.564,19	100,00

FONTE:

ANTONIO CARLOS , 13/11/2019

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

ELAINE A. PETRY CUNRADI
Contador CRC/SC - 036655

ANA CARLA PRIM
Controle Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (ULT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.462.226,78	4.261.768,40	3.788.340,49	3.579.243,30	3.438.883,37	3.647.797,89	4.781.573,32	4.095.489,36	4.106.581,83	3.329.320,39	3.608.879,35	3.700.885,60	45.790.883,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	255.479,73	509.265,91	279.007,43	255.348,23	280.687,49	342.775,36	1.110.240,23	675.328,00	402.897,25	333.520,33	275.126,66	338.822,52	4.517.675,00
I.P.T.U.	40.809,88	16.863,38	13.646,12	16.878,19	15.133,11	50.233,56	700.222,83	390.019,60	54.252,72	46.929,99	48.763,08	28.165,59	1.381.407,75
I.S.S.	100.595,35	185.340,34	148.073,32	108.339,70	107.246,90	99.201,58	167.633,52	153.566,57	109.458,78	139.458,78	115.793,14	110.882,84	1.073.860,00
I.T.B.I.	25.994,54	106.094,70	14.582,67	24.042,72	46.375,99	32.230,51	61.873,85	50.000,49	44.949,24	44.207,57	42.746,53	51.028,54	593.000,00
I.R.R.F	70.899,45	201.370,51	88.960,29	78.810,36	71.280,34	78.157,01	44.970,82	40.957,49	162.835,96	73.194,27	45.385,90	129.841,84	982.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.289,51	20.196,88	13.734,03	27.277,26	20.651,15	82.892,70	135.599,61	66.883,95	31.729,57	30.734,72	19.418,01	19.403,71	485.411,20
Contribuições	153.902,88	218.322,57	165.546,64	144.945,58	192.702,80	187.560,34	216.758,92	178.324,70	159.073,76	141.028,16	159.073,35	138.214,79	2.008.875,00
Recita Patrimonial	152.205,80	186.485,21	148.079,83	102.087,01	153.599,49	276.820,54	454.193,33	501.429,95	338.871,75	99.459,44	482.524,66	413.009,12	2.923.050,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	151.555,80	185.835,21	484.429,83	97.773,95	152.919,49	276.150,72	453.543,33	500.779,95	338.255,64	96.764,01	451.811,60	412.316,69	2.870.100,00
Outras Receitas Patrimoniais	650,00	650,00	650,00	4.313,06	650,00	668,82	650,00	650,00	716,11	692,43	713,06	692,43	11.695,91
Recita Agropecuária	750,00	125,08	0,00	75,00	50,00	350,00	175,00	75,00	426,78	200,00	200,00	50,00	1.801,86
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	10.841,88	15.282,93	3.015,63	7.284,63	4.938,91	14.311,58	11.342,82	19.654,75	11.150,75	9.073,37	8.437,90	11.740,78	127.066,13
Transferências Correntes	2.877.972,71	3.281.034,15	2.814.194,56	3.026.933,63	2.754.579,61	2.790.143,64	2.877.417,69	2.708.195,96	3.180.483,65	2.731.747,78	2.703.164,75	2.771.736,26	31.962.900,00
Cota-Parte do FPM	576.972,19	1.009.105,25	712.854,55	785.028,06	596.298,84	571.987,33	734.046,07	578.206,50	790.895,22	577.155,58	519.151,82	472.575,26	7.890.662,67
Cota-Parte do ICMS	1.305.933,14	1.498.358,66	1.467.137,16	1.425.151,14	1.339.341,77	1.373.794,93	1.352.224,12	1.320.516,27	1.336.196,67	1.345.841,96	1.401.587,79	1.412.873,84	16.890.237,47
Cota-Parte do IPVA	65.919,87	29.544,99	89.842,28	162.097,93	154.785,65	182.543,49	191.444,45	151.376,63	197.106,46	161.193,71	192.966,42	196.251,34	1.764.853,24
Cota-Parte do ITR	2.581,50	540,86	60,56	486,20	428,90	125,16	296,98	209,12	33,88	143,05	4.374,04	18.079,35	27.321,60
Outras Transferências Correntes	501.425,01	412.861,30	130.484,23	233.500,68	286.580,62	269.371,11	288.881,33	281.688,06	466.284,91	273.438,10	188.033,73	306.782,48	3.842.142,46
Transferências de LC 61/1999	17.899,85	21.556,63	16.937,41	17.529,22	17.315,72	17.554,87	17.189,51	18.026,92	23.280,77	5.301,39	19.910,43	17.620,49	216.513,21
Transferências de LC 87/1996	3.875,23	3.875,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.750,46
Transferências do FUNDEB	383.375,92	383.375,92	383.375,92	383.375,92	383.375,92	383.375,92	383.375,92	383.375,92	383.375,92	383.375,92	383.375,92	383.375,92	4.582.143,28
Outras Receitas Correntes	11.748,78	41.253,55	30.494,20	42.591,22	72.175,07	35.806,43	11.845,33	11.481,00	13.777,89	14.294,29	12.352,03	26.692,13	324.811,92
DEDUÇÕES (II)	492.764,54	626.505,03	548.616,54	572.486,47	573.428,13	550.616,54	555.647,07	512.622,85	504.887,95	520.665,63	527.282,74	518.582,68	6.132.000,00
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	10.211,96	20.423,92	10.211,96	10.562,11	10.562,11	11.604,97	11.604,97	11.481,00	11.439,67	11.323,96	11.439,67	11.439,67	130.000,00
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	84.054,17	171.806,29	81.046,40	84.186,05	82.625,49	88.313,31	85.009,72	87.474,97	88.060,41	89.208,81	89.329,15	89.583,16	1.158.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	398.499,41	434.274,82	457.366,18	477.738,31	479.827,57	429.160,94	458.032,86	413.666,88	405.487,87	420.132,86	425.513,92	417.559,85	5.195.059,99
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.969.462,24	3.635.263,37	3.239.723,95	3.006.756,83	2.865.455,24	3.097.181,35	4.225.926,25	3.582.866,51	3.601.693,88	2.808.654,76	3.081.596,61	3.182.302,92	35.581.450,00

FONTE:

ANTONIO CARLOS, 13/11/2019

GERALDO PAULI
 Prefeito Municipal

ELAINE A. PETRY CUNRADI
 Controlador CRCSC - 036555

ANA CARLA PRIMI
 Controlador Interno

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	6.823.000,00	6.823.000,00	6.388.208,87	4.406.442,05
Receta de Contribuições dos Segurados	1.158.000,00	1.158.000,00	864.831,47	729.729,67
Civil	1.158.000,00	1.158.000,00	864.831,47	729.729,67
Ativo	1.133.000,00	1.133.000,00	844.187,93	714.600,73
Inativo	22.000,00	22.000,00	18.999,98	13.623,46
Pensionista	3.000,00	3.000,00	1.643,56	1.505,48
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	2.266.000,00	2.266.000,00	1.688.363,56	1.429.440,54
Civil	2.266.000,00	2.266.000,00	1.688.363,56	1.429.440,54
Ativo	2.266.000,00	2.266.000,00	1.688.363,56	1.429.440,54
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	2.709.000,00	2.709.000,00	3.163.660,25	1.753.636,93
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	2.709.000,00	2.709.000,00	3.163.660,25	1.753.636,93
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	690.000,00	690.000,00	671.353,59	493.634,91
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	130.000,00	130.000,00	193.820,37	101.912,61
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	560.000,00	560.000,00	477.516,35	391.722,30
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	16,87	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	6.263.000,00	6.263.000,00	5.910.692,52	4.014.719,75

Continua 1/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	3.185.000,00	3.370.000,00	160.454,11	126.099,79	140.892,98	110.469,96
Despesas Correntes	3.180.000,00	3.360.000,00	160.454,11	126.099,79	140.892,98	110.469,96
Despesas de Capital	5.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	2.013.311,30	1.756.081,19	2.013.311,30	1.756.081,19
Benefícios - Civil	0,00	0,00	2.013.311,30	1.756.081,19	2.013.311,30	1.756.081,19
Aposentadorias	0,00	0,00	1.787.526,86	1.550.252,15	1.787.526,86	1.550.252,15
Pensões	0,00	0,00	225.784,44	205.829,04	225.784,44	205.829,04
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	3.185.000,00	3.370.000,00	2.173.765,41	1.882.180,98	2.154.204,28	1.866.551,15
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	3.073.000,00	2.893.000,00	3.736.927,11	2.132.538,77	3.756.488,24	2.148.168,60
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor						3.638.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS			
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2019		2018	
Caixa e equivalentes de caixa			17.864,12		13.674,58	

Continua 2/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações		
Outros Bens e Direitos	32.765.886,44	27.915.549,71
	0,00	0,00

FONTE:

ANTONIO CARLOS, 13/11/2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

ELAINE A. PETRY CUNRADI

Contador CRC/SC - 036655

ANA CARLA PRIM

Controle Interno

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.238.675,13	3.522.531,72	4.055.518,96
DEDUÇÕES (II)	4.280.751,84	5.656.278,41	5.971.693,24
Disponibilidade de Caixa	4.280.751,84	5.656.278,41	5.971.693,24
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.940.948,25	7.220.023,89	7.485.579,05
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	660.196,41	1.563.745,48	1.513.885,81
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	314.942,80	2.337.852,84	2.308.635,01
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-314.942,80	-2.337.852,84	-2.308.635,01

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
VALOR	29.217,83	-1.993.692,21

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		168.000,00

FONTE:

ANTONIO CARLOS , 13/11/2019

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

ELAINE A. PETRY CUNRADI
Contador CRC/SC - 036655

ANA CARLA PRIM
Controle Interno

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	
RECEITAS CORRENTES (I)	36.869.450,00	33.950.610,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.517.675,00	4.271.533,50
I.P.T.U.	1.482.950,00	1.334.334,49
I.S.S.	1.073.850,00	1.259.403,11
I.T.B.I.	503.000,00	412.098,11
I.R.R.F.	982.000,00	817.773,08
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	475.875,00	447.924,71
Contribuições	2.008.875,00	1.684.261,06
Receita Patrimonial	2.923.050,00	3.287.142,12
Aplicações Financeiras (II)	2.870.100,00	3.276.745,21
Outras Receitas Patrimoniais	52.950,00	10.396,91
Transferências Correntes	27.118.900,00	24.333.330,77
Cota-Parte do FPM	6.440.000,00	5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS	12.080.000,00	11.019.957,46
Cota-Parte do IPVA	1.216.000,00	1.319.511,50
Cota-Parte do ITR	80.000,00	19.359,52
Transferências da LC 87/1996	40.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	160.000,00	141.653,40
Transferências do FUNDEB	4.015.000,00	3.784.976,13
Outras Transferências Correntes	3.087.900,00	2.928.056,15
Demais Receitas Correntes	300.950,00	374.342,65
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	300.950,00	374.342,65
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	33.999.350,00	30.673.864,89
RECEITAS DE CAPITAL (V)	5.520.000,00	1.664.410,34
Operação de Crédito (VI)	228.000,00	750.000,00
Amortização de Empréstimos (VII)	1.000,00	0,00
Alienação de Bens	5.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	5.000,00	0,00
Transferências de Capital	5.286.000,00	914.410,34
Convênios	5.286.000,00	903.598,36
Outras Transferências de Capital	0,00	10.811,98
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	5.291.000,00	914.410,34
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	39.290.350,00	31.588.275,23

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	33.954.516,11	27.112.458,02	25.175.472,20	23.872.481,37	379.108,87	491.793,27	491.793,27
Pessoal e Encargos Sociais	20.830.767,04	16.038.814,92	16.036.939,92	14.939.224,27	50.506,11	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	347.000,00	295.575,51	295.575,51	295.575,51	22,08	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.776.749,07	10.778.067,59	8.842.956,77	8.637.681,59	328.580,68	491.793,27	491.793,27
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	12.776.749,07	10.778.067,59	8.842.956,77	8.637.681,59	328.580,68	491.793,27	491.793,27
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	33.607.516,11	26.816.882,51	24.879.896,69	23.576.905,86	379.086,79	491.793,27	491.793,27
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	13.033.055,44	7.866.956,24	3.271.798,51	3.232.294,51	71.511,59	885.726,18	885.726,18
Investimentos	11.878.055,44	6.870.708,36	2.275.550,63	2.236.046,63	70.677,74	885.726,18	885.726,18
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1.155.000,00	996.247,88	996.247,88	996.247,88	833,85	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	11.878.055,44	6.870.708,36	2.275.550,63	2.236.046,63	70.677,74	885.726,18	885.726,18

Continua 2/4

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)		3.671.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		49.157.221,55	33.687.590,87	27.155.447,32	25.812.952,49	449.764,53	1.377.519,45	1.377.519,45	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]		3.948.038,76							
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-1.797.100,00							
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		VALOR INCORRIDO							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		3.276.745,21							
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		295.589,26							
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		6.929.194,71							
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		168.000,00							
ABAXO DA LINHA		SALDO							
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31 Dez 2018(a)				Até o Bimestre/2019(b)			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		2.238.675,13				4.055.518,96			
DEDUÇÕES (XXIX)		4.283.292,33				5.974.233,73			
Disponibilidade de Caixa		4.280.751,84				5.971.693,24			
Disponibilidade de Caixa Bruta		4.940.948,25				7.485.579,05			
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		660.196,41				1.513.885,81			
Demais Haveres Financeiros		2.540,49				2.540,49			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-2.044.617,20				-1.918.714,77			
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-125.902,43							

Continua 3/4

Município de ANTONIO CARLOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-853.689,40
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	727.786,97
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-2.253.368,98
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.695.279,55
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.695.279,55
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	3.638.000,00

ANTONIO CARLOS, 13/11/2019

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

ELAINE A. PETRY CUNRADI
Contador CRC/SC - 036655

ANA CARLA PRIM
Controle Interno

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES													R\$ 1,00		
PODER/ÓRGÃO	Inscritos			Cancelados (d)	Pagos (c)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos			Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		Saldo k = (i+j) - (h)	Saldo Total L = (e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)															
EXECUTIVO	-	462.898,35		12.277,89	450.620,46	0,00		905.687,55	1.569.994,71	1.377.519,45	1.377.519,45	940.476,46	157.686,35	157.686,35	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	462.898,35		12.277,89	450.620,46	0,00		905.687,55	1.569.994,71	1.377.519,45	1.377.519,45	940.476,46	157.686,35	157.686,35	
ENCARGOS GERAIS	0,00	23.790,71		0,00	23.790,71	0,00		0,00	615,00	1.377.519,45	615,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	113.620,85		11.334,48	102.286,37	0,00		0,00	467.743,73	463.633,41	463.633,41	4.110,32	0,00	0,00	
GABINETE DO PREFEITO	0,00	14.715,36		0,00	14.715,36	0,00		0,00	2.006,26	2.006,26	2.006,26	0,00	0,00	0,00	
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO	0,00	7.499,85		0,00	7.499,85	0,00		0,00	4.850,00	4.850,00	4.850,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DA IND. COM. TURISMO E ESPORTE	0,00	25.691,13		0,00	25.691,13	0,00		0,00	13.684,79	13.684,79	13.684,79	200,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0,00	33.648,78		0,00	33.648,78	0,00		0,00	10.677,73	10.497,73	10.497,73	180,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	34.005,05		0,00	34.005,05	0,00		0,00	79.693,43	79.693,43	79.693,43	7.980,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	0,00	120.778,77		943,41	119.835,36	0,00		846.047,16	295.708,94	296.631,76	296.631,76	844.839,34	285,00	285,00	
SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	0,00	75.476,86		0,00	75.476,86	0,00		0,00	676.712,00	484.414,66	484.414,66	36.964,07	155.333,27	155.333,27	
SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO	0,00	9.527,02		0,00	9.527,02	0,00		0,00	2.410,67	2.174,89	2.174,89	235,78	0,00	0,00	
SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	4.143,97		0,00	4.143,97	0,00		0,00	7.712,16	4.000,89	4.000,89	1.643,19	2.068,08	2.068,08	
SECRETARIA TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		59.640,39	0,00	15.316,63	15.316,63	44.323,76	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)															
EXECUTIVO	-	204.797,91		-	204.797,91	-		-	-	-	-	-	-	-	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	204.797,91		0,00	204.797,91	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	204.797,91		0,00	204.797,91	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
GABINETE DO PREFEITO	0,00	45.945,99		0,00	45.945,99	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DA IND. COM. TURISMO E ESPORTE	0,00	1.306,54		0,00	1.306,54	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0,00	1.491,43		0,00	1.491,43	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	59.479,91		0,00	59.479,91	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	0,00	10.521,15		0,00	10.521,15	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	0,00	70.336,70		0,00	70.336,70	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO	0,00	11.894,72		0,00	11.894,72	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	2.329,26		0,00	2.329,26	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	667.696,26		12.277,89	655.418,37	0,00		905.687,55	1.569.994,71	1.377.519,45	1.377.519,45	940.476,46	157.686,35	157.686,35	

ONTE:

FONTE:

ANTONIO CARLOS , 13/11/2019

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

ELAINE A. PETRY CUNRADI
Controlador CROSC - 036655

ANA CARLA PRIM
Controlador Interno

Município de ANTONIO CARLOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		45.215.450,00	
Previsão Atualizada		45.215.450,00	
Receitas Realizadas		37.780.900,35	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.695.279,55	
DESPESAS			
Dotação Inicial		45.215.450,00	
Créditos Adicionais		8.307.371,55	
Dotação Atualizada		53.522.821,55	
Despesas Empenhadas		37.115.707,74	
Despesas Liquidadas		30.583.564,19	
Despesas pagas		29.065.857,88	
Superávit Orçamentário		7.197.336,16	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		5.910.694,79	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		2.154.204,28	
Resultado Previdenciário		3.756.490,51	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		168.000,00	6.929.194,71
Resultado Primário		-1.797.100,00	3.948.038,76
			% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal			4.124,52
Resultado Primário			-219,69
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.475.682,26	940.476,46	1.377.519,45
EXECUTIVO	2.475.682,26	940.476,46	1.377.519,45
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	667.696,26	12.277,89	655.418,37
EXECUTIVO	667.696,26	12.277,89	655.418,37
TOTAL:	3.143.378,52	952.754,35	2.032.937,82
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.670.074,76	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.045.763,17	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		750.000,00	-66.000,00
Despesa de Capital Líquida		3.271.798,51	9.761.256,93

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ANTONIO CARLOS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos						0,00	5.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos						0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					5.296.946,19	15,00	20,81%
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANTONIO CARLOS, 13/11/2019

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

ELAINEA. PETRY CUNRADI
Contador CRC/SC-036655

ANA CARLA PRIM
Controle Interno

Apiuna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2019

Publicação Nº 2229898



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIÚNA
RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000
Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR NOVO, ZERO KM, COM NO MÍNIMO 16 LUGARES.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 131/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR NOVO, ZERO KM, COM NO MÍNIMO 16 LUGARES**, conforme quantitativos e condições a seguir:

1570 - BLU STAR - COMERCIO DE VEICULOS LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
2	VEICULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO KM, PRIMEIRO EMPLACAMENTO, ANO/MODELO MÍNIMO 2019 OU SUPERIOR, COM NO MÍNIMO 16 LUGARES (15 PASSAGEIROS + MOTORISTA), COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COR BRANCA, POTENCIA MÍNIMA DE 125 CV, CAMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO COM NO MÍNIMO 05 MARCHAS A FRENTE E 01 A RÉ, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, TRAÇÃO TRASEIRA, BANCOS DOS PASSAGEIROS FIXOS OU RECLINÁVEIS ORIGINAIS DE FÁBRICA, AIR BAG DUPLO, TACÓGRAFO, FREIOS COM SISTEMA ABS, ACIONAMENTO ELÉTRICO DOS VIDROS NO MÍNIMO DAS PORTAS DIANTEIRAS, RÁDIO AM/FM ORIGINAL DE FÁBRICA, ENTRADA USB, ALTURA INTERNA DE NO MINIMO 1.600 MM, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, DEMAIS ITENS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI.	MERCEDES-BENZ	1	R\$170.000,0000	R\$ 170.000,00
Total Fornecedor:					R\$ 170.000,00
Total Geral:					R\$ 170.000,00

4 DA ENTREGA DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA GARANTIA, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO EVENTUAL CONTRATO

4.1 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIÚVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

4.1.1 Os objetos deste certame deverão ser entregues em até 30 dias após a emissão da ordem de compra, expedida pela secretaria de obras. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período, através de petição fundamentada, vinculada a aceitação da Administração Municipal. O local da entrega será na Prefeitura, situada na Rua Quintino Bocaiúva, 204, centro, Apiúna/SC.

4.1.2 Na entrega do objeto, a licitante vencedora deverá disponibilizar um consultor/instrutor de operação para que faça a apresentação formal do equipamento para o Setor de Transportes, demonstrando as especificações, cuidados com segurança e procedimentos de funcionamento, a fim de sanar dúvidas na área operacional.

4.1.3 O item será recebido provisoriamente, devendo ser nomeado um responsável pelo recebimento que fará a fiscalização e conferência do objeto, verificando se os objetos encontram-se de acordo com as condições exigidas no Edital e em pleno funcionamento. Caso não encontrar, será devolvido e imediatamente substituído, dentro do prazo estipulado, no item 4.1.1, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.1.4 É de responsabilidade da empresa fornecedora o transporte e o seguro do bem até o local de entrega, por zelar pela segurança e pelo perfeito estado de conservação, enquanto estiver sob sua guarda;

4.1.5 Se a entrega do produto cotado não for realizada no prazo estipulado, a Prefeitura Municipal de Apiúna aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.6 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente às quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.1.7 O recebimento do produto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características do produto entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.1.8 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.1.9 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

4.1.10 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

4.2 DA GARANTIA

4.2.1 A licitante deverá fornecer o produto com período de garantia de no mínimo, 12 (doze) meses ou maior período se a garantia do fabricante for maior que este, independente de quilometragem, a partir da data de entrega do objeto.

4.2.2 A empresa vencedora deverá fornecer o termo de garantia, de forma a manter o atendimento em rede autorizada para a solução de eventuais discrepâncias observadas na utilização dos equipamentos e acessórios.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

4.2.3 A garantia do produto deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso, devendo ser prestada pelo fabricante por meio de suas lojas autorizada.

4.2.4 Durante o período de garantia, não será efetuado nenhum pagamento à licitante vencedora a título de deslocamento de pessoal, equipamentos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão de obra e outros.

4.2.5 A licitante vencedora deverá fornecer, durante o período de garantia e assistência técnica, o suporte técnico necessário ao perfeito uso dos objetos.

4.2.5.1 A licitante deverá possuir assistência técnica e peças no Estado de Santa Catarina.

4.2.6 O serviço de assistência técnica deverá ser prestado mediante manutenção corretiva de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter os veículos em perfeitas condições de uso;

4.2.7 Entende-se por manutenção corretiva, para fins a que se destina este edital, aquela destinada a remover os defeitos de fabricação apresentados pelo equipamento, compreendendo substituições de peças, ajustes, reparos e correções necessárias;

4.2.8 O fornecedor deverá apresentar, expressamente, no ato de entrega do equipamento, o nome da empresa concessionária responsável pela assistência técnica, caso não seja prestada diretamente pela licitante, com os seguintes dados: razão social, CNPJ, endereço, número do telefone e de fax, endereço eletrônico (e-mail), e o nome da pessoa responsável pelo atendimento;

4.2.9 O equipamento que, no período de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo do veículo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser substituído no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos. Este prazo será contado a partir da última manutenção corretiva realizada pela concessionária, dentro do período supracitado.

4.3 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO EVENTUAL CONTRATO

4.3.1 A licitante vencedora deverá assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 05 (cinco) dias após a convocação, sob pena de a autoridade superior competente declarar a empresa desclassificada, aplicando as penalidades cabíveis e examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente sendo a respectiva licitante declarada vencedora, a critério da administração, a ata de registro de preço poderá ser encaminhada via correio.

4.3.1.1 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado pela proponente e aceito pela Administração.

4.3.1.2 A convocação será feita eletronicamente, via e-mail ou telefone.

4.3.2 A Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano.

4.3.3 A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar contratação total das quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

4.3.4 Caso formalizado o contrato, a licitante vencedora deverá assinar o contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias após a convocação, sob pena de a autoridade superior competente declarar a empresa desclassificada, aplicando as penalidades cabíveis.

4.3.4.1 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado pela proponente e aceito pela Administração.

4.3.4.2 A convocação será feita eletronicamente, via e-mail ou telefone.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos para pagamento do objeto desta licitação serão provenientes de Operação de Crédito Interno devidamente autorizado e/ou outros recursos orçamentários do município.

5.1.1 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após liberação do recurso por parte do agente financeiro. Liberação esta que dependerá de vistoria e aprovação por parte do Município de Apiúna SC e/ou do agente financiador.

5.1.2 Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ 79.373.767/0001-16 - Prefeitura Municipal de Apiúna, constando à identificação do presente Processo Licitatório (Pregão Presencial Nº. 131/2019), apresentada sem emendas ou rasuras que depois de conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças e ao agente financiador.

5.1.3 O pagamento será feito por depósito na conta de titularidade da licitante cadastrada no banco de dados deste município.

5.2 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, esta será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.3 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.4 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.5 - Os recursos necessários à presente contratação, acham-se classificados na dotação orçamentária que se segue:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria de Transportes e Obras
1	Secretaria de Transportes e Obras
1061	Aquisição de Maquinas, Veiculos, Equipamentos e Acessórios.
3449052480000000000	Veículos diversos
1830000	Oper. Créd. Interna -outros Programas

6 – DO REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 - Reajuste de Preços:

6.1.1.1 - Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br**6.1.2 - Revisão de preços:**

6.1.2.1 - A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 - A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 - O pedido de revisão que majore o preço Contratado deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após a análise dos elementos apresentados (notas fiscais dos seus fornecedores habituais que comprovem aumento de seu custo de compra) e da comparação do preço base de Mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

6.1.2.1.3 - A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 - Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

7 - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 - À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 - Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 - Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 - Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 - A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

8.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I) fornecer os objetos licitados de acordo com a qualidade exigida pelos órgãos de controle governamental;

II) responsabilizar-se integralmente pelos objetos ora contratados, nos termos da legislação vigente;

III) comunicar a Prefeitura, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo de vigência do Contrato, bem como apresentar documentos comprobatórios;

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

IV) sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado da Prefeitura, encarregado de acompanhar a execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

V) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93.

VI) A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto CONTRATADA, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

8.2 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- I) oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar a do objeto licitado dentro das especificações solicitadas;
- II) realizar o pagamento na forma estipulada no Edital;
- III) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- IV) rejeitar no todo ou em parte os objetos entregues em desacordo com o objeto deste Contrato.

9 - CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

- a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;
- b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

9.1.1 – A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

9.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Apiúna pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade,

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br

que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

9.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

9.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

9.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

9.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.7 - Serão aplicadas também a seguinte penalidade para a infração abaixo descrita:

a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

10 - CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

10.1 - A inexecução total ou parcial deste Ata de Registro de Preço, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

10.1.1 - No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da lei 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito do CONTRATANTE ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na entrega dos objetos, conforme art. 55, inciso IX da lei 8.666/93.

10.2 - A rescisão do Ata de Registro de Preço poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79, da Lei nº 8.666/93.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE APIÚNA**

RUA QUINTINO BOCAIUVA, n.º 204 - CENTRO | APIÚNA / SC | CEP 89.135-000

Fone: (47) 3353 2000 | CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br**11 - DO FORO**

11.1 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em xx (xxxxxxxxxx) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 18 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE APIÚNA
JOSE GERSON GONCALVES
CONTRATANTE

BLU STAR - COMERCIO DE VEICULOS LTDA

CONTRATADA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Publicação Nº 2229667



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49, 154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais
			No 5º Bimestre	%	Até 5º Bimestre	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)
						(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.633.530,00	47.633.530,00	7.099.560,21	14,90	37.570.536,36	78,87
RECEITAS CORRENTES	39.268.530,00	39.268.530,00	6.592.663,78	16,79	34.961.171,08	89,03
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.345.000,00	3.345.000,00	450.924,56	13,48	2.817.416,89	84,23
Impostos	2.931.000,00	2.931.000,00	428.764,44	14,63	2.511.926,39	85,70
Taxas	414.000,00	414.000,00	22.160,12	5,35	305.490,50	73,79
CONTRIBUIÇÕES	615.000,00	615.000,00	116.136,50	18,88	635.060,98	103,26
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	615.000,00	615.000,00	116.136,50	18,88	635.060,98	103,26
RECEITA PATRIMONIAL	57.700,00	57.700,00	19.143,24	33,18	117.774,81	204,12
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	57.700,00	57.700,00	19.143,24	33,18	117.774,81	204,12
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	390.000,00	390.000,00	53.650,51	13,76	363.164,59	93,12
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	55.000,00	55.000,00	5.169,24	9,40	50.972,20	92,68
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	335.000,00	335.000,00	48.481,27	14,47	312.192,39	93,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.775.830,00	34.775.830,00	5.944.687,77	17,09	30.960.827,48	89,03
Transferências da União e de suas Entidades	12.440.930,00	12.440.930,00	1.889.873,49	15,19	11.276.059,31	90,64
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	14.079.900,00	14.079.900,00	2.529.454,98	17,97	12.215.881,88	86,76
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	5.000,00	5.000,00	34.679,22	693,58	34.679,22	693,58
Transferências de Instituições Públicas	8.150.000,00	8.150.000,00	1.490.680,08	18,29	7.434.207,07	91,22
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	85.000,00	85.000,00	8.121,20	9,55	66.926,33	78,74
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	7.571,51	0,00	42.483,18	0,00

Identificador: WPR3011101-264-GORMT-311762608 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pag 1 / 5



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.000,00	15.000,00	549,69	3,66	24.320,24	162,13	(9.320,24)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	122,91	0,18	69.877,09
RECEITAS DE CAPITAL	8.365.000,00	8.365.000,00	506.896,43	6,06	2.609.365,28	31,19	5.755.634,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.500.000,00	2.500.000,00	500.409,25	20,02	2.428.185,48	97,13	71.814,52
Operações de Crédito - Mercado Interno	2.500.000,00	2.500.000,00	500.409,25	20,02	2.428.185,48	97,13	71.814,52
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	62.630,00	0,00	(62.630,00)
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	62.630,00	0,00	(62.630,00)
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.865.000,00	5.865.000,00	6.487,18	0,11	118.549,80	2,02	5.746.450,20
Transferências da União e de suas Entidades	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00	112.062,62	3,20	3.387.937,38
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.365.000,00	2.365.000,00	6.487,18	0,27	6.487,18	0,27	2.358.512,82
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	47.633.530,00	47.633.530,00	7.099.560,21	14,90	37.570.536,36	78,87	10.062.993,64
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERACÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	47.633.530,00	47.633.530,00	7.099.560,21	14,90	37.570.536,36	78,87	10.062.993,64
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	47.633.530,00	47.633.530,00	7.099.560,21	14,90	37.570.536,36	78,87	10.062.993,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.560.149,57	-	-	2.820.260,08	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	3.560.149,57	-	-	2.820.260,08	-	-

Identificador: WPR3011101-284-GQRMF-311762608 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pág 2 / 5



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATE 5º Bimestre (j)
			No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (f)		No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	46.513.530,00	54.311.282,18	7.952.725,44	37.644.020,74	16.667.261,44	7.853.579,64	34.996.700,68	19.314.581,50	33.636.796,52
DESPESAS CORRENTES	36.424.154,07	40.104.790,54	6.483.850,05	33.963.032,34	6.141.758,20	6.994.454,32	32.435.623,63	7.669.166,91	31.601.196,10
Pessoal e Encargos Sociais	21.412.801,83	21.117.111,14	3.452.235,41	17.398.836,19	3.718.274,95	3.452.235,41	17.398.836,19	3.718.274,95	17.090.784,38
Juros e Encargos da Dívida	155.000,00	155.000,00	24.638,97	90.423,73	64.576,27	24.638,97	90.423,73	64.576,27	90.423,73
Outras Despesas Correntes	14.856.352,24	18.832.679,40	3.006.975,67	16.473.772,42	2.358.906,98	3.517.579,94	14.946.363,71	3.886.315,69	14.419.987,99
DESPESAS DE CAPITAL	9.989.375,93	14.106.491,64	1.468.875,39	3.680.988,40	10.425.503,24	859.125,32	2.561.077,05	11.545.414,59	2.035.600,42
Investimentos	8.889.375,93	12.956.491,64	1.291.980,45	2.764.371,86	10.192.119,78	682.230,38	1.644.460,51	11.312.031,13	1.118.983,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.100.000,00	1.150.000,00	176.894,94	916.616,54	233.383,46	176.894,94	916.616,54	233.383,46	916.616,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	46.513.530,00	54.311.282,18	7.952.725,44	37.644.020,74	16.667.261,44	7.853.579,64	34.996.700,68	19.314.581,50	33.636.796,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	46.513.530,00	54.311.282,18	7.952.725,44	37.644.020,74	16.667.261,44	7.853.579,64	34.996.700,68	19.314.581,50	33.636.796,52
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	2.573.835,68	-	3.933.739,84
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	46.513.530,00	54.311.282,18	7.952.725,44	37.644.020,74	-	7.853.579,64	37.570.536,36	-	37.570.536,36
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Ateide.Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE APIUNA. Emissão: 18/11/2019, às 07:44:42.

* O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

NOTA:

Identificador: WPR3011101-264-GQRMF-311762608 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 49.154
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-e)
			No 5º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 5º Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Beas, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3011101264-GQRM-311762608 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 5º Bimestre (j)
			No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (f)		No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (h)		
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JOSE GERSON GONCALVES
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 633.345.699-34

ALEXANDRE PETTERS
Contador
CRC: 023581/0-4/SC

MAICON RODRIGO BERNARDI
Controlador Interno
CPF: 045.121.929-56

Identificador: WPR3011101-264-GORMT-311762608 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Publicação Nº 2229669



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 49, 154
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (b)		No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	46.513.530,00	54.311.282,18	7.952.725,44	37,644.020,74	100,00	7.853.579,64	34.996.700,68	19.314.581,50
JUDICIÁRIA	70.000,00	461.544,92	3.400,81	451.776,60	1,20	3.400,81	451.776,60	9.768,32
Ação Judiciária	70.000,00	461.544,92	3.400,81	451.776,60	1,20	3.400,81	451.776,60	9.768,32
ADMINISTRAÇÃO	3.245.600,00	3.639.689,65	579.153,89	3.212.945,27	8,54	605.201,16	2.902.832,12	736.857,53
Planejamento e Orçamento	132.000,00	142.000,00	16.043,00	112.038,00	0,30	29.962,00	17.521,00	32.179,00
Administração Geral	3.016.600,00	3.380.030,00	541.482,65	3.003.757,24	7,98	568.131,40	2.701.003,07	679.026,93
Controle Interno	85.000,00	117.659,65	21.628,24	97.150,03	0,26	19.548,76	92.008,05	25.651,60
Normalização e Fiscalização	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	197.000,00	248.168,12	25.872,66	131.372,52	0,35	18.671,73	107.152,55	141.015,57
Policimento	142.000,00	196.808,12	18.632,18	88.562,72	0,24	10.707,24	66.538,79	130.269,33
Defesa Civil	40.000,00	41.360,00	7.216,83	34.146,05	0,09	7.216,83	34.146,05	7.213,95
Informação e Inteligência	15.000,00	10.000,00	23,65	8.663,75	0,02	747,66	6.467,71	3.532,29
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.480.000,00	1.736.206,64	168.356,75	1.160.592,02	3,08	221.094,01	1.083.261,36	652.945,28
Assistência ao Portador de Deficiência	11.000,00	11.452,40	0,00	840,19	0,00	0,00	840,19	10.612,21
Assistência à Criança e ao Adolescente	662.000,00	654.591,60	26.442,01	409.768,19	1,09	84.700,84	371.510,57	283.081,03
Assistência Comunitária	807.000,00	1.070.162,64	141.914,74	749.983,64	1,99	136.393,17	710.910,60	359.252,04
SAÚDE	9.663.285,00	11.390.964,33	1.525.233,49	8.785.191,96	23,34	1.522.092,21	8.247.530,29	3.143.434,04
Atenção Básica	9.598.985,00	11.280.388,95	1.508.738,38	8.714.734,73	23,15	1.500.653,92	8.194.024,78	3.086.364,17
Vigilância Sanitária	22.000,00	40.144,80	6.373,83	18.730,38	0,05	2.595,74	12.675,36	27.469,44
Vigilância Epidemiológica	42.000,00	70.430,58	10.109,28	51.726,85	0,14	18.842,55	40.830,15	29.600,43
TRABALHO	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	15.183.166,25	16.045.388,62	2.327.200,71	12.143.828,73	32,26	2.760.106,80	11.640.895,31	4.404.493,31
Ensino Fundamental	9.307.835,25	9.821.978,10	1.374.635,16	7.766.758,06	20,63	1.786.967,21	7.311.508,33	2.510.469,77
Ensino Médio	387.500,00	433.484,18	99.559,03	418.553,93	1,11	99.559,03	418.553,93	14.930,25
Ensino Superior	320.000,00	400.800,00	95.704,82	355.823,52	0,95	95.704,82	355.823,52	44.976,48
Educação Infantil	5.167.831,00	5.389.126,34	757.301,70	3.602.693,22	9,57	777.875,74	3.555.009,53	1.834.116,81
CULTURA	61.000,00	59.000,00	10.244,48	41.330,87	0,11	11.443,41	34.559,89	24.440,11
Difusão Cultural	61.000,00	59.000,00	10.244,48	41.330,87	0,11	11.443,41	34.559,89	24.440,11
HABITAÇÃO	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habitação Urbana	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
SANEAMENTO	160.000,00	161.333,36	0,00	11.333,36	0,03	0,00	8.500,02	152.833,34
Saneamento Básico Urbano	160.000,00	161.333,36	0,00	11.333,36	0,03	0,00	8.500,02	152.833,34
GESTÃO AMBIENTAL	246.041,11	388.023,39	59.805,00	356.536,39	0,95	65.102,60	299.213,74	88.809,65
Preservação e Conservação Ambiental	173.201,20	193.201,20	10.665,00	161.714,20	0,43	32.342,60	120.771,55	72.429,65
Controle Ambiental	72.839,91	194.822,19	49.140,00	194.822,19	0,52	32.342,60	178.442,19	16.380,00
AGRICULTURA	1.872.000,00	1.924.088,16	245.287,09	1.489.714,41	3,96	321.990,74	1.439.080,64	485.007,52
Extensão Rural	1.872.000,00	1.924.088,16	245.287,09	1.489.714,41	3,96	321.990,74	1.439.080,64	485.007,52
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.154.000,00	1.310.061,34	39.983,18	583.898,63	1,55	55.783,11	566.744,19	743.317,15
Turismo	1.154.000,00	1.310.061,34	39.983,18	583.898,63	1,55	55.783,11	566.744,19	743.317,15
COMUNICAÇÕES	8.000,00	47.463,50	0,00	47.463,50	0,13	358,97	46.980,69	482,81
Telecomunicações	8.000,00	47.463,50	0,00	47.463,50	0,13	358,97	46.980,69	482,81

Identificador: WPR3021101-264-HQXA-311762859 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pag 1 / 3



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

ENERGIA	616.500,00	684.013,15	172.135,42	658.371,64	1.75	25.641,51	119.206,99	599.669,71	1,71	84.343,44
Energia Elétrica	616.500,00	684.013,15	172.135,42	658.371,64	1,75	25.641,51	119.206,99	599.669,71	1,71	84.343,44
TRANSPORTE	8.878.320,64	12.514.306,39	2.312.683,82	6.082.341,19	16,16	6.431.965,20	1.644.063,75	5.114.062,70	14,61	7.400.243,69
Transporte Rodoviário	6.548.320,64	8.397.995,92	2.308.426,45	6.047.338,92	16,06	2.350.657,00	1.644.063,75	5.083.317,80	14,53	3.314.678,12
Transportes Especiais	2.330.000,00	4.116.310,47	4.257,37	35.002,27	0,09	4.081.308,20	0,00	30.744,90	0,09	4.085.565,57
DESPORTO E LAZER	1.043.000,00	930.913,61	34.582,83	332.188,62	0,88	598.724,99	56.278,04	299.305,84	0,86	631.607,77
Desporto Comunitário	1.043.000,00	930.913,61	34.582,83	332.188,62	0,88	598.724,99	56.278,04	299.305,84	0,86	631.607,77
ENCARGOS ESPECIAIS	2.472.617,00	2.620.117,00	448.785,31	2.155.135,03	5,73	464.981,97	448.785,31	2.155.135,03	6,16	464.981,97
Serviço da Dívida Interna	1.255.000,00	1.305.000,00	201.533,91	1.007.040,27	2,68	297.959,73	201.533,91	1.007.040,27	2,88	297.959,73
Outros Encargos Especiais	1.217.617,00	1.315.117,00	247.251,40	1.148.094,76	3,05	167.022,24	247.251,40	1.148.094,76	3,28	167.022,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	46.513.530,00	54.311.282,18	7.952.725,44	37.644.020,74	100,00	16.667.261,44	7.853.579,64	34.996.700,68	100,00	19.314.581,50

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE APIUNA. Emissor: 18/11/2019, às 07:50:01.

NOTA:

Identificador: WPR3021101-264-HQHX-311762859 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pág 2 / 3



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				DESPESAS LIQUIDADAS			
DESPESAS EMPENHADAS		%		(d)		(e) = (a-d)	
(a)	(b)	(b/III b)	(c) = (a-b)		(d/III d)		

JOSE GERSON GONCALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 633.345.699-34

ALEXANDRE PETTERS

Contador

CRC: 023581/0-4/SC

MAICON RODRIGO BERNARDI

Controlador Interno

CPF: 045.121.929-56

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Publicação Nº 2229671



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 49,154
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					RS 1,00
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até 5º Bimestre	%	
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	2.931.000,00	2.931.000,00	2.511.926,39	85,70	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	800.000,00	800.000,00	714.698,21	89,34	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	155.000,00	155.000,00	160.558,75	103,59	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.150.000,00	1.150.000,00	935.696,18	81,36	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	750.000,00	750.000,00	603.968,41	80,80	
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	6.000,00	6.000,00	16.127,19	268,79	
Dívida Ativa dos Impostos	50.000,00	50.000,00	61.808,13	123,62	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	20.000,00	20.000,00	17.069,52	85,35	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	26.040.000,00	26.040.000,00	22.107.359,99	84,90	
Coa-Parte FPM	9.600.000,00	9.600.000,00	8.007.792,68	83,41	
Coa-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	27.038,83	135,19	
Coa-Parte IPVA	900.000,00	900.000,00	907.083,14	100,79	
Coa-Parte ICMS	15.220.000,00	15.220.000,00	13.000.517,89	85,42	
Compensação IPI-Exportação	240.000,00	240.000,00	164.927,45	68,72	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	28.971.000,00	28.971.000,00	24.619.286,38	84,98	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até 5º Bimestre	%	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.934.980,00	2.934.980,00	2.728.718,86	92,97	
Provenientes da União	2.323.080,00	2.323.080,00	2.424.409,25	104,36	
Provenientes dos Estados	611.900,00	611.900,00	293.446,64	47,96	
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	10.862,97	0,00	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.934.980,00	2.934.980,00	2.728.718,86	92,97	
DESPESAS COM SAÚDE					
(Por Grupo de Natureza da Despesa)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			Até 5º Bimestre	%	
DESPESAS CORRENTES	8.969.244,33	10.143.550,67	8.309.573,97	81,92	
Pessoal e Encargos Sociais	6.007.459,09	5.932.478,77	4.737.521,16	79,86	
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	2.961.785,24	4.211.071,90	3.572.052,81	84,83	
DESPESAS DE CAPITAL	694.040,67	1.247.413,66	475.617,99	37,82	
Investimentos	694.040,67	1.247.413,66	475.617,99	37,82	
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	9.663.285,00	11.390.964,33	8.785.191,96	77,12	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO			8.247.530,29	72,40	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até 5º Bimestre	%	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	6.231,53	0,07	
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.934.980,00	4.771.855,71	3.424.270,21	38,98	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.934.980,00	4.771.855,71	3.424.270,21	38,98	
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 49.154
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até 5º Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	2.934.990,00	4.771.855,71	3.430.501,74	39,05	2.940.234,94	35,76
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	6.728.305,00	6.619.108,62	5.354.690,22	60,95	5.298.295,35	64,24
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%						21,52
VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI - (15 x IIIB) / 100)]						1.605.402,39



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 49.154
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/PRES- RITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2019		101.200,88	89.365,61	11.835,27	0,00	101.200,88
Inscritos em 2018		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2017		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores ao de 2015		101.200,88	89.365,61	11.835,27	0,00	101.200,88
TOTAL		202.401,76	178.731,22	23.670,54	0,00	202.401,76
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º						
		SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		Despesas custeadas no exercício de referência (f)	
						SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019		0,00			0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2018		0,00			0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017		0,00			0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2016		0,00			0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2015		0,00			0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores ao de 2015		0,00			0,00	0,00
TOTAL		0,00			0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO		Despesas custeadas no exercício de referência (k)	
						SALDO FINAL (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018		0,00			0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017		0,00			0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016		0,00			0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015		0,00			0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014		0,00			0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores ao de 2014		0,00			0,00	0,00
TOTAL		0,00			0,00	0,00



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bimestre (I)	% (I/total I) x 100	Até 5º Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	9.598.985,00	11.280.388,95	8.714.734,73	99,20	8.194.074,78	99,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	22.000,00	40.144,80	18.730,38	0,21	12.675,36	0,15
Vigilância Epidemiológica	42.300,00	70.430,58	51.726,85	0,59	40.830,15	0,50
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.663.285,00	11.390.964,33	8.785.191,96	100,00	8.247.530,29	100,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE APIUNA. Emissão: 18/11/2019 às 07:42:01.
1. A linha "RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA" apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2. Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS" o valor apresentado na interface com a coluna "I" ou com a coluna "m" deverá ser o mesmo apresentado no "total J".
3. Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES" o valor apresentado na interface com a coluna "I" ou com a coluna "m" deverá ser o mesmo apresentado no "total J".
4. O termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%" refere-se ao limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5. O valor do termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%", durante o exercício servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6. O valor (V1%) = (V1h ou I) / IIIb x 100), nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7. A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.
NOTA:

JOSE GERSON GONCALVES
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 633.345.699-34

ALEXANDRE PETTERS
Contador
CRC: 023581/0-4/SC

MAICON RODRIGO BERNARDI
Controlador Interno
CPF: 045.121.929-56

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Publicação Nº 2229673



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49, 154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS DE ENSINO				R\$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (capit. do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 5º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.931.000,00	2.931.000,00	2.511.926,39	85,70
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	855.000,00	855.000,00	793.404,87	92,80
1.1.1- IPTU	800.000,00	800.000,00	714.698,21	89,34
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	55.000,00	55.000,00	78.706,66	143,10
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	155.000,00	155.000,00	160.538,75	103,59
1.2.1- ITBI	155.000,00	155.000,00	160.538,75	103,59
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.171.000,00	1.171.000,00	951.994,36	81,30
1.3.1- ISS	1.150.000,00	1.150.000,00	935.696,18	81,36
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	21.000,00	21.000,00	16.298,18	77,61
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	750.000,00	750.000,00	605.968,41	80,80
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	26.825.350,00	26.825.350,00	22.527.547,65	83,98
2.1- Cota-Parte FPM	10.385.350,00	10.385.350,00	8.427.980,32	81,15
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.600.000,00	9.600.000,00	8.007.792,68	83,41
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	400.350,00	400.350,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	385.000,00	385.000,00	420.187,64	109,14
2.2- Cota-Parte ICMS	15.220.000,00	15.220.000,00	13.000.517,89	85,42
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	240.000,00	240.000,00	164.927,45	68,72
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	27.038,83	135,19
2.6- Cota-Parte IPVA	900.000,00	900.000,00	907.083,14	100,79
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	29.756.350,00	29.756.350,00	25.039.474,02	84,15



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Entidade: 49.154 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 5º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.056.000,00	1.056.000,00	975.824,53	92,41
5.1- Transferências do Salário-Educação	735.000,00	735.000,00	689.108,79	93,76
5.2- Transferência Diretas do PDDE	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	193.000,00	193.000,00	179.766,00	93,14
5.4- Transferência Diretas do PNAE	120.000,00	120.000,00	100.200,80	83,50
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	6.000,00	6.000,00	6.748,94	112,48
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	585.000,00	585.000,00	604.712,25	103,37
6.1- Transferências de Convênios	585.000,00	585.000,00	604.710,16	103,37
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	2,09	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.720.000,00	1.720.000,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.361.000,00	3.361.000,00	1.580.536,78	47,03
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 5º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.208.000,00	5.208.000,00	4.421.470,03	84,90
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.920.000,00	1.920.000,00	1.601.558,28	83,41
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.044.000,00	3.044.000,00	2.600.102,67	85,42
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	48.000,00	48.000,00	32.985,56	68,72
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB - (20% de 2.5)	4.000,00	4.000,00	5.407,68	135,19
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	180.000,00	180.000,00	181.415,84	100,79
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	8.182.000,00	8.182.000,00	7.463.214,03	91,22
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	8.150.000,00	8.150.000,00	7.434.207,07	91,22
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	32.000,00	32.000,00	29.006,96	90,65
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	2.942.000,00	2.942.000,00	3.012.737,04	102,40
13- RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	2.942.000,00	2.942.000,00	3.012.737,04	102,40
14- RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3071101-264-QIRYA-311762255 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 49.154
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até 5º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.988.000,00	5.918.805,80	5.209.781,55	88,02	5.209.781,55	88,02
13.1- Com Educação Infantil	1.878.000,00	2.281.197,53	2.216.795,01	97,18	2.216.795,01	97,18
13.2- Com Ensino Fundamental	4.110.000,00	3.637.608,27	2.992.986,54	82,28	2.992.986,54	82,28
14- OUTRAS DESPESAS	2.194.000,00	2.774.445,06	2.271.412,83	81,87	1.937.332,19	69,83
14.1- Com Educação Infantil	942.100,00	686.600,00	605.070,44	88,13	602.436,75	87,74
14.2- Com Ensino Fundamental	1.251.900,00	2.087.845,06	1.666.342,39	79,81	1.334.895,44	63,94
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	8.182.000,00	8.693.250,86	7.481.194,38	86,06	7.147.113,74	82,21
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1- FUNDEB 60%						0,00
16.2- FUNDEB 40%						0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						
17.1- FUNDEB 60%						181.271,11
17.2- FUNDEB 40%						178.705,80
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						2.565,31
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%						6,965.842,63
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%						67,41
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %						25,92
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES						
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						6,67
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019						
						181.271,11
						181.271,11



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 49.154
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA	
			Até 5º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até 5º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.365.100,00	3.502.797,53	3.153.889,82	90,04	3.139.637,97	89,63
22.1- Creche	3.365.100,00	3.502.797,53	3.153.889,82	90,04	3.139.637,97	89,63
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.820.100,00	2.967.797,53	2.821.865,45	95,08	2.819.231,76	94,99
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	545.000,00	535.000,00	332.024,37	62,06	320.406,21	59,89
22.2- Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	7.452.066,25	7.798.688,84	6.382.328,80	81,84	5.993.746,22	76,86
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.361.900,00	5.725.453,33	4.659.328,93	81,38	4.327.881,98	75,59
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.090.166,25	2.073.235,51	1.722.999,87	83,11	1.665.864,24	80,35
24- ENSINO MÉDIO	195.000,00	221.953,00	209.392,35	94,34	209.392,35	94,34
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	810.000,00	890.800,00	779.328,15	87,49	746.379,96	83,79
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	11.822.166,25	12.414.239,37	10.524.939,12	84,78	10.089.156,50	81,27
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR		
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				3.012.737,04		
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				0,00		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				0,00		
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00		
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO				0,00		
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)				0,00		
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)				3.012.737,04		
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))				6.120.647,15		
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%				24,44		



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até 5º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até 5º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	741.000,00	900.590,94	725.936,88	80,61	683.122,47	75,85
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.620.000,00	2.720.203,31	882.597,73	32,45	858.261,34	31,55
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	3.361.000,00	3.620.794,25	1.608.534,61	44,42	1.541.383,81	42,57
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	15.183.166,25	16.035.033,62	12.133.473,73	75,67	11.630.540,31	72,53
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2019 (i)
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00	0,00
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00	0,00



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	VALOR	
		FUNDEB (b)	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		354.813,20	358.722,76
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)		7.434.207,07	689.108,79
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		7.237.625,36	851.212,16
47.1 (-) Orçamento do Exercício		7.064.083,27	683.033,17
47.2 (-) Restos a Pagar		173.542,09	168.178,99
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		29.006,96	5.574,81
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		580.401,87	202.194,20
50- (+) AJUSTES		77.843,82	0,00
50.1 (+) Retenções		0,00	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extrorçamentários		0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		658.245,69	202.194,20

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE APIUNA. Emissão: 18/11/2019, às 07:38:22.

1. A linha "19.1" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2. A linha "21" refere-se ao Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
3. Caput do artigo 212 da CF/1988.
4. A linha "33" refere-se aos valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5. A linha "37" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6. Nas linhas "35" e "36", nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7. A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

NOTA:

JOSE GERSON GONCALVES
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 633.345.699-34

ALEXANDRE PETTERS
Contador
CRC: 023581/0-4/SC

MAICON RODRIGO BERNARDI
Controlador Interno
CPF: 045.121.929-56

EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2019-PREGÃO ELETRONICO 131/2019

Publicação Nº 2230239

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA

EXTRATO CONTRATO Nº 72/2019

PREGÃO ELETRONICO-REGISTRO DE PREÇO Nº 131/2019

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de APIÚNA e a BLU STAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 82.636.887/0001-73. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR NOVO, ZERO KM, COM NO MÍNIMO 16 LUGARES. Valor: 170.000,00 (cento e setenta mil reais)

Data: 18/11/2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES/Prefeito.

EXTRATO DE RESULTADO, PREGÃO ELETRÔNICO 131/2019

Publicação Nº 2230221

MUNICIPIO DE APIÚNA

RESULTADO DO PREGÃO ELETRONICO -REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2019

O Prefeito de Apiúna torna público resultado do julgamento do Pregão Eletrônico Para Registro de Preço nº 131/2019, que tinha por objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR NOVO, ZERO KM, COM NO MÍNIMO 16 LUGARES, na qual declara vencedora a empresa: BLU STAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 82.636.887/0001-73. Valor: 170.000,00 (cento e setenta mil reais)

Data: 18/11/2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES/Prefeito.

PORTARIA Nº 0803/2019

Publicação Nº 2230584

PORTARIA Nº 0803/2019

De 13 de novembro de 2019

DESIGNA LETICIA LUIZA LANGE COMO

FISCAL DE CONTRATO Nº 69/2019

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora comissionada LETICIA LUIZA LANGE, matrícula n. 134376, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
69/2019	CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SONDAÇÃO COMPARTILHADA, CREDENCIAMENTO Nº 11/2019 - CIMVI.	AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Servidor: Nicanor Nunes Júnior

Cargo: Assessor de Planejamento

Matricula: 114243

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor Nicanor Nunes Júnior, matrícula 114243 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro

que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogada a Portaria nº 430/2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 13 de novembro de 2019.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0804/2019

Publicação Nº 2230522

PORTARIA Nº 0804/2019

De 13 de novembro de 2019

DESIGNA SERVIDORA CARLA REGINA ZONTA LANGE COMO

FISCAL DE CONTRATO Nº 70/2019

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva CARLA REGINA ZONTA LANGE, matrícula n. 81116, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo Nível Superior, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
70/2019	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA OS BOMBEIROS MILITARES - Dispensa nº 135/2019.	ARI CÉ

Art. 2º - Fica também designada com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado a servidora a seguir:

SETOR DE RECURSOS HUMANOS

Servidor: Jeniffer Bueno de Oliveira

Cargo: Auxiliar de Escritório

Matricula: 119415

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado a Servidora Jeniffer Bueno De Oliveira, matrícula 119415, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 13 de novembro de 2019.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0805/2019

Publicação Nº 2230373

PORTARIA Nº 0805/2019

De 13 de novembro de 2019

DESIGNA ANDREA MARTENDAL COMO

FISCAL DE CONTRATO Nº 68/2019

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva ANDREA MARTENDAL, matrícula n. 102652, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
----------	--------	--------------------

68/2019	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL Nº 0000665-25.2018.8.24.0104 – Dispensa – no 134/2019	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE
---------	---	--

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Servidora: Andressa Blauth

Cargo: Psicóloga

Matrícula: 120421

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designada a servidora Andressa Blauth, matrícula 120421 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogada a Portaria nº 430/2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 13 de novembro de 2019.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0806/2019

Publicação Nº 2230280

PORTARIA Nº 0806/2019

De 18 de novembro de 2019

DESIGNA FERNANDO VITOR JANSEN COMO

FISCAL DE CONTRATO Nº 72/2019

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor comissionado FERNANDO VITOR JANSEN, matrícula n. 97322, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
72/2019	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR NOVO, ZERO KM, COM NO MÍNIMO 16 LUGARES – Pregão Presencial para Registro de Preço nº 131/2019 – Ata 68/2019	BLU STAR - COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Servidor: Marciane Peters Ferrari

Cargo: Analista em Auditoria e Regulação da Saúde

Matrícula: 19534

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designada a servidora Marciane Peters Ferrari, matrícula 19534, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 18 de novembro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0807/2019

Publicação Nº 2230793

PORTARIA Nº 0807/2019

De 18 de novembro de 2019

DESIGNA LETICIA LUIZA LANGE COMO

FISCAL DE CONTRATO Nº 71/2019

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora comissionada LETICIA LUIZA LANGE, matrícula n. 134376, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
71/2019	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE NA LOCALIDADE VARGEM GRANDE E ACADEMIA AO AR LIVRE E PARQUE INFANTIL NA LOCALIDADE SUBIDA – Tomada de Preços Nº 123/2019	SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Servidor: Nicanor Nunes Júnior

Cargo: Assessor de Planejamento

Matricula: 114243

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor Nicanor Nunes Júnior, matrícula 114243 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 18 de novembro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

CONTRATO ACT 82/2019

Publicação Nº 2230974

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 082/2019

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente JULIANA CLAUDINO DE VARGAS inscrita no CPF/MF sob o nº. 096.146.319-88, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de Nutricionista em substituição a servidora Sílvia de Souza Salgado da Rocha que está de licença maternidade e em seguida entrará em férias para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 005/2019, em conformidade com a LC nº. 210, de 28 de junho de 2018.

- 1) VIGÊNCIA: de 18 de novembro de 2019 até o término da licença e subsequente férias;
- 2) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 3) VENCIMENTO: R\$ 3.350,96 (Três mil trezentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos), conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 4) CARGO/FUNÇÃO: Nutricionista;
- 5) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria de Educação, Cultura e Turismo
- 6) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 30h, pelo turno matutino e vespertino;
- 7) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 8) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 18 de novembro de 2019.

Juliana Claudino de Vargas Leani Kapp Schmitt
Contratada Prefeita
Testemunhas:

Dulci Driemeier Losch Jaíne Wallmann da Silva
CPF/MFnº. 009.112.609-60 CPF/MFnº. 079.664.859-00

PORTARIA 277/2019

Publicação Nº 2230972

PORTARIA Nº 277/2019 SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º SUSPENDER, a partir do dia 19 de novembro 2019, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 266/2019, de 30 de setembro de 2019, do servidor ALAN FELIPIAK, inscrita no CPF-MF sob nº. 047.124.519-47, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, sendo que os 15 dias restantes serão gozados em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 19 de novembro de 2019.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glauca Pottratz
Responsável pela publicação.

PREGÃO 60.2019

Publicação Nº 2230789

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 084/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 060/2019

Objeto:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de material de Construção

Tipo de Julgamento: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 29/11/2019.

Abertura: às 09h00 do dia 29/11/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 14 de Novembro de 2019.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

PREGÃO 61.2019

Publicação Nº 2230792

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 085/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/2019

Objeto:

A presente licitação tem por objeto a possível contratação de empresa para serviços relacionados a medicina do trabalho

Tipo de Julgamento: Menor Preço Global

Recebimento das Propostas: até 13h45 do dia 29/11/2019.

Abertura: às 14h00 do dia 29/11/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 14 de Novembro de 2019.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0055/2019

Publicação Nº 2229528

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0055/2019 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: Aquisição de 500 unidades de caixas de bombons para serem entregues para as crianças do Município, nas festividades natalinas que tradicionalmente é realizada pelo Município de Arroio Trinta.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 29/11/2019.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 29/11/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 13 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2017

Publicação Nº 2229805



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 75/2017

SEGUNDOO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 75/2017, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE ASCURRA, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O **CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA**, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor **GILSONI LUNARDI ALBINO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como **CONTRATADA**, e o **MUNICÍPIO DE ASCURRA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.772/0001-61, com sede Rua Benjamin Constant, 221, CEP 89138-000, na cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor **LAIRTON POSSAMAI**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 692.994.209-04, doravante denominado **CONTRATANTE**, firmam o presente **TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 75/2017**, celebrado em de novembro de 2017, através da **Dispensa de Licitação n.º 70/2017**, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º **75/2017**, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Dá-se a este Aditivo o valor total de R\$6.688,56 (seis mil e seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), para os serviços previstos, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00;
2. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00;
3. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 808,56;

Parágrafo Único. Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA, para a Administração Pública, Exercício 2020, aprovada por sua Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, e constante de Resolução expedida por seu Presidente (Resolução CIGA n.º 161, de 15 de agosto de 2019), nos termos da Cláusula Terceira do Contrato Interadministrativo firmado pelas partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 6.688,56 (seis mil e seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 557,38 (quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta e oito centavos), cada uma delas, sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela **CONTRATADA**, com vencimento até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A **CONTRATANTE** compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2020.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro Fone/Fax (47) 3383-0222 – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: compras@ascurra.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2020.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 75/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Ascurra– SC, 12 novembro de 2019.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito
CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

JULIANA FISTAROL
Auxiliar Administrativo

FERNANDA ROSA SOCIAL
Gestora de Contrato do CIGA

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro Fone/Fax (47) 3383-0222 – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: compras@ascurra.sc.gov.br

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 76/2017

Publicação Nº 2229799



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 76/2017

Pelo presente Contrato Administrativo nº 76/2017, firmado em 23 de novembro de 2017, entre o **MUNICÍPIO DE ASCURRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.772/0001-61, com sede na Rua Benjamin Constant, nº. 221, nesta cidade, representado por seu Prefeito Municipal Senhor **LAIRTON ANTONIO POSSAMAI**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e a empresa **TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, com sede na Rua General Osório, 311 – Sala 604, Centro, Timbó (SC), CEP 89.120-000, inscrita no CNPJ sob n. 02.255.187/0001-08, neste ato representado por seu representante legal, Senhor **RICHARD MARQUES DE CÔRDOVA**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente termo aditivo, tudo de conformidade com Edital de Pregão Presencial nº 65/2017, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RENOVAÇÃO E DA ALTERAÇÃO

O presente termo aditivo tem como objeto a renovação e alteração do contrato, visando à prorrogação do fornecimento de link dedicado de internet por meio de conexão via fibra óptica de 80mb para a Prefeitura de Ascurra com diversos pontos de interconexão para todos os órgãos desta municipalidade bem como o fornecimento de plano de telefonia fixa comutada para o Município de Ascurra, além do fornecimento de internet banda larga por meio de conexão via fibra óptica de 35mb para a delegacia de polícia civil deste Município, até a data de 22/11/2020.

De comum acordo, as partes decidem por manter o valor das mensalidades, aumentando-se a banda de internet do Município em 30MB da velocidade inicialmente prevista (50MB). Além disso, ficam removidos da renovação os valores pertinentes à instalação dos serviços, já realizados no primeiro exercício do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Fica atualizada a tabela do item 2.2 do contrato, a ter a seguinte redação:

LOTE 1 - FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO DE INTERNET POR MEIO DE CONEXÃO VIA FIBRA ÓPTICA DE 80MB COM DIVERSOS PONTOS DE INTERCONEXÃO PARA TODOS OS ÓRGÃOS DESTA MUNICIPALIDADE, BEM COMO O FORNECIMENTO DE PLANO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA.				
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Global
1	1	UNID	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET POR MEIO DE CONEXÃO VIA FIBRA ÓPTICA DE 80MB COM DIVERSOS PONTOS DE INTERCONEXÃO PARA TODOS OS ÓRGÃOS DESTA MUNICIPALIDADE.	R\$ 82.200,00
2	1	UNID	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CONCESSIONÁRIA OU AUTORIZADA PELA ANATEL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), NAS MODALIDADES LOCAL E LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (INTRA-REGIONAL E INTER-REGIONAL), MEDIANTE O FORNECIMENTO DE 1 (UMA) LINHA DIGITAL E1, COMPOSTA DE 30 CANAIS E 100 RAMAIS DDR (DISCAGEM DIRETA RAMAL), COM FRANQUIA COMPARTILHADA DE 20.000 MINUTOS LOCAL X 5.000 MINUTOS LDN (LONGA DISTÂNCIA NACIONAL)	R\$ 20.364,00
Valor global do lote: R\$ 102.564,00				

Fica atualizada a tabela do item 2.2 do contrato, adicionado através do 2º termo aditivo ao contrato, a ter a seguinte redação:

LOTE 1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE INTERNET BANDA LARGA NA VELOCIDADE DE 10 MB, PARA A SEDE DO DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE ASCURRA.					
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	12	UNID	MENSALIDADE	R\$ 199,00	R\$ 2.398,80
Valor global: R\$ 2.398,80					

Fica atualizada a tabela do item 2.3 do contrato, a ter a seguinte redação:

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro Fone/Fax (47) 3383-0222 – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
 ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: compras@ascurra.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

LOTE 2 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE INTERNET BANDA LARGA, EM FIBRA ÓPTICA, COM VELOCIDADE DE 35MB, PARA A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ASCURRA.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	12	UNID	MENSALIDADE	R\$ 349,90	R\$ 4.198,80

Valor global: R\$ 4.198,80

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

O presente termo aditivo está sendo realizado tendo em vista a continua necessidade da prestação dos serviços de internet e telefonia previstos no contrato administrativo de n. 76/2017, serviços estes que são essenciais para que não haja a interrupção de diversos serviços prestados tanto pelo Município de Ascurra como também pela Delegacia de Polícia Civil e Destacamento de Polícia Militar, com amparo legal no artigo 65, alínea "b" do inciso I, combinada com o § 1º do mesmo artigo, da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes do presente instrumento, relativas ao exercício de 2019 e 2020, correrão por conta da dotação orçamentária prevista no contrato e aplicável a espécie.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato Administrativo 76/2017, firmado em 23 de novembro de 2017, em decorrência do Edital de Pregão de n. 65/2017, com vigência prorrogada pelo primeiro termo aditivo em 23/11/2018 até 22/11/2019.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas no presente termo aditivo, firmando-o em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Ascurra, 12 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE ASCURRA
Lairton Antonio Possamai
CONTRATANTE

TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Richard Marques de Córdova
CONTRATADA

Aurora

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 004/2019 - FMS

Publicação Nº 2229794

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 29 de Novembro de 2019, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 004/2019, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

Finalidade:

"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL MÉDICO/HOSPITALAR DESTINADOS AO CENTRO DE SAÚDE JOSÉ MATIAS NECKEL, PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AURORA".

Aurora, 18 de Novembro de 2019.

Alexsandro Kohl
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº 1653 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2230317

LEI Nº 1.653 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a organização do sistema de controle interno no Município de Aurora e dá outras providências

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 1º A organização e fiscalização no Município através do sistema de controle interno ficam estabelecidas na forma desta Lei e nos termos do que dispõe o art. 31 e 74 da Constituição Federal.

Art. 2º A organização dos controles internos visa o controle e à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Art. 3º Integram o sistema de controle interno de que trata esta Lei o Poder Executivo em sua administração direta e indireta, incluindo os fundos especiais, autarquias, fundações públicas instituídas pelo Município, de direito público ou privado, os consórcios públicos que o Município fizer parte.

§1º O Poder legislativo terá um órgão próprio de Controle Interno, cabendo-lhe as responsabilidades previstas nesta Lei.

§2º É de responsabilidade do Sistema de Controle Interno a elaboração de Plano Anual de Trabalho, com a participação do Controlador Interno.

§3º As pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, que recebam recursos públicos e responsáveis por bens patrimoniais, ficam ao alcance da fiscalização pelo sistema de controle interno do Município.

Art. 4º Considera-se para efeito desta Lei:

I – Sistema de Controle Interno: conjunto de métodos, processos e pessoas, orientadas para evitar erros, fraudes e desperdícios.

II - Controle interno: processo desenvolvido para identificar eventos que possam afetar o desempenho da entidade, a fim de monitorar riscos e assegurar que estejam compatíveis com a propensão ao risco estabelecida, de forma a prover, com segurança razoável, o alcance dos objetivos, em especial nas seguintes categorias:

- a) estratégica: categoria relacionada com os objetivos estratégicos da entidade, estabelecidos em seu planejamento;
- b) eficiência e efetividade operacional: categoria relacionada com os objetivos e as metas de desempenho, bem como da segurança e qualidade dos ativos;
- c) Confiança nos registros contábeis: categoria relacionada às informações e demonstrações contábeis, na qual todas as transações devem ser registradas, todos os registros devem refletir transações reais, consignadas pelos valores e enquadramentos corretos; e
- d) conformidade: categoria relacionada à conformidade com leis e normativos aplicáveis ao órgão ou entidade e a sua área de atuação.

III - Órgão Central do Sistema de Controle Interno: unidade administrativa integrante do sistema de controle interno da Administração Pública Municipal, incumbida da coordenação, do planejamento, da normatização e do controle das atividades do sistema de controle interno, com atividades, funções e competências segregadas das demais unidades administrativas, inclusive em relação às unidades de execução orçamentária e financeira, incumbida, dentre outras funções, da verificação da regularidade dos atos de gestão e da consistência e qualidade dos controles internos, bem como do apoio às atividades de controle externo, exercidas pelo Tribunal de Contas;

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES NO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 5º As responsabilidades no sistema de controle interno ficam assim definidas:

I - Pelas condições de estabelecimento de um ambiente de controle, com legislação atualizada, estrutura física adequada e alocação de recursos para treinamentos e desenvolvimento das pessoas, do Prefeito Municipal.

II - Pela operacionalização e adesão aos procedimentos de controles internos, de cada servidor, de cada unidade administrativa e, consequentemente, de sua chefia imediata.

III - Pelo planejamento e normatização dos controles internos, do Órgão Central do Sistema de Controle Interno;

IV – A responsabilidade pela auditoria e acompanhamento da gestão, compartilhada entre o Órgão Central do Sistema de Controle Interno e de cada órgão, unidade ou entidade da Administração Municipal.

Parágrafo único - O Controlador Interno poderá sugerir ao Chefe do Poder Executivo, que por ato próprio, designará quais unidades administrativas da estrutura municipal disponibilizarão Agente de Apoio ao Controle Interno, função que somente poderá ser ocupada por servidor efetivo e com formação compatível para o exercício das atividades de controle interno.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL

Art. 6º O Órgão Central do Sistema de Controle Interno e o Controle Interno serão compostos unicamente por servidores investidos em cargos de provimento efetivo, de categorias profissionais distintas, cuja habilitação seja compatível com a natureza das respectivas atribuições, os quais terão atuação nos órgãos de controle interno.

§1º As categorias profissionais deverão possuir competências, habilidades e atitudes condizentes com as atribuições do sistema de controle interno.

§2º Legislação específica disporá sobre:

I - Inclusão do Órgão Central do Sistema de Controle Interno na estrutura administrativa do Município;

II - Criação de cargos e funções para o Órgão Central de Controle Interno, com competências, habilidades, atribuições, carga horária e remunerações.

§3º Não poderão ser designados os servidores para o Órgão Central do Sistema de Controle Interno e do Controle Interno:

I – que tiverem sofrido penalização administrativa, civil ou penal transitada em julgado em decorrência da função pública;

II – que sejam filiados a partidos ou possuam atividades político-partidária;

III – que exerçam, concomitantemente com a atividade no Órgão de Controle Interno, qualquer outra atividade, seja no município, em outro ente público, ou qualquer outra função profissional na atividade privada, salvo atividade de docência;

IV – que possuam qualquer outra circunstância que possa afetar a autonomia profissional, a segurança dos controles ou segregação de funções.

§4º É vedada a participação dos servidores que integram os Órgãos de Controle Interno em comissões especiais, permanentes ou em conselhos municipais.

Art. 7º O servidor responsável pelas auditorias e/ou perícias contábeis deverá possuir curso superior em Ciências Contábeis e registro profissional no Conselho Regional de Contabilidade.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DO CONTROLE INTERNO

Seção I

Das atribuições do Órgão Central do Sistema de Controle Interno e do Controle Interno

Art. 8º São atribuições do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, além das previstas no artigo 9º:

I - Determinar a devolução de valores pelos gestores, aplicados em desconformidade com os princípios constitucionais ou normas de gestão financeira e administrativa, desde que seja:

a) Oportunizado o contraditório e a ampla defesa aos responsáveis;

b) Tipificado especificamente o dispositivo legal violado;

c) Identificado o gestor e o período da gestão; e

d) Demonstrado por meio de cálculos o efetivo prejuízo.

II - Normatizar as rotinas e processos que integram o sistema de informações para o controle interno;

III – Apreçar os esclarecimentos em relatórios de auditoria, mantendo ou afastando os apontamentos, e emitir o Parecer Conclusivo.

IV – Supervisionar o cumprimento das obrigações concernentes à publicidade, à transparência, ao acesso à informação, à correição e ouvidoria.

Seção II

Das atribuições do Controle Interno

Art. 9º São atribuições próprias do Órgão de Controle Interno:

I - contribuir para o aprimoramento da gestão pública, orientando os responsáveis quanto à arrecadação e aplicação dos recursos públicos com observância dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade;

II - acompanhar, supervisionar e avaliar:

a) o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo, em conformidade com a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento do Município;

b) os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública, e da aplicação de recursos públicos concedidos a entidades de direito privado;

- c) o cumprimento dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;
- d) a adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata a Lei Complementar nº 101/2000;
- e) o cumprimento dos limites da despesa com pessoal e a adoção de medidas para o seu retorno aos limites estabelecidos nos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000;
- f) o cumprimento das normas relativas à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, previstas na Lei Complementar nº 101/2000;
- g) a instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos de competência do ente da federação, em consonância com o artigo 11 da Lei Complementar nº 101/2000;
- III - supervisionar e avaliar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como os direitos e haveres do Município;
- IV - avaliar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, conforme estabelece o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000;
- V - fiscalizar o cumprimento do limite de gastos totais do Poder Legislativo Municipal;
- VI - emitir relatório sobre a execução dos orçamentos que deve ser encaminhado com a prestação de contas anual de governo, em atendimento ao disposto no artigo 47, parágrafo único, e no artigo 51 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000;
- VII - promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade;
- VIII - verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 para a concessão de renúncia de receitas;
- IX - organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando à Corte de Contas os respectivos relatórios quando solicitado;
- X - dar ciência ao titular da unidade, indicando as providências a serem adotadas para a sua correção, a ocorrência de atos e fatos ilegais ou ilegítimos praticados por agentes públicos na utilização de recursos públicos e bens públicos, inclusive para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer irregularidade causadora de dano ao erário;
- XI - realizar exame e avaliação da prestação de contas anual do órgão ou entidade e dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório e parecer;
- XII - emitir parecer sobre a legalidade de ato de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;
- XIII - manifestar-se acerca da análise procedida pelos setores competentes sobre a prestação de contas de recursos concedidos e sobre a tomada de contas especial, indicando o cumprimento das normas legais e regulamentares, eventuais ilegalidade ou ilegitimidades constatadas, concordando ou não com a conclusão da análise feita pela unidade competente, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;
- XIV - representar ao Tribunal de Contas quando a autoridade administrativa não adotar as providências para correção de irregularidade ou instauração de tomada de contas especial;
- XV - prestar informações individualizadas sobre as ações realizadas no âmbito da unidade sob seu controle, em cumprimento às decisões do Tribunal de Contas que tenham recomendado ou determinado a adoção de providências administrativas ou a instauração de tomada de contas especial e respectivos resultados;
- XVI - coordenar e promover a remessa de dados e informações das unidades sob seu controle, exigidos pelo Tribunal, em meio informatizado;
- XVII - receber notificação de alerta emitida por meio dos sistemas informatizados do Tribunal de Contas e dar ciência formal às autoridades competentes;
- XVIII - acompanhar a atualização do rol de responsáveis do órgão ou entidade sob seu controle;
- XIX - verificar a correta composição da prestação de contas anual;
- XX - supervisionar a divulgação da prestação de contas de gestão na internet, na forma e prazos estabelecidos pela Legislação;
- XXI - Emitir Instruções Normativas sobre rotinas, procedimentos e responsabilidades funcionais, para a administração pública, limitado hierarquicamente aos atos dos Poderes Executivo.
- §1º As instruções normativas de controle interno serão elaboradas com a participação das unidades administrativas envolvidas nas rotinas e processos aplicáveis após treinamento às pessoas envolvidas nos processos ou procedimentos.
- §2º As instruções normativas, de observância obrigatória no Município, tem a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer as dúvidas existentes.
- §3º As instruções Normativas de Controle Interno terão força de regras que, em sendo descumpridas, importarão em infração disciplinar a ser apurada nos termos do regime de trabalho a que se enquadra o agente público infrator.

CAPÍTULO V DA AUDITORIA

Art. 10 O Órgão Central do Sistema de Controle Interno e o Controle Interno, no exercício de suas funções, estabelecerão o plano e os programas de auditorias para cada exercício financeiro.

§1º As irregularidades apuradas serão evidenciadas em relatórios de auditoria o qual será concedido prazo de 30 dias úteis para que o gestor apresente, por escrito, seus esclarecimentos, podendo fazer uso do contraditório valendo-se de documentos e provas, ou a comprovação de regularização das falhas apontadas.

§2º Os esclarecimentos do gestor serão apresentados e analisados pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno, o qual concluirá pela manutenção ou afastamento das falhas, podendo emitir recomendações aos gestores no Parecer Conclusivo.

§3º Os responsáveis pelo Órgão Central do controle interno remeterão ao Tribunal de Contas de Santa Catarina e se for o caso ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, relatórios específicos registrando irregularidades, ilegalidades ou desvio de recursos públicos quando não forem adotadas as medidas cabíveis para a sua regularização pela autoridade administrativa.

CAPÍTULO VI GARANTIAS DOS SERVIDORES DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DO CONTROLE INTERNO

Art. 11 São garantias dos servidores que atuam no órgão central de Controle Interno e no Controle Interno:

I – Autonomia profissional para o desempenho de suas atividades;

II – Acesso a documentos, informações e banco de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 Instrução Normativa do Controle Interno disporá sobre o Manual do Sistema de Controle Interno.

Art. 13 O Colegiado de Controle Interno da Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí-Amavi poderá atuar como apoio técnico ao Sistema de Controle Interno do município.

Art. 14 Revoga-se a Lei no 1132 de 26 de novembro de 2003

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 29 de outubro de 2019.

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

ADITIVO 1-01/2019 SAMAE

Publicação Nº 2230065

TERMO ADITIVO Nº 1-01/2019 AO CONTRATO 01/2019

Processo Licitatório nº 02/2019

Convite nº 01/2019

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, através do SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO - SAMAE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.840.231/0001-76, neste ato representado por seu Prefeito Municipal JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, portador da Carteira de identidade nº 8.734.305 e CPF nº 571.763.106-53, residente à Rua Fortaleza, 469, Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC, no uso de suas atribuições, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa PRE MOLDADOS PAGANI LTDA - EPP, pessoa jurídica inscrita sob CNPJ/MF nº 08.372.222/0001-47, estabelecida a Rod. BR 101, Km 418, bairro Mato Alto, Araranguá/SC, doravante denominada de CONTRATADA, celebram este termo de Contrato, em conformidade com o Processo Licitatório nº 02/2019 e Convite Nº 01/2019, de 23 de janeiro de 2019, regulada pela lei federal nº 8.666 de 21/06/1993 e demais alterações posteriores, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% a todos os itens relacionados no contrato, conforme solicitação do Departamento de Compras e tabela a seguir:

Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	20	Tubo de concreto simples Ø 20x100 cm	Unidade	14,00	280,00
02	20	Tubo de concreto simples Ø 30x100 cm	Unidade	18,75	375,00
03	20	Tubo de concreto simples Ø 40x100 cm	Unidade	30,50	610,00
04	20	Tubo de concreto simples Ø 50x100 cm	Unidade	41,00	820,00
05	20	Tubo de concreto simples Ø 60x100 cm	Unidade	51,50	1.030,00
06	20	Tubo de concreto simples Ø 80x100 cm	Unidade	97,00	1.940,00
07	20	Tubo de concreto simples Ø 100x100 cm	Unidade	125,80	2.516,00
08	28	Tubo de concreto armado Ø 40x100 cm	Unidade	62,50	1.750,00
09	28	Tubo de concreto armado Ø 50x100 cm	Unidade	73,00	2.044,00
10	20	Tubo de concreto armado Ø 60x100 cm	Unidade	90,80	1.816,00
11	20	Tubo de concreto armado Ø 80x100 cm	Unidade	154,00	3.080,00
12	20	Tubo de concreto armado Ø 1,00x100 cm	Unidade	193,80	3.876,00
13	550	Manta Geotextil para drenagem 100% poliéster	M²	4,15	2.282,50
VALOR TOTAL R\$					
22.419,50					

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO VALOR: Pelo presente Termo Aditivo 1-01/2019 do Contrato nº 02/2019, fica alterada a cláusula primeira do referido Contrato, com fundamento no inciso I, b, do Artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Aditivo no exercício de 2019, no valor de R\$ 22.419,50 (Vinte e dois mil quatrocentos e dezenove reais e cinquenta centavos), correrão à conta do orçamento da CONTRATANTE, consignados através dos seguintes elementos: 33.90.30.99.00.00.00 (03).

CLAUSULA QUARTA – Permanecendo inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

E, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que surtam ou só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 30 de outubro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES Prefeito Municipal	PRE MOLDADOS PAGANI LTDA - EPP Contratada
--	--

Testemunhas	Visto	
1. _____ Nome: Lucas Borges Fernandes CPF: 091.925.379-28	Daniel Menezes de Carvalho Rodrigues OAB/SC 19.664 Assessoria Jurídica	
2. _____ Nome: Altemir Daros Fontanela CPF: 538.838.539-68		

DECRETO Nº 231/2019

Publicação Nº 2230063

Decreto nº 231, de 11 de novembro de 2019.

ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL DE ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS E TAXAS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, combinado com o estabelecido no Artigo 103, § 3º da Lei Complementar Municipal nº 002/1997, e ainda com os Artigos 28 e 29 da Lei Municipal nº 079/1997, e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer data de vencimento, em cota única e em parcelas e desconto, para a realização do pagamento e da cobrança dos Tributos e Taxas Municipais;

CONSIDERANDO, ainda, necessário dar publicidade aos munícipes acerca da possibilidade de ampla defesa e do contraditório, quando do lançamento dos Tributos e Taxas e fixar o prazo limite para a apresentação de impugnações e/ou revisão de lançamento;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa, na questão,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário Fiscal no Município de Balneário Arroio do Silva, para o Exercício Financeiro de 2020, referente ao recolhimento de Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU, a Taxa de Coleta de Lixo, a Taxa de Licença e Localização – TLL, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN FIXO) e a Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal de Saúde, fixar-se-ão nos termos abaixo discriminados:

I - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU E A Taxa de Coleta de Lixo:**a) da Cota Única:**

Ao Contribuinte que efetuar o pagamento em cota única, até 06 de março de 2020, será concedido desconto de 10% (dez por cento) sobre o imposto lançado.

b) do Parcelamento:

Ao Contribuinte que optar pelo pagamento parcelado, será permitido efetuá-lo em até 05 (cinco) parcelas, com o valor mínimo de R\$ 53,86 (cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos), sendo seus vencimentos: 06 de março, 06 de abril, 06 de maio, 05 de junho e 06 de julho, do exercício financeiro de 2020.

II - TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO – TLL:**a) da Cota Única:**

Ao Contribuinte de Estabelecimento Comercial que efetuar o pagamento da Taxa de Licença e Localização (TLL), em cota única, até 31 de janeiro de 2020, será concedido desconto de 10% (dez por cento) sobre o total da taxa lançada, para os estabelecimentos considerados fixos e até o quinto dia útil, após a notificação ou da data de homologação do requerimento, para os estabelecimentos considerados eventuais.

b) do Parcelamento:

Ao Contribuinte de Estabelecimento Comercial, que não optar pelo pagamento da cota única, será concedido o parcelamento da taxa lançada, devendo quitá-la em até 02 (duas) parcelas, sendo seus vencimentos: 31 de janeiro e 28 de fevereiro, do exercício financeiro de 2020.

III - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN FIXO: Nos casos relativos à prestação de serviços, sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte (profissionais autônomos e liberais).

a) do Pagamento:

O contribuinte poderá pagar o imposto em cota única, até o dia 31 de janeiro de 2020, ou em duas parcelas, sendo seus vencimentos: 31 de janeiro e 28 de fevereiro, do exercício financeiro de 2020.

IV - TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

a) da Cota Única:

O Contribuinte de Estabelecimento Comercial deverá efetuar o pagamento da Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal de Saúde, em cota única, até 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º Os requerimentos de impugnação e/ou pedido de revisão de lançamento relativo ao exercício financeiro de 2020, devem ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, sito a Av. Santa Catarina, nº 1122, Centro, até a data de vencimento em cota única prevista no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Os carnês e guias dos tributos e taxas sujeitos a lançamentos de ofício serão remetidos aos contribuintes, porém os que não forem localizados poderão retirá-los no Departamento de Tributação, Fiscalização Tributária e Cadastramento.

Art. 4º As despesas decorrentes deste Decreto, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º Fica o Departamento de Tributação, Fiscalização Tributária e Cadastramento encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 11 de novembro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de novembro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 232/2019

Publicação Nº 2230064

Decreto nº 232, de 11 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO VALOR EM REAL DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – UFRM, DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, combinado com o estabelecido no Artigo 209, da Lei Complementar Municipal nº 002/1997, com redação alterada pelo Artigo 13, da Lei Municipal nº 273/2001, e ainda com os Artigos 28 e 29 da Lei Municipal nº 079/1997, e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública rege-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de reajustar as tabelas de Impostos e Taxas Municipais que utilizam como parâmetro a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM;

CONSIDERANDO a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M/FGV, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, no período de novembro de 2018 a outubro de 2019, equivalente a 3,17% (três inteiros e dezessete centésimos por cento);

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa, na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizada monetariamente, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M/FGV, acumulado no período de novembro de 2018 a outubro de 2019, em 3,17% (três inteiros e dezessete centésimos por cento), a partir de 01 janeiro de 2020, a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, que passa a vigorar no exercício financeiro de 2020, com o valor R\$ 4,09 (quatro reais e nove centavos), de acordo com os valores definidos em lei, de composição das bases de cálculo dos Tributos e Taxas Municipais, penalidades acessórias, bem como dos preços públicos municipais, créditos tributários ou não, em favor da municipalidade.

Art. 2º Todas as tabelas de Impostos e Taxas Municipais que utilizam como parâmetro a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM terão seu valor em Real convertidos pelo valor definido neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 11 de novembro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de novembro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Balneário Gaivota

PREFEITURA

DELIBERAÇÃO 03 2019

Publicação Nº 2230965

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO GAIVOTA

DELIBERAÇÃO CMS Nº. 03/2019
18 de novembro de 2019

APROVA PELO FECHAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PARA A PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS NA PALESTRA MOTIVACIONAL.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALNEÁRIO GAIVOTA, instituído na forma da lei nº 011 de 13 de março de 1997, consolidada pelo Regimento Interno Decreto nº 094 de 20 de julho de 2005, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei.

Considerando: A importância e a necessidade da participação dos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Gaivota na Palestra Motivacional.

Considerando: Que a realização desse tipo de palestra ajuda o funcionário a utilizar seu potencial e a desenvolver novas habilidades.

Considerando: que palestras motivacionais são importantes para aumentar a performance dos trabalhadores, integrar equipes e alcançar melhores resultados.

DELIBERA:

Nº 03/2019 - Aprova pelo fechamento das unidades básicas de saúde do município no dia 22 de novembro de 2019 as 13:00 horas para possibilitar aos funcionários participação na mesma.

Celo Francisco de Castro
Presidente do CMS-BG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2019

Publicação Nº 2230903

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, de acordo com as Leis 10.520, de 17/07/2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações e alterações posteriores, torna público que se encontra aberta a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "menor preço", objetivando a Contratação de empresa especializada para assessoria e suporte técnico ao setor de arrecadação, disponibilizando profissionais com conhecimento em Legislação Tributária, Coleta de Dados, Software de apoio para a recuperação Fiscal, atendimento aos contribuintes, ajustes nos cadastros, visando a recuperação de créditos tributários e incremento de arrecadação de Receita Tributária, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital. A íntegra do Edital e demais informações e documentos necessários para apresentação das propostas estará à disposição dos interessados a partir desta data, no Departamento de Licitações, no horário das 07h00min às 13h00min horas na sede da Prefeitura Municipal, sito na Avenida Guanabara, 452, bloco B, Loteamento Turimar, neste Município. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 29 de novembro de 2019, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 09h00min do mesmo dia. Balneário Gaivota, 18 de novembro de 2019. MARCUS VINICIUS DA CUNHA - PREGOEIRO

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PP 032/2019 PMBP

Publicação Nº 2229619

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 049/2019 PMBP
PREGÃO PRESENCIAL 032/2019 PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
HOMOLOGADO 31/10/2019

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na Emanuel Pinto Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE PRÓPRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA. PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame

MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA – R\$ 500.000,00

Balneário Piçarras, 31 de outubro de 2019

LEONEL JOSE MARTINS – Prefeito Municipal

ATA PP 033/2019 PMBP

Publicação Nº 2229662

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 050/2019 PMBP
PREGÃO PRESENCIAL 033/2019 PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
HOMOLOGADO 08/11/2019

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA (CAPINA MANUAL, RASPAGEM, VARRIÇÃO, LIMPEZA DE BOCAS-DE-LOBO, PINTURA DE MEIO-FIO E ROÇADA DE PASSEIOS NÃO PAVIMENTADOS, E EM VIAS PAVIMENTADAS, LIMPEZA DA ORLA E PRAIA), NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

BALSA NOVA COMERCIAL LTDA - ME – R\$ 1.115.000,00

Balneário Piçarras, 08 de novembro de 2019

LEONEL JOSE MARTINS – Prefeito Municipal

ATA PP 036/2019

Publicação Nº 2229832

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 055/2019 PMBP
PREGÃO PRESENCIAL 036/2019 PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
HOMOLOGADO 12/11/2019

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA EXECUÇÃO COM INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS, SOCIAIS, CULTURAIS, ESPORTIVOS, VISANDO AUMENTAR O FLUXO TURÍSTICO E ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO E VISITANTES DESTA MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

LIND GUIMAR MACHADO ME – R\$ 114.702,379

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO EPP – R\$ 237.999,9155
STARK ENERGIA EIRELI – R\$ 53.499,9998
JOEL MENEGAZZO – R\$ 21.500,00
Balneário Piçarras, 12 de novembro de 2019
LEONEL JOSE MARTINS – Prefeito Municipal

PORTARIA 413/2019

Publicação Nº 2230848

PORTARIA N.º 413/2019

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o item 3.14 da Lei Complementar Municipal Nº 040/01, de 01 de novembro de 2001, ALTERA A CARGA HORÁRIA do Servidor, Sr. ALEXANDRE FELIPE DE OLIVEIRA, brasileiro, maior, solteiro, portador do CPF nº 068.310.969-30, RG nº 5.740.910 SSP/SC, matrícula nº 11525, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, alterando proporcionalmente seu vencimento, cuja complementação das horas se dará junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 11 de novembro de 2019.
Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 414/2019

Publicação Nº 2230849

PORTARIA N.º 414/2019

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o item 3.14 da Lei Complementar Municipal Nº 040/01, de 01 de novembro de 2001, ALTERA A CARGA HORÁRIA do Servidor, Sr. GUILHERME OSVALDO LUSA, brasileiro, maior, solteiro, portador do CPF nº 092.284.599-99, RG nº 5.546.647 SSP/SC, matrícula nº 11580, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, alterando proporcionalmente seu vencimento, cuja complementação das horas se dará junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 12 de novembro de 2019.
Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2019 – PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADE

Publicação Nº 2230198

PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2019 – PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019 – PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
MULTIENTIDADE

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura contratação de empresa para aquisição de equipamentos de ar condicionado instalados, conforme especificações

constantes do Anexo I – Termo de Referência. Valor Total Estimado: R\$ 95.647,50 (noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos). Recebimento dos Envelopes até: 03/12/2019 às 09h. Data da Sessão Pública: 03/12/2019 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 18 de novembro de 2019. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2019 – PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADE

Publicação Nº 2230543

PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2019 – PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MULTIENTIDADE

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura aquisição de medalhas, troféus e uniformes esportivos para as diversas competições realizadas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Valor Total Estimado: R\$ 146.125,00 (cento e quarenta e seis mil, cento e vinte e cinco reais). Recebimento dos Envelopes até: 04/12/2019 às 09h. Data da Sessão Pública: 04/12/2019 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 18 de novembro de 2019. Fernando Manoel Santos – Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

Balneário Rincão

PREFEITURA

SEGUNDO AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/FMS/2019

Publicação Nº 2230591

SEGUNDO AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/FMS/2019.

O Município de Balneário Rincão, através do Fundo Municipal de saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 012/FMS/2019, que tem como objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de 02 (dois) Veículos 0km do tipo "Popular e Utilitário" e 01 (uma) motocicleta, para uso do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC, ficam retificados os itens 01 e 02 da Planilha de Orçamento do Anexo I - Termo de Referencia do referido Edital, a seguinte descrição:

Item 01

Onde se lê:

Potência máxima (cv) igual ou superior a: 75(g)/75

Leia – se:

Potência máxima (cv) igual ou superior a: 73(g)/75

Item 02

Exclui-se a seguinte especificação:

Limpador e lavador dos vidros dianteiros e traseiros com intermitência

Feita as retificações do Edital, fica prorrogado para o dia: 02/12/2019 às 14h00min, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 13h45 do destacado dia, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93.

Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 18 de Novembro de 2019.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA

ATA 037/2019 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/PMBR/2019

Publicação Nº 2230105

Página: 1/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Número do Registro de Preços: 37/2019 Data do Registro: 14/11/2019 Válido até: 14/11/2020

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPIs E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCO. POLÍCIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Of.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LUIVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS E MECÂNICOS, LUIVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS, TOTALMENTE REVESTIDA COM NITRIL, LISA, PUNHO EM FIBRAS ELÁSTICAS E ACABAMENTO EM FIBRAS SINTÉTICAS. (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA). (11057)	PAR	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	PLASTCOOR/C	0	5,2900	1
2	LUIVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES QUÍMICOS LUIVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRILICA SEM REVESTIMENTO INTERNO OU COM REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO, ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTAS DOS DEDOS. TAM: G (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA). (11058)	PAR	MA YCON WILL EIRELI EPP (2028)	Volk	0	4,6100	1
3	LUIVA DESCARTÁVEL LUIVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL (LÁTEX), AMBIDESTRA, SUPERFÍCIE LISA COM PÓ BIOABSORVÍVEL DE AMIDO DE MILHO, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO G (11059)	CX	MA YCON WILL EIRELI EPP (2028)	Sebold	0	18,6200	1
4	PROTETOR AUDITIVO PROTETOR AUDITIVO, TIPO INSERÇÃO MOLDAVEL DE ESPUMA DE POLIURETANO, NO FORMATO CÔNICO. 16 DB. (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA). (11060)	UN	FRONTIERE LTDA ME (2276)	PROTECT	0	0,9800	1
			FRONTIERE LTDA ME (2276)	VOLK	0	18,7000	2
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	TALGE/CA 28	0	18,7700	3
			FRONTIERE LTDA ME (2276)	VOLK	0	4,6200	2
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	VOLK/CA 4057	0	5,3900	3
			FRONTIERE LTDA ME (2276)	VOLK	0	18,6200	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	VEAJPLAST/C	0	1,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 2/21

Número do Registro de Preços: 37/2019			Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPI'S E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	PROTETOR AUDITIVO TIPO ABAFADOR PROTETOR AUDITIVO COMPOSTO DE ARCO COM AJUSTE DE PRESSÃO FABRICADO EM PLÁSTICO DE ENGENHARIA, SELO FABRICADO EM ESPUMA REVESTIDA COM VINIL PRETO, CONCHAS DE PLÁSTICO PREENCHIDAS INTERNAMENTE COM ESPUMA MOLDADA E ESPUMA PLANA 18DB. (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA). (11061)	UN	FRONTIERE LTDA ME (2276)	LIBUS	0	18,0000	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	NADUS/CA 32	0	19,0000	2
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	CAMPER	0	20,9900	3
6	ÓCULOS ÓCULOS DE SEGURANÇA, CONSTITUÍDOS DE ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA ÚNICA PEÇA DE POLICARBONATO INCOLOR, AMARELO (AMBAR), CINZA (FUMÊ) OU VERDE, COM PONTE E APOIO NASAL INJETADOS DO MESMO MATERIAL. AS HASTES, DO TIPO ESPÁTULA, SÃO CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DA ARMAÇÃO E FIXAS ÀS EXTREMIDADES DO VISOR A TRAVES DE PARAFUSOS METÁLICOS. (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA). (11062)	UN	FRONTIERE LTDA ME (2276)	LIBUS	0	2,5899	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	POLLI-FERR/C	0	2,5900	2
7	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO DESCARTÁVEL FILTRANTE PARA PARTICULAS PFF2 RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTICULAS, CLASSE PFF2(S), FORMATO DOBRÁVEL, SEM VALVULA DE EXALAÇÃO. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO. (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA). (11063)	UN	FRONTIERE LTDA ME (2276)	INTRAB	0	0,9000	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	CAMPER/CA 3	0	0,9000	2
8	CALÇADO TIPO BOTINA Nº 34, CALÇADO OCUPACIONAL, TIPO B, BOTA ATÉ O TORNOZELO, CABEDAL CONFECCIONADO EM COURO, FORRO EM MATERIAL NÃO TECIDO, COM FECHAMENTO ATRAVES DE ELÁSTICO NAS LATERAIS, PALMILHA DE MONTAGEM FIXADA PELO SISTEMA STROBEL, CONFECCIONADA EM NAOTECIDO, COM PALMILHA INTERNA, SOLADO A BASE DE PU (POLIURETANO) BIDENTIDADE, INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A ÓLEOS COMBUSTÍVEIS, PARA USO ELETRICISTA.(APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA). (11064)	PAR	ELO COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI (2279)	CARTOM	0	26,0900	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	CARTOM/CA 3	0	35,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 3/21

Número do Registro de Preços: 37/2019

Data do Registro: 14/11/2019

Válido até: 14/11/2020

Objeto da Compra:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPI'S E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINÇÃO, POLÍCIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	CALÇADO TIPO BOTINA Nº 36. CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GASPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. (APRESENTAR O CA NA PROPOSTA). (11065)	PAR	ELO COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI (2279)	CARTOM	0	26,0900	1
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	CARTOM	0	36,9900	3
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	CARTOM/CA 2	0	35,1000	2
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	CARTOM	0	36,9900	3
			FRONTIERE LTDA ME (2276)	IDOL	0	39,5000	4
10	CALÇADO TIPO BOTINA Nº 37. CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GASPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. (APRESENTAR O CA NA PROPOSTA). (11066)	PCT	SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	FSEG	0	30,5500	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	CARTOM/CA 2	0	35,1000	2
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	CARTOM	0	36,9900	3
11	CALÇADO TIPO BOTINA Nº 38. CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GASPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. (APRESENTAR O CA NA PROPOSTA). (11067)	PAR	SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	FSEG	0	30,5500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 4/21

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPIS E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINÇAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINÇAO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	CALÇADO TIPO BOTINA Nº 39. CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GÁSPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO, BIDSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. (APRESENTAR O C.A. NA PROPOSTA); (11069)	PAR	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	CARTOM/CA 2	0	35,1000	2
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	CARTOM	0	36,9900	3
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	FSEG	0	30,5500	1
13	CALÇADO TIPO BOTINA Nº 40. CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GÁSPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO, BIDSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. (APRESENTAR O C.A. NA PROPOSTA); (11069)	PAR	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	CARTOM/CA 2	0	35,1000	2
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	CARTOM	0	36,9900	3
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	FSEG	0	30,5500	1
14	CALÇADO TIPO BOTINA Nº 41. CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GÁSPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO, BIDSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. (APRESENTAR O C.A. NA PROPOSTA); (11070)	PAR	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	CARTOM/CA 2	0	35,1000	2
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	CARTOM	0	36,9900	3
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	FSEG	0	30,5500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 5/21

Número do Registro de Preços: 37/2019			Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPI'S E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINÇÃO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	CALÇADO TIPO BOTINA Nº 42. CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GASPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. (APRESENTAR O CA NA PROPOSTA). (11071)	PAR	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	CARTOM/CA 2	0	35,1000	2
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	CARTOM	0	36,9900	3
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	FSEG	0	30,5500	1
16	CALÇADO TIPO BOTINA Nº 43. CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GASPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. (APRESENTAR O CA NA PROPOSTA). (11072)	PAR	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	CARTOM/CA 2	0	35,1000	2
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	CARTOM	0	36,9900	3
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	FSEG	0	30,5500	1
17	CAPA CHUVA. TAM. G. CAPA DE SEGURANÇA CONFECIONADA EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO COM PVC EMAMBAS AS FACES, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO, COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA. COR: AMARELA (APRESENTAR O CA NA PROPOSTA). (11073)	UN	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	CARTOM/CA 2	0	35,1000	2
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	CARTOM	0	36,9900	3
			ELO COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI (2279)	BRASCAMP	0	9,0800	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	SOLDASUL/CA	0	9,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 6/21

Número do Registro de Preços: 37/2019 Data do Registro: 14/11/2019 Válido até: 14/11/2020						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPI'S E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
18	CAPA CHUVA, TAM. GG, CAPA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EM TECIDO SINTETICO PLASTIFICADO COM PVC EM AMBAS AS FACES, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVES DE BOTÕES DE PRESSÃO, COSTURAS ATRAVES DE SOLDA ELETRONICA. COR: AMARELA (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA). (11074)		FRONTIERE LTDA ME (2276)	BRASCAMP	0	10,9000
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	PLASTCOR	0	19,0000
		UN	FRONTIERE LTDA ME (2276)	BRASCAMP	0	10,8900
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA (1959)	SOLDASUL/C/	0	10,9000
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	PLASTCOR	0	19,0000
			ELO COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI (2279)	BRASCAMP	0	21,1000

Página: 7/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPI'S E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

19	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR, TIPO PEÇA FACIAL INTEIRA, COM CORPO MOLDOADO EM SILICONE CINZA, COM TONALIDADES DIFERENTES DE ACORDO COM O TAMANHO (CINZA CLARO, CINZA E CINZA ESCURO PARA OS TAMANHOS PEQUENO, MEDIO E GRANDE, RESPECTIVAMENTE); A PEÇA FACIAL POSSUI UM VISOR CONSTITUIDO DE MATERIAL RIGIDO TRANSPARENTE, FIXADO AO CORPO DA MESMA A TRAVES DE ENCAIXE ESPECIFICO E DE UM ARRO CONFECCIONADO EM MATERIAL PLASTICO CINZA, PRESO POR DOIS PARAFUSOS, O VISOR É CONSTITUIDO DE DUAS PARTES: UMA PARTE SUPERIOR LISA E UMA PARTE INFERIOR, QUE APRESENTA DUAS ABERTURAS EM SUAS LATERAIS, UTILIZADAS PARA O ENCAIXE DE DOIS SUPORTES DE MATERIAL PLASTICO RIGIDO, DOTADOS, EM SUA PARTE DIANTEIRA, DE UM ENCAIXE TIPO BAIONETA DE UMANEL DE BORRACHA, ONDE SAO FIXADOS OS FILTROS QUIMICOS, COMBINADOS E PARA PARTICULAS COM ENCAIXE TIPO BAIONETA OU A BASE DE FIXAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS FILTROS PARA PARTICULAS PLANOS, NA PARTE TRASEIRA DE CADA UM DOS SUPORTES, ENCONTRA-SE FIXADA UMA VALVULA DE INALAÇÃO, EM OUTRA ABERTURA, LOCALIZADA NA PARTE CENTRO INFERIOR DO VISOR, EXISTE UM DISPOSITIVO CONFECCIONADO EM MATERIAL PLASTICO RIGIDO CINZA, QUE SERVE DE SUPORTE PARA VALVULA DE EXALAÇÃO E QUE POSSUI UMA COBERTURA, NA PARTE TRASEIRA DO DISPOSITIVO, ENCAIXA-SE UMA MASCARILHA, CONFECCIONADA EM ELASTOMERO SINTETICO NA COR CINZA, DOTADA DE DUAS VALVULAS DE INALAÇÃO; A PEÇA FACIAL POSSUI UM TIRANTE DE CABEÇA COM QUATRO PONTOS DE FIXAÇÃO, PRESO AS BORDAS DAS MESMAS POR MEIO DE FIVELAS COM AJUSTE RAPIDO, OPCIONALMENTE, PODE SER FIXADA UMA ARMAÇÃO ESPECIFICA DENTRO DA PEÇA FACIAL, PARA USO DE LENTES CORRETIVAS DE ÓCULOS CONVENCIONAIS, O RESPIRADOR É UTILIZADO COM OS SEGUINTE FILTROS: 1- FILTROS QUIMICOS; (PARA USO COM CARTUCHO QUIMICO ITEM 22) (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA), (11075)	UN	FRONTIERE LTDA ME (2276)	LIBUS	0	541,2000	1
20	PROTETOR SOLAR TUBO PARA USO INDIVIDUAL, FATOR 60, 120ML, VALIDADE MINIMA DE UM ANO, (11076)	UN	GOLDEM CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI (2277)	alg sun	0	8,9000	1
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	3M	0	541,5000	2
			MAYCON WILL EIRELI EPP (2028)	Sunday	0	9,5600	2
			FRONTIERE LTDA ME (2276)	NUTRIEX	0	11,9000	3
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA (1959)	ALG/CA ISENT	0	14,4500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 8/21

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPIS E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINÇÃO, POLÍCIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	REPELENTE TUBO PARA USO INDIVIDUAL, 100ML. VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO. (11077)	UN	GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI (2277)	alg repel	0	6,0600	1
2			FRONTIERE LTDA ME (2276)	NUTRIEX	0	6,1000	2
3			IMAYCON WILL EIRELI EPP (2028)	Moskitoff	0	7,5400	3
4			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	FRANCEPHAF	0	7,7500	4
22	FILTROS CARTUCHO QUÍMICOS CLASSE 1, CARTUCHO QUÍMICO, INDICADO PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA CONTRA VAPORES ORGÂNICOS, GASES ÁCIDOS, AMÔNIA, METILAMINA E FORMALDEÍDO; (COMPATIVEL COM MÁSCARA FACIAL INTEIRA ITEM 19) (11078)	PAR	FRONTIERE LTDA ME (2276)	LIBUS	0	57,0000	1
2			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	3M	0	63,9900	2
23	PROTETOR FÁCIL - INCOLOR (PARA USO NA ROÇADEIRA). (11079)	UN	ELO COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI (2279)	PLASTOOR	0	16,7400	1
2			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	PLASTOOR/C	0	16,7500	2
3			FRONTIERE LTDA ME (2276)	DELTA PLUS	0	21,0000	3
24	CALÇADO DE USO PROFISSIONAL LEVE, FECHADO E ANTIDERRAPANTE DESCRIÇÃO CALÇADO: OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL TIPO TÊNIS, FECHADO NA PARTE DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, CONFECIONADO EM EVA NA COR BRANCA, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERÂMICO COM SOLUÇÃO DE DETERGENTE E PISO DE AÇO COM SOLUÇÃO DE GLICEROL, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL E À ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO. EPI - APROVADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO - (APRESENTAR O C.A. NA PROPOSTA), NÚMERO 35 (11080)	PAR	SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	WORKLIGHT	0	36,0800	1
2			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	SOFT WORKS	0	54,5400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 9/21

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPIs E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	CALÇADO DE USO PROFISSIONAL LEVE, FECHADO E ANTIDERRAPANTE DESCRIÇÃO CALÇADO: OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL TIPO TÊNIS, FECHADO NA PARTE DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, CONFECCIONADO EM EVA NA COR BRANCA, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERÂMICO COM SOLUÇÃO DE DETERGENTE E PISO DE AÇO COM SOLUÇÃO DE GLICEROL, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL E À ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO. EPI - APROVADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO - (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA), NÚMERO 36 (11081)	PAR	FRONTIERE LTDA ME (2276)	SOFTWORK	0	59,0000	3
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	WORKLIGHT	0	36,0800	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	SOFT WORKS	0	54,5400	2
			FRONTIERE LTDA ME (2276)	SOFTWORK	0	59,0000	3
26	CALÇADO DE USO PROFISSIONAL LEVE, FECHADO E ANTIDERRAPANTE DESCRIÇÃO CALÇADO: OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL TIPO TÊNIS, FECHADO NA PARTE DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, CONFECCIONADO EM EVA NA COR BRANCA, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERÂMICO COM SOLUÇÃO DE DETERGENTE E PISO DE AÇO COM SOLUÇÃO DE GLICEROL, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL E À ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO. EPI - APROVADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO - (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA), NÚMERO 37 (11082)	PAR	FRONTIERE LTDA ME (2276)	SOFTWORK	0	36,0800	1
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	WORKLIGHT	0	36,0800	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	SOFT WORKS	0	54,5400	2
			FRONTIERE LTDA ME (2276)	SOFTWORK	0	59,0000	3
27	CALÇADO DE USO PROFISSIONAL LEVE, FECHADO E ANTIDERRAPANTE DESCRIÇÃO CALÇADO: OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL TIPO TÊNIS, FECHADO NA PARTE DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, CONFECCIONADO EM EVA NA COR BRANCA, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERÂMICO COM SOLUÇÃO DE DETERGENTE E PISO DE AÇO COM SOLUÇÃO DE GLICEROL, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL E À ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO. EPI - APROVADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO - (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA), NÚMERO 38 (11083)	PAR	FRONTIERE LTDA ME (2276)	SOFTWORK	0	36,0800	1
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	WORKLIGHT	0	36,0800	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	SOFT WORKS	0	54,5400	2
			FRONTIERE LTDA ME (2276)	SOFTWORK	0	59,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 10/21

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPIS E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	CALÇADO DE USO PROFISSIONAL LEVE, FECHADO E ANTIDERRAPANTE DESCRIÇÃO CALÇADO: OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL TIPO TÊNIS, FECHADO NA PARTE DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, CONFECCIONADO EM EVA NA COR BRANCA, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERÂMICO COM SOLUÇÃO DE DETERGENTE E PISO DE AÇO COM SOLUÇÃO DE GLICEROL, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTIVEL E A ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO. EPI - APROVADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO - (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA), NÚMERO 39 (11084)	PAR (2280)	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	SOFT WORKS	0	54,5400	2
			FRONTIERE LTDA ME (2276)	SOFTWORK	0	59,0000	3
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	WORKLIGHT	0	36,0800	1
29	CALÇADO DE USO PROFISSIONAL LEVE, FECHADO E ANTIDERRAPANTE DESCRIÇÃO CALÇADO: OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL TIPO TÊNIS, FECHADO NA PARTE DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, CONFECCIONADO EM EVA NA COR BRANCA, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERÂMICO COM SOLUÇÃO DE DETERGENTE E PISO DE AÇO COM SOLUÇÃO DE GLICEROL, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTIVEL E A ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO. EPI - APROVADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO - (APRESENTAR O C.A NA PROPOSTA), NÚMERO 40 (11085)	PAR (2280)	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	SOFT WORKS	0	54,5400	2
			FRONTIERE LTDA ME (2276)	SOFTWORK	0	59,0000	3
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	WORKLIGHT	0	36,0800	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	SOFT WORKS	0	54,5400	2
			FRONTIERE LTDA ME (2276)	SOFTWORK	0	59,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 11/21

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPIS E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

30	CALCADO DE USO PROFISSIONAL LEVE, FECHADO E ANTIDERRAPANTE DESCRICAO: OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL TIPO TENIS, FECHADO NA PARTE DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, CONFECCIONADO EM EVA NA COR BRANCA, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERAMICO COM SOLUÇAO DE DETERGENTE E PISO DE ACO COM SOLUÇAO DE GLICEROL, RESISTENTE AO OLEO COMBUSTIVEL E A ABSORÇAO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO. EPI - APROVADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO - (APRESENTAR O C.A. NA PROPOSTA), NUMERO 41 (11086)	PAR	SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇ (2280)	WORKLIGHT	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	SOFT WORKS	2
			FRONTIERE LTDA ME (2276)	SOFTWORK	3
31	BOTA DE PVC: CALCADO OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, TIPO BOTA PVC CANO CURTO, IMPERMEAVEL, INTEIRO POLIMERICO, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTENCIA QUIMICA, SEM BIQUEIRA, PROPRIEDADES ANTIDERRAPANTES, RESISTENCIA A OLEO COMBUSTIVEL. NUMERO 38 (11087)	PAR	FRONTIERE LTDA ME (2276)	INNPRO	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	INNPRO/CA 38	2
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇ (2280)	WORKFLEX	3
32	BOTA DE PVC: CALCADO OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, TIPO BOTA PVC CANO CURTO, IMPERMEAVEL, INTEIRO POLIMERICO, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTENCIA QUIMICA, SEM BIQUEIRA, PROPRIEDADES ANTIDERRAPANTES, RESISTENCIA A OLEO COMBUSTIVEL. NUMERO 39 (11088)	PAR	FRONTIERE LTDA ME (2276)	INNPRO	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	INNPRO/CA 39	2
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇ (2280)	WORKFLEX	3

Página: 12/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPI'S E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	BOTA DE PVC: CALÇADO OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, TIPO BOTA PVC CANO CURTO, IMPERMEÁVEL, INTEIRO POLIMÉRICO, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTÊNCIA QUÍMICA, SEM BIQUEIRA, PROPRIEDADES ANTIDERRAPANTES, RESISTÊNCIA A ÓLEO COMBUSTÍVEL,; NÚMERO 40 (11089)	PAR	FRONTIERE LTDA ME (2276)	INNPRO	0	20,0800	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	INNPRO/CA 3k	0	20,9000	2
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	WORKFLEX	0	22,4800	3
34	BOTA DE PVC: CALÇADO OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, TIPO BOTA PVC CANO CURTO, IMPERMEÁVEL, INTEIRO POLIMÉRICO, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTÊNCIA QUÍMICA, SEM BIQUEIRA, PROPRIEDADES ANTIDERRAPANTES, RESISTÊNCIA A ÓLEO COMBUSTÍVEL,; NÚMERO 41 (11090)	PAR	FRONTIERE LTDA ME (2276)	INNPRO	0	20,0800	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	INNPRO/CA 3k	0	20,9000	2
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	WORKFLEX	0	22,4800	3
35	BOTA DE PVC: CALÇADO OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, TIPO BOTA PVC CANO CURTO, IMPERMEÁVEL, INTEIRO POLIMÉRICO, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTÊNCIA QUÍMICA, SEM BIQUEIRA, PROPRIEDADES ANTIDERRAPANTES, RESISTÊNCIA A ÓLEO COMBUSTÍVEL,; NÚMERO 42 (11091)	PAR	FRONTIERE LTDA ME (2276)	INNPRO	0	20,0800	1
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	INNPRO/CA 3k	0	20,9000	2
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	WORKFLEX	0	22,4800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

Página: 13/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPIs E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	BOTA DE PVC: CALÇADO OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, TIPO BOTA PVC CANO CURTO, IMPERMEÁVEL, INTEIRO POLIMÉRICO, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM RESISTÊNCIA QUÍMICA, SEM BIQUEIRA, PROPRIEDADES ANTIDERRAPANTES, RESISTÊNCIA A ÓLEO COMBUSTÍVEL.). NÚMERO 43 (11082)	PAR	FRONTIERE LTDA ME (2276)	INNPRO	0	21,5000	1
			SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (2280)	WORKFLEX	0	22,4800	2
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (1959)	INNPRO/CA 3k	0	30,9000	3
37	CALÇA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO P COR: LARANJA (7264)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	51,8000	1
38	CALÇA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM PESADO) 100% ALGODÃO. TAMANHO M COR: LARANJA (7265)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	51,8000	1
39	CALÇA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO G COR: LARANJA (7266)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	51,8000	1
40	CALÇA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO GG COR: LARANJA (7267)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	51,8000	1
41	BERMUDA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO P COR: LARANJA (7268)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	46,8000	1
42	BERMUDA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO M COR: LARANJA (7269)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	46,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

Página: 14/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPI'S E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	BERMUDA DE BRIM COM CADARCO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO G COR: LARANJA (7270)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	46,8000	1
44	BERMUDA DE BRIM COM CADARCO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO GG COR: LARANJA (7271)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	46,8000	1
45	CAMISETA EM MALHA, COM DETALHE NO CENTRO DO CORPO, ESTAMPADA FRENTE E COSTA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA PRATA NO CORPO E MANGAS 100% ALGODÃO. TAMANHO P COR: LARANJA (7272)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	41,9000	1
46	CAMISETA EM MALHA, COM DETALHE NO CENTRO DO CORPO, ESTAMPADA FRENTE E COSTA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA PRATA NO CORPO E MANGAS 100% ALGODÃO. TAMANHO M COR: LARANJA (7273)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	41,9000	1
47	CAMISETA EM MALHA, COM DETALHE NO CENTRO DO CORPO, ESTAMPADA FRENTE E COSTA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA PRATA NO CORPO E MANGAS 100% ALGODÃO. TAMANHO G COR: LARANJA (7274)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	41,9000	1
48	CAMISETA EM MALHA, COM DETALHE NO CENTRO DO CORPO, ESTAMPADA FRENTE E COSTA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA PRATA NO CORPO E MANGAS 100% ALGODÃO. TAMANHO GG COR: LARANJA (7275)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	41,9000	1
49	CALÇA DE BRIM COM CADARCO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO P, COR: AZUL (7276)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	51,8000	1
50	CALÇA DE BRIM COM CADARCO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO M COR: AZUL (7277)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	51,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 15/21

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPI'S E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	CALÇA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO G COR: AZUL (7278)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	51,8000	1
52	CALÇA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO GG COR: AZUL (7279)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	51,8000	1
53	BERMUDA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO P COR: AZUL (7280)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	46,8000	1
54	BERMUDA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO M COR: AZUL (7281)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	46,8000	1
55	BERMUDA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO G COR: AZUL (7282)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	46,8000	1
56	BERMUDA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM PESADO) 100% ALGODÃO. TAMANHO GG COR: AZUL (7283)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	46,8000	1
57	CAMISETA EM MALHA, COM BOLSO, ESTAMPADA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA PRATA NO CORPO E MANGAS TECIDO PV 67% POLIESTER, 33% VISCOSE. TAMANHO P COR: AZUL (11093)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	41,9000	1
58	CAMISETA EM MALHA, COM BOLSO, ESTAMPADA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA PRATA NO CORPO E MANGAS TECIDO PV 67% POLIESTER, 33% VISCOSE. TAMANHO M COR: AZUL (11094)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	41,9000	1
59	CAMISETA EM MALHA, COM BOLSO, ESTAMPADA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA PRATA NO CORPO E MANGAS TECIDO PV 67% POLIESTER, 33% VISCOSE. TAMANHO G COR: AZUL (11095)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	41,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

Página: 16/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPI'S E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	CAMISETA EM MALHA, COM BOLSO, ESTAMPADA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA PRATA NO CORPO E MANGAS TECIDO PV 67% POLIÉSTER, 33% VISCOSE. TAMANHO GG COR: AZUL (11096)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	41,9000	1
61	CALÇA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS S PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO - P COR: CINZA (7289)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	51,8000	1
62	CALÇA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS S PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO - M COR: CINZA (7289)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	51,8000	1
63	CALÇA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS S PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO - G COR: CINZA (7290)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	51,8000	1
64	DESODORIZADOR DE AMBIENTES, EMBALAGEM COM 400 ML, FRAGÂNCIAS DIVERSAS, VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO COM COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÕES DO FABRICANTE ESTAMPADA NA EMBALAGEM. DEVE CONTER O REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ANVISA. (7891)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	51,8000	1
65	BERMUDA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO - P COR: CINZA (7292)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	46,8000	1
66	BERMUDA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO - M COR: CINZA (7293)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	46,8000	1
67	BERMUDA DE BRIM COM CADARÇO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO - G COR: CINZA (7294)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	46,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 17/21

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020				
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPI'S E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.	
68	BERMUDA DE BRIM COM CADARCO E ELÁSTICO, 03 BOLSOS, ESTAMPADA COM FITAS REFLETIVAS PRATA NA PERNÁ. (BRIM) 100% ALGODÃO. TAMANHO - GG COR: CINZA (7295)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	46,8000	1	
69	CAMISETA EM MALHA, COM DETALHE NO CENTRO DO CORPO, ESTAMPADA FRENTE E COSTA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA PRATA NO CORPO E MANGAS 100% ALGODÃO. TAMANHO - P COR: AMARELO SKOL (7296)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	41,9000	1	
70	CAMISETA EM MALHA, COM DETALHE NO CENTRO DO CORPO, ESTAMPADA FRENTE E COSTA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA PRATA NO CORPO E MANGAS 100% ALGODÃO. TAMANHO - M COR: AMARELO SKOL (7297)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	41,9000	1	
71	CAMISETA EM MALHA, COM DETALHE NO CENTRO DO CORPO, ESTAMPADA FRENTE E COSTA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA PRATA NO CORPO E MANGAS 100% ALGODÃO. TAMANHO - G COR: AMARELO SKOL (7298)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	41,9000	1	
72	CAMISETA EM MALHA, COM DETALHE NO CENTRO DO CORPO, ESTAMPADA FRENTE E COSTA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA PRATA NO CORPO E MANGAS 100% ALGODÃO. TAMANHO - GG COR: AMARELO SKOL (7299)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	41,9000	1	
73	BONÉ TAMANHO UNICO, ADULTO, TECIDO EM BRIM, ABA EM PLÁSTICO FLEXÍVEL, REGULADOR DE ABERTURA, EM FIVELA METÁLICA, PARTE FRONTAL EM TECIDO BRIM COM LOGO COR: CINZA (7300)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	23,8000	1	
74	CAMISETA EM MALHA, MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, ESTAMPADA, COR DIVERSAS. TAMANHO P (7301)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	30,8750	1	
75	CAMISETA EM MALHA, MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, ESTAMPADA, COR DIVERSAS. TAMANHO M (7302)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	30,8750	1	
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	B.O	0	30,9000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 18/21

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPI'S E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINÇÃO, POLÍCIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	B.O	0	30,9000	2
76	CAMISETA EM MALHA, MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, ESTAMPADA, COR DIVERSAS. TAMANHO G (7303)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	30,8750	1
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	B.O	0	30,9000	2
77	CAMISETA EM MALHA, MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, ESTAMPADA, COR DIVERSAS. TAMANHO GG (7304)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	30,8750	1
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	B.O	0	30,9000	2
78	CAMISETA EM MALHA, MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, ESTAMPADA, COR DIVERSAS. TAMANHO P (7301)	UN	NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	B.O	0	31,0000	1
			ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	31,9000	2
79	CAMISETA EM MALHA, MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, ESTAMPADA, COR DIVERSAS. TAMANHO M (7302)	UN	NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	B.O	0	31,0000	1
			ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	31,9000	2
80	CAMISETA EM MALHA, MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, ESTAMPADA, COR DIVERSAS. TAMANHO G (7303)	UN	NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	B.O	0	31,0000	1
			ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	31,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 19/21

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPIS E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINÇÃO, POLÍCIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	CAMISETA EM MALHA, MANGA CURTA, 100%ALGODÃO, ESTAMPADA, COR DIVERSAS. TAMANHO GG (7304)	UN	NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	B.O	0	31,0000	1
82	BONÉ TAMANHO ÚNICO, ADULTO, TECIDO EM BRIM, ABA EM PLÁSTICO FLEXÍVEL. REGULADOR DE ABERTURA EM FIVELA METÁLICA. PARTE FRONTAL EM TECIDO BRIM COM LOGO COR: CINZA (7300)	UN	ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)	B.O	0	31,9000	2
			NICOLAU SAURNINO VIEIRA (2278)	B.O	0	23,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Página: 20/21

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPIS E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI (1627)		0	23,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Número do Registro de Preços: 37/2019		Data do Registro: 14/11/2019		Válido até: 14/11/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EPIS E UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO, POLICIA MILITAR, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2019
PROCESSO Nº 80/2019

- (1627) - ANGELINA VOLPATO BAGIO MEI
- (1959) - MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
- (2028) - MAYCON WILL EIRELI EPP
- (2276) - FRONTIERE LTDA ME
- (2277) - GOLDEM CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI
- (2278) - NICOLAU SAURNINO VIEIRA
- (2279) - ELO COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI
- (2280) - SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Balneário Rincão, 14 de Novembro de 2019.

Bandeirante

PREFEITURA

EDITAL SME Nº 26 2019

Publicação Nº 2230770

EDITAL SME Nº 26/2019

BAIXA NORMAS PARA AS MATRÍCULAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL BANDEIRANTE E ESCOLA MUNICIPAL ANITA GARIBALDI PARA O ANO LETIVO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe confere o Art. 182 e Art. 183, da lei Orgânica Municipal de 09 de Dezembro de 1997 e conforme prevê a Lei 9.394/96- LDB (Lei de Diretrizes e Bases); Lei nº 11.114/05; Lei nº 11.274/06 e Normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; Resolução nº 5 de 17 de Dezembro de 2009/ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; conforme Lei 11.770 de 9 de Setembro de 2008 e decreto nº 7.052 de 23 de Dezembro de 2009 e Lei 11.700 de 13 de Junho de 2008; a partir do presente Edital, fica regulamentado no município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, para as escolas da Rede Municipal de Ensino, nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental, o Plano de Matrículas para o ano letivo de 2019 por meio deste Edital.

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - A Secretaria Municipal de Educação, como parte integrante das atividades programadas, estabelece por meio do presente Edital as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2020, nas Unidades Escolares que oferecem Educação Infantil e Ensino Fundamental.

1.2 - Educação Infantil: para crianças que completam 04 anos até 31 de março de 2020 e as crianças com 04 e 05 anos.

1.3- Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais, oportunizando o acesso à escola para as crianças na faixa etária a partir dos 06(seis) anos completos ou a completar até 31 de março de 2020.

CAPITULO II

DOS OBJETIVOS

2.1- Assegurar matrículas para todas as crianças de Educação Infantil – 04 (quatro) e 05 (cinco) anos e Ensino Fundamental- Anos Iniciais e Anos Finais, em idade escolar, inclusive para as que não tiveram acesso na rede própria, oferecido em Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, nos termos da legislação vigente.

2.2- Efetuar a matrícula automática dos educandos que já freqüentam o Ensino Fundamental de nove anos, independentemente da:

a) Condição física, mental e sensorial;

b) Ano.

II- Inscrever, classificar por zoneamento, e matricular todas as crianças que completam 6 (seis) anos até dia 31 de março de 2020, no Ensino Fundamental de nove anos;

2.3- Reconduzir à escola o educando evadido;

2.4-Oferecer vagas para matricular todas as crianças da Pré-escola na Rede Municipal de Ensino.

CAPITULO III

DAS CARACTERÍSTICAS

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS

3.1- A prioridade de matrícula será para os educandos do Ensino Fundamental, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria, garantindo a inclusão de todos.

3.2- Para o ingresso no pré-escolar e no 1º ano do Ensino Fundamental será realizada a matrícula dos educandos pelo zoneamento, nas Unidades Escolares que oferecerem matrícula.

Parágrafo único – Garantir-se-á o direito a educação, com acesso e permanência, conforme preconiza a LDBEN 9394/96.

EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

3.3- O ingresso de crianças, independente das condições físicas, mentais e sensoriais, constituir-se-á de:

I - As crianças que completam 4 anos até 31 de Março de 2020, e as crianças com 04 e 05 anos, serão atendidas em turmas de pré-escola nas Unidades Escolares de Ensino – Escola Municipal Anita Garibaldi e Escola Municipal Bandeirante.

CAPITULO IV

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO PELO ZONEAMENTO

4.1 - A matrícula deverá obedecer ao critério de residência mais próxima da Unidade Escolar do educando.

CAPITULO V

DIRETRIZES BÁSICAS PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE MATRÍCULA

5.1- As diretrizes básicas para a execução do Plano de Matrículas são as seguintes:

I- DA MATRÍCULA DO ENSINO FUNDAMENTAL

a) O sistema de matrícula destina-se a garantir vaga ao educando regularmente matriculado no Ensino Fundamental de nove anos, mediante a confirmação dos pais ou responsáveis pelo educando, desde que obedecido o Critério de Zoneamento, para matrícula no Ensino

Fundamental.

- b) As matrículas para o Ensino Fundamental de nove anos serão efetuadas no ano indicado, conforme o resultado do processo de avaliação em vigor.
- c) Portanto, cabe à escola, efetuar a matrícula automática de todos os seus educandos já matriculados no Ensino Fundamental de nove anos, completando, se houver necessidade, os dados na ficha de matrícula já existente na Unidade Escolar, sem necessidade de preenchimento de nova ficha.
- d) Será de compromisso da família, comunicar à escola qualquer alteração dos dados existentes na ficha de matrícula. Para tanto, é necessário que os pais ou responsáveis compareçam à Unidade Escolar para a confirmação dos dados, em data oportuna ou comunicado da Secretaria Escolar.

II- DA EFETIVAÇÃO DA MATRÍCULA DO ENSINO FUNDAMENTAL

- a) A matrícula deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis do educando, por meio do preenchimento da ficha de matrícula.
- b) O educando evadido, que não possuir documentos comprobatórios de seu grau de escolarização, será submetido a teste de verificação de aprendizagem e será matriculado no Ensino Fundamental, de acordo com o seu desempenho na verificação (Lei nº 9.394/96, art.24, inciso II, alínea C).
- c) A matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos, para os educandos que não freqüentaram a Educação Infantil na Unidade Escolar (que pretendem freqüentar o Ensino Fundamental), deverá ser efetivada pelos pais ou responsáveis.
- d) Em caso da não existência da vaga na Unidade Escolar, os pais ou responsáveis serão orientados a buscar vaga em outro estabelecimento de ensino.

CAPITULO VI

DA ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES/TURMAS

As classes/ turmas ficarão assim constituídas, conforme Lei Municipal nº 1170 de 14 de janeiro de 2016:

ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

6.1- Será criada uma nova turma quando o número de educandos matriculados exceder, observando-se os critérios estabelecidos, existência de espaço físico adequado e avaliação da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, e/ou determinação do Ministério Público.

6.2 - Para as turmas com educandos com Transtorno Global de Desenvolvimento (TDG), terá um auxiliar de sala (segundo professor), conforme prevê a legislação pertinente e avaliação da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Pré- Escola

- 04 anos – 15 a 25 educandos
 - 05 anos - 15 a 25 educandos
- ## CAPITULO VII
- ### DA DOCUMENTAÇÃO

7.1- A documentação exigida no ato da matrícula será a seguinte:

EDUCAÇÃO INFANTIL

- Carteira de vacinação da criança (cópia);
- Certidão de nascimento (cópia) ou RG e CPF;
- Cartão do SUS;
- Foto 3x4;
- Comprovante de residência (cópia);
- Número de telefone para contato dos pais e familiares;
- Comprovante de renda dos pais, e de recebimento do Bolsa Família.
- Laudo Médico de Necessidade de Alimentação Especial, expedido por profissional competente na área.

ENSINO FUNDAMENTAL

- Atestado de freqüência ou histórico escolar;
- Certidão de nascimento;
- Cartão do SUS
- Carteira de Identidade e CPF, (cópia) se possuir;
- Carteira de vacinação;
- Número de telefone para contato dos pais e familiares
- Comprovante de vacina triviral ou duplaval (vacina de rubéola) para meninas a partir dos 12 anos de idade e do HPV para meninas de 9 anos e meninos 11 anos.
- Comprovante de residência (cópia);
- Atestado de Necessidade de Alimentação Especial, expedido por profissional competente.

7.2- A Unidade Escolar deverá manter o registro da vida escolar do educando, porém se no ano da matrícula, o educando que não apresentar a documentação exigida, terá o prazo de 30 (trinta) dias para fazê-lo.

7.3- Se o educando não possuir documentação, a Unidade Escolar o encaminhará aos órgãos competentes, objetivando auxiliar aos pais ou responsáveis na regularização de sua documentação.

CAPITULO VIII

DO CRONOGRAMA E LOCAL

8.1- De 20 de Novembro a 06 de Dezembro de 2019 ocorrem a efetivação de novas matrículas para o pré-escolar para o ano de 2020 e para as demais turmas a rematrícula é automática.

CAPITULO IX DA DIVULGAÇÃO

9.1- A ampla divulgação do período de destinado á realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto pela Secretaria Municipal de Educação.

9.2- A Secretaria Municipal de Educação e as Unidades Escolares serão responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula e deverão utilizar todos os meios de comunicação disponíveis no município, bem como no rádio.

CAPITULO X DO RELATÓRIO

10.1- Após o prazo estipulado para a realização das matrículas serão elaborados relatórios pelas Unidades de Ensino e enviados à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de avaliar o alcance do objetivo proposto até o dia 15 de dezembro de 201.

CAPITULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1- As Unidades Escolares deverão envolver todas as Entidades Organizadas das Comunidades para a divulgação, com o objetivo de maior êxito na efetivação das matrículas.

11.2- Em função da demanda de matrícula a Secretaria Municipal de Educação se reserva o direito de aplicar o critério de zoneamento nas Unidades Escolares da zona urbana e rural.

Parágrafo único- Para a definição do espaço geográfico para o zoneamento será observada a orientação do mapa geográfico, priorizando a maior proximidade.

11.3- Ficam sujeitos às presentes diretrizes, todos os Estabelecimentos de Ensino mantidos pelo Município de Bandeirante.

11.4- Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

Em, 19 de Novembro de 2019.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

MARLEI OLIBONI LAMB
Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

RREO 5 BIM 2019

Publicação Nº 2230303

Município de BANDEIRANTE - SC
CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	502.976,00	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	502.976,00	-502.976,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	720.000,00	720.000,00	94.031,09	516.990,50	203.009,50	99.451,38	502.976,00	217.024,00	493.575,61
DESPESAS CORRENTES	700.000,00	700.000,00	94.031,09	512.879,49	187.120,51	99.451,38	498.864,99	201.135,01	489.464,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	595.000,00	595.000,00	91.720,81	442.279,35	152.720,65	91.720,81	442.279,35	152.720,65	434.564,68
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	105.000,00	105.000,00	2.310,28	70.600,14	34.399,86	7.730,57	56.585,64	48.414,36	54.899,92

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de BANDEIRANTE - SC
CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	720.000,00	720.000,00	94.031,09	516.990,50	203.009,50	99.451,38	502.976,00	217.024,00	493.575,61
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	0,00	4.111,01	15.888,99	0,00	4.111,01	15.888,99	4.111,01
INVESTIMENTOS	20.000,00	20.000,00	0,00	4.111,01	15.888,99	0,00	4.111,01	15.888,99	4.111,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	720.000,00	720.000,00	94.031,09	516.990,50	203.009,50	99.451,38	502.976,00	217.024,00	493.575,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	720.000,00	720.000,00	94.031,09	516.990,50	203.009,50	99.451,38	502.976,00	217.024,00	493.575,61
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	720.000,00	720.000,00	94.031,09	516.990,50	—	99.451,38	502.976,00	—	493.575,61
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

BANDEIRANTE, 05/11/2019

CLAUDINEI ZIMMERMANN
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO
CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

BANDEIRANTE, 05/11/2019

CLAUDINEI ZIMMERMANN
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO
CRC: SC-040295/O-7

RRRO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

BANDEIRANTE, 05/11/2019

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de BANDEIRANTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de BANDEIRANTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
TOTAL	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00 100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - (15 \times l/b)/100$

Continuação 4/4

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

BANDEIRANTE, 05/11/2019

CLAUDINEI ZIMMERMANN
Presidente do Poder LegislativoTAÍS REGINA SASSO
CRC: SC-04.0295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	
				R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESpesas de PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

BANDEIRANTE, 05/11/2019

CLAUDINEI ZIMMERMANN Presidente do Poder Legislativo	TAÍS REGINA SASSO CRC: SC-040295/O-7
---	---

Município de BANDEIRANTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		0,00	
Previsão Atualizada		0,00	
Receitas Realizadas		0,00	
Déficit Orçamentário		502.976,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		720.000,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		720.000,00	
Despesas Empenhadas		516.990,50	
Despesas Liquidadas		502.976,00	
Despesas pagas		493.575,61	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		516.990,50	
Despesas Liquidadas		502.976,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		0,00	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-497.012,01
Resultado Primário		0,00	-497.012,01
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.600,00	163,60	3.436,40
LEGISLATIVO	3.600,00	163,60	3.436,40
TOTAL:	3.600,00	163,60	3.436,40
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	

Continua 1/2

Município de BANDEIRANTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			4.111,01	15.888,99
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

BANDEIRANTE, 05/11/2019

CLAUDINEI ZIMMERMANN
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO
CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	720.000,00	720.000,00	94.031,09	516.990,50	203.009,50	99.451,38	502.976,00	217.024,00
Legislativa	720.000,00	720.000,00	94.031,09	516.990,50	203.009,50	99.451,38	502.976,00	217.024,00
Ação Legislativa	720.000,00	720.000,00	94.031,09	516.990,50	203.009,50	99.451,38	502.976,00	217.024,00
TOTAL (III) = (I + II)	720.000,00	720.000,00	94.031,09	516.990,50	203.009,50	99.451,38	502.976,00	217.024,00

FONTE:

BANDEIRANTE, 05/11/2019

CLAUDINEI ZIMMERMANN
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO
CRC: SC-040295/O-7

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
		Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (Últ. 12 Meses)
	RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

BANDEIRANTE, 05/11/2019

CLAUDINEI ZIMMERMANN
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO
CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor			0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor			0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS			
Outros Aportes para o RPPS			0,00			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2019	2018	2018	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	

Continua 2/3

Município de BANDEIRANTE - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Consolidação Administração Direta

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

BANDEIRANTE, 05/11/2019

CLAUDINEI ZIMMERMANN

Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO

CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.600,00	77.457,65	51.784,69
Disponibilidade de Caixa	3.600,00	77.457,65	51.784,69
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.600,00	78.332,55	61.185,08
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	874,90	9.400,39
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Out 2019 (VIc - VIa)
<u>RESULTADO NOMINAL</u>		
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00

FONTE:

BANDEIRANTE, 05/11/2019

CLAUDINEI ZIMMERMANN
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO
CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Aplicações Financeiras(II)	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	700.000,00	512.879,49	498.864,99	489.464,60	3.436,40
Pessoal e Encargos Sociais	595.000,00	442.279,35	442.279,35	434.564,68	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	105.000,00	70.600,14	56.585,64	54.899,92	3.436,40
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	105.000,00	70.600,14	56.585,64	54.899,92	3.436,40
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	700.000,00	512.879,49	498.864,99	489.464,60	3.436,40
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	20.000,00	4.111,01	4.111,01	4.111,01	0,00
Investimentos	20.000,00	4.111,01	4.111,01	4.111,01	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	20.000,00	4.111,01	4.111,01	4.111,01	0,00

Continua 2/4

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
							LIQUIDADOS			PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)			720.000,00	516.990,50	502.976,00	493.575,61	0,00	3.436,40	3.436,40	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]			-497.012,01							
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO			VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência			0,00							
JUROS NOMINAIS			Até o Bimestre/2019							
			VALOR INCORRIDO							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)			0,00							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)			0,00							
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)			-497.012,01							
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL			VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência			0,00							
			ABAXO DA LINHA							
			SALDO							
			Em 31 Dez 2018(a)				Até o Bimestre/2019(b)			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)			0,00				0,00			
DEDUÇÕES (XXIX)			3.600,00				51.784,69			
Disponibilidade de Caixa			3.600,00				51.784,69			
Disponibilidade de Caixa Bruta			3.600,00				61.185,08			
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)			0,00				9.400,39			
Demais Haveres Financeiros			0,00				0,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)			-3.600,00				-51.784,69			
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)			48.184,69							

Continua 3/4

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-9.400,39
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	57.585,08
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	57.585,08
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Município de BANDEIRANTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARAMUNICIPAL DE BANDERANTE

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		RP NÃO PROCESSADOS										RP 1,1
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+i)	Saldo Total L = (e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	-	3.600,00	3.436,40	3.436,40	163,60	-	-
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	3.436,40	3.436,40	163,60	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	3.436,40	3.436,40	163,60	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	3.436,40	3.436,40	163,60	0,00	0,00
FONTE:												

FONTE:

BANDEIRANTE, 05/11/2019

CLAUDINEI ZIMMERMANN

Presidente do Poder Legislativo

TAIS REGINA SASSO

CRC: SC-040295/O-7

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	—	0,00	0,00	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	—	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	—	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	—	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	—	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	—	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	—	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	—	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	—	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	—	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						0,00
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ³						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.j)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						0,00
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						0,00
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						-
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)		
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	0,00	0,00

BANDEIRANTE, 05/11/2019

CLAUDINEI ZIMMERMANN
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO
CRC: SC-040295/O-7

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de BANDEIRANTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)			
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	4.111,01	15.888,99
Investimentos	20.000,00	4.111,01	15.888,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	20.000,00	4.111,01	15.888,99
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	20.000,00	4.111,01	15.888,99

FONTE:

BANDEIRANTE, 05/11/2019

CLAUDINEI ZIMMERMANN
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO
CRC: SC-040295/O-7

Barra Bonita

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 012/2019

Publicação Nº 2230646

PORTARIA Nº012 DE 11 DE OUTUBRO DE 2019.
Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º-Conceder 2,5 (duas diárias e meia) ao Vereador, Sr. LUIZ GIBRAIL DRESCH, matrícula nº. 12604-7, no valor de R\$ 702,17 (setecentos e dois reais e dezessete centavos), para audiência junto a comissão de constituição e justiça e assuntos municipais para debater sobre a PL165.0/2019 e seus efeitos no orçamento municipal, Conforme Memorando nº 009/2019 e Roteiro de Viagem nº 009/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 11 de outubro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 013/2019

Publicação Nº 2230653

PORTARIA Nº013 DE 11 DE OUTUBRO DE 2019.
Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º- Conceder 2,5 (duas diárias e meia) ao Vereador, Sr. SILVIO RICARDO LAZAROTTO, matrícula nº. 129.5-03, no valor de R\$ 702,17 (setecentos e dois reais e dezessete centavos), para audiência junto a comissão de constituição e justiça e assuntos municipais para debater sobre a PL165.0/2019 e seus efeitos no orçamento municipal, Conforme Memorando nº 010/2019 e Roteiro de Viagem nº 010/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 11 de outubro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 014/2019

Publicação Nº 2230656

PORTARIA Nº014 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.
Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º- Conceder 5,0 (cinco diárias) ao Vereador, Sr. SILVIO RICARDO LAZAROTTO, matrícula nº. 129.5-03, no valor de R\$ 2.045,30 (dois mil e quarenta e cinco reais e trinta centavos), para viagem ao 55º Congresso Brasileiro de Vereadores, Brasília - DF, Conforme Memorando nº 011/2019 e Roteiro de Viagem nº 011/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 29 de outubro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 015/2019

Publicação Nº 2230658

PORTARIA Nº015 DE 29 DE OUTUBRO 2019.
Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º-Conceder 5,0 (cinco diárias) ao Vereador, Srº IVO ARALDI, matrícula nº. 393701-1, no valor de R\$ 2.045,30 (dois mil e quarenta e cinco reais e trinta centavos), para viagem ao 55º Congresso Brasileiro de Vereadores, Brasília - DF, Conforme Memorando nº 012/2019 e Roteiro de Viagem nº 012/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 29 de outubro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 016/2019

Publicação Nº 2230661

PORTARIA Nº016 DE 29 DE OUTUBRO 2019.
Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º-Conceder 5,0 (cinco diárias) ao Vereador, Sr. GILMAR MENEGUZZO, matrícula nº. 177603-7, no valor de R\$ 2.045,30 (dois mil e quarenta e cinco reais e trinta centavos), para viagem ao 55º Congresso Brasileiro de Vereadores, Brasília - DF, Conforme Memorando nº 013/2019 e Roteiro de Viagem nº 013/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 29 de outubro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 017/2019

Publicação Nº 2230664

PORTARIA Nº017 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.
Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º-Conceder 5,0 (cinco diárias) ao Vereador, Sr. ROGERIO TESSER, matrícula nº. 256903-5, no valor de R\$ 2.045,30 (dois mil e quarenta e cinco reais e trinta centavos), para viagem ao 55º Congresso Brasileiro de Vereadores, Brasília - DF, Conforme Memorando nº 013/2019 e Roteiro de Viagem nº 013/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 29 de outubro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 018/2019

Publicação Nº 2230667

PORTARIA Nº018 DE 29 DE OUTUBRO 2019.
Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º-Conceder 5,0 (cinco diárias) ao Vereador, Sr. IRLEI DANIEL MITTMANN, matrícula nº. 1328.02-6, no valor de R\$ 2.045,30 (dois mil e quarenta e cinco reais e trinta centavos), para viagem ao 55º Congresso Brasileiro de Vereadores, Brasília - DF, Conforme Memorando nº 013/2019 e Roteiro de Viagem nº 013/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 29 de outubro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 019/2019

Publicação Nº 2230670

PORTARIA Nº019 DE 29 DE OUTUBRO 2019.
Concede Adiantamento e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º- Conceder Adiantamento ao Vereador, ao Vereador, Srº IVO ARALDI, matrícula nº. 393701-1 no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Estas despesas são pronto pagamento, e não se subordinem ao processo normal de empenho, autorizado pela Resolução nº 006/2014 de 27 de novembro de 2014.

Os recursos ora solicitados destinam-se ao custeio de despesas de combustível, taxi, pedágios, estacionamento em locomoção em viagem para o 55º Congresso Brasileiro de Vereadores, Brasília - DF, Conforme Memorando nº 016/2019 e Roteiro de Viagem nº 016/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 29 de outubro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 020/2019

Publicação Nº 2230675

PORTARIA Nº020 DE 04 DE NOVEMBRO 2019.
Concede Adiantamento e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º- Conceder Adiantamento ao Vereador, ao Vereador, Srº IVO ARALDI, matrícula nº. 393701-1 no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). Estas despesas são pronto pagamento, e não se subordinem ao processo normal de empenho, autorizado pela Resolução nº 006/2014 de 27 de novembro de 2014.

Os recursos ora solicitados destinam-se ao custeio de despesas de combustível, taxi, pedágios, estacionamento em locomoção em viagem para o 55º Congresso Brasileiro de Vereadores, Brasília - DF, Conforme Memorando nº 017/2019 e Roteiro de Viagem nº 017/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 04 de novembro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 021/2019

Publicação Nº 2230679

PORTARIA Nº021 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º- Conceder 3,5 (três diárias e meia) ao Vereador, Sr. ANDRÉ PAVANATTO, matrícula nº. 3061.03-5, no valor de R\$ 948,04 (novecentos e quarenta e oito reais e quatro centavos), para o congresso Estadual de Vereadores de 2019 em Florianópolis - SC, de acordo com a programação oficial, Conforme Memorando nº 018/2019 e Roteiro de Viagem nº 018/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 18 de novembro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 022/2019

Publicação Nº 2230683

PORTARIA Nº022 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º-Conceder 3,5 (três diárias e meia) ao Vereador, Sr. LUIZ GIBRAIL DRESCH, matrícula nº. 12604-7, no valor de R\$ 948,04 (novecentos e quarenta e oito reais e quatro centavos), para o congresso Estadual de Vereadores de 2019 em Florianópolis - SC, de acordo com a programação oficial, Conforme Memorando nº 019/2019 e Roteiro de Viagem nº 019/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 18 de novembro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 023/2019

Publicação Nº 2230687

PORTARIA Nº023 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º-Conceder 3,5 (três diárias e meia) ao Vereador, Sr. JOACIR RALDI, matrícula nº. 1507.5-1, no valor de R\$ 948,04 (novecentos e quarenta e oito reais e quatro centavos), para o congresso Estadual de Vereadores de 2019 em Florianópolis - SC, de acordo com a programação oficial, Conforme Memorando nº 020/2019 e Roteiro de Viagem nº 020/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 18 de novembro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 024/2019

Publicação Nº 2230690

PORTARIA Nº024 DE 18 DE NOVEMBRO 2019.
Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º-Conceder 3,5 (três diárias e meia) ao Vereador, Sr. NEIR IZIDORO MITTMANN, matrícula nº. 1812.02-3, no valor de R\$ 948,04 (novecentos e quarenta e oito reais e quatro centavos), para o congresso Estadual de Vereadores de 2019 em Florianópolis - SC, de acordo com a programação oficial, Conforme Memorando nº 021/2019 e Roteiro de Viagem nº 021/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 18 de novembro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 025/2019

Publicação Nº 2230692

PORTARIA Nº025 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º- Conceder 3,5 (três diárias e meia) ao Vereador, Sr. SILVIO RICARDO LAZAROTTO, matrícula nº. 129.5-03, no valor de R\$ 948,04 (novecentos e quarenta e oito reais e quatro centavos), para o congresso Estadual de Vereadores de 2019 em Florianópolis - SC, de acordo com a programação oficial, Conforme Memorando nº 022/2019 e Roteiro de Viagem nº 022/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 18 de novembro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

PORTARIA 026/2019

Publicação Nº 2230695

PORTARIA Nº026 DE 18 DE NOVEMBRO 2019.
Concede Adiantamento e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º- Conceder Adiantamento ao Vereador, ao Vereador, Sr. ANDRÉ PAVANATTO, matrícula nº. 3061.03-5, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais). Estas despesas são pronto pagamento, e não se subordinem ao processo normal de empenho, autorizado pela Resolução nº 006/2014 de 27 de novembro de 2014.

Os recursos ora solicitados destinam-se ao custeio de despesas de combustível, taxi, pedágios, estacionamento em locomoção em viagem para o congresso Estadual de Vereadores de 2019 em Florianópolis - SC, de acordo com a programação oficial, Conforme Memorando nº 023/2019 e Roteiro de Viagem nº 023/2019, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, em 18 de novembro de 2019.
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES
Presidente do Legislativo

Barra Velha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 093 A 96/2019 PMBV

Publicação Nº 2230626

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2019 - PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2019 - PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2019

Contratada: L SERRANO & CIA LTDA -ME

Valor da Ata: R\$27.065,00 ITENS 03, 09 E 10

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2019

Contratada: A K MEDINA CARVALHO - EPP

Valor da Ata: R\$28.190,00 ITENS 01 E 04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2019

Contratada: P A MUNHOZ EIRELI

Valor da Ata: R\$19.800,00 ITEN 08

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2019

Contratada: CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI

Valor da Ata: R\$108.170,00 ITENS 02, 05, 06 E 07

Objeto - Aquisição de óleo lubrificante visando atender a demanda das Secretarias Municipais de Agricultura e Obras, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.

Valor total: R\$183.225,00

Data de Assinatura: 11/11/2019

Data de Vencimento: 11/11/2020

Barra Velha, 11 de novembro de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

D E C R E T O Nº. 1354, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230020

D E C R E T O Nº. 1354, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Estabelece o valor da Tarifa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais com características de domésticos com quantidades até o limite de 600 (seiscentos) litros dia/coleta a ser paga pelos usuários dos serviços no âmbito do Município de Barra Velha, para o exercício de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo disposto no inciso VII do art. 71, na alínea "j" do inciso I do art. 91, e no art. 107, todos da lei Orgânica Municipal, e ainda

CONSIDERANDO o disposto na cláusula sexta do Contrato de Concessão para os Serviços de Coleta, Transbordo, Transporte e Disposição Final em Aterro Sanitário Licenciado dos Resíduos Provenientes do Município de Barra Velha nº 036/2005, que faz previsão de reajuste anual da tarifa dos serviços cobrados ao usuário pela empresa concessionária, de forma a manter o equilíbrio econômico entre a prestação e a contraprestação dos serviços;

CONSIDERANDO o disposto nas cláusulas 1.3.2 e 1.2.1, alíneas "c" e "d" combinadas com a cláusula 4.7 do Contrato de Concessão para os Serviços de Coleta, Transbordo, Transporte e Disposição Final em Aterro Sanitário Licenciado dos Resíduos Provenientes do Município de Barra Velha nº 036/2005, que faz previsão para coleta de resíduos comerciais superiores a 100 (cem) litros dia/coleta; e

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público local estabelecer e fiscalizar os valores das tarifas dos serviços públicos municipais implementados em sua jurisdição, observando sempre parâmetros que não acarretem excessos em desfavor do usuário e nem prejuízos à regular prestação dos serviços;

DECRETA:

Art. 1º. O valor da tarifa dos serviços de coleta, transbordo, transporte e disposição final dos resíduos sólidos (lixo) domiciliares, a ser lançada no exercício de 2019 pela empresa concessionária RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, aos usuários de Barra Velha, fica estabelecida ao valor de R\$ 2,38 (dois reais e trinta e oito centavos) por coleta realizada no domicílio, mantida as demais condições constantes do Contrato de Concessão de Serviços nº 036/2005 de 06 de setembro de 2005.

Art. 2º. O valor da tarifa dos serviços de coleta, transbordo, transporte e disposição final dos resíduos sólidos comerciais com características

de domiciliares, a ser lançada no exercício de 2020 pela concessionária RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, aos usuários de Barra Velha, fica estabelecida conforme a tabela abaixo, mantida as demais condições constantes do Contrato de Concessão de Serviços nº 036/2005 de 06 de setembro de 2005.

TABELA DE VALORES PARA COLETAS ESPECIAIS ACIMA DE 100 LITROS POR DIA/COLETA COM PERIODICIDADE DE 03 COLETAS SEMANAIS (13 COLETAS MENSAIS)

	VOLUME EQUIVALENTE A LITROS	ANO 2020
1	ATÉ 100 (conforme contrato concessão dobro tarifa residencial)	R\$. 61,88
2	Até 200	R\$. 137,13
3	Até 300	R\$. 205,71
4	Até 400	R\$. 274,29
5	Até 500	R\$. 342,86
6	Até 600	R\$. 411,44

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Barra Velha, 13 de novembro de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1853-GAB, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230817

PORTARIA Nº 1853-GAB, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação para prorrogação de prazo para conclusão de Procedimento Administrativo Disciplinar, realizado pela Presidente da Comissão, por intermédio do Memorando nº 005/2019 de 17 de setembro 2019, por mais 60 (sessenta) dias, dos fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram o Sr. E. A. L., servidor efetivo no cargo de Motorista de Ambulância, matrícula funcional nº 2164, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

RESOLVE:

Artigo 1º- Prorrogar na forma do Artigo 191, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 120/2011 de 11 de novembro de 2011, o prazo para conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar, por mais 60 (sessenta) dias, instaurado pela Portaria nº 1518-GAB, de 09/07/2019, contados a partir de 07/09/2019, dos fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram o Sr. E. A. L., servidor efetivo no cargo de Motorista de Ambulância, matrícula funcional nº 2164, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, emitindo relatório e parecer a respeito.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de setembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 16 de setembro de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2210-GAB, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230822

PORTARIA Nº 2210-GAB, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação para prorrogação de prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar, realizada pela Presidente da Comissão, por intermédio do Memorando nº 004/2019 de 08 de novembro de 2019, por mais 60 (sessenta) dias, dos fatos que trata o processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria nº 1835-GAB, de 10/09/2019, bem como os fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. J. V. C., servidora temporária no cargo de Cozinheira, matrícula funcional nº 742279, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

RESOLVE:

Artigo 1º- Prorrogar na forma do Artigo 191, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 120/2011 de 11 de novembro de 2011, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, por mais 60 (sessenta) dias, instaurado pela Portaria nº 1835-GAB, de 10/09/2019, contados a partir de 09/11/2019, dos fatos que trata o processo administrativo disciplinar em questão, bem como os fatos conexos que emergiram no decorrer dos trabalhos que envolveram a Sra. J. V. C., servidora temporária no cargo de Cozinheira, matrícula funcional nº 742279, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, emitindo relatório e parecer a respeito.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 09 de novembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 12 de novembro de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230795

RESOLUÇÃO Nº 048, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoriza transferência de bens inservíveis ao Poder Executivo do Município de Barra Velha.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 57, parágrafo único da Lei Orgânica, promulga a seguinte resolução:

Art. 1º Fica a Mesa Diretora autorizada a transferir ao patrimônio do Poder Executivo do Município de Barra Velha os bens móveis inservíveis relacionados no Anexo Único desta Resolução, conforme relatório elaborado pela Comissão de Avaliação do Patrimônio do Poder Legislativo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor da data de sua publicação.

Barra Velha, 14 de novembro de 2019.

Eduardo Peres (PPS)

Presidente

ANEXO ÚNICO**BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS**

Item	Descrição	Nº de Patrimônio	Valor Contábil R\$
1	Cadeira Tabaco Madeira	544	108,03
2	Auto Transformador 1500VA	503	24,44
3	Lavadora de Roupas Mueller	296	95,22
4	Relógio Ponto	235	1.837,08
5	Microfone STI	193	63,44
6	Microfone STI	191	63,44
7	Microfone STI	188	63,44
8	Monitor AOC	213	11,52

Eduardo Peres (PPS)

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 023.2019 - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 2230316

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 031/2019 - MULTIENTIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 - MULTIENTIDADE

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", onde o objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DIRETAMENTE DA BOMBA DO PROPONENTE PARA ATENDER A FROTA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2019/2020. (ITEM REMANESCENTES)

ENTREGA DE ENVELOPES: Até a 09h00min do dia 29/11/2019. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 29/11/2019 a partir das 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br. Bela Vista do Toldo, 19 de Novembro de 2019. ADELMO ALBERTI – Prefeito Municipal.

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DE CREDENCIAMENTO Nº 122/2019 - POMMERNHEIM**

Publicação Nº 2230636

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2019

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação/Credenciamento nº 122/2019

DATA: 18/11/2019 - HORA DE INÍCIO: 16 horas

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS DE ACOlhIMENTO/ATENDIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS DE AMBOS OS SEXOS QUE POSSAM OU NÃO PORTAR DEFICIÊNCIA DE ORDEM PSICOLÓGICA OU FÍSICA QUE SE ENCONTRAM EM RISCO SOCIAL OU AMEAÇA À INTEGRIDADE FÍSICA, MORAL E SOCIAL, COM COMPROMETIDA OU NULA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR, COMUNITÁRIO E SOCIAL E NECESSITAM DE CUIDADOS E ACOlhIMENTO/ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA DE AMBOS OS SEXOS QUE SE ENCONTRAM EM RISCO SOCIAL OU AMEAÇA À INTEGRIDADE FÍSICA, MORAL E SOCIAL, COM COMPROMETIDA OU NULA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR, COMUNITÁRIO E SOCIAL E NECESSITAM DE TRATAMENTO

REQUERENTE: CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIM, CNPJ: 02.667.539/0001-24

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 001/2019, para a abertura do envelope apresentado e protocolado pela empresa CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIM, CNPJ: 02.667.539/0001-24 referente ao Processo Licitatório na modalidade de Inexigibilidade/Credenciamento nº 122/2019. Na sequência abriu-se o envelope contendo os documentos sendo estes conferidos e rubricados pelos membros da Comissão de Licitações. Da análise dos documentos apresentados, verificou-se que os mesmos atendem ao exigido no edital, ficando a referida empresa considerada habilitada. Estando os documentos de acordo, declara-se a empresa interessada, credenciada para prestação de serviços inerentes aos itens 01, 02 e 03 (Vagas para acolhimento/atendimento de idosos com grau I, II e III). Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da publicação desta, para apresentação de recurso em relação ao credenciamento do presente interessado. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Decorrido o prazo recursal sem manifestações, os autos serão encaminhados para análise da Assessoria Jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOICE APARECIDA COSTA Presidente	MARILIA PANOCH GIRARDI Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
-------------------------------------	----------------------------------	-------------------------------------

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 165/2019

Publicação Nº 2230277

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2019

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCESSÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, PERSONALIZAÇÃO E ATENDIMENTO TÉCNICO EVENTUAL PÓS IMPLANTAÇÃO PARA A ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9h do dia 02 de dezembro de 2019. ABERTURA: às 9:05h do dia 02 de dezembro de 2019. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 18 de novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 145/2019

Publicação Nº 2229967

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 153/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2019

Contratada: MARCO AURELIO BERTOLDI 07677231802

Objeto: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PARA O ENCONTRO MUNICIPAL DOS GRUPOS DA MELHOR IDADE E PARA AUTORIDADES, FUNCIONÁRIOS, COLABORADORES, GRUPOS CULTURAIS E DEMAIS ENVOLVIDOS NA ORGANIZAÇÃO DA FESTA DAS TRADIÇÕES

Valor do Contrato: R\$ 30.050,00

Vigência: 12/11/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 12/11/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 144/2019

Publicação Nº 2229812

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 155/2019

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 144/2019

Contratada: CLUBE DOS UNIVERSITARIOS DE BENEDITO NOVO – CEUBE

Objeto: CELEBRAÇÃO DE PARCERIA PARA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL DESTINADA AO AUXÍLIO NO PAGAMENTO DO TRANSPORTE DE ALUNOS DO MUNICÍPIO PARA UNIVERSIDADES COM A ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS DENOMINADA CLUBE DOS UNIVERSITÁRIOS DE BENEDITO NOVO - CEUBE.

Valor: R\$ 21.000,00

Vigência: 12/11/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 12/11/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3386/2019

Publicação Nº 2230887

PORTARIA nº 3386 de 12 de novembro de 2019

Exonerar o(a) servidor(a) ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) JOSÉ NORBERTO DE SOUZA NETO, inscrito na matrícula funcional nº 16226, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o constante do Processo nº 8643/2019, com fundamento nas recomendações da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, contidas no relatório final constantes às folhas 40 a 48 pela prática da infração disciplinar capitulada art. 48 § 3º, inciso II da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.398/2019

Publicação Nº 2230570

DECRETO Nº12.398, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A ALBERTINA MENEGAZ SUMARIVA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Albertina Menegaz Sumariva, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado par da Rua Amazonas, contendo a área de 539,38m² (quinhentos e trinta e nove metros quadrados e trinta e oito décimos quadrados), fazendo frente em seis linhas, a primeira a partir do lado esquerdo em 2,63m, a segunda sinuosa em 3,87m, a terceira em 4,02m a quarta sinuosa em 9,20m, a quinta em 9,58m e a sexta em 12,63m todas com a área remanescente do imóvel supracitado, nos fundos estrema em 25,80m com a margem esquerda do Ribeirão Garcia, pelo lado direito estrema em duas linhas, sendo a primeira a partir da frente em 30,04m com terras de Ranieri Astrogildo Poffo, Cintia Mirella Poffo Jung e Romualdo Valdir Poffo e a segunda em 11,00m com o lado par de um caminho público, e pelo lado esquerdo estrema em 1,73m com terras de Ferrari Administração e Participações LTDA, terreno este sem benfeitorias, distando pelo lado esquerdo em 99,27m até o lado par da rua Amazonas, integrante do imóvel matriculado sob o nº 46570 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.24.0021.0011.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.399/2019

Publicação Nº 2230574

DECRETO Nº12.399, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A RANIERI ASTROGILDO POFFO, LUCIANE GONÇALVES POFFO, CINTIA MIRELLA POFFO JUNG, GLAUCO BUSS JUNG, ROMULO VALDIR POFFO E JANICE DOS PASSOS POFFO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Ranieri Astrogildo Poffo, Luciane Gonçalves Poffo, Cintia Mirella Poffo Jung, Glauco Buss Jung, Romulo Valdir Poffo e Janice dos Passos Poffo, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado par da Rua Amazonas, contendo a área de 80,40m² (oitenta metros quadrados e quarenta décimos quadrados), fazendo frente em duas linhas, a primeira a partir do lado esquerdo em 2,11m, a segunda em 7,03m, todas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 37,78m com terras de Valdir Poffo, e pelo lado esquerdo estrema em 30,04m com terras de Ivo Gauche, Edelgard Weise e Vera Ruth Gauche Hamp, terreno este sem benfeitorias, distando pelo lado esquerdo em 73,86m até o lado par da rua Amazonas, integrante do imóvel matriculado sob o nº 37.963 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.24.0021.0012.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.400/2019

Publicação Nº 2230575

DECRETO Nº12.400, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A RANIERI ASTROGILDO POFFO, LUCIANE GONÇALVES POFFO, CINTIA MIRELLA POFFO JUNG, GLAUCO BUSS JUNG, ROMULO VALDIR POFFO E JANICE DOS PASSOS POFFO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Ranieri Astrogildo Poffo, Luciane Gonçalves Poffo, Cintia Mirella Poffo Jung, Glauco Buss Jung, Romulo Valdir Poffo e Janice dos Passos Poffo, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado par da Rua Paulo Scheidemantel, contendo a área de 163,40m² (cento e sessenta e três metros quadrados e quarenta decímetros quadrados), fazendo frente em 73,60m com o lado par da Rua Paulo Scheidemantel, nos fundos estremando com sete linhas, a primeira a partir do lado esquerdo em 8,12m, a segunda 12,97m, a terceira sinuosa em 7,82m, a quarta em 4,31m, a quinta 1,84m, a sexta 4,82m, todas com a área remanescente do imóvel supracitado, e a sétima em 37,78m com terras de Valdir Poffo, e o lado esquerdo estrema em 1,54m com terras de Hans Gauche, terreno este sem benfeitorias, distando na frente, pelo lado esquerdo, 45,40m do novo alinhamento da Rua Amazonas, integrante do imóvel matriculado sob o nº 13945 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.24.0021.0012.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.401/2019

Publicação Nº 2230577

DECRETO Nº12.401, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A ERICO SCHULE E INGRID SCHULLE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Erico Schulle e Ingrid Schulle, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, esquina do lado ímpar da Rua Esmeralda com o lado par da Rua Capinzal, contendo a área de 29,05m² (vinte e nove metros quadrados e cinco decímetros quadrados), fazendo frente em duas linhas, a primeira a partir do lado esquerdo em 10,36m com o lado par da Rua Esmeraldas e a segunda sinuosa em 5,80m na curva de concordância formada pelo lado ímpar da Rua Esmeraldas com o lado par da Rua Capinzal, pelo lado direito estrema em 9,26m com o lado par da Rua Capinzal, nos fundos estrema com linha sinuosa em 13,71m com a área remanescente do imóvel supracitado, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 21562 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.24.0021.0067.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.402/2019

Publicação Nº 2230579

DECRETO Nº12.402, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A SÉRGIO LUIZ HEIDEN E SANDRA LASCHEWITZ HEIDEN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Sérgio Luiz Heiden e Sandra Laschewitz Heiden, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado ímpar da Rua Soldado Moacir Pinheiro, contendo a área de 18,00m² (dezoito metros quadrados), fazendo frente em 8,53m com o lado ímpar da Rua Soldado Moacir Pinheiro, nos fundos estrema com linha sinuosa em 13,56m com a área remanescente do imóvel supracitado e pelo lado direito estrema em 8,93m com o lado par da Rua Paulo Kellner, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 5812 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.17.003.0055.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.403/2019

Publicação Nº 2230581

DECRETO Nº12.403, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A ALTAMIRO ROMÃO DE OLIVEIRA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Altamiro Romão de Oliveira, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado ímpar da Rua Gertrud Metzger, contendo a área de 58,26m² (cinquenta e oito metros quadrados e vinte e seis décimos quadrados), fazendo frente em 28,63m com o lado ímpar da Rua Gertrud Metzger, nos fundos estrema em duas linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo em 5,30m e a segunda em 23,33m ambas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 2,00m com terras de Angélica Moritz, e pelo lado esquerdo estrema em 2,10m com terras de Ralf Metzger, Ovino Boos, Henrique José Metzger e Reinoldo Metzger, terreno este sem benfeitorias, distando dita área de terras pelo lado direito, cerca de 60,00m da parede dos fundos as casa nº 1.958 da Rua Amazonas, integrante do imóvel matriculado sob o nº 9308 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.4.7.0005.0055.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.404/2019

Publicação Nº 2230582

DECRETO Nº12.404, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A RODOLFO VALENTINO SCHWAB E APARECIDA BEDUSCHI SCHAWAB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Rodolfo Valentino Schwab e Aparecida Beduschi Schawab, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado par da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 22,51m² (vinte e dois metros quadrados e cinquenta e um décimos quadrados), fazendo frente em 15,03m, com o lado par da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em 15,03m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 1,59m com terras de Oscar Bernardo Beckhauser e pelo lado esquerdo estrema em 1,51m com terras de Lindolfo Duwe, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 26555 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.5.0001.0077.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.405/2019

Publicação Nº 2230586

DECRETO Nº12.405, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A HUMBERTO REBELLO NARCISO E MARION CAMARGO NARCISO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Humberto Rebello Narciso e Marion Camargo Narciso, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado par da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 22,61m² (vinte e dois metros quadrados e sessenta e um décimos quadrados), fazendo frente em 14,80m com o lado par da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em 14,76m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 1,51m com terras de Laert Cunha e Paulo Otto Scheidemantel e pelo lado esquerdo estrema em 1,59m com terras de Humberto Rebello Narciso, terreno este sem benfeitorias, distando no lado esquerdo 25,80m da parede externa as casa nº 328 da Rua Hermann Huscher, integrante do imóvel matriculado sob o nº 3249 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.5.0001.0073.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.406/2019

Publicação Nº 2230587

DECRETO Nº12.406, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A HUMBERTO REBELLO NARCISO E MARION CAMARGO NARCISO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Humberto Rebello Narciso e Marion Camargo Narciso, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado par da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 26,88m² (vinte e seis metros quadrados e oitenta e oito décimos quadrados), fazendo frente em 14,80m, com o lado par da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em 14,80m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 1,57m, com terras de Humberto Rebello Narciso e pelo lado esquerdo estrema em 2,10m com terras de Carlos Maria Guttler, terreno este sem benfeitorias, distando no lado esquerdo 11,00m da parede externa da casa nº 328 da Rua Hermann Huscher, integrante do imóvel matriculado sob o nº 3250 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.5.0001.0073.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.407/2019

Publicação Nº 2230589

DECRETO Nº12.407, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A OSWALDO PFIFFER JUNIOR E CARMEM MARIA PFIFFER.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Oswaldo Pfiffer Junior e Carmem Maria Pfiffer, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado par da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 78,86m² (setenta e oito metros quadrados e oitenta e seis decímetros quadrados), fazendo frente em 28,25m, com o lado par da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em 28,25m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito em 2,79m, com terras de Humberto Rebello Narciso e pelo lado esquerdo estrema em 2,31m com terras de Oscar Bernardo Beckhauser, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 4981 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.5.0001.0075.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.408/2019

Publicação Nº 2230592

DECRETO Nº12.408, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A KOLKA YORDANOVA MERANZOVA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Kolka Yordanova Meranzova, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado par da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 20,41m² (vinte metros quadrados e quarenta e um decímetros quadrados), fazendo frente em 15,00m, com o lado par da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em 15,00m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 1,02m, com terras de Darci Alberto Lobe e pelo lado esquerdo estrema em 1,71m com terras de Fernando Alves Schlupp, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 14278 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.5.0001.0078.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.409/2019

Publicação Nº 2230593

DECRETO Nº12.409, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A TJPM PARTICIPAÇÕES LTDA E LATITUDE 26 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO SPE LTDA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a TJPM Participações LTDA e Latitude 26 Construção de Edifício SPE LTDA, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado par da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 41,46m² (quarenta e um metros quadrados e quarenta e seis decímetros quadrados), fazendo frente em 4,35m com o lado ímpar da Rua Farmacêutico João Medeiros, nos fundos estrema em 0,25m com terras de Carlos Hugo Praun e André Luiz Praun, pelo lado direito estrema em 26,35m com o lado par da Rua Hermann Huscher, e pelo lado esquerdo estrema em duas linhas, sendo a primeira a partir dos fundos em 25,26m e a segunda sinuosa com 2,78m, ambas com a área remanescente do imóvel supracitado, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 1453 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.12.0011.0001.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.410/2019

Publicação Nº 2230594

DECRETO Nº12.410, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A WALMORE PEREIRA DE SIQUEIRA JUNIOR, MIRELLA MENEZES DE SIQUEIRA, SERGIO COIMBRA DE SOUSA E CLARICE MARIA BUERGER COIMBRA DE SOUSA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Walmore Pereira de Siqueira Junior, Mirella Menezes de Siqueira, Sergio Coimbra de Sousa e Clarice Maria Buerger Coimbra de Sousa, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, nas Ruas Hermann Huscher e Gertrud Metzger, contendo a área de 755,70m² (setecentos e cinquenta e cinco metros quadrados e setenta decímetros quadrados), fazendo frente em três linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo em 47,34m com o lado par da Rua Gertrud Metzger, a segunda sinuosa em 65,75m na curva de concordância entre o lado ímpar da Rua Hermann Huscher com o lado par da Rua Gertrud Metzger e a terceira em 139,63m, com o lado ímpar Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em dez linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo em 43,83m, a segunda sinuosa em 11,86m, a terceira sinuosa em 3,56m, a quarta sinuosa em 2,99m, a quinta sinuosa em 24,56m, a sexta em 62,24m, a sétima em 41,39m, a oitava em 20,53m, a nona em 33,68m e a décima em 5,16, todas com a área remanescente do imóvel, pelo lado direito estrema em 2,10m com terras de Silvio Luiz da Paz e o lado esquerdo estrema em 2,90m com a margem esquerda do Ribeirão Garcia, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 33067 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.17.0007.0048.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.411/2019

Publicação Nº 2230595

DECRETO Nº12.411, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A PAZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Paz Empreendimentos Imobiliários LTDA, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado ímpar da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 68,43m² (sessenta e oito metros quadrados e quarenta e três decímetros quadrados), fazendo frente em duas linhas a partir do lado esquerdo, sendo a primeira em 42,70m e a segunda em 26,76m ambas com o lado ímpar da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em duas linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo em 41,58m e a segunda em 22,84m ambas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 1,26m, com terras de Condomínio Residencial Paradise e pelo lado esquerdo estrema em 0,76m com terras de Walmore Pereira de Siqueira Junior, Mirella Menezes de Siqueira, Sergio Coimbra de Sousa, Clarice Maria Buerger Coimbra de Sousa, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 27884 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.17.0007.0093.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.412/2019

Publicação Nº 2230596

DECRETO Nº12.412, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A DELCIDES NARDELLI E IVONE APARECIDA NARDELLI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Delcides Nardelli e Ivone Aparecida Nardelli, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado par da Rua Amazonas, contendo a área de 170,50m² (cento e setenta metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), fazendo frente em 22,00 com a Rua Amazonas, nos fundos estrema em 22,00m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 7,75m com terras de Cristiano Theiss e pelo lado esquerdo estrema em 7,75m com terras de Cristiano Theiss, terreno este edificado com a casa de construção sólida, integrante do imóvel matriculado sob o nº 1487 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.4.7.0005.0070.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.413/2019

Publicação Nº 2230597

DECRETO Nº12.413, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A FERNANDO LUIZ HENSI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Fernando Luiz Hensi, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado par da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 25,78m² (vinte e cinco metros quadrados e setenta e oito décimos quadrados), fazendo frente em 30,19m com o lado par da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em 30,19m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 1,10m com terras de Rubens Hensi e pelo lado esquerdo estrema em 0,78m com terras de Laert Cunha e Paulo Otto Scheidemantel, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 51139 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.5.0001.0071.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.414/2019

Publicação Nº 2230599

DECRETO Nº12.414, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A AMB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a AMB Empreendimentos Imobiliários LTDA, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado ímpar da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 251,74m² (duzentos e cinquenta e um metros quadrados e setenta e quatro décimos quadrados), fazendo frente em 26,40m com o lado ímpar da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em 26,40m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 9,04m com terras de Erica Buschinski e pelo lado esquerdo estrema em 10,37m com terras de Ivo Pellens, terreno este com casa residencial de dois pavimentos, integrante do imóvel matriculado sob o nº 13015 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.17.0007.0052.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.415/2019

Publicação Nº 2230600

DECRETO Nº12.415, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A EDIFÍCIO LINDERHOF RESIDENCIAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Edifício Linderhof Residencial, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado ímpar da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 307,36m² (trezentos e sete metros quadrados e trinta e seis décimos quadrados), fazendo frente em 37,84m, com o lado ímpar da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em três linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo em 7,26m, a segunda em 20,24m e a terceira em 10,53m todas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito em 8,88m com terras de Renato Ruzza Doneda e pelo lado esquerdo estrema em 6,32m Sotemar Construtora e incorporadora LTDA, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 22833 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.17.0007.0053.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.416/2019

Publicação Nº 2230602

DECRETO Nº12.416, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A ILHA GRANDE PARTICIPAÇÕES LTDA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Ilha Grande Participações LTDA, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado ímpar da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 109,05m² (cento e nove metros quadrados e cinco décimos quadrados), fazendo frente em 12,0m, com o lado ímpar da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em 12,06m, com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 8,35m com terras de Victor Fernando Sasse e pelo lado esquerdo estrema em 9,77m com terras de Rodolfo Sasse, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 11816 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.17.0007.0055.

Art. 2º Este imóvel fica destinado à implantação do Corredor Estrutural Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.417/2019

Publicação Nº 2230604

DECRETO Nº12.417, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A PRO EXPERT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, JULIO CESAR JUNKES, ODETE JUNKES, MAURO JOSÉ PINTARELLI, KAULING PINTARELLI, NOLDOVIR WRUCK E JURANDIR WRUCK.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Pro Expert Administradora de Bens Ltda, Julio Cesar Junkes, Odete Junkes, Mauro José Pintarelli, Kauling Pintarelli, Noldovir Wruck e Jurandir Wruck, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado ímpar da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 253,26m² (duzentos e cinquenta e três metros quadrados e vinte e seis décimos quadrados), fazendo frente em 40,50m, com o lado ímpar da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em três linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo em 16,04m, a segunda sinuosa em 19,27m e a terceira em 5,50m todas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 8,05m com terras de Condomínio CR7 Alameda Business e pelo lado esquerdo estrema em 5,90m com terras de Ilha Grande Participações LTDA, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 51443 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.17.0007.0056.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.418/2019

Publicação Nº 2230605

DECRETO Nº12.418, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A ADOLFO MAX HOESCHL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Adolfo Max Hoeschl, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado ímpar da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 221,20m² (duzentos e vinte e um metros quadrados e vinte décimos quadrados), fazendo frente em 38,00m com o lado ímpar da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em duas linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo em 14,88m e a segunda em 24,18m ambas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 3,26m com terras de Gustavo Stamm e pelo lado esquerdo estrema em 11,96m com terras de Max Altemburg, terreno este com duas benfeitorias, uma delas uma casa de tijolos, integrante do imóvel matriculado sob o nº 51942 no 1º ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.17.0007.0061.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.419/2019

Publicação Nº 2230606

DECRETO Nº12.419, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A TIAGO BODANESE E LETICIA FURLANI BODANESE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Tiago Bodanese e Leticia Furlani Bodanese, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado ímpar da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 315,41m² (trezentos e quinze metros quadrados e quarenta e um décimos quadrados), fazendo frente em 20,13m com o lado ímpar da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em 20,02m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 16,00m com terras de Ivani Heinemann e pelo lado esquerdo estrema em 16,07m com terras de Christian Eipeldauer, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 36.951 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.17.0007.0058.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.420/2019

Publicação Nº 2230607

DECRETO Nº12.420, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A IVANI HEINEMANN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Ivani Heinemann, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado ímpar da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 592,54m² (quinhentos e noventa e dois metros quadrados e cinquenta e quatro décimos quadrados), fazendo frente em 33,84m, com o lado ímpar da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em duas linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo em 24,92m e a segunda em 11,61m, ambas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 18,04m com terras de Aluisio Depiné e pelo lado esquerdo estrema em 16,00m com terras de Espólio de Rodolfo Sasse, terreno este sem benfeitorias, distando pelo lado esquerdo 4,40m até a parede lateral direita da casa nº 99 da dita rua, integrante do imóvel matriculado sob o nº 36.329 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.17.0007.0059.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.421/2019

Publicação Nº 2230608

DECRETO Nº12.421, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A ALUÍSIO DEPINÉ E MARIA ARLETE DEPINÉ.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Aluisio Depiné e Maria Arlete Depiné, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado ímpar da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 496,12m² (quatrocentos e noventa e seis metros quadrados e doze décimos quadrados), fazendo frente em 32,25m, com o lado ímpar da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em duas linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo em 8,91m e a segunda em 25,19m, ambas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 11,96m com terras de Espólio de Adolfo Max Hoeschel e pelo lado esquerdo estrema em 18,04m com terras de Ingrid Georgi, Manfred Georgi, Karin Georgi, Rudolf Fritsch, Brunhild Fritsch, Olaf Georgi e Suzan Georgi, terreno este sem benfeitorias, onde a parede lateral direita do prédio nº 87 faz divisa, integrante do imóvel matriculado sob o nº 6.488 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.17.0007.0060.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.422/2019

Publicação Nº 2230610

DECRETO Nº12.422, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A CONTEC CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação

do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a CONTEC Construtora e Incorporadora Ltda, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, Rua Gertrud Metzger, contendo a área de 132,69m² (cento e trinta e dois metros quadrados e sessenta e nove décimos quadrados), fazendo frente em 89,31m com lado par da Rua Gertrud Metzger, nos fundos estrema em quatro linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo em 22,70m, a segunda sinuosa em 20,50m, a terceira em 20,38m e a quarta em 27,54m todas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 2,02m com a margem direita do Ribeirão Garcia, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel transcrito sob o nº 57.547, livro nº 3-AR. Fls. 238, no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.4.07.0005.0112.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.423/2019

Publicação Nº 2230613

DECRETO Nº12.423, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A SILVIO AMARALEISABEL CRISTINA SOARES AMARAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Silvio Amaral e Isabel Cristina Soares Amaral, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado ímpar da Rua Soldado Moacir Pinheiro, contendo a área de 5,00m² (cinco metros quadrados), fazendo frente em 13,50m, com o lado ímpar da Rua Soldado Moacir Pinheiro, nos fundos estrema em 13,50m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 0,34m com terras de Lina Baumann e Horst Schoenfelder e pelo lado esquerdo estrema em 0,46m com terras de Cecilio Anastácio da Silva, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 30.340 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.18.0008.0016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.424/2019

Publicação Nº 2230615

DECRETO Nº12.424, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A SÉRGIO LUIZ HEIDEN E SANDRA LASCHEWITZ HEIDEN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Sérgio Luiz Heiden e Sandra Laschewitz Heiden, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado ímpar da Rua Soldado Moacir Pinheiro, contendo a área de 17,51m² (dezessete metros quadrados e cinquenta e um décimos quadrados), fazendo frente em 13,50m, com o lado ímpar da Rua Soldado Moacir Pinheiro, nos fundos estrema com duas linhas, sendo a primeira a partir do lado direito em 6,55m e a segunda sinuosa em 10,95m ambas com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estremando em 0,47m, com terras de Silvio Amaral e pelo lado esquerdo estremando em 7,52 metros com o lado ímpar da Rua Paulo Kellner, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 1.151 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.18.0008.0001.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.425/2019

Publicação Nº 2230616

DECRETO Nº12.425, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A OVINO BOOS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Ovino Boos, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado par da Rua Amazonas, contendo a área de 20,22m² (vinte metros quadrados e vinte e dois décimos quadrados), fazendo frente em 2,93m, com o lado par da Rua Amazonas, nos fundos estrema em 1,55m com terras de Reinoldo Metzger, pelo lado direito estrema com duas linhas, sendo a primeira a partir dos fundos em 7,29m e a segunda sinuosa em 5,01m, ambas com a área remanescente do imóvel supracitado e pelo lado esquerdo estrema em 12,50m com o lado ímpar da Rua Gertrud Metzner, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 9.303 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.4.07.0005.0051.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.426/2019

Publicação Nº 2230618

DECRETO Nº12.426, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A OVINO BOOS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Ovino Boos, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado ímpar da Rua Gertrud Metzger, contendo a área de 18,31m² (dezoito metros quadrados e trinta e um décimos quadrados), fazendo frente em 11,50m com o lado ímpar da Rua Gertrud Metzger, nos fundos estrema em 11,50m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 1,52m com terras de Ovino Boss e pelo lado esquerdo estrema em 1,68m com terras de Henrique José Metzger, terreno este sem benfeitorias, distando dita área de terras pelo lado direito, cerca de 2,00m da parede dos fundos da casa nº 1.958 da Rua Amazonas, integrante do imóvel matriculado sob o nº 9.304 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.4.07.0005.0109.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.427/2019

Publicação Nº 2230619

DECRETO Nº12.427, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A HENRIQUE JOSÉ METZGER.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Henrique José Metzger, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado ímpar da Rua Gertrud Metzger, contendo a área de 19,76m² (dezenove metros quadrados e setenta e seis décimos quadrados),

fazendo frente em 11,50m com o lado ímpar da Rua Gertrud Metzger, nos fundos estrema em 11,50m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 1,68m com terras de Reinoldo Metzger e pelo lado esquerdo estrema em 1,75m com terras de Ralf Metzger, terreno este sem benfeitorias, distando dita área de terras pelo lado direito, cerca de 13,00m da parede dos fundos da casa nº 1.958 da Rua Amazonas, integrante do imóvel matriculado sob o nº 9.305 no 1º ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.4.07.0005.0052.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.428/2019

Publicação Nº 2230620

DECRETO Nº12.428, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A RALF METZGER.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Ralf Metzger, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado ímpar da Rua Gertrud Metzger, contendo a área de 14,93m² (quatorze metros quadrados e noventa e três décimos quadrados), fazendo frente em 11,50m, com o lado ímpar da Rua Gertrud Metzger, nos fundos estrema em 11,50m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 1,85m com terras de Henrique José Metzger e pelo lado esquerdo estrema em 0,80m com terras de Angélica Moritz, terreno este sem benfeitorias, distando dita área de terras pelo lado direito, cerca de 25,00m da parede dos fundos da casa nº 1.958 da Rua Amazonas, integrante do imóvel matriculado sob o nº 9.306 no 1º ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.4.07.0005.0053.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.429/2019

Publicação Nº 2230622

DECRETO Nº12.429, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A VALMOR LEHMANN E JACINTA MOENSTER.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Valmor Lehmann e Jacinta Moenster, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Garcia, no lado ímpar da Rua Gertrud Metzger, contendo a área de 25,64m² (vinte e cinco metros quadrados e sessenta e quatro décimos quadrados), fazendo frente em 24,00m com o lado ímpar da Rua Gertrud Metzger, nos fundos estrema em 24,00m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 0,80m com terras de Ralf Metzger e pelo lado esquerdo estrema em 1,32m com terras de Altamiro Romão de Oliveira, terreno este sem benfeitorias, distando dita área de terras pelo lado esquerdo cerca de 36,50m da parede dos fundos da casa nº 1.958 da Rua Amazonas, integrante do imóvel matriculado sob o nº 9.307 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.4.07.0005.0054.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.431/2019

Publicação Nº 2230623

DECRETO Nº12.431, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A CR7 ALAMEDA BUSINESS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a CR7 Alameda Business, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado ímpar da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 222,56m² (duzentos e vinte e dois metros quadrados e cinquenta e seis decímetros quadrados), fazendo frente em 21,22m, com o lado ímpar da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em 21,29m, com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 10,69m com terras de Tiago Bodanese e Leticia Furlani Bodanese e pelo lado esquerdo estrema em 10,66m com terras de Julio Cesar Junkes, Mauro José Pintarelli, Noldovir Wruck e Pro Expert Administradora de Bens Ltda ME, distando pelo lado esquerdo 40,50m da parede lateral direita da casa nº 167 da Rua Hermann Huscher, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 43.543 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.17.0007.0057.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.432/2019

Publicação Nº 2230624

DECRETO Nº12.432, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO CORREDOR ESTRUTURAL SUL, PERTENCENTE A MARCO POLO CUNHA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul o imóvel pertencente a Marco Polo Cunha, que consiste na área de terras situada nesta cidade, no Bairro Vila Formosa, no lado par da Rua Hermann Huscher, contendo a área de 18,06m² (dezoito metros quadrados e seis decímetros quadrados), fazendo frente em 14,80m com o lado par da Rua Hermann Huscher, nos fundos estrema em 14,80m com a área remanescente do imóvel supracitado, pelo lado direito estrema em 0,75m com terras de Fernando Luiz Heusi e pelo lado esquerdo estrema em 1,51m com terras de Humberto Rebello Narciso, terreno este sem benfeitorias, integrante do imóvel matriculado sob o nº 8.427 no 1º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 4.3.05.0001.0072.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 6 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.435/2019

Publicação Nº 2230625

DECRETO Nº12.435, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À ABERTURA DE VIA PÚBLICA, PERTENCENTE A ARNO RAMTHUM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à abertura de via pública o imóvel pertencente a Arno Ramthum, que consiste na área de terras situada no Município de Blumenau, no Bairro Salto do Norte, na Rua

Johann Sachse, contendo 457,44m², fazendo frente em 13,92m com o lado impar da referida rua, fundos estrema em 7,98m com terras remanescentes de Arno Ramthum; extremado pelo lado direito em quatro linhas, sendo a primeira a partir da frente em uma linha curva de 10,24m, a segunda em 74,61m com terras remanescentes, a terceira em 9,00m e a quarta em direção aos fundos em 17,40m, todas com terras remanescentes de Arno Ramthum, pelo lado direito em 100,18m com terras de Município de Blumenau (mat. 27.753), sem benfeitorias, integrante do terreno matriculado no 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº 27.725 e inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob 4.1.20.0007.1061.000.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 7 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.436/2019

Publicação Nº 2230628

DECRETO Nº12.436, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DESTINADO À ROTATÓRIA DAS RUAS JACOB INECHEN E FREDERICO JENSEN, PERTENCENTE A SIDO VOIGT ROSALIA RONILDA VOIGT.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinado à implantação da Rotatória das Ruas Jacob Inechen e Frederico Jensen o imóvel pertencente a Sido Voigt Rosalia Ronilda Voigt, que consiste na áreas de terras, localizada na esquina entre as Ruas Frederico Jensen e Rua Professor Jacob Ineichen, contendo 337,37,65m², em formato irregular, fazendo frente em três linhas, sendo a primeira a partir do lado esquerdo em 19,74m², a segunda de 8,09m e a terceira em 14,33m, todas com lado impar da Rua Frederico Jensen, fundos em três linhas, sendo a primeira a partir da frente, em curva de 12,07m, a segunda em curva de 20,56m e a terceira em curva de 6,49m, todas com terras remanescentes de Sido Voigt, extremado pelo lado esquerdo em 5,94m com terras de Leopoldo Schuhardt, sem benfeitorias, integrante do terreno matriculado junto ao 3º Ofício de Registro de Imóveis sob o nº2.996 e inscrito no cadastro técnico municipal sob nº 2.5.01.0001.0135.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 7 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.441/2019

Publicação Nº 2230629

DECRETO Nº 12.441, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

QUALIFICA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL A FUNDAÇÃO FRITZ MÜLLER - FFM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 59, II, VII e XXIV, e na forma do art. 75, I, "a" e "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, combinado com o art. 3º, §3º, da Lei nº 8.055, de 15 de dezembro de 2014, e considerando o que consta do Processo Eletrônico nº 0003761-16.2019.1.40.0310:

DECRETA:

Art. 1º Fica qualificada como Organização Social a Fundação Fritz Müller, fundação dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, com sede em Blumenau, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o número 01.577.216/0001-87, tendo como finalidade geral promover a educação, incluindo o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e inovação devendo atuar em benefício da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.442/2019

Publicação Nº 2230630

DECRETO Nº12.442, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEIS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES EDUCACIONAIS, PERTENCENTES A VALMIRA CORREA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, e destinados à implantação de Unidades Educacionais os seguintes imóveis:

I - o terreno, situado nesta cidade, no bairro Salto do Norte, na esquina formada pelas Ruas Engenheiro Udo Deeke e Maria Larsen, contendo a área de 750,00m², fazendo frente em 25,00m, com o lado par da Rua Engenheiro Udo Deeke, fundos em igual metragem com terras de Valmira Corrêa; extremado pelo lado direito em 30,00m com o lado par da Rua Maria Larsen e pelo lado esquerdo em igual metragem com terras de Valmira Corrêa, edificado com uma residência de alvenaria a qual possui o número 22 da Rua Maria Larsen, transcrito sob o nº 2.087, livro 3-A, fls. 100 no 3º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 2.5.20.0010.0004;

II - o terreno, situado nesta cidade, no bairro Salto do Norte, à Rua Engenheiro Udo Deeke, contendo uma área de 1.523,45m², fazendo frente em 21,43m com o lado par da Rua Engenheiro Udo Deeke, fundos em 48,30m com terras de Alvir Lucas Dalla Bida; estremado pelo lado direito em três linhas, sendo a primeira a partir da frente em direção aos fundos em 30,00m, a segunda que alarga o terreno em 25,00m, ambas com terras de Valmira Corrêa, a terceira em direção aos fundos em 14,36m com o lado par da Rua Maria Larsen e pelo lado esquerdo em 47,90m com a parcela desmembrada para Arlindo Miguel Vince e Ártico Indústria e Refrigeração LTDA, sem benfeitorias, matriculado sob o nº 6.134 no 3º Ofício de Registro de Imóveis e inscrito no cadastro técnico 2.5.20.0010.0049.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.443/2019

Publicação Nº 2230632

DECRETO Nº 12.443, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A INEXIGIBILIDADE DE REALOCAÇÃO DE FOSSA SÉPTICA E FILTRO ANAERÓBIO, PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, NOS IMÓVEIS ABRANGIDOS PELA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso de suas atribuições e de acordo com os incisos I e V do artigo 59, combinado com o artigo 75, inciso I, alínea "o", ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, a vista do consta do processo administrativo nº 0003906-72.2019.1.40.0310, e

CONSIDERANDO que Blumenau encontra-se em processo de transição de tratamento de esgoto, com grande abrangência de esgoto tratado e previsão de cobertura integral nos próximos anos;

CONSIDERANDO que a Concessionária emite declarações específicas, confirmando, caso a caso, que o imóvel será abrangido pelo Sistema de Esgotamento Sanitário de Blumenau a ser implantado conforme cronograma de obras e investimentos vigentes no contrato de concessão e prestação de serviço público de esgotamento sanitário;

CONSIDERANDO que no momento da conexão à rede de esgotamento sanitário os sistemas de fossa séptica e filtro anaeróbio deverão ser desativados permanentemente e, ainda, que a eventual exigência de alteração no que tange a adequação quanto à localização causaria impacto ambiental muito maior do que a sua manutenção atual, desde que regularmente dimensionados;

CONSIDERANDO as diversas situações idênticas de análise nos processos administrativos em tramite no órgão ambiental municipal, a necessidade de atender à demanda reprimida e conferir agilidade no trâmite processual em situações análogas;

CONSIDERANDO que, embora a NBR 7229/1993 em suas condições específicas preveja distâncias mínimas dos tanques sépticos para alguns elementos construtivos ou naturais, a limpeza periódica e o controle adequado do uso do sistema cumprem a função ambiental a que se destinam e a mera localização não representa impacto ambiental considerável;

CONSIDERANDO a competência do poder público municipal prevista nos artigos 23 e 30 da Constituição Federal, bem como o disposto no artigo 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 140, no sentido de que "constituem objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência comum, proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo a gestão descentralizada e eficiente";

CONSIDERANDO o disposto no artigo 225 da Constituição Federal que preceitua a conciliação entre o direito indisponível de proteção

ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável e os princípios da legalidade, precaução, vedação do retrocesso e da segurança jurídica para que as futuras gerações possam também acessar ao meio ambiente, quer seja para o exercício das atividades econômicas, quer seja para a qualidade de vida;

CONSIDERANDO os poderes administrativos como instrumentos de trabalho dirigidos à fiel consecução dos interesses públicos e para a melhor satisfação das finalidades do órgão administrativo, notadamente o poder vinculado, em cuja acepção se inscreve o dever objetivo de agir, pelo qual o agente executa, nos contornos do poder-dever, a função administrativa previamente descrita, sob o pálio dos poderes regulamentar, disciplinar e hierárquico adequados à realização das tarefas administrativas;

DECRETA:

Art. 1º Para os processos de licenciamento ambiental fica dispensada a exigência de realocação de fossa séptica e filtro anaeróbio quando o requerente comprovar, mediante declaração firmada pela Concessionária, que o imóvel a licenciar será abrangido pela implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Blumenau.

Parágrafo único. A dispensa não abrange os casos de necessário redimensionamento do sistema de fossa séptica e filtro anaeróbio, o qual deverá seguir a legislação e normas técnicas vigentes.

Art. 2º A dispensa fica condicionada à assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta junto ao órgão ambiental municipal, que contenha, quando necessário, modalidades de compensação ambiental, a critério da autoridade ambiental competente.

Parágrafo único. O órgão ambiental municipal deverá exigir, sem prejuízo da compensação ambiental, comprovação de controle e manutenção periódica do sistema fossa séptica e filtro anaeróbio, bem como o comprometimento de conexão ao Sistema de Esgotamento Sanitário de Blumenau, quando houver a liberação e notificação por parte da Concessionária.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.444/2019

Publicação Nº 2230633

DECRETO Nº 12.444, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONFERE PODER DE POLÍCIA AOS SERVIDORES OCUPANTES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DE ENGENHEIRO FLORESTAL, ENGENHEIRO QUÍMICO, ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO SANITARISTA, GEÓLOGO, QUÍMICO, BIÓLOGO E GEÓGRAFO, INTEGRANTES DO GRUPO ESPECIALISTA DO QUADRO PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMMAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso V do artigo 59, combinado com o artigo 75, inciso I, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, a vista do consta do Processo Administrativo nº 0003906-72.2019.1.40.0310, e;

CONSIDERANDO que o artigo 225 da Constituição Federal dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que o artigo 6º da Lei nº. 6.938, de 31 de Agosto de 1981, dispõe que os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações, instituídas pelo Poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº. 140, de 08 de dezembro de 2011, fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do artigo 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à prevenção das florestas, da fauna e da flora;

CONSIDERANDO que o § 1º, do artigo 70 da Lei Federal nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe que são autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâneas dos Portos, do Ministério da Marinha;

CONSIDERANDO que o Diagnóstico SISMUMA, elaborado no Município de Blumenau em 17 de julho de 2018 pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, recomenda como forma de melhoria da Gestão Ambiental do Município a atribuição do poder de polícia administrativa ambiental a todos os técnicos que atuam junto ao licenciamento;

CONSIDERANDO a Recomendação nº. 0001/2018/13PJ/BLU, oriunda do Procedimento Administrativo nº. 09.2018.00001819-3 do Ministério

Público do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que o inciso VI do artigo 28 da Lei Complementar nº. 1.234, de 06 de junho de 2019, dispõe que compete à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS, fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente e maus-tratos com animais, com exercício de poder de polícia administrativa para notificar, autuar e multar os infratores, condicionar e restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos, em benefício da preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente, na forma da legislação vigente;

CONSIDERANDO que o disposto no §2º do artigo 102 da Lei Complementar 747/2010 estende o poder de polícia administrativa aos servidores integrantes do corpo técnico que atuam no licenciamento ambiental;

DECRETA:

Art. 1º Fica conferido poder de polícia administrativa aos servidores públicos municipais, ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Engenheiro Florestal, Engenheiro Químico, Engenheiro Civil, Engenheiro Sanitarista, Geólogo, Químico, Biólogo e Geógrafo, integrantes do grupo especialista do quadro permanente do município de Blumenau, lotados na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS.

Parágrafo único. O exercício do poder de polícia conferido aos servidores mencionados no caput deste artigo autoriza a elaboração de todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento das ações de fiscalização no combate às condutas lesivas ao meio ambiente, inclusive elaboração de laudos de vistoria e constatação e laudos técnicos, além da elaboração, emissão e subscrição de relatórios técnicos em processos de infração ambiental da SEMMAS e da promoção de respostas técnicas às solicitações em processos, procedimento e inquéritos do Ministério Público, da Polícia Civil e do Poder Judiciário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.446/2019

Publicação Nº 2230635

DECRETO Nº 12.446, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 9.588,00 (nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais), na seguinte dotação orçamentária:

17– INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITOUPAVA

1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava

Atividade 17.01.15.451.0094.2410 – Manut. Ativ. Man. Bairro Vila Itoupava

Modalidade 4.4.90 (717) Aplicações Diretas R\$ 9.588,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

17– INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITOUPAVA

1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava

Atividade 17.01.15.451.0094.2410 – Manut. Ativ. Man. Bairro Vila Itoupava

Modalidade 3.3.90 (716) Aplicações Diretas R\$ 9.588,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.569/2019

Publicação Nº 2230638

PORTARIA Nº 23.569, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD Nº 036/2016, INSTAURADO EM FACE DO SERVIDOR PÚBLICO A.G.T., QUE TRAMITOU PERANTE A 3ª CPASD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e em atenção ao Julgamento dos autos do PAD nº 036/2016, resolve:

DETERMINAR

o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 036/2016, instaurado por meio da Portaria nº 20.258, nº 23/11/2016, para apurar a responsabilidade disciplinar do servidor público A.G.T., matrículas nº 19796-3 e nº 19085-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, que tramitou perante a 3ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, em consonância com relatório final que concluiu não haver provas que possam afirmar que o referido servidor cometeu as infrações a ele imputadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.571/2019

Publicação Nº 2230639

PORTARIA Nº 23.571, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO PARA A IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU DO PROGRAMA TIME BRASIL, DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, E NOMEIA SEUS MEMBROS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao pedido efetuado pelo Controlador-Geral do Município, por meio do Memorando CGM nº 047/2019, de 07/11/2019, resolve:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho para a implementação no município de Blumenau do Programa Time Brasil, da Controladoria-Geral da União, cuja finalidade é melhorar a gestão pública, fortalecendo o combate à corrupção e as políticas de transparência local; implantando funções de controladoria, disseminando práticas de integridade pública e estimulando ações de participação e controle social.

Art. 2º O Grupo de Trabalho do Time Brasil será composto pelos seguintes membros:

I – Coordenador: RODRIGO DIEGO JANSEN, ocupante do cargo de provimento em comissão de Controlador-Geral do Município;

II – Membro: EDSON CARLOS DE JESUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Controladoria-Geral do Município - CGM;

III – Membro: PAULA TECCHIO DE MACEDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotada na Controladoria-Geral do Município - CGM;

IV – Membro: ROSANE MACHADO FERRARI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Auditoria e Fiscalização de Contratos, lotada na Controladoria-Geral do Município - CGM;

V – Membro: SILVIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO GAMBA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Controladoria-Geral do Município - CGM;

Art. 3º São atribuídas aos integrantes do Grupo de Trabalho as funções de coordenação, supervisão, monitoramento e prestação de informações relacionadas ao Plano de Ação do programa Time Brasil e atividades correlatas.

Parágrafo único. As funções que lhes são atribuídas serão consideradas de relevante serviço prestado ao Município, não importando em remuneração adicional.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a contar da data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.574/2019

Publicação Nº 2230640

PORTARIA Nº 23.574, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 17 de novembro de 2019, os seguintes servidores públicos municipais:

ÉDER ANTÔNIO BORON, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 23.284, de 28/08/2019;

MARCELO SCHRUBBE, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Trânsito e Transportes, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 23.282, de 28/08/2019;

ANDRÉ DE MOURA DA CUNHA, do cargo de provimento em comissão de Coordenador Municipal do PROCON, símbolo CC-2, nomeado pela Portaria nº 23.021, de 14/06/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.575/2019

Publicação Nº 2230642

PORTARIA Nº 23.575, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA ÉDER ANTÔNIO BORON PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - SMTT.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 18 de novembro de 2019:

ÉDER ANTÔNIO BORON, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Trânsito e Transportes - SMTT, símbolo CC-1, respondendo, ainda, na qualidade de Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, até 31/12/2019, data em que será extinta a entidade, conforme dispõe o art. 54, I, §§1º e 2º da LC nº 1.234, de 06/06/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.576/2019

Publicação Nº 2230643

PORTARIA Nº 23.576, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA ANDRÉ DE MOURA DA CUNHA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMMAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 18 de novembro de 2019:

ANDRÉ DE MOURA DA CUNHA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, símbolo CC-1, respondendo, ainda, na qualidade de Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, até 31/12/2019, data em que será extinta referida fundação, conforme dispõe o art. 54, II, §§1º e 2º da LC nº 1.234, de 06/06/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.577/2019

Publicação Nº 2230644

PORTARIA Nº 23.577, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA JULIO AUGUSTO SOUZA FILHO, OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, PARA EXERCER, CUMULATIVAMENTE, O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR MUNICIPAL DO PROCON.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 42 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 22, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 721, de 21/09/2009 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 18 de novembro de 2019:

JULIO AUGUSTO SOUZA FILHO, ocupante do cargo em comissão de Procurador-Geral do Município, para exercer, cumulativamente, o cargo em comissão de Coordenador Municipal do Procon, símbolo CC-2, na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.579/2019

Publicação Nº 2230645

PORTARIA Nº 23.579, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA RAFAEL GIACOMELLI, CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Memorando nº 0228/2019, de 11/11/2019, da Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 14 de novembro de 2019, RAFAEL GIACOMELLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente dos Profissionais de Saúde do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.580/2019

Publicação Nº 2230647

PORTARIA Nº 23.580, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIANE BERNARDINO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE – SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e em atenção ao Memorando SEMUS nº 279/2019, de 06/11/2019, resolve:

DESIGNAR, a contar de 04 de novembro de 2019, a servidora pública municipal LUCIANE BERNARDINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Compras - FGF 50%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.581/2019

Publicação Nº 2230652

PORTARIA Nº 23.581, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOREM O COMITÊ TÉCNICO DO MUNICÍPIO, ENCARGADO DE ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL JUNTO AO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Designar membros para comporem o Comitê Técnico do Município, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução do Trabalho Técnico Social - TTS, junto aos residenciais do Programa Minha Casa, Minha Vida II, sob a Coordenação Técnica da primeira, a contar de 04 de julho de 2019:

SORAYA DAMBROSO CAIGAR DE MEDEIROS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, designada pela Portaria nº 23.109, de 04 de julho de 2019, como Coordenadora Técnica do Trabalho Técnico Social;

VÂNIA REITER PELLEENSE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

IVA ELZI STEINHAUSER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Habitação e Regularização Fundiária, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 22.717, de 19 de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2019

Publicação Nº 2230654

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2019

Objeto: Contratação de empresa para serviços de Pirotecnia (Show Piromusical) com "fogos de baixo ruído", para o Reveillon 2020, com fornecimento de material e mão de obra. - PROEB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 29 de novembro de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 29 de novembro de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portal/transparência>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 19/11/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2019

Publicação Nº 2230662

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2019

Objeto: Registro de preços para materiais e insumos para uso em laboratório, incluso de equipamento para automação em imunologia através de termo de comodato, pelo período de 01 (um) ano. SEMUS/FMS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 02 de dezembro de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 02 de dezembro de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portal/transparência>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 19/11/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2019

Publicação Nº 2230665

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº143 /2019

Objeto: Aquisição de equipamentos "projeto interativo" e "notebook", conforme especificações constantes neste Edital - SEMED. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 29 de novembro de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 29 de novembro de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: brunamaas@blumenau.sc.gov.br/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portal/transparência>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 19/11/2019 –Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 008/2019

Publicação Nº 2230671

Concorrência nº 008/2019 - Registro de Preços para serviços de manutenção e conservação predial com fornecimento de material, para Sede do 3º BBM, 1º, 2º e 3º Pelotões e Sede do 10º BPM e suas bases, conforme Memorial Descritivo, planilhas e demais especificações constantes neste edital, pelo período de um ano – Convênio Estadual 2013/193006 BBM e Convênio Estadual 2016/190071 BPM – SEDECI. Contratadas:

Item 01 – Manutenção e conservação predial do Corpo de Bombeiros

1ª colocada – SLM TRANSPORTES E CONSERVAÇÃO EIRELI, no valor de R\$249.986,99 (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos);

Item 02 – Manutenção e conservação predial da Polícia Militar

1ª colocada - MVK ENG. E CONST. LTDA, no valor de R\$ 163.867,19 (cento e sessenta e três mil oitocentos e sessenta e sete reais e dezenove centavos).

HOMOLOGAÇÃO CONVITE Nº 01-009/2019

Publicação Nº 2230680

Convite nº 009/2019 - Contratação de empresa especializada para serviços de segurança desarmada para os Jogos Escolares da Juventude/2019, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos – PROEB.

Contratada: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, no valor unitário de R\$33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), totalizando R\$44.109,00 (quarenta e quatro mil e cento e nove reais).

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 2019

Publicação Nº 2230741

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE- 09-102/19

ARTIGO: 25 CAPUT; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: CURSO DE CAPACITAÇÃO - PGM

CONTRATADA (O): ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES MUNICIPAIS

VALOR: R\$ 4.200,00

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE- 09-105/19

ARTIGO: 25; CAPUT DA LEI 8.666/963.

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ESTAGIO CURRICULAR - SEDEAD

CONTRATADA (O): SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE- 09-92/19

ARTIGO: 25 INCISO II; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: DESENVOLVIMENTO DE ARTE GRÁFICA - SEMMAS

CONTRATADA (O): JEAN RICARDO TOMEDI

VALOR: R\$ 6.368,40

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE- 09-90/19

ARTIGO: 25 CAPUT; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: SERVIÇOS DE ARBITRAGEM - SME

CONTRATADA (O): LIGA BLUMENAUENSE DE FUTEBOL DE SALÃO - SME

VALOR: R\$ 12.200,00

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE- 09-110/19

ARTIGO: 25 CAPUT; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES - SEMED

CONTRATADA (O): SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SEMED

VALOR: R\$ 12.540,00

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE- 09-118/19

ARTIGO: 25 CAPUT; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR - SEDEAD

CONTRATADA (O): UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE- 09-106/19

ARTIGO: 25 CAPUT; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: LOCAÇÃO DE QUADRAS - SECTUR

CONTRATADA (O): SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

VALOR: R\$ 27.195,00

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE- 09-104/19

ARTIGO: 25 CAPUT; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: SERVIÇOS DE INTERPRETE DE LIBRAS - SEMED

CONTRATADA (O): GISELE RUCK

VALOR: R\$ 14.760,00

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE- 09-88/19

ARTIGO: 25 CAPUT; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO P/36º OKTOBERFEST

CONTRATADA (O): BENKEN BROTHERS CAFÉ LTDA.

VALOR: R\$ 6.525,00

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE- 09-100/19

ARTIGO: 25 CAPUT; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: MANUTENÇÃO DE SOFTWARE - SEDEAD

CONTRATADA (O): SENIOR SISTEMA SA.

VALOR: R\$ 8.681,20

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE- 09-89/19

ARTIGO: 25 CAPUT; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: SERVIÇOS DE ARBITRAGEM - SME

CONTRATADA (O): LIGA CATARINENSE DE VOLEIBOL.

VALOR: R\$ 17.790,00

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE- 09-98/19

ARTIGO: 25 CAPUT; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDAS - PROEB

CONTRATADA (O): VARIAS CONTRATADAS

VALOR: R\$ 1.733.146,58

PROCESSOS DE DISPENSA NºS 09-129/19; 09-99/19; 08-130/19 E 08-120/19

Publicação Nº 2230745

PROCESSO DE DISPENSA- 08-129/19

ARTIGO: 24;XVII DA LEI 8.666/963.

OBJETO: MANUTENÇÃO, AQUISIÇÃO DE PEÇAS E VEÍCULOS EM GARANTIA -SEURB

CONTRATADA (O): BREITKOPF VEICULOS LTDA.

VALOR: R\$ 4.191,23

PROCESSO DE DISPENSA- 08-99/19

ARTIGO: 24;X DA LEI 8.666/963.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL - SEMUS

CONTRATADA (O): THD ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

VALOR: R\$ 389.512,92

PROCESSO DE DISPENSA- 08-130/19

ARTIGO: 24;XIII DA LEI 8.666/963.

OBJETO: RECRUTAMENTO DE PESSOAL - SEDEAD

CONTRATADA (O): FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB

PROCESSO DE DISPENSA- 08-120/19

ARTIGO: 24;IV DA LEI 8.666/963.

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO - SEDECI

CONTRATADA (O): LEANDRO SOUZA.

VALOR: R\$ 17.160,00

PORTARIA Nº 7575/2019 - SAMAE

Publicação Nº 2230749

PORTARIA Nº 7575/19

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

SUBSTITUIR

O membro da Comissão Especial para acompanhamento da execução do contrato de concessão dos serviços públicos de esgotamento sanitário do SAMAE, seguindo a Portaria 7415/19:

Art. 1º - O servidor Raul Schramm Filho, cadastro 1963-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista, lotado na Diretoria de Operações, pelo servidor Antônio Marcos Mendes Alves da Cruz, cadastro 1979-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, lotado na Diretoria de Operações.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Samae, 11 de novembro 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

Bom Jardim da Serra**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 30/2019**

Publicação Nº 2230499

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 30/2019
PARA OS APROVADOS NO EDITAL Nº 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Edital nº 001/2018 de Concurso Público, realizado no dia 04 de Março de 2018, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, nº 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 19/11/2019 a 18/12/2019, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

Os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital nº 001/2018, quando da sua convocação, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a publicação no site da Prefeitura Municipal, para apresentar todos os documentos exigidos e descritos no ato da convocação, conforme item 17.11 do Edital nº 001/2018.

O Convocado que não apresentar a documentação exigida, não comprovar os requisitos para investidura do cargo ou não pedir prorrogação de posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso, conforme item 17.16 do Edital nº 001/2018.

Relação dos Convocados:

Cargo: Recepcionista

Nome	Nº Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Miriane Machado	859639	20/09/1993	3º

Relação de Documentos para Admissão:

- I – CPF;
- II – Identidade;
- III – Título de Eleitor;
- IV – Comprovação da quitação eleitoral;
- V- Carteira de Trabalho;
- VI – Número do PIS/PASEP;
- VII – Carteira de Reservista (Homens);
- VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);
- IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);
- X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);
- XI – 1 foto 3x4;
- XII – Comprovação de dependentes;
- XIII – Comprovação de Estado Civil;
- XIV – Certidão Cível e Criminal (Estadual e Federal);
- XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)
- XVI – Grupo sanguíneo;
- XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
- XVIII – Número de conta corrente;
- XIX – Comprovante de Endereço; e
- XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 18 de novembro de 2019.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PR 46/2019

Publicação Nº 2230799

Bom Jardim da Serra/SC.

Processo: 69/2019

Pregão presencial: 46/2019

Forma de julgamento: menor preço global.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA ELABORAÇÃO DO CÓDIGO DE OBRAS, POSTURAS E PLANO DIRETOR DESTA



MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS, POR CONTA DO PROCESSO ANTERIOR (58/2019) TER RESULTADO FRACASSADO. O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais participa a todos os interessados que estará abrindo as propostas dia 02/12/2019 às 14horas para contratação do objeto em epígrafe. O Edital segue as Leis 10.520/02 , LC 123/06, 147/14 e subsidiariamente a Lei 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 18 de novembro de 2019.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº237/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230567

PORTARIA Nº 237/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Públicos Municipais nas suas diversas secretarias, conforme períodos aquisitivos e concessões abaixo relacionadas:

Nome	Período Aquisitivo	Período Concessão	Matrícula
Claudemir Antonio Welter	01.11.17 a 31.10.18	18.11.19 a 02.12.19	209-7
Jaime Omar Zimmermann	01.03.18 a 28.02.19	18.11.19 a 07.12.19	390-5
Jucele Carla Suckow	05.03.17 a 04.03.18	28.11.19 a 07.12.19	702-1

Art. 2º. O Servidor Jaime Omar Zimmermann, inscrito na matrícula sob nº 390-5, irá gozar de férias pelo período de 20 dias, tendo 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 & 2º da Lei nº 542/2006(Estatuto dos Servidores)

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de novembro de 2019.

RONALDO LUIZ SENER

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATOS (DE 47 À 52/2019) MOBILIARIO, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS PARA CRECHE MUNICIPAL**

Publicação Nº 2230617

EXTRATO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratados:**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2019**

ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA – ME – CNPJ: 19.338.456/0001-94, Situada na Rua Argemiro Pretto, Nº 340, bairro Lajeadozinho, cidade de Encantado/RS, CEP: 95960-000, Fone: (51) 98338-1400 – 3735-1014 – 3735-1276, e-mail: licitaalf@gmail.com

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2019

ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICOS EIRELLI EPP - CNPJ:27.913.520/0001-41, Situada na Rua Professor Max Humpl, Nº 1139, sala 02, bairro Salto do Norte, CEP: 89065-500, cidade de Blumenau/SC, fone: (47)3209-8789, e-mail: macarinicomercial@gmail.com

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2019

PAULINÉIA LOTTERMANN REIS – CNPJ: 10.936.352/0001-07, Situada na Rua Guilherme Ludwig, Nº 242, bairro: Área Industrial, cidade de São José do Inhacorá/RS, CEP: 98958-000, Fone: (51) 3535-2555 E-mail: leandroeriflex@terra.com.br

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2019

SUPRIMOVEIS LTDA - EPP- CNPJ: 04.563.256/0001-68, situada na Rua Coronel Buchelle, Nº 646, Sala 01, Bairro Centro, cidade de Tijucas/SC, CEP: 88200-000, E-mail: suprimoveisltda@bol.com.br, Fone: (48) 3263-2912

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2019

TECNOLAR LTDA ME - CNPJ: 12.464.652/0001-66, situada na Rua Artur Schlupp, Nº 190, sala 01, bairro Água Verde, CEP: 89042-301, cidade de Blumenau/SC, fone (47)3330-8151, e-mail: tecnolar@live.com

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2019

VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE – ME – CNPJ: 14.682.896/0001-40, Situada na Rua Alberto Silva Nº 835, LJ 02, bairro Vila Ipiranga, cidade de Porto Alegre/RS, CEP: 91370-000, fone: (51) 3533-3543, e-mail: vemariabrinquedos@gmail.com

VALOR TOTAL DOS CONTRATOS: R\$ 122.587,60 (Cento e Vinte e Dois Mil, Quinhentos e Oitenta e Sete Reais, e Sessenta Centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO, EQUIPAMENTOS E UTENCILIOS PARA CRECHE MUNICIPAL Fundamento Legal:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

PL401-PP46/2019-ATA SESSÃO PÚBLICA

Publicação Nº 2229762

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 401/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2019

Data abertura: 23/10/2019

Horário: 14:30 horas

Objeto: Cabos de aço

ATA DA SESSÃO PÚBLICA

Aos 23(vinte três) dias do mês de Outubro de 2019, às 14:30 horas, reuniram-se na sala de licitações da sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, o Presidente e membros da Comissão Permanente de Licitações, designados pela Portaria nº 08/2019 de 28 de janeiro de 2019, com o objetivo da realização nesta sessão da abertura do Processo em epígrafe, tendo o objeto a aquisição de CABOS DE AÇO, nas condições e especificações expressas no edital.

Tendo aguardado o término do prazo fixado, para a entrega dos envelopes de "Documentos", e "Proposta de Preços", e haja visto que nenhuma proponente se habilitou no prazo estabelecido, foi declarado pelo pregoeiro "LICITAÇÃO DESERTA", por não haver manifestação de interesse de participantes no certame. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que após lida e assinada foi determinado a publicação no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC e mural público desta prefeitura, com a finalidade de intimação da decisão, nos termos da Lei Federal 8.666/93.

João Kennedy Paulini
Pregoeiro

Aurélio Augusto Batista Tórmena Equipe de apoio	Márcio Adriano de Oliveira Equipe de apoio
--	---

PL407-PP48/2019-ATA SESSÃO PÚBLICA

Publicação Nº 2229750

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 407/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº48/2019

Data abertura: 14/11/2019

Horário: 14:30 horas

Objeto: CABOS DE AÇO

ATA DA SESSÃO PÚBLICA

Aos 14(catorze) dias do mês de Novembro de 2019, às 14:30 horas, reuniram-se na sala de licitações da sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, o Pregoeiro e Equipe de Apoio da Comissão Permanente de Licitações, designados pela Portaria nº 08/2019, de 28 de janeiro de 2019, com o objetivo da realização nesta sessão da abertura do Processo em epígrafe, tendo o objeto a aquisição de CABOS DE AÇO, nas condições e especificações expressas no edital.

Tendo aguardado o término do prazo fixado, para a entrega dos envelopes de "Documentos", e "Proposta de Preços", e haja visto que nenhuma proponente se habilitou no prazo estabelecido, foi declarado pelo pregoeiro "LICITAÇÃO DESERTA", por não haver manifestação de interesse de participantes no certame. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que após lida e assinada foi determinado a publicação no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC e mural público desta prefeitura, com a finalidade de intimação da decisão, nos termos da Lei Federal 8.666/93.

João Kennedy Paulini
Pregoeiro

Aurélio Augusto Batista Tórmena Equipe de apoio	Márcio Adriano de Oliveira Equipe de apoio	Maiara Jordão Equipe de Apoio
--	---	----------------------------------

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº. 0127/2019

Publicação Nº 2230180

DECRETO Nº. 0127/2019.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03– MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.035 – Manutenção e Reequipamento do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

(76) – 3.3.90.00.00.00.00 0363 – Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

TOTALR\$ 17.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2019 do recurso 1.0363 – Recursos Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 11 de Novembro de 2019.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 0128/2019

Publicação Nº 2230181

DECRETO Nº. 0128/2019.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme segue:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.035 – Manutenção e Reequipamento do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

(77) – 4.4.90.00.00.00.00 0143 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme segue:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.035 – Manutenção e Reequipamento do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

(75) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0143 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 11 de Novembro de 2019.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 0129/2019.

Publicação Nº 2230502

DECRETO Nº. 0129/2019.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE , OBRAS E SERVIÇOS

02 – DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 – Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais

(125) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações DiretasR\$ 56.250,00

05 – SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.044 – Manut. Das Atividades e Reeq. Da Sec. De Cultura Turismo e Lazer

(89) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Direta R\$ 10.710,00

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

(136) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações DiretasR\$ 13.395,00

02 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

(10) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações DiretasR\$ 32.145,00

02 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

04 – DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

2.023 – Manutenção da ETA

(38) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações DiretasR\$ 21.435,00

06 – SECRETARIA DE ESPORTES

01 – DESPORTO AMADOR

2.050 – Manutenção do Desporto Amador

(103) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações DiretasR\$ 16.065,00

TOTALR\$ 150.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2019 do recurso 1.000 – Recursos Ordinários, 1.001 – Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto Educação e 1.0359 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 18 de Novembro de 2019.
NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 29/2019

Publicação Nº 2230051

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 29/2019 – Edital de Pregão Presencial nº 16/2019

Objeto: contratação de serviços de desenvolvimento institucional, com capacitação e treinamento de gestores e/ou servidores. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 02/12/2019, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Selmo Heck, 2405, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.492 -2019

Publicação Nº 2230850

DECRETO N. 8.492, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Designa servidores para acompanhar e fiscalizar os contratos da Secretaria de Saúde, decorrentes de processo administrativo de licitação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, considerando o art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais para acompanhar e fiscalizar os contratos da Secretaria de Saúde, decorrentes de processo administrativo de licitação, conforme segue:

Servidora: Camila Fernanda Valle Pereira
Cargo: Diretora-Geral
Matrícula: 324850-3

Servidora: Camila Granemann de Souza
Cargo: Diretora
Matrícula: 518387-5

Servidora: Alessandra Maass
Cargo: Diretora
Matrícula: 1035274-1

Servidora: Lizandra Gabrielle Melim
Cargo: Diretor
Matrícula: 1007971-0

Auxiliares dos Fiscais: Aline Patrícia Schneider Hentegs, Bruno Bolsoni, Carlos Alberto Batisti, Cleunice Maria Mariani, Danieli Martins, Dirceu Lopes Ezequiel, Edison Luiz Estevão Filho, Fabio Luiz Assalin, Fernando Hansel, Francine Zorzo, Jamille Moura dos Santos, Lucie Herta Hilbert, Luiz Fantini, Tereza Cristina Pamplona Mosimann Busnardo, Tiago André Zancan.

Art. 2º Fica revogado o inciso VII do art. 1º do Decreto n. 8.089, de 22 de janeiro de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de novembro de 2019.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.493 -2019

Publicação Nº 2230851

DECRETO N. 8.493, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Designa servidores para acompanhar e fiscalizar os contratos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, decorrentes de processo administrativo de licitação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, considerando o art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais para acompanhar e fiscalizar os contratos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, decorrentes de processo administrativo de licitação, conforme segue:

Servidor: Nik Angelo Imhof
Cargo: Diretor-Geral
Matrícula: 763640-1

Auxiliares do Fiscal: Arlindo Forbes, Cleber Luiz Soares Nunes, Cleyton Aparecido Dagues, Denis de Souza, Diego Augusto Martins Siqueira, João Carlos Paza, Jorge Coradini, Jorge Oliveira, Konstantin Harasimov, Norberto João Maestri, Norberto Laurindo, Otavio Augusto Thomaz.

Servidor: Adamo Yuri Zimmermann
Cargo: Diretor
Matrícula: 543047-2

Auxiliares do Fiscal: Renato Raulino, Vilson Cesar Bernardinelli.

Servidor: Carlos Henrique Beuting
Cargo: Engenheiro Eletricista
Matrícula: 347167-2

Auxiliar do Fiscal: Luciano Batisti.

Art. 2º Fica revogado o inciso XI do art. 1º do Decreto n. 8.089, de 22 de janeiro de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de novembro de 2019.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.494 -2019

Publicação Nº 2230852

DECRETO N. 8.494, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar os contratos da Secretaria de Assistência Social e Habitação, decorrentes de processo administrativo de licitação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, considerando o art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado servidor público municipal para acompanhar e fiscalizar os contratos da Secretaria de Assistência Social e Habitação,

decorrentes de processo administrativo de licitação, conforme segue:

Servidor: Felipe Alexandre Meira Severino
Cargo: Educador Social
Matrícula: 4170288-1

Art. 2º Fica revogado o inciso XII do art. 1º do Decreto n. 8.089, de 22 de janeiro de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de novembro de 2019.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8441-2019

Publicação Nº 2230839

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE**DECRETO Nº. 8.441, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE**, usando da competência que lhe confere o art. 21º da Lei nº 4.186 de 19/12/2018, a Lei nº 4.153 de 04/09/2018, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais), para atender a programação abaixo especificada:

65.00	Fundação Cultural de Brusque
65.001	Fundação Cultural de Brusque
0013.0392.0060.2225	Manutenção do Fundo de Cultura e Apoio às Atividades
3.3.90.00	Aplicações Diretas
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 55.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:
I – Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

65.00	Fundação Cultural de Brusque
65.001	Fundação Cultural de Brusque
0013.0392.0060.2225	Manutenção do Fundo de Cultura e Apoio às Atividades
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 50.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 10/09/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de setembro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

Dr. EDSON RISTOW
Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2230839.odt - Pág.: 1

DECRETO Nº 8486-2019

Publicação Nº 2230840

DECRETO nº 4.846, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Institui o Comitê de Governança Municipal Institucional.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE no uso de suas atribuições e de acordo IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

Capítulo I**DA INSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA MUNICIPAL INSTITUCIONAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.**

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Governança Municipal Institucional do Poder Executivo do Município de Brusque – CGMI-PMB, instância colegiada de natureza consultiva, com o objetivo de apoiar e contribuir para a implementação e o contínuo desenvolvimento de diretrizes estratégicas e boas práticas de governança, com base na legislação vigente.

Parágrafo único. O CGMI-PMB atuará em temas de governança pública e na implementação do Modelo de Excelência em Gestão em Transferências da União – MEG-TR, obrigação instituída pela Instrução Normativa nº 05, de 24 de junho de 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo digital – órgão do Ministério da Economia, e na gestão e execução do Plano Estratégico de Gestão Municipal – PEGEM, bem como na implantação da Gestão Estratégica Orientada para resultados – GEOR, dentre outros temas eventualmente atribuídos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Capítulo II**DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para fins deste Decreto considera-se:

I – Governança Pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

II – Modelo de Excelência em Gestão: metodologia para a avaliação do nível de maturidade da gestão da organização;

III – Agente de Governança – AG: servidor designado formalmente para atuar em sua unidade, nos termos deste Decreto e demais expedientes administrativos vindouros, dedicado à condução das políticas, orientações e diretrizes estabelecidas pelo CGMI-PMB.

Capítulo III**DA COMPOSIÇÃO DO CGMI-PMB**

Art. 3º O CGMI-PMB será presidido pelo(a) Secretário(a) Municipal de Governo e Gestão Estratégica e sua coordenação será de indicação do mesmo, além destes, será composto pelos Agentes de Governança – AG – a serem designados pelas respectivas pastas, sendo preferencialmente ocupadas por servidores efetivos.

Parágrafo único. Ao designar os Agentes de Governança – AG, membros do CGMI-PMB, considerar-se-á:

I – Gabinete do Prefeito (incluso Diretoria-Geral de Infraestrutura): Deverá indicar 02 (dois) representantes;

II – Procuradoria-Geral do Município: Deverá indicar 02 (dois) representantes;

III – Secretaria Municipal da Fazenda: Deverá indicar 02 (dois) representantes;

IV – Secretaria Municipal de Governo e Gestão Estratégica: Deverá indicar 02 (dois) representantes;

V – Secretaria Municipal de Orçamento e Gestão: Deverá indicar 02 (dois) representantes;

VI – Secretaria Municipal de Educação: Deverá indicar 02 (dois) representantes;

VII – Secretaria Municipal de Saúde: Deverá indicar 02 (dois) representantes;

VIII – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos: Deverá indicar 02 (dois) representantes;

IX – Secretaria Municipal de Assistência Social: Deverá indicar 02 (dois) representantes;

X – Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade: Deverá indicar 02 (dois) representantes;

XI – Fundação Municipal de Esportes: Deverá indicar 02 (dois) representantes; e

XII – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto: Deverá indicar 02 (dois) representantes.

§ 1º Na ausência do coordenador responsável, o CGMI-PMB será coordenado por membro por ele designado.

§ 2º Poderão ser convidados a participar de reuniões do CGMI-PMB representantes de outros órgãos, bem como especialistas nos temas de interesse.

§ 3º A participação no CGMI-PMB ou nos grupos de trabalho por ele constituídos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado.

Capítulo IV**DAS COMPETÊNCIAS DO CGMI-PMB**

Art. 4º Compete ao CGMI-PMB:

I – assessorar o Prefeito e dirigentes na condução da política de governança;

II – propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública;

III – propor normativos e manuais com medidas, mecanismos e práticas organizacionais que contribuam para a implementação dos princípios e das diretrizes de governança pública;

IV – analisar e propor medidas para garantia da coerência das práticas de gestão às políticas públicas;

V – incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública municipal;
VI – acompanhar a evolução da aplicação de suas recomendações e das iniciativas de aprimoramento da governança;
VII – aprovar o regimento interno do CGMI-PMB.

Parágrafo único. O CGMI-PMB elaborará memórias das reuniões com a pauta a ser abordada e os itens discutidos.

Art. 5º As unidades deverão designar responsáveis pela condução dos processos e das funções relacionadas aos objetivos da governança e das integridades corporativas e priorizar as atividades e demandas deste comitê e a produção de informações consolidadas e estatísticas que alimentarão a base de dados para o aperfeiçoamento reiterado da gestão estratégica.

Capítulo V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto serão dirimidos pelo Secretário Municipal de Governo e Gestão Estratégica, ouvida a Procuradoria-Geral do Município, no âmbito de sua competência.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2019.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002-2019

Publicação Nº 2230853

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 002/2019**
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 004/2019

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público para Provimento de Cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Brusque, **CONVOCA** os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque, a partir do dia **18 de Novembro de 2019**, no horário das 12:00 h às 17:00 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Os candidatos serão atendidos conforme data e horário combinado.

1.2 A falta de qualquer documento constante no anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

1.4 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta corrente para recebimento de seus vencimentos preferencialmente pela Caixa Econômica Federal. O candidato, antes de proceder a entrega dos documentos relacionados no anexo II do presente Edital, na hora e data designados no item 1, deverá comparecer ao Correspondente Bancário da Caixa, situado na Prefeitura de Brusque, a fim de realizar a abertura de conta. Se o candidato preferir outra instituição Bancária deverá solicitar a portabilidade.

1.5. A verificação dos documentos apresentados conforme anexo II, será realizada pela Comissão de Concurso.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

2.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, para apresentação dos exames constantes no Anexo III deste edital e submissão à referida avaliação;



2.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3. A publicação dos atos de nomeação, será termo inicial para a posse do candidato, no **prazo de 30 (trinta dias)**, na forma do artigo 16 § 1º da Lei Complementar de Brusque – SC número 147 de 25/09/09;

DA POSSE

4. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, observado o prazo disposto no item “3” deste edital, nos termos do artigo 16 e seguintes da Lei Complementar de Brusque – SC número 147 de 25/09/09;

5. Empossado, o candidato terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar-se no seu local de trabalho ou no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Brusque, na forma do art. 19 da Lei Complementar de Brusque – SC número 147 de 25/09/09;

DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

6. Cumpridas todas as exigências do presente edital, os convocados deverão se apresentar para início das atividades, no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, situada na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque.

Brusque – SC, 18 de Novembro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal



**ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/2019
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 004/2019**

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Eletrecista		
INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
0367	MAURECI ZANCANELA	3
0402	PAULO SERGIO SEBOLD	4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007-2019- EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2230854

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 007/2019**
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 002/2019

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público para Provimento de Cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Brusque, **CONVOCA** os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque, a partir do dia **19 de novembro de 2019**, no horário das 12:00 h às 17:00 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Os candidatos serão atendidos conforme data e horário combinado.

1.2 A falta de qualquer documento constante no anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

1.4 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta corrente para recebimento de seus vencimentos preferencialmente pela Caixa Econômica Federal. O candidato, antes de proceder a entrega dos documentos relacionados no anexo II do presente Edital, na hora e data designados no item 1, deverá comparecer ao Correspondente Bancário da Caixa, situado na Prefeitura de Brusque, a fim de realizar a abertura de conta. Se o candidato preferir outra instituição Bancária deverá solicitar a portabilidade.

1.5. A verificação dos documentos apresentados conforme anexo II, será realizada pela Comissão de Concurso.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

2.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, para apresentação dos exames constantes no Anexo III deste edital e submissão à referida avaliação;



2.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3. A publicação dos atos de nomeação, será termo inicial para a posse do candidato, no **prazo de 30 (trinta dias)**, na forma do artigo 16 § 1º da Lei Complementar de Brusque – SC número 147 de 25/09/09;

DA POSSE

4. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, observado o prazo disposto no item “3” deste edital, nos termos do artigo 16 e seguintes da Lei Complementar de Brusque – SC número 147 de 25/09/09;

5. Empossado, o candidato terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar-se no seu local de trabalho ou no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Brusque, na forma do art. 19 da Lei Complementar de Brusque – SC número 147 de 25/09/09;

DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

6. Cumpridas todas as exigências do presente edital, os convocados deverão se apresentar para início das atividades, no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, situada na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque.

Brusque – SC, 18 de novembro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal



**PREFEITURA DE
BRUSQUE**

**ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2019
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 002/2019**

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Professor de Educação Infantil

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
4484	GEDALIA BRITO SAMPAIO DE JESUS	22
2252	GENYFER SILVA LUCENA	23
1705	ANI ALINE TABONI	24
4716	PATRÍCIA FERNANDA SCHAFFER	25

EXTRATO 2º E 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032-218-FMS

Publicação Nº 2230826

**EXTRATO 2º e 3º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO 032-218-FMS**

Espécie: 2º e 3º Termo Aditivo,
Contrato nº 032/2018 entre o
Município de Brusque e V J COMERCIO
DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E
SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM
EIRELI-EPP Objeto: termo aditivo
quantitativo R\$ 15.353,92 e qualitativo
R\$ 8.326,22. Origem Tomada de preço
nº 008/2018 Dotação Orçamentária:
Conforme processo administrativo.
Signatários: Humberto Martins Fornari
e Renan Santana

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100-2018

Publicação Nº 2230830

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO 100-2018**

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 100/2018 entre o Município de Brusque e ITAQUÁ CONSTRUÇÕES EIRELI EPP Objeto: termo aditivo reajuste R\$5.040,66. Origem tomada de preço nº 010/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Andrea Patricia Volkmann e Wilson José De Franceschi

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101-2018

Publicação Nº 2230831

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 101-2018

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 101/2018 entre o Município de Brusque e PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA Objeto: termo aditivo de prazo 23/11/2019 a 22/11/2020. Origem dispensa de licitação nº 023/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Andrea Patricia Volkmann e Gisiele Aداise De Souza Schramm.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046-2017

Publicação Nº 2230834

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 046-2017

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 046/2017 entre o Município de Brusque e BALNEARIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP Objeto: termo aditivo reajuste R\$1.163.026,05. Origem pregão nº 017/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ricardo José de Souza e Ernandes Augusto Bendini

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 074-2017

Publicação Nº 2230833

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 074-2017

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 074/2017 entre o Município de Brusque e SIGMAFONE COMERCIO DE TELECOMUNICACOES E INFORMATICA EIRELI EPP Objeto: termo aditivo qualitativo R\$4.048,00. Origem pregão nº 054/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Edena Beatris Censi e Rogério Roedel

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110-2018

Publicação Nº 2230836

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 110-2018

Espécie: 7º Termo Aditivo, Contrato nº 110/2018 entre o Município de Brusque e FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA Objeto: termo aditivo de prazo 28/11/2019 a 27/05/2020. Origem tomada de preço nº 012/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Andrea Patricia Volkmann e Luciano Thiesen.

EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO N. 001-2019.

Publicação Nº 2230858

EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO N. 001/2019.

EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC E A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BRUSQUE - CDL. Objeto: permissão de uso de bem público, consistente em uma área de 15,65 m² (quinze metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), correspondente a uma construção de alvenaria localizada na Praça Barão de Schneeberg, para uso no apoio logístico a operação do sistema de estacionamento rotativo, denominado "área azul", gerenciado pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Brusque – CDL por meio de convênio firmado com o Município de Brusque. Duração: 10 (dez) anos, a partir da assinatura, ocorrida em 16 de outubro de 2019. Pelo Município de Brusque: Jonas Oscar Paegle, Prefeito de Brusque. Pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Brusque: Fabrício Zen, Presidente.

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 092-2019-SAMAE

Publicação Nº 2230856

PROCESSO LICITATÓRIO 092/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 092/2019, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por lote, para contratação de serviços de manutenção em telemetria, telecomando existentes no SAMAE de Brusque, compreendendo manutenções preventiva e corretiva, instalação de painéis em boosters, elevatórias, reservatórios, válvulas redutoras de pressão, pontos de medição de pressão, instalação de antenas de comunicação via rádio, torres repetidoras e execução dos sistemas de automação local e remota incluindo softwares de CLPs, inversores de frequência e de software supervisor ELIPSE E3. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 02 de dezembro de 2019, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 093-2019-SAMAE

Publicação Nº 2230857

PROCESSO LICITATÓRIO 093/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 093/2019, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição de materiais de informática diversos. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 03 de dezembro de 2019, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027-2019

Publicação Nº 2230855

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 027/2019 PREGÃO nº 018/2019 OBJETO: Aquisição de material de acessibilidade. RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário definido no edital e, observada a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública, declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura. Brusque/SC, 18/11/2019. CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Pregoeira da Administração Pública Municipal

PORTARIA Nº 026-2019-IBPREV

Publicação Nº 2230879

Portaria nº 026/2019

Concede benefício de Aposentadoria por Invalidez a
Jacó Crespi

O Diretor-presidente do Instituto Brusquense de Previdência, nomeado pela Portaria nº 11.618, de 13 de janeiro de 2017, da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.436/2019, e com fundamento nos artigos 1º, §2º, 33, I, a, 34, §1º e §11 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, no artigo 40, §1º, I, da CF/1988 (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019).

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 259/2019, benefício de Aposentadoria por Invalidez a JACÓ CRESPI, CPF 380.058.249-04.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de novembro de 2019.

DAGOMAR ANTONIO CARNEIRO

Diretor-presidente

IBPREV

PORTARIA Nº 13.156-2019

Publicação Nº 2230859

PORTARIA N. 13.156, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Substitui membro da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Brusque.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c as Portarias ns. 12.709, de 13 de dezembro de 2018, 12.934, de 03 de maio de 2019, e 13.010, de 18 de julho de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir a servidora Carolina Pastor por Ana Cláudia Drosdosky para atuar como membro da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Brusque, instituída pela Portaria n. 12.709, de 13 de dezembro de 2018, com alterações pela Portaria n. 12.934, de 03 de maio de 2019, e 13.010, de 18 de julho de 2019, a partir de 18 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de novembro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 2160-2019

Publicação Nº 2230860

PORTARIA Nº 2360/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas

atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora MARIANA FERRAZ DE OLIVEIRA FERNANDES, matrícula Nº 808504-03, exercendo as funções de MONITOR ESCOLAR, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 24/10/2019 e 20/02/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/10/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de novembro de 2019
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2161-2019

Publicação Nº 2230861

PORTARIA Nº 2361/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora EMILENE DAS ALMAS PEREIRA PAULO TEIXEIRA, matrícula Nº 4334965-02, exercendo as funções de MONITOR ESCOLAR, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 07/11/2019 e 05/03/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de novembro de 2019
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2287-2019

Publicação Nº 2230863

PORTARIA Nº 2.287/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando os pedidos de remoção dos Servidores abaixo elencados, bem como a anuência da Secretaria Municipal da Saúde, de acordo

com os Memorandos nº 1147/2019.

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a remoção por acordo dos servidores abaixo elencados, lotados na Secretaria de Municipal de Saúde, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	CENTRO DE CUSTO ATUAL	CENTRO DE CUSTO DE DESTINO
ANA PAULA ANDREGTONI	AGENTE ADMINISTRATIVO	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/ SISREG
NADIA FONSECA MACIEL LOPES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	UBS SÃO JOÃO	UBS RUA NOVA TRENTO

Parágrafo único: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como a pedido do Servidor. A remoção se dá com fulcro no Art. 45, c/c Art. 49 e Art. 51 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de novembro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2302-2019

Publicação Nº 2230864

PORTARIA Nº 2302/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Beatriz Wochner Grubert, matrícula 761311-5, ocupante do cargo efetivo de Agente comunitário de saúde – 40 horas, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 05 de novembro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de novembro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de novembro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 2303-2019

Publicação Nº 2230865

PORTARIA Nº 2303/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Cristiane Soares Neri, matrícula 727563-0, ocupante do cargo efetivo de Técnico de enfermagem – 40 horas, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 01 de novembro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de novembro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 2305-2019

Publicação Nº 2230866

PORTARIA Nº 2305/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) ANA MARIA DE SOUZA, matrícula nº 379778-07, nomeado(a) pela Portaria nº 10497/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de TELEFONISTA, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

Humberto Martins Fornari

Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 2306-2019

Publicação Nº 2230867

PORTARIA Nº 2306/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) BRUNO TEIXEIRA ALBINO, matrícula nº 4299582-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10561/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 24/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Humberto Martins Fornari
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 2307-2019

Publicação Nº 2230868

PORTARIA Nº 2307/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) KAYRA WERKHAUSEN CARVALHO, matrícula nº 4296320-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10561/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 14/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Humberto Martins Fornari
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 2308-2019

Publicação Nº 2230869

PORTARIA Nº 2308/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) SIMARA HELOISA DE SIMAS, matrícula nº 1024523-03, nomeado(a) pela Portaria nº 10561/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 13/05/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Humberto Martins Fornari
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 2319-2019

Publicação Nº 2230870

PORTARIA Nº 2319/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, por motivo de aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pelo servidor Rogerio Pruner, matrícula n. 543314 – 0, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de novembro de 2019.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora
Recursos Humanos

RENATO BIANCHI
Diretor da Secretaria de Trânsito e Mobilidade

PORTARIA Nº 2322-2019

Publicação Nº 2230871

PORTARIA Nº 2322/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora MARILENE DE MELO KRIEGER, matrícula nº 575917-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 13/11/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/11/2019, revogando-se as disposições em

contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de novembro de 2019
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2324-2019

Publicação Nº 2230872

PORTARIA Nº 2324/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Caroline De Souza E Silva Eccel, matrícula 494739 – 02, ocupante do cargo efetivo de Agente comunitário de saúde – 40 horas, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 08 de novembro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de novembro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de novembro de 2019.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora
Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 2325-2019

Publicação Nº 2230873

PORTARIA Nº 2325/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, o servidor Sergio Luiz Gamba, matrícula 680818 – 01, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo – 40 horas, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, a partir de 08 de novembro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de novembro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de novembro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

Recursos Humanos

RENATO BIANCHI

Diretor

Secretaria de Trânsito e Mobilidade

PORTARIA Nº 2326-2019

Publicação Nº 2230874

PORTARIA Nº 2326/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, o servidor Vinicius Araujo De Oliveira, matrícula 10000228994 – 01, ocupante do cargo efetivo de Monitor Escolar III – 40 horas, lotado na Secretaria de Educação, a partir de 12 de novembro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de novembro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de novembro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO

Secretária de Educação

PORTARIA Nº 2328-2019

Publicação Nº 2230875

PORTARIA Nº 2328/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Professor, por motivo de aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora Sandra Regina Groh Schwamberger, matrícula n. 3794 – 0, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de junho de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de novembro de 2019.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora
Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 2359-2019

Publicação Nº 2230876


**PREFEITURA DE
BRUSQUE**
**SECRETARIA DE
ORÇAMENTO
E GESTÃO**
PORTARIA Nº 2359/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando o Ofício 343/2019 da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional, conforme segue:

Servidor	Matrícula Cargo	De: Letra Nível	Para: Letra Nível	Salário Progressão R\$	Data do pedido	Horizontal e Vertical	Efeitos Financeiros
ANDREIA MAZZOLLI KELLER	719323	D II	E II	3.360,37	01/11/2019	horizontal	novembro
KARLA MARINA COSTA GIANEZINI VOSS	882860	A II	B II	3.031,08	31/10/2019	horizontal	novembro
MARIA LUIZA GIOSELE NOVAIS	931616	A I	B II	3.031,08	31/10/2019	horizontal/ vertical	novembro
JOAO LEONIR MANTOVANI	467170	E II	FII	3.511,59	17/10/2019	horizontal	novembro
AMANDA MARINA DE SOUZA	679038	B II	C II	3.122,01	29/10/2019	horizontal	novembro
GENETE TERESINHA MESADRI MERISI	407950	C II	D II	3.215,67	25/10/2019	horizontal	novembro
FABIANA DE OLIVEIRA BITTELBRUM	674567	B II	C II	3.122,01	24/10/2019	horizontal	novembro
JULIANE MELLO	780561	B II	C II	3.122,01	21/10/2019	horizontal	novembro
MARLI DOS SANTOS LUDGERO	4600	A II	B II	3.031,08	10/10/2019	horizontal	novembro
DANIELI CAMARGO	780014	B II	C II	3.122,01	16/10/2019	horizontal	novembro
SIMONE ALICE REGIS	673811	C II	D II	3.215,67	16/10/2019	horizontal	novembro
IVO MATTIOLI	1376	K II	L II	4.910,77	11/10/2019	horizontal	novembro
LUCIA HELENA SCODRO PEREIRA	780944	A I	B I	2.635,72	04/11/2019	horizontal	novembro
DAIANE PEREIRA	477206	B II	C II	3.122,01	04/11/2019	horizontal	novembro
IMILENE CASSANIGA	10000292 60	B II	C II	3.122,01	30/10/2019	horizontal	novembro

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DE
ORÇAMENTO
E GESTÃO**

LINESIO JOSE MAFRA JUNIOR	363235	B II	C II	1.561,01	16/10/2019	horizontal	outubro
LIDIANE FONSECA DA SILVA	719617	D I	E I	2.783,95	12/11/2019	horizontal	novembro
CLAUDIA MARA DIAS RODRIGUES	373664	C II	D II	1.607,84	12/12/2019	horizontal	novembro
LUCIANO FURTADO	444472	C II	D II	3.215,67	07/11/2019	horizontal	novembro
MARIA EDUARDA MULLER	519472	B II	C II	3.122,01	13/11/2019	horizontal	novembro
LUCIANA ROZA	330337	C II	D II	3.215,67	23/10/2019	horizontal	novembro
JOCELIR ALFLEN	474916	D I I	E I I	1.680,19	15/10/2019	horizontal	novembro
SILVIA LETICIA INOCENTI	372935	C II	D II	3.215,67	12/11/2019	horizontal	novembro

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de novembro de 2019
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária de Educação

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833 - ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 2362-2019

Publicação Nº 2230877

PORTARIA Nº 2362/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor CATARINO ANTONIO HERNANDEZ MORENO, matrícula nº 17906-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 16/11/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de novembro de 2019
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2363-2019

Publicação Nº 2230878

PORTARIA nº 2.363, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento de Gestão, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela ACESSE CONCURSOS LTDA, mediante o Edital nº 002/2019, de 27 de maio de 2019, homologado em 02 de setembro de 2019, para provimento dos cargos efetivos de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme abaixo nominados:

Professor de Educação Infantil
GEDALIA BRITO SAMPAIO DE JESUS
GENYFER SILVA LUCENA
ANI ALINE TABONI
PATRÍCIA FERNANDA SCHAFFER

Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de Novembro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão - Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 51-2019-LEGISLATIVO

Publicação Nº 2230880

Portaria Nº 51, de 18 de novembro de 2019.
Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao funcionário Luiz Gonzaga Pereira, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2018 a 2019, na seguinte forma:

- usufruídos 14 (quatorze) dias no período compreendido entre 24 de dezembro de 2018 a 06 de janeiro de 2019 - férias coletivas;
- para usufruir de 16 (dezesseis) dias no período compreendido entre 19/11/2019 a 04/12/2019.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal ao Servidor em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 18 de novembro de 2019.

Ver. José Zancanaro
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Jefferson Silveira
Diretor Geral

PORTARIA Nº 52-2019-LEGISLATIVO

Publicação Nº 2230882

Portaria Nº 52, de 18 de novembro de 2019.

Homologa resultado da Avaliação de Desempenho.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que estabelecem os artigos 18 e seguintes da Lei nº 3.250/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado da Avaliação de Desempenho para fins de progressão funcional dos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Nível atual	Nível de progressão
Ana Paula Silveira	B	C
André Luiz Cervi	B	C
Andrea Rodrigues	B	C
Cristiano de Oliveira Goulart	B	C
Guilherme Murinelli Francisco	B	C
Jaqueline K. Paim de Campos	B	C
Jefferson Silveira	L	M
Luiz Gonzaga Pereira	B	C
Silvana Machado	B	C
Talita Garcia	B	C

Art. 2º Os efeitos financeiros oriundos do presente ato entrarão em vigor a partir do mês de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque-SC, 18 de novembro de 2019.
Ver. José Zancanaro
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

ATA DA COMISSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2019

Publicação Nº 2230211

ATA DA COMISSÃO

Reuniram-se no dia 18/11/2019 às 14h15min., na sala de Licitações da Prefeitura da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, nº 195, centro, Caçador/SC, os membros da Comissão Especial de Licitação, constituída pelo Decreto nº 8.371/2019, do dia 17 de setembro de 2019, para análise do Despacho referente a Tomada de Preços 11/2019, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA MARIA FUMAÇA, NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Ante o despacho do Sr. Prefeito, ratificando a decisão da comissão, fica designada a data de 22/11/2019 às 14h0min. para a abertura dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS". O presidente da comissão designou que a ata seja publicada no Diário Oficial dos Municípios e que as empresas sejam notificadas via correio eletrônico. Nada mais havendo a tratar e achado conforme a ata foi devidamente assinada pelos membros da Comissão Especial de Licitação.

Walmir Rigo

Presidente

Ivolnéia Alves de Freitas

Membro

ATA DE JULGAMENTO DE FASE DE HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 01/2019 - PROCESSO 110/2019

Publicação Nº 2230944

Caçador, 18 de novembro de 2019.

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

Reuniram-se, no auditório da Prefeitura Municipal de Caçador/SC, às 14h30min a Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº. 8.263, de 11 de julho de 2019, para realização de processo licitatório na modalidade Concorrência Pública (CC), para tratar da CC 01/2019 destinada à SELEÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO, EM REGIME DE CONCESSÃO, DO SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, PARA CONTROLE DA ROTATIVIDADE DE VEÍCULOS, COM USO DE EQUIPAMENTOS EMISSORES DE TICKET, PONTOS DE VENDA COMERCIAL, APLICATIVO SMARTPHONE, E VENDA EM WEB SITE, MEDIANTE USO REMUNERADO DO ESPAÇO PÚBLICO. Aberta a sessão pública, constatou-se a presença das seguintes licitantes: BR Parking Estacionamento Ltda; BR-TIC Inovações Tecnológicas Ltda; G2 Empreendimentos e Logística Ltda; Hipper Off Ltda - EPP; Rek Parking Empreendimento e Participações Ltda.; Rizzo Parking And Mobility SA; Serbet Sistema de Estacionamento Veicular do Brasil Ltda. As empresas se fizeram representadas pelos prepostos, nos termos dos documentos anexos ao credenciamento, os quais subscrevem abaixo após o fechamento dessa ata. Inicialmente, foi efetuada a análise dos documentos de Credenciamento. A empresa BR Parking Estacionamento Ltda. apontou o descumprimento do item 3.2.2.2. por 5 (cinco) licitantes credenciadas, excetuando-se no presente caso a empresa Hipper Off Ltda - EPP, ao passo que a empresa G2 Empreendimentos e Logística Ltda demonstrou o cumprimento da exigência através da "Cláusula Oitava" constante de seu Contrato Social Consolidado. Da reclamação da licitante BR Parking Estacionamento Ltda. e análises da documentação apresentada à comissão, tem-se o seguinte: as empresas Rizzo Parking And Mobility SA (Artigo 16 do Estatuto), Serbet Sistema de Estacionamento Veicular do Brasil Ltda (Cláusula 13, § 1º, de seu Contrato Social Consolidado) e Rek Parking Empreendimento e Participações Ltda. (Artigo 4 de seu Contrato Social Consolidado), cumprem a determinação do item supra mencionado; ao contrário da empresa BR-TIC Inovações Tecnológicas Ltda. (Cláusula 06 de seu Contrato Social Consolidado), implicando o impedimento do representante legal de se manifestar em quaisquer umas das fases do procedimento licitatório, nos termos do item 3.4. Cabendo transcrever o item 4.1 do Contrato Social da empresa Rek Parking Empreendimento e Participações Ltda.: "O sócio EDER VASCONCELOS DE SOUZA, [...] exercerá isoladamente todos os poderes de administração, que lhe caberá única e exclusivamente e ilimitadamente, que representará a empresa em juízo ou for a dele", portanto, no prudente juízo dessa comissão e com alicerces no princípio do interesse público, sanado está qualquer vício levantado, uma vez que o Contrato Social não silencia a respeito, tampouco desautoriza a nomeação de procuradores. Encerrado o credenciamento, passou-se a conferência das condições estabelecidas no item 3.9. do Edital (consulta Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa - CNIA e Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS). No que se refere ao CNPJ dos licitantes no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, acordou-se que a conferência ocorreria no momento da abertura dos envelopes de habilitação, tendo em conta o documento constar no rol de exigências dessa fase. Por conseguinte, foram abertos os envelopes de Habilitação e seus conteúdos rubricados/analizados por todos os licitantes. Dada a palavra aos licitantes presentes para apontamentos a respeito dos documentos habilitatórios, abriram mão de manifestação em sessão os representantes das empresas: BR Parking Estacionamento Ltda; G2 Empreendimentos e Logística Ltda; Rizzo Parking And Mobility SA e BR-TIC Inovações Tecnológicas Ltda. A empresa Serbet Sistema de Estacionamento Veicular do Brasil Ltda., por seu turno, insurgiu-se contra: a) o fato de a empresa G2 Empreendimentos e Logística Ltda. estar registrada somente junto ao CREA-PR e seu Responsável Técnico (RT) no CREA - SC; b) apontou as ausências de índice de solvência geral da empresa Hipper Off Ltda - EPP e de prova de inscrição de cadastros de contribuinte municipal, conforme item 4.1.2, alínea "b" do edital; c) por fim, atestou que BR Parking Estacionamento Ltda está com certidão municipal positiva. Quanto às questões pertinentes à empresa Hipper Off Ltda - EPP, a mesma atesta que cumpriu com o disposto na parte final do item "c", acima mencionado, apresentando alvará. O preposto da Rek Parking Empreendimento e Participações Ltda., manifestou-se desfavorável ao atestado de capacidade técnica da empresa Hipper Off Ltda - EPP, por estar divergente do CAT apresentado, em sua defesa a empresa declarou o protocolo de dois atestados.

Dada a quantidade de licitantes e arquivos impressos para exame, determinou-se a suspensão da sessão para verificação pelos membros responsáveis pela Concorrência até às 20h30min. Necessário registrar que o envelope de Proposta da licitante Rizzo Parking And Mobility SA encontra-se parcialmente violado, porém, o sigilo de sua proposta foi mantido, não restando nenhum prejuízo ao licitante; a seu pedido foi lacrado novamente, e, diante da suspensão da sessão a comissão determinou a aposição da rubrica de todos os representantes presentes e dos membros nos envelopes. Retomada a sessão às 21h03min, presentes os prepostos das empresas G2 Empreendimentos e Logística Ltda e Hipper Off Ltda – EPP, a comissão passou às observações acerca da habilitação: a) BR PARKING ESTACIONAMENTO LTDA: apresenta restrição fiscal consubstanciada no item 4.1.2 alínea "e", contudo, como comprovou seu enquadramento nos termos da Lei Complementar 123/2006, concede-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização, contados após a publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC; b) BR-TIC INOVACOES TECNOLOGICAS LTDA: apresenta restrição fiscal consubstanciada no item 4.1.2 alínea "c", contudo, como comprovou seu enquadramento nos termos da Lei Complementar 123/2006, concede-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização, contados após a publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC; c) G2 EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA: habilitada; d) HIPPER OFF LTDA – EPP: apresenta restrição em sua qualificação econômico-financeira consubstanciada no item 4.1.4 alínea "b.1", tendo em conta a ausência do índice de solvência geral, apresentando em seu lugar o índice de endividamento que visa identificar a proporção de ativos que uma empresa possui, mas que estão financiados por recursos de terceiros, ao passo que aquele informa quando o ativo é maior do que o passivo, ou a sua capacidade de cumprir os compromissos com os recursos que constituem seu patrimônio/ativo. Nesse ponto a licitante resta inabilitada; e) REK PARKING EMPREENDIMENTO E PARTICIPACOES LTDA.: apresenta restrição em sua qualificação técnica no item 4.1.3 alínea "a.1" ou "a.2", no que concerne ao profissional de engenharia civil, não cumprindo nenhuma das exigências das alíneas; f) RIZZO PARKING AND MOBILITY SA: habilitada; g) SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA: habilitada. Oportuno registrar que caso haja o prosseguimento do certame nos seus termos editalícios, as licitantes poderão enviar novos prepostos, desde que cumpridos as exigências do capítulo terceiro do edital. Faz-se constar da presente ata também, que toda a documentação produzida/apresentada em sessão foi analisada e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação e os licitantes presentes em sessão pública, e acondicionada em única caixa de papel kraft, que foi lacrada e assinada por todos. Por fim, a comissão declara que disponibilizará toda a documentação da licitação no site www.cacador.sc.gov.br, no link "Licitações", através de busca específica pelo número da concorrência ou do processo licitatório. Fica aberto o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do presente documento no DOM-SC. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 21h25min, cuja ata foi lavrada e assinada pela Comissão Especial de Licitação e os prepostos das licitantes. Assinaturas.

Alessandro Goncalves
Presidente da Comissão

Lucas Filipini Chaves
Membro da Comissão

Juliana Nurilles Garbozza
Membro da Comissão

Guilherme Bau
Membro da Comissão

BR PARKING ESTACIONAMENTO LTDA.
Osmair Antunes Hofer

BR-TIC INOVACOES TECNOLOGICAS LTDA.
Osmair Antunes Hofer

G2 EMPREENDIMENTO E LOGISTICA LTDA.
Jakelynnne Meireles Kloche Miter

HIPER OFF LTDA
Edivelton Antonio Wischral

REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACAO LTDA.
Fabricio Garcia Calderaro

RIZZO PARKING AND MOBILITY SA.
Ronaldo Leite da Rosa

SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA.
Cynthia Martins Borges

DECRETO Nº 8.472

Publicação Nº 2230151

DECRETO Nº 8.472, de 13 de novembro de 2019.

Designa Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Andrea Carla Comel, Beatriz Aparecida Pereira, Helton Calisto e Bartira Elisa Tomazini para, sob a presidência do primeiro, compor Comissão Especial para verificar e julgar os planos de trabalho ou propostas encaminhadas pelas OSCs (Organizações da Sociedade Civil) e fazer a seleção dos chamamentos e inexigibilidades, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.477

Publicação Nº 2230818

DECRETO Nº 8.477, de 18 de novembro de 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 15, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2005 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.11.2.29 - Manutenção da Secretaria da Educação

4.4.90.00.03.87 – Aplicações DiretasR\$ 13.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro alcançado no exercício anterior nas Fontes de Recursos TCE - 0.1.87 – Alienações de Bens – Educação em R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
18 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DESPACHO GABINETE

Publicação Nº 2230771

Memorando nº 26.709/2019
Dispensa de Licitação nº 31/2019

DESPACHO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

Vistos e examinados estes autos (Memorando nº 26.709/2019 e Dispensa de Licitação nº 31/2019) e considerando os termos do Ofício nº 22.185/2019 e o conteúdo da Decisão Singular exarada no Processo LCC nº 19/00878701, ambos oriundos do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, determino a sustação de todos atos administrativos vinculados à execução do Contrato Administrativo nº 091/2019, até ulterior manifestação daquele Egrégio Tribunal.

Publique-se.

Cumpra-se, com urgência.

Caçador – SC, 14 de novembro de 2019.
Saulo Sperotto
Prefeito Municipal

ERRATA I - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2019

Publicação Nº 2230885

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ERRATA 01 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2019
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL METÁLICO, CONTEMPLANDO DIMENSIONAMENTO DE UMA PONTE PÊNSIL, ELABORANDO CÁLCULO DE PERFIS, CHUMBADORES, LIGAÇÕES, PROJETO GEOMÉTRICO BÁSICO COM DETALHES CONSTRUTIVOS E PLANTAS DE CARGAS NAS FUNDAÇÕES PARA UMA PASSARELA DE PEDESTRE COM EXTENSÃO DE 55 M A SER INSTALADA DENTRO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

Onde era:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 21/11/2019 HORÁRIO: Até 14:00 horas

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 21/11/2019 HORÁRIO: As 14:15 horas

Passa a ser:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 02/12/2019 HORÁRIO: Até 14:00 horas

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 02/12/2019 HORÁRIO: As 14:15 horas

Onde era:

b) Comprovação de possuir em seu quadro técnico, profissional Engenheiro Mecânico para a elaboração dos projetos, devidamente registrado no CREA, que será o responsável pela elaboração destes serviços.

Passa a ser:

b) Comprovação de possuir em seu quadro técnico, profissional Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Civil para a elaboração dos projetos, devidamente registrado no CREA, que será o responsável pela elaboração destes serviços.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 19 de setembro de 2019.
Saulo Sperotto
Prefeito Municipal

LEI Nº 3.571

Publicação Nº 2230264

LEI Nº 3.571, de 13 de novembro de 2019.

Altera, acresce e revoga dispositivos na Lei nº 1.642, de 03 de setembro de 2001, que cria o programa de bolsas de estudos para todos os servidores públicos municipais de Caçador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Os arts. 1º e 5º da Lei nº 1.642, de 03 de setembro de 2001, que cria o programa de bolsas de estudos para todos os servidores públicos municipais de Caçador e dá outras providências, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica criado o programa de bolsas de estudos para os servidores públicos municipais estatutários e celetistas, após três anos de efetivo exercício de serviço municipal no cargo, que estejam cursando ou venham a ingressar em cursos de graduação e pós-graduação e que se comprometem a continuar prestando seus serviços profissionais ao Município de Caçador, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos após a expedição do certificado de conclusão do curso.

§ 1º

§ 2º Revogado.

§ 3º

§ 4º Os cursos de pós-graduação a que alude o caput se referem a especialização, mestrado e doutorado.

§ 5º Em caso de demanda maior que os recursos financeiros destinados à concessão de bolsas a que se refere este artigo, o Prefeito, através de Decreto, limitará o número de bolsas bem como nomeará Comissão composta por servidores da Secretaria de Administração e Secretaria de Educação para análise e avaliação dos pedidos. (NR)”

Art. 5º Deixará de gozar dos benefícios desta Lei o Servidor bolsista que se desligar da Prefeitura Municipal de Caçador, ou desistir do curso, antes de completar o prazo estabelecido no art. 1º desta Lei, ficando-lhe ainda, a obrigação de reembolsar os valores recebidos, corrigidos monetariamente pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que vier substituí-lo. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.572

Publicação Nº 2230266

LEI Nº 3.572, de 13 de novembro de 2019.

Altera dispositivo na Lei nº 2.114, de 19 de agosto de 2004, que cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 2.114, de 19 de agosto de 2004, que cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Caçador, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, com caráter consultivo e de deliberação colegiada, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para formulação de diretrizes para políticas e ações na área de segurança alimentar e nutricional. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.573

Publicação Nº 2230267

LEI Nº 3.573, de 13 de novembro de 2019.

Altera dispositivos na Lei nº 3.425, de 19 de abril de 2018, que institui Programa de Estímulo ao Pagamento do IPTU, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Os arts. 3º e 4º da Lei nº 3.425, de 19 de abril de 2018, que institui Programa de Estímulo ao Pagamento do IPTU, e dá outras providências, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º”

§ 1º Os contribuintes que se enquadrarem nas disposições da presente lei constarão de listagem a ser divulgada pela Secretaria Municipal da Fazenda em até 10 (dez) dias da data da realização do sorteio de prêmios de que trata o art. 4º desta lei, da qual constará o Código do Imóvel e o nome do contribuinte, bem como a respectiva inscrição imobiliária.

§ 2º O sorteio de prêmios de que trata a presente lei será feito pelo código do imóvel constante da listagem prevista no parágrafo anterior e poderá ser feito de forma manual ou por meio eletrônico, em sessão pública, na forma a ser disposta em regulamento.

§ 3º Verificado que o contribuinte contemplado no sorteio não se enquadra nas disposições da presente lei, far-se-á, na ocasião, novo sorteio.

§ 4º Incurrerá em irregularidade administrativa, o agente público que não observar as disposições da presente lei, caso em que será responsabilizado por meio de regular processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

§ 5º Verificado, a qualquer tempo, que o contribuinte prestou informação inverídica ou não se enquadra nas disposições da presente lei, o prêmio reverterá ao patrimônio municipal. (NR)”

“Art. 4º”

§ 1º Os participantes do sorteio, concorrerão aos prêmios pelo código dos imóveis de sua propriedade que atendam aos requisitos estabelecidos nesta lei.

§ 2º Os sorteios utilizarão o número do código do imóvel, sendo realizado em local, data e horários a serem amplamente divulgados pela municipalidade.

§ 3º Na ocasião do sorteio dos prêmios, a comissão responsável verificará se o contemplado cumpre os requisitos do art. 3º, I a IV desta lei.

§ 4º Na hipótese do contemplado não atender aos requisitos desta lei, far-se-á, na ocasião, novo sorteio, desde que o novo contemplado não possua impedimentos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.574

Publicação Nº 2230268

LEI Nº 3.574, de 13 de novembro de 2019.

Autoriza a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro, Florianópolis - SC, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, dos bens móveis abaixo discriminados, conforme minuta de Termo de Cessão de Uso que fica fazendo parte integrante desta Lei:

I - um veículo marca/modelo Fiat Argo Drive 1.3, cor vermelha, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação/modelo 2019/2020, chassi 9BD358A4HLYJ88873, Renavam 1207432137, placa QJY7437;

II - um veículo marca/modelo Fiat Argo Drive 1.3, cor vermelha, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação/modelo 2019/2020, chassi 9BD358A4HLYJ87954, Renavam 1207422514, placa QJY4667.

Parágrafo único. Os veículos destinam-se à manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de Caçador.

Art. 2º A cessão de uso objeto será pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos necessários para o atendimento do convênio firmado e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº /2019

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Caçador e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, situado na Avenida Santa Catarina, nº 195, inscrito no CNPJ nº 83.074.302/0001-31, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Saulo Sperotto, portador da Carteira de Identidade nº 1.333.026 SSPSC, CPF nº 561.293.009-72, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Charles Alexandre Vieira, portador do CPF nº 822.869.149-15, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, os seguintes bens móveis adquiridos com recursos da conta PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, em cumprimento ao Convênio Nr 002/2017, firmado entre as partes:

I - marca Fiat, modelo Argo Drive 1.3, tipo Pas/Automóvel, combustível Álcool/Gasolina, ano de fabricação/modelo 2019/2020, cor vermelha, chassi nº 9BD358A4HLYJ87954, placa QJY4667, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 57.678,00 (Cinquenta e sete mil seiscentos e setenta e oito reais); e

II - marca Fiat, modelo Argo Drive 1.3, tipo Pas/Automóvel, combustível Álcool/Gasolina, ano de fabricação/modelo 2019/2020, cor vermelha, chassi nº 9BD358A4HLYJ88873, placa QJY7437, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 57.678,00 (Cinquenta e sete mil seiscentos e setenta e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O(s) bem(ns) destina(am)-se à manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de Caçador, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES**I - São obrigações do CESSIONÁRIO:**

- a) usar o(s) bem(ns) exclusivamente para o fim a que se destina(m);
- b) não transferir ou ceder o(s) bem(ns) a terceiros;
- c) zelar pela guarda do(s) bem(ns), comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) arcar com os custos de abastecimento, conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do(s) bem(ns), além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

II - São obrigações do CEDENTE:

- a) arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através da conta PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR;
- b) realizar os abastecimentos necessários até o devido emplacamento quando o bem a ser cedido tratar-se de chassi;
- c) realizar o emplacamento do veículo quando o bem a ser cedido tratar-se de chassi.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM e, nos casos de necessidade, da conta PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, conforme item II da cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o(s) bem(ns) integrará(ão) a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado em que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Municipal nº 3.574, de 13 de novembro de 2019.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo, se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo, junto com duas testemunhas.

Caçador – SC,

Saulo Sperotto Prefeito Municipal de Caçador	Coronel BM – Charles Alexandre Vieira Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

Maykow Christian Almeida – 2º Ten BM Função: Cmt do 3º/3ª/2ºBBM CPF nº 098.828.596-74	Francisco Wilmar Schmitt Filho – Sd BM Função: Analista CPF nº 047.059.429-22

Camboriú

PREFEITURA

RESUMO DE CONTRATO DE 11 A 15/11/2019

Publicação Nº 2230066

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO

FUCAM

Termo de Compromisso

Processo: Chamamento Público Nº 001/2017

Credenciado: ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CAMBORIU E BALNEARIO CAMBORIU -SC

Data: 12/11/2019

Prazo: 12 (doze) meses

Objeto: TORNAR APTO À REALIZAR E/OU RECEBER ATRAVÉS DE DOAÇÃO MATERIAIS PROVENIENTES DO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DO MUNICÍPIO DO CAMBORIÚ. A VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO É DE 30 DE NOVEMBRO DE 2019 ATÉ 29 DE NOVEMBRO DE 2020.

ADITIVO

FMS

Quarto Termo Aditivo

Contrato: 027/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 017/2017

Contratado: EMBRACORE INFORMATICA LTDA ME

Data: 12/11/2019

Fundamento: artigo 65, I, "b" da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TI E LOCAÇÃO DE SOFTWARE, PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE INTEGRADAS ENTRE AS UNIDADES E GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Objeto do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem prorrogar o prazo contratual em 12 (doze) meses, vigorando de 10 de janeiro de 2020 até 10 de janeiro de 2021, devido a continuidade do serviço de locação de software e serviço de TI, conforme solicitação da Secretaria de Saúde em anexo.

FUCAM

Quinto Termo Aditivo

Contrato: 001/2018

Processo: Tomada de Preços Nº 001/2018

Contratado: ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP

Data: 13/11/2019

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM TORNO DE UMA NASCENTE DE ÁGUA PERTENCENTE AO PARQUE MUNICIPAL ECOLÓGICO EDUCATIVO AMBIENTAL DA BICA, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO.

Objetivo do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual em 6 (seis) meses, vigorando do dia 20 de novembro de 2019 a 20 de maio de 2020, em virtude da obra não ter sido concluída, pois foi necessário aditivo e alteração de projeto, dentro disso, necessita-se fazer a sondagem do solo devido a incompatibilidade do projeto estrutural dos banheiros com a realidade do local, conforme justificativa apresentada pela Fundação do Meio Ambiente.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019 - CMC**

Publicação Nº 2230148

TOMADA DE PREÇOS 01/2019 – CMC

Publicação nº: Nº2230148

Estado de Santa Catarina

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2019 - CMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES ETAPA 1 – FUNDAÇÕES PROFUNDAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14h00min do dia 10 (dez) de dezembro de 2019, na sala de Comissões situado na rua: Siqueira Campos, nº 480, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-1306 ou no site: <https://www.camaracamboriu.sc.gov.br/>

Camboriú, 19 de dezembro de 2019

JOSÉ SIMAS

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

1ª ALTERAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2019

Publicação Nº 2230209



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE -SC CNPJ 83.102.749/0001-77
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 Rua Cel. Bueno Franco, nº 292. Centro, Campo Alegre/SC.
 Telefone: (47) 3632-2266

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO

Considerando a necessidade de alteração do edital em epígrafe em razão do acolhimento de impugnação, DECIDE:

ALTERAR a descrição do item 1 no Anexo I – Termo de Referência e no Anexo II - Modelo Planilha para a Apresentação da Proposta:

Onde se Lê:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	01	UNIDADE	<p>Mini Carregadeira, equipado com motor diesel, de quatro cilindros, turbo alimentado, com potência mínima de 47 HP. Sistema de controles operacionais de deslocamento e velocidades através de alavancas, caçamba frontal e braço de elevação por pedais. Transmissão hidrostática, freio de estacionamento nas quatro rodas com parada de emergência. Conjunto de braços fixados no chassi em dois pontos com trajetória de elevação radial. Capacidade operacional mínima de 580 kg. Altura de descarga mínima até articulação da concha de 2.750 mm. Peso operacional aproximada de 2.200 Kg. Sistema de engate rápido mecânico e hidráulico para instalação de acessórios. Cabine com estrutura certificada ROPS/FOPS fechada com ar condicionado e aquecimento, caçamba frontal padrão com aproximadamente 0,30 m³, pneus de flutuação 10x16.5 ou similar. Luzes de trabalho dianteiras e traseiras, alarme de ré, extintor de incêndio. Incluso:</p> <p>a) Vassoura mecânica com caçamba recolhadora, com capacidade de no mínimo 0,3 m³, com motor de tração interno com acionado hidráulico. Coletor de cerdas mistas de aço e polipropileno. Lâmina substituível aparafusada, largura total da vassoura aproximada de 1600 mm. Engate rápido mecânico e hidráulico.</p> <p>Capinadeira mecânica rotativa, diâmetro de disco mínimo de 600 mm, acionada por motor hidráulico, conjunto rotativo com mínimo de 25 cabos de aço e diâmetro aproximado de 25 mm, fixado por mancal individual com rolamentos. Sistema de proteção contra lançamentos de detritos e anti poeira.</p>	183.000,00	183.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)				183.000,00	

Leia-se:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
------	------------	---------	-----------	-------------------------------	----------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE -SC CNPJ 83.102.749/0001-77
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cel. Bueno Franco, nº 292. Centro, Campo Alegre/SC.
Telefone: (47) 3632-2266

01	01	UNIDADE	<p>Mini Carregadeira, equipado com motor diesel, de quatro cilindros, turbo alimentado, com potência mínima de 47 HP. Sistema de controles operacionais de deslocamento e velocidades através de alavancas, caçamba frontal e braço de elevação por pedais OU Sistema de controles operacionais de deslocamento e velocidades através de Joystick, caçamba frontal e braço de elevação por joystick. Transmissão hidrostática, freio de estacionamento nas quatro rodas com parada de emergência. Conjunto de braços fixados no chassi em dois pontos com trajetória de elevação radial OU um braço fixado no lado direito da máquina e entrada do operador do lado esquerdo. Capacidade operacional mínima de 580 kg. Altura de descarga mínima até articulação da concha de 2.750 mm. Peso operacional aproximada de 2.200 Kg. Sistema de engate rápido mecânico e hidráulico para instalação de acessórios. Cabine com estrutura certificada ROPS/FOPS fechada com ar condicionado e aquecimento, caçamba frontal padrão com aproximadamente 0,30 m³, pneus de flutuação 10x16.5 ou similar. Luzes de trabalho dianteiras e traseiras, alarme de ré, extintor de incêndio. Incluso:</p> <p>a) Vassoura mecânica com caçamba recolhedora, com capacidade de no mínimo 0,3 m³, com motor de tração interno com acionado hidráulico. Coletor de cerdas mistas de aço e polipropileno. Lâmina substituível aparafusada, largura total da vassoura aproximada de 1600 mm. Engate rápido mecânico e hidráulico.</p> <p>Capinadeira mecânica rotativa, diâmetro de disco mínimo de 600 mm, acionada por motor hidráulico, conjunto rotativo com mínimo de 25 cabos de aço. Sistema de proteção contra lançamentos de detritos e anti poeira.</p>	183.000,00	183.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)				183.000,00	

ALTERAM-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento da proposta, e data de início de disputa de preços, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

Recebimento das Propostas: das **0h** do dia **19/11/2019** até as **09h45min** do dia **02/12/2019**;
 Início da Sessão de Disputa de Preços: às **10h** do dia **02/12/2019** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM), no site www.campoalegre.sc.gov.br e no site www.portaldecompraspublicas.com.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE -SC CNPJ 83.102.749/0001-77
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cel. Bueno Franco, nº 292. Centro, Campo Alegre/SC.
Telefone: (47) 3632-2266

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre, 18 de novembro de 2019.

Lucilaine Mókfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

ATA PREGÃO Nº 7/2019 - IPRECAL

Publicação Nº 2230255

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre-SC - IPRECAL

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 7/2019, modalidade Pregão (presencial)

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Pregoeira Municipal, Daniela Saldanha e Josiane dos Santos, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 7/2019, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de profissional habilitado para EXECUÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS para o IPRECAL. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) do único proponente: Dr. Carlos Sergio Moura, CRM 4189. O único proponente não se fez representar na sessão. Passou-se ao recebimento da declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação do licitante. Após, procedeu-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço UNITÁRIO (para o único item). O licitante apresentou proposta inicial com o valor de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), não concedendo desconto. Após, abriu-se o envelope de documentos do licitante, estando de acordo com o exigido no Edital. Sendo assim, a Pregoeira declarou o licitante Dr. Carlos Sergio Moura vencedor do presente processo licitatório. Encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Maria Cristina M. Munhoz _____
Pregoeira

Josiane dos Santos _____
Membro Equipe Apoio

Daniela Saldanha _____
Membro Equipe Apoio

ATA REGISTRO DE PREÇO 118/2019

Publicação Nº 2230495

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2019 - Modalidade Pregão Presencial.

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias de novembro de 2019, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para locação de máquinas pesadas (retroescavadeira, escavadeira hidráulica e trator de esteira), para realização de serviços da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa FERMIANO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ: 86.740.669/0001-35, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 90/2019, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	500	Horas	Locação de trator esteira (= ou > ou 14 toneladas), com operador. <u>Equipamento com no máximo 10 anos de uso.</u>	169,00	84.500,00
VALOR TOTAL				R\$ 84.500,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ

Pregoeira

FERMIANO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA MEPaulo Pompilio do Nascimento
Representante legal**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2019**

Página 1 de 1

ATA REGISTRO DE PREÇO 119/2019

Publicação Nº 2230497

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2019 - Modalidade Pregão Presencial.

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias de novembro de 2019, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para locação de máquinas pesadas (retroescavadeira, escavadeira hidráulica e trator de esteira), para realização de serviços da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa TERRAPLANAGEM PINO EIRELI, CNPJ: 09.530.667/0001-70, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 90/2019, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	500	Horas	Locação de retroescavadeira traçada (= ou > que 416E ou equivalente, com operador. <u>Equipamento com no máximo 10 anos de uso.</u>	105,00	52.500,00
02	500	Horas	Locação de escavadeira hidráulica (= ou > que 15 toneladas), com operador. <u>Equipamento com no máximo 10 anos de uso.</u>	148,00	74.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 126.500,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ

Pregoeira

TERRAPLANAGEM PINO EIRELI

Cassio Eduardo Liebl

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2019

Página 1 de 1

DECISÃO IMPUGNAÇÃO PREGÃO 99/2019

Publicação Nº 2230208

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

PROCESSO Nº: 99/2019 – modalidade Pregão Eletrônico

ASSUNTO: Pedido de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 99/2019

DESPACHO

Versa a Impugnação em análise, apresentada pela empresa ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 05.063.653/0001-33, acerca das especificações mínimas. Após exame da impugnação, temos o seguinte entendimento:

O documento de impugnação foi cadastrado por meio de formulário eletrônico no site “Portal de Compras Públicas” no dia 13/11/2019 às 16:42h.

Nesta, o impugnante cita e requer:

b) Que seja recebida e provida a presente IMPUGNAÇÃO, alterando as exigências previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 99/2019, aqui atacada e especificada, para que ao final o produto objeto da licitação não possua especificações que impeça o impugnante e seus concorrentes de oferecerem seus equipamentos, devendo ser revisto todas as exigências mínimas aliures descritas, frente a disposição atacada, permitindo a participação do equipamento da empresa impugnante, porque patente o atendimento às exigências quanto às especificações técnicas, assistência técnica e reposição de peças e interesse coletivo da ampla participação no certame, que traz grande economia e vantagem para o Ente Público.

c) Frente a interposição tempestiva da presente impugnação, requer-se que a administração se manifeste no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento da presente, em conformidade com o artigo 41 e § 1º da lei 8.666 de 1993, do Edital de Pregão Eletrônico nº 99/2019.

d) Requer, finalmente, que o Edital desta licitação seja novamente publicado, em obediência ao disposto no § 4º do artigo 21 da Lei n. 8.666/93.

Das alegações da impugnante:

(...)

Conforme observado, exigiu-se o presente Edital, que além dos requisitos mínimos para o bom funcionamento do equipamento licitado, exigiu-se que para a o lote/item Minicarre2adeira que esta possuísse, conforme previsão no Anexo "1" do Edital nº 99/2019, itens:

- Sistema de controles operacionais de deslocamento e velocidades através de alavancas; Caçamba frontal e braço de elevação por pedais; Conjunto De Braços Fixados No Chassi e; Conjunto rotativo com mínimo de 25 cabos de aço e diâmetro aproximado de 25 mm, fixado por mancais individual com rolamentos, itens que impediriam a participação da ora impugnante deste certame.

Abaixo demonstramos através do quadro comparativo que comprovam as exigências mínimas que desclassifica injustamente esta impugnante e outras empresas que poderiam estar oferecendo seus equipamentos:

MINI CARREGADEIRA – ROBOT SSL 155 JCB

Exigências Mínimas		Equipamento Proposto
Sistema de controles operacionais de deslocamento e velocidades através de alavancas: Caçamba frontal e braço de elevação por pedais		Sistema de controles operacionais de deslocamento e velocidade através de Joystick; Caçamba frontal e braço de elevação por Joystick

Veja-se que das exigências previstas no referido Edital, o equipamento que poderá ser oferecido pela empresa impugnante, tente a ser melhor do que o equipamento licitado.

Temos que a exigência é para um equipamento que possuísse sistema de controles operacionais de deslocamento e velocidades através de alavancas e a caçamba frontal e braço de elevação por pedais, entretanto, o equipamento que poderá ser oferecido pela impugnante possui tecnologia de controle por intermédio de Joystick tanto para o sistema de controle operacional de deslocamento e velocidade, quanto para a caçamba frontal e braço de elevação.

Ora o controle com por intermédio de Joystick possui uma tecnologia e precisão para o serviço desenvolvido pelo equipamento, tendo um maior e melhor aproveitamento tendo em vista a tecnologia embarcada no sistema de controle por Joystick.

Ou seja, para o fim desejado, o equipamento da impugnante tende a ser melhor, sendo preferido por este Município um equipamento que não possui tanta precisão e melhor aproveitamento ante a ausência de tecnologia no controle da máquina.

Assim, seja pela insignificância da diferença, seja pela superioridade do equipamento da impugnante, requer-se que seja adequada as características mínimas, a fim de que ao final possa o equipamento da Impugnante participar do certame, passando a constar como requisito mínimo no Anexo "I" página 11/12 do Edital nº 99/2019, para o lote/item indicado:: Sistema de controles operacionais de deslocamento e velocidades através de Joystick ou alavancas e Caçamba frontal e braço de elevação por Joystick ou pedal, ou que seja retirada tal exigência, a fim de que ao final possa o equipamento da impugnante e de outras empresas participarem do certame.

Exigências Mínimas	Equipamento Proposto		
Conjunto de braços fixados no chassi	Um braço fixado no lado direito da máquina e entrada de operador lado esquerdo		

No caso do conjunto de braços fixados no chassi com elevação radial, temos que o equipamento que poderá ser fornecido por esta impugnante possui somente o braço fixado em um lado, sendo fixado no lado direito da máquina, devendo o operador entrar dentro da máquina pelo lado esquerdo.

Ora dita diferença não atrapalha e não muda em nada o desenvolvimento do trabalho pelo equipamento, inclusive o equipamento oferecido pela ora impugnante tende até ser melhor, pois tem sua capacidade de carga maior do que a exigida no presente Edital.

Ou seja, a exigência constante no presente Edital é de uma máquina com conjunto de braços fixados em dois pontos no chassi, com capacidade operacional de 580 kg, já o equipamento que poderá ser oferecido pela impugnante, caso seja alterada essa especificação, possui somente um braço fixado no chassi da máquina, entretanto, possui uma capacidade de carga operacional de 703 kg, ou seja, com somente um braço fixado no chassi possui uma capacidade de carga maior do que a exigida.

Além do mais, temos que com o projeto exclusivo Powerboom e a porta de entrada lateral, as mini carregadeiras JCB são mais resistentes e mais seguras do que as máquinas convencionais de braço duplo, proporcionando toda a força e o desempenho para o trabalho que este r. Município deseja.

O Powerboom JCB utiliza pinos pivotados trapezoidais e possui 20% a mais de aço do que projetos de mini carregadeiras convencionais de braço duplo. O resultado é mais rigidez e menos desgaste, maior vida útil e melhor retenção do material na caçamba ainda este sistema de Powerboom JCB, oferece uma passagem se a para que iras hidráulicas, tendo em vista o máximo em proteção contra impactos e outro danos.

Veja-se abaixo a ilustração de um máquina possuidora do sistema powerboom e de uma máquina convencional com dois braços para levantamento da caçamba:

VISIBILIDADE DO OPERADOR

JCB 270º de visibilidade	Carregadeira compacta 165º de visibilidade
-----------------------------	---

Dita a diferença, temos que o equipamento proposto, seria mais eficiente no desenvolvimento de sua atividade.

Assim, seja pela insignificância da diferença, seja pela superioridade do equipamento da impugnante, requer-se que seja adequada as características mínimas, a fim de que ao final possa o equipamento da Impugnante participar do certame, passando a constar como requisito mínimo no Anexo "I" página 11/12 do Edital nº 99/2019, para o lote/item indicado: Um braço fixado no lado direito da máquina e entrada do operador do lado esquerdo, ou conjunto de braços, a fim de que ao final possa o equipamento da Impugnante e de outras empresas participarem deste certame.

Exigências Mínimas	Equipamento Proposto
Capinadeira: Conjunto rotativo com mínimo de 25 cabos de aço e diâmetro aproximado de 25mm, fixado por mancal individual com rolamentos	Capinadeira: Conjunto rotativo com mínimo de 25 cabos de aço e diâmetro aproximado de 19mm, prensado e fixado por parafuso

Veja-se que das exigências mínimas impostas no edital de Pregão Eletrônico, a empresa oferece um acessório para a mini carregadeira, qual aproxima e muito da exigência mínima determinada em edital.

Ora dita diferença não atrapalha e não muda em nada o desenvolvimento do trabalho pelo equipamento em conjunto com este acessório, inclusive o equipamento oferecido pela ora impugnante tende até ser melhor, os cabos de aço são prensados e fixados por parafuso, o que em uma possível manutenção os custos certamente seriam menores do que cabos de aço fixados por mancal individual com rolamentos.

Dita a diferença, temos que o equipamento proposto, seria mais eficiente no desenvolvimento de sua atividade tendo em vista baixo custo de manutenção.

Assim, seja pela insignificância da diferença, seja pela superioridade do equipamento da impugnante, requer-se que seja adequada as características mínimas, a fim de que ao final possa o equipamento da Impugnante participar do certame, passando a constar como requisito mínimo no Anexo "I" página 11/12 do Edital nº 99/2019, para o lote/item indicado: Conjunto rotativo com mínimo de 25 cabos de aço e diâmetro aproximado de 19 mm, prensado e fixado por parafuso, ou que seja retirada tal exigência, a fim de que ao final possa o equipamento da Impugnante e de outras empresas participarem deste certame.

Conforme esclarece o i. Doutrinador Marçal Justen Filho, a qualificação técnica "em termos sumários, consiste no domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado".

(...)

E com o advento da Lei n.º 8.666/93, o legislador buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica c instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação. Assim, seja pela insignificância da diferença apontada, seja pela absoluta igualdade de operação dos equipamentos, requer-se que seja adequada a característica mínima atacada, a fim de que ao final possa o equipamento da Impugnante participar deste certame.

(...)

Ora, o bem ofertado pela empresa impugnante preenche todos os requisitos indicados no Edital, exceto a exigência que é extremamente específica, (rue s • evela ilegal e discriminatória.

Inclusive, o preço apresentado pela ora impugnante é extremamente vantajosa ao Município, não havendo razões para não participar do certame, notadamente por não apresentar especificações que podem ser apresentadas por determinado fabricante.

(...)

Em razão do exposto, DECIDE o Pregoeiro, por conhecer a impugnação apresentada, e JULGA PROCEDENTE. A descrição dos itens será alterada e a abertura do processo será remarcada e publicada.

Publique-se para conhecimento de todos e Intime-se a Impugnante da presente decisão.

É a decisão.

Campo Alegre- SC, 18 de novembro de 2019.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

DECRETO Nº 12.373 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2229755

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.373 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019
INSTITUI O CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no §1º do artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art. 1º Instituir o CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL, em observância ao §1º do artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

Art. 2º Para compor o Conselho de que trata o caput do artigo 1º deste Decreto, ficam nomeados os seguintes Servidores Públicos Municipais: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO – FISCAL DE TRIBUTOS; PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JÚNIOR – AGENTE ADMINISTRATIVO II; ANA LUIZA TELMA – AGENTE ADMINISTRATIVO II; TACIANA AMORIM CUNHA – DIRETORA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL; FERNANDO GROSSKOPF – ASSESSOR CONTÁBIL; LUCIELLE KAROLYNE CUBAS – AGENTE ADMINISTRATIVO II; ZENILDO PYKOSZ – AGENTE OPERACIONAL III; FERNANDO LUIS RANK – PROFESSOR II; DANIELLE Almeida da Guia – PSICÓLOGA, ANTONIO MARCOS FRANCO – AGENTE OPERACIONAL IV, para sob a Presidência da primeira, comporem o Conselho de Política da Administração e Remuneração de Pessoal dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único. Os Servidores Públicos Municipais designados no caput deste artigo deverão, em caráter consultivo, colher subsídios e formular sugestões que orientem a política de remuneração, relativa à Revisão Salarial anual para o exercício de 2020, dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 3º O Conselho ora instituído desenvolverá atividades descritas no parágrafo único do artigo 2º deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 18 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.373 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2229984

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ALCIOLI RODRIGUES

Aos onze dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse à Sr^a. ALCIOLI RODRIGUES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.910 de 11 de Março de 2015, ao Cargo Efetivo, Público de Professor I – Função Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1 Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ALCIOLI RODRIGUES

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 146 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230811

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 146
DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Em data de 14 de novembro de 2019, este Município de Campo Alegre/SC cadastrou equivocadamente no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC o ato denominado “Lei Complementar Municipal nº 146 de 13 de novembro de 2019”. Tendo em vista o erro material, declara-se nulo o referido, este publicado na Edição nº 2979, página 265, publicação sob nº 2227074 de 14 de novembro de 2019, denominado “Lei Complementar Municipal nº 146 de 13 de novembro de 2019”, tornando o mesmo sem eficácia.

Campo Alegre/SC., 18 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17.240 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230809

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.240 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Considerando o CREM Comunicado de resultado de Exame Médico Pericial nº 001, expedido em data de 14 de novembro de 2019, devidamente assinado pelo Dr. Carlos Sérgio Moura, CRM-SC 4189, Matrícula INSS 2058693, o qual na conclusão Médico Pericial o diagnóstico apontado que o Servidor Público Municipal CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO, existe incapacidade para o trabalho, necessitando afastamento das atividades laborais, até a data de 20 de janeiro de 2020;

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO, matrícula funcional nº 000573, registro no sistema sob nº 954745, ocupante do Cargo Público de Odontólogo, exercendo a Função de Odontólogo II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por motivo de doença, pelo período de 29 de outubro de 2019 a 20 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 29 de outubro de 2019 a 12 de novembro de 2019; o período de 13 de novembro de 2019 a 20 de janeiro de 2020 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 29 de outubro de 2019.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 18 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2019

Publicação Nº 2230486

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2019
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – EXCLUSIVO PARA ME OU EPP

A licitação tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de materiais escolares didáticos e pedagógicos, para as unidades da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC**, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado abaixo:

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	3	Unidade	Almofada para carimbo tinta azul	5,91	17,73
2	3	Unidade	Almofada para carimbo tinta preta	5,91	17,73
3	20	Unidade	Apagador para quadro branco	7,59	151,80
4	30	Unidade	Aplicador de cola quente fino	18,38	551,40
5	350	Unidade	Apontador coletor colorido, com lamina resistente, tampa plástica - 60mmx23mmx16mm	2,30	805,00
6	500	Unidade	Apontador colorido sem coletor, lamina resistente, um furo -	1,05	525,00
7	100	Unidade	Barbante 4/8 fios – 100% algodão c/ 80m	5,46	546,00
8	1.000	Unidade	Borracha branca oval. dimensões mínimas: 55mmx28mm, espessura 10 mm, peso 19g.	1,56	1.560,00
9	500	Unidade	Caderno caligrafia, 40 folhas branca, capa flexível, estampa infantil, ou capa lisa, diversas cores	1,75	875,00
10	1.000	Unidade	Caderno com 48 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa infantil, ou capa lisa, diversas cores	2,12	2.120,00
11	1.000	Unidade	Caderno com 60 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa infantil, ou capa lisa, diversas cores	2,74	2.740,00
12	150	Unidade	Caderno desenho tamanho aproximado 145 x 203 mm, com no mínimo 40 folhas brancas, estampa infantil, ou lisa, diversas cores	1,72	258,00
13	1.000	Unidade	Caderno desenho, tamanho aproximado 200 x 275 mm, com 48 folhas brancas, c/ espiral, estampa infantil, (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa (sem ilustrações), diversas cores.	4,44	4.440,00
14	800	Unidade	Caderno universitário formato 200 mm x 275 mm, com 200 folhas brancas pautadas com capa dura estampa de paisagens	11,71	9.368,00
15	300	Unidade	Caixa para arquivo morto em plástico polionda 410x310x190mm	5,24	1.572,00
16	150	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1,0mm azul, da indústria nacional corpo redondo-tampa com furo e corpo com furo lateral – cx com 50 unidades	50,00	7.500,00
17	20	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1,0mm preta, da indústria nacional corpo redondo-tampa com furo e corpo com furo lateral – cx com 50 unidades	50,00	1.000,00
18	20	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1,0mm vermelha, da indústria nacional corpo redondo-tampa com furo e corpo com furo lateral – cx com 50 unidades	50,00	1.000,00

19	100	Estojo	Caneta hidrográfica (canetinha), estojo com 06 cores de 1ª qualidade, ponta grossa	8,79	879,00
20	30	Unidade	Caneta marca texto – cor amarelo	1,70	51,00
21	150	Unidade	Capa para encadernação (frente e verso)	1,00	150,00
22	2	Caixa	<u>Carbono preto cx com 100fls</u>	50,75	101,50
23	4.000	Unidade	Cartolina branca	0,65	2.600,00
24	2.000	Unidade	Cartolina diversas cores	0,65	1.300,00
25	10	Unidade	Cartucho tinta nº 21- compatível novo	74,71	747,10
26	10	Unidade	Cartucho tinta nº 22- compatível novo	92,77	927,70
27	50	Caixa	Clips metálico tamanho 1/0 caixa com aproximadamente 500 unidades – peso liquido 500 gramas	8,54	427,00
28	70	Caixa	Clips metálico tamanho 2/0 caixa com aproximadamente 500 unidades – Peso liquido 500 gramas	8,54	597,80
29	50	Caixa	Clips metálico tamanho 3/0 caixa com 500 unidades – peso liquido 500 gramas	8,54	427,00
30	50	Caixa	Clips metálico tamanho 4/0 caixa com aproximadamente 500 unidades – peso liquido 500 gramas	8,54	427,00
31	10	Caixa	Clips metalico tamanho 6/0 caixa com aproximadamente 180 unidades – peso liquido 500 gramas	8,54	85,40
32	10	Caixa	Clips metalicos tamanho 8/0 caixa com aproximadamente 180 unidades – peso liquido 500gramas	8,54	85,40
33	54	Unidade	Cola branca atóxica lavável, contendo 1 litro. composição: base em pva, com selo do inmetro.	10,74	579,96
34	10	Unidade	Corretivo roller 4,2mm x 12mm	11,45	114,50
35	450	Unidade	Envelope branco 20x28	0,27	121,50
36	500	Unidade	Envelope branco 23x11,5	0,13	65,00
37	450	Unidade	Envelope branco 24x34	0,34	153,00
38	450	Unidade	Envelope kraft 20x28	0,23	103,50
39	450	Unidade	<u>Envelope ouro 20x28</u>	0,27	121,50
40	450	Unidade	Envelope ouro 31x41	0,58	261,00
41	150	Unidade	Espiral para encadernação 14mm- 70 fls	0,24	36,00
42	150	Unidade	Espiral para encadernação 17mm-100 fls	0,30	45,00
43	50	Unidade	Espiral para encadernação 33mm – 250 fls.	0,99	49,50
44	50	Unidade	Espiral para encadernação 50mm – 500 fls	2,35	117,50
45	150	Unidade	Espiral para encadernação 7mm- 25 fls	0,12	18,00
46	150	Unidade	Espiral para encadernação 9mm- 50 fls.	0,19	28,50
47	20	Caixa	Etiquetas autoadesivas 101,6 x 33,9 brancas, caixa com 100 folhas	49,85	997,00
48	20	Caixa	Etiquetas autoadesivas 215,9 x 279,4 brancas caixa com 100 folhas	49,85	997,00
49	15	Caixa	Extrator de grampos espátula	1,52	22,80
50	1.500	Rolo	Fita adesiva marrom de papel de 25mmx 50mm, 1ª linha	3,99	5.985
51	1.000	Rolo	Fita adesiva transparente 12mmx50mm	1,28	1.280,00
52	1.000	Rolo	Fita adesiva transparente 45mm x 50mm	3,45	3.450,00

53	10	Rolo	Fitolho plástico p/ embalagem – peq. varias cores	2,41	24,10
54	300	Unidade	Folhas em eva 600 x 400mm cores - amarela	1,71	513,00
55	300	Unidade	Folhas em eva 600 x 400mm cores - azul	1,71	513,00
56	300	Unidade	Folhas em eva 600 x 400mm cores - bege	1,71	513,00
57	300	Unidade	Folhas em eva 600 x 400mm cores - branca	1,71	513,00
58	300	Unidade	Folhas em eva 600 x 400mm cores - marrom	1,71	513,00
59	300	Unidade	Folhas em eva 600 x 400mm cores - preta	1,71	513,00
60	300	Unidade	Folhas em eva 600 x 400mm cores - verde	1,71	513,00
61	300	Unidade	Folhas em eva 600 x 400mm cores - vermelha	1,71	513,00
62	300	Caixa	Giz para quadro negro – colorido não tóxico, antialérgico cx c/ 64 palitos	3,46	1.038,00
63	500	Caixa	Giz para quadro negro-branco não tóxico, antialérgico, cx com 64 palitos	2,77	1.385,00
64	350	Unidade	Glitter - partícula grossa de pvc com brilho intenso. indicado para uso artesanal, escolar e escritório. pode ser fixado com cola branca, goma arábica, fixador de glitter e outros. não resiste a lavagens. cores azul, vermelho, verde, prata, ouro, rosa	1,13	395,50
65	100	Unidade	Grampeador 16cm de metal para grampos de 26/6	20,08	2.008,00
66	30	Pacote	Grampo plástico branco, pacote com 50 unidades	10,38	311,40
67	350	Caixa	Grampos para grampeador 26/6 – tipo cobreados com 5000 unidades	4,94	1.729,00
68	5	Caixa	Lâmina apropriada para plastificação a quente de documentos. medidas: 220x307 mm, 175 micras=0,07. caixa com 100 lâminas	135,50	677,50
69	70	Caixa	Lâmina apropriada para plastificação de documentos-carteirinha de estudante medidas 80 x 110 x 0,07 modelo rg - caixa com 100 lâminas	20,88	1.461,60
70	1.500	Unidade	Lápis de cor longo, com 12 cores	7,31	10.965,00
71	100	Caixa	Lápis preto nº2 ultra resistente, escrita cor grafite dimensões mínimas 173mm x 6mm caixa com 144 unidades	53,73	5.373,00
72	20	Unidade	Limpador para quadro branco spray- 60ml	13,46	269,20
73	50	Unidade	Livro para ata – 100 pag. numeradas	9,78	489,00
74	50	Unidade	Livro registro de ponto universitário 100 fls.	19,62	981,00
75	600	Unidade	Marcador para quadro branco –composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta a base de álcool e pigmentos - cor: azul	3,37	2.022,00
76	300	Unidade	Marcador para quadro branco –composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta a base de álcool e pigmentos - cor: vermelho	3,37	1.011,00
77	600	Unidade	Marcador para quadro branco –composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta a base de álcool e pigmentos - cor: preto	3,37	2.022,00
78	20	Unidade	Mouse óptico 3 botões-1200 cpi usb mo 193	23,25	465,00
79	120	Pacote	Palito de churrasco com 100 unidades	4,41	529,20
80	150	Pacote	Palito de sorvete ponta redonda c/ 100 unidades	4,38	657,00
81	5	Pacote	Papel a4 - amarelo - 210mmx 297mm – 75gr-pacote com 500 folhas	27,81	139,05

82	5	Pacote	Papel a4 - azul claro - 210mmx 297mm – 75gr- pacote com 500 folhas	27,81	139,05
83	5	Pacote	Papel a4 - marfim - 210mmx 297mm – 75gr- pacote com 500 folhas	27,81	139,05
84	5	Pacote	Papel a4 – reciclado – 210mmx297mm – 75gr – pacote com 500 folhas	27,81	139,05
85	5	Pacote	Papel a4 - rosa - 210mmx 297mm – 75gr- pacote com 500 folhas	27,81	139,05
86	5	Pacote	Papel a4 - verde claro - 210mmx 297mm – 75gr- pacote com 500 folhas	27,81	139,05
87	1.500	Resma	Papel a4 branco 210 x297mm, 75gr/m, 500 folhas em cada resma	20,18	30.270,00
88	150	Rolo	Papel adesivo contato-largura 45cm-transparente, rolo com 25 metros	56,38	8.457,00
89	600	Unidade	Papel cartão cores - branca	1,11	666,00
90	600	Unidade	Papel cartão cores - laranja	1,08	648,00
91	600	Unidade	Papel cartão cores – rosa	1,08	648,00
92	600	Unidade	Papel cartão cores - roxo	1,08	648,00
93	600	Unidade	Papel cartão cores –amarela	1,03	618,00
94	600	Unidade	Papel cartão cores –azul	1,11	666,00
95	600	Unidade	Papel cartão cores –marrom	1,11	666,00
96	600	Unidade	Papel cartão cores –preta	1,11	666,00
97	600	Unidade	Papel cartão cores –verde	1,11	666,00
98	600	Unidade	Papel cartão cores –vermelha	1,11	666,00
99	350	Unidade	Papel crepom cores - azul	1,07	374,50
100	350	Unidade	Papel crepom cores - branca	1,07	374,50
101	250	Unidade	Papel crepom cores - rosa	1,07	267,50
102	350	Unidade	Papel crepom cores - verde	1,07	374,50
103	250	Unidade	Papel crepom cores - vermelho	1,07	267,50
104	350	Unidade	Papel crepom, cores - amarela	1,07	374,50
105	600	Unidade	Papel dupla face – cores – azul claro	0,92	552,00
106	600	Unidade	Papel dupla face – cores - rosa	0,92	552,00
107	600	Unidade	Papel dupla face – cores – verde claro	0,92	552,00
108	600	Unidade	Papel dupla face – cores –amarela	0,92	552,00
109	600	Unidade	Papel dupla face – cores –azul escuro	0,92	552,00
110	600	Unidade	Papel dupla face – cores –marrom	0,92	552,00
111	600	Unidade	Papel dupla face – cores –preta	0,92	552,00
112	600	Unidade	Papel dupla face – cores –verde escuro	0,92	552,00
113	600	Unidade	Papel dupla face – cores –vermelha	0,92	552,00
114	150	Bobina	Papel kraft pardo – 60cm x 100m	64,75	9.712,50
115	100	Unidade	Papel lustroso – diversas cores – maior quantidade nas cores primárias	0,58	58,00
116	50	Pacote	Papel texturizado – textura linho a4 210mm x 297mm, 180g/m², pacote com 50 folhas – cor branco. para impressão de certificados.	22,90	1.145,00
117	50	Pacote	Papel vergê a4 210mm x 297mm, 90g/m², pacote com 50 folhas – cor branco. Gramatura de cada folha 90 gramas. para impressão de certificados	17,85	892,50
118	30	Unidade	Pasta az – lombo largo	12,00	360,00

119	200	Unidade	Pasta com elástico em cartão duplex, tamanho ofício, com aba para fixar documentos no interior da pasta. capa lisa. diversas cores	2,30	460,00
120	25	Unidade	Pasta polionda, ofício, em polipropileno, aba, elastico, com proteção antiumidade, lombo 55mm	4,78	119,50
121	20	Unidade	Pasta polionda, ofício, em polipropileno, aba, elastico, com proteção antiumidade, lombo 30mm	3,46	69,20
122	300	Unidade	Pasta suspensa para arquivo padrão, com haste plástica, visor e etiqueta para identificação dos documentos.	1,48	444,00
123	50	Unidade	Pen drive 16 gb	37,33	1.866,50
124	5	Unidade	Perfurador de papel – metal – 35 folhas	38,63	193,15
125	25	Unidade	Perfurador de papel- metal- 2 furos – 10 folhas preto	12,34	308,50
126	650	Unidade	Pincel marcador permanente –cor azul – ponta grossa	3,25	2.112,50
127	650	Unidade	Pincel marcador permanente –cor preta – ponta grossa	3,25	2.112,50
128	650	Unidade	Pincel marcador permanente –cor verde – ponta grossa	3,25	2.112,50
129	650	Unidade	Pincel marcador permanente –cor vermelha – ponta grossa	3,25	2.112,50
130	10	Unidade	Porta clips c/ tampa e imã	8,33	83,30
131	800	Unidade	Refil de cola quente fino	0,51	408,00
132	300	Unidade	Refil de cola quente grosso	0,93	279,00
133	700	Unidade	Regua confeccionada em pet, ultrarresistente (que possibilite flexionar até encostar as pontas sem quebrar). Dimensões mínimas: 30mmx310mm com espessura 2mm, peso 24gramas. Acabamento corte declive (base espessura diminuída 1mm) com gradação impressa de 0 a 30 cm	3,11	2.177,00
134	5	Pacote	Saco plástico a4 com 4 furos, 0,12mm pacote com 50 unidades	13,29	66,45
135	10	Unidade	Tesoura de picotar tamanho com total aproximado 23cm- lâmina em aço inox com formato de corte zig/zag marca do fabricante impressa no produto	67,64	676,40
136	700	Unidade	Tesoura escolar com pontas arredondadas, lâmina de metal, cabo plástico em formato anatomico. tamanho aproximado 13,5 cm	2,73	1.911,00
137	150	Unidade	Tesoura grande tamanho com total aproximado 21cm- lâmina em aço inox com formato de corte liso marca do fabricante impresso no produto	11,34	1.701,00
138	800	Pote	Tinta guache escolar, composição: pigmentos atóxicos, água, espessante, carga inerte, conservantes, tipo, benzotiazol – pote com 250ml- cores preto, branco, azul, amarelo, verde e vermelho	4,06	3.248,00
139	80	Unidade	Tinta impressora Epson I555, I365 código t 6642 – azul – 70 ml refil – original	68,48	5.478,40
140	100	Unidade	Tinta impressora Epson I555, I365 código t 6641 – 70 ml – preto - original	68,48	6.848,00
141	80	Unidade	Tinta impressora Epson I555, I365 código t 6643 – 70 ml – magenta - original	68,48	5.478,40

142	80	Unidade	Tinta impressora epon l555, l365 código t 6644– 70 ml – amarelo- refil - original	68,48	5.478,40
143	3	Unidade	Tinta para carimbo – 40ml – preto	6,45	19,35
144	3	Unidade	Tinta para carimbo – 40ml azul	6,45	19,35
145	20	Unidade	Toner para impressora Hp laser jet m 1120 mfp compatível novo	63,38	1.267,60
146	50	Unidade	Toner Samsung ml 2851- compatível novo	112,37	5.618,50
147	2.000	Unidade	Tubo de cola branca atóxica lavável, contendo 90 gramas. composição: base em pva, com selo do inmetro, tubo flexível com abertura da tampa giratória.	1,97	3.940,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 218.214,62	

Recebimento das Propostas: das **0h** do dia **19/11/2019** até as **08h45min** do dia **03/12/2019**;
 Início da Sessão de Disputa de Preços: às **09h** do dia **03/12/2019** no endereço eletrônico
www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
------------------------	---------------------

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Outras informações referentes ao edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 18 de novembro de 2019.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
 Secretária Municipal de Administração

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229741

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ELIZETE TERESINHA FOLETTI FLORENCIO

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora ELIZETE TERESINHA FOLETTI FLORENCIO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.867 de 04 de julho de 2016, no Cargo e na Função Gratificada de Chefe do Serviço de Desenvolvimento Social, Código 08, Função Gratificada FG-1, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidões Negativas expedidas pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ELIZETE TERESINHA FOLETTI FLORENCIO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230044

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RAFAEL NEGHERBON

Aos três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor RAFAEL NEGHERBON, nomeado pelo Decreto nº 9.193 de 03 de Agosto de 2015 ao Cargo Público de Motorista, Função Motorista de Transporte de Pessoas, Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

RAFAEL NEGHERBON

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229869

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RODRIGO HENNINGS

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. RODRIGO HENNINGS, nomeado pelo Decreto Municipal nº 8.840 de 10 de Fevereiro de 2015, no cargo Público de Professor II – na função de Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

RODRIGO HENNINGS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230000

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA

Aos oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA, nomeado pelo Decreto nº 9.046 de 08 de Junho de 2015 no Cargo Público Efetivo de Médico II, para exercer a função de Médico II, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006/02, e suas alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229801

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FRANCILINE DERENIEVICZ

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. FRANCILINE DERENIEVICZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.845 de 10 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor III – na função de Professor de Artes, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

FRANCILINE DERENIEVICZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229866

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANDREIK MICHEL WOLLNER

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. ANDREIK MICHEL WOLLNER, nomeado pelo Decreto Municipal nº 8.843 de 10 de Fevereiro de 2015, no cargo Público de Professor II – na função de Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANDREIK MICHEL WOLLNER

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230037

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANA MARIA CAMARGO DREVECK

Aos vinte dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora ANA MARIA CAMARGO DREVECK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.151 de 20 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta

em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANA MARIA CAMARGO DREVECK

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229995

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RICARDO GOMES MARTINS

Aos quatro dias do mês de Maio do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina Sr. SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse ao senhor RICARDO GOMES MARTINS, nomeado pelo Decreto nº 8.986 de 04 de Maio de 2015 no Cargo Público Efetivo de Médico IV, para exercer a Função Médico Plantonista, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006/02, e suas alterações, com carga horária de 48 (quarenta e oito) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

RICARDO GOMES MARTINS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230019

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

DJENIFFER FAGUNDES

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora DJENIFFER FAGUNDES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.089 de 01 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

DJENIFFER FAGUNDES

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229971

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MONICA AUGUSTIN DRANKA

Aos quatro dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. MONICA AUGUSTIN DRANKA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.904 de 04 de Março de 2015, ao cargo Público de Professor I – na função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MONICA AUGUSTIN DRANKA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230026

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CLAUDIO ATHAYDE

Aos seis dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor CLAUDIO ATHAYDE, nomeado pelo Decreto nº 9.108 de 06 de Julho de 2015 ao Cargo Público de Motorista, Função Motorista da Saúde, Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CLAUDIO ATHAYDE

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230027

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JANETE PEREIRA DOS SANTOS MONNEY

Aos seis dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora JANETE PEREIRA DOS SANTOS MONNEY, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.109 de 06 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JANETE PEREIRA DOS SANTOS MONNEY

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230005

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SUELEN APARECIDA HUMMELGEN

Aos vinte e dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. SUELEN APARECIDA HUMMELGEN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.066 de 22 de Junho de 2015, ao cargo Público de Professor I – na função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SUELEN APARECIDA HUMMELGEN

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230042

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

DIRONETE APARECIDA RIBEIRO

Aos três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora DIRONETE APARECIDA RIBEIRO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.189 de 03 de Agosto de 2015 no Cargo Público na Função de Agente Comunitário de Saúde, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 2, Sub-Nível 21 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

DIRONETE APARECIDA RIBEIRO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229792

GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE POSSE**

BRUNA JUSTINE KOTOVICZ

Aos nove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. BRUNA JUSTINE KOTOVICZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.833 de 09 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor II – Educação Física, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

BRUNA JUSTINE KOTOVICZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230003

GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE POSSE**

CAROLINA DA CRUZ DE SIQUEIRA REICHERT

Aos nove dias do mês de Junho de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Srª. CAROLINA DA CRUZ DE SIQUEIRA REICHERT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.048 de 09 de Junho de 2015, ao Cargo Público de Técnico em Nível Médio, para exercer a Função de Técnico em Enfermagem, Nível 5 Sub-Nível 51, Referência

A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal em Exercício e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINA DA CRUZ DE SIQUEIRA REICHERT

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230359

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA CARMEM ONGHERO

Aos seis dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora MARIA CARMEM ONGHERO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.212 de 06 de Agosto de 2015 ao Cargo Público e na Função de Enfermeiro, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 6, Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA CARMEM ONGHERO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230028

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

VALDEMAR CARVALHO

Aos nove dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor VALDEMAR CARVALHO, nomeado pelo Decreto nº 9.120 de 09 de Julho de 2015 ao Cargo Público de Motorista, Função Motorista de Transporte de Pessoas, Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de

Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

VALDEMAR CARVALHO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229789

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

DALVANA GUILIANE LISCZKOVSKI

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. DALVANA GUILIANE LISCZKOVSKI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.850 de 10 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor IX – na função de Professor de História, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

DALVANA GUILIANE LISCZKOVSKI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229993

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MATILDE IHVENS GUIMARÃES SILVA

Aos treze dias do mês de Abril de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora MATILDE IHVENS GUIMARÃES SILVA, nomeada pelo Decreto nº 8.963 de 13 de Abril de 2015 ao Cargo Público e Função de Arquiteto, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais Regime Jurídico Estatutário previsto da Lei Complementar Municipal nº 006, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Cumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MATILDE IHVENS GUIMARÃES SILVA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230038

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

FERNANDA BALBINOT

Aos vinte e dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora FERNANDA BALBINOT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.150 de 20 de Julho de 2015 ao cargo Público efetivo de Agente Administrativo II, Regime Estatutário, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANI – Atividades de Nível Intermediário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

FERNANDA BALBINOT

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229870

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

PETER HENRY GRIMM

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. PETER HENRY GRIMM, nomeado pelo Decreto Municipal nº 8.839 de 10 de Fevereiro de 2015, no cargo Público de Professor IV – na função de Professor de Língua Inglesa, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PETER HENRY GRIMM

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229749

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANTONIO MARCOS FRANCO

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor ANTONIO MARCOS FRANCO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.023 de 07 de outubro de 2016, no cargo de Chefe do Serviço de Saneamento Ambiental, Regime Jurídico Estatutário, Cargo de Confiança – FG-1, Código nº 17, do Anexo III, e atribuições previstas no Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANTONIO MARCOS FRANCO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230025

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MATILDE APARECIDA BAECHTOLD

Aos três dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora MATILDE APARECIDA BAECHTOLD, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.106 de 03 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MATILDE APARECIDA BAECHTOLD

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230014

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

IARA NEIDE DE OLIVEIRA DE JESUS

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora IARA NEIDE DE OLIVEIRA DE JESUS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.086 de 01 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

IARA NEIDE DE OLIVIEIRA DE JESUS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229873

GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE POSSE**

SUELI CARDOZO

Aos onze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. SUELI CARDOZO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.856 de 11 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor III – Artes, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SUELI CARDOZO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230035

GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE POSSE**

RODRIGO HRUSCHKA CUBAS

Aos dezessete dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor RODRIGO HRUSCHKA CUBAS, nomeado pelo Decreto nº 9.147 de 17 de Julho de 2015 ao Cargo Público de Motorista, Função Motorista de Transporte de Pessoas, Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal

de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

RODRIGO HRUSCHKA CUBAS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229980

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANA BEATRIZ BEZERRA DA SILVA

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. ANA BEATRIZ BEZERRA DA SILVA, nomeada pelo Decreto nº 8.908 de 10 de Março de 2015 ao Cargo Público efetivo, de Atendente de Sala, Função Atendente de Sala, Nível 4 Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANA BEATRIZ BEZERRA DA SILVA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230032

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

DANIEL ALBERTO CORREA

Aos treze dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor DANIEL ALBERTO CORREA, nomeado pelo Decreto nº 9.130 de 13 de Julho de 2015 ao Cargo Público de Motorista, Função Motorista de Transporte de Pessoas, Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

DANIEL ALBERTO CORREA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229753

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JOSÉ LUIS SILVA

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor JOSÉ LUIS SILVA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.073 de 04 de novembro de 2016, no Cargo Público de Assessor de Gabinete, Regime Jurídico Especial, Cargo de Provimento de Comissão, Código 05, Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ LUIS SILVA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230349

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

INÊS TEREZINHA CORDEIRO DA CRUZ

Aos três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora INÊS TEREZINHA CORDEIRO DA CRUZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.195 de 03 de Agosto de 2015 no Cargo Público na Função de Agente Comunitário de Saúde, Regime Estatutário Nível 2, Sub-Nível 21 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

INÊS TEREZINHA CORDEIRO DA CRUZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229968

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JOSIANE PEREIRA GULIK

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. JOSIANE PEREIRA GULIK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.880 de 25 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor I – na função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSIANE PEREIRA GULIK

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229777

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RAFAEL HENRIQUE DE PAULA

Aos nove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. RAFAEL HENRIQUE DE PAULA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 8.837 de 09 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor I – Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

RAFAEL HENRIQUE DE PAULA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229999

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CHRISTINA DE MEDEIROS

Aos quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora CHRISTINA DE MEDEIROS, nomeada pelo Decreto nº 9.043 de 04 de Junho de 2015 no Cargo Público Efetivo de Médico IV, para exercer a Função Médico Plantonista, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006/02, e suas alterações, com carga horária de 48 (quarenta e oito) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CHRISTINA DE MEDEIROS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229991

GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE POSSE****SIRLEI LIBMANN DE JESUS**

Aos seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. SIRLEI LIBMANN DE JESUS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.942 de 06 de Abril de 2015, ao cargo Público de Professor I – na função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SIRLEI LIBMANN DE JESUS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230046

GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE POSSE****LOURDES NIEHUES**

Aos três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora LOURDES NIEHUES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.190 de 03 de Agosto de 2015 no Cargo Público na Função de Agente Comunitário de Saúde, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX,

do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 2, Sub-Nível 21 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LOURDES NIEHUES

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230012

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ESTELA KOHLBECK

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora ESTELA KOHLBECK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.084 de 01 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ESTELA KOHLBECK

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229996

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RICARDO GOMES MARTINS

Aos cinco dias do mês de Maio do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina Sr. SEBASTIÃO VENDELINO KONS, dá posse ao senhor RICARDO GOMES MARTINS, nomeado pelo Decreto nº 8.990 de 05 de Maio de 2015 no Cargo Público Efetivo e exercer a Função de Médico I, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006/02, e suas alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

RICARDO GOMES MARTINS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229784

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCIANA SANTANA DURÃES CUSTÓDIO

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. LUCIANA SANTANA DURÃES CUSTÓDIO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.852 de 10 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor V – na função de Professor de Língua Portuguesa, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCIANA SANTANA DURÃES CUSTÓDIO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229798

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GILMAR NILSEN

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. GILMAR NILSEN, nomeado pelo Decreto Municipal nº 8.847 de 10 de Fevereiro de 2015, no cargo Público de Professor IX – na função de Professor de História, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

GILMAR NILSEN

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230007

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EULALIA GORNIACK CUSTODIO

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. EULALIA GORNIACK CUSTODIO, nomeada pelo Decreto nº 9.080 de 01 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo, de Atendente de Sala, Função Atendente de Sala, Nível 4 Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º, Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

EULALIA GORNIACK CUSTODIO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229787

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SUELEN MILCZEVSKI

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. SUELEN MILCZEVSKI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.851 de 10 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor VI – na função de Professor de Matemática, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

SUELEN MILCZEVSKI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229998

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CARLOS FRANCISCO ONOFRE

Aos dezenove dias do mês de Maio do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. CARLOS FRANCISCO ONOFRE, nomeado pelo Decreto Municipal nº 9.017 de 19 de Maio de 2015, no cargo Público de Professor II – na Função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos o Piso Nacional, Lei Federal nº 11.738/08 e Lei Municipal nº 3.534 de 14 de Dezembro de 2009, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CARLOS FRANCISCO ONOFRE

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230022

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCILAINE APARECIDA REMPALSKI CARVALHO

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora LUCILAINE APARECIDA REMPALSKI CARVALHO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.092 de 01 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE APARECIDA REMPALSKI CARVALHO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230002

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse à Sr^a. JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.047 de 09 de Junho de 2015, ao Cargo Efetivo, Público de Professor I – Função Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1 Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229962

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SUELEN ELIZA VIER DREVECK

Aos dezenove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. SUELEN ELIZA VIER DREVECK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.871 de 19 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor IV – Inglês, valor de vencimentos o Piso Nacional, Lei Federal nº 11.738/08 e Lei Municipal nº 3.534 de 14 de Dezembro de 2009, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SUELEN ELIZA VIER DREVECK

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230345

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MAX DANILO BORGES CAVILHA

Aos três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. MAX DANILO BORGES CAVILHA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 9.194 de 03 de Agosto de 2015, ao Cargo Público Efetivo de Professor II, na Função de Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria

Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MAX DANILO BORGES CAVILHA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230355

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

KARIN RANK LIEBL

Aos três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. KARIN RANK LIEBL, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.196 de 03 de Agosto de 2015, ao Cargo Público Efetivo de Professor II, na Função de Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

KARIN RANK LIEBL

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229970

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

VANEZA RIBEIRO DE SIQUEIRA

Aos quatro dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. VANEZA RIBEIRO DE SIQUEIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.903 de 04 de Março de 2015, ao cargo Público de Professor I – na função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

VANEZA RIBEIRO DE SIQUEIRA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229743

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CAROLINE DA COSTA SILVÉRIO KAMAROSKI

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora CAROLINE DA COSTA SILVÉRIO KAMAROSKI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.925 de 03 de agosto de 2016, no cargo de provimento em comissão, Assessora Jurídica, Lei Complementar Municipal nº 006/02, que autorizou a sua criação, com dedicação consoante a Lei Complementar Municipal 006, de 19 de setembro de 2002, conjugada com o art. 20 da Lei Federal 8.906, de 04 de julho de 1994, lotada no Gabinete do Prefeito.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINE DA COSTA SILVÉRIO KAMAROSKI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229992

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GISELE DA SILVEIRA GOMES DE SOUZA

Aos nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora GISELE DA SILVEIRA GOMES DE SOUZA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.960 de 09 de Abril de 2015 ao cargo Público efetivo de Agente Administrativo II, Regime Estatutário, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANI – Atividades de Nível Intermediário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GISELE DA SILVEIRA GOMES DE SOUZA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229954

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JAILSON LUIZ ROCHA

Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze o Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. JAILSON LUIZ ROCHA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 8.866 de 18 de Fevereiro de 2015 ao Cargo Público Efetivo de Agente Operacional III, para exercer a Função de Operador de Veículos Pesados, com vencimentos Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JAILSON LUIZ ROCHA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229982

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARCIA RODRIGUES DE CARVALHO

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. MARCIA RODRIGUES DE CARVALHO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.909 de 10 de Março de 2015, ao cargo Público de Professor IX – Professor de História, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARCIA RODRIGUES DE CARVALHO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229786

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.853 de 10 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor III – na função de Professor de Artes, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230011

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARCIA ZUMBACH

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora MARCIA ZUMBACH, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.083 de 01 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARCIA ZUMBACH

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229782

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFHAL

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFHAL, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.846 de 10 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor I – na função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFHAL

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229580

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE POSSE

MÁRCIO MARCELO MUNHOZ

Ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, nomeado pelo Decreto Municipal nº 9.584 de 01 de Fevereiro de 2016, no cargo de Coordenador de Esporte e Lazer Cargo de Provimento em Comissão, previsto na Lei Complementar Municipal nº 006/02, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de Setembro de 2007 que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MÁRCIO MARCELO MUNHOZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229867

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.841 de 10 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor III – na função de Professor de Artes, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto

no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230029

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON

Aos dez dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, nomeado pelo Decreto nº 9.125 de 10 de Julho de 2015 no Cargo Público Efetivo e exercer a Função de Médico I, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006/02, e suas alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229742

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ADRIÉLE CRISTINA FRANKE

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora ADRIÉLE CRISTINA FRANKE, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.872 de 04 de julho de 2016, no cargo de Coordenadora de Esporte e Lazer Cargo de Provimento em Comissão, previsto na Lei Complementar Municipal nº 006/02, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de setembro de 2007, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta

em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ADRIÉLE CRISTINA FRANKE

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230017

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CRISTIANE PEREIRA

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora CRISTIANE PEREIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.088 de 01 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CRISTIANE PEREIRA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229997

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

PAULO ALEXANDRE MOSER

Aos treze dias do mês de Maio do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. PAULO ALEXANDRE MOSER, nomeado pelo Decreto Municipal nº 9.004 de 13 de Maio de 2015, ao cargo Público de Professor IV – na função de Professor de Matemática, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

PAULO ALEXANDRE MOSER

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230008

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.081 de 01 de Julho de 2015 ao cargo Público efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 2, Sub-Nível 21 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229952

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

IVONETE DOS SANTOS

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. IVONETE DOS SANTOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.864 de 12 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor VI – na função de Professor de Matemática, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

IVONETE DOS SANTOS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230041

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LEONICE IOHANSON

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora LEONICE IOHANSON, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.079 de 01 de Julho de 2015 no cargo Público de Agente Comunitário de Saúde, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 2, Sub-Nível 21 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEONICE IOHANSON

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229748

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MÁRCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora MÁRCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.007 de 03 de outubro de 2016, no Cargo e na Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Código 08, Função Gratificada FG-1, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidões Negativas expedidas pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MÁRCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229791

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JOSÉ ANIBAL MASSANEIRO

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. JOSÉ ANIBAL MASSANEIRO, nomeado pelo Decreto Municipal nº 8.849 de 10 de Fevereiro de 2015, no cargo Público de Professor II – na função de Professor de Educação Física, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ ANIBAL MASSANEIRO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229746

GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE POSSE****ANA MARIA DOS SANTOS HERBST**

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.009 de 03 de outubro de 2016, no Cargo e na Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE, Código 11, Função Gratificada FG-1, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidões Negativas expedidas pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANA MARIA DOS SANTOS HERBST

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230009

GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE POSSE****TATIANE MARIA MACHADO**

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora TATIANE MARIA MACHADO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.887 de 26 de

Fevereiro de 2015 ao cargo Público efetivo de Agente Administrativo II, Regime Estatutário, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANI – Atividades de Nível Intermediário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

TATIANE MARIA MACHADO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229744

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JUANA HINKE DOBROCHINSKI

Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor JUANA HINKE DOBROCHINSKI, nomeado pelo Decreto Municipal nº 9.975 de 06 de setembro de 2016, no Cargo Público de Assessor de Comunicação Social, Regime Jurídico Especial, Cargo de Provimento de Comissão, Código 02, Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada no Gabinete do Prefeito.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JUANA HINKE DOBROCHINSKI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229780

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

REGIANE MALINOVSKI HORTZ

Aos nove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. REGIANE MALINOVSKI HORTZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.834 de 09 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor III – Artes, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

REGIANE MALINOVSKI HORTZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230039

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

EVILIN FERRAZ DOS SANTOS

Aos vinte e sete dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. EVILIN FERRAZ DOS SANTOS, nomeada pelo Decreto nº 9.166 de 27 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo, de Atendente de Sala, Função Atendente de Sala, Nível 4 Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º, Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EVILIN FERRAZ DOS SANTOS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229783

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

BRUNA ZIGOVSKI BIAOBOCK

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. BRUNA ZIGOVSKI BIAOBOCK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.848 de 10 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor VI – na função de Professor de Matemática, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

BRUNA ZIGOVSKI BIAOBOCK

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229752

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.002 de 03 de outubro de 2016, no Cargo Público de Chefe de Gabinete, Regime Jurídico Especial, Cargo de Provimento de Comissão, Código 02, Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229874

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ROSMARI DE OLIVEIRA

Aos onze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. ROSMARI DE OLIVEIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.857 de 11 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor III – Artes, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ROSMARI DE OLIVEIRA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230043

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RODRIGO IDALÊNCIO

Aos três dez dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. RODRIGO IDALÊNCIO, nomeado pelo Decreto nº 9.192 de 03 de Agosto de 2015 ao Cargo Público efetivo na Função de Instrutor de Música, Nível 4 Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

RODRIGO IDALÊNCIO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229737

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SARA REINHARDT

Aos quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora SARA REINHARDT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.619 de 04 de Fevereiro de 2016, no cargo de Coordenadora Pedagógica FG-5A na EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco”, Regime Estatutário – Cargo de Função Gratificada, previsto na Lei Complementar Municipal nº 088/12, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SARA REINHARDT

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229747

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MÁRCIO MARCELO MUNHOZ

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.008 de 03 de outubro de 2016, no Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER, previsto na Lei Complementar Municipal nº 006/02, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de setembro de 2007 que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MÁRCIO MARCELO MUNHOZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229759

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SILON FLORES DE SOUZA JUNIOR

Aos seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. SILON FLORES DE SOUZA JUNIOR, nomeado pelo Decreto Municipal nº 8.829 de 06 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público Efetivo de Professor VII – Ciências, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SILON FLORES DE SOUZA JUNIOR

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229779

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANA CAROLINE KROL

Aos nove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. ANA CAROLINE KROL, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.836 de 09 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor V – Língua Portuguesa, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANA CAROLINE KROL

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229969

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCIA DRYGLA MENDES

Aos três dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. LUCIA DRYGLA MENDES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.902 de 03 de Março de 2015, ao cargo Público de Professor I – na função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCIA DRYGLA MENDES

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230006

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

LUCIANE RAQUEL BRANCO CARVALHO DA SILVA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse à Sr^a. LUCIANE RAQUEL BRANCO CARVALHO DA SILVA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.069 de 25 de Junho de 2015, ao Cargo Efetivo, Público de Professor I – Função Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1 Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa

expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCIANE RAQUEL BRANCO CARVALHO DA SILVA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229949

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANDRIELI CHAVES DA SILVA

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. ANDRIELI CHAVES DA SILVA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.863 de 12 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor VIII – na função de Professor de Geografia, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANDRIELI CHAVES DA SILVA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229986

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JEANINE DOS SANTOS SOPCHAKI

Aos dezesseis dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora JEANINE DOS SANTOS SOPCHAKI, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.921 de 16 de Março de 2015 ao cargo Público efetivo de Agente Administrativo II, Regime Estatutário, Nível 4, Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANI – Atividades de Nível Intermediário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JEANINE DOS SANTOS SOPCHAKI

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229990

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

SARA REINHARDT

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. SARA REINHARDT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.934 de 31 de Março de 2015, ao Cargo Público de Especialista em Assuntos Educacionais, Código EAE, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

SARA REINHARDT

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229781

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

NATALIA WOJCIECHOSKY

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. NATALIA WOJCIECHOSKY, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.842 de 10 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor I – na função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

NATALIA WOJCIECHOSKY

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229994

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA

Aos dezesseis dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.970 de 16 de Abril de 2015, ao cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230010

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

KATIA IRIS MILCHEVSKY MUNHOZ

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora KATIA IRIS MILCHEVSKY MUNHOZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.082 de 01 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

KATIA IRIS MILCHEVSKY MUNHOZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229959

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANTONIO ALVANIR ROCHA

Aos dezenove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze o Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. ANTONIO ALVANIR ROCHA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 8.869 de 19 de Fevereiro de 2015 ao Cargo Público Efetivo de Agente Operacional II, para exercer a Função de Vigia, com vencimentos Nível 2 Sub-Nível 21 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANTONIO ALVANIR ROCHA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230033

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ANGELA MARIA MILCHEVSKY

Aos dezesseis dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora ANGELA MARIA MILCHEVSKY, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.145 de 16 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANGELA MARIA MILCHEVSKY

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230015

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ELENICE MICKUS

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora ELENICE MICKUS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.087 de 01 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada no Gabinete do Prefeito.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel

cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ELENICE MICKUS

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230021

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

BRUNA SCHWARZ

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora BRUNA SCHWARZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.091 de 01 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

BRUNA SCHWARZ

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230024

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.093 de 01 de Julho de 2015 ao cargo Público efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 2, Sub-Nível 21 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa

expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229966

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ALAN CLEVERSON DE LIMA

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. ALAN CLEVERSON DE LIMA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 8.876 de 24 de Fevereiro de 2015, no cargo Público de Professor II – na função de Professor de Educação Física, valor de vencimentos o Piso Nacional, Lei Federal nº 11.738/08 e Lei Municipal nº 3.534 de 14 de Dezembro de 2009, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ALAN CLEVERSON DE LIMA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230040

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ADRIANA ROSELI MEY

Aos vinte e sete dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Senhora ADRIANA ROSELI MEY, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.167 de 27 de Julho de 2015 ao Cargo Público efetivo de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Estatutário, Nível 1, Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ADRIANA ROSELI MEY

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229776

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

RAFAEL NEGHERBON

Aos nove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze o Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. RAFAEL NEGHERBON, nomeado pelo Decreto Municipal nº 8.832 de 09 de Fevereiro de 2015 ao Cargo Público Efetivo de Agente Operacional III, para exercer a Função de Operador de Veículos Pesados, Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

O servidor ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

RAFAEL NEGHERBON

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229738

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GILSON OMAR BRUNNQUELL

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor GILSON OMAR BRUNNQUELL, nomeado pelo Decreto Municipal nº 9.730 de 14 de abril de 2016, no Cargo de Confiança, na Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, Código 09, Função Gratificada – FG-1, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 111 de 25 de novembro de 2011, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidões Negativas expedidas pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo nomeado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GILSON OMAR BRUNNQUELL

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229963

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIANE LOPES

Aos dezenove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. MARIANE LOPES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.870 de 19 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor IV – Inglês, valor de vencimentos o Piso Nacional, Lei Federal nº 11.738/08 e Lei Municipal nº 3.534 de 14 de Dezembro de 2009, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIANE LOPES

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229964

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

GABRIELI HANTSCHAL ALVES

Aos dezenove dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. GABRIELI HANTSCHAL ALVES, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.872 de 19 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor III, na função de Professor de Artes "Não Habilitado", valor de vencimento o Piso Nacional, Lei Federal nº 11.738/08 e Lei Municipal nº 3.534 de 14 de Dezembro de 2009, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GABRIELI HANTSCHAL ALVES

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230362

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

MARIA CARMEM ONGHERO

Aos seis dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora MARIA CARMEM ONGHERO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.212 de 06 de Agosto de 2015 ao Cargo Público e na Função de Enfermeiro, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, Nível 6, Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA CARMEM ONGHERO

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229745

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

DEISI ESTELA AMORIM

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora DEISI ESTELA AMORIM, nomeada pela Portaria Municipal nº 13.497 de 03 de outubro de 2016, com efeitos a partir de 03 de outubro de 2016 até 22 de outubro de 2016, no cargo de Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, Regime Jurídico Especial – Cargo de Provimento em Comissão, previsto na Lei Municipal nº 2.683, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

DEISI ESTELA AMORIM

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229785

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

BIANCA KESTERING GREIPEL

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. BIANCA KESTERING GREIPEL, nomeada pelo Decreto Municipal nº 8.854 de 10 de Fevereiro de 2015, ao cargo Público de Professor III – na função de Professor de Artes, Código P1, Nível 1, Referência A, Categoria Funcional ANS

– Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

BIANCA KESTERING GREIPEL

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230013

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

ROSALINA LINZMEYER RONSKA

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Srª. ROSALINA LINZMEYER RONSKA, nomeada pelo Decreto nº 9.085 de 01 de Julho de 2015, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento ao Artigo 31, §2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ROSALINA LINZMEYER RONSKA

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2229739

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a senhora JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.792 de 01 de junho de 2016, no Cargo de Diretora Adjunta da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”, Regime Estatutário – Cargo de Função Gratificada – FG-5C, prevista na Lei Complementar Municipal nº 088, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela nomeada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 2230045

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE

CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER

Aos três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.191 de 03 de Agosto de 2015, ao cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A servidora ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012.

Em cumprimento ao Artigo 31, § 2º Incisos I, II, III e suas Alíneas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 48/2019

Publicação Nº 2230796

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1385/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019

EXTRATO DE EDITAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito em exercício Sr. MARCOS ROBERTO MARIANI, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 29 de novembro de 2019, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1385/2019 na modalidade de Pregão Presencial Nº 48/2019, tipo menor Menor preço – Global - Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Confecção de Fardamento Operacional, para uso dos Bombeiros Militares e Bombeiros Comunitários, que prestam serviços na sede do 14º Batalhão do município de Campo Erê/SC. Conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h00 às 13h00, e no e-mail licitacao@cam-poere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 18 de novembro de 2019. Clezio Comonelo – Pregoeiro Oficial / MARCOS ROBERTO MARIANI - Prefeito Municipal em exercício.

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.434/19 DE 14/11/2019 REGULAMENTA LEI Nº 4.581/2019

Publicação Nº 2230544

DECRETO Nº 8.434/19 DE 14/11/2019

REGULAMENTA LEI Nº 4.581/2019

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 100 VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 440.000,00 (Quatrocentos e quarenta mil reais) na dotação orçamentária constantes do Art. 1º da Lei nº 4.581/2019.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
14 de novembro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.435/19 DE 14/11/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2230551

DECRETO Nº 8.435/19 DE 14/11/2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 21.066,67 (Vinte um mil sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.050- Recursos do SUAS/Estado

Elementos de despesa: 11- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0065.000042- Aplicações Diretas R\$ 21.066,67

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do excesso de arrecadação, recursos SEAS, no montante de R\$ 21.066,67.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 14 de novembro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.436/19 DE 14/11/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2230554

DECRETO Nº 8.436/19 DE 14/11/2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.009- Manutenção da Segurança Pública e Trânsito
Elementos de despesa: 113- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0011.000000- Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 13- DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR- GERÊNCIA TRANSPORTE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.014- Manutenção do Departamento de Transporte Escolar – Gerência Transporte
Elementos de despesa: 66- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0062.000000- Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do excesso de arrecadação, recursos do Convênio de Trânsito Civil, no montante de R\$ 60.000,00 e recursos do transporte Escolar Estadual, no montante de R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 14 de novembro de 2019.
Sílvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.581 DE 14/11/2019 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2230538

LEI Nº 4.581 DE 14/11/2019
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do SAMAE:

17.512.0018.2.058 – Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE
3.1.9.0.00.00.00.00.00.3069 – Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

17.512.0018.2.060– Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto
3.1.9.0.00.00.00.00.00.3069 – Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

TOTAL R\$ 440.000,00

Parágrafo único- Para dar cobertura ao crédito previsto no Art. 1º indicamos como fonte de recursos a anulação da seguinte dotação orçamentária abaixo:

17.512.0018.2.059 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água
3.1.90.00.00.00.00.00.3069 – Aplicações Diretas R\$ 440.000,00

TOTAL R\$ 440.000,00

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de novembro de 2019.
SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.582 DE 14/11/2019 AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS ASSOCIAR-SE À ROTA DA AMIZADE CONVENTION & VISITORS BUREAU, REPASSAR CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2230539

LEI Nº 4.582 DE 14/11/2019
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS ASSOCIAR-SE À ROTA DA AMIZADE CONVENTION & VISITORS BUREAU, REPASSAR CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica autorizado a associação do Município de Campos Novos à ROTA DA AMIZADE CONVENTION & VISITORS BUREAU, nos termos do artigo 1º, do seu Estatuto Social Consolidado, o qual segue como parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Fica autorizado o repasse da contribuição associativa, na forma de mensalidade, de acordo com o estabelecido em Assembleia Geral da Rota da Amizade, nos termos dos artigos 1º, 7º e 9º, do Estatuto Social Consolidado, o que no ano de 2019 representa o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais, a contar do mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e

consignadas nos orçamentos vigentes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de novembro de 2019.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.583 DE 14/11/2019 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – CONDEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2230541

LEI Nº 4.583 DE 14/11/2019

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – CONDEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica criado, no âmbito do Município de Campos Novos-SC, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA, integrante do Sistema Nacional e Estadual do Meio Ambiente com o objetivo de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente é o órgão consultivo, deliberativo, normativo e recursal do Poder Executivo, no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do Município.

§ 2º. O Conselho Municipal do Meio Ambiente terá como objetivo assessorar a gestão da Política Municipal do Meio Ambiente, com o apoio dos serviços administrativos da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Defesa do Meio deverá observar as seguintes diretrizes:

- I - Interdisciplinariedade no trato das questões ambientais;
- II - Participação comunitária;
- III - Promoção da saúde pública e ambiental;
- IV - Compatibilização com as políticas do meio ambiente nacional e estadual;
- V - Compatibilização entre as políticas setoriais e demais ações do governo;
- VI - Exigência de continuidade, no tempo e no espaço, das ações de gestão ambiental;
- VII - Informação e divulgação obrigatória e permanente de dados, condições e ações ambientais;
- VIII - Prevalência do interesse público sobre o privado;
- IX - Propostas de reparação do dano ambiental independentemente de outras sanções civis ou penais.

Art. 3º. Ao Conselho Municipal do Meio Ambiente compete:

- I - propor diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente;
- II - opinar, quando solicitado, sobre estudos técnicos e sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, tendo em vista o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;
- III - opinar, quando solicitado, nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano do Município, visando a proteção do meio ambiente;
- IV - decidir, juntamente com a FUNDEMA e o Poder Público, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- V - estudar, definir e propor normas técnicas e legais e procedimentos visando a proteção ambiental do Município;
- VI - promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do Município;
- VII - fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente, sempre que for necessário;
- VIII - propor e acompanhar os programas de educação ambiental;
- IX - promover e acompanhar os programas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;
- X - manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e de atuação na proteção do meio ambiente;
- XI - assessorar os consórcios intermunicipais de proteção ambiental;
- XII - convocar as audiências públicas, nos termos da legislação;
- XIII - proteger o patrimônio histórico, estético, arqueológico e paisagístico do Município;
- XV - assessorar a FUNDEMA em resoluções e problemáticas trazidas, desde que por estes solicitada e que possuam parecer técnico explicativo.
- XVI - decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONDEMA será composto por 12 (doze) membros que formarão a plenária, entre os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada, de acordo com os seguintes critérios:

I - Representantes do Poder Público Municipal:

- a) um representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- c) um representante da CIDASC;
- d) um representante da Secretaria Municipal de Administração;
- e) um representante do Setor Ambiental da AMPLASC;

f) um representante da EPAGRI.

II - Representantes da Sociedade Civil:

- a) um representante do conselho profissional – CREA ou CRBio;
- b) um representante da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Município;
- c) um representante da Comunidade universitária do Município de Campos Novos;
- d) um representante da Câmara Técnica Desenvolvimento Ambiental - DEL;
- e) um representante das associações/conselhos de moradores de Campos Novos - UNICAMPO.
- f) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB da Subseção de Campos Novos-SC.

§ 1º Cada segmento, entidade ou órgão indicará um membro titular e um suplente para representá-lo no Conselho.

§ 2º. Os conselheiros serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo

§ 3º. Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento ou de qualquer ausência.

Art. 5º. Os membros do Conselho terão mandato de dois anos, podendo ser reeleitos uma única vez, à exceção dos representantes do Executivo Municipal.

Art. 6º. A estrutura básica do COMDEMA terá a seguinte composição:

- I - presidência, compreendendo um Presidente e um Vice-Presidente, definidos pelos membros do Conselho;
- II - Plenário, órgão superior de deliberação do COMDEMA, formado pelos membros do Conselho; e
- III - secretaria, órgão de apoio diretamente ligado à Presidência, cuja composição será definida pelos membros do Conselho.

Parágrafo único. O Conselho poderá instituir, sempre que necessário, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

Art. 7º. A atuação dos membros do conselho não será remunerada, sendo considerada atividade de relevante interesse social.

Art. 8º. O não comparecimento do conselheiro a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas durante um período de seis meses implicará na sua exclusão como membro do COMDEMA.

Art. 9º. O Conselho pode manter com órgãos das administrações municipal, estadual e federal estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos relativos à defesa do meio ambiente.

Art. 10. O Conselho, sempre que cientificado de possíveis agressões ambientais, diligenciará no sentido de sua comprovação e das providências necessárias.

Art. 11. As sessões do Conselho serão públicas e os atos e documentos deverão ser amplamente divulgados.

Art. 12. A instalação do Conselho e a nomeação dos respectivos conselheiros ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação dessa lei.

Parágrafo único. O Conselho elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após sua instalação, o qual deverá ser aprovado por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Fica revogada a Lei Municipal n. 2.498, de 23 de junho de 1999.

Prefeitura Municipal de Campos Novos-SC, 14 de novembro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

TOMADA DE PREÇOS 06/2019

Publicação Nº 2230611

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1- LICITAÇÃO Nº 24/2019 – TOMADA DE PREÇO Nº 06/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL, ESTABILIZAÇÃO, TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE ARMADURAS DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA TRATADA EM CONCRETO ARMADO DE 1.500 M3, COMPONENTE DO SISTEMA PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DE CAMPOS NOVOS.

2- DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09h00min do dia 10/12/2019, para abertura de invólucros. Credenciamento até 08h30min do dia 10/12/2019. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a Rua Caetano Carlos, nº 466, Centro em Campos Novos/SC, no seguinte horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

TOMADA DE PREÇOS 07/2019

Publicação Nº 2230627

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1- LICITAÇÃO Nº 26/2019 – TOMADA DE PREÇO Nº 07/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de proteção e impermeabilização de 592,89 m2 de superfície do Reservatório de Água Tratada em Concreto Armado de 1.500 m3, componente do sistema público de abastecimento de água da cidade de Campos Novos.

2- DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09h00min do dia 11/12/2019, para abertura de invólucros. Credenciamento até 08h30min do dia 11/12/2019. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a Rua Caetano Carlos, nº 466, Centro em Campos Novos/SC, no seguinte horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

053- EDITAL DE NOTIFICAÇÃO- ADEHASC - CANELINHA MOURA II

Publicação Nº 2230553

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 053/2019

A Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina (ADEHASC), vem através de este edital Notificar a todos os moradores, ocupantes internos, lindeiros e confrontantes externos e a quem interessar que a localidade denominada de LOTEAMENTO MOURA II, está em fase de regularização fundiária em formato de REURB-S e REURB-E, através da LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, conforme Artigo 23 da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, sendo que este loteamento denominado de Loteamento Moura II, localizado no município de Canelinha/SC, onde foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de Matrículas Individualizadas aos detentores dos lotes no Referido Loteamento, bem como realização das benfeitorias necessárias para fins de Regularização Fundiária objeto da matrícula nº 15.287, registrada no CRI de Tijucas/SC.

Artigo 01. Descrição Sucinta da área: O Loteamento Moura II, possui metragem total de 64.742,94 m², conforme a matrícula nº 15.287, de propriedade do Sr. Manoel Luiz Reis registrada no CRI de Tijucas/SC.

Artigo 01.2 Com Área total a regularizar de 5.827,31 m², situado na área conhecida como Bairro Moura, no Município de Canelinha – SC, sendo essa uma área com uma concentração de 10 lotes rurais, de mais de 10 famílias ali residindo e com uma população de aproximadamente 40 pessoas. O Loteamento é atendido pela Rua Projetada 01(Parte 02), Rua Projetada 02(Parte 02), que passará ao Domínio Público Municipal de acordo com a Tabela de metragens citados abaixo. Segue quadros de área:

Artigo 02. Dos equipamentos Urbanos Comunitários presentes na Referida Área: A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídos na área tais quais:

- Arruamento envolvendo a maior parte da área da intervenção;
- Energia Elétrica;
- Água potável;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos através da prefeitura Municipal;
- Telefonia fixa;
- Sinal de telefonia móvel;
- Transporte escolar fornecido pelo município;
- Atendimento de 100 % das agentes comunitária de Saúde;

Artigo 03: Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento de Divisa e Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados no qual será alvo deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.31/2018 e Artigo 20 § 1o. da Lei 13.465/2017.

Artigo 03.1: Os confinantes externos, terão 30 dias para a manifestação conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1o. da Lei 13.465/2017.

TITULAR DE DOMÍNIO:

- Matrícula nº 15.287 de MANOEL LUIZ REIS, brasileiro, operário, domiciliado e residente no lugar Moura, Município de Canelinha -SC, inscrito no CPF nº 083.064.609-44 e C.I. nº 16/R-2. 341. 519, casado pelo regime de comunhão de bens, antes da vigência da lei 6. 515/77, com GUIOMARDINA BÁRBARA REIS.

CONFRONTANTE EXTERNOS:

- Matrícula nº 14.466 a qual está dividida em 50% para LUIZ REIS JUNIOR, brasileiro, viúvo, lavrador, R.C. 1.460.351SESPDC-SC e CPF 740. 298.869-49, residente e domiciliado na Rua Antônio Manoel Reis, n o 1.617, Bairro Centro, Município de Canelinha - SC; 10% para JOSÉ FRANCISCO REIS, brasileiro, motorista, R.G. 16/R 1.922.267-SSP-SC e CPF 565.645. 039—20, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei n o 6515/77, com MARIA SOLANGE CASAS REIS, brasileira, autônoma, R. G. 890.093-SÊSPDC-SC e CPF 486.122.009-20, residente e domiciliado na Rua João de Deus Telles, n o 21, Bairro Joaia, Município de Tijucas—SC; 10% para DORACI REIS DALSENTER, brasileira, do lar, R. G. 16/R 3.191.416-SSP-SC e CPF 764.944.979-34, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei n o 6515/77, com ERIVERTO DALSENTER, brasileiro, autônomo, R. G. 2.500.489-SESPDC-SC e CPF 690.835.099-15, residente e domiciliada na Rua Leopoldina Brasil, n o 515, Bairro Centro, na Cidade de São João Batista—SC; 10% para JOÃO LUIZ REIS, brasileiro, comerciante, R.G. 2728223-SSP-SC e CPF 762.622.439-68, casado pelo regime da comunhão parcial de bens , vigência da Lei n o 6515/77 , com ROZILDA MONTIBELLER REIS, brasileira comerciante, R.G. 5,124. 632-5-SESP-SC e C 071.449-43, residente e domiciliado na Estrada Geral Oliveira, s/ n, Bairro Oliveira, Município de Tijucas-SC; 10% para HERIBERTO REIS, brasileiro, ceramista, 3.190.563-3-SESP-SC e CPF 898.416.549-20, e s/m com FABIANA SAMENTO REIS, brasileira, doméstica, R.G. 5.922.113-SESDC-SC e CPF 073.519.409-24, casado pelo regime da comunhão universal de bens, na vigência da Lei n o 6515/77, residentes e domiciliados na Rua Antônio Manoel Reis,

nº 1.830, Bairro Porto do Moura, Município de Canelinha -SC; e 10% para GILBERTO REIS, brasileiro, solteiro, maior, servente, R.G. 16/R 2.838.064-SSP-SC e CPF 833.863.949-49, residente e domiciliado na Rua Antônio Manoel Reis, nº 1.617, Bairro Porto do Moura, Município de Canelinha -SC.

Artigo 04: As impugnações cabíveis ou contrárias ou Adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) Trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Município de Canelinha/SC, endereçada ao Prefeito Municipal e a comissão Municipal de Regularização Fundiária, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, ficando a critério da Comissão Municipal, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões conforme Artigo 20 da Lei 13.465/2017.

Artigo 05: Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao loteamento conforme prevê lei Federal 13.465/2017 artigos 20 § 1º, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31§ 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

Canelinha /SC, 18 de novembro de 2019

Associação Para o Desenvolvimento Habitacional
Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC
Presidente: DJALMA MORELL

ANEXO I

DISPENSA DE LICITAÇÃO 030/FMS/2019

Publicação Nº 2231015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA
Dispensa de Licitação 030/FMS/2019

OBJETO: A presente tem por objeto a aquisição de Câmera Fotográfica com objetivo de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital.

CONTRATADA: MAICON RONEI BONIFACIO START ME

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.925,00 (Três mil novecentos e vinte e cinco reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 18 de novembro de 2019. Vera Lucia de Jesus - Secretária Municipal de Saúde de Canelinha.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 167/PMC/2019

Publicação Nº 2231022

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
Dispensa de Licitação 167/PMC/2019

OBJETO: Esta Dispensa de Licitação tem por objeto, custear despesas com aquisição mangueiras de LED 220v, nas cores Branca, Vermelha, Azul e Verde, para a decoração natalina dos prédios e da praça Municipal. Conforme especificações descritas no anexo.

CONTRATADA: STREET DECOR IMPORTAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.080,00 (Sete mil e Oitenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 14 de novembro de 2019. Rosângela Maria Leal Cordeiro - Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

EDITAL - REURB 001-2019

Publicação Nº 2230556

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO GERAL nº PMC/REURB/001-2019

O MUNICÍPIO DE CANELINHA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.562.893/0001-23, NOTIFICA, para ter ciência que tramita nesta Prefeitura Municipal o Procedimento Administrativo nº 001/2019 que tem por objeto o pedido de Legitimação Fundiária para aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidades imobiliárias objeto da Reurb (art. 11, VII, da Lei Federal nº 13.465/2017) aos atuais ocupantes do núcleo urbano informal consolidado: "ÊNIO LAUS": 1. Terceiros Eventualmente Interessados e Confinantes Internos; 2. Confinantes atuais do perímetro a ser regularizado: ADRIANA MARIANA REIS, CPF: 035.053.629-56; ALESSANDRA TOMAZI LEAL, CPF: 036.825.579-46; COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA SANTA ANA LTDA, CNPJ: 02.425.658/0001-70; JUVENTINA ANA LEAL, CPF: 015.633.579-41. Endereço: Rua Francisco José Reis, s/nº, Bairro Cobre, Cep.: 88230-000, Canelinha/SC; MÁRCIO REIS, CPF: 985.667.929-04; MARIA TEREZA REIS, CPF: 764.933.269-15; MARIA APARECIDA HESS, CPF: 018.814.029-83; ODÉSIO HESS, CPF: 481.460.059-34; OSVALDO REIS, CPF: 450.188.279-91; REINALDO LEAL, CPF: 608.179.419-91; RKA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ: 82.172.206/0001-63; ROSANGELA MARIA

LEAL CORDEIRO, CPF: 565.640.409-97; RUDINEI LEAL, CPF: 014.564.959-84; TEREZINHA VILANOVA REIS, CPF: 767.714.409-82; WANDERLEI LUIZ CORDEIRO, CPF: 533.104.039-04.

DESCRIÇÃO DA ÁREA A SER REGULARIZADA DE FORMA RESUMIDA: INSTRUMENTO UTILIZADO: Legitimação Fundiária; NOME DO NÚCLEO URBANO REGULARIZADO: Ênio Laus; ENDEREÇO: Núcleo Urbano Informal Consolidado localizado na Rua Inácia Reis, s/nº, Bairro Cobre, Município de Canelinha/SC. PERÍMETRO DA ÁREA A SER REGULARIZADA: 85.385,70 m²; Número de Unidades Imobiliárias: 31; MATRÍCULA OBJETO DE REGULARIZAÇÃO: não há; MODALIDADE DA REURB: Mista (Reurb-S e Reurb-E); RESPONSABILIDADES DAS OBRAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO CRONOGRAMA: Não Há;

IMPUGNAÇÕES: As impugnações ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) no prédio da Prefeitura Municipal, Setor de Tributos, localizada na Avenida Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Centro, Canelinha/SC, Cep.: 88.230-000, Fone: (48) 3264-4000, com as devidas justificativas plausíveis.

ADVERTÊNCIA: Estando em termos, expede-se o presente edital para notificação dos supramencionados para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos Requerentes. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado no DOM, conforme artigo 13, § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20, § 1º e Artigo 31, § 4º da Lei Federal nº 13.465/2017.

DESENHO SIMPLIFICADO:

Canelinha/SC, 14 de novembro de 2019

PREGÃO PRESENCIAL 169/PMC/2019

Publicação Nº 2231012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 169/PMC/2019

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de materiais para implantação e manutenção da rede de iluminação pública do Município, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 29 de novembro de 2019, às 08h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 18 de novembro de 2019. José Benevenuto – Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PMC Nº 009/2019

Publicação Nº 2230535



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

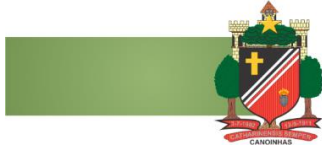
Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: reducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/SME/2019

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para preenchimento de vagas temporárias do quadro de pessoal do Município e para a formação de cadastro de reserva, com a previsão de vagas no item 2.1, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital e pelas demais disposições legais vigentes.

1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
19/11/2019	Publicação do Edital
19/11/2019 até às 23h59min do dia 01/12/2019	PERÍODO DE INSCRIÇÕES
19/11/2019 a 22/11/2019	Período para solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição
27/11/2019	Divulgação preliminar da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição
28/11/2019	Prazo para recurso contra indeferimento da isenção da taxa de inscrição
29/11/2019	Divulgação definitiva da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição
19/11/2019 a 02/12/2019	Prazo para pagamento da taxa de inscrição
04/12/2019	Publicação da relação de inscritos e divulgação do local de provas
05/12/2019 a 06/12/2019	Prazo para recurso contra indeferimento de inscrição
10/12/2019	Homologação das Inscrições
19/11/2019 a 13/12/2019	Período para envio dos documentos para a Prova de Títulos e Tempo de Serviço
14/12/2019	Data provável para realização das provas objetivas
14/12/2019	Publicação do gabarito provisório (após as 20 horas)
16/12/2019 a 17/12/2019	Prazo para recurso contra questões e gabarito provisório
07/01/2020	Julgamento dos Recursos e Publicação das Notas da Prova Objetiva, de Títulos e da Classificação Provisória
08/01/2020 a 09/01/2020	Prazo para recurso contra Notas da Prova Objetiva, de Títulos e Tempo de Serviço e contra Classificação Provisória
14/01/2020	Julgamento dos Recursos contra Notas da Prova Objetiva, de Títulos e Tempo de Serviço e contra Classificação Provisória
14/01/2020	Homologação do Resultado Final



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado e/ou da Comissão Executora, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.2. Este Processo Seletivo Simplificado será executado sob a responsabilidade da Empresa SC Treinamentos.

1.3. A fiscalização e a supervisão deste Processo Seletivo Simplificado estarão a cargo da Prefeitura Municipal através da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado.

1.4. As publicações serão realizadas geralmente após às 17 horas da data prevista, cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações.

1.5. O Edital do Processo Seletivo Simplificado, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações para provas e todos os demais atos do Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no site oficial do Processo Seletivo Simplificado na Internet: www.seconcursos.com.br.

1.6. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações, comunicados, mensagens eletrônicas (e-mails) e demais documentos divulgados e/ou enviados referentes ao presente Processo Seletivo Simplificado.

1.7. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme item 2.1 e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da posse após a convocação.

1.8. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcrito e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rduacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. Quadro de cargos, vagas, carga horária semanal, habilitação mínima e vencimento:

2.1.1. Cargos de nível superior:

Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
Professor de Arte	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Artes Cênicas ou Teatro, Artes Plásticas, Educação Artística, Artes Visuais, Artes. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em Graduação em Licenciatura Plena em Artes Cênicas ou Teatro, Artes Plásticas, Educação Artística, Artes Visuais, Artes; Cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Ensino Religioso	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências da Religião Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior Licenciatura Curta em Ciências da Religião. Não Habilitado – Certificado de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação Licenciatura Plena em Ciências da Religião; Cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Educação Física	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física. Não Habilitado – Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física; Cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rhucaacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

Professor de Ciências	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências. Não Habilitado – Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Graduação em Licenciatura Plena Ciências; Cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Matemática	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática. Não Habilitado – Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Matemática; Cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de História	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em História. Não Habilitado – Certidão de frequência, a partir da 1ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História; Cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Geografia	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Geografia. Não Habilitado – Certidão de frequência, a partir da 1ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia; Cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Inglês	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Inglês. Não Habilitado – Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em de Graduação em Licenciatura Plena em Inglês; Cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

Professor de Língua Portuguesa	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior Licenciatura Plena em Língua Portuguesa. Não Habilitado – Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa; Cursando ou habilitado em outras graduações, Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Educação Infantil	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Educação Infantil ou Curso Normal Superior. Não Habilitado – Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia – Educação Infantil ou Curso Normal; Cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de Anos Iniciais	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Anos Iniciais ou Curso Normal Superior; Não Habilitado – Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia – Anos Iniciais ou Curso Normal; Cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor de EJA Educação de Jovens e Adultos	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior Licenciatura Plena. Não Habilitado – Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, Cursos de Graduação em Licenciatura Plena, cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

2.1.2. Cargos da Área de Educação Especial:

Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
Monitor de Educação Especial	Nível Médio Completo.	1 + CR	40h	1.485,02	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço

2.1.3. Cargos de Especialistas e Profissionais da Educação:

Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
Pedagogo	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Anos Iniciais ou Curso Normal Superior. Não Habilitado – Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia – Anos Iniciais ou Curso Normal; Cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Orientador Educacional	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Habilitação Orientação Educacional. Não Habilitado – Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Habilitação Orientação Educacional ou Curso Normal; Cursando ou habilitado em outras graduações; Magistério.	1 + CR	40h	2.557,74	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

2.1.4. Assistente Técnico Administrativo e Monitor de Educação Infantil:

Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
Monitor de Educação Infantil	Ensino Médio	1 + CR	30h	1.113,77	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Assistente Técnico Administrativo	Ensino Médio - Técnico Profissionalizante (Técnico em Administração)	1 + CR	40h	1.844,56	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço

2.1.5. Servente:

Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
Servente	Ensino Fundamental	1 + CR	40h	998,00	Objetiva

**2.1.6. Legendas Utilizadas:
CR: Cadastro Reserva.**

⁽¹⁾ Além do salário básico inicial, que será com base na formação do candidato e na lista em que ele se classificar (habilitado ou não habilitado), **limitado ao subsídio do Prefeito, nos termos do Art. 37, XI, da Constituição Federal**, poderá ainda ter outros benefícios, nos termos da legislação vigente.

⁽²⁾ O regime de trabalho para os cargos Admitidos em Caráter Temporário, na área do Ensino Fundamental, Educação infantil e EJA poderá ser de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, com salário proporcional, conforme a carga horária curricular das áreas e cargos disponíveis para contratação.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

2.1.7. Sobre o valor total da remuneração incidirão os descontos fiscais e previdenciários.

2.1.8. Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores públicos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais - Lei Complementar nº 070/2019, sendo a apuração processada na forma do Regime Disciplinar do mesmo Diploma, no que couber.

2.1.9. A contratação será pelo prazo determinado, nos termos da Lei nº 5.528, de 25 de março de 2015, visando atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e contatos atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo Simplificado sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo Simplificado deverá acompanhar, através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites www.seconcursos.com.br e www.pmc.sc.gov.br as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo Simplificado, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

2.5. Para a investidura, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, dispôr da documentação e preencher os requisitos a seguir:

2.5.1. Ter nacionalidade brasileira;

2.5.2. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar número da carteira;

2.5.3. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) original, emitido por médico do trabalho sob responsabilidade do contratado;

2.5.4. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão;

2.5.5. Não ter antecedentes criminais, estando em pleno exercício de seus direitos civil e políticos, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum;

2.5.6. Possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo de Profissionais do Magistério e Profissionais da Educação;

2.5.7. Ter idade mínima de 18 (anos) a completar na data de início da admissão;

2.5.8. Apresentar fotocópia da carteira de identidade, CPF, título de eleitor;

2.5.9. Apresentar fotocópia do diploma de graduação, histórico ou certificado de ensino médio e declaração atual de que está cursando graduação e qual fase ou ano;

2.5.10. Carteira de trabalho compatível para o trabalho;

2.5.11. Fotocópia da primeira folha e do verso da carteira do trabalho com foto e número do PIS/PASEP



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

- 2.5.12. Uma foto 3x4;
- 2.5.13. Comprovante de residência atualizado;
- 2.5.14. Comprovante da última eleição (1º e 2º turno);
- 2.5.15. Comprovante de regularização do CPF;
- 2.5.1.6. Comprovante de regularização dispensa militar (se homem);
- 2.5.17. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- 2.5.18. Certidão de casamento ou certidão de nascimento;
- 2.5.19. Declaração de Bens que constituem seu patrimônio (modelo fornecido);
- 2.5.20. Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos a qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitidas pelo respectivo órgão (modelo fornecido);
- 2.5.21. Documento de abertura da conta na agência Bradesco (Posto da Prefeitura).
- 2.5.22. Número atualizado do PIS/PASEP – Caixa Econômica e Banco do Brasil
- 2.5.23. O candidato deverá apresentar cópia dos documentos citados, acompanhados dos originais;
- 2.5.24. Na admissão somente será realizado a contratação mediante a apresentação de todos os documentos acima exigidos.

2.6 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Processo Seletivo Simplificado iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada exclusivamente via internet, sendo que o candidato deverá acessar o site www.sconcursos.com.br, onde terá acesso ao Edital e seus anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.sconcursos.com.br em “Concursos e seletivos”, “inscrições abertas”, selecionar o município de Canoinhas Edital 009/SME/2019;

3.2.2. Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.

3.2.3. Cadastrar-se, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)

3.2.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

3.2.5. Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

3.2.6. Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

3.2.7. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado, deverá ser atualizada no cadastro



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado a empresa SC Treinamentos por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: contato@scconcursos.com.br. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo Simplificado, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Canoinhas.

3.2.8. Não será aceita inscrição via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional ou, ainda, fora do prazo estabelecido.

3.3. O candidato deverá imprimir e pagar o boleto no valor determinado até a data limite, constante no respectivo documento.

3.3.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.3.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.3.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital, acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.3.4. A inscrição só será aceita quando o banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

3.3.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão de fundos.

3.3.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição, não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação do Processo Seletivo Simplificado.

3.3.7. A empresa SC Treinamentos e a Prefeitura Municipal não se responsabilizarão por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato.

3.3.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

3.4. O candidato deverá acompanhar a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição. Caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar recurso, conforme prazo determinado neste edital.

3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, de seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo Simplificado.

3.6. O Município de Canoinhas e a Empresa SC TREINAMENTOS não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via *internet*, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas, incompletas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3.7.1. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

3.7.2. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.7.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

3.7.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

3.8. Os candidatos poderão se inscrever em até dois cargos, desde que as provas sejam realizadas em horário/períodos diferentes (vide item 3.8.4 a seguir).

3.8.1. ATENÇÃO: Para os cargos de PEDAGOGO, ORIENTADOR EDUCACIONAL e PROFESSOR (TODOS), no momento da inscrição, o candidato deverá selecionar a função de acordo com a sua escolaridade (HABILITADO ou NÃO HABILITADO), conforme discriminado nas tabelas dos itens 2.1.1 e 2.1.3, sendo o único responsável pelas informações prestadas.

3.8.2. Quando da divulgação da Relação de Inscritos, constatada divergência de inscrição de sua escolaridade (Habilitado ou Não Habilitado), o candidato deverá requerer a troca por meio de recurso, anexando ao formulário eletrônico a comprovação conforme habilitação mínima dos itens 2.1.1 e 2.1.3 deste edital. Este será o único momento para correção dessa informação.

3.8.3. Por ocasião da contratação, se o candidato não apresentar a escolaridade informada na inscrição, não lhe caberá direito de remanejo para a outra lista, perdendo direito à vaga.

3.8.4. Os candidatos poderão inscrever-se em mais de uma função, desde que observados os turnos de aplicação da Prova Objetiva, conforme segue:

Turno	Cargos
MATUTINO	Professor de Ensino Religioso, Professor de Arte, Professor de Língua Portuguesa, Professor de Educação Física, Professor de Matemática, Professor Educação Infantil e Professor Anos Iniciais.
VERPERTINO	Professor de Inglês, Professor de História, Professor de Geografia, Professor de Ciências, Pedagogo, Orientador Educacional, Professor de Educação de Jovens e Adultos, Monitor de Educação Infantil, Monitor de Educação Especial, Assistente Técnico Administrativo e Servente

**Prefeitura de Canoinhas**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

3.9. O candidato que necessitar de **condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, ledor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.)** para a realização das provas deverá solicitá-lo encaminhando requerimento preenchido (Anexo II), via postal por SEDEX com AR, até o último dia de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

3.9.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala 2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Requerimento de condições especiais para realização de prova Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

3.9.2. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade e de acordo com o laudo médico específico ao candidato a ser apresentado. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local da empresa SC Treinamentos para que verifique e autorize seu uso.

3.9.2.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior acompanhado de laudo médico específico que ateste a necessidade de condição especial para realização da prova objetiva, o candidato não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

3.9.2.2. O candidato que necessitar de **cadeira adaptada para canhoto** deverá apenas encaminhar o Anexo II preenchido e assinado, conforme item 3.9, não sendo necessário encaminhar laudo médico para tal condição.

3.9.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito conforme o item 3.9, durante o período da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.9.3.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário de início das provas.

3.9.3.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

3.9.3.3. A candidata lactante, o acompanhante e a criança devem chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos.

3.9.3.4. Para a amamentação o lactente deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela Coordenação do Processo Seletivo Simplificado.

3.9.3.5. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por fiscal volante, e neste momento não poderá dialogar com o responsável pela guarda da criança.

3.9.3.6. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não poderá realizar as provas.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

3.9.3.7. A candidata é responsável pelos atos do adulto acompanhante, caso esse venha causar algum transtorno durante a realização das provas, a candidata será automaticamente eliminada do certame.

4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.

4.1.1. Para os cargos aprovados nesta condição, a aplicação do percentual de 10% não resulta a oferta imediata de vagas.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, bem como deverá encaminhar, via postal por SEDEX com AR, **até o dia designado no cronograma deste edital**, o original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos, emitido nos últimos 06 meses.

4.2.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Documentação para concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

4.4. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

4.5. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares que irão avaliar a sua condição física e mental, a qual terá a decisão terminativa



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão), para o exercício do cargo.

4.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

4.7. Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 9.508/2018.

4.8. Caso a aplicação do percentual de 5% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.9. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

4.10. Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos candidatos com deficiência que:

4.10.1. Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

4.10.2. Cujas deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

4.10.3. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO E DAS ISENÇÕES

5.1. O valor da taxa de inscrições:

- a) Para os cargos de nível Fundamental e Alfabetizado é de **R\$ 10,00 (dez reais)**.
- b) Para os cargos de nível Médio e/ou Técnico é de **R\$ 10,00 (dez reais)**.
- c) Para os cargos de Nível Superior e Professores é de **R\$ 20,00 (vinte reais)**.

5.2. São isentos da taxa de inscrição neste Processo Seletivo Simplificado:

- a) O candidato que esteja desempregado residente em Canoinhas;
- b) O candidato doador de sangue residente no território canoinhense.

5.2.1. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue residente no território canoinhense deverá enviar até a data prevista no cronograma, os seguintes documentos:

5.2.1.1. Requerimento de Isenção (Anexo VII), completamente preenchido e assinado, assinalando a opção “doador de sangue”.

5.2.1.2. Cópia do comprovante provisório de inscrição.

**Prefeitura de Canoinhas**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

5.2.1.3. Cópia autenticada de comprovante de residência no município.

5.2.1.4. Cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 3 (três), vezes ao ano.

5.2.1.5. O candidato deve encaminhar a documentação dos itens acima, via postal por SEDEX com AR, até a data prevista no cronograma deste edital, conforme o item 5.2.3.

5.2.1.6. A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo Simplificado.

5.2.2. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por estarem desempregados residentes em Canoinhas deverá enviar até a data prevista no cronograma, os seguintes documentos:

5.2.2.1. Requerimento de Isenção (Anexo VII), completamente preenchido e assinado, assinalando a opção “desempregado” e declarando que não é detentor de cargo público e declarando que não possui outra fonte de renda.

5.2.2.2. Cópia do comprovante provisório de inscrição.

5.2.2.3. Cópia autenticada da carteira de trabalho, da página com os dados do candidato, da página do último registro de emprego e da página seguinte que deve estar em branco;

5.2.2.4. Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal - CadÚnico.

5.2.2.5. Cópia autenticada de comprovante de residência no município.

5.2.2.6. Encaminhar a documentação do item acima, via postal por SEDEX com AR, até a data prevista no cronograma deste edital, conforme o item 5.2.3.

5.2.2.7. A constatação de falsidade nas declarações apresentadas, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo Simplificado.

5.2.3. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Documentação para isenção de taxa de inscrição Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

5.2.4. O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Isenção.

5.2.5. Sendo indeferido o pedido de isenção da taxa de inscrição, restará ao candidato pagamento da respectiva taxa de inscrição até a data limite constante no boleto.



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

5.2.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.2.7. Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção, acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

5.2.8. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda fora do prazo.

6. DA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO: PROVA OBJETIVA

6.1. **PROVA OBJETIVA (PO)** de múltipla escolha (05 alternativas), com 1 (uma) única alternativa correta que visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo 1, **a ser aplicada para todos os candidatos.**

6.1.1. Serão considerados aprovados para fins de classificação neste Processo Seletivo Simplificado os candidatos que não zerarem a nota da prova objetiva.

6.1.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 6.3.

6.2. A data e o horário de realização das provas objetivas serão conforme expresso a seguir:

6.2.1. A prova objetiva para os cargos de PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO, PROFESSOR DE ARTE, PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE MATEMÁTICA, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E PROFESSOR ANOS INICIAIS será realizada na data de 14 de dezembro de 2019, considerando os seguintes horários:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	8h e 00min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	8h e 30min
Início da prova	8h e 45min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até as	9h e 15min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	11h e 45min

6.2.2. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 8h e 30 minutos, sob qualquer alegação.

6.2.3. O tempo total de realização das provas já compreende o tempo necessário para preenchimento do cartão-resposta.

6.2.4. A empresa SC Treinamentos, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Processo Seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

6.2.5. A prova objetiva para os cargos de PROFESSOR DE INGLÊS, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE CIÊNCIAS, PEDAGOGO, ORIENTADOR EDUCACIONAL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO E SERVENTE será realizada na data de 14 de dezembro de 2019, considerando os seguintes horários:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	13 e 30min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	14h e 00min
Início da prova	14h e 15min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até as	14h e 45min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	17h e 15min

6.2.6. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 14h e 00minutos, sob qualquer alegação.

6.2.7. O tempo total de realização das provas já compreende o tempo necessário para preenchimento do cartão-resposta.

6.2.8. A empresa SC Treinamentos, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Processo Seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

6.3. A Prova Objetiva será composta do seguinte programa de provas:

6.3.1. Para os cargos de **NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E SUPERIOR:**

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Língua Portuguesa	4	0,25	1,00
Matemática	4	0,25	1,00
Conhecimentos Gerais	10	0,25	2,50
Conhecimentos Específicos	14	0,25	3,50
TOTAL	32		8,00

6.3.2. Para os cargos de **NÍVEL FUNDAMENTAL:**

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Língua Portuguesa	4	0,30	1,20
Matemática	4	0,30	1,20
Conhecimentos Gerais	10	0,30	3,00
Conhecimentos Específicos	12	0,30	3,60
TOTAL	30		10,00

6.4. Normas para ingresso no local de provas e prestação da prova objetiva

**Prefeitura de Canoinhas**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

6.4.1. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével e de material transparente.

6.4.1.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

6.4.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

6.4.1.3. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.

6.4.1.4. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

6.4.1.5. Em face de eventual divergência a empresa SC Treinamentos poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

6.5. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo Simplificado:

6.5.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado, bem como consultar livros ou apontamentos.

6.5.2. É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

6.5.3. Não será permitido ao candidato realizar as provas portando arma(s) de qualquer espécie; óculos escuros e artigos de chapelaria, tais como boné, chapéu, viseira, gorro ou similares; aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, relógio com calculadora, smartphones, tablets, ipods, pen drives, câmera fotográfica, aparelho para surdez, tocadores MP3 ou similares, gravadores, alarmes de qualquer espécie, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens, dentre outros); dicionário; apostila; material didático; livros; manuais; impressos; anotações; bebidas com rótulos, dentre outros. Todos estes materiais e/ou equipamentos deverão ser entregues voluntariamente, no momento do ingresso na sala



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheduacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

de prova, ao fiscal de sala, que os orientará sobre o correto acondicionamento de seus pertences na sala de provas.

6.5.4. A simples posse, mesmo que desligado de aparelhos eletrônicos, ou de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do Processo Seletivo Simplificado, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

6.5.5. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.5.6. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado.

6.6. A empresa SC Treinamentos, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo Simplificado poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

6.7. A empresa SC Treinamentos e a Prefeitura Municipal não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

6.8. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

6.9. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.10. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, a empresa SC Treinamentos poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

6.10.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pela empresa SC Treinamentos e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo Simplificado na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

6.10.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

6.11. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

6.12. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos.

6.13. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para o cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

6.13.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.

6.13.2. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala.

6.13.3. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas ou marcadas com mais de uma alternativa, emendadas ou rasuradas, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta.

6.13.4. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

6.13.5. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.

6.14. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

6.14.1. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que ainda não a efetuaram, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da entidade, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

6.14.2. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, o candidato que precisar utilizar o banheiro deve, antes de entregar o cartão resposta e sair de sala com seus pertences, solicita ao fiscal o acompanhamento até os sanitários.

6.15. No local da prova, os 03 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo.

6.15.2. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, ao representante da comissão executora do Processo Seletivo Simplificado.

6.16. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

**Prefeitura de Canoinhas**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

6.17. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, a resposta será corrigida no gabarito final.

6.18. Será atribuída nota 0,00 (zero) à resposta de questões objetivas:

- 6.18.1. Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- 6.18.2. Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- 6.18.3. Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- 6.18.4. Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- 6.18.5. Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

6.19. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

6.20. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

7. DA SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO: PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO

7.1. A PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO para todos os cargos de **NÍVEL MÉDIO/ TÉCNICO E SUPERIOR** a ser computada a todos os candidatos aprovados na prova objetiva será realizada no período de **18 de novembro de 2019 a 13 de dezembro de 2019** sendo que o candidato deverá enviá-lo, na forma dos itens a seguir, via postal por SEDEX com AR onde no exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

7.1.1. Os candidatos deverão efetuar os seguintes procedimentos para a apresentação dos títulos:

- a) Preencher devidamente o Anexo III numerando e ordenando corretamente os títulos a serem apresentados.
- b) Todas as folhas (**cópias originais ou reprográficas autenticadas em cartório ou cópias simples para os documentos que possuírem código para verificação de autenticidade, ou ainda, carimbo “confere com o original” emitido por profissional das Unidades Educacionais que possua carimbo de identificação**) deverão ser paginadas, de acordo com a ordem do título preenchido no formulário de avaliação de títulos.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: reducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

c) Os títulos devem ser grampeados na ordem de paginação com o Anexo III como primeira folha e ser entregues no local e horário indicados em envelope fechado e opaco.

d) Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou sem o devido preenchimento do formulário de avaliação de títulos ou ainda fora do prazo e horários determinados.

7.2. A Prova de Títulos e Tempo de Serviço (PT) PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (PROFESSOR, PEDAGOGO E ORIENTADOR) será de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva, conforme a seguir:

Títulos (concluídos) Descrição Pontuação	Descrição	Pontuação Máxima
Certificado de pós-graduação na área de atuação. <u>Entregar apenas 01 (um) e somente o de maior valor</u>	Doutorado	1,00
	Mestrado	0,75
	Especialização (mínimo 360 h/a)	0,60
Certificados de Cursos de Capacitação e Formação Continuada relacionados à área de conhecimento da vaga. Apenas serão aceitos certificados de curso de aperfeiçoamento emitidos no período de outubro de 2017 a outubro de 2019.	0,05 (cinco centésimos de ponto) para cada 40 horas de capacitação considerando a análise de certificados válidos, devidamente registrados na área educacional, totalizando o limite máximo de 400 (quatrocentas) horas de curso.	0,50
Tempo de Serviço (O Tempo de Serviço deverá ter relação direta com as atribuições do cargo, ou seja, não será aceito tempo de serviço de monitor ou agente educacional para o cargo de professor, por exemplo). Não serão considerados o tempo de serviço fracionado no magistério, monitoria, bolsa de estudo e voluntariado ou sobreposição de tempo nos documentos apresentados.	Tempo de serviço específico no cargo para o qual se inscreveu. (Será aceito tempo de serviço das esferas federal, estadual, municipal e particular). 0,025 (vinte e cinco milésimos de ponto) para cada 01 (um) ano de trabalho. Totalizando o limite máximo de 20 (vinte) anos de serviço	0,50

NOTA 01: Será considerado apenas um título de Doutorado, ou de Mestrado, ou de Especialização (mínimo 360 h/a). A pontuação deste quesito não é cumulativa, sendo considerado apenas um título.

NOTA 02: Não haverá fracionamento na contagem das horas de curso e do tempo de serviço, ou seja, não será pontuado tempo inferior a 40 horas de curso e/ou um ano de tempo de serviço.

7.3. A Prova de Títulos e Tempo de Serviço (PT) PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO) será de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva, conforme a seguir:

Títulos (concluídos) Descrição Pontuação	Descrição	Pontuação Máxima
Certificados de Cursos de Capacitação e Formação Continuada relacionados à área de	0,1 (um décimo de ponto) para cada 40 horas de capacitação considerando a análise de	1,00



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

conhecimento da vaga. Apenas serão aceitos certificados de curso de aperfeiçoamento emitidos no período de outubro de 2017 a outubro de 2019.	certificados válidos, devidamente registrados na área educacional, totalizando o limite máximo de 400 (quatrocentas) horas de curso.	
Tempo de Serviço (O Tempo de Serviço deverá ter relação direta com as atribuições do cargo, ou seja, não será aceito tempo de serviço de monitor ou agente educacional para o cargo de assistente técnico administrativo, por exemplo). Não serão considerados o tempo de serviço fracionado no magistério, monitoria, bolsa de estudo e voluntariado ou sobreposição de tempo nos documentos apresentados.	Tempo de serviço específico no cargo para o qual se inscreveu. (Será aceito tempo de serviço das esferas federal, estadual, municipal e particular). 0,05 (cinco centésimos de ponto) para cada 01 (um) ano de trabalho. Totalizando o limite máximo de 20 (vinte) anos de serviço	1,00

NOTA 01: Não haverá fracionamento na contagem das horas de curso e do tempo de serviço, ou seja, não será pontuado tempo inferior a 40 horas de curso e/ou um ano de tempo de serviço.

I. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

II. Não serão pontuados certificados de cursos de graduação, aperfeiçoamento ou de pós-graduação caso sejam pré-requisitos para assumir o cargo escolhido.

III. Para a comprovação do Tempo de serviço serão aceitas cópias legíveis da Carteira de Trabalho e Previdência Social: da folha de identificação (que contém a foto), frente e verso e das páginas em que consta o contrato de Trabalho ou Declaração de tempo de serviço (em papel timbrado) com carimbo e com assinatura do responsável pela emissão que expresse claramente a função exercida pelo candidato e indique o período de trabalho em dia, mês e ano ou em total de dias.

IV. O Tempo de Serviço deverá ter relação direta com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição ou não serão computados.

V. Os diplomas de cursos de pós-graduação emitidos no exterior deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

VI. Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 1º de julho de 2019, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas no trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

VII. Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com a área da educação.

VIII. Não serão pontuados boletim de matrícula, histórico escolar desacompanhado do certificado, atestados de frequência, ou outro documento que não ateste claramente que o curso foi concluído.

IX. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

X. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

XI. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

XII. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

XIII. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

XIV. A Comissão responsável pelas análises dos títulos poderá solicitar ao candidato outro(s) documento(s) que achar conveniente para confirmar as informações prestadas.

7.4. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas de títulos.

7.5. Para os demais cargos não haverá a segunda etapa neste Processo Seletivo, sendo a nota final correspondente apenas à da prova objetiva.

8. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. **Para todos os cargos de NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E SUPERIOR** a nota final será:

Nota da Prova Objetiva + Nota da Prova de Títulos e Tempo de Serviço

8.2. **Para o cargo de SERVENTE** a nota final será igual a nota da Prova Objetiva.

8.3. São critérios para a Classificação neste Processo Seletivo:

a) Ter sido aprovado na Prova Objetiva.

8.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

8.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos, será:

8.4.2. Que obtiver maior nota na prova de Títulos e Tempo de Serviço (exceto para o cargo de Servente);

8.4.3. Que obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

8.4.4. Que tiver maior idade;

8.4.5. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço da empresa SC Treinamentos, até o dia útil subsequente ao último dia de inscrições, original ou cópia autenticada em cartório da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, emitidos a partir de 10 de agosto de 2008.

8.4.5.1. Os documentos enviados pelo correio, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal da correspondência.

**Prefeitura de Canoinhas**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

8.4.5.2. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Benefício da Lei 11.689/2008 - Desempate Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

8.4.6. Sorteio Público.

8.4.6.1. O sorteio público, a ser divulgado em data, horário e local em edital próprio, será realizado com a presença de representantes da comissão do Processo Seletivo e da presença dos candidatos em questão que serão comunicados da sessão. Se os candidatos não se fizerem presentes no local, dia e horário marcado para a realização do sorteio público, o mesmo acontecerá sem maiores prejuízos, sendo que ao final será lavrada ata pela comissão com os resultados do sorteio público.

8.5. Para os cargos DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, os candidatos serão classificados conforme nota obtida em ordem decrescente, sendo que haverá duas classificações separadas, inclusive para as pessoas com deficiência, a saber:

- a) Lista dos Candidatos Habilitados;
- b) Lista dos Candidatos Não Habilitados;

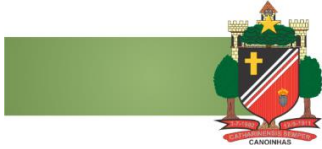
8.6. Para a contratação, será iniciado o chamamento pela lista dos Habilitados e, somente quando não restarem mais candidatos Habilitados interessados nas vagas, será iniciado o chamamento da lista dos Não Habilitados.

9. DOS RECURSOS

9.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 9.1.1. Da impugnação do presente Edital;
- 9.1.2. Do não deferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição;
- 9.1.3. Do não deferimento do pedido de inscrição;
- 9.1.4. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 9.1.5. Da nota da prova objetiva;
- 9.1.6. Da nota da Prova de Títulos e Tempo de Serviço;
- 9.1.7. Da classificação Provisória.

9.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Educação, no Município de Canoinhas.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

9.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa SC TREINAMENTOS – www.sconconcursos.com.br da seguinte maneira:

9.3.1. Acessar a área do candidato no site www.sconconcursos.com.br, e realizar login identificando-se.

9.3.2. Na área do candidato em “minhas inscrições” localizar o Processo Seletivo Simplificado Edital 009/SME/2019 de Canoinhas;

9.3.3. Na coluna “opções” (à direita) deslize o mouse sobre o botão e clique em "Solicitar Recurso".

9.3.4. Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

9.3.5. No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

9.3.6. Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.

9.3.7. Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

9.3.8 Clicar em “enviar”.

9.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente.

9.4.1. No caso de recursos contra questões ou gabarito, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão e conter cópia da bibliografia mencionada. **Simples pedidos de revisão de questões não serão analisados.**

9.5. A banca examinadora da entidade executora do presente Processo Seletivo Simplificado constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9.6. A empresa SC Treinamentos não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

9.7. Recursos com teor ofensivo que desrespeite a banca examinadora serão preliminarmente indeferidos.

9.8. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.sconconcursos.com.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

9.9. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

9.10. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.scconcursos.com.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

9.11. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo Simplificado terá validade de 2 (dois) anos, a contar de sua homologação final podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

10.2. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

10.3. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo Simplificado não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município, sendo que a admissão é de competência do Município, dentro da validade do Processo Seletivo Simplificado ou de sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

10.4. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município.

10.5. Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e autorizada a contratação pelo Prefeito, será publicado Edital de Chamada Pública, organizado pela Secretaria Municipal de Educação e divulgado no site www.pmc.sc.gov.br.

10.6. O candidato classificado que escolher vaga no ano de 2020 será admitido em caráter temporário somente para o ano de 2020, de acordo com a legislação em vigor. No início de 2021 haverá nova chamada pública de acordo com a ordem da classificação deste processo seletivo. O candidato classificado que escolher vaga no ano de 2021 será admitido em caráter temporário somente para o ano de 2021, de acordo com a legislação em vigor.

10.7. A não apresentação dos documentos e confirmação dos requisitos descritos no item 2.5 deste edital, na ocasião da contratação, implicará impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

10.8. A convocação dos candidatos será feita através de chamamento Público por meio de publicação no site <https://www.pmc.sc.gov.br>.

10.9. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar as publicações feitas pelo Município de Canoinhas através do site oficial do Município, assim como, apresentar-se no dia determinado.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

10.10. O candidato não comparecendo ao Chamamento ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação, serão convocados, conforme item 10.8, os demais candidatos, observando-se a ordem classificatória decrescente.

10.11. As publicações referente ao preenchimento das vagas e chamamentos, após a Homologação Final do Processo Seletivo, serão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, sendo a mesma responsável por todos os procedimentos técnico-administrativos, atendendo a legislação vigente, a partir do dia **27 de janeiro de 2020**, no site oficial da Prefeitura do Município de Canoinhas (<http://www.pmc.sc.gov.br/portalcidadao/index/detalhes/codMapaItem/18102/codServico/385>).

10.12. No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para contratação pelo tempo remanescente, os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória.

10.13. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Canoinhas e nos sítios www.seconcursos.com.br e www.pmc.sc.gov.br.

11.2. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.seconcursos.com.br.

11.3. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo Simplificado e respostas de recursos. Informações que constam no edital não serão dadas via telefone, o candidato antes de inscrever-se deve ler atentamente o edital.

11.4. Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma descrita neste edital.

11.5. O Município de Canoinhas e a empresa SC Treinamentos não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo Simplificado sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: reducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

11.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado, sendo a Comissão Executora competente também para julgar, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

11.7. Todas as despesas referentes aos deslocamentos, hospedagem e alimentação dos candidatos correrão por sua própria conta, eximindo-se a empresa SCHEILA APARECIDA WEISS – ME (SC TREINAMENTOS) e o Município de Canoinhas da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes, inclusive no caso de eventual reaplicação de provas.

11.8. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Conteúdo Programático da Prova Objetiva.
- b) Anexo II - Requerimento de Condições Especiais para Realização de Prova.
- c) Anexo III - Formulário de Avaliação de Títulos.
- d) Anexo IV – Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição.
- e) Anexo V - Atribuições dos cargos.

Prefeitura Municipal de Canoinhas, em 19 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito Municipal



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pme.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

Cargo/Nível	Conteúdo
Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos para cargo de nível superior e médio para profissionais do magistério e profissionais da educação: professor, pedagogo, monitor de educação especial, monitor de educação infantil e assistente técnico administrativo.	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de ensino aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal no que refere a Educação; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Didática Geral. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; conhecimentos básicos de normas de higiene pessoal Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia; Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA).
Matemática para cargo de nível superior para profissionais do magistério (professor e pedagogo e orientador)	Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, sistema de numeração decimal. Raízes, proporcionalidade entre segmentos, semelhança de figuras, os números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística.
Língua Portuguesa para cargo de nível superior para profissionais do magistério (professor e pedagogo)	Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira, Gêneros literários e discursivos.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rbeducacao@pme.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

Professor de Arte	Base Nacional Comum Curricular (BNCC): História da arte; Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade. Conceitos de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas: musical, visual, cênica, articulados aos processos de contextualização, produção artística, leitura de imagens e obras de arte. Relações concepções de arte e práticas de arte na escola. Concepções e metodologias do ensino da arte.
Professor de Ensino Religioso	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Pluralidade Religiosa; Tipos de Religião; Práxis Religiosa; História da Igreja no Brasil; Escatologia; Mitologia; Símbolos e Rituais Religiosos; Ética e Moral; Evolução religiosa.
Professor de Educação Física	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos de ginástica (formativa, olímpica e rítmica), jogos (faz de conta, tradicionais, de construção, pré-esportivos e dramatização), dança (brinquedos cantados, cantigas de roda, linguagem gestual, expressão corporal, atividades rítmicas, danças folclóricas, populares, modernas, clássicas, salão e esporte (atletismo, handebol, voleibol, futebol, tênis de mesa, lutas e esportes regionais) dentro das diversas formas em que se apresentam, quer no âmbito individual quer no coletivo.
Professor de Geografia	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Espaço geográfico; Lugar; Paisagem; Território; Região; Orientação e representação espacial; Fusos horários; Ambiente natural: ocupação, preservação/conservação; Economia e sociedade: desigualdades mundiais; Diversidade étnica e religiosa: conflitos sociais no Brasil e no mundo; Globalização: diferenças regionais, Canoinhas no estado/no país.
Professor de Anos Iniciais	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidades, objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas.



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

Professor Educação Infantil	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Esrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.
Professor de História	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Conhecimentos e conceitos produzidos historicamente pela humanidade presentes nos vários temas/conteúdos que compõem a História Regional (Santa Catarina), História do Brasil, História da América e História Geral; História e cultura afro-brasileira e indígena; Temporalidade; Tempo/espaço; Cultura; Cotidiano; Relações sociais e de poder; Gênero; Etnia; Imaginário; Memória; Identidade; Trabalho; Relações de produção; Ideologia.
Professor de Língua Portuguesa	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Estruturas linguísticas da Língua Portuguesa. Texto e discurso. Dialogismo, intertextualidade, interdiscursividade e gêneros textuais. A semântica textual: conteúdo e forma/estruturação frasal e textual. Morfossintaxe da Língua Portuguesa. Coesão/coerência e elementos gramaticais. Filosofia e temática da literatura brasileira. O processo de desenvolvimento infantil com ênfase na literatura.
Professor de Matemática	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Relações e Funções: domínio, imagem, função afim, função quadrática; Equações e Inequações; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Trigonometria: relações trigonométricas no triângulo retângulo; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção.
Professor de Inglês	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Concepções metodológicas referentes ao processo de ensino e aprendizagem da Língua Inglesa. Compreensão escrita em Língua Inglesa. Compreensão e interpretação de Textos. Conhecimento do vocabulário, da literatura, aspectos culturais e expressões idiomáticas. Elementos de linguagem: fonéticos-fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos.
Professor de Ciências	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Concepção de Ciências e Ensino de Ciências; Práticas pedagógicas para o



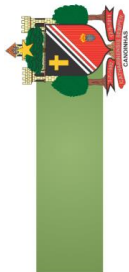
Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rhuacaao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

	Ensino de Ciências; Avaliação no Ensino de Ciências; História do Ensino de Ciências no Brasil; Ciências como produção humana; Conceitos específicos da área: ecossistema; sustentabilidade; biodiversidade; natureza / ambiente / ecologia; tecnologia / nanotecnologia / biotecnologia; Noções de legislação ambiental; Princípios de educação ambiental; Questões ambientais atuais (aquecimento global, água, efeito estufa, resíduos sólidos). Ciências Morfológicas: Anatomia humana, Citologia, Embriologia Humana, Histologia, Morfologia. - Ecologia; - Educação Ambiental; - Parasitologia; - Reino Animal, Vegetal e Mineral; - Solo, água e ar.
Professor de EJA Educação de Jovens e Adultos	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Legislação da Educação de Jovens e Adultos; Legislação Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Política nacional, estadual e municipal do Idoso; Pesquisa como princípio educativo; O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos; Avaliação na perspectiva processual; Letramento; O ensino e a aprendizagem da leitura; Gêneros discursivos.
Pedagogo	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Dificuldades de aprendizagem, Lei 4.851 de 14/11/2011 do Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas e Lei Complementar 0038 de 14/11/2011 do Plano de Cargos, Carreira, Salários e Remuneração do Magistério e dos Profissionais da Educação do Município de Canoinhas, Funções do Pedagogo de acordo com as leis Lei 4.851 de 14/11/2011 e Lei Complementar 0038 de 14/11/2011. Pedagogia como teoria e prática da educação; tendências pedagógicas em educação; abordagens do processo de ensino e aprendizagem. Elaboração e realização de projetos de pesquisa, leitura e interpretação de indicadores sócio educacionais e econômicos; qualidade social da educação, objetivos da escola, práticas de organização e gestão.
Orientador Educacional	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Lei 4.851 de 14/11/2011 do Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas e Lei Complementar 0038 de 14/11/2011 do Plano de Cargos, Carreira, Salários e Remuneração do Magistério e dos Profissionais da Educação do Município de Canoinhas, Funções do Orientador Educacional de acordo com as leis Lei 4.851 de 14/11/2011 e Lei Complementar 0038 de 14/11/2011. Orientação educacional: aspectos sociais, históricos e políticos. As tendências da educação brasileira e a orientação educacional. Abordagem de Orientação Educacional centrada no Projeto Político Pedagógico e no currículo. Gestão democrática escolar e articulação comunitária. O orientador educacional e a ação



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pme.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

	integrada na instituição escolar. Os especialistas em educação e a prática pedagógica na Proposta Curricular de Santa Catarina de 1991. Escola e Democracia. Escola e a articulação com a comunidade. Escola e Cultura.
Matemática para cargo de nível médio para profissionais da educação: monitor de educação especial, monitor de educação infantil, e assistente técnico administrativo.	Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, sistema de numeração decimal e romana. Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, os números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística.
Língua Portuguesa para cargo de nível médio para profissionais da educação: monitor de educação especial, monitor de educação infantil, e assistente técnico administrativo	Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira. Gêneros literários e discursivos.
Monitor Educação Infantil – ensino médio	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Concepção de Educação infantil na atualidade, o Lúdico e a educação infantil, recreação, desenvolvimento psicossocial da criança 0-3 anos, A inclusão escolar, Relacionamento Adulto x Criança, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Desenvolvimento Infantil físico, psíquico e social, Recreação: Atividades recreativas, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem, Planejamento de aula: habilidades, objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, audição, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas.
Monitor Educação Especial – ensino médio	Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Definições dos tipos de deficiência; Nota técnica SEESP/GAB nº 19/2010; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Resolução do CNE/CEB nº 4/2009; Decreto nº 3298/1999, Práticas pedagógicas para alunos com deficiência.
Assistente Administrativo – ensino médio técnico	Conceito de administração pública. Princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Noções sobre registros de expedientes, agendamento, seletividade de documentações e pautas de reuniões. Técnicas de arquivos. Elaboração de ofícios, correspondências, formas de tratamentos e abreviações de tratamentos de personalidades. Noções de técnicas de secretariado, uso de fax e internet. Regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Normas patrimoniais e seu gerenciamento (tombamento, controle, termos de responsabilidades, baixas, transferências e alienação).



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rhucaacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

Matemática para cargo de Servente - nível fundamental	<p>Noções básicas sobre licitações e contratos administrativos. Noções básicas de Informática.</p> <p>Números Naturais e sistemas de numeração decimal; operações com números naturais, inteiros, racionais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; Expressões numéricas, resolução de problemas, Equações de primeiro e segundo grau; Espaço e forma, grandezas e medidas; proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, formas geométricas, medidas de superfície, medidas de comprimento, simetria e medidas de massa, ângulos e retas, medidas de tempo, polígonos, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade; noções de estatística, porcentagem, juros simples, gráficos e tabelas.</p>
Língua Portuguesa para cargo de Servente - nível fundamental	<p>Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico.</p>
Conhecimentos Gerais para cargo de nível ensino fundamental para servente.	<p>Aspectos socioeconômicos, geográficos, históricos e político do mundo, do Brasil, de Santa Catarina, e do Município de Canoinhas. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural. Informações atuais de ampla divulgação na imprensa sobre esses aspectos no Estado de Santa Catarina e no Brasil; Cidadania: Conhecimentos básicos sobre política, direitos humanos, meio-ambiente e saúde.</p>
Servente – ensino fundamental	<p>Técnicas de uso e conservação de material de limpeza; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo hospitalar. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando-se a prática do dia a dia.</p>

**Prefeitura de Canoinhas**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA**ANEXO II****REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS**

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo Simplificado nº _____ da Prefeitura Municipal _____, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

I – () Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte _____ N.º da Fonte _____

II – () Sala de Amamentação:

Nome do acompanhante: _____

III – () Intérprete de Libras.**IV – () Outra necessidade:**

Especificar:

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

ANEXO III

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

☐ **Doutorado** ou ☐ **Mestrado** ou ☐ **Pós Graduação** e/ou ☐ **Cursos**

Página	Título/Instituição	Cidade/UF

☐ **Tempo de Serviço na Área**

Página	Instituição	Cargo	Anos	Meses	Dias
SOMA TOTAL DO TEMPO DE SERVIÇO PARA O CARGO ESCOLHIDO					

Obs.: A página 1 refere-se a este anexo, as demais páginas devem ser assinaladas nas tabelas deste anexo em ordem crescente, todos os documentos enviados devem ser listados.

*** Numere os títulos anexados com o número de ordem informado neste formulário.**

Declaro que entreguei na data abaixo, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial do Processo Seletivo. Declaro ainda que estou ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do certame, sem prejuízo das sanções legais, bem como de que não serão aceitos títulos em desconformidade ao descrito no edital.

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo Simplificado nº _____ da Prefeitura Municipal _____, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria isenção da Taxa de Inscrição:

(Assinale a sua opção)

1) (☐) **DOADOR DE SANGUE**

Anexar: Comprovante provisório de inscrição, comprovante de no mínimo 3 (três) doações nos últimos 12 meses e comprovante de residência no Município de Canoinhas.

2) (☐) **DESEMPREGADO**

Anexar: Comprovante provisório de inscrição, comprovante de residência no Município de Canoinhas, Fotocópia do comprovante de renda (contracheque) ou declaração escrita de que se encontra desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho, e apresentar cópia do número de Identificação Social – NIS atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal, bem como, informando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº. 6.135, de 2007. **Assinalando esta opção, declaro sob as penas da lei, que não sou detentor de cargo público e que não possuo outra fonte de renda.**

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)



Prefeitura de Canoinhas
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

ANEXO V

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Atribuições: Profissional que coordena e executa tarefas da secretaria escolar. Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e regularidade da vida escolar do aluno a autenticidade dos documentos escolares; Redigir e expedir toda a correspondência oficial da Unidade Escolar; Organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, resoluções e demais documentos; Auxiliar na elaboração de relatórios; Rever todo o expediente a ser submetido a despacho do Diretor; Apresentar ao Diretor, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados; Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso; Assinar juntamente com o Diretor, os documentos escolares que forem expedidos, inclusive os diplomas e certificados; Preparar e secretariar reuniões, quando convocado pela direção; Zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais distribuídos à secretaria; Comunicar à direção toda irregularidade que venha a ocorrer na secretaria; Organizar e preparar a documentação necessária para o encaminhamento de processos diversos; Conhecer a estrutura, compreender e viabilizar o funcionamento das instâncias colegiadas na Unidade Escolar; Registrar e manter atualizados o assentamentos funcionais dos servidores; e executar outras atividades compatíveis com o cargo.

MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Atribuições: O monitor deve atuar de forma articulada com os professores do aluno com deficiência. Realizar acompanhamento e auxílio das AVD's (atividades de vida diária) como: banheiro, trocas, escovação, higiene das mãos, lanche. Acompanhamento se necessário, também nas aulas de Educação Física, Arte e informática. Auxílio a toda a turma quando a professora estiver ajudando o aluno com deficiência nas atividades pedagógicas. O aluno deverá frequentar normalmente as aulas nos dias em que o monitor faltar ou estiver em curso e reunião. Participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe e trocar experiências com os profissionais da unidade escolar. O monitor deverá registrar diariamente as atividades realizadas pelo aluno em sala de aula e fora dela e seu comportamento. O monitor deverá cumprir a carga horária de trabalho na sala de aula auxiliando o trabalho pedagógico mesmo na eventual ausência do aluno.

MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Atribuições: Profissional que auxilia o professor no atendimento às crianças de 0 a 3 anos matriculadas em período integral em Centros de Educação Infantil. Auxiliar o professor na realização das atividades junto às crianças em suas especificidades (higiene, alimentação e sono), atendendo as crianças. Substituir o professor sempre que fizer necessário, acompanhado de um profissional da educação, visando contribuir com o processo ensino- aprendizagem. Auxiliar o professor nas atividades pedagógicas, com sugestões para a elaboração e execução do planejamento e material didático e na avaliação das crianças sempre que solicitado, prestando



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -
E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

informações pertinentes. Cooperar com o professor na organização e higiene e conservação dos brinquedos disponíveis na sala de aula, bem como na conservação e higiene no ambiente de trabalho, contribuindo com a saúde e bem estar das crianças. Cooperar com o professor na observação das crianças para o preenchimento da ficha de avaliação de avaliação pedagógica. Providenciar materiais necessários ao atendimento das crianças nas atividades de rotina, bem como, participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento sempre que necessário. Participar dos momentos de estudos, semanal e quinzenalmente, bem como participar das reuniões com os pais, sempre que necessário, para a promoção pertinente de ações, referente à rotina vivenciada pelas crianças nos Centros de Educação Infantil. Agir com ética, respeito e solidariedade perante os colegas de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional. Respeitar a singularidade e particularidade do educando, bem como criar situações que elevam a autoestima da criança, tratando-a com afetividade, fortalecendo o vínculo com a mesma. Ser assíduo e pontual horário do serviço, zelando pela postura profissional, cumprindo as normas do CEI. Executar as ações planejadas pelo professor, quando da ausência deste, realizando a substituição de acordo com o preestabelecido pelo mesmo. Criar situações que elevam a autoestima da criança, de acordo com o conhecimento adquirido e tratando-a com afetividade, promovendo o bem estar da criança no CEI. Zelar pela ordem, disciplina, conservação do material didático e do imóvel junto às crianças, estimulando nelas o senso de limpeza e organização. Comparecer às reuniões para as quais for convocado, ainda que em horários e datas diferentes do normal de aulas. Seguir as normas e determinações das unidades escolares e/ou Secretaria Municipal de Educação. Participar integralmente e colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e comunidade. Participar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico do CEI. Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

PEDAGOGO E ORIENTADOR EDUCACIONAL

Respeitadas as peculiaridades de cada função que especifica o trabalho dos Pedagogos e Especialistas em Assuntos Educacionais, todos terão como funções básicas:

Garantir que a escola cumpra a sua função social de construção do conhecimento; Diagnosticar junto à comunidade escolar (direção, especialistas, professores, pais, alunos, APP) as suas reais necessidades e recursos disponíveis e identificar a situação pedagógica da escola; Promover e garantir a articulação entre escola, família e comunidade; Coordenar a elaboração do Projeto Político Pedagógico acompanhando sua execução e oferecendo subsídios atualizados para os docentes; Providenciar, junto à administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários à viabilização do Projeto Político Pedagógico na escola; Coordenar, juntamente com o diretor e secretário de escola, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos; Coordenar a elaboração e acompanhar a execução do planejamento curricular garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo; Promover a avaliação permanente do currículo visando o replanejamento; Garantir o acesso e a permanência na escola; Promover o aperfeiçoamento permanente de professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudos visando à construção das competências do docente; Garantir a unidade teoria-prática, conteúdo-forma, meio-fim, todo- partes, técnico-político, saber-não-saber; Promover a construção de estratégias pedagógicas que visam separar a rotulação, discriminação e exclusão das classes marginalizadas; Participar da elaboração do Regimento Escolar; Trabalhar coletivamente para que a escola não se desvie de sua verdadeira função; Promover a análise crítica dos textos didáticos e



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

a elaboração de materiais didáticos mais adequados aos alunos e coerentes com as concepções do homem e da sociedade que direcionam a ação pedagógica; Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos; Contribuir para que a organização de turmas e o horário escolar considerem as condições materiais de vida dos alunos compatibilizando estudo-trabalho; Estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola; Estimular a reflexão coletiva de valores: liberdade, justiça, honestidade, respeito, solidariedade, fraternidade, comprometimento social; Cumprir com os horários pré-determinados pela escola; Buscar atualização constante.

A Orientação Educacional será instituída nos estabelecimentos para especificamente encaminhar e atuar na Unidade Escolar: A promoção do desenvolvimento humano, social e intelectual da clientela que compreende os educandos; Incumbência do aconselhamento vocacional dos educandos, em cooperação com os professores, a família e a comunidade; Promover a participação dos pais e alunos no Projeto Político Pedagógico; Garantir a participação de pais e alunos no Conselho de Classe; Dar apoio aos alunos em necessidades pessoais e em dificuldades comportamentais; em parceria com as famílias. Auxílio aos educandos em suas necessidades de saúde e de relacionamento pessoal e institucional. Auxiliar aos alunos em suas dificuldades de aprendizagem; Participar do processo de escolha de representantes de turmas (aluno, professor) com vistas ao redimensionamento do processo ensino-aprendizagem.

Ao Pedagogo será instituída nos estabelecimentos para especificamente encaminhar e atuar na Unidade Escolar: Realizar tarefas inerentes à profissão, tais como planejar, orientar, decidir, escolher formas de ensino e material didático apropriado aos programas de ensino que se pretende atingir; Promover cursos de aperfeiçoamento para os professores municipais e propor programas de formação continuada para docentes, Promover sessões de estudo, acompanhar e dar apoio ao trabalho docente para efetivar a qualidade de ensino nas unidades educacionais; Supervisionar o ensino, verificando sua adequação às determinações pedagógicas e aos padrões curriculares, supervisionar programas de caráter cívico, cultural, artístico e esportivo; Orientar os trabalhos de secretaria de escola visando à correta apresentação dos planos de curso e disciplina, acompanhar notas, diários, históricos escolares e documentação escolar pertinente à vida escolar do educando; Instruir na composição do projeto político-pedagógico da unidade de ensino; Acompanhar a execução e implementação dos planos municipais de educação, Coordenar junto com o Orientador Educacional o conselho de classe em seu planejamento, execução e avaliações; Garantir que a escola cumpra sua função social de socialização e construção do conhecimento; Acompanhar a execução do currículo, estudando-o com os professores, proporcionando métodos e técnicas para aplicação do mesmo; Planejar, coordenar e elaborar diagnósticos, utilizando recursos pedagógicos e técnicas especiais para intervir no processo ensino aprendizagem, quando necessário; Apresentar relatórios periódicos ou a pedido; Fornecer dados estatísticos acerca das atividades desenvolvidas; Colaborar para que aconteça a articulação teórica e prática, realizando o trabalho de apoio pedagógico aos educandos que apresentam dificuldades de aprendizagem, contribuindo para a redução dos índices de repetência e evasão das unidades escolares; Atender alunos com dificuldades de aprendizagem em atividades de reforço escolar; Esclarecer os professores nos aspectos didáticos e pedagógicos, orientando-os na execução do planejamento escolar; Realizar cronograma de acompanhamento quinzenalmente com o professor regente, atendendo suas dificuldades; Trabalhar de forma integrada com os demais profissionais das unidades educacionais; Participar de reuniões e eventos promovidos pela Unidade Escolar e



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Educação, quando solicitado ou convocado; Participar da promoção e execução de ações de integração escola- comunidade; Colaborar com a Unidade Escolar quando docentes estiverem de atestado médico; Avaliar juntamente com o professor e orientador educacional, a necessidade de encaminhamento do educando para atendimento junto ao Programa Espaço Crescer (Fonoaudióloga, Psicóloga e Assistente Social ao Educando); Buscar atualização permanente na área pedagógica e de informática; Executar outras atividades que lhe forem determinadas.

PROFESSORES

Atribuições: Planejar, ministrar aulas, orientar a aprendizagem dos alunos e zelar pelo desenvolvimento do aluno, respeitando seus interesses e conhecimentos prévios; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Cooperar com os serviços dos Pedagogos e Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola; Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer; Cumprir com os horários pré-determinados pela escola; Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menor rendimento; Executar o trabalho docente em consonância com a proposta curricular da escola; Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente; Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor; Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos; Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino; Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Zelar pela aprendizagem do aluno; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Produzir com as crianças as regras do grupo, estimulando nestas o senso de limites e respeito. Executar o trabalho em conjunto com os profissionais que realizam monitoria, visando a plena atenção ao aluno. Agir com ética, respeito e solidariedade perante companheiros de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional. Cultivar um bom relacionamento com alunos, pais responsáveis. Atuar em parceria com outros profissionais. Utilizar materiais adequados à faixa etária das crianças, estimulando seu processo de desenvolvimento cognitivo. Criar situações que elevam a autoestima da criança, tratando-a com afetividade, melhorando o vínculo com a mesma e consequentemente, facilitando o processo ensino-aprendizagem. Cumprir os dias letivos e horas/aula e horas atividades estabelecidas no calendário escolar de acordo com legislação vigente, bem como cumprir demais orientações e determinações da Unidade Escolar e Secretaria Municipal de Educação. Participar de eventos extraclasse estabelecidos no calendário escolar, bem como participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao



Prefeitura de Canoinhas

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: 3 de maio, 142 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7777 - Fax: 3621-7716 -

E-mail: rheducacao@pmc.sc.gov.br CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

desenvolvimento profissional. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, promovendo a integração entre estes. Apresentar domínio de conteúdo, utilizando linguagem adequada à compreensão dos alunos. Apresentar domínio de classe com autoridade, respeito e cooperação, mantendo o bom relacionamento com os alunos. Manter a sala de aula com ambiência pedagógica estimuladora da aprendizagem. Elaborar diferentes instrumentos de avaliação, com critérios bem definidos, a partir da matriz de habilidades. Fazer a reavaliação do processo de aprendizagem dos alunos, sempre que o Conselho de Classe assim determinar. Estabelecer estratégias de recuperação de estudos sempre que os alunos apresentarem baixo rendimento, revendo os conteúdos relevantes. Definir juntamente com a equipe técnico-administrativa da unidade escolar, serviços especializados e de apoio, planos de ação com estratégias de intervenção e recursos didáticos específicos e/ou diferenciados, que possibilitem aos alunos que apresentam deficiência, transtorno ou altas habilidades/superlotação, o desenvolvimento das habilidades previstas na matriz curricular, de cada etapa de ensino. Redigir, quando solicitado, parecer descritivo para acompanhar o histórico do aluno com deficiência, transtorno ou altas habilidades/superlotação. Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

SERVENTE

Atribuições: Manter a área física sempre limpa e organizada; Seguir as orientações da área da enfermagem de acordo com as exigências da vigilância sanitária; Atender as solicitações dos técnicos de acordo com as necessidades do CAPS; Executar todos os trabalhos de limpeza; Remover lixo e detritos; Fazer as arrumações nos locais de trabalho; Executar limpeza e conservação dos móveis; Zelar pela guarda e conservação dos materiais utilizados; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PMC Nº 009/2019

Publicação Nº 2230536

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PMC Nº 009/2019

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para preenchimento de vagas temporárias do quadro de pessoal do Município e para a formação de cadastro de reserva de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público com execução técnico-administrativa da empresa SC Treinamentos, para vagas de Professor de Arte, Professor de Ensino Religioso, Professor de Educação Física, Professor de Ciências, Professor de Matemática, Professor de História, Professor de Geografia, Professor de Inglês, Professor de Língua Portuguesa, Professor de Educação Infantil, Professor de Anos Iniciais, Professor de EJA Educação de Jovens e Adultos, Monitor de Educação Especial, Pedagogo, Orientador Educacional, Monitor de Educação Infantil, Assistente Técnico Administrativo e Servente. As provas objetivas serão realizadas na data de 14 de dezembro de 2019. O envio dos documentos para a Prova de Títulos deverá ser realizado no período de 19 de novembro de 2019 a 13 de dezembro de 2019. As inscrições serão realizadas somente através da internet no site www.sconcursos.com.br, no período de 19/11/2019 até às 23h59min do dia 01/12/2019. As demais informações encontram-se no edital completo afixado no mural oficial da Prefeitura Municipal de Canoinhas e nos sites www.canoinhas.sc.gov.br e www.sconcursos.com.br.

Canoinhas (SC), 19 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1617/2019

Publicação Nº 2230537

PORTARIA Nº. 1617/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR COMISSÃO ORGANIZADORA PROCESSO SELETIVO

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, previsto no Edital nº 007/SME/2019, com a seguinte composição:

- Telma Aparecida Peixer – matrícula 2342 – Presidente;
- Elfi Irene Noernberg – matrícula 2364;
- Flávia Lucia Haensch – matrícula 1164;
- Marco Aurélio de Brum – matrícula 15635;
- Vivian Lachman – matrícula 13226.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº 861/2018.

Canoinhas/SC, 18 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/11/2019.

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMC 21/2019

Publicação Nº 2229876

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 21/2019, QUE TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2019, às 08h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Janice de Fátima Stempinhak, nomeados pela Portaria nº 120/2019, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas, JACKIW ATACADO. LTDA EIRELI, representada pelo Sr. Clemente Jackiw, PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP, representada pelo Sr. Charles Gilson Lietzmann e empresas, PARANA FOODS COM. EIRELI, PAPEL MASTER SUL LTDA ME, PAULO ROBERTO DOS SANTOS, BILLIG COM. E SERVIÇOS EIRELI e MÁXIMA ATACADISTA EIRELI, sem representantes presentes. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação das empresas participantes, as quais foram analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação e representantes presentes. O CNPJ das empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidôneas no referido Portal. Todas as empresas apresentaram documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e por este motivo, participam com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou todas as empresas HABILITADAS no certame. Aberta a palavra aos participantes, os mesmos declinaram de usá-la. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da documentação. Caso não haja interposição de recurso no prazo estipulado fica marcada a data de 27/11/2019 às 13h30min para abertura das propostas. O envelope maior lacrado contendo os envelopes das propostas de preço das empresas participantes ficará acondicionado no cofre da Prefeitura. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Janice de Fátima Stempinhak
Presidente Secretário Membro Membro Suplente

PUBLICAÇÃO DA ATA DE JULGAMENTO DE NOVA PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 27/2019

Publicação Nº 2230508

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 27/2019, QUE TEM POR OBJETO A EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONCLUSÃO DAS OBRAS DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, COM ÁREA DE 541,92 M², NA RUA PAUL HARRIS, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS – CONTRATO DE REPASSE 818049/2015 – OPERAÇÃO 1.025.521-08/2015. Aos 18 (dezoito) dias do mês de novembro do ano de 2019, às 15h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Janice de Fátima Stempinhak, nomeados pela Portaria nº 120/2019, sob a Presidência do

primeiro, a fim de analisar a nova proposta apresentada pela empresa WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS, conforme previsto na ata de abertura de propostas, publicada no site do município em 14/11/2019 e Diário Oficial dos Municípios em 18/11/2019, referente ao empate ficto ocorrido no julgamento. Primeiramente foi verificado o protocolo a fim de ser verificado o cumprimento do prazo concedido. Dando continuidade aos trabalhos, a comissão julgou que a empresa atendeu as exigências do edital. Em razão disto, a empresa WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS foi declarada vencedora do certame, após utilizar o benefício garantido pelo artigo 44 da lei complementar 123/2006, com o valor de R\$ 296.962,24. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da nova proposta. A comissão encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pelos integrantes:

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Janice Stempinhak
Presidente Secretário Membro Membro

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 22/2019

Publicação Nº 2230236

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 22/2019

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/12/2019, às 13h45min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS ALFREDO MAYER – TRECHO 2, COM EXTENSÃO DE 133,54 METROS E GUILHERME GONCHOROVSKI TRECHO 2A, NA EXTENSÃO DE 140,00 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até às 13h30min do dia 19/12/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO Nº PMC 100/2019 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2230352

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PREGÃO N.º PMC 100/2019 (Eletrônico)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do PREGÃO Nº 100/2019 (Eletrônico), que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO À PACIENTES COM VÁRIAS PATOLOGIAS EM ATENDIMENTO A ATENÇÃO BÁSICA, DEMAIS PROGRAMAS EXISTENTES NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS E IDOSOS ABRIGADOS NO LAR DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO. Motivo: Licitação Fracassada. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO Nº PMC 77/2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2230356

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PREGÃO N.º PMC 77/2019 (Presencial)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do PREGÃO Nº 77/2019 (Presencial), que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CANOINHAS/SC E DEMAIS EQUIPAMENTOS QUE CONCORREM PARA O SEU FUNCIONAMENTO. Motivo: Revogada para lançamento em 2.020. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

RESOLUÇÃO 001/2019 COMSEA

Publicação Nº 2229615

RESOLUÇÃO Nº 001/2019 – COMSEA

Estabelece os Critérios para Fornecimento de Alimentos Hortifrutigranjeiros advindos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Termo de Adesão Municipal (modalidade compra com doação simultânea) do município de Canoinhas/SC.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), no uso de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, que Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com

vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências;
 CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5.160 de 29 de agosto de 2013, que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências;
 CONSIDERANDO a Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que Institui o Programa de Aquisição de Alimentos no Âmbito do Programa Fome Zero;
 CONSIDERANDO o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos;
 CONSIDERANDO a Deliberação Plenária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional reunido ordinariamente em 07 de Novembro de 2019;
 CONSIDERANDO a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Do Conselho Nacional de Assistência Social, que aprova a Política Nacional de Assistência Social;

RESOLVE

Artigo 1º- Definir Critérios, para a concessão dos Alimentos Hortifrutigranjeiros, fornecidos para famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional, atendidos pela Política Pública de Assistência Social, através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Entidades cadastradas.

As famílias atendidas com a cesta de alimentos hortifrutigranjeiros devem estar inseridas no Cadastro Único dos Programas Sociais (CADÚ-NICO) e estar de acordo com a seguinte ordem de prioridade, visto que, após atendido na integralidade o público prioritário do primeiro grupo, deveram ser contemplados o público prioritário do segundo grupo na integralidade e assim sucessivamente, conforme encontram-se descritos abaixo:

- GRUPO 1: Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família, prioritariamente as famílias em situação de extrema pobreza;
- GRUPO 2: Idosos, pessoas com deficiência e gestantes cuja renda per capita seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo, que não recebem Benefício de Prestação Continuada – BPC;
- GRUPO 3: Idosos, pessoas com deficiência e gestantes sem renda fixa comprovada, mediante avaliação social do técnico responsável;
- GRUPO 4: Gestantes e Nutrízes em acompanhamento familiar pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) ou Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- GRUPO 5: Outras Situações de vulnerabilidade temporária e/ou insegurança alimentar, identificadas pelo técnico responsável, sendo o Assistente Social atuante na entidade, como imprescindíveis à sobrevivência da família e seus membros por um período determinado;

As Famílias que receberão as cestas de alimentos hortifrutigranjeiros dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) deverão residir nas suas respectivas áreas de abrangência.

Artigo 2º Esta Resolução terá validade durante o tempo da execução da Proposta n. 000.005.777.42/2019, do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (modalidade compra com doação simultânea).

Artigo 3º Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 07 de Novembro de 2019.

Romualdo Stein

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA

Canoinhas/SC

RESOLUÇÃO 002/2019 COMSEA

Publicação Nº 2229616

RESOLUÇÃO Nº 002/2019 – COMSEA

Nomeia e aprova a composição das Câmaras Temáticas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do município de Canoinhas/SC.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do município de Canoinhas criado por meio da Lei Municipal n. 04.109 de 04/12/2006 alterados dispositivos pela Lei 4.470 de 03/12/2009, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 04.109 de 04/12/2006 alterados dispositivos pela Lei 4.470 de 03/12/2009;

CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do município de Canoinhas no seu Capítulo IV, Artigos 19º, 20º, § 1º, § 2º, § 3º, § 4º e § 5º.

CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do município de Canoinhas em seus Artigos 21º, 22º, 23º, 24º e 25º.

CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do município de Canoinhas em seus Artigos 26º, 27º, 28º.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do COMSEA realizada no dia 07 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear e Aprovar a composição das Câmaras Temáticas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do município de Canoinhas/SC, conforme o quadro a seguir:

CÂMARA TEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CANOINHAS/SC	
Representação Governamental	Representação Não Governamental
Ricardo Olsen Rodrigues	Alcir Sausen
Cristiane Herbst	Osvaldo Bail

CÂMARA TEMÁTICA AMPLIADA MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL CANOINHAS/SC	
Membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA Canoinhas/SC	
Representação Governamental	Representação Não Governamental
Edmar Gonçalves Padilha Junior	Adilson Rocha
Ricardo Olsen Rodrigues	Romualdo Stein
Jéssica de Jesus Vieira	Antônio Bail Sobrinho
Representantes Convidados para Compor a Câmara Temática Ampliada do Mercado Público Municipal	
Damaris Aparecida de Cássia Krul Pires – Representando o Setor de Vigilância Sanitária	
Edmar Gonçalves Padilha – Comissão Feira Livre Municipal	
Silvério Padilha – Comissão Feira Livre Municipal	
Edison Prust – Comissão Feira Livre Municipal	
Simone Trindade – Representante da EPAGRI região Canoinhas/SC	
Bruno Andrade Pedrassani – Representando a Secretaria Municipal de Saúde	
Denilson Kohler – Representante Vigilância Sanitária	
Vilcéia Regina Tavares – Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social	
Claudia Drzeviecki – Representando a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural	
Jeferson Morteau Gonçalves - Representando a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural	

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no site da Prefeitura Municipal de Canoinhas/SC, ficando revogadas as disposições contrárias;

Canoinhas, 07 de Novembro de 2019.

Romualdo Stein

Presidente do COMSEA

Canoinhas/SC

RESOLUÇÃO 003/2019 COMSEA

Publicação Nº 2229617

RESOLUÇÃO Nº 003/2019 – COMSEA

Estabelece as Unidades Recebedoras de Alimentos Hortifrutigranjeiros advindos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Termo de Adesão Municipal (modalidade compra com doação simultânea) do município de Canoinhas/SC.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), no uso de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, que Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5.160 de 29 de agosto de 2013, que dispõem sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que Institui o Programa de Aquisição de Alimentos no Âmbito do Programa Fome Zero;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos;

CONSIDERANDO a Deliberação Plenária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional reunido ordinariamente em 14 de abril de 2016;

CONSIDERANDO a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Do Conselho Nacional de Assistência Social, que aprova a Política Nacional de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 81 de 9 de abril de 2018, que dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

RESOLVE

Artigo 1º - Para fins desta resolução considera-se:

I - Unidade Recebedora: organização formalmente constituída que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores diretamente ou, em casos específicos, ou em casos específicos, por meio de entidades por ela credenciadas (Resolução nº 81 de 9 de abril de 2018, art. 2º, inciso III).

Artigo 2º- Definir as Unidades Recebedoras do Município de Canoinhas para a concessão dos Alimentos Hortifrutigranjeiros, fornecidos para famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional, atendidos pela Política Pública de Assistência Social, através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Entidades cadastradas:

I - Casa de Passagem Nova Canaã;

II - Casa de Passagem Santa Clara;

III - Casa Lar do Idoso Stellita Pacheco Costa;

IV - Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Região 1.

V - Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Região 2.

VI - Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Região 3

VII - Cozinha Comunitária Campo D'Água Verde.

VIII - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE;

IX - Associação Canoinhense de Deficientes – ACD;

X - Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS.

Artigo 2º Esta Resolução terá validade durante o tempo da execução da Proposta no. 000.005.777.42/2019, do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (modalidade compra com doação simultânea).

Artigo 3º Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 07 de Novembro de 2019.

Romualdo Stein

Presidente do COMSEA

Canoinhas/SC

RESOLUÇÃO 004/2019 COMSEA

Publicação Nº 2229618

RESOLUÇÃO Nº 004/2019 – COMSEA

Aprova e institui o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional vigência 2019-2022 do município de Canoinhas/SC.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do município de Canoinhas criado por meio da Lei Municipal n. 04.109 de 04/12/2006 alterados dispositivos pela Lei 4.470 de 03/12/2009, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 04.109 de 04/12/2006 alterados dispositivos pela Lei 4.470 de 03/12/2009;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Federal nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 e da Lei Municipal nº 5.160 de 29/08/2013; CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Federal nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 e da Lei Municipal nº 5.160 de 29/08/2013;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 144/2014 e o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada;

CONSIDERANDO a Deliberação Plenária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional reunido ordinariamente em 07 de Novembro de 2019;

Resolve:

Art. 1º – Fica aprovado e instituído o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional vigência 2019-2022, é dever do poder público avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para sua exigibilidade. A alimentação adequada é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos seus direitos consagrados na Constituição Federal e Estadual, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional de toda a população.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 07 de Novembro de 2019.

Romualdo Stein

Presidente do COMSEA

Canoinhas/SC

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 123/2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2229840

Prefeitura Municipal de Canoinhas

Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
 CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Adilson Fernando

Chave de Autenticação Digital

2053-4116-127

Página

1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PR123/2019

Modalidade: Pregão

Julgamento: Por item

Registro de preço: Não

Controla quantidade: Sim

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORATIVOS DESTINADOS A ILUMINAÇÃO NATALINA NAS PRAÇAS OSWALDO DE OLIVEIRA, LAURO MÜLLER, RUA FELIPE SCHMIDT, PRAÇA DO ALTO DAS PALMEIRAS, PORTAL DE CANOINHAS E ROTATÓRIA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES.

Fornecedor: 275 - AG CALDAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
13/11/2019	13	63920 - CONJUNTO DE 8 TUBOS DE LED SNOW FALL INDIVIDUAL DE 50CM	PEÇA	53,00000	47,88000	2.537,64
Marca: V8						

Fornecedor: 1354 - BAT SOLUÇÕES EM ELETRICIDADE LTDA

13/11/2019	1	8796 - CABO DE FORÇA 220V PARA LIGAÇÃO MANGUEIRA DE LED DE 13MM MIN	PEÇA	205,00000	7,45000	1.527,25
Marca: G-LIGHT						

13/11/2019	2	16102 - CONECTOR EMENDA PARA MANGUEIRA DE LED	UNIDADE	168,00000	5,00000	840,00
Marca: G-LIGHT						

13/11/2019	3	9811 - CAIXA DE INSPECAO DE ATERRAMENTO	UNIDADE	10,00000	12,50000	125,00
Marca: G-LIGHT						

13/11/2019	4	287 - ABRACADEIRA NYLON	UNIDADE	50,00000	8,50000	425,00
Marca: rohdina						

13/11/2019	8	36468 - MANGUEIRA LUMINOSA 13MM LED FIXO VERDE 220V	METRO	227,00000	7,50000	1.702,50
Marca: LUMANTI						

13/11/2019	9	36469 - MANGUEIRA LUMINOSA 13MM LED FIXO VERMELHA 220V	METRO	227,00000	7,50000	1.702,50
Marca: LUMANTI						

13/11/2019	10	36465 - MANGUEIRA LUMINOSA 13MM LED FIXO AMARELA 220V	METRO	2.133,15000	7,50000	15.998,62
Marca: LUMANTI						

13/11/2019	11	36466 - MANGUEIRA LUMINOSA 13MM LED FIXO BRANCA 220V	METRO	1.172,25000	7,50000	8.791,88
Marca: LUMANTI						

Fornecedor: 7565 - MERCADO ODACHOWOSKI LTDA

13/11/2019	5	63917 - CAIXA PARA LIGAÇÃO PROVISÓRIA PADRÃO CELESC 30X22CM IP54	PEÇA	10,00000	44,90000	568,00
Marca: TAF						

13/11/2019	6	63918 - CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO TIPO CUNHA CABO-HASTE	PEÇA	10,00000	11,90000	119,00
Marca: INCESAR						

Fornecedor: 10810 - VIANTEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

13/11/2019	7	47252 - PREGO 15X21	QUILLOGRAMA	3,00000	16,40000	7.784,15
13/11/2019	12	63919 - CONTACTORA TRIPOLAR 50A, AC-1, 220V	PEÇA	5,00000	211,84000	49,20
13/11/2019	14	45118 - PISCA PISCA COM 100 LÂMPADAS COR BRANCO	CAIXA	500,00000	9,89000	1.059,20
13/11/2019	15	63921 - PISCA PISCA COM 100 LÂMPADAS COR AMARELO	CAIXA	100,00000	9,89000	4.945,00
13/11/2019	16	63922 - PISCA PISCA COM 100 LÂMPADAS COR AZUL	CAIXA	25,00000	9,89000	989,00
13/11/2019	17	63923 - PISCA PISCA COM 100 LÂMPADAS COR VERMELHO	CAIXA	25,00000	9,89000	247,25
13/11/2019	18	63924 - PISCA PISCA COM 100 LÂMPADAS COR VERDE	CAIXA	25,00000	9,89000	247,25
Total Adjudicado (R\$):						42.002,54

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$):

42.002,54

Gilberto dos Passos

Prefeito

Winston Beyersdorff Lucchiarri

Assessor Jurídico

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0313/2019

Publicação Nº 2230113

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0313/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: CHIQUITO & BORDONEIO LTDA ME

Valor : 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)

Vigência : Início: 18/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0023/2019 Processo_Licitatório.....: 0184 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Sonorização com "Chiquito & Bordoneio", inscrito no CNPJ nº 07.778.490/0001-09, com sede no município de Erechim/RS, para Show de Encerramento das festividades natalinas de Capinzal, que se realizará no dia 23 de dezembro de 2019, na Praça Pedro Lélis da Rocha, Centro, em Capinzal/SC. Com Recursos Próprios

Capinzal, 18 de Novembro de 2019

Catanduvas

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0053-2019 ENIO DELAZARI

Publicação Nº 2231014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0053/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0137/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0084/2019
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0050/2019

O **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvas, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 82.939.414/0001-45, representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Ely Terezinha Magnabosco Moterle, inscrita no CPF/MF sob nº 593.462.059-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.364/2018 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 0050/2019**, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ENIO DELAZARI EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.383.088/0001-17, estabelecida na Rua Sete de Abril, 3.151, Parque Jardim Ouro, município de Ouro – SC, CEP: 89.663-000, representada neste ato pelo Sr. Enio Delazari, portador do CPF nº 453.533.100-63, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente **ATA** tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o **Registro de Preços para futura aquisição de materiais de higiene e limpeza visando a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde através do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do município de Catanduvas – SC**, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos serviços será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, **serviços de entrega**, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	240,00	UN	MIL FLORES	Água Sanitária - produto para limpeza a base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro	2,59	621,60

Fl. 1/8

				ativo entre 2,00% p/p e 2,5% pp. Produto biodegradável, bactericida e germicida. O produto deverá apresentar: rótulo indicando data de validade, dados do fabricante, marca, princípio ativo e composição do produto e contendo líquido. Embalagem individual, em plástico resistente (que não estoure no empilhamento e de acordo com ABNT/NBR 13390: 05/1995), de material flexível e resistente, com alça para manejo e bico econômico, embalagem de 2 litros. Deve conter cloro ativo.		
2	20,00	UN	MARTINS	Bolsa algodão branca fechada (para pano de chão) tam. 60 x 80cm	2,75	55,00
3	20,00	PCT	COPOSUL	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL TRANSPARENTE, 50 ML, primeira linha, resistente a compressão lateral; embalagem em tiras c/ 100 pç, conforme norma NBR 14.865/2012; produzido em polipropileno (PP), atóxico, homogêneo, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas lisas e sem rebarbas. Temperatura máxima 100°. Produto com registro no INMETRO.	1,12	22,40
4	200,00	PCT	COPOSUL	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL TRANSPARENTE, 200 ml, primeira linha, resistente a compressão lateral, embalada em tiras c/ 100 pç, conforme norma NBR nº 14.865/2012, produzido em polipropileno (PP), atóxico, homogêneo, isento de materiais estranhos, bolas, rachaduras, furos, deformações, bordas lisas e sem rebarbas. Temperatura máxima 100°. Produto com registro no INMETRO.	2,38	476,00
5	100,00	UN	TOP MIL	DESINFETANTE de 2 litros; composição: tenso ativo anionico, umectante, perfume, espessante e veículo. princípio ativo cloreto dialquildimetil amonico; data de fabricação impressa na embalagem; deverá conter indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar. Dados do fabricante; fragrâncias a escolher.	2,39	239,00
6	100,00	UN	IDEAL	Detergente glicerinado neutro, frasco de 500ml; composição: tenso ativos anionicos, glicerina, coadjuvante, preservante, sequestrante, espessantes, corantes e veículos, componente linear alquilbenzeno sulfonato de sódio; contem tensoativos biodegradável; embalagem translúcida, contendo data de fabricação e validade; indicações, recomendações de uso.	0,89	89,00
8	48,00	FR	ULTRA FRESH	Desodorizador de ambientes spray, purificador de ar, contendo no mínimo 360 ml. Fragrâncias diversas.	5,79	277,92
9	150,00	UN	SUPER	Esponja Dupla Face Multiuso Cozinha - 110 mm x 75 mm x 20 mm	0,42	63,00
10	10,00	PCT	GABOARDI	FOSFOROS PCT C/ 10 CAIXAS com 40 palitos cada	1,82	18,20
11	15,00	PCT	LUSTRO	Esponja LÃ de aço carbono, abrasivo para limpeza geral, embalagem com 08 unidades, peso líquido não inferior a 60 gr; contendo marca do fabricante e validade do produto.	0,88	13,20
12	36,00	UN	TOQUE DE ANJO	LIMPA VIDROS LIQUIDO - frasco 500 ml, a base de alcool, com gatilho e bico on/off.	3,49	125,64
13	50,00	PAR	SANRO	LUVAS DE LATÉX E NITRILA, tamanho Médio, revestimento interno de verniz silver, antiderapante na palma da mão e ponta dos dedos; cano curto, tipo todos os dedos, antialérgica; embalagem com 01 par. COR	3,99	199,50

				LARANJA. Produzida em conformidade com a NBR nº 13.393/1995.		
14	20,00	UN	DIM	Pano de prato, alvejado, 100% algodão extra branco, com acabamento costurado, tamanho mínimo 50x70 cm, trama fechada.	1,71	34,20
15	15,00	FAR	FOFINHO	Papel higiênico 60mts, folha simples, rolo com no mínimo 60 mts x 10 cm; 100% fibras celulósicas virgens, extra branco; sem qualquer material estranho, alta macies, picotado, gofrado em alto relevo, embalagem com 04 rolos de 60 metros cada. Fardo com 16 pacotes.	56,00	840,00
16	300,00	PCT	BELAVISTA	Papel toalha interfolhado, 02 ou 03 dobras, gofrado em alto relevo, 100% celulose virgem, extra branco, sem qualquer material estranho, folhas simples, tamanho mínimo 20x23 cm; gramatura mínima 26g/m². Fardo com 1.000 folhas.	7,00	2.100,00
17	10,00	PCT	SORELLA	PAPEL TOALHA BRANCO (02 ROLOS COM 55 FOLHAS)	2,42	24,20
18	30,00	UN	STAR	Bobinas picotadas-Saco paa freezer com 100 unidades- Tamanho 5 kg	3,49	104,70
20	20,00	PCT	ZAVASKI	Sabão em barra -5x200gr c/ glicerina	4,99	99,80
22	50,00	UN	RETAIN	SABÃO EM PÓ 1KG, biodegradável, contendo tenso ativos, coadjuvantes, sinergistas, tamponantes, branqueadores ópticos, corantes, enzimas, adenuadores de espuma, alquilbenzeno sulfato de sódio, alvejante, perfume e água. Embalagem de 01 kg, deverá conter precauções, recomendações e instruções de uso; nome do fabricante, data de fabricação e validade do produto.	3,29	164,50
23	50,00	PCT	ROLL	Saco para lixo doméstico, capacidade de 30 litros, embalagem com 30 unidades, mínimo de 5 micras.	2,69	134,50
24	100,00	PCT	ROLL	Saco para lixo doméstico, capacidade de 50 litros, embalagem 30 unidades, mínimo de 7 micras.	2,69	269,00
25	100,00	PCT	ROLL	Saco para lixo doméstico, capacidade de 100 litros, embalagem com 10 unidades, mínimo de 10 micras.	3,10	310,00
28	12,00	UN	PURA LIMPEZA	Vassoura de nylon com cabo - produto com base plástica, dimensões mínimas de 31,5 cm x 19 cm x 6,5 cm, com cerdas de nylon medindo 9 cm, com quantidade mínima de 100 tufos. O cabo deverá ser revestido de plástico com comprimento mínimo de 120 cm.	4,29	51,48
29	25,00	PAR	SUPER	Luva latex ranhadura - luva de segurança confeccionada em borracha natural (látex) super reforçada; sem revestimento interno; CA: 15.100 Antiderrapante na plama eficiência Punho longo, tamanho médio.	4,99	124,75
30	6,00	UN	ARQPLAST	Balde plástico capacidade 30 litros reforçado, alça plastica	10,99	65,94
Total						6.523,53

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os materiais de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até **10 (dez) dias corridos**, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de

fornecimento, sempre no território do município de Catanduvas, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **órgão gerenciador** da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 **(doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o **“CERTIFICO”** pelo responsável do órgão competente de cada **ENTIDADE PARTICIPANTE**, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - -SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude

fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.
3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.
 - 1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.
 - 1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 0084/2019** e a proposta da Detentora da Ata.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.
4. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a

presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas, SC, 18 de novembro de 2019.

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE
Secretaria Municipal de Saúde
ÓRGÃO GERENCIADOR

ENIO DELAZARI
Enio Delazari Eireli
DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:

Fl. 8/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0053-2019 LEANDRO APARECIDO DE PAULA

Publicação Nº 2231017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0053/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0137/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0084/2019
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0050/2019

O **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvas, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 82.939.414/0001-45, representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Ely Terezinha Magnabosco Moterle, inscrita no CPF/MF sob nº 593.462.059-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.364/2018 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 0050/2019**, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **LEANDRO APARECIDO DE PAULA ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.634.481/0001-15, estabelecida na Rodovia BR 282, km 572,5, s/n, Bairro Rural, município de Nova Erechim – SC, CEP 89.865-000, representada neste ato pelo Sr. Leandro Aparecido de Paula, portador do CPF nº 009.925.610-00, para a execução dos serviços descritos nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente **ATA** tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o **Registro de Preços para futura aquisição de materiais de higiene e limpeza visando a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde através do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do município de Catanduvas – SC**, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos serviços será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, **serviços de entrega**, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
7	36,00	UN	GLAMOUR	Detergente MULTI USO p/Limpeza Pesada 500ml	1,59	57,24

Fl. 1/6

26	50,00	UN	GLAMOUR	Saponáceo em líquido cremoso, contendo 300ml, com tampa abre e fecha; composição:dodecil benzeno, sulfonato de sódio, álcool graxo etoxilado, sabão, coadjuvante, agente polidol, antiespumante, preservante, corante, perfume e água. Princípio ativo: ácido tricloroisocianúrico. a embalagem deverá conter indicações, recomendações, precauções e cuidados em caso de acidentes e modo de usar. Validade superior a 12 meses.	1,55	77,50
Total						134,74

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os materiais de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até **10 (dez) dias corridos**, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvas, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **órgão gerenciador** da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvas - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme

disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o **“CERTIFICO”** pelo responsável do órgão competente de cada **ENTIDADE PARTICIPANTE**, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - -SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1.** Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2.** Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3.** Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4.** Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;
- 2.5.** Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.

- multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período,

sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1.** Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 0084/2019** e a proposta da Detentora da Ata.
- 2.** Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.
- 4.** E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas, SC, 18 de novembro de 2019.

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE
Secretaria Municipal de Saúde
ÓRGÃO GERENCIADOR

LEANDRO APARECIDO DE PAULA
Leandro Aparecido de Paula ME
DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01.
Nome:
CPF:

02.
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0053-2019 ROBERTO TESSARO

Publicação Nº 2231016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0053/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0137/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0084/2019
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0050/2019

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvás, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 82.939.414/0001-45, representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Ely Terezinha Magnabosco Moterle, inscrita no CPF/MF sob nº 593.462.059-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.364/2018 e 2.247/2017, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 0050/2019, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.248.680/0001-10, estabelecida na Avenida XV de Novembro, 818, Sala A, Bairro Centro, município de Joaçaba – SC, representada neste ato pela Sra. Marinez Aparecida Pelentir, portadora do CPF nº 020.376.839-60, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de Preços para futura aquisição de materiais de higiene e limpeza visando a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde através do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do município de Catanduvás – SC, de acordo com as especificações a seguir.
2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos serviços será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.
- 1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
19	5,00	RL	NOAAO FILME	Filme plástico para embalagem rolo 4 kg 25 micra	5,40	27,00
27	10,00	UN	CATARINENSE	Toalha de Banho Listada (para pano de chão) tam 60 cm x 120 cm	2,80	28,00
Total						55,00

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
 - 1.1. Entregar os materiais de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria responsável, e deverão ser entregues em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Catanduvás, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto.
2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.
3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.
4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.
2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O Município de Catanduvás - SC efetuará o pagamento do objeto desta licitação a partir do 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal nº 01/2011, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

- 1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente de cada ENTIDADE PARTICIPANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.
- 1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.
- 1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Catanduvas - SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.
- 1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.
2. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.
3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.
5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:
 - 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
 - 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
 - 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
 - 1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
 - 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.
2. Da Detentora da Ata:
 - 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
 - 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
 - 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
 - 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;
 - 2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.
2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
 - I - advertência;
 - a) Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:
 - multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do valor contratual.
 - multa de 20% (vinte por cento) sobre a obrigação não cumprida, rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e aplicação da sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
 - b) Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não prestado(s).
3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.
4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.
6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
 - 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
 - 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
 - 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da

autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no sítio do município de Catanduvas e no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0084/2019 e a proposta da Detentora da Ata.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

4. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Catanduvas, SC, 18 de novembro de 2019.

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE	MARINEZ APARECIDA PELENTIR
Secretaria Municipal de Saúde	Roberto Tessaro & Cia Ltda
ÓRGÃO GERENCIADOR	DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

AVISO DE LICITAÇÃO - : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0141/2019- PREGÃO Nº 0087/2019

Publicação Nº 2231008

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0141/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0087/2019

Objeto: Aquisição de doces e gêneros alimentícios que serão ofertadas as famílias referenciadas e acompanhadas pelos equipamentos CRAS E CREAS através dos atendimentos PAIF e PAEFI bem como inserções de familiares no SCFV, usuários dos programas assistências desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Catanduvas - SC.

Abertura das Propostas: 08h45min, do dia 29 de novembro de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 18 de novembro de 2019, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail licitacao@catanduvas.sc.gov.br

Catanduvas – SC, 18 de novembro de 2019.

Janete Couto de Oliveira
Secretária Municipal de Assistência Social

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0076/2019

Publicação Nº 2231010

EXTRATO DE CONTRATO PMC Nº 0076/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0139/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0031/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
CONTRATADA: MARCELO ANTONIO DUARTE - ELETRODUARTE

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço técnico para execução de dois projetos elétricos de medição internos e externos em CAD, memorial técnico descritivo, relação de materiais, bem como planilha de mão de obra, visando atender duas praças na área central do município.

Vigência do Contrato: 02 MESES

Valor Contratual: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.023.3390.00	108	76/2019	Iluminação Pública

Catanduvas – SC, 14 de novembro de 2019.

Marcia Pasqualli
Secretária Municipal de Infraestrutura

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PP Nº 026/2019 PCS

Publicação Nº 2229691

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019 PCS

Objeto: Registro de preços para aquisição de material gráfico, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 29/11/2019.

Abertura: dia 29/11/2019, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 19 de novembro de 2019.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

PP Nº 027/2019 PCS

Publicação Nº 2230339

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019 PCS

Objeto: Aquisição peça genuína para consertar o trator de esteiras Komatsu D51EX-22, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 14:00 horas do dia 29/11/2019.

Abertura: dia 29/11/2019, às 14:30 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 19 de novembro de 2019.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 60/2019

Publicação Nº 2230488

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
REPUBLICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL 33 /2019
PROCESSO: 60/2019

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 33/2019, tipo MENOR PREÇO GLOBAL objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CADERNOS PERSONALIZADOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2020, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 147/2014. Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 03/12/2019, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 18 DE NOVEMBRO de 2019.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

Cerro Negro

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 009/2019 - FMS

Publicação Nº 2230287

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2019 - FMS

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de medicamentos destinados a Secretaria Municipal de Saúde.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 05/12/2019.

Abertura: às 10h00 do dia 05/12/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 18 de novembro de 2019.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 332/2019

Publicação Nº 2229523

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 332/2019

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01.07.2018 à 30.06.2019, para o servidor, ADALTO SYPRIANI, Matriculado sob nº 2599/01, ocupante do cargo efetivo de Operário, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias, no período de 20/11/2019 à 19/12/2019, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 27, II da Lei Municipal 0568 de 01.03.2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de novembro de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 333/2019

Publicação Nº 2230126

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 333/2019

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC, e Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 165/2019, de 21.05.2019, no que se refere a nomenclatura do cargo, passando a vigorar com a seguinte redação: [...] DANIELY APARECIDA ESSER, para ocupar o cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Recursos Humanos, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento - Nível DAS-6, Anexo Único, da LC nº 047 de 01.12.2010, a partir de 18.11.2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de novembro de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 37.838, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230842

DECRETO Nº. 37.838, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 32.105, de 15 de fevereiro de 2016, que fixa o horário para funcionamento das repartições da Administração Pública Municipal de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,
CONSIDERANDO o Memorando 25.353/2019 advindo do Comitê Gestor de Governo;
CONSIDERANDO a justificativa apresentada pela Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, através do OF. SEJEL - 224/2019,

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 5º-B do Decreto nº. 32.105, de 15 de fevereiro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º-B. O horário de expediente da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, a partir de 18 de novembro de 2019, será das 07h00min às 13h00min, de segundas a sextas-feiras."

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.839, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230844

DECRETO Nº. 37.839, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 14 de novembro de 2019, a servidora pública municipal MARCIA MARIA ZUCCO, ocupante do cargo de Agente de Proteção Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.840, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230845

DECRETO Nº. 37.840, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 13 de novembro de 2019, a servidora pública municipal MARILIA MOMOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços Públicos Concedidos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 37.841, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230846

DECRETO Nº. 37.841, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Define o valor do Subsídio Tarifário do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos IV e VI do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto nos §§ 2º, 5º, 7º e 8º do artigo 9º da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e os incisos II e VIII do artigo 24 da Lei Complementar Municipal nº 467, de 20 de outubro de 2011 e,
CONSIDERANDO o Decreto nº 37.334, de 26 de junho de 2019, que constitui e nomeia Comissão Municipal de Estudos para Implantação de Subsídio ao Transporte Coletivo Urbano de Chapecó e dá outras providências,
CONSIDERANDO o Memorando nº 24.983/2019 emitido pela Comissão Municipal de Estudos para Implantação de Subsídio ao Transporte Coletivo Urbano de Chapecó, anexo,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 39 do Decreto Municipal nº. 25.029, de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA :

Art. 1º. Fica instituído Subsídio Tarifário do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Chapecó, vinculado ao Contrato nº. 224/2019, cujo objeto é a concessão para prestação do serviço público de transporte coletivo regular do município de Chapecó, exclusivamente para Tarifa Urbana de Estudantes, no valor de R\$ 0,42 (quarenta e dois centavos de real) por passagem adquirida.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 18 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 495/19

Publicação Nº 2230109

DECRETO SAF/ Nº 495/19, de 05 de novembro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.454, de 19 de dezembro de 2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Ficam suplementados do orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:11 – Fundo Municipal de Saúde

2.022 – Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade - MAC	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.0002 – Aplicações Diretas	5.000,00

Órgão: 14 – Fundação Municipal Meio Ambiente Cocal do Sul

2.053 – Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Aplicações Diretas	10.000,00

TOTAL. R\$ 15.000,00

Art. 2º Para dar suporte as suplementações acima, ficam suplementados do orçamento vigente as seguintes dotações:

Órgão:11 – Fundo Municipal de Saúde

2.022 – Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade - MAC	
3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.02.0002 – Transf. à Consórcios Públicos	4.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.02.0002 – Transf. à Consórcios Públicos	1.000,00

Órgão: 14 – Fundação Municipal Meio Ambiente Cocal do Sul

2.053 – Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Aplicações Diretas	10.000,00

TOTAL. R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 496/19

Publicação Nº 2230110

DECRETO SAF/ Nº 496/19, de 05 de novembro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.454, de 19 de dezembro de 2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão:11 – Fundo Municipal de Saúde

2.020 – Manutenção dos Serv. Da Estratégia Saúde da Família - ESF	
3.1.90.00.00.00.00.00.02.38.0112 – Aplicações Diretas	287.000,00

TOTAL R\$ 287.000,00

Art. 2º A suplementação acima se dá por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação para o exercício de 2019, na fonte de recursos 38 – Recursos dos SUS União Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 05 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 497/19

Publicação Nº 2230111

DECRETO SAF/Nº. 497/19, de 12 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

NOMEAR

DELIANE DAL MORO BAZZO, portadora do CPF nº. 047.658.569-41, Professor ACT 30 horas, na Instituição de Educação Infantil Zilda Búrigo Bosa, a partir de 08 de novembro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 12 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 498/19

Publicação Nº 2230114

DECRETO SAF/Nº. 498/19, de 12 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

NATALYA MORONA MACHADO FERREIRA, portadora do CPF nº. 097.991.809-02, Diretor de Departamento, nomeada pelo Decreto SAF/N. 235/17, de 31 de março de 2017, a partir de 13 de novembro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 12 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 499/19

Publicação Nº 2230115

DECRETO SAF/ Nº 499/19, de 12 de novembro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.454, de 19 de dezembro de 2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 9 – Secretaria de Obras viárias, Edificações, San., Ref., Transp.

2.042 – Manutenção Convênio Corpo de Bombeiros - FUNREBOM	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Aplicações Diretas	35.000,00

TOTAL. R\$ 35.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima se dá por excesso ou provável excesso de arrecadação para o exercício de 2019, na fonte de recursos 00 – Recursos Ordinários da arrecadação de taxas do Convênio FUNREBOM, disponíveis em conta corrente nº. 12599-7, Banco do Brasil, Agência 3072-4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 12 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 500/19

Publicação Nº 2230116

DECRETO SAF/ Nº 500/19, de 12 de novembro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.454, de 19 de dezembro de 2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

2.063 – Execução das Emendas Parlamentares Impositivas	
3.3.50.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Transf. à Instituições Privadas s/ fins	3.945,00
4.4.50.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Transf. à Instituições Privadas s/ fins	4.655,00

Órgão: 7 – Secretaria de Educação

2.016 – Manutenção de outros níveis de ensino	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Aplicações Diretas	9.900,00

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde

2.020 – Manutenção dos serviços da Estratégia Saúde da Família - ESF	
3.3.90.00.00.00.00.0.2.67.0010 – Aplicações Diretas	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.0002 – Aplicações Diretas	40.000,00

TOTAL. R\$ 138.500,00

Art. 2º Para dar suporte as suplementações acima, ficam suplementadas do orçamento vigente as seguintes dotações:

Órgão: 2 – Gabinete do Prefeito

2.063 – Execução das Emendas Parlamentares Impositivas	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Aplicações Diretas	8.600,00

Órgão: 7 – Secretaria de Educação

2.016 – Manutenção de outros níveis de ensino	
3.3.50.00.00.00.00.0.1.00.0000 – Aplicações Diretas	9.900,00

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde

2.020 – Manutenção dos serviços da Estratégia Saúde da Família - ESF	
--	--

4.4.90.00.00.00.00.00.0.2.67.0010 – Aplicações Diretas	80.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02.0002 – Aplicações Diretas	40.000,00

TOTAL. R\$ 138.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 12 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE NOMEAÇÃO 066/2019

Publicação Nº 2229561

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOMEAÇÃO 066/2019

CHAMADA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, NOMEIA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, os candidatos aprovados no Concurso Público para o provimento de vagas nos níveis iniciais de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionados:

Nº CPF	Nome	Cargo
997.469.990-87	FERNANDA WESTER WIEMANN DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO
079.097.079-16	SARA FATIMA DO NASCIMENTO	AGENTE ADMINISTRATIVO

Nº CPF	Nome	Cargo
015.366.570-00	FERNANDA CRISTINA ROBAERT	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Nº CPF	Nome	Cargo
085.624.599-25	ELISANDRA COLIN	SECRETÁRIO ESCOLAR

Os candidatos acima relacionados deverão, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste, apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munidos de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 15.7 do Edital 1/2018.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará no reposicionamento para o final da lista de classificados, sendo chamado o candidato imediatamente seguinte, conforme item supracitado. O reposicionamento não garante o chamamento da vaga.

Concórdia, 14 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2019 – FMS

Publicação Nº 2230256

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 18/2019 – FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Senhor, Geovani Bedin, Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 18/11/2019, para a Aquisição de material hospitalar específico para os pacientes traqueostomizados ADÃO VARELA, RICIERI ANTÔNIO PEREIRA e ARTEMIO REMUSSI, assistidos pelo setor de Serviço Social do Fundo Municipal de Saúde.; a favor de ATOS MEDICAL BRASIL - COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA no valor total de R\$ 25.560,00 (vinte e cinco mil e quinhentos e sessenta), ATOS MEDICAL BRASIL - COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA no valor total de R\$ 85.536,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos e trinta e seis).

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATOS AGRO

Publicação Nº 2229553

Contrato nº: 1/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): SAFRA BOA AGROCOMERCIAL LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 26.744.956/0001-91

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 09

Valor: R\$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 18 de abril de 2019

Contrato nº: 2/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): PECUÁRIA NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 17.793.892/0001-28

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 13

Valor: R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 3/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): IPUAÇU SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 16.801.993/0001-30

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 11

Valor: R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 26 de abril de 2019

Contrato nº: 4/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): ORDEMILK LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.114.340/0001-31

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 05

Valor: R\$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 26 de abril de 2019

Contrato nº: 5/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): AGRIVET DISTRIBUIDORA LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 22.091.627/0001-38

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 08

Valor: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)

Data da Assinatura: 26 de abril de 2019

Contrato nº: 6/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): MAURA JUSTINA GRANDO SCHUMACHER EPP, inscrito(a) no CNPJ sob nº 00.208.138/0001-80

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote 2-A

Valor: R\$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 26 de abril de 2019

Contrato nº: 7/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): ZOOMAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA. - ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 15.343.407/0001-99

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 03

Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Data da Assinatura: 16 de maio de 2019

Contrato nº: 8/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): SHARK DISTRIBUIDORA DE TRATORES E PEÇAS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.988.196/0004-05

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 10

Valor: R\$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 24 de maio de 2019

Contrato nº: 9/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): AGROVETERINÁRIA DELPUBEL LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 26.143.730/0001-35

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 06

Valor: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)

Data da Assinatura: 24 de junho de 2019

Contrato nº: 10/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): BRUNA MAY MARIOTTI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 16.967.566/0001-27

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 12A

Valor: R\$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 16 de julho de 2019

Contrato nº: 11/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): CARROCERIAS OLDONI LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 82.173.766/0001-32

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 02 – Parte B

Valor: R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 7 de agosto de 2019

Contrato nº: 12/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): EMPRESA NV REPRESENTAÇÕES, inscrito(a) no CNPJ sob nº 17.494.379/0001-36

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 07

Valor: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Data da Assinatura: 14 de agosto de 2019

Contrato nº: 13/2019 (AGRO)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): CONCÓRDIA FABRICAÇÃO DE PRÉ-MOLDADOS EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 27.269.822/0001-29

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 04

Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Data da Assinatura: 21 de agosto de 2019

EXTRATOS ALIM

Publicação Nº 2229648

Contrato nº: 2/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** JONI BERGAMO 00560031963, inscrito(a) no CNPJ sob nº 32.914.614/0001-75**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 03 e 04 (praça de alimentação)**Valor:** R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)**Data da Assinatura:** 22 de abril de 2019

Contrato nº: 2/2019 (ALIM)**Aditivo nº:** Termo Aditivo nº 1/2019**Tipo Aditivo:** Alteração**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** JONI BERGAMO 00560031963, inscrito(a) no CNPJ sob nº 32.914.614/0001-75**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** alteração do Contrato nº 2/2019, cujo objeto é a locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC.**Estande(s) nº(s):** 08 (praça de alimentação) e 22 (área de *shows*)**Valor:** R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais)**Data da Assinatura:** 19 de agosto de 2019

Contrato nº: 4/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** LAURO ANTONIO COBALCHINI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 02.229.101/0001-64**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 11 (praça de alimentação)**Valor:** R\$ 4.860,00 (quatro mil e oitocentos e sessenta reais)**Data da Assinatura:** 23 de abril de 2019

Contrato nº: 5/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CRACIR NARCISO 42606446968, inscrito(a) no CNPJ sob nº 11.569.805/0001-77**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 02 – *Food Truck***Valor:** R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais)**Data da Assinatura:** 23 de abril de 2019

Contrato nº: 3/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** DERVANILSE COMIN EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 32.144.486-0001/28**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 8 e 9 (praça de alimentação)**Valor:** R\$ 9.720,00 (nove mil e setecentos e vinte reais)**Data da Assinatura:** 22 de abril de 2019

Contrato nº: 3/2019 (ALIM)**Aditivo nº:** Termo Aditivo nº 1/2019**Tipo Aditivo:** Alteração**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** DERVANILSE COMIN EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 32.144.486-0001/28**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** alteração do Contrato nº 3/2019, cujo objeto é a locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC.**Estande(s) nº(s):** 02 (quiosque) e 09 (praça de alimentação)**Valor:** R\$ 14.860,00 (quatorze mil e oitocentos e sessenta reais)**Data da Assinatura:** 21 de agosto de 2019

Contrato nº: 6/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** LA FAVORITTA ALIMENTOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 31.906.804/0001-88**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 12 e 15 (praça de alimentação)**Valor:** R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)**Data da Assinatura:** 23 de abril de 2019

Contrato nº: 7/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** DANIEL MORAES WALGINSKI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 32.353.719/0001-00**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 3 (praça de alimentação)**Valor:** R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**Data da Assinatura:** 24 de abril de 2019

Contrato nº: 8/2019 (ALIM)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): PETISCARIA TOP SPACE EIRELI LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 20.297.682/0001-53

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 05 – *Food Truck*

Valor: R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 8/2019 (ALIM)

Aditivo nº: Termo Aditivo nº 1/2019

Tipo Aditivo: Alteração

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): PETISCARIA TOP SPACE EIRELI LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 20.297.682/0001-53

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: alteração do Contrato nº 8/2019, cujo objeto é a locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC.

Estande(s) nº(s): 13 e 14 (praça de alimentação)

Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)

Data da Assinatura: 12 de agosto de 2019

Contrato nº: 9/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** RAFAEL ROSSI 04032278954, inscrito(a) no CNPJ sob nº 26.375.100/0001-96**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 09 – *Food Truck***Valor:** R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019

Contrato nº: 10/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CERVEJARIA ITAENSE LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 28.671.152/0001-35**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 07 (exclusivo bebidas) e 17 (praça de alimentação)**Valor:** R\$ 15.480,00 (quinze mil e quatrocentos e oitenta reais)**Data da Assinatura:** 25 de abril de 2019

Contrato nº: 10/2019 (ALIM)

Aditivo nº: Termo Aditivo nº 1/2019

Tipo Aditivo: Alteração

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): CERVEJARIA ITAENSE LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 28.671.152/0001-35

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: alteração do Contrato nº 10/2019, cujo objeto é a locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC.

Estande(s) nº(s): 08 (quiosque) e 17 (praça de alimentação)

Valor: R\$ 16.080,00 (dezesesseis mil e oitenta reais)

Data da Assinatura: 12 de agosto de 2019

Contrato nº: 12/2019 (ALIM)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): RONALDO DETONI 75515954904, inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.702.144/0001-71

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 16 (estande)

Valor: R\$ 4.860,00 (quatro mil e oitocentos e sessenta reais)

Data da Assinatura: 26 de abril de 2019

Contrato nº: 13/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** RONALDO DETONI 75515954904, inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.702.144/0001-71**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 01 – *Food Truck***Valor:** R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019

Contrato nº: 14/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** MARCOS ROGERIO MARSARO 02832670970, inscrito(a) no CNPJ sob nº 21.219.606/0001-92**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 08 – *Food Truck***Valor:** R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019

Contrato nº: 10/2019 (ALIM)

Contrato nº: 15/2019 (ALIM)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): SOLANGE PIAZENTINI 05968884908, inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.291.229/0001-04

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 07 – *Food Truck*

Valor: R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais)

Data da Assinatura: 26 de abril de 2019

Contrato nº: 16/2019 (ALIM)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): PATRICIA CRISTIANE MOREIRA, inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.207.873/0001-51

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 14 (praça de alimentação)

Valor: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

Data da Assinatura: 26 de abril de 2019

Contrato nº: 16/2019 (ALIM)

Aditivo nº: Termo Aditivo nº 1/2019

Tipo Aditivo: Alteração

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): PATRICIA CRISTIANE MOREIRA, inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.207.873/0001-51

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: alteração do Contrato nº 16/2019, cujo objeto é a locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC.

Estande(s) nº(s): 01 e 03 (quiosques)

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Data da Assinatura: 12 de agosto de 2019

Contrato nº: 17/2019 (ALIM)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): MARCELO BARBOSA DA SILVA, inscrito(a) no CNPJ sob nº 24.099.549/0001-43

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 10 (praça de alimentação)

Valor: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

Data da Assinatura: 26 de abril de 2019

Contrato nº: 17/2019 (ALIM)

Aditivo nº: Termo Aditivo nº 1/2019

Tipo Aditivo: Alteração

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): MARCELO BARBOSA DA SILVA, inscrito(a) no CNPJ sob nº 24099549/0001-43

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: alteração do Contrato nº 17/2019, cujo objeto é a locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC.

Estande(s) nº(s): 05 (quiosque) e 11 (*Food Truck* no Setor Agronegócio)

Valor: R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 12 de agosto de 2019

Contrato nº: 18/2019 (ALIM)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): JZ FEIRAS E EVENTOS LTDA. – ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 14.549.246/0001-21

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 1 e 5 (praça de alimentação)

Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)

Data da Assinatura: 29 de abril de 2019

Contrato nº: 18/2019 (ALIM)

Aditivo nº: Termo Aditivo nº 1/2019

Tipo Aditivo: Alteração

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): JZ FEIRAS E EVENTOS LTDA. – ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 14.549.246/0001-21

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: alteração do Contrato nº 18/2019, cujo objeto é a locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC.

Estande(s) nº(s): 01 (praça de alimentação) e 07 (quiosque)

Valor: R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais)

Data da Assinatura: 12 de agosto de 2019

Contrato nº: 20/2019 (ALIM)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): COMÉRCIO E TRANSPORTES SAVENHAGO EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 17.822.188/0001-56

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 04 (praça de alimentação) e 18 (exclusivo bebidas)

Valor: R\$ 15.480,00 (quinze mil e quatrocentos e oitenta reais)

Data da Assinatura: 13 de maio de 2019

Contrato nº: 20/2019 (ALIM)

Contrato nº: 21/2019 (ALIM)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): DONDE & CORREA RESTAURANTE LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 32.020.456/0001-00

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 02 (praça de alimentação)

Valor: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

Data da Assinatura: 13 de maio de 2019

Contrato nº: 22/2019 (ALIM)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): DEGUSTARE RESTAURANTE E CHURRASCARIA LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 18.854.420/0001-09

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 06 (praça de alimentação)

Valor: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

Data da Assinatura: 19 de agosto de 2019

Contrato nº: 23/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CERVEJARIA CONCÓRDIA LTDA. – ME (FALL BIER), inscrito(a) no CNPJ sob nº 02.355.674/0001-34**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 09 (quiosque)**Valor:** R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**Data da Assinatura:** 21 de agosto de 2019

Contrato nº: 24/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** ADRIANA FRANCIELE MOREIRA 04017449905, inscrito(a) no CNPJ sob nº 33.539.392/0001-10**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 04 (quiosque) e 10 (praça de alimentação)**Valor:** R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais)**Data da Assinatura:** 21 de agosto de 2019

Contrato nº: 25/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** ELMA BERNARDI CENTOFANTE 05149635901, inscrito(a) no CNPJ sob nº 28.363.626/0001-81**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 19 (área de *shows*)**Valor:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais).**Data da Assinatura:** 22 de agosto de 2019

Contrato nº: 27/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** ELTON ANDRE ENGEL – ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 16.895.068/0001-16**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 05 (praça de alimentação)**Valor:** R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**Data da Assinatura:** 23 de agosto de 2019

Contrato nº: 28/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** PANETERIA SORELLA LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 07.076.824/0001-94**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 06 (quiosque)**Valor:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**Data da Assinatura:** 26 de agosto de 2019

Contrato nº: 32/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** GELATHOS ALIMENTOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 14.822.775/0001-57**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 20 (estande área de *shows*)**Valor:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**Data da Assinatura:** 30 de agosto de 2019**Contrato nº: 31/2019 (ALIM)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** R.M. UBATUBA EVENTOS EIRELI inscrito(a) no CNPJ sob nº 31.745.611/0001-92**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 21 (estande área de *shows*);**Valor:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**Data da Assinatura:** 30 de agosto de 2019

Contrato nº: 29/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** ELFRIDA CANDIDA GONÇALVES MACHADO 62591940991, inscrito(a) no CNPJ sob nº 21.712.743/0001-64**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 07 (praça de alimentação)**Valor:** R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**Data da Assinatura:** 28 de agosto de 2019

Contrato nº: 30/2019 (ALIM)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SBCAP EVENTOS E SONORIZAÇÃO LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 19.216.857/0001-71**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 10 (quiosque)**Valor:** R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**Data da Assinatura:** 30 de agosto de 2019

EXTRATOS IC

Publicação Nº 2229679

Contrato nº: 1/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** DETALHE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA. – ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 11.560.813/0001-52**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 57 e 58 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 6.480,00 (seis mil e quatrocentos e oitenta reais)**Data da Assinatura:** 17 de abril de 2019**Contrato nº: 2/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** FILTROS DE ÁGUA PELLIZZARO LTDA. – ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 81.843.534/0001-81**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 148 e 149 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 6.480,00 (seis mil e quatrocentos e oitenta reais)**Data da Assinatura:** 17 de abril de 2019**Contrato nº: 3/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** NEONUTRIALGP DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 26.409.408/0001-05**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 82 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 18 de abril de 2019

Contrato nº: 4/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** LILIANA SANINI (MEI), inscrito(a) no CNPJ sob nº 31.276.864/0001-64**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 55 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 18 de abril de 2019**Contrato nº: 5/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** PISOCENTER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. – EPP, inscrito(a) no CNPJ sob nº 00.960.036/0001-17**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 45 e 46 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais)**Data da Assinatura:** 22 de abril de 2019**Contrato nº: 6/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CONSTRUTORA VELHO CASARÃO LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 15.163.122/0001-76**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 69 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** 22 de abril de 2019

Contrato nº: 7/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): CRECERTO - AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE, inscrito(a) no CNPJ sob nº 04.432.096/0001-18

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 100 e 101 - Espaço Multiuso

Valor: R\$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais)

Data da Assinatura: 23 de abril de 2019

Contrato nº: 8/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): ENERGYBIO EIRELY, inscrito(a) no CNPJ sob nº 21.064.942/0001-03

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 79 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 23 de abril de 2019

Contrato nº: 9/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): MARIO PEDRO BALD EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 32.719.341/0001-08

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 144 – Anexo Tancredão

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 23 de abril de 2019

Contrato nº: 10/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): COLCHÃO INTELIGENTE FRANQUIA CONCÓRDIA LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 28.579.984/0001-26

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 112 - Espaço Multiuso

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 11/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO DE ESTADOS RS SC MG – SICREDI UNIESTADOS, inscrito(a) no CNPJ sob nº _____

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 61 e 67 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)

Valor: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

Data da Assinatura: 23 de abril de 2019

Contrato nº: 12/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTA E IDOSOS DE CONCÓRDIA – ASAPREV, inscrito(a) no CNPJ sob nº 80.638.851/0001-01

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 112 - Espaço Multiuso

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 23 de abril de 2019

Contrato nº: 13/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): COOPERATIVA DE CRÉDITO DE EMPRESÁRIOS SICOOB/TRANSCREDI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 04.247.370/0001-89

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 51 e 52 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)

Valor: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 14/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): ALUMIDEX ESQUADRIAS DE ALUMINIO E VIDROS, inscrito(a) no CNPJ sob nº 19.702.578/00001-18

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 49 e 50 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)

Valor: R\$ 6.480,00 (seis mil e quatrocentos e oitenta reais)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 15/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): PAGNONCELLI IMÓVEIS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 28.503.512/0001-90

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 12 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)

Valor: R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 16/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): AMEND & AMEND CENTRO ESPECIALIZADO EM EMAGRECIMENTO E ESTETICA EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 30.887.002/0001-05

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 138 – Anexo Espaço Multiuso

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 17/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): PEDRO LEMES COLCHÕES EIRELI ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 16.888.035/0001-49

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 16 e 17 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)

Valor: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 18/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): SHIRLEY CRISTIANE SEEFELD GOTtert, inscrito(a) no CNPJ sob nº 13.637.369.0001-51

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 53 e 54 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)

Valor: R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais)

Data da Assinatura: __ de abril de 2019

Contrato nº: 19/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): CAZZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 16.097.569/0001-57

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 13, 14, 15, 18 e 19- Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)

Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 20/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): ODAIR JOSE BRIDI EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 28.834.809/0001-38

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 68 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)

Valor: R\$ 3.240,00 (três mil e duzentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: __ de abril de 2019

Contrato nº: 21/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – SICOOB CREDIAUC/SC, inscrito(a) no CNPJ sob nº 78.840.071/0001-90

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 37 e 38 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)

Valor: R\$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais)

Data da Assinatura: 25 de abril de 2019

Contrato nº: 22/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** J E G COMERCIO DE COLCHÕES LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 20.491.548/0001-99**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 120 - Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** 25 de abril de 2019**Contrato nº: 23/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CEMAP PINDAMONHAGABA CENTRO EDUCACIONAL LTDA. - EPP, inscrito(a) no CNPJ sob nº 17.907.177/0001-79**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 103 – Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais)**Data da Assinatura:** 25 de abril de 2019**Contrato nº: 24/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** DETALHES MÓVEIS PLANEJADOS LTDA. EPP, inscrito(a) no CNPJ sob nº 11.771.280/0001-58**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 116 e 117 - Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)**Data da Assinatura:** 25 de abril de 2019

Contrato nº: 25/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** EJWB ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA. - ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 12.096.294/0001-86**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 90 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**Data da Assinatura:** 25 de abril de 2019**Contrato nº: 26/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SALETE APARECIDA SGARBOSSA BASSANI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 09.512.585/0001-01**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 39 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** 25 de abril de 2019**Contrato nº: 27/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** PURIFIC E IBBL, inscrito(a) no CNPJ sob nº 13.258.749/0001-85**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 22 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 25 de abril de 2019

Contrato nº: 28/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** PAMELA PASIN DAL VESCO SONZA 04373597944, inscrito(a) no CNPJ sob nº 20.167.890/0001-38**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 83 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 25 de abril de 2019**Contrato nº: 29/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** VITAL BODY CENTRO ESTÉTICO LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.739.135/0001-55**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 131 – Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 30/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONCÓRDIA, inscrito(a) no CNPJ sob nº 83.573.212/0001-95**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 78 e 84 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 9.720,00 (nove mil setecentos e vinte reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019

Contrato nº: 31/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SYAMA ESTUDIO FOTOGRÁFICO LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 26.947.790/0001-00**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 65 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 32/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, inscrito(a) no CNPJ sob nº 02.255.187/0001-08**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 6 – Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 4.950,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 33/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** AIRTON LUIS ARGENTON – EPP, inscrito(a) no CNPJ sob nº 81.561.5999/0001-34**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 02 e 03 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 6.480,00 (seis mil e quatrocentos e oitenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019

Contrato nº: 34/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CASA DO PISO LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 13.131.598/0001-08**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 40 e 41 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 6.480,00 (seis mil e quatrocentos e oitenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 35/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** ATI – COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 07.872.058/0001-74**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 01 - Tancredão Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio)**Valor:** R\$ 3.240,00 (Três mil, duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 36/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.774.688/0001-55**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 155 - Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019

Contrato nº: 37/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** INVIOSAT ADINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. - ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 10.520.367/0001-90**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 42 (privilegiado) - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 4.860,00 (quatro mil e oitocentos e sessenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 38/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** AGGILE ELETRODOMÉSTICOS LTDA. - ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 14.130.989/0001-62**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 159 – Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 39/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** COMÉRCIO DE ELETROMÓVEIS MARAFOM LTDA. ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 11.825.550/0001-66**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 85 e 91 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019

Contrato nº: 40/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** GAAFER CHOCOLATATERIA LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 31.621.997/0001-20**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 80 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 41/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** RAIOL VIDROS LTDA. ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 22.272.971/0001-23**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 73, 74, 75, 76 e 77 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 17.820,00 (dezessete mil, oitocentos e vinte reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 42/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** DHAS AGENCIA DE VIAGEM E TRANSPORTES EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 17.782.465/0001-44**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 158 – Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.240,00 (três mil, duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019

Contrato nº: 43/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CASA NOVA COMÉRCIO E DECORAÇÕES LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 10.659.586/0001-54**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 93 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 44/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** LAUFFENS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 15.292.714/0001-98**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 07, 08, 09, 10 e 11 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)**Data da Assinatura:** 9 de abril de 2019**Contrato nº: 45/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CRISMAZEL COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA. - EPP, inscrito(a) no CNPJ sob nº 21.829.441/0001-70**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 81 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019

Contrato nº: 46/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** RONALDO RITTER, inscrito(a) no CNPJ sob nº 14.115.415.0001/15**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 156 - Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 47/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** MARILAINÉ CARMEN BERTOLLO, inscrito(a) no CNPJ sob nº**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 132 – Anexo Espaço Multiuso e 44 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 48/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** RP COMÉRCIO DE PORTAS E LAMINADOS, inscrito(a) no CNPJ sob nº 33.262.564/0001-51**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 23 e 24 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019

Contrato nº: 49/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** BIO LUME ENERGIA SOLAR LTDA. – ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 23.739.975/0001-31**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 94 e 95 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 6.480,00 (seis mil e quatrocentos e oitenta reais)**Data da Assinatura:** 7 de maio de 2019**Contrato nº: 50/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** LIMA E PROPODOSKI ENSINO DE IDIOMAS LTDA. (KNN IDIOMAS), inscrito(a) no CNPJ sob nº 33.031.393/0001-50**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 125 - Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 51/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** ROANI TECNOLOGIA LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 23.593.922/0001-55**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 104 - Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019

Contrato nº: 52/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** ROANI COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA. EPP, inscrito(a) no CNPJ sob nº 82.842.691/0001-35**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 105 - Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 26 de abril de 2019**Contrato nº: 53/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** MAXSOLAR SISTEMAS FOTOVOLTAICOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.833.344/0001-63**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 43 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** 29 de abril de 2019**Contrato nº: 54/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SKY SOLLARIS DO BRASIL LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 24.548.279/0001-00**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 164 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** 29 de abril de 2019

Contrato nº: 55/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** INDÚSTRIA DE MÓVEIS SEBEM LTDA. - EPP, inscrito(a) no CNPJ sob nº 83.229.914/0001-56**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 47 e 48 (privilegiado) - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 9.000,00 (nove mil reais)**Data da Assinatura:** 30 de abril de 2019**Contrato nº: 56/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SUPERPOL FABRICAÇÃO DE ISOLANTES LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 32.310.572/0001-63**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 70 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 2 de maio de 2019**Contrato nº: 57/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE CONCÓRDIA E REGIÃO - UNIMED, inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.931.130/0001-36**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 62 e 63 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)**Data da Assinatura:** 2 de maio de 2019

Contrato nº: 58/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO, inscrito(a) no CNPJ sob nº 83.395.921/0003-90**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 86 e 92 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais)**Data da Assinatura:** 3 de maio de 2019**Contrato nº: 59/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SEVERINO GRANDO JUNIOR, inscrito(a) no CNPJ sob nº 27.617.103/0001-51**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 126 - Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$3.600,00 (três mil e sessientos reais)**Data da Assinatura:** 6 de maio de 2019**Contrato nº: 60/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA CONCÓRDIA - CRESOL, inscrito(a) no CNPJ sob nº 05.425.526/0001-37**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 137 - Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.240,00 (três mil, duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** __ de abril de 2019

Contrato nº: 61/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** EMPRESA LI BILHARES LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 05.309.466/0001-97**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 106 - Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 9 de maio de 2019**Contrato nº: 62/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** JLM EDUCAÇÃO & TECNOLOGIA, inscrito(a) no CNPJ sob nº 32.201.710/0001-76**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 107 - Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 10 de maio de 2019**Contrato nº: 63/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** TONIEL DA SILVA PEREIRA, inscrito(a) no CNPJ sob nº 27.837.821/0001-33**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 59 (privilegiado) - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**Data da Assinatura:** 10 de maio de 2019.

Contrato nº: 64/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SANT SOL ENERGIA SOLAR LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 31.066.872/0001-86**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 26 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 13 de maio de 2019**Contrato nº: 65/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** EKIPAR LICIT INFORMATICA LTDA. – ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 07.894.379/0001-70**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 25 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 14 de maio de 2019**Contrato nº: 66/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** VAGNER A FERNANDES EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 05.255.838/0001-40**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 108 - Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)**Data da Assinatura:** 15 de abril de 2019

Contrato nº: 67/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** IMOBILIÁRIA MERCATTO LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 07.961.192/0001-41**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 04 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 15 de maio de 2019**Contrato nº: 68/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** FOX CURITIBA FOTOGRAFIAS LTDA. - EPP, inscrito(a) no CNPJ sob nº 04.674.650/0001-73**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 153 (privilegiado) - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais)**Data da Assinatura:** 16 de maio de 2019**Contrato nº: 69/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** INTERPRAIAS CLUB AGENCIA DE VIAGEM EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 28.029.321/0001-38**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 89 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 16 de maio de 2019

Contrato nº: 70/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** RONKATO OCCHIALI COMÉRCIO DE ARMAÇÕES DE ÓCULOS EIRELI EPP, inscrito(a) no CNPJ sob nº 18.582.752/0001-73**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 96 (privilegiado) - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**Data da Assinatura:** 16 de maio de 2019**Contrato nº: 71/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** GREGORI FELIPE TRES EIRELI ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº **3.256.059/0001-40****Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 28 (privilegiado) - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**Data da Assinatura:** 16 de maio de 2019**Contrato nº: 72/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** DIAS E SCREMIN INDUSTRIA E COMÉRCIO DE VESTUÁRIO LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 12.695.673/0001-92**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 64 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 16 de maio de 2019

Contrato nº: 73/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SANDRA MARIA DOS SANTOS 91288657072, inscrito(a) no CNPJ sob nº 18.926.925/0001-23**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 171 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 17 de maio de 2019**Contrato nº: 74/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** EDUARDO STREB 9500691004, inscrito(a) no CNPJ sob nº **959.006.910-04****Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 133 - Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 17 de maio de 2019**Contrato nº: 75/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SETE ELOS COMÉRCIO DE JÓIAS LTDA. – ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 07.708.157/0001-15**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 56 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 20 de maio de 2019

Contrato nº: 76/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): JORGE DE MENEZES LEONARDO JUNIOR 86739026068, inscrito(a) no CNPJ sob nº 30.604.670/0001-88

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 130 - Anexo Espaço Multiuso

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 23 de maio de 2019

Contrato nº: 77/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): PATRICIA CRISTIANE MOREIRA 06650126918, inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.207.873/0001-51

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 154 - Anexo Espaço Multiuso

Valor: R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 23 de maio de 2019

Contrato nº: 78/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): SKILETS MODAS COMÉRCIO VAREJISTA LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 21.385.655/0001-03

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 127 - Anexo Espaço Multiuso

Valor: R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 23 de maio de 2019

Contrato nº: 79/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** HOSPITAL LINDOIA LTDA. ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 83.860.676/0001-82**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 27 (privilegiado) - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**Data da Assinatura:** 23 de maio de 2019**Contrato nº: 80/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** PETRUS INCORPORADORA E INVESTIMENTOS EIRELI ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 32.173.691/0001-11**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 20 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).**Data da Assinatura:** 23 de maio de 2019**Contrato nº: 81/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** M. RODRIGUES DA SILVA – MASSAGEADORES ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 10.836.031/0001-30**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 60 (privilegiado) - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 4.860,00 (quatro mil oitocentos e sessenta reais)**Data da Assinatura:** 23 de maio de 2019

Contrato nº: 82/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** RODINEI DRESCH 79670610982, inscrito(a) no CNPJ sob nº 26.561.861/0001-32**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 124 - Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 3 de junho de 2019**Contrato nº: 83/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** LEONARDO SANDRO LOPES 06927794930, inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.298.324/0001-30**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 05 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais)**Data da Assinatura:** 3 de junho de 2019

Contrato nº: 84/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** DIGA X INDUSTRIA E COMÉRCIO DE FOTOGRAFIAS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 28.740.459/0001-40**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 123 - Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 3 de junho de 2019

QUAL DOS DOIS É O CERTO????

Contrato nº: 84/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** LILIANA SANINI (MEI), inscrito(a) no CNPJ sob nº 31.276.864/0001-64**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 119 - Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 18 de abril de 2019**Contrato nº: 85/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** ENEIAS BLOGOSLAWSKI ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 32.558.976/0001-70**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 87 e 88 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)**Data da Assinatura:** 7 de junho de 2019

Contrato nº: 86/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** ALC RAMPAZZO COUROS ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 07.617.315/0001-21**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 21 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 12 de junho de 2019**Contrato nº: 87/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SERGIO FERNANDO DA LUZ AMARAL MEI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 30.626.320/0001-12**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 163 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 27 de junho de 2019**Contrato nº: 88/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** ELENICE ALZIRA BASEGGIO, inscrito(a) no CNPJ sob nº 22.039.627/0001-99**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 167 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 27 de junho de 2019

Contrato nº: 89/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** LITORÂNEA AGÊNCIA DE SERVIÇOS HOTELEIROS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 07.532.595/0001-75**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 170 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 27 de junho de 2019**Contrato nº: 90/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** JOLITHI COMERCIO DE COLCHÕES E ESPUMAS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 85.184.273/0001-96**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 90 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 5 de setembro de 2019

QUAL DOS DOIS É O CERTO????

Contrato nº: 90/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** ZHOU GUOHUA, inscrito(a) no CNPJ sob nº 19.079.467/0001-05**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 169 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 1º de julho de 2019

Contrato nº: 91/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CALÇADOS KILLER LTDA. - ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 04.765.824/0001-03**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 121 - Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 3 de julho de 2019**Contrato nº: 92/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** RETASEG MONITORAMENTO E SEGURANÇA 24H LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.580.448/0001-03**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 165 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 12 de julho de 2019**Contrato nº: 93/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA, inscrito(a) no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 113 - Espaço Multiuso:**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 16 de julho de 2019

Contrato nº: 94/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): PATRICIA CRISTANE DO CANTO, inscrito(a) no CNPJ sob nº 30.173.468/0001-49

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 145 - Espaço Multiuso

Valor: R\$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 17 de julho de 2019

Contrato nº: 95/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): JULIANA ROMAN, inscrito(a) no CNPJ sob nº 23.571.523/0001-93

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 168 - Espaço Multiuso

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Data da Assinatura: 19 de julho de 2019

Contrato nº: 96/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): LISETTE CORREIA CALÇADOS, inscrito(a) no CNPJ sob nº 24.417.998/0001-92

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 164 - Espaço Multiuso

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 24 de julho de 2019

Contrato nº: 97/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): LEOCAM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 04.652.347/0001-70

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 150A - Espaço Multiuso

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 24 de julho de 2019

Contrato nº: 98/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): ALEXANDRE CORREA ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 13.749.959/0001-76

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 150B - Espaço Multiuso

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 24 de julho de 2019

Contrato nº: 99/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): CONCERT – ENSINO DE IDIOMAS E INFORMÁTICA LTDA. ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 23.842.413/0001-82

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 130 - Espaço Multiuso

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 25 de julho de 2019

Contrato nº: 100/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SILVANA CIPA COMÉRCIO DE COLCHOES EIRELI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 19.882.381/0001-08**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 135 e 136 - Anexo Multiuso**Valor:** de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**Data da Assinatura:** 7 de agosto de 2019**Contrato nº: 101/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** EVERSON AUGUSTO MAURER, inscrito(a) no CNPJ sob nº 17.710.622/0001-06**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 129 - Anexo Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 7 de agosto de 2019**Contrato nº: 102/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** THAQUI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTESANATOS, PRESENTES E FERRAGENS LTDA. ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 14.736.983/0001-33**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 128 - Anexo Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 7 de agosto de 2019

Contrato nº: 103/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CAPVERDE SC DESENVOLVIMENTO LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 33.590.101/0001-19**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 146 - Anexo Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 8 de agosto de 2019**Contrato nº: 104/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** HS ADM DE CONSORCIOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 73.516.106/0001-16**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 21 - Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Ginásio Tancredão)**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 16 de agosto de 2019**Contrato nº: 105/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** RAFAEL BERDU MONTANARI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 15.377.348/0001-70**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 157 - Anexo Tancredão Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 16 de agosto de 2019

Contrato nº: 106/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** GLOBO BIJU ACESSÓRIOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 12.088.109/0001-01**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 161 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 16 de agosto de 2019**Contrato nº: 107/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** ANA CRISTINA PEREIRA DE BARROS 00450460002, inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.110.875/0001-28**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 162 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 16 de agosto de 2019**Contrato nº: 108/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, através da SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, inscrito(a) no CNPJ sob nº 83.169.623/0001-10**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 122 - Anexo Espaço Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 23 de agosto de 2019

Contrato nº: 109/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CENTRO DE FORMADORES DE CONDUTORES LTDA. ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 00.930.195/0001-79**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 171 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 223 de agosto de 2019**Contrato nº: 110/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** RCE CALÇADOS EIRELI - ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 17.021.388/0001-00**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 152 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 26 de agosto de 2019**Contrato nº: 111/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** STEVAN WERWORN ALBRECHT, inscrito(a) no CNPJ sob nº 28.165.242/0001-54**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 141 e 142 - Anexo Multiuso**Valor:** R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**Data da Assinatura:** 26 de agosto de 2019

Contrato nº: 112/2019 (IC)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** SIMON COLCHOES TERAPEUTICOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 83.066.423/0001-31**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 147 - Anexo Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 27 de agosto de 2019**Contrato nº: 113/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CASSILDA DEOLA LAURINDO, inscrito(a) no CNPJ sob nº 17.815.940/0001-31**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 119 - Anexo Multiuso**Valor:** R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**Data da Assinatura:** 2 de setembro de 2019**Contrato nº: 114/2019 (IC)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** LUCIMARA APARECIDA VICENTE MARTINI, inscrito(a) no CNPJ sob nº 22.830.054/0001-17**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopesla, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** 158 e 159 - Anexo Tancredão**Valor:** R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)**Data da Assinatura:** 2 de setembro de 2019

Contrato nº: 115/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): TELHAS DE CONCRETO COLORIDAS BONFANTI LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 05.054.608/0001-12

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 151 - Anexo Tancredão

Valor: R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 2 de setembro de 2019

Contrato nº: 116/2019 (IC)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): JOTA JOTA ELITE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS, inscrito(a) no CNPJ sob nº 12.941.919/0001-69

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): 130 - Anexo Multiuso

Valor: R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 3 de setembro de 2019

EXTRATOS ICV

Publicação Nº 2229655

Contrato nº: 1/2019 (ICV)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** FERMAC PEÇAS E VEÍCULOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 83.569.079/0001-01**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** Lote nº 18**Valor:** R\$ 3.717,00 (três mil e setecentos e dezessete reais)**Data da Assinatura:** 18 de abril de 2019**Contrato nº: 2/2019 (ICV)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** FRIOMILK COMÉRCIO DE RESFRIADORES E ORDENHAS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 13.523.518/0001-51**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** Lote nº 16**Valor:** R\$ 4.662,00 (quatro mil e seiscentos e sessenta e dois reais)**Data da Assinatura:** 18 de abril de 2019**Contrato nº: 3/2019 (ICV)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** VITÓRIA COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 30.274.884/0001-33**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** Lote nº N9**Valor:** R\$ 5.250,00 (cinco mil e duzentos e cinquenta reais)**Data da Assinatura:** 24 de abril de 2019

Contrato nº: 4/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): GERSON SIDNEI DOERZBACHER, inscrito(a) no CNPJ sob nº 11.055.578/0001-61

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 13

Valor: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 5/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): GRIFFE VEÍCULOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 16.634.352/0002-10

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 09-I (50% da área total)

Valor: R\$ 2.502,50 (dois mil e quinhentos e dois reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 6/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): CHINHAN AUTOMÓVEIS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 24.061.280/0001-06

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 09-II (50% da área total)

Valor: R\$ 2.502,50 (dois mil e quinhentos e dois reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 7/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): CORDIAL DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 85.102.549/0001-40

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 10-I (50% da área total)

Valor: R\$ 4.025,00 (quatro mil e vinte e cinco reais)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 8/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): PRUSSIANA AUTOMÓVEIS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.660.333/0001-29

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 10-II (50% da área total)

Valor: R\$ 4.025,00 (quatro mil e vinte e cinco reais)

Data da Assinatura: 24 de abril de 2019

Contrato nº: 9/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): IDEMAR DEBARBA, inscrito(a) no CNPJ sob nº 08.663.220/0001-07

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 17

Valor: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Data da Assinatura: 25 de abril de 2019

Contrato nº: 10/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): ZELITUR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 00.644.371/0001-06

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 07

Valor: R\$ 12.474,00 (doze mil e quatrocentos e setenta e quatro reais)

Data da Assinatura: 25 de abril de 2019

Contrato nº: 10/2019 (ICV)

Tipo Aditivo: Rescisão Contratual

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): ZELITUR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 00.644.371/0001-06

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: rescisão do Contrato nº 10/2019 (ICV), cujo objeto é a locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC.

Data da Assinatura: 23 de setembro de 2019

Contrato nº: 11/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): VIP COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 05.387.632/0001-73

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lotes nº N1 e N2

Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Data da Assinatura: 26 de abril de 2019

Contrato nº: 12/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): PILLARES CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 07.888.326/0001-46

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Terreno 1 da área privilegiada da construção civil

Valor: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

Data da Assinatura: 26 de abril de 2019

Contrato nº: 15/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 24.706.364/0006-64

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 05 (privilegiado)

Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)

Data da Assinatura: 29 de abril de 2019

Contrato nº: 17/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): SIDINEI TEIXEIRA RODRIGUES, inscrito(a) no CNPJ sob nº 32.266.915/0001-30

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 03 (privilegiado)

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Data da Assinatura: 29 de abril de 2019

Contrato nº: 19/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): SUL BRASIL SEMI-REBOQUES LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 12.080.033/0001-78

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 03

Valor: R\$ 15.295,00 (quinze mil e duzentos e noventa e cinco reais)

Data da Assinatura: 30 de abril de 2019

Contrato nº: 20/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): LAZZARIN CASAS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 27.308.926/0001-03

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 02 (privilegiado)

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Data da Assinatura: 30 de abril de 2019

Contrato nº: 21/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): SANTINA MARIA GRITTI ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 19.171.100/0001-09

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº N-4

Valor: R\$ 3.150,00 (três mil e cento e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 2 de maio de 2019

Contrato nº: 22/2019 (ICV)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** BRUM & CIA LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 29.873.660/0001-69**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** Lote nº 12-A**Valor:** R\$ 3.717,00 (três mil, setecentos e dezessete reais)**Data da Assinatura:** 2 de abril de 2019**Contrato nº: 23/2019 (ICV)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** LAUDAIR SORATO – ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 79.693.644/0001-62**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** Lote nº N-8**Valor:** R\$ 3.780,00 (três mil e setecentos e oitenta reais)**Data da Assinatura:** 7 de maio de 2019**Contrato nº: 24/2019 (ICV)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 02.952.689/0006-94**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** Lotes nº 04 e 05**Valor:** R\$ 8.076,25 (oito mil e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**Data da Assinatura:** 8 de maio de 2019

Contrato nº: 25/2019 (ICV)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A., inscrito(a) no CNPJ sob nº 76.527.951/0001-85**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** Lote nº 11**Valor:** R\$ 13.860,00 (treze mil e oitocentos e sessenta reais)**Data da Assinatura:** 15 de maio de 2019**Contrato nº: 26/2019 (ICV)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** FLORICULTURA CUBRA BEM NATURAL LTDA. – ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 13.636.856/0001-08**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** Lote nº 11-A**Valor:** R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**Data da Assinatura:** 3 de junho de 2019**Contrato nº: 27/2019 (ICV)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** HEATS BRAZIL BEBIDAS EIRELI – ME, inscrito(a) no CNPJ sob nº 24.728.652/0001-05**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** Lote nº N6-A**Valor:** R\$ 1.750,00 (um mil e setecentos e cinquenta reais)**Data da Assinatura:** 12 de junho de 2019

Contrato nº: 28/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): OCTAVIANO ZANDONAI E CIA LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 02.185.091/0001-02

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº N-7

Valor: R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais)

Data da Assinatura: 12 de junho de 2019

Contrato nº: 29/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): RC COMERCIAL LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 09.052.449/0001-78

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº N6-B

Valor: R\$ 1.890,00 (um mil e oitocentos e noventa reais)

Data da Assinatura: 17 de junho de 2019

Contrato nº: 30/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): SKY SOLLARIS DO BRASIL LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 24.548.279/0001-00

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 12-B

Valor: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Data da Assinatura: 25 de junho de 2019

Contrato nº: 31/2019 (ICV)**Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** MOVER VEÍCULOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 21.221.248./0001-52**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** Lote nº 15**Valor:** R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)**Data da Assinatura:** 28 de junho de 2019**Contrato nº: 32/2019 (ICV)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** BANCO BRADESCO S.A., inscrito(a) no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** Lotes Novos nºs. 03 e 05**Valor:** R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**Data da Assinatura:** 1º de julho de 2019**Contrato nº: 33/2019 (ICV)****Locador:** Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019**Locatário(a):** BARIGUI CAMINHÕES LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 17.555.263/0001-60**Licitação:** Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC**Objeto:** locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC**Estande(s) nº(s):** Lote nº N-10**Valor:** R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**Data da Assinatura:** 8 de agosto de 2019

Contrato nº: 34/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): NIJU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 00.087.181/0001-35

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 01

Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Data da Assinatura: 20 de agosto de 2019

Contrato nº: 35/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): PASSARELA CENTER LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.107.202/0001-25

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 04 (privilegiado)

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Data da Assinatura: 21 de agosto de 2019

Contrato nº: 36/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): SAVE-CAR CLUBE DE ASSITÊNCIA A PROTEÇÃO PATRIMONIAL, inscrito(a) no CNPJ sob nº 19.503.759/0001-15

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 03 (privilegiado)

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Data da Assinatura: 27 de agosto de 2019

Contrato nº: 37/2019 (ICV)

Locador: Município de Concórdia, promotor e organizador da Expo Concórdia 2019

Locatário(a): CHINHAN AUTOMÓVEIS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob nº 24.061.280/0001-06

Licitação: Edital de Credenciamento nº 4/2019 – PMC

Objeto: locação temporária de estande(s) no evento denominado Expo Concórdia 2019, que será realizada pelo Contratante no período de 6 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia, SC

Estande(s) nº(s): Lote nº 14

Valor: R\$ 6.790,00 (seis mil e setecentos e noventa reais)

Data da Assinatura: 30 de agosto de 2019

RESULTADO EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMC Nº 08-2019

Publicação Nº 2229666

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CUTURA
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA/SC
CNJ 78.507.670/0001-96
Rua Dr. Maruri, 865, Centro – Concórdia SC - CEP 89700-170
(49) 3442-3930**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMC Nº 08/2019**RESULTADO**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Dr. Maruri, 865, Centro, Concórdia, Santa Catarina, representada pelo Senhor Júlio Gomes, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o disposto na Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c no Decreto 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, torna público a lista de proponentes selecionados no Edital de Credenciamento Nº 08/2019.

Objeto: comercialização de comidas e bebidas do tipo “Food Trucks”, durante a Feira do Livro de Concórdia 2019, que será realizada no Município de Concórdia do dia 21 a 24 de novembro de 2019, na Rua Leonel Mosele (Rua Coberta), Centro, Concórdia, SC.

Selecionados:

- SOLANGE PIAZENTINI 05968884908 – 29.291.229/0001-04;
- RONALDO DETONI 75515954904 – 29.702.144/0001-71.

Concórdia, 18 de novembro de 2019.

JÚLIO GOMES

Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Concórdia

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 10.2019

Publicação Nº 2230170

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019

Pág 1 / 2



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		173.086,22	164.358,50
Ordinária		45.459,02	41.754,30
Vinculada		127.627,20	122.604,20
Transferências Financeiras Recebidas (II)		1.688.716,24	1.737.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.688.716,24	1.737.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		344.840,33	216.745,97
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		171.077,19	30.901,01
Inscrição de Restos a Pagar Processados		14.977,09	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		158.786,05	185.844,96
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		501.874,50	341.490,43
Caixa e Equivalentes de Caixa		501.874,50	341.490,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		2.708.517,29	2.459.594,90

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		1.712.955,06	1.762.986,91
Ordinária		1.629.813,29	1.688.463,44
Vinculada		83.141,77	74.523,47
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		184.178,95	194.733,49
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		27.666,16	8.888,53
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		156.512,79	185.844,96
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		811.383,28	501.874,50

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v:2013.01

Identificador: WPR1491103-6598-YYXT-311773986 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/11/2019 10:53:06 -03:00



FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2019

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		811.383,28	501.874,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		2.708.517,29	2.459.594,90

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 18/11/2019, Hora emissão 10:53:17

Notas:

JÚLIO GOMES
Diretor Superintendente da FMC

MARLON DE LAI DENECA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 10.2019

Publicação Nº 2230178

Pág 1 / 2

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2019



BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		10.861,67	6.316,09
Ordinária		10.650,40	6.052,20
Vinculada		211,27	263,89
Transferências Financeiras Recebidas (II)		1.008.300,00	1.038.925,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.008.300,00	1.038.925,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		371.468,57	122.480,81
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		291.903,67	887,32
Inscrição de Restos a Pagar Processados		2.373,57	286,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		77.191,33	121.306,75
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		287.764,54	95.785,20
Caixa e Equivalentes de Caixa		287.764,54	95.785,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.678.394,78	1.263.507,10

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		819.969,73	854.057,91
Ordinária		819.969,73	854.057,91
Vinculada		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		77.014,56	121.684,65
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		659,43	377,90
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		286,74	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		76.068,39	121.306,75
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		781.410,49	287.764,54

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v:2013.01

Identificador: WPR1491103-6598-TDFF-311774091 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

18/11/2019 10:54:51 -03:00



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		781.410,49	287.764,54
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.678.394,78	1.263.507,10

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA, Data Emissão 18/11/2019, Hora emissão 10:54:58

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

IVETE DAHMER ALBIERO
Tesorreiro
CPF: 712.696.229-00

ROBERTO MARINELLO
Diretor Superintendente
CPF: 427.512.500-25

BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 10.2019

Publicação Nº 2230171

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019



Pág 1 / 2

BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		73.633,73	114.572,98
Ordinária		73.633,73	114.572,98
Vinculada		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		4.050.000,00	4.296.800,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		4.050.000,00	4.296.800,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		889.506,70	353.779,03
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		667.193,76	80.174,12
Inscrição de Restos a Pagar Processados		6.031,39	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		216.281,55	273.604,91
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		295.030,46	508.887,01
Caixa e Equivalentes de Caixa		295.030,46	508.887,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		5.308.170,89	5.274.039,02

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		4.411.431,25	4.630.115,84
Ordinária		4.411.431,25	4.630.115,84
Vinculada		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		268.699,89	348.892,72
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		53.669,47	75.287,81
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		215.030,42	273.604,91
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		628.039,75	295.030,46

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-6598-LEEA-311773999 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

18/11/2019 10:53:19 -03:00



FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		628.039,75	295.030,46
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		5.308.170,89	5.274.039,02

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 18/11/2019, Hora emissão 10:53:29

Notas:

GIL ARTIFON
Ordenador de Despesa
CPF: 516.584.709-82

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 10.2019

Publicação Nº 2230183

Pág 1 / 2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2019



BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		167.051,97	962.629,31
Ordinária		31.751,20	42.082,45
Vinculada		135.300,77	920.546,86
Transferências Financeiras Recebidas (II)		4.670.867,00	4.940.250,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		4.670.867,00	4.940.250,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		1.631.907,14	726.097,70
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		1.165.807,62	143.192,82
Inscrição de Restos a Pagar Processados		11.847,70	1.450,39
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		454.251,82	581.454,49
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		1.542.008,80	1.398.736,17
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.542.008,80	1.398.736,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		8.011.834,91	8.027.713,18

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		5.510.644,66	5.626.707,21
Ordinária		5.167.032,16	4.305.778,90
Vinculada		343.612,50	1.320.928,31
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	100.000,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	100.000,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		545.351,13	758.997,17
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		91.105,21	175.355,80
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		1.450,39	2.186,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		452.795,53	581.454,49
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		1.955.839,12	1.542.008,80

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-6598-0GLX-311774037 - Emitido por: MARLON DE LAIDENEGA

18/11/2019 10:53:57 -03:00

Pág 2 / 2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.955.839,12	1.542.008,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		8.011.834,91	8.027.713,18

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA, Data Emissão 18/11/2019, Hora emissão 10:54:21

Notas:

DENISE JUSTI LOPES
Ordenadora de Despesa
CPF: 638.644.609-72

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v:2013.01

Identificador: WPR1491103-6598-0GLX-311774037 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/11/2019 10:53:57 -03:00

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 10.2019

Publicação Nº 2230172

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019

Pág 1 / 2



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		236.076,35	251.053,01
Ordinária		6.046,86	10.063,70
Vinculada		230.029,49	240.989,31
Transferências Financeiras Recebidas (II)		93.018,00	100.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		93.018,00	100.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		178.226,50	56.339,56
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		154.487,26	40.200,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		23.500,00	15.000,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		239,24	1.139,56
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		552.320,58	425.660,65
Caixa e Equivalentes de Caixa		552.320,58	425.660,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.059.641,43	833.053,22

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		419.732,19	244.727,40
Ordinária		185.319,34	183.425,10
Vinculada		234.412,85	61.302,30
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		18.531,24	36.005,24
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		3.292,00	24.023,96
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		15.000,00	10.841,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		239,24	1.139,56
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		621.378,00	552.320,58

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v:2013.01

Identificador: WPR1491103-6598-DVGD-31174051 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

18/11/2019 10:54:11 -03:00

Pág 2 / 2

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		621.378,00	552.320,58
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.059.641,43	833.053,22

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 18/11/2019, Hora emissão 10:54:21

Notas:

DENISE JUSTI LOPES
Ordenadora de Despesa
CPF: 638.644.609-72

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v:2013.01

Identificador: WPR 491103-6598-DVGD-31 1774051 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/11/2019 10:54:11 -03:00

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 10.2019

Publicação Nº 2230189

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019

Pág 1 / 2



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		29.582.008,86	37.658.100,29
Ordinária		491.359,78	437.320,36
Vinculada		29.090.649,08	37.220.779,93
Transferências Financeiras Recebidas (II)		29.628.933,00	31.742.165,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		29.628.933,00	31.742.165,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		11.614.703,00	7.475.186,92
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		7.401.476,54	2.764.630,71
Inscrição de Restos a Pagar Processados		194.217,72	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.019.008,74	4.710.556,21
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		8.102.883,21	8.151.940,80
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.102.883,21	8.151.940,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		78.928.528,07	85.027.393,01

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		67.173.007,01	71.221.842,63
Ordinária		381.810,87	464.539,16
Vinculada		66.791.196,14	70.757.303,47
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		5.428.189,05	5.702.667,17
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.444.886,74	992.110,96
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.983.302,31	4.710.556,21
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		6.327.332,01	8.102.883,21

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-6598-RVB-311773961 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

18/11/2019 10:52:42 -03:00



FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.327.332,01	8.102.883,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		78.928.528,07	85.027.393,01

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, Data Emissão 18/11/2019, Hora emissão 10:53:12

Notas:

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário
CPF: 073.188.179-65
Gestor do FMS

BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 10.2019

Publicação Nº 2230175

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019



Pág 1 / 2

BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		198.469.347,69	205.334.919,51	
Ordinária		102.259.367,98	108.809.537,49	
Vinculada		96.209.979,71	96.525.382,02	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	909.916,61	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	909.916,61	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		56.028.392,59	34.082.466,47	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		36.931.104,24	14.595.183,26	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		2.123.141,09	116.070,91	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		16.974.147,26	19.371.212,30	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		50.957.838,33	40.243.313,49	
Caixa e Equivalentes de Caixa		50.957.838,33	40.243.313,49	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		305.455.578,61	280.570.616,08	

DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		168.948.469,18	158.704.642,78	
Ordinária		72.738.524,42	75.656.425,57	
Vinculada		96.209.944,76	83.048.217,21	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		44.825.934,24	48.080.840,00	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		44.825.934,24	48.080.840,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		29.166.394,30	22.827.294,97	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		12.555.048,14	3.214.921,22	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		122.275,82	206.838,08	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		16.489.070,34	19.405.535,67	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		62.514.780,89	50.957.838,33	

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v:2013.01

Identificador: WPR1491103-6598-BAVO-311773879 - Emitido por: MARLON DE LAIDENEGA

18/11/2019 10:51:19 -03:00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Outubro / 2019



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		62.514.780,89	50.957.838,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		305.455.578,61	280.570.616,08

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 18/11/2019, Hora emissão 10:52:47

Notas:

ENORI ANTONIO BOLSI
Secretário Municipal de Finanças

ROGERIO LUCIANO PACHECO
Prefeito

MARLON DE LAI DENECA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 2806/2019**

Publicação Nº 2230510

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.806, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Exonera o servidor EDUARDO GUEDES PASSERE.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor EDUARDO GUEDES PASSERE do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, a partir de 18 de novembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 11 de novembro de 2019.

Mauro Acir Fretta
Presidente

Closmar Zagonel
Vice-Presidente

Margarete Poletto Dalla Costa
1º Secretário

Marilane Fiametti Stuari
2º Secretário

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 318/2019

Publicação Nº 2230242

DECRETO Nº 318/2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.265/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2019 no valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 03

Fonte de Recursos: 1000 – Ordinários R\$ 4.000,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1.001 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 22

Fonte de Recursos: 1000 – Ordinários R\$ 200,00

Art. 2º Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado recurso do superávit financeiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 11 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 319/2019

Publicação Nº 2230245

DECRETO Nº 319/2019

“INSTITUI, EM CARÁTER PRECÁRIO, TURNO ÚNICO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no artigo 70, inciso V, da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, a partir do dia 01/12/2019 até 31/12/2019, turno único contínuo de 06 (seis) horas diárias no serviço público municipal, a ser cumprido das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo único. As disposições deste Decreto não se aplicam:

I - aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, que possui cronograma próprio fixado em razão do calendário escolar.

II - aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Água e Saneamento Básico, para que não haja solução de continuidade na prestação destes serviços.

III - aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, em face da natureza destes serviços prestados à população.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 18 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 320/2019

Publicação Nº 2230247

DECRETO Nº 320/2019

“FIXA PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no artigo 70, inciso V, da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado ponto facultativo, para os órgãos e entidades da administração direta do Poder Executivo Municipal, nos dias 02 e 03 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 18 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE RESULTADO- PREGÃO Nº 63/2019

Publicação Nº 2229935

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº63/2019

JULGAMENTO: Menor preço Global.

PROCESSO: 139/2019

SOLICITANTES: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA;

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$74.495,70 (Setenta e quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais com setenta reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira declara vencedora a empresa: FABIANO FRANCHIN-ME, no valor de R\$74.495,70, adjudicado em favor da empresa mencionada, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;
Cordilheira Alta, SC, em 18 de Novembro de 2019.

Adriana De Cezaro Moresco

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 598/2019

Publicação Nº 2229953

PORTARIA Nº 598/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA AO SERVIÇO A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere

o Art. 70, XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora VANIA CRISTINA PEDERSSETTI GRACIANI, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, 02 (dois) dias de dispensa ao serviço, por haver prestado serviço no processo eleitoral em data de 28/10/2018, com base no artigo 98 da Lei n. 9.504/97.

Parágrafo único. A dispensa ao serviço prevista no caput deste artigo se dará nos dias 19 e 20 de Novembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 599/2019

Publicação Nº 2229955

PORTARIA Nº 599/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 71 da Lei Complementar nº 018/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 1 (um) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal ERICA ALVES DE LIMA matrícula nº1359802, ocupante do cargo de Professora 20 horas, lotada na Secretaria Municipal De Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos para dia 14/11.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 600/2019

Publicação Nº 2229957

PORTARIA Nº 600/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA AO SERVIÇO A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70, XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora KELY ALINE SABADIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal Educação, 01 (um) dia de dispensa ao serviço, por haver prestado serviço no processo eleitoral do Conselho Tutelar em data de 06/10/2019, com base no artigo 98 da Lei n. 9.504/97.

Parágrafo único. A dispensa ao serviço prevista no caput deste artigo se dará no dia de 14 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos para dia 14/11/2019.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 601/2019

Publicação Nº 2230238

PORTARIA Nº 601/2019

“CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL nº 05/2019 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no artigo 70, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para realização e acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 05/2019 - de prova de títulos, para os cargos de Instrutor de Dança (zumba), Instrutor de Música (coral, violão, acordeão, teclado e flauta), Instrutor de Desenho e Pintura e Instrutor de Artes Marciais (Karate).

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para compor a referida Comissão Especial, sob a presidência da primeira:

- I – Fernanda Thaynara Andretta, matrícula nº 1363001;
- II – Liciane Magnanti Pasa, matrícula nº. 342001
- III – André Rodrigues, matrícula nº 1346701;
- IV – Kelly Cristina Ranzan, matrícula nº. 194701

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 18 de novembro de 2019.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2019

Publicação Nº 2231019

Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE CORDILHEIRA ALTA SC
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta, SC, através do seu Presidente, torna público a todos aos interessados, que RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2019 de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 011/2019

Dispensa de licitação n. 011/2019

Tipo: Menor preço por global

Objeto: A presente dispensa de licitação tem por objeto aquisição e instalação de câmeras para transmissão das sessões da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta.

Valor: R\$ 2.715,00 (dois mil setecentos e quinze reais)

Empresa: INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME

CNPJ: 07.120.449/0001-32

Data 18 de novembro de 2019.
EVANDRO PEDERSSETTI
Presidente

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2019

Publicação Nº 2231023

Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE CORDILHEIRA ALTA SC
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta, SC, através do seu Presidente, torna público a todos aos interessados, que RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2019 de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 012/2019

Dispensa de licitação n. 012/2019

Tipo: Menor preço por item

Objeto: A presente dispensa de licitação tem por objeto aquisição cloro para cisterna da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta- Sc.

Valor: R\$ 190,00 (cento e noventa reais)

Empresa: TOP PISCINAS LTDA – ME

CNPJ: 05.399.318/0001-00

Data 18 de novembro de 2019.

EVANDRO PEDERSSETTI

Presidente

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 201/2019

Publicação Nº 2229583

DECRETO Nº. 201, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

AMPLIA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS DOS OCUPANTES DO CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal.

Considerando justificativa em anexo formulada pelo Secretário Municipal de saúde;

Considerando a grande necessidade de atender plantão em horários fora da carga horária mensal;

DECRETA:

Art. 1º Fica permitida, a execução de serviços extraordinários e consequentemente o seu pagamento de 60 (sessenta) horas previstas na legislação Municipal, por se tratar se situação excepcional (sazonais) tais como plantão sobre aviso e atendimento a pacientes.

Art. 2º Fica a cargo do Secretário Municipal de Saúde a autorização e o controle das horas-extras a serem realizadas pelos servidores da secretaria municipal de Saúde, que deverá ser realizado mensalmente através de relatório próprio, assinado e entregue ao departamento de Recursos Humanos para inclusão na Folha de Pagamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de Novembro de 2019.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MAICO PICETTI
Responsável pelo RH

DECRETO Nº 202/2019

Publicação Nº 2229585

DECRETO Nº. 202, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORARIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada Servidora Pública Municipal, ocupante de cargo de provimento Temporário, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 30 de Novembro de 2019

NOME	CARGO	Carga Horaria
Cledineia Picchi de Souza	Professor	40 horas

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de Novembro de 2019.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

MAICO PICETTI
Responsável pelo RH

Correia Pinto

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2282/2019

Publicação Nº 2229531

LEI MUNICIPAL Nº 2282/2019
DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DÁ DENOMINAÇÃO ÀS RUAS DO LOTEAMENTO NOVA CANAÃ NO BAIRRO PLANALTO SERRANO."

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Dá denominação à Rua nº 7 do Loteamento Nova Canaã, no Bairro Planalto Serrano, como Rua BENJAMIM BEPLER.
Parágrafo único – Fica revogado o Decreto Legislativo 011/2015.

Art. 2º - Dá denominação à Rua nº 8 do Loteamento Nova Canaã, no Bairro Planalto Serrano, como Rua DESEMBARGADOR ERNANI PALMA RIBEIRO.
Parágrafo único – Fica revogado o Decreto Legislativo 010/2015.

Art. 3º - Dá denominação à Rua nº 6 do Loteamento Nova Canaã, no Bairro Planalto Serrano, como Rua LEOPOLDO NICOLAU HAMES.

Art. 4º - Dá denominação à Rua nº 1 do Loteamento Nova Canaã, no Bairro Planalto Serrano, como Rua ANTONIO DANIEL DE ANDRADE, que se trata do prolongamento da rua de mesmo nome até encontrar a Rua Benjamim Beppler.

Art. 5º - Dá denominação à Rua nº 2 do Loteamento Nova Canaã, no Bairro Planalto Serrano, como Rua JOSÉ MARIA PROENÇA, que se trata do prolongamento da rua de mesmo nome até encontrar a Rua Benjamim Beppler.

Art. 6º - Dá denominação à Rua nº 3 do Loteamento Nova Canaã, no Bairro Planalto Serrano, como Rua ILOZINA SCHUMAC DO AMARAL, que se trata do prolongamento da rua de mesmo nome até encontrar a Rua Benjamim Beppler.

Art. 7º - Dá denominação à Rua nº 4 do Loteamento Nova Canaã, no Bairro Planalto Serrano, como Rua SEBASTIÃO BASTOS, que se trata do prolongamento da rua de mesmo nome até encontrar a Rua Benjamim Beppler.

Art. 8º - Dá denominação à Rua nº 5 do Loteamento Nova Canaã, no Bairro Planalto Serrano, como Rua JOSÉ EUGÊNIO MADRUGA, que se trata do prolongamento da rua de mesmo nome até encontrar a Rua Benjamim Beppler.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de novembro de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

LEI MUNICIPAL Nº 2283/2019

Publicação Nº 2229542

LEI MUNICIPAL Nº 2283/2019
DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DÁ DENOMINAÇÃO DE ASSIS ALVES COELHO, À ESCADARIA DE ACESSO AO HOSPITAL FAUSTINO RISCAROLLI NO BAIRRO SÃO PEDRO, NESTE MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO."

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Dá denominação de ASSIS ALVES COELHO à escadaria de acesso ao hospital Faustino Riscarolli no bairro São Pedro neste município de Correia Pinto.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de novembro de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1784/19

Publicação Nº 2230055



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº 1784/19

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2373/2019 de 14 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)

Código	Classificação	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1004.2043	AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE	
01380064	Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	
33190000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 115.000,00
23	Referência Dotação	
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.1004.2043	AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE	
01020029	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	
33190000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 50.000,00
22	Referência Dotação	
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0304.0081.2010	VIGILANCIA EM SAÚDE - VS	
01020029	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	
33190000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 50.000,00
71	Referência Dotação	
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
01020029	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	
33190000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 25.000,00
54	Referência Dotação	
TOTAL R\$		240.000,00

Art. 2 - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0301.0081.1010	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	
01380064	Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	
33190000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 115.000,00
55	Referência Dotação	
17	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
002	Divisão de Meio Ambiente	
0018.0541.0073.2006	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33190000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 50.000,00
224	Referência Dotação	

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br**06**

001

0010.0301.1005.2044

01380064

33190000000000000000

29

03

002

0004.0122.0009.2004

01000000

33350000000000000000

15

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.

Aplicações diretas

Referência Dotação

R\$ 50.000,00

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA

DIVISÃO DE FINANÇAS

MANUT. ATIV. DIV. TESOOURARIA, CONTAB. E TRIBUTAÇÃO

Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.

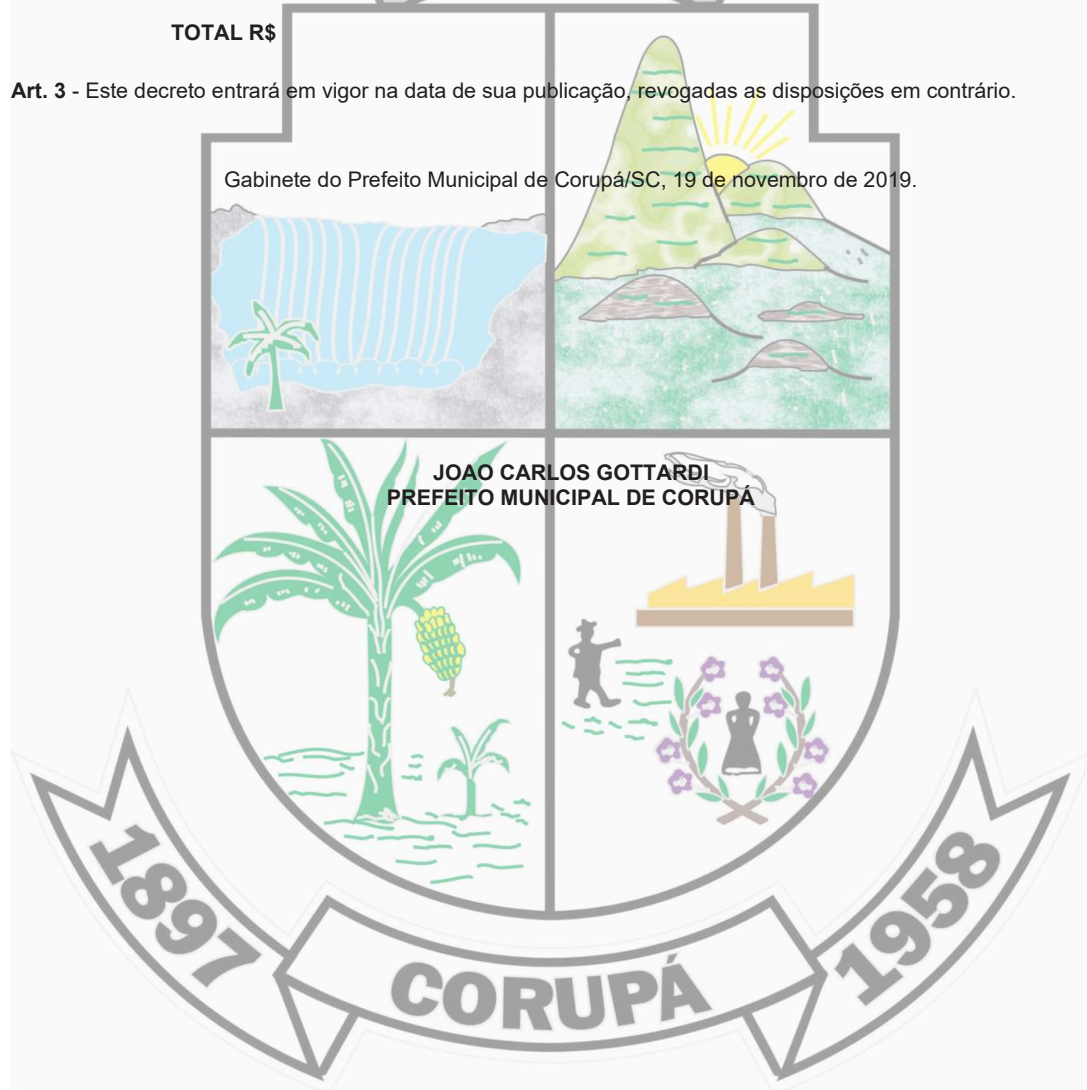
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu

Referência Dotação

R\$ 25.000,00

TOTAL R\$**240.000,00****Art. 3** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 19 de novembro de 2019.



Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº 1785/19

Publicação Nº 2230056



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br**DECRETO Nº 1785/19****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2374/2019 de 14 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 117.771,46 (cento e dezessete mil, setecentos e setenta e um reais e quarenta e seis centavos)

Código	Classificação	Valor
08	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2018	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
01010001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 1.776,46
134	Referência Dotação	
08	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2020	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
03360699	Salário Educação - Tesouro-Ex.Ant.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 115.995,00
261	Referência Dotação	
TOTAL R\$		117.771,46

Art. 2 - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor
08	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0367.0047.2023	MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO - CAECO	
01010001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 1.776,46
172	Referência Dotação	
08	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0365.0047.1004	CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DAS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL	
03360699	Salário Educação - Tesouro-Ex.Ant.	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 115.995,00
259	Referência Dotação	
TOTAL R\$		117.771,46

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 19 de novembro de 2019.



Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº 1786/19

Publicação Nº 2230059



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br**DECRETO Nº 1786/19****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2375/2019 de 14 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 76.816,00 (setenta e seis mil e oitocentos e dezesseis reais)

Código	Classificação	Valor
10	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
0004.0122.0090.2032	DESPESAS GERAIS DO MUNICIPIO	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 76.816,00
206	Referência Dotação	
TOTAL R\$		76.816,00

Art. 2 - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor
10	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
0028.0845.0090.2031	AUXILIO A DIVERSAS ENTIDADES	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33350000000000000000	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	R\$ 34.825,00
210	Referência Dotação	
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
002	DIVISÃO DE FINANÇAS	
0004.0122.0009.2059	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCÚ - CIGAMVALI	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
34471000000000000000	Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 349,00
249	Referência Dotação	
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
002	DIVISÃO DE FINANÇAS	
0004.0122.0009.2059	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCÚ - CIGAMVALI	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33171000000000000000	Transf. a Consórcios Públicos	R\$ 363,00
250	Referência Dotação	
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FAZENDA	
002	DIVISÃO DE FINANÇAS	
0004.0122.0009.2059	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCÚ - CIGAMVALI	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33371000000000000000	Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 42,00
251	Referência Dotação	
17	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
002	Divisão de Meio Ambiente	
0017.0512.0091.2013	CONSORCIO DAS AGUAS DO ITAPOCU E QUIRIRI	

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33171000000000000000	Transf. a Consórcios Públicos	R\$ 9.439,00
221	Referência Dotação	
17	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
002	Divisão de Meio Ambiente	
0017.0512.0091.2013	CONSORCIO DAS AGUAS DO ITAPOCU E QUIRIRI	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33371000000000000000	Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 339,00
222	Referência Dotação	
17	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
002	Divisão de Meio Ambiente	
0017.0512.0091.2013	CONSORCIO DAS AGUAS DO ITAPOCU E QUIRIRI	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
34471000000000000000	Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 4.719,00
223	Referência Dotação	
17	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
002	Divisão de Meio Ambiente	
0018.0541.0073.2006	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 5.618,00
227	Referência Dotação	
17	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
002	Divisão de Meio Ambiente	
0018.0541.0073.2006	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33350000000000000000	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	R\$ 21.122,00
225	Referência Dotação	
	TOTAL R\$	76.816,00

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 19 de novembro de 2019.



Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº 1787/19

Publicação Nº 2230060



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br**DECRETO Nº 1787/19****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2315/2018 de 10 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais)

Código	Classificação	Valor
18	SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	
001	Divisão de Turismo, Esporte e Lazer	
0027.0812.1011.2058	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO, ESPORTE, E LAZER	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 6.000,00
239	Referência Dotação	
17	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
001	Divisão de Agricultura	
0020.0606.0063.2005	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 2.000,00
217	Referência Dotação	
08	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2018	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
01010001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 40.000,00
134	Referência Dotação	
08	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0365.0047.2056	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	
01010001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 10.000,00
163	Referência Dotação	
08	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0365.0047.2019	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	
01010001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 41.000,00
155	Referência Dotação	
TOTAL R\$		99.000,00

Art. 2 - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor
08	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0365.0047.2019	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

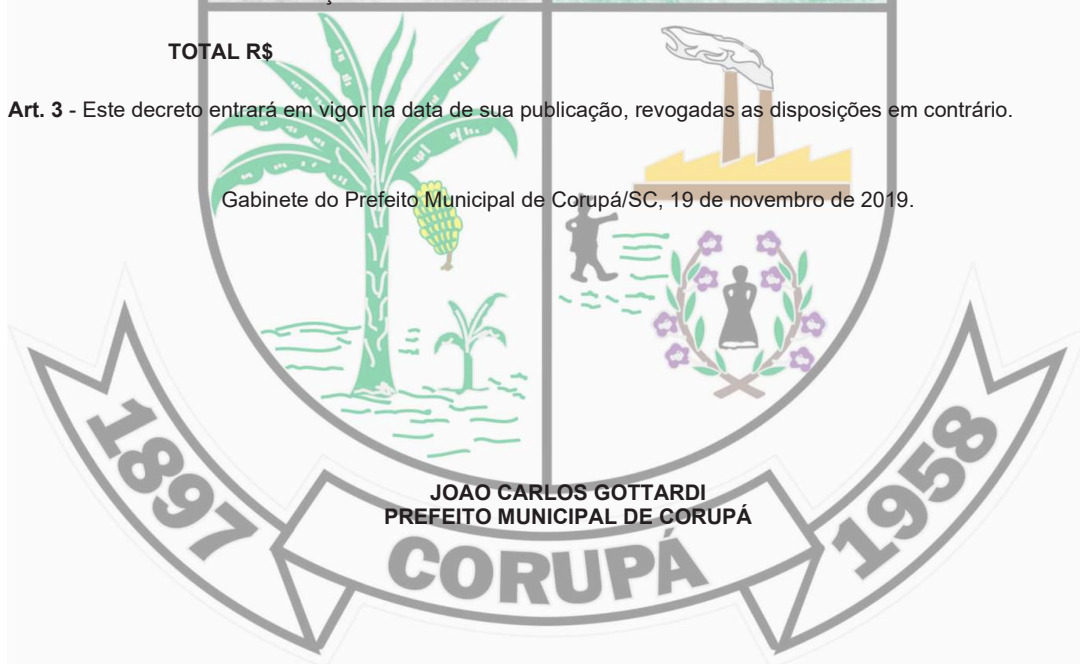
Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

01010001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	
33190000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 41.000,00
152	Referência Dotação	
08	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2018	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
01010001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	
33350000000000000000	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	R\$ 40.000,00
133	Referência Dotação	
17	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
001	Divisão de Agricultura	
0020.0606.0063.2005	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33190000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 2.000,00
215	Referência Dotação	
18	SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	
001	Divisão de Turismo, Esporte e Lazer	
0027.0812.1011.2058	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33190000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 6.000,00
237	Referência Dotação	
08	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0365.0047.2056	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	
01010001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	
33190000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 10.000,00
160	Referência Dotação	
TOTAL R\$		99.000,00

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 19 de novembro de 2019.



Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

PREGÃO PRESENCIAL 071/19

Publicação Nº 2230016

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2019.

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA UTILIZAÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I – QUANTITATIVO.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h do dia 19/11/2019 às 08h do dia 29/11/2019.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30min do dia 29/11/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 07h às 13h.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 19 de novembro de 2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 107/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230810

DECRETO MUNICIPAL Nº 107/2019.

“DISPOE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, I e II da Lei Municipal nº 2.799, de 20 de novembro de 2018, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Superávit Financeiro do Exercício de 2018;

CONSIDERANDO os recursos do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro do Exercício de 2018 e Excesso de Arrecadação do Exercício de 2019 no valor de R\$ 220.500,00 (duzentos e vinte mil e quinhentos reais), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 05– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.03 – ESPORTES

Proj./Ativ.: 27.812.0018.2.031 – Manutenção das Ações do Dpto. de Desporto

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(67) Fonte: 0.1.00.00.00 – Rec. Ordinários R\$ 30.000,00

ORGÃO: 07.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 15.451.0014.1.007 – Obras de Melhoria da Infraestrutura Urbana

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(79) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos OrdináriosR\$ 30.500,00

(80) Fonte: 0.1.89.00.00 – Alienação de Bens R\$ 50.000,00

(1297) Fonte: 0.3.89.00.00 – Alienação de Bens R\$ 26.000,00

Proj./Ativ.: 15.452.0014.2.023 – Manutenção das Ações do Dpto. de Planejamento e Obras

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(1300) Fonte: 0.3.00.00.00 – Recursos OrdináriosR\$ 32.000,00

Proj./Ativ.: 15.452.0014.2.024 – Manutenção da Iluminação Pública

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(796) Fonte: 0.3.00.00.00 – Recursos OrdináriosR\$ 5.000,00

Unidade Orçamentária: 07.02 – DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Proj./Ativ.: 26.782.0017.1.016 – Obras de Melhoria da Infraestrutura Rural

Modalidade Aplicação: 4.4.93.0000 – Apl. Dir. Dec. De Oper. De Org., Fund. e Ent.

(1299) Fonte: 0.3.00.00.00 – Superávit Recursos Ordinários R\$ 45.000,00

ORGÃO: 12.00 – SEC. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 12.02 – FUNDO MUNIC. DA INFANCIA E ADOLESCENTE

Proj./Ativ.: 08.243.0021.2.034 – Manutenção das Ações de Proteção a Criança e Adolescente

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(146) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinário R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, no valor de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), será utilizado o excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, nas fontes de recursos 01.00 e 01.89, e para dar cobertura ao valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil e quinhentos reais), será utilizado o superávit financeiro verificado no exercício de 2018 nas contas 1-0/C.E.F, 8593-6/B.B.

Art. 3º. Fica pelo presente Decreto, efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação de despesa, no órgão, Projeto e Atividade, conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 07.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 15.451.0014.1.007 – Obras de Melhoria da Infraestrutura Urbana

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(79) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 32.000,00

Art. 4º. Os recursos para cobertura do Remanejamento que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação parcial das dotações orçamentárias, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), conforme especificação a seguir:

ORGÃO: 07.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 15.451.0014.1.007 – Obras de Melhoria da Infraestrutura Urbana

Modalidade Aplicação: 4.4.93.0000 – Apl. Dir. Dec. De Oper. De Org., Fund. e Ent.

(771) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 32.000,00

Gabinete do Prefeito, 04 de novembro de 2019.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

MARCIA REJANE MARKENDORF

Gerente de Gestão Financeira

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019

Publicação Nº 2230813

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019 – SRP

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 1569/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 72/2019 – SRP, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), COM LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS (MULTIFUNCIONAIS E IMPRESSORAS), SISTEMA DE GERENCIAMENTO DAS IMPRESSÕES EFETIVAMENTE REALIZADAS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE INSUMOS, EXCETO PAPEL, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC". Os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação das empresas proponentes deverão ser entregues e protocolados impreterivelmente até às 14h:00min. do dia 02 de dezembro de 2019 na sala do Departamento de Compras e Licitações, junto ao Paço Municipal situado à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC. A sessão pública de abertura e julgamento das propostas comerciais e habilitações dos proponentes será realizada a partir das 14h:15min. do dia 02 de dezembro de 2019, no mesmo local da entrega e protocolo. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: www.cunhapora.sc.gov.br. Cunha Porã/SC, 18 de novembro de 2019. Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

Cunhataí

PREFEITURA

PORTARIA 202/2019

Publicação Nº 2230648

PORTARIA Nº 202/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Licença para Tratamento em Pessoa da Família a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 77, inc. IX, e o artigo 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal e ainda considerando a Lei Complementar nº. 002/2007.

Considerando, que a Lei Complementar Municipal nº. 002/2007, de 14 de setembro de 2007, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cunhataí, estabelece que "ao servidor que, por motivo de doença do cônjuge, filhos, ou de pessoa que viva sua dependência econômica, esteja impossibilitado de exercer o cargo, face a impossibilidade de sua assistência pessoal, poderá ser concedida licença de até 30 (trinta) dias sucessivos e improrrogáveis, desde que comprove ser indispensável a sua assistência pessoal e que esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo".

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor público municipal LEOMIRO RAFAEL HOSS ocupante do cargo de provimento efetivo de CONTADOR, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com carga horária de 40h00 semanais, a Licença para Tratamento em Pessoa da Família pelo período de 15 (quinze) dias, apenas, para parte da jornada normal de trabalho (período vespertino), a partir de 18 de novembro de 2019 a 02 de dezembro de 2019, conforme requerimento protocolado sob o nº. 486 em 12/11/2019 e de atestado médico protocolado sob o nº. 440 em 28/10/2019, conforme dispõe o artigo 113, §4º da Lei Complementar Municipal nº. 002/2007, de 14 de setembro de 2007 (estatuto dos servidores públicos municipais).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 18 de novembro de 2019.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 007/2019

Publicação Nº 2229793

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Cunhataí - Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Cunhataí

Extrato para publicação de Contrato Administrativo nº 007/2019

Empresa: E.M. INFORMATICA LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (BACKUP) EM NUVEM, COM ESPAÇO DE ATÉ 15GB

EXTRATO DE CONTRATO 008/2019

Publicação Nº 2229795

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Cunhataí - Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Cunhataí

Extrato para publicação de Contrato Administrativo nº 008/2019

Empresa: F.G.CONSTRUTORA LTDA

Objeto: Contratação de Empresa para a prestação de serviços de execução de ampliação da Sede de Câmara de Vereadores do Município de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, sendo que está projetado espaço contíguo de nova garagem, execução de rampa de acesso junto ao passeio público, remoção e recolocação de pisos em paver, colocação de postes de concreto e mureta em blocos de concreto. Garagem com área de 18,59 m2 e área de 40,30 m2 em alterações externas, tudo conforme Memorial descritivo e projeto Arquitetônico, cronograma Físico/Financeiro, com fornecimento de materiais

Curitibanos

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2019

Publicação Nº 2230915



Estado de Santa Catarina
Município de Curitibanos
Concurso Público 002/2019



HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O **MUNICÍPIO DE CURITIBANOS**, representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor **JOSÉ ANTONIO GUIDI**, em razão do CONCURSO PÚBLICO regido pelo Edital n.º 002/2019 de 16 de setembro de 2019, TORNA PÚBLICO, o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

1.1. Homologa-se o Resultado Final para o cargo de eletricista, motorista II, motorista III, servente de obras, servente de limpeza, operador de retroescavadeira, operador de máquinas pesadas, auxiliar de serviços gerais (masculino), médico psiquiatra, enfermeiro, servente I, educador/cuidador, servente/merendeira, destinados para o ingresso no quadro permanente do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme classificação constante no **Anexo I** desta Publicação.

1.1.1. A nomeação do candidato aprovado ao cargo ficará condicionada ao atendimento dos requisitos básicos para a investidura, constantes no Edital n.º 002/2019, de 16 de setembro de 2019 e na legislação vigente.

1.2. Não houve candidatos aprovados para os cargos de operador de máquinas leves, médico pediatra, monitor de educação infantil e professor de ensino religioso.

1.3. O prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta homologação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do Poder Executivo Municipal, antes de expirado o prazo de vigência original.

1.4. Esse Edital e seus Anexos encontram-se afixados no **Mural Público do Município**, publicados nos sites www.curitibanos.sc.gov.br, www.wedoservicos.com.br e no **Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina**, disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de novembro 2019.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.



Estado de Santa Catarina
Município de Curitiba
Concurso Público 002/2019



ANEXO I – RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2019

APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2019 AMPLA CONCORRÊNCIA

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO)

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
175	ADAIR JOSÉ DE SOUZA	66,00	1º	Classificado
396	ANDERSON TOMAZ VELHO DA SILVA	59,00	2º	Classificado

EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
433	EDUARDO DEORACKI	66,00	1º	Classificado
162	SILAS WILLDSOON RIBEIRO	63,00	2º	Classificado
514	AMELIA FRANCISCA ORTIZ	59,00	3º	Classificado
882	JANQUIELI SCHIRMANN	59,00	4º	Classificado
732	LUIZ FELIPE CUCCO	59,00	5º	Classificado
104	LIZZIANE PINHEIRO CALMON GÓES	56,00	6º	Classificado
526	MURILO AUGUSTO KURZ	56,00	7º	Classificado
712	GABRIEL FELIPE MACHADO SANTANA	55,00	8º	Classificado
111	BRUNA REZER MACHADO	54,00	9º	Classificado
1048	TATIELLE DUARTE E DUARTE	51,00	10º	Classificado
552	ANDRÉ LUIZ WOLFF	51,00	11º	Classificado
258	LUANA FERREIRA	50,00	12º	Classificado
727	VALCELIA PALHANO	50,00	13º	Classificado
803	DEBORA KILPP RAMOS	50,00	14º	Classificado

ELETRICISTA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
895	VINÍCIUS SANTOS DA SILVA	67,00	1º	Classificado

ENFERMEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
348	MILENA ZAMPIERI DA ROCHA	56,00	1º	Classificado
156	KAMARI ANA REFFATTI	56,00	2º	Classificado
398	BRUNA PEREIRA DOLBERTH CARAMORI	51,00	3º	Classificado
1001	MAÍRA BASQUEROTE	51,00	4º	Classificado
621	VIVIAN REGINA DEMATE PEREIRA	50,00	5º	Classificado

MÉDICO PSIQUIATRIA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
1144	GEORGE ALLAN MARROCOS ARISTIDES	54,00	1º	Classificado
551	RENATA DAL BÓ MAZZUCO	51,00	2º	Classificado

MOTORISTA II

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
22	LUCAS FRANÇA DE OLIVEIRA	70,50	1º	Classificado
672	MARCIO JOSE GOETTEN	65,00	2º	Classificado
969	JORGE GEOVANI PEREIRA	64,00	3º	Classificado



Estado de Santa Catarina
Município de Curitiba
Concurso Público 002/2019

**MOTORISTA III**

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
1131	PAULO ROBERTO PATUSSI FILHO	56,00	1º	Classificado
490	ANA RODRIGUES GUEDES	52,00	2º	Classificado

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
5	EDIMILSON ALVES	70,00	1º	Classificado
941	EDINEI ANTUNES DE CAMPOS	64,50	2º	Classificado
861	RICARDO FULGIERI DE SOUZA	63,50	3º	Classificado
801	PAULO JOSÉ MORAES DOS ANJOS	63,00	4º	Classificado
392	SÍLVIO ALVES DE ANDRADE	55,50	5º	Classificado

OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
898	TIAGO DE SOUZA PEREIRA	75,50	1º	Classificado
660	GABRIEL DAS NEVES GONCALVES	59,50	2º	Classificado
923	FABIO RODRIGUES DOS SANTOS	57,50	3º	Classificado
221	FABIO RIBEIRO DE ANDRADE	57,00	4º	Classificado

SERVENTE DE LIMPEZA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
75	SIMONE RIBEIRO	64,00	1º	Classificado
45	ELINEIA ALCÂNTARA	61,00	2º	Classificado
354	SILVANA SILVEIRA ANTONELLO	60,00	3º	Classificado
921	JULIANA LOPES DE SOUZA CORREA	59,00	4º	Classificado
442	KARINE SILVEIRA DA SILVA	58,00	5º	Classificado

SERVENTE DE OBRAS - CURITIBANOS

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
1009	JACKSON FELIPE CORRÊA DOS SANTOS	64,00	1º	Classificado
918	LUCAS OLIVEIRA DAS ALMAS	61,00	2º	Classificado
795	VICTOR GABRIEL KILIN BENTO	60,00	3º	Classificado

SERVENTE I (LIMPEZA DA SEC SAÚDE)

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
450	ADRIANA APARECIDA DE SOUZA	63,00	1º	Classificado
916	BRUNA ALICE CORRÊA LIRA	61,00	2º	Classificado
815	ALINE THAYNARA VARELA	60,00	3º	Classificado

SERVENTE/ MERENDEIRA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
469	NOEMI DO PRADO MORAES	76,00	1º	Classificado
948	ROSEMARA CORREA	64,00	2º	Classificado
1141	GISELE GOMES AMERICANO	57,00	3º	Classificado
964	ELIANE DOMINGUES SCHWANTES	55,00	4º	Classificado
736	MILENA APARECIDA DOS SANTOS GOMES	54,00	5º	Classificado

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

1º T.A. CONTRATO 119-2018 - PREGAO PRESENCIAL 108-2018 - PMDC

Publicação Nº 2229611

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º TA 119/2019 - Contrato Nº: 119/2018 - PMDC

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada...: COMERCIO E TRANSPORTES MARIO LTDA - ME

Valor : 21.408,20 (vinte e um mil quatrocentos e oito reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 20/11/2019 Término: 18/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2018

Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (51),
2.018.3.3.90.00.00.00.00 (53)Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O
TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO, BEM COMO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, REFERENTE AS
LINHAS 12 E 13, CONFORME DESCRIÇÃO DO ITEM.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 18 de Novembro de 2019

DECRETO Nº 5990/2019

Publicação Nº 2229983

DECRETO Nº 5990/2019

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 1.900,00(MIL E NOVECENTOS REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 4.751/2019, de 25 de outubro de 2019.

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Altera a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2019, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.900,00(Mil e novecentos reais), objetivando instituir e remanejar dotação orçamentária para custear despesas necessárias com a contrapartida de convênio firmado com o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme dispõe o Convênio MDS nº. 856272/2017 – SICONV nº 096667/2017, o qual visa a aquisição de dois veículos para atender as necessidades dos programas sociais.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. Altera a Lei nº. 4.693, de 19 de dezembro de 2018 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.900,00(Mil e novecentos reais), objetivando instituir e remanejar dotação orçamentária para custear despesas necessárias com a contrapartida de convênio firmado com o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme dispõe o Convênio MDS nº. 856272/2017 – SICONV nº 096667/2017, o qual visa a aquisição de dois veículos para atender as necessidades dos programas sociais.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º. Altera a Lei nº. 4.694, de 19 de dezembro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$

1.900,00(Mil e novecentos reais), objetivando instituir e remanejar dotação orçamentária para custear despesas necessárias com a contrapartida de convênio firmado com o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme dispõe o Convênio MDS nº. 856272/2017 – SICONV nº 096667/2017, o qual visa a aquisição de dois veículos para atender as necessidades dos programas sociais.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância R\$ 1.900,00(Mil e novecentos reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 ADMINISTRAÇÃO

08.244.0021.1.018 – Aquisição de Equip. e Material Permanente para a Assistência Social

26-4.4.90.00.00.00.0.1.0392 – Aplicações Diretas R\$ 1.900,00

Art. 5º Para cobertura do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar a anulação de dotações do orçamento em execução, importância de R\$ R\$ 1.900,00(Mil e novecentos reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0021.1.011 – Aquisição de Equip. e Material Permanente p/ Sec. De Administração

11-4.4.90.00.00.00.0.1.0392 – Aplicações Diretas R\$ 1.900,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2019.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joelso Vicente Domingues de Lima

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5991/2019

Publicação Nº 2229985

DECRETO Nº 5991/2019

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 180.000,00(CENTO E OITENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o inciso I do Art. 13 da Lei Municipal nº 4694/2018, de 19 de dezembro de 2018.

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2019, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas vinculadas a investimento, execução de asfalto no perímetro urbano do município com recursos que vem demonstrando provável excesso de arrecadação no decorrer do exercício.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.693, de 19 de dezembro de 2018 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas vinculadas a investimento, execução de asfalto no perímetro urbano do município com recursos que vem demonstrando provável excesso de arrecadação no decorrer do exercício.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.694, de 19 de dezembro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas vinculadas a investimento, execução de asfalto no perímetro urbano do município com recursos que vem demonstrando provável excesso de arrecadação no decorrer do exercício.

**CAPÍTULO IV
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

14. SEC. MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

02. SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

15.451.0537.1.076 – Implantação e Recomposição de Obras com Pavimentação Asfáltica e Polidétrica, Drenagem e Sinalização

163-4.4.90.00.00.00.0.1.0392 – Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Art. 5º Servirá de recursos para a cobertura do Crédito Suplementar aberto no artigo anterior, o provável excesso de arrecadação na Fonte de Recurso 0.1.0392.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE OUTUBRO DE 2019.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joelso Vicente Domingues de Lima

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5992/2019

Publicação Nº 2229987

DECRETO Nº 5992/2019

ESTABELECE CRONOGRAMA COM OS PRAZOS PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e buscando atender à legislação nacional no que diz respeito ao cumprimento das normas financeiras estabelecidas, em especial pela Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, como também primar pela execução financeira, orçamentária e patrimonial de forma eficiente e responsável:

CONSIDERANDO que o encerramento do exercício financeiro e o consequente levantamento das Demonstrações Contábeis constituem providências que devem ser prévia e adequadamente ordenadas e planejadas;

CONSIDERANDO que os procedimentos pertinentes a tais providências devem ser cumpridos de maneira uniforme e rigorosamente de acordo com os prazos fixados; e

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar os procedimentos e estabelecer um cronograma de atividades e ações necessárias para o encerramento do exercício financeiro de 2019, com vistas ao atendimento da legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica vedada a emissão de novas requisições para contratação de qualquer natureza, inclusive aquisição de material permanente, excetuadas as situações definidas como de relevante interesse público, assim reconhecidas pela Secretaria Municipal de Finanças, no âmbito da Administração Direta Municipal, e no âmbito da Administração Indireta Municipal, pelos seus respectivos dirigentes.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, ficam estabelecidos os seguintes critérios para a Administração Direta, fundações e empresa pública dependente:

I - suspensão de contratações de pessoal, ressalvados os casos excepcionais devidamente justificados, mediante autorização expressa das Secretarias Municipais de Administração;

II - proibição de nomeação em cargo ou função comissionada, salvo em caso de substituição e se houver imprescindibilidade devidamente atestada pelo titular do órgão ou dirigente da entidade;

III - adoção de medidas visando à manutenção das despesas decorrentes de contratos, individualmente considerados, dentre as quais o redimensionamento do quantitativo estabelecido, quando da concessão de reequilíbrios financeiros;

IV - suspensão da aquisição de materiais permanentes com recursos ordinários, exceto em casos de extrema necessidade, devidamente justificada pelo titular do órgão ou dirigente da entidade;

V - proibição de concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em nomeações ou contratações para

substituição; e

VI - proibição de realização de horas extraordinárias, salvo quando previamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Administração.

§ 2º A despesa à conta de receita vinculada somente poderá ser realizada até o limite de sua efetiva arrecadação.

§ 3º As medidas de que trata este artigo terão vigência de 18 de novembro de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

§ 4º Ficam responsáveis pela implementação das ações necessárias ao disposto nos §1º e §2º deste artigo os titulares dos órgãos e dirigentes das entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 2º. Estabelece, no âmbito dos órgãos da Administração Direta e indireta do Município de Dionísio Cerqueira, cronograma com os prazos para os procedimentos de execução orçamentária, financeira e contábil, relativos ao encerramento do exercício de 2019:

Prazo	Procedimento
27/11/2019	Elaboração/Empenho/Geração da Folha do mês de Novembro para crédito dia 29/11/2019.
30/11/2019	Prazo final para os Gestores das pastas entregar relatório dos restos a pagar de anos anteriores e empenhos do ano corrente para anulação, cujos os compromissos de pagamento tenham sido desfeitos, por ausência de liquidação.
06/12/2019	Elaboração/Empenho/Geração da Folha do 13º salário para crédito dia 10/12/2019.
06/12/2019	Data final para o encaminhamento de requerimentos de compras, que se destinem à execução de despesas no exercício corrente. (somente casos de situações de relevante interesse público devidamente justificada)
10/12/2019	Data final para recebimento de Prestação de Contas das Entidades. (convênios, subvenções sociais e auxílios).
13/12/2019	Data final para entrega de Notas Fiscais e documentos de liquidação de despesas.
18/12/2019	Elaboração/Empenho/Geração da Folha do mês de Dezembro para crédito dia 20/12/2019.
20/12/2019	Data final para pagamentos das Notas Fiscais recebidas pela Tesouraria.
20/12/2019	Data final para entrega de Notas Fiscais referentes ao Transporte Escolar.
23/12/2019	Data final para entrega das Notas Fiscais de combustíveis.
26/12/2019	Data final para pagamento de encargos sociais, PASEP, Geração da GEFIP, pagamento do FGTS e INSS, pagamento dos combustíveis e Transporte Escolar.
27 e 30/12/2019	Trabalhos internos, ajustes finais, início de lançamentos de encerramento de exercício 2019, e prazo final para anulação de empenhos estimativos e ou ordinários apurados pela contabilidade.
03/01/2020	Prazo final para o Departamento de Tributação enviar a Contadoria Geral os valores inscritos e cancelados, por força de lei, em dívida ativa, individualizados por categoria
07/01/2020	Prazo final para a entrega a Contadoria Geral, dos levantamentos dos bens móveis e imóveis atualizados até 31/12/2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joelso Vicente Domingues de Lima

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5993/2019

Publicação Nº 2229989

DECRETO Nº 5993/2019

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 21.000,00(VINTE E UM MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o inciso I do Art. 13 da Lei Municipal nº 4694/2018, de 19 de dezembro de 2018.

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2019, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas vinculadas a receita de multas de trânsito aplicadas pelos departamentos de trânsito e arrecadadas conforme contrato firmado entre as partes.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.693, de 19 de dezembro de 2018 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas vinculadas a receita de multas de trânsito aplicadas pelos departamentos de trânsito e arrecadadas conforme contrato firmado entre as partes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.694, de 19 de dezembro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas vinculadas a receita de multas de trânsito aplicadas pelos departamentos de trânsito e arrecadadas conforme contrato firmado entre as partes.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

14. SEC. MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

02. SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

15.452.0323.2.033 – Adm. Geral dos Bens e Serviços da Sec. Mun. De Serviços Urbanos

112-3.3.90.00.00.00.0.1.0107 – Aplicações Diretas R\$ 7.350,00

99. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

06.181.0177.2.050 – Manutenção das atividades da Polícia Militar

123-3.3.90.00.00.00.0.1.1106 – Aplicações Diretas R\$ 6.825,00

06.181.0174.2.051 – Manutenção das atividades da Polícia Civil

120-3.3.90.00.00.00.0.1.0105 – Aplicações Diretas R\$ 6.825,00

Art. 5º Servirá de recursos para a cobertura do Crédito Suplementar aberto no artigo anterior, o provável excesso de arrecadação nas Fontes de Recurso 0.1.0107, 0.1.1106 e 0.1.0105.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

Joelso Vicente Domingues de Lima

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 4754/2019

Publicação Nº 2229979

LEI Nº 4.754/2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ALTO RIO UNIÃO DO NÚCLEO DA LINHA CAMPINHO.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL, em todo o território do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, a Associação de Desenvolvimento Alto Rio União do núcleo da Linha Campinho, inscrita no CNPJ nº 35.094.312/0001-96, com sede na Estrada Campinho, SN, Sala 1, neste município.

Art. 2º - Em conformidade com disposto no artigo anterior deste ato, ficarão garantidos todos os direitos, benefícios e prerrogativas previstas na Legislação Municipal atinentes às atividades desenvolvidas pelo declarado em consonância com as prescrições contidas em seu Estatuto.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à custa da respectiva dotação orçamentária.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

JOELSO VICENTE DOMINGUES DE LIMA

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Doutor Pedrinho**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 92/2019**

Publicação Nº 2230086

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 92/2019

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, através do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ nº 11.257.200/0001-40, neste ato representado por sua Prefeita Municipal SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa M A C CARLESSO ELETRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.074.486/0001-04, situado à Avenida Leitão da Silva, nº 765, sala 302, Bairro Gurigica, cidade de Vitória - ES, CEP: 29.046-010, neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) CARLOS ALEXANDRE DE MORAES, CPF sob nº 100.489.589-56 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital de Pregão Presencial nº 56/2019, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, do Decreto Municipal nº 56/2015, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DOUTOR PEDRINHO – SC, conforme segue:

Item	Unid.	Quant.	Descrição do Produto	Marca / Modelo	VALOR PROPOSTO	
					UNITÁRIO	TOTAL
6	UNID	8	AR CONDICIONA-DO TIPO SPLIT DE 12.000 BTUS COM FUNÇÃO QUENTE/FRIO, COM ALIMENTAÇÃO EM 220V.	AGRATTO / ECST-12QFR4	R\$ 2.450,00	R\$ 19.600,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 19.600,00	

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 56/2019 e anexos, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2019 do MUNICÍPIO, como segue:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2024 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
344905242 – MOBILIÁRIO EM GERAL
344905212 – APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS
01382010 – ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2– Os pagamentos se darão da seguinte forma:

3.2.1 – Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO

DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

3.2.1.1 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 – A licitante vencedora disporá do prazo de 20 (vinte) dias corridos para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que, a entrega deverá ser efetuada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, situada no endereço, Rua Santa Catarina, nº 93, Centro, na cidade de Doutor Pedrinho/SC, conforme necessidade do município, independentemente da quantidade solicitada.

4.2 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

4.3 - Caso o produto não seja entregue no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato poderá iniciar procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município.

4.4 - O produto será recusado quando entregue com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.

4.5 – O item recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o município.

4.6 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato.

4.7 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência de garantia do produto.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência do presente contrato se inicia na data de sua assinatura, e se estende até 31/12/2019.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 – Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 56/2019, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município;
- h) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- i) Pagar todas as despesas decorrentes do deslocamento do objeto da presente licitação, para a substituição de todo e qualquer elemento que apresentar defeito de fabricação durante todo o prazo de vigência da garantia contratual;
- j) Efetuar os eventuais reparos ou consertos durante a garantia contratual no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado mediante justificativa da contratada;
- k) Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;
- l) Firmar o contrato resultante desta licitação em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar a gestão e fiscalização deste Contrato, fica designada a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, Ticiane Eugênia Lenzi.

11.2 - Fica nomeado(a) como preposto da CONTRATADA para o presente contrato o(a) Sr.(a) Carlos Alexandre de Moraes, o(a) qual poderá ser contatado(a) através do telefone (47) 3522-3564 e e-mail riosuletro@hotmail.com, e-mail este que será utilizado para todos os atos referentes a execução deste Contrato, inclusive para citações e intimações em caso de instauração de Processo Administrativo.

11.2.1 - Qualquer mensagem encaminhada ao e-mail fornecido pela CONTRATADA será considerada como recebida para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 07 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO CONTRATADA
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES – Prefeita M A C CARLESSO ELETRO
CARLOS ALEXANDRE DE MORAES

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER GESTORA/FISCAL DO CONTRATO
Assessor Jurídico TICIANE EUGÊNIA LENZI
OAB/SC 52.912

Testemunhas:

WOLLERT ARNALDO VICENTE

ELAINE REGINA DE ESPÍNDOLA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001/2019

Publicação Nº 2229678

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Doutor Pedrinho - SC, de acordo com a Lei Complementar nº 17/2002 (Código Tributário Municipal), NOTIFICA aos contribuintes abaixo relacionados, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, efetuem a liquidação de seus débitos inscritos em Dívida Ativa, junto às instituições credenciadas ou, neste mesmo prazo, compareçam junto ao Setor de Tributação na Prefeitura Municipal para regularização da situação:

Cadastro	Identificação Contribuinte (Responsável Tributário)	Origem débito
65102	Hari Eichstadt	Serviço com Equipamento Público
66567	Randi Timm	Serviço com Equipamento Público
20958	Joel Nones	Serviço com Equipamento Público
77445	Coservice Serviços Ltda	ISS Retido na Fonte
21741	Carmem Moser	IPTU
67857	Juliana Travaglia da Cunha 07052418908	Cálculo TLL/ISS e Alvará Sanitário
40177	Vania Konell	Tx Licença Execução Obras Particulares

Esgotado o prazo sem liquidação ou comparecimento, será promovido protesto da Certidão de Dívida Ativa, encaminhado para Execução Judicial e/ou dado início as demais ações administrativas para cobrança do débito fiscal.

Doutor Pedrinho - SC, 18 de novembro de 2019.
Simone Mércia Mesch Nones Arnaldo Vicente
Prefeita Municipal Secretário de Administração e Finanças

(Publicação conforme art. 154 da LC nº 17, de 2002)

EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2019

Publicação Nº 2230726



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019**

O Município de **DOUTOR PEDRINHO**, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao **PROCESSO SELETIVO**, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário e vagas de estágio, em conformidade com Art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Federal 11788/2008, Lei Municipal nº 724/2009, Lei Complementar nº 32/2004, Lei Complementar nº 31/2004, Lei Complementar nº 47/2006 e demais Legislações relacionadas, todas considerando suas alterações posteriores, demais legislações atinentes e de acordo com as seguintes disposições deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1.** O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da empresa **NBS PROVAS**, localizada na Rua Timbó, 301 - Sala 54, Bairro Victor Konder em Blumenau/SC, endereço eletrônico <http://www.nbsprovas.com.br> e e-mail: nbs@nbsprovas.com.br, sob a supervisão da Comissão Especial do Processo Seletivo, nomeada para este fim.
- 1.2.** O Processo Seletivo terá caráter eliminatório e classificatório e envolverá prova escrita objetiva e prova prática, diferenciadas por cargo.
- 1.3.** Os cargos, escolaridade/habilitação exigida, número de vagas, número de vagas para portadores de necessidades especiais, carga horária semanal, vencimento mensal e tipo de prova aplicada, seguem dispostos nos quadros abaixo:

1.3.1. Cargos de Nível Superior:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
01	Professor I	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia, Normal Superior ou específica na área. Não Habilitado: cursando a partir da 3 fase de Licenciatura Plena em Pedagogia, Normal Superior ou específica na área.	CR	-	40h	2.898,50	O, T
02	Professor I - Italiano	Licenciatura Plena em Pedagogia, Normal Superior ou específica na área. Certificado de conclusão ou declaração de 6 meses de Curso de língua Italiana.	CR	-	20h	1.449,25	O, T
03	Professor I - Educação Física	Licenciatura Plena em Educação Física e registro no órgão fiscalizador da profissão.	CR	-	40h	2.898,50	O, T
04	Professor I - Psicopedagogia	Licenciatura Plena em Pedagogia, Psicologia ou Fonoaudiologia com especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional.	CR	-	20h	1.449,25	O, T
05	Médico Veterinário	Ensino superior completo na área e registro no órgão fiscalizador da profissão e Carteira Nacional de Habilitação – CNH.	CR	-	44h	4.746,74	O

1.3.2. Cargos de Nível Médio ou Técnico:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
06	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo.	CR	-	40h	1.356,35	O
07	Inseminador	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação – CNH.	CR	-	44h	1.453,34	O

**Município de Doutor Pedrinho/SC: Processo Seletivo n.º 01/2019**

Página 1 de 40



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



08	Agente Comunitário de Saúde – ACS – Habilitação Profissional: Ensino Médio Completo (com a ressalva estabelecida pela Lei 13595/2018), Curso Introdutório de Formação Inicial (com aproveitamento). Residir no local de atuação por mais de 30 (trinta) dias, contado da publicação deste Edital. Observação: A não comprovação de residir no local de atuação implica em eliminação do candidato, independentemente de seu desempenho nas provas.					
Item	Descrição das Microáreas de Atuação	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
08.1	ACS – Microárea 03	CR	-	40h	1.250,00	O
08.2	ACS – Microárea 05	CR	-	40h	1.250,00	O
08.3	ACS – Microárea 06	CR	-	40h	1.250,00	O
08.4	ACS – Microárea 07	CR	-	40h	1.250,00	O

1.3.3. Cargos de Nível Fundamental Incompleto:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
09	Mecânico	Ensino Fundamental Incompleto e CNH.	CR	-	44h	1.924,67	O
10	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto.	CR	-	44h	1.285,13	O
11	Auxiliar de Recreação Infantil	Ensino Fundamental Incompleto.	CR	-	40h	1.285,13	O
12	Servente de Obras	Ensino Fundamental Incompleto.	CR	-	44h	1.285,13	O
13	Operador de Máquina	Ensino Fundamental Incompleto e CNH compatível (Categoria C ou superior).	CR	-	44h	1.621,73	O, P
14	Motorista de Passageiros	Ensino Fundamental Incompleto e CNH compatível (Categoria D ou superior). Curso para condutor de veículo de transporte escolar válido conforme Resolução do Contran 168/04.	CR	-	44h	1.520,63	O, P
15	Motorista de Carga	Ensino Fundamental Incompleto e CNH compatível (Categoria C ou superior).	CR	-	44h	1.520,63	O, P
16	Motorista de Ambulância	Ensino Fundamental completo e CNH compatível (Categoria D ou superior). Curso para condutor de veículo de emergência válido conforme Resolução do Contran 168/04.	CR	-	44h	1.553,67	O, P

1.3.4. Programa de Estágio Não Obrigatório:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Valor Mensal da Bolsa Estágio em R\$	Tipo de Prova
17	Estagiário Nível Médio	Estar matriculado e frequentando Curso de Nível Médio, de ensino regular ou técnico, em instituição de ensino reconhecida pelo MEC.	CR	-	20h	460,27	O

1.3.5. Legendas Utilizadas:

- **Tipo de Prova “O”:** Aplicação de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.
- **Tipo de Prova “P”:** Aplicação de Prova Prática, de caráter eliminatório e classificatório.
- **Tipo de Prova “T”:** Aplicação de Prova de Títulos, de caráter classificatório.
- **Vagas PNE:** Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais (vide Item 9 do Edital).
- **CR:** Cadastro Reserva.



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 1.4. As atribuições e funções inerentes a cada cargo estão detalhadas no **ANEXO VI**.
- 1.5. O regime jurídico adotado na contratação será o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estando sujeito ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos das Leis nº 8.212 e 8.213/1991 e suas alterações, bem como às disposições da legislação municipal pertinente (Lei Complementar nº 47/2006).
- 1.6. Os contratos relativos ao Agente Comunitário de Saúde, serão em caráter temporário, tendo vigência enquanto da duração do programa, conforme disposições da legislação municipal pertinente.
- 1.7. Os estagiários convocados(as) estarão subordinados à Lei Federal nº 11.788/2008, à Lei Municipal nº 724/2009, sendo regidos por esses e não possuindo, para qualquer efeito, vínculo empregatício com o Município de Doutor Pedrinho.
- 1.8. Os valores para inscrição no Processo Seletivo nº 01/2019, obedecerão aos seguintes parâmetros:
 - **R\$ 30,00 (trinta reais) para os cargos de Nível Superior.**
 - **R\$ 20,00 (vinte reais) para os cargos de Nível Médio, Técnico e Estagiários.**
 - **R\$ 15,00 (quinze reais) para os cargos de Nível Fundamental Incompleto.**

2. DA DIVULGAÇÃO

- 2.1.1. A divulgação oficial do Edital de Abertura do Processo Seletivo nº 01/2019, em forma de extrato ou na íntegra, será efetuada através de publicação nos seguintes locais: no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), nos murais da sede da Prefeitura Municipal, em jornal de circulação regional, bem como nos sites www.nbsprovas.com.br e www.doutorpedrinho.sc.gov.br.
- 2.1.2. As demais convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Processo Seletivo serão divulgados nos sites www.nbsprovas.com.br e www.doutorpedrinho.sc.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
- 2.1.3. A partir da homologação deste evento, todos os atos inerentes às convocações serão efetuados sob responsabilidade exclusiva do Município de Doutor Pedrinho, observados os trâmites internos de contratação e legislação pertinente.

3. DA INSCRIÇÃO

- 3.1. Para participar do Processo Seletivo nº 01/2019 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se compromete a acompanhar e tomar conhecimento de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios definidos no Item 2 deste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- 3.2. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, no momento de sua convocação, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores a sua convocação.
- 3.3. As inscrições serão realizadas somente no período definido no **Anexo III**.





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



3.4. São condições básicas para a inscrição:

- 3.4.1. *Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.***
- 3.4.2. *Para os estagiários, ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos completo até o dia de efetivamente iniciar o estágio.***
- 3.4.3. *Para os demais cargos ter até a data da posse, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Cíveis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.***
- 3.4.4. *Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.***
- 3.4.5. *Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado “a bem do serviço público”, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.***
- 3.4.6. *Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI e parágrafo 10º do Art. 37 da Constituição Federal;***

3.5. As inscrições serão efetuadas pelo seguinte meio:

3.5.1. VIA INTERNET: através do site www.nbsprovas.com.br. Para inscrever-se, o candidato deverá:

- 3.5.1.1.** Acessar o site www.nbsprovas.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.3 deste edital;
- 3.5.1.2.** Localizar, no site, o “link” correlato ao Processo Seletivo do Município de Doutor Pedrinho;
- 3.5.1.3.** Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;
- 3.5.1.4.** Imprimir o boleto bancário e o comprovante provisório de inscrição;
- 3.5.1.5.** O candidato é responsável pelas informações da ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de seu preenchimento. A opção de cargo não poderá ser alterada após a efetivação da inscrição.

3.5.2. Para os candidatos que não possuem acesso a internet, o município disponibilizará um ponto de atendimento gratuito na Sede da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, situada na Rua Brasília, nº 02, Centro, Doutor Pedrinho/SC, no horário de atendimento das 08:00 às 11:30 e das 14:00 às 16:30.

3.6. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos previstos no presente Processo Seletivo.

3.7. O candidato que se inscrever em mais de um cargo, terá a(s) inscrição(ões) que efetuou o pagamento da taxa confirmada, cancelando a(s) outra(s) inscrição(ões) mais antiga(s). Efetuando o pagamento de mais de uma inscrição, será deferida apenas a sua última inscrição.

3.8. Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.

3.9. Para confirmar a sua inscrição o candidato deverá:





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 3.9.1.** Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto bancário, quitando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até a data estabelecida no **Anexo III**. Para o pagamento da taxa de inscrição deverá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição, não sendo admitidos depósitos em conta, mesmo que identificados. **Atentar ao horário de expediente bancário.**
- 3.9.2.** A **NBS PROVAS** e o **Município de Doutor Pedrinho** não se responsabilizam por boletos clonados, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo este conferir o código de barras e se o boleto é do banco emissor, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco estabelecido pela Febraban.
- 3.10.** Será cancelada a inscrição do candidato que:
- 3.10.1.** Não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e prazos previstos neste edital.
- 3.10.2.** Efetuar pagamento em valor menor do que aquele estabelecido neste edital como taxa de inscrição ao cargo escolhido.
- 3.10.3.** Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.
- 3.10.4.** No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 3.10.5.** Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo, inclusive com a publicação de dados na rede mundial de computadores, relativos às etapas deste certame.
- 3.10.6.** As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.nbsprovas.com.br.
- 3.11.** O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar o seu deferimento, mediante a publicação da “listagem provisória de inscritos”, prevista no **Anexo III** deste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol das “homologadas/deferidas”.
- 3.12.** Para a realização da prova, o candidato deverá emitir a “Ficha de Inscrição”, disponibilizada no site www.nbsprovas.com.br a partir da data prevista no **Anexo III** para a publicação da “convocação para a realização das provas objetivas”, emitida a partir da “Área do Inscrito”, disponível neste site, que irá conter todos os dados necessários para a realização da prova.
- 3.12.1.** Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser realizada diretamente na “Área do Candidato”, no site www.nbsprovas.com.br ou ainda via protocolo por um dos meios previstos no **Item 11**.
- 3.13.** Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 3.14.** Não serão restituídos valores de inscrição pagos a maior, tampouco pagamentos realizados em duplicidade (mais de um pagamento para a mesma inscrição), assim como não serão restituídas taxas pagas em valor menor do que aquele estabelecido neste edital ou em caso de desistência do candidato em relação ao certame.
- 3.15.** A **NBS PROVAS** e o **Município de Doutor Pedrinho** não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.
- 3.16.** A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado, além da denúncia aos órgãos de justiça que se faz cabível.
- 3.17.** As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.
- 3.18.** O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do **Anexo III**, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.
- 3.19.** O candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, definido no **Anexo III**, após a publicação, que se dará por meio de recurso, previsto no **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital.
- 3.20.** O Município, por intermédio da empresa organizadora, quando for o caso, procederá à correção e divulgará o resultado no site do Município e da empresa organizadora, no prazo estabelecido no **Anexo III**.
- 3.21.** É de única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Processo Seletivo através de veiculação prevista no Item 2 deste Edital.

4. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PROVA

- 4.1.** O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição, com o preenchimento do **Anexo II**, efetuando o seu protocolo por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.
- 4.2.** A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 4.3.** Do mesmo modo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, com o preenchimento do **Anexo II** indicando o acompanhante que irá permanecer em sala reservada para essa finalidade. Este requerimento deve ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital.
- 4.4.** Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.
- 4.5.** A listagem de candidatos com condições especiais de prova será divulgada conforme cronograma do **Anexo III**, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos com condição especial de prova e seu respectivo pleito.





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 4.6. O candidato que tiver seu pedido de condição especial de prova indeferido terá prazo para interpor recurso, definido no **Anexo III**, após a publicação, que se dará por meio de interposição de recurso, previsto no **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital.

5. DAS DATAS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 5.1. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas na data prevista no **Anexo III**, em instituições de ensino do Município de Doutor Pedrinho a ser definido e publicado, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.2.
- 5.2. O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para o fechamento dos portões, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de corpo transparente, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.
- 5.3. **Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.**
- 5.4. O caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que o candidato possa interpor recursos contra as questões da prova.
- 5.5. As provas objetivas terão a duração conjunta de 2 (duas) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.
- 5.6. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.
- 5.7. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:
- a) *Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.*
 - b) *Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.*
 - c) *Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.*
 - d) *Prestar provas fora do horário ou espaço físico pré-determinados.*
- 5.8. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.
- 5.9. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo esta em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Processo Seletivo.
- 5.10. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.
- 5.11. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 5.12. Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécies de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 5.13.** Também é proibido fumar, consumir alimentos, usar medicamentos e usar óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova). Não é permitido o uso de chapéus, bonés, toucas ou qualquer outro tipo de cobertura. Somente é permitido o consumo de água, que deve ser acondicionada em recipiente transparente e sem rótulo.
- 5.14.** Os telefones celulares, *paggers* e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas e lacrados pelo fiscal de sala, no momento da entrada do candidato, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.
- 5.15.** A NBS PROVAS, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do certame poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta, não substituindo a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão, submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo. As verificações podem ser feitas a qualquer momento do certame, inclusive, quando do uso de sanitários.
- 5.16.** Os candidatos serão alocados em salas e carteiras de prova seguindo a ordem alfabética de seu nome, dentro dos cargos indicados para a realização de prova na(s) instituição(ões) de ensino. A disposição de carteiras segue o padrão disponibilizado para cada sala de prova, sendo o local de prova indicado por etiqueta, contendo o nome e número de inscrição do candidato. É vedado qualquer troca de lugar e/ou de mobiliário de sala, por parte do candidato, sob pena de eliminação do certame. Qualquer condição especial de prova deve ser solicitada antecipadamente, pelos meios definidos no item 3 deste edital, dentro do prazo previsto para a sua solicitação.
- 5.17.** Para o eventual uso dos sanitários o candidato será submetido a varredura eletrônica antes do ingresso nos banheiros. A recusa do procedimento de varredura eletrônica implica em não ser autorizado o uso dos sanitários. A utilização dos sanitários sem a autorização, importa na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas. O uso dos sanitários é restrito aos candidatos em prova, não se permitindo o seu uso, após a entrega do caderno de prova e cartão resposta.
- 5.18.** A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 5.19.** Os candidatos deverão evitar ao máximo trazer objetos pessoais não essenciais à realização da prova. No caso do candidato trazer objetos pessoais, estes serão lacrados pelo fiscal de sala, quando possível ou mantidos em local onde o candidato não tenha acesso durante a execução de sua prova. A NBS PROVAS e o Município de Doutor Pedrinho não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.
- 5.20.** Será também, eliminado do Processo Seletivo o candidato que incorrer nas seguintes situações:



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- a) Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.
- b) Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
- c) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.
- d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.
- e) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.
- f) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

5.21. Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

5.22. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de prova, só poderão deixar a sala de forma simultânea, devendo assinar o verso de todos os cartões resposta, de todos os candidatos da sala de prova, inclusive de candidatos ausentes e deverão acompanhar o fechamento do envelope de cartão resposta, apondo sua assinatura em seus lacres. O candidato que negar-se a aguardar os demais candidatos finalistas, ou ainda, recusar-se a efetuar os procedimentos de encerramento, será atestado como desistente pelo fiscal de sala, devidamente atestado pelos demais candidatos, sendo eliminado do certame.

6. DAS PROVAS

6.1. Serão considerados aprovados, os candidatos que **obterem no mínimo 3,00 (três) pontos**, na prova escrita objetiva.

6.2. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA:

6.2.1. PARA TODOS OS CARGOS (exceto Estagiários): A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os cargos, tendo **25 (vinte e cinco)** questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Língua Portuguesa	5	0,30	1,50
Matemática	5	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,30	1,50
Conhecimentos Específicos	10	0,55	5,50
Valor total da prova escrita:			10,00

6.2.2. PARA OS ESTAGIÁRIOS: A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os estágios, tendo **25 (vinte e cinco)** questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Língua Portuguesa	5	0,40	2,00
Matemática	5	0,40	2,00
Informática Básica	5	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,40	2,00
História e Geografia	5	0,40	2,00
Valor total da prova escrita:			10,00





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



6.2.3. Os conteúdos programáticos das provas escritas compreendem todas as atividades inerentes ao cargo, além do exposto no Anexo I deste Edital.

6.2.4. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

- a) *Contenha assinalada opção diferente daquela informada no gabarito oficial;*
- b) *Contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);*
- c) *Contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;*
- d) *Não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);*
- e) *For(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.*

6.2.5. Serão considerados sem validade, sendo atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões, quando o cartão resposta for rasurado, ou seja, utilizado como “rascunho”, utilizado para apor respostas discursivas, independente da motivação ou ainda qualquer outro preenchimento em desacordo com as instruções de preenchimento, que ocasionem a impossibilidade da correção eletrônica da prova.

6.2.6. Igualmente sem validade, serão considerados os cartões resposta sem a assinatura do candidato ou com a assinatura fora do local indicado, sendo igualmente atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões.

6.2.7. O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no **1º dia útil** posterior ao da aplicação da prova, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

6.2.8. Em relação ao gabarito provisório divulgado, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no **Item 10** deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital.

6.3. DA PROVA PRÁTICA:

6.3.1. A Prova Prática será aplicada somente aos cargos definidos com o tipo de prova “P”, sendo caráter aprobatório e classificatório, constando de demonstração prática da habilidade do candidato, necessária ao desempenho de suas funções e seguirá critérios pré-estabelecidos inerentes à função.

6.3.2. A prova prática será realizada no período vespertino do dia da prova, conforme cronograma previsto no **Anexo III** deste Edital.

6.3.3. Para os cargos de **Operador de Máquina (Cargo 13)** e de **Motoristas (Cargos 14, 15 e 16)**, para a realização da prova prática, os candidatos devem apresentar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria exigida na habilitação ao cargo, dentro de seu prazo de validade, conforme Lei 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito. **A não apresentação deste documento (CNH) causa o impedimento de realização da prova e consequente eliminação do candidato.**

6.3.4. Os critérios de avaliação da prova prática para os cargos de **Motoristas (Cargos 14, 15 e 16)** estão definidos no **Anexo VII** deste edital. Os critérios de avaliação da prova prática de **Operador de Máquina (Cargo 13)** estão definidos no **Anexo VIII** deste edital.

6.3.5. A nota final do candidato, para efeitos de classificação será obtida por meio da seguinte fórmula:

$$NOTA = (NPE \times 0,4) + (NPP \times 0,6)$$

Onde: NPE = nota da prova escrita, com peso 4; NPP = nota da prova prática, com peso 6;





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 6.3.6.** O candidato que cometer falta eliminatória na prova prática, não conseguir realizar a tarefa proposta pelo avaliador ou for considerado inapto para a atividade, será automaticamente eliminado deste certame, independentemente de seu desempenho nas demais etapas do certame.
- 6.3.7.** O candidato que porventura não venha a obter a nota mínima de aprovação na sua prova escrita objetiva, conforme limite estabelecido no item 6.1 do edital, terá a sua prova prática desconsiderada.
- 6.3.8.** A critério da NBS PROVAS todas as provas práticas podem ser filmadas, com o uso das imagens para eventual análise de recurso, ficando desde já autorizada a filmagem e uso das imagens para este fim.
- 6.3.9.** **Caso o número de Candidatos Inscritos em cargos que exijam a Prova Prática supere o estimado para a sua realização no período vespertino ao da aplicação da prova objetiva, ou ainda sendo as condições climáticas desfavoráveis a boa aplicação das tarefas, esta será transferida, sendo efetuada a nova convocação e divulgação pelos meios previstos no Item 2 deste edital, por conseguinte, os demais prazos inerentes à conclusão do certame.**
- 6.3.10.** No caso de aplicação do item anterior, serão convocados até 25 (vinte e cinco) candidatos para cada cargo, correspondendo aos melhores classificados, com a aplicação de todos os critérios de desempate, previstos neste edital.
- 6.3.11.** Em relação a Prova Prática, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no **Item 10** deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital.

6.4. DA PROVA DE TÍTULOS:

- 6.4.1.** A Prova de Títulos será aplicada somente aos cargos definidos com o tipo de prova "T" e será composta pela avaliação dos diplomas e/ou certificados, sendo atribuídos pontos, como segue especificado:

PROVA DE TÍTULOS			
Item	FORMAÇÃO	Pontos por Título	Pontuação Máxima
A	Doutorado	1,00 ponto	1,00
	Mestrado	0,75 pontos	
	Especialização	0,50 pontos	
PONTUAÇÃO MÁXIMA:			1,00

- 6.4.2.** A pontuação do Item A, é atribuída ao título de maior valor, sendo necessária apenas a apresentação do título de maior valor. **Somente um título para esta categoria será pontuado.** Em se apresentando mais de um título para este item, os demais serão ignorados.
- 6.4.3.** Somente serão aceitos como comprovação de títulos as certidões, atestados, declarações, em papel timbrado da instituição, devidamente assinado, e que conste claramente que o curso foi concluído. Em caso de declarações, deve constar a justificativa para a não emissão dos certificados, acompanhado do histórico de disciplinas e carga horária.



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 6.4.4.** Caso o certificado de conclusão não conste as disciplinas e carga horária, poderá ser acompanhado de histórico escolar emitido pela instituição de ensino com cópia autenticada em cartório.
- 6.4.5.** Os certificados em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução com declaração expressa assinada pelo tradutor responsável.
- 6.4.6.** Somente serão pontuados os certificados de cursos devidamente registrados no órgão emissor, exceto para os simpósios, feiras, congressos, oficinas, eventos, desde que contenha a carga horária.
- 6.4.7.** A nota da prova de títulos será o número de pontos obtidos segundo as tabelas expostas no Item 6.4.1.
- 6.4.8.** A nota da prova de títulos será somada a da prova escrita, sendo contados apenas para efeito de “classificação” e não de “aprovação”.
- 6.4.9.** Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita, de acordo com o definido no item 6.1 do edital.
- 6.4.10.** A classificação final do candidato será obtida por meio da seguinte fórmula:

$$\text{CLASSIFICAÇÃO} = \text{NPE} + \text{NPT}$$

Onde: NPE = Nota da Prova Escrita; NPT = Nota da Prova de Títulos

- 6.4.11.** Os candidatos deverão efetuar os seguintes procedimentos para a apresentação dos títulos:
- 6.4.12. PARA A APRESENTAÇÃO FÍSICA (ENVIO VIA SEDEX)** – Itens 6.4.13 à 6.4.20:
- 6.4.13.** Preencher Requerimento de Análise de Títulos (**Anexo IX deste Edital**), numerando e ordenando corretamente os títulos a serem apresentados. Este requerimento deve ser preenchido via editor de textos eletrônico (Word ou similar), sendo disponibilizado o formulário editável na Área do Candidato.
- 6.4.14.** Todos os documentos referentes à avaliação de títulos deverão ser apresentados em CÓPIAS AUTENTICADAS em Cartório (frente e verso), preenchendo e assinando Requerimento de Análise de Títulos (**Anexo IX deste Edital**), listando cada documento submetido à análise de forma individual (uma linha por título).
- 6.4.15.** Devem ser preenchidas todas as informações do título, solicitadas no formulário de análise de títulos (ordem, instituição, cidade, carga horária e ano de conclusão), sendo ignorados e não pontuados os títulos que divergirem da relação apresentada no Requerimento de Análise de Títulos.
- 6.4.16.** Todas as folhas deverão ser paginadas (Exemplo: 1, 2,...5), de acordo com a ordem do título preenchido no formulário de avaliação de títulos. Esta numeração é contínua entre os Itens da Prova de Títulos.
- 6.4.17.** Os títulos devem ser acomodados em envelopes identificados com o **NOME DO CANDIDATO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO** e **CARGO**, juntamente com o “comprovante provisório de inscrição”, emitido na “Área do Candidato”, após a efetivação da sua inscrição.
- 6.4.18.** O envelope contendo o formulário de avaliação de títulos devidamente preenchido e assinado deverá ser protocolado, por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições.



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



6.4.19. O envio de documentos deve ser limitado aos dispostos na prova de títulos, não sendo necessário o envio de nenhum outro documento (identidade, documentos de habilitação ao cargo, comprovantes de endereço, etc.).

6.4.20. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou sem o devido acondicionamento em envelopes, ou sem o devido preenchimento do requerimento de avaliação de títulos, ou sem a identificação do comprovante provisório de inscrição, ou ainda fora do prazo determinado nos itens anteriores.

6.4.21. PARA APRESENTAÇÃO ELETRÔNICA (VIA ÁREA DO CANDIDATO) – Itens 6.4.22 à 6.4.30:

6.4.22. Para a apresentação eletrônica dos títulos o candidato deve acessar a “Área do Candidato” a partir da página www.nbsprovas.com.br, utilizando o seu CPF e senha pessoal. Na área do candidato deve localizar a sua inscrição para o evento, clicar em “Mais Informações” e em seguida no item “Prova de Títulos”.

6.4.23. Os títulos devem ser digitalizados em “frente e verso” no mesmo arquivo em formato PDF. Entende-se por “digitalizados” os títulos escaneados a partir de seu documento original, sendo desconsiderados títulos “fotografados” ou ainda outro meio que não permita a sua perfeita identificação. **A digitalização deve ser em tamanho real do título, sem qualquer tipo de redução ou ampliação, sendo utilizada a proporção de 1 para 1. Títulos digitalizados em tamanhos diversos ao original não serão avaliados, sendo indeferidos e não pontuados.** Da mesma forma, deve-se manter o esquema original de cores do título, ou seja, sendo um título “colorido” deve ser digitalizado mantendo o mesmo padrão de cores, sob pena de indeferimento, em caso de alterações.

6.4.24. Serão indeferidos os títulos que não atenderem ao disposto neste item, em especial às seguintes ocorrências:

- a) *Títulos fotografados, mesmo em aplicativos que simulem escaneamento;*
- b) *Títulos que em seu original são coloridos e são apresentados em preto e branco;*
- c) *Arquivos com margens que não existem no título físico;*
- d) *Arquivos que não contenham a frente e o verso do título dispostas em paginação eletrônica 1 e 2, sendo a página 1 para a frente do título e a página 2 para o seu verso;*
- e) *Títulos digitalizados em proporção diversa à 1 para 1 (tamanho real do título), sendo indeferidos os títulos apresentados com compressão ou ampliação;*
- f) *Apresentados em arquivos diversos ao formato PDF;*
- g) *Arquivos de baixa resolução, que não permitam a correta identificação e avaliação do título apresentado;*
- h) *Títulos não compreendidos nas categorias ou fora dos prazos de realização previstos neste item de títulos;*
- i) *Arquivos que contenham mais de um título, sendo indeferidos todos os apresentados nesta condição;*
- j) *Arquivos que contenham informações divergentes entre o formulário eletrônico e o título, em relação à carga horária do curso, período de realização e/ou instituição promotora;*
- k) *Arquivos que contenham apenas a frente ou apenas o verso do título, mesmo que disposto em mais de um arquivo.*

6.4.25. Cada arquivo deve conter apenas um título. Na existência de mais de um curso para a categoria pretendida, adicione tantos arquivos quanto forem necessários.

6.4.26. Títulos incompletos (somente frente ou somente verso) serão desconsiderados e não pontuados, mesmo que dispostos em dois arquivos. A página 1 (um) do arquivo PDF





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



deve conter a frente do Títulos e a página 2 (dois) o verso do Título, sendo indeferidas as apresentações que não seguirem esta ordem.

- 6.4.27.** Ao importar o título eletrônico o candidato deve preencher de forma completa o formulário eletrônico apresentado, em especial às informações da Instituição, Carga Horária e Conclusão do Curso. Dados divergentes entre o informado no formulário eletrônico e o título apresentado, invalidam o título, não apresentando pontuação.
- 6.4.28.** O envio eletrônico dos títulos, dispensa o preenchimento do **Anexo IX** deste edital, sendo suas informações supridas pelo preenchimento do anexo eletrônico, junto ao *login* na Área do Candidato.
- 6.4.29.** Os títulos por meio eletrônico devem ser apresentados até a data e hora previstas para o término das inscrições. Encerrando as inscrições também se encerra o envio dos títulos eletrônicos.
- 6.4.30.** Apenas o candidato tem acesso a adicionar ou remover títulos de sua inscrição, a partir da área do candidato, sendo aqueles apresentados dispostos em sua Área do Candidato, disponíveis para sua consulta, a qualquer momento.
- 6.4.31.** O prazo de apresentação da Prova de Títulos tem início com a abertura das inscrições e se encerra na data e hora previstos para o final das inscrições, seja na apresentação física ou eletrônica.
- 6.4.32.** **O resultado da análise de títulos, seja da apresentação física ou eletrônica, estará disponível de forma individual para cada candidato e inscrição, a partir da “Área do Candidato”, na data da Classificação Provisória, definida no Anexo III deste edital.**
- 6.4.33.** Em relação à Prova de Títulos, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no mesmo prazo previsto no Anexo III deste Edital estabelecido ao recurso de classificação, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.
- 6.4.34.** **O recurso tem o objetivo de proporcionar ao impetrante a ampla defesa em relação à análise documental apresentada tempestivamente, ou seja, no período destinado à apresentação da prova de títulos, sendo de responsabilidade do candidato a apresentação dos documentos na forma exigida pelo edital. Títulos ou documentos apresentados na peça recursal são considerados intempestivos e não serão analisados, sendo indeferidos sem análise de mérito.**

7. DOS RESULTADOS

- 7.1.** A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada **até a data prevista no Anexo III deste Edital**, através dos meios de divulgação previstos no **Item 2** deste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.
- 7.2.** Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:
- 7.2.1.** Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, sendo os candidatos enquadrados na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).
- 7.2.2.** Os candidatos que não estão amparados no Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- a) *Já pertencente ao serviço público municipal de Doutor Pedrinho, suas Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas.*
- b) *Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.*
- c) *Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.*
- d) *Maior número de acertos na prova de Matemática.*
- e) *Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades.*
- f) *Maior idade.*

7.2.3. Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

7.2.4. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.

7.3. Em relação à classificação provisória divulgada, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no **Item 10** deste Edital, **no prazo previsto no Anexo III deste Edital**, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital.

7.4. Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial, através dos meios de divulgação previstos no **Item 2** deste Edital.

8. DOS CARGOS E DAS VAGAS

8.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.

8.2. O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, no Serviço de Pessoal, do Município de Doutor Pedrinho, durante todo o período de validade do Processo Seletivo, sob pena de perda de sua classificação.

8.3. O candidato aprovado perderá o direito a admissão nos seguintes casos:

- a) *Não comparecendo no prazo estipulado para assumir o cargo;*
- b) *Não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 12;*
- c) *Desistir formalmente da vaga.*

8.3.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Doutor Pedrinho, obedecendo à ordem de classificação.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio dos sites www.doutorpedrinho.sc.gov.br e www.nbsprovas.com.br ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

8.5. Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.

9. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.

9.2. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estão listados no Item 1.3 deste Edital;





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 9.3. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas de cargo oferecidas, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.
- 9.4. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.
- 9.5. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, efetuando o preenchimento do requerimento de solicitação de vaga especial (**Anexo II**) junto com o documento abaixo, até o último dia previsto para as inscrições, definido no **Anexo III**, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11**:
- a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.*
- 9.6. Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 9.7. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecendo aos procedimentos neste Edital.
- 9.8. Para solicitar qualquer tipo de atendimento diferenciado durante a realização da prova, deve ser efetuado o procedimento descrito no Item 3 deste edital.
- 9.9. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:
- I. Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
 - II. Deficiência Auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;
 - III. Deficiência Visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
 - IV. Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- a) Comunicação;
- b) Cuidado pessoal;
- c) Habilidades sociais;
- d) Utilização dos recursos da comunidade;
- e) Saúde e segurança;
- f) Habilidades acadêmicas;
- g) Lazer; e
- h) Trabalho;
- i) Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

- 9.10.** Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de necessidades especiais indeferida, integrando a lista única de candidatos.
- 9.11.** Tendo sido aprovados no Processo Seletivo os portadores de necessidades especiais serão submetidos à Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.
- 9.12.** Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.
- 9.13.** Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

10. DOS RECURSOS

- 10.1.** Com o intuito de garantir o princípio constitucional da ampla defesa, neste certame serão admitidos recursos em relação:
- a) Às disposições deste Edital;
 - b) Ao indeferimento e/ou cancelamento da Inscrição;
 - c) Ao indeferimento do Requerimento de Condições Especiais para a Realização da Prova;
 - d) Ao indeferimento do Requerimento de Vaga Especial;
 - e) Ao Gabarito Provisório e Questões de Prova;
 - f) Ao Resultado da Classificação Provisória, da Prova Prática e da Prova de Títulos.
- 10.2.** Para a interposição dos recursos previstos no Item anterior, **com exceção ao recurso previsto na alínea “e”**, deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso, indicando a opção correta, disposto no **Anexo V**.
- 10.3.** Para a interposição de recurso em relação ao gabarito provisório e questões de prova divulgados, **recurso previsto na alínea “e” do Item 10.1**, deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso disposto no **Anexo IV** deste Edital, devendo conter:
- 1) Nome do candidato;
 - 2) Número de inscrição;
 - 3) Número do documento de identidade;
 - 4) Cargo/emprego para o qual se inscreveu;
 - 5) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
 - 6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;
 - 7) Preenchimento completo do formulário de recurso – Anexo IV do Edital;
 - 8) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 10.3.1.** Os recursos previstos neste Item 10.3 somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e com o atendimento completo aos requisitos deste item.
- 10.3.2.** Os recursos apresentados intempestivamente ou ainda sem o preenchimento dos requisitos recursais previstos no Item 10.3, serão indeferidos, sem julgamento de mérito.
- 10.3.3.** Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, **deverá ser elaborado um recurso para cada questão**, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada e também as referências, no padrão citado no Item 10.3, também sob pena de sua desconsideração.
- 10.3.4.** A Comissão Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos relativos à alínea “e” do Item 10.1, não cabendo recurso à outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.
- 10.3.5.** **Se da análise do recurso resultar anulação da(s) questão(ões), o(s) ponto(s) referente(s) à(s) mesma(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos.**
- 10.4.** O recurso deverá ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital, no prazo previsto no **Anexo III** deste Edital, ou no prazo citado nas disposições relativas ao recurso.
- 10.5.** Inexistindo algum prazo previamente previsto para a interposição de algum dos recursos previstos neste Item 10, deverá ser obedecido o prazo definido na publicação do evento, divulgado pelos meios estabelecidos no Item 2 deste Edital, em prazo nunca inferior a 2 (dois) dias úteis.
- 10.6.** Deverá ser elaborado um recurso por candidato de forma individual para cada tipo de recurso previsto no Item 10.1.
- 10.7.** As respostas dos recursos poderão ser publicadas no site da empresa, ou direcionadas diretamente ao candidato por e-mail ou ainda disponibilizados na área restrita.
- 10.8.** Recursos que não atendam a todas as disposições previstas neste **Item 10** deste Edital ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.
- 10.9.** A Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

11. DOS PROTOCOLOS

- 11.1.** Com o intuito de formalizar todos os pleitos inerentes a este certame, deverão ser protocolados:
- a) A impugnação ou recurso contra as disposições do Edital;
 - b) O Requerimento de Solicitação de Condição Especial para a Realização de Provas;
 - c) O Requerimento de Solicitação de Vaga Especial;
 - d) O Requerimento de Atualização de Endereço e Dados de Contato;
 - e) Todos os demais Recursos definidos no Item 10 deste Edital;
 - f) O Requerimento de Análise de Títulos;
- 11.2.** Os requerimentos e/ou recursos/impugnações, previstos nas alíneas “a” a “d” do item anterior devem ser protocolados por meio postal, **através do serviço de Sedex**, até o último dia previsto para o requerimento, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura

**NBS PROVAS**

Processo Seletivo do Município de Doutor Pedrinho
Rua Timbó, nº 301 - Sala 54
Bairro Victor Konder
Blumenau/SC - CEP: 89012-180

- 11.2.1.** Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com **CÓPIAS AUTENTICADAS** em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).
- 11.3.** Os recursos, previstos na alínea “e” e o requerimento previsto na alínea “f”, ambos do Item 11.1 deste Edital, devem ser protocolados por uma das formas abaixo dispostas:
- 11.3.1.** Diretamente no *site* www.nbsprovas.com.br, através da “Área do Candidato”, em ambiente restrito, na opção “Recursos” (alínea “e”) ou “Envio da Prova de Títulos” (alínea “f”), preenchendo de maneira completa o formulário disponível e seguindo as instruções complementares dispostas no formulário; ou
- 11.3.2.** Por meio postal, **através do serviço de Sedex**, até o último dia previsto para o requerimento, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS PROVAS

Processo Seletivo do Município de Doutor Pedrinho
Rua Timbó, nº 301 - Sala 54
Bairro Victor Konder
Blumenau/SC - CEP: 89012-180

- 11.4.** Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerada, para efeitos de protocolo, **a data de postagem do objeto**, sendo considerada intempestiva aquela postada após o horário de despacho da agência dos Correios (DH), quando do último dia de seu prazo de protocolo.
- 11.5.** As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.
- 11.6.** É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos meios de protocolo, seja do e-mail, seja do endereço de envio postal, sendo que a NBS PROVAS e o Município de Doutor Pedrinho não se responsabilizam por equívocos cometidos pelo candidato.
- 11.7.** Os prazos e condições de protocolo são estabelecidos, de maneira individual, nos itens relativos a cada pleito passível de protocolização.
- 11.8.** Não serão reconhecidos os protocolos efetuados de maneira diversa à estabelecida no Item 11 deste Edital, ou ainda, realizados de maneira intempestiva.

12. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E CHAMAMENTO

- 12.1.** Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.
- 12.2.** Para a contratação no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:
- 12.2.1.** Ser brasileiro conforme rege a Constituição Federal;





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 12.2.2.** Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos (todos os cargos, exceto estagiários) ou 16 (dezesseis) anos (para os estagiários);
- 12.2.3.** Ter aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho;
- 12.2.4.** Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:
- a) *Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;*
 - b) *Carteira de Identidade;*
 - c) *Cadastro de Pessoa Física - CPF;*
 - d) *Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;*
 - e) *Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);*
 - f) *Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;*
 - g) *Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;*
 - h) *Certidão de nascimento;*
 - i) *Certidão de casamento ou união estável;*
 - j) *PIS/PASEP (frente e verso);*
 - k) *Número da conta corrente no Banco do Brasil;*
 - l) *Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;*
 - m) *Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;*
 - n) *Carteira de Trabalho;*
 - o) *Comprovante de endereço;*
 - p) *Cópia autenticada do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso;*
 - q) *Demais documento que o município vier a exigir.*
 - r) *Certidão negativa criminal (Fórum)*
- 12.2.5.** A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Processo Seletivo.
- 12.2.6.** Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Processo Seletivo.
- 12.2.7.** O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Processo Seletivo.
- 12.2.8.** Opcionalmente, o candidato convocado para a admissão, poderá requerer a sua reclassificação no Processo Seletivo, passando a figurar na última colocação em sua vaga. Este procedimento poderá ser realizado uma única vez, dentro do prazo de validade deste certame.
- 12.2.9.** Este requerimento deverá ser dirigido ao setor competente na Prefeitura de Doutor Pedrinho, devendo ser efetuado no prazo determinado para a sua convocação. Passado este prazo, não se apresentando para assumir a vaga ou mesmo não requerendo sua reclassificação, será considerada desistência tácita, incorrendo em eliminação do presente certame.
- 12.3.** Caso o candidato convocado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a admissão, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Doutor Pedrinho/SC convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.
- 12.4.** Os candidatos classificados deverão aguardar a convocação, a qual será feita via ligação telefônica, e-mail ou, notificação via Correios (AR), em caso de não se obter contato via ligação telefônica.



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 12.5.** O candidato terá o prazo de até 10 (dez) dias, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período para iniciar as atividades, contados da data do chamamento.
- 12.6.** Não será efetuada “oferta de vagas” para este Processo Seletivo, ficando à critério do Município de Doutor Pedrinho a indicação do local de trabalho, sendo observadas as atribuições inerentes à função.
- 12.7.** A recusa do local indicado para o trabalho implica em desistência ao cargo, sendo convocado o próximo candidato classificado para o cargo.
- 12.8.** A não apresentação da documentação acima, por ocasião da contratação, implicará a impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

13. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

- 13.1.** O Prazo de validade deste Processo Seletivo é de um ano, a contar da publicação da homologação do resultado e da classificação final do certame. Este prazo poderá, a critério e conveniência da Administração Municipal, ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- 13.2.** A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.
- 13.3.** A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá aos dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

14. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 14.1.** Delega-se competência à NBS PROVAS, como banca executora deste Processo Seletivo, para:
- a) *Receber e processar as inscrições;*
 - b) *Emitir os documentos de homologação das inscrições;*
 - c) *Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas objetivas, prova de títulos e provas práticas;*
 - d) *Apreciar todos os recursos previstos neste edital;*
 - e) *Emitir relatórios de classificação dos candidatos;*
 - f) *Prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;*
 - g) *Atuar em conformidade com as disposições deste edital;*
 - h) *Responder, em conjunto com o Município de Doutor Pedrinho eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.*
- 14.2.** A fiscalização e supervisão do certame estão a cargo da Comissão Municipal de Fiscalização do Processo Seletivo, devidamente nomeada para esse fim.
- 14.3.** As providências e atos necessários para a convocação e admissão dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de Doutor Pedrinho.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1.** O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 15.2.** Após homologação do resultado final deste certame, ocorrendo alteração nos dados cadastrais do candidato (endereço e telefone de contato), o mesmo deverá protocolar requerimento de atualização cadastral no Setor de Protocolo junto ao Prefeitura Municipal, situado na Rua Brasília, nº 02, Centro, Doutor Pedrinho/SC.
- 15.3.** As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e à apresentação para admissão correrão a expensas do próprio candidato.
- 15.4.** O Processo Seletivo ficará sob responsabilidade da Empresa contratada, com posterior divulgação nos meios previstos no Item 2 deste Edital, até a homologação do evento.
- 15.5.** Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.
- 15.6.** Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.
- 15.7.** Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo do Município de Doutor Pedrinho e da NBS PROVAS, de acordo com a legislação vigente.
- 15.8.** O Município de Doutor Pedrinho e a NBS PROVAS não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.nbsprovas.com.br.
- 15.9.** Junto com a homologação final das inscrições, será divulgado o “Manual do Candidato”, contendo as instruções e orientações relacionadas aos eventos de prova, complementando este Edital. Em caso de eventual informação conflitante entre o “Manual do Candidato”, prevalecerão as disposições deste Edital.
- 15.10.** A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados à NBS PROVAS, portanto é proibida a sua utilização, no todo ou em partes, em objeto distinto à esta relação contratual e por terceiros, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.
- 15.11.** Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:
- a) *Tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;*
 - b) *Ofender ou ser descortês, em qualquer momento do certame, seja de forma pessoal, física ou eletrônica, com qualquer membro da comissão organizadora do ente que promove o evento ou a empresa organizadora, mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa;*
 - c) *For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;*
 - d) *For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;*
 - e) *Ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;*
- 15.12.** O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município.



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



- 15.13.** O Cônjuge, companheiro(a) ou parente - consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) - de qualquer candidato não poderá servir:
- a) *Na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;*
 - b) *Como fiscal, na sala ou em ala em que estiver realizando a prova.*
- 15.14.** Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Processo Seletivo, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Processo Seletivo os registros eletrônicos a ele referentes.
- 15.15.** Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de TIMBÓ/SC.
- 15.16.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
- a) *Anexo I - Conteúdo Programático.*
 - b) *Anexo II - Requerimento de Vaga Especial ou de Condição Especial para Realização de Prova.*
 - c) *Anexo III - Cronograma do Processo Seletivo.*
 - d) *Anexo IV - Formulário de Recurso de Questão (Gabarito).*
 - e) *Anexo V - Formulário de Recursos Diversos.*
 - f) *Anexo VI - Atribuições Inerentes aos Cargos.*
 - g) *Anexo VII - Itens e Regras de Avaliação da Prova Prática dos cargos de Motoristas.*
 - h) *Anexo VIII - Itens e Regras de Avaliação da Prova Prática de Operadores.*
 - i) *Anexo IX - Requerimento de Análise de Títulos.*
- 15.17.** Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Doutor Pedrinho/SC, 19 de novembro de 2019.

SIMONI MERCIA MESCH NONES
Prefeita do Município de Doutor Pedrinho





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS e ATUALIDADES (COMUM A TODAS OS CARGOS)

Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet). Notícias locais, nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época, Exame. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UOL, Terra, Globo e similares). História do Município de Doutor Pedrinho. Todo conteúdo do site: www.doutorpedrinho.sc.gov.br. História do Brasil e História de Santa Catarina. Conteúdo do site www.cidades.ibge.gov.br relativo ao Município de Doutor Pedrinho/SC. Lei Orgânica do Município.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL)

Ortografia a nível fundamental; Gramática a nível Fundamental; Leitura e interpretação de textos; Ortografia (atualizada conforme as regras do Acordo Ortográfico vigente); Pontuação; Divisão silábica; Acentuação tônica e gráfica (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Verbos; Conjugação verbal; Divisão de texto escrito em frases, usando letras maiúsculas e sinais de pontuação adequadamente; Adjetivos; Antônimos; Sinônimos; Conhecimento sobre as regularidades ortográficas e as irregularidades das palavras.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO, SUPERIOR E ESTAGIÁRIOS)

Fonética e fonologia: Fonemas; Alfabeto; Encontro vocálico; Encontro consonantal; Dígrafos; Ortoépia e prosódia; Transcrição fonética; Signo linguístico. Ortografia: Regras do acordo ortográfico vigente; Uso de letras maiúsculas e minúsculas; Divisão silábica; Dígrafo consonantal; Encontro consonantal; Encontro vocálico; Dígrafo vocálico. Acentuação: Regras de acentuação gráfica; Classificação de palavras quanto à acentuação; Uso da crase. Pontuação: Sinais de pontuação e sinais gráficos auxiliares; O uso da vírgula; O uso do hífen. Morfologia: Formação de palavras (Composição por aglutinação; Composição por justaposição; Derivação prefixal; Derivação sufixal; Derivação parassintética; Derivação regressiva; Derivação imprópria); Estrutura das palavras (Prefixos; Sufixos; Radicais gregos e latinos; Desinências nominais e verbais); Classes gramaticais; Substantivos; Artigos; Numerais; Pronomes; Verbos (Classificação; Tipos; Flexões; Conjugações; Modos Verbais; Formas nominais; Locuções; Vozes Verbais; Aspectos Verbais); Advérbios; Preposições; Conjunções; Interjeições. Sintaxe: Sintaxe da oração e do período; Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração; Transitividade verbal; Tipos de frases; Período simples e período composto; Tipos de discurso; Concordância; Regência. Semântica: Significação das palavras; Conotação e denotação; Sentido próprio e figurado; Palavras cognatas; Campo lexical e campo semântico. Estilística: Linguagem, língua e fala; Níveis da linguagem; Variações linguísticas; Sincronia e diacronia; Linguagem formal e informal; Linguagem coloquial; Linguagem verbal e não-verbal; Funções da linguagem; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Estrangeirismos; Neologismos; Arcaísmos; Pragmática. Redação: Texto; Tipo de texto; Gêneros textuais; Produção de texto; Interpretação de texto; Intertextualidade; Citações.

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL)

Operações (adição, subtração, multiplicação e divisão). Números primos. Sistema monetário brasileiro. Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, volume, capacidade e tempo. Porcentagem.

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO, SUPERIOR E ESTAGIÁRIOS)

Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais e reais. Fatoração e números primos, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Porcentagem e regras de três simples. Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal. Grandezas proporcionais: razões e proporções. Divisão em partes proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Diagramas lógicos. Fundamentos de matemática. Princípios de contagem e probabilidade. Arranjos e permutações. Combinações. Expressões matemáticas. Funções de 1º e 2º graus. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano. Sistema de medidas: comprimentos, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura. Estatística: noções básicas, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, porcentagem, potenciação e raiz quadrada).

HISTÓRIA E GEOGRAFIA (COMUM AOS ESTAGIÁRIOS)

GEOGRAFIA: Noções básicas de Geografia: Noções de Espaço: Conceitos e espaço em transformação; Orientação: Rosa dos Ventos e Coordenadas geográficas; Fusos horários: Fusos do Brasil, Horários de verão; Cartografia:



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



Projeções, Escalas, Legendas, Sensoriamento remoto; Noções de Astronomia, Origem do Universo; O Sistema Solar; Movimentos da Terra; Estações do ano; Fases da Lua. Geografia do Brasil e Regional: A organização do espaço geográfico brasileiro; Posição geográfica do Brasil: localização e limites; Regionalização; O Brasil no contexto Mundial; Aspectos físicos: relevo, clima, vegetação e hidrografia; Aspectos humanos: formação e cultura da população, crescimento, distribuição, estrutura (etária, sexual, atividades setoriais e indicadores socioeconômicos), urbanização e suas consequências; Aspectos econômicos: atividade agropecuária (evolução, sistemas e áreas de produção, mão de obra e questão agrária), extrativismo vegetal e mineral, as fontes de energia, as atividades industriais, os meios de transportes e circulação de mercadorias; Os principais problemas ambientais rurais e urbanos. Geografia Geral e Geopolítica: Organização do espaço mundial; Divisão geográfica dos continentes; A produção do espaço nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos; Aspectos físicos dos continentes: relevo, clima, vegetação, hidrografia e dinâmica interna e externa da Terra; Aspectos humanos mundiais: teorias demográficas e crescimento, distribuição, estrutura, indicadores socioeconômicos. Aspectos econômicos: atividade agropecuária (modos, sistemas e áreas de produção) extrativismo vegetal e mineral, as fontes de energia, as atividades industriais (tipos de indústrias, áreas industriais e sistemas de produção); A Geopolítica Mundial: da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial; O processo de globalização e suas implicações; Os blocos econômicos e suas áreas de influências: (MERCOSUL, União Europeia, NAFTA, APEC e outros); Os fluxos comerciais, de transportes e comunicações; A economia mundial: G-8, G-20, Rodada Doha, China, Tigres Asiáticos, transformações do leste europeu, nacionalismo e áreas de conflitos e guerrilhas; A questão ambiental; Os desafios da conservação ambiental: As interações entre sociedade e natureza. **HISTÓRIA:** Brasil Colonial: Pacto Colonial: Empresa açucareira, Mineração; Brasil Independente: 1º Reinado, 2º Reinado, Regência; Brasil Republicano: Queda do Império – República da Espada - Encilhamento (Rui Barbosa) - Revolução de 30 Estado Novo – Governos Militares; Oriente Antigo: Egito - Mesopotâmia - Palestina - Pérsia; Antiguidade Clássica: Grécia e Roma; Feudalismo; Renascimento Cultural; Reformas religiosas; Revolução Industrial; Revolução Francesa; Independência dos Estados Unidos e América Latina; Fazer e construir a História; A América encontrada pelos europeus; Colonização: Dominação, submissão e resistência; A crise do Sistema Colonial; O Brasil constituindo-se em Estado; O Brasil parece ser o café e o café não é o Brasil; Anos 20 / As tensões sociais transformadas em conflitos; O Brasil contemporâneo: O movimento da História – permanência e mudanças; Estados Nacionais, Imperialismo e Revoluções; Industrialização e urbanização; A cidade e o campo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

00 – Conteúdo Específico (comum aos cargos de Professor - Cargos 01 a 04)

Legislação e Políticas Públicas: Lei 9394/96 na íntegra e suas resoluções. Propostas curriculares para o ensino fundamental (Nacional, Estadual e Municipal). Lei 13005/2014 - Plano Nacional de Educação – PNE na íntegra e suas resoluções. Parâmetros Curriculares Nacionais (todos os volumes). Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). Constituição Federal capítulo referente à Educação. Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Especificidades da escola pública. Dinâmica da Sala de Aula. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Conhecimento da realidade e alternativas de ensino.

Didática e Teorias da Aprendizagem: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas. Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo - Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Libaneo, Gardner, Ruben Alves, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura. Teoria de Ensino de Jerome Bruner. Teoria da Aprendizagem Significante de Carl Rogers. Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel. Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov). Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas. Pressupostos e Características da Didática. A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo. A prática pedagógica sistemática socialmente promovida. A relação discurso-fundamento-ação. Contexto da Prática Pedagógica. Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante. A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem. Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno, aplicativos e sistemas de informações educacionais utilizados na rotina de trabalho do professor.



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura

**Professor I (Cargo 01)**

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche/escola: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Noções de informática básica escolar. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade. Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento. A infância e sua singularidade na educação básica. Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento. Gêneros textuais orais e escritos. Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente. Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância. Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor I - Italiano (Cargo 02)

A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Metodologias e abordagens do ensino da Língua Italiana no Brasil. Compreensão de textos escritos contemporâneos, literários e não literários. Conhecimento de aspectos linguístico-estruturais e gramática funcional. Estrutura da sentença Frase nominal Substantivo Genitivo Adjetivo (graus comparativo e superlativo) – Locuções adjetivas. Artigos Numerais. Pronomes. Frase verbal. Verbo (modo, forma, tempo). Auxiliares Modais Locuções verbais. Verbos irregulares. Voz ativa/passiva. Advérbios. Locuções Adverbiais. Preposições. Conjunções. Processos de formação de palavras. Discurso indireto. Interpretação de Textos. Tradução (Italiano/Português; Português/Italiano). Prova mista em língua portuguesa e língua italiana. Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor I - Educação Física (Cargo 03)

Corpo, sociedade e a construção da cultura corporal de movimento; Nutrição e atividade física; Socorros de urgência aplicados à Educação Física; Educação Física no currículo da Educação Básica: significados e possibilidades; As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola; Educação Física escolar e cidadania; Os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; Esporte e jogos na escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Concepções de Educação e Escola; Ética no trabalho docente; Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando; Desenvolvimento das capacidades inerentes ao rendimento esportivo; Abordagens da educação física escolar; Motricidade humana; Biodinâmica da atividade humana; Atividade física e qualidade de vida; Histórico da educação física no Brasil; Condicionamento físico e performance humana; Esportes, lutas e danças – histórico e regras; Anatomia Humana. Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor I - Psicopedagogo (Cargo 04)

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche/escola: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Noções de informática básica escolar. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade. Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento. A infância e sua singularidade na educação básica. Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento. Gêneros textuais orais e escritos. Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente. Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Processo de





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância. Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Questões relativas às atividades inerentes a função.

Médico Veterinário (Cargo 05)

Epidemiologia Geral: cadeia epidemiológica, formas de ocorrência de doenças em populações, profilaxia geral e prevenção. Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública: controle sanitário, projetos de saúde animal e saúde pública. Educação Sanitária. Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal: legislação e fiscalização sanitária, manipulação e armazenamento de produtos de origem animal. Clínica Médica e Cirurgia Veterinária: noções básicas com vistas de instituir diagnóstico, prognóstico e tratamento individual. Zootecnia: técnicas de criação, manejo, alimentação e produção animal. Legislação atualizada que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, bem como suas resoluções inerentes ao desempenho e normas da função. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Auxiliar Administrativo (Cargo 06)

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Controle da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas De Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de uso frequente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho. Arquivamento. Legislação. Lei Complementar nº 101/2000. Lei nº 8.429/1992. Lei nº 8.666/1993. Lei nº 10.520/2002. Manual de Redação da Presidência da República. Microsoft ou similares. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Inseminador (Cargo 07)

Métodos de contenção em diferentes espécies animais. Noções elementares de Anatomia Animal. Inseminação Artificial desde o preparo do material até o procedimento de inseminação propriamente dito. Noções de esterilização, assepsia, antissepsia e desinfecção em procedimentos cirúrgicos. Noções de Biossegurança. Noções de cuidados pré, trans e pós-cirúrgico. Noções de coleta de material para exame laboratorial. Conhecimentos básicos acerca de doenças em animais, em especial doenças de notificação obrigatória ao Serviço Veterinário Oficial (MS e MAPA). Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Agente Comunitário de Saúde (Cargo 08)

Saúde pública e saneamento básico; Endemias e epidemias; Noções básicas das seguintes endemias: Dengue, Esquistossomose, Leishmaniose, Leptospirose; Prevenção primária das endemias citadas anteriormente; Classificação dos agentes transmissores e causadores das endemias citadas anteriormente; Combate aos agentes transmissores das endemias citadas anteriormente, conforme estratégias e normas vigentes do Ministério da Saúde; Visitas domiciliares e aos pontos estratégicos: fiscalização para a promoção e preservação da saúde da comunidade, papel do agente na educação ambiental e saúde da população; Saúde como dever do estado; Saúde como direito social; Noções básicas sobre o SUS; Entendimento sobre a participação da comunidade na gestão do SUS; As atribuições do agente comunitário de saúde; A participação do agente comunitário de saúde a grupos específicos; Promoção da saúde: conceito e estratégias; Formas de aprender e ensinar em educação popular, Cultura popular e sua relação com processos educativos; Pessoas portadoras de necessidades especiais: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais; Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso; Noções de ética e cidadania; Conhecimentos geográficos da área/região/município de atuação; Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos. Legislação: Lei nº 8.080, de 19/09/1990 e suas alterações, Lei nº 8.142, de 28/12/1990 e Constituição Federal nos Artigos 196 a 200, sobre o Sistema Único de Saúde (SUS); Ações e Programas do Ministério da Saúde; Lei nº 8.069, de 13/07/1990, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 10.741, de 01/10/2003 sobre o Estatuto do Idoso; Lei nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias; Portaria nº 648, de 28/03/2006 do Ministro da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF). Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde do Ministério da Saúde (2009). Constituição Federal. Legislação do SUS e suas resoluções. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura

**Mecânico (Cargo 09)**

Conhecimento e uso de ferramentas: enxada, foice, pé de cabra, pá, lima, vassoura, escovão, outros. Conservação de ferramentas diversas. Carregamento e empilhamento de tijolos, blocos, telhas, etc. Uso de carriolas e similares. Abertura de valas com utilização de ferramentas manuais. Carregamento e descarregamento de objetos como: madeiras, móveis, maquinários. Equipamento de Proteção Individual. Outros conhecimentos específicos exigidos para desempenho da função. Saúde e segurança no trabalho. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Auxiliar de Serviços Gerais (Cargo 10)

Atividades específicas teóricas inerentes ao emprego. Boas Maneiras. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral. Serviços de capina em geral. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Guarda e conservação de alimentos. Manipulação de alimentos. Controle de estoque de materiais de limpeza e de cozinha. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Noções de segurança no trabalho. Noções de primeiros socorros. Noções básicas sobre segurança no trabalho. Ética profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Auxiliar de Recreação Infantil (Cargo 11)

“Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças – 2009” (autor: Maria Malta Campos; disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitos_fundamentais.pdf). Ética e cidadania. Noções básicas de relações humanas no trabalho. Noções básicas de primeiros socorros. Conservação do material pedagógico. Relacionamento interpessoal. A brincadeira, as interações e as diferentes linguagens como eixos norteadores do trabalho educativo-pedagógico. Noções de cuidados e higiene infantil. Noções de higiene pessoal e coletiva. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Servente de Obras (Cargo 12)

Conhecimento e uso de ferramentas: enxada, foice, pé de cabra, pá, lima, vassoura, escovão, outros. Conservação de ferramentas diversas. Carregamento e empilhamento de tijolos, blocos, telhas, etc. Uso de carriolas e similares. Abertura de valas com utilização de ferramentas manuais. Carregamento e descarregamento de objetos como: madeiras, móveis, maquinários. Equipamento de Proteção Individual. Outros conhecimentos específicos exigidos para desempenho da função. Saúde e segurança no trabalho. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Operador de Máquina (Cargo 13)**Motorista de Passageiros (Cargo 14)****Motorista de Carga (Cargo 15)****Motorista de Ambulância (Cargo 16)**

Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Normas Gerais de Circulação e Conduta; Do Cidadão; Da educação para o trânsito; Da sinalização de trânsito; Das infrações; Dos crimes de Trânsito; Direção Defensiva; Inspeção e cuidados com os veículos. Noções de mecânica leve e pesada. Conhecimentos gerais sobre máquinas e equipamentos: preparativos para funcionamento da máquina; parada do motor; painel de controle; combustível, fluidos e lubrificantes; compartimento do operador; principais controles de operação; controles da caixa de mudanças; instruções para o manejo da máquina; manutenção e lubrificação: principais pontos de lubrificação; tabelas de manutenção periódica; sistema de arrefecimento do motor (radiador, correias, bomba d'água); sistema de combustível; sistema elétrico; sistema de frenagem; sistema de purificação de ar do motor; procedimentos de segurança; funcionamento básico dos motores, direção, freios e pneus. Noções básicas de Relações Humanas no trabalho. Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho. Primeiros socorros. Ética profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura

**ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS****REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL****OU DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

_____ inscrito (a) no
Processo Seletivo nº 01/2019 do Município de Doutor Pedrinho, inscrição nº _____,
concorrendo ao cargo de _____, CPF nº _____
portador do documento de identidade nº _____, residente e domiciliado na
_____, - _____ nº _____, Bairro
_____, Cidade _____, Estado
_____, CEP: _____, requer a Vossa: (Assinale a sua opção)

() Vaga para Portadores de Necessidades Especiais

Deficiência: _____
CID nº: _____
Médico: _____ CRM: _____

() Condição Especial para a Realização de Provas**a) () Prova Ampliada**

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

Especificar: _____

d) () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Doutor Pedrinho/SC, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do (a) Candidato (a)



Município de Doutor Pedrinho/SC: Processo Seletivo n.º 01/2019

Página 29 de 40



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura

**ANEXO III - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019**

1.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

DATA PREVISTA	ATO
19/11/2019	Publicação do Edital.
20/11/2019	Prazo para contestação do Edital
21/11/2019	Publicação do Edital revisado, se for o caso.
19/11/2019 - 08h00min à 03/12/2019 - 17h00min	PERÍODO DAS INSCRIÇÕES. Prazo para solicitação para condição especial para realização da prova e para solicitação para a solicitação de vaga especial – PNE.
03/12/2019	Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.
04/12/2019 até as 23h59min	Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial.
05/12/2019 - 08h00min à 06/12/2019 - 17h00min	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova e contra o indeferimento de inscrição para vaga especial.
09/12/2019	Homologação final das inscrições e Divulgação dos Locais de Prova com a listagem de Candidatos/Sala.
15/12/2019	Data da Prova Escrita (matutina) e da Prova Prática (vespertina).
16/12/2019 até as 07h30min	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
16/12/2019 - 08h00min à 17/12/2019 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
Até o dia 23/12/2019 as 23h59min	Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
Dois dias úteis após a classificação provisória, iniciando as 8h do primeiro dia com término as 17h do segundo dia.	Prazo para recurso contra a Classificação Provisória e Resultado da Prova Prática.
Dois dias úteis após o encerramento dos recursos.	Resultado final do Processo Seletivo nº 01/2019.

1.2. O cronograma **é uma previsão e poderá sofrer alterações**, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão do Processo Seletivo e da Comissão da NBS PROVAS, sendo de total responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame, previstos no Item 2 deste Edital, não cabendo qualquer tipo de reembolso ou restituição ao candidato, em virtude de alteração de qualquer data inicialmente prevista.



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO IV - FORMULÁRIO DE RECURSO DE QUESTÃO (GABARITO)

- 1.1. O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:
- 1.2. **ELETRÔNICA:** Efetuando o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível na página www.nbsprovas.com.br, acessado a partir da “Área do Candidato”, efetuando o seu preenchimento completo, conforme apresentado na página. O formulário já contempla todos os requisitos no Item 10.3 do Edital, devendo o impetrante apenas seguir as disposições de número 6 e 8.
- 1.3. **FÍSICA:** Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, cumprindo todos os requisitos do Item 10.3 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11 do Edital.

À

Comissão do Processo Seletivo nº 01/2019
DOUTOR PEDRINHO/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Número da Questão: _____.

Transcrição completa da questão, inclusive com as alternativas A à D:

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Referências Bibliográficas (conforme norma ABNT 6023):

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)



Município de Doutor Pedrinho/SC: Processo Seletivo n.º 01/2019

Página 31 de 40



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura

**ANEXO V - FORMULÁRIO DE RECURSOS DIVERSOS**

- 1.1. O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:
- 1.2. **ELETRÔNICA:** Efetuando o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível na página www.nbsprovas.com.br, acessado a partir da "Área do Candidato", efetuando o seu preenchimento completo, conforme apresentado na página. O formulário já contempla todos os requisitos no Item 10 do Edital.
- 1.3. **FÍSICA:** Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, de maneira clara e objetiva, cumprindo todos os requisitos do Item 10 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11 do Edital.

À

Comissão do Processo Seletivo nº 01/2019
DOUTOR PEDRINHO/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Tipo de Recurso:

<input type="checkbox"/>	Cancelamento/Indeferimento de Inscrição
<input type="checkbox"/>	Classificação Provisória
<input type="checkbox"/>	Indeferimento ao pedido de Vaga Especial
<input type="checkbox"/>	Itens do Edital
<input type="checkbox"/>	Resultado da Prova de Títulos
<input type="checkbox"/>	Outros (especificar):

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)

**Município de Doutor Pedrinho/SC: Processo Seletivo n.º 01/2019**

Página 32 de 40



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO VI - ATRIBUIÇÕES INERENTE AOS CARGOS

Professor I (Cargo 01)

Professor I - Italiano (Cargo 02)

Professor I - Educação Física (Cargo 03)

Docência na educação infantil e/ou anos iniciais do ensino fundamental, incluindo entre outras as seguintes funções: 1.1 - Participar da elaboração da Proposta Pedagógica da Escola; 1.2 - Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo proposta pedagógica da escola; 1.3 - Zelar pela aprendizagem dos alunos; 1.4 - Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; 1.5 - Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; 1.6 - Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; 1.7 - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; 1.8 - Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis para atingir os fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

Professor I - Psicopedagogia (Cargo 04)

Compete ao cargo de Psicopedagogia, clinicar, diagnosticar, orientar, atender em tratamento e investigar os problemas emergentes nos processos de aprendizagem e nos obstáculos que interferem para haver uma boa aprendizagem; favorecer o desenvolvimento de atitudes e processos de aprendizagem adequados; realizar o diagnóstico psicopedagógico, com especial ênfase nas possibilidades e perturbações da aprendizagem; esclarecer e orientar pais, professores e alunos em todos os níveis educativos, sem prejuízo das demais atribuições previstas em Lei para o cargo de professor I.

Médico Veterinário (Cargo 05)

Conforme Lei Nº 5.517/1968 e Lei Complementar Municipal n.º 32/2004.

Auxiliar Administrativo (Cargo 06)

Prestar serviços de datilografia e de digitação; redigir expedientes sumários, tais como cartas, ofícios, memorandos, de acordo com modelos e normas preestabelecidas, auxiliar nos serviços de organização e manutenção de cadastros, arquivos e outros instrumentos de controle administrativo; distribuir e encaminhar papéis e correspondências no setor de trabalho; auxiliar nos serviços de atendimento e recepção ao público; executar atividades auxiliares de apoio administrativo; zelar pelo equipamento sob sua guarda, comunicando a chefia imediata a necessidade de consertos e reparos; atender e encaminhar as partes que desejam falar com a chefia da unidade; participar das comissões em que for designado e atividades afins.

Inseminador (Cargo 07)

Realizar inseminação artificial em bovinos, ovinos e suínos; orientar os produtores rurais sobre os procedimentos prévios e posteriores, adequados à inseminação artificial; participar das comissões em que for designado e atividades afins.

Agente Comunitário de Saúde (Cargo 08)

Cabe a responsabilidade de atender as necessidades do programa de agentes comunitários de saúde, criado pelo Ministério da Saúde, objetivando o atendimento preventivo na comunidade, entre outras atividades correlatas.

Mecânico (Cargo 09)

Efetuar manutenções mecânicas e preventivas em veículos e equipamentos; realizar testes nos veículos analisando e identificando defeitos e realizando procedimentos para a resolução dos problemas; efetuar socorro mecânico em veículos e equipamentos quebrados na rua, participar das comissões em que for designado e atividades afins.

Auxiliar de Serviços Gerais (Cargo 10)

Operar eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; lavar manualmente ou por meios mecânicos louças, talheres e utensílios; servir café, água e outros alimentos solicitados nas dependências dos órgãos; preparar e servir refeições e proceder a aquecimento de alimentos; receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e bebidas e acondicioná-los em recipientes adequados; informar previamente à Chefia imediata sobre a necessidade de material para o desenvolvimento normal dos serviços; manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; executar serviços de limpeza e conservação, zelando pela ordem e segurança no ambiente de trabalho, observando as



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



normas e instruções, para prevenir acidentes; receber e seguir instruções do nutricionista sobre cuidados no preparo da alimentação, efetuando o preparo conforme a orientação recebida; receber e conferir os gêneros alimentícios de acordo com o cardápio a ser utilizado, além das dietas especiais, verificando os gêneros alimentícios necessários a sua preparação, efetuando o preparo para servi-los; distribuir as merendas e refeições preparadas, entregando-as conforme a rotina determinada; preparar fórmulas de leite, sopas, sucos e outros, destinados à alimentação infantil, inclusive com a higienização de frascos e acessórios de mamadeiras; separar, reparar, envasar, identificar e distribuir as formulações lácteas e não lácteas, destinadas à alimentação infantil; registrar o número de merendas e refeições distribuídas, anotando-as em impressos próprios, para possibilitar cálculos estatísticos; notificar toda e qualquer ocorrência que dificulte o bom andamento dos trabalhos, visando o conserto ou reparo de aparelhos ou substituição de materiais; manter o ambiente de trabalho limpo e com boa aparência; os serviços de conservação e limpeza têm como pressupostos mínimos a coleta e remoção de resíduos, aplicação de ceras industriais, conservantes, lustradores e limpadores em móveis e pisos, retirada do pó ou varrição de pisos, carpetes e tapetes nos escritórios; coleta e remoção de material orgânico e inorgânico, papéis e detritos nas áreas verdes, parques e jardins; coleta e remoção de papéis usados, colocação de desodorizantes, aplicação de detergentes, lavagem e higienização em sanitários; retirada de resíduos dos vidros das portas e janelas; reposição de materiais de higiene pessoal, tudo visando ao asseio e conservação dos prédios públicos e das áreas limítrofes; efetuar corte de grama, bem como a poda de árvores e arbustos; capinagem de áreas verdes com a retirada de todo material para depósito de lixo; participar das comissões em que for designado e atividades afins.

Auxiliar de Recreação Infantil (Cargo 11)

Recepcionar as crianças na entrada e saída do horário de atendimento; realizar tarefas de banho e higiene das crianças; servir alimentação às crianças nos horários determinados; manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação; zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais permanentes às crianças; auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças; executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu emprego, bem como aquelas que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal da Educação.

Servente de Obras (Cargo 12)

Executar serviços de limpeza pública, principalmente de varrição, coleta de lixo e capina; executar as atividades consideradas braçais dos serviços de construção civil, carpintaria, produção de manilhas e outros, participar das comissões em que for designado e atividades afins.

Operador de Máquina (Cargo 13)

Executar trabalhos de terraplanagem, escavações, movimentação de terras e preparação de terrenos, para fins específicos; zelar pela manutenção e conservação das máquinas e equipamentos utilizados; providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificante na máquina sob a sua responsabilidade; comunicar ao seu superior qualquer anomalia no funcionamento da máquina; participar das comissões em que for designado e atividades afins.

Motorista de Passageiros (Cargo 14)

Dirigir veículos de passageiros; manter o veículo em condições de conservação e funcionamento, providenciando conserto, abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças; atender às normas de segurança e higiene no trabalho; participar das comissões em que for designado e atividades afins.

Motorista de Carga (Cargo 15)

Encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou de carga que lhe for confiada, realizar a condução de veículos em viagens de serviço, recolher o veículo à garagem quando concluída a jornada de trabalho, manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento, fazer reparos de emergências, zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue e efetuar os registros de combustível e quilometragem rodada; comunicar ao superior imediato qualquer anomalia verificada no funcionamento do veículo; participar das comissões em que for designado e atividades afins.

Motorista de Ambulância (Cargo 16)

Dirigir veículos de passageiros; manter o veículo em condições de conservação e funcionamento, providenciando conserto, abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças; atender às normas de segurança e higiene no trabalho; prestar primeiros socorros às vítimas; participar das comissões em que for designado e atividades afins.



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura

**Estagiário (Cargo 17)**

Atividades compatíveis com a Lei Federal nº 11.788/2008 e com a Lei Municipal nº 724/2009 do Município de Doutor Pedrinho.



Município de Doutor Pedrinho/SC: Processo Seletivo n.º 01/2019

Página 35 de 40



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO VII - ITENS E REGRAS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA (Motoristas)

- 1.1. A prova prática de condutor consiste na avaliação negativa do candidato em relação às normas de trânsito vigente - CTB - Lei 9503/97, onde ao realizar determinado percurso, utilizando qualquer veículo que se enquadre nas atribuições do cargo, serão efetuadas “perdas de pontos”, de acordo com a(s) eventual(ais) ocorrência(s), constatadas pelo avaliador. Nesta técnica, sempre se parte da pontuação máxima, efetuando descontos abaixo relacionados, obtendo a nota final do candidato.
- 1.2. O candidato deverá comparecer no local marcado para a prova prática, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munido de documento oficial com foto, devidamente trajado para a execução da atividade.
- 1.3. Para a realização da prova, os candidatos devem apresentar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria exigida na habilitação ao cargo, dentro de seu prazo de validade, conforme Lei 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito. **A não apresentação deste documento (CNH) causa o impedimento de realização da prova e consequente eliminação do candidato.**
- 1.4. Os candidatos serão alocados em sala ou local sem comunicação externa, durante o período de realização das provas, sendo submetidos à varredura eletrônica assim de seu ingresso, com os mesmos procedimentos de prova previstos no item 5 deste edital.
- 1.5. Na aplicação da prova, com utilização de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município de Doutor Pedrinho/SC ou da NBS Serviços Especializados Eireli, poderá ser procedida, a critério do Avaliador da Prova Prática, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los, com o devido registro em sua ficha de avaliação.
- 1.6. O tempo máximo de prova será de 15 (quinze) minutos para todos os participantes, de modo a realizar a tarefa proposta para a avaliação, sendo que o candidato disporá de 02 (dois) minutos para iniciar a tarefa. Este tempo, quando se relacionar ao funcionamento ou partida da máquina, equipamento ou veículo, corresponderá a 3 (três) tentativas de operação.
- 1.7. Não é permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico durante a realização da prova (celular, GPS, rádios e equipamentos similares), tampouco sua posse, mesmo que desligado, sob pena de eliminação do certame, além das demais sanções aplicáveis.
- 1.8. O candidato que extrapolar o tempo máximo de prova ou não conseguir iniciar a atividade no tempo / tentativas estabelecidas, estará automaticamente eliminado do certame, independente de seu desempenho nas demais etapas.
- 1.9. Igualmente eliminado estará o candidato que não seguir as regras do avaliador, em relação à tarefa a ser executada ou executá-la de maneira diversa a proposta, podendo ser interrompida a sua prova, de maneira a resguardar qualquer incidente.
- 1.10. A prova prática dos **Motoristas (Cargos 14, 15 e 16)**, constará em se percorrer um percurso previamente definido pela equipe de aplicação da prova prática, onde serão avaliadas todas as situações normais de trânsito, representada pela tabela abaixo, onde poderão ser propostas: paradas, estacionamentos, vias, dentre outros itens comuns ao desempenho da função:





Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



Faltas Eliminatórias (REPROVAÇÃO):

- a) Avançou a via preferencial; SIM () NÃO ()
- b) Entrou na contramão; SIM () NÃO ()
- c) Excedeu a velocidade indicada para a via; SIM () NÃO ()
- d) Avançou sobre o meio-fio; SIM () NÃO ()
- e) Provocou acidente durante a realização do exame; SIM () NÃO ()
- f) Desobedeceu ao trajeto indicado para a realização da prova prática, indicado pelo avaliador (quando NÃO for possível completar a prova dentro do tempo indicado para a sua realização); SIM () NÃO ()
- g) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima; SIM () NÃO ()

Faltas Graves (PERDA DE 1,0 PONTOS POR ITEM):

- a) Desobedeceu à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito; SIM () NÃO ()
- b) Desobedeceu ao trajeto indicado para a realização da prova prática, indicado pelo avaliador (quando for possível completar a prova dentro do tempo indicado para a sua realização); SIM () NÃO ()
- c) Utilizou o cinto de segurança de modo correto, antes da movimentação do veículo; SIM () NÃO ()
- d) Não observou as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção; SIM () NÃO ()
- e) Não deu preferência de passagem ao pedestre que estava atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não havia concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo; SIM () NÃO ()
- f) Não sinalizou com antecedência a manobra pretendida ou a sinalizou incorretamente; SIM () NÃO ()
- g) Perdeu o controle da direção do veículo em movimento; SIM () NÃO ()
- h) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza grave. SIM () NÃO () Quantidade: ()

Faltas Médias (PERDA DE 0,5 PONTO POR ITEM):

- a) Executou o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre; SIM () NÃO ()
- b) Trafegou em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima; SIM () NÃO ()
- c) Interrompeu o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova; SIM () NÃO ()
- d) Fez conversão incorretamente; SIM () NÃO ()
- e) Desengrenou o veículo nos declives; SIM () NÃO ()
- f) Colocou o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias; SIM () NÃO ()
- g) Usou o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens; SIM () NÃO ()
- h) Entrou nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro; SIM () NÃO ()
- i) Engrenou ou utilizou as marchas de maneira incorreta, durante o percurso; SIM () NÃO ()
- j) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza média. SIM () NÃO () Quantidade: ()

Faltas Leves (PERDA DE 0,25 PONTO POR ITEM):

- a) Provocou movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado; SIM () NÃO ()
- b) Ajustou incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor; SIM () NÃO ()
- c) Não ajustou devidamente os espelhos retrovisores; SIM () NÃO ()
- d) Apoiou o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento; SIM () NÃO ()
- e) Utilizou ou Interpretou incorretamente os instrumentos do painel do veículo; SIM () NÃO ()
- f) Deu partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada; SIM () NÃO ()
- g) Tentou movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro; SIM () NÃO ()
- h) Acendeu corretamente as luzes do veículo; SIM () NÃO ()
- i) Abriu corretamente as portas do veículo (somente para ônibus); SIM () NÃO ()
- j) Cometeu qualquer outra infração de natureza leve ou deixou de fazer qualquer das verificações prévias no veículo de prova. SIM () NÃO () Quantidade: ()



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO VIII - ITENS E REGRAS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA (Operadores)

- 1.1. A prova prática consiste em executar atividades inerentes a função, conforme atribuições do cargo, definidas no **Anexo VI**. A avaliação será realizada considerando desempenho do candidato na tarefa que irá executar, dentro das normas técnicas, considerando o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.
- 1.2. O candidato deverá comparecer no local marcado para a prova prática, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munidos de documento oficial com foto, devidamente trajado para a execução da atividade.
- 1.3. Para a realização da prova, os candidatos ao cargo de **Operadores de Máquina (Cargo 13)** devem apresentar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria exigida na habilitação ao cargo, dentro de seu prazo de validade, conforme Lei 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito. **A não apresentação deste documento (CNH) causa o impedimento de realização da prova e consequente eliminação do candidato.**
- 1.4. Na aplicação da prova, com utilização de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município de Doutor Pedrinho/SC ou da NBS PROVAS, poderá ser procedida, a critério do Avaliador da Prova Prática, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los, com o devido registro em sua ficha de avaliação.
- 1.5. O tempo máximo de prova será de 15 (quinze) minutos para todos os participantes, de modo a realizar a tarefa proposta para a avaliação, sendo que o candidato disporá de 02 (dois) minutos para iniciar a tarefa. Este tempo, quando se relacionar ao funcionamento ou partida da máquina, equipamento ou veículo, corresponderá a 3 (três) tentativas de operação.
- 1.6. O candidato que extrapolar o tempo máximo de prova ou não conseguir iniciar a atividade no tempo / tentativas estabelecidas, estará automaticamente eliminado do certame, independentemente de seu desempenho nas demais etapas.
- 1.7. Igualmente eliminado estará o candidato que não seguir as regras do avaliador, em relação à tarefa a ser executada ou executá-la de maneira diversa a proposta, podendo ser interrompida a sua prova, de maneira a resguardar qualquer incidente.
- 1.8. A avaliação consistirá na execução de serviços compatíveis com as atribuições da função, podendo ou não contar com a operação de equipamentos / maquinários, na execução de uma tarefa determinada pelo instrutor, bem como as prévias vistorias/conferências do local de trabalho, de acordo com as atribuições inerentes à cada cargo.
- 1.9. A tarefa proposta será apresentada pelo avaliador no momento da prova prática e o candidato partirá da nota 10 (dez) e serão descontados pontos de 0,25 a 2,00 por cada falta cometida, conforme os seguintes fatores a serem avaliados:
 - I. **Apresentação (asseio, higiene pessoal e vestimentas), uso de EPIs:**
 - Item 01 (-0,25);
 - Item 02 (-0,25);
 - Item 03 (-0,25);
 - Item 04 (-0,25);



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura



II. Organização do trabalho e uso correto dos equipamentos:

- Item 01 (-0,50);
- Item 02 (-0,50);
- Item 03 (-0,50);
- Item 04 (-1,00);

III. Execução da tarefa proposta:

- Item 01 (-0,50);
- Item 02 (-0,50);
- Item 03 (-0,50);
- Item 04 (-1,00);
- Item 05 (-1,00);
- Item 06 (-1,00);
- Item 07 (-2,00);

1.10. Fazem parte dos critérios de avaliação, definidos nos itens de avaliação anteriores:

- a) Aproveitamento do Equipamento e Produtividade;
- b) Técnica/Aptidão/Eficiência.



Estado de Santa Catarina
Município de Doutor Pedrinho
Processo Seletivo n.º 01/2019
Publicação Legal: Edital de Abertura

**ANEXO IX - REQUERIMENTO DE ANÁLISE DE TÍTULOS**

- 1.1. O Requerimento de Análise de Títulos poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:
- 1.2. **ELETRÔNICA**: Regulamentado pelos Itens 6.4.22 à 6.4.29.
- 1.3. **FÍSICA**: Regulamentado pelos Itens 6.4.13 à 6.4.20.
- 1.4. Em ambas as formas de apresentação de títulos, não devem ser somadas as horas de uma mesma Empresa, devendo ser listado de forma individual, sendo uma linha/registro para cada certificado apresentado, devendo ser acrescentadas tantas linhas/registros quanto forem necessários, para o número total de certificados apresentados.

Ilmo(a). Sr(a).

Presidente da Banca de Avaliação do Processo Seletivo n.º 01/2019

DOUTOR PEDRINHO/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Rol de Títulos Apresentados para a Prova de Títulos:

ITEM A: () Doutorado ou () Mestrado ou () Especialização

Ordem	Instituição	Cidade/UF	Ano de Conclusão
01			

*** Numere os títulos anexados com o número de ordem informado neste formulário.**

Declaro que entreguei na data abaixo, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial do Processo Seletivo, estando ciente das sanções civis e criminais, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Doutor Pedrinho/SC, ____ de _____ de 2019.

(assinatura do candidato)

OBRIGATÓRIA ASSINATURA A PUNHO



Município de Doutor Pedrinho/SC: Processo Seletivo n.º 01/2019

Página 40 de 40

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 72/2019

Publicação Nº 2230346

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº. 72/2019

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" POR ITEM, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DETONAÇÃO DE ROCHAS E/OU CASCALHEIRA NA BANCA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS EXIGIDAS NO ANEXO I, MODELO BASE DE PROPOSTA e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº 56/2015, Decreto Municipal nº 10/2018, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 03/12/2019, Hora: 08h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 03/12/2019, Hora: 09h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: licitacoes@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 18 de novembro de 2019.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

EXTRATO DO PROCESSO SELETIVO 001/2019

Publicação Nº 2230727

O Município de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO n.º 01/2019, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário e vagas de estágio, em conformidade com Art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Federal 11788/2008, Lei Municipal nº 724/2009, Lei Complementar nº 32/2004, Lei Complementar nº 31/2004, Lei Complementar nº 47/2006 e demais Legislações relacionadas, todas considerando suas alterações posteriores, demais legislações atinentes e de acordo com as disposições deste Edital. Dos Cargos: Professor I; Professor I - Italiano; Professor I - Educação Física; Professor I - Psicopedagogia; Médico Veterinário; Auxiliar Administrativo; Inseminador; Agente Comunitário de Saúde; Mecânico; Auxiliar de Serviços Gerais; Auxiliar de Recreação Infantil; Servente de Obras; Operador de Máquina; Motorista de Passageiros; Motorista de Carga; Motorista de Ambulância; Estagiário Nível Médio. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 19 de novembro a 03 de dezembro de 2019 exclusivamente via internet, através do site eletrônico www.nbsprovas.com.br. Das provas: As provas serão aplicadas no dia 15 de dezembro de 2019. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Doutor Pedrinho (SC), no site www.doutorpedrinho.sc.gov.br, bem como no site da empresa organizadora www.nbsprovas.com.br. Doutor Pedrinho (SC), 19 de novembro de 2019. Sra. SIMONI MERCIA MESCH NONES. Prefeita Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2019 DE 15/11/2019**

Publicação Nº 2230939

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2019, de 15/11/2019

Dispõe sobre a aprovação das Contas Anuais da Prefeita de Doutor Pedrinho, relativas ao exercício de 2017.

A Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, nos termos do Inciso XXVII do art. 17 da Lei Orgânica Municipal e artigos 32, I, "d", e 154, § 1º, do Regimento Interno da Câmara, faz saber que o Plenário desta Casa Legislativa aprovou e estes promulgam o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas Anuais da Prefeita de Doutor Pedrinho - SC, referente ao exercício financeiro de 2017, constantes no Parecer Prévio nº 200/2018 exarado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) no Processo nº @PCP-18/00118713.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de novembro de 2019.

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO	LUIZINHO PEREIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal	Vice-Presidente da Câmara Municipal
LUIZ HENRIQUE STOLLMEIER	TONY TADEU NONES
Primeiro Secretário da Câmara Municipal	Segundo Secretário da Câmara Municipal

PARECER DA CCJR AO PDL Nº 02/2019

Publicação Nº 2230940

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2019

Dispõe sobre a aprovação das Contas Anuais da Prefeita de Doutor Pedrinho, relativas ao exercício de 2017.

A proposição está fundamentada no artigo 31, caput e §§, da Constituição Federal, e no artigo 42 da Lei Orgânica Municipal, corroborando o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no Processo nº @PCP-18/00118713, que recomenda a esta Casa Legislativa a "aprovação das Contas Anuais da Prefeita de Doutor Pedrinho, relativas ao exercício de 2017".

Com efeito, recebido o Parecer Prévio do TCE/SC a matéria foi encaminhada a Comissão de Economia e Finanças em observância aos artigos 196 a 199 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, resultando neste Projeto de Decreto Legislativo, que atua em consonância com o parecer prévio.

Ademais, pela normativa tratada nos dispositivos elencados, o parecer prévio emitido pelo TCE/SC sobre as contas do Prefeito só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

No caso, a própria justificativa da proposição originada na Comissão de Economia e Finanças trata de explicitar e ratificar, com reservas, o Acórdão favorável do Tribunal de Contas de nosso Estado por não ter localizado nenhum fato grave que pudesse alterar tal posicionamento.

Logo, não existem reparos constitucionais, jurídicos ou de redação na proposição em análise, incidindo hipótese de pertinência em seu mérito.

Pelo exposto, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação é de PARECER FAVORÁVEL a tramitação do presente Projeto de Decreto Legislativo, para que o mesmo seja submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, na forma regimental.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 11 de novembro de 2019.

Tony Tadeu Nones
PresidenteMerquides Martins Joel Mazzi
Vice-Presidente Membro

PARECER DA CCJR AO PLC Nº 010/2019

Publicação Nº 2230938

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2019

Altera a Lei Complementar nº 32/2004, e dá outras providências.

De acordo com o artigo 47 do Regimento Interno compete a esta Comissão manifestar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional em todas as proposições que tramitem nesta Casa Legislativa.

Esta Comissão também se manifesta sobre o mérito do Projeto, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma da conveniência, utilidade e oportunidade, conforme ressalva do inciso I do parágrafo terceiro do artigo 47 do Regimento Interno ou seja, pelo projeto tratar da 'organização administrativa e de pessoal da Prefeitura', sendo que, neste caso, baliza seu entendimento por aquilo que consta do processo legislativo em análise.

Pois bem, quanto ao primeiro aspecto, temos que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local (Artigo 30, Inciso I, da Constituição Federal), bem como que projetos desta natureza são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo (Artigo 61, Parágrafo 1º, Inciso II, Alínea "a", da Constituição Federal combinado com artigo 32, Parágrafo 1º, Inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica Municipal), sendo que a matéria está reservada à Lei Complementar (Artigo 34, Parágrafo Único, Inciso IX, da Lei Orgânica).

Ademais, tem-se que o artigo 37 da Magna Carta estabelece que "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência", disciplinando que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, (...)".

Logo, acaso criado o cargo pretendido, seu provimento vai depender da realização de Concurso Público, conforme a disciplina constitucional.

Entretanto, a proposição não traz em anexo a estimativa de impacto fiscal no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, conforme estabelecem os artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, prejudicando maior avaliação por esta Comissão Permanente, mas que precisará ser corrigido pelo Poder Executivo para possibilitar a tramitação regular da matéria.

Por outro lado, a exposição de motivos da proposição apresenta declaração de conformidade com os instrumentos orçamentários-financeiros do Município e observância do limite de gasto com pessoal, como estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, donde entendemos ser pertinente viabilizar a tramitação, submetendo-se também tais informes à competente avaliação da Comissão de Economia e Finanças.

Desta forma, o presente Projeto de Lei Complementar merece parecer favorável quanto a constitucionalidade e juridicidade, cabendo aos nobres parlamentares aquilatar sua conveniência, utilidade e oportunidade, bem como transitar pelas demais Comissões Permanentes, conforme determinado pela Presidência desta Casa Legislativa, para, ao final, ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara.

Publique-se. Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 11 de novembro de 2019.

Tony Tadeu Nones Merquides Martins

Presidente Vice-Presidente

Joel Mazzi

Membro

PARECER DA CCJR AO PLO Nº 08/2019

Publicação Nº 2230935

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 08/2019

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2019 da Administração Direta e dá outras providências.

A proposição veio a esta Comissão Permanente para manifestação quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional.

Assim, temos que o Projeto não deve obediência a nenhuma regra específica do Regimento Interno, e encontra-se redigido em razoável conformidade com a técnica legislativa, atendendo-se aos aspectos formais.

Por outro lado, a matéria é tratada nos artigos 165 e seguintes da Constituição Federal, bem como na Lei nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101, de 2000.

No mérito, vê-se que se trata de autorização legislativa para transposição de dotações de um Projeto/Atividade para outro, na Unidade Orçamentária da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo (Orçamento- Programa 2019 – Lei nº 902, de 2018), mediante

a anulação parcial ou total de outra dotação, bem como a abertura de crédito especial.

No caso, a Administração está alterando a destinação de dotações do orçamento programa anual, incluindo dotações de despesas correntes destinadas a Transferência a Consórcio, totalizando o montante de R\$ 5.721,53 para movimentação.

O Título V da Lei nº 4.320/64, em seus artigos 40 e seguintes, trata a matéria no contexto dos créditos adicionais (suplementares e especiais), dando-se a competente fundamentação para o procedimento personificado nesta proposição.

Deste modo, estão atendidas as premissas de constitucionalidade e legalidade para apreciação da matéria, e, diante da situação exposta, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 18 de novembro de 2019.

Tony Tadeu Nones
Presidente

Merquides Martins
Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

PARECER DA CCJR AO PLO Nº 09/2019

Publicação Nº 2230937

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 09/2019

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Doutor Pedrinho, para o exercício financeiro de 2020.

A proposição vem a esta Comissão Permanente para manifestação inicial quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional.

Neste contexto, vê-se que a proposição se encontra sem vícios de redação, observando-se os parâmetros utilizados em outros exercícios, sendo que a matéria está em consonância com os artigos 165 e seguintes da Constituição Federal, bem como com a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000.

Com efeito, a proposição trata de estimar a receita e fixar a despesa do Orçamento-Programa para o exercício financeiro de 2020, contemplando os Projetos/Atividades que a Administração Municipal pretende considerar no próximo ano, embora sem distinguir este importante instrumento de planejamento das tradicionais peças de ficção gestadas para atendimento raso da legislação, visto que superestima receitas e evidencia todas as dificuldades comuns para sua execução e para fiscalização do cumprimento das metas.

Assim, sem adentrar ao mérito da proposição, consideramos atendidas também as premissas de constitucionalidade e legalidade, encaminhando-se o processo para que sejam aplicadas as disposições contidas no art. 190 e seguintes do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores.

Pelo exposto, registramos que o Projeto de Lei Ordinária nº 09/2019 tem parecer favorável desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, estando apto a tramitação regimental para, ao final, ser submetido a deliberação pelo plenário desta Casa Legislativa.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 18 de novembro de 2019.

Tony Tadeu Nones
Presidente

Merquides Martins
Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

PARECER DA CEF AO PLO Nº 08/2019

Publicação Nº 2230936

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 08/2019**

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2019 da Administração Direta e dá outras providências.

A proposição busca autorização legislativa para abertura de crédito adicional suplementar em dotação do Orçamento-Programa 2019 na Unidade Orçamentária da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, mediante a anulação parcial ou total de outra dotação.

Desta forma, considerando-se que a proposição autoriza abertura de crédito adicional, alterando a Lei Orçamentária, atrai a incidência do art. 48, III, do Regimento Interno do Poder Legislativo, necessitando da manifestação desta Comissão Permanente para sua tramitação regular.

Contudo, trata-se de procedimento muito comum na Administração Pública, normalmente mais no final de cada exercício, quando se refletem os desequilíbrios fiscais e a execução orçamentária em desacordo com o planejamento traçado no final do ano anterior, exigindo-se a reordenação de dotações entre Unidades Orçamentárias distintas ou mesmo a readequação de dotações entre Projetos/Atividade da mesma Unidade (Secretaria ou Fundo).

Por outro lado, embora corriqueiro, tal fato é prova da dificuldade de planejamento enfrentada pela Administração Pública, que não consegue fazer um orçamento programático exequível para o ano todo e continua necessitando destes remanejamentos frequentes para suporte das despesas não previstas ou subestimadas.

No caso, embora a Exposição de Motivos silencie qualquer justificativa, verifica-se que a gestão municipal está propondo a anulação de dotação de despesas correntes para suplementar outra dotação da mesma natureza, em valor de até R\$ 5.721,53.

Ademais, consta pedido para que a proposição tramite no regime de urgência de que trata o art. 36 da Lei Orgânica e os artigos 151 a 153 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, não havendo nenhuma objeção para que seja priorizada sua apreciação.

Pelo exposto, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Economia e Finanças.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 18 de novembro de 2019.
Luizinho Pereira da Silva
Presidente

Amélio Alves Fernandes
Vice-Presidente

Tony Tadeu Nones
Membro

Entre Rios

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE CONTRATO LICITATÓRIO

Publicação Nº 2230918

NOTIFICAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE CONTRATO LICITATÓRIO Notificação Extrajudicial

Entre Rios/SC, 18 de novembro de 2019.

MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ nº 94.894.169/0001-86

Santa Maria- Rio Grande do Sul

Rua Samuel Kruchim, nº 200

Bairro Patronato

CEP: 94.894.169/0001-86

Assunto: Descumprimento de contrato/não fornecimento de material

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.612.698/0001-69, com sede na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, Centro, no município de Entre Rios/SC, CEP: 89.862-000, através do Assessor Jurídico II, o Sr. ELTON JOHN MARTINS DO PRADO, serve do presente, para NOTIFICÁ-LA, para cumprir as obrigações contidas no Processo Licitatório nº. 02/2019, Pregão Presencial nº. 02/2019, pelos termos a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o município de Entre Rios/SC laçou na data de 18/02/2019, o Processo Licitatório nº. 02/2109, Pregão Presencial nº. 02/2019, tendo por objeto a aquisições de medicamentos pelo município de Entre Rios/SC;

CONSIDERANDO que a Notificada restou vencedora em relação a itens do processo licitatório em epígrafe;

CONSIDERANDO que pelo Fundo Municipal da Saúde foi solicitado a aquisição de vários medicamentos, isso representado pelas Autorizações de Fornecimentos de nº 685/2019, 686/2019, 687/2019, 733/2019, 734/2019, 796/2019, 764/2019, em anexo;

CONSIDERANDO que pela Secretaria acima descrita por várias vezes reclamaram a morosidade na entrega dos produtos solicitados nas AF's acima descritas;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelas Secretarias acima descritas ao Setor Jurídico, onde informam que a Notificada não atendeu as solicitações e não efetuou a entrega dos produtos acima descritos;

CONSIDERANDO que no item 13.5 do Edital do Processo Licitatório em epígrafe, restou especificado, que os produtos adjudicados e homologados deverão ser entregues conforme a necessidade e conveniência por parte da Administração Pública e/ou Fundo Municipal de Saúde; CONSIDERANDO que no item 5.3.1., da cláusula quinta, da Ata de Registro de Preços nº. 7/2019, restou especificado que o detentor da ata deve entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos, e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração de registro de preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, [...] observando prazos e locais estabelecidos pelo órgão usuário da Ata de Registro de Preços;

CONSIDERANDO que no item 7.5.2., da cláusula sétima, da Ata de Registro de Preços nº. 3/2019 restou especificado que o prazo de será conforme órgão ou unidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dia úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente;

CONSIDERANDO que no item 7.5.3., da cláusula sétima, da Ata de Registro de Preços nº. 3/2019 restou especificado que a detentora da ata que não poder fornecer o quantitativo requisitado, ou parte dele, deve comunicar o fato a administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento;

CONSIDERANDO que a notificada foi omissa em enviar qualquer espécie de comunicado a Administração ou ao menos a Secretaria de Saúde;

CONSIDERANDO que no item 7.7, da cláusula sétima, da Ata de Registro de Preços nº. 3/2019 restou especificada que as despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da ata;

CONSIDERANDO que no item 7.10, da cláusula sétima, da Ata de Registro de Preços nº. 3/2019 restou especificada que todas as despesas relativas à entrega transporte dos materiais é por conta exclusiva da contratada;

CONSIDERANDO que no item 2.1.1., do Edital do Processo Licitatório em epígrafe, restou especificado que a empresa contratada que não cumprir com os prazos de entrega, terá de imediato seu contrato rescindido e ainda terá que pagar multa rescisória de acordo com o item 12 do edital, além das sanções administrativas;

CONSIDERANDO que o Município de Entre Rios/SC, possui interesse na aquisição dos itens acima descritos, e que a Notificada entregue os materiais conforme licitado/solicitado nos termos do Processo Licitatório e das Autorizações de Fornecimentos em epígrafe;

CONSIDERANDO a disposição do caput do artigo 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93 o que prescreve: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.";

CONSIDERANDO a disposição do caput do artigo 41, da Lei Federal nº. 8.666/93, que prescreve: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.";

Fica NOTIFICADA a empresa, MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, para que dê integral cumprimento aos termos do Edital do Processo Licitatório nº. 02/2109, Pregão Presencial nº. 02/2019, e da Ata de Registro de Preços nº. 3/2019, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta, efetue entrega dos itens descritos e caracterizados nas Autorizações de Fornecimentos que seguem, sob pena de lhe ser aplicada as sanções previstas Processo Licitatório em epígrafe, na Lei Federal nº. 8.666/93, e demais legislação pertinentes ao caso.

ELTON JOHN MARTINS DO PRADO
(Assessor Jurídico II)

PARECER JURÍDICO

Publicação Nº 2230917

PARECER JURÍDICO Ao Setor de Licitação
Interessado: Município de Entre Rios/SC
Interessado: Macromaq Equipamentos LTDA
Processo Licitatório nº. 047/2019
Pregão Presencia nº. 032/2019
Assunto: Impugnação ao edital

I- DO RELATÓRIO:

Trata-se de parecer jurídico, referente à Impugnação ao Edital do Processo Licitatório nº 047/2019, apresentado pela empresa Macromaq Equipamentos LTDA, a qual almeja a suspensão da licitação para adequação de edital, para exigir que o objeto do certame, passe a exigir peso operacional mínimo de 7.600Kg.

Alegou que o instrumento convocatório está limitando os competidores, pois estaria fundada em critérios não pertinentes.

Seu principal fundamento é a exigência de objeto do certamente relacionado ao torque e ao peso operacional, pois a retroescavadeira que teria para apresentar, difere do objeto licitado, especificações que seriam desnecessárias e/ou excessivas a efetivar a finalidade do bem, o que caracterizaria direcionamento e restrição excessiva.

Esse era o relatório, assim, passo apreciação ao mérito, isso de forma explicativa em consonância a fundamentos jurídicos.

II- DO FUNDAMENTO:

É de ser relevado de que o edital impugnado, de quando de sua confecção, foi observado além das normas legais, os interesse da Administração na aquisição de um bem que lhe possibilite o uso com segurança, não somente do objeto, mas para seu operador, e também, para a ideal execução do serviço que se destina.

Não vejo qualquer ilegalidade, direcionamento, exigência desnecessária, impedimento/restrrição de participação de interessados, pois deve se atentar ao fato, de que as exigências constantes em editais, findam a busca de produtos de qualidades, que não tragam incômodos e prejuízo para a Administração, e obedecida às formalidades legais, o que foi o caso, autorizam em certames a discricionariedade da Administração na aquisição de bens na forma que lhe convencionou e seja eficiente no uso/execução.

Outro fato que chama atenção, é que a norma técnica em que a Impugnante usa como amparo para sua impugnação, em suas exigências/orientações, possui a potência mínima e o peso operacional, mas não descreve valores destes, e ainda, o edital, constam os termos lá exigidos/orientados.

Sobre as exigências de editais e/ou suas especificações, vale destacar, o posicionamento doutrinário de Adair Loredi Santos e Carlos Eduardo Inglesi:

"Licitação é um procedimento administrativo formal através do qual a Administração escolhe a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Caracteriza a licitação por ser um procedimento administrativo formal que deve obedecer ao Estatuto da Licitação, configurado na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece o rito pelo qual deve a Administração seguir para contratar os objetos de seu interesse." (Santos, Adair Loredi. Direito Administrativo: interpretação doutrinária, legislação, prática, jurisprudência comentada. Adair Loredi Santos, Carlos Eduardo Inglesi. 1. Ed. São Paulo: Primeira Impressão, 2008, Página 133).

Destaca-se, ainda, o posicionamento do doutrinador Marçal Justen Filho:

"Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. [...] Assim, a Administração tem a liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª, edição, São Paulo, Dialética, 2009).

As exigências constantes no edital atacado, possui amparo legal, isso, pode ser utilizado como base, a disposição do artigo 15, I, da Lei 8.666/93.

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;"

Por tais argumentos, vislumbro que as exigências do Edital atacado, se baseiam nas normas legais, no interesse da Administração, este com objetivo de aquisição de bem de qualidade e seguro, e não há exigência desnecessária, não há qualquer ilegalidade que restrinja/frustre o caráter competitivo, não há direcionamento, motivos pelos quais, manifesto pelo julgamento de total improcedência da Impugnação.

III- DA CONCLUSÃO:

Pelo exposto, sugere-se: a) pela total improcedência da Impugnação, e pelo prosseguimento do certame nos moldes de seu edital e legislações pertinentes. É o parecer, salvo entendimento dos Membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, e do Chefe do Poder Executivo.

Entre Rios/SC, 18 de novembro de 2019.

ELTON JOHN MARTINS DO PRADO
(Assessor Jurídico II)

OBSERVAÇÃO: O presente parecer não tem caráter decisório, tendo em vista que se trata de parecer jurídico sobre assunto submetido à consideração do Setor Jurídico, tem caráter meramente opinativo, e não vincula a decisão do administrador.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 067, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230399

DECRETO N.º 067, de 11 de Novembro de 2019.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 448/18, de 30/10/2018 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a saber:

05.01 – SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0001(25) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0001 (Recursos Educação) no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de Novembro de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DONATO DELLA VECCHIA

Secretário de Administração e Finanças Interino

PORTARIA Nº. 241, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230162

PORTARIA Nº. 241, de 18 de novembro de 2019.

Concede Licença Prêmio à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 30 (trinta) dias a servidora ALICE MEZZARI SERAFIM, Matrícula nº 344, referente ao período aquisitivo de 17/12/2016 a 16/12/2018, a serem gozadas de 18/11/2019 a 17/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de novembro de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DONATO DELLA VECCHIA

Secretário de Administração e Finanças Interino

Erval Velho

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3726, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230353

PORTARIA 3726, de 04 de novembro de 2019.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 à 30 de novembro de 2019 conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Elenice Aparecida Savi	Aux. de Saúde Bucal	01/09/2017	A	31/08/2018
Silvia Leticia Correa	Odontóloga	23/04/2017	A	22/04/2018

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 04 de novembro de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 3727, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230360

PORTARIA 3727, de 11 de novembro de 2019.

Concede licença maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Complementar nº 028 de 10 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora GIZELLE FORNARI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Técnico Contabilidade, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar de 09 de novembro de 2019, com término previsto para 07 de janeiro de 2020, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Os vencimentos serão pagos com recursos do Município.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 11 de novembro de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 3728, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230364

PORTARIA 3728, de 12 de novembro de 2019.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso VII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Concurso Público n. 002/2017, originado pelo Edital n. 002/2017, de 24 de novembro de 2017,

Considerando a necessidade de suprir o aumento de demanda do Serviço Público Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário a Senhora LEONICE CARPES, para ocupar temporariamente o cargo de Agente de Serviços Gerais II, nível 01-A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme prevê a legislação vigente, limitando-se até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 12 de novembro de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 3729, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230370

PORTARIA 3729, de 18 de novembro de 2019.

PRORROGA PRAZO DA PORTARIA Nº 3713 DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no artigo 85, inciso XXVI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogado em 60 dias, a contar de 18 de novembro de 2019, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar – PAD n. 002/2019, instaurado pela Portaria nº 3694 de 22 de julho de 2019, no qual é acusado o servidor público municipal, Jacques Conceição Davoglio, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 637.116.649-20, portador do RG nº 1705488, Portaria de Nomeação nº 2489 de 01 de julho de 2011 para o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, nível 04 – A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho.

Art. 2º A prorrogação de prazo se justifica pela necessidade de conclusão dos trabalhos, sendo que está pendente a produção de outras provas, dentre elas a pericial para posterior encerramento da instrução, apresentação de defesa e elaboração de relatório final. Os trabalhos estiveram suspensos entre 11 de setembro de 2019 até 07 de novembro de 2019, visto que aguardava a contratação de defensor dativo, a qual foi efetivada pelo Termo de Contrato Administrativo n. 0140/2019.

Art. 3º Comunique-se a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 18 de novembro de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4838/2019

Publicação Nº 2230273

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4838, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 71. da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal N.º 357, de 24 de dezembro de 2005 e Lei Municipal N.º 516, de 18 de maio de 2011,

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Saúde de Formosa do Sul, os seguintes membros:

I – DO GOVERNO MUNICIPAL:

- a) Secretaria Municipal De Saúde e Assistência Social:
Reginaldo Sedenir de Miranda e suplente Alcione Welter Carvalho
- b) Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento:
Vilsa Maria Corioletti e suplente Ademir André Szczepanski
- c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
Chayane Prigolli Milan e suplente Marlon Borges
- d) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Suzieli Pavão e Suplente Divonei De Cézar

II – PROFISSIONAIS DE SAÚDE:

- a) Profissionais de Saúde:
Odete Cichowicz e Suplente Ariane Deconto
Carine Eberle Cella e Suplente Kely Cristina Maria

III – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

- a) Unidade Básica de Saúde:
Priscila Chemin e suplente Juliana Pasqualoto Scariot

IV – DOS USUÁRIOS:

- a) Pastoral da Saúde: Idione Maria Tomazini Menon e Suplente Nilce Miranda Jeremias
- b) Mulheres Agricultoras: Oliva Moreschi e Suplente Maria Ana Frizom
- c) Associação Pais e Professores: Luizete R. Lorensen e suplente Silene Dal Santo
- d) Associação de Artesãos de Formosa do Sul – ARTEFOR: Idalina Ana Cella e Suplente Odete Cella.
- e) Comércio Local: Fernando Cella e suplente Gleisiane Pazinato
- f) Sindicato Agricultura Familiar: Cleomar Eberle e Suplente Amália Aparecida M. Variani
- g) Sociedade Esportiva e Recreativa Formosa - SER Formosa: Itacir Prigolli e Suplente Leodir José Balzan

Art. 2.º Os membros de que trata o Artigo 1.º prestarão serviços em relevância, sem ônus para o Município.

Art. 3.º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto Municipal N.º 4293, de 28 de setembro de 2017 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 18 de novembro de 2019
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 80/2019

Publicação Nº 2230474

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº.: 80/2019

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 29/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A DECORAÇÃO NATALINA DA PRAÇA MUNICIPAL TANCREDO NEVES

CONTRATADO: STREET DECOR IMPORTACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

VALOR: R\$ 14.308,00 (quatorze mil trezentos e oito reais)

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24. É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO:

II - PARA OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS DE VALOR ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) DO LIMITE PREVISTO NA ALÍNEA "A", DO INCISO II DO ARTIGO ANTERIOR E PARA ALIENAÇÕES, NOS CASOS PREVISTOS NESTA LEI, DESDE QUE NÃO SE REFIRAM A PARCELAS DE UM MESMO SERVIÇO, COMPRA OU ALIENAÇÃO DE MAIOR VULTO QUE POSSA SER REALIZADA DE UMA SÓ VEZ;

FORMOSA DO SUL, 18 de Novembro de 2019

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 074, DE 30 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 2229875

DECRETO Nº 074, DE 30 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO, NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo público seja precedida de aprovação em concurso público e a existência, no quadro de pessoal da Administração, de vagas a serem preenchidas, gradualmente, de acordo com as necessidades de serviço,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Concurso Público e Processo Seletivo e nomeia Comissão para realização de estudos, acompanhamento e fiscalização do processo de escolha de candidatos para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no Quadro Geral de Cargos da Prefeitura Municipal de Forquilha.

Art. 2º A Comissão de Acompanhamento de que trata o artigo 1º, será composta por Daiana Candido Silveira Minatto, Fabrício Ferreira e Fabiana da Rosa.

Art. 3º O trabalho dos membros da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público e Processo Seletivo será considerado serviço relevante e não remunerado.

Art. 4º Serão selecionados candidatos para provimento dos cargos vagos, cuja nomenclatura, número de vagas, carga horária e vencimentos constarão por inteiro teor do Edital de Concurso Público e Processo Seletivo, observadas as exigências e condições prescritas na legislação Municipal e Federal pertinentes.

Art. 5º O Concurso Público e Processo Seletivo reger-se-ão pelas disposições específicas dos Editais, cabendo à Comissão nomeada por este Decreto decidir sobre os casos eventualmente omissos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de abril de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de abril de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 169, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229857

DECRETO Nº. 169, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

ESTABELECE A ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA OS DOADORES DE MEDULA ÓSSEA E DE SANGUE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º O doador regular de sangue e o doador de medula óssea ficam isentos da taxa de inscrição em concursos públicos e processos seletivos no âmbito do Poder Executivo do Município de Forquilha.

§ 1º Considera-se doador regular de sangue aquele que realizou, no mínimo, três doações no período de um anos antes da realização do concurso ou processo seletivo, atestadas pelo HEMOSC - Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina.

§ 2º Considera-se doador de medula óssea as pessoas cadastradas no Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea (REDOME), cujo cadastro tenha sido realizado até a data do lançamento do edital de concurso ou processo seletivo.

Art. 2º O cumprimento dos requisitos para concessão da isenção deverá ser comprovado pelo candidato no momento da inscrição, nos termos do edital do concurso ou processo seletivo.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o art. 1º estará sujeito a:

I - cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado.

II - exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo.

III - declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de novembro de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 08 de novembro de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0103_2019 RP 0094 - PMF-DOM

Publicação Nº 2230748

Aviso do Pregão Presencial nº 0103/2019 – PMF

Registro de Preços nº 0094/2019

Processo Administrativo Licitatório nº 0192/2019

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa do ramo para fornecimento e instalações futuras de placas indicativas de ruas (material e mão de obra), para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante o período de 12 (doze) meses, conforme projeto e memorial descritivo (partes integrantes deste Edital). Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 05.12.2019, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 18 de novembro de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

DECRETO Nº 281 - 2019

Publicação Nº 2230420

DECRETO Nº 281, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DESTINADA A MONITORAR E AVALIAR A PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, COM A ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE FRAIBURGO - AMUF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 58 a 60 e demais disposições legais aplicáveis.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para monitorar e avaliar a parceria firmada entre a Administração Pública de Fraiburgo e Associação dos Músicos de Fraiburgo - AMUF, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, nos termos do Termo de Fomento celebrado, sendo assim constituída:

I – Luiz Juliano de Almeida – Ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

II – Edivaldo Luiz Ribas Fragoso – Ocupante do Cargo em Comissão de Assessor de Departamento;

III – Raquel Aparecida dos Santos – Ocupante do Cargo efetivo de Monitor Social.

IV – Claudia Maria dos Santos – Ocupante do Cargo Efetivo de Professora.

Art. 2º. A comissão de seleção terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 58 a 60, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de Fomento celebrado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2982 e 19/11/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DECRETO Nº 282 - 2019

Publicação Nº 2230424

DECRETO Nº 282, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMADA COM A ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE FRAIBURGO - AMUF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 61 e 62 e demais disposições legais aplicáveis.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Gestor da Parceria, estabelecida através do Termo de Fomento celebrado, nomeando o Sr. Paulo Roberto Rampom Cendron, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral de Gestão, como Gestor, para controle e fiscalização da parceria entre a Administração Pública de Fraiburgo e Associação dos Músicos de Fraiburgo - AMUF, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Art. 2º. o Gestor da Parceria terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 61 a 62, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de Fomento celebrado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2982 e 19/11/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DECRETO Nº 283 - 2019

Publicação Nº 2230832

DECRETO Nº 283, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2428 de 05 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2019 no valor de R\$ 772.000,00 (setecentos e setenta e dois mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Secretaria de Educação		
12.361.0004.1.008 – Construção, Ampliação e Reformas dos Centros Municipais de Educação		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (42)	R\$	200.000,00
12.361.0004.2.016 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0301 (70)	R\$	120.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0323 (257)	R\$	200.000,00
12.365.0004.2.012 – Manutenção da Educação Infantil – Creches		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0301 (52)	R\$	150.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0323 (258)	R\$	50.000,00

11.00 – Secretaria de Assistência Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Fraiburgo		
08.244.0018.2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (144)	R\$	30.000,00
08.244.0019.2.057 – Manutenção do CRAS		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (151)	R\$	10.000,00
08.244.0020.2.058 – Manutenção do CREAS		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (157)	R\$	10.000,00
12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
22.661.0025.2.063 – Manutenção da Secret. de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
3.3.93.00.00 – Aplicações Diretas Decorrente de Operações Entre Órgãos – Recurso 0.1.0200 (177)	R\$	2.000,00
TOTAL	R\$	772.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício de acordo com cada fonte de recurso.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2982 e 19/11/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

LEI Nº 2462 - 2019

Publicação Nº 2230674

LEI Nº 2462, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
INSTITUI O PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Fraiburgo estabelecendo os objetivos, metas, diretrizes e ações para a efetivação da Política Municipal de Mobilidade Urbana.

Art. 2º. O Plano de Mobilidade Urbana de Fraiburgo é instrumentalizado pelo estudo de mobilidade urbana, composto pelo diagnóstico e prognóstico, constantes dos anexos I e II desta Lei, sendo:

I – O diagnóstico, compêndio que pratica a integração dos pontos levantados em todo o processo participativo, concomitantemente com todo o trabalho técnico desenvolvido, objetivando relatar a realidade local, se dividindo em:

a) Leitura comunitária: elabora uma leitura da realidade local de forma coletiva.

b) Leitura técnica: apresenta eixos de análises técnicas voltados a mobilidade urbana do Município à luz do arcabouço legal, bem como pela caracterização física, socioeconômica, socioambiental, uso e ocupação do solo, sistema viário e modais de transporte, a fim de embasar novas propostas de planejamento.

II – O prognóstico do estudo de mobilidade urbana promove estudos de projeções para minimização dos efeitos do processo de urbanização da cidade, antevendo situações que poderão contribuir para a mobilidade urbana do Município e promover o acesso de toda a população às

oportunidades que a cidade pode oferecer, através de objetivos, metas, diretrizes e ações.

Art. 3º. O Plano de Mobilidade Urbana de Fraiburgo tem por finalidade orientar as ações do Município no que se referem aos objetivos, metas, diretrizes e ações, serviços e à infraestrutura viária e de transporte que garantam os deslocamentos de pessoas e cargas em seu território, atendendo as necessidades atuais e futuras.

Art. 4º. O Plano de Mobilidade Urbana de Fraiburgo deverá ser revisado no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2982 e 19/11/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

PORTARIA 21412019

Publicação Nº 2230788

PORTARIA Nº 2141, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 129/2019, da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora LUISA FRITZEN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 095.609.419-84, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE RENÚNCIA ANA CARLA RAMOS DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2230410

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: ANA CARLA RAMOS DE OLIVEIRA

Cargo: Auxiliar Educacional – Educação Infantil

Classificação: 146º Lugar

Data da Convocação: 01/11/2019

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 15/11/2019

Fraiburgo (SC), 18 de novembro de 2019.

ANA CARLA RAMOS DE OLIVEIRA

TERMO DE RENÚNCIA JULIANA FATIMA CHECHETTO CORREA

Publicação Nº 2230411

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: JULIANA FATIMA CHECHETTO CORREA
Cargo: Auxiliar Educacional – Educação Infantil
Classificação: 143º Lugar
Data da Convocação: 01/11/2019
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 15/11/2019

Fraiburgo (SC), 18 de novembro de 2019.

JULIANA FATIMA CHECHETTO CORREA

TERMO DE RENÚNCIA OLEDIR FERREIRA CORREA

Publicação Nº 2230412

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: OLEDIR FERREIRA CORREA
Cargo: Auxiliar Educacional – Educação Infantil
Classificação: 147º Lugar
Data da Convocação: 01/11/2019
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 15/11/2019

Fraiburgo (SC), 18 de novembro de 2019.

OLEDIR FERREIRA CORREA

TERMO DE RENÚNCIA PRICILA RIBEIRO

Publicação Nº 2230414

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: PRICILA RIBEIRO
Cargo: Auxiliar Educacional – Educação Infantil
Classificação: 137º Lugar
Data da Convocação: 01/11/2019
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 15/11/2019

Fraiburgo (SC), 18 de novembro de 2019.

PRICILA RIBEIRO

TERMO DE RENÚNCIA RAFAEL DOS SANTOS CERQUEIRA

Publicação Nº 2230416

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: RAFAEL DOS SANTOS CERQUEIRA

Cargo: Professor – Educação Física

Classificação: 15º Lugar

Data da Convocação: 01/11/2019

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 15/11/2019

Fraiburgo (SC), 18 de novembro de 2019.

RAFAEL DOS SANTOS CERQUEIRA

LISTAS FILA ÚNICA - LISTA DE CONVOCAÇÃO - NOVEMBRO 2019

Publicação Nº 2230408



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

**RELATÓRIO 008 - MÊS DE NOVEMBRO | EDITAL 01/2019 - FILA ÚNICA**

A comissão de Matrículas da Central de Vagas - Fila Única, publica abaixo a lista de classificação e convocação dos seguintes candidatos, referente a chamada do mês de novembro:

C.E.I. AMÁBIL DE CARLI BRANDALISE						
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Turma	Observação
20190900029	10/09/2019	H. G. P. dos S.	08/07/2019	Eliziane Cordeiro Paz	Berçário I	Apto a Matrícula
20190900082	26/09/2019	L. de O. M.	06/07/2019	Luíza de Oliveira Marcondes	Berçário I	Apto a Matrícula
20191000144	18/10/2019	P. O. G. dos R.	13/01/2018	Roberta dos Reis Felicetti	Berçário II	Apto a Matrícula
20191000158	24/10/2019	M. da S. J.	24/11/2017	Priscila Aparecida Chaves	Berçário II	Apto a Matrícula
20191100191	05/11/2019	C. H. de S. H.	15/07/2016	Francine de Souza Henrique	Maternal I	Apto a Matrícula

C.E.I. ANTÔNIO PORTO BURDA						
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Turma	Observação
20191000123	10/10/2019	V. M.	14/08/2018	Renata Aparecida Oliveira de Melo	Berçário I	Apto a Matrícula
20191000159	24/10/2019	Y. M. B. D.	25/04/2019	Paola Binder dos Santos	Berçário I	Apto a Matrícula
20191000171	30/10/2019	L. P. A. dos S.	12/12/2017	Silmara Pereira	Berçário II	Apto a Matrícula
20191100202	07/11/2019	A. J. G. M.	03/11/2017	Veronica Gomes dos Santos	Berçário II	Apto a Matrícula
20191100207	07/11/2019	Y. D. R. de C.	23/05/2017	Alessandra Fátima de Oliveira Lopes	Berçário II	Apto a Matrícula

C.E.M. SÃO CRISTÓVÃO						
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Turma	Observação
20190900025	05/09/2019	I. C. de A.	23/11/2015	Renata Aparecida Campolim	Maternal II	Apto a Matrícula

C.E.I. DONA ZENAIDE MARIA SCHMIDT PEREIRA DA COSTA						
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Turma	Observação
20191000150	22/10/2019	B. P. de O.	21/07/2019	Kariele Proencio de Souza	Berçário I	Apto a Matrícula
20191000164	24/10/2019	S. G. G. de O.	22/06/2019	Thalia Steffanie da Rosa Gois	Berçário I	Apto a Matrícula
20191100192	05/11/2019	K. C. da S. F.	30/03/2017	Janete Luzia Machado	Maternal I	Apto a Matrícula
20191100212	12/11/2019	A. M. da S. V.	24/02/2017	Jessica Karoline da Silva	Maternal I	Apto a Matrícula
20191100213	12/11/2019	A. de A. T.	01/01/2018	Kelly de Araújo Oliveira	Berçário II	Apto a Matrícula
20191100231	14/11/2019	E. N. L.	22/06/2018	Vera Lucia Nunes	Berçário I	Apto a Matrícula

C.E.I. BELA VISTA						
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Turma	Observação
20190900067	20/09/2019	P. L. M da C.	22/03/2016	Talita Costa Moreira	Maternal II	Apto a Matrícula
20191000157	24/10/2019	E. C. R. de J.	15/09/2016	Ana Paula da Rocha Silva	Maternal I	Apto a Matrícula
20191000166	29/10/2019	R. A.	09/04/2019	Eliane Rodrigues Alberti	Berçário I	Apto a Matrícula
20191000168	29/10/2019	M. A. F. R.	10/04/2019	Jacqueline Gisele Farina	Berçário I	Apto a Matrícula
20191000169	29/10/2019	L. E. M. S.	15/09/2016	Tauana Padilha Mello	Maternal I	Apto a Matrícula
20191100194	07/11/2019	L. O. L. P.	23/12/2016	Luciana de Fátima Lourenço	Maternal I	Apto a Matrícula

E.M. CARLOS GOMES						
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Turma	Observação
20191100217	12/11/2019	L. K. T.	06/06/2019	Franciane da Silva Ribeiro	Berçário I	Apto a Matrícula
20191100218	12/11/2019	B. G. R.	21/10/2016	Franciane da Silva Ribeiro	Maternal I	Apto a Matrícula

C.E.I. SÃO SEBASTIÃO						
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Turma	Observação
20191100187	04/11/2019	B. E. F.	09/11/2018	Franciele da Cunha	Berçário I	Apto a Matrícula
20191100190	05/11/2019	S. S. S. S.	13/03/2017	Ana Caroline Germano Semam	Maternal I	Apto a Matrícula
20191100232	14/11/2019	M. R. F. T.	01/12/2017	Alini Daiana Feliceti da Silva	Berçário II	Apto a Matrícula

C.E.I. SÃO JOSÉ						
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Turma	Observação
20191000153	22/10/2019	E. M. D. F.	16/11/2016	Danieli Dias Ferreira	Maternal I	Apto a Matrícula
20191000183	31/10/2019	I. K. dos S.	18/01/2018	Danubia da Silva Knop	Berçário II	Apto a Matrícula
20191100228	14/11/2019	H. P. A.	20/05/2019	Bruna Pepes	Berçário I	Apto a Matrícula

C.E.I. SANTO ANTÔNIO					
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Observação
20191000125	14/10/2019	V. da L. M.	05/08/2016	Marines Aparecida da Luz Inhaia	Maternal I
20191000155	24/10/2019	H. F. da S.	27/12/2016	Ana Elba Chaves Ferreira da Silva	Maternal I
20191000167	29/10/2019	B. F. V.	11/03/2016	Tatiane Fleck	Maternal II

C.E.I. ESTRELINHA					
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Observação
20191000100	03/10/2019	A. M. A. C.	05/12/2016	José Ribamar Mendes Aires	Maternal I
20191100205	07/11/2019	R. Y. B. de S.	23/11/2016	Cintia Belusso Barbosa	Maternal I
20191100206	07/11/2019	P. M. B. C.	25/07/2019	Cintia Belusso Barbosa	Berçário I

C.E.M. ARNOLDO FREY					
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Observação

C.E.I. LIBERATA					
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Observação
20191000097	03/10/2019	A. C. de O. L.	18/05/2018	Maria Clara Pauli Ribeiro	Berçário I
20191000170	29/10/2019	A. G. G. A. P.	05/09/2018	Caciane Germano	Berçário I
20191000173	31/10/2019	K. G. B.	20/05/2016	Gislaine Aparecida Moura da Silva	Maternal I
20191000174	31/10/2019	L. H. de O. C.	07/12/2018	Sthefani Carolina de Oliveira	Berçário I
20191000175	31/10/2019	A. C. de O. C.	23/03/2017	Sthefani Carolina de Oliveira	Maternal I
20191000176	31/10/2019	B. L. B. de C.	17/12/2018	Luzia Barbieri Gomes	Berçário I
20191000177	31/10/2019	L. T.	22/11/2017	Silvia Aparecida Marques	Berçário II
20191100195	07/11/2019	E. S. P.	19/05/2019	Tainara Schmeier dos Santos	Berçário I

C.E.I. MACIEIRA					
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Observação
20191100203	07/11/2019	D. J. F. R. dos S.	17/03/2019	Fernanda Aparecida Ferreira R. dos Santos	Berçário I
20191100208	08/11/2019	E. V. V. da S.	21/12/2016	Alessandra Aparecida Vargas	Maternal I
20191100209	08/11/2019	N. A. V. da S.	21/06/2016	Sandra Aparecida Vargas	Maternal I
20191100214	12/11/2019	E. F. B. C.	05/06/2019	Michele Aparecida Bonassa Couto	Berçário I
20191100215	12/11/2019	S. F. B. C.	06/07/2017	Michele Aparecida Bonassa Couto	Berçário II

C.E.M. FAXINAL DOS CARVALHOS					
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Observação

C.E.M. LAU MELLO					
Nº Protocolo	Data de Inscrição	Candidato(a)	Data Nascimento	Mãe/Responsável	Observação
20191100201	07/11/2019	S. F. S.	24/08/2018	Daiane Ferreira Serafin	Berçário I

Os convocados terão 48 horas após a convocação por telefone para comparecer a Secretaria Municipal de Educação, no setor Sistema Escolar, para retirada de documentos e demais procedimentos para efetivação da Matrícula no CEI, sendo os dias e horários de atendimento: Terças e Quintas, das 8:00 hrs às 12:00 hrs.

Fraiburgo, 18 de Novembro de 2019

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 105/2019

Publicação Nº 2230176

MUNICIPIO DE GALVÃO – SC - EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 105/2019, Edital de Dispensa 018/2019, até às 09h:00min. do dia 25 de novembro de 2019, e fará abertura das mesmas às 09h15 min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente chamada pública a locação de sistema informatizado de movimento econômico, conforme especificações constantes no Edital. O fundamento legal é a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Art. 24 inciso II e suas alterações posteriores, demais legislação vigente e por este Edital. Consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br. Galvão - SC, 18 de novembro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO 093/2019

Publicação Nº 2229797

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO CNPJ: 11.224.030/0001-06 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P: 89838-000 - Galvão - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2019 - PR Processo Administrativo: 93/2019 Processo de Licitação: 93/2019 Data do Processo: 18/10/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Secretário Municipal De Saude, JOAO PAULO GARCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 93/2019
b) Licitação Nr.: 8/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/11/2019
e) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL DE MODELAGEM E CONFEÇÃO DE PROTESES DENTARIA

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**NOVO HORIZONTE PROTESES - EIRELI (26974)**

1	Confeção de proteses dentária total superior - Marca: ALGINATO	UND	100,00	0,0000	385,0401	38.504,01
2	Confeção de proteses dentária total inferior - Marca: ALGINATO	UND	100,00	0,0000	385,0401	38.504,01
3	Confeção de proteses dentária parcial removível superior - Marca: ALGINATO	UND	100,00	0,0000	482,2099	48.220,99
4	Confeção de proteses dentária parcial removível inferior - Marca: ALGINATO	UND	100,00	0,0000	482,2099	48.220,99
Total do Fornecedor:					173.450,00	
Total Geral:					173.450,00	

Galvão, 4 de Novembro de 2019.

JOÃO PAULO GARCIA

HOMOLOGAÇÃO 094/2019

Publicação Nº 2229800

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE GALVAO CNPJ: 83.009.902/0001-16 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P.: 89838-000 - Galvão - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 7/2019 - TP Processo Administrativo: 94/2019 Processo de Licitação: 94/2019 Data do Processo: 23/10/2019
Folha: 1/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADMIR EDI DALLA CORT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 94/2019
b) Licitação Nr.: 7/2019-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 12/11/2019
e) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, LEVANTAMENTO DE ALVENARIA E REVESTIMENTOS, PISO E CONTRA-PISO, TESOURA E COBERTURA.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**COM. DE MAT. MORRO AGUDO LTDA (162)**

1	1 - CONSTRUÇÃO DE CANCHA DE BOCHA CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS; - ÁREA: 174,35 M2; 1.1 - MÃO-DE-OBRA EXECUÇÃO COMPLETA TÉRMINO DA ESTRUTURA, LEVANTAMENTO DE ALVENARIA E REVESTIMENTOS; CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA - Marca: MORRO AGUDO	M2	174,35	0,0000	63,50	11.071,23
2	1.2 - MÃO - DE - OBRA EXECUÇÃO COMPLETA PISO DE CONCRETO E CONTRAPISO FORA DA CANCHA; CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA - Marca: MORRO AGUDO	M2	78,35	0,0000	32,75	2.565,96
3	1.3 - MÃO - DE - OBRA EXECUÇÃO COMPLETA TESOURAS E COBERTURA; CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA - Marca: MORRO AGUDO	M2	174,35	0,0000	47,95	8.360,08

Total do Fornecedor: 21.997,27

Galvão, 12 de Novembro de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GALVAO****CNPJ:** 83.009.902/0001-16
AV. SETE DE SETEMBRO, 548
C.E.P.: 89838-000 - Galvão - SC**TOMADA DE PREÇO****Nr.: 7/2019 - TP****Processo Administrativo:** 94/2019
Processo de Licitação: 94/2019
Data do Processo: 23/10/2019

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 2****COM. DE MAT. MORRO AGUDO LTDA (162)**

4	CONSTRUÇÃO DE PISO PARA CANCHA DE BOCHA CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS; - ÁREA: 96,00M2; 2.1 - MÃO - DE - OBRA EXECUÇÃO COMPLETA PISO DA CANCHA DE BOCHA; CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA - Marca: MORRO AGUDO	M2	96,00	0,0000	31,25	3.000,00
---	--	----	-------	--------	-------	----------

Total do Fornecedor: 3.000,00**LOTE: 3****COM. DE MAT. MORRO AGUDO LTDA (162)**

5	3 - CONSTRUÇÃO DE PISO PARA CANCHA DE BOCHA SABINO GHELLER; - ÁREA : 96,00 M2; 3.1 - MÃO - DE - OBRA EXECUÇÃO COMPLETA PISO DA CANCHA DE BOCHA; CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA - Marca: MORRO AGUDO	M2	96,00	0,0000	31,25	3.000,00
---	--	----	-------	--------	-------	----------

Total do Fornecedor: 3.000,00**Total Geral: 27.997,27**

Galvão, 12 de Novembro de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO 095/2019

Publicação Nº 2229802

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE GALVAO CNPJ: 83.009.902/0001-16 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P.: 89838-000 - Galvão - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2019 - PR Processo Administrativo: 95/2019 Processo de Licitação: 95/2019 Data do Processo: 25/10/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADMIR EDI DALLA CORT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 95/2019
b) Licitação Nr.: 42/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/11/2019
e) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE BANCOS DE JARDINS COLORIDOS PRODUZIDOS EM MADEIRA PLÁSTICA PARA DIVERSOS SETORES DO MUNICIPIO DE GALVÃO - SC

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LANCI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS PLASTICOS EIR (26847)

1 Banco de jardim colorido produzido em madeira plástica maciça, com estrutura dos pés em polipropileno reciclado, com acento e encosto colorido com no mínimo 03 cores. Tendo no mínimo as seguintes medidas: Comprimento 1,48m; Largura 0,70m; Altura 0,65m; Largura do assento 0,28m; Largura encosto 0,32; Altura total 0,68 m Suportando no mínimo 350 kg. - Marca: LANCI/LC01C	UND	50,00	0,0000	420,00	21.000,00
--	-----	-------	--------	--------	-----------

Total do Fornecedor: 21.000,00

Total Geral: 21.000,00

Galvão, 18 de Novembro de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO 097/2019

Publicação Nº 2229807

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO CNPJ: 11.224.030/0001-06 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P: 89838-000 - Galvão - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2019 - PR Processo Administrativo: 97/2019 Processo de Licitação: 97/2019 Data do Processo: 30/10/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Secretário Municipal De Saude, JOAO PAULO GARCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 97/2019
b) Licitação Nr.: 9/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/11/2019
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO FARMACÊUTICO PARA O FORNECIMENTO EM CARATER COMPLEMENTAR DE MEDICAMENTOS, ETICOS, GENERICOS E SIMILARES DA LISTA ABC FARMA NÃO ENCONTRADOS NO POSTO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GALVÃO

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

FARMACIA SCAPINI LTDA (1892)

1	Lista ABCFARMA medicamentos ETICOS - Marca: ABC FARMA	TAB	1,00	10,0000	0,00	0,00
2	Lista ABCFARMA medicamentos GENERICOS - Marca: ABC FARMA	TAB	1,00	10,0000	0,00	0,00
3	Lista ABCFARMA medicamentos SIMILARES - Marca: ABC FARMA	TAB	1,00	10,0000	0,00	0,00
Total do Fornecedor:						0,00
Total Geral:						0,00

Galvão, 18 de Novembro de 2019.

JOÃO PAULO GARCIA

HOMOLOGAÇÃO 100/2019

Publicação Nº 2229816

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE GALVAO CNPJ: 83.009.902/0001-16 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P: 89838-000 - Galvão - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 9/2019 - IL Processo Administrativo: 100/2019 Processo de Licitação: 100/2019 Data do Processo: 12/11/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADMIR EDI DALLA CORT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 100/2019
b) Licitação Nr.: 9/2019-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 18/11/2019
e) Objeto da Licitação Contratação dos serviços de SHOW NATALINO COM REPERTORIO DO NATAL E A CHEGADO DO PAPAÍ NOEL DE PARAQUEDAS

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

SABOR DO SOM SONORIZACAO EIRELI (26733)

1 SHOW NATALINO COM A CHEGADA DO PAPAÍ NOEL; - arcar pelos danos que possam afetar o município ou terceiros em qualquer caso, durante a prestação de serviço assim como no fornecimento de toda a estrutura necessária a realização do SHOW bem como a recuperação ou indenização sem ônus ao Município em todas as esferas administrativas e jurídicas; - Elenco da banda: 11 pessoas, sendo 7 músicos e 4 pessoas na equipe técnica; - Repertório diferenciado (show natalino); - Estrutura da banda: Som, iluminação e caminhão palco; - Duração da apresentação 3 hrs; - Chegada do Papai Noel de Paraquedas; - Marca: SABOR DO SOM	SER	1,00	0,0000	15.500,00	15.500,00
---	-----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 15.500,00

Total Geral: 15.500,00

Galvão, 18 de Novembro de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 285/2019

Publicação Nº 2230919

DECRETO N.º 285, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.151 de 04/12/2018 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	10.000,00
13.392.00282.030 - Apoio a Cultura	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 286/2019

Publicação Nº 2230920

DECRETO N.º 286, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 31.135,07 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.151 de 04/12/2018 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 31.135,07 (trinta e um mil, cento e trinta e cinco reais e sete centavos) no Orçamento vigente:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	37.135,07
07.02- FUNDO MUNIC DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA	37.135,07
12.306.00281.022 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar	37.135,07
3.3.90.0.1.15.000051 - Aplicações Diretas	37.135,07

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 31.135,07 (trinta e um mil, cento e trinta e cinco reais e sete centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 287/2019

Publicação Nº 2230921

DECRETO N.º 287, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 8.522,10 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.151 de 04/12/2018 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 8.522,10 (oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e dez centavos) no Orçamento vigente:

15.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	8.522,10
04.122.00062.082 - Funcionamento e Manutenção da Procuradoria	8.522,10
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	8.522,10

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 8.522,10 (oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e dez centavos), correrão por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento vigente:

15.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	8.522,10
04.122.00062.082 - Funcionamento e Manutenção da Procuradoria	8.522,10
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	8.522,10

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 288/2019

Publicação Nº 2230922

DECRETO N.º 288, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 181.600,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.207 de 18/11/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 181.600,00 (cento e oitenta e um mil e seiscentos reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	181.600,00
10301252.078 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	156.600,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	134.000,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	7.600,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
10301252.080 - Manutenção da Vigilância em Saúde	25.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	25.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 181.600,00 (cento e oitenta e um mil e seiscentos reais), correrão por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	181.600,00
----------------------------------	------------

10301251.075 - Aquisição de Veículos	110,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	100,00
10301251.076 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. de Unidades de Saúde	131.404,60
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	131.394,60
10301252.077 - Manutenção da Atenção Básica	41.085,40
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	41.085,40
10301252.081 - Manutenção da Gestão em Saúde	9.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 289/2019

Publicação Nº 2230923

DECRETO N.º 289, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 711.152,75 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.208 de 18/11/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 711.152,75 (setecentos e onze mil, cento e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	357.830,00
15.452.00312.049 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	357.830,00
3.3.90.0.3.00.000000 Aplicações Diretas	357.830,00
07.02-FUNDO MUNIC DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	24.683,98
12.306.00282.022 - Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	24.683,98
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	24.683,98
14.01 - ENCARGOS GERAIS	328.638,77
28.843.00002.069 - Amortização e encargos da dívida interna	328.638,77
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	328.638,77

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 711.152,75 (setecentos e onze mil, cento e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	83.818,98
13.392.00282.030 - Apoio a Cultura	17.718,98
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.885,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	13.833,98
13.392.00281.019 - Construção do Museu Municipal	6.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
13.392.00281.021 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico	1.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12.367.00282.028 - Manutenção da Educação Especial	59.100,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	44.900,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	800,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	9.400,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
07.02-FUNDO MUNIC DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA	597.315,00
12.361.00282.023 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	597.315,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	597.315,00
03.01 - GABINETE DO VICE PREFEITO	30.018,77
04.122.00082.005 - Funcionamento e manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	30.018,77
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.918,77
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	13.100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 290/2019

Publicação Nº 2230924

DECRETO N.º 290, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 546.326,07 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.209 de 18/11/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 546.326,07 (quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte e seis reais e sete centavos) no Orçamento vigente:

02.01 -GABINETE DO PREFEITO	160.222,10
04.122.00062.003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	160.222,10
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	147.222,10
3.1.91.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	13.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	106.173,49
04.122.00092.007 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	106.173,49
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	106.173,49
05.01 -SECRETARIA DA FAZENDA	8.000,00
04.123.00122.012 - Funcionamento e Manut. da Secretaria de Fazenda	8.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	8.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	240.930,48
23.695.00512.065 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Turístico	240.930,48

3.1.91.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	3.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	237.930,48
10.01 - SECRETARIA DE PLAN.TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	31.000,00
15.452.00332.057 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente	31.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	16.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 546.326,07 (quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte e seis reais e sete centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	1.000,00
04.122.00061.002 - Aquisição de Terreno p/Construção da Sede do Forum	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	1.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	14.000,00
04.122.00091.006 - Aquisição de Veículos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	1.000,00
04.122.00092.007 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	12.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	12.000,00
04.061.00092.008 - Apoio ao Forum da Comarca de Garopaba	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	1.000,00
SECRETARIA DA FAZENDA	114.000,00
05.01 -SECRETARIA DA FAZENDA	114.000,00
04.123.00122.012 - Funcionamento e Manut. da Secretaria de Fazenda	114.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	114.000,00
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	11.556,04
06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	11.556,04
04.122.00162.014 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Orç. Contabilidade	11.556,04
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	9.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	1.743,04
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	813,00
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	176.396,45
09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	176.396,45
15.451.00311.037 - Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas	47.530,65
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	47.530,65
15.451.00311.038 - Construção, Ref., Ampliação do Cemitério Municipal	11.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	11.000,00
16.482.00311.039 - Construção de Casas Populares	200,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
17.512.00311.040 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
17.512.00311.041 - Construção de Banheiros Públicos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
15.451.00311.044 - Recuperação do Lixão Sanitário	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26.782.00311.045 - Aquisição de veículos e Equipamentos Rodoviários	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26.453.00311.046 - Construção e Reforma de Abrigos e Pontos de Ônibus	1.100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.100,00

26.453.00311.047 - Construção do Terminal Rodoviário Urbano	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26.782.00311.048 - Empreendimentos de Infra-Estrutura	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
15.452.00312.049 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
15.451.00312.050 - Projeto Guarda Municipal	1.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	500,00
15.451.00312.052 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura.	99.565,80
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	78.000,00
3.3.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	21.465,80
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA	18.000,00
08.243.00612.058 - Assistência à Criança e ao Adolescente (FMIA)	18.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	14.900,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	112.078,98
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	112.078,98
20.606.00481.059 - Aquisição de equipamentos agrícolas e pesqueiros	112.078,98
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	112.078,98
SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	99.294,60
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	99.294,60
23.695.00511.062 - Empreendimentos Turísticos	38.294,60
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	38.294,60
23.695.00511.063 - Const., Ref. Apar. Do Centro de Convenções	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	1.000,00
27.812.00512.067 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esporte	60.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2207, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230925

LEI Nº 2.207, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 181.600,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 181.600,00 (cento e oitenta e um mil e seiscentos reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	181.600,00
10301252.078 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	156.600,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	134.000,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	7.600,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
10301252.080 - Manutenção da Vigilância em Saúde	25.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	25.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 181.600,00 (cento e oitenta e um mil e seiscentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	181.600,00
10301251.075 - Aquisição de Veículos	110,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	100,00
10301251.076 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. de Unidades de Saúde	131.404,60
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	131.394,60
10301252.077 - Manutenção da Atenção Básica	41.085,40
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	41.085,40
10301252.081 - Manutenção da Gestão em Saúde	9.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	4.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2208, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230926

LEI Nº 2.208, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 711.152,75 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 711.152,75 (setecentos e onze mil, cento e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	357.830,00
15.452.00312.049 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	357.830,00
3.3.90.0.3.00.000000 Aplicações Diretas	357.830,00
07.02-FUNDO MUNIC DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	24.683,98
12.306.00282.022 - Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	24.683,98
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	24.683,98
14.01 - ENCARGOS GERAIS	328.638,77
28.843.00002.069 - Amortização e encargos da dívida interna	328.638,77
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	328.638,77

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 711.152,75 (setecentos e onze mil, cento e cinquenta e dois reais e

setenta e cinco centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	83.818,98
13.392.00282.030 - Apoio a Cultura	17.718,98
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.885,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	13.833,98
13.392.00281.019 - Construção do Museu Municipal	6.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	6.000,00
13.392.00281.021 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12.367.00282.028 - Manutenção da Educação Especial	59.100,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	44.900,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	800,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	9.400,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
07.02-FUNDO MUNIC DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA	597.315,00
12.361.00282.023 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	597.315,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	597.315,00
03.01 - GABINETE DO VICE PREFEITO	30.018,77
04.122.00082.005 - Funcionamento e manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	30.018,77
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.918,77
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	13.100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 2209, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230927

LEI Nº 2.209, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 546.326,07 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite R\$ 546.326,07 (quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte e seis reais e sete centavos) no Orçamento vigente:

02.01 -GABINETE DO PREFEITO	160.222,10
04.122.00062.003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	160.222,10
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	147.222,10
3.1.91.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	13.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	106.173,49

04.122.00092.007 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	106.173,49
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	106.173,49
05.01 -SECRETARIA DA FAZENDA	8.000,00
04.123.00122.012 - Funcionamento e Manut. da Secretaria de Fazenda	8.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	8.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	240.930,48
23.695.00512.065 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Turístico	240.930,48
3.1.91.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	3.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	237.930,48
10.01 - SECRETARIA DE PLAN.TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	31.000,00
15.452.00332.057 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente	31.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	16.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 546.326,07 (quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte e seis reais e sete centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	1.000,00
04.122.00061.002 - Aquisição de Terreno p/Construção da Sede do Forum	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	1.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	14.000,00
04.122.00091.006 - Aquisição de Veículos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	1.000,00
04.122.00092.007 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	12.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	12.000,00
04.061.00092.008 - Apoio ao Forum da Comarca de Garopaba	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	1.000,00
SECRETARIA DA FAZENDA	114.000,00
05.01 -SECRETARIA DA FAZENDA	114.000,00
04.123.00122.012 - Funcionamento e Manut. da Secretaria de Fazenda	114.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	114.000,00
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	11.556,04
06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	11.556,04
04.122.00162.014 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Orç. Contabilidade	11.556,04
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	9.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	1.743,04
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	813,00
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	176.396,45
09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	176.396,45
15.451.00311.037 - Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas	47.530,65
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	47.530,65
15.451.00311.038 - Construção, Ref., Ampliação do Cemitério Municipal	11.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	11.000,00
16.482.00311.039 - Construção de Casas Populares	200,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
17.512.00311.040 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00

17.512.00311.041 - Construção de Banheiros Públicos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
15.451.00311.044 - Recuperação do Lixão Sanitário	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26.782.00311.045 - Aquisição de veículos e Equipamentos Rodoviários	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26.453.00311.046 - Construção e Reforma de Abrigos e Pontos de Ônibus	1.100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.100,00
26.453.00311.047 - Construção do Terminal Rodoviário Urbano	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26.782.00311.048 - Empreendimentos de Infra-Estrutura	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
15.452.00312.049 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
15.451.00312.050 - Projeto Guarda Municipal	1.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	500,00
15.451.00312.052 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura.	99.565,80
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	78.000,00
3.3.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	21.465,80
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA	18.000,00
08.243.00612.058 - Assistência à Criança e ao Adolescente (FMIA)	18.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	14.900,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	112.078,98
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	112.078,98
20.606.00481.059 - Aquisição de equipamentos agrícolas e pesqueiros	112.078,98
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	112.078,98
SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	99.294,60
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	99.294,60
23.695.00511.062 - Empreendimentos Turísticos	38.294,60
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	38.294,60
23.695.00511.063 - Const., Ref. Apar. Do Centro de Convenções	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	1.000,00
27.812.00512.067 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esporte	60.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1363/2019.

Publicação Nº 2230217

PORTARIA N.º 1363, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.734/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 56, Inciso II da Lei Municipal n.º 1000/2005, MICHELE FERNANDES DE SÁ, CPF n.º ***.***.429-29, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir de 04/11/2019.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de novembro de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva**PREFEITURA****ADITIVO CONTRATO Nº 87/2019**

Publicação Nº 2229809

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2019

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o Sr. BRUNO GORGES WERLICH, brasileiro, solteiro, Médico, RG nº 4904081, CPF: 06894226954, residente e domiciliado na Rua Pastor Georg Burger, 142, Pirabeiraba, Joinville/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Memorando nº 1209/2019, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 87/2019 até o dia 31/12/2019.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 87/2019 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 02 de novembro de 2019.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Município de Garuva Rodrigo Adriany David	
Contratado	
Roland Ristow Junior Cpf: 398.714.879-91	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

AVISO DE LICITAÇÃO FMS Nº 012/2019

Publicação Nº 2229835

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 012/2019 – Credenciamento

Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços Odontológicos de moldagem e confecção de próteses dentárias sob medida, para atender a demanda da população do município de Garuva, em atendimento ao Programa Brasil Sorridente, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência

Inscrições para o Credenciamento a partir do dia 19/11/2019.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site:
www.garuva.atende.net

GARUVA, 18 de novembro de 2019.
RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 013/2019

Publicação Nº 2230427

EXTRATO CONTRATO**CONTRATO FMS Nº 013/2019**

Processo FMS Nº 023/2019 – Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Garuva/Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: Rubens Veras Junior ME

CNPJ: 30.401.636/0001-06

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, eletrodomésticos e telefonia para atender as necessidades das Unidades Básica Saúde da Família, conforme proposta 1170-01/1180-05/1180-06 do Ministério da Saúde, através de recurso de Emenda Parlamentar.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 17.251,50 (dezessete mil, duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias corridos

DATA DE ASSINATURA: 13/11/2019

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 014/2019

Publicação Nº 2230433

EXTRATO CONTRATO**CONTRATO FMS Nº 014/2019**

Processo FMS Nº 023/2019 – Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Garuva/Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: Vale Comercial de Material para Escritório e Informática Ltda.

CNPJ: 24.418.247/0001-90

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, eletrodomésticos e telefonia para atender as necessidades das Unidades Básica Saúde da Família, conforme proposta 1170-01/1180-05/1180-06 do Ministério da Saúde, através de recurso de Emenda Parlamentar.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 24.450,00 (vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias corridos

DATA DE ASSINATURA: 13/11/2019

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 22/2019**

Publicação Nº 2230354

Resolução nº 0022/2019

Dispõe sobre o período de Férias dos Servidores do Poder Legislativo de Garuva.

Considerando o período do recesso parlamentar do Poder Legislativo Municipal;

Considerando requerimento apresentado pelo Servidor, combinado com as necessidades administrativas do Poder Legislativo Municipal;

Considerando ser o período mais apropriado para planejamento das férias dos Servidores.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao art. 40, §1º, III do Regimento Interno desta Casa Legislativa, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o período de férias no âmbito da Câmara Municipal de Garuva, que será de 2 de janeiro a 31 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. O caput. do artigo, aplica-se somente aos servidores que tiverem sido nomeados anterior a data de 30 de junho de 2019.

Art. 2º As férias do Servidor José Carlos Schutz, será concedida conforme deferimento do requerimento apresentado.

Art. 3º Dependendo da necessidade, a administração poderá convocar servidores para retomarem suas atividades, conforme dispositivos no Estatuto do Servidor Público.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 18 de novembro de 2019.

Célio Luiz Budal

Presidente da Câmara

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.063, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229559

DECRETO Nº 9.063, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nos artigos 41, inciso I e artigo 42, da Lei Municipal nº 1.305/91, e no artigo 15 da Lei Municipal 1.358/92,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional Vertical aos servidores públicos abaixo designados:

I. Ocupante do cargo efetivo de Professor DOC I, para o nível DOC III:

a) JOSÉ GABRIEL CORRÊA - inscrito no CPF sob o nº 532.525.519-34;

II. Ocupantes do cargo efetivo de Professor DOC III, para o nível DOC IV:

a) ALINE LUIZA SIMON, inscrita no CPF sob o nº 818.055.860-68;

b) ELISANGELA LENIR TESSARO, inscrita no CPF sob o nº 036.706.569-01;

c) GREICE CAROLINA TOMSON, inscrita no CPF sob o nº 030.559.489-39;

d) SANDRA REGINA DALSOCHIO, inscrita no CPF sob o nº 006.082.779-32.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2019.

Gaspar, 11 de outubro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 9.097, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229519

DECRETO Nº 9.097, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.939, de 28 de novembro de 2018, artigo 6º, incisos V e VI,

DECRETA:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0011 Const.Manut.Melh.Infr. estr. Munic. por Meio Avança Gaspar	
Projeto: 1207 Const.Manut.Melh.Infr. Estrut. Munic. por Meio Avança Gaspar	
Dotação: 364 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 11.000,00

Art. 1º Ficam suplementados, por Excesso de Arrecadação, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Unidade: 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Função: 04 Administração
Subfunção: 122 Administração Geral
Programa: 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa
Atividade: 2022 Manutenção da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa

Dotação: 37 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.837,00
Projeto: 1017 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	
Dotação: 29 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Unidade: 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Atividade: 1009 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 1 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Unidade: 03 Diretoria de Comunicação	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 131 Comunicação Social	
Programa: 0005 Manutenção da Diretoria de Comunicação	
Atividade: 2020 Manutenção da Comunicação	
Dotação: 14 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 04 Secretaria de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação de Ensino Infantil	
Projeto: 1099 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 113 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 7.731,62

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de novembro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

ERRATA À PORTARIA Nº 6.096, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, QUE NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

Publicação Nº 2229548

ERRATA À PORTARIA Nº 6.096, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, QUE NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, RETIFICA a publicação da Portaria nº 6.096, de 10 de outubro de 2019, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2964, de 25 de outubro de 2019, nos seguintes termos:

Onde se lê no quadro do artigo 1º da Portaria nº 6.096, de 10 de outubro de 2019, a data da admissão da servidora:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
CRISTIANI FRANCINE DE BORBA MAIA	05/09/2019	AUX. DE PROFESSOR 8 ACT

Leia-se:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
CRISTIANI FRANCINE DE BORBA MAIA	02/09/2019	AUX. DE PROFESSOR 8 ACT

Gaspar, 08 de novembro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

LEI Nº 4.020, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229522

LEI Nº 4.020, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A SAÍDA DE ALIMENTOS DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO, POR DOAÇÃO, NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É facultado aos estabelecimentos comerciais, licenciados nos termos da legislação vigente, que produzem, preparam, processam ou fracionam alimentos destinados ao consumo humano, e revendedores de produtos in natura que operam em observância às normas aplicáveis à espécie editadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), colocá-los em disponibilidade para doação a entidade pública ou privada de assistência social, para consumo direto aos seus assistidos ou em programa próprio de inclusão social, no âmbito do município de Gaspar.

Parágrafo único. Fica proibida a doação de qualquer tipo de alimento destinado ao consumo humano, oriundo de sobras ou restos de alimentos que já tenham sido servidos ou distribuídos para o consumo individual.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se aos seguintes estabelecimentos:

I – cozinha industrial;

II – restaurante, bar e congênere;

III – padaria;

IV – mercado e supermercado;

V – açougue e peixaria;

VI – feira livre, sacolão e verdureira; e

VII – Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA).

Art. 3º É de responsabilidade da entidade receptora da doação, nos termos desta Lei, o procedimento de transporte, armazenamento e distribuição, bem como a manutenção das condições sanitárias dos alimentos.

§ 1º A entidade receptora da doação deve declarar, por escrito, que preservará as condições sanitárias dos alimentos mediante supervisão de profissional da área de saúde.

§ 2º O estabelecimento que proporciona a saída de alimentos para o consumo humano, por doação, fica responsável por informar o prazo de validade do alimento e as características nutricionais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 08 de novembro de 2019.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

PORTARIA Nº 6.120, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229550

PORTARIA Nº 6.120, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

REMOVE POR PERMUTA A SERVIDORA JAQUELINE RUSSI DOS SANTOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 34 da Lei nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Remover por permuta, com a servidora Eloisa Cristina Spengler Reinert, a partir de 11 de novembro de 2019, a servidora JAQUELINE RUSSI DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 049.548.469-51, ocupante do cargo efetivo de Professora de Anos Iniciais DOC III, lotada com 20 horas na E.E.F. Olímpio Moretto, passando a ter lotação de 20 horas na E.E.B. Zenaide S. Costa no período matutino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de novembro de 2019.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 6.122, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229551

PORTARIA Nº 6.122, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MÁRCIA REGINA DE OLIVEIRA CAETANO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora MÁRCIA REGINA DE OLIVEIRA CAETANO, inscrita no CPF sob o nº 985.409.209-72, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, lotada de 40 horas semanais no CDI Mercedes Melato Beduschi, fica à disposição no CDI Vovó Benta, a partir de 1º de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de novembro de 2019.

Gaspar, 06 de novembro de 2019.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 6.124, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229552

PORTARIA Nº 6.124, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

REMOVE POR PERMUTA A SERVIDORA ELOISA CRISTINA SPENGLER REINERT.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 34 da Lei nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Remover por permuta, com a servidora Jaqueline Russi dos Santos, a partir de 11 de novembro de 2019, a servidora ELOISA CRISTINA SPENGLER REINERT, inscrita no CPF sob o nº 713.196.709-20, ocupante do cargo efetivo de Professora de Anos Iniciais DOC III, lotada com 40 horas na E.E.B. Zenaide S. Costa, passando a ter lotação de 20 horas na E.E.F. Olímpio Moretto no período matutino, e 20 horas na E.E.B. Zenaide S. Costa no período vespertino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de novembro de 2019.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 6.125, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229554

PORTARIA Nº 6.125, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA GERCIO ISSAO KUSSUNOKI PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO SAF Nº 161/2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Secretário Municipal de Planejamento Territorial, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 08 de novembro de 2019, servidor GERCIO ISSAO KUSSUNOKI, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, inscrito no CPF de nº 925.415.938-72, para atuar como Fiscal do Contrato SAF nº 161/2019, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa Sotepa Sociedade Técnica de Estudos, Projetos e Assessoria Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 08 de novembro de 2019.

Gaspar, 11 de novembro de 2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Secretário Municipal de Planejamento Territorial

PORTARIA Nº 6.126, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229555

PORTARIA Nº 6.126, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA GERCIO ISSAO KUSSUNOKI PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO SAF Nº 108/2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Secretário Municipal de Planejamento Territorial, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 26 de setembro de 2019, o servidor GERCIO ISSAO KUSSUNOKI, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, inscrito no CPF de nº 925.415.938-72, para atuar como Fiscal do Contrato SAF nº 108/2019, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa Progresso Ambiental Eireli.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 26 de setembro de 2019.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 6.087, de 07 de outubro de 2019.

Gaspar, 11 de novembro de 2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Secretário Municipal de Planejamento Territorial

PORTARIA Nº 6.127, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229556

PORTARIA Nº 6.127, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA GRAZIELE PETRI DE MELLO DO EMPREGO PÚBLICO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 10 de novembro de 2019, a servidora GRAZIELE PETRI DE MELLO, inscrita no CPF sob o nº 054.486.779-32, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, ao qual foi nomeada pela Portaria nº 5.395, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de novembro de 2019.

Gaspar, 12 de novembro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 6.128, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229568

PORTARIA Nº 6.128, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal nº 3.839, de 19 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

I. Processo Seletivo nº 03/2019:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
KEILA DINIZ VIEIRA	07/10/2019	AUX.PROFESSOR EDUC.ESP.8 ACT
LUANA CAETANO RODRIGUES	03/10/2019	AUX.PROFESSOR EDUC.ESP.8 ACT

II. Processo Seletivo nº 04/2019:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
JOAO GABRIEL SERAFIM	09/10/2019	ESCRITURÁRIO

III. Processo Seletivo nº 07/2019:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
JAQUERLANE MARIA DE ANDRADE SOUSA	01/10/2019	AUXILIAR DE PROFESSOR 8 ACT
ZENAIDE KRAUSS DE SOUZA SILVA	02/10/2019	AUXILIAR DE PROFESSOR 8 ACT
ANA OLIVIA ALVES DA SILVA	02/10/2019	MERENDEIRA/SERVENTE
LUCIMARA MARIA DE DEUS UTZIG	01/10/2019	MERENDEIRA/SERVENTE
NANCY PEREIRA DOS SANTOS	07/10/2019	PROFESSOR DOC-I-4
LISLEY MERY KAUDER DALPOSSO	02/10/2019	PROFESSOR DOC-I-8
FERNANDA CHIMINELLI	02/10/2019	PROFESSOR DOC-III-4
ANA PAULA MANERICHI	01/10/2019	PROFESSOR DOC-III-8
FRANCIELE DESCHAMPS	09/10/2019	PROFESSOR DOC-III-8
JOSE ISRAEL RODRIGUES	01/10/2019	ZELADOR
NIOMAR KLEBER SOTHE	02/10/2019	ZELADOR

IV. Processo Seletivo nº 09/2019:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
JEFERSON DA SILVA SANTOS	02/10/2019	PROFESSOR DOC-III-8

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de outubro de 2019.

Gaspar, 12 de novembro de 2019.
KLEBER EDSO WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 6.129, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229569

PORTARIA Nº 6.129, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

KLEBER EDSO WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal nº 3.839, de 19 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme segue:

I. Processo Seletivo nº 02/2019:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
EMANUEL DE ARAUJO	14/10/2019	AGENTE SERV. GERAIS
VALDECIR LUIS MEIRA	14/10/2019	AGENTE SERV. GERAIS

II. Processo Seletivo nº 04/2019:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
ANDERSON ANDRADE DOS SANTOS	01/10/2019	MOTORISTA CAMINHAO
BETO DOUGLAS ARAUJO MARTINS	01/10/2019	MOTORISTA CAMINHAO

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 13/2018, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
ANGELA CRISTINA MARTINS	01/10/2019	TECNICO ENFERMAGEM
FABIAN ROPKE PEREIRA	02/10/2019	ENFERMEIRO(A)

Art. 3º Nomear o servidor abaixo relacionado, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 04/2019, da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme segue:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
LÍCIA BRASSAC CORTIANO	02/10/2019	PSICOLOGO (A)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de outubro de 2019.

Gaspar, 12 de novembro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 6.130, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229558

PORTARIA Nº 6.130, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPENSA CONTRATADOS EM CÁRATER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar, a pedido, os servidores contratados em caráter temporário abaixo especificados:

NOME	DEMISSÃO	CARGO
ANA MARIA ADAO	01/10/2019	PROFESSOR DOC-III-4
ANGELA CAMPOS MARCOLINO CAMARGO	22/10/2019	AUX.PROFESSOR EDUC.ESP.8 ACT
FABIANE BEILER SCHNEIDER	08/10/2019	PROFESSOR DOC-III-8
FERNANDA ZIMMERMANN	01/10/2019	AUX.PROFESSOR EDUC.ESP.8 ACT
FRANCIELE DESCHAMPS	08/10/2019	AUXILIAR DE PROFESSOR 8 ACT
LISLEY MERY KAUDER DALPOSSO	01/10/2019	AUX.PROFESSOR EDUC.ESP.8 ACT
NIOMAR KLEBER SOTHE	04/10/2019	ZELADOR
SÍLIAN PERICLES PADILHA BRUM DE CAMARGO	11/10/2019	ENFERMEIRO(A)

Art. 2º Dispensar, em razão do término do contrato, os servidores contratados em caráter temporário, abaixo especificados:

NOME	DEMISSÃO	CARGO
ALINE BAZILIO MORAES DA SILVA	22/10/2019	PROFESSOR DOC-III-4
EDELEUSA CASAS LANA	28/10/2019	AUXILIAR DE PROFESSOR 8 ACT
JOAO PEDRO TECHY	09/10/2019	MEDICO ENDOCRINOLOGISTA
JOCELI DE FATIMA PEREIRA	03/10/2019	MERENDEIRA/SERVENTE
JOSE FERNANDO SCHMITT	04/10/2019	MEDICO CARDIOLOGISTA
LUCIA PELEGRINI GRUNOWE	15/10/2019	PROFESSOR DOC-III-8
OTAVIO EMMEL BECKER	31/10/2019	DENTISTA BUCO MAX. FACIAL

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de outubro de 2019.

Gaspar, 12 de novembro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

RESOLUÇÃO N. 22/2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GASPAR - COMED.

Publicação Nº 2230244

RESOLUÇÃO N. 22/2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GASPAR - COMED.

FIXA NORMAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ÂMBITO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE GASPAR.

O Conselho Municipal de Educação de Gaspar - COMED, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.768, de 12 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE); a Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de Dezembro de 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, e o Currículo Base do Território Catarinense, a Resolução nº 070, de 17 de Junho de 2019 do Conselho Estadual de Educação – CEE/SC:

RESOLVE:

CAPITULO I

DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 1º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, ofertadas em Instituições Educacionais públicas e privadas deste Município, será regulada pelas normas estabelecidas nessa Resolução.

Parágrafo único: Entende-se por Instituições de Educação Infantil, privadas as enquadradas nas categorias de particulares, confessionais e filantrópicas, nos termos do artigo 19, II, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º A oferta da Educação Infantil deve caracterizar-se em espaços institucionais, não domésticos, no período diurno nas instituições públicas, em jornada integral ou parcial, submetidos à normatização do Sistema Municipal de Educação.

§1º É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo 4 (quatro) horas diárias, e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a de 7 (sete) horas diárias, compreendendo o tempo integral que a criança permanece na instituição. (artigo 31, III, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

§2º A carga horária mínima anual da Educação Infantil será de 800 (oitocentas) horas distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional. (artigo 31, II, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

§3º Na pré-escola deverá ser feito o controle de frequência das crianças, sendo exigida a frequência de 60% (sessenta por cento) do total de horas. (artigo 31, IV, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Art. 3º A Educação Infantil será oferecida em:

I - Creches, para crianças de até 3 (três) anos, onze meses e vinte e nove dias de idade;

II - Pré-escolas, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, de idade.

§1º As Instituições de Educação Infantil que mantêm, simultaneamente, o atendimento a crianças de zero a 3 (três) anos em creche e de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos em pré-escola, constituir-se-ão como Centro de Desenvolvimento Infantil ou Centro de Educação Infantil, podendo a pré-escola, ser atendida em Escolas de Educação Básica respeitando suas especificidades.

§2º As crianças com deficiência serão preferencialmente atendidas na Rede Regular de Creches e Pré-Escolas, respeitando o direito a atendimento adequado em seus diferentes aspectos, considerando a Política de Educação Especial da Rede Municipal de Ensino de Gaspar.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS

Art. 4º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, contemplando a ação da família e da comunidade.

Parágrafo único. Dadas as particularidades do desenvolvimento da criança de zero a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, de idade, a Educação Infantil cumpre duas funções indispensáveis e indissociáveis: educar e cuidar.

Art. 5º A Educação Infantil, baseada nos documentos mandatórios, nacionais e estaduais, como Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB; Resolução

CNE/CP Nº 2, de 22 de Dezembro de 2017; Resolução nº 070/2019 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina - CEE/SC, tem por objetivos:

- I - Garantir que sejam respeitadas as concepções de criança e infância de acordo com os documentos acima citados;
- II - Promover ações pautadas nos princípios: Éticos, Políticos e Estéticos, assegurando o efetivo direito de participação das crianças para uma formação social integral;
- III - Desenvolver as práticas pedagógicas por meio dos eixos norteadores: Interações e Brincadeiras;
- IV - Promover ações que contemplem as 10 competências gerais da Base Nacional Comum Curricular, estimulando um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que buscam promover o desenvolvimento das crianças em todas as suas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural
- V - Organizar o cotidiano das vivências e experiências considerando a relação com os Tempos e os Espaços, respeitando os interesses e necessidades das crianças;
- VI - Desenvolver os Currículos pautados pelos Campos de Experiências, desenvolvendo-os de maneira articuladas, considerando os saberes das crianças e os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural como também, as propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora;
- VII - Proporcionar experiências e vivências para as crianças, assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se) de maneira indissociável; favorecendo que a criança por meio de propostas pedagógicas significativas construa e amplie os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento;
- VIII - Promover relação de parceria com as famílias, considerando e respeitando a diversidade cultural, em busca do desenvolvimento integral da criança;
- IX - Prever ações de articulação no processo de Transição do Percurso Formativo da criança, desde a inserção na instituição (acolhimento criança e família) até o momento de transição para o Ensino Fundamental, garantindo a continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Conforme os documentos acima citados, respeitando as especificidades da faixa etária e sem antecipação dos conteúdos da etapa posterior.

CAPÍTULO III

DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Art. 6º Compete à instituição de Educação Infantil elaborar e executar o seu Projeto Político Pedagógico considerando:

- I - Todos os requisitos postos no artigo 5º desta Resolução;
- II - Concepção Teórica Metodológica defendida pela Instituição, no caso dos educandários privados;
- III - Características da população a ser atendida e da comunidade a qual se insere;
- IV - Regimento Interno de Funcionamento;
- V - Espaço físico, instalações e equipamentos;
- VI - Relação de recursos humanos, especificando cargos e funções, habilitação e níveis de escolaridade;
- VII - Parâmetro de organização de grupos e relação professor-criança, respeitando o mínimo exigido nesta Resolução;
- VIII - Histórico da Instituição.

Art. 7º Nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Gaspar deve-se considerar o Documento Norteador para Elaboração e/ou Atualização do Projeto Político Pedagógico, aprovado por este Conselho na Resolução nº 012, de 3 de outubro de 2018, sendo os itens:

- I - 1. Apresentação;
- II - 2. Justificativa;
- III - 3. Caracterização Da Unidade Educacional;
- IV - 4. Objetivos;
- V - 5. Marco Filosófico;
- VI - 6. Marco Referencial;
- VII - 7. Marco Situacional;
- VIII - 8. Marco Operativo;
- IX - 9. Organização Didático-Pedagógica;
- X - 10. Avaliação;
- XI - 11. Gestão Democrática;
- XII - 12. Referências.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO

Art. 8º A avaliação na Educação Infantil, será realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, tomando como referência os objetivos estabelecidos para essa etapa da educação, sem objetivo de promoção, seleção ou classificação mesmo para acesso ao Ensino Fundamental (de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB).

Art. 9º Deverá ser seguido nas Instituições Públicas da Rede Municipal de Gaspar, os "Critérios de Avaliação na Educação Infantil: Um caminho trilhado a partir dos registros das vivências, aprendizagens e experiências das crianças e suas professoras", documento organizado pela Rede Municipal e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação por meio da Resolução nº 5, de 5 de novembro de 2014, que estabelece os procedimentos e critérios para implantação da avaliação de acordo com o documento elaborado pelo grupo de professores da Rede Municipal de Educação Infantil de Gaspar.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 10º Os parâmetros para a organização de grupos decorrerão das especificidades de espaço físico e da proposta pedagógica, respeitando o pleno desenvolvimento da criança. Recomenda-se a seguinte relação professor - criança:

ETAPA	FAIXA ETÁRIA	Nº de crianças por turno	Nº de professores	Nº de auxiliares
Período da Infância I	0 a 1 ano	16	1	2
	1 a 2 anos	16	1	2

Período da Infância II	2 a 3 anos	17	1	1
	3 a 4 anos	18	1	1
Período da Infância III	4 a 5 anos	21	1	1
	5 a 6 anos	20	1	
		25	1	1

§1º As turmas serão organizadas considerando a idade das crianças.

§2º As turmas mistas só serão permitidas após avaliação da Diretoria da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação e o número de crianças poderá variar considerando as dimensões de espaço físico e avaliação da Diretoria da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, assegurada à qualidade do atendimento.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 11º A direção ou coordenação (quando houver) da Instituição de Educação Infantil será exercida por profissional formado em curso de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação em Educação.

Art. 12º O docente para atuar na Educação infantil, deverá ser formado em curso de graduação em Pedagogia, admitida como formação mínima a oferecida a nível médio na modalidade normal (magistério).

Art. 13º O auxiliar de professor deverá ter no mínimo ensino médio completo.

Parágrafo único. As Instituições de Educação Infantil precisam oferecer formação continuada aos profissionais buscando conhecimentos teórico-práticos, para que eles(as) se aproximem da teoria e nela busquem elementos de transformação sobre suas práticas docentes, de modo a garantir o cuidado e a educação das crianças pequenas com qualidade e compromisso ético, político e estético, pautando-se nos documentos normativos: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2010, Currículo Base do Território Catarinense e a Proposta Pedagógica da Educação Infantil da Rede Municipal de Gaspar/SC.

Art. 14º As Instituições de Educação Infantil da Rede Pública Municipal quanto à Nutricionista e Alimentação Escolar precisam atender as legislações: Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013 do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Tendo assim acompanhamento e monitoramento de Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação.

§1º As Instituições de Educação Infantil, privadas, precisam atender ao disposto na Lei Estadual nº 12.061, de 18 de dezembro de 2001, a qual dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado de Santa Catarina.

§2º As Instituições de Educação Infantil, Privadas devem ter cardápios elaborados e monitorados por Nutricionista.

Art. 15º O nível da escolarização mínimo para o corpo de funcionários deve ser:

I - De atividades administrativas: Ensino médio;

II - De atividades operacionais: Ensino Fundamental, preferencialmente completo.

CAPÍTULO VII

DO ESPAÇO E DOS EQUIPAMENTOS

Art.16º Os espaços serão projetados de acordo com a Proposta Pedagógica da Instituição de Educação Infantil, a fim de favorecer o desenvolvimento das crianças de zero a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade, respeitando as suas necessidades e capacidades, conforme Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006), Indicadores de qualidade da Educação Infantil (2009) e a Proposta Pedagógica da Educação Infantil da Rede Municipal de Gaspar/SC.

Art. 17 Os espaços internos deverão atender às diferentes funções de instituição de Educação Infantil e conter uma estrutura básica que complete o pleno desenvolvimento da criança:

I – Espaço para recreação;

II – Salas para professores e para serviços administrativo-pedagógicos e de apoio;

III – Salas para atividades das crianças, ventilação adequada e iluminação, com visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos adequados;

IV – Refeitório, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos, que atenda às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança nos casos de oferecimento de alimentação;

V – Instalações sanitárias completas, suficientes e próprias para o uso das crianças e uso dos adultos;

VI – Área coberta para atividades externas compatível com a capacidade de atendimento, por turno, da Instituição;

VII - As áreas ao ar livre deverão possibilitar as atividades de expressão física, artística e de lazer, contemplando o contato com elementos da natureza.

Parágrafo único. Recomenda-se que a área coberta mínima para as salas de atividades das crianças seja de 1,50m² (um vírgula cinco metros quadrados) por criança atendida, considerando a importância da organização dos ambientes educativos e a qualidade do trabalho, conforme Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006).

CAPÍTULO VIII

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO

Art. 18º A autorização de funcionamento para a oferta da Educação Infantil é ato e competência do Secretário(a) Municipal de Educação, com parecer conclusivo do Conselho Municipal de Educação.

Art. 19º À Secretaria Municipal de Educação cabe emitir:

I – Parecer técnico constituído de análise da documentação e visita in loco;

II – Portaria de Autorização de Funcionamento.

Art. 20º Ao Conselho Municipal de Educação cabe:

I – Emitir parecer conclusivo;

II – Encaminhar à Secretaria Municipal de Educação Parecer relativo à autorização de funcionamento.

Art. 21º O Processo para autorização de funcionamento será instruído com os seguintes documentos:

I – Requerimento dirigido ao presidente do Conselho Municipal de Educação, subscrito pelo representante legal da entidade mantenedora, contendo a identificação da Instituição de Educação Infantil e respectivo endereço;

II – Registro da entidade mantenedora, se da iniciativa privada, junto aos órgãos competentes: Cartório de Títulos e Documentos, Junta Comercial, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

III- Documentação que possibilite verificar a capacidade de autofinanciamento e prova de idoneidade econômico-financeira da entidade mantenedora e de seus sócios, consistindo de certidão negativa do cartório de distribuição pertinente, com validade na data de apresentação do processo;

IV – Planta baixa ou croqui dos espaços e das instalações;

V – Relação do mobiliário, equipamentos, material didático-pedagógico e acervo bibliográfico;

VI – Relação dos recursos humanos e comprovação de sua habilitação e escolaridade;

VII – Previsão de matrícula com demonstrativo da organização de grupos;

VIII – Proposta Pedagógica ou Projeto Político Pedagógico;

IX – Regimento Interno que expresse a organização pedagógica, administrativa da Instituição de Educação Infantil;

X – Laudo para inspeção sanitária;

XI – Alvará do Corpo de Bombeiros;

XII – Alvará de funcionamento.

§1º O Processo de que trata este artigo será encaminhado à Secretaria Municipal de Educação pelo Conselho Municipal de Educação.

§2º Recebido o Processo, a Secretaria Municipal de Educação, terá o prazo de 30(trinta) dias, prorrogável por igual período, para encaminhar o processo com parecer técnico ao Conselho Municipal de Educação.

§3º O Conselho Municipal de Educação, após recebimento do respectivo Processo terá o prazo de 30(trinta) dias prorrogável por igual período, para encaminhar Parecer Conclusivo à Secretaria Municipal de Educação, para expedir e publicar Portaria de Autorização de Funcionamento.

Art. 22º A Instituição de Educação Infantil só poderá funcionar mediante a Portaria de Funcionamento expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 23º O Conselho Municipal de Educação, sempre que identificar o funcionamento de Instituição de Educação Infantil sem devida autorização, formalizará a denúncia à autoridade competente, para providências determinadas por esta Resolução.

Parágrafo único. A desativação das instituições de Educação Infantil, autorizadas a funcionar, poderá ocorrer por decisão do mantenedor, em caráter temporário ou definitivo com comunicação prévia aos interessados e órgãos competentes, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO IX

DA SUPERVISÃO

Art. 24º A supervisão, que compreende o acompanhamento e a avaliação sistemáticos do funcionamento das Instituições de Educação Infantil será exercida pela Secretaria Municipal de Educação, a quem cabe velar pela observância das leis de ensino e das decisões do Conselho Municipal de Educação, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 25º Compete à Secretaria Municipal de Educação definir os procedimentos necessários à implantação e funcionamento da supervisão das Instituições de Educação Infantil e promover a cooperação técnica para aprimorar a qualidade do processo educacional.

Art. 26º À supervisão/inspeção compete acompanhar e avaliar:

I - O cumprimento da legislação educacional;

II - A execução da Proposta Pedagógica;

III - Condições de atendimento e permanência das crianças na creche, pré-escola, centro de educação infantil, ou centros de desenvolvimento infantil;

IV - O processo de melhoria da qualidade dos serviços prestados, considerando o previsto na Proposta Pedagógica da Instituição de Educação Infantil, e o disposto na regulamentação vigente;

V - A qualidade dos espaços físicos, instalações e equipamentos e a adequação às suas finalidades;

VI - A regularidade dos registros de documentação e arquivo.

Art. 27º Constatadas as irregularidades ou deficiências, a Secretaria Municipal de Educação determinará as diligências necessárias e após, sanadas ou não, encaminhará o processo ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 28º À Secretaria Municipal de Educação compete, como resultado do processo de supervisão propor ao Conselho Municipal de Educação a revogação dos atos de autorização da instituição, quando comprovadas irregularidades que comprometam o seu funcionamento ou verificando o não cumprimento da proposta pedagógica e a legislação vigente.

Parágrafo único. As irregularidades eventualmente apontadas no processo de supervisão, ou por outras vias, serão sancionadas de acordo com normas cabíveis.

Art. 29º A desativação das Instituições de Educação Infantil, autorizadas a funcionar, poderá ocorrer por decisão da autoridade competente ou do mantenedor, em caráter temporário ou definitivo, devendo atender as normas do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. As instituições de Educação Infantil poderão ser desativadas por irregularidades junto aos setores de Vigilância Sanitária, Fiscalização Tributária e Posturas, e por solicitação deste Conselho após, constatado o não cumprimento desta Resolução.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30º As Instituições de Educação Infantil da Rede Pública e Privada em funcionamento na data de publicação desta Resolução deverão adaptar-se as suas disposições.

§1º A adaptação será verificada in loco pela supervisão exercida pela Secretaria Municipal de Educação, que encaminhará ao Conselho Municipal de Educação, para o Parecer conclusivo, baseado em relatório, que contemple as disposições desta Resolução.

§2º A vista do relatório a que se refere o parágrafo primeiro deste artigo, o Conselho Municipal de Educação determinará se necessário, os prazos a serem concedidos às Instituições de Educação Infantil para adequar-se às normas desta Resolução ou deliberação, garantindo a continuidade das atividades em processo de constante melhoria da qualidade.

Art. 31º Os casos omissos e excepcionais, singulares e/ou diversos da ocorrência comum, merecerão análise e providências do Conselho

Municipal de Educação.

Art. 32º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar, em 18/11/2019.

RAQUEL BERNARDES CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal de Educação - COMED

RESOLUÇÃO Nº 014/2019 – CMDCA

Publicação Nº 2229649

RESOLUÇÃO Nº 014/2019 – CMDCA

Aprova o Projeto “Sorriso Nota 10” da Secretaria Municipal de Educação

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Gaspar, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 1432 de 24 de maio de 1993, e suas alterações, e com base no Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98 e, no uso de suas atribuições.

CONSIDERANDO:

- ✓ A deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Gaspar/SC, constante na Ata nº 020/2019 plenária realizada no dia 23 de outubro de 2019, Ata nº 022/2019 plenária realizada no dia 12 de novembro,
- ✓ A Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 08/2019 – CMDCA;
- ✓ Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- ✓ Os Pareceres da Comissão de Seleção;
- ✓ Resolução 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar o Projeto “Sorriso Nota 10” da Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R\$1.940.744,20 (Um milhão, novecentos e quarenta mil, setecentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), que será custeado com recurso do Fundo da Infância e Adolescência – FIA.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de novembro de 2019.

Jocenira das Graças de Oliveira Waltrick

Presidente do CMDCA/Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N.º 77/2019

Publicação Nº 2230072

RESOLUÇÃO N.º 77/2019.

CONCEDE FÉRIAS E AFINS A SERVIDORA, ALÉM DE DEMAIS DIREITOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no artigo 41, incisos V e VI da Lei Orgânica Municipal, bem como no Regimento Interno da Edilidade,

Considerando o teor do ofício anexo, subscrito pela servidora Elizabeth de Souza, com despacho favorável da Presidência, através do qual solicita concessão de férias e afins;

Considerando a possibilidade legal de conversão de um terço das férias em pecúnia, na forma do artigo 119, § 5º, da Lei Municipal n.º 1.305/1991;

Considerando obrigação de pagamento do adicional de um terço nos termos do artigo 124 da Lei Municipal nº 1.305/1991;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora Elizabeth de Souza, no período compreendido entre 18/11/2019 (inclusive) e 17/12/2019 (inclusive), com conversão do período compreendido entre 08/12/2019 (inclusive) e 18/12/2019 (inclusive) em pecúnia.

§ 1º Fica estendido à servidora o adicional de um terço constitucional sobre as férias, na forma do artigo 124 da Lei Municipal nº 1.305/1991.

§ 2º O retorno aos trabalhos se dará em 09/12/2019.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 13 de novembro de 2019.

CIRO ANDRÉ QUINTINO

PRESIDENTE DA MESA DIRETORA

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DO CONTRATO Nº 1017/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2230441

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2019

===== Número do contrato:
17/2019
Data vigência: 07/11/2019
Data vencimento: 28/02/2020
Número da Licitação: 14/2019- Modalidade: Dispensa
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: Modo Gestão e Administração de Bens Imóveis Ltda. (07.381.313/0001-86)
Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de projeto/assessoria para processo de corte de vegetação nativa/exótica e inventário florestal para possível implantação de um novo reservatório de água potável no Bairro: Bela Vista.
Valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)
=====

Gaspar (SC), em 07 de novembro de 2019.
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor Presidente

EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1002/2016 - SAMAE

Publicação Nº 2230465

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2019

===== Número do contrato:
02/2016 Número do Aditivo: 7 (Aditivo de Renovação)
Data vigência: 01/01/2020
Data vencimento: 31/12/2020
Número da Licitação: 06/2016 – Modalidade: Dispensa de Licitação
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE
Objeto: Contratação de empresa especializada em administração de estágio para estudantes (agente integrador de estágio), de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio. O estágio poderá ser obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, no ambiente de trabalho.
Valor total: R\$ 4.564,80 (quatro mil quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)
=====

Gaspar (SC), em 13 de novembro de 2019.
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor Presidente

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1014/2018 - SAMAE

Publicação Nº 2230435

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2019

=====

Número do contrato: 14/2018 - Número do Aditivo: 1º (Aditivo de Renovação)
Data vigência: 27/11/2019
Data vencimento: 26/11/2020
Número da Licitação: 14/2018 - Modalidade: Inexigibilidade
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: J-TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. (05.766.304/0001-88)

Objeto: Prestação de serviços de manutenção do sistema de faturamento de água, esgoto e resíduos e prestação de serviços especializados na elaboração de base Geoprocessada e compatibilização do cadastro técnico e comercial do SAMAE e base cadastral da Prefeitura Municipal de Gaspar.

Valor: R\$ R\$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais).

=====

Gaspar (SC), em 08 de novembro de 2019.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO 128 2019 - SAMAE - 18.11

Publicação Nº 2230347

DECRETO Nº 128, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO SAMAE.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31º, I, da Lei Municipal nº 1293/2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º – Ficam suplementadas, no total de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), por conta do excesso de arrecadação do SAMAE do exercício corrente, a dotação abaixo identificada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801	SANEAMENTO	
17.122.0004.2.035	Captação, Tratamento e Dist Agua	50.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
(8) 3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.2.36	Melhoria, Ampliação e Manutenção do Serviço de Água e Esgoto	50.000,00
	Total	50.000,00

Art. 2º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 18 de Novembro de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 022/2019 - 2º TERMO DO CONTRATO Nº 022/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS DE DIVERS

Publicação Nº 2230321

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 022/2019

2º TERMO DO CONTRATO Nº 022/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS DE DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO EMPRÉSTIMO SOB FORMA DE FINANCIAMENTO COM RECURSOS CAIXA - PROGRAMA FINISA, PROVENIENTE DO CONTRATO Nº 0516.945-52/2018, FIRMADO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, REFERENTE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 034/2019, PROCESSO Nº 034/2019.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, estabelecida a Rua Luiz Fagundes, 821, bairro Praia Comprida, Município de São José/SC, CEP 88.103-500, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 00.122.311/0001-23, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio Sr. Paulo Henrique Mattos, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2.060.819-5- SESP/SC, inscrito no CPF sob o nº 638.959.439-91, resolvem, de comum acordo, SUPRIMIR/ACRESCENTAR O CONTRATO ORIGINAL, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS DE DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO EMPRÉSTIMO SOB FORMA DE FINANCIAMENTO COM RECURSOS CAIXA - PROGRAMA FINISA, PROVENIENTE DO CONTRATO Nº 0516.945-52/2018, FIRMADO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, respeitando o estabelecido no art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº. 8666/93, e a Cláusula Décima Primeira do Contrato nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto SUPRIMIR e ACRESCENTAR o contrato original modificando as quantidades inicialmente licitadas, conforme Planilha de Readequação (em anexo) solicitada pela Administração deste Município e autorizada pelo Setor de Planejamento do

mesmo.

Conforme consta na Planilha de readequação deverá ser suprimido o valor de R\$: 92.903,23 (noventa e dois mil novecentos e três reais e vinte e três centavos) e acrescido o valor de R\$ 346.957,72 (trezentos e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos).

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável o aditamento ocorrendo a supressão do valor de R\$: 92.903,23 (noventa e dois mil novecentos e três reais e vinte e três centavos) e o acrescido no valor de R\$ 346.957,72 (trezentos e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), em decorrência da necessidade de supressões e acréscimos de alguns itens, bem como execução de novos serviços não previstos, tais modificações são necessárias em virtude da necessidade de adequação do projeto original a situação real encontrada em campo. A planilha de quantidades corrigidas com as devidas supressões e acréscimos foi remetida à equipe técnica da Prefeitura municipal.

Neste tocante, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de alteração contratual, qual seja o art. 65, inciso I alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93, in verbis:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;”

Cite-se, ainda, Adilson Abreu Dalari, que consigna a seguinte exegese:

“Em síntese, o contrato administrativo celebrado em decorrência de uma licitação está por ela condicionado, mas tem vida própria. Ele pode ser alterado, sim, por razões de interesse público, até o ponto em que esse vínculo ou esse condicionamento não se rompa”. (cf. Limites à alterabilidade do contrato de obra pública, RDA n. 201, p. 61).

Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo de supressão do valor de R\$: 92.903,23 (noventa e dois mil novecentos e três reais e vinte e três centavos) e o acrescido no valor de R\$ 346.957,72 (trezentos e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos) fosse realizado pelas partes.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor a ser suprimido é de R\$: 92.903,23 (noventa e dois mil novecentos e três reais e vinte e três centavos) e o acrescido no valor de R\$ 346.957,72 (trezentos e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), restando desta forma readequado o valor total do contrato de R\$ 4.932.253,33 (quatro milhões novecentos e trinta e dois mil duzentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos), para R\$ 5.186.307,82 (cinco milhões cento e oitenta e seis mil trezentos e sete reais e oitenta e dois centavos) estando em conformidade com o que preconiza o art. 65 da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento do referido contrato.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 18 de novembro de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS	EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA
Prefeito Municipal Contratante	Paulo Henrique Mattos Contratada

LEI 1384 2019 - GRATIFICAÇÃO DESEMPENHO

Publicação Nº 2230276

LEI Nº 1.384, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

CRIA A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO PESSOAL QUE ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito do Município de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições, faz saber, que a câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO PESSOAL de até 40% (quarenta por cento) do vencimento do cargo a ser concedido aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo, de provimento em comissão, e aos admitidos em caráter temporário dos poderes Executivo, Legislativo, Autarquias e fundações, mediante requisição do chefe imediato e/ou secretário, sob a anuência da autoridade máxima do Poder a qual pertence o servidor.

§1º Quando da solicitação, o chefe imediato e/ou secretário, deverá levar em consideração a avaliação do desempenho pessoal do servidor a ser recompensado, devendo ser analisado a eficiência contemplando a produtividade, a qualidade do trabalho e o conhecimento técnico-profissional, a postura profissional contemplando a ética, relacionamento interpessoal e a probidade, a disciplina contemplando a observância às normas e aos regulamentos, a assiduidade e a pontualidade e a dedicação ao serviço contemplando a responsabilidade, a cooperação, a iniciativa e participação na área de trabalho.

§ 2º O solicitante deverá remeter mensalmente ao órgão de pessoal relatório exclusivo elencando os servidores, seus subordinados, que

atendem aos requisitos necessários para a concessão da gratificação ora criada, bem como o percentual a ser atribuído à cada servidor.

Art. 2º - Ficam revogados, a Lei nº 583 de 17 de abril de 2008, o Artigo 9º da Lei nº 433 de 06 de maio de 2005, o Parágrafo Único do Artigo 12 da Lei nº 1.085 de 01 Abril de 2016 acrescentado pelo artigo 22 da Lei 1162 de 30 de janeiro de 2017 e demais disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor em data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 11 de Novembro de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DE HABILITAÇÃO E AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS TP 89/2019

Publicação Nº 2230904

JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 89/2019

PROCESSO: 89/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSULTORIA TÉCNICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

EMPRESAS QUE ENTREGARAM ENVELOPES:

SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

MPB SANEAMENTO LTDA

ANALISANDO AS DOCUMENTAÇÕES DAS EMPRESAS, A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DEU INICIO AO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO PROCESSO 89/2019 – TOMADA DE PREÇOS 89/2019:

APÓS ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA POR CADA UMA DAS EMPRESAS EM RELAÇÃO A HABILITAÇÃO A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ASSIM JULGOU:

-A EMPRESA SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ATENDEU A TODOS OS REQUISITOS HABILITATÓRIOS. ASSIM, A EMPRESA SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA RESTA HABILITADA NO CERTAME.

-A EMPRESA MPB SANEAMENTO LTDA ATENDEU A TODOS OS REQUISITOS HABILITATÓRIOS. ASSIM, A EMPRESA MPB SANEAMENTO LTDA RESTA HABILITADA NO CERTAME.

DESTA FORMA ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO ABRINDO DESDE JÁ O PRAZO RECURSAL. FICA MARCADA A DATA DE 26/11/2019 ÀS 14:30 PARA A ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS SE NÃO HOUVER RECURSO.

Governador Celso Ramos, 18 de Novembro de 2019.

VALMOR ANTÔNIO KAIR FILHO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

KELLY CRISTINA PEIXOTO DOS SANTOS

MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MANOEL MARCELO DA CUNHA

MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

NADIA DALMIRA ZIEGLER

MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ROSA MARIA MAILDE FLORES SOARES

MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Grão Pará

PREFEITURA

ANEXOS DO RREO - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2230889

Continua 1/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	34.539.268,40	34.683.951,73	3.632.201,80	10,47	18.939.212,52	54,61	15.744.739,21
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	25.619.268,40	25.619.268,40	3.559.076,80	13,89	18.649.337,52	72,79	6.969.930,88
IMPOSTOS	2.671.795,00	2.671.795,00	148.311,36	5,55	1.568.077,76	58,69	1.103.717,24
TAXAS	1.676.300,00	1.676.300,00	101.024,20	6,03	917.949,17	54,76	758.350,83
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	441.695,00	441.695,00	37.979,53	8,60	379.860,40	86,00	61.834,60
CONTRIBUIÇÕES	553.800,00	553.800,00	9.307,63	1,68	270.268,19	48,80	283.531,81
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	168.000,00	168.000,00	27.653,20	16,46	152.530,00	90,79	15.470,00
RECEITA PATRIMONIAL	168.000,00	168.000,00	27.653,20	16,46	152.530,00	90,79	15.470,00
VALORES MOBILIÁRIOS	150.095,00	150.095,00	6.219,01	4,14	36.045,47	24,02	114.049,53
RECEITA DE SERVIÇOS	150.095,00	150.095,00	6.219,01	4,14	36.045,47	24,02	114.049,53
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1.437.700,00	1.437.700,00	200.830,58	13,97	981.784,00	68,29	455.916,00
OUTROS SERVIÇOS	1.434.500,00	1.434.500,00	200.830,58	14,00	981.784,00	68,44	452.716,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.200,00	3.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.200,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	21.154.818,40	21.154.818,40	3.173.860,65	15,00	15.897.857,81	75,15	5.256.960,59
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	10.768.818,40	10.768.818,40	1.293.577,88	12,01	6.960.071,76	64,63	3.808.746,64
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	7.662.000,00	7.662.000,00	1.401.314,15	18,29	6.545.161,21	85,42	1.116.838,79
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	54.000,00	54.000,00	0,00	0,00	2.886,45	5,35	51.113,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.670.000,00	2.670.000,00	478.968,62	17,94	2.389.738,39	89,50	280.261,61
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	36.860,00	36.860,00	2.202,00	5,97	13.042,48	35,38	23.817,52
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	23.755,50	23.755,50	360,50	1,52	360,50	1,52	23.395,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	5.104,50	5.104,50	0,00	0,00	4.390,14	86,01	714,36
RECEITAS DE CAPITAL	8.000,00	8.000,00	1.841,50	23,02	8.291,84	103,65	-291,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.920.000,00	9.064.683,33	73.125,00	0,81	289.875,00	3,20	8.774.808,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	3.000.000,00	3.144.683,33	0,00	0,00	0,00	0,00	3.144.683,33
ALIEÇÃO DE BENS	3.000.000,00	3.144.683,33	0,00	0,00	0,00	0,00	3.144.683,33
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	5.770.000,00	5.770.000,00	73.125,00	1,27	289.875,00	5,02	5.480.125,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.650.000,00	4.650.000,00	73.125,00	1,57	289.875,00	6,23	4.360.125,00
	1.120.000,00	1.120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.120.000,00

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Continuação 2/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	34.539.268,40	34.683.951,73	3.632.201,80	10,47	18.939.212,52	54,61	15.744.739,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.539.268,40	34.683.951,73	3.632.201,80	10,47	18.939.212,52	54,61	15.744.739,21
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	191.909,94	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	34.539.268,40	34.683.951,73	3.632.201,80	10,47	19.131.122,46	55,16	15.552.829,27
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	1.096.318,30	—	—	1.096.318,30	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—	—
	—	1.096.318,30	—	—	1.096.318,30	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	34.539.268,40	36.222.220,94	3.868.122,92	19.641.242,43	16.580.978,51	3.936.825,81	19.131.122,46	17.091.098,48	17.841.934,19
DESPESAS CORRENTES	23.627.365,90	24.942.699,44	3.642.882,66	18.365.191,20	6.577.508,24	3.663.628,39	17.867.181,73	7.075.517,71	16.648.313,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.007.672,50	13.783.850,49	2.004.773,90	9.998.088,66	3.785.761,83	2.000.631,87	9.986.412,02	3.797.438,47	9.789.910,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	122.000,00	30.616,90	121.260,94	739,06	30.616,90	121.260,94	739,06	120.358,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.609.693,40	11.036.848,95	1.607.491,86	8.245.841,60	2.791.007,35	1.632.379,62	7.759.508,77	3.277.340,18	6.738.044,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.533.727,50	10.901.346,50	225.240,26	1.276.051,23	9.625.295,27	273.197,42	1.263.940,73	9.637.405,77	1.193.620,54
INVESTIMENTOS	10.044.727,50	10.524.346,50	185.203,90	929.351,00	9.594.995,50	233.161,06	917.240,50	9.607.106,00	854.230,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	489.000,00	377.000,00	40.036,36	346.700,23	30.299,77	40.036,36	346.700,23	30.299,77	339.389,73

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	34.539.268,40	36.222.220,94	3.868.122,92	19.641.242,43	16.580.978,51	3.936.825,81	19.131.122,46	17.091.098,48	17.841.934,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	378.175,00	378.175,00	0,00	0,00	378.175,00	0,00	0,00	378.175,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	378.175,00	378.175,00	0,00	0,00	378.175,00	0,00	0,00	378.175,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	34.539.268,40	36.222.220,94	3.868.122,92	19.641.242,43	16.580.978,51	3.936.825,81	19.131.122,46	17.091.098,48	17.841.934,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	34.539.268,40	36.222.220,94	3.868.122,92	19.641.242,43	16.580.978,51	3.936.825,81	19.131.122,46	17.091.098,48	17.841.934,19
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	1.097.278,33
TOTAL (XIV) = (XII + X III)	34.539.268,40	36.222.220,94	3.868.122,92	19.641.242,43	—	3.936.825,81	19.131.122,46	—	18.939.212,52
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

GRÃO PARÁ, 18/11/2019

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

DIONE HEINZEN
Técnico Contábil - CRC/SC-018981/O

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

KARLA HONORATO HERT
Controladora Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.656.725,00	1.656.725,00	918.084,17	55,42		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	286.000,00	286.000,00	183.237,22	64,07		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	81.000,00	81.000,00	53.826,60	66,45		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	763.425,00	763.425,00	359.975,63	47,15		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	393.000,00	393.000,00	219.095,16	55,75		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	6.100,00	6.100,00	988,20	16,20		
Dívida Ativa dos Impostos	115.100,00	115.100,00	80.802,82	70,20		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	12.100,00	12.100,00	20.158,54	166,60		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.138.000,00	17.138.000,00	13.491.033,53	78,72		
Cota-Parte FPM	8.900.000,00	8.900.000,00	6.005.844,50	67,48		
Cota-Parte ITR	14.000,00	14.000,00	9.807,13	70,05		
Cota-Parte IPVA	793.000,00	793.000,00	726.741,55	91,64		
Cota-Parte ICMS	7.332.000,00	7.332.000,00	6.663.748,83	90,89		
Cota-Parte IPI-Exportação	77.000,00	77.000,00	84.891,52	110,25		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.794.725,00	18.794.725,00	14.409.117,70	76,67		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.849.000,00	1.849.000,00	1.280.828,19	69,27		
Provenientes da União	1.676.500,00	1.676.500,00	1.094.875,01	65,31		
Provenientes dos Estados	172.500,00	172.500,00	185.953,18	107,80		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.900.000,00	1.900.000,00	1.280.828,19	67,41		
DESPESAS COM SAÚDE (P or Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
	4.826.040,00	5.562.167,12	4.124.002,06	74,14	4.007.749,07	72,05
Pessoal e Encargos Sociais	3.113.030,00	3.333.743,95	2.385.471,19	71,56	2.385.255,36	71,55
Outras Despesas Correntes	1.713.010,00	2.228.423,17	1.738.530,87	78,02	1.622.493,71	72,81
DESPESAS DE CAPITAL	439.000,00	451.918,26	69.196,30	15,31	69.187,30	15,31
	439.000,00	451.918,26	69.196,30	15,31	69.187,30	15,31

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	439.000,00	451.918,26	69.196,30	15,31	69.187,30	15,31
Investimentos	439.000,00	451.918,26	69.196,30	15,31	69.187,30	15,31
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.265.040,00	6.014.085,38	4.193.198,36	69,72	4.076.936,37	67,79
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.849.000,00	2.598.045,38	1.742.320,78	41,55	1.710.969,55	41,97
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.849.000,00	2.598.045,38	1.742.320,78	41,55	1.710.969,55	41,97
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.900.000,00	2.649.045,38	1.742.320,78	41,55	1.710.969,55	41,97
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.365.040,00	3.365.040,00	2.450.877,58	58,45	2.365.966,82	58,03
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
			204.599,17			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS					
Inscritos em 2018	0,00	4.596,65	25.320,96	-29.917,61			0,00
TOTAL	0,00	4.596,65	25.320,96	-29.917,61			0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2018	4.596,65			0,00			4.596,65
TOTAL (VIII)	4.596,65			0,00			4.596,65
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
Atenção Básica	4.523.770,00	3.623.726,36	86,42	3.543.874,85	86,92		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	560.200,00	451.046,28	10,76	418.456,28	10,26		
Suporte Profilático e Terapêutico	84.450,00	76.222,05	1,82	72.631,61	1,78		
Vigilância Sanitária	32.085,00	42.203,67	1,01	41.973,63	1,03		
Vigilância Epidemiológica	64.535,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	5.265.040,00	4.193.198,36	100,00	4.076.936,37	100,00		

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times lllb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

GRÃO PARÁ, 18/11/2019

MARCIO BORBA BLASUS
Prefeito MunicipalDIONE HEINZEN
Técnico Contábil - CRC/SC-018981/ODIONE HEINZEN
Secretário da AdministraçãoKARLA HONORATO HERT
Controladora Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028

NADA A DECLARAR

FONTE:

GRÃO PARÁ, 18/11/2019

MARCIO BORBA BLASIU
Prefeito Municipal

KARLA HONORATO HERT
Controladora Geral

DIONE HEINZEN
Técnico Contábil - CRC/SC-018981/O

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

Município de GRÃO PARÁ - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		34.539.268,40		
Previsão Atualizada		34.683.951,73		
Receitas Realizadas		18.939.212,52		
Déficit Orçamentário		191.909,94		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.096.318,30		
DESPESAS				
Dotação Inicial		34.539.268,40		
Créditos Adicionais		1.682.952,54		
Dotação Atualizada		36.222.220,94		
Despesas Empenhadas		19.641.242,43		
Despesas Liquidadas		19.131.122,46		
Despesas pagas		17.841.934,19		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		19.641.242,43		
Despesas Liquidadas		19.131.122,46		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		22.878.214,49		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-345.465,74	0,00
Resultado Primário		0,00	-375.243,59	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	148.740,33	35.531,44	55.775,47	57.433,42
EXECUTIVO	148.740,33	35.531,44	55.775,47	57.433,42
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.702.391,38	1.847,59	1.840.449,53	1.860.094,26
EXECUTIVO	3.702.391,38	1.847,59	1.840.449,53	1.860.094,26
TOTAL:	3.851.131,71	37.379,03	1.896.225,00	1.917.527,68
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.228.219,00	25%	28,72
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.971.546,47	60%	79,64

Continua 1/2

Município de GRÃO PARÁ - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	3.000.000,00
Despesa de Capital Líquida			1.263.940,73	9.637.405,77
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	150.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			146.761,50	154.161,85
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.365.966,82	15,00	16,42
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercicio corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GRÃO PARÁ, 18/11/2019

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

DIONE HEINZEN
Técnico Contábil - CRC/SC-018981/O

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

KARLA HONORATO HERT
Controladora Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.539.268,40	36.222.220,94	3.888.122,92	19.641.242,43	100,00	3.936.825,81	19.131.122,46	17.091.098,48
Legislativa	903.000,00	903.000,00	134.009,54	640.923,74	3,26	134.009,54	640.923,74	262.076,26
Ação Legislativa	903.000,00	903.000,00	134.009,54	640.923,74	3,26	134.009,54	640.923,74	262.076,26
Administração	2.703.370,00	2.653.370,00	327.350,02	1.774.131,91	9,03	323.939,53	1.752.085,23	901.284,77
Planejamento e Orçamento	245.850,00	245.850,00	26.278,76	130.920,42	0,67	26.278,76	120.320,42	125.529,58
Administração Geral	1.880.390,00	1.830.390,00	221.868,02	1.238.192,53	6,30	218.457,53	1.226.745,85	603.644,15
Administração Financeira	480.475,00	480.475,00	70.612,92	367.293,18	1,87	70.612,92	367.293,18	113.181,82
Controle Interno	66.655,00	66.655,00	8.590,32	36.025,78	0,18	8.590,32	36.025,78	30.629,22
Tecnologia da Informação	30.000,00	30.000,00	0,00	1.700,00	0,01	0,00	1.700,00	28.300,00
Segurança Pública	113.775,00	172.258,49	10.003,84	48.493,31	0,25	9.917,19	47.726,66	124.531,83
Policimento	83.775,00	115.601,14	9.764,84	31.092,03	0,16	9.678,19	30.325,38	85.275,76
Defesa Civil	30.000,00	56.657,35	239,00	17.401,28	0,09	239,00	17.401,28	39.256,07
Assistência Social	1.216.678,40	1.467.992,71	155.507,17	923.780,30	4,70	142.823,89	893.215,99	574.776,72
Assistência ao Idoso	84.800,00	98.370,94	5.381,30	37.390,92	0,19	3.116,82	34.993,32	63.377,62
Assistência ao Portador de Deficiência	27.018,40	28.109,09	6.000,00	15.000,00	0,08	6.000,00	15.000,00	13.109,09
Assistência à Criança e ao Adolescente	558.105,00	684.911,79	72.339,05	396.434,40	2,02	63.339,16	377.357,97	307.553,82
Assistência Comunitária	546.755,00	656.600,89	71.786,82	474.954,98	2,42	70.367,91	465.864,70	190.736,19
Saúde	5.265.040,00	6.014.085,38	921.212,56	4.193.198,36	21,35	858.673,40	4.076.936,37	1.937.149,01
Atenção Básica	4.523.770,00	5.105.166,05	804.837,25	3.623.726,36	18,45	765.610,82	3.543.874,85	1.561.291,20
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	560.200,00	714.809,94	104.755,08	451.046,28	2,30	81.238,89	418.456,28	296.353,66
Suporte Profilático e Terapêutico	84.450,00	95.633,35	5.224,39	76.222,05	0,39	5.565,89	72.631,61	23.001,74
Vigilância Sanitária	32.085,00	59.941,04	6.395,84	42.203,67	0,21	6.257,80	41.973,63	17.967,41
Vigilância Epidemiológica	64.535,00	38.535,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.535,00
Educação	7.519.860,00	7.649.222,18	1.048.344,00	5.005.983,70	25,49	1.056.529,91	4.879.903,55	2.769.318,63
Alimentação e Nutrição	271.575,00	287.788,55	39.056,91	242.239,75	1,23	53.222,22	235.395,70	52.392,85
Ensino Fundamental	3.317.305,00	3.270.404,62	381.284,16	1.753.711,56	8,93	386.125,53	1.671.135,73	1.599.268,89
Ensino Médio	111.500,00	111.985,86	18.916,17	100.116,52	0,51	19.360,89	85.856,05	26.129,81
Ensino Profissional	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Ensino Superior	62.700,00	62.700,00	7.800,00	31.300,00	0,16	7.800,00	31.300,00	31.400,00
Educação Infantil	3.524.420,00	3.643.983,15	556.424,56	2.680.001,97	13,64	545.637,88	2.659.575,46	984.407,69
Educação de Jovens e Adultos	222.360,00	262.360,00	44.862,20	198.613,90	1,01	44.383,39	196.640,61	65.719,39

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1.00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.539.268,40	36.222.220,94	3.888.122,92	19.641.242,43	100,00	3.936.825,81	19.131.122,46	17.091.098,48
Cultura	200.335,00	200.335,00	26.094,46	143.183,65	0,73	25.488,89	135.876,18	64.458,82
Difusão Cultural	200.335,00	200.335,00	26.094,46	143.183,65	0,73	25.488,89	135.876,18	64.458,82
Direitos da Cidadania	160.705,00	160.705,00	22.022,30	120.962,27	0,62	25.465,91	119.730,82	40.974,18
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	160.705,00	160.705,00	22.022,30	120.962,27	0,62	25.465,91	119.730,82	40.974,18
Urbanismo	5.204.825,00	5.368.017,49	160.169,13	851.637,88	4,34	170.588,23	822.452,84	4.545.564,65
Infra-Estrutura Urbana	4.110.000,00	4.254.683,33	0,00	35.835,94	0,18	0,00	35.835,94	4.218.847,39
Serviços Urbanos	1.094.825,00	1.113.334,16	160.169,13	815.801,94	4,15	170.588,23	786.616,90	326.717,26
Habitação	323.000,00	323.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.000,00
Habitação Urbana	323.000,00	323.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.000,00
Saneamento	1.702.075,00	1.739.075,00	196.804,13	1.036.523,81	5,28	242.905,99	972.480,87	766.594,13
Saneamento Básico Urbano	1.702.075,00	1.739.075,00	196.804,13	1.036.523,81	5,28	242.905,99	972.480,87	766.594,13
Gestão Ambiental	432.000,00	432.000,00	36.030,83	175.651,51	0,89	36.129,62	174.308,89	257.691,11
Controle Ambiental	432.000,00	432.000,00	36.030,83	175.651,51	0,89	36.129,62	174.308,89	257.691,11
Agricultura	1.012.485,00	1.012.485,00	63.662,30	375.627,85	1,91	83.902,29	363.545,97	648.939,03
Extensão Rural	487.485,00	487.485,00	63.662,30	361.127,85	1,84	69.402,29	349.045,97	138.439,03
Promoção da Produção Agropecuária	525.000,00	525.000,00	0,00	14.500,00	0,07	14.500,00	14.500,00	510.500,00
Comércio e Serviços	739.550,00	739.550,00	82.368,64	188.126,61	0,96	84.617,43	184.267,14	555.282,86
Promoção Comercial	81.850,00	81.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.850,00
Turismo	657.700,00	657.700,00	82.368,64	188.126,61	0,96	84.617,43	184.267,14	473.432,86
Transporte	5.075.020,00	5.338.887,82	460.793,18	2.825.106,66	14,38	516.733,89	2.732.366,12	2.606.521,70
Transporte Rodoviário	5.075.020,00	5.338.887,82	460.793,18	2.825.106,66	14,38	516.733,89	2.732.366,12	2.606.521,70
Desporto e Lazer	270.575,00	351.061,22	38.620,76	304.294,30	1,55	39.970,04	301.685,52	49.375,70
Desporto Comunitário	270.575,00	351.061,22	38.620,76	304.294,30	1,55	39.970,04	301.685,52	49.375,70
Encargos Especiais	1.318.800,00	1.319.000,65	185.130,06	1.033.616,57	5,26	185.130,06	1.033.616,57	285.384,08
Serviço da Divisão Interna	706.245,00	709.245,00	105.079,26	635.094,09	3,23	105.079,26	635.094,09	74.150,91
Outras Transferências	609.555,00	609.755,65	80.050,80	398.522,48	2,03	80.050,80	398.522,48	211.233,17

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.539.268,40	36.222.220,94	3.868.122,92	19.641.242,43	16.580.978,51	3.936.825,81	19.131.122,46	100,00	17.091.098,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	378.175,00	378.175,00	0,00	0,00	378.175,00	0,00	0,00	0,00	378.175,00
TOTAL (II) = (I + II)	34.539.268,40	36.222.220,94	3.868.122,92	19.641.242,43	16.580.978,51	3.936.825,81	19.131.122,46	100,00	17.091.098,48

FONTE:

GRÃO PARÁ, 18/11/2019

MARCIO BORBA BLASUS
Prefeito Municipal

KARLA HONORATO HERT
Controladora Geral

DIONE HEINZEN
Técnico Contábil - CRC/SC-018981/O

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Agô/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (Últ. 12 Meses)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.189.017,12	2.777.567,71	1.994.519,36	2.175.640,93	2.004.545,14	2.037.897,96	2.195.301,08	2.439.536,86	2.238.098,14	2.065.594,59	2.077.022,70	1.971.856,37	26.110.596,96
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	55.294,86	185.593,22	65.592,46	76.415,86	114.817,81	151.579,51	115.969,48	611.746,57	73.202,88	210.617,23	60.624,96	87.896,40	1.208.925,84
I.P.T.U.	3.095,30	389,38	652,59	1.276,52	9.695,70	4.893,35	21.899,65	160.444,28	6.235,28	2.431,19	2.498,43	1.159,31	214.946,98
I.S.S.	26.398,08	50.265,93	24.837,93	22.988,03	29.609,11	31.897,57	35.711,60	77.277,10	37.730,51	87.990,18	34.429,40	51.031,44	510.827,54
I.T.B.I.	5.048,07	12.453,23	9.921,30	1.597,66	7.709,99	5.419,91	6.243,14	6.531,77	5.255,76	5.098,45	1.440,61	4.857,25	71.377,14
I.R.P.F.	5.079,71	114.991,58	777,45	4.737,04	2.915,85	97.851,87	3.181,93	4.590,44	3.344,48	95.858,34	3.526,42	2.311,34	339.168,45
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.673,70	6.802,44	29.409,19	45.936,41	64.247,16	11.647,81	48.953,16	362.902,88	20.635,65	19.239,07	18.780,10	28.527,06	672.604,73
Contribuições	14.242,50	14.965,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.998,30
Recita Patrimonial	4.223,90	4.188,27	3.638,47	4.370,18	3.955,36	4.065,39	3.719,40	3.365,87	3.690,34	2.831,45	3.766,46	2.452,55	44.457,64
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	96.765,85	94.593,98	87.921,90	99.597,56	101.093,76	96.093,72	99.955,94	93.134,47	101.690,55	102.485,52	96.607,92	105.222,66	1.173.143,83
Transferências Correntes	2.016.126,39	2.425.292,27	1.855.417,67	1.994.311,84	1.763.973,67	1.784.667,70	1.975.648,92	1.728.351,32	2.058.837,54	1.748.737,64	1.911.102,61	1.775.033,51	23.037.461,08
Cota-Parte do FPM.	576.972,19	1.093.705,25	712.854,55	785.028,06	586.266,84	571.867,33	754.046,07	578.206,50	790.956,22	577.153,56	515.751,82	472.975,26	7.907.662,67
Cota-Parte do ICMS.	607.395,86	695.464,98	709.137,62	695.532,80	647.977,83	694.657,77	694.207,76	638.851,45	646.590,30	651.115,35	678.101,19	683.976,76	7.926.546,27
Cota-Parte do IPVA.	56.133,53	46.112,17	47.211,48	60.808,06	70.927,05	80.528,23	82.671,77	53.110,24	73.030,61	72.446,24	77.155,36	108.860,51	828.987,25
Cota-Parte do ITR.	292,82	302,55	197,16	197,16	156,99	99,94	63,22	115,98	39,69	170,30	5.019,89	3.855,10	10.402,50
Outras Transferências Correntes	519.673,06	431.256,94	107.093,05	196.690,67	238.104,50	222.269,89	246.099,73	222.679,41	312.095,36	207.270,08	394.798,29	261.099,79	3.351.279,77
Transferências de LC 61/1989	8.241,57	9.930,80	8.120,34	8.595,85	8.301,72	8.416,38	8.241,20	8.642,89	8.749,19	7.830,62	9.545,69	8.447,84	103.053,89
Transferências de LC 87/1996	1.803,29	1.803,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.606,58
Transferências do FUNDEB	245.474,07	270.716,69	250.911,77	255.499,24	232.218,74	236.708,16	245.319,17	225.745,05	227.837,17	232.740,47	242.780,37	236.208,25	2.905.929,15
Outras Receitas Correntes	1.373,62	3.264,17	1.742,86	955,69	924,54	1.171,64	988,34	2.938,63	1.196,03	920,75	920,75	1.281,25	17.690,27
DEDUÇÕES (II)	290.155,65	294.022,21	295.462,37	300.432,19	292.729,90	285.137,69	295.845,79	295.785,18	240.792,62	261.743,40	255.714,60	255.540,87	3.315.200,00
Dedução da Recita Para Formação do FUNDEB	230.159,95	294.022,21	295.462,37	300.432,19	292.729,90	285.137,69	295.845,79	295.785,18	240.792,62	261.743,40	255.714,60	255.540,87	3.315.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.937.861,47	2.443.545,50	1.699.056,99	1.867.208,74	1.711.815,24	1.772.450,27	1.899.455,29	2.183.751,68	1.997.305,52	1.803.849,19	1.815.308,10	1.716.315,50	22.878.214,49

FONTE:

GRÃO PARÁ, 18/11/2019

MARCIO BORBA BLASUS
 Prefeito Municipal

DIONE HEINZEN
 Técnico Contábil - CRCSC-016981/O

DIONE HEINZEN
 Secretário da Administração e Fazenda

KARLA HONORATO HERT
 Controladora Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	1.045,00	1.045,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	1.045,00	1.045,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	1.045,00	1.045,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	1.001.045,00	1.001.045,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	1.001.045,00	1.001.045,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS					
Outros Aportes para o RPPS	0,00					
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00					
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00					
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
	2019		2018			
	0,00				0,00	
Caixa e equivalentes de caixa						

Continua 2/3

Município de GRÃO PARÁ - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

GRÃO PARÁ, 18/11/2019

MARCIO BORBA BLASUS
Prefeito Municipal

DIONE HEINZEN
Técnico Contábil - CRC/SC-018981

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Faze

KARLA HONORATO HERT
Controladora Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.260.558,15	2.867.867,33	2.807.077,22
DEDUÇÕES (II)	16.300,47	16.300,47	16.300,47
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.924.536,30	1.180.671,96	1.121.734,43
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.702.391,38	2.972.146,26	3.149.802,88
Demaís Haveres Financeiros	16.300,47	16.300,47	16.300,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.244.257,68	2.851.566,86	2.790.776,75
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	2.285.663,37	2.177.108,73	2.166.017,89
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	958.594,31	674.458,13	624.758,86

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIIc - VIIb)	Jan a Out 2019 (VIIc - VIIa)
VALOR	-49.699,27	-333.835,45

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

GRÃO PARÁ, 18/11/2019

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

DIONE HEINZEN
Técnico Contábil - CRC/SC-018981/O

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

KARLA HONORATO HERT
Controladora Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	
RECEITAS CORRENTES (I)	25.619.268,40	18.649.337,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.671.795,00	1.568.077,76
I.P.T.U.	314.500,00	211.465,30
I.S.S.	887.500,00	433.512,87
I.T.B.I.	81.300,00	53.875,84
I.R.R.F.	393.000,00	219.095,16
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	995.495,00	650.128,59
Contribuições	168.000,00	152.530,00
Receita Patrimonial	150.095,00	36.045,47
Aplicações Financeiras (II)	150.095,00	36.045,47
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	21.154.818,40	15.897.857,81
Cota-Parte do FPM	8.486.000,00	5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS	5.978.000,00	5.331.000,03
Cota-Parte do IPVA	634.400,00	581.394,04
Cota-Parte do ITR	11.200,00	7.845,79
Transferências da LC 87/1996	17.600,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	61.600,00	67.913,18
Transferências do FUNDEB	2.670.000,00	2.389.736,39
Outras Transferências Correntes	3.296.018,40	2.400.149,77
Demais Receitas Correntes	1.474.560,00	994.826,48
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.474.560,00	994.826,48
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	25.469.173,40	18.613.292,05
RECEITAS DE CAPITAL (V)	8.920.000,00	289.875,00
Operação de Crédito (VI)	3.000.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	150.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	150.000,00	0,00
Transferências de Capital	5.770.000,00	289.875,00
Convênios	5.750.000,00	271.875,00
Outras Transferências de Capital	20.000,00	18.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	5.920.000,00	289.875,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	31.389.173,40	18.903.167,05

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	24.942.699,44	18.365.191,20	17.867.181,73	16.648.313,65	1.637.567,81	56.295,82	55.775,47
Pessoal e Encargos Sociais	13.783.850,49	9.998.088,66	9.986.412,02	9.789.910,83	473.702,99	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	122.000,00	121.260,94	121.260,94	120.358,82	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.036.848,95	8.245.841,60	7.759.508,77	6.738.044,00	1.163.864,82	56.295,82	55.775,47
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	11.036.848,95	8.245.841,60	7.759.508,77	6.738.044,00	1.163.864,82	56.295,82	55.775,47
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	24.820.699,44	18.243.930,26	17.745.920,79	16.527.954,83	1.637.567,81	56.295,82	55.775,47
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	10.901.346,50	1.276.051,23	1.263.940,73	1.193.620,54	202.881,72	0,00	0,00
Investimentos	10.524.346,50	929.351,00	917.240,50	854.230,81	202.881,72	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	377.000,00	346.700,23	346.700,23	339.389,73	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	10.524.346,50	929.351,00	917.240,50	854.230,81	202.881,72	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	378.175,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	35.723.220,94	19.173.281,26	18.663.161,29	17.382.185,64	1.840.449,53	56.295,82	55.775,47
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		-375.243,59					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019					
		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		36.045,47					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		6.267,62					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-345.465,74					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
ABAXO DA LINHA		SALDO					
		Em 31 Dez 2018(a)				Até o Bimestre/2019(b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		3.260.558,15				2.807.077,22	
DEDUÇÕES (XXIX)		33.750,00				33.750,00	
Disponibilidade de Caixa		0,00				0,00	
Disponibilidade de Caixa Bruta		1.924.536,30				1.121.734,43	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		3.702.391,38				3.149.802,88	
Demais Haveres Financeiros		33.750,00				33.750,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		3.226.808,15				2.773.327,22	
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		453.480,93					

Continua 3/4

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	552.588,50
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	-99.107,57
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-128.885,42
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.096.318,30
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.096.318,30
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

GRÃO PARÁ, 18/11/2019

MARCIO BORBA BLASIUS Prefeito Municipal	DIONE HEINZEN Técnico Contábil - CRC/SC-018981/O	DIONE HEINZEN Secretário da Administração e Fazenda
KARLA HONORATO HERT Controladora Geral		

Município de GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			R\$ 1,0
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																			RP NÃO PROCESSADOS																			
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																																						

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.676.300,00	1.676.300,00	917.949,17	54,76
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	314.500,00	314.500,00	211.465,30	67,24
1.1.1- IPTU	286.000,00	286.000,00	183.237,22	64,07
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	28.500,00	28.500,00	28.228,08	99,05
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	81.300,00	81.300,00	53.875,84	66,27
1.2.1- ITBI	81.000,00	81.000,00	53.826,60	66,45
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	300,00	300,00	49,24	16,41
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	887.500,00	887.500,00	433.512,87	48,85
1.3.1- ISS	783.000,00	783.000,00	359.840,63	45,96
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	104.500,00	104.500,00	73.672,24	70,50
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	393.000,00	393.000,00	219.095,16	55,75
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.504.000,00	18.504.000,00	13.806.174,26	74,61
2.1- Cota-Parte FPM	10.266.000,00	10.266.000,00	6.320.985,23	61,57
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.900.000,00	8.900.000,00	6.005.844,50	67,48
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	793.000,00	793.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	573.000,00	573.000,00	315.140,73	55,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.332.000,00	7.332.000,00	6.663.748,83	90,89
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	77.000,00	77.000,00	84.891,52	110,25
2.5- Cota-Parte ITR	14.000,00	14.000,00	9.807,13	70,05
2.6- Cota-Parte IPVA	793.000,00	793.000,00	726.741,55	91,64
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	–	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	20.180.300,00	20.180.300,00	14.724.123,43	72,96
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	–	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	506.600,00	506.600,00	398.787,91	78,72
5.1- Transferências do Salário-Educação	310.000,00	310.000,00	253.999,11	81,94
5.2- Transferências Diretas - PDDE	8.000,00	8.000,00	2.440,00	30,50
5.3- Transferências Diretas - PNAE	103.400,00	103.400,00	79.808,40	77,18
5.4- Transferências Diretas - PNATE	69.000,00	69.000,00	62.540,40	90,64
5.5- Outras Transferências do FNDE	16.200,00	16.200,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	–	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	300.000,00	300.000,00	286.464,00	95,49
6.1- Transferências de Convênios	300.000,00	300.000,00	286.464,00	95,49
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	–	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	–	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	114.000,00	114.000,00	79.207,92	69,48
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	920.600,00	920.600,00	764.459,83	83,04
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.315.200,00	3.315.200,00	2.698.204,61	81,39
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.780.000,00	1.780.000,00	1.201.168,62	67,48
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.354.000,00	1.354.000,00	1.332.748,80	98,43
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	15.400,00	15.400,00	16.978,34	110,25
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.800,00	2.800,00	1.961,34	70,05
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	158.600,00	158.600,00	145.347,51	91,64
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.677.000,00	2.677.000,00	2.391.695,45	89,34
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.670.000,00	2.670.000,00	2.389.738,39	89,50
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	–	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	7.000,00	7.000,00	1.957,06	27,96
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-645.200,00	-645.200,00	-308.466,22	47,81
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.873.200,00	2.013.963,32	1.971.546,47	97,89	1.971.546,47	97,89
13.1- Com Educação Infantil	1.375.780,00	1.497.536,64	1.474.876,54	98,49	1.474.876,54	98,49
13.2- Com Ensino Fundamental	497.420,00	516.426,68	496.669,93	96,17	496.669,93	96,17
14- OUTRAS DESPESAS	803.800,00	741.579,32	611.054,68	82,40	609.862,33	82,24
14.1- Com Educação Infantil	510.380,00	477.166,00	388.741,60	81,47	387.931,79	81,30
14.2- Com Ensino Fundamental	293.420,00	264.413,32	222.313,08	84,08	221.930,54	83,93
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.677.000,00	2.755.542,64	2.582.601,15	93,72	2.581.408,80	93,68
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						78.542,64
17.1 - FUNDEB 60%						66.756,64
17.2 - FUNDEB 40%						11.786,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						78.542,64
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.502.866,16
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						79,64
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						25,01
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-4,65
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						78.542,64
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						78.542,64
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.382.420,00	3.456.962,64	2.624.916,92	75,93	2.615.853,59	75,67
22.1- Creche	1.112.475,00	1.135.475,00	865.889,34	76,26	860.807,55	75,81
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	616.325,00	646.325,00	602.903,46	93,28	602.154,23	93,17
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	496.150,00	489.150,00	262.985,88	53,76	258.653,32	52,88
22.2- Pré-escola	1.339.335,00	1.410.877,64	862.781,22	61,15	858.799,68	60,87
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	339.225,00	417.767,64	364.468,32	87,24	364.407,74	87,23
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.000.110,00	993.110,00	498.312,90	50,18	494.391,94	49,78
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.307.165,00	2.297.653,91	1.432.190,81	62,33	1.382.441,83	60,17
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	790.840,00	780.840,00	718.983,01	92,08	718.600,47	92,03
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.516.325,00	1.516.813,91	713.207,80	47,02	663.841,36	43,77
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	5.689.585,00	5.754.616,55	4.057.107,73	70,50	3.998.295,42	69,48
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-308.466,22
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						78.542,64
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-229.923,58
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						4.228.219,00
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						28,72
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	312.000,00	314.315,14	258.981,15	82,40	256.262,35	81,53
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.257.700,00	1.305.715,49	473.037,23	36,23	418.634,11	32,06
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	1.569.700,00	1.620.030,63	732.018,38	45,19	674.896,46	41,66
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	7.259.285,00	7.374.647,18	4.789.126,11	64,94	4.673.191,88	63,37
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	(16.409,06)	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.389.738,39	253.999,11
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	(16.409,06)	(0,00)
47.1 Orçamento do Exercício	(16.409,06)	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.957,06	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.358.877,33	253.999,11
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	2.358.877,33	253.999,11

GRÃO PARÁ, 18/11/2019

MARCIO BORBA BLASIU
Prefeito Municipal

DIONE HEINZEN
Técnico Contábil - CRC/SC-018981/O

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

KARLA HONORATO HERT
Controladora Geral

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Gravatal

PREFEITURA

EXTRATO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2017 - IS4 SOLUÇÕES EM SAÚDE - FMS

Publicação Nº 2229651

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL
FUNDO DE SAÚDE

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

OBJETO: "IV TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO Nº 09/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL E A EMPRESA IS4 SAÚDE E TECNOLOGIA LTDA, PARA AQUISIÇÃO DO PGM – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO MUSCULOESQUELÉTICO".

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: IS4 SAÚDE E TECNOLOGIA LTDA.

ENDEREÇO: Rua Vereador Guido Bott, 35 - Bairro Santa Mônica, Florianópolis/SC.

CNPJ: 24.191.171/0001-03.

Cláusula I – Fica acrescido o valor de R\$ 862,50 (oitocentos e sessenta e dois Reais e cinquenta centavos) na parcela mensal, considerando o acréscimo já realizado e respeitando o limite de 25% nos serviços contratados com a empresa/Contratada, passando o valor da parcela de R\$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) para R\$ 8.625,00 (oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais) a partir de 01 de novembro de 2019;

Cláusula II – A despesa do presente Termo Aditivo correrá por conta da seguinte dotação contida no orçamento relativo ao exercício de 2019, a saber:

Órgão – 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 03.01 – Fundo Municipal de Saúde

Código Reduzido (27) – 3.3.90.00.00.00.00.0065- R\$ 1.725,00

Cláusula III – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 3.1 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 17 de outubro de 2019.

FRANCISMARI ROSSI LESSA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA Nº162.2019 PROCESSO 155.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 2230296

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE GUARACIABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 129/2019 - PR
CNPJ: 82.821.216/0001-82 RUA ADEMAR DE BARROS, 85 C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC	Processo Administrativo: 155/2019 Processo de Licitação: 155/2019 Data do Processo: 04/11/2019
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 162/2019 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO REMOÇÃO E DESLOCAMENTO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELETRICA NA RUA ADEMAR DE BARROS ESQUINA COM TREZE DE MAIO, GUARACIABA/SC, CONFORME ORÇAMENTO E PROJETO ELETROMECÂNICO EM ANEXO, ELABORADO PELA CELESC. EXISTE A NECESSIDADE DA ALTERAÇÃO E MELHORIA DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO EM RAZÃO QUE O MUNICÍPIO FOI CONTEMPLADO COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO PARA EXECUTAR OBRA DE RUA COBERTA, E PARA MELHOR DISPOSIÇÃO DO PROJETO HA NECESIDADE DESTA ADEQUAÇÃO.

Às 08:00 horas do dia 18 (dezoito) de novembro de dois mil e dezenove, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 155/2019, Pregão Presencial 129/2019 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a Equipe de apoio resolve recomendar a Autoridade Superior Prefeito Municipal que REVOGUE o presente Processo

haja visto que os valores máximos orçados estão em desacordo com o orçamento de custo elaborado pela CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina).

Guaraciaba, 18 de Novembro de 2019
COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI

ELIZA MARISTELA ANCHAU KINSEL
- Pregoeiro(a)

- EQUIPE DE APOIO

LUCIANE BONDAN SANTIN - Equipe de Apoio/Suplente

EXTRATOS AD01.19 CONTRATO 36.18 FMS.DOCX

Publicação Nº 2229626

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad01/19Cont36/18 - Contrato Nº: 36/2018
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Valor : 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 19/11/2019 Término: 19/11/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 118/2018
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA VEICULO GOL PLACA QHB 1063,CHASSI 9BWAA45U1FP182513, E VEICULO FIESTA HATCH

1.0 FLEX 2011/2011,CHASSI 9BFZF55A3B8156287,PLACA MIU 3311,
COM VIGENCIA DE 365 DIAS, QUE SERÃO UTILIZADOS NA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE
GUARACIABA/SC.

EXTRATOS ADITIVOS AD01.19 CONT21.18 (FMAS) MAPFRE SEGUROS GERAIS SA.DOCX

Publicação Nº 2229674

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: Ad01/19Cont21/18
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada....: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Valor : 1.710,00 (um mil setecentos e dez reais)
Vigência : Início: 19/11/2019 Término: 19/11/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : RENOVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE SEGURO
AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA VEICULO FIAT UNO MÜLLE, PLACA
MDS 9616, UTILIZADO NA SECRETARIA DE OBRAS DE GUARACIABA -
SC.

GABARITO PRELIMINAR (ANTES DOS RECURSOS) PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/2019

Publicação Nº 2230351



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019

GABARITO PRELIMINAR – Antes dos recursos

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e suas atualizações e em conformidade com as Leis municipais nº 1.645/01, nº 1.651/02, nº 1.940/06, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012, nº 1940/2006, nº 3.137/18, TORNA PÚBLICO aos interessados, o **Gabarito Preliminar – Antes dos recursos**, conforme segue:

<u>Agente de Defesa Civil</u>				
	Tipo de Prova			
	1	2	3	4
1	C	D	A	B
2	A	B	C	D
3	B	C	D	A
4	A	B	C	D
5	B	C	D	A
6	A	B	C	D
7	A	B	C	D
8	C	D	A	B
9	D	A	B	C
10	A	B	C	D
11	D	A	B	C
12	D	A	B	C
13	B	C	D	A
14	B	C	D	A
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	B	C	D	A
18	A	B	C	D
19	B	C	D	A
20	D	A	B	C

<u>Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 16</u>				
	Tipo de Prova			
	2	3	4	
1	A	B	C	
2	C	D	A	
3	B	C	D	
4	D	A	B	
5	A	B	C	
6	B	C	D	
7	D	A	B	
8	C	D	A	
9	A	B	C	
10	C	D	A	
11	B	C	D	
12	D	A	B	
13	C	D	A	
14	C	D	A	
15	B	C	D	
16	B	C	D	
17	C	D	A	
18	B	C	D	
19	C	D	A	
20	A	B	C	

<u>Professor I N1 - Anos Iniciais Ensino Fundamental</u>				
	Tipo de Prova			
	1	2	3	4
1	C	D	A	B
2	C	D	A	B
3	A	B	C	D
4	D	A	B	C
5	A	B	C	D
6	A	B	C	D
7	B	C	D	A
8	C	D	A	B
9	C	D	A	B
10	D	A	B	C
11	B	C	D	A
12	A	B	C	D
13	B	C	D	A
14	A	B	C	D
15	C	D	A	B
16	D	A	B	C
17	C	D	A	B
18	A	B	C	D
19	B	C	D	A
20	A	B	C	D



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

Professor I N1 - Educação Infantil				
	Tipo de Prova			
	1	2	3	4
1	A	B	C	D
2	D	A	B	C
3	D	A	B	C
4	C	D	A	B
5	B	C	D	A
6	A	B	C	D
7	B	C	D	A
8	A	B	C	D
9	A	B	C	D
10	B	C	D	A
11	D	A	B	C
12	C	D	A	B
13	B	C	D	A
14	A	B	C	D
15	C	D	A	B
16	D	A	B	C
17	C	D	A	B
18	A	B	C	D
19	B	C	D	A
20	A	B	C	D

Professor II N1 - Arte				
	Tipo de Prova			
	1	2	3	4
1	B	C	D	A
2	C	D	A	B
3	A	B	C	D
4	D	A	B	C
5	B	C	D	A
6	C	D	A	B
7	C	D	A	B
8	A	B	C	D
9	A	B	C	D
10	C	D	A	B
11	C	D	A	B
12	A	B	C	D
13	B	C	D	A
14	A	B	C	D
15	C	D	A	B
16	D	A	B	C
17	C	D	A	B
18	A	B	C	D
19	B	C	D	A
20	A	B	C	D

Professor II N1 - Educação Física				
	Tipo de Prova			
	1	2	3	4
1	D	A	B	C
2	C	D	A	B
3	B	C	D	A
4	C	D	A	B
5	B	C	D	A
6	A	B	C	D
7	D	A	B	C
8	C	D	A	B
9	A	B	C	D
10	C	D	A	B
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	B	C	D	A
14	A	B	C	D
15	C	D	A	B
16	D	A	B	C
17	C	D	A	B
18	A	B	C	D
19	B	C	D	A
20	A	B	C	D



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

Professor II N1 - História				
	Tipo de Prova			
	1	2	3	4
1	A	B	C	D
2	D	A	B	C
3	B	C	D	A
4	A	B	C	D
5	C	D	A	B
6	C	D	A	B
7	B	C	D	A
8	B	C	D	A
9	D	A	B	C
10	D	A	B	C
11	B	C	D	A
12	A	B	C	D
13	B	C	D	A
14	A	B	C	D
15	C	D	A	B
16	D	A	B	C
17	C	D	A	B
18	A	B	C	D
19	B	C	D	A
20	A	B	C	D

Professor II N1 - Matemática				
	Tipo de Prova			
	1	2	3	4
1	C	D	A	B
2	D	A	B	C
3	B	C	D	A
4	A	B	C	C
5	C	D	A	B
6	D	A	B	C
7	B	C	D	A
8	A	B	C	D
9	D	A	B	C
10	C	D	A	B
11	B	C	D	A
12	A	B	C	D
13	B	C	D	A
14	A	B	C	D
15	C	D	A	B
16	D	A	B	C
17	C	D	A	B
18	A	B	C	D
19	B	C	D	A
20	A	B	C	D

Professor II N1 - Geografia			
	Tipo de Prova		
	1	2	3
1	A	B	C
2	B	C	D
3	D	A	B
4	A	B	C
5	D	A	B
6	A	B	C
7	D	A	B
8	B	C	D
9	C	D	A
10	D	A	B
11	B	C	D
12	A	B	C
13	B	C	D
14	A	B	C
15	C	D	A
16	D	A	B
17	C	D	A
18	A	B	C
19	B	C	D
20	A	B	C



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

Professor II N1 - Português			
	Tipo de Prova		
	1	3	4
1	C	D	A
2	B	C	D
3	D	A	B
4	A	B	C
5	C	D	A
6	D	A	B
7	B	C	D
8	D	A	B
9	C	D	A
10	A	B	C
11	D	A	B
12	B	C	D
13	B	D	A
14	A	C	D
15	C	A	B
16	D	B	C
17	C	A	B
18	A	C	D
19	B	D	A
20	A	C	D

Professor II N1 - Inglês		
	Tipo de Prova	
	1	4
1	B	C
2	C	D
3	A	B
4	D	A
5	C	D
6	A	B
7	C	D
8	D	A
9	C	D
10	B	C
11	D	A
12	A	B
13	B	A
14	A	D
15	C	B
16	D	C
17	C	B
18	A	D
19	B	A
20	A	D

Professor II N1 - Ciências	
	Tipo de Prova
	3
1	B
2	B
3	C
4	A
5	A
6	B
7	A
8	C
9	D
10	B
11	A
12	B
13	D
14	C
15	A
16	B
17	A
18	C
19	D
20	C

Professor II N1 - Espanhol	
	Tipo de Prova
	4
1	D
2	B
3	A
4	A
5	B
6	C
7	B
8	D
9	C
10	C
11	C
12	A
13	A
14	D
15	B
16	C
17	B
18	D
19	A
20	D



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

Técnico em Treinamento Desportivo	
	Tipo de Prova
	2
1	B
2	C
3	C
4	C
5	D
6	B
7	C
8	C
9	A
10	A
11	C
12	A
13	C
14	B
15	D
16	A
17	D
18	B
19	C
20	B

Guaraciaba – SC, 18 de Novembro de 2019.

ROQUE LUIZ MENEGHINI
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

ERRATA DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DA SESSÃO DO PREGÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 236/2019 – PMG

Publicação Nº 2230120

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DA SESSÃO DO PREGÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 236/2019 – PMG

Objeto: Registro de preços para aquisição de eletrodomésticos, ar-condicionados e outros equipamentos para a Administração Direta e Indireta de Guaramirim (SC).

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, neste ato representada pelo seu Prefeito, o Sr. Luis Antonio Chiodini, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a ERRATA DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO do Edital de Pregão Eletrônico nº 236/2019 – PMG.

1. ERRATA DO EDITAL

1.1. No item 4.1 da Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II), bem como no Prazo de Entrega do Termo de Referência (Anexo VIII), fora alterado o prazo de entrega de 10 (dez) dias para 20 (vinte) dias.

2. ALTERAÇÃO DA DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTA E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

2.1. Entrega das propostas até as 13h59 do dia 29 de novembro de 2019.

2.2. Abertura da sessão pública de pregão às 14h do dia 29 de novembro de 2019.

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, ou na plataforma de compras públicas <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, ou pelo e-mail gabriel.felippi@guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 18 de novembro de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 13/2019 DISPÕE DA APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS, ANO 2018.

Publicação Nº 2229610

RESOLUÇÃO Nº 13/2019

Dispõe da aprovação do Demonstrativo Sintético de Execução Física e Financeira do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social – SUAS, ano 2018.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº. 4.468/2017, e,

Considerando a reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, realizada no dia 14 de novembro de 2019, às 08h30min no auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação. Sob ata nº. 15/2019;

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Demonstrativo Sintético de Execução Física e Financeira do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social – SUAS, ano 2018, conforme segue:

§1º. Serviços/Programas do Governo Federal – Sistema Único da Assistência Social:

I. Proteção Social Básica, saldo a ser reprogramado no valor de R\$ 199.764,51 (cento e noventa e nove mil setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

II. Proteção Social Especial saldo a ser reprogramado no valor de R\$ 154.877,42 (cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos).

§ 2º. Programas e Projetos:

I. ACESSUAS Trabalho saldo a ser reprogramado no valor de R\$ 9.518,80 (nove mil quinhentos e dezoito reais e oitenta centavos).

II. BPC na escola, saldo a ser reprogramado no valor de R\$ 790,40 (setecentos e noventa reais e quarenta centavos).

§ 3º. Aprovar o Demonstrativo do IGD-PBF do Governo Federal – Sistema Único da Assistência Social, ano 2018, com a reprogramação de

R\$ 26.293,63 (vinte e seis mil duzentos e noventa e três reais e sessenta e três centavos), para as atividades fins;
§ 4º. Aprovar o Demonstrativo do IGD - SUAS do Governo Federal – Sistema Único da Assistência Social, ano 2018, com a reprogramação R\$ 7.599,84 (sete mil quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), para as atividades fins: sendo que deste valor R\$ 227,97 (duzentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos) se referem ao fortalecimento do controle social e R\$7.371,87 (sete mil trezentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos) para despesas com aprimoramento da Gestão do SUAS.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 18 de novembro de 2019.

FRANCINNE MAIRA ESPEZIM PEIXER

Presidente do CMAS

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Nº 236/2019 - PMG

Publicação Nº 2230118

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Processo Licitatório nº 236/2019 – PMG

Modalidade: Pregão Eletrônico no Sistema de Registro de Preços.

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Registro de preços para aquisição de eletrodomésticos, ar-condicionados e outros equipamentos para a Administração Direta e Indireta de Guaramirim (SC).

Reportando-se a impugnação interposta pela empresa DISTRIBUIDORA PLAMAX EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.918.483/0001-57, ora Impugnante, referente ao Pregão Eletrônico nº 236/2019 – PMG, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de eletrodomésticos, ar-condicionados e outros equipamentos para a Administração Direta e Indireta de Guaramirim (SC).

1. DA TEMPESTIVIDADE

Observa-se que a Impugnante solicitou seu Pedido de Impugnação no dia 14 de novembro de 2019, às 17h44, conforme sistema informatizado do Portal de Compras Públicas, e considerando que a abertura da Sessão Pública estava agendada para o dia 21 de novembro de 2019, às 14h, conforme item 2.1 do Edital nº 236/2019 – PMG, e sendo o prazo de impugnação de 2 (dois) dias úteis, conforme item 5.1 do Edital, o Pedido de Impugnação é tempestivo.

2. DA ALEGAÇÃO

Em síntese, a impugnante alega que o Edital possui vícios na exigência excessiva de prazo de entrega restritivo (10 (dez) dias), o que prejudicaria a competitividade e restringiria territorialmente o escopo de interessados, ensejando também em sobrepreço pela necessidade de precificar possíveis atrasos, além do custo elevado do transporte em prazo tão curto.

3. DA ANÁLISE

Ao analisar as razões do Pedido de Impugnação, o mesmo merece ser acolhido, visto que o objeto licitado não possui urgência na sua solicitação e poderá ser feito justo planejamento das aquisições, além de ampliar o universo competitivo do certame.

4. DA CONCLUSÃO

Portanto, CONHEÇO E ACOLHO o Pedido de Impugnação da Impugnante, determino a alteração do Edital para sua devida adequação à exigência legal e sua republicação em todos os meios já utilizados, bem como a ciência à Impugnante desta decisão e sua publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – DOM/SC.

Guaramirim (SC), 18 de novembro de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal de Guaramirim

Guarujá do Sul

PREFEITURA

168/2019

Publicação Nº 2230437

DECRETO Nº 168/2019
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.608/2018 de 22 de novembro de 2018

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 135.350,00 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

04- Gerência de Compras, Licitações e Convênios:

Atividade: 0404.04.122.0002.2.059

3.3.90.00-00.00.118 - Aplicações Diretas R\$ 350,00

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.361.0014.2.009

3.1.90.00-00.00.105 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Atividade: 0502.12.365.0015.2.104

3.1.90.00-00.00.105 Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Soma R\$ 135.350,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

04- Gerência de Compras, Licitações e Convênios:

Atividade: 0404.04.122.0002.2.059

3.1.90.00-00.00.118 - Aplicações Diretas R\$ 350,00

Art. 3º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2019, referente aos recursos do FUNDEB o valor de R\$ 135.000,00.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 176.611,13 (cento e setenta e seis mil, seiscentos e onze reais e treze centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Unidade 04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010 2.093 – Manutenção do PAB

3.1.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas R\$ 176.611,13

Art. 5º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Excesso de Arrecadação do exercício de 2019, referente aos recursos SUS/PAB/Emendas de Bancada no valor de R\$ 162.000,00 e Excesso de Arrecadação do exercício de 2019, referente aos recursos SUS/PAB no valor de R\$ 14.611,13.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio

Secretário Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 42/2019

Publicação Nº 2229920

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 42/2019

PROCESSO LICITATORIO Nº. 60/2019 – TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para execução de passeios em paver em ruas diversas do município de Guarujá do Sul, conforme Projeto Técnico, Orçamento e Cronograma Físico / Financeiro.

VALOR: R\$ 187.830,57

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: 03 meses

VIGENCIA DO CONTRATO: 31/12/2020

Guarujá do Sul, SC, 18 de novembro de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

Guatambú

PREFEITURA

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 542/2019

Publicação Nº 2229599

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 542/2019
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 479/2019 OBJETO: APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO
Contratada: Gilmar Bandeira
Valor: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 12 de novembro de 2019.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 543/2019

Publicação Nº 2229597

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 543/2019
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 480/2019 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM SONORIZAÇÃO
Contratada: Wagner Sonorização e Iluminação LTDA
Valor: R\$ 3.850,00 (três mil oitocentos e cinquenta reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 13 de novembro de 2019.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 545/2019

Publicação Nº 2229631

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 545/2019
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 481/2019 OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL TERRENO PARA INSTALAÇÃO DA CASA DO PAPAI NOEL.
Contratada: Zuleica Salete Schneider
Valor: R\$ 1.000,00 (um mil reais).
Fundamento: Inciso X do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 13 de novembro de 2019.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 47/2019

Publicação Nº 2230841

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 547/2019.

Pregão Presencial RP n. 47/2019.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA OS EVENTOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE GUATAMBU SC, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos no Anexo I deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 13:30 horas do dia 29/11/2019.

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 29/11/2019.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 19 de novembro de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 538/2019

Publicação Nº 2229620

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 538/2019

Edital: INEXIGIBILIDADE Nº.06/2019

OBJETO: APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA

Contratada: Gilmar Bandeira

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Fundamento: Inciso III do Art. 25 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 11 novembro de 2019.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ALEXANDRE GONÇALVES DOS SANTOS

Publicação Nº 2230258

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o Senhor ALEXANDRE GONÇALVES DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.430.759-98, aprovado em 1º (primeiro) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 4.106/2019, de 13 de novembro de 2019, para o Cargo de Recepcionista (UPA), 42 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D´Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria de Saúde.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste em 14 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____ ALEXANDRE GONÇALVES DOS SANTOS

CONVOCAÇÃO ANA CAROLINA BROCO

Publicação Nº 2230137

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora ANA CAROLINA BROCO, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 021.677.850-62, aprovada em 3º (terceiro) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 4.106/2019, de 13 de novembro de 2019, para o Cargo de Médico, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D´Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria onde houver a vacância do cargo.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste em 14 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____ ANA CAROLINA BROCO

CONVOCAÇÃO JULIA FRITSCH SILVA

Publicação Nº 2230108

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora JULIA FRITSCH SILVA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 080.868.619-45, aprovada em 2º (segundo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 4.106/2019, de 13 de novembro de 2019, para o Cargo de Médico, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D´Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional

requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria onde houver a vacância do cargo.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 14 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____ JULIA FRITSCH SILVA

CONVOCAÇÃO KAIO MATHEUS ZORZZI

Publicação Nº 2230260

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o Senhor KAIO MATHEUS ZORZZI, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 122.202.609-09, aprovado em 2º (segundo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 4.106/2019, de 13 de novembro de 2019, para o Cargo de Recepcionista (UPA), 42 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria de Saúde.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 14 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____ KAIO MATHEUS ZORZZI

CONVOCAÇÃO MARCELO LUAN

Publicação Nº 2230101

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o Senhor MARCELO LUAN, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.217.559-86, aprovado em 1º (primeiro) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 4.106/2019, de 13 de novembro de 2019, para o Cargo de Médico, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria onde houver a vacância do cargo.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 14 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____ MARCELO LUAN

CONVOCAÇÃO MARIANE SECCHI DOS SANTOS

Publicação Nº 2230261

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora MARIANE SECCHI DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 077.315.619-41, aprovado em 5º (quinto) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 4.106/2019, de 13 de novembro de 2019, para o Cargo de Médico, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D´Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria onde houver a vacância do cargo.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste em 18 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____ MARIANE SECCHI DOS SANTOS

CONVOCAÇÃO VITOR BASTOS BRANDALISE

Publicação Nº 2230142

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o Senhor VITOR BASTOS BRANDALISE, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.172.909-05, aprovado em 4º (quarto) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 4.106/2019, de 13 de novembro de 2019, para o Cargo de Médico, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D´Oeste para apresentar Documentos, Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria onde houver a vacância do cargo.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste em 14 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____ VITOR BASTOS BRANDALISE

LEI Nº 3378/2019

Publicação Nº 2230331

LEI Nº 3378/2019

“Abre Crédito Adicional Suplementar”

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste,
Faço saber a todos habitantes do Município de Herval
d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de
Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a anular parcialmente no valor R\$ 45.000,00 (Quarente e cinco mil reais), as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
0601.12.365.0011-1007	Aquisição Brinquedos p/ parque infantil e manut. dos já existentes				
33900000	053	100	Outras Despesas Correntes	R\$	20.000,00
0601.12.365.0018-1016	Construção e implantação de Centro de Educação Infantil				
44900000	077	100	Investimentos	R\$	25.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar	45.000,00
--	-----------

Art. 2º - Com os recursos advindos das anulações de que trata o art. 1º ficam suplementadas no valor R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) as contas do Orçamento Vigente com as seguintes classificações:

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES				
0604	DEPARTAMENTO DE ESPORTES				
0604.27.812.0017-2039	Manutenção, encargos e atividades do departamento de esportes				
33900000	133	100	Outras Despesas Correntes	R\$	15.000,00

0700	SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO				
0701	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO				
0701.23.695.0020-2048	Transferência de recursos a Entidades Representativas				
33500000	151	100	Transf. A Instituições Privadas S.F. Lucrat.	R\$	30.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar	45.000,00
--	-----------

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste.SC, 18 de novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3379/2019

“Abre Crédito Adicional Suplementar”

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste,
Faço saber a todos habitantes do Município de Herval
d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de
Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a anular parcialmente no valor R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401.082440043-1067	Aquisição, construção e/ou reforma de espaço físico destinados aos serviços de Proteção Social Básica				
44900000	030	100	Investimentos	R\$	10.000,00
1401.08.244.0042-2093	Manutenção, encargos e atividades da Secretaria de Assistência Social				
31900000	013	153	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	30.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar	40.000,00
--	-----------

Art. 2º - Com os recursos advindos das anulações de que trata o art. 1º ficam suplementadas no valor R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) as contas do Orçamento Vigente com as seguintes classificações:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401.08.244.0041-2091	Manutenção, Encargos e Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional				
33900000	003	100	Outras Despesas Correntes	R\$	10.000,00
0801.08.244.0043-2100	Manutenção, encargos e atividades dos Serviços de Proteção Social Básica				
33900000	033	153	Outras Despesas Correntes	R\$	15.000,00
1401.08.244.0052-2103	Manutenção, encargos e atividades Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade				
33900000	041	153	Outras Despesas Correntes	R\$	15.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar	40.000,00
--	-----------

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Herval d'Oeste.SC, 18 de novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI
PREFEITO MUNICIPAL

PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO JULIA FRITSCH SILVA

Publicação Nº 2230130

PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO

JULIA FRITSCH SILVA, brasileiro (a), inscrito(a) no CPF nº 080.868.619-45, aprovado(a) e classificado(a) em (2º) Segundo lugar na vaga de Médico-40 horas, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2019/HO, Homologado em 13 de novembro de 2019, vem mui respeitosamente perante a Vossa Excelência, requerer a reclassificação do cargo para o último lugar da lista classificatória deste Edital.

Herval d'Oeste, em 18 de novembro de 2019

JULIA FRITSCH SILVA

PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO MARCELO LUAN

Publicação Nº 2230124

PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO

MARCELO LUAN, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 084.217.559-86, aprovado(a) e classificado(a) em (1º) Primeiro lugar na vaga de Médico-40 horas, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2019/HO, Homologado em 13 de novembro de 2019, vem mui respeitosamente perante a Vossa Excelência, requerer a reclassificação do cargo para o último lugar da lista classificatória deste Edital.

Herval d'Oeste, em 18 de novembro de 2019

MARCELO LUAN

PORTARIA Nº 1586/2019

Publicação Nº 2230672

PORTARIA Nº 1586/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora CRISTIANE LIMA (MATRÍCULA 4922), a contar de 31 de outubro de 2019, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, a qual exerce a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível - 2, Referência - A, Anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turno matutino, junto ao GEM Prof. Adolfo Becker (Extensão CMEI Valdete Souza Nodari), conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 31 de outubro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de Novembro de 2019.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 1587/2019

Publicação Nº 2230677

PORTARIA Nº 1587/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 1093/2019, da servidora MARCIANA APARECIDA ROSA (MATRÍCULA 5088), para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, sendo que a mesma passará a substituir à servidora Cristiane Lima, que se encontra em gozo de Licença para Tratamento de Saúde, junto ao GEM Prof. Adolfo Becker (Extensão CMEI Valdete Souza Nodari), turno matutino, a contar de 31 de outubro de 2019, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2019, classificada em 7º (sétimo) lugar, no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 002/2019/HO, homologado através do Decreto nº 4.027/2019 de 03 de maio de 2019, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 31 de outubro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1588/2019

Publicação Nº 2230682

PORTARIA Nº 1588/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato Temporário, a contar de 18 de novembro de 2019, o Servidor AIRTON JOSÉ BRANDALISE (MATRÍCULA 5060), o qual exercia a função de PROFESSOR DE ARTES – Não Habilitado, Nível - 1, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turnos matutino e vespertino, junto à EBM Estação Luzerna, em substituição à servidora Janelise Bressan de Lázaro, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1589/2019

Publicação Nº 2230685

PORTARIA Nº 1589/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora CLÁUDIA MARIA SCHREIDER (MATRÍCULA 2872), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível – 6/2, Referência - D, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2018 a 18 de agosto de 2019, para serem gozadas a contar de 18 de novembro de 2019 a 29 de novembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1590/2019

Publicação Nº 2230688

PORTARIA Nº 1590/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora BETINA CECCONELLO (MATRÍCULA 391), ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, Nível – 13/1, Referência - K, 20 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2018 a 18 de agosto de 2019, para serem gozadas a contar de 18 de novembro de 2019 a 29 de novembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1591/2019

Publicação Nº 2230691

PORTARIA Nº 1591/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora MARIZA MIOTTO (MATRÍCULA 2582), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência - E, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 18 de novembro de 2019 a 29 de novembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1592/2019

Publicação Nº 2230693

PORTARIA Nº 1592/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora LEIDIONETE ZARPELON DANIELLI (MATRÍCULA 3727), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de fevereiro de 2018 a 15 de fevereiro de 2019, para serem gozadas a contar de 18 de novembro de 2019 a 29 de novembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1593/2019

Publicação Nº 2230697

PORTARIA Nº 1593/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora EDNA SCALABRIN MARTINI (MATRÍCULA 2952), ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível – 7, Referência - C, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2015 a 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a contar de 18 de novembro de 2019 a 29 de novembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de novembro de 2019.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 1594/2019

Publicação Nº 2230703

PORTARIA Nº 1594/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora ROSI MARIA HILLA (MATRÍCULA 603), ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível – 8, Referência - D, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2015 a 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a contar de 18 de novembro de 2019 a 29 de novembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de novembro de 2019.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 1595/2019

Publicação Nº 2230704

PORTARIA Nº 1595/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 1548/2019, da servidora KARINE THAIS FERREIRA (MATRÍCULA 5102), a qual exerce a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, sendo que a mesma passará a atuar junto ao CMEI Criança Feliz, turno matutino, em substituição à servidora Rosi Maria Hilla, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, a contar de 18 de novembro de 2019 a 29 de novembro de 2019, classificada em 18º (décimo oitavo) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 002/2019/HO, homologado através do Decreto nº 4.027/2019 de 03 de maio de 2019, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de Novembro de 2019.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 1596/2019

Publicação Nº 2230709

PORTARIA Nº 1596/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (VINTE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 829/2019, à servidora ADRIANA CHIAMOLERA (MATRÍCULA 3681), ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível – 12/1, Referência - B, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 30 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 26 de maio de 2017 e 29 de maio de 2018, para serem usufruídas a partir de 18 de novembro de 2019 a 07 de dezembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de novembro de 2019.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 1597/2019

Publicação Nº 2230713

PORTARIA Nº 1597/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 569/2019, à servidora ELIANI MARIA CAVALLI (MATRÍCULA 4007), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível – 8, Referência - B, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de outubro de 2017 e 10 de outubro de 2018, para serem usufruídas a partir de 18 de novembro de 2019 a 02 de dezembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de novembro de 2019.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 1598/2019

Publicação Nº 2230717

PORTARIA Nº 1598/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (VINTE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 265/2019, à servidora CLAUDIMERI FÁTIMA DOS SANTOS (MATRÍCULA 4102), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência - B, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de março de 2017 e 09 de março de 2018, para serem usufruídas a partir de 18 de novembro de 2019 a 07 de dezembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de novembro de 2019.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 1599/2019

Publicação Nº 2230719

PORTARIA Nº 1599/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 1277/2018, ao servidor ELTON VOLNEI MASCARELLO (MATRÍCULA 2785), ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência - E, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de junho de 2017 e 23 de junho de 2018, para serem usufruídas a partir de 18 de novembro de 2019 a 29 de novembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de novembro de 2019.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 1600/2019

Publicação Nº 2230722

PORTARIA Nº 1600/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora LIANA KRUG (MATRÍCULA 5113), para exercer a função de ENFERMEIRO, Nível – 12/1, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, em substituição à servidora Sandy Cássia Mendes Vieira, que se encontra afastada em tratamento de saúde, a contar de 18 de novembro de 2019, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado a vigência do Processo Seletivo nº 001/2019/SMS/HO, em que fora classificada em 12º (décimo segundo) lugar, o qual foi homologado através do Decreto nº 4.012/2019 de 20 de março de 2019, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de novembro de 2019.
Américo Lorini
Prefeito

IPREVI/HO**RESOLUÇÃO Nº 039/2019**

Publicação Nº 2230776

RESOLUÇÃO Nº 39/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COMUM, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES À ÚLTIMA REMUNERAÇÃO E PARIDADE, AO SERVIDOR ANTONIO NELSON ROMUALDO.”

LOREDÍ DE DEUS E SILVA, Presidente do Conselho de Administração, e BRUNNA KARLA COSTENARO PROVENCI, Diretora de Gestão Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, formalizado pelo servidor em 01/10/2019;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 1232/2019, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 1585/2019 de 18/11/2019;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e do art. 36 da Emenda Constitucional nº 103/2019, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, ao servidor Antonio Nelson Romualdo (Matrícula nº 447), ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível – 5, Classe – K, do Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011 - Quadro Geral de Carreira deste Município -, 40 horas semanais, com proventos integrais equivalendo à última remuneração e paridade; a partir de 18 de novembro de 2019;

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste/SC, 18 de novembro de 2019.
BRUNNA KARLA COSTENARO PROVENCI
Diretora de Gestão
Administrativa

LOREDÍ DE DEUS E SILVA
Presidente do Conselho
de Administração

Ibiam

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA 003/2019

Publicação Nº 2230766

MUNICÍPIO DE IBIAM
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2019
MODALIDADE CONCORRÊNCIA N. 003/2019

O Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, o Senhor IVANIR ZANIN, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, com fundamento no art. 5º da Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e na Lei Municipal n. 025, de 24 de novembro de 2011, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Concorrência, do Tipo Melhor Oferta, para CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, pelo período de quinze anos, de dois imóveis públicos, terrenos, a título de incentivo econômico, visando o desenvolvimento socioeconômico local, como estímulo à implantação de atividade no ramo da indústria, comércio ou prestação de serviços. O edital estará disponível no site do município www.ibiam.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3534-0044. O certame licitatório realizar-se-á na data de 18/12/2019.

Ibiam-SC, 19 de novembro de 2019.
IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO 37 - 2019 SERVIÇOS DE IMPRESSÃO

Publicação Nº 2229722

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2019 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2019 PMI

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ, como órgão gerenciador, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, tornam público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 08/2006, Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Ibicaré, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 09:00 horas do dia 29 de novembro de 2019, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Objeto: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos de pequeno, médio e grande porte, nos sistemas offset, impressão digital e/ou serigrafia.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 18 de novembro de 2019

Gianfranco Volpato

Prefeito

EDITAL PREGÃO 38 - 2019 AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 2230790

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2019 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2019 PMI

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ, como órgão gerenciador, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, tornam público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 08/2006, Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS de combustíveis, visando eventuais aquisições futuras.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Ibicaré, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 14:00 horas do dia 29 de novembro de 2019, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal e dos órgãos participantes.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 18 de novembro de 2019

Gianfranco Volpato

Prefeito

PORTARIA Nº 207-2019

Publicação Nº 2230511

PORTARIA Nº 207 de 08 de outubro de 2019.

"CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, embasado na Constituição Federal e de conformidade com a Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000 em seu artigo 28, Inciso I e Artigo 29

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA A PEDIDO o servidor IVANEY BENTO DA SILVA, brasileiro, casado, nascido no dia dezessete do mês de junho de 1.980, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 01, classe "A", Anexo II, Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo I – Atividades e Serviços Gerais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 08 de outubro de 2019.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA Nº 208-2019

Publicação Nº 2230512

PORTARIA Nº 208, de 08 de outubro de 2019.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré, no uso de suas atribuições e, de conformidade com os artigos 53 e 54 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000 e Lei Complementar nº 050 de 14 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias regulamentares, com um terço de conversão pecuniária, ao servidor SÉRGIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, nível 15, classe "B", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo III – Atividades de Administração Geral, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referentes ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2018 à 02 de fevereiro de 2019, a que faz jus.

Art. 2º. Autoriza o gozo de férias pelo período de 10 (dez) dias compreendidos entre 14 de outubro de 2019 à 23 de outubro de 2019.

Art. 3º. O saldo remanescente das férias, será gozado posteriormente.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 08 de outubro de 2019.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA Nº 209-2019

Publicação Nº 2230515

PORTARIA Nº 209, de 17 de outubro de 2019.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com a Lei Complementar nº 1230 de 15 de março de 2000 em seu Artigo 56, Inciso I, § 1º ao 4º

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Licença para Tratamento de Saúde ao servidor VALDECIR VERRUCK, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, nível 12, Classe "F", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A Licença de que trata o caput deste artigo, será pelo período determinado por perícia médica.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 17 de outubro de 2019.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA Nº 210-2019

Publicação Nº 2230521

PORTARIA Nº 210, de 21 de outubro de 2019.

CONVOCA PARA RETORNO IMEDIATO DAS FÉRIAS REGULAMENTARES O SERVIDOR QUE MENCIONA

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, e artigo 55 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000

RESOLVE:

Art. 1º. CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, a partir do dia 21 de outubro de 2019, por motivo de superior interesse público, interrompendo o gozo das férias regulamentares, concedidas pela Portaria nº 208, de 08 de outubro de 2019, o servidor SÉRGIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, nível 15, classe "B", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo III – Atividades de Administração Geral, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. O saldo remanescente das férias, serão gozadas posteriormente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 21 de outubro de 2019.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA Nº 211-2019

Publicação Nº 2230517

PORTARIA Nº 211 de 29 de outubro de 2019.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, nos termos da Cláusula Sexta – Da Rescisão, do Contrato Administrativo de Admissão em Caráter Temporário nº 079/2018/FMS/PSF

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o servidor FERNANDA DE OLIVEIRA FERNANDES, do cargo público de Agente de Combate as Endemias, Programa Saúde da Família-PSF.

Parágrafo único. A exoneração dá-se por iniciativa do servidor a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 29 de outubro de 2019.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA Nº 212-2019

Publicação Nº 2230523

PORTARIA Nº 212 de 04 de novembro de 2019.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 e 54 da Lei

Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares, com um terço de conversão pecuniária, ao servidor ANDERSON HOFFELDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, nível 12, Classe "E", Anexo II- Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referentes ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2018 à 02 de fevereiro de 2019, a que faz jus.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 04 de novembro de 2019 à 03 de dezembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 04 de novembro de 2019.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA Nº 213-2019

Publicação Nº 2230524

PORTARIA Nº 213 de 05 de novembro de 2019.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE MENCIONA.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 27 e o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré, Lei Complementar nº 1.230, de 15 de março de 2000, com base no Decreto nº 025 de 16 de maio de 2019, referente homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, SIRLEI EBERT STOBBE, brasileira, casada, maior, nascida no dia vinte e dois do mês de julho de 1.975, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 01, classe "A", Anexo II, Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo I – Atividades e Serviços Gerais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 05 de novembro de 2019.

GIANFRANCO VOLPATO

PREFEITO

PORTARIA Nº 214-2019

Publicação Nº 2230525

PORTARIA Nº 214, de 05 de novembro de 2019.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares, ao servidor THIAGO ALEXANDRE RODRIGUES SALVI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamento- Trator Agrícola, nível 12, classe "B", Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referentes ao período aquisitivo de 04 de janeiro de 2018 à 04 de janeiro de 2019, a que faz jus

Art. 2º. Autoriza o gozo de férias pelo período de 20 (vinte) dias a contar de 11 de novembro de 2019 a 30 de novembro de 2019.

Art. 3º. O saldo remanescente das férias, será gozado posteriormente.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 05 de novembro de 2019.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA Nº 215-2019

Publicação Nº 2230528

PORTARIA Nº 215, de 06 de novembro de 2019.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e para os fins do artigo 51, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada.

RESOLVE

Artigo 1º. Ficam nomeados, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, pelo período de 02 anos, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros:

Servidores públicos qualificados pertencentes aos quadros permanentes ou temporários dos órgãos responsáveis pela licitação:

- 1 - ELCIO MELERE - Supervisor de Compras - Presidente da Comissão;
- 2 - MARLENE ALBERGUINI - Representante do Setor de Saúde - membro
- 3 - JOÃO NELSON ANTES - Representante do Setor Social- membro
- 4 - FABIANA BORDIGNON - Oficial Administrativo - membro

§ 1º. Compete à Comissão Permanente de Licitações processar e julgar a habilitação preliminar e as propostas, com a presença de, pelo menos, 03 (três) membros.

§ 2º. A Comissão Especial a quem incumbirá o julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrado por profissionais legalmente habilitados, sendo 02 (dois) deles, pelo menos, pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

§ 3º. Substituirá o presidente, no caso de impedimento, o membro imediatamente seguinte na ordem de nomeação dada neste artigo e, assim, sucessivamente.

Artigo 2º. Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações serão secretariados pelo servidor municipal: Fabiana Bordignon.

Artigo 3º. Os membros da Comissão Permanente responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Artigo 4º. As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação não são remuneradas, mas consideradas de relevante interesse público.

Artigo 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 226, de 06 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 06 de novembro de 2019.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA Nº 216-2019

Publicação Nº 2230530

PORTARIA Nº 216, de 18 novembro de 2019.

“DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/19”.

O Prefeito de Ibicaré – SC,

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 113, Inciso II da Lei Orgânica do município de Ibicaré e Edital nº 003/2019, de 12 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado nº 003/19 de 12 de novembro de 2019, para que exerçam as atribuições necessárias ao cumprimento do respectivo Edital, podendo ainda designar bancas suplementares para o fiel cumprimento de suas atribuições.

Art. 2º. Para compor a Comissão de que trata o artigo 1º, ficam nomeadas as seguintes pessoas:

- 1) Marlene Alberguini - Presidente
- 2) Adriana Albuquerque – Membro
- 3) Vanessa Bender Foppa- membro

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 18 de novembro de 2019.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 103/2019

Publicação Nº 2230372

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 103/2019**a) Processo Nr.:**103 / 2019**b) Licitação Nr.:**103 / 2019**c) Modalidade:** Pregão**d) Data Homologação:** 18/11/2019**e) Data da Adjudicação:** 18/11/2019**f) Objeto da Licitação:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE KITS NATALINOS, CONTENDO UMA AVE E LINGUIÇA TOSCANA ACONDICIONADOS EM BOLSA TÉRMICA PARA SEREM DISTRIBUÍDOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IBIRAMA.**g) Fornecedores e Itens Vencedores:**

411507 - ARNALDO FERREIRA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
1	KIT NATALINO CONTENDO: 01 (UMA) AVE NATALINA TEMPERADA COM PESO ENTRE 3,300 A 3,500 KG; LINGUIÇA TIPO TOSCANA COM EMBALAGEM PESO MINIMO DE 700 GRAMAS; ACONDICIONADOS EM BOLSA TÉRMICA DE NO MINIMO 13 LITROS.	Unidade		800	R\$70,50	R\$56.400,00	

Total do Fornecedor: R\$56.400,00

Total da Homologação: 56.400,00

Adriano Poffo
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 083 - 2019 FMS - REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - CORRETO

Publicação Nº 2229623

PROCESSO Nº 516/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 083/2019 - FMS

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 02/12/2019 às 08:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 02/12/2019 às 09:15 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 14 de Novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 161 PRG 077 - 2019 MUL - MEDICAMENTOS - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Publicação Nº 2229659

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 161/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 502/2019 – FMS

Pregão Presencial: 077/2019 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	DIPIRONA 500MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL C/ 10ML	0,82	200,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FARMACE
2	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,250MG/ML (FRASCO C/ 20ML)	0,77	200,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	TEUTO
3	METRONIDAZOL 250MG	0,1276	30.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	PRATI DONADUZZI
4	N-BUTILESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4+500MG/ML	1,50	300,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	HYPOFARMA
5	OMEPRAZOL 20MG	0,0756	80.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ELPRAZOL
6	SIMETICONA 75 MG/ML GOTAS	0,95	500,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	HIPOLABOR
7	SINAVASTATINA 40MG	0,1380	10.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	PHARLAB
8	TETRACICLINA 500 MG	0,30	1.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	PRATI DONADUZZI

9	TRAMADOL 50 MG	0,9677	5.000,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	TRAMADON
Fornecedor		Valor Total do Fornecedor		Valor Total do Fornecedor por Extenso	
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		17.637,50		Dezessete mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos	

Valor: R\$17.637,50 (Dezessete mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Data: 14/11/2019

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 065 PR 078 - 2019 - MUL - REFORMA DA RETROESCAVADEIRA CASE 580 M 4X4 - TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA

Publicação Nº 2230460

Extrato de Contrato nº 065/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 506/2019-MUL

Pregão Presencial nº 078/2019-MUL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DE UMA RETROESCAVADEIRA CASE 580M 4X4, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA

Assinatura do Contrato: 18/11/2019

Valor Global: R\$ 63.315,00 (Sessenta e três mil e trezentos e quinze reais)

A CONTRATADA deverá entregar os itens, objeto deste Contrato, prazo de até 20 (vinte) dias, após o recebimento da autorização de compras – AC – ou ordem de serviço – OS – encaminhada pelo requisitante.

Vigência: 12 Meses.

ERICO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 169/2019

Publicação Nº 2229536

PORTARIA Nº 169/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, a Sra. Fabiane Engelmann Quintino, no cargo de SECRETÁRIA DE FINANÇAS, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 11 de novembro de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 14 de novembro de 2019.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

ATA 343/2019 - PROCESSO 22/2019

Publicação Nº 2230634

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 343/2019
DO PP Nº 15/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS E NÃO BÁSICOS, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, PRESCRITOS PELOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, PARA ATENDIMENTO ESPECÍFICO E IMEDIATO DE ENFERMIDADES DE PACIENTES ATENDIDOS NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO TIPO MAIOR DESCONTO NA TABELA ABCFARMA
EMPRESA: DROGARIA FARMACONTI LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 450,000,00
VIGÊNCIA: 12 meses

Imbituba, 04 de novembro de 2019
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO 04/2019 A/00 - PROC 07/2019

Publicação Nº 2230804

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato SANEAMENTO 2019/04 – A/00

Contratado: ATLANTIS SANEAMENTO LTDA
CNPJ: 00.796.042/0001-80

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM REGISTRO NO CREA, VISANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE UNIFICAÇÃO DOS CADASTROS IMOBILIÁRIOS DA SECRETARIA DA FAZENDA, COM OS DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DOS USUÁRIOS DA COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, COMO TAMBÉM O CADASTRO DE NOVOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS.

Prazo: 12 MESES Valor Total R\$ 418,460,00
Fundamento: Processo nº 07/2019 Pregao presencial 02/2019

Imbituba, 04 de novembro de 2019
Gilberto Pereira
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

ATLANTIS SANEAMENTO LTDA
Representante legal
Contratado

CONTRATO 2019/18 -A/01 PROC 05/2019 SEINFRA

Publicação Nº 2230823

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SINFRA 2019/18 - A/01

Contratado: TRILHA ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 10.643.254/0001-81

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de execução da obra por mais 45 (quarenta e cinco) dias, referente ao Contrato 2019/18 –A/00, cujo objeto é a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ESTRUTURAS PRÉ- FABRICADAS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO PARA FORNECER AS VIGAS LONGITUDINAIS EM CONCRETO PROTENDIDO, MÓDULOS DE LAJES PRÉ-FABRICADAS EM CONCRETO ARMADO PARA O TABULEIRO E MÓDULOS DE GUARDA-CORPOS PRÉFABRICADOS EM CONCRETO ARMADO, POSTO NO LOCAL DA OBRA.”

Prazo: 45 dias
Fundamento: Processo nº 05/2019 Tomada de Preço nº 02/2019
Imbituba, 08 de novembro de 2019.

Gilberto Pereira
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

TRILHA ENGENHARIA LTDA
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2019/68 -A/00 PROC 115/2019 SEDETUR

Publicação Nº 2230914

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI/SEDETUR 2019/115- A/00

Contratada: EXPRESSUL ENGENHARIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ: 28.700.592/0001-73

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO 20º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO, A SER REALIZADO NO PERÍODO DE JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020, DE QUINTA A DOMINGO, EXCETO AS DATAS DE 01 A 08 DE JANEIRO E DE 20 A 25 DE FEVEREIRO, NO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS JORGE ADELINO ZANINI.

Prazo: 12 meses
Valor: R\$ 219.850,00
Fundamento: Processo nº 115/2019 Pregão 82/2019
Imbituba 14 de novembro de 2019.

Carina Genovez Ferreira
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico
Contratante

EXPRESSUL ENGENHARIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
Representante legal
Contratado

CONTRATO 23/2019 A/00 - PROC 12/2019

Publicação Nº 2230293

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASTH 2019/23 – A/00

Contratada: MH ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA
CNPJ: 34.180.727/0001-10

Objeto: SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS, OPERADOS ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO, FORNECIMENTO DOS CARTÕES PERSONALIZADOS COM SENHA, LOGOTIPO EXCLUSIVA E COM FUNÇÕES DE DÉBITOS, DENOMINADO CARTÃO SOCIAL, DESTINADO ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, PARA FORNECIMENTO DE AUXÍLIO SUBSISTÊNCIA, CONFORME PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº 4.882/18, QUE DISPÕE SOBRE REGULAÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS PELA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prazo: 12 MESES Valor Total: R\$ 88.400,00
Fundamento: Processo nº 12/2019 Pregão: 07/2019
Imbituba, 18 de novembro de 2019.

Rosiane da Silva Costa
Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
CONTRATANTE

MH ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA
Representante legal
CONTRATADO

CONTRATO 24/2019 A/00 - PROC 16/2019

Publicação Nº 2230468

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASTH 2019/24 – A/00

Contratada: ADELIR PEREIRA

CPF: 290.249.009-72

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL VISANDO ATENDER A CASA LAR DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Prazo: 12 MESES Valor Total: R\$ 42.000,00

Fundamento: Processo nº 16/2019 Dispensa 05/2019 DL

Imbituba, 12 de novembro de 2019.

Rosiane da Silva Costa
Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
CONTRATANTE

ADELIR PEREIRA
Representante legal
CONTRATADO

DECRETO PMI Nº 202, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230912

DECRETO PMI Nº 202, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.963, de 04 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.070.000,00 (dois milhões e setenta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
Manutenção da SEFAZ		
04.123.0004-2.005		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0021)	Aplicações Diretas	300.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
Manutenção da Educação Infantil		
12.365.0008.2007		
3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001 (0072)	Transf. Inst. Priv. s/ fins lucrativos	150.000,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Encargos Especiais – Outros		
28.846.0000-0.002		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0130)	Aplicações Diretas	520.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0131)	Aplicações Diretas	200.000,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Encargos com a Execução de Sentenças Judiciais		
02.062.0005-2.038		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0141)	Aplicações Diretas	900.000,00
Total		2.070.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de recursos próprios no exercício de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PROCESSO Nº 126/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2019 (SEDETUR-MULTIENTIDADE)

Publicação Nº 2230916

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEDETUR - MULTIENTIDADE

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº. 88/2019, Processo Licitatório nº 126/2019, para análise e revisão de edital.

Imbituba, 19 de novembro de 2019.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 10/2019 DISPENSA Nº 02/2019 (DEMUTRAN)

Publicação Nº 2230883

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DEMUTRAN

Processo Nº 10/2019 Dispensa Nº 02/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA, PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO VIÁRIO, DE TRÁFEGO, GEOMETRIA, INTERSEÇÕES, ACESSOS E SINALIZAÇÃO DAS VIAS INDICADAS.

Empresa: SOLUÇÕES EM TRÂNSITO KM ZERO LTDA - ME.

CNPJ: 30.393.544/0001-21

Valor Total: 17.400,00 (Dezessete mil e quatrocentos reais).

Fundamento: Artigo 24, Inciso I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 19 de novembro de 2019.

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 133/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2019 (MULTIENTIDADE)

Publicação Nº 2230779

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2019
MULTIENTIDADE

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEAD – Secretaria Municipal de Administração, e demais Secretarias comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 29 de NOVEMBRO de 2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço GLOBAL, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pela Lei complementar nº 147/2014, e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível, "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP), ABRANGENDO: - FORNECIMENTO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO POR MEIO DA INTERNET; - FORNECIMENTO DE 120 (CENTO E VINTE) LINHAS E APARELHOS CELULARES EM REGIME DE COMODATO, DEVIDAMENTE HABILITADAS PARA REALIZAR LIGAÇÕES E OURAS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NESTE EDITAL". O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link portal da transparência.

Imbituba, 19 de novembro de 2019.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1066/2019

Publicação Nº 2230343

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1066, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Nomeação de Cuidador(a)/Educador(a) Residente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, Memorando nº 18.502/2019 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 19 de novembro de 2019, o(a) Sr(a) ALINE KOBARG DAMAZIO, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 056.265.709-69, aprovado(a) na 27ª colocação no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2015, para exercer o cargo/função temporária de Cuidador(a)/Educador(a) Residente, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH, com a remuneração consignada na legislação pertinente, tendo em vista a expiração do prazo para a posse do candidato nomeado anteriormente.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a

documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de novembro de 2019.
Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1067/2019

Publicação Nº 2230698

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1067, de 18 de novembro de 2019.
Dispõe sobre a Nomeação de Fiscal Ambiental, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, considerando o Memorando nº 14.861/2019, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 19 de novembro de 2019, o(a) Sr(a). HADASSA MARQUES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 085.415.679-82, em decorrência de sua aprovação em 2º lugar no Concurso Público n. 01/2017, para exercer o cargo de Fiscal Ambiental, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de novembro de 2019.
Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1068/2019

Publicação Nº 2230743

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1068, de 18 de novembro de 2019.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 21.142/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. VERA MÁRCIA CAMPOS CAETANO ROSA, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 509.573.689-68, admitida em 17 de março de 1988, contrato nº 574, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2013 a 2018	04.05.2020 a 02.07.2020	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1069/2019

Publicação Nº 2230768

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1069, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Protocolo nº 13.444/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. MARIA BERNADETE ÁVILA PACHECO, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 289.988.719-04, admitida em 06 de fevereiro de 2014, contrato nº 7563, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2014 a 2019	13.10.2020 a 11.12.2020	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1070/2019

Publicação Nº 2230786

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1070, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Protocolo nº 14.442/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. MÁRCIO LUIZ ANDRADE E SILVA, Professor, inscrito no CPF sob o n.º 498.883.660-68, admitido em 06 de fevereiro de 2014, contrato nº 7492, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2014 a 2019	30.01.2020 a 29.03.2020	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1071/2019

Publicação Nº 2230803

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1071, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Protocolo nº 12.503/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. ADRIANA DA SILVA CANTO, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 691.540.589-53, admitida em 16 de março de 1987, contrato nº 10, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2007 a 2012	03.08.2020 a 01.09.2020 01.03.2021 a 30.03.2021	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1072/2019

Publicação Nº 2230824

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1072, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Protocolo nº 14.361/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. SABRINA FILIPINI RODRIGUES, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 067.625.719-48, admitida em 06 de fevereiro de 2014, contrato nº 7556, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	25.11.2019 a 22.02.2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1073/2019

Publicação Nº 2230862

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1073, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 20.977/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. LUCIANO ALVES ZANINI, Administrador, inscrito no CPF sob o n.º 888.521.309-00, admitido em 08 de novembro de 1999, contrato nº 822, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2014 a 2019	01.09.2020 a 30.09.2020 01.07.2021 a 30.07.2021	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEGAB Nº 007, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230913

PORTARIA PMI/SEGAB Nº 007, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Designa servidor, de acordo com a Lei Municipal nº 846, de 02 de janeiro de 1986, que Institui o Código de Posturas do Município de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93, inciso VII e Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Sr. PEDRO JOÃO CUSTÓDIO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 068.724.501-00, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 749, de 13 de dezembro de 2018, para o cargo de Diretor de Regularização de Obras, Posturas e Empreendimentos Urbanísticos, para lavrar auto de infração, de acordo com parágrafo único do Art. 17, da Lei Municipal nº 846, de 02 de janeiro de 1986.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Imbituba, 14 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Assessor de Gabinete

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/2019

Publicação Nº 2229653

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 241/2019
Edital de Pregão Presencial nº 095/2019-10430
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Aquisição de condicionadores de ar para a Praça do Cidadão do Município de Indaial.
Entrega dos envelopes: 04/12/2019 - 08h45min – Horário de Brasília
Abertura das propostas: 04/12/2019 - 09h00min – Horário de Brasília
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 242/2019

Publicação Nº 2229654

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 242/2019
Edital de Pregão Presencial nº 096/2019-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Contratação de software de gestão educacional.
Entrega dos envelopes: 03/12/2019 - 14h15min – Horário de Brasília
Abertura das propostas: 03/12/2019 - 14h30min – Horário de Brasília
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

INDAPREV - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC

PORTARIA/INDAPREV N.º 52/19

Publicação Nº 2230225

PORTARIA/INDAPREV Nº 52/19
De 18 de novembro de 2019
Concede Pensão Por Morte a NAIR BARTZEN

SALVADOR BASTOS, Diretor-Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no art. 66, inciso VII, da Lei Complementar n.º 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder pensão por morte a Nair Bartzen em decorrência do falecimento de seu cônjuge, o servidor inativo José Tarcísio Bartzen, em 5 de novembro do ano em curso.

Art. 2º - A pensão por morte de que trata o artigo 1º desta Portaria encontra amparo no art. 16 c/c art. 31 da Lei Complementar Municipal n.º 64, de 21 de dezembro de 2005.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do óbito do servidor.

SALVADOR BASTOS
Diretor-Presidente

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1866/2019

Publicação Nº 2230457

DECRETO Nº. 1866 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019
Homologa inscrições referente Processo Seletivo - Edital nº 0001/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologados as inscrições referentes ao edital de processo seletivo nº 0001/2019 conforme relação abaixo:

PROFESSOR ED. INFANTIL E SÉRIES INICIAIS

Nº. Inscrição	Nome	CPF
01	Roseane Oratto Cardozo dos Santos	048.243.209-84
04	Monica Oliveira de Deus Duregger	119.441.418-47
05	Rosângela Aparecida Moraes Deitos	789.156.279.20
32	Sirléia Maria Passoni	047.757.979-56
33	Sirlei Vanusa Passoni Speicigo	015.181.209-89
38	Giovani Jucimar Nava	069.494.689-38
40	Vanderléa Ana Carleto de Siqueira	907.329.609-91
41	Elibida Cassiano Pocera Gasaniga	947.269.659-72
47	Simone Zucco Davila Slongo	031.323.859-64
50	Angela Soares Zanin	036.681.909-76
51	Tatiana Ines Heckler Lins	049.126.279-50
66	Marta Fernandes da Rocha	005.542.899-11
74	Roseli Branco da Silva Camaroto	037.287.189-55
76	Marilice Alves Moreira de Almeida	949.657.149-20
78	Carmen Salete Dal Santo Gaio	022.804.589-42
81	Fatima Ludwig	090.175.869.82
82	Salete Czerniak	025.101.489-40
83	Taciane Nesi	065.159.989-02
90	Ana Lucia Andres Cazarin	016.034.729.75
92	Juliana Maria Dias	088.030.459-61
95	Jucimara Zitterell Simionato	020.157.349-02
96	Delesia Orzzatto Micheluzzi	021.600.900-05
97	Anderson Franciosi	098.381.349-37
99	Deninha Piran	092.782.869-31
101	Patrícia de Morais	073.642.669-87
105	Daniela Correa Vargas	075.469.369-42
108	Danielli Possera	081.849.649-51
115	Maria Isabel Silva Alano	084.032.259-38
118	Luciana Ramos da Cunha	072.639.859-42
119	Susan Corrêa	059.268.299-41
120	Dianna Guill	062.177.119-82
121	Vania Carla Kozlowski	058.878.209-19
130	Divonete Thibes Estreme Duarte	022.808.389-31
133	Denise Guill	090.424.939-50
140	Vanessa Dal Pizzol Vigolo	053.806.809-41
143	Sirlei Maria Tomaz da Silva	511.380.349-91
146	Keyla Fernanda Abati Carlesso	058.579.669-65
147	Simone Valmorbida Cendron	776.558.349-20
152	Antonia Maria Antunes	594.017.709-30
173	Franciele Fátima Weber	036.588.299-23
185	Lilian Regina Rizzi	892.158.189-87
192	Leticia Zimmermann	008.172.539-63
217	Synara Paulina Varenhorld Costa	064.502.939.42
224	Simone Gorisch Rosinek	008.526.909-32
229	Daiane Cristina Leite	073.317319-55
232	Debora Hochiove	094.844.899-74

PROFESSOR AUXILIAR

Nº. Inscrição	Nome	CPF
13	Marcelina Falchetti Peretti	949.649.719-53
16	Gabriela Favarin	010.119.929-57
19	Silvane Teixeira da Rosa	054.667.919-62
56	Silvana Costa da Silva	082.382.579-56
57	Scheile da Costa Rietta Almeida	056.890.649-71
71	Zenair Spetit	074.912.779-19
157	Salete Maria Gelain Fabian	529.806.349-42
161	Eliana de Fatima Batista Moreira	044.584.219-99
169	Silvana de Jesus dos Santos	043.873.049-60
174	Janice Lira	004.887.859-60
176	Daiane Fiorese	084.267.769-06
225	Valeria Luzia Locateli	009.122.839-55
234	Haline Ferrari	028.867.449-99
236	Ana Paula Cordeiro	051.679.109-51

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
213	Ana Sipp	949.657.659-15

PROFESSOR MATEMÁTICA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
34	Maize Carla Carlesso Daição	074.783.299-42
129	Muana Biava	087.941.219-40

PROFESSOR HISTÓRIA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
39	Aline Jordana Goetten Kocion	111.478.679-92
156	Ange Regina Ebeling	649.544.399-49
231	Geise Elizana Brandino	086.040.899-00

PROFESSOR GEOGRAFIA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
06	Lucas Rodrigues de Oliveira (não habilitado)	107.638.629-67
149	Morgane Aparecida Trevosil Ferreira	053.821.379-51
178	Rosimar Denardi Casagrade	004.878.439-75

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Nº. Inscrição	Nome	CPF
21	Thiago Dalmolin	009.100.969-37

PROFESSOR ARTES

Nº. Inscrição	Nome	CPF
54	Maycon Andrei Pires de Campos	084.762.709-84
104	Betânia Luiza Poli	051.274.359-26
107	Fabiana Kopp Benque	041.104.099-50
114	Leticia Thomazi	078.649.489-10
116	Silvana Aparecida de Campos	005.763.229-46
196	Mara Solangw Willig Prade	454.524.040-87
211	Lucenir Aparecida da Silva Santos Campos	679.148.969-34

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº. Inscrição	Nome	CPF	Telefone
22	Alex Bueno Gasparello Rizzolli	007.952.469-94	(49) 999527334
52	Ewerton Santana de Carvalho	000.044.042-62	(49) 998080930
58	Liana Lazzari Bellozupko	007.367.139-80	(49) 999800290
64	Henrique Locatelli	084.614.809-96	(49) 991655455
84	Amarildo Antonio Zarpelon	626.645.149-20	(49) 999866636
194	Michele dos Santos	090.203.459-66	(49) 999449616
203	Augusto Tiago Corrêa	068.222.429-45	(49) 999870231
205	Ariane Angela Guzzi	090.285.569-74	(49) 991031938
206	Pablo Junior Nava	044.227.669-96	(49) 998188869
235	Aurélio Tiago Corrêa	068.222.439-17	(49) 991932708

PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO

Nº. Inscrição	Nome	CPF
212	Henrique Lazzari	098.336.969-02
223	Marcelo Miranda dos Santos	345.502.308-86

PSICOPEDAGOGO

Nº. Inscrição	Nome	CPF
124	Vanusa Aparecida de Andrade Schumarcher	016.299.419-21
180	Ironilda Strapazzon	645.581.699-49
209	Tatiane Pereira dos Santos	061.499.049-11

ASSISTENTE DE CRECHE

Nº. Inscrição	Nome	CPF
25	Caroline Faccin	126.129.869-10
48	Ana Claudia Herbert	093.631.189-40
49	Maieli Schuch	094.442.019-29
62	Hysla Nicoli Rigo	072.029.649-88
63	Seila Cristiane Pereira de Souza	774.404.509-15
100	Sandra Canônica	055.400.959-52
102	Ivonilde Canônica	079.691.569-59
122	Luiza Rech	111.752.879-03
138	Vivian Vanessa de Avila Machado	008.866.229-21
165	Daiane Mafioletti	081.606.369-97
184	Silvi Ana Bavaresco	005.637.839-40
189	Milena Teles de Oliveira	076.653.179-10
215	Juliana Barcaro Weiss	029.620.149-92
233	Rosenilda Aparecida Vitali dos Santos	048.307.059-90
238	Jennifer dos Santos Barufaldi	117.106.569-80

CORDENADOR PEDAGÓGICO

Nº. Inscrição	Nome	CPF
31	Débora Turmina	078.910.269-20
79	Tânia Gonçalves da Silva Bressan	006.380.269-46
85	Fernanda de Oliveira Câmara	065.405.729-05

MERENDEIRA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
67	Geiseli Correa	020.147.220-13
69	Ana Flávia Bernardo Arrial	065.527.329-88
98	Izulinda Spetit	042.504.309-60
106	Dulce Mari Scuzziatto	016.047.039-03
153	Catarina Tasca	585.081.559-72
163	Marilene Simionato Ceron	000.156.899-05
168	Aline Kesia de Motta	095.624.066-29

FAXINEIRA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
02	Vanessa Aparecida Alves	102.935.649-14
10	Zenir de Oliveira Varella	535.203.001-68
14	Lucila Salete Zago Pereti	006.152.519-78
26	Kelly Regina Rissardi Deon	104.690.309-84
72	Veronica Zita Buss	037.007.839-06
77	Tamara Cardozo dos Santos	105.486.639-20
219	Suelen Rissardi Zarpelon	058.346.599-42
226	Ana Claudia Padilha	093.666.339-19

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nº. Inscrição	Nome	CPF
65	Kélli Peretti	108.147.059-36
109	Marisa Oss Cenci	019.131.889-22
220	Irene Oss Barichello	645.692.509-63

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Nº. Inscrição	Nome	CPF
17	Douglas Alexandre Gaio	029.970.549-82
37	Ivaney Bento da Silva	060.830.416-60
131	Jucinéia Peretti	051.947.239-81
200	Rildo Eder Daniel Zanini	656.740.819-72
210	Silmara Piasson	892.120.109-20
237	Vitor Cantú Centofanti	100.941.209-43

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nº. Inscrição	Nome	CPF
55	Kiomar Fatima Graef Bonadiman	007.204.529-96
73	Alana de Castro	030.165.860-96
221	Eliane Rio Branco	868.510.049-68
227	Suzi Donatti	047.998.169-85

ENFERMEIRO

Nº. Inscrição	Nome	CPF
08	Tainara Aparecida Carneiro	084.806.719-39
11	Larissa de Cassia Schimitt	052.040.539-05
12	Ivonei Aparecida Granemann	749.695.369-53
27	Janice Olivete de Bona	051.124.509-24
42	Bruna Fontana	108.652.429-25
43	Patrine Aparecida Less	101.222.379-51
112	Cristiani Aparecida da Costa Alves da Silva	098.144.357-59
139	Tayse Ender de Lima	053.449.559-07
162	Tainara Turmina	089.863.549-77
170	Roseli Poli	757.251.930-04
172	Jucélia Denardi	080.205.199-55
182	Jéssica Baggio Ribeiro	096.970.329-55
187	Talita Dyane dos Santos	071.038.799-74
204	Daiane Forbici Donadel	052.474.499-83
222	Jessica Jenifer dos Passos Batista	098.340.139-06

MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
20	Juscelino Golçalves Ortega	020.277.690-56
36	Osiel Machado	071.723.029-58
59	Leandro Anciliero	040.421.469-02
70	Romeu Alexandre Buss	063.302.949-17
126	Mauro Berti	933.511.869-91
148	Marcelo Cordeiro	063.591.809-95

164	Everaldo Luiz Pinto	745.327.239-49
171	Allan Junior Heineck	101.919.299-21
186	Altasir Antonio Ferreira	031.131.629-80

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – SAMU

Nº. Inscrição	Nome	CPF
18	Iraci de Fatima Ribeiro L. de Oliveira	452.040.129-15
46	Maritani Mariza Margreiter Kafer	800.372.249-72
113	Analisa Friebe	083.093.339-92
127	Juliana Cristina Petry	063.659.369-51
128	Marizete Sartori Biava	025.095.439-70
135	Patricia Freski dos Campos	032.579.729-38
136	Tais Klagenberg Sumny	051.826.399-10
142	Ilse Krause	040.560.299-54
241	Nair Pinz	693.499.089-72

MOTORISTA SOCORRISTA – SAMU

Nº. Inscrição	Nome	CPF
35	Leonardo Vanin	052.665.459-76
44	Ricardo Luiz Regert	023.156.389-25
94	Veslaine Abati	090.915.689-17
154	Carlos Eduardo de Castro Silva	077.029.199-65
166	Moacir Verona	614.494.409-59
181	Rodrigo Perazzoli	066.923.379-09
188	Aniel Marangoni	064.978.739-02
191	Valdemir Machado da Silveira	082.905.369-76
199	Josiel Aparecida Marques Hennig	075.075.788-25
201	Andrei Vagner Gonçalves	094.756.149-82
202	Sibila Patricia Antunes de Lima Moro	073.869.359-31
208	Anderson Andrei Rodrigues	051.045.889-04

FISIOTERAPEUTA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
23	Shaiane Harz	072.638.579-44
68	Brenda Farina	100.796.129-54
145	Marisângela da Silva	065.485.969-86
218	Celina de Bortoli	060.226.869-97

PSICOLOGO

Nº. Inscrição	Nome	CPF
07	Luana Aparecida Less	098.892.819-10
30	Edina Maria Amann Paloschi	035.077.179-05
45	Suelen Paravisi	008.309.729-51
80	Mateus Rodrigues de Oliveira	094.939.959-09
89	Jéssica Vargas da Silva	096.235.739-10
103	Rodrigo Hubker Secco	094.645.289-07
110	Andrey Lucas Schawartz	062.028.339-47
141	Meire Ane Correa	037.001.819-22
150	Regiane Patricia Mueller Rocha	080.888.469-78
158	Miriane Brigida Zago Pazini	046.046.889-82
159	Gilvana Camila Marafon	039.100.499-90
175	Juliane Santos da Silva	078.601.629-97
190	Erica Tomazi Ribeiro	050.423.679-26
193	Giovana Crestani Franco	102.217.579-37
195	Luana dos Anjos Gaspar da Silva	056.301.899-21
214	Jéssica Tibes Gonçalves	081.088.689-80
240	Sislaine Coldebella Rodrigues	009.612.389-33
Nº. Inscrição	Nome	CPF
53	Renan Farias	063.992.839-06

NUTRICIONISTA

MÉDICO VETERINÁRIO

Nº. Inscrição	Nome	CPF
15	Palloma dos Santos	087.662.119-13
28	Rafaela Maize Del Ré	087.053.079-88
29	Carina Freitas Deprá	009.052.920-06
60	Tainara Renata Tineli	087.174.049-40
61	Gabriela Lopes Maciel de Oliveira	093.850.219-07
91	Yohann Tonial Freis	089.419.019-95
134	Leila Alice Spinelli	009.145.169-87
137	Bruna Fernanda de Avila dos Santos	099.520.299-05
144	Marilise Hisi Cruz	052.968.079-36
167	Nathalia Deluque de Oliveira	096.157.379-17
177	Aline Thais Zanquetta Debarba	101.356.199-63
197	Maite Zanotto Stiehl	080.603.739-35
198	Célio Pereira Ávila Filho	070.718.319-02
230	Wagner Alexandre Fortes	083.962.559-62
239	Willian Luciano Tomazi	079.646.219-47

MOTORISTA DE ÔNIBUS

Nº. Inscrição	Nome	CPF
151	Ernesto Elias dos Santos	048.758.619-07
179	Clarindo Gustavo Reginato	060.073.929-32
228	Gilsomar da Silva Mello	041.070.529-23

ENGENHEIRO CIVIL

Nº. Inscrição	Nome	CPF	Telefone
03	Alexandre Gratt	089.782.179-31	(49) 999957262
09	Debora Ganasini	089.749.069-02	(49) 999757520
24	Marina Mugnol	089.251.129-06	(49) 991673436
75	Natalia Rocha Pinto	098.650.949-32	(49) 999001525
86	Pamela Jaine Silva da Silva	076.844.599-02	(49) 999980398
87	Anderson Felipe Grifante Rodrigues Alves	058.661.839-27	(49) 999813787
88	Artur Manenti	092.879.379-66	(49) 999376426
93	Alessandra Baldissera de Souza	073.132.209-60	(49) 988330379
111	Tiago Luiz da Silva	009.753.859-09	(49) 999568434
117	Morgana Luci Grando	079.243.709-86	(49) 999858035
123	Alexandre Gonçalves Dias	004.409.649-30	(49) 999900068
125	Giovano Mezaroba	006.506.999-47	(48) 984346962
132	Rodrigo Deon	046.434.699-19	(49) 999240807
155	Caroline Carvalho Carneiro	079.982.399-64	(49) 998055806
160	Sidinei José Schneider	008.854.709-40	(49) 999501088
183	Tiago Henrique Litrento	052.860.079-61	(49) 999142706
207	Silvestre José Curuca Volpato	094.571.669-90	(49) 991955305
216	Rodrigo Alan de Oliveira	076.947.969-36	(49) 999609799

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009

Iomerê, 18 de novembro de 2019

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DECRETO 1867/2019

Publicação Nº 2230212

DECRETO Nº 1867 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Fixa valores dos serviços prestados a particulares.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997, e suas alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1. O valor dos serviços prestados a particulares, por máquinas de propriedade do município, de conformidade com a Lei 009/97 e suas

alterações posteriores, obedecerá à seguinte tabela:

TIPO DE MÁQUINA/SERVIÇO	VALOR (R\$ HORA)
Trator Esteira	135,00
Escavadeira Hidráulica	135,00
Pá Carregadeira	80,00
Retro Escavadeira	80,00
Caminhão Basculante	80,00
Limpeza de aviário com pá carregadeira e até dois caminhões caçamba	140,00
Limpeza de aviário com mini carregadeira	60,00
Rolo compactador	80,00
Moto niveladora	90,00

Art. 2. O pagamento dos valores se dará através de boleto bancário, a ser emitido pelo município, após a execução dos serviços, conforme quantidade de horas prestadas a cada tomador do serviço.

Art.3. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Iomerê, 18 de novembro de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019

Publicação Nº 2230132

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 43/2019

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 43/2019 para aquisição de tubos. A abertura das propostas se dará no dia 02/12/2019 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 18 de novembro de 2019.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2019

Publicação Nº 2230133

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 44/2019

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 44/2019 para aquisição de britas. A abertura das propostas se dará no dia 02/12/2019 às 14h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 18 de novembro de 2019.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

EDITAL LOTEAMENTO 001-2019

Publicação Nº 2229677

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS INTERESSADOS DO LOTEAMENTO SOCIAL PARA REUNIÃO

O Prefeito Municipal de Ipira - SC, com arrimo no art. 101, VIII da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os inscritos no Programa de Habitação de Interesse Social junto ao CRAS e demais interessados do Município de Ipira SC, que virem o presente edital ou dele tomarem conhecimento que o Município de Ipira - SC, juntamente com Caixa Econômica Federal e a empresa Andreoni Jr. Construções e Empreendimentos Ltda, promoverão reunião no dia 02 de dezembro de 2019, com início previsto para 09h, no Centro Cultural Multiuso da Prefeitura, situado na Rua Nacional, s/n, Centro de Ipira - SC, visando a apresentação de novo projeto arquitetônico das moradias, novas planilhas orçamentárias, formas de contratualização, simulação individual de crédito e a manifestação pelo mutuário de aceitação ou declínio de interesse na aquisição do imóvel nesta reunião, sendo que o não comparecimento será tido como desistência aos interessados na aquisição do imóvel, proporcionando ao município a abertura das inscrições de novos interessados. O presente edital será publicado no sítio eletrônico do município, jornal de circulação local e afixado no mural da Prefeitura. Publique-se, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data da reunião.

Ipira SC, 14 de novembro de 2019.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050-2019

Publicação Nº 2229865



MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 1 / 5

Ata de Registro de Preços nº 050/2019 Processo Administrativo nº 136/2019 Pregão Presencial nº 067/2019

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lúcio Mallmann, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 067/2019, homologadas no dia 18 de Novembro de 2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS COM CAMINHÃO BASCULANTE, CAMINHÃO PRANCHA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MOTONIVELADORA, TRATOR DE ESTEIRAS E ROLO COMPACTADOR PARA ATENDIMENTO DOS MAIS DIVERSOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS EXECUTADOS PELO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC**, conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para o item cotado são as seguintes:

Fornecedor: 170968 - Z L10 ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	HORAS DE SERVIÇOS- ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PESO OPERACIONAL MÍNIMO 19 TONELADAS.	HORAS		1.000	R\$ 200,00	R\$ 200.000,00
4	HORAS DE SERVIÇOS- MOTONIVELADORA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 19 TONELADAS, LAMINA DESLIZANTE E ESCARIFICADOR TRASEIRO DUPLO.	HORAS		1.000	R\$ 168,00	R\$ 168.000,00
5	HORAS DE SERVIÇOS- ROLO COMPACTADOR COM CILINDRO LISO, MÍNIMO DE 30 TONELADAS DE COMPACTAÇÃO E TRAÇÃO NO TAMBOR.	HORAS		1.000	R\$ 161,00	R\$ 161.000,00
6	HORAS DE SERVIÇOS-TRATOR SOBRE ESTEIRAS COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 19 TONELADAS EQUIPADO COM ESCARIFICADOR, LAMINA COM ANGULAÇÃO E INCLINAÇÃO.	HORAS		1.000	R\$ 228,00	R\$ 228.000,00
Total do Fornecedor:						R\$ 757.000,00
Fornecedor: 171077 - ALCIDO KRETSCHMER 40036154920						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	HORAS DE SERVIÇOS - CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10M³ DE CARGA TRUCADO E TRAÇADO.	HORAS		1.500	R\$ 103,00	R\$ 154.500,00
Total do Fornecedor:						R\$ 154.500,00
Fornecedor: 175234 - AFJ PRESTADORA DE SERVICOS E TRANSPORTES EIRELI						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	HORAS DE CAMINHÃO/CARRETA PRANCHA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE DE CARGA DE 23 TONELADAS, LARGURA 03 METROS, COMPRIMENTO LIVRE PARA CARGA DE 7.50 METROS, COM RAMPAS DE ACESSO A PRANCHA E REBOCADOR TRAÇADO.	HORAS		500,00000	R\$ 145,00	R\$ 72.500,00
Total do Fornecedor:						R\$ 72.500,00
Total Geral dos Itens:						R\$ 984.000,00

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

**MUNICÍPIO DE IPORÁ DO OESTE**Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 2 / 5

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Processo Administrativo nº 136/2019 - Pregão Presencial nº 067/2019 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Ata de Julgamento.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará a partir de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A solicitação dos serviços será feita de acordo com as necessidades do Município de Iporá do Oeste/SC, sendo que a empresa deverá fornecer qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo, portanto estipular cota mínima ou máxima, para fornecimento dos serviços.

4.2. A empresa vencedora deverá iniciar os serviços em até 03 (três) dias CONSECUTIVOS após o recebimento da Ordem de Fornecimento e deverá dispor dos veículos e máquinas conforme a demanda da Secretaria solicitante.

4.3. Os locais para realização dos serviços será em qualquer extensão do território do município, as datas e horários serão pré-definidos pela Secretaria solicitante.

4.4. O total de horas e quilometragem serão conferidas e acompanhadas por fiscal indicado pela Administração Municipal, no ato da contratação dos serviços.

4.5. Todos os veículos e máquinas antes de iniciarem os serviços, serão conferidos com base na descrição mínima dos itens acima citados. Sendo que, constatada qualquer característica mínima não compatível com as exigidas, será solicitada a troca imediatamente.

4.6. As despesas com operador, combustível, manutenções dos veículos e máquinas serão por conta da empresa vencedora.

4.7. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor licitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

4.8. Todas as despesas referentes à entrega do objeto ao Município serão por conta do fornecedor, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

4.9. A não entrega do objeto conforme estabelecido nos itens acima ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas, depois de proporcionada a contraditória e ampla defesa.

**MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE**

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 3 / 5

4.10. A licitante, adjudicada no objeto do presente edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos serviços que prestar aplicando no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

5.2. O Município de Iporã do Oeste não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.

5.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda o fornecimento dos serviços não entregues ao município e realize a cobrança financeira dos serviços dos que não tenham sido autorizados pelo responsável pela Secretaria.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Iporã do Oeste/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

7. RESPONSABILIDADES

7.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

7.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A empresa fornecedora é responsável também pela prestação dos serviços, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

7.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

8. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

8.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada na execução do objeto;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

9. DA INEXECUÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;

**MUNICIPIO DE IPORA DO OESTE**Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 4 / 5

- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

9.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

9.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

9.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

10. PENALIDADES

10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

10.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Ipore do Oeste poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**MUNICIPIO DE IPORÁ DO OESTE**Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 5 / 5

10.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pagado ou lhe seja relevada a multa imposta.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

11.2. Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Mondai/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Iporá do Oeste/SC, 18 de Novembro de 2019.

LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal**Empresas Participantes:**

AFJ PRESTADORA DE SERVICOS E TRANSPORTES EIRELI: _____;

Z L10 ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP: _____;

ALCIDO KRETSCHMER 40036154920: _____.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 035/2019**

Publicação Nº 2230942

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC

Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 035/2019 que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Iporã do Oeste SC, 19 de novembro de 2019.

Fernando Ott

Presidente

Ipuacú

PREFEITURA

DECRETO Nº 209 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2230730

DECRETO Nº 209

DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do Art. 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 9º da Lei 888, de 30 de novembro de 2018 – Lei Orçamentária para o exercício de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Das programações de despesas:

05.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.023 – Manutenção do FUNREBOM

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.100 – Recursos Ordinários - FUNREBOM

Despesa: 71 – R\$ 7.000,00

Para as programações de despesas:

05.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.023 – Manutenção do FUNREBOM

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 0.100 – Recursos Ordinários - FUNREBOM

Despesa: 72 – R\$ 7.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipuacú-SC, em 18 de novembro de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 210 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2230733

DECRETO Nº 210

DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do Art. 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 9º da Lei 888, de 30 de novembro de 2018 – Lei Orçamentária para o exercício de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 902,15 (novecentos de dois reais com quinze centavos), na seguinte programação de despesa:

07.00 – Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade n. 20.606.2001.2.045 – Execução de Obras e Aquisição de Equipamentos para Infraestrutura Rural

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1134 – Transferências de Convênio da União – Outros

Despesa: 147 – R\$ 902,15

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 902,15 (novecentos de dois reais com quinze centavos), da fonte de recurso 1134 – Transferências de Convênio da União – Outros, através do convênio firmado sob o nr 871210/2018 e contrato de repasse Operação Caixa nr 1055959-51.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 18 de novembro de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2441 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2229757

DECRETO Nº 2441 de 12 de novembro de 2019

CONCEDE A REMISSÃO DE CRÉDITOS FISCAIS EM FACE DE DECISÃO JUDICIAL

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso IV, do artigo 191, da Lei Complementar 169/2017;

Considerando a decisão judicial, trasiada em julgado, decretando a prescrição intercorrente;

DECRETA:

Art. 1º Ficam remidos os créditos tributários, bem como as obrigações acessórias das dívidas ativas abaixo relacionadas:

IM	CONTRIBUINTE	D.A.	REC.	VENC.	VALOR	L	F	P	I	PROCESSO
2908	CLOVIS FRANCISCO RECH	5810	600	07/12/2004	300,00	7	13	1	333488	1522602009
3289	JANDIR VENDRUSCULO	1443	600	17/07/1997	153,56	3	108	1606	1606	1319352002
4153	JESSÉ PAULO DOS SANTOS	6469	200	16/11/2005	22,78	7	141	4	334515	1519082009
4153	JESSÉ PAULO DOS SANTOS	6859	200	30/10/2006	138,27	7	229	6	335221	1519082009
4153	JESSÉ PAULO DOS SANTOS	7070	300	28/02/2007	24,72	7	248	6	335373	1519082009
4153	JESSÉ PAULO DOS SANTOS	7284	200	15/06/2007	91,74	7	271	3	335554	1519082009
4153	JESSÉ PAULO DOS SANTOS	7465	200	15/09/2007	30,58	7	281	7	335659	1519082009
4153	JESSÉ PAULO DOS SANTOS	7466	200	15/10/2007	30,58	7	282	1	335664	1519082009
4153	JESSÉ PAULO DOS SANTOS	7467	200	15/11/2007	30,58	7	282	6	335669	1519082009
4153	JESSÉ PAULO DOS SANTOS	7552	300	28/02/2008	25,09	8	8	4	335752	1519082009
4153	JESSÉ PAULO DOS SANTOS	6267	300	16/12/2005	4,6522	7	141	3	334514	1519082009
3269	HILARIO WAIS - FALECIDO	1542	600	29/09/1998	175,42	3	152	2269	2269	306982002
3269	HILARIO WAIS - FALECIDO	1432	600	31/07/1997	26,80	3	107	1591	1591	306982002
3307	LUIZ GONÇALVES	1455	600	17/07/1997	143,16	3	109	1626	1626	1144412002
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8815	300	28/02/2012	26,52	8	121	6	336997	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8673	200	15/06/2011	32,23	8	114	5	336919	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8672	200	15/06/2011	32,23	8	113	9	336912	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8670	200	15/06/2011	32,23	8	112	4	336896	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8669	200	15/06/2011	32,23	8	111	11	336892	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8328	200	16/05/2011	32,242	8	109	9	336868	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8343	300	28/02/2011	26,18	8	109	10	336869	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8155	200	15/06/2010	32,00	8	68	3	336411	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8154	200	15/06/2010	32,00	8	67	11	336408	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8153	200	15/06/2010	32,00	8	67	5	336402	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8671	200	15/06/2011	32,23	8	113	1	336904	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8152	200	15/06/2010	32,00	8	66	11	336397	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8151	200	15/06/2010	32,00	8	66	2	336388	1033472014
4152	VILMAR RIBEIRO DE JESUS	8150	200	15/06/2010	32,00	8	65	9	336384	1033472014
1531	ARI CAMILO COZER	246	600	14/11/2000	56,00	4	24	358	358	344182005
1531	ARI CAMILO COZER	245	600	17/03/2000	90,00	4	24	357	357	344182005
1531	ARI CAMILO COZER	816	600	24/11/1997	19,76	3	117	1749	1749	344182005
1531	ARI CAMILO COZER	817	600	04/10/1997	70,00	3	118	1751	1751	344182005
1531	ARI CAMILO COZER	1038	600	30/01/1998	91,59	3	156	2318	2318	344182005
3706	VIVIAM CASON	4678	200	14/11/2002	5,25	6	140	3	332141	705982006
3706	VIVIAM CASON	4710	200	15/10/2002	5,29	6	140	4	332142	705982006

IM	CONTRIBUINTE	D.A.	REC.	VENC.	VALOR	L	F	P	I	PROCESSO
3706	VIVIAM CASON	4782	200	30/12/2003	5,46	6	263	6	333374	705982006
3706	VIVIAM CASON	4826	200	28/11/2003	5,46	6	263	7	333375	705982006
3706	VIVIAM CASON	4869	200	31/10/2003	5,46	6	263	8	333376	705982006
3706	VIVIAM CASON	4909	200	30/09/2003	5,46	6	263	9	333377	705982006
3706	VIVIAM CASON	4949	200	29/08/2003	5,46	6	263	10	333378	705982006
3706	VIVIAM CASON	4989	200	31/07/2003	5,46	6	264	1	333379	705982006
3706	VIVIAM CASON	5027	200	30/06/2003	5,46	6	264	2	333380	705982006
3706	VIVIAM CASON	5066	200	30/05/2002	5,46	6	264	3	333381	705982006
3706	VIVIAM CASON	5103	200	30/04/2003	5,46	6	264	4	333382	705982006
3706	VIVIAM CASON	5205	300	28/02/2003	32,44	6	264	5	333383	705982006
3706	VIVIAM CASON	5491	200	13/01/2003	5,25	7	53	4	333811	705982006
3706	VIVIAM CASON	5560	200	30/01/2004	5,46	7	53	5	333812	705982006
3706	VIVIAM CASON	5682	200	31/05/2004	170,76	7	53	6	333813	705982006
3706	VIVIAM CASON	5702	300	28/02/2004	33,64	7	53	7	333814	705982006
3706	VIVIAM CASON	6093	300	28/02/2005	34,40	7	60	6	333869	705982006
3706	VIVIAM CASON	6474	200	15/07/2005	174,9	7	162	3	334682	705982006
3706	VIVIAM CASON	4643	200	14/12/2002	5,25	6	140	2	332140	705982006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	2302	300	31/05/2001	20,49	6	52	8	331272	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	2512	800	20/12/2001	31,76	6	52	9	331273	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	2561	800	05/12/2001	31,76	6	52	10	331274	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	4599	200	30/11/2002	8,07	6	127	9	332017	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	4630	200	30/10/2002	8,07	6	127	10	332018	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	4664	200	30/09/2002	8,07	6	128	1	332019	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	4697	200	30/08/2002	8,07	6	128	2	332020	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	4726	200	31/07/2002	48,40	6	127	6	332014	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	4319	300	22/04/2002	41,68	6	127	7	332015	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	4569	200	30/12/2002	8,07	6	127	8	332016	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	3831	200	15/06/2001	31,56	6	127	5	332013	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	4806	200	30/12/2003	8,20	6	249	6	333234	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	4848	200	28/11/2003	8,20	6	249	7	333235	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	4889	200	31/10/2003	8,20	6	249	8	333236	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	4929	200	30/09/2003	8,20	6	249	9	333237	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	4968	200	29/08/2003	8,20	6	249	10	333238	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	5007	200	31/07/2003	8,20	6	250	1	333239	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	5045	200	30/06/2003	8,20	6	250	2	333240	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	5083	200	30/05/2002	8,20	6	250	3	333241	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	5241	300	28/02/2003	42,69	6	250	4	333242	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	5510	200	30/01/2003	8,07	7	46	3	333754	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	5551	200	30/01/2004	8,20	7	46	4	333755	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	5569	200	23/12/2004	203,62	7	46	5	333756	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	5733	300	28/02/2004	44,26	7	46	6	333757	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	6122	300	28/02/2005	45,27	7	59	3	333858	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	6168	900	20/08/2005	29,12	7	158	2	334649	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	6169	200	15/05/2005	80,00	7	158	3	334650	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	6170	200	15/08/2005	249,14	7	158	4	334651	698092006
2687	TRANSPORTES C.C.C. LTDA-ME	2253	300	30/06/2001	20,47	6	52	7	331271	698092006
3376	VALDECIR DIAS	1514	600	17/07/1997	136,62	3	114	1698	1698	1292522002
3360	SERGIO KOLCHINSKI	1974	600	12/08/1994	58,78	2	163	482	20482	2588122002
3360	SERGIO KOLCHINSKI	1686	600	06/10/1995	25,47	3	14	199	30199	6978932000

IM	CONTRIBUINTE	D.A.	REC.	VENC.	VALOR	L	F	P	I	PROCESSO
3360	SERGIO KOLCHINSKI	1504	600	17/07/1997	136,65	3	113	1685	1685	6978932000
3264	GILMAR MARTINAZZO	1539	600	29/09/1998	59,27	3	152	2266	2266	1281232002
3264	GILMAR MARTINAZZO	1785	600	12/10/1996	46,19	3	54	798	30798	1281232002
3264	GILMAR MARTINAZZO	1426	600	30/06/1997	37,52	3	106	1582	1582	1281232002
3389	JULIO DREHMER	1447	600	07/06/1997	189,36	3	108	1612	1612	1291672002
631	AMELIO BIESDORF	784	600	17/07/1997	97,79	3	99	1476	1476	2591642002
631	AMELIO BIESDORF	783	600	24/07/1997	45,25	3	99	1475	1475	2591642002
631	AMELIO BIESDORF	1769	600	25/08/1996	30,64	3	48	716	30716	2591642002
631	AMELIO BIESDORF	1658	600	04/10/1995	84,90	3	4	60	30060	697019200
631	AMELIO BIESDORF	1659	600	02/07/1995	24,29	3	5	61	30061	697019200
3244	CLAIR CARPES	1412	600	17/07/1997	182,24	3	105	1562	1562	322522002
212	ARISTIDES BATISTA	890	300	31/01/1997	6,68	3	127	1891	1891	324222002
212	ARISTIDES BATISTA	891	300	31/05/1997	6,86	3	127	1892	1892	324222002
212	ARISTIDES BATISTA	1114	300	31/03/1998	7,87	3	164	2448	2448	324222002
212	ARISTIDES BATISTA	1115	300	31/05/1998	7,89	3	164	2449	2449	324222002
212	ARISTIDES BATISTA	766	600	17/07/1997	90,00	3	96	1428	1428	324222002
2189	BENJAMINO UNGARATTI	858	600	31/07/1997	341,74	3	123	1833	1833	361492002
3865	JAIR LEMOS DA SILVA ME	7381	800	15/07/2005	119,60	7	274	5	335580	1520902009
3865	JAIR LEMOS DA SILVA ME	7382	800	15/08/2006	289,60	7	274	7	335582	1520902009
3865	JAIR LEMOS DA SILVA ME	7383	800	15/09/2006	126,00	7	274	8	335583	1520902009
3865	JAIR LEMOS DA SILVA ME	7384	800	15/10/2006	400,00	7	274	9	335584	1520902009
3865	JAIR LEMOS DA SILVA ME	7385	800	15/11/2006	997,00	7	274	10	335585	1520902009
3865	JAIR LEMOS DA SILVA ME	7386	800	15/12/2006	578,41	7	274	11	335586	1520902009
3865	JAIR LEMOS DA SILVA ME	7387	800	15/01/2007	507,78	7	275	1	335587	1520902009
3865	JAIR LEMOS DA SILVA ME	7380	800	15/08/2005	323,33	7	274	6	335581	1520902009
2831	MARIA FERRARI-ME	1180	300	31/05/1998	16,54	3	171	2548	2548	367562002
2831	MARIA FERRARI-ME	168	300	15/04/1999	17,75	4	14	200	200	367562002
2831	MARIA FERRARI-ME	169	300	31/05/1999	17,87	4	14	201	201	367562002
2831	MARIA FERRARI-ME	485	300	31/03/2000	18,42	4	41	606	606	367562002
2831	MARIA FERRARI-ME	486	300	31/05/2000	18,50	4	41	607	607	367562002
2831	MARIA FERRARI-ME	1179	300	31/03/1998	16,30	3	171	2547	2547	367562002
1529	JOAO ATALIBA CLEIN	1809	600	04/06/1996	145,59	3	62	922	30922	1316802002
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	6757	300	28/02/2006	20,47	7	168	5	334732	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	5756	300	28/02/2004	19,475	7	10	3	333466	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	4355	300	22/04/2002	18,33	6	78	4	331522	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	6138	300	28/02/2005	19,92	7	54	3	333818	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	5273	300	28/02/2003	18,78	6	205	2	332790	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	2476	600	15/06/2001	65,80	6	10	7	330851	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	1992	600	07/03/2001	22,75	6	10	5	330849	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	2018	600	20/05/2001	47,60	6	10	6	330850	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	4473	600	05/05/2002	35,00	6	78	5	331523	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	5880	600	31/05/2004	23,20	7	10	5	333468	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	5811	600	07/12/2004	40,00	7	10	4	333467	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	6141	600	20/04/2005	20,00	7	61	3	333874	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	6463	600	12/05/2005	40,00	7	130	8	334431	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	6449	600	08/06/2005	175,00	7	130	6	334429	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	6451	600	08/06/2005	44,00	7	130	7	334430	652202006
701	ARLINDO JOVINO PRESOTTO	6321	600	15/12/2005	33,44	7	130	5	334428	652202006
1323	JOVINO JOAO UNGARATTO	806	600	17/07/1997	863,38	3	115	1715	1715	1296892002

IM	CONTRIBUINTE	D.A.	REC.	VENC.	VALOR	L	F	P	I	PROCESSO
2909	JOAO ALBERTO RECH	7515	300	28/02/2008	25,09	8	4	11	335715	1534402010
2909	JOAO ALBERTO RECH	7461	200	15/11/2007	30,58	7	282	4	335667	1534402010
2909	JOAO ALBERTO RECH	7460	200	15/10/2007	30,58	7	281	10	335662	1534402010
2909	JOAO ALBERTO RECH	7459	200	15/09/2007	30,58	7	281	5	335657	1534402010
2909	JOAO ALBERTO RECH	7287	200	15/06/2007	91,74	7	262	3	335482	1534402010
2909	JOAO ALBERTO RECH	7106	300	28/02/2007	24,72	7	240	6	335309	1534402010
2909	JOAO ALBERTO RECH	6868	200	30/09/2006	181,36	7	217	1	335120	1534402010
2909	JOAO ALBERTO RECH	7028	600	15/10/2006	66,76	7	224	2	335177	1534402010
3201	ATANACIA CARPES	1389	600	17/07/1997	264,25	3	103	1532	1532	331142002
1865	TRANSPORTES MARSIL LTDA	53	300	31/05/1999	19,42	4	5	62	62	019020003178
1865	TRANSPORTES MARSIL LTDA	54	200	31/03/1999	29,04	4	5	63	63	019020003178
1865	TRANSPORTES MARSIL LTDA	55	200	30/04/1999	29,40	4	5	64	64	019020003178
1865	TRANSPORTES MARSIL LTDA	56	200	31/07/1999	29,85	4	5	65	65	019020003178
1865	TRANSPORTES MARSIL LTDA	349	300	31/03/2000	20,00	4	32	468	468	019020003178
1865	TRANSPORTES MARSIL LTDA	350	300	31/05/2000	20,10	4	32	469	469	019020003178
1865	TRANSPORTES MARSIL LTDA	351	200	31/03/2000	30,48	4	32	470	470	019020003178
1865	TRANSPORTES MARSIL LTDA	352	200	30/04/2000	30,57	4	32	471	471	019020003178
1865	TRANSPORTES MARSIL LTDA	52	300	15/04/1999	19,29	4	5	61	61	019020003178
1865	TRANSPORTES MARSIL LTDA	353	200	31/07/2000	30,76	4	32	472	472	019020003178

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 12 de novembro de 2019

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019/CMV

Publicação Nº 2230706

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

OBJETO – Processo de Dispensa de Licitação derivado de solicitação para apresentação de orçamentos para a Câmara de Vereadores de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, tendo por objeto a aquisição de uma Bancada e uma Mesa para Computador para a sala das Comissões.

FORNECEDOR: Criarte Móveis (Marcos José Gotardo)

FUNDAMENTO LEGAL – Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). (grifamos).

JUSTIFICATIVA – A mesa do computador hoje existente na sala das Comissões está bem velha, já apresentando descolamento de peças, e estando instalada há mais de 10 anos, com deterioração. A pintura está descascando e toda riscada, o que a deixa com um péssimo aspecto. Uma nova mesa para o computador para a Sala das Comissões trará um aspecto mais apresentável e bonito.

Também a mesa hoje existente na Sala das Comissões é antiga, com mais de 10 anos, redonda, pegando muito espaço na sala, pois é muito grande e a sala tem pouco espaço. E praticamente semanalmente são realizadas as reuniões das Comissões.

Também estamos optando em padronizar a cor dos móveis, pois são um de cada cor. Recentemente foi frito um balcão novo para aquela sala, com um nicho para a colocação de Livros que estão sendo adquiridos. Optou-se pela cor Ameixas Negra. Ficando padronizado essa cor, tornando um ambiente mais bonito.

A Câmara de Vereadores solicitou cotação para as seguintes empresas: Comércio de Móveis Arizinho, Global Móveis - Medida Certa Indústria e Comércio de Móveis Ltda - ME e Criarte Móveis (Marcos José Gotardo). As referidas empresas, instaladas em Ipumirim fazem a revenda dos produtos já identificados. Em resposta, a Câmara recebeu as propostas das empresas a seguir relacionadas:

1- Comércio de Móveis Arizinho – Valor apresentado: R\$ 1.675,00

2 – Criarte Móveis – Valor apresentado – R\$ 1.530,00

3 - Global Móveis - Medida Certa Indústria e Comércio de Móveis Ltda – ME - Valor apresentado – R\$ 1.615,00

Analisando as propostas recebidas, ficou constatado que a Criarte Móveis (Marcos José Gotardo) apresentou o menor preço.

As despesas decorrentes do Presente Processo de Dispensa de Licitação correrão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

4.4.90.52.42.00.00.00 – Mobiliário em geral

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

TOTAL GERAL – R\$ 1.530,00 (Hum mil, quinhentos e trinta reais)
DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR

Com a edição do Decreto nº 9.412/2018, os limites para a contratação direta de pequeno valor tiveram novos valores em razão da vinculação que os incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 estabelecem como limites da modalidade de Convite.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). (grifamos).

(ART. 24 - II, da Lei de Licitações e Contratos – 8666/93)

A dispensa de licitação com base no artigo 24, incisos I e II, tem seu limite vinculado a 10% do valor do convite, ou seja, R\$ 17,6 mil para compras e R\$ 33 mil para obras. Toda contratação por dispensa de licitação, sobretudo aquelas consignadas nos incisos I e II, são de caráter excepcional e de pequeno valor. Se a compra revelar-se de maior monta e, ainda, previsível, o procedimento adequado seria o da realização de licitação. (grifamos).

Fonte - <https://jus.com.br/artigos/68660/decreto-n-9-412-2008-os-novos-limites-licitatorios>. Acesso em 18 de novembro às 9hs00min.

O Presente Processo de Dispensa de Licitação encontra respaldo no art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 face os motivos já expostos.

Considerando que os valores a serem pagos pela Câmara de Vereadores para a aquisição dos produtos será de R\$ 1.530,00 (Hum mil, quinhentos e trinta reais), a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores Edita Processo de Dispensa de Licitação para a aquisição dos produtos já identificados no objeto do presente Processo e constantes da proposta considerada a mais vantajosa.

Ipumirim – SC, 18 de novembro de 2019.

Marineide Pick Pilatti
Presidente

Marilete Pramio Bortoli
Vice Presidente

Ezequiel Canton
Primeiro Secretário

Deonir José Agazzi
Segundo Secretário

PORTARIA Nº.464/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230901

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal em exercício do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A CLAUDIRA ANDREIA KAMMERS COSTA, matrícula 2019, Licença Prêmio de 10 (dez) dias, relativos ao período aquisitivo de 2012 A 2017, e gozo a partir de 18 de Novembro de 2019 a 27 de Novembro de 2019.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 18 de Novembro de 2019.

Ipumirim - SC, 18 de Novembro de 2019.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito.

PORTARIA Nº.465/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230905

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A CLAUDIOMIR CANZI, matrícula 2273, Licença Prêmio de 10 (dez) dias, relativos aos períodos aquisitivos de 2014 a 2019 e gozo a partir de 18 de Novembro de 2019 a 27 de Novembro de 2019.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 18 de Novembro de 2019.

Ipumirim - SC, 18 de Novembro de 2019.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito

PORTARIA Nº.466/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230907

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A ELIANE CRISTINA H. MOCELIN, matrícula 2034, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativos ao período aquisitivo de 2012 A 2017, e gozo a partir de 18 de Novembro de 2019 a 17 de Dezembro de 2019.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 18 de Novembro de 2019.

Ipumirim - SC, 18 de Novembro de 2019.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito.

PORTARIA Nº.467/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230908

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A EDSON PEDROSO, matrícula 2021, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativos aos períodos aquisitivos de 2012 a 2017 e gozo a partir de 18 de Novembro de 2019 a 17 de Dezembro de 2019.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 18 de Novembro de 2019.

Ipumirim - SC, 18 de Novembro de 2019.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito

Iraceminha

PREFEITURA

LEI 1432

Publicação Nº 2230769

LEI MUNICIPAL Nº 1432/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.
AUTORIZA A DESAFETAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, faço SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a desafetar o imóvel:

- LOTE URBANO Nº. 14 (Equipamento Público) matrícula nº 20.703, da Quadra (5), situado no Loteamento "MOMBACH II", na cidade e município de Iraceminha, SC, comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua "A" distando 15,00 metros da esquina formada pela Rua Porto Alegre, com área de "UM MIL QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO METROS E OITENTA CENTÍMETROS QUADRADOS"(1.424,80 m²), sem edificações, CONFRONTANDO: ao NOROESTE por duas linhas, uma com a Rua "A" na extensão de 28,60 m e outra com o lote urbano nº(15), na extensão de 15,00m, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda ME – M 20.704;- ao SUDESTE com parte da chácara rural nº(17), da serie "D", na extensão de 43,60m, de Zona Sul Comercio de Alimentos e Bebidas Ltda- M 17.463;- ao NORDESTE por duas linhas, uma, com a Rua Porto Alegre, na extensão de 13,00 m, e outra com o lote urbano nº(15), na extensão de 30,00m, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda ME – M. 20.704;- ao SUDOESTE, com o lote urbano nº (13), na extensão de 43,00 m, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda ME – M. 20.702.- CADASTRO MUNICIPAL: nº1559,-PROPRIETÁRIO:- MUNICIPIO DE IRACEMINHA, pessoa jurídica de direito publico interno com sede na Rua Dona Paulina nº780, Iraceminha, SC, CNPJ nº 80.623.606/0001-12.- TITULO AQUISITIVO:- Registrado neste Ofício, na matrícula nº 19.721, sob o nº 10.- Protocolo nº 70.791 – 21.08.2014.

Parágrafo Único – A desafetação mencionada no caput deste artigo visa retirar a destinação específica que inicialmente foi conferida ao Imóvel em questão, a fim de lhe dar finalidade que melhor atenda aos interesses públicos, na permuta realiza entre os imóveis matrículas nº 20.698 e 20.699 pela matrícula nº 20.703 autorizada através da Lei Municipal 1431/2019 de 25 de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 29 de Outubro de 2019.
JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 287/2019, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230578

PORTARIA Nº 287/2019, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 087/2018 e Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 11 dias, ao Agente Político, JEAN CARLOS NYLAND, ocupante do cargo de PREFEITO MUNICIPAL, no período de 19 a 29 de novembro de 2019, referente ao período aquisitivo de 01/01/2019 a 31/12/2019.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 18 de Novembro de 2019.
JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 288/2019, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230736

PORTARIA Nº 288/2019, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 087/2018 e Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 15 dias, a Servidora Pública Municipal, IRENE ROSA FERRI NEGRI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas, no período de 18 DE NOVEMBRO A 02 DE DEZEMBRO DE 2019, referente ao período aquisitivo de 06/02/2018 a 05/02/2019.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 18 de Novembro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 289/2019, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230739

PORTARIA Nº 289/2019, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 087/2018 e Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Prêmio, pelo período de 90 (NOVENTA DIAS) dias, a Servidora Pública Municipal, Sra. SILVANA ALBERTI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA, 20hs semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. A PARTIR DE 19 DE NOVEMBRO A 16 DE FEVEREIRO DE 2020.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 18 de Novembro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 290/2019, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230742

PORTARIA Nº 290/2019, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 087/2018 e Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - MANTER CONTRATAÇÃO em Caráter Temporário Emergencial (ACT) de excepcional interesse público, a Sra. IVONE MARIA COMIN, para atuar como PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA com carga horária de 20 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, A PARTIR 19/11/2019. Em decorrência da Licença prêmio da servidora publica Sra. SILVANA ALBERTI ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA, com carga horária de 20 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. Mediante Lei Municipal nº 1334/2017 de 07 de Março de 2017 e Título VIII, DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO da Lei Complementar Municipal nº 086/2018, de 17 de dezembro de 2018, dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iraceminha e dá outras providências.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 18 de Novembro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Itá

PREFEITURA

DECRETO N. 076/2019

Publicação Nº 2230306

DECRETO Nº 076 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o inciso VII do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 4º da Lei nº 1.427, de 23 de junho de 2000.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Itá, nos termos da legislação vigente, cuja composição será a seguinte:

I- REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

a) Secretaria de Assistência Social:

Titular: Deise Calvi

Suplente: Markelli Ana Machry

b) Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer:

Titular: Janice Gusatto

Suplente: Juliana Batista

c) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

Titular: Franciele da Trindade Sutil

Suplente: Karine Farina Andreola

d) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Rosane Schiavini

Suplente: Adriana Bender

e) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

Titular: Ezequiel Farina Andreola

Suplente: Renato Vailon

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) Associação Bom Samaritano:

Titular: Tânia Maria Valmorbida

Suplente: Jussara Figueró

b) Associação Comercial e Industrial de Itá (ACITA):

Titular: Daniela Carbonera

Suplente: Maroa Puhl

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE):

Titular: Chaiane Cardoso

Suplente: Arlete Barionuevo

d) Pelos Grupos de Idosos:

Titular: Elcida Simon

Suplente: Adiles Dandolin

e) Pelos Usuários:

Titular: Ivanir Gabiatti

Suplente: Luciane da Silva

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC, 07 de Novembro de 2019.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 078/2019

Publicação Nº 2230307

DECRETO Nº 078/2019, de 13 de novembro de 2019.

"Dispõe Sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

Jairo Luiz Sartoretto, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Municipal 2.600/2019 de 12 de novembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2019, no valor de R\$ 1.095.530,00 (um milhão, noventa e cinco mil, quinhentos e trinta reais), conforme descrito a seguir:

04.00 – Secretaria Municipal dos Transportes

04.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem

2.007 – Manutenção Atividades do DMER

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	70.000,00

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

1.005 – Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário

3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	150.000,00
---	------------

2.010 – Manutenção Departamento de Agricultura

3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	35.000,00
3.3.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	80.000,00

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.012 – Manutenção Secretaria de Educação

3.3.90.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	60.000,00
---	-----------

2.013 – Coordenação e Distribuição Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
---	-----------

2.014 – Manutenção Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	100.000,00
---	------------

2.017 – Manutenção e Apoio Frequência Ensino Médio e Profissionalizante

3.3.90.00.00.00.1022 – Aplicações Diretas	20.530,00
---	-----------

2.019 – Manutenção Pré-Escolar

3.3.90.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	40.000,00
---	-----------

2.020 – Manutenção Creche Municipal

3.1.90.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	80.000,00
3.1.90.00.00.00.1019 – Aplicações Diretas	30.000,00
3.3.90.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	30.000,00

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.051 – Gestão SUAS

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	60.000,00
---	-----------

2.052 – Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
---	-----------

2.056 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	10.000,00
--	-----------

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

2.025 – Manutenção Atividades Departamento de Turismo

3.3.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	25.000,00
---	-----------

2.044 – Brilha Itá

3.3.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	25.000,00
---	-----------

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.008 – Manutenção Atividades Departamento Urbanismo

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	80.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
3.3.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no exercício de 2019, no valor de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais), conforme descrito a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031 – Manutenção da Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	150.000,00

2.037 – Manutenção de Atendimento de Plantão Médico-Hospitalar

3.3.90.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	25.000,00
---	-----------

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Câmara Municipal de Vereadores de Itá, no exercício de 2019, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme descrito a seguir:

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

2.001 – Manutenção Atividades Legislativas

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 4º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º e 2º, no valor de R\$ 1.200.530,00 (um milhão, duzentos mil, quinhentos e trinta reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

02.00 – Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito Municipal

02.01 – Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito Municipal

2.061 – Manutenção Concelho Tutelar

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
---	-----------

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

0.001 – Encargos Gerais do Município

4.6.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
---	-----------

1.033 – Adequação do Centro Administrativo Municipal

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00
---	-----------

04.00 – Secretaria Municipal dos Transportes

04.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem

1.045 – Pavimentação Asfáltica Rodoviária Itá-Subestação Linha Alegre

4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00
---	-----------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

1.003 – Adequação de Ambientes para Produtos Inspeccionados

3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	4.000,00

05.02 – Departamento de Meio Ambiente

1.002 – Sistemas de Captação e Distribuição de Água Potável

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
---	-----------

05.03 – Fundo Municipal de Meio Ambiente

2.059 – Manutenção Fundo Municipal de Meio Ambiente-FMMA

3.1.71.00.00.00.1000 – Transferências a Consórcios Públicos	8.000,00
3.3.71.00.00.00.1000 – Transferências a Consórcios	3.000,00

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

1.010 – Aquisição de Veículo Transporte Escolar

4.4.90.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	14.000,00
---	-----------

2.015 – Transporte Escolar Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.1019 – Aplicações Diretas	30.000,00
3.3.90.00.00.00.1022 – Aplicações Diretas	20.530,00

2.018 – Apoio ao Ensino Superior e Especialização

3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	15.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	200.000,00

07.00 – Secretaria de Assistência Social**07.01 – Departamento de Assistência Social****1.013 – Subvenções a Entidades sem Fins Lucrativos**

3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	45.000,00
4.4.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	15.000,00

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social**2.062 – Proteção Social Especial de Média Complexidade**

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	4.000,00
3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	4.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	8.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	4.000,00

07.04 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS**1.014 – Melhoria Habitacional**

3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	16.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00

2.047 – Manutenção Ativ.Fundo Mun.Habitação de Interesse Social - FMHIS

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	7.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00

07.05 – Fundo Municipal de Direitos do Idoso**1.040 – Adequação de Espaços de Convivência, Recreação e Lazer**

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	8.000,00
---	----------

2.057 – Manutenção do Fundo Municipal de Direitos do Idoso

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico**08.01 – Departamento de Turismo****1.030 – Construção Portal Turístico**

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	14.000,00
---	-----------

1.042 – Projeto Mirante Caracol

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
---	----------

2.024 – Adminst. e Manut. Complexo Turístico Thermas Itá

3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
---	-----------

2.054 – Apoio ao Turismo Rural

3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	8.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	7.000,00

2.055 – Festival de Inverno de Itá

3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	9.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	130.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00

2.058 – Parque das Torres

4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	50.000,00
---	-----------

08.02 – Departamento Industria, Comércio e Serviços**1.027 – Réplica em Miniatura Antiga Cidade de Itá**

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	8.000,00
---	----------

2.045 – Realização Carnaval Náutico

3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	45.000,00
---	-----------

08.04 – Fundo Municipal de Turismo**2.030 – Manutenção Atividades Fundo Municipal de Turismo**

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	4.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	4.000,00

08.05 – Fundo Municipal de Desenvolvimento de Itá**2.060 – Manutenção Fundo Municipal de Desenvolvimento de Itá**

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	5.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos****1.001 – Infraestrutura Urbana**

4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00
---	-----------

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico**1.035 – Saneamento Básico Municipal**

3.3.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	45.000,00
4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	45.000,00

2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	9.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 5º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 2º no valor de R\$ 170.000,00 (cento e sessenta mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, conforme a seguir descrito:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde**11.01 – Fundo Municipal de Saúde****2.032 – Manutenção da Média e Alta Complexidade-MAC**

3.3.93.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas Decorrer	30.000,00
--	-----------

2.033 – Manutenção Saúde Bucal

3.1.90.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 6º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, conforme a seguir descrito:

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá**01.01 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá****1.031 – Construção do Prédio da Câmara Municipal**

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	100.000,00
---	------------

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá – SC, 13 de Novembro de 2019

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001 - PROCESSO SELETIVO 001/2019

Publicação Nº 2229803

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, conforme classificação no PS 001/2019 para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, no dia 18 de Novembro de 2019, às 13:00 horas.

Zeladores

Candidato	Assinatura
Roseli Maria Cezar	
Carla Cristiane Machry	

Itá, 18 de Novembro de 2019

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 019 - CONCURSO PÚBLICO 001/2019

Publicação Nº 2230398

EDITAL 019 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, Torna Público que tendo em vista a classificação no Concurso Público nº001/2019, homologado pelo Decreto nº033 de 26 de abril de 2019, Convoca os abaixo relacionados para comparecerem ao setor de pessoal, no prazo de até 30 dias da publicação deste edital para a contratação, munidos dos seguintes documentos: CÓPIA CARTÃO DO PIS/PASEP; CÓPIA C.P.F; CÓPIA CARTEIRA DE IDENTIDADE; CÓPIA REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO OU NASCIMENTO; CÓPIA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS; COMPROVANTE DE VACINAÇÃO DOS FILHOS ATÉ OS 7 ANOS; ATESTADO DE ESCOLARIDADE FILHOS MAIORES DE 7 ANOS A 14 ANOS; 01 FOTO 3X4; CÓPIA CERTIFICADO MILITAR (Sexo Masculino); CÓPIA TÍTULO ELEITORAL; CÓPIA COMPROVANTE DE ÚLTIMA VOTAÇÃO; ATESTADO MÉDICO (ORIGINAL); CARTEIRA PROFISSIONAL: nº SÉRIE E DATA EMISSÃO; CONTA BANCÁRIA (conta corrente), Nº DA AGÊNCIA E NOME DO BANCO; CÓPIA CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE (CONCLUÍDO); CÓPIA CARTEIRINHA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL; CÓPIA COMPROVANTE VACINAÇÃO TÉTANO e RUBEOLA PARA AMBOS OS SEXOS; DECLARAÇÃO DE BENS OU CÓPIA DA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA; FOLHA CORRIDA JUDICIAL (www.tjsc.jus.br / certidões on line/ criminal); DECLARAÇÃO PENALIDADES (ORIGINAL); DECLARAÇÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS (ORIGINAL); DECLARAÇÃO DE IRRF E SALÁRIO FAMILIA.

CARGO: Auxiliar de Creche	
CONVOCADOS	N.º DE INSCRIÇÃO
Pricila Colpani Do Amaral	1424106
Emanuela Cristina Sartoretto	1424983
Ivone Denis Wollmann Burnier	1420404
Talita Canei	1422285
Andressa Lucia Lecardelli	1420802
Daniela Nadia Ferreira	1428017
Fabiola Lombardi	1423380
Simone Analice Brand Moraes	1417726
Denise Simon	1417596

OBS: Os Auxiliares de Creche terão início de expediente no dia 02/01/2020 e deverão comparecer na Secretaria de Educação no dia 20/12/2019 as 09 hs para a definição das vagas. Até esta data todos deverão estar em dia com a documentação exigida no Setor de Pessoal do Município.

Itá, 18 de novembro de 2019.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

NOME	DATA DO CIENTE	ASSINATURA
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 020 - CONCURSO PÚBLICO 001/2019

Publicação Nº 2230401

EDITAL 020 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, Torna Público que tendo em vista a classificação no Concurso Público nº001/2019, homologado pelo Decreto nº033 de 26 de abril de 2019, Convoca os abaixo relacionados para comparecerem ao setor de pessoal, no prazo de até 30 dias da publicação deste edital para a contratação, munidos dos seguintes documentos: CÓPIA CARTÃO DO PIS/PASEP; CÓPIA C.P.F; CÓPIA CARTEIRA DE IDENTIDADE; CÓPIA REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO OU NASCIMENTO; CÓPIA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS; COMPROVANTE DE VACINAÇÃO DOS FILHOS ATÉ OS 7 ANOS; ATESTADO DE ESCOLARIDADE FILHOS MAIORES DE 7 ANOS A 14 ANOS; 01 FOTO 3X4; CÓPIA CERTIFICADO MILITAR (Sexo Masculino); CÓPIA TÍTULO ELEITORAL; CÓPIA COMPROVANTE DE ÚLTIMA VOTAÇÃO; ATESTADO MÉDICO (ORIGINAL); CARTEIRA PROFISSIONAL: nº SÉRIE E DATA EMISSÃO; CONTA BANCÁRIA (conta corrente), Nº DA AGÊNCIA E NOME DO BANCO; CÓPIA CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE (CONCLUÍDO); CÓPIA CARTEIRINHA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL; CÓPIA COMPROVANTE VACINAÇÃO TÉTANO e RUBEOLA PARA AMBOS OS SEXOS; DECLARAÇÃO DE BENS OU CÓPIA DA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA; FOLHA CORRIDA JUDICIAL (www.tjsc.jus.br / certidões on line/ criminal); DECLARAÇÃO PENALIDADES (ORIGINAL); DECLARAÇÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS (ORIGINAL); DECLARAÇÃO DE IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

CARGO: Auxiliar de Classe	
CONVOCADOS	N.º DE INSCRIÇÃO
Andressa Pessoa De Chaves	1431039
Nelci Maria Stroehner Mocellin	1425871
Aline Raquel Machry	1419659
Justina Ines Bresiani Taffarel	1421680
Eliane Salete Schaparin Brand	1430692
Jusara Rodrigues	1429721
Gabriela Wanlar	1416905
Michele Goncalves Martini	1430048
Tania Carla Freyer	1420157
Bruna Carla Rech	1429242

OBS: Os Auxiliares de Classe terão início de expediente no dia 03/02/2020 e deverão comparecer na Secretaria de Educação no dia 20/12/2019 as 08 hs para a definição das vagas. Até esta data todos deverão estar em dia com a documentação exigida no Setor de Pessoal do Município.

Itá, 18 de novembro de 2019.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

NOME	DATA DO CIENTE	ASSINATURA
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	
	___/___/___	

LEI 2600

Publicação Nº 2230310

LEI Nº 2600 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“Dispõe Sobre Autorização para a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”.

Jairo Luiz Sartoretto, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Faz Saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2019, no valor de R\$ 1.140.530,00 (um milhão, cento e quarenta mil, quinhentos e trinta reais), conforme descrito a seguir:

04.00 – Secretaria Municipal dos Transportes

04.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem

2.007 – Manutenção Atividades do DMER

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	70.000,00

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

1.005 – Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	150.000,00
--	------------

2.010 – Manutenção Departamento de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	80.000,00

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.012 – Manutenção Secretaria de Educação

3.3.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	60.000,00
--	-----------

2.013 – Coordenação e Distribuição Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
--	-----------

2.014 – Manutenção Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	100.000,00
--	------------

2.017 – Manutenção e Apoio Frequência Ensino Médio e Profissionalizante

3.3.90.00.00.00.00.1022 – Aplicações Diretas	20.530,00
--	-----------

2.019 – Manutenção Pré-Escolar

3.3.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

2.020 – Manutenção Creche Municipal

3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	80.000,00
3.1.90.00.00.00.00.1019 – Aplicações Diretas	45.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	30.000,00

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.051 – Gestão SUAS

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	60.000,00
--	-----------

2.052 – Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
--	-----------

2.056 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	10.000,00
---	-----------

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

2.025 – Manutenção Atividades Departamento de Turismo

3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	25.000,00
--	-----------

2.044 – Brilha Itá

3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	25.000,00
--	-----------

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.008 – Manutenção Atividades Departamento Urbanismo

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no exercício de 2019, no valor de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais), conforme descrito a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031 – Manutenção da Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	150.000,00

2.037 – Manutenção de Atendimento de Plantão Médico-Hospitalar

3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	25.000,00
--	-----------

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Câmara Municipal de Vereadores de Itá, no exercício de 2019, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme descrito a seguir:

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

2.001 – Manutenção Atividades Legislativas

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 4º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º e 2º, no valor de R\$ 1.245.530,00 (um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

02.00 – Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito Municipal

02.01 – Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito Municipal

2.061 – Manutenção Concelho Tutelar

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

0.001 – Encargos Gerais do Município

4.6.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

1.033 – Adequação do Centro Administrativo Municipal

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

04.00 – Secretaria Municipal dos Transportes

04.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem

1.045 – Pavimentação Asfáltica Rodoviária Itá-Subestação Linha Alegre

4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

1.003 – Adequação de Ambientes para Produtos Inspeccionados

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	4.000,00

05.02 – Departamento de Meio Ambiente

1.002 – Sistemas de Captação e Distribuição de Água Potável

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

05.03 – Fundo Municipal de Meio Ambiente

2.059 – Manutenção Fundo Municipal de Meio Ambiente-FMMA

3.1.71.00.00.00.00.1000 – Transferências a Consórcios Públicos	8.000,00
3.3.71.00.00.00.00.1000 – Transferências a Consórcios	3.000,00

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

1.010 – Aquisição de Veículo Transporte Escolar

4.4.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	14.000,00
--	-----------

2.015 – Transporte Escolar Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1019 – Aplicações Diretas	45.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1022 – Aplicações Diretas	20.530,00

2.018 – Apoio ao Ensino Superior e Especialização

3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	200.000,00

06.02 – Departamento de Esportes e Lazer

1.012 – Construção de Espaços Esportivos e Recreativos

4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	30.000,00
---	-----------

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.01 – Departamento de Assistência Social

1.013 – Subvenções a Entidades sem Fins Lucrativos

3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	45.000,00
4.4.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	15.000,00

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.062 – Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	4.000,00
3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	4.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	8.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	4.000,00

07.04 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS

1.014 – Melhoria Habitacional

3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	16.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00

2.047 – Manutenção Ativ.Fundo Mun.Habitação de Interesse Social - FMHIS

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	7.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00

07.05 – Fundo Municipal de Direitos do Idoso

1.040 – Adequação de Espaços de Convivência, Recreação e Lazer

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	8.000,00
---	----------

2.057 – Manutenção do Fundo Municipal de Direitos do Idoso

3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

1.030 – Construção Portal Turístico

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	14.000,00
---	-----------

1.042 – Projeto Mirante Caracol

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
---	----------

2.024 – Adminst. e Manut. Complexo Turístico Thermas Itá

3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
---	-----------

2.054 – Apoio ao Turismo Rural

3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	8.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	7.000,00

2.055 – Festival de Inverno de Itá

3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	9.000,00
3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	130.000,00
4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00

2.058 – Parque das Torres

4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	50.000,00
---	-----------

08.02 – Departamento Indústria, Comércio e Serviços

1.027 – Réplica em Miniatura Antiga Cidade de Itá

4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	8.000,00
---	----------

2.045 – Realização Carnaval Náutico

3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	45.000,00
---	-----------

08.04 – Fundo Municipal de Turismo

2.030 – Manutenção Atividades Fundo Municipal de Turismo

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	4.000,00

08.05 – Fundo Municipal de Desenvolvimento de Itá**2.060 – Manutenção Fundo Municipal de Desenvolvimento de Itá**

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos****1.001 – Infraestrutura Urbana**

4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico**1.035 – Saneamento Básico Municipal**

3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	45.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas	45.000,00

2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	9.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições	9.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 5º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 2º no valor de R\$ 170.000,00 (cento e sessenta mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, conforme a seguir descrito:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde**11.01 – Fundo Municipal de Saúde****2.032 – Manutenção da Média e Alta Complexidade-MAC**

3.3.93.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas Decorrer	30.000,00
---	-----------

2.033 – Manutenção Saúde Bucal

3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 6º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, conforme a seguir descrito:

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá**01.01 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá****1.031 – Construção do Prédio da Câmara Municipal**

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	100.000,00
--	------------

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá – SC, 12 de Novembro de 2019

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 064 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2229622

DECRETO Nº 64/2019

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema, bem como o art. 13 e art. 14, I da Lei Municipal nº 3.813, de 17 de dezembro de 2018:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 11.435.000,00 (onze milhões quatrocentos e trinta e cinco mil reais), destinado a suplementar as seguintes dotações no Orçamento Municipal vigente:

Órgão/Unidade	Entidade/Órgão	Funcional Programática	Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Elemento de Despesa	Valor da Suplementação
01.05	Gabinete da Prefeita	04.122.0002.2.004	Apoio as Instituições e Entidades	1.0000	3.3.50.00	10.000,00
05.02	Secretaria Municipal de Finanças	04.122.0007.1.004	PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária	1.0000	4.4.90.00	200.000,00
06.01	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	15.451.0011.2.100	Gestão Fundo Especial de Outorga Onerosa Direito de Construir	1.0092	4.4.90.00	2.500.000,00
07.01	Secretaria Municipal de Obras e Transportes	04.122.0012.2.024	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	1.0000	3.3.90.00	130.000,00
07.08	Secretaria Municipal de Obras e Transportes	06.182.0009.2.020	Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNREBOM	1.0091	3.3.90.00	200.000,00
08.01	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Desenv. Econômico	23.695.0015.2.031	Gestão Administrativa da Secret. Turismo e Desenvolvimento Econômico	1.0000	3.3.90.00	750.000,00
08.06	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Desenv. Econômico	27.812.0020.2.064	Gestão Administrativa do Depto. de Esportes	1.0000	3.3.90.00	30.000,00
09.04	Secretaria Municipal de Educação	12.361.0018.2.054	Gestão e Administração da Secretaria de Educação	1.0001	3.3.90.00	250.000,00
09.02	Secretaria Municipal de Educação	12.126.0018.1.023	Suprimentos de Materiais, Móveis e Equipamentos, Manutenção Funcional	1.0019	4.4.90.00	2.200.000,00
09.02	Secretaria Municipal de Educação	12.361.0018.1.024	Renovação, Ampliação e Manutenção da Frota – Secretaria Educação	1.0001	3.3.90.00	57.000,00
09.02	Secretaria Municipal de Educação	12.361.0019.1.026	Edificação e Ampliação de Unidades Escolares - Fundamental	1.0001	4.4.90.00	568.000,00
09.02	Secretaria Municipal de Educação	12.365.0018.2.048	Fornecimento de Material e Uniformes Escolares- INFANTIL	1.0001	3.3.90.00	1.505.000,00
09.02	Secretaria Municipal de Educação	12.361.0018.2.049	Fornecimento de Material e Uniformes Escolares- FUNDAMENTAL	1.0001	3.3.90.00	2.500.000,00
09.03	Secretaria Municipal de Educação	12.365.0018.2.051	Manutenção e Reforma das Unidades Educacionais - FUND	1.0001	4.4.90.00	360.000,00
12.04	Fundo Municipal de Saúde	10.122.0024.2.073	Gestão e Administração do Fundo Municipal de Saúde	1.0002	3.3.90.00	150.000,00
13.01	Fundo Municipal de Assistência	08.244.0022.2.086	Manutenção dos Serviços Prestados no CRAS	1.0000	3.3.90.00	25.000,00
TOTAL						11.435.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura de crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

- a) provável excesso de arrecadação, em conformidade com o artigo 43, II da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 14, I, da Lei Municipal nº 3.813/2018, na importância de R\$ 11.348.000,00 (onze milhões trezentos e quarenta e oito mil reais).
b) Anulação parcial das dotações abaixo descritas, no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais):

Órgão/Unidade	Entidade/Órgão	Funcional Programática	Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Elemento de Despesa	Valor da Anulação
09.02	Secretaria Municipal de Educação	12.361.0018.1.024	Renovação, Ampliação e Manutenção da Frota – Secretaria Educação	1.0001	4.4.90.00	57.000,00

08.06	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Desenv. Econômico	27.812.0020.2.064	Gestão Administrativa do Depto. de Esportes	1.0000	4.4.90.00	30.000,00
TOTAL						87.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 07 de novembro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 3.912, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 - INSTITUI NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A PERMISSÃO DA UTILIZAÇÃO ORLA

Publicação Nº 2229627

Lei nº 3.912, de 11 de novembro de 2019.

INSTITUI NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A PERMISSÃO DA UTILIZAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO, DA ORLA DO MUNICÍPIO SOB O DOMÍNIO DA UNIÃO, DE NATUREZA RECREATIVA, ESPORTIVA, CULTURAL, RELIGIOSA E EDUCACIONAL, MEDIANTE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO, FIXA PARÂMETROS PARA O CÁLCULO DO VALOR DA CONTRAPARTIDA E CRITÉRIOS PARA CONTROLE DO USO, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui normas e procedimentos para a permissão da utilização a título precário, de áreas de domínio da União, de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa e educacional, mediante outorga de Permissão de Uso, fixa parâmetros para o cálculo do valor da contrapartida, critérios para controle do uso e sanções administrativas oriundas de infrações as disposições desta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se como permissão de uso a autorização para utilização, a título precário, de áreas de domínio da União, sob gestão do Município, de acordo com o termo de gestão de praias, publicado no diário oficial da união em 27.10.2017, edição n. 207, página 127, para a utilização de curta duração.

§ 1º As estruturas de apoio instaladas dentro do perímetro da permissão serão consideradas atividades vinculadas à permissão de uso precário para os termos desta Lei.

§ 2º Considera-se utilização de curta duração para os fins desta lei, o período não superior a 15 (quinze) dias corridos.

§ 3º O prazo constante no parágrafo anterior, poderá ser uma única vez prorrogado, desde que o prazo máximo não ultrapasse a 30 (trinta) dias, no período compreendido nos últimos 12 (doze) meses.

§ 4º Os eventos organizados e/ou mantidos pelo município ficam excluídos das restrições descritas nos § 2º e § 3º deste artigo.

Art. 3º O Responsável pela outorga da permissão de uso de áreas de domínio da União, é ato do Gestor Municipal de Utilização de Praias, e, em sua falta a(o) Chefe do Executivo Municipal, observadas as disposições legais e regulamentares.

Art. 4º O ato da outorga de permissão de uso será concedido, observadas as seguintes condições:

I - a finalidade da sua realização;

II - os direitos e obrigações do permissionário;

III - o prazo de vigência, que será de até 15 (quinze) dias corridos, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que o prazo máximo não ultrapasse a 30 (trinta) dias, no período compreendido nos últimos 12 (doze) meses, ressalvadas as disposições do § 4º do art. 2 desta Lei.

IV - o valor da garantia de cumprimento das obrigações, quando necessária, e a forma de seu recolhimento;

V - as penalidades aplicáveis, nos casos de inadimplemento; e

VI - o valor e a forma de pagamento, que deverá ser efetuado no ato de formalização da permissão.

VII – Conveniência e interesse da Gestão de Utilização de praias, cujo despacho será sempre motivado.

§1º Os equipamentos e as instalações a serem utilizados no evento não poderão impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas correntes e dormentes.

§2º Constituirá requisito para que se solicite a outorga de permissão de uso, a comprovação da prévia autorização por outros órgãos competentes para autorizar a realização do evento, quando necessário, cuja especificação de quais órgãos será relacionada em Decreto a ser expedido pelo Poder Executivo, estando vetada a análise de caso a caso.

§3º Durante a vigência da permissão de uso, o permissionário ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se, salvo autorização expressa em contrário, a entregá-la, dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava.

§4º A permissão de uso somente terá validade após a publicação no Diário Oficial do Municípios – DOM, conforme legislação municipal vigente.

§ 5º A utilização da área solicitada pelo permissionário, estará vedada, enquanto a publicação de que trata o § 4º deste artigo, não estiver disponível.

§ 6º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia (quando exigida), somente poderá ocorrer após a publicação referida no § 4º deste artigo, e, após este prazo, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do permissionário com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente.

Art. 5º A atividade de gestão de uso das áreas da União primará pela integridade do bem, por meio de medidas educativas e de orientação preventiva aos usuários e ações de controle por meio de fiscalização, que deverá observar as disposições descritas nos artigos 14, 15, 16 e 17, tendo como parâmetro o Ofício descrito no art. 18 desta Lei.

CAPÍTULO II DA SOLICITAÇÃO

Art. 6º A permissão de uso deverá ser requerida no período entre 6 (seis) meses e 05 (cinco) dias anteriores à disponibilização da área, perante o Município de Itapema - SC, e instruída com os documentos constantes do ANEXO I – Formulário.

§1º O requerimento informará a área, com utilização de croqui e o prazo pretendido, limitado a 30 (trinta) dias, que poderá ser prorrogado mediante requerimento a ser formulado ainda na vigência da permissão.

§2º Não se autorizará a permissão no caso de existir uma permissão já deferida há menos de cinquenta metros de distância, em caso de eventos.

CAPÍTULO III DA RETRIBUIÇÃO PELO USO DA ÁREA

Art. 7º As permissões de uso terão o valor calculado a partir da disponibilização da área da União, considerando o interregno do prazo requerido conforme a seguinte equação:

$$V_{pu} = (V_{ef} \times A \times 0,02) =$$

Onde:

V_{pu} = Valor do preço público diário calculado com base no prazo requerido pela permissão de uso em reais;

V_{ef} = Valor do espaço físico em reais por metro quadrado (R\$/m²);

A = Área de utilização do espaço físico em área de uso comum do povo, em metros quadrados;

§ 1º O valor do espaço físico (V_{ef}) é o correspondente ao valor do IPTU territorial (R\$/m²), constante na planta de valores genéricos, para o imóvel imediatamente de frente a área requerida.

§2º Para os fins deste artigo, considera-se exploração econômica/comercial as atividades que expõem marcas e patrocínio privado, bem como a comercialização de produtos ou serviços.

§3º A retribuição estabelecida será devida pelos dias de disponibilização da área de domínio da União, incluindo na contagem o período de montagem e desmontagem dos equipamentos.

§4º O valor cobrado para a permissão de uso será recolhida por meio de guia própria, emitida pela secretaria de finanças, após aprovação pelo Gestor Municipal de Utilização de Praias.

§5º Os pagamentos deverão ser efetuados com a antecedência mínima de um dia útil da disponibilização da área, sob pena de arquivamento do processo de Permissão de Uso.

§6º Em caso de requerimento para outorga de permissão onerosa de prestações de serviços que se dá de forma contínua e que, não se aplica o disposto no inciso III, do art. 4º desta Lei, somente poderão ser autorizados após a aprovação da Lei específica do "Projeto Orla", o qual definirá usos, áreas, valores e a forma e exigência de licitação, de acordo com a cláusula sétima do Termo de Adesão para a transferência da gestão das praias marítimas urbanas.

§7º Os permissionários não poderão impedir o acesso e a permanência do público em geral na área estabelecida no croqui.

Art. 8º As permissões de uso requeridas pela Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal ou se tratando de interesse público ou social, nas áreas de educação, cultural, assistência, social ou saúde, serão submetidas ao regime gratuito, desde que o evento seja aberto ao público em geral, não sendo permitida a cobrança de ingressos/convites, não haja vinculação no evento à marcas e/ou propagandas, de acordo com a cláusula sétima do Termo de Adesão para a transferência da gestão das praias marítimas urbanas.

Parágrafo único. Uma vez constatado, depois de deferido o requerimento previsto no "caput", que o uso foi realizado por entidade privada, e/ou que houve exploração econômica/social e/ou restrição de acesso, devem ser apuradas e cobradas às diferenças na forma desta Lei, ficando proibida a outorga de novas permissões ao mesmo CNPJ pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo de outras penalidades eventualmente cabíveis.

CAPÍTULO IV DA PUBLICIDADE

Art. 9º O permissionário deverá manter no local do evento visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com os modelos constantes no formulário de solicitação de Permissão de Uso, conforme Decreto a ser expedido pelo Poder Executivo.

Art. 10. O ato de autorização mediante outorga de permissão de uso será publicado no Diário Oficial do Município - DOM e no site do Poder Executivo de Itapema, devendo permanecer acessível por até 02 (dois) anos após o término do contrato.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá encaminhar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a cópia integral do ato de autorização ao Poder Legislativo, o qual terá o mesmo prazo para divulgá-lo em seu site.

CAPÍTULO V DO CONTROLE SOBRE O USO

Art. 11. A Gestão Municipal de Utilização de Praias fiscalizará a adequada utilização da área permitida ao evento, devendo contar com os fiscais de postura do Município.

Parágrafo único. Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o cancelamento da permissão de uso.

Art. 12. Caso seja constatada a utilização de área de domínio da União fora do prazo estabelecido no termo da Permissão de Uso, o permissionário será imediatamente notificado, para recolher o devido valor do preço público.

Parágrafo único. Caso o permissionário não desocupe a área até o final do prazo definido, este estará sujeito:

I - retirada sumária pelo Município dos equipamentos instalados, sem indenização por possíveis danos ocorridos aos mesmos durante a operação;

II - ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos; e

III - a outras sanções cabíveis, inclusive a cobrança de diárias quanto ao tempo de permanência excessiva.

IV- a medidas administrativas e judiciais cabíveis à manutenção do espaço utilizado, inclusive emitindo notificações, autos de infração e termos de embargo, cominando sanções pecuniárias e executando eventuais demolições e remoções, sempre que se fizerem necessárias, tudo nos termos do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e do art. 10 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, bem como, da legislação Municipal vigente.

Art. 13. Os espaços objeto das permissões de que trata esta Lei são de uso indistinto, não podendo os permissionários impedirem o acesso público ou efetuarem cobrança de qualquer título.

Art. 14. Compete ao Município, por meio do Gestor Municipal de Utilização de Praias, mapear, definir e divulgar as áreas localizadas na orla marítima, próximas a bares, restaurantes, pousadas, hotéis ou similares, nas quais será permitida para a colocação temporária de mesas, cadeiras e guarda-sóis, quando solicitadas por clientes/hospedes, desde que a ocupação seja pública, gratuita e aberta à livre utilização de todos, sendo apenas admitida a sua permanência nestas áreas, em caráter temporário e durante o tempo de atendimento dos mesmos.

§ 1º Os bares, restaurantes, pousadas, hotéis ou similares, interessados em utilizar determinada área, para atender seus clientes/hospedes, poderão fazer Requerimento de viabilidade, perante o setor do Protocolo do Município ou através do Protocolo-Web disponibilizado no site oficial – www.itapema.sc.gov.br.

§ 2º O Gestor Municipal de Utilização de Praias, organizará Comissão permanente para analisar os Requerimentos de viabilidade requeridos pelos interessados, com objetivo de definir a possibilidade de colocação de mesas, cadeiras e guarda-sóis em determinados locais.

§ 3º A Comissão descrita no parágrafo anterior deverá ser composta pelos seguintes Representantes:

I – 01 (um) Representante nomeado pela ACITA (Associação Empresarial de Itapema e Porto Belo);

II – 01 (um) Representante da Associação de Bairros do local onde foi requerida a viabilidade;

III – 01 (um) Representante do Setor de Fiscalização do Município;

IV – Gestor Municipal de Utilização de Praias.

§ 4º Compete ao Gestor Municipal de Utilização de Praias, convocar os Representantes descritos no § 3º deste artigo, com 48 horas de antecedência, para o acompanharem “in loco”, a análise dos Requerimentos de viabilidade solicitados no semestre.

§ 5º O Requerimento de viabilidade será analisado no local requerido, mediante a presença dos representantes indicados no § 3º, e será deferido se tiver 2 votos favoráveis.

§ 6º O Representante do Setor de Fiscalização do Município, não tem direito a voto.

§ 7º Os Requerimentos de viabilidade, serão avaliados semestralmente pelo Município, por meio do Gestor Municipal de Utilização de Praias, que informará aos Requerentes e atualizará o mapa de localização das áreas viáveis para este uso.

§ 8º O Requerimento de viabilidade, solicitado pelos interessados, com o intuito de mapear e definir as áreas que poderão ser ocupadas por mesas, cadeiras e guarda-sóis, não terá ônus para o Requerente.

§ 9º Não será deferido o Requerimento de viabilidade para a ocupação, se o local requerido estiver próximo às pistas de caminhada, ciclo-faixa, aos acessos de escadarias, rampas, ou nos locais que dificultem a circulação dos pedestres ou ciclistas.

§ 10. A viabilidade concedida é um ato discricionário, precário e unilateral, e que não gera direito adquirido.

§ 11. A viabilidade concedida indicará qual é a área que poderá ser ocupada por mesas, cadeiras e guarda-sóis, e a quantidade máxima destes.

§ 12. As áreas descritas na viabilidade, continuarão disponíveis à população, como áreas públicas que são, sendo que o público as poderá utilizar livremente para colocação de suas próprias cadeiras, guarda-sóis ou outros equipamentos pessoais.

§ 13. Compete ao Gestor Municipal de Utilização de Praias, seguir as disposições desta Lei e organizar os requerimentos de viabilidade e as permissões de uso.

§ 14. Compete ao Gestor Municipal de Utilização de Praias divulgar as áreas que possuem viabilidade para ocupação, e a indicação do mapa de localização.

§ 15. As áreas definidas no § 11, somente poderão receber a colocação de mesas, cadeiras, guarda-sóis e outros objetos, por bares, restaurantes, pousadas, hotéis ou similares, após a emissão do parecer favorável de viabilidade pelo Gestor Municipal de Utilização de Praias, observadas obrigatoriamente as disposições do § 5º deste artigo, por meio da permissão de uso.

§ 16. As áreas definidas no § 11, somente poderão ser ocupadas por mesas, cadeiras e guarda-sóis, por solicitação explícita dos clientes/hospedes, e durante a sua utilização, devendo ser imediatamente retiradas do local, após a saída destes.

§ 17. A colocação de mesas, cadeiras e guarda-sóis nas áreas definidas no § 11, não poderá ser feita de forma antecipada ou permanente, com o objetivo de delimitar ou reservar espaço/área na orla marítima, não sendo passível de ocorrência para uso privado e/ou comercial por vedação legal, por serem estas áreas de uso comum do povo.

§ 18. A colocação de mesas, cadeiras e guarda-sóis nas áreas definidas no § 11 deste artigo, deverá ser utilizada de forma compartilhada, e obrigatoriamente devem respeitar as seguintes distâncias:

I – Para estabelecimentos localizados nos bairros Ilhota, Centro e Canto da Praia, os equipamentos descritos no “caput” deste parágrafo devem estar a menos de 30 (trinta) metros do estabelecimento que presta o serviço ao público.

II – Para estabelecimentos localizados no bairro Meia Praia, os equipamentos descritos no “caput” deste parágrafo devem estar a menos de 20 (vinte) metros do estabelecimento que presta o serviço ao público.

§ 19. As mesas e cadeiras deverão ser de madeira, para manter a harmonia com o ambiente.

§ 20. As mesas, cadeiras e guarda-sóis não poderão fazer publicidade de marcas de empresas privadas, observadas as disposições do § 1º do art. 15 desta Lei.

§ 21. As mesas, cadeiras e guarda-sóis deverão ter forma, tamanho, modelo e cor padronizados, e que deverão ser definidos por Decreto do Poder Executivo.

§ 22. O Poder Executivo poderá regulamentar o horário em que as mesas, cadeiras e guarda-sóis poderão estar à disposição dos clientes/hospedes, para serem colocadas nas áreas definidas no §11, conforme o interesse público.

§ 23. Fica vedado ao Município, a cobrança pecuniária, pela colocação de mesas, cadeiras e guarda-sóis nas áreas definidas no § 11, diante do fato de que a área é pública e a ocupação deverá ser temporária e gratuita, sendo apenas admitida, quando solicitadas por clientes/hospedes e durante o tempo de atendimento aos mesmos e no restante do tempo, a área deverá estar livre e disponível para uso da população em geral.

§ 24. Compete aos bares, restaurantes, pousadas, hotéis ou similares, manter as áreas utilizadas pelos seus clientes/hospedes limpas.

Art. 15 A desobediência aos dispositivos desta Lei, acarretarão ao infrator a imposição de multa e de medidas administrativas, as quais poderão ser cumulativas, conforme descrito abaixo:

I – A colocação de mesas, cadeiras e guarda-sóis, fora das áreas delimitadas e/ou em locais que dificultam a circulação das pessoas - multa de 50 UFRM'S, por unidade (cadeira, mesa, guarda-sol).

II – A colocação de mesas, cadeiras, guarda-sóis ou outro objeto, de forma antecipada com o objetivo de delimitar espaço/área, sem a presença de clientes/hospedes, estará sujeita a multa de 50 UFRM'S, por unidade (cadeira, mesa, guarda-sol ou outro objeto).

III - A colocação de mesas, cadeiras e guarda-sóis, em desacordo ao padrão estabelecido no Decreto do Poder Executivo - multa de 50 UFRM'S, por unidade (cadeira, mesa, guarda-sol).

IV - A colocação de mesas e cadeiras em material diverso a madeira - multa de 50 UFRM'S, por unidade (cadeira, mesa).

V - A colocação de mesas, cadeiras e guarda-sóis com a divulgação de marcas de empresas privadas - multa de 50 UFRM'S, por unidade (cadeira, mesa, guarda-sol).

VI - A colocação de mesas, cadeiras, guarda-sóis em desacordo ao horário estabelecido no Decreto do Poder Executivo, em sua ausência, em desacordo com o horário descrito no Alvará de funcionamento do estabelecimento - multa de 50 UFRM'S, por unidade (cadeira, mesa, guarda-sol).

VII- Impedir ou coagir pessoas que não são clientes/hospedes a utilizarem as áreas estabelecidas no art. 14, com suas próprias cadeiras, guarda-sóis ou outros equipamentos pessoais - multa de 50 UFRM'S por ocorrência.

§ 1º As penalidades descritas no inciso "V", surtirão seus legais efeitos 180 (cento e oitenta) dias após a edição do Decreto do Poder Executivo, que definirá o padrão a ser adotado.

§ 2º As penalidades descritas nos incisos "I" ao "VII" deste artigo, deverão só poderão ser aplicadas ao infrator, após advertência formal, realizada pelo Agente Público competente.

§ 3º Realizada a advertência formal, e não surtindo seus efeitos em até 30 minutos, proceder-se-á aplicação das penalidades descritas nos incisos "I" ao "VII" deste artigo de acordo com a infração.

§ 4º Nos casos de reincidência, os valores das multas aplicadas as infrações, serão cobradas em dobro.

§ 5º Considera-se reincidência a prática da mesma infração, independente do lapso temporal.

§ 6º Na primeira reincidência, além da multa, os equipamentos associados à infração, serão apreendidos

§ 7º Na segunda reincidência, o alvará de funcionamento do estabelecimento será suspenso por 24 (vinte e quatro) horas.

§ 8º Na terceira reincidência, o alvará de funcionamento do estabelecimento será suspenso por 48 (quarenta e oito) horas.

§ 9º Na quarta reincidência, o alvará de funcionamento do estabelecimento será suspenso por 7 (sete) dias.

§ 10. Na quinta reincidência, o alvará de funcionamento do estabelecimento será suspenso por 30 (trinta) dias.

§ 11. Na sexta reincidência, acarretará o fechamento administrativo do estabelecimento pelo Órgão Fiscalizador.

§ 12. Os equipamentos e objetos apreendidos ficarão sob a guarda do Município, que será seu fiel depositário, ficando à disposição dos interessados pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da apreensão, findos os quais, serão vendidos em hasta pública ou integrados ao patrimônio do Município.

§ 13. A liberação dos equipamentos apreendidos estará sujeita ao pagamento das despesas da remoção, estadia e das multas, sem prejuízo das demais penalidades de ordem legal.

Art. 16. Fica vedado aos bares, restaurantes, pousadas, hotéis ou similares, colocarem ou instalarem mesas, cadeiras e guarda-sóis na faixa de areia, ressalvadas as disposições descritas no art. 17 desta Lei.

Art. 17. As disposições descritas na Lei Municipal nº 2917, de 02 de dezembro de 2010, na Lei Municipal n.º 2949, de 19 de maio de 2011 e na Lei Municipal 2996, de 01 de dezembro de 2011, permanecem inalteradas.

Art. 18. O Ofício SEI N.º 2/2019/NUDEP/COORD/SPU-SC/SPU/SEDD-ME, datado de 09 de julho de 2019, passa a integrar esta Lei, como anexo primeiro.

Art. 19. As despesas decorrentes para a execução da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapema (SC), 11 de novembro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 3.913, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE A TROTES TELEFÔNICOS PM

Publicação Nº 2229628

Lei nº 3.913, de 11 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE A TROTES TELEFÔNICOS À POLÍCIA MILITAR (190), AO CORPO DE BOMBEIROS (193) E AO SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA (192) NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica criada a Semana de Conscientização e Combate a Trotes Telefônicos à Polícia Militar (190), ao Corpo de Bombeiros (193) e ao SAMU - Serviço de Atendimento Médico de Urgência (192), a ser realizada, anualmente, em um dos meses do período letivo, e de acordo com o cronograma da própria Secretaria de Estado da Educação que a unidade escolar seja parte.

Parágrafo único. Nas unidades particulares de ensino, caberá a cada coordenação pedagógica determinar a época e o período para a aplicação da Semana de Conscientização proposta pelo caput deste artigo.

Art. 2º Durante a Semana de Conscientização e Combate a Trotes Telefônicos, as instituições de ensino particulares, as Secretarias Municipais de Educação, poderão firmar convênios com o Centro de Operações da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), visando a participação desses profissionais na realização de visitas, palestras e cursos.

Parágrafo único. Por tratar-se de uma atividade de cooperação, caberá aos órgãos responsáveis por esses Serviços de Emergência o atendimento das solicitações de participação em conformidade total com seu calendário interno.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, por decreto, no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 11 de novembro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 3.914, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO SEMEADORES DO AMOR (ASEA)

Publicação Nº 2229629

Lei nº 3.914, de 11 de novembro de 2019.

Declara de Utilidade Pública a Associação Semeadores do Amor (ASEA) e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação Semeadores do Amor, fundada em 09 de abril de 2011, organização associativa civil, sem fins lucrativos e econômicos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.354.303/0001-17, com sede neste Município, localizada na Rua 1204, nº 93, Bairro Ilhota, Município de Itapema, devidamente registrada no Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Itapema, Estado de Santa Catarina, protocolo nº 002402, em 22/03/2019, Registro 001290, do Livro A-009, Folha 098.

Art. 2º A Associação Semeadores do Amor (ASEA), fica obrigada a publicar em um jornal local, de livre escolha, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houverem prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período ainda que não tenham sido subvencionadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 11 de novembro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

PUBLICAÇÃO 459 - PROCESSO 192.2019 - HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2230070

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório

nº 192/2019, Tomada de Preço nº 02.011.2019.

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Básicas de Saúde localizadas nos Bairros Ilhota, Meia Praia e Várzea do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Básica de Saúde Ilhota

LOTE II : Unidade Básica de Saúde Meia Praia II

LOTE III : Unidade Básica de Saúde Várzea

CONTRATADO: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

DO VALOR POR LOTE:

LOTE I : Unidade Básica de Saúde Ilhota - R\$ 86.574,72

LOTE II : Unidade Básica de Saúde Meia Praia II - R\$ 78.787,12

LOTE III : Unidade Básica de Saúde Várzea - R\$ 103.016,51

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 13/11/2019

Itapema, 13 de novembro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 065 - SUPLEMENTAÇÃO PREFEITURA

Publicação Nº 2229624

DECRETO nº. 65/2019

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá Outras Providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2019 nº. 3.813, de 17 de dezembro de 2018 e Lei Municipal nº 3.905, de 16 de outubro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 147.237,28 (cento e quarenta e sete mil duzentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos), destinados a suplementar o quadro orçamentário da Prefeitura, conforme segue:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**Unidade: 01 - Diretoria Administrativa****Atividade: 2.106 - Manutenção dos Programas CIM-AMFRI**

Elemento: 3.1.70.00.00.00.01.0000/275 - Aplicações diretas	R\$	28.920,84
Elemento: 3.3.70.00.00.00.01.0000/276 - Aplicações diretas	R\$	22.932,14
Elemento: 3.3.93.00.00.00.01.0000/278 - Aplicações diretas	R\$	80.751,33
Elemento: 4.4.70.00.00.00.01.0000/277 - Aplicações diretas	R\$	5.429,87
Elemento: 4.4.93.00.00.00.01.0000/279 - Aplicações diretas	R\$	9.203,10
Total Geral:	R\$	147.237,28

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, anulação parcial na mesma importância, conforme abaixo:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**Unidade: 02 - Diretoria Administrativa****Atividade: 2.014 - Amortização do Principal e Encargos da Div Pública**

Elemento: 4.6.90.00.00.00.01.0000/43 - Aplicações diretas	R\$	147.237,28
Total Geral:	R\$	147.237,28

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itapema, 07 de novembro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 221, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230369

DECRETO Nº 221, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2019, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior na seguinte fonte de recurso: 31000 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

004.0001 – Secretaria Munic. da Fazenda e Planejamento

0004.0123.0009.2012 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda

33.90.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 14 de novembro de 2019.

Itapiranga, 14 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretaria de Administração.

EXTRATO DO DISTRATO Nº 144/2019/RH

Publicação Nº 2229882

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 144/2019/RH

PARTES: Município de Itapiranga e IVANA RAQUEL KRUG.

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 63/2019/RH, como Professor de Educação Física em 40 horas semanais.

Itapiranga – SC. 14 de novembro de 2019.

Jorge Welter – Prefeito

PORTARIA Nº 208/2019

Publicação Nº 2230160

Portaria nº 208 de 18 de novembro de 2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora municipal Paula Rejane Egewarth, matrícula nº 15324/01 para substituir as férias de Thiago Rohden, ocupante do cargo de Diretor de Licitações, no período 18/11/2019 até 2/12/2019.

Parágrafo único. A designação prevista no caput deste artigo, acarretará ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 18 de novembro de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 5BIM2019 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229545



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No 5º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 5º Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	58.696.385,00	58.696.385,00	10.181.544,22	17,35	52.671.855,13	89,74	6.024.529,87
RECEITAS CORRENTES	58.650.513,94	58.650.513,94	10.181.544,22	17,36	51.856.840,25	88,42	6.793.673,69
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.010.215,69	7.010.215,69	1.227.461,91	17,51	7.163.788,08	102,19	(153.572,39)
Impostos	5.539.354,00	5.539.354,00	946.582,10	17,09	5.671.941,27	102,39	(132.587,27)
Taxas	1.405.943,69	1.405.943,69	251.722,18	17,90	1.329.888,52	94,59	76.055,17
CONTRIBUIÇÕES	64.918,00	64.918,00	29.157,63	44,91	161.958,29	249,48	(97.040,29)
Contribuições de Melhoria	937.260,00	937.260,00	152.893,66	16,31	972.163,26	103,72	(34.903,26)
Contribuições Sociais	181.260,00	181.260,00	5.509,74	3,04	174.127,36	96,06	7.132,64
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	756.000,00	756.000,00	147.383,92	19,50	798.035,90	105,56	(42.035,90)
RECEITA PATRIMONIAL	253.480,04	253.480,04	49.834,73	19,66	255.240,21	100,69	(1.760,17)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	36.600,00	36.600,00	495,06	1,35	18.845,86	51,49	17.754,14
Valores Mobiliários	216.880,04	216.880,04	49.339,67	22,75	236.394,35	109,00	(19.514,31)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	12.720,00	12.720,00	6.449,99	50,71	14.497,63	113,98	(1.777,63)
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.842.180,00	3.842.180,00	731.513,02	19,04	3.532.697,10	91,95	309.482,90
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.842.180,00	3.842.180,00	731.513,02	19,04	3.532.697,10	91,95	309.482,90
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.494.901,23	46.494.901,23	7.974.479,44	17,15	39.726.895,54	85,44	6.768.005,69
Transferências da União e de suas Entidades	17.091.100,80	17.091.100,80	2.418.453,12	14,15	12.782.660,01	74,79	4.308.440,79
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	21.660.203,63	21.660.203,63	4.072.984,60	18,80	19.545.306,65	90,24	2.114.896,98
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	99.756,98	99.756,98	38.911,47	39,01	191.558,43	192,03	(91.801,45)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	77.586,98	77.586,98	13.477,49	17,37	122.047,65	157,30	(44.460,67)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	16.960,00	16.960,00	15.173,98	89,47	55.830,78	329,19	(38.870,78)

Identificador: WPR3011101-745-WSPH-311762200 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pag 1 / 5



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	5.210,00	5.210,00	0,00	10.260,00	196,93	0,00	0,00	262,57	(8.470,00)
RECEITAS DE CAPITAL	45.871,06	45.871,06	0,00	0,00	0,00	0,00	13.680,00	1.776,75	(769.143,82)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	422,00	422,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	422,00	422,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2.736,00	2.736,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.736,00
Alienação de Bens Móveis	1.606,00	1.606,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.606,00
Alienação de Bens Imóveis	1.130,00	1.130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.130,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	3.180,00	3.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.194,88	69,02	985,12
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	39.533,06	39.533,06	0,00	0,00	0,00	0,00	812.820,00	2.056,05	(773.286,94)
Transferências da União e de suas Entidades	22.266,06	22.266,06	0,00	0,00	0,00	0,00	812.820,00	3.650,49	(790.553,94)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	17.267,00	17.267,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.267,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	58.696.385,00	58.696.385,00	0,00	10.181.544,22	17,35	0,00	52.671.855,13	89,74	6.024.529,87
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)				10.181.544,22	17,35	0,00	52.671.855,13	89,74	6.024.529,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	58.696.385,00	58.696.385,00	0,00	10.181.544,22	17,35	0,00	52.671.855,13	89,74	6.024.529,87
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	58.696.385,00	58.696.385,00	0,00	10.181.544,22	17,35	0,00	52.671.855,13	89,74	6.024.529,87
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-	-	-	2.378.923,14	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	2.378.923,14	-	-

Identificador: WPR3011101-745-WSHPH-311762200 - Emitido por: RENATO SCHLUCKMANN



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 5º Bimestre (i)
			No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (f)		No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	58.696.385,00	67.392.275,36	10.229.957,19	51.996.565,07	15.395.710,29	11.136.959,15	48.626.630,32	18.765.645,04	47.793.497,41
DESPESAS CORRENTES	56.344.757,62	61.506.840,54	9.605.924,58	50.128.250,80	11.378.589,74	10.533.864,99	47.083.134,15	14.423.706,39	46.342.383,24
Pessoal e Encargos Sociais	30.519.398,53	31.902.075,17	5.340.830,60	25.371.517,15	6.530.558,02	5.358.079,79	25.200.260,55	6.701.814,62	24.802.149,22
Juros e Encargos da Dívida	57.000,00	57.000,00	134,04	722,77	56.277,23	134,04	722,77	56.277,23	722,77
Outras Despesas Correntes	25.768.359,09	29.547.765,37	4.264.959,94	24.756.010,88	4.791.754,49	5.175.651,16	21.882.150,83	7.665.614,54	21.539.511,25
DESPESAS DE CAPITAL	2.221.627,38	5.755.434,82	624.032,61	1.868.314,27	3.887.120,55	603.094,16	1.543.496,17	4.211.938,65	1.451.114,17
Investimentos	2.211.627,38	5.745.434,82	622.975,01	1.863.077,82	3.882.357,00	602.036,56	1.538.259,72	4.207.175,10	1.445.877,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	10.000,00	10.000,00	1.057,60	5.236,45	4.763,55	1.057,60	5.236,45	4.763,55	5.236,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	58.696.385,00	67.392.275,36	10.229.957,19	51.996.565,07	15.395.710,29	11.136.959,15	48.626.630,32	18.765.645,04	47.793.497,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	58.696.385,00	67.392.275,36	10.229.957,19	51.996.565,07	15.395.710,29	11.136.959,15	48.626.630,32	18.765.645,04	47.793.497,41
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	675.290,06	-	-	4.045.224,81	-	4.878.357,72
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	58.696.385,00	67.392.275,36	10.229.957,19	52.671.855,13	-	11.136.959,15	52.671.855,13	-	52.671.855,13
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 18/11/2019, às 07:37:13.

¹ O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

NOTA:

Identificador: WPR3011101-745-WSHPH-311762200 - Emitido por: RENATO SCHLUCKMANN

Pág 3 / 5



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No 5º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 5º Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3011101-745-WSHPH-311762200 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEIÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 5º Bimestre (i)
			No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (f)		No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JORGE WELTER
Prefeito

RENATO SCHLICKMANN
Contador - 0235450-8

11 DEM. REC. ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLIC. REC. 5BIM2019 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229534



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)	Em Reais
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Receita de Alienação de Bens Móveis	5.063,94	551,55	4.512,39	
Receita de Alienação de Bens Imóveis	1.606,00	0,00	1.606,00	
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	1.130,00	0,00	1.130,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	
	2.327,94	551,55	1.776,39	

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital	5.661,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.661,86
Investimentos	5.661,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.661,86
Inversões Financeiras	5.661,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.661,86
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2018 (i)	2019 (j) = (Ib - (IIIf+ IIIfg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	(50.685,65)	551,55	(50.134,10)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 18/11/2019, às 07:55:52.

NOTA:

Identificador: WPR31010101-745-WPNOD-311763333 - Emitido por: RENATO SCHLUCKMANN

Pág 1 / 1

12 DEM. AÇÕES SERV. PUBL. SAÚDE 5BIM2019 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229532



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		RS 1,00
			Até 5º Bimestre	% (b/a) x 100	
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	5.539.354,00	5.539.354,00	5.671.941,27	102,39	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.529.262,00	1.529.262,00	1.496.259,38	97,84	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	270.000,00	270.000,00	299.884,27	111,07	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.210.706,00	2.210.706,00	2.370.452,63	107,23	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.436.300,00	1.436.300,00	1.324.542,82	92,22	
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	5.698,00	5.698,00	26.703,90	468,65	
Dívida Ativa dos Impostos	74.170,00	74.170,00	100.146,44	135,02	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	13.218,00	13.218,00	53.951,83	408,17	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	38.823.984,00	38.823.984,00	33.527.725,22	86,36	
Cota-Parte FPM	12.720.000,00	12.720.000,00	10.009.740,87	78,69	
Cota-Parte ITR	6.784,00	6.784,00	10.243,29	150,99	
Cota-Parte IPVA	1.855.000,00	1.855.000,00	1.996.753,27	107,64	
Cota-Parte ICMS	23.850.000,00	23.850.000,00	21.237.327,14	89,05	
Cota-Parte IPI-Exportação	318.000,00	318.000,00	273.660,65	86,06	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	74.200,00	74.200,00	0,00	0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	74.200,00	74.200,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	44.363.338,00	44.363.338,00	39.199.666,49		88,36

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até 5º Bimestre	(d/c) x 100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	4.369.760,34	4.369.760,34	2.931.979,33	67,10	
Provenientes da União	4.024.827,26	4.024.827,26	2.585.545,33	64,24	
Provenientes dos Estados	323.843,08	323.843,08	320.171,07	98,87	
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas do SUS	21.090,00	21.090,00	26.262,93	124,53	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.369.760,34	4.369.760,34	2.931.979,33		67,10

Identificador: WPR3111101-745-OWHJM-311763376 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 1 / 4



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidação
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até 5º Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	11.864.832,58	13.536.842,98	10.578.590,93	78,15	9.998.202,99	73,86
Pessoal e Encargos Sociais	6.368.174,96	7.192.613,32	5.655.621,53	78,63	5.644.073,95	78,47
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.496.657,62	6.344.229,66	4.922.969,40	77,60	4.354.129,04	68,63
DESPESAS DE CAPITAL	58.301,16	1.199.015,89	441.762,51	36,84	237.733,87	19,83
Investimentos	58.301,16	1.199.015,89	441.762,51	36,84	237.733,87	19,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	11.923.133,74	14.735.858,87	11.020.353,44	74,79	10.235.936,86	69,46

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até 5º Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.370.766,28	6.368.746,17	3.886.305,88	35,26	3.605.926,31	35,23
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	4.369.760,34	6.367.142,31	3.886.305,88	35,26	3.605.926,31	35,23
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.005,94	1.603,86	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	4.370.766,28	6.368.746,17	3.886.305,88	35,26	3.605.926,31	35,23
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	7.552.367,46	8.367.112,70	7.134.047,56	64,74	6.630.010,55	64,77

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	16,91
---	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIb) / 100)]	750.060,58
--	------------

Identificador: WPR311101-745-OWHJM-311763376 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidação
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2019	209.593,62	27.251,70	182.341,92	0,00	209.593,62
Inscritos em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores ao de 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	209.593,62	27.251,70	182.341,92	0,00	209.593,62

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2018	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2016	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2015	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores ao de 2015	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores ao de 2014	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

Identificador: WPR311101-745-OWHJM-311763376 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 3 / 4



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bimestre (I)	% (I/total I) x 100	Até 5º Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	7.681.752,82	9.761.524,61	7.155.359,53	64,93	6.767.805,36	66,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.917.731,62	4.514.482,07	3.485.287,22	31,63	3.104.166,20	30,33
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	323.649,30	459.852,19	379.706,69	3,45	363.965,30	3,56
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	(0,00)	0,00	(0,00)	(0,00)	0,00	0,00
TOTAL	11.923.133,74	14.735.858,87	11.020.353,44	100,00	10.235.936,86	100,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 18/11/2019, às 07:56:49.

1. A linha "RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA" apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2. Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS" o valor apresentado na coluna "I" ou com a coluna "II" deverá ser o mesmo apresentado no "total I".
3. Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES" o valor apresentado na coluna "I" ou com a coluna "II" deverá ser o mesmo apresentado no "total I".
4. O termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%" refere-se ao limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5. O valor do termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%", durante o exercício servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6. O valor (VII%) = (VIIh ou I) / (IItb x 100), nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7. A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

NOTA:

13 DEM. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADAS 5BIM2019 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229530



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2019					Em reais	
		No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre					
TOTAL DE ATIVOS	0,00		0,00				0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00		0,00				0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00		0,00				0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00		0,00				0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00		0,00				0,00	0,00
Outros Passivos	0,00		0,00				0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00		0,00				0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00		0,00				0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00		0,00				0,00	0,00
Garantias concedidas	0,00		0,00				0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00				0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2019)	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Do Ente Federado, exceto estaduais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estaduais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	59.769.473,84	63.174.346,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 18/11/2019, às 07:58:24.

NOTA:

Identificador: WPR3121101-745-PQANM-311763443 - Emitido por: RENATO SCHLUCKMANN

Pág 1 / 1

14 DEM. SIMPL. REL. RES. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5BIM2019 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229527



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)		Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até 5º Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial		58.696.385,00
Previsão Atualizada		58.696.385,00
Receitas Realizadas		52.671.855,13
Deficit Orçamentário		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.378.923,14
DESPESAS		
Dotação Inicial		58.696.385,00
Créditos Adicionais		8.695.890,36
Dotação Atualizada		67.392.275,36
Despesas Empenhadas		51.996.565,07
Despesas Liquidadas		48.626.630,32
Despesas Pagas		47.793.497,41
Superávit Orçamentário		4.045.224,81
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até 5º Bimestre
Despesas Empenhadas		51.996.565,07
Despesas Liquidadas		48.626.630,32
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até 5º Bimestre
Receita Corrente Líquida		63.174.346,86
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até 5º Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00
Resultado Previdenciário		0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00
Resultado Previdenciário		0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até 5º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		5.981.846,99	1.902.808,04	31,81
Resultado Primário		(153.482,04)	1.683.028,12	(1.096,56)

Identificador: WPR3131101-745-KNWOA-311763537 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 1 / 3



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até 5º Bimestre	Pag. Até 5º Bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	800.381,02	3.215,15	796.758,27	407,60
Poder Legislativo	800.381,02	3.215,15	796.758,27	407,60
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.641.576,03	146.084,45	2.165.941,32	329.550,26
Poder Legislativo	2.641.576,03	146.084,45	2.165.941,32	329.550,26
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.441.957,05	149.299,60	2.962.699,59	329.957,86

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até 5º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até 5º Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	10.382.435,04	25,00	26,14
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	7.328.564,71	60,00	95,11
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até 5º Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	422,00
Despesa de Capital Líquida	1.868.314,27	3.887.120,55

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3131101-745-KNWOA-311763537 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pag 2 / 3



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até 5º Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		551,55	4.512,39
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	5.661,86

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até 5º Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até 5º Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	6.630.010,55	15,00	16,91

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 18/11/2019, às 08:03:59.

NOTA:

Identificador: WPR3131101-745-KNWOA-311763537 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 3 / 3

2 DEM. EXEC. DESP. POR FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO 5BIM2019 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229544



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (b)		No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (d)	
				(b/total b)			(d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
LEGISLATIVA	58.696.385,00	67.392.275,36	10.229.957,19	51.996.565,07	100,00	11.136.959,15	48.626.630,32	18.765.645,04
Ação Legislativa	1.720.793,00	1.720.793,00	239.173,00	1.208.999,20	2,33	242.570,15	1.205.688,92	515.104,08
ADMINISTRAÇÃO	1.720.793,00	1.720.793,00	239.173,00	1.208.999,20	2,33	242.570,15	1.205.688,92	515.104,08
Administração Geral	6.923.385,79	8.054.341,58	1.299.212,32	6.106.656,64	11,74	1.491.138,28	5.579.033,46	2.475.308,12
Administração Financeira	3.427.400,81	4.268.011,64	514.571,47	3.072.301,10	5,91	741.511,82	2.734.853,56	1.533.158,08
Controle Interno	2.856.518,00	2.946.902,00	660.195,24	2.409.404,21	4,63	628.641,80	2.268.318,99	678.583,01
Comunicação Social	259.400,00	274.400,00	44.208,20	215.058,08	0,41	59.341,92	212.056,92	62.343,08
Demais Subfunções	267.120,00	322.220,00	65.269,83	278.053,63	0,53	51.654,47	237.149,79	85.070,21
SEGURANÇA PÚBLICA	112.946,98	242.807,94	14.967,58	131.839,62	0,25	24.267,46	126.654,20	116.153,74
Defesa Civil	374.840,38	444.736,56	32.609,36	147.737,71	0,28	31.810,60	95.024,13	349.712,43
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.192.608,23	2.657.444,62	316.444,04	1.825.327,58	3,51	421.803,57	1.705.285,84	952.158,78
Assistência ao Idoso	328.600,00	478.600,00	113.121,05	353.880,43	0,68	107.977,30	333.434,11	145.165,89
Assistência à Criança e ao Adolescente	212.700,00	345.956,21	39.855,98	158.340,21	0,30	44.660,37	150.076,88	195.879,33
Assistência Comunitária	1.651.308,23	1.832.888,41	163.467,01	1.313.106,94	2,53	269.165,90	1.221.774,85	611.113,56
SAÚDE	11.923.133,74	14.735.858,87	2.195.406,20	11.020.353,44	21,19	2.282.260,41	10.235.936,86	4.499.922,01
Atenção Básica	7.681.752,82	9.761.524,61	1.499.654,55	7.155.359,53	13,76	1.460.211,76	6.767.805,36	2.993.719,25
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.917.731,62	4.514.482,07	624.203,97	3.485.287,22	6,70	738.983,23	3.104.166,20	1.410.315,87
Vigilância Sanitária	323.649,30	459.852,19	71.547,68	379.706,69	0,73	83.065,42	363.965,30	95.886,89
EDUCAÇÃO	14.403.397,40	16.836.905,26	3.096.480,96	14.025.696,90	26,97	3.424.388,95	13.569.043,40	3.267.861,86
Ensino Fundamental	7.609.137,38	9.292.214,95	1.665.123,53	7.427.353,54	14,28	1.902.547,96	7.183.516,48	2.108.698,47
Ensino Médio	236.608,00	260.140,16	61.105,85	239.808,48	0,46	51.712,45	207.626,46	52.513,70
Ensino Superior	15.900,00	15.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.900,00
Educação Infantil	5.020.367,88	5.679.399,68	1.107.245,41	4.953.940,53	9,53	1.192.846,71	4.841.333,81	838.065,87
Educação Especial	75.500,00	75.500,00	0,00	75.229,52	0,14	0,00	75.229,52	270,48
Demais Subfunções	1.445.884,14	1.513.750,47	263.006,17	1.329.364,83	2,56	277.281,83	1.261.337,13	252.413,34
CULTURA	1.051.880,00	1.166.100,00	156.575,03	799.649,69	1,54	140.347,78	752.613,77	413.486,23
Diffusão Cultural	1.051.880,00	1.166.100,00	156.575,03	799.649,69	1,54	140.347,78	752.613,77	413.486,23
URBANISMO	2.155.072,00	2.434.240,60	337.961,48	1.664.420,33	3,20	274.740,32	1.517.276,24	916.964,36
Infra-Estrutura Urbana	574.272,00	589.314,60	0,00	19.699,23	0,04	0,00	19.699,23	569.615,37
Serviços Urbanos	1.580.800,00	1.844.926,00	337.961,48	1.644.721,10	3,16	274.740,32	1.497.577,01	347.348,99
HABITAÇÃO	74.200,00	74.200,00	0,00	6.059,95	0,01	68.140,05	5.857,15	68.342,85
Habituação Rural	37.100,00	37.100,00	0,00	6.059,95	0,01	31.040,05	5.857,15	31.242,85
Habituação Urbana	37.100,00	37.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.100,00
SANEAMENTO	5.696.624,77	5.739.728,35	891.058,83	4.585.498,27	8,82	961.743,51	4.108.858,84	1.630.869,51
Saneamento Básico Urbano	5.696.624,77	5.739.728,35	891.058,83	4.585.498,27	8,82	961.743,51	4.108.858,84	1.630.869,51
GESTÃO AMBIENTAL	106.000,00	128.388,80	22.467,30	22.677,30	0,04	13.772,90	13.982,90	114.405,90
Preservação e Conservação Ambiental	106.000,00	128.388,80	22.467,30	22.677,30	0,04	13.772,90	13.982,90	114.405,90
AGRICULTURA	3.433.815,00	3.907.055,00	490.166,22	3.430.677,53	6,60	518.420,43	3.227.008,82	680.046,18
Extensão Rural	3.433.815,00	3.907.055,00	490.166,22	3.430.677,53	6,60	518.420,43	3.227.008,82	680.046,18
INDÚSTRIA	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00
Promoção Industrial	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.383.980,00	1.408.240,00	134.907,88	862.393,79	1,66	124.355,94	625.426,16	782.813,84

Identificador: WPR3021101-745-LYNDU-311762483 - Emitido por: RENATO SCHLUCKMANN

Pag 1 / 3



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

Turismo	120.800,00	145.060,00	35.510,93	62.845,77	82.214,23	17.112,61	37.428,57	107.631,43	0,08	107.631,43
Demais Subfunções										
ENERGIA	1.263.180,00	1.263.180,00	99.396,95	799.548,02	463.631,98	107.243,33	587.997,59	675.182,41	1,21	675.182,41
Energia Elétrica	771.900,00	771.900,00	111.956,19	579.336,26	192.563,74	106.606,78	539.456,20	232.443,80	1,11	232.443,80
TRANSPORTE	3.472.378,00	3.901.402,72	541.405,09	3.106.300,55	795.102,17	710.905,96	2.939.511,64	961.891,08	6,05	961.891,08
Transporte Rodoviário	3.472.378,00	3.901.402,72	541.405,09	3.106.300,55	795.102,17	710.905,96	2.939.511,64	961.891,08	6,05	961.891,08
DESPORTO E LAZER	555.200,00	923.763,31	70.051,16	734.357,55	189.405,76	102.594,51	679.255,61	244.507,70	1,40	244.507,70
Desporto Comunitário	555.200,00	923.763,31	70.051,16	734.357,55	189.405,76	102.594,51	679.255,61	244.507,70	1,40	244.507,70
ENCARGOS ESPECIAIS	2.265.176,69	2.295.176,69	294.082,13	1.870.422,38	424.754,31	289.499,06	1.827.370,38	467.806,31	3,76	467.806,31
Serviço da Dívida Interna	67.000,00	67.000,00	1.191,64	5.959,22	61.040,78	1.191,64	5.959,22	61.040,78	0,01	61.040,78
Outros Encargos Especiais	1.018.176,69	1.048.176,69	106.704,75	953.405,79	94.770,90	102.121,68	910.353,79	137.822,90	1,87	137.822,90
Demais Subfunções	1.180.000,00	1.180.000,00	186.185,74	911.057,37	268.942,63	186.185,74	911.057,37	268.942,63	1,87	268.942,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	58.696.385,00	67.392.275,36	10.229.957,19	51.996.565,07	15.395.710,29	11.136.959,15	48.026.630,32	18.765.645,04	100,00	18.765.645,04

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 18/11/2019, às 07:42:24.

NOTA:

Identificador: WPR3021101-745-LYNDU-311762483 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 2 / 3



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS					
	(a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		(b)	% (b/III b)	(d)	% (d/III d)
					(e) = (a-d)

3 DEM. REC. CORRENTE LIQUIDA 5BIM2019 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229543



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Novembro/2018	Dezembro/2018	Janeiro/2019	Fevereiro/2019	Março/2019	Abril/2019	Maió/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019	Setembro/2019	Outubro/2019		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.927.895,82	6.813.351,25	5.674.359,90	5.376.162,45	6.212.972,98	6.849.491,60	5.946.416,32	5.438.238,54	6.082.180,69	5.498.452,05	5.778.632,60	5.706.081,10	71.303.630,30	66.415.310,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	536.495,08	643.646,80	531.226,11	360.205,94	754.976,43	1.834.276,52	643.272,50	606.643,41	619.090,94	586.334,32	595.130,63	632.331,28	8.343.929,96	7.010.215,69
IPDU	9.728,74	26.571,75	13.263,90	14.347,83	133.031,31	1.194.393,94	55.974,15	51.223,90	44.096,25	39.634,25	40.444,25	22.749,04	1.645.429,31	1.598.922,00
ISS	208.528,65	265.886,93	258.861,32	149.434,54	258.987,17	1.912.101,16	33.017,81	245.230,42	284.526,18	239.468,59	268.048,62	282.541,63	2.912.770,94	2.234.132,00
ITBI	21.367,22	42.016,02	11.754,14	22.822,62	31.846,32	25.461,48	35.342,09	45.780,42	15.299,09	55.034,06	32.309,82	24.234,23	363.267,51	270.000,00
IRRF	196.197,12	164.844,47	117.687,04	128.398,71	127.555,78	128.798,81	154.166,78	127.820,64	133.927,49	129.933,06	128.017,34	148.237,17	1.685.584,41	1.436.300,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	100.673,35	144.327,63	132.659,71	45.202,24	203.555,85	294.412,13	135.071,67	136.559,11	141.241,93	122.264,36	126.310,60	154.569,21	1.736.847,79	1.470.861,69
Contribuições	77.429,93	78.534,55	93.341,09	83.392,89	179.284,09	97.372,87	91.123,13	84.231,20	108.304,22	82.220,11	77.940,25	74.953,41	1.128.127,74	937.260,00
Receita Patrimonial	25.414,60	26.805,59	33.923,63	19.477,69	29.717,13	26.608,37	26.207,32	21.511,28	26.577,51	21.382,55	19.227,52	30.607,21	307.460,40	253.480,04
Rendimentos de Aplicação Financeira	25.175,00	26.565,99	22.728,03	13.760,09	29.477,53	26.368,77	25.967,72	21.271,68	26.337,91	21.142,95	18.979,99	30.359,68	288.135,34	216.880,04
Outras Receitas Patrimoniais	239,60	239,60	11.195,60	5.717,60	239,60	239,60	239,60	239,60	239,60	239,60	247,53	247,53	19.325,06	36.600,00
Receita Agropecuária	28,00	771,56	410,88	332,96	332,96	332,96	0,00	1.450,78	1.835,44	3.351,66	4.228,71	2.221,28	15.297,19	12.720,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	308.748,09	353.504,96	344.002,40	79.045,53	649.951,21	346.025,78	339.822,02	330.615,28	339.123,60	332.838,26	320.795,83	410.717,19	4.194.950,15	3.842.180,00
Transferências Correntes	4.955.890,96	5.680.025,52	4.661.218,92	4.830.440,21	4.558.111,88	4.529.646,25	4.798.372,47	4.385.334,84	4.935.626,74	4.456.038,29	4.746.177,35	4.531.471,57	57.068.355,00	54.259.698,03
Cota-Parte do FPM	961.620,30	1.677.788,61	1.188.090,93	1.305.046,74	977.144,74	953.312,23	1.223.410,13	963.677,49	1.317.825,36	961.922,65	856.533,04	788.292,10	13.174.384,32	13.881.760,00
Cota-Parte do ICMS	2.261.364,30	2.440.892,79	2.272.170,59	2.201.600,77	2.068.992,78	2.122.233,38	2.088.889,16	2.039.882,45	2.064.800,47	2.031.209,07	2.165.147,11	2.182.621,36	25.939.584,23	23.850.000,00
Cota-Parte do IPVA	130.334,62	64.507,03	143.510,98	145.408,65	196.996,81	192.229,39	196.996,81	175.013,54	225.371,66	258.302,95	193.556,44	262.350,93	2.191.594,92	1.855.000,00
Cota-Parte do ITR	183,38	384,60	95,41	217,33	53,56	54,83	57,25	44,29	67,11	29,93	3.188,12	6.435,46	10.811,27	6.784,00
Transferências da LC 87/1996	6.726,22	6.726,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.452,44	74.200,00
Transferências da LC 61/1989	31.051,31	37.415,72	26.177,15	23.808,63	30.663,23	27.131,45	26.566,78	27.861,02	28.204,35	25.243,15	30.772,01	27.232,88	342.127,68	318.000,00
Transferências do FUNDEB	738.249,30	814.157,51	772.513,53	791.075,90	722.945,72	732.924,36	768.877,17	702.074,58	704.836,96	720.638,94	751.664,93	731.376,79	8.951.335,69	7.743.596,80
Outras Transferências Correntes	826.361,53	638.153,04	238.660,33	363.282,19	553.799,93	501.760,61	494.075,17	476.781,47	594.740,83	458.691,60	745.595,70	533.162,05	6.445.064,45	6.530.357,23
Outras Receitas Correntes	23.889,16	30.062,27	10.236,87	3.267,23	39.994,28	27.558,85	8.451,75	31.622,24	16.286,86	15.132,31	23.779,16	245.509,86	99.756,98	99.756,98
DEDUÇÕES (II)	678.255,79	745.484,67	726.008,81	735.216,21	656.273,03	658.992,02	707.083,82	641.295,58	622.162,68	655.341,35	649.783,18	653.386,30	8.129.383,44	7.764.796,80
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	678.255,79	745.484,67	726.008,81	735.216,21	656.273,03	658.992,02	707.083,82	641.295,58	622.162,68	655.341,35	649.783,18	653.386,30	8.129.383,44	7.764.796,80
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III)=(I-II)	5.249.640,03	6.067.866,58	4.948.351,09	4.640.946,24	5.556.094,95	6.190.499,58	5.239.332,50	4.796.942,96	5.460.018,01	4.843.110,70	5.128.849,42	5.052.694,80	63.174.346,86	58.650.513,94

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 18/11/2019, às 07:44:23.

NOTA:

Identificador: WPR3031101-745-DIXHS-311762832 - Emitido por: RENATO SCHLUCKMANN

Pag 1 / 1

4 DEM. REC. DESP. RV. REGIME PROPR. PREV. 5BIM2019 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229541



MUNICÍPIO DE ITAIPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 5º Bimestre/2019	Até 5º Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3041101745-VZKMB-311762710 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 1 / 3





MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bimestre/2019	Até 5º Bimestre/2018	Até 5º Bimestre/2019	Até 5º Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII) ?	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
 SERVIDORES
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 18/11/2019, às 07:45:13.

¹ Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

² O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa empenhada e a despesa liquidada.

NOTA:

6 DEMONSTR. DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL 5BIM2019 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229540



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

Em reais	
RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA
	PREVISÃO ATUALIZADA
	Até 5º Bimestre/2019
	RECEITAS REALIZADAS
	(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	58.650.513,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.010.215,69
IPTU	1.598.922,00
ISS	2.234.132,00
ITBI	270.000,00
IRRF	1.436.300,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.470.861,69
Contribuições	937.260,00
Receita Patrimonial	253.480,04
Aplicações Financeiras (II)	216.880,04
Outras Receitas Patrimoniais	36.600,00
Transferências Correntes	46.494.901,23
Cota-Parte do FPM	11.337.760,00
Cota-Parte do ICMS	19.080.000,00
Cota-Parte do IPVA	1.484.000,00
Cota-Parte do ITR	5.427,20
Transferências da LC 87/1996	59.360,00
Transferências da LC 61/1989	254.400,00
Transferências do FUNDEB	7.743.596,80
Outras Transferências Correntes	6.530.357,23
Demais Receitas Correntes	3.954.656,98
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00
Receitas Correntes Restantes	3.954.656,98
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - III)	58.433.633,90
RECEITAS DE CAPITAL (V)	45.871,06
Operações de Crédito (VI)	422,00
Amortização de Empréstimos (VII)	3.180,00
Alienação de Bens	2.736,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00
Transferências de Capital	2.736,00
Convênios	39.533,06
Outras Transferências de Capital	957,14
	38.575,92
	51.856.840,25
	7.163.788,08
	1.609.158,82
	2.438.355,36
	299.884,27
	1.304.396,86
	1.511.992,77
	972.163,26
	255.240,21
	236.394,35
	18.845,86
	39.726.895,54
	8.533.027,47
	16.989.862,65
	1.597.403,42
	8.194,73
	0,00
	218.928,51
	7.398.928,88
	4.980.549,88
	3.738.753,16
	0,00
	3.738.753,16
	51.620.445,90
	815.014,88
	0,00
	2.194,88
	0,00
	0,00
	0,00
	0,00
	812.820,00
	0,00
	812.820,00

Identificador: WPR3051101-745-EUGZW-311762808 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 1 / 3



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

Outras Receitas de Capital		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias		0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)		42.269,06	812.820,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)		58.475.902,96	52.433.265,90

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 5º Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	61.506.840,54	50.128.250,80	47.083.134,15	46.342.383,24	607.658,27	1.025.069,23	1.024.401,99
Pessoal e Encargos Sociais	31.902.075,17	25.371.517,15	25.200.260,55	24.802.149,22	16.208,33	20.311,02	20.311,02
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	57.000,00	722,77	722,77	722,77	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	29.547.765,37	24.756.010,88	21.882.150,83	21.539.511,25	591.449,94	1.004.758,21	1.004.090,97
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	61.449.840,54	50.127.528,03	47.082.411,38	46.341.660,47	607.658,27	1.025.069,23	1.024.401,99
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	5.755.434,82	1.868.314,27	1.543.496,17	1.451.114,17	189.100,00	1.141.539,33	1.141.539,33
Investimentos	5.745.434,82	1.863.077,82	1.538.259,72	1.445.877,72	189.100,00	1.141.539,33	1.141.539,33
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	10.000,00	5.236,45	5.236,45	5.236,45	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	5.745.434,82	1.863.077,82	1.538.259,72	1.445.877,72	189.100,00	1.141.539,33	1.141.539,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	67.325.275,36	51.990.605,85	48.620.671,10	47.787.538,19	796.758,27	2.166.608,56	2.165.941,32
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							1.683.028,12

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(153.482,04)

JUROS NOMINAIS	Até 5º Bimestre/2019
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	236.394,35
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	16.614,43
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	1.902.808,04

Identificador: WPR3051101-745-EUGZW-311762808 - Emitido por: RENATO SCHLUCKMANN



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidação
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	5.981.846,99

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	ABAIXO DA LINHA	
	Em 31/Dez/2018 (a)	Até 5º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		375.578,07
DEDUÇÕES (XXIX)		
Disponibilidade de Caixa ¹	386.696,72	11.208.459,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.318.162,69	11.208.459,75
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	8.318.162,69	
Demais Haveres Financeiros	9.118.543,71	11.209.534,59
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXX) = (XXVIII - XXIX)	800.381,02	1.074,84
	0,00	(0,00)
	(7.931.465,97)	(10.832.881,68)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		2.901.415,71

AJUSTE METODOLÓGICO	Até 5º Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	799.306,18
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	2.102.109,53
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	1.882.329,61

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 18/11/2019, às 07:47:11.

¹ Essa linha não deverá apresentar saldo negativo, portanto, se o total dos Restos a Pagar Processados for maior que o total da Disponibilidade de Caixa Bruta, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero"

NOTA:

7 DEM. RESTOS A PAGAR 5BIM2019 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229539



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

REDO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Em Reais	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo		Saldo Total
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2018					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2018						
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g)-(i+j)	l = (e+k)		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	3.215,15	797.165,87	796.758,27	3.215,15	407,60	235.944,64	2.405.631,39	2.166.608,56	2.165.941,32	146.084,45	329.550,26	329.957,86		
Executivo	3.215,15	797.165,87	796.758,27	3.215,15	407,60	235.944,64	2.405.631,39	2.166.608,56	2.165.941,32	146.084,45	329.550,26	329.957,86		
CONVÊNIO FUNREBOM	0,00	1.708,64	1.708,64	0,00	0,00	0,00	14.287,10	1.611,36	1.611,36	12.125,74	550,00	550,00		
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	198.344,70	198.344,70	0,00	0,00	0,00	395.566,76	329.175,62	329.175,62	26.750,41	39.640,73	39.640,73		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	271.422,19	271.422,19	0,00	180,00	0,00	412.019,34	383.308,57	383.308,57	28.710,77	0,00	180,00		
GABINETE DO PREFEITO	0,00	12.941,56	12.941,56	0,00	0,00	0,00	2.904,56	2.699,22	2.699,22	205,34	0,00	0,00		
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.220,52	0,00	9.066,46	9.066,46	0,00	154,06	154,06		
SECRETARIA MUNIC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	28.938,00	28.938,00	0,00	0,00	0,00	410.445,24	401.550,79	401.550,79	8.894,45	0,00	0,00		
SECRETARIA MUNIC.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	0,00	33.562,56	33.562,56	0,00	0,00	0,00	149.886,33	143.004,93	143.004,93	0,00	6.881,40	6.881,40		
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPOR	0,00	107.267,00	107.267,00	0,00	0,00	0,00	516.572,73	465.138,49	465.138,49	25.905,47	25.528,77	25.528,77		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	38.080,26	38.080,26	0,00	0,00	0,00	33.652,58	30.221,93	30.221,93	2.587,35	843,30	843,30		
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	0,00	22.264,54	22.103,54	0,00	161,00	0,00	49.187,82	17.353,65	17.353,65	1.199,17	30.635,00	30.796,00		
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	33.622,40	33.622,40	0,00	0,00	0,00	114.729,77	110.894,69	110.894,69	1.029,14	2.805,94	2.805,94		
SECRET. MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS	3.215,15	49.014,02	48.947,42	3.215,15	66,60	226.724,12	306.379,16	272.582,85	271.915,61	38.676,61	222.511,06	222.577,66		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL (III) = (I + II)	3.215,15	797.165,87	796.758,27	3.215,15	407,60	235.944,64	2.405.631,39	2.166.608,56	2.165.941,32	146.084,45	329.550,26	329.957,86		

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 18/11/2019, às 07:48:17.

NOTA:

Identificador: WPR3061101745-LJVEG-311762892 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 1 / 1

8 DEM. MAN. DES. ENSINO 5BIM2019 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229537



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS DE ENSINO				R\$ 1,00	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até 5º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100	
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	5.539.354,00	5.539.354,00	5.671.941,27		102,39
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.598.922,00	1.598.922,00	1.609.158,82		100,64
1.1.1- IPTU	1.529.262,00	1.529.262,00	1.496.259,38		97,84
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	69.660,00	69.660,00	112.899,44		162,07
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	270.000,00	270.000,00	299.884,27		111,07
1.2.1- ITBI	270.000,00	270.000,00	299.884,27		111,07
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.234.132,00	2.234.132,00	2.438.355,36		109,14
1.3.1- ISS	2.210.706,00	2.210.706,00	2.370.452,63		107,23
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	23.426,00	23.426,00	67.902,73		289,86
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.436.300,00	1.436.300,00	1.324.542,82		92,22
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	39.985.744,00	39.985.744,00	34.052.959,76		85,16
2.1- Cota-Parte FPM	13.881.760,00	13.881.760,00	10.534.975,41		75,89
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.720.000,00	12.720.000,00	10.009.740,87		78,69
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	636.000,00	636.000,00	0,00		0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	525.760,00	525.760,00	525.234,54		99,90
2.2- Cota-Parte ICMS	23.850.000,00	23.850.000,00	21.237.327,14		89,05
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	74.200,00	74.200,00	0,00		0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	318.000,00	318.000,00	273.660,65		86,06
2.5- Cota-Parte ITR	6.784,00	6.784,00	10.243,29		150,99
2.6- Cota-Parte IPVA	1.855.000,00	1.855.000,00	1.996.753,27		107,64
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00		0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	45.525.098,00	45.525.098,00	39.724.901,03		87,26

Identificador: WPR3071101745-JSASB-311763217 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 1 / 6



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 5º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	7.420,00	7.420,00	4.050,22	54,59
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.249.962,00	1.249.962,00	1.048.068,50	83,85
5.1- Transferências do Salário-Educação	851.342,00	851.342,00	698.751,27	82,08
5.2- Transferência Diretas do PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	209.760,00	209.760,00	199.634,40	95,17
5.4- Transferência Diretas do PNATE	175.940,00	175.940,00	143.637,60	81,64
5.5- Outras Transferências do FNDE	200,00	200,00	786,46	393,23
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	12.720,00	12.720,00	5.258,77	41,34
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	6.844,00	6.844,00	3.881,97	56,72
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	6.844,00	6.844,00	3.881,97	56,72
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.860,00	2.860,00	812.820,00	28.420,28
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.267.086,00	1.267.086,00	1.868.820,69	147,49

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 5º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.764.796,80	7.764.796,80	6.705.542,98	86,36
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.544.000,00	2.544.000,00	2.001.947,94	78,69
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	4.770.000,00	4.770.000,00	4.247.464,49	89,05
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	14.840,00	14.840,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	63.600,00	63.600,00	54.732,14	86,06
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB - (20% de 2.5)	1.356,80	1.356,80	2.048,56	150,98
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	371.000,00	371.000,00	399.349,85	107,64
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.764.796,80	7.764.796,80	7.410.606,42	95,44
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.743.596,80	7.743.596,80	7.398.928,88	95,55
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	21.200,00	21.200,00	11.677,54	55,08
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	(21.200,00)	(21.200,00)	693.385,90	(3.270,69)
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	693.385,90	0,00
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	(21.200,00)	(21.200,00)	0,00	(3.270,69)

Identificador: WPR3071101-745-JSASB-311763217 - Emitido por: REINATO SCHLICKMANN



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até 5º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.376.556,96	8.176.248,60	7.117.980,72	87,06	7.117.980,72	87,06
13.1- Com Educação Infantil	3.348.726,56	3.748.726,56	3.335.896,35	88,99	3.335.896,35	88,99
13.2- Com Ensino Fundamental	4.027.830,40	4.427.522,04	3.782.084,37	85,42	3.782.084,37	85,42
14- OUTRAS DESPESAS	388.239,84	401.639,84	283.675,63	70,63	283.675,63	70,63
14.1- Com Educação Infantil	179.174,46	189.174,46	121.160,81	64,05	121.160,81	64,05
14.2- Com Ensino Fundamental	209.065,38	212.465,38	162.514,82	76,49	162.514,82	76,49
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.764.796,80	8.577.888,44	7.401.656,35	86,29	7.401.656,35	86,29

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		73.091,64
17.1- FUNDEB 60%		69.691,64
17.2- FUNDEB 40%		3.400,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		73.091,64

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	7.328.564,71
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério $((13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) \times 100\%))$	95,11
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério $((14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) \times 100\%))$	3,78
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício $(100 - (19.1 + 19.2)) \%$	1,11

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES		VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		69.691,64
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019		73.091,64

Identificador: WPR3071101-745-JSASB-311763217 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 3 / 6



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até 5º Bimestre (e)	(f) = (e/d)x100 %	Até 5º Bimestre (g)	(h) = (g/d)x100 %
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.923.371,88	5.548.462,88	4.829.523,82	87,04	4.752.282,07	85,65
22.1- Creche	4.923.371,88	5.548.462,88	4.829.523,82	87,04	4.752.282,07	85,65
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.527.901,02	3.937.901,02	3.457.057,16	87,79	3.457.057,16	87,79
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.395.470,86	1.610.561,86	1.372.466,66	85,22	1.295.224,91	80,42
22.2- Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	7.345.169,38	8.045.272,02	6.529.348,07	81,16	6.327.092,20	78,64
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.236.895,78	4.639.987,42	3.944.599,19	85,01	3.944.599,19	85,01
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.108.273,60	3.405.284,60	2.584.748,88	75,90	2.382.493,01	69,96
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	452.995,19	452.995,19	418.479,46	92,38	411.792,58	90,90
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	12.721.536,45	14.046.730,09	11.777.351,35	83,84	11.491.166,85	81,81

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL		VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		693.385,90
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.j)		3.553,33
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)		696.939,23
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (35)		10.382.435,04
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (31 x 100) %- LIMITE CONSTITUCIONAL 25%		26,14

Identificador: WPR3071101-745-JSASB-311763217 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pag 4 / 6



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidação

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até 5º Bimestre (c)	% (f) = (c/d)x100	Até 5º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	858.762,00	961.928,63	809.732,99	84,18	772.212,36	80,28
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	823.098,95	1.828.246,54	1.438.612,56	78,69	1.305.664,19	71,42
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	1.681.860,95	2.790.175,17	2.248.345,55	80,58	2.077.876,55	74,47
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	14.403.397,40	16.836.905,26	14.025.696,90	83,30	13.569.043,40	80,59
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					25.039,13	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					25.039,13	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00	
					3.553,33	
					153,33	
					3.400,00	

Identificador: WPR3071101-745-JSASB-311763217 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 5 / 6



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

	VALOR	
	FUNDEB (b)	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	203.306,42	131.467,13
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	7.398.928,88	698.751,27
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	7.422.632,49	792.547,28
47.1 (-) Orçamento do Exercício	7.292.417,71	764.764,78
47.2 (-) Restos a Pagar	130.214,78	27.782,50
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.677,54	3.298,09
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	191.280,35	40.969,21
50- (+) AJUSTES	57.945,88	0,00
50.1 (+) Retenções	57.945,88	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	249.226,23	40.969,21

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 18/11/2019, às 07:54:01.

1. A linha "19.1" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2. A linha "21" refere-se ao Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional".
3. Caput do artigo 212 da CF/1988.
4. A linha "33" refere-se aos valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5. A linha "37" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6. Nas linhas "35" e "36", nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7. A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

NOTA:

Identificador: WPR3071101-745-JSASB-311763217 - Emitido por: RENATO SCHLICKMANN

Pág 6 / 6

9 DEM. REC. OPERAÇÕES CREDITO E DESP CAPITAL 5BIM2019 - CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229535



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E
 DESPESAS DE CAPITAL
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Em Reais

<u>RECEITAS</u>	<u>PREVISÃO ATUALIZADA</u> (a)	<u>RECEITAS REALIZADAS</u> (b)	<u>SALDO NÃO REALIZADO</u> (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	422,00	0,00	422,00

<u>DESPESAS</u>	<u>DOTAÇÃO ATUALIZADA</u> (d)	<u>DESPESAS EMPENHADAS</u> (e)	<u>SALDO NÃO EXECUTADO</u> (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	5.755.434,82	1.868.314,27	3.887.120,55
Investimentos	5.745.434,82	1.863.077,82	3.882.357,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	10.000,00	5.236,45	4.763,55
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	5.755.434,82	1.868.314,27	3.887.120,55

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	5.755.012,82	1.868.314,27	3.886.698,55
--	---------------------	---------------------	---------------------

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Emissão: 18/11/2019, às 07:54:58.

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

NOTA:

QUADRO DE VENCEDORES Nº 162/2019

Publicação Nº 2229688

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

Pág 1 / 1



Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 162 / 2019

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA E REPAROS EM COBERTURAS METÁLICAS, TELAS DE ARAME, GRADES E OUTRAS ESTRUTURAS METÁLICAS

Fornecedor: 57576 - METALURGICA INDUSTRIAL MONTEC LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	HORAS DE MÃO DE OBRA PARA EFETUAR REPAROS EM COBERTURAS METÁLICAS, TELAS DE ARAME, FECHADURAS, GRADES DE PROTEÇÃO, ABERTURAS METÁLICAS, CERCAS, CORRIMÕES E SERVIÇOS DE SOLDA		HRS	1.000	21,00	21.000,00
2	MATERIAIS PARA REPARO DAS ESTRUTURAS METÁLICAS		UND	1	15.000,00	15.000,00
					Total por Fornecedor:	36.000,00
					Total Geral:	36.000,00

Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
57576 - METALURGICA INDUSTRIAL MONTEC LTDA	1, 2	36.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-DMBSG-311770054 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

18/11/2019 09:47:34

Itapoá

PREFEITURA

ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2019 – REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2019 - PROCESSO Nº 108/2019

Publicação Nº 2229810



Prefeitura Municipal de Itapoá / SC

Secretaria de Administração– Setor de Licitações e Contratos

Rua 960, nº 201 –Itapema do Norte –89249-000 Itapoá (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2019 – REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2019 - PROCESSO Nº 108/2019

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E DE REABERTURA DE PRAZO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC E CONVENIADOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Em cumprimento ao disposto no §4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, e XIX do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, o Município de Itapoá torna público as alterações promovidas no edital do Pregão nº 61/2019 – Registro de Preço nº 43/2019 - Processo nº 108/2019.

Em virtude do pedido de esclarecimento protocolado sob o nº 13253/2019, pela empresa **RODRIGO MARCO & CIA LTDA**, CNPJ/MF: 06.635.590/0001-05, sob folhas nº 100 a 103 que culminou pela presente errata. O Município de Itapoá torna públicas as seguintes alterações no **ANEXO V** do edital em epígrafe:

DO ANEXO V - ONDE LÊ-SE:

1. DO OBJETO:

O presente termo tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC E CONVENIADOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS:

LOTE Nº02	PEÇAS PARA ÔNIBUS/VAN/AMBULÂNCIAS/VEÍCULOS MÉDIO À DIESEL					
Item/ Subitem	Descrição	Unid.	Quant. MESES	Valor Máx. Unitário	Valor Máximo Total	Desconto %
1	Fornecimento de peças, óleo lubrificantes para 13 (treze) ônibus, van, ambulâncias e veículos médio à diesel, pertencentes à frota do Município de Itapoá/SC.	MESES	12	R\$10.833,33	R\$ 129.996,96	
Valor total R\$						
MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ÔNIBUS/VAN/AMBULÂNCIAS/VEÍCULOS MÉDIO À DIESEL						
Item/ Subitem	Descrição	Unid.	Quant. HORA	Valor Máx. Unitário	Valor Máximo Total	Desconto em reais Hora fixa
2	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em 13 (treze) ônibus, van, ambulâncias e veículos médio pertencentes à frota do Município de Itapoá/SC, com valor hora/homem (hora trabalhada).	HORA	1300	R\$ 113,75	R\$ 147.875,00	
Valor total R\$						
Valor total lote nº 02					R\$ 277.874,96	
PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DO FABRICANTE/CILIA EM PORCENTAGEM (%)						___ %



Prefeitura Municipal de Itapoá / SC

Secretaria de Administração- Setor de Licitações e Contratos

Rua 960, nº 201 -Itapema do Norte -89249-000 Itapoá (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

PASSA A VIGORAR:

1. DO OBJETO:

O presente termo tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC E CONVENIADOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS:

LOTE Nº02	PEÇAS PARA ÔNIBUS/VAN/AMBULÂNCIAS/VEÍCULOS MÉDIO À DIESEL					
Item/Subitem	Descrição	Unid.	Quant. MESES	Valor Máx. Unitário	Valor Máximo Total	Desconto %
1	Fornecimento de peças, óleo lubrificantes para 13 (treze) ônibus, van, ambulâncias e veículos médio à diesel, pertencentes à frota do Município de Itapoá/SC.	MESES	12	<u>R\$10.833,33</u>	<u>R\$ 129.999,96</u>	
Valor total R\$						
MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ÔNIBUS/VAN/AMBULÂNCIAS/VEÍCULOS MÉDIO À DIESEL						
Item/Subitem	Descrição	Unid.	Quant. HORA	Valor Máx. Unitário	Valor Máximo Total	Desconto em reais Hora fixa
2	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em 13 (treze) ônibus, van, ambulâncias e veículos médio pertencentes à frota do Município de Itapoá/SC, com valor hora/homem (hora trabalhada).	HORA	1300	R\$ 113,75	R\$ 147.875,00	
Valor total R\$						
Valor total lote nº 02					R\$ 277.874,96	
PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DO FABRICANTE/CILIA EM PORCENTAGEM (%)						___%

RETIFICA-SE:

Onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO passa a vigorar que até às **08h30min** receberá o protocolo dos envelopes no Setor de Licitações, e que às **09h00min** do dia **29 de NOVEMBRO de 2019** realizará a abertura da Sessão Pública.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 18 de novembro de 2019.

ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

LEI MUNICIPAL Nº 941, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230509

LEI MUNICIPAL Nº 941, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Ratifica a segunda alteração e consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado na íntegra a segunda alteração e consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, anexo, nos termos da Lei Federal Nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e do Decreto Federal Nº 6.017, de 17 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de novembro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL Nº 942, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230526

LEI MUNICIPAL Nº 942, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por anulação parcial de dotação, de acordo com o artigo 43, inciso III, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 5º da Lei Orçamentária nº 832, de 20 de dezembro de 2018 - LOA 2019, conforme abaixo:

Anulações:

15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0243.0005.2124 Bloco de Prot. Social Especial de Alta Complexidade

33390 Aplicações Diretas (240) FR 1000000 R\$ 80.000,00

15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0005.2122 Manutenção do Fmas

34490 Aplicações Diretas (253) FR 1000000 R\$ 80.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$ 160.000,00

Suplementação:

15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0005.2127 Benefícios Eventuais

33390 Aplicações Diretas (257) FR 1000000 R\$ 160.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 160.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de novembro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 5415/2019

Publicação Nº 2230062

PORTARIA Nº 5.415/2019

De: 04 de novembro de 2019.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; conforme:

· C.I. nº 1073/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar Público a concessão de Progressão Vertical por Nova Titulação, ao(a) servidor(a) RENATO BARBOSA CAPELLA, passando do cargo efetivo de PROFESSOR I 30h - Nível I – B, para o cargo efetivo de PROFESSOR II 30h - Nível II – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 04 de novembro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

TERMO ADITIVO Nº 109/2019 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2017 (6º ADITIVO)

Publicação Nº 2230146

TERMO ADITIVO Nº 109/2019 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2017. (6º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 794.072.939-04 e CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR, residente e domiciliada à Rua Adalcino José Rosa, nº 396, Bairro Jardim Pérola do Atlântico, neste Município e de outro lado a Empresa CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº 470, Centro, na cidade de São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.719.963/0001-77 e Inscrição Estadual nº Isento, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. DILMO WANDERLEY BERGER portador do CNPF/MF nº 538.063.959-34 e do CI.RG nº 1/R 1.161.147 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa prorrogar a contratação de empresa especializada em serviços de vigilância com monitoramento eletrônico de alarme 24 horas para a Rede Municipal de Ensino, Centro Preparação de alimentação Escolar, e no prédio sede da Secretaria Municipal de Educação, via telefone e sistema GPRS, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017 – PROCESSO Nº 36/2017, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

Prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 26/2017, em 02 (dois) meses contados a partir do dia 19/11/2019 podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula segunda "Do Preço" acrescentando o valor de R\$ 3.506,92 (três mil quinhentos e seis reais, e noventa e dois centavos), correspondente ao valor total para o período de prorrogação, conforme apresentado na planilha a seguir:

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário (Mês) R\$	Valor Total 02 meses R\$
1	Serviço de monitoramento de alarme 24 horas composto por 14 (quatorze) Unidades, os equipamentos listados abaixo, serão disponibilizados pelo Município mantendo-os em perfeitas condições, e substituindo imediatamente, a expensas da Contratante, qualquer dos equipamentos que apresentem defeitos ou eventuais problemas, em seu funcionamento. Ou até mesmo aqueles que necessitarem de instalação.	Monitoramento	1	R\$ 114,45 Por ponto R\$ 1.602,30	R\$ 3.204,60
2	SISTEMA DE OPERAÇÃO GPRS: A empresa contratada terá a responsabilidade de instalar e manter junto a Central de Alarme um Chip GPRS, que trabalhará como transmissor de dados para a Central de recepção. 1 (UM) UNIDADE EMEF ALBERTO SPECK ALBERTO SPECK.	Monitoramento	1	R\$ 151,16 Por ponto	R\$ 302,32
Total					R\$ 3.506,92

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 26/2017, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 26/2017, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 18 de novembro de 2019.

CONTRATANTE LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	CONTRATADA CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA DILMO WANDERLEY BERGER
Testemunhas: NOME: CPF/MF:	NOME: CPF/MF:

TERMO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº65-19-MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 2230081

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -

DATA: 20 de novembro de 2019 – Horário de entrega de envelopes até: 08h: 30min e abertura de sessão pública às 09h:00min.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: PREGÃO Nº65/2019 - REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2019 - PROCESSO Nº118/2019 - OBJETO: Aquisição de materiais de construções e madeiras, a serem utilizados na manutenção dos bens móveis e imóveis das Secretarias Municipais, bem como conveniados do Município de Itapoá, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, fica no presente ato suspensa, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa para análise do protocolo nº13848/2019 solicitante Sra. JANETE MELCHIO-RETTO SILVA, sob fls.168/169. Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 18 de novembro de 2019.

ANGELA MARIA PUERARI DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 104, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230696

DECRETO Nº 104, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
Decreta Luto Oficial no Município de Ituporanga

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga;

CONSIDERANDO o falecimento de Osni Rocha de Lima, 57 anos, Gabriel Haintz de Lima, 15 anos, e Zenita Sell Schaffer 58 anos, na data de 17/11/2019, o qual entristece e enluta a nossa comunidade;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade ituporanguense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de uma família,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial em Ituporanga, pelo período de 02 (dois) dias, contados a partir do dia 17 de novembro do corrente ano, em sinal de pesar pelo falecimento de Osni Rocha de Lima, 57 anos, Gabriel Haintz de Lima, 15 anos, e Zenita Sell Schaffer 58 anos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 18 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 65/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019

Publicação Nº 2230278

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 65/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: REVOLUTION EXTINTORES LTDA ME, CNPJ 18.818.710/0001-99, VALOR: R\$ 9.862,50 (nove mil oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) e a empresa RP COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ 20.604.417/0001-70. Valor R\$ 14.264,50 (quatorze mil duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos). OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PARA TODOS OS CENTROS DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL, PARA VISTORIA, REGULARIZAÇÃO E LIBERAÇÃO DO ALVARÁ PELO CORPO DE BOMBEIROS.
Data da assinatura: 14 de novembro de 2019 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

FIXA DATA, ESTABELECE ORIENTAÇÕES E CRITÉRIOS E ABRE QUADRO DE VAGAS PARAMATRÍCULA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ITUPORANGA, PARA O ANO LETIVO DE 2020.

Publicação Nº 2229901

Prefeitura de Ituporanga
Secretaria da Educação

EDITAL DE MATRÍCULA 2020

Fixa data, estabelece orientações e critérios e abre quadro de vagas para MATRÍCULA da Rede Pública Municipal de Ensino de Ituporanga, para o ano letivo de 2020.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, torna público as normas e procedimentos destinados à matrícula nos Centros Educacionais do Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil no município de Ituporanga, para o ano letivo de 2020.

1. DAS ORIENTAÇÕES GERAIS:

1.1. Os Centros Educacionais de tempo integral deverão enviar mensalmente até o 5º dia de cada mês a frequência dos matriculados, bem como as vagas que surgirem em cada uma das turmas.

1.2. No mês de janeiro o atendimento será em regime de plantão para a Educação Infantil, conforme orientação que será feita nos CEIs (para as turmas do Berçário e Maternal e que estejam rematriculados na instituição). Somente serão atendidas as crianças cujos pais e/ou responsáveis trabalham durante este período e que tenham frequentado o ano letivo de 2019.

1.3. A Secretaria Municipal da Educação será responsável pela divulgação do quadro de vagas através do site (www.ituporanga.sc.gov.br em editais). Ficando o diretor da Unidade Escolar responsável pela divulgação na Comunidade Escolar, quando lançado o EDITAL DE MATRÍCULAS para o ano 2020.

1.4. A escola deverá esclarecer aos pais e/ou responsáveis no ato da matrícula que a vaga fica vinculada ao turno matutino ou vespertino da escola/creche, estando o aluno sujeito a remanejamento, no caso de ocorrer redução do número de alunos ou período no caso da Educação Infantil (Integral/Parcial).

2. REQUISITOS PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA NAS TURMAS

2.1 As novas matrículas de crianças, tanto para Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, serão realizadas considerando a data corte de 31 de março, estabelecida nas Diretrizes Curriculares Nacionais; (Res. Nº02/2018 CNE)

2.2. Não havendo número mínimo de crianças para abertura de uma turma de Educação Infantil, deverão ser agrupadas crianças de idades próximas, respeitando o número máximo de crianças por turma.

2.3. Durante o ano letivo de 2020, a criança que não comparecer à Unidade de Educação Infantil, sem justificativa dos pais e/ou responsáveis por 05 (cinco) dias consecutivos e 7 (sete) dias alternados durante o mês, perderá o direito a vaga. A Unidade Escolar deverá informar o fato à Secretaria Municipal da Educação.

2.4. O afastamento da criança motivado por situações particulares poderá ser concedido pela Direção da Unidade Infantil, com prazo limite de até 30 (trinta) dias, devendo ser comunicada pela família com antecedência.

2.5. Em caso de afastamento da criança para tratamento de saúde, fica resguardada a vaga, desde que o atestado seja apresentado até o quinto dia útil, após emissão do mesmo.

2.6. É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completem 04 (quatro) anos até o dia 31 de março.

2.7. As matrículas nas turmas dos Centros de Educação Infantil estão destinadas para crianças que residam no município de Ituporanga.

2.8. As vagas para crianças em idade de creche (0 a 3 anos) dos Centros de Educação Infantil em regime integral, serão preferencialmente destinadas aos moradores mais próximos da Unidade de Educação Infantil (Resolução nº 01 de 29 de outubro de 2019- CME).

2.9. Poderão ser matriculados, alunos em unidades próximas ao local de trabalho de um dos pais ou responsáveis legais se houver disponibilidade de vagas na escola desejada.

3. DA LISTA DE ESPERA

3.1. Preenchidas as vagas disponíveis, as vagas remanescentes serão comunicadas à Secretaria Municipal da Educação pela Secretaria da Instituição, para que esta comunique aos pais ou responsáveis legais que tenham realizado cadastro em lista de espera.

3.2 Será constituída lista de espera em fila única na Secretaria Municipal de Educação mediante apresentação dos documentos requisitados para matrícula.

4 Composição das turmas

4.1 DA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1.1. O parâmetro para a formação de turmas é estabelecido conforme Resolução nº 02/2005 do Conselho Municipal de Educação CME.

4.1.2. Berçário 1

Idade	Nº de Crianças
03 meses até 01 ano completo depois do dia 31 de março	6 a 8 crianças- Um professor titular e um professor intermediário 12 a 16 – Dois professores titulares

4.1.3. Berçário 2

Idade	Nº de Crianças
01 ano completo até 31 de março.	6 a 8 crianças- Um professor titular e um professor intermediário
Com dois anos completados depois de 31 de março	12 a 16 – Dois professores titulares

4.1.4. Maternal 1

Idade	Nº de crianças
02 anos completos até 31 de março	12 a 15 crianças
Com 03 anos completados depois de 31 de março	

4.1.5 Maternal 2

Idade	Nº de crianças
03 anos completos até 31 de março	15 a 18 crianças
Com 04 anos completados depois de 31 de março	

4.1.6. PréNível 1

Idade	Nº de crianças
04 anos completos até 31 de março.	18 a 22 crianças

4.1.7. PréNível 2

Idade	Nº de Crianças
05 anos completos até 31 de março.	18 a 22 crianças

4.2 ENSINO FUNDAMENTAL

4.2.1. A Rede Pública Municipal deverá matricular toda criança a partir dos 6 (seis) anos de idade, a completar até a data de 31 de março de 2020, nas turmas do primeiro ano do Ensino Fundamental, conforme Resolução nº 01/2010/CNE/CNB

4.2.2. De acordo com a Resolução nº 01/2005 do CME – Conselho Municipal de Educação de Ituporanga que autoriza o funcionamento dos Centros Educacionais municipais fica assim definida a composição de turmas:

Turmas	Nº de alunos
1º e 2º ano	25 alunos
3º, 4º e 5º anos	30 alunos
6º ao 9º anos	35 alunos

4.2.3. Não havendo o número mínimo de alunos para abertura de uma turma (1º ao 5º ano) e que não haja outra escola pública próxima, os mesmos serão atendidos em turmas bisseriadas.

5. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- A) Cópia da Certidão de Nascimento;
 B) Cópia da Carteira de vacinação devidamente atualizada;
 C) Cópia do comprovante de residência atualizado em nome dos pais ou responsável legal, no município de Ituporanga;
 D) Apresentação de declaração de guarda, para as crianças que convivem com responsáveis emitidas pelo juizado da infância e juventude;
 E) Número do NIS da criança, em caso de recebimento do Bolsa Família.

6. DO CRONOGRAMA DE MATRÍCULA

6.1. MATRÍCULA: 21/11/2019 a 27/11/2019

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Cada Unidade de Ensino será responsável por efetuar as matrículas dos seus alunos conforme o quadro de vagas em anexo a esse edital;

7.2. Não será necessária formação de filas para realização de matrículas antes da data prevista para o início das mesmas;

7.3. Caso se formem filas (item 7.2) em algum Centro de Educação Infantil ou Centro Educacional, as pessoas que se encontrarem nesta, não poderão usar qualquer dependência do CEI ou CE;

7.4. No caso do CE Bom Pastor, em caso de haver mais pretendentes que vagas ofertadas, os interessados deverão fazer um pré cadastro na secretaria da Unidade Escolar, no período de publicação do presente edital anterior ao início das matrículas (6.1);

7.5 Havendo o pré cadastro, acontecerá o sorteio das vagas para os interessados, no primeiro dia da matrícula às (8 horas) conduzido pela Unidade Escolar, onde se observará primeiramente a residência dos alunos/crianças sendo a preferência para os moradores mais próximos;

7.6 As Unidades de Educação Infantil Regime Integral ficarão fechadas do dia 24 de dezembro de 2019 até o dia 05 de janeiro de 2020;

7.2. O atendimento de plantão nos Centros de Educação Infantil (1.2) iniciará suas atividades no dia 6 de janeiro de 2019;

7.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação.

Ituporanga, 18 de novembro de 2019

Sandra Regina BernsClasen

Secretária Municipal da Educação

ANEXO

QUADRO DE VAGAS

2020
 DADOS REFERENCIAIS PARA FAZER O CORTE POR IDADE NA EFETUAÇÃO DAS MATRÍCULAS DE 2020.

EDUCAÇÃO INFANTIL

TURMA	NASCIMENTO ENTRE	DATA CORTE: 31 DE MARÇO
BERÇÁRIO 1	01/04/2019 31/03/2020	Não tem um ano até 31/03/2020
BERÇÁRIO 2	01/04/2018 31/03/2019	Completam 1 ano até 31/03/2020
MATERNAL 1	01/04/2017 31/03/2018	Completam 2 anos até 31/03/2020
MATERNAL 2	01/04/2016 31/03/2017	Completam 3 anos até dia 31/03/2020
PRÉ-ESCOLAR NÍVEL 1	01/04/2015 31/03/2016	Completam 4 anos até dia 31/03/2020
PRÉ-ESCOLAR NÍVEL 2	01/04/2014 31/03/2015	Completam 5 anos até dia 31/03/2020

ENSINO FUNDAMENTAL

TURMA	NASCIMENTO ENTRE	
PRIMEIRO ANO -1º ano	01/04/2013 31/03/2014	Completam 6 anos até dia 31/03/2020

QUADRO DE VAGAS/2020

Centro Educacional Bernardina Farias Matos -Gabirola - Ituporanga

TURMA	TURNO	Nº DE CRIANÇAS	MATRICULADOS	VAGAS
MATERNAL 2	PARCIAL MAT	18	0	18
MATERNAL 2	PARCIAL VESP.	18	2	16
PRÉ NÍVEL 1	PARCIAL MAT.	22	14	08
PRÉ NÍVEL 1	PARCIAL VESP.	22	15	07
PRÉ NÍVEL 2	PARCIAL MAT.	22	16	06
PRÉ NÍVEL 2	PARCIAL VESP.	22	18	04
1º ANO	MATUTINO	25	16	09
1º ANO	VESPERTINO	25	11	14

2º ANO	MATUTINO	25	13	12
2º ANO	VESPERTINO	25	18	07
3º ANO	MATUTINO	30	14	16
3º ANO	VESPERTINO	30	12	18
4º ANO	MATUTINO	30	12	18
4º ANO	VESPERTINO	30	17	13
5º ANO	MATUTINO	30	11	19
5º ANO	VESPERTINO	30	16	14
6º ANO	MATUTINO	35	12	23
6º ANO	VESPERTINO	35	13	22
7º ANO	MATUTINO	35	11	24
7º ANO	VESPERTINO	35	15	20
8º ANO	MATUTINO	35	12	23
8º ANO	VESPERTINO	35	15	20
9º ANO	MATUTINO	35	20	15
9º ANO	VESPERTINO	35	11	24

CENTRO EDUCACIONAL LEANDRO DOS SANTOS - RODOVIA SC 350 - RIO BONITO

TURMA	TURNO	Nº DE CRIANÇAS	MATRICULADOS	VAGAS
Pré Nível 1	Vespertino	22	13	9
Pré Nível 2	Vespertino	22	17	5
1º ano	Vespertino	25	11	14
2º ano	Matutino	25	5	20
3º ano	Matutino	30	12	18
4º ano	Matutino	30	12	18
5º ano	Matutino	30	15	15

CENTRO EDUCACIONAL PROFESSOR CURT HAMM - ESTRADA GERAL RIO BATALHA.

TURMA	TURNO	Nº DE CRIANÇAS	MATRICULADOS	VAGAS
MATERNAL 2 E PRÉ NÍVEL 1	Vespertino	22	07	15 VAGAS
PRÉ NÍVEL 2	Vespertino	22	11	11 VAGAS
1º ANO	Vespertino	25	10	15 VAGAS
2º ANO	Vespertino	25	19	6 VAGAS
3º ANO E 4º ANO	Vespertino	30	15	15 VAGAS
5º ANO	Matutino	30	07	23 VAGAS
6º ANO	Matutino	35	13	22 VAGAS
7º ANO	Matutino	35	19	16 VAGAS
8º ANO	Matutino	35	16	19 VAGAS
9º ANO	Matutino	35	14	21 VAGAS

CENTRO DE EDUCACIONAL BOM PASTOR - SANTO ANTÔNIO- ITUPORANGA

TURMA	TURNO	Nº DE CRIANÇAS	MATRICULADOS	VAGAS
MATERNAL 1	Matutino	13	07	6
MATERNAL 1	Vespertino	13	09	4
MATERNAL 2	Matutino	17	14	3
MATERNAL 2	Vespertino	17	17	0
PRÉ NÍVEL 1	Matutino	20	18	2
PRÉ NÍVEL 1	Vespertino	20	17	3
PRÉ NÍVEL 2	Matutino	20	20	0
PRÉ NÍVEL 2	Vespertino	20	20	0
1º ANO	Matutino	20	20	0
1º ANO	Vespertino	20	20	0
2º ANO	Matutino	20	19	1
2º ANO	Vespertino	20	19	1
3º ANO	Matutino	20	20	0
3º ANO	Vespertino	20	20	0
4º ANO	Matutino	20	19	1
4º ANO	Vespertino	20	19	1
5º ANO	Matutino	20	17	3
5º ANO	Vespertino	20	17	3

CENTRO EDUCACIONAL OLINDA ISRAEL LAURINDO - RIO DO NORTE - ITUPORANGA

TURMA	TURNO	Nº DE CRIANÇAS	MATRICULADOS	VAGAS
PRÉ NÍVEL 1 e PRÉ NÍVEL 2 BISSERIADO	VESPERTINO	22	12	10
1º ANO	VESPERTINO	25	09	16
2º ANO E 3º ANO BISSE-RIADO	VESPERTINO	25	09	16
4º ANO	MATUTINO	30	10	20
5º ANO	MATUTINO	30	10	20

Observação: Como tem poucos alunos nas turmas de Pré Nível 1 e 2, no 2º ano e 3º ano as turmas serão bisseriadas conforme consta na tabela acima.

CE Pedro Júlio Müller - Rua: Arcendino Santos Moreira S/N Nossa Senhora de Fátima

TURMA	TURNO	Nº DE CRIANÇAS	MATRICULADOS	VAGAS
BERÇÁRIO 1	Integral	16	-	16
BERÇÁRIO 2A	Integral	16	14	02
BERÇÁRIO 2B	Integral	08	05	03
MATERNAL 1A	Integral	15	12	03
MATERNAL 1B	Integral	15	11	04
MATERNAL 2	Integral	18	17	01
PRÉ NÍVEL 1	Matutino	22	28	00
PRÉ NÍVEL 2	Vespertino	22	20	02
1º ANO	Vespertino	25	11	17
2º ANO	Vespertino	25	14	11
3º ANO	Matutino	30	12	18
4º ANO	Vespertino	30	09	21
5º ANO	Matutino	30	20	10
6º ANO	Matutino	35	11	14
7º ANO	Vespertino	35	16	19
8º ANO	Vespertino	35	12	23
9º ANO	Matutino	35	08	27

CEI. Dr. Mário César Sens - Bairro Gabiroba – Ituporanga

TURMA	TURNO	Nº DE CRIANÇAS	MATRICULADOS	VAGAS
BERÇÁRIO 1	INTEGRAL	16	-	16
BERÇÁRIO 2 A	INTEGRAL	16	03	13
BERÇÁRIO 2 B	INTEGRAL	16	16	-
MATERNAL 1 A	INTEGRAL	15	15	-
MATERNAL 1 B	INTEGRAL	15	15	-

CEI Pequeno Príncipe – Vila Nova - Ituporanga

TURMA	TURNO	Nº DE CRIANÇAS	MATRICULAS	VAGAS
BERÇÁRIO 1	INTEGRAL	16	3	13
BERÇÁRIO 2 A	INTEGRAL	16	7	9
BERÇÁRIO 2 B	INTEGRAL	16	11	5
MATERNAL 1 A	INTEGRAL	15	15	-
MATERNAL 1 B	INTEGRAL	15	15	-
MATERNAL 2 A	INTEGRAL	18	18	-
MATERNAL 2 B	INTEGRAL	18	18	-
PRÉ NÍVEL 1	MATUTINO	22	18	4
PRÉ NÍVEL 1	VESPERTINO	22	13	9
PRÉ NÍVEL 2	MATUTINO	22	17	5
PRÉ NÍVEL 2	VESPERTINO	22	19	3

Centro de Educação Infantil Matilde Sens – Centro– Ituporanga

TURMA	TURNO	Nº DE CRIANÇAS	MATRICULADOS	VAGAS
BERÇARIO 1A	Integral	16	-	16
BERÇARIO 1B	Integral	16	-	15
BERÇARIO 2A	Integral	16	16	-
BERÇARIO 2B	Integral	16	16	-
MATERNAL 1A	Integral	15	15	-
MATERNAL 1B	Integral	15	15	-
MATERNAL 1C	Integral	15	02	11
MATERNAL 2A	Integral	18	15	03
MATERNAL 2B	Integral	18	15	03
MATERNAL 2C	Integral	18	15	03
MATERNAL 2D	Integral	11	-	11
PRÉ NÍVEL 1	Parcial - Matutino	22	22	-
PRÉ NÍVEL 1	Parcial - Vespertino	22	20	02
TOTAL		218	151	64

CEI CECÍLIA KÖPP THIESEN - 2020

TURMAS	TURNO	Nº DE CRIANÇAS	MATRICULADOS	VAGAS
BERÇARIO 1	INTEGRAL	16	00	16
BERÇARIO 2	INTEGRAL	16	16	00
MATERNAL 1	INTEGRAL	15	15	00

Centro de Educação Infantil Olga Schuhmacher Israel - Bela Vista – Ituporanga

TURMA	TURNO	CRIANÇAS POR TURMA	MATRICULADOS	VAGAS
MATERNAL 1 E 2	VESPERTINO	15	02	13
PRÉ NÍVEL 1	VESPERTINO	22	12	10
PRÉ NÍVEL 2	MATUTINO	22	15	07

CEI. Luciane Haverroth – Centro - Ituporanga

Turmas	Período	Crianças atendidas	Crianças matriculadas	Número de vagas
Maternal 1A	Matutino	15	0	15
Maternal 1 B	Vespertino	15	0	15
Maternal 2 A	Matutino	18	13	5
Maternal 2 B	Matutino	18	0	18
Maternal 2 A	Vespertino	18	16	02
Maternal 2 B	Vespertino	18	1	17
Pré Nível 1A	Matutino	22	18	4
Pré Nível 1 B	Matutino	22	20	2
PréNível 1A	vespertino	22	22	0
Pré Nível 1 B	Vespertino	22	20	2
Pré Nível 2 A	Matutino	22	18	4
Pré Nível 2 B	Matutino	22	22	0
Pré Nível 2 C	Matutino	22	0	22
PréNível 2A	Vespertino	22	22	0
PréNível 2B	Vespertino	22	22	00
PréNível 2C	Vespertino	22	5	17
		Total: 322	TOTAL:199	TOTAL:123

CEI. Irma Kempner de Farias

TURMA	TURNO	CRIANÇAS POR TURMA	MATRICULADOS	VAGAS
Berçário 1	Integral	16		16
Berçário 2	Integral	16	19	-
Maternal 1 A	Integral	12	09	3
Maternal 1 B	Integral	12	08	4
Maternal 2 A	Integral	12	10	2
Maternal 2 B	Integral	15	09	6

Pré Nível 1	Matutino	22	21	1
Pré Nível 1	Vespertino	22	22	-
Pré Nível 2	Matutino	22	12	10
Pré Nível 2	Vespertino	22	15	7

PORTARIA Nº 1.344, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229609

PORTARIA Nº 1.344, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município e conferida pelo art. 140, inciso II da Lei complementar nº 020/2008, RESOLVE;

Art. 1º Conceder licença gestação à servidora LETICIA GOEDERT OLIVEIRA, ocupante do Cargo de provimento Efetivo de ADVOGADA, no Gabinete do Prefeito, com desempenho da função na Procuradoria Geral do Município, no período de 08/11/2019 a 06/03/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de novembro de 2019.

Ituporanga, SC, 11 de novembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1851

Publicação Nº 2230728

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA."

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei nº 1.602 de 29 de novembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 313.450,00 (Trezentos e treze mil quatrocentos e cinquenta reais) por conta do superávit financeiro do exercício anterior nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Jaborá:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

15.451.0006.2.040 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS

4.4.90.00.00.00.00 - 0.3.0000.000000 (127) – Aplicações Diretas R\$ 313.450,00

Superávit Financeiro de Recursos Ordinários - 0.3.0000.000000 – R\$ 313.450,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 313.450,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Superávit Financeiro de Recursos Ordinários - 0.3.0000.000000 – R\$ 313.450,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 313.450,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 18/Novembro/2019.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 19/11/19.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária De Administração

PORTARIA Nº 148/2019

Publicação Nº 2214907

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 148, 04 de novembro de 2019.

PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO DE PAULO SERIACO NO CARGO AGENTE DE MANUTENÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar nº. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante no Processo Seletivo Simplificado 001/2018,

RESOLVE,

Art. 1º - Ficam prorrogados os efeitos da Portaria nº 134, de 19 de novembro de 2018, que contratou temporariamente PAULO SERIACO para o cargo de Agente de Manutenção.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 19/03/2020.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04/11/2019.

KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 19/novembro/2019

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 153/2019

Publicação Nº 2229525

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 153, de 18 de novembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias a servidora abaixo relacionada, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- Jadinei Terezinha Nora

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18/11/2019.

KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 19/novembro/2019.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 155/2019

Publicação Nº 2231011

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 155, de 19 de novembro de 2019.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, RUTE CARNEIRO DE OLIVEIRA SANTANA, para o cargo de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18/11/2019.

KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 19/novembro/2019.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

RESULTADO DA HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO Nº 50/2019 TP

Publicação Nº 2229958

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 50/2019 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Execução das obras de pavimentação com lajotas da Rua Araçá com área de 3.480,16m² e da Rua Giovanni Bosello com área de 2.576,00m², no município de Jacinto Machado/SC

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado torna público o resultado do julgamento de habilitação, da Licitação nº 50/2019 – Tomada de Preços, que resultou na HABILITAÇÃO da empresa LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, por entender que cumpriu satisfatoriamente o exigido no edital; e INABILITAR as empresas BF CONSTRUÇOES EIRELI e CREMA CONSTRUÇOES LTDA, por deixarem de cumprir as exigências editalícias no item "4.1.19".

Jacinto Machado/SC, 18 de novembro de 2019.

Jaison Pinheiro da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº 260/2019

Publicação Nº 2230953

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº 260/2019

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com início às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.367/2019, formada pelos membros Marcelo Elias da Silveira, Ana Maria Badura e Marcia Evelise Jamoski, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a TOMADA DE PREÇOS Nº 260/2019, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para retiradas e instalações de sinalização semafórica em 7 (sete) cruzamentos no Município de Jaraguá do Sul. Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
DATAPRON EQUIP. E SERV. DE INF. INDUSTRIAL LTDA	Sem Representante	x-x-x-x-x-x
JMS SERVIÇOS DE TRANSITO LTDA	Jair Eugenio de Souza	442.274.869-34
WH SUL SINALIZAÇÃO EIRELI	Rubens Sergio Machado	936.395.899-04

Presente a sessão a Sra. Luciana Hartmann, servidora municipal lotada na Diretoria de Transito e Transportes, para acompanhamento dos trabalhos da Comissão. Após a identificação dos envelopes e Representantes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
DATAPRON EQUIP. E SERV. DE INF. INDUSTRIAL LTDA	89	Sem numeração
JMS SERVIÇOS DE TRANSITO LTDA	50	Sem numeração
WH SUL SINALIZAÇÃO EIRELI	64	Sem numeração

Após análise criteriosa das Habilitações a Comissão declara as proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. A seguir foi colocada a palavra livre aos representantes presentes que não se manifestaram. Consultados os mesmos concordaram com o julgamento das Habilitações e renunciaram ao direito e prazo de recurso assim descrito "RENUNCIAMOS AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES".

Nome das proponentes	Representante	Assinatura
JMS SERVIÇOS DE TRANSITO LTDA	Jair Eugenio de Souza	
WH SUL SINALIZAÇÃO EIRELI	Rubens Sergio Machado	

Prosseguindo, a Comissão Especial entrou em contato com a empresa DATAPRON EQUIP. E SERV. DE INF. INDUSTRIAL LTDA, sem Representante presente na sessão, informando sua Habilitação e solicitando o termo de renúncia quanto ao prazo de recurso ao julgamento das habilitações, sendo que a mesma concordou e renunciou conforme documento anexo a esta Ata. Dando prosseguimento foi aberto o envelope 02 – Proposta Comercial das proponentes. Foram as seguintes as propostas apresentadas em valores globais:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL da proposta R\$
DATAPRON EQUIP. E SERV. DE INF. INDUSTRIAL LTDA	219.510,92
JMS SERVIÇOS DE TRANSITO LTDA	219.628,72
WH SUL SINALIZAÇÃO EIRELI	215.287,58

Dando prosseguimento, a Comissão passa para a análise criteriosa das propostas comerciais apresentadas e após a análise foram CLASSIFICADAS por estarem de acordo com as exigências do edital. Quanto à verificação do Direito de Preferência conforme Lei Federal 123/2006, verificou-se não haver necessidade de aderir a Lei, pois a empresa vencedora se enquadra em ME/EPP, conforme comprovação junto a sua Habilitação. Posto isto, a Comissão Especial declara vencedora do certame a empresa WH SUL SINALIZAÇÃO EIRELI, com o valor Global de R\$ 215.287,58 (duzentos e quinze mil duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos). A seguir foi colocada a palavra livre aos representantes presentes que não se manifestaram. Consultados os mesmos renunciaram ao direito e prazo de recurso, a seguir transcrito "RENUNCIAMOS AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS" assinando a presente Ata. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes, a qual será fornecida cópia desta. Na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis "concedendo-se vistas as partes", quanto ao julgamento das propostas para a empresa sem Representante presente nesta sessão. Jaraguá do Sul, 18 de novembro de 2019.

Marcelo Elias da Silveira	
Ana Maria Badura	
Marcia Evelise Jamoski	
Luciana Hartmann	
Jair Eugenio de Souza	
Rubens Sergio Machado	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 211/2019

Publicação Nº 2230558

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 211/2019

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 211/2019, que tem por objeto aquisição de CBUQ e EMULSÃO ASFÁLTICA ao longo de 12(doze) meses, destinados para Manutenção e/ou recuperação de vias com pavimentação asfáltica e confecção de faixas elevadas e lombadas, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
CBB IND. E COM DE ASFALTOS E ENG LTDA	Sem representante	.x.x.x.x.
EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA	Sem representante	.x.x.x.x.
CASA DO ASFALTO DIST IND E COM DE ASFALTO LTDA	Sem representante	.x.x.x.x.
INFRASUL INFR E EMPREENDIMENTOS LTDA	Galileu Teixeira	372.649.311-53
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	Ingo Baade	294.505.359-49
TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Cleison Cesar P. dos Santos	023.194.190-04

Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes e após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital, foi desclassificada a proposta comercial da empresa EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA, por não apresentar a Declaração de Habilidade e por não ter Representante presente na sessão para suprir a falta do documento, conforme previsto no item 3.2.2.1 e 3.2.2.2 e foram classificadas as demais propostas apresentadas, por estarem em conformidade com o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance) com os valores registrados no Anexo I desta ata. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP e empresas de grande porte. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com os seguintes preços finais para os itens:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por Km (R\$)
01	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	2.250 Disputa Ampla	Ton.	Concreto betuminoso usinado a quente massa fina – (CBUQ) Observação: o transporte será por conta do município, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.	383,00
02	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	250 10% do item 01	Ton.	Concreto betuminoso usinado a quente massa fina – (CBUQ) Observação: o transporte será por conta do município, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.	383,00
03	CBB IND. E COM DE ASFALTOS E ENG LTDA	27.000 Disputa Ampla	Kg	Emulsão asfáltica RM-1C Pedido mínimo: 15.000 kg	2,79
04	DESERTO	3.000 10% do item 03	Kg	Emulsão asfáltica RM-1C	XXXX

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela HABILITAÇÃO das empresas vencedoras, visto terem atendido as exigências do edital. Dando prosseguimento foram adjudicados os itens as empresas vencedoras. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 18 de novembro de 2019.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Galileu Teixeira	
Ingo Baade	
Cleison Cesar P. dos Santos	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 212/2019

Publicação Nº 2230952

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 212/2019

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com início às quatorze horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 212/2019, que tem por objeto aquisição de TUBOS, CALHAS DE ESCOAMENTO E PALANQUES DE CONCRETO ao longo de 12(doze) meses, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes,

as seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP	João Renato Schvetler	304.374.669-49
PRÉ FABRICADOS SÃO JOÃO LTDA ME	João Ricardo Berns	034.840.609-64
SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA	Alisson Deglmann	018.539.039-06

Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes e após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital, foram classificadas as propostas apresentadas, por estarem em conformidade com o exigido no edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance) com os valores registrados no Anexo I desta ata. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP e empresas de grande porte. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com os seguintes preços finais para os itens:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário do item (R\$)
01	CONCREPLAN ART DE CONCRETO LTDA	1000	Unid.	Tubo de concreto de 0,20 x 1,00 m	18,00
02	CONCREPLAN ART DE CONCRETO LTDA	2000	Unid.	Tubo de concreto de 0,30 x 1,00 m	21,90
03	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA	2000	Unid.	Tubo de concreto de 0,40 x 1,00 m	29,48
04	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA	800	Unid.	Tubo de concreto de 0,60 x 1,00 m	49,55
05	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA	400	Unid.	Tubo de concreto armado 800mm x 1000mm	157,70
06	CONCREPLAN ART DE CONCRETO LTDA	200	Unid.	Tubo de concreto armado 1000mm x 1000mm	206,50
07	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA	200	Unid.	Calha de escoamento em concreto 200mm x 1000mm	15,35
08	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA	200	Unid.	Calha de escoamento em concreto 300mm x 1000mm	19,40
09	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA	200	Unid.	Calha de escoamento em concreto 400mm x 1000mm	21,60
10	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA	200	Unid.	Calha de escoamento em concreto 600mm x 1000mm	39,35
11	PRÉ FABRICADOS SÃO JOÃO LTDA	500	Unid.	Palanque 8 x 8 x 200cm	17,47

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela HABILITAÇÃO das empresas vencedoras, visto terem atendido as exigências do edital. Dando prosseguimento foram adjudicados os itens as empresas vencedoras. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul/SC, 18 de novembro de 2019.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
João Renato Schvetler	
João Ricardo Berns	
Alisson Deglmann	

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019

Publicação Nº 2230088

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), Renata Dal bó Mazzuco, convocados(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2019 no Cargo de Médico Clínico Geral – 20h.

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019.

Publicação Nº 2230090

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), Gilkarliane Cristian de Souza Silva, convocados(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2019 no Cargo de Técnico de Enfermagem – 40h.

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 004/2018.

Publicação Nº 2230091

Convocação de Processo Seletivo 004/2018.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), Vinicius Vialle Ferreira, convocados(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 004/2018 no Cargo de Médico Clínico Geral – 40h.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Publicação Nº 2230561

Manifestação acerca da Impugnação ao Pregão Presencial nº 190/2019 apresentada pelas empresas Claro S/A e TIM S/A – Processos nº 29255/2019 e 29549/2019

DECISÃO ADMINISTRATIVA**I – RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação interposta pelas empresas Claro S/A (Processo nº 29255/2019 de 09/10/2019) e TIM S/A (Processo nº 29549/2019 de 14/10/2019), relativo ao Edital de Pregão Presencial nº 190/2019, que tem por objeto a "Contratação de operadora de telefonia móvel local de sistema GSM, para prestação de serviço móvel pessoal – SMP e acesso móvel à internet com fornecimento de aparelhos celulares e modem USB em regime de comodato, devidamente habilitados com abrangência em todo o território nacional para uso do Município".

De acordo com o edital licitatório, a entrega e abertura dos envelopes de proposta do certame estava prevista para ocorrer no dia 16/10/2019 (quarta-feira), desta feita as impugnações são TEMPESTIVAS.

Na impugnação apresentada pela empresa Claro S/A, alega que a multa constante do item 12.2.2.1 deve ser revista para que seja limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato e não sobre o valor do contrato. Pleiteia ainda a reforma do edital quanto ao prazo para entrega dos aparelhos, para que esta se dê em até 30 (trinta) dias, aduz por fim que a planilha constante do Termo de Referência possui colunas cortadas, solicitando a correção da mesma.

Quanto à impugnação apresentada pela empresa TIM S/A, esta aduz que o edital traz previsões incompatíveis com a Constituição da República e demais leis que regem as licitações públicas, em especial os itens 14.19, 14.24 do edital e 6.11 da minuta de Contrato, onde consta a exigência de restituição dos aparelhos cedidos em comodato em situações de perda, roubo, furto etc; fato este, que imputa a empresa uma responsabilidade que desequilibra o contrato. Pleiteia assim a reforma do edital.

Houve a manifestação emanada pela Diretoria de Tecnologia da Informação a respeito do teor das impugnações apresentadas, no sentido de parcial provimento às mesmas, havendo assim a necessidade de adequações nas exigências editalícias.

Por sua vez, os autos foram encaminhados à Procuradoria-Geral do Município, para exarar manifestação jurídica e após os autos foram remetidos ao Secretário da Administração para decisão em grau definitivo.

É o breve relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente cabe destacar que a competência para julgamento do recurso está disposta na Lei 8.666/93, art. 109, § 4º, dispondo que o recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, cabendo assim, ao Secretário da Administração proferir decisão administrativa.

a) Da Multa

Insurge-se a empresa Claro S/A ante a multa constante do item 12.2.2.1, sustentando que mesma deva ser revista a fim de que seja limitada a 10% (dez por cento), que é o usual de mercado e aplicada sobre o valor mensal do contrato e não sobre o valor do contrato.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que empresas fornecedoras de serviços para Administração Pública surpreendem-se com a existência de cláusulas contratuais que contemplam a aplicação de penalidades moratórias e compensatórias com valores diferenciados, que de acordo com a extensão e percentual dispostos no contrato podem gerar certa insegurança e risco financeiro para o prestador de serviço em relação à execução do contrato.

Vale dizer que a aplicação destas penalidades encontram albergue na supremacia do interesse público sobre o interesse particular, vez que tem o condão de reprimir condutas lesivas à Administração e desestimular a inexecução contratual, bem assim, tem caráter compensatório em razão de possíveis perdas e danos diretos.

Assim os contratos administrativos possuem cláusulas que, numa relação de contrato no direito privado não seriam possíveis, permitem que a Administração adquira privilégios, com garantia de várias prerrogativas. Estas prerrogativas recebem o nome de cláusulas exorbitantes, presentes nos contratos administrativos, as quais decorrem da sua posição de supremacia, conforme os ensinamentos ofertados na lição da Profª Maria Sylvia Zanella de Pietro:

"São cláusulas exorbitantes aquelas que não seriam comuns ou que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem prerrogativas a uma das partes (a Administração) em relação à outra; elas colocam a Administração em posição de supremacia sobre o contratado."

Deste modo, em que pese os argumentos da ora impugnante, a existência de multa que foge às usuais do mercado, por se tratar de contrato administrativo, encontram guarida na supremacia do interesse público. E, no contexto do exercício do poder punitivo da Administração, vez que a aplicação de penalidade tem por escopo reprimir os infratores para que não cometam novamente práticas passíveis de apenamento, por ofensivas ao interesse público e assim, promover a boa execução dos serviços contratados e o atingimento da finalidade pública perquirida.

Desse modo, no contrato a ser firmado onde a Administração Pública faça parte deste, as cláusulas constantes no mesmo, garantem o interesse público, sobressaindo-se ao particular, fazendo valer o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

b) Do prazo para a entrega dos aparelhos

Sustenta a impugnante, empresa Claro S/A, de que o prazo de entrega dos aparelhos constantes no edital (itens 5.1.2 e 5.2.1) e no contrato (8.1.4 e 8.1.5), qual seja de 15 (quinze) dias não é razoável, pleiteando assim o prazo de ao menos 30 (trinta) dias para a entrega dos aparelhos.

Como se trata de questionamento direcionado a área de interesse do certame, tal questionamento foi devidamente analisado pela Diretoria de Tecnologia da Informação, conforme consta do Of. 082/2019 e subscrito pelo Sr. Leonardo Haffermann - Assistente de Tecnologia da Informação e pelo Sr. Márcio Manoel da Silveira - Diretor de Tecnologia da Informação, o qual transcreve-se abaixo:

“ [...] Cabe ressaltar que o Termo de Referência do edital em questão foi elaborado sob consulta de quatro das maiores operadoras do país, tendo estas concordado com os termos e exigências, inclusive relacionados a prazos de entrega visto que forneceram cotações dos serviços solicitados sem fazer apontamentos ou sugestões de alteração.

O prazo de 15 (quinze) dias úteis exigido no edital, se considerado em dias úteis, resulta em, pelo menos, 21 dias corridos, sendo portanto um prazo bastante razoável e factível de cumprimento pelas eventuais empresas participantes. No entanto, entendemos que não haveria prejuízo para os serviços prestados à Administração Municipal ao se estender o prazo para até 30 (trinta) dias corridos, desde que não se inicie o processo de portabilidade das linhas atualmente utilizadas até a data de recebimento dos aparelhos.

Sendo assim, acatamos o pedido da empresa estendendo o prazo para entrega dos aparelhos telefônicos, minimodens e tablets de 15 (quinze) dias úteis para 30 (trinta) dias corridos com a condição de que não se inicie o processo de portabilidade das linhas atualmente utilizadas até a data de recebimento dos aparelhos.[...]” (grifado)

Assim verifica-se que se faz necessária a alteração dos subitens acima a fim de que o prazo de entrega dos aparelhos telefônicos, minimodens e tablets se dê em 30 (trinta) dias corridos, no entanto frisando-se que o processo de portabilidade das linhas atualmente utilizadas somente poderá ser dado início, após a efetivo recebimento dos aparelhos pela Administração.

c) Da Planilha Constante do Termo de Referência

A empresa Claro S/A, sustenta que existem planilhas constantes no Termo de Referência que possuem colunas cortadas, dificultando sobremaneira o entendimento da licitante interessada no certame, pleiteando assim a retificação destas.

Como se trata de questionamento direcionado a área técnica, tal questionamento foi devidamente analisado pela Diretoria de Tecnologia da Informação, vez que elaborou o Termo de Referência, conforme consta do Of. 082/2019 e subscrito pelo Sr. Leonardo Haffermann - Assistente de Tecnologia da Informação e pelo Sr. Márcio Manoel da Silveira - Diretor de Tecnologia da Informação, a saber:

“ [...] Questionamento 3 – Da Planilha Constante no Termo de Referência

A empresa alega existirem planilhas no Termo de Referência que possuem colunas cortadas, o que dificulta o entendimento.

De fato as planilhas do item 2.6 e do item 10.1.1 do Anexo II – Termo de Referência estão com informações incompletas que dificultam o entendimento claro dos serviços a serem prestados. A documentação enviada pela Diretoria de Tecnologia da Informação continha as tabelas com as informações apresentadas corretamente porém algum problema pode ter ocorrido na importação destas tabelas para o documento do Edital causando o problema.

Desta forma acatamos a solicitação da impugnante para realizar a correção do Edital de modo que as informações sejam claras..[...]” (grifado)

Deste modo, conforme acima mencionado pela Diretoria de Tecnologia de Informação, verifica-se que se faz necessária a retificação a fim de que as informações se tornem mais claras.

d) Da Planilha Constante do Termo de Referência

Com relação ao alegado pela empresa Tim S/A, onde sustenta a existência de previsões incompatíveis com a Constituição da República e demais leis que regem as licitações públicas, em especial os itens 14.19, 14.24 do edital e 6.11 da minuta de Contrato, onde consta a exigência de restituição dos aparelhos cedidos em comodato em situações de perda, roubo, furto etc; fato este, que imputa a empresa uma responsabilidade que desequilibra o contrato pleiteando assim, a reforma do edital.

Do alegado, esta foi analisada e houve a manifestação emanada pela Diretoria de Tecnologia da Informação, conforme consta do Of. 083/2019 e subscrito pelo Sr. Leonardo Haffermann - Assistente de Tecnologia da Informação e pelo Sr. Márcio Manoel da Silveira - Diretor de Tecnologia da Informação, o qual transcreve-se abaixo:

“ Cabe ressaltar que o Termo de Referência do edital em questão foi elaborado sob consulta de quatro das maiores operadoras do país, tendo recebido cópia do Termo de Referência e concordado com os termos e exigências, inclusive relacionados a reposição dos aparelhos, sendo que forneceram cotações dos serviços solicitados sem fazer apontamentos ou sugestões de alteração.

Conforme prevê o Objeto do Edital, a finalidade deste é a contratação de serviços de telefonia móvel pessoal SMP e acesso móvel à internet, sendo os aparelhos telefônicos fornecidos parte do serviço prestado, uma vez que não é possível realizar ligações telefônicas e utilizar os serviços de internet sem os dispositivos móveis. Estes equipamentos, fornecidos em comodato, devem estar em perfeitas condições de uso e amparados de garantia pelo fornecedor.

O artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor, o qual se aplica a eventual relação contratual, determina que:

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

Entendemos assim que vícios de ordem técnica que caracterizem defeitos de fabricação, podem ser reportados e repassados à futura Contratada, sendo esta a legítima proprietária dos equipamentos, e dela portanto a responsabilidade de providenciar a solução do defeito ou o fornecimento de aparelhos substitutos. No entanto, é de nosso conhecimento que a prática comum no mercado para venda de equipamentos eletrônicos em geral é de realizar a troca do equipamento em até 7 dias e, após isso, encaminhar o usuário para a rede de assistência autorizada.

Com isso, de modo a adequar as exigências do Edital com as práticas comuns do mercado de telefonia, o item 14.19 será alterado passando a exigir o que consta a seguir:

14.19 – Nos casos em que for constatado defeito de fabricação, em até 7 dias úteis após o recebimento do dispositivo pelo MUNICÍPIO, a

contratada deverá providenciar a substituição por outro aparelho da mesma marca e modelo. Passado o período de 7 dias úteis o MUNICÍPIO deverá encaminhar o dispositivo para a rede autorizada do fabricante indicada pela contratada.

Em relação a reposição de aparelhos inutilizados frutos de roubo, furto ou eventos climáticos concordamos que, de fato, algumas obrigações previstas no Edital podem onerar desnecessariamente o Contrato, haja vista a previsão de eximir a Administração de qualquer indenização nos casos elencados. Sendo assim, o item 14.24 será suprimido e o item 15.7 (Dos Direitos e Obrigações do Município) deve passar a ter a seguinte redação:

15.7 – Em caso de extravio (perda, roubo ou furto) ou danos não cobertos em garantia, mesmo que decorrentes de mau uso, do aparelho em comodato e que impliquem na perda da posse ou inutilização do equipamento fica sob responsabilidade do MUNICÍPIO a reposição do mesmo, podendo ser solicitado outro aparelho para a contratada, que realizará a cobrança na próxima fatura.

Da mesma forma o item 6.11 da Minuta de Contrato passará a conter texto idêntico ao item 15.7.

Desta forma acatamos a solicitação da impugnante para realizar as correções do Edital.” (grifado)

Deste modo, verifica-se ser necessária a adequação dos itens conforme analisado pela Diretoria de Tecnologia da Informação.

Ante ao acima colacionado, verifica-se que houve a manifestação emanada pela Diretoria de Tecnologia da Informação a respeito do teor das impugnações apresentadas, no sentido de parcial provimento às mesmas, havendo assim a necessidade de adequações nas exigências editalícias.

Bem como, houve questionamentos ao edital do certame em comento, que ao respondê-los àquela Diretoria, constatou se fazer necessária a promoção de alteração do mesmo.

E, diante da necessidade de alterações, conforme acima apontadas no Edital de Pregão Presencial nº 190/2019, decide-se pela expedição de uma nova versão deste, informando a data e horário de credenciamento e abertura dos envelopes e, em observância ao disposto no §4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, que assinala o seguinte: “Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas”, constata-se ser necessária a reabertura de prazo inicialmente estabelecido.

III – DA CONCLUSÃO / DISPOSITIVO

Diante do exposto, por tudo mais que dos autos consta e do direito aplicável à espécie, a Secretaria da Administração, diante da necessidade de alterações, conforme acima apontadas no Edital de Pregão Presencial nº 190/2019, decide pela expedição de uma nova versão deste. Encaminhando esta decisão à Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos para que se tome as devidas providências legais.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

DECRETO Nº 13.361/2019

Publicação Nº 2230102

D E C R E T O Nº 13.361/2019

Regulamenta a Lei Federal Nº 13.460, de 26 de Junho de 2017, Dispondo Sobre a Ouvidoria e a Instituição da Carta de Serviços ao Usuário e dá outras providências

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso IX, do artigo 71, c/c a alínea “a”, do inciso I, do artigo 90-K, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Federal Nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços da Administração Pública;

CONSIDERANDO que a referida Lei traz, em seu bojo, uma série de obrigações ao encargo do Poder Público Municipal, cabendo a este sua regulamentação e aplicação no âmbito do Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO o interesse público, objeto maior da Administração Pública Municipal, cujo titular, que é o cidadão, será amplamente beneficiado com a regulamentação da legislação supracitada;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0717/2019/Semtip, de 05/11/2019, da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública;

DECRETA :

Art.1º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:

I - presunção de boa-fé;

II - compartilhamento de informações, nos termos da lei;

III - eliminação de formalidades e exigências, cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

IV - aplicação de soluções tecnológicas que visem simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações;

V - utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos;

VI - articulação com o Governo Federal, com os Estados e com os outros Municípios da Federação, bem como com os outros Poderes, para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.

Parágrafo único. Usuários dos serviços públicos são as pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, diretamente atendidas por serviço público.

CAPÍTULO I DA CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO

Art.2º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal que prestam atendimento aos usuários dos serviços públicos, direta ou indiretamente, deverão elaborar e divulgar Carta de Serviços ao Usuário, no âmbito de sua esfera de competência.

§1º A Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar aos usuários dos serviços prestados pelo órgão ou pela entidade do Poder Executivo Municipal as formas de acesso a esses serviços e os compromissos e padrões de qualidade do atendimento ao público.

§2º Da Carta de Serviços ao Usuário deverão constar informações claras e precisas sobre cada um dos serviços prestados, especialmente as relativas:

- I - ao serviço oferecido;
- II - aos requisitos e aos documentos necessários para acessar o serviço;
- III - às etapas para processamento do serviço;
- IV - ao prazo para a prestação do serviço;
- V - à forma de prestação do serviço;
- VI - à forma de comunicação com o solicitante do serviço;
- VII - aos locais e às formas de acessar o serviço.

§3º Além das informações referidas no §2º, deste artigo, a Carta de Serviços ao Usuário deverá, para detalhar o padrão de qualidade do atendimento, estabelecer:

- I - os usuários que farão jus à prioridade no atendimento;
- II - o tempo de espera para o atendimento;
- III - o prazo para a realização dos serviços;
- IV - os mecanismos de comunicação com os usuários;
- V - os procedimentos para receber, atender, gerir e responder às sugestões e reclamações;
- VI - as etapas, presentes e futuras, esperadas para a realização dos serviços, incluídas as estimativas de prazos;
- VII - os mecanismos para a consulta pelos usuários acerca das etapas, cumpridas e pendentes, para a realização do serviço solicitado;
- VIII - outras informações julgadas de interesse dos usuários.

CAPÍTULO II DA OUVIDORIA MUNICIPAL

Art.3º A Ouvidoria terá como atribuições precípuas, sem prejuízo de outras estabelecidas em regulamento específico:

- I - promover a participação do usuário na Administração Pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;
- II - acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;
- III - propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços;
- IV - auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos neste Decreto;
- V - propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações deste Decreto;
- VI - receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula;
- VII - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

Art.4º Com vistas à realização de seus objetivos, a Ouvidoria irá:

- I - receber, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, as manifestações encaminhadas por usuários de serviços

públicos;

II - elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as informações mencionadas no inciso I, e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos.

Art.5º O relatório de gestão de que trata o inciso II, do artigo 4º, deverá indicar, ao menos:

I - o número de manifestações recebidas no ano anterior;

II - os motivos das manifestações;

III - a análise dos pontos recorrentes; e

IV - as providências adotadas pela Administração Pública nas soluções apresentadas.

Parágrafo único. O relatório de gestão será:

I - encaminhado à autoridade máxima do órgão a que pertence a unidade de ouvidoria;

II - disponibilizado integralmente na Internet.

Art.6º A Ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário, observado o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável de forma justificada, uma única vez, por igual período.

Parágrafo único. Observado o prazo previsto no caput, a Ouvidoria poderá solicitar informações e esclarecimentos diretamente aos agentes públicos do órgão ou entidade a que se vincula, e as solicitações devem ser respondidas no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável de forma justificada, uma única vez, por igual período.

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Art.7º Cabe à Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, ou outro órgão ou unidade que a substituir, zelar pelo cumprimento do disposto neste Decreto, e adotar as providências para a responsabilização dos servidores públicos e de seus superiores hierárquicos que praticarem atos em desacordo com suas disposições.

CAPÍTULO IV

DA DIVULGAÇÃO AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art.8º A Carta de Serviços ao Usuário, a forma de acesso, as orientações de uso e as informações sobre os serviços prestados ao cidadão, deverão ser objeto de permanente divulgação e mantidos visíveis e acessíveis ao público nos portais institucionais e de prestação de serviços na Internet.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.9º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada, se necessário.

Art.10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.362/2019

Publicação Nº 2230103

D E C R E T O Nº 13.362/2019

Declara de Utilidade Pública Área de CLORÍ ANTÔNIO SECCO e ROSEMARIE BORGMANN SECCO.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 033/2019/Semplu/GDU, de 07 de novembro de 2019, da Gerência de Desenvolvimento Urbano;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 414/2019/Semplu, de 07 de novembro de 2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de abertura do prolongamento da Rua 665 - Oscar Ferreira Mendes, no bairro João Pessoa;

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº

13.867/2019, de 26/08/2019, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 1.238,58m², parte do imóvel contendo a área total de 49.717,05m², com os demais dados identificativos na MI Nº 55.175, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 42.125, situada nos fundos da Rua 601 - Manoel Francisco da Costa e Rua 665 - Oscar Ferreira Mendes, bairro João Pessoa, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de CLORÍ ANTÔNIO SECCO e ROSEMARIE BORGMANN SECCO.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à abertura do prolongamento da Rua 665 - Oscar Ferreira Mendes.

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.363/2019

Publicação Nº 2230104

D E C R E T O Nº 13.363/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.002.28.845.0.0252 - Transferência de Recursos Financeiros à

Polícia Militar de Santa Catarina

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.002.452 3.3.30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal R\$ 300.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados ao Convênio SSP Multas de Trânsito 20985, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.364/2019

Publicação Nº 2230106

D E C R E T O Nº 13.364/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017; e

CONSIDERANDO os termos do Convênio Nº 444/2019, de 03/10/2019, firmado entre o Município de Jaraguá do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal da Administração, e o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa;

CONSIDERANDO o teor do Ofício GABGOV Nº 90/2019, do Gabinete do Governador do Estado de Santa Catarina;

DECRETA :

Art.1º FICA CEDIDA à SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA, nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017, por 40 (quarenta) horas semanais, GABRIELA EING, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 11034, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 13 de novembro de 2019 a 31 de dezembro de 2020, com ônus para o Município, mediante ressarcimento da entidade cessionária.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/11/2019.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO 343/2019

Publicação Nº 2230423

EXTRATO DO CONTRATO 343/2019

Processo: Pregão 134/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli - ME; Objeto: AQUISIÇÃO DE CHAPA PISO XADREZ EM ALUMÍNIO; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). O pagamento dar-se-á em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4.402	Manutenção patrimonial - Samae.	3.3.90. - Aplicações Diretas	20	Próprios

Data da assinatura: 11/11/2019; Prazo de Fornecimento: Até 30 dias após Autorização de Fornecimento; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO Nº 568/2019

Publicação Nº 2230988

EXTRATO DO CONTRATO Nº 568/2019

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 318/2019

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS

CNPJ 05.023.026/0001-79– Rua: Geraldino Julio Vieira, 151 –São Luís, Jaraguá do Sul/SC.

DO OBJETO: Contratação de apresentação musical da Banda Céu de Ícaro, por meio do seu representante exclusivo, a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS, que acontecerá no dia 30 de novembro de 2019, das 17h30 às 18 h30, no Evento Natalino, que acontecerá no Complexo Esportivo “Arena Multiúso Jaraguá”, localizada na rua Gustavo Hagedorn, 636, Nova Brasília, neste Município. Evento cultural gratuito e aberto ao público. OBS: A banda se apresentará com instrumentos próprios.

VALOR E PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pela apresentação musical. No valor estão incluídas despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento e materiais, se houverem. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a realização das apresentações, com a finalização do evento, mediante apresentação da nota fiscal na SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.

As despesas provenientes do objeto desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1.100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 Aplicações Diretas	506	0.3.00.0080 SF-Rec.Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente contratação ocorrerá no dia 30 de novembro de 2019, em Jaraguá do Sul/SC.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 14/11/2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lucia Petry e Enéias Raasch

Natália Lucia Petry
Secretária de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº 569/2019

Publicação Nº 2230989

EXTRATO DO CONTRATO Nº 569/2019

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 317/2019

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS

CNPJ 05.023.026/0001-79– Rua: Geraldino Julio Vieira, 151 –São Luís, Jaraguá do Sul/SC.

DO OBJETO: Contratação de apresentações musicais das bandas abaixo relacionadas, no no evento Encontro no Parque, que acontecerá no Parque Linear Via Verde, localizado na rua Bertoldo Bruns - Ilha da Figueira, neste Município.; representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS, conforme cronograma de apresentações abaixo:

Banda	Data da apresentação	Horário apresentação	Valor
Taberna Russa	24/novembro/19	15h150 às 16h45	R\$ 2.000,00
Live Brazil		17 às 18h30	R\$ 3.000,00

Evento cultural gratuito e aberto ao público. OBS: As bandas se apresentarão com instrumentos próprios.

VALOR E PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelas apresentações musicais. No valor estão incluídas despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento e materiais, se houverem. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a realização das apresentações, com a finalização do evento, mediante apresentação da nota fiscal na SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.

As despesas provenientes do objeto desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1.100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 Aplicações Diretas	506	0.3.00.0080 Rec.Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente contratação ocorrerá no dia 24 de novembro de 2019, em Jaraguá do Sul/SC.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 14/11/2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lucia Petry e Enéias Raasch

Natália Lucia Petry

Secretária de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 321/2019 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2019

Publicação Nº 2230421

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 321/2019**1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2019**

Processo: Pregão nº 180/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Toewe Transportes Eirelli – ME; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE CAMINHÃO TOCO; Acréscimo: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo quantitativo de 500 (quinhentas) horas ao item 02 (serviço de caminhão toco), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do item, totalizando o valor de R\$ 31.125,00 (trinta e um mil, cento e vinte e cinco reais); Fundamento Legal: O acréscimo é firmado com base na justificativa do Gestor do contrato, constante do Memorando 1218/2019/Samae/DO, e encontra amparo legal no art. 65, inciso I, alínea “b”, c/c §1º, da Lei 8.666/93, bem como no item 7.3 da Cláusula Sétima do contrato original; Item orçamentário: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação	Recursos
25.02.4.420.4.4.90	Ampliação e Substituição de Redes e Ramais de Água	4.4.90- Aplicações Diretas	40	Próprios

Data da assinatura: 04/11/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Marcio Toewe.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

Samae de Jaraguá do Sul

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 567/2019

Publicação Nº 2230986

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 567/2019

PROCESSO: Inexigibilidade 316/2019 ao CREDENCIAMENTO 68/2019.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VILA NOVA

OBJETO: A presente contratação tem por objeto é a prestação de serviços de Educação Infantil para atender as necessidades desta Secretaria, regularmente constituídas, localizadas no Município de Jaraguá do Sul e que esta firmando com esta Administração Municipal Termo de Credenciamento para atendimento de até 200 (duzentas) crianças 4 meses a 1 ano, onze meses e vinte e nove dias de idade, na Educação Infantil, em conformidade com o Edital de Credenciamento e em conformidade com o Anexo XI – Termo de Referência.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pelo Município, em até 30 (trinta) dias, por meio de depósito em conta-corrente da instituição, após o recebimento da Nota Fiscal com base na real (efetiva) quantidade de atendimentos efetuados no mês, que será comprovada através das "Fichas Frequências" e do "Relatório de Atendimento por Período e Faixa Etária" e juntamente com a apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO (Secretaria Municipal de Educação), assim como pelo representante da INSTITUIÇÃO CREDENCIADA.

VALOR: O pagamento será realizado com base no número de crianças atendidas mensalmente pelo Centro de Educação Infantil, de acordo com os preços abaixo estabelecidos:

Etapa de atendimento	Vagas	Valor unitário por vaga R\$	Valor total mensal R\$	Valor total anual R\$
Berçário I e II	200	430,00	86.000,00	1.032.000,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.365.0351.2.133	Aquisição de vagas em Centro de Educação Infantil Particular	3.3.90- Aplicações Diretas	158	Creches
12.365.0351.2.133	Aquisição de vagas em Centro de Educação Infantil Particular	3.3.90- Aplicações Diretas	158	SF - Creches

PRAZO: O prazo de execução do Termo de Credenciamento, objeto deste Edital, será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93, e, poderá ser alterado a qualquer tempo, durante sua vigência, através de Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, até o limite de 60 (sessenta) meses. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 14/11/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Graciela Tasso Fernandes Regis.

Ivana Atanásio Dias
Secretaria Municipal de Educação

OFÍCIO Nº 520/2019/SEMED

Publicação Nº 2230095

Ofício nº 520/2019/SEMED

Jaraguá do Sul, 11 de novembro de 2019.

A
LBDC DISTRIBUIDORA E TRANSPORTE EIRELI EPP
Rua Rodovia Deputado João Jacomel 1808
Bairro Jardim Primavera
Piraquara/PR
CEP 83302-000

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Pelo presente instrumento, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede governamental na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.459/0001-23, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antídio Aleixo Lunelli, na condição de Contratante, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Educação, Srª Ivana Atanásio Dias,

NOTIFICA EXTRAJUDICIALMENTE

A empresa LBDC DISTRIBUIDORA E TRANSPORTE EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 28.200.188/0001-30, com sede na Rua Rodovia Deputado João Jacomel, n. 1808, Bairro Jardim Primavera, Município de Piraquara, Estado do Paraná, para, uma vez que a empresa não está cumprindo com as obrigações exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 194/2018.

Considerando o Processo de penalização cujo inteiro teor pode ser acessado através do link: <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/owncloud/index.php/s/8yi704r8tNNVc7c> diante dos fatos, fundamentos e documentos ora juntados, o Município de Jaraguá do Sul, usando a prerrogativa dos artigos 87, inciso I da Lei nº 8.666/93, bem como das Cláusulas Décima Primeira e Décima Segunda do Edital de Pregão Presencial nº 194/2018, REQUER a manifestação da empresa, através de seu representante legal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta NOTIFICAÇÃO, com retorno de confirmação de recebimento via e-mail.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial de Município-DOM.

Atenciosamente,

Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação

ORDEM DE REINÍCIO – Nº 01/2019 CONTRATO Nº 287/2019

Publicação Nº 2230562

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
--	---

ORDEM DE REINÍCIO – nº 01/2019
Contrato nº 287/2019

Determinamos por meio desta, a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, o reinício da execução dos serviços referentes a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e obras complementares da Rua 1090 Alwin Koch, no Bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 1.705,51 m (hum mil setecentos e cinco vírgula cinquenta e um metros), objeto do Edital de Concorrência nº 47/2019, e formalizada pelo Contrato nº 287/2019, a partir da data do recebimento desta Ordem.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2019.

IVAN ANDREIAS WOLTER
Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em ____/____/____

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ/MF 03.620.927/0001-12

OBS:- Será lavrada em 6 (seis) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Controladoria; e) Arquivo no Setor responsável pelas obras; f) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;
- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Reinício, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2019.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 010/2019/SEMOP

Publicação Nº 2230946

PORTARIANº 010/2019/Semop

ONÉSIMO JOSÉ SELL, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – Semop, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais Viviane Stolf, matrícula 8220-1, Roberta Rotermund Baratto, matrícula 9108-1, e Sinara Adriana Lemos, matrícula 7897; a Sindicância Administrativa Nº 019/2019, Portaria inicial Nº 009/2019/Semop, datada de 14 de outubro de 2019, a fim de apurar denúncia de possível prática abusiva no ambiente de trabalho ;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 133/2019/SCPSA, datado de 13 de novembro de 2019, e subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos

da Sindicância, por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE:

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 13/11/2019, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 009/2019/Semop, de 13 de novembro de 2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/11/2019.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2019.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 316/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2230981

**RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 316/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDENCIAMENTO 68/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VILA NOVA

Endereço: Rua José Marangoni, 450, Vila Nova, no município de Jaraguá do Sul

CNPJ: 22.935.711/0001-90

OBJETO: A presente contratação tem por objeto é a prestação de serviços de Educação Infantil para atender as necessidades desta Secretaria, regularmente constituídas, localizadas no Município de Jaraguá do Sul e que esta firmando com esta Administração Municipal Termo de Credenciamento para atendimento de até 200 (duzentas) crianças 4 meses a 1 ano, onze meses e vinte e nove dias de idade, na Educação Infantil, em conformidade com o Edital de Credenciamento e em conformidade com o Anexo XI – Termo de Referência.

DO PRAZO: O prazo de execução do Termo de Credenciamento, objeto deste Edital será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93, e, poderá ser alterado a qualquer tempo, durante sua vigência, através de Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, até o limite de 60 (sessenta) meses. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pelo Município, em até 30 (trinta) dias, por meio de depósito em conta-corrente da instituição, após o recebimento da Nota Fiscal com base na real (efetiva) quantidade de atendimentos efetuados no mês, que será comprovada através das "Fichas Frequências" e do "Relatório de Atendimento por Período e Faixa Etária" e juntamente com a apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO (Secretaria Municipal de Educação), assim como pelo representante da INSTITUIÇÃO CREDENCIADA.

VALOR: O pagamento será realizado com base no número de crianças atendidas mensalmente pelo Centro de Educação Infantil, de acordo com os preços abaixo estabelecidos:

Etapas de atendimento	Vagas	Valor unitário por vaga R\$	Valor total mensal R\$	Valor total anual R\$
Berçário I e II	200	430,00	86.000,00	1.032.000,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.365.0351.2.133	Aquisição de vagas em Centro de Educação Infantil Particular	3.3.90- Aplicações Diretas	158	Creches
12.365.0351.2.133	Aquisição de vagas em Centro de Educação Infantil Particular	3.3.90- Aplicações Diretas	158	SF - Creches

Jaraguá do Sul (SC), 14 de novembro de 2019.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Natalie Janine Petry

Presidente da Comissão Especial de Licitações

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 317/2019 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Publicação Nº 2230983

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 317/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS – CNPJ 05.023.026/0001-79

OBJETO: contratação de apresentações musicais das bandas abaixo relacionadas, no evento Encontro no Parque, que acontecerá no Parque Linear Via Verde, localizado na rua Bertoldo Bruns - Ilha da Figueira, neste Município; representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS, conforme cronograma de apresentações abaixo:

Banda	Data da apresentação	Horário apresentação	Valor
Taberna Russa	24/novembro/19	15h150 às 16h45	R\$ 2.000,00
Live Brazil		17 às 18h30	R\$ 3.000,00

Evento cultural gratuito e aberto ao público. OBS: As bandas se apresentarão com instrumentos próprios.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pela contratação.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no dia 24 de novembro de 2019. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1.100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 Aplicações Diretas	506	0.3.00.0080 Rec.Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 14 de novembro de 2019.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Douglas Antônio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 318/2019 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Publicação Nº 2230984

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 318/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS

CNPJ 05.023.026/0001-79

OBJETO: Contratação de apresentação musical da Banda Céu de Ícaro, por meio do seu representante exclusivo, a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS, que acontecerá no dia 30 de novembro de 2019, das 17h30 às 18h30, no Evento Natalino, que acontecerá no Complexo Esportivo "Arena Multiuso Jaraguá", localizada na rua Gustavo Hagedorn, 636, Nova Brasília, neste Município. Evento cultural gratuito e aberto ao público. OBS: A banda se apresentará com instrumentos próprios.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pela contratação.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no dia 30 de novembro de 2019.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1.100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 Aplicações Diretas	506	0.3.00.0080 SF-Rec.Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 14 de novembro de 2019.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Douglas Antônio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

RESOLUÇÃO Nº 53/2019/CMDI /JS

Publicação Nº 2230428

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SETOR DE CONTROLE SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL
Lei nº 7.292/2016

RESOLUÇÃO Nº 53/2019/CMDI /JS

Dispõe sobre a liberação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul para participação de Conselheiros de Direitos, no V Seminário Estadual sobre Envelhecimento Ativo em Porto Belo – SC.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 13 de novembro de 2019.

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016 que dispõe sobre a política de atendimento ao idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) , especialmente o seu art. Art. 30, que versa:

Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades, para o atendimento ao idoso, através do financiamento de ações relativas a:

V - apoio e promoção de programas e projetos de capacitação continuada voltada aos profissionais que atuam na rede de promoção, proteção e garantia dos direitos do idoso;

VI - pagamento de inscrição em eventos voltados à Política de Atendimento ao Idoso, assim como concessão de diárias e adiantamentos para:

a) conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

Considerando que o IV Seminário Estadual sobre Envelhecimento Ativo, Possibilitar a troca de experiências entre os municípios catarinenses em relação ao atendimento da pessoa idosa; Aprofundar e conhecer as diferentes possibilidades de cuidado à pessoa idosa; Dialogar de forma intersectorial sobre o atendimento das políticas públicas junto aos municípios; Refletir sobre o envelhecimento e a pessoa com deficiência; Reforçar a importância do controle social e da democracia participativa; Conhecer ONG direcionada à Gerontologia; Atualizar informações sobre a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa.

RESOLVE:

Art 1º – Aprovar a liberação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul para diárias de pernoite e alimentação, inscrição e transporte, visando a participação dos Conselheiros de Direitos: Anderson Fabiano Schmitt, Stélio João Rodrigues, Salete Bornhausen Junior ao V Seminário Estadual sobre Envelhecimento Ativo em Porto Belo – SC a se realizar nos dias 28, 29 de novembro de 2019.

Art 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2019.

SALETE BORNHAUSEN JUNIOR

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI/JS)

RESOLUÇÃO Nº 54/2019/CMDI /JS

Publicação Nº 2230429

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SETOR DE CONTROLE SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL
Lei nº 7.292/2016

RESOLUÇÃO Nº 54/2019/CMDI /JS

Dispõe sobre a renovação da inscrição da entidade “Associação dos Grupos da Terceira Idade de Jaraguá do Sul - AGTI” junto ao CMDI.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 13 de novembro de 2019.

Considerando o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que “dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que “prevê a obrigatoriedade das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa inscreverem seus programas nos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e,

em sua falta, junto ao Conselho Estadual do Idoso”;

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016 que dispõe sobre a política de atendimento ao idoso, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente o art.14, que estabelece as competências do Conselho, sendo uma delas:

IX - Proceder a inscrição das organizações governamentais e não governamentais de assistência ao idoso e seus respectivos programas e projetos.

Considerando a Resolução nº 004/2016/CMDI/JS que dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - CMDI/JS, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento, especialmente seus artigos 3º e 7º, que dispõem, respectivamente acerca dos documentos necessários para inscrição e renovação junto a este Conselho e acerca da obrigatoriedade de renovação das entidades, sendo estes:

Art.3º São documentos necessários ao encaminhamento do pedido de inscrição ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul:

I – Organizações não governamentais sem fins lucrativos:

- a) Requerimento devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização;
- b) Ficha cadastral devidamente preenchida, datada e assinada pelo representante legal da organização;
- c) Cópia do Estatuto Social (Atos constitutivos) registrado em cartório;
- d) Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- e) Cópia de alvará de funcionamento, devidamente atualizado;
- f) Cópia do documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, com data vigente;
- g) Laudo da vigilância sanitária, com data vigente;
- h) Alvará do corpo de bombeiros, com data vigente;
- i) Relatório de ações do exercício anterior, devidamente assinado pelo representante legal da organização e quando for ILPI assinado também responsável técnico;
- j) Plano de Ação, especificando os respectivos programas de atendimento, devidamente assinado pelo representante legal da organização e quando for ILPI assinado também pelo responsável técnico;
- k) Cópia do certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em caso de entidade que desenvolva serviços ou programas em conformidade com a política nacional de assistência social.
- l) Modelo de contrato de prestação de serviço com o idoso, de acordo com o que preceitua o estatuto do idoso, em seu art.50, inciso I, quando for Instituição de Longa Permanência - ILPI;
- m) Modelo de cadastros e/ou prontuários utilizados para identificar as pessoas idosas;
- n) Relação de Recursos Humanos;
- o) Declaração de idoneidade.

[...]

Art 7º Expirado o prazo de validade, a entidade deverá solicitar renovação da inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS, reapresentando os documentos constantes no artigo 3º.

Considerando a Resolução nº 15/2017/CMDI/JS que dispõe sobre a inscrição da Associação dos Grupos, Clubes e outras entidades associativas da Terceira Idade – AGTI junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS;

Considerando que o objetivo geral da entidade é fortalecer os grupos e outras entidades associativas de idosos, legalmente constituídas, promovendo a integração dos grupos da terceira idade, bem como auxiliar o desenvolvimento de atividades voltadas aos idosos participantes dos grupos, evitando o isolamento, com palestras, lazer e atividades para manter a coordenação motora e mental. A Entidade possui como capacidade de atendimento o número de 450 pessoas que chegam a entidade por busca espontânea;

Considerando o Plano de Ação e a visita in loco realizada em 30 de outubro de 2019, às 15h pela Comissão de Legislação e Normas, onde a Comissão foi recebida pela Sra. Salete Bornhausen Junior (Secretária da entidade) e identificou-se que:

- A modalidade de atendimento é de grupo de convivência/organização comunitária, que tem como principais atividades desenvolvidas pela entidade: o suporte a Grupo de Idosos; Viagens; Dia Cultural; Baile de Debutantes, Divulgação de eventos; Organizações de Jogos; Reuniões Mensais com Coordenadores e dando suporte aos 35 Grupos de Idosos de Jaraguá do Sul;
- Que a finalidade do grupo é atender os grupos de idosos, sendo o total de idosos destes 35 grupos atendidos geram 3.000 (três mil) idosos atendidos mensalmente;
- Que o local é de fácil acesso, com estacionamento próprio e ônibus com passagem em frente da sede, de meia em meia hora. Sediado no Salão da Igreja São Sebastião e que estas são adequadas para a realização das atividades da entidade;
- Todos os colaboradores são voluntários e atendem os idosos de forma satisfatória, sendo que a entidade é administrada por meio de reuniões da diretoria;

RESOLVE:

Art 1º – Aprovar a renovação de inscrição do “Associação dos Grupos da Terceira Idade de Jaraguá do Sul - AGTI”, junto ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

Art 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2019.

SALETE BORNHAUSEN JUNIOR

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI/JS)

RESOLUÇÃO Nº 55/2019/CMDI /JS

Publicação Nº 2230431

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SETOR DE CONTROLE SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL
Lei nº 7.292/2016

RESOLUÇÃO Nº 55/2019/CMDI /JS

Dispõe sobre a renovação da inscrição da entidade “Clube de Idosos Zélia Schmitt Hafermann” junto ao CMDI.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 13 de novembro de 2019.

Considerando o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que “dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que “prevê a obrigatoriedade das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa inscreverem seus programas nos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual do Idoso”;

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016 que dispõe sobre a política de atendimento ao idoso, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente o art.14, que estabelece as competências do Conselho, sendo uma delas:

IX - Proceder a inscrição das organizações governamentais e não governamentais de assistência ao idoso e seus respectivos programas e projetos.

Considerando a Resolução nº 004/2016/CMDI/JS que dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - CMDI/JS, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento, especialmente seus artigos 3º e 7º, que dispõem, respectivamente acerca dos documentos necessários para inscrição e renovação junto a este Conselho e acerca da obrigatoriedade de renovação das entidades, sendo estes:

Art.3º São documentos necessários ao encaminhamento do pedido de inscrição ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul:

I – Organizações não governamentais sem fins lucrativos:

- a) Requerimento devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização;
 - b) Ficha cadastral devidamente preenchida, datada e assinada pelo representante legal da organização;
 - c) Cópia do Estatuto Social (Atos constitutivos) registrado em cartório;
 - d) Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
 - e) Cópia de alvará de funcionamento, devidamente atualizado;
 - f) Cópia do documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, com data vigente;
 - g) Laudo da vigilância sanitária, com data vigente;
 - h) Alvará do corpo de bombeiros, com data vigente;
 - i) Relatório de ações do exercício anterior, devidamente assinado pelo representante legal da organização e quando for ILPI assinado também responsável técnico;
 - j) Plano de Ação, especificando os respectivos programas de atendimento, devidamente assinado pelo representante legal da organização e quando for ILPI assinado também pelo responsável técnico;
 - k) Cópia do certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em caso de entidade que desenvolva serviços ou programas em conformidade com a política nacional de assistência social.
 - l) Modelo de contrato de prestação de serviço com o idoso, de acordo com o que preceitua o estatuto do idoso, em seu art.50, inciso I, quando for Instituição de Longa Permanência - ILPI;
 - m) Modelo de cadastros e/ou prontuários utilizados para identificar as pessoas idosas;
 - n) Relação de Recursos Humanos;
 - o) Declaração de idoneidade.
- [...]

Art 7º Expirado o prazo de validade, a entidade deverá solicitar renovação da inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS, reapresentando os documentos constantes no artigo 3º.

Considerando a Resolução nº 27/2017/CMDI/JS que dispõe sobre a inscrição do Clube de Idosos Zélia S. Hafermann, junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS;

Considerando que o objetivo geral da entidade é promover a integração social dos idosos, evitando o isolamento, com palestras, lazer e atividades para manter a coordenação motora e mental, prevenindo situações de isolamento social, melhoria da qualidade de vida e fortalecimento da autoestima, além de servir de ponto de encontro para estabelecer a convivência entre seus associados. A Entidade possui como capacidade de atendimento o número de 400 pessoas que chegam a entidade por busca espontânea, ativa e por encaminhamentos

do Sistema de Garantia de Direitos;

Considerando o Plano de Ação e a visita in loco realizada pela Comissão de Legislação e Normas, onde a Comissão foi recebida pela Sra. Salete Bornhausen Junior (Secretária da entidade) e identificou-se que:

- A modalidade de atendimento é de grupo de convivência/organização comunitária, que tem como principais atividades desenvolvidas pela entidade: Dança; Jogos de mesa; Bingo; Palestras e Passeios;
- A finalidade é atender idosos, por meio das atividades acima referidas e atende 49 homens e 122 mulheres, totalizando 171 atendimentos mensais;
- Que o local é cedido pela Paróquia e é de fácil acesso, com estacionamento próprio e ônibus com passagem em frente da sede, de meia em meia hora. Sediado no Salão da Igreja São Sebastião e que estas são adequadas para a realização das atividades da entidade;
- Todos os colaboradores são voluntários e atendem os idosos de forma satisfatória, sendo que a entidade é administrada por meio de reuniões da diretoria;
- Notou-se que o mobiliário adquirido por meio do Edital 001/2018/CMDI/JS está sendo de grande valia e sendo utilizado de forma adequada e em ótimo estado de conservação.

RESOLVE:

Art 1º – Aprovar a renovação de inscrição do “Clube de Idosos Zélia Schmitt Hafermann”, junto ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

Art 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2019.

SALETE BORNHAUSEN JUNIOR

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI/JS)

RESOLUÇÃO Nº 56/2019/CMDI /JS

Publicação Nº 2230432

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SETOR DE CONTROLE SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL
Lei nº 7.292/2016

RESOLUÇÃO Nº 56/2019/CMDI /JS

Dispõe sobre a inscrição da entidade “Grupo da Terceira Idade Nossa Senhora Aparecida” junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 13 de novembro de 2019.

Considerando o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que “dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que “prevê a obrigatoriedade das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa inscreverem seus programas nos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual do Idoso”;

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016 que dispõe sobre a política de atendimento ao idoso, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente o art.14, que estabelece as competências do Conselho, sendo uma delas:

IX - Proceder a inscrição das organizações governamentais e não governamentais de assistência ao idoso e seus respectivos programas e projetos.

Considerando a Resolução nº 004/2016/CMDI/JS que dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - CMDI/JS, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento, especialmente seu artigo 3º que dispõe acerca dos documentos necessários para inscrição e renovação junto a este Conselho:

Art.3º São documentos necessários ao encaminhamento do pedido de inscrição ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul:

I – Organizações não governamentais sem fins lucrativos:

- a) Requerimento devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização;
- b) Ficha cadastral devidamente preenchida, datada e assinada pelo representante legal da organização;
- c) Cópia do Estatuto Social (Atos constitutivos) registrado em cartório;
- d) Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

- e) Cópia de alvará de funcionamento, devidamente atualizado;
 - f) Cópia do documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, com data vigente;
 - g) Laudo da vigilância sanitária, com data vigente;
 - h) Alvará do corpo de bombeiros, com data vigente;
 - i) Relatório de ações do exercício anterior, devidamente assinado pelo representante legal da organização e quando for ILPI assinado também responsável técnico;
 - j) Plano de Ação, especificando os respectivos programas de atendimento, devidamente assinado pelo representante legal da organização e quando for ILPI assinado também pelo responsável técnico;tos necessários ao encaminhamento do pedido de inscrição ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul:
- I – Organizações não governamentais sem fins lucrativos:
- a) Requerimento devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização;
 - b) Ficha cadastral devidamente preenchida, datada e assinada pelo representante legal da organização;
 - c) Cópia do Estatuto Social (Atos constitutivos) registrado em cartório;
 - d) Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
 - e) Cópia de alvará de funcionamento, devidamente atualizado;
 - f) Cópia do documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, com data vigente;
 - g) Laudo da vigilância sanitária, com data vigente;
 - h) Alvará do corpo de bombeiros, com data vigente;
 - i) Relatório de ações do exercício anterior, devidamente assinado pelo representante legal da organização e quando for ILPI assinado também responsável técnico;
 - k) Cópia do certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em caso de entidade que desenvolva serviços ou programas em conformidade com a política nacional de assistência social.
 - l) Modelo de contrato de prestação de serviço com o idoso, de acordo com o que preceitua o estatuto do idoso, em seu art.50, inciso I, quando for Instituição de Longa Permanência - ILPI;
 - m) Modelo de cadastros e/ou prontuários utilizados para identificar as pessoas idosas;
 - n) Relação de Recursos Humanos;
 - o) Declaração de idoneidade.

Considerando que o objetivo geral da entidade é promover a integração social dos idosos, evitando o isolamento, com palestras, danças, lazer e atividades físicas para manter a coordenação motora e mental, prevenindo situações de isolamento social, melhora da qualidade de vida e fortalecimento da autoestima. Além de servir como ponto de encontro de seus associados;

Considerando o Plano de Ação e a visita in loco realizada pela Comissão de Legislação e Normas, onde a Comissão foi recebida por Nésia Salete Berns (Diretora) e José Raulino Kumkowski (coordenador) e identificou-se que:

- A modalidade de atendimento é de grupo de convivência/organização comunitária, que tem como principais atividades desenvolvidas pela entidade são: dança de salão, bingo, celebrações de missas com o pároco do local em meia hora, e almoços em datas festivas;
- Que a finalidade do grupo é atender idosos, sendo que atualmente é atendido 77 homens e 140 mulheres totalizando 217 atendimentos semanais. Ressalta-se que o a capacidade máxima de atendimento de 220 idosos.
- Que o local é de fácil acesso, com estacionamento próprio e ônibus com passagem em frente da sede, de meia em meia hora. Sediado no Salão da Igreja Nossa Senhora Aparecida (no bairro Ilha da Figueira) e que estas instalações são adequadas para a realização das atividades da entidade;
- Todos os colaboradores são voluntários e atendem os idosos de forma satisfatória, sendo que a entidade é administrada por meio de reuniões da diretoria;

RESOLVE:

Art 1º – Aprovar a solicitação de inscrição da entidade “Grupo da Terceira Idade Nossa Senhora Aparecida” junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI.

Art 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2019.

SALETE BORNHAUSEN JUNIOR

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI/JS)

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 191/2019

Publicação Nº 2230252

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 191/2019

O Pregoeiro, designado pelo Decreto nº 13127/2019, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº191/2019 na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para contratação de Pessoa Jurídica para realização de Oficina de Dança para público da Terceira Idade do Centro de Convivência Arnaldo Leonardo Schmitt em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência e demais anexos do Edital. nº 191/2019, restou FRUSTRADO, tendo em vista que as empresas participantes restaram INABILITADAS.

Jaraguá do Sul, SC, 21 de outubro de 2019.

Edson Willian Piotto

Pregoeiro – Decreto 13.127/2019

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 158/2019

Publicação Nº 2230947

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 158/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SERVIDOR TIPO RACK.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/11/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 02/12/2019 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.brEsclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 159/2019

Publicação Nº 2230948

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 159/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMINHÃO TANQUE (PIPA) PARA TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/11/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 29/11/2019 às 08 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.brEsclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 160/2019

Publicação Nº 2230949

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 160/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROLAMENTOS.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/11/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 02/12/2019 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.brEsclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 161/2019

Publicação Nº 2230950

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 161/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAIXA DE PAPELÃO E CHAPA DE PAPELÃO.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/11/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 03/11/2019 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 162/2019

Publicação Nº 2230951

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 162/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONEXÕES DE FERRO FUNDIDO, TAMPÃO E VÁLVULAS.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/11/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 03/12/2019 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 308/2019

Publicação Nº 2229733

EXTRATO DO CONTRATO 308/2019

Processo: Pregão 122/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Comercial Vitória Ltda.; Objeto: Fornecimento de borracha de silicone e lona plástica; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 6.903,00 (seis mil, novecentos e três reais). O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4.402	Manutenção Patrimonial - Samae	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	Próprios
25.002.17.512.1400.4.406	Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Samae	3.3.90 – Aplicações Diretas	35	Próprios

Data da assinatura: 29/10/2019; Prazo de Fornecimento: Até 15 dias após Autorização de Fornecimento; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Verônica Solange Rigo Scheer.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - Samae

SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 309/2019

Publicação Nº 2229734

EXTRATO DO CONTRATO 309/2019

Processo: Pregão 122/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Lili Casa e Construção Eireli EPP; Objeto: Fornecimento de estaca de eucalipto; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.751,00 (dois mil, setecentos e cinquenta e um reais). O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4.402	Manutenção Patrimonial - Samae	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	Próprios
25.002.17.512.1400.4.406	Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Samae	3.3.90 – Aplicações Diretas	35	Próprios

Data da assinatura: 29/10/2019; Prazo de Fornecimento: Até 15 dias após Autorização de Fornecimento; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul

– SC; Signatários: Ademir Izidoro e Magaly Natalia Caregnato.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

SEMED - PORTARIA Nº 2826/2019

Publicação Nº 2230096

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2826/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos, realizado através do Edital Nº 013/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, CAROLINA FERNANDA PEREIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 13/11/2019 até 19/12/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Renato Pradi	40

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2019
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 2827/2019

Publicação Nº 2230098

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2827/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos, realizado através do Edital Nº 018/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, RUDNEY MARINHO DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de GEOGRAFIA, a partir de 18/11/2019 até 19/12/2019, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEB maria Nilda Salai Stahelin	25	5	30

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2019
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 2828/2019

Publicação Nº 2230099

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2828/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o Edital constante na Portaria Nº 2825/2019 de 08/11/2019, de Edital 008/2019 para Edital 018/2019.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2019.
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 191/2019

Publicação Nº 2230248

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 191/2019

Tendo analisado a Ata e Julgamento do Pregão nº 191/2019 da Fundo Municipal de Assistência Social através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, efetuada pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto Municipal nº 13.127/2019, constatee total regularidade no procedimento do Pregoeiro, tanto no que se refere ao julgamento como nas decisões apresentadas. ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, tendo em vista que o mesmo restou FRUSTRADO.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de outubro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO - 2019

Publicação Nº 2230564

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE JARAGUÁ DO SUL Rua João Januário Ayroso, 3329 - São Luis - Jaraguá do Sul - SC CEP: 89253-565 CNPJ: 07.622.131/0001-50 Telefone: (47) 3273-8008 E-mail: fujama@fujama.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br/fujama	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 158/2019
	Processo Administrativo: 2/2019 Data do Processo: 08/03/2019 Contrato: Sem termo Data da Contratação: 03/06/2019 Data da Solicitação: 04/11/2019 Sequencial do Contrato: 73 Data de Homologação: 03/06/2019

Página: 1/1

Fornecedor: FLORICULTURA FLORISA LTDA CPF/CNPJ: 82.116.104/0001-20 Endereço: Bernardo Dornbusch, VILA LALAU - 89256-213, JARAGUÁ DO SUL - SC E-mail: atendimento@floresflorisa.com.br Banco: 237 - Banco Bradesco S. Agencia 356-5 Conta: 29434-9	Telefone: 4733710515 Celular:
--	--

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 2800100001 - FUJAMA Condição de Pagamento: Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos após recebimento da Local de Entrega: Conforme itens 11.3.1 e 11.3.2 do Edital Despesa : 17 - 28.001.18.541.1150.4177.3.3.90.00.00 - Aquisição de mudas de árvores Desdobramento : 3.3.90.30.31.00 Recurso : 0.6.06.0428 - SF-Recursos arrecadados pela Fujama Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de ESTACAS DE MADEIRA, MUDAS ARBÓREAS E ARBUSTIVAS, destinados para arborização urbana e revitalização de áreas degradadas do município ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX - Termo de Referência. Observação: 2.000 MUDAS DE EXTREMOSA E 2.000 TUTOR DE MADEIRA 3,0M

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
2	2.000,000	UN	100948 - TUTOR DE MADEIRA 3,0M		4,0000	8.000,00
4	2.000,000	UN	13806 - MUDA DE ÁRVORE EXTREMOSA		17,5000	35.000,00
					Total Geral:	43.000,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE JARAGUÁ DO SUL

Rua João Januário Ayroso, 3329 - São Luis - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89253-565 CNPJ: 07.622.131/0001-50 Telefone: (47) 3273-8008
 E-mail: fujama@fujama.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br/fujama

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 159/2019

Processo Administrativo: **241/2018**
 Data do Processo: **05/11/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **19/12/2018**
 Data da Solicitação: **04/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **142**

Página: 1/1

Fornecedor: TRANSPÉZIA AMBIENTAL LTDA EPP

Telefone: 4733720300

CPF/CNPJ: 05.752.374/0001-87

Celular:

Endereço: JOAO JANUARIO AYROSO, JARAGUA ESQUERDO - 89253-100, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: edinei@transpezia.com.br

terraplenagem2@transpezia.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia

417-0

Conta: 2253-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 2800100001 - FUJAMA

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo 24 horas após o recebimento da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 1 - 28.001.18.122.0300.4150.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades

Desdobramento : 3.3.90.39.14.00

Recurso : 0.6.06.0428 - SF-Recursos arrecadados pela Fujama

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

Observação: AF REFERENTE AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 237/2019 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 278/2018, ASSINADA EM 03/10/2019, ONDE FOI INCLUÍDA A DOTAÇÃO 01 DO FUJAMA. Contratação de 150 horas de Serviço de esteira e lâmina articulada - Terraplenagem para a Implantação do Parque na Inovação, no endereço Cesare Valentini, Bairro Três Rio do Sul.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
60	150,000	H	28584 - SERVIÇO DE TRATOR DE ESTEIRA (ESTEIRA LARGA) COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 10 TONELADAS - Referência interna do Item: SEMDRA 1		198,9600	29.844,00
					Total Geral:	29.844,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6347/2019**

Processo Administrativo: **79/2019**
Data do Processo: **06/05/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **19/07/2019**
Data da Solicitação: **22/10/2019**
Sequencial do Contrato: **3876**
Data de Homologação: **18/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME
Telefone: 4732752730
CPF/CNPJ: 79.912.788/0001-62
Celular:
Endereço: DOS ESCOTEIROS, CHICO DE PAULA - 89254-730, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: regis.licitacoes@gmail.com
regisbrinquedos@gmail.com
Banco: 085 - Cooperativa Central Agência 101-5 Conta: 969904-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento: 30 dias

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Local de Entrega: ARENA MULTIUSO JARAGUÁ

Despesa : 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas

Desdobramento : 3.3.90.31.01.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para a aquisição de medalhas, troféus, placas, pin's e comendas, destinados à premiação em eventos culturais realizados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 08 TROFÉU EM ACRÍLICO CRISTAL 6MM, COM IMPRESSÃO UV +BASE EM ACRÍLICO PRETO 6MM +IMPRESSÃO SERIGRÁFICA EM DOURADO NA BASE – TAMANHO APROXIMADO: 25CM ALTURA, 08 TROFÉU EM ACRÍLICO BASE EM ACRÍLICO PRETO 6MM -TAMANHO APROXIMADO: 20CM ALTURA. DEST. PARA PREMIAÇÃO EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
32	8,000	UN	13068 - TROFÉU EM ACRÍLICO CRISTAL 6MM, COM IMPRESSÃO UV + BASE EM ACRÍLICO PRETO 6MM + IMPRESSÃO SERIGRÁFICA EM DOURADO NA BASE – TAMANHO APROXIMADO: 25CM ALTURA		64,0000	512,00
33	8,000	UN	13068 - TROFÉU EM ACRÍLICO CRISTAL 6MM, COM IMPRESSÃO UV + BASE EM ACRÍLICO PRETO 6MM - TAMANHO APROXIMADO: 20CM ALTURA		50,0000	400,00

					Total Geral:	912,00
--	--	--	--	--	---------------------	---------------

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
22 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6349/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **22/10/2019**
Sequencial do Contrato: **4153**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME

Telefone: 4733740300

CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34

Celular:

Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC

E-mail: ljveventos@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 1004683-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento: Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas

Desdobramento : 3.3.90.39.14.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: LOCAÇÃO DE 01 PALCO - ESTRUTURA DE PISO 6X4X0,80, 100M DE GRADES DE CONTENÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
11	100,000	M	33224 - LOCAÇÃO DE GRADES DE CONTENÇÃO PARA EVENTOS		17,3000	1.730,00
14	1,000	SV	23872 - ESTRUTURA DE PISO DE PALCO 6X4X0,80		1.275,0000	1.275,00
					Total Geral:	3.005,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
22 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6350/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **22/10/2019**
Sequencial do Contrato: **4153**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME

Telefone: 4733740300

CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34

Celular:

Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC

E-mail: ljveventos@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 1004683-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento: Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas

Desdobramento : 3.3.90.39.12.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: LOCAÇÃO DE 02 GERADORES, DEST. PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
9	2,000	UN	19527 - GERADOR		1.920,0000	3.840,00
					Total Geral:	3.840,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
22 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6351/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **22/10/2019**
Sequencial do Contrato: **4153**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME**Telefone: 4733740300****CPF/CNPJ:** 24.927.229/0001-34**Celular:****Endereço:** MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC**E-mail:** ljveventos@netuno.com.br**Banco:** 237 - Banco Bradesco S.**Agencia** 356-5**Conta:** 1004683-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.**Condição de Pagamento:** Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF**Prazo de Entrega:** 12 (doze) meses**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas**Desdobramento :** 3.3.90.39.14.00**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: LOCAÇÃO DE 400M DE GRADES PARA CONTENÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
11	400,000	M	33224 - LOCAÇÃO DE GRADES DE CONTENÇÃO PARA EVENTOS		17,3000	6.920,00
					Total Geral:	6.920,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
22 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6352/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **22/10/2019**
Sequencial do Contrato: **4153**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME

Telefone: 4733740300

CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34

Celular:

Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC

E-mail: ljveventos@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 1004683-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento: Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 517 - 39.001.13.392.1100.4115.3.3.90.00.00 - Realização da Festa do Atirador -

Desdobramento : 3.3.90.39.59.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DA 31ªSCHUTZENFEST

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	11,000	SV	12364 - SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO/ILUMINAÇÃO TIPO 05 (GRANDES EVENTOS)		3.800,0000	41.800,00
7	4,000	SV	12364 - SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO - DESFILES		3.650,0000	14.600,00
					Total Geral:	56.400,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
22 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6353/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **22/10/2019**
Sequencial do Contrato: **4153**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME

Telefone: 4733740300

CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34

Celular:

Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC

E-mail: ljveventos@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 1004683-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento: Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 517 - 39.001.13.392.1100.4115.3.3.90.00.00 - Realização da Festa do Atirador -

Desdobramento : 3.3.90.39.12.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: LOCAÇÃO DE 11 (SERVIÇO) DE GERADOR NO PERÍODO DE 07 A 17/11/2019, PARA REALIZAÇÃO DA 31ª SCHUTZENFEST.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
9	11,000	UN	19527 - GERADOR		1.920,0000	21.120,00
					Total Geral:	21.120,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
22 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6354/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **22/10/2019**
Sequencial do Contrato: **4153**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME

Telefone: 4733740300

CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34

Celular:

Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC

E-mail: ljveventos@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 1004683-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento: Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas

Desdobramento : 3.3.90.39.59.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
2	1,000	SV	12364 - SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO TIPO 02 (PEQUENOS EVENTOS)		1.465,0000	1.465,00
3	2,000	SV	12364 - SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO TIPO 03 (GRANDES EVENTOS)		2.760,0000	5.520,00
6	1,000	SV	12364 - SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO/ILUMINAÇÃO TIPO 06 (MÉDIOS EVENTOS)		7.790,0000	7.790,00
					Total Geral:	14.775,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
22 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6355/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **22/10/2019**
Sequencial do Contrato: **4151**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: BECKUS ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS LTDA - ME

Telefone: 4736333592

CPF/CNPJ: 79.295.796/0001-07

Celular:

Endereço: ALEXANDRE BUHNEMANN, CENTRO - 89280-493, SÃO BENTO DO SUL - SC

E-mail: beckussom@gmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia 674-2

Conta: 43545-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento: Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 517 - 39.001.13.392.1100.4115.3.3.90.00.00 - Realização da Festa do Atirador -

Desdobramento : 3.3.90.39.59.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA 31ª SCHUTZENFEST NOS DIAS 07 A 17/11/2019.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
4	11,000	SV	12364 - SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO/ILUMINAÇÃO TIPO 04 (GRANDES EVENTOS)		3.040,0000	33.440,00
					Total Geral:	33.440,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
22 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6378/2019**

Processo Administrativo: **198/2018**
Data do Processo: **15/10/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **23/11/2018**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **1436**
Data de Homologação: **23/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI

Telefone: 4733717563

CPF/CNPJ: 14.722.310/0001-24

Celular:

Endereço: FELICIANO BORTOLINI, Barra do Rio Cerro - 89260-180, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: vendas@barraembalagens.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3012-0 Conta: 27739-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega:

Local de Entrega:

Despesa : 153 - 08.003.12.365.0351.2118.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e

Desdobramento : 3.3.90.30.22.00

Recurso : 0.3.80.0097 - SF -Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de produtos de higiene e limpeza, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.

Observação: Material Higiene Limpeza - Centros

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	3,000	UN	8276 - BALDE DE 15 LTS	Arqplast	3,3900	10,17
12	43,000	UN	8443 - FLANELA COMUM - 100% ALGODÃO	MARTIM PANOS	0,9300	39,99
16	4,000	PR	26072 - LUVA DE BORRACHA	VOLK	1,5900	6,36
18	7,000	PR	26072 - LUVA DE BORRACHA - Referência interna do Item: 18	VOLK	1,5800	11,06
28	3,000	UN	32213 - RODO DE ALUMÍNIO REFORÇADO 40cm	KUBAS	17,9500	53,85
31	44,000	PCT	20501 - SACO P/ LIXO 40 L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX.50x60x 0,07 (MICRAGEM)	Naveplast	7,5800	333,52
34	9,000	UN	8411 - VASSOURA DE NYLON LARGURA MÍNIMA 26CM (CERDA ALTA) C/ CABO MEDINDO APROX. 120 CM	Dalcin	4,1000	36,90
40	1,000	UN	32619 - RODO DE ALUMÍNIO REFORÇADO COM 60cm	KUBAS	21,7900	21,79
42	46,000	PCT	20048 - SACO P/ LIXO 100 L - C/ 100 UN	Naveplast	16,0000	736,00
					Total Geral:	1.249,64

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6379/2019**

Processo Administrativo: **198/2018**
Data do Processo: **15/10/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **23/11/2018**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **1436**
Data de Homologação: **23/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI
Telefone: 4733717563
CPF/CNPJ: 14.722.310/0001-24
Celular:
Endereço: FELICIANO BORTOLINI, Barra do Rio Cerro - 89260-180, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: vendas@barraembalagens.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3012-0 Conta: 27739-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máx. de 05 dias úteis, após 1º dia útil após receb

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 133 - 08.002.12.361.0350.2109.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e

Desdobramento : 3.3.90.30.22.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de produtos de higiene e limpeza, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.

Observação: Material Higiene Limpeza - Escolas

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
4	9,000	UN	11760 - BALDE DE 20 LTS	Arqplast	6,1000	54,90
5	9,000	UN	8276 - BALDE DE 15 LTS	Arqplast	3,3900	30,51
12	96,000	UN	8443 - FLANELA COMUM - 100% ALGODÃO	MARTIM PANOS	0,9300	89,28
16	25,000	PR	26072 - LUVA DE BORRACHA	VOLK	1,5900	39,75
18	24,000	PR	26072 - LUVA DE BORRACHA - Referência interna do Item: 18	VOLK	1,5800	37,92
28	6,000	UN	32213 - RODO DE ALUMÍNIO REFORÇADO 40cm	KUBAS	17,9500	107,70
31	40,000	PCT	20501 - SACO P/ LIXO 40 L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX.50x60x 0,07 (MICRAGEM)	Naveplast	7,5800	303,20
34	15,000	UN	8411 - VASSOURA DE NYLON LARGURA MÍNIMA 26CM (CERDA ALTA) C/ CABO MEDINDO APROX. 120 CM	Dalcin	4,1000	61,50
40	9,000	UN	32619 - RODO DE ALUMÍNIO REFORÇADO COM 60cm	KUBAS	21,7900	196,11
42	70,000	PCT	20048 - SACO P/ LIXO 100 L - C/ 100 UN	Naveplast	16,0000	1.120,00
					Total Geral:	2.040,87

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6381/2019**

Processo Administrativo: **198/2018**
Data do Processo: **15/10/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **23/11/2018**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **1262**
Data de Homologação: **23/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869
CPF/CNPJ: 02.706.629/0001-87 **Celular:**
Endereço: 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: faturamento@briojaragua.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máx. de 05 dias úteis, após 1º dia útil após receb
Local de Entrega: Conforme edital
Despesa : 153 - 08.003.12.365.0351.2118.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e
Desdobramento : 3.3.90.30.22.00
Recurso : 0.1.36.0066 - Salário Educação
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de produtos de higiene e limpeza, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.
Observação: Material Higiene Limpeza - Centros

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	159,000	UN	31955 - ÁGUA SANITÁRIA - GL 5 LT	BELLADONA	4,8100	764,79
2	496,000	L	9202 - ÁLCOOL ETÍLICO 70° 1L	ITAJÁ	4,3500	2.157,60
3	57,000	UN	34090 - ALCOOL 70% GEL - FRASCO C/PUMP	BELLPLUS	7,0000	399,00
6	11,000	GL	32354 - CERA LÍQUIDA ALTO TRANSITO - GALÃO 5 LITROS	G. SOL	53,3000	586,30
7	141,000	GL	18232 - DESINFETANTE SANITÁRIO C/ 5 L	BELLA DONA	6,8100	960,21
8	137,000	FR	11088 - DESENGORDURANTE	POLWAX	4,6500	637,05
9	227,000	GL	32367 - DETERGENTE LÍQUIDO 05 LITROS	Verdesan	8,6900	1.972,63
13	55,000	GL	9180 - HIPOCLORITO DE SÓDIO	BELLA DONA	14,4600	795,30
15	10,000	FR	8323 - LUSTRA MÓVEIS 200ML	WORKER	1,8000	18,00
21	13,000	FDO	27244 - PAPEL HIGIÊNICO BRANCO ROLÃO 300m C/ 8 UN	BRIOJARAGUA A	27,4000	356,20
23	94,000	UN	12531 - PEDRA SANITÁRIA 25G	SANYMIX	0,8500	79,90
29	229,000	KG	8374 - SABÃO EM PÓ 1 KG	ULTRA CLASS	5,8500	1.339,65
30	21,000	GL	12536 - SABONETE LÍQUIDO - GL 5 L	BELLA DONA	15,7700	331,17

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6381/2019**

Processo Administrativo: **198/2018**
Data do Processo: **15/10/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **23/11/2018**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **1262**
Data de Homologação: **23/11/2018**

Página: 2/2

32	123,000	UN	12535 - SAPONÁCEO CREMOSO	Perfect	4,8000	590,40
38	12,000	FDO	32364 - PAPEL TOALHA BOBINA 20X200CM	BRIOJARAGU A	45,0000	540,00

Total Geral:	11.528,20
--------------	-----------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6383/2019**

Processo Administrativo: **198/2018**
Data do Processo: **15/10/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **23/11/2018**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **1262**
Data de Homologação: **23/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869
CPF/CNPJ: 02.706.629/0001-87 **Celular:**
Endereço: 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: faturamento@briojaragua.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máx. de 05 dias úteis, após 1º dia útil após receb
Local de Entrega: Conforme edital
Despesa : 133 - 08.002.12.361.0350.2109.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e
Desdobramento : 3.3.90.30.22.00
Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de produtos de higiene e limpeza, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.
Observação: Material Higiene Limpeza - Escolas

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	163,000	UN	31955 - ÁGUA SANITÁRIA - GL 5 LT	BELLADONA	4,8100	784,03
2	702,000	L	9202 - ÁLCOOL ETÍLICO 70° 1L	ITAJÁ	4,3500	3.053,70
3	81,000	UN	34090 - ALCOOL 70% GEL - FRASCO C/PUMP	BELLPLUS	7,0000	567,00
6	54,000	GL	32354 - CERA LÍQUIDA ALTO TRANSITO - GALÃO 5 LITROS	G. SOL	53,3000	2.878,20
7	179,000	GL	18232 - DESINFETANTE SANITÁRIO C/ 5 L	BELLA DONA	6,8100	1.218,99
8	341,000	FR	11088 - DESENGORDURANTE	POLWAX	4,6500	1.585,65
9	257,000	GL	32367 - DETERGENTE LÍQUIDO 05 LITROS	Verdesan	8,6900	2.233,33
13	74,000	GL	9180 - HIPOCLORITO DE SÓDIO	BELLA DONA	14,4600	1.070,04
15	9,000	FR	8323 - LUSTRA MÓVEIS 200ML	WORKER	1,8000	16,20
21	129,000	FDO	27244 - PAPEL HIGIÊNICO BRANCO ROLÃO 300m C/ 8 UN	BRIOJARAGUA A	27,4000	3.534,60
23	252,000	UN	12531 - PEDRA SANITÁRIA 25G	SANYMIX	0,8500	214,20
29	197,000	KG	8374 - SABÃO EM PÓ 1 KG	ULTRA CLASS	5,8500	1.152,45
30	31,000	GL	12536 - SABONETE LÍQUIDO - GL 5 L	BELLA DONA	15,7700	488,87

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6383/2019**

Processo Administrativo: **198/2018**
Data do Processo: **15/10/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **23/11/2018**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **1262**
Data de Homologação: **23/11/2018**

Página: 2/2

32	101,000	UN	12535 - SAPONÁCEO CREMOSO	Perfect	4,8000	484,80
38	94,000	FDO	32364 - PAPEL TOALHA BOBINA 20X200CM	BRIOJARAGU A	45,0000	4.230,00

Total Geral:	23.512,06
--------------	-----------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6384/2019**

Processo Administrativo: **198/2018**
Data do Processo: **15/10/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **23/11/2018**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **1435**
Data de Homologação: **23/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP

Telefone: 4733707271

CPF/CNPJ: 07.483.630/0001-03

Celular:

Endereço: WALTER MARQUARDT, RIO MOLHA - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: alanaprodutosdelimpeza@brturbo.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia 417-0

Conta: 00000213-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máx. de 05 dias úteis, após 1º dia útil após receb

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 153 - 08.003.12.365.0351.2118.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e

Desdobramento : 3.3.90.30.22.00

Recurso : 0.3.80.0097 - SF -Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de produtos de higiene e limpeza, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.

Observação: Material Higiene Limpeza - Centros

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
11	421,000	UN	8360 - ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE	Betanin	0,4400	185,24
14	13,000	PCT	12588 - LÃ DE AÇO	Reluz	0,7700	10,01
17	17,000	PR	26072 - LUVA DE BORRACHA - Referência interna do Item: 17	VOLK	1,6000	27,20
19	82,000	UN	8444 - PANO DE CHÃO- ALVEJADO - COMPOSTO DE 100% ALGODÃO - MEDIDNO NO MÍNIMO 60CMX85CM	Panopratic	2,3000	188,60
24	4,000	UN	15102 - REFIL P/ MOP PÓ	Perfect	22,5000	90,00
25	2,000	UN	15102 - REFIL P/ MOP PÓ - Referência interna do Item: 25	Nobre	22,5000	45,00
33	28,000	UN	8409 - VASSOURA DE PALHA DE MILHO - COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM	Colonial	9,9800	279,44
36	27,000	FDO	13850 - PAPEL HIGIÊNCIA BRANCO - C/ 64 X 60M X 10CM	Familiar Especial	54,5000	1.471,50
					Total Geral:	2.296,99

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6385/2019**

Processo Administrativo: **198/2018**
Data do Processo: **15/10/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **23/11/2018**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **1435**
Data de Homologação: **23/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP

Telefone: 4733707271

CPF/CNPJ: 07.483.630/0001-03

Celular:

Endereço: WALTER MARQUARDT, RIO MOLHA - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: alanaprodutosdelimpeza@brturbo.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia 417-0

Conta: 00000213-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máx. de 05 dias úteis, após 1º dia útil após receb

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 133 - 08.002.12.361.0350.2109.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e

Desdobramento : 3.3.90.30.22.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de produtos de higiene e limpeza, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.

Observação: Material Higiene Limpeza - Escolas

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
11	619,000	UN	8360 - ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE	Betanin	0,4400	272,36
14	37,000	PCT	12588 - LÃ DE AÇO	Reluz	0,7700	28,49
17	45,000	PR	26072 - LUVA DE BORRACHA - Referência interna do Item: 17	VOLK	1,6000	72,00
19	97,000	UN	8444 - PANO DE CHÃO- ALVEJADO - COMPOSTO DE 100% ALGODÃO - MEDINDO NO MÍNIMO 60CMX85CM	Panopratic	2,3000	223,10
24	1,000	UN	15102 - REFIL P/ MOP PÓ	Perfect	22,5000	22,50
26	2,000	UN	15102 - REFIL P/ MOP PÓ - Referência interna do Item: 26	Perfect	29,8000	59,60
27	1,000	UN	15102 - REFIL P/ MOP PÓ - Referência interna do Item: 27	Nobre	29,8000	29,80
33	76,000	UN	8409 - VASSOURA DE PALHA DE MILHO - COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM	Colonial	9,9800	758,48
36	14,000	FDO	13850 - PAPEL HIGIÊNCIA BRANCO - C/ 64 X 60M X 10CM	Familiar Especial	54,5000	763,00
					Total Geral:	2.229,33

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6386/2019**

Processo Administrativo: **198/2018**
Data do Processo: **15/10/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **23/11/2018**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **1657**
Data de Homologação: **23/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: STARCLEAN COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI **Telefone:** 4733738040
CPF/CNPJ: 30.738.255/0001-17 **Celular:**
Endereço: Bernardo Dornbusch, VILA LALAU - 89256-213, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: ana@qualiclean.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3163-1 **Conta:** 16268-x

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máx. de 05 dias úteis, após 1º dia útil após receb
Local de Entrega: Conforme edital
Despesa : 153 - 08.003.12.365.0351.2118.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e
Desdobramento : 3.3.90.30.22.00
Recurso : 0.1.36.0066 - Salário Educação
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de produtos de higiene e limpeza, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.
Observação: Material Higiene Limpeza - Centros

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
10	55,000	UN	21766 - ESPONJA DE AÇO	BRILHENOX	1,2200	67,10
20	30,000	UN	20502 - PANO DE CHÃO ATOALHADO	HS TEXTIL	3,2500	97,50
					Total Geral:	164,60

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6387/2019**

Processo Administrativo: **198/2018**
Data do Processo: **15/10/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **23/11/2018**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **1657**
Data de Homologação: **23/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: STARCLEAN COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI **Telefone:** 4733738040
CPF/CNPJ: 30.738.255/0001-17 **Celular:**
Endereço: Bernardo Dornbusch, VILA LALAU - 89256-213, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: ana@qualiclean.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3163-1 **Conta:** 16268-x

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máx. de 05 dias úteis, após 1º dia útil após receb
Local de Entrega: Conforme edital
Despesa : 133 - 08.002.12.361.0350.2109.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e
Desdobramento : 3.3.90.30.22.00
Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de produtos de higiene e limpeza, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.
Observação: Material Higiene Limpeza - Escolas

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
10	88,000	UN	21766 - ESPONJA DE AÇO	BRILHENOX	1,2200	107,36
20	203,000	UN	20502 - PANO DE CHÃO ATOALHADO	HS TEXTIL	3,2500	659,75
					Total Geral:	767,11

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6388/2019**

Processo Administrativo: **184/2018**
Data do Processo: **21/09/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **30/10/2018**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **406**
Data de Homologação: **30/10/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: VIA RN TINTAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI

Telefone: 4736445002

CPF/CNPJ: 05.197.303/0001-60

Celular:

Endereço: AUGUSTO GNEIDING, INDUSTRIAL NORTE - 89295-000, RIO NEGRINHO - SC

E-mail: madevia.adm@gmail.com
viarntintas@gmail.com
michreff@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia 1394-3

Conta: 28328-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3300200002 - DIRETORIA DE TRANSITO E TRANSPORTES

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias, a contar do 1º dia útil após re

Local de Entrega: Fundos do Parque Municipal de Eventos

Despesa : 472 - 33.002.15.452.0410.2261.3.3.90.00.00 - Manutenção da sinalização viária

Desdobramento : 3.3.90.30.44.00

Recurso : 0.1.64.0317 - Conv.Multas Trânsito-RENAINF - Besc c/c 74736-7

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para aquisição de TINTAS, SOLVENTE E MICROESFERAS, para sinalização viária e manutenções diversas ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I, Especificações técnicas no ANEXO IX e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.

Observação: PARA PINTURA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	300,000	UN	8800 - TINTA P/ SINALIZAÇÃO VIÁRIA - BRANCA	Madevia	155,9000	46.770,00
7	200,000	UN	8801 - TINTA P/ SINALIZAÇÃO VIÁRIA - AMARELA	Madevia	159,0000	31.800,00
					Total Geral:	78.570,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6391/2019**

Processo Administrativo: **199/2018**
Data do Processo: **15/10/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **10/12/2018**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **583**
Data de Homologação: **10/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: LUANA C. CAMPOS PAVIMENTACAO - ME
Telefone:
CPF/CNPJ: 17.664.568/0001-00

Celular:
Endereço: MARCELO BARBI, TIFA MARTINS - 89252-550, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: lccpavimentacao@gmail.com

Banco: 756 - Banco Cooperativo

Agencia: 3069-4

Conta: 203935-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo 24 horas após o recebimento da A.F.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens

Desdobramento : 3.3.90.39.21.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de empresa jurídica para prestação de serviços de mão de obra para manutenção e conserto de vias pavimentadas com lajotas de concreto, paralelepípedos e tijolinhos de concreto, bem como, calçadas e praças com pavimento de paver e petit-pavê, de propriedade do município.

Observação: Contratação de serviços de mão de obra para manutenção e conserto de vias pavimentadas com lajotas de concreto, paralelepípedos e tijolinhos de concreto, bem como, calçadas e praças com pavimento de paver e petit-pavê de responsabilidade do município.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	1.500,000	M2	22021 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERTO DE VIAS PAVIMENTADAS COM LAJOTAS DE CONCRETO, PARALELEPÍPEDOS E TIJOLINHOS DE CONCRETO, BEM COMO, CALÇADAS E PRAÇAS COM PAVIMENTO DE PAVER E PETIT-PAVÊ DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO.		9,0000	13.500,00
					Total Geral:	13.500,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6394/2019**

Processo Administrativo: 70/2019
Data do Processo: 12/04/2019
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 03/06/2019
Data da Solicitação: 23/10/2019
Sequencial do Contrato: 3473
Data de Homologação: 03/06/2019

Página: 1/1

Fornecedor: DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI

Telefone: 4531252550

CPF/CNPJ: 30.572.270/0001-38

Celular: 45999932109

Endereço:

E-mail: Rod. Br. 467, km 78, snº, JARDIM EUROPA - 85907-060, TOLEDO - PR
administracao@petroeste.com.br
comercial@petroeste.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 0587-8 **Conta:** 88609-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias após o recebimento da AF

Local de Entrega: Rua Angelo Rubini, 600 - Bairro Barra do Rio Cerro

Despesa : 232 - 09.001.15.122.0451.2304.3.3.90.00.00 - Aquisição de combustíveis e

Desdobramento : 3.3.90.30.01.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: AQUISIÇÃO DE 600L ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL COM VISCOSIDADE SAE 15W40 E CLASSIFICAÇÃO API CJ OU SUPERIOR PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E MÁQUINAS RODANTES DE USO DESTA SECRETARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	600,000	L	26290 - ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40 API CJ	MULT LUB	12,7000	7.620,00
					Total Geral:	7.620,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6397/2019**

Processo Administrativo: **148/2019**
Data do Processo: **22/07/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **26/08/2019**
Data da Solicitação: **23/10/2019**
Sequencial do Contrato: **4724**
Data de Homologação: **26/08/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: SOLIDOS IND.COM.DE PRE-FABR. DE CONCRETO EIRELI - EPP **Telefone:** 4732761381
CPF/CNPJ: 06.957.836/0001-65 **Celular:**
Endereço: CARLOS OECHSLER SN, ILHA DA FIGUEIRA - 89258-820, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: vendas@solidosprefabricados.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 2095-8 **Conta:** 10765-4

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias, após recebimento da AF
Local de Entrega: Rua Angelo Rubini,600 - Bairro Barra do Rio Cerro
Despesa : 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens
Desdobramento : 3.3.90.30.51.00
Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de ARTEFATOS DE CONCRETO (lajotas, tijolinhos, paver e meio fio) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção de ruas pavimentadas com lajotas e/ou tijolinhos de concreto e calçadas, de responsabilidade do Município, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observação: AQUISIÇÃO DE 1.500 M² DE LAJOTAS SEXTAVADA DE CONCRETO PRENSADA 25X25X8CM COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO MÍNIMA DE 35 MPa E 600 MEIO FIO DE CONCRETO PRENSADO 80X25X10CM COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO MÍNIMA DE 25 MPa PARA MANUTENÇÃO DE RUAS PAVIMENTADAS COM LAJOTAS.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	1.500,000	M2	8089 - LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO PRENSADA TAM. 25X25X8CM,COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO MÍNIMA DE 35 MPa ATENDENDO A NBR 9781.	SÓLIDOS	31,5000	47.250,00
6	600,000	M2	97675 - MEIO FIO DE CONCRETO PRENSADO 80X25X10CM,COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO MÍNIMA DE 25 MPa ATENDENDO A NBR 9781.	SÓLIDOS	13,5500	8.130,00
					Total Geral:	55.380,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
23 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6418/2019**

Processo Administrativo: **166/2019**
Data do Processo: **08/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **14/10/2019**
Data da Solicitação: **24/10/2019**
Sequencial do Contrato: **5315**
Data de Homologação: **14/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: SUPREMO CIMENTOS S/A - FILIAL

CPF/CNPJ: 05.798.883/0002-21

Endereço:

E-mail: GERMANO WAGNER, CENTENARIO - 89256-800, JARAGUÁ DO SUL - SC

claudemir.kuhl@supremoconcreto.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 2656-5

Conta: 900-8

Telefone: 4733761188

Celular: 47999448149

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias, após recebimento da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CONCRETO USINADO FCK 30 MPA com brita 0 e 1 (bombeado e convencional) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para concretagem em cabeceiras de pontes, subidas íngremes de ruas não pavimentadas, fabricação e colocação de galerias de concreto para manutenção ou ampliação de rede de drenagem pluvial, calçadas e áreas internas e externas (incluindo corredores, calçadas e acessos) em cemitérios, de responsabilidades do município, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: AQUISIÇÃO DE 112 M³ DE CONCRETO USINADO CONVENCIONAL.
CEMITÉRIO MUNICIPAL DO CHICO DE PAULO

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
4	112,000	M3	28522 - CONCRETO USINADO FCK 30.0 MPA C/BRITA 0 E 1 (CONVENCIONAL)		293,0000	32.816,00
					Total Geral:	32.816,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
24 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6423/2019**

Processo Administrativo: **267/2019**
Data do Processo: **22/10/2019**
Contrato: **477/2019**
Data da Contratação: **22/10/2019**
Data da Solicitação: **24/10/2019**
Sequencial do Contrato: **5320**
Data de Homologação:
Data de Homologação:

Página: 1/1

Fornecedor: AMUSPE ASSOCIACAO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE
Telefone: 4799858920
CPF/CNPJ: 07.453.253/0001-60
Celular:
Endereço: XV DE NOVEMBRO, Centro - 89107-000, POMERODE - SC
E-mail: vendelino.konell@tpa.com.br
Banco: 237 - Banco Bradesco S. Agência 1854-6 Conta: 013887-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Dia 24 de outubro de 2019

Local de Entrega: Sociedade Esportiva e Recreativa Hansa Humboldt

Despesa : 517 - 39.001.13.392.1100.4115.3.3.90.00.00 - Realização da Festa do Atirador -

Desdobramento : 3.3.90.39.05.00

Recurso : 0.2.06.0536 - Recursos Arrecadados Schutzenfest

Objeto: O objeto do presente contrato visa a contratação de apresentação da Banda Musical JS, no Evento "Sons e Sabores", alusivo a 31ª Schützenfest – Edição 2019, cujo representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE. A apresentação será realizada no dia 24 de outubro de 2019, às 19h, com duração de 2h, na Sociedade Esportiva e Recreativa Hansa Humboldt, localizada na Rua Roberto Seidel, 1551 – Bairro Seminário – Corupá/SC. Evento Cultural gratuito e aberto ao público.

Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	1,000	SV	11977 - APRESENTAÇÃO MUSICAL		2.000,0000	2.000,00
					Total Geral:	2.000,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
24 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6452/2019**

Processo Administrativo: **193/2018**
Data do Processo: **09/10/2018**
Contrato: **385/2018**
Data da Contratação: **09/10/2018**
Data da Solicitação: **25/10/2019**
Sequencial do Contrato: **379**
Data de Homologação: **09/10/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: EDEMAR FRIESE

Telefone: 47991078827

CPF/CNPJ: 15.312.825/0001-19

Celular:

Endereço: HENRIQUE NAGEL, AGUA VERDE - 89254-560, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: buba_autosocorro@hotmail.com

Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia 417-0

Conta: 4696-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3300200002 - DIRETORIA DE TRANSITO E TRANSPORTES

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Dia 17/09/2019 e 01/10/2019 a 08/10/2019

Local de Entrega: JARAGUÁ DO SUL -SC

Despesa : 476 - 33.002.06.122.0410.2263.3.3.90.00.00 - Manutenção do pátio de veículos

Desdobramento : 3.3.90.39.61.00

Recurso : 0.1.80.0170 - Permissão / Concessão Trânsito

Objeto: O objeto da presente contratação é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO POR GUINCHO, ATÉ O DEPÓSITO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO PELA POLÍCIA MILITAR QUANDO VINCULADO A ATIVIDADE DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento N.º 123/2018 e em conformidade com o Anexo VI e Termo de Referência.

Observação: AF REFERENTE AO PERÍODO DE 01/10/2019 a 08/10/2019 e dia 17/09/2019

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	5,000	SV	36057 - SERVIÇO DE GUINCHO PARA REMOÇÃO DE MOTOCICLETAS E SIMILARES		70,0000	350,00
2	9,000	SV	36058 - SERVIÇO DE GUINCHO PARA REMOÇÃO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E SIMILARES		120,0000	1.080,00
					Total Geral:	1.430,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
25 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6453/2019**

Processo Administrativo: **107/2019**
Data do Processo: **27/05/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **31/07/2019**
Data da Solicitação: **25/10/2019**
Sequencial do Contrato: **4474**
Data de Homologação: **05/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME

CPF/CNPJ: 11.377.392/0001-29

Endereço:

E-mail:

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC
ddtizadora_mosquittek@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia 5455-0

Conta: 14272-7

Telefone: 4832432664

Celular: 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.1.36.0066 - Salário Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: Serviços de desinsetização e desratização na EMEB Renato Pradi

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	4.499,000	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	1.304,71
4	4.499,000	M2	101214 - SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.		0,1400	629,86
					Total Geral:	1.934,57

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
25 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6454/2019**

Processo Administrativo: **107/2019**
Data do Processo: **27/05/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **31/07/2019**
Data da Solicitação: **25/10/2019**
Sequencial do Contrato: **4474**
Data de Homologação: **05/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME

CPF/CNPJ: 11.377.392/0001-29

Endereço:

E-mail:

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC
ddtizadora_mosquittek@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia 5455-0

Conta: 14272-7

Telefone: 4832432664

Celular: 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.1.36.0066 - Salário Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: Serviços de desinsetização e desratização na EMEB Prof. Francisco Solamon

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	3.054,000	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	885,66
4	3.054,000	M2	101214 - SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.		0,1400	427,56
					Total Geral:	1.313,22

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
25 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6455/2019**

Processo Administrativo: **207/2019**
Data do Processo: **05/09/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **07/10/2019**
Data da Solicitação: **25/10/2019**
Sequencial do Contrato: **5349**
Data de Homologação: **07/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: EMPREITEIRA ROSSI LTDA

Telefone: 4136790414

CPF/CNPJ: 24.020.066/0001-01

Celular:

Endereço: Rua Vereador Rosemiro Ferreira dos Santos, Jardim Ipanema - 83430-000, CAMPINA GRANDE DO SUL - PR

E-mail: fabiorossipaisagismo@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3848-2 **Conta:** 30580-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: 03 dias úteis após recebimento da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 239 - 09.001.15.452.0451.2309.3.3.90.00.00 - Manutenção de áreas

Desdobramento : 3.3.90.39.79.00

Recurso : 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para fornecimento da mão de obra para realização de serviços de plantio de árvores para arborização urbana dentro do município de Jaraguá do Sul, com disponibilização de veículo, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificação e quantidade, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX - Termo de Referência.

Observação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE PLANTIO DE ÁRVORES PARA A ARBORIZAÇÃO URBANA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULO, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATIVIDADES DOS SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.
A presente contratação tem por finalidade implementar parte da arborização urbana nas calçadas para melhorar as condições do microclima, gerando aspecto visual mais confortável e diminuindo as manchas de calor no Município.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	2.000,000	SV	39623 - SERVIÇO DE PLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES - Conforme Edital		16,9900	33.980,00
					Total Geral:	33.980,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
25 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6457/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **25/10/2019**
Sequencial do Contrato: **442**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

Telefone: 4733723457

CPF/CNPJ: 15.843.503/0001-04

Celular:

Endereço: CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: kl.licitacao@gmail.com

Banco: 033 - Banco Santander

Agencia 1539-

Conta: 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.36.0066 - Salário Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: EMEB Ribeirão Molha

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
404	1.250,000	KG	30621 - CIMENTO CP II - Z - COMPOSTO COM ADIÇÃO DE MATERIAL POZOLANICO - CLASSE 32 - CONFORME NBR 11578. * OBS - ENTREGA EM SACAS DE 40 E/OU 50 KG	NACIONAL	0,4400	550,00
417	12,000	UN	12238 - TELHA CIMENTO 2.44X0.50X4MM - Referência interna do Item: 417	ETERNIT	10,8000	129,60
					Total Geral:	679,60

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
25 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6458/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **25/10/2019**
Sequencial do Contrato: **442**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME
Telefone: 4733723457
CPF/CNPJ: 15.843.503/0001-04
Celular:
Endereço: CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: kl.licitacao@gmail.com
Banco: 033 - Banco Santander
Agencia 1539-
Conta: 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 139 - 08.003.12.122.0300.2121.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial -

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.80.0097 - Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: CMEI Cecília Karsten

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
320	22,000	UN	97858 - CUMEEIRA 4mm ARTICULADA SUPERIOR	ETERNIT	5,0000	110,00
					Total Geral:	110,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
25 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6459/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **25/10/2019**
Sequencial do Contrato: **442**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

Telefone: 4733723457

CPF/CNPJ: 15.843.503/0001-04

Celular:

Endereço: CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: kl.licitacao@gmail.com

Banco: 033 - Banco Santander

Agencia 1539-

Conta: 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais para a realização das atividades do Patrimônio.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
404	2.150,000	KG	30621 - CIMENTO CP II - Z - COMPOSTO COM ADIÇÃO DE MATERIAL POZOLANICO - CLASSE 32 - CONFORME NBR 11578. * OBS - ENTREGA EM SACA DE 40 E/OU 50 KG	NACIONAL	0,4400	946,00

					Total Geral:	946,00
--	--	--	--	--	---------------------	---------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
25 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6460/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **25/10/2019**
Sequencial do Contrato: **440**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: P & P COMERCIO E TRANSPORTES LTDA.
Telefone: 4732753072
CPF/CNPJ: 10.173.601/0001-50
Celular:
Endereço: PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, CENTENARIO - 89256-500, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail:
Banco: 237 - Banco Bradesco S.
Agencia 356-5
Conta: 74645-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.36.0066 - Salário Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: EMEB Ribeirão Molha

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
300	12,000	UN	16467 - CAIBRO DE MADEIRA CAMBARÁ - TAM.6CMX12CMX4M	PAOLETTO	43,2000	518,40
304	60,000	M	22794 - SARRAFO DE MADEIRA ITAÚBA 3CM X 6CM	PAOLETTO	6,3000	378,00
306	9,000	UN	22790 - TÁBUA DE MADEIRA ITAÚBA 2,5CM X 25CM X 4M	PAOLETTO	89,9000	809,10
					Total Geral:	1.705,50

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
25 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6461/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **25/10/2019**
Sequencial do Contrato: **436**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

Telefone: 4733722740

CPF/CNPJ: 18.138.763/0001-69

Celular:

Endereço: WALLY EMILIA MOHR, AGUA VERDE - 89254-525, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: comercial1@grupovitoria.net

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 7029-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.36.0066 - Salário Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	15,000	UN	30501 - ASSENTO SANITARIO ALMOFADA	Alumasa	38,9000	583,50
					Total Geral:	583,50

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
25 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6462/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **25/10/2019**
Sequencial do Contrato: **1207**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA.

Telefone: 4733702641

CPF/CNPJ: 80.443.427/0001-01

Celular:

Endereço: GERMANO WAGNER, CENTENARIO - 89256-800, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: parisiatendimento@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S. **Agencia** 356-5 **Conta:** 29548-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento: 30 dias

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.36.0066 - Salário Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: EMEB Ribeirão Molha

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
363	2,000	M3	7990 - AREIA MÉDIA - Referência interna do Item: 363		52,0000	104,00
					Total Geral:	104,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
25 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6463/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **25/10/2019**
Sequencial do Contrato: **443**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: SUIÇA TRANSPORTES LTDA ME

Telefone: 4734395019

CPF/CNPJ: 06.032.884/0001-42

Celular: 4733704522

Endereço:

E-mail: Estrada Piraí, snº, km 3, sala D, VILA NOVA - 89237-600, JOINVILLE - SC
vendaspedreirariobranco@britagemvogelsanger.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5443-0 **Conta:** 59953-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 139 - 08.003.12.122.0300.2121.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial -

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.80.0097 - Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de Brita para o CMEI Profª. Alvina K. Schwedler

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
370	12,000	M3	8091 - BRITA Nº 1	VOGELSANGE R	51,8800	622,56
					Total Geral:	622,56

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
25 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6480/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **25/10/2019**
Sequencial do Contrato: **442**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

Telefone: 4733723457

CPF/CNPJ: 15.843.503/0001-04

Celular:

Endereço: CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: kl.licitacao@gmail.com

Banco: 033 - Banco Santander

Agencia 1539-

Conta: 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.36.0066 - Salário Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: EMEB Albano Kanzler

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
325	107,000	M2	11564 - PISO CERÂMICO	PISOFORTE	11,4000	1.219,80
326	1,000	UN	12940 - PORTA DE MADEIRA	MADEPORTAS	88,9000	88,90

					Total Geral:	1.308,70
--	--	--	--	--	---------------------	-----------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
25 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6483/2019**

Processo Administrativo: **107/2019**
Data do Processo: **27/05/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **31/07/2019**
Data da Solicitação: **29/10/2019**
Sequencial do Contrato: **4475**
Data de Homologação: **05/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ EPP**Telefone:** 4821324525**CPF/CNPJ:** 21.207.079/0001-04**Celular:****Endereço:** Rua Doutor Heitor Blum, ESTREITO - 88075-110, FLORIANÓPOLIS - SC

E-mail: contato@agenteprag.com.br
comercial1@agenteprag.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1386-2 **Conta:** 48320-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 139 - 08.003.12.122.0300.2121.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial -**Desdobramento :** 3.3.90.39.78.00**Recurso :** 0.1.80.0097 - Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: Serviço de limpeza de 2 caixas d'água de 15.000 litros - CMEI Guilherme Tribess

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
15	2,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 15.000 A 19.999 LITROS		193,0500	386,10
					Total Geral:	386,10

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
29 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6484/2019**

Processo Administrativo: **107/2019**
Data do Processo: **27/05/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **31/07/2019**
Data da Solicitação: **29/10/2019**
Sequencial do Contrato: **4475**
Data de Homologação: **05/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ EPP**Telefone:** 4821324525**CPF/CNPJ:** 21.207.079/0001-04**Celular:****Endereço:** Rua Doutor Heitor Blum, ESTREITO - 88075-110, FLORIANÓPOLIS - SC

E-mail: contato@agenteprag.com.br
comercial1@agenteprag.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1386-2 **Conta:** 48320-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 101 - 08.002.12.122.0300.2117.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Ensino**Desdobramento :** 3.3.90.39.78.00**Recurso :** 0.1.36.0066 - Salário Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: Serviço de limpeza de 2 caixas d'água de 1.000 litros - EMEB Francisco de Paula.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	2,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 1.000 ATÉ 1.999 LITROS		48,7500	97,50
					Total Geral:	97,50

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
29 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6485/2019**

Processo Administrativo: 22/2019
Data do Processo: 25/02/2019
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 11/04/2019
Data da Solicitação: 30/10/2019
Sequencial do Contrato: 2481
Data de Homologação: 11/04/2019

Página: 1/1

Fornecedor: CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI

CPF/CNPJ: 04.229.532/0001-56

Endereço:

E-mail: NEREU RAMOS, MEIA PRAIA - 88220-000, ITAPEMA - SC
itapema.jardinagem@hotmail.com

Banco: 341 - Itaú Unibanco S.A.

Agencia 6329-

Conta: 14167-2

Telefone: 4732685090

Celular: 47999535923

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: 12 meses após a assinatura da Ata de Registro

Local de Entrega: Conforme item 4.3 do Edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de roçada, capina, limpeza, preparação de canteiros, plantio de flores e hortaliças, destinado aos imóveis ocupados ou que venha a ser ocupados pelos Órgãos, Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificação e quantidade, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇADA - 200.000 M²

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	200.000,000	M2	100939 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, DE ROÇADA E VARRIÇÃO EM ÁREAS EXTERNAS (PÁTIOS)		0,1100	22.000,00
					Total Geral:	22.000,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
30 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6488/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **29/10/2019**
Sequencial do Contrato: **439**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP

Telefone: 4733712000

CPF/CNPJ: 78.268.810/0001-10

Celular:

Endereço: Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: adm@lilicasaconstrucao.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica **Agencia** 417-0 **Conta:** 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500400001 - Gerência de Controle Patrimonial e Serviços Gerais

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais para realização das atividades do Patrimônio.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	20,000	UN	12688 - CAIXA DESCARGA COMPLETA	Alumasa	17,7300	354,60
21	70,000	UN	8244 - VEDANTE 1/2 P/ TORNEIRA	Cipla	0,6800	47,60
28	20,000	UN	97726 - ANEL DE VEDAÇÃO 40MM	PLASTILIT	0,6100	12,20
29	20,000	UN	97727 - ANEL DE VEDAÇÃO 50MM	PLASTILIT	0,8500	17,00
31	20,000	UN	97729 - ANEL DE VEDAÇÃO 100MM	PLASTILIT	1,5900	31,80
34	20,000	UN	16804 - CAP 40MM (TAMPA P/ TUBO PVC)	PLASTILIT	0,9500	19,00
47	10,000	UN	97739 - CURVA 45° LONGA PVC ESGOTO SN 100MM	PLASTILIT	23,6800	236,80
52	50,000	UN	8070 - CURVA PVC 100MMX90° SN ESGOTO - PADRÃO NBR 5688	PLASTILIT	8,6300	431,50
57	30,000	UN	97744 - CURVA 90° LONGA PVC ESGOTO SN 100MM	PLASTILIT	16,4800	494,40
62	20,000	UN	29564 - JOELHO ESGOTO 45° 100MM	PLASTILIT	3,5400	70,80
64	20,000	UN	29391 - JOELHO 90° ESGOTO 40MM	PLASTILIT	0,4700	9,40
65	20,000	UN	97745 - JOELHO 90° PVC ESGOTO SN 50MM	PLASTILIT	0,9300	18,60
66	20,000	UN	8106 - JOELHO PVC 75X90°	PLASTILIT	2,2800	45,60
67	30,000	UN	32694 - JOELHO 90° ESGOTO 100MM	PLASTILIT	2,3800	71,40

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
29 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
 Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6488/2019

Processo Administrativo: **160/2018**
 Data do Processo: **23/07/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **20/11/2018**
 Data da Solicitação: **29/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **439**
 Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 2/2

68	3,000	UN	28626 - JOELHO 90° ESGOTO 150 mm	PLASTILIT	19,1000	57,30
71	3,000	UN	24929 - JUNÇÃO 100X75	PLASTILIT	6,0300	18,09
81	10,000	UN	35001 - LUVA ESGOTO 100MM	PLASTILIT	2,4300	24,30
87	3,000	UN	19189 - LUVA CORRER 150MM.	PLASTILIT	13,6500	40,95
88	10,000	UN	29798 - REDUÇÃO 75X50 ESGOTO	PLASTILIT	2,5500	25,50
89	10,000	UN	20693 - REDUÇÃO EXCÊNTRICA 100X50	PLASTILIT	2,9200	29,20
90	10,000	UN	97756 - REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC ESGOTO SN 100X75MM	PLASTILIT	3,6700	36,70
92	20,000	UN	97758 - TÊ PVC ESGOTO SN 40x40MM	PLASTILIT	1,1700	23,40
93	20,000	UN	97759 - TÊ PVC ESGOTO SN 50x50MM	PLASTILIT	2,6100	52,20
95	15,000	UN	8129 - TEE ESGOTO 100X100mm	PLASTILIT	5,6200	84,30
97	15,000	UN	24927 - TEE PVC 75X50	PLASTILIT	4,7500	71,25
99	10,000	UN	8132 - TEE PVC 100X75MM	PLASTILIT	6,1200	61,20
101	90,000	M	8239 - TUBO PVC ESGOTO SN 40mm - NBR 5688	PLASTILIT	2,6200	235,80
102	90,000	M	8240 - TUBO PVC ESGOTO SN 50MM - NBR 5688	PLASTILIT	4,5000	405,00
103	90,000	M	8241 - TUBO PVC ESGOTO 75MM	PLASTILIT	6,0900	548,10
104	240,000	M	8242 - TUBO PVC ESGOTO SN 100MM - NBR 5688	PLASTILIT	6,2900	1.509,60
106	30,000	UN	8422 - ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 20X1/2	PLASTILIT	0,2300	6,90
107	30,000	UN	8423 - ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 25X3/4 C/ BOLSA E ROSCA	PLASTILIT	0,2700	8,10

Total Geral:	5.098,59
--------------	----------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 29 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6489/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **29/10/2019**
Sequencial do Contrato: **439**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP
Telefone: 4733712000
CPF/CNPJ: 78.268.810/0001-10
Celular:
Endereço: Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: adm@lilicasaconstrucao.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia 417-0

Conta: 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500400001 - Gerência de Controle Patrimonial e Serviços Gerais

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais para realização das atividades do Patrimônio.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
109	10,000	UN	97762 - ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 40 x 1.1/4	PLASTILIT	1,9400	19,40
110	10,000	UN	8477 - ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 50X1 1/2	PLASTILIT	2,0100	20,10
111	8,000	UN	97763 - ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 60 x 2	PLASTILIT	4,8900	39,12
112	10,000	UN	97764 - ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL P/CAIXA DE ÁGUA 20 x 1/2	PLASTILIT	4,8500	48,50
113	10,000	UN	97765 - ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL P/CAIXA DE ÁGUA 25x 3/4	PLASTILIT	4,9500	49,50
114	10,000	UN	97766 - ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL P/CAIXA DE ÁGUA 32 x 1	PLASTILIT	9,2700	92,70
115	10,000	UN	97767 - ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL P/CAIXA DE ÁGUA 40 x 1.1/4	PLASTILIT	11,3400	113,40
116	10,000	UN	97768 - ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL P/CAIXA DE ÁGUA 50 x 1.1/2	PLASTILIT	10,8300	108,30
118	20,000	UN	8226 - BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL 25X20	PLASTILIT	0,2300	4,60
119	10,000	UN	24701 - BUCHA REDUÇÃO CURTA 32X25MM	PLASTILIT	0,4100	4,10
122	20,000	UN	97771 - BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 50x40MM	PLASTILIT	1,6100	32,20
123	10,000	UN	97266 - BUCHA REDUÇÃO 60X50MM	PLASTILIT	2,1300	21,30

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
29 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
 Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6489/2019

Processo Administrativo: **160/2018**
 Data do Processo: **23/07/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **20/11/2018**
 Data da Solicitação: **29/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **439**
 Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 2/2

125	10,000	UN	32636 - BUCHA REDUÇÃO LONGA 32X20MM	PLASTILIT	0,9600	9,60
126	10,000	UN	97773 - BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 40x20MM	PLASTILIT	1,4400	14,40
127	10,000	UN	97774 - BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 40x25MM	PLASTILIT	1,8500	18,50
128	10,000	UN	97775 - BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 50x20MM	PLASTILIT	1,6500	16,50
129	10,000	UN	27503 - BUCHA RED. SOLD. 50X25MM	PLASTILIT	1,7100	17,10
130	10,000	UN	97776 - BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 60x25MM	PLASTILIT	3,4800	34,80
131	5,000	UN	97777 - BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 60x32MM	PLASTILIT	3,7300	18,65
132	5,000	UN	20696 - BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL 60X40	PLASTILIT	4,0200	20,10
133	10,000	UN	97778 - BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 60x50MM	PLASTILIT	5,4400	54,40
135	40,000	UN	24921 - CAP SOLDÁVEL 20MM	PLASTILIT	0,3200	12,80
136	40,000	UN	24922 - CAP SOLDÁVEL 25MM	PLASTILIT	0,4600	18,40
137	10,000	UN	15283 - CAP 32MM (TAMPA P/ TUBO PVC)	PLASTILIT	0,8000	8,00
138	10,000	UN	24923 - CAP SOLDÁVEL 40MM	PLASTILIT	1,4900	14,90
139	10,000	UN	19840 - CAP SOLDÁVEL 50MM	PLASTILIT	2,6700	26,70
140	8,000	UN	97780 - CAP PVC SOLDÁVEL 60MM	PLASTILIT	3,2400	25,92
145	10,000	UN	97785 - CURVA 45° PVC SOLDÁVEL 50MM	PLASTILIT	6,0800	60,80
146	10,000	UN	97786 - CURVA 45° PVC SOLDÁVEL 60MM	PLASTILIT	10,0300	100,30
147	20,000	UN	97787 - CURVA 90° PVC SOLDÁVEL 20MM	PLASTILIT	1,0000	20,00
148	10,000	UN	97788 - CURVA 90° PVC SOLDÁVEL 25MM	PLASTILIT	1,3200	13,20
150	10,000	UN	97790 - CURVA 90° PVC SOLDÁVEL 40MM	PLASTILIT	4,5900	45,90
153	20,000	UN	23753 - JOELHO SOLDÁVEL 45° 20mm	PLASTILIT	0,4200	8,40
154	10,000	UN	23754 - JOELHO SOLDÁVEL 45° 25mm	PLASTILIT	0,5800	5,80
155	10,000	UN	24915 - JOELHO SOLDÁVEL 32MM X 45°	PLASTILIT	1,7000	17,00

Total Geral:	1.135,39
--------------	----------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 29 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6491/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **29/10/2019**
Sequencial do Contrato: **439**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP

Telefone: 4733712000

CPF/CNPJ: 78.268.810/0001-10

Celular:

Endereço: Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: adm@lilicasaconstrucao.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica **Agencia** 417-0 **Conta:** 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500400001 - Gerência de Controle Patrimonial e Serviços Gerais

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais para realização das atividades do Patrimônio.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
156	10,000	UN	20341 - JOELHO SOLDÁVEL 40MMX45	PLASTILIT	2,8900	28,90
157	10,000	UN	24916 - JOELHO SOLDÁVEL 50MMX45°	PLASTILIT	3,1400	31,40
158	10,000	UN	97793 - JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL 60MM	PLASTILIT	11,8900	118,90
159	30,000	UN	26438 - JOELHO 90° C/ BUCHA LATÃO	PLASTILIT	1,9400	58,20
160	30,000	UN	97794 - JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 x 3/4	PLASTILIT	2,5200	75,60
161	30,000	UN	97795 - JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 x 1/2	PLASTILIT	2,1100	63,30
163	50,000	UN	29873 - JOELHO SOLD. 20MM X 90°	PLASTILIT	0,1800	9,00
164	50,000	UN	29874 - JOELHO SOLD. 25MM X 90°	PLASTILIT	0,2300	11,50
165	10,000	UN	8104 - JOELHO SOLDÁVEL 32MMX90	PLASTILIT	0,9900	9,90
166	10,000	UN	8084 - JOELHO SOLDÁVEL 40MMX90	PLASTILIT	2,0500	20,50
167	10,000	UN	97075 - JOELHO 90 SOLDÁVEL 50MM	PLASTILIT	1,6600	16,60
169	30,000	UN	97798 - JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 20 x 1/2	PLASTILIT	0,7400	22,20
170	10,000	UN	97799 - JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 25 x 3/4	PLASTILIT	1,1500	11,50

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
29 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
 Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6491/2019

Processo Administrativo: **160/2018**
 Data do Processo: **23/07/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **20/11/2018**
 Data da Solicitação: **29/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **439**
 Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 2/2

171	10,000	UN	97800 - JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 25 x 1/2	PLASTILIT	0,9300	9,30
173	10,000	UN	97802 - JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL DE REDUÇÃO 25X20MM	PLASTILIT	1,2300	12,30
176	10,000	UN	28310 - LUVA DE CORRER 25 mm	PLASTILIT	5,2800	52,80
177	10,000	UN	97804 - LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL 32MM	PLASTILIT	11,2900	112,90
179	10,000	UN	97093 - LUVA CORRER SOLDÁVEL 50MM	PLASTILIT	13,5400	135,40
180	10,000	UN	97806 - LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL 60MM	PLASTILIT	16,6200	166,20
181	10,000	UN	24917 - LUVA SOLDÁVEL C/REDUÇÃO 20X25	PLASTILIT	0,5900	5,90
182	10,000	UN	24918 - LUVA SOLDÁVEL C/REDUÇÃO 25X32	PLASTILIT	1,2700	12,70
183	10,000	UN	24919 - LUVA SOLDÁVEL C/REDUÇÃO 32X40	Krona	1,6200	16,20
184	20,000	UN	97807 - LUVA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 50 x 25MM	Krona	1,7600	35,20
188	30,000	UN	97810 - LUVA PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 x 3/4	PLASTILIT	2,8400	85,20
189	30,000	UN	97811 - LUVA PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 x 1/2	PLASTILIT	2,4400	73,20
191	100,000	UN	8144 - LUVA SOLDÁVEL 20mm	PLASTILIT	0,2200	22,00
192	60,000	UN	8145 - LUVA SOLDÁVEL 25mm	PLASTILIT	0,2800	16,80
193	20,000	UN	8171 - LUVA SOLDÁVEL 32MM - Referência interna do Item: 193	PLASTILIT	0,9900	19,80
194	20,000	UN	8025 - LUVA SOLDÁVEL 40MM	PLASTILIT	1,6900	33,80
195	20,000	UN	8146 - LUVA SOLDÁVEL 50MM	PLASTILIT	1,8200	36,40
196	10,000	UN	27504 - LUVA SOLDAVEL 60MM	PLASTILIT	5,2700	52,70
197	20,000	UN	97813 - LUVA PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 25 x 20MM	PLASTILIT	0,5800	11,60
198	20,000	UN	97814 - LUVA PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 32 x 25MM	PLASTILIT	1,2700	25,40

Total Geral:	1.413,30
--------------	----------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 29 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6492/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **29/10/2019**
Sequencial do Contrato: **439**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP
Telefone: 4733712000
CPF/CNPJ: 78.268.810/0001-10
Celular:
Endereço: Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: adm@lilicasaconstrucao.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica **Agencia** 417-0 **Conta:** 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500400001 - Gerência de Controle Patrimonial e Serviços Gerais

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais para realização das atividades do Patrimônio.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
204	20,000	UN	31993 - REGISTRO PVC 25MM	PLASTILIT	6,3000	126,00
205	20,000	UN	8034 - REGISTRO SOLDÁVEL 20MM	PLASTILIT	4,0000	80,00
206	20,000	UN	8035 - REGISTRO SOLDÁVEL 25MM	PLASTILIT	4,4700	89,40
211	80,000	UN	8051 - TEE SOLDÁVEL 20mm	PLASTILIT	0,3900	31,20
212	20,000	UN	8052 - TEE SOLDÁVEL 25mm	PLASTILIT	0,4100	8,20
213	10,000	UN	8053 - TEE SOLDÁVEL 32MM	PLASTILIT	1,7400	17,40
214	10,000	UN	8057 - TEE PVC 40mm	PLASTILIT	3,5900	35,90
215	10,000	UN	8055 - TEE SOLDÁVEL 50MM	PLASTILIT	3,2400	32,40
216	10,000	UN	20699 - TEE SOLDÁVEL 60MM	PLASTILIT	11,8900	118,90
217	10,000	UN	97822 - TÊ DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 25 x 20MM	PLASTILIT	1,5000	15,00
218	10,000	UN	8134 - TEE C/ REDUÇÃO SOLDÁVEL 32X25	PLASTILIT	2,3900	23,90
219	10,000	UN	97823 - TÊ DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 40 x 25MM	PLASTILIT	3,4300	34,30
220	10,000	UN	8054 - TEE C/ REDUÇÃO SOLDÁVEL 40X32	PLASTILIT	3,8500	38,50
221	10,000	UN	8133 - TEE C/ REDUÇÃO SOLDÁVEL 50X25	PLASTILIT	3,5400	35,40

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
29 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6492/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **29/10/2019**
Sequencial do Contrato: **439**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 2/2

222	10,000	UN	97264 - TE 50X32MM	PLASTILIT	5,2700	52,70
223	5,000	UN	97824 - TÊ DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 50 x 40MM	PLASTILIT	5,7600	28,80
225	10,000	UN	97826 - TÊ PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 20 X 1/2	PLASTILIT	2,7700	27,70
226	10,000	UN	97827 - TÊ PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 X 3/4	PLASTILIT	2,3900	23,90
227	10,000	UN	97828 - TÊ PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 X 1/2	PLASTILIT	3,3100	33,10
229	10,000	UN	97830 - TÊ PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 20 X 1/2	PLASTILIT	1,3400	13,40
230	10,000	UN	97831 - TÊ PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 25 X 3/4	PLASTILIT	1,6200	16,20
231	5,000	UN	97832 - TÊ PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 25 X 1/2	PLASTILIT	1,5500	7,75
236	5,000	UN	97837 - UNIÃO PVC SOLDÁVEL 40MM	PLASTILIT	11,9600	59,80
237	5,000	UN	97838 - UNIÃO PVC SOLDÁVEL 50MM	PLASTILIT	13,5900	67,95
239	240,000	M	35827 - TUBO SOLDÁVEL 20 MM	PLASTILIT	1,3500	324,00
241	60,000	M	12605 - TUBO SOLDÁVEL 32MM	PLASTILIT	3,5600	213,60
242	60,000	M	8236 - TUBO RIGIDO SOLDÁVEL ÁGUA 40MM - NBR 5648	PLASTILIT	4,7800	286,80
244	36,000	M	8238 - TUBO SOLDÁVEL 60MM	PLASTILIT	10,4800	377,28
247	30,000	UN	12063 - BUCHA REDUÇÃO 3/4 X 1/2 PVC	PLASTILIT	0,3400	10,20
249	30,000	UN	97841 - BUCHA DE REDUÇÃO PVC ROSCÁVEL 1x3/4	PLASTILIT	1,1200	33,60
250	40,000	UN	35497 - NIPEL ROSCÁVEL 1/2	PLASTILIT	0,3400	13,60
251	40,000	UN	97310 - NIPEL ROSCÁVEL 3/4	PLASTILIT	0,4100	16,40
252	30,000	UN	12708 - PLUG ROSC. 1/2	PLASTILIT	0,3100	9,30
253	20,000	UN	12709 - PLUG ROSC. 3/4	PLASTILIT	0,3400	6,80
254	20,000	UN	97842 - REGISTRO PVC ROSCÁVEL 1/2	PLASTILIT	4,4100	88,20
255	20,000	UN	97843 - REGISTRO PVC ROSCÁVEL 3/4	PLASTILIT	5,0500	101,00
256	20,000	UN	97844 - TÊ PVC ROSCÁVEL 1/2	PLASTILIT	1,2400	24,80
257	20,000	UN	97845 - TÊ PVC ROSCÁVEL 3/4	PLASTILIT	1,4700	29,40

Total Geral: 2.552,78

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
29 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6493/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**
Data do Processo: **29/03/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **30/05/2019**
Data da Solicitação: **29/10/2019**
Sequencial do Contrato: **3146**
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869
CPF/CNPJ: 02.706.629/0001-87 **Celular:**
Endereço: 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: faturamento@briojaragua.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900400210 - ESPORTE E LAZER
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA
Despesa : 531 - 39.004.27.122.0300.4000.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades
Desdobramento : 3.3.90.30.21.00
Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observação: AQUISIÇÃO DE 06 GARRAFAS TÉRMICAS 1,8L, DEST. PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECEL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
30	6,000	UN	8258 - GARRAFA TÉRMICA 1.8 LTS	UNITHERM	37,6900	226,14
					Total Geral:	226,14

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
29 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6494/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**
Data do Processo: **29/03/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **30/05/2019**
Data da Solicitação: **29/10/2019**
Sequencial do Contrato: **3146**
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: BRIOJARAGUA COM DE PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA **Telefone:** 4733706869
CPF/CNPJ: 02.706.629/0001-87 **Celular:**
Endereço: 13 DE MAIO, CZERNIEWICZ - 89255-400, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: faturamento@briojaragua.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 643111-9

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800100022 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - GABINETE SECRET
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA
Despesa : 84 - 08.001.12.361.0300.2100.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades
Desdobramento : 3.3.90.30.21.00
Recurso : 0.1.36.0066 - Salário Educação
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observação: AQUISIÇÃO DE 5 GARRAFAS TÉRMICAS DE 1,8 LT

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
30	5,000	UN	8258 - GARRAFA TÉRMICA 1.8 LTS	UNITHERM	37,6900	188,45
					Total Geral:	188,45

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
29 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6537/2019**

Processo Administrativo: 22/2019
Data do Processo: 25/02/2019
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 11/04/2019
Data da Solicitação: 30/10/2019
Sequencial do Contrato: 2481
Data de Homologação: 11/04/2019

Página: 1/1

Fornecedor: CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI

CPF/CNPJ: 04.229.532/0001-56

Endereço:

E-mail: NEREU RAMOS, MEIA PRAIA - 88220-000, ITAPEMA - SC
itapema.jardinagem@hotmail.com

Banco: 341 - Itaú Unibanco S.A.

Agencia 6329-

Conta: 14167-2

Telefone: 4732685090

Celular: 47999535923

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: 12 meses após a assinatura da Ata de Registro

Local de Entrega: Conforme item 4.3 do Edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de roçada, capina, limpeza, preparação de canteiros, plantio de flores e hortaliças, destinado aos imóveis ocupados ou que venha a ser ocupados pelos Órgãos, Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificação e quantidade, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇADA - 300.000 M²

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	300.000,000	M2	100939 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, DE ROÇADA E VARRIÇÃO EM ÁREAS EXTERNAS (PÁTIOS)		0,1100	33.000,00
					Total Geral:	33.000,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
30 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6538/2019**

Processo Administrativo: **22/2019**
Data do Processo: **25/02/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **11/04/2019**
Data da Solicitação: **30/10/2019**
Sequencial do Contrato: **2481**
Data de Homologação: **11/04/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI

CPF/CNPJ: 04.229.532/0001-56

Endereço:

E-mail: NEREU RAMOS, MEIA PRAIA - 88220-000, ITAPEMA - SC
itapema.jardinagem@hotmail.com

Banco: 341 - Itaú Unibanco S.A.

Agencia 6329-

Conta: 14167-2

Telefone: 4732685090

Celular: 47999535923

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900400210 - ESPORTE E LAZER

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: 12 meses após a assinatura da Ata de Registro

Local de Entrega: Conforme item 4.3 do Edital

Despesa : 545 - 39.004.27.813.1000.4004.3.3.90.00.00 - Manutenção de espaços nos

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de roçada, capina, limpeza, preparação de canteiros, plantio de flores e hortaliças, destinado aos imóveis ocupados ou que venha a ser ocupados pelos Órgãos, Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificação e quantidade, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EXECUÇÃO DE 100.000M2 DE SERVIÇOS DE ROÇADA
MANUTENÇÃO DA ARENA JARAGUÁ, G.E. ARTHUR MULLER, PISTA DE ATLETISMO E ÁREAS DE LAZER

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	100.000,000	M2	100939 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, DE ROÇADA E VARRIÇÃO EM ÁREAS EXTERNAS (PÁTIOS)		0,1100	11.000,00
					Total Geral:	11.000,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
30 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6539/2019**

Processo Administrativo: **61/2019**
Data do Processo: **04/04/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **10/05/2019**
Data da Solicitação: **30/10/2019**
Sequencial do Contrato: **3748**
Data de Homologação: **08/05/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: SUPREMO CIMENTOS S/A - FILIAL

CPF/CNPJ: 05.798.883/0002-21

Endereço:

E-mail: GERMANO WAGNER, CENTENARIO - 89256-800, JARAGUÁ DO SUL - SC

claudemir.kuhl@supremoconcreto.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 2656-5

Conta: 900-8

Telefone: 4733761188

Celular: 47999448149

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias após o recebimento da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 390 - 19.001.16.482.0601.2505.4.4.90.00.00 - Implantação de infraestrutura,

Desdobramento : 4.4.90.51.91.00

Recurso : 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CONCRETO USINADO FCK 30 MPA com brita 0 e 1 (convencional) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para concretagem de ruas não pavimentadas, situadas em loteamentos irregulares e clandestinos que estejam em processo de regularização fundiária de interesse social no Município de Jaraguá do Sul, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Aquisição de 180 m³ de concreto usinado FCK 30 MPA com brita 0 e 1 (convencional), visando a concretagem de 220m da RUA 391- CARLOS OECHSLER. PARTE 03. LOTEAMENTO MANOEL CELSO PITZ. BAIRRO ILHA DA FIGUEIRA. ÁREA URBANA. COMPRIMENTO DA RUA: 220M. LARGURA MÉDIA DA RUA: 7 A 8M. Atender aos trabalhos de Urbanização através da implantação de infraestrutura nos Loteamentos em processo de Regularização Fundiária. Lei Federal 13.465/2017.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	180,000	M3	28522 - CONCRETO USINADO FCK 30.0 MPA C/BRITA 0 E 1 (CONVENCIONAL)		270,0000	48.600,00
					Total Geral:	48.600,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
30 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6540/2019**

Processo Administrativo: **61/2019**
Data do Processo: **04/04/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **10/05/2019**
Data da Solicitação: **30/10/2019**
Sequencial do Contrato: **3748**
Data de Homologação: **08/05/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: SUPREMO CIMENTOS S/A - FILIAL

CPF/CNPJ: 05.798.883/0002-21

Endereço:

E-mail: GERMANO WAGNER, CENTENARIO - 89256-800, JARAGUÁ DO SUL - SC

claudemir.kuhl@supremoconcreto.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 2656-5

Conta: 900-8

Telefone: 4733761188

Celular: 47999448149

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias após o recebimento da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 390 - 19.001.16.482.0601.2505.4.4.90.00.00 - Implantação de infraestrutura,

Desdobramento : 4.4.90.51.91.00

Recurso : 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CONCRETO USINADO FCK 30 MPA com brita 0 e 1 (convencional) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para concretagem de ruas não pavimentadas, situadas em loteamentos irregulares e clandestinos que estejam em processo de regularização fundiária de interesse social no Município de Jaraguá do Sul, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Aquisição de 600m³ de concreto usinado FCK 30 MPA com brita 0 e 1 (convencional), visando a concretagem da RUA RI 112. LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA. BAIRRO CHICO DE PAULO. ÁREA URBANA. COMPRIMENTO DA RUA 730 M. LARGURA MÉDIA 6M. Atender aos trabalhos de Urbanização através da implantação de infraestrutura nos Loteamentos em processo de Regularização Fundiária. Lei Federal 13.465/2017.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	600,000	M3	28522 - CONCRETO USINADO FCK 30.0 MPA C/BRITA 0 E 1 (CONVENCIONAL)		270,0000	162.000,00
					Total Geral:	162.000,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
30 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6542/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**
Data do Processo: **29/03/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **30/05/2019**
Data da Solicitação: **30/10/2019**
Sequencial do Contrato: **3278**
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: RGP LIMPEZACOMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE
Telefone: 47988062604
CPF/CNPJ: 19.664.337/0001-21
Celular: 4734736048
Endereço:
E-mail: RUA TUIUTI, AVENTUREIRO - 89226-002, JOINVILLE - SC
rgplicitacao@gmail.com
Banco: 748 - Banco Cooperativo
Agencia 2602-
Conta: 72140-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

Despesa : 62 - 05.001.04.122.0300.2063.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades de

Desdobramento : 3.3.90.30.22.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: AQUISIÇÃO DE 5 KIT BALDE CENTRIFUGADOR + ESFREGÃO 360°

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
136	5,000	UN	33566 - KIT BALDE CENTRIFUGADOR + ESFREGÃO 360°	Perfect	53,0000	265,00
					Total Geral:	265,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
30 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6545/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **31/10/2019**
Sequencial do Contrato: **439**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP

Telefone: 4733712000

CPF/CNPJ: 78.268.810/0001-10

Celular:

Endereço: Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: adm@lilicasaeconstrucao.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica **Agencia** 417-0 **Conta:** 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após receb. da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: 20 PAINÉIS COR CINZA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
422	20,000	UN	34881 - PAINEL DIVISORIA 35MM	EUCATEX	136,3500	2.727,00
					Total Geral:	2.727,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
31 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6546/2019**

Processo Administrativo: 32/2019
Data do Processo: 08/03/2019
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 03/05/2019
Data da Solicitação: 31/10/2019
Sequencial do Contrato: 2878
Data de Homologação: 03/05/2019

Página: 1/1

Fornecedor: HIBISCUS ORNAMENTACOES LTDA ME
Telefone: 4733831413
CPF/CNPJ: 00.792.866/0001-82
Celular:
Endereço: Aldo Valdri Pintarelli, Nossa Senhora de Lur - 89138-000, ASCURRA - SC

E-mail: hibiscus@tpa.com.br

Banco: 085 - Cooperativa Central **Agencia** 0101-5 **Conta:** 2239-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias úteis, após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO

Despesa : 239 - 09.001.15.452.0451.2309.3.3.90.00.00 - Manutenção de áreas

Desdobramento : 3.3.90.30.31.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA E ARBUSTOS, GRAMA, ADUBOS, URÉIA E TORTA DE MAMONA, destinados para ajardinamento das áreas públicas do município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: AQUISIÇÃO DE 300 CXS DE MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA - CX C/15 MUDAS COM ALTURA MÍNIMA DE 05 CM PARA AJARDINAMENTO DO CALÇADÃO, JARDINS, PRAÇAS E TREVOS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
15	300,000	CX	27270 - MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA - CX C/15 MUDAS COM ALTURA MÍNIMA DE 5CM	HIBISCUS	14,9000	4.470,00
					Total Geral:	4.470,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
31 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6547/2019**

Processo Administrativo: 32/2019
Data do Processo: 08/03/2019
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 03/05/2019
Data da Solicitação: 31/10/2019
Sequencial do Contrato: 3283
Data de Homologação: 03/05/2019

Página: 1/1

Fornecedor: LPF COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI EPP
CPF/CNPJ: 10.257.026/0001-73

Endereço:
E-mail: Antonio Dolzani, Valada São Paulo - 89162-190, RIO DO SUL - SC

licitacao@bentecsementes.com.br

Banco: 756 - Banco Cooperativo

Agencia: 3249-2

Conta: 3571-8

Telefone: 4735222260

Celular: 47991063990

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias úteis, após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO

Despesa : 512 - 39.001.13.391.1100.4106.3.3.90.00.00 - Gestão, divulgação e

Desdobramento : 3.3.90.30.31.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA E ARBUSTOS, GRAMA, ADUBOS, URÉIA E TORTA DE MAMONA, destinados para ajardinamento das áreas públicas do município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: AQUISIÇÃO DE 10 SACOS ADUBO QUIMICO NPK 10-10-10 COM 25KG, DEST. PARA CASA DO COLONIZADOR.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	10,000	SC	23113 - ADUBO QUÍMICO NPK 10-10-10 - SC C/25KG	B&L	61,0000	610,00
					Total Geral:	610,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
31 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6548/2019**

Processo Administrativo: 32/2019
Data do Processo: 08/03/2019
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 03/05/2019
Data da Solicitação: 31/10/2019
Sequencial do Contrato: 3284
Data de Homologação: 03/05/2019

Página: 1/1

Fornecedor: FLORICULTURA FLORISA LTDA

Telefone: 4733710515

CPF/CNPJ: 82.116.104/0001-20

Celular:

Endereço: Bernardo Dornbusch, VILA LALAU - 89256-213, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: atendimento@floresflorisa.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S. **Agencia** 356-5 **Conta:** 29434-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias úteis, após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO

Despesa : 494 - 39.001.13.122.0300.4100.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades

Desdobramento : 3.3.90.30.31.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA E ARBUSTOS, GRAMA, ADUBOS, URÉIA E TORTA DE MAMONA, destinados para ajardinamento das áreas públicas do município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: AQUISIÇÃO DE 300 MUDAS MUDAS DE DIANELLA CAERULEA COM 50 CM DE ALTURA E 40 MUDAS MUDAS DE DIETES IRIDIODES MOREIA 50 CM DE ALTURA, DEST. PARA O AJARDINAMENTO DA CASA DO COLONIZADOR.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	300,000	UN	98279 - MUDAS DE DIANELLA CAERULEA - COM 50 CM DE ALTURA	FLORISA	7,9000	2.370,00
7	40,000	UN	98280 - MUDAS DE DIETES IRIDIODES MOREIA - 50 CM DE ALTURA	FLORISA	7,5000	300,00
					Total Geral:	2.670,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
31 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6549/2019**

Processo Administrativo: 32/2019
Data do Processo: 08/03/2019
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 03/05/2019
Data da Solicitação: 31/10/2019
Sequencial do Contrato: 3284
Data de Homologação: 03/05/2019

Página: 1/1

Fornecedor: FLORICULTURA FLORISA LTDA
Telefone: 4733710515

CPF/CNPJ: 82.116.104/0001-20

Celular:
Endereço: Bernardo Dornbusch, VILA LALAU - 89256-213, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: atendimento@floresflorisa.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S. **Agencia** 356-5 **Conta:** 29434-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias úteis, após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.31.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA E ARBUSTOS, GRAMA, ADUBOS, URÉIA E TORTA DE MAMONA, destinados para ajardinamento das áreas públicas do município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
7	100,000	UN	98280 - MUDAS DE DIETES IRIDIOIDES MOREIRA - 50 CM DE ALTURA	FLORISA	7,5000	750,00
					Total Geral:	750,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
31 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6554/2019**

Processo Administrativo: **181/2018**
Data do Processo: **21/09/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **01/11/2018**
Data da Solicitação: **31/10/2019**
Sequencial do Contrato: **1271**
Data de Homologação: **01/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA

Telefone: 4733711342

CPF/CNPJ: 01.800.536/0001-54

Celular:

Endereço: Serv. S 245 - Lateral Carlos Oeschle, ILHA DA FIGUEIRA - 89258-820, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: meire@netuno.com.br

alisson@netuno.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia 3163-1

Conta: 5643-X

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1200100040 - AGRICULTURA

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias, após recebimento da AF

Local de Entrega: JARAGUÁ DO SUL -SC

Despesa : 341 - 12.001.20.511.0500.2402.3.3.90.00.00 - Aquisição de macadame, pedras,

Desdobramento : 3.3.90.32.99.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de TUBOS E PALANQUES DE CONCRETO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: AQUISIÇÃO 369 UNID DE TUBOS DE 30CM, 27 UNID DE TUBOS DE 40CM, 13 UNID DE TUBOS DE 60CM, ITENS 2, 3 E 4. INCLUSO ENTREGA DIRETAMENTE NA PROPRIEDADE DOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL CADASTRADOS NA SEMDRA. ATENDIMENTO A DEMANDA DE SOLICITAÇÕES DOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO, AMPARADOS PELE LEI MUNICIPAL Nº 7.844/2019 E DECRETO 13.030/2019

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
2	369,000	UN	11099 - TUBO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DE SEÇÃO CIRCULAR, COM DIÂMETRO NOMINAL INTERNO DE 300MM E COMPRIMENTO DE 1000MM - CLASSE PSI.	TSH	18,6000	6.863,40
3	27,000	UN	10902 - TUBO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DE SEÇÃO CIRCULAR, COM DIÂMETRO NOMINAL INTERNO DE 400MM E COMPRIMENTO DE 1000MM - CLASSE PSI.	TSH	25,4000	685,80
4	13,000	UN	11098 - TUBO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DE SEÇÃO CIRCULAR, COM DIÂMETRO NOMINAL INTERNO DE 600MM E COMPRIMENTO DE 1000MM - CLASSE PSI.	TSH	47,3000	614,90
					Total Geral:	8.164,10

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
31 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6573/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**
Data do Processo: **29/03/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **31/10/2019**
Data da Solicitação: **31/10/2019**
Sequencial do Contrato: **5448**
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: J3R INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Telefone: 4732278749
CPF/CNPJ: 27.734.238/0001-05
Celular:
Endereço: Nestor Firmino Vieira, ITINGA - 89245-000, ARAQUARI - SC

E-mail: j3rdistribuidora@gmail.com

Banco: 748 - Banco Cooperativo **Agencia** 2602-0 **Conta:** 47465-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

Despesa : 133 - 08.002.12.361.0350.2109.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e

Desdobramento : 3.3.90.30.22.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Material Higiene Limpeza - Escolas

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
241	799,000	PCT	34619 - PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - TAM.20X21CM C/1000 FOLHAS	TOPPY	6,8800	5.497,12
					Total Geral:	5.497,12

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
31 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6574/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**
Data do Processo: **29/03/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **31/10/2019**
Data da Solicitação: **31/10/2019**
Sequencial do Contrato: **5448**
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: J3R INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Telefone: 4732278749

CPF/CNPJ: 27.734.238/0001-05

Celular:

Endereço: Nestor Firmino Vieira, ITINGA - 89245-000, ARAQUARI - SC

E-mail: j3rdistribuidora@gmail.com

Banco: 748 - Banco Cooperativo

Agencia 2602-0

Conta: 47465-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

Despesa : 153 - 08.003.12.365.0351.2118.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e

Desdobramento : 3.3.90.30.22.00

Recurso : 0.1.36.0066 - Salário Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Material Higiene Limpeza - Centros

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
241	881,000	PCT	34619 - PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - TAM.20X21CM C/1000 FOLHAS	TOPPY	6,8800	6.061,28
					Total Geral:	6.061,28

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
31 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6601/2019**

Processo Administrativo: 25/2019
Data do Processo: 27/02/2019
Contrato: 1056/2019
Data da Contratação: 10/04/2019
Data da Solicitação: 01/11/2019
Sequencial do Contrato: 2269
Data de Homologação: 10/04/2019

Página: 1/1

Fornecedor: PRESTADORA DE SERVICOS EM ALVENARIA H&G LTDA
Telefone: 4733760530

CPF/CNPJ: 07.424.511/0001-80

Celular:
Endereço: Bertha Weege, Barra do Rio Cerro - 89260-800, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail:
Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia 4332-0

Conta: 37-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0200300211 - DIRETORIA DEFESA CIVIL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: 12 meses, conforme a necessidade do município.

Local de Entrega: DEFESA CIVIL

Despesa : 20 - 02.003.06.122.0701.2600.3.3.90.00.00 - Manutenção das ações da Defesa

Desdobramento : 3.3.90.39.14.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de serviços de caminhão ¾ de pequeno porte, equipado com guindaste hidráulico articulado (munck) e caminhão de grande porte, equipado com guindaste hidráulico articulado (truck), em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, para prestação de serviços ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA DEFESA CIVIL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	100,000	H	10434 - SERVIÇO DE CAMINHÃO EQUIPADO COM GUINDASTE HIDRÁULICO MUNCK - CAPACIDADE MÍNIMA DE 04 TONELADAS		158,0000	15.800,00
2	100,000	H	10434 - SERVIÇO DE CAMINHÃO EQUIPADO COM GUINDASTE HIDRÁULICO TRUCK - CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 TONELADAS		183,0000	18.300,00
					Total Geral:	34.100,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
01 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6604/2019**

Processo Administrativo: **107/2019**
Data do Processo: **27/05/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **31/07/2019**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **4474**
Data de Homologação: **05/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME

CPF/CNPJ: 11.377.392/0001-29

Endereço:

E-mail:

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC
ddtizadora_mosquitek@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia 5455-0

Conta: 14272-7

Telefone: 4832432664

Celular: 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: Aquisição de serviços de Desinsetização e Desratização, destinados à manutenção do a área total do Centro Administrativo Municipal de Jaraguá do Sul, abrangendo: Prédio da Secretaria de Saúde, Prédio da Secretaria de Educação, Prédio da Secretaria de Assistência Social e Habitação, Prédio da Secretaria de Administração, Prédio da Secretaria da Fazenda e outras, Gabinetes Prefeito e Vice, Controladoria Geral /Defesa Civil, Deposito de Lixo e; Controle sanitário integrado no combate às pragas e vetores. Serviços de desinsetização e desratização do CAM-I e CAM-II

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	33.041,350	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	9.581,99
4	33.041,350	M2	101214 - SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.		0,1400	4.625,79
					Total Geral:	14.207,78

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6606/2019**

Processo Administrativo: **149/2018**
Data do Processo: **03/08/2018**
Contrato: **1/2019**
Data da Contratação: **24/01/2019**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **1893**
Data de Homologação: **24/01/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: BONA GENTE COMERCIAL LTDA

Telefone: 4734554673

CPF/CNPJ: 01.150.822/0001-11

Celular:

Endereço: RUA ANITA GARIBALDI, ANITA GARIBALDI - 89203-301, JOINVILLE - SC

E-mail: bona-gente@hotmail.com

Banco: 237 - Banco Bradesco S. Agência 2232-2 Conta: 5144-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100224 - ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 20 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EPI

Despesa : 49 - 05.001.04.331.0300.2053.3.3.90.00.00 - Atenção ao servidor

Desdobramento : 3.3.90.30.28.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de E.P.I. (equipamentos de proteção individual) e E.P.C (equipamentos de proteção coletiva) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Equipamentos de proteção e segurança destinados aos servidores municipais.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
7	5,000	PR	6511 - BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 42	ALPARGATAS	54,9000	274,50
8	10,000	PR	6512 - BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 43	ALPARGATAS	54,9000	549,00
9	5,000	PR	6513 - BOTA DE BORRACHA CANO LONGO Nº 44	ALPARGATAS	54,9000	274,50
14	25,000	UN	20716 - RETENTOR TAMPA PARA RESPIRADOR SÉRIE 6.000	CAMPER	14,0000	350,00
					Total Geral:	1.448,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6607/2019**

Processo Administrativo: **149/2018**
Data do Processo: **03/08/2018**
Contrato: **5/2019**
Data da Contratação: **24/01/2019**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **1895**
Data de Homologação: **24/01/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: FOOT COMERCIAL LTDA ME

CPF/CNPJ: 11.397.879/0001-73

Endereço: Gottlieb Reif, Escola Agrícola - 89031-270, BLUMENAU - SC

E-mail: footcomercial@gmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3432-0 **Conta:** 18107-2

Telefone: 4733274746

Celular:

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100224 - ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 20 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EPI

Despesa : 49 - 05.001.04.331.0300.2053.3.3.90.00.00 - Atenção ao servidor

Desdobramento : 3.3.90.30.28.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de E.P.I. (equipamentos de proteção individual) e E.P.C (equipamentos de proteção coletiva) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Equipamentos de proteção e segurança destinados aos servidores municipais.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
24	8,000	PR	6406 - BOTINA DE SEGURANÇA COM ELÁSTICO Nº 38	CONFORTO	61,9900	495,92
25	20,000	PR	27942 - BOTINA DE SEGURANÇA COM ELASTICO Nº 39	CONFORTO	61,9900	1.239,80
26	40,000	PR	27943 - BOTINA DE SEGURANÇA COM ELASTICO Nº 40	CONFORTO	61,9900	2.479,60
27	47,000	PR	27944 - BOTINA DE SEGURANÇA COM ELASTICO Nº 41	CONFORTO	61,9900	2.913,53
28	35,000	PR	27945 - BOTINA DE SEGURANÇA COM ELÁSTICO Nº 42	CONFORTO	61,9900	2.169,65
29	3,000	PR	27946 - BOTINA DE SEGURANÇA COM ELASTICO Nº 43	CONFORTO	61,9900	185,97
					Total Geral:	9.484,47

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6608/2019**

Processo Administrativo: **149/2018**
Data do Processo: **03/08/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **24/01/2019**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **1429**
Data de Homologação: **24/01/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: FORTE SINAL EQUIPAMENTOS -EIRELI-EPP

Telefone: 4330553180

CPF/CNPJ: 26.729.755/0001-15

Celular:

Endereço: FRANCELHO 72, VILA NOVA - 86707-040, ARAPONGAS - PR

E-mail: fortesinal@fortesinal.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia 359-X

Conta: 63624-X

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100224 - ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 20 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EPI

Despesa : 49 - 05.001.04.331.0300.2053.3.3.90.00.00 - Atenção ao servidor

Desdobramento : 3.3.90.30.28.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de E.P.I. (equipamentos de proteção individual) e E.P.C (equipamentos de proteção coletiva) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Equipamentos de proteção e segurança destinados aos servidores municipais

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
2	150,000	PR	6649 - LUVA DE RASPA CANO CURTO TAM UNICO	KOCH CA 5587	6,0000	900,00
21	50,000	UN	22908 - CREME DE PROTEÇÃO GRUPO 2	NUTRIEC CA 35338	8,0000	400,00
					Total Geral:	1.300,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6609/2019**

Processo Administrativo: **149/2018**
Data do Processo: **03/08/2018**
Contrato: **4/2019**
Data da Contratação: **24/01/2019**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **1897**
Data de Homologação: **24/01/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: ADAM DISTRIBUIDORA LTDA

Telefone: 4788110318

CPF/CNPJ: 03.433.636/0001-15

Celular:

Endereço: BLUMENAU, ARAPONGUINHAS - 89120-000, TIMBÓ - SC

E-mail:

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 629-7 Conta: 5830-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100224 - ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 20 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EPI

Despesa : 49 - 05.001.04.331.0300.2053.3.3.90.00.00 - Atenção ao servidor

Desdobramento : 3.3.90.30.28.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de E.P.I. (equipamentos de proteção individual) e E.P.C (equipamentos de proteção coletiva) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Equipamentos de proteção e segurança destinado aos servidores municipais

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
76	20,000	UN	6404 - FILTRO 5N11	3M	10,0000	200,00
					Total Geral:	200,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6616/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**
Data do Processo: **05/11/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **19/12/2018**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **747**
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: WANDE COMÉRCIO DE AREIAS E TERRAPLANAGEM LTDA

Telefone: 4733710196

CPF/CNPJ: 17.875.364/0001-18

Celular: 4799277859

Endereço:

E-mail: RUA HORACIO RUBINI, BARRA DO RIO CERRO - 89261-001, JARAGUÁ DO SUL - SC

wanderleiwinter@bol.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 874-5

Conta: 2100-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo 24 horas após o recebimento da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 389 - 19.001.16.482.0601.2505.3.3.90.00.00 - Implantação de infraestrutura,

Desdobramento : 3.3.90.39.79.00

Recurso : 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

Observação: Contratação de 100 horas de caminhão caçamba tipo basculante, trucado, traçado, com capacidade mínima de carga de 10m³.

Destinado a atender ao programa de Regularização Fundiária -REURB-S - LEI FED. 13.465/2017

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
18	100,000	H	10114 - SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. - Referência interna do Item: 18		87,9900	8.799,00
					Total Geral:	8.799,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6617/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**
Data do Processo: **05/11/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **19/12/2018**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **747**
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: WANDE COMÉRCIO DE AREIAS E TERRAPLANAGEM LTDA

Telefone: 4733710196

CPF/CNPJ: 17.875.364/0001-18

Celular: 4799277859

Endereço:

E-mail: RUA HORACIO RUBINI, BARRA DO RIO CERRO - 89261-001, JARAGUÁ DO SUL - SC

wanderleiwinter@bol.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 874-5

Conta: 2100-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo 24 horas após o recebimento da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 384 - 19.001.16.122.0300.2511.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades

Desdobramento : 3.3.90.39.79.00

Recurso : 0.2.93.0060 - Recursos de Amortização

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

Observação: Contratação de 270 horas de caminhão caçamba tipo basculante, toco simples, com capacidade mínima de carga de 3,5m³, destinado a atender aos programas habitacionais com transporte de materiais. com ênfase na distribuição de materiais do programa de doação de materiais de construção.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
75	270,000	H	6425 - SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE		55,9500	15.106,50
					Total Geral:	15.106,50

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6618/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**
Data do Processo: **05/11/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **19/12/2018**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **747**
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: WANDE COMÉRCIO DE AREIAS E TERRAPLANAGEM LTDA
Telefone: 4733710196

CPF/CNPJ: 17.875.364/0001-18

Celular: 4799277859

Endereço:

E-mail: RUA HORACIO RUBINI, BARRA DO RIO CERRO - 89261-001, JARAGUÁ DO SUL - SC
wanderleiwinter@bol.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 874-5

Conta: 2100-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0200300211 - DIRETORIA DEFESA CIVIL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo 24 horas após o recebimento da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 20 - 02.003.06.122.0701.2600.3.3.90.00.00 - Manutenção das ações da Defesa

Desdobramento : 3.3.90.39.14.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

Observação: MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA DEFESA CIVIL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
45	120,000	H	31588 - SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 23 TONELADAS - Referência interna do Item: 45		254,9900	30.598,80
					Total Geral:	30.598,80

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6619/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**
Data do Processo: **05/11/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **19/12/2018**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **751**
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: MARIO VIEIRA & CIA TERRAPLENAGEM LTDA

CPF/CNPJ: 83.618.769/0001-03

Endereço:

E-mail:

AVENIDA PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, null - 89250-500, JARAGUÁ DO SUL - SC

mauriciovieira@terra.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 12089-8

Telefone: 4733701608

Celular: 4732751675

47999793308

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1200100040 - AGRICULTURA

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo 24 horas após o recebimento da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 346 - 12.001.20.511.0500.2407.3.3.90.00.00 - Contratação de serviços de horas

Desdobramento : 3.3.90.39.79.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

Observação: CONTRATAÇÃO DE 100 HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
40	100,000	H	23480 - SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS - Referência interna do Item: 40		187,9800	18.798,00
					Total Geral:	18.798,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6620/2019**

Processo Administrativo: **241/2018**
Data do Processo: **05/11/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **19/12/2018**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **752**
Data de Homologação: **19/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA.
Telefone: 4733702641

CPF/CNPJ: 80.443.427/0001-01

Celular:
Endereço: GERMANO WAGNER, CENTENARIO - 89256-800, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: parisiatendimento@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 29548-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo 24 horas após o recebimento da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens

Desdobramento : 3.3.90.39.14.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses.

Observação: Contratação dos serviços de 88 horas de rolo compactador vibratório com tambores dianteiro liso e 02 pneus traseiros borrachudos e peso operacional mínimo de 10 toneladas para compactação de fresa de pavimento asfáltico a ser colocado em diversas ruas não pavimentadas do município.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
73	88,000	H	98210 - SERVIÇO DE ROLO COMPACTOR VIBRATÓRIO, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 10 TONELADAS. - Referência interna do Item: 73		184,9900	16.279,12
					Total Geral:	16.279,12

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6625/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**
Data do Processo: **29/03/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **30/05/2019**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **3334**
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP
Telefone: 4733707271
CPF/CNPJ: 07.483.630/0001-03
Celular:
Endereço: WALTER MARQUARDT, RIO MOLHA - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: alanprodutosdelimpeza@brturbo.com.br
Banco: 104 - Caixa Econômica
Agencia 417-0
Conta: 00000213-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.22.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Aquisição de produtos de higiene e limpeza - Parque de Eventos

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
177	40,000	UN	28489 - PORTA PAPEL HIGIÊNICO	AURIMAR	61,0000	2.440,00
					Total Geral:	2.440,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6626/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**
Data do Processo: **29/03/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **30/05/2019**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **3000**
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: A. V. COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
Telefone: 4733608485
CPF/CNPJ: 16.858.182/0001-76
Celular:
Endereço: R EDGAR LINHARES, NOVA ESPERANCA, BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC
E-mail: avcomerciovarejista@gmail.com
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 5271-X Conta: 11233-X

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.22.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Aquisição de produtos de higiene e limpeza - Parque de Eventos

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
200	15,000	UN	28079 - SABONETEIRA PLASTICA C/RESERVATORIO	BELLPLUS	16,1000	241,50
					Total Geral:	241,50

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6627/2019**

Processo Administrativo: **56/2019**
Data do Processo: **29/03/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **30/05/2019**
Data da Solicitação: **04/11/2019**
Sequencial do Contrato: **3148**
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: SATELITE COMERCIAL

Telefone: 41988442009

CPF/CNPJ: 82.629.072/0001-67

Celular: 4133927052

Endereço:

E-mail: FREDERICO LAMBERTUCCI, FAZENDINHA - 81330-000, CURITIBA - PR

satelitecomercial@gmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia

4500-4

Conta: 45335-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.22.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Aquisição de produtos de higiene e limpeza - Parque de Eventos

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
76	35,000	UN	19557 - CESTO P/ LIXO	Arqplast	1,8900	66,15
149	8,000	UN	11942 - LIXEIRA 100L	Arqplast	49,0000	392,00
					Total Geral:	458,15

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
04 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6656/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **4153**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME

Telefone: 4733740300

CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34

Celular:

Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC

E-mail: ljveventos@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 1004683-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento: Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas

Desdobramento : 3.3.90.39.59.00

Recurso : 0.1.00.0561 - Semcel Eventos Culturais

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	1,000	SV	12364 - SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO TIPO 03 (GRANDES EVENTOS)		2.760,0000	2.760,00
5	2,000	SV	12364 - SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO/ILUMINAÇÃO TIPO 05 (GRANDES EVENTOS)		3.800,0000	7.600,00
					Total Geral:	10.360,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6659/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **4153**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME

Telefone: 4733740300

CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34

Celular:

Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC

E-mail: ljveventos@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 1004683-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento: Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas

Desdobramento : 3.3.90.39.12.00

Recurso : 0.1.00.0561 - Semcel Eventos Culturais

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: LOCAÇÃO DE 01 GERADOR, DEST. PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
9	1,000	UN	19527 - GERADOR		1.920,0000	1.920,00
					Total Geral:	1.920,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6660/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **4153**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME

Telefone: 4733740300

CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34

Celular:

Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC

E-mail: ljveventos@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 1004683-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento: Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas

Desdobramento : 3.3.90.39.14.00

Recurso : 0.1.00.0561 - Semcel Eventos Culturais

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: LOCAÇÃO DE 01 PALCO ESTRUTURA DE PISO DE PALCO 6X4X0,80 DEST. PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
14	1,000	SV	23872 - ESTRUTURA DE PISO DE PALCO 6X4X0,80		1.275,0000	1.275,00
					Total Geral:	1.275,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6662/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **4153**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME

Telefone: 4733740300

CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34

Celular:

Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC

E-mail: ljveventos@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 1004683-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento: Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas

Desdobramento : 3.3.90.39.14.00

Recurso : 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: LOCAÇÃO DE 01 PALCO ESTRUTURA DE PISO DE PALCO 6X4X0,80 DEST. PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
14	1,000	SV	23872 - ESTRUTURA DE PISO DE PALCO 6X4X0,80		1.275,0000	1.275,00
					Total Geral:	1.275,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6664/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **4153**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME

Telefone: 4733740300

CPF/CNPJ: 24.927.229/0001-34

Celular:

Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC

E-mail: ljveventos@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 1004683-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.

Condição de Pagamento: Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas

Desdobramento : 3.3.90.39.14.00

Recurso : 0.1.00.0561 - Semcel Eventos Culturais

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: LOCAÇÃO DE 02 PALCOS ESTRUTURA DE PISO DE PALCO 6X4X0,80 DEST. PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
14	2,000	SV	23872 - ESTRUTURA DE PISO DE PALCO 6X4X0,80		1.275,0000	2.550,00
					Total Geral:	2.550,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6666/2019**

Processo Administrativo: **115/2019**
Data do Processo: **18/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **02/08/2019**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **4153**
Data de Homologação: **31/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: L.J.V. EVENTOS LTDA ME**Telefone:** 4733740300**CPF/CNPJ:** 24.927.229/0001-34**Celular:****Endereço:** MARECHAL CASTELO BRANCO, SCHROEDER III - 89275-000, SCHROEDER - SC**E-mail:** ljveventos@netuno.com.br**Banco:** 237 - Banco Bradesco S.**Agencia** 356-5**Conta:** 1004683-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900100207 - CULTURA.**Condição de Pagamento:** Até 30 dias após a entrega dos itens, mediante NF**Prazo de Entrega:** 12 (doze) meses**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 506 - 39.001.13.392.1100.4103.3.3.90.00.00 - Realização e apoio as iniciativas**Desdobramento :** 3.3.90.39.59.00**Recurso :** 0.1.00.0561 - Semcel Eventos Culturais

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de empresa especializada em locação de equipamentos de Sonorização e Iluminação, com fornecimento de mão de obra técnica, equipamentos específicos e estrutura de apoio durante eventos, para atender as demandas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

Observação: SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
7	2,000	SV	12364 - SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO - DESFILES		3.650,0000	7.300,00
					Total Geral:	7.300,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6672/2019**

Processo Administrativo: **108/2019**
Data do Processo: **28/05/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/07/2019**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **3924**
Data de Homologação: **09/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: ANJOS DA VIDA SAÚDE - SERVIÇOS MÓVEIS DE
Telefone: 4733407820

CPF/CNPJ: 13.281.756/0001-06

Celular: 47999905232

Endereço:

E-mail: Rua Engenheiro Odebrecht, Garcia - 89021-200, BLUMENAU - SC
direcao geral@anhosdavidasaude.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agência 349-2

Conta: 8442-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900400210 - ESPORTE E LAZER

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 do Edital

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 517 - 39.001.13.392.1100.4115.3.3.90.00.00 - Realização da Festa do Atirador -

Desdobramento : 3.3.90.39.61.00

Recurso : 0.6.06.0536 - SF-Recursos Arrecadados Schutzenfest

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de ambulância (tipo A e B) para transporte de pacientes da Rede Municipal de Saúde em viagens inter e intramunicipais, interestaduais, inter hospitalar e também para atuar em eventos apoiados e ou promovidos pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: REALIZAÇÃO DA 31ª SCHUTZENFEST
NOS DIAS 07 A 17/11/2019
TOTAL 142H

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	142,000	H	101581 - SERVIÇO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO TIPO B		130,0000	18.460,00
					Total Geral:	18.460,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6679/2019**

Processo Administrativo: **166/2019**
Data do Processo: **08/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **14/10/2019**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5315**
Data de Homologação: **14/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: SUPREMO CIMENTOS S/A - FILIAL
CPF/CNPJ: 05.798.883/0002-21

Endereço:
E-mail: GERMANO WAGNER, CENTENARIO - 89256-800, JARAGUÁ DO SUL - SC

claudemir.kuhl@supremoconcreto.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 2656-5

Conta: 900-8

Telefone: 4733761188

Celular: 47999448149

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias, após recebimento da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CONCRETO USINADO FCK 30 MPA com brita 0 e 1 (bombeado e convencional) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para concretagem em cabeceiras de pontes, subidas íngremes de ruas não pavimentadas, fabricação e colocação de galerias de concreto para manutenção ou ampliação de rede de drenagem pluvial, calçadas e áreas internas e externas (incluindo corredores, calçadas e acessos) em cemitérios, de responsabilidades do município, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: AQUISIÇÃO DE 16 M³ DE CONCRETO USINADO CONVENCIONAL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
4	16,000	M3	28522 - CONCRETO USINADO FCK 30.0 MPA C/BRITA 0 E 1 (CONVENCIONAL)		293,0000	4.688,00
					Total Geral:	4.688,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6680/2019**

Processo Administrativo: **128/2019**
Data do Processo: **28/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **08/08/2019**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **4317**
Data de Homologação: **08/08/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: CLAUDIONEI JOSE ROMANO

Telefone:

CPF/CNPJ: 30.197.769/0001-02

Celular:

Endereço: ERWINO MENEGOTTI, AGUA VERDE - 89254-000, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail:

Banco: 085 - Cooperativa Central

Agencia 101-5

Conta: 978649-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1200100040 - AGRICULTURA

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 24 horas após o recebimento da A.F.

Local de Entrega: Conforme item 11.4 do Edital

Despesa : 345 - 12.001.20.608.0500.2406.3.3.90.00.00 - Apoio as atividades de produção

Desdobramento : 3.3.90.36.35.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realizações de inseminação artificial bovina no Município de Jaraguá do Sul, em dias úteis, sábados, domingos e feriados para o atendimento do programa de melhoramento genéticos animal, amparado pela Lei Municipal nº4860/2007 e Decreto Municipal nº 6760/2009, ao longo dos 12 (doze) meses, conforme especificação e quantidade constante no ANEXO I do edital e ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: CONTRATAÇÃO DE PJ SERVIÇO DE 100 UNIDADES DE INSEMINAÇÕES ARTIFICIAIS BOVINAS ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO ANIMAL, AMPARADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 4860/2007, DECRETO Nº 6760/2009 E DECRETO Nº 11.678/2017.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	100,000	SV	28884 - SERVIÇOS INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL BOVINA		92,0000	9.200,00
					Total Geral:	9.200,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6683/2019**

Processo Administrativo: 31/2019
Data do Processo: 08/03/2019
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 03/05/2019
Data da Solicitação: 05/11/2019
Sequencial do Contrato: 2994
Data de Homologação: 03/05/2019

Página: 1/2

Fornecedor: MEDIC VET LTDA EPP

CPF/CNPJ: 20.637.873/0001-17

Endereço: Rod. SC 108, Imigrantes - 88930-000, TURVO - PR

E-mail: medic-vet@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia 993-8

Conta: 14103-8

Telefone: 4835250404

Celular:

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1800100219 - FUNDO MUN.DE INCENTIVO AO DESENV.RURAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: 12 meses conforme interesse e solicitação

Local de Entrega: Secretaria Municipal de Desenv. Rural e Abastecimento – Rua Angelo Rubini, nº 600 Barra

Despesa : 975118.001.20.608.0500.2406.3.3.90.00.00 - Apoio as atividades de produção

Desdobramento : 3.3.90.30.18.00

Recurso : 0.2.06.0430 - Recursos arrecadados pelo Froagro

Objeto:

Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO ao longo de 12(doze) meses, destinados para atendimento das atividades desenvolvidas pela Secretaria do Desenvolvimento Rural e Abastecimento, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação:

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SEMDRA. AMPARADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 4860/2007 E DECRETO 6760/2009

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	2,000	UN	31465 - ACEPROMAZINA - Acepromazina 10g - frasco 20 ml	APROMAZIN 1%	27,0000	54,00
6	4,000	UN	33468 - ATROPINA - Sulfato de atropina 10mg - frasco 20 ml	ATROVENE 20ML	12,0000	48,00
12	20,000	UN	31408 - DEXAMETASONA 5MG - Dexametasona (5,0mg) - frasco 10 ml	BIODEX 10ML BIOFARM	6,9000	138,00
14	15,000	UN	31412 - DIPIRONA - Dipirona Sódica (500mg) - frasco 50 ml	FEBRAX 50ML LEMA	9,9000	148,50
18	20,000	UN	31376 - ENROFLOXACINA 10% - enrofloxacin 10g - frasco 50 ml	FLOXICLIN 50ML BIOFA	26,9000	538,00
25	5,000	UN	31419 - FLUNEXINA 50ML - Megluminato de flunixin 8,3 g (Equivalente a 5,0 g de flunixin) - frasco 50 ml	FLIMAX 50ML J.A	48,0000	240,00
27	3,000	UN	33456 - IMIDOCARB - Dipropionato de imidocarb 12g - Frasco 15ml	DIAZEN 15ML VALLÉE	31,0000	93,00
28	2,000	FR	100984 - IVERMECTINA – IVERMECTINA 1% - FRASCO 50 ML	BIOMECTINA 50ML	10,5000	21,00
29	10,000	UN	31466 - KETAMINA - Cloridrato de ketamina 1,16 g - frasco	CETAMIN	34,9500	349,50

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6683/2019**

Processo Administrativo: **31/2019**
Data do Processo: **08/03/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **03/05/2019**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **2994**
Data de Homologação: **03/05/2019**

Página: 2/2

			10 ml	10ML SYNTEC		
30	3,000	UN	31502 - LAXANTE - Bicarbonato de Sódio 50g; Magnésia Calcinada 25g; Carbonato de Cálcio 25g; Sulfato de Magnésio q.s.p. 500g - pacote 500 gr	PURGANTE SALINO 500G	13,0000	39,00
33	3,000	UN	31944 - OCITOCINA - Ocitocina Sintética Stantard Internacional (Correspondendo 10 U.I. = 1 mL) - frasco 10 ml	PLACENCAL 10ML CALBO	8,9000	26,70
34	50,000	UN	31381 - OXITETRACICLINA - Oxitetraclina base (10g) Lidocaína. (2g) - Frasco 50 ml	TORMICINA 100 50ML	16,0000	800,00
35	70,000	FR	100984 - OXITETRACICLINA LA - OXITETRACICLINA (DIHIDRATADA) 20G - CARÊNCIA NO LEITE DE NO MÁXIMO 7 DIAS - FRASCO 20 ML	TERRAMICINA LA 20ML	23,5000	1.645,00
42	35,000	UN	31382 - SULFA + TRIMETOPRIM 50ml - Sulfametoxazol (20g) Trimetoprim (4g) - Frasco 50 ml	TRISSULFIN 50ML	30,9000	1.081,50
46	5,000	UN	34031 - TILOSINA - Tilosina (sob forma base) (20g) - Frasco 50 ml	TYLADEN 50ML -CEVA	22,4000	112,00
49	5,000	UN	31473 - VIT B12 - Vitamina B12 0,1g - frasco 20 ml	HIPOVITA B12 20ML I	21,0000	105,00
50	8,000	UN	31474 - VIT K - Vitamina K 0,217 g - frasco 20 ml	HIPOVITA K 20ML IBAS	11,0000	88,00
51	3,000	UN	31468 - XILASINA - Cloridrato de xilazina 2g - frasco 10 ml	XILAZIN 10ML SYNTEC	15,9600	47,88
58	5,000	FR	100984 - MODIFICADOR ORGÂNICO - VITAMINA E: 100 UI, VITAMINA D2: 2.000.000 UI, VITAMINA B12: 5.000 µg, CLORIDRATO DE L-ARGININA: 200MG, CLORIDRATO DE L-HISTIDINA: 210MG, CLORIDRATO DE L-LISINA: 1.000MG, L-LEUCINA: 210MG, L-TRIPTOFANO: 50MG, L-VALINA: 200MG, DL-METIONINA: 210MG, GLICINA: 420MG, CLORETO DE COBALTO: 13MG, SULFATO DE COBRE: 2MG, IODETO DE POTÁSSIO: 15MG, CLORETO DE ZINCO: 10MG, CLORETO DE SÓDIO: 42MG, HIPOFOSFITO DE CÁLCIO: 1.500MG, CLORETO DE MAGNÉSIO: 210MG, MONOGLUTAMATO DE SÓDIO: 420MG, ÁCIDO OLÉICO: 375MG, HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO: 30MG - FRASCO 100ML	ORGANOVIT 100ML	14,0000	70,00
59	2,000	FR	100984 - VITAMINAS ADE - VITAMINA E (ALFA TOCOFEROL) (5.500 U.I.). VITAMINA D-2 (ERGOCALCIFEROL) (6.000.000 U. I.) VITAMINA A (PALMITATO) (27.000.000 U.I.) - FRASCO 100ML		28,0000	56,00
					Total Geral:	5.701,08

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6684/2019**

Processo Administrativo: 31/2019
Data do Processo: 08/03/2019
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 03/05/2019
Data da Solicitação: 05/11/2019
Sequencial do Contrato: 2993
Data de Homologação: 03/05/2019

Página: 1/3

Fornecedor: AGROVETERINARIA E PET SHOP DA ROSA LTDA
CPF/CNPJ: 81.548.802/0001-32
Endereço: Rod. Br. 282, Conta Dinheiro - 88508-650, LAGES - SC
E-mail: agrorosa@bol.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3420-7 **Conta:** 125682-3

Telefone: 4932233286
Celular:

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1200100040 - AGRICULTURA
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: 12 meses conforme interesse e solicitação
Local de Entrega: Secretaria Municipal de Desenv. Rural e Abastecimento – Rua Angelo Rubini, nº 600 Barra do Rio do Sul
Despesa : 94512.000.20.608.0500.2406.3.3.90.00.00 - Apoio as atividades de produção
Desdobramento : 3.3.90.30.18.00
Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO ao longo de 12(doze) meses, destinados para atendimento das atividades desenvolvidas pela Secretaria do Desenvolvimento Rural e Abastecimento, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observação: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SEMDRA. AMPARADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 4860/2007 E DECRETO 6760/2009

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
2	2,000	UN	31452 - ALBENDAZOL ORAL - Albendazol 10g - frasco 250 ml	BIOZEN ORAL	20,0000	40,00
5	30,000	UN	31506 - ANTITÓXICO - antitóxico (Acetil DL-Metionina 5g, Cloreto de Colina 2g, Cloridrato de Tiamina 1g, Cloridrato de Piridoxina 0,04, Cloridrato de L-Arginina 0,6g, Riboflavina 0,02g, Nicotinamida 0,5g Pantotenato de Cálcio 0,2g, Glicose 20g - frasco 100 ml	MERCEPTON INJ BRAVET	29,0000	870,00
8	25,000	UN	31937 - CÁLCIO - Borogluconato de cálcio 20,15 g, Glicerofosfato de cálcio 2,5 g, Cloreto de magnésio 2,0 g, Veículo glicosado q.s.p. 100 mL - frasco 200 ml	PRADOCALCI O PRADO	24,7000	617,50
10	1,000	FR	100984 - COMPLEXO VIT B - VITAMINA B12(CIANOCOBALAMINA) 5000 MCG, VITAMINA B1 (CLORIDRATO DE TIAMINA) 500 MG, VITAMINA B6 (CLORIDRATO DE PIRIDOXINA) 150 MG - FRASCO 50 ML	RUBRALAN 5000 CALBOS	33,0000	33,00
19	1,000	UN	31397 - ENROFLOXACINA LONGA AÇÃO - Enrofloxacin 10% - Frasco 50 ml	KINETOMAX 50ML BAYER	88,0000	88,00
20	1,000	UN	31501 - ESTIMULANTE DO RUMEM - Acetil tributil acetato - frasco 150 ml	BLOT-TROL ZOETIS	63,0000	63,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6684/2019**

Processo Administrativo: 31/2019
Data do Processo: 08/03/2019
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 03/05/2019
Data da Solicitação: 05/11/2019
Sequencial do Contrato: 2993
Data de Homologação: 03/05/2019

Página: 2/3

22	20,000	UN	31499 - ESTIMULANTE RUMINAL - Solução de silicone a 30%, Suspensão de metilcelulose q.s.p - frasco 100 ml	RUMINOL	15,0000	300,00
36	90,000	UN	31379 - PENICILINA LIOFILIZADA Benzilpenicilina benzatina (3.000.000 UI) Benzilpenicilina procaina (1.500.000 UI) Benzilpenicilina potássica (1.500.000 UI) Diidroestreptomicina base (sulfato) (1.250 mg) Estreptomicina base (sulfato) (1.250 mg) Ampola com diluente água destilada estéril (15ml) - Frascos 8,6g pó + 15ml	VETOQUINOL PENTABIÓTIC O VET REF	26,0000	2.340,00
37	1,000	UN	21392 - PILOCARPINA - Pilocarpina Cloridrato 2% - 10 ml	PILOCARPINA CALBOS	45,5000	45,50
38	10,000	UN	31945 - PROSTAGLANDINA - D (+) Cloprostenol 7,50 mg (prostaglandina) - frasco 02 ml	PROSTAGLAN DINA 2X2	15,6000	156,00
40	30,000	UN	33473 - SORO VITAMINADO - Frutose 50,00 g, Cloreto de sódio 4,30 g, Cloreto de potássio 0,42 g, Cloreto de cálcio 0,12 g, Cloreto de magnésio 0,10 g, Bicarbonato de sódio 0,24 g, Vitamina B-1 0,02 g, Vitamina B-2 0,06 g, Vitamina B-6 0,03 g, Vitamina B-12 8.000 mcg, Nicotinamida 2.000 mg, Inositol 4.000 mg - frasco 500 ml	SORO POLIJET	17,6000	528,00
41	3,000	UN	33450 - SORO RL - 130 mEq de sódio; 4 mEq de potássio; 3 mEq de cálcio; 109 mEq de cloreto; 28 mEq de lactato - frasco 1000 ml	RINGER LACTATO JP	14,9000	44,70
43	2,000	UN	31472 - SUPLEMENTO ANEMIA - Vitamina B1 1.500 mg, Vitamina B2 1.500 mg, Vitamina B12 15.000 mcg, Vitamina B6 1.200 mg, Vitamina K3 250 mg, Pantotenato de Cálcio 1.200 mg, Ácido Fólico 5.000 mg, Ácido Nicotínico 1.200 mg, Cobre 500 mg, Zinco 5.000 mg, Ferro 4.500 mg, Cobalto 100 mg, Glicose 200 g - frasco 1000 ml	HEMOFARM BIOGARM	168,0000	336,00
44	2,000	UN	31471 - SUPLEMENTO VITAMÍNICO ORAL - Triptofano 520 mg, DL-Metionina 21.430 mg, L-Carnitina, 20.000 mg, L-Lisina 37.900 mg, Prolina 24.566 mg, Cisteína 720 mg, Hidroxiprolina 14.706 mg, Valina 4.656 mg, Ácido Aspártico 10.323 mg, Ácido Glutâmico 18.646 mg, Tirosina 2.317 mg, Treonina 1.790 mg, Fenilalanina 4.129 mg, Histidina 2.149 mg, Colina 10.000 mg, Betaina 10.000 mg, Isoleucina 2.696 mg, Serina 3.055 mg, Arginina 11.293 mg, Glicina 44.856 mg, Alanina 16.138 mg, Leucina 6.278 mg, Glicose 200 g, Veículo q.s.p. 1.000 g - frasco 1000 ml	GLICOFARM BIOFARM	107,0000	214,00
45	1,000	UN	31948 - TESTE CMT - Púrpura de bromocresol 0,02 mg - frasco 500 ml	CMT TADABRAS	15,3000	15,30
47	40,000	UN	31383 - TRISTEZA - Diacetato de 4,4-diazoaminodibenzimidina (2,1g) Pirazolona. (antipirina) (11,1g) - Frasco 20 ml	TRISTEZINA UCBVET	23,9000	956,00
48	20,000	UN	31406 - VELA UTERINAC - Ioridrato de tetraciclina, 1g Excipiente efervescente 7g - Envelope com 2 Tabletes 7g	GINOVET VETNIL	20,8000	416,00
53	2,000	FR	100984 - CÁLCIO + B12 - CÁLCIO COLOIDAL 1,0G, MORRUATO DE SÓDIO 1,0G, VITAMINA D2 (CALCIFEROL 20.000 UI) 50,0MG, VITAMINA B12 (CIANOCOBALAMINA) 50,0MG - FRASCO 100ML	PERICAL B12 PERINI	22,0000	44,00
54	2,000	FR	100984 - ESTIMULANTE GASTROINTESTINAL - CLORETO DE CARBAMILCOLINA 0,05MG - AMPOLA 5ML	COLENTIN UCBVELT	11,7000	23,40
55	1,000	FR	100984 - CLOSANTEL - CLOSANTEL SÓDICO 10 G - FRASCO 250ML	DIANTEL HIPRA	48,0000	48,00
56	1,000	FR	100984 - IVERMECTINA POUR-ON - IVERMECTINA 1% - FRASCO 1L	GENESIS POUR ON EURO	206,0000	206,00
57	2,000	FR	100984 - MAGNÉSIO - HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 1200MG - FRASCO 350ML	PHILLIPS	18,7000	37,40

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6684/2019**

Processo Administrativo: **31/2019**
Data do Processo: **08/03/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **03/05/2019**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **2993**
Data de Homologação: **03/05/2019**

Página: 3/3

Total Geral:	7.421,80
--------------	----------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6687/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **442**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME
Telefone: 4733723457
CPF/CNPJ: 15.843.503/0001-04

Celular:
Endereço: CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: kl.licitacao@gmail.com

Banco: 033 - Banco Santander

Agencia 1539-

Conta: 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 389 - 19.001.16.482.0601.2505.3.3.90.00.00 - Implantação de infraestrutura,

Desdobramento : 3.3.90.30.51.00

Recurso : 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais de construção destinado à infraestrutura e urbanização de Loteamentos em processo de Regularização Fundiária, sendo: 50 barras de ferro CA 50 3/4" e 377 unidades de tela de aço soldada com painéis de 2x3m.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REURB-S - LEI FED. 13.465/2017

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
293	377,000	UN	97848 - TELA DE AÇO SOLDADA	JASP	28,9900	10.929,23
350	50,000	UN	7957 - FERRO CA 50 - 3/4 - BARRA C/12M	VOTORAÇO	144,9900	7.249,50
					Total Geral:	18.178,73

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6688/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **442**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

Telefone: 4733723457

CPF/CNPJ: 15.843.503/0001-04

Celular:

Endereço: CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: kl.licitacao@gmail.com

Banco: 033 - Banco Santander

Agencia 1539-

Conta: 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 403 - 19.001.16.482.0603.2509.3.3.90.00.00 - Aquisição de materiais de

Desdobramento : 3.3.90.32.99.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais de construção para doação, em conformidade com a Lei 2682/2000, sendo: 250 br ferro CA 60 4,2mm, 154 br ferro CA 50 1/4", 126 br ferro CA 50 5/16", 4.300 blocos de concreto 14x19x39cm, 483 cumeeiras 4nn superior, 61750 kg cimento CP II, 1994m² forro de PVC 200x8mm e 2.860 telhas de cimento 2,44mX50cmX4mm.

Atender ao Programa de doação de materiais de construção, com respaldo na Lei 2682/2000. Entrar em contato para agendar a entrega dos materiais, contato com Carlos através do telefone (47)98868-2801.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
271	250,000	UN	7951 - FERRO CA 60 - 4,2mm - BR C/12M,	VOTORAÇO	7,1700	1.792,50
272	154,000	UN	7952 - FERRO CA 50 - 1/4 - BARRA 12 M	VOTORAÇO	14,8900	2.293,06
273	126,000	UN	7953 - FERRO CA 50 - 5/16 - BARRA 12 M	VOTORAÇO	23,5000	2.961,00
314	4.300,000	UN	25995 - BLOCO DE CONCRETO 14X19X39	CONCRERIO	1,6800	7.224,00
320	483,000	UN	97858 - CUMEEIRA 4mm ARTICULADA SUPERIOR	ETERNIT	5,0000	2.415,00
404	61.750,000	KG	30621 - CIMENTO CP II - Z - COMPOSTO COM ADIÇÃO DE MATERIAL POZOLANICO - CLASSE 32 - CONFORME NBR 11578. * OBS - ENTREGA EM SACA DE 40 E/OU 50 KG	NACIONAL	0,4400	27.170,00
412	1.994,000	M2	32265 - FORRO PVC	PLASBIL	11,9000	23.728,60
416	2.860,000	UN	12238 - TELHA CIMENTO 2.44X0.50X4MM	ETERNIT	10,8000	30.888,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6688/2019**

Processo Administrativo:	160/2018
Data do Processo:	23/07/2018
Contrato:	Sem termo
Data da Contratação:	20/11/2018
Data da Solicitação:	05/11/2019
Sequencial do Contrato:	442
Data de Homologação:	20/11/2018

Página: 2/2

Total Geral:	98.472,16
--------------	------------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6689/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **436**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME
Telefone: 4733722740
CPF/CNPJ: 18.138.763/0001-69
Celular:
Endereço: WALLY EMILIA MOHR, AGUA VERDE - 89254-525, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: comercial1@grupovitoria.net
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 5238-8 Conta: 7029-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 389 - 19.001.16.482.0601.2505.3.3.90.00.00 - Implantação de infraestrutura,

Desdobramento : 3.3.90.30.51.00

Recurso : 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais de construção destinado à infraestrutura e urbanização de Loteamentos em processo de Regularização Fundiária, sendo: 460m² Manta Geotêxtil de Poliéster não tecida G130 para drenagem.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REURB-S - LEI FED. 13.465/2017

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
323	460,000	M2	29542 - MANTA GEOTEXTIL DE POIESTER NÃO TECIDA G130	BIDIN	4,2500	1.955,00
					Total Geral:	1.955,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6690/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **436**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

Telefone: 4733722740

CPF/CNPJ: 18.138.763/0001-69

Celular:

Endereço: WALLY EMILIA MOHR, AGUA VERDE - 89254-525, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: comercial1@grupovitoria.net

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 7029-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 403 - 19.001.16.482.0603.2509.3.3.90.00.00 - Aquisição de materiais de

Desdobramento : 3.3.90.32.99.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais de construção para doação, em conformidade com a Lei 2682/2000, sendo: 43 kg de prego polido 16X24.
Atender ao Programa de doação de materiais de construção, com respaldo na Lei 2682/2000.
Entrar em contato para agendar a entrega dos materiais, contato com Carlos através do telefone (47)98868-2801.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
284	43,000	KG	7608 - PREGO 16X24	INPRELL	10,5000	451,50
					Total Geral:	451,50

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6691/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **443**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: SUIÇA TRANSPORTES LTDA ME

Telefone: 4734395019

CPF/CNPJ: 06.032.884/0001-42

Celular: 4733704522

Endereço:

E-mail: Estrada Piraí, snº, km 3, sala D, VILA NOVA - 89237-600, JOINVILLE - SC
vendaspedreirariobranco@britagemvogelsanger.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5443-0 **Conta:** 59953-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 403 - 19.001.16.482.0603.2509.3.3.90.00.00 - Aquisição de materiais de

Desdobramento : 3.3.90.32.99.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais de construção para doação, em conformidade com a Lei 2682/2000, sendo: 101m³ brita nº 1.
Atender ao Programa de doação de materiais de construção, com respaldo na Lei 2682/2000.
Entrar em contato para agendar a entrega dos materiais, contato com Carlos através do telefone (47)98868-2801.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
370	101,000	M3	8091 - BRITA Nº 1	VOGELSANGE R	51,8800	5.239,88
					Total Geral:	5.239,88

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6693/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **1207**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA.
Telefone: 4733702641

CPF/CNPJ: 80.443.427/0001-01

Celular:
Endereço: GERMANO WAGNER, CENTENARIO - 89256-800, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: parisiatendimento@netuno.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 29548-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento: 30 dias

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 403 - 19.001.16.482.0603.2509.3.3.90.00.00 - Aquisição de materiais de

Desdobramento : 3.3.90.32.99.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais de construção para doação, em conformidade com a Lei 2682/2000, sendo: 146m³ de areia média.
Atender ao Programa de doação de materiais de construção, com respaldo na Lei 2682/2000.
Entrar em contato para agendar a entrega dos materiais, contato com Carlos através do telefone (47)98868-2801.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
362	146,000	M3	7990 - AREIA MÉDIA		52,0000	7.592,00
					Total Geral:	7.592,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6694/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **441**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: K & P CONSTRUTORA LTDA**CPF/CNPJ:** 85.388.601/0001-76**Telefone:** 47999540066**Celular:** 47999714678**Endereço:****E-mail:** RUA MONSENHOR GERCINO, ITAUM - 89230-290, JOINVILLE - SC

sandra.apoio@terra.com.br

gabriel-alves-@hotmail.com

Banco: 104 - Caixa Econômica**Agencia**

1554-7

Conta: 2316-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL**Condição de Pagamento:** Conforme edital**Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 403 - 19.001.16.482.0603.2509.3.3.90.00.00 - Aquisição de materiais de**Desdobramento :** 3.3.90.32.99.00**Recurso :** 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais de construção para doação, em conformidade com a Lei 2682/2000, sendo: 36kg arame recozido nº 18, 110 pct prego 18X27 com arruela de borracha, 22kg de prego ardox galvanizado 18X27, 30kg prego polido 10X10, 92kg prego polido 17X27, 119kg prego polido 19X36, 438 sacas de 20kg de cal hidratada.

Atender ao Programa de doação de materiais de construção, com respaldo na Lei 2682/2000. Entrar em contato para agendar a entrega dos materiais, contato com Carlos através do telefone (47)98868-2801.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
260	36,000	KG	7965 - ARAME RECOZIDO Nº 18	TIDÃO	9,5400	343,44
278	110,000	PCT	28932 - PREGO 18X27 C/ARRUELA DE BORRACHA P/CHAPA DE CIMENTO AMIANTO 4MM - PCT C/500GR	INPRELL	9,9900	1.098,90
279	22,000	KG	22051 - PREGO ARDOX GALVANIZADO 18X27	INPRELL	9,9900	219,78
280	30,000	KG	10928 - PREGO 10X10	INPRELL	13,9900	419,70
285	92,000	KG	7609 - PREGO 17X27	INPRELL	8,9800	826,16
288	119,000	KG	7621 - PREGO 19X36	INPRELL	8,9900	1.069,81
315	438,000	SC	14147 - CAL HIDRATADO - SC DE 20 KGS	TANCAL	6,8800	3.013,44

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6694/2019**

Processo Administrativo:	160/2018
Data do Processo:	23/07/2018
Contrato:	Sem termo
Data da Contratação:	20/11/2018
Data da Solicitação:	05/11/2019
Sequencial do Contrato:	441
Data de Homologação:	20/11/2018

Página: 2/2

Total Geral:	6.991,23
--------------	-----------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6696/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **1338**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: WANDE COMÉRCIO DE AREIAS E TERRAPLANAGEM LTDA

Telefone: 4733710196

CPF/CNPJ: 17.875.364/0001-18

Celular: 4799277859

Endereço:

E-mail: RUA HORACIO RUBINI, BARRA DO RIO CERRO - 89261-001, JARAGUÁ DO SUL - SC
wanderleiwinter@bol.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 874-5

Conta: 2100-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 403 - 19.001.16.482.0603.2509.3.3.90.00.00 - Aquisição de materiais de

Desdobramento : 3.3.90.32.99.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais de construção para doação, em conformidade com a Lei 2682/2000, sendo: 150m³ areia fina e 167m³ areia grossa. Atender ao Programa de doação de materiais de construção, com respaldo na Lei 2682/2000. Entrar em contato para agendar a entrega dos materiais, contato com Carlos através do telefone (47)98868-2801.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
358	150,000	M3	8245 - AREIA FINA	WANDE	64,2500	9.637,50
360	167,000	M3	7991 - AREIA GROSSA		49,9000	8.333,30
					Total Geral:	17.970,80

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
 Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6697/2019

Processo Administrativo: **160/2018**
 Data do Processo: **23/07/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **20/11/2018**
 Data da Solicitação: **05/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **1338**
 Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: WANDE COMÉRCIO DE AREIAS E TERRAPLANAGEM LTDA
Telefone: 4733710196

CPF/CNPJ: 17.875.364/0001-18

Celular: 4799277859

Endereço:

E-mail: RUA HORACIO RUBINI, BARRA DO RIO CERRO - 89261-001, JARAGUÁ DO SUL - SC
 wanderleiwinter@bol.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 874-5

Conta: 2100-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 398 - 19.001.16.482.0602.2508.3.3.90.00.00 - Implantação de infraestrutura

Desdobramento : 3.3.90.30.51.00

Recurso : 0.2.93.0060 - Recursos de Amortização

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais de construção para implantação de infraestrutura no Loteamento Harmonia, sendo: 50m³ areia fina.
 Finalização da área de lazer do Loteamento.
 Entrar em contato com Carlos (47) 98868-2801 para agendar a entrega.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
358	50,000	M3	8245 - AREIA FINA	WANDE	64,2500	3.212,50
					Total Geral:	3.212,50

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6698/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **440**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: P & P COMERCIO E TRANSPORTES LTDA.

Telefone: 4732753072

CPF/CNPJ: 10.173.601/0001-50

Celular:

Endereço: PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, CENTENARIO - 89256-500, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail:

Banco: 237 - Banco Bradesco S. Agência 356-5 Conta: 74645-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 403 - 19.001.16.482.0603.2509.3.3.90.00.00 - Aquisição de materiais de

Desdobramento : 3.3.90.32.99.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais de construção para doação, em conformidade com a Lei 2682/2000, sendo: 310 un mata junta beneficiada 5x1cm, 890 sarrafos de madeira pinus 5cmX5cmX4mm, 1.332 caibros pinus 5cmX12CcmX4m, 578m² tábuas de madeira pinus 2,5cmX3m.

Atender ao Programa de doação de materiais de construção, com respaldo na Lei 2682/2000. Entrar em contato para agendar a entrega dos materiais, contato com Carlos através do telefone (47)98868-2801.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
302	310,000	UN	97354 - MATA JUNTA BENEFICIADA	PAOLETTO	7,9000	2.449,00
305	890,000	PÇ	11810 - SARRAFO DE MADEIRA	PAOLETTO	6,8000	6.052,00
380	1.332,000	UN	15072 - CAIBRO 5X12X4M PINUS	PAOLETTO	19,2500	25.641,00
388	578,000	M2	8156 - TÁBUA DE MADEIRA PINUS C/ESPESSURA 2,5cm X 3M	PAOLETTO	11,5000	6.647,00
					Total Geral:	40.789,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6699/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **440**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: P & P COMERCIO E TRANSPORTES LTDA.

Telefone: 4732753072

CPF/CNPJ: 10.173.601/0001-50

Celular:

Endereço: PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, CENTENARIO - 89256-500, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail:

Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 74645-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 389 - 19.001.16.482.0601.2505.3.3.90.00.00 - Implantação de infraestrutura,

Desdobramento : 3.3.90.30.51.00

Recurso : 0.6.93.0060 - SF-Recursos de Amortização

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais de construção destinado à infraestrutura e urbanização de Loteamentos em processo de Regularização Fundiária utilizados, sendo: 680m² de tábua de madeira 2,5x3m. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REURB-S - LEI FED. 13.465/2017

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
388	680,000	M2	8156 - TÁBUA DE MADEIRA PINUS C/ESPESURA 2,5cm X 3M	PAOLETTO	11,5000	7.820,00
					Total Geral:	7.820,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6700/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **05/11/2019**
Sequencial do Contrato: **439**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP

Telefone: 4733712000

CPF/CNPJ: 78.268.810/0001-10

Celular:

Endereço: Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: adm@lilicasaconstrucao.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia 417-0

Conta: 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1900100218 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 403 - 19.001.16.482.0603.2509.3.3.90.00.00 - Aquisição de materiais de

Desdobramento : 3.3.90.32.99.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais de construção para doação, em conformidade com a Lei 2682/2000, sendo: 156m tubo PVC esgoto 50mm, 390m tubo PVC esgoto 100mm, 483 cumeeiras 4mm inferior, 81.200 tijolos 6 furos 9x14x24cm. Atender ao Programa de doação de materiais de construção, com respaldo na Lei 2682/2000. Entrar em contato para agendar a entrega dos materiais, contato com Carlos através do telefone (47)98868-2801.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
102	156,000	M	8240 - TUBO PVC ESGOTO SN 50MM - NBR 5688	PLASTILIT	4,5000	702,00
104	390,000	M	8242 - TUBO PVC ESGOTO SN 100MM - NBR 5688	PLASTILIT	6,2900	2.453,10
319	483,000	UN	97172 - CUMIEIRA ARTICULADA INFERIOR 4MM SEM AMIANTO	ETERNIT	4,8500	2.342,55
420	81.200,000	UN	8112 - TIJOLO 6 FUROS - TAM 9X14X24CM	CERAMICA JOSENI	0,5000	40.600,00
					Total Geral:	46.097,65

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
05 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6778/2019**

Processo Administrativo: **114/2019**
Data do Processo: **13/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **07/10/2019**
Data da Solicitação: **07/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5568**
Data de Homologação: **07/10/2019**

Página: 1/2

Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP

Telefone: 4733712000

CPF/CNPJ: 78.268.810/0001-10

Celular:

Endereço: Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: adm@lilicasaconstrucao.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica **Agencia** 417-0 **Conta:** 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após receb. da AF

Local de Entrega: Conforme item 11.3 do Edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.26.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
25	100,000	M	101306 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 10,0mm ² - AZUL	SIL	3,7900	379,00
26	100,000	M	101306 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 10,0mm ² - BRANCO	SIL	3,7900	379,00
27	100,000	M	101306 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 10,0mm ² - PRETO	SIL	3,7900	379,00
28	100,000	M	101306 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 10,0mm ² - VERDE	SIL	3,7900	379,00
29	100,000	M	101306 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 10,0mm ² - VERMELHO	SIL	3,7900	379,00
93	20,000	UN	8347 - DISJUNTOR DIN 20A MONOFÁSICO	SOPRANO	6,2000	124,00
133	6,000	UN	18893 - BOIA ELÉTRICA	MARGIRIUS	47,5000	285,00
191	100,000	UN	28992 - FITA ISOLANTE 19MM X 20M	3M	5,5000	550,00
214	50,000	UN	101372 - LÂMPADA BULBO LED E27 - 14W Lâmpada LED, bulbo A60, leitosa, base E27, mínimo 14W, Bivolt (100~240V)AC, 60Hz. Fluxo luminoso mínimo 1.400lm. Temperatura de cor 6.500K. IP 20. Ângulo de abertura 200°. Vida útil mediana de 20.000 horas.	KIAN	9,9000	495,00
215	200,000	UN	101371 - LÂMPADA BULBO LED E27 - 09W Lâmpada LED, bulbo A60, leitosa, base E27, mínimo 09W, Bivolt (100~240V)AC, 60Hz. Fluxo luminoso mínimo 800lm. Temperatura de cor 6.500K. IP20. Ângulo de abertura 200°. Vida útil mediana de 20.000 horas.	KIAN	5,5000	1.100,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
07 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
 Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6778/2019

Processo Administrativo: **114/2019**
 Data do Processo: **13/06/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **07/10/2019**
 Data da Solicitação: **07/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **5568**
 Data de Homologação: **07/10/2019**

Página: 2/2

275	25,000	UN	101383 - REFLETOR LED 100W RGB	ILUMINIM	299,9000	7.497,50
279	20,000	UN	27472 - RELÊ FOTOELETRICO 1000V	EXATRON	18,7000	374,00
281	10,000	UN	14241 - SENSOR DE PRESENÇA FRONTAL MICROCONTROLADO	Extaron	45,0000	450,00
294	2,000	UN	27388 - TEMPORIZADOR (TIMER)	EXATRON	85,5000	171,00

Total Geral:	12.941,50
--------------	-----------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 07 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6779/2019**

Processo Administrativo: **114/2019**
Data do Processo: **13/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **07/10/2019**
Data da Solicitação: **07/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5568**
Data de Homologação: **07/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP
Telefone: 4733712000
CPF/CNPJ: 78.268.810/0001-10

Celular:
Endereço: Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: adm@lilicasaeconstrucao.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia 417-0

Conta: 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após receb. da AF

Local de Entrega: Conforme item 11.3 do Edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.26.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
67	300,000	UN	101318 - CINTA PLÁSTICA 400 X 4,8mm	PERFLEX	0,3100	93,00
					Total Geral:	93,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
07 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6781/2019**

Processo Administrativo: **114/2019**
Data do Processo: **13/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **07/10/2019**
Data da Solicitação: **07/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5570**
Data de Homologação: **07/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: RD COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI ME **Telefone:** 4730548161
CPF/CNPJ: 23.037.457/0001-76 **Celular:**
Endereço: CARLOS EGGERT, VILA LALAU - 89256-330, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: licitacao@kiferro.com.br
rdferragens@rdferragens.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3163-1 **Conta:** 2802-9

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após receb. da AF
Local de Entrega: Conforme item 11.3 do Edital
Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do
Desdobramento : 3.3.90.30.26.00
Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
13	1.000,000	UN	30553 - BUCHA DE FIXAÇÃO 06mm Em nylon virgem. Com anel, dentes e aletas laterais. 06mm	KIFERRO	0,1700	170,00
14	1.000,000	UN	30554 - BUCHA DE FIXAÇÃO 08mm Em nylon virgem. Com anel, dentes e aletas laterais. 08mm. Encartelada.	KIFERRO	0,2700	270,00
244	2.200,000	UN	101396 - PARAFUSO 4,2 x 15mm Em aço temperado, cementado e zincado. Autoperfurante. Cabeça flangeada, phillips. Rosca inteira. Ponta agulha de duas entradas. Medindo: (comprimento) 19mm; medida do raio da cabeça de 4,2mm. Embalado.	KIFERRO	0,1000	220,00
248	2.000,000	UN	101393 - PARAFUSO PHILLIPS 4,5 x 40mm	KIFERRO	0,2700	540,00
					Total Geral:	1.200,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
07 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6782/2019**

Processo Administrativo: **114/2019**
Data do Processo: **13/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **07/10/2019**
Data da Solicitação: **07/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5571**
Data de Homologação: **07/10/2019**

Página: 1/2

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

Telefone: 4733722740

CPF/CNPJ: 18.138.763/0001-69

Celular:

Endereço: WALLY EMILIA MOHR, AGUA VERDE - 89254-525, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: comercial1@grupovitoria.net

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 7029-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após receb. da AF

Local de Entrega: Conforme item 11.3 do Edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.26.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
8	10,000	UN	11259 - BASE PARA RELÊ FOTOELÉTRICO	EXATRON	8,2900	82,90
20	100,000	M	101304 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 1,5mm ² - AZUL	SIL	0,6700	67,00
21	100,000	M	101304 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 1,5mm ² - BRANCO	SIL	0,6700	67,00
22	100,000	M	101304 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 1,5mm ² - PRETO	SIL	0,6700	67,00
23	100,000	M	101304 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 1,5mm ² - VERDE	SIL	0,6700	67,00
24	100,000	M	101304 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 1,5mm ² - VERMELHO	SIL	0,6700	67,00
30	100,000	M	101307 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 16,0mm ² - AZUL	SIL	6,4100	641,00
31	100,000	M	101307 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 16,0mm ² - BRANCO	SIL	6,4100	641,00
32	100,000	M	101307 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 16,0mm ² - PRETO	SIL	6,4100	641,00
33	100,000	M	101307 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 16,0mm ² - VERDE	SIL	6,4100	641,00
34	100,000	M	101307 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 16,0mm ² - VERMELHO	SIL	6,4100	641,00
35	400,000	M	101308 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 2,5mm ² - AZUL	SIL	1,0600	424,00
36	400,000	M	101308 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 2,5mm ² - BRANCO	SIL	1,0600	424,00
37	400,000	M	101308 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 2,5mm ² - PRETO	SIL	1,0600	424,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
07 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
 Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6782/2019

Processo Administrativo: **114/2019**
 Data do Processo: **13/06/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **07/10/2019**
 Data da Solicitação: **07/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **5571**
 Data de Homologação: **07/10/2019**

Página: 2/2

38	400,000	M	101308 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 2,5mm² – VERDE	SIL	1,0600	424,00
39	400,000	M	101308 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 2,5mm² – VERMELHO	SIL	1,0600	424,00
40	200,000	M	101310 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 4,0mm² – AZUL	SIL	1,5800	316,00
41	200,000	M	101310 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 4,0mm² – BRANCO	SIL	1,5800	316,00
42	200,000	M	101310 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 4,0mm² – PRETO	SIL	1,5800	316,00
43	200,000	M	101310 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 4,0mm² – VERDE	SIL	1,5800	316,00
44	200,000	M	101310 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 4,0mm² – VERMELHO	SIL	1,5800	316,00
45	200,000	M	101311 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 6,0mm² – AZUL	SIL	2,7400	548,00
46	200,000	M	101311 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 6,0mm² – BRANCO	SIL	2,7400	548,00
47	200,000	M	101311 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 6,0mm² – PRETO	SIL	2,7400	548,00
48	200,000	M	101311 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 6,0mm² – VERDE	SIL	2,7400	548,00
49	200,000	M	101311 - CABO FLEXÍVEL 750V 01 x 6,0mm² – VERMELHO	SIL	2,7400	548,00
50	1.000,000	M	18878 - CABO PP 03 X 1,5mm²	SIL	2,7500	2.750,00
51	500,000	M	21983 - CABO PP 03 X 2,5mm²	SIL	4,0000	2.000,00
57	100,000	UN	101313 - CANALETA 10 x 20 x 2000mm	STECK	2,9900	299,00
64	1.000,000	UN	101316 - CINTA PLÁSTICA 115 X 3,6mm	Vila	0,0700	70,00
71	100,000	UN	101321 - CONECTOR 10mm²	INTELLI	7,8400	784,00
72	100,000	UN	101321 - CONECTOR 2,5mm²	INTELLI	3,7100	371,00
73	100,000	UN	101321 - CONECTOR 4mm²	MARGIRIUS	5,9900	599,00
74	100,000	UN	101321 - CONECTOR 6mm²	INTELLI	4,5500	455,00
88	15,000	UN	8345 - DISJUNTOR DIN 10A MONOFÁSICO	WEG	6,3000	94,50
190	20,000	UN	16980 - FITA DUPLA FACE 12 mm x 20 m	ADERE	29,4000	588,00
239	20,000	UN	101375 - LUMINÁRIA EMERGÊNCIA C/LED – TIPO FAROL	TASCHIBRA	225,9000	4.518,00
256	50,000	UN	32640 - PLUGUE FÊMEA 2P+T 10A 250V	Mectronic	3,7800	189,00
257	50,000	UN	101391 - PLUGUE FÊMEA 2P+T 20A 250V	Mectronic	4,9000	245,00
258	50,000	UN	32641 - PLUGUE MACHO 2P+T 10A 250V	Mectronic	3,7800	189,00
259	50,000	UN	32641 - PLUGUE MACHO 2P+T 10A 250V 90°	Mectronic	3,7800	189,00
278	10,000	UN	28451 - RÉGUA 04 TOMADAS	MARGIRIUS	15,8900	158,90
310	50,000	UN	30559 - TOMADA 2P+T - TAMPA 3 X 3 - SISTEMA X	Mectronic	7,0000	350,00

Total Geral: 23.912,30

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 07 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6783/2019**

Processo Administrativo: **114/2019**
Data do Processo: **13/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **07/10/2019**
Data da Solicitação: **07/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5571**
Data de Homologação: **07/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME
Telefone: 4733722740
CPF/CNPJ: 18.138.763/0001-69

Celular:
Endereço: WALLY EMILIA MOHR, AGUA VERDE - 89254-525, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: comercial1@grupovitoria.net

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 7029-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após receb. da AF

Local de Entrega: Conforme item 11.3 do Edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.26.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
255	30,000	UN	39865 - Plafon PVC branco (teto) bocal porcelana	TASCHIBRA	3,5000	105,00
					Total Geral:	105,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
07 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6784/2019**

Processo Administrativo: **114/2019**
Data do Processo: **13/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **07/10/2019**
Data da Solicitação: **07/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5572**
Data de Homologação: **07/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME
Telefone: 4733723457
CPF/CNPJ: 15.843.503/0001-04

Celular:
Endereço: CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: kl.licitacao@gmail.com

Banco: 033 - Banco Santander

Agencia 1539-

Conta: 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após receb. da AF

Local de Entrega: Conforme item 11.3 do Edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.26.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
212	50,000	UN	1456 - LÂMPADA BULBO LED E27 - 12W Lâmpada LED, bulbo A60, leitosa, base E27, mínimo 12W, Bivolt (100~240V)AC, 60Hz. Fluxo luminoso mínimo 1.050lm. Temperatura de cor 6.500K. IP20. Ângulo de abertura 200°. Vida útil mediana de 20.000 horas.	KIAN	8,9000	445,00
228	20,000	UN	101373 - LÂMPADA LED BULBO - 25W Soquete da lâmpada (Base): E27, Modelo: Bulbo A95, leitosa, base E27, Bivolt (100~240V)AC, 60Hz. Fluxo luminoso mínimo 2.400lm. Temperatura de cor 6.500K. IP 20. Ângulo de abertura 180°. Vida útil mediana de 20.000 horas.	KIAN	36,0000	720,00
273	30,000	UN	101383 - REFLETOR LED 100W	OUROLUX	210,0000	6.300,00
					Total Geral:	7.465,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
07 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6785/2019**

Processo Administrativo: **114/2019**
Data do Processo: **13/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **07/10/2019**
Data da Solicitação: **07/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5572**
Data de Homologação: **07/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

Telefone: 4733723457

CPF/CNPJ: 15.843.503/0001-04

Celular:

Endereço: CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: kl.licitacao@gmail.com

Banco: 033 - Banco Santander

Agencia 1539-

Conta: 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após receb. da AF

Local de Entrega: Conforme item 11.3 do Edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.26.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
217	50,000	UN	101374 - LÂMPADA BULBO LED E27 - 50W Lâmpada LED, com potência de mínima de 50W. Bivolt automático. Eficiência luminosa de 85W/l mínima. Fluxo luminoso de no mínimo 4250lm. Ângulo de abertura de 200°. Temperatura de cor de 6.500K. Base E-27. IP20. Vida útil mediana de 20.000 horas.	KIAN	65,8000	3.290,00

					Total Geral:	3.290,00
--	--	--	--	--	---------------------	-----------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
07 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6793/2019**

Processo Administrativo: **232/2019**
Data do Processo: **25/09/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **01/11/2019**
Data da Solicitação: **07/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5586**
Data de Homologação: **01/11/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: POSTO AGRICOPEL LTDA.

Telefone: 4733728904

CPF/CNPJ: 83.488.882/0001-03

Celular:

Endereço: RUA WALTER MARQUARDT, Vila Nova - 89259-700, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: carla@agricopel.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3125-9 Conta: 3977-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: De segunda a sexta-feira das 07:00 às 20:00hs

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 232 - 09.001.15.122.0451.2304.3.3.90.00.00 - Aquisição de combustíveis e

Desdobramento : 3.3.90.30.01.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital e ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	35.000,000	L	28577 - ÓLEO DIESEL S10		3,2700	114.450,00
4	15.000,000	L	6293 - GASOLINA COMUM		3,7900	56.850,00
					Total Geral:	171.300,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
07 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6803/2019**

Processo Administrativo: **127/2019**
Data do Processo: **28/06/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **26/07/2019**
Data da Solicitação: **08/11/2019**
Sequencial do Contrato: **4060**
Data de Homologação: **26/07/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: CODEJAS CIA. DE DESENVOLVIMENTO DE JARAGUÁ DO SUL **Telefone:** 33707696
CPF/CNPJ: 00.513.208/0001-04 **Celular:**
Endereço: Rua José Fachini, Barra do Rio Molha - 89259-720, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: codejas@gmail.com
Banco: 104 - Caixa Econômica **Agencia** 2707-3 **Conta:** 3000011-0

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Conforme item 11.3 do Edital
Local de Entrega: JARAGUÁ DO SUL - SC
Despesa : 233 - 09.001.15.452.0451.2305.3.3.90.00.00 - Manutenção de vias/passagens
Desdobramento : 3.3.90.30.51.00
Recurso : 0.1.07.0126 - Recursos CIDE
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de SAIBRO BRUTO (macadame) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observação: Aquisição de 7.200 toneladas de saibro (macadame) para revestimento de vias não pavimentadas de responsabilidade do município.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	7.200,000	TN	101814 - SAIBRO BRUTO (MACADAME) * EXTRAÇÃO, CARREGAMENTO E TRANSPORTE POR CONTA DO MUNICÍPIO.		7,8200	56.304,00

					Total Geral:	56.304,00
--	--	--	--	--	---------------------	------------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
08 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6804/2019**

Processo Administrativo: **152/2019**
Data do Processo: **26/07/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **25/09/2019**
Data da Solicitação: **08/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5202**
Data de Homologação: **25/09/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: CONSTRUMAQ INDUSTRIA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS **Telefone:** 4733509500
CPF/CNPJ: 14.038.059/0001-83 **Celular:** 4733514500
Endereço:
E-mail: RUA JOAQUIM ZUCCO, NOVA BRASILIA - 88352-195, BRUSQUE - SC
eder@grupoconstrumaq.ind.br
Banco: 104 - Caixa Econômica **Agencia** 3660- **Conta:** 365-6

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3300200002 - DIRETORIA DE TRANSITO E TRANSPORTES
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Até 15 dias consecutivos após o recebimento da AF
Local de Entrega: DIRETORIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES
Despesa : 461 - 33.002.15.451.0410.1251.4.4.90.00.00 - Instalação de abrigos de
Desdobramento : 4.4.90.51.91.00
Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS
Objeto: Este Edital tem por objeto a aquisição de COLUNAS E BANCOS EM ESTRUTURA PRÉ-FABRICADA DE CONCRETO ARMADO destinado para abrigos de passageiros dos usuários do transporte coletivo no município de Jaraguá do Sul ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO III – Termo de Referência e ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO DE COLUNAS E BANCOS COLUNAS E BANCOS PRÉ FABRICADOS EM CONCRETO ARMADO PARA CONSTRUÇÃO DE NOVOS ABRIGOS DE PASSAGEIROS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	40,000	UN	101759 - PILAR PRÉ-FABRICADO PARA ABRIGO DE PASSAGEIROS		296,0000	11.840,00
3	20,000	UN	13434 - BANCO PRÉ-FABRICADO(EM LAJE PI C/30CM DE LARGURA COM 3,36M DE COMPRIMENTO)		262,0000	5.240,00
					Total Geral:	17.080,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
08 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6805/2019**

Processo Administrativo: **64/2019**
Data do Processo: **08/04/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **28/05/2019**
Data da Solicitação: **08/11/2019**
Sequencial do Contrato: **2940**
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: TRANSPORTES E TURISMO ITALY LTDA EPP

Telefone: 4733708655

CPF/CNPJ: 01.952.683/0001-40

Celular:

Endereço: GUILHERME KOEHLER, Vieira - 89257-140, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: italy@italy.tur.br

Banco: 756 - Banco Cooperativo

Agencia 3035-7

Conta: 13747-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: AF emitida com antecedência mínima de 05 dias

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 133 - 08.002.12.361.0350.2109.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e

Desdobramento : 3.3.90.39.27.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de transportes em veículo de passeio, caminhão baú, ônibus executivo/semi-leito/convencional/micro ônibus e tipo Van, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista e combustível, para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, para viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais, destinados para uso da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Contratação de ônibus para transporte de alunos e professores para participação em Feira Catarinense de Matemática, em Campos Novos - SC

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
2	680,000	KM	19896 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL PARA ATLETAS COM ÔNIBUS CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRANSPORTAR 43 (QUARENTA E TRÊS) PASSAGEIROS SENTADOS (INCLUINDO O MOTORISTA)		7,0000	4.760,00
					Total Geral:	4.760,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
08 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6808/2019**

Processo Administrativo: **64/2019**
Data do Processo: **08/04/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **28/05/2019**
Data da Solicitação: **08/11/2019**
Sequencial do Contrato: **2940**
Data de Homologação: **28/05/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: TRANSPORTES E TURISMO ITALY LTDA EPP
Telefone: 4733708655
CPF/CNPJ: 01.952.683/0001-40
Celular:
Endereço: GUILHERME KOEHLER, Vieira - 89257-140, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: italy@italy.tur.br
Banco: 756 - Banco Cooperativo
Agencia 3035-7
Conta: 13747-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3900400210 - ESPORTE E LAZER

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: AF emitida com antecedência mínima de 05 dias

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 552 - 39.004.27.811.1002.4006.3.3.90.00.00 - Suporte as modalidades de

Desdobramento : 3.3.90.39.79.00

Recurso : 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de transportes em veículo de passeio, caminhão baú, ônibus executivo/semi-leito/convencional/micro ônibus e tipo Van, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista e combustível, para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, para viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais, destinados para uso da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de 2.100 km em veículo micro ônibus para viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais para transporte especial de atletas.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
4	2.100,000	KM	32231 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL DE ATLETAS COM MICRO-ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRANSPORTAR 22 (VINTE E DOIS) PASSAGEIROS SENTADOS (INCLUINDO O MOTORISTA)		5,3600	11.256,00

					Total Geral:	11.256,00
--	--	--	--	--	---------------------	------------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
08 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6823/2019**

Processo Administrativo: **167/2019**
Data do Processo: **08/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **23/09/2019**
Data da Solicitação: **08/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5614**
Data de Homologação: **23/09/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
Telefone: 4733861462
CPF/CNPJ: 82.989.096/0001-27
Celular:
Endereço: DUQUE DE CAXIAS, CENTRO - 89121-000, RIO DOS CEDROS - SC
E-mail: compras@pneusneri.com.br
Banco: 104 - Caixa Econômica
Agencia 809-5
Conta: 1106-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Até 24 horas após o recebimento da AF

Local de Entrega: Rua Angelo Rubini, 600 - Bairro Barra do Rio Cerro

Despesa : 172 - 09.001.15.122.0300.2302.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Obras

Desdobramento : 3.3.90.39.19.00

Recurso : 0.3.39.0555 - SF-FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de serviços de recapagem e recauchutagem de pneus ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes, conforme especificações e quantidades no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE 06 PNEUS 11.00-22 LISO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES DE USO DESTA SECRETARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
7	6,000	SV	18822 - RECAPAGEM - PNEU 11.00X22 LISO - SULCO DA BORRACHA COM NO MÍNIMO 14MM DE PROFUNDIDADE		610,0000	3.660,00
					Total Geral:	3.660,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
08 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6824/2019**

Processo Administrativo: 21/2019
Data do Processo: 25/02/2019
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 27/03/2019
Data da Solicitação: 08/11/2019
Sequencial do Contrato: 2811
Data de Homologação: 27/03/2019

Página: 1/1

Fornecedor: WHSUL SINALIZAÇÃO EIRELI

CPF/CNPJ: 29.821.122/0001-20

Endereço: Rod. A 280 A - km 04, ITINGA - 89245-000, ARAQUARI - SC

E-mail: comercial.whsul@gmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3163-1 **Conta:** 15961-1

Telefone: 47999355328

Celular:

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3300200002 - DIRETORIA DE TRANSITO E TRANSPORTES

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máx. 15 dias consecut. do 1º dia útil após rcbt AF

Local de Entrega: RUA JOSÉ FACHINI, SN. FUNDOS DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS.

Despesa : 472 - 33.002.15.452.0410.2261.3.3.90.00.00 - Manutenção da sinalização viária

Desdobramento : 3.3.90.30.44.00

Recurso : 0.3.64.0317 - SF-Conv.Multas Trânsito-RENAINF - Besc c/c 74736-7

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para aquisição de MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I, Especificações técnicas no ANEXO IX e Minuta da Ata de Registro de Preços no ANEXO III deste edital.

Observação: PLACAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
44	80,000	CJ	100955 - CONJUNTO LOGRADOURO COMPOSTO POR 2 PLACAS EM AÇO GALVANIZADO 1,5MM 80X20CM FRISADA COM FURO OBLONGO, UMA ABRAÇADEIRA PARA FIXAÇÃO DAS PLACAS. COR AZUL.	WH SUL	64,0000	5.120,00

					Total Geral:	5.120,00
--	--	--	--	--	---------------------	-----------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
08 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6825/2019**

Processo Administrativo: **229/2018**
Data do Processo: **01/11/2018**
Contrato: **1039/2019**
Data da Contratação: **22/03/2019**
Data da Solicitação: **08/11/2019**
Sequencial do Contrato: **1969**
Data de Homologação: **07/03/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: CV TYRES EIRELI

CPF/CNPJ: 28.888.423/0001-09

Endereço: NEREU RAMOS, CENTRO - 88220-000, ITAPEMA - SC

E-mail: cvpneus.sc@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 4072-X **Conta:** 5404-6

Telefone: 47999545980

Celular:

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

Condição de Pagamento: 30 dias

Prazo de Entrega: IMEDIATA

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 172 - 09.001.15.122.0300.2302.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Obras

Desdobramento : 3.3.90.30.39.00

Recurso : 0.3.39.0555 - SF-FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 04 PNEUS 295/80 R22,5 BORRACHUDO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES DE USO DESTA SECRETARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
35	4,000	UN	33717 - PNEU 295/80 R22,5 - BORRACHUDO - 152/148 (ÍNDICE DE VELOCIDADE E CARGA MÍNIMA).	SPEEDMAX	1.420,0000	5.680,00
					Total Geral:	5.680,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
08 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6826/2019**

Processo Administrativo: **229/2018**
Data do Processo: **01/11/2018**
Contrato: **1040/2019**
Data da Contratação: **22/03/2019**
Data da Solicitação: **08/11/2019**
Sequencial do Contrato: **1970**
Data de Homologação: **07/03/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: SETIM & TITON LTDA

CPF/CNPJ: 20.862.784/0001-74

Endereço:

E-mail: COMENDADOR ROSEIRA, PRADO VELHO - 80215-210, CURITIBA - PR

vilmar_rensi@acspneus.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia 0586-

Conta: 3137-4

Telefone: 4132967677

Celular: 47991075596

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0900100026 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICO

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: IMEDIATA

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 172 - 09.001.15.122.0300.2302.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Obras

Desdobramento : 3.3.90.30.39.00

Recurso : 0.3.39.0555 - SF-FEP-Fund.Esp.Petróleo e comp.financ.expl.rec.naturais

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 08 CÂMERAS DE AR P/PNEU 12-16,5 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE RETROESCAVADEIRAS DE USO DESTA SECRETARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
58	8,000	UN	35288 - CÂMARA DE AR P/ PNEU 12-16,5, COM SELO DO INMETRO	Flexen	78,0000	624,00
					Total Geral:	624,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
08 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6828/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **08/11/2019**
Sequencial do Contrato: **442**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME
Telefone: 4733723457
CPF/CNPJ: 15.843.503/0001-04

Celular:
Endereço: CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: kl.licitacao@gmail.com

Banco: 033 - Banco Santander

Agencia 1539-

Conta: 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais para a realização das atividades do Patrimônio.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
240	120,000	M	22365 - TUBO SOLDÁVEL 25MM	PLASTILIT	1,8700	224,40
404	3.000,000	KG	30621 - CIMENTO CP II - Z - COMPOSTO COM ADIÇÃO DE MATERIAL POZOLANICO - CLASSE 32 - CONFORME NBR 11578. * OBS - ENTREGA EM SACA DE 40 E/OU 50 KG	NACIONAL	0,4400	1.320,00
					Total Geral:	1.544,40

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
08 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6829/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **08/11/2019**
Sequencial do Contrato: **439**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO - EPP
Telefone: 4733712000
CPF/CNPJ: 78.268.810/0001-10
Celular:
Endereço: Maria Umbelina da Silva, Vila Lenzi - 89252-490, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: adm@lilicasaeconstrucao.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia 417-0

Conta: 1415-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0500100010 - GERENCIA DE CONTROLE PATR. E SERV. GERAIS

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 53 - 05.001.04.122.0300.2057.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do

Desdobramento : 3.3.90.30.24.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: Aquisição de materiais para a realização das atividades do Patrimônio.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
334	4.000,000	UN	21565 - TIJOLO MACIÇO ESTRUTURAL 11.5X11.5X24CM	CERAMICA JOSENI	0,8800	3.520,00

					Total Geral:	3.520,00
--	--	--	--	--	---------------------	-----------------

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
08 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6830/2019**

Processo Administrativo: **160/2018**
Data do Processo: **23/07/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **20/11/2018**
Data da Solicitação: **08/11/2019**
Sequencial do Contrato: **442**
Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME
Telefone: 4733723457
CPF/CNPJ: 15.843.503/0001-04
Celular:
Endereço: CARLOS HARDT, AGUA VERDE - 89254-705, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: kl.licitacao@gmail.com
Banco: 033 - Banco Santander
Agencia 1539-
Conta: 13000235-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 3300200002 - DIRETORIA DE TRANSITO E TRANSPORTES

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 462 - 33.002.15.451.0410.2253.3.3.90.00.00 - Manutenção de abrigos de

Desdobramento : 3.3.90.30.51.00

Recurso : 0.1.00.0080 - Recursos Próprios - PMJS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
404	1.000,000	KG	30621 - CIMENTO CP II - Z - COMPOSTO COM ADIÇÃO DE MATERIAL POZOLANICO - CLASSE 32 - CONFORME NBR 11578. * OBS - ENTREGA EM SACA DE 40 E/OU 50 KG	NACIONAL	0,4400	440,00

					Total Geral:	440,00
--	--	--	--	--	---------------------	---------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
08 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6836/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5632**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

Telefone: 4733722740

CPF/CNPJ: 18.138.763/0001-69

Celular:

Endereço: WALLY EMILIA MOHR, AGUA VERDE - 89254-525, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: comercial1@grupovitoria.net

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 7029-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.3.80.0097 - SF -Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	23,000	UN	19841 - BEBEDOURO INDUSTRIAL	CÂNOVAS	2.885,0000	66.355,00
					Total Geral:	66.355,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6837/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5632**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

Telefone: 4733722740

CPF/CNPJ: 18.138.763/0001-69

Celular:

Endereço: WALLY EMILIA MOHR, AGUA VERDE - 89254-525, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail: comercial1@grupovitoria.net

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 7029-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	31,000	UN	19841 - BEBEDOURO INDUSTRIAL	CÂNOVAS	2.885,0000	89.435,00
2	4,000	UN	19841 - BEBEDOURO INDUSTRIAL	CÂNOVAS	2.885,0000	11.540,00
					Total Geral:	100.975,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6839/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5621**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA

CPF/CNPJ: 09.053.748/0001-27

Endereço: RUA MARCOS HOSANG, SEMINARIO, TAIÓ - SC

E-mail: bagatoli@outlook.com
comercial.bagatoli@yahoo.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 0809-5 **Conta:** 15307-9

Telefone: 4735621878

Celular:

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.3.80.0097 - SF -Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	18,000	UN	12861 - LAVADORA DE ROUPAS	COLORMAQ	2.221,0000	39.978,00
17	2,000	UN	101883 - BUFFET INFANTIL C/ 08 CUBAS	IBET	1.850,0000	3.700,00
					Total Geral:	43.678,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6840/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5621**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA

Telefone: 4735621878

CPF/CNPJ: 09.053.748/0001-27

Celular:

Endereço: RUA MARCOS HOSANG, SEMINARIO, TAIÓ - SC

E-mail: bagatoli@outlook.com

comercial.bagatoli@yahoo.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia

0809-5

Conta: 15307-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	13,000	UN	12861 - LAVADORA DE ROUPAS	COLORMAQ	2.221,0000	28.873,00
					Total Geral:	28.873,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6841/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5622**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: RP COMERCIAL LTDA

CPF/CNPJ: 20.604.417/0001-70

Endereço:

E-mail: Rua das Bromélias, Fortaleza Alta - 89058-080, BLUMENAU - SC
administrativo@rpcomercial.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3420-7 **Conta:** 219734-0

Telefone: 4732886842

Celular: 47992085500

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.3.80.0097 - SF -Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	26,000	UN	12863 - FORNO ELÉTRICO	VENÂNCIO	2.127,0000	55.302,00
					Total Geral:	55.302,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6842/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5622**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: RP COMERCIAL LTDA**CPF/CNPJ:** 20.604.417/0001-70**Endereço:**

E-mail: Rua das Bromélias, Fortaleza Alta - 89058-080, BLUMENAU - SC
administrativo@rpcomercial.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3420-7 **Conta:** 219734-0

Telefone: 4732886842**Celular:** 47992085500

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos**Desdobramento :** 4.4.90.52.34.00**Recurso :** 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	7,000	UN	12863 - FORNO ELÉTRICO	VENÂNCIO	2.127,0000	14.889,00
					Total Geral:	14.889,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6843/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5623**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI

Telefone: 4730413006

CPF/CNPJ: 33.859.616/0001-71

Celular:

Endereço: Avenida Adalberto Simão Nader, República - 29070-063, VITÓRIA - ES

E-mail: mastereletricita@gmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 191837-0 Conta: 29023-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.80.0097 - Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
7	17,000	UN	1396 - REFRIGERADOR DUPLEX FROSTFREE BRANCO	ELECTROLUX	2.590,0000	44.030,00
14	15,000	UN	16310 - FORNO DE MICROONDAS	MIDEA	455,0000	6.825,00
19	4,000	UN	14546 - ESPREMEDOR DE FRUTAS	FAK	215,0000	860,00
26	10,000	UN	101886 - SECADORA DE ROUPA	MIDEA	1.639,0000	16.390,00
					Total Geral:	68.105,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6844/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5623**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI

Telefone: 4730413006

CPF/CNPJ: 33.859.616/0001-71

Celular:

Endereço: Avenida Adalberto Simão Nader, República - 29070-063, VITÓRIA - ES

E-mail: mastereletricita@gmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 191837-0 Conta: 29023-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recibo da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
7	19,000	UN	1396 - REFRIGERADOR DUPLEX FROSTFREE BRANCO	ELECTROLUX	2.590,0000	49.210,00
8	3,000	UN	1396 - REFRIGERADOR DUPLEX FROSTFREE BRANCO	ELECTROLUX	2.590,0000	7.770,00
14	10,000	UN	16310 - FORNO DE MICROONDAS	MIDEA	455,0000	4.550,00
19	6,000	UN	14546 - ESPREMEDOR DE FRUTAS	FAK	215,0000	1.290,00
26	2,000	UN	101886 - SECADORA DE ROUPA	MIDEA	1.639,0000	3.278,00
					Total Geral:	66.098,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6845/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5631**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: ANDRE FELIX MAES CORDEIRO

Telefone: 47997619075

CPF/CNPJ: 16.937.642/0001-51

Celular: 4734552078

Endereço:

E-mail: BENEDITO NOVO, UBATUBA - 89240-000, SÃO FRANCISCO DO SUL - SC

esferasantacatarina@gmail.com

Banco: 756 - Banco Cooperativo **Agencia** 3039-0 **Conta:** 52496-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.80.0097 - Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	22,000	UN	13924 - APARELHO DE SOM MINI-SISTEM	MONDIAL	259,0000	5.698,00
24	50,000	UN	11473 - CAIXA DE SOM AMPLIFICADA	HAYONIK/PLA YER 80	390,0000	19.500,00
					Total Geral:	25.198,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6846/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5624**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: MV ELETRONICOS EIRELI - ME
Telefone: 4835250526

CPF/CNPJ: 27.895.281/0001-44

Celular: 4835251022

Endereço:
E-mail: Rua Luiz Cirimbelli, IMIGRANTES - 88930-000, TURVO - SC

licitacao@digiplus.com.br

licita@digiplus.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 993-8 **Conta:** 15237-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.80.0097 - Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
9	19,000	UN	12866 - BATEDEIRA	MANÁ	2.394,0000	45.486,00
					Total Geral:	45.486,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
 Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6847/2019

Processo Administrativo: **137/2019**
 Data do Processo: **12/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **04/10/2019**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **5636**
 Data de Homologação: **04/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: DURALINE INFORMATICA LTDA EPP
Telefone: 4730263013
CPF/CNPJ: 05.690.638/0001-15
Celular:
Endereço: RUY BARBOSA, Costa e Silva - 89220-100, JOINVILLE - SC
E-mail: tecnologia@duraline.com.br
Banco: 237 - Banco Bradesco S. Agência 1422-2 Conta: 30-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 20 dias, do dia útil após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.35.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital.

Observação: SUBSTITUIÇÃO DOS COMPUTADORES DAS SECRETARIAS DAS EMEB's, CONSIDERADOS OBSOLETOS.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	32,000	UN	20725 - MICROCOMPUTADOR PARA APLICAÇÕES DE ESCRITÓRIO	POSITIVO	2.490,0000	79.680,00

					Total Geral:	79.680,00
--	--	--	--	--	---------------------	------------------

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6848/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5624**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: MV ELETRONICOS EIRELI - ME
Telefone: 4835250526

CPF/CNPJ: 27.895.281/0001-44

Celular: 4835251022

Endereço:
E-mail: Rua Luiz Cirimbelli, IMIGRANTES - 88930-000, TURVO - SC

licitacao@digiplus.com.br

licita@digiplus.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 993-8 **Conta:** 15237-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
9	13,000	UN	12866 - BATEDEIRA	MANÁ	2.394,0000	31.122,00
					Total Geral:	31.122,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6849/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5625**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP **Telefone:** 33702821
CPF/CNPJ: 02.292.510/0001-05 **Celular:**
Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechsler, ESTRADA NOVA - 89254-700, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: otsmultilar@gmail.com
Banco: 756 - Banco Cooperativo **Agencia** 3035-0 **Conta:** 110158-7

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF
Local de Entrega: Conforme edital
Despesa : 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos
Desdobramento : 4.4.90.52.34.00
Recurso : 0.1.80.0097 - Recursos Creches
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
11	2,000	UN	8682 - FOGÃO INDUSTRIAL	VENÂNCIO	940,0000	1.880,00
15	22,000	UN	29968 - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	JL COLOMBO	499,0000	10.978,00
25	1,000	UN	102176 - CORTADOR DE LEGUMES - CABRITA	VITALEX	115,0000	115,00
					Total Geral:	12.973,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
 Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6850/2019

Processo Administrativo: **137/2019**
 Data do Processo: **12/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **04/10/2019**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **5637**
 Data de Homologação: **04/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: PROVILLE INFORMATICA LTDA
CPF/CNPJ: 74.011.974/0001-07

Endereço: JOAO PESSOA, SANTO ANTONIO - 89218-280, JOINVILLE - SC

E-mail: pro.data@terra.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia: 1897-0

Conta: 1170-9

Telefone:
Celular:

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 20 dias, do dia útil após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.35.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS - 50UN PARA O PROJETO DE ROBÓTICA E 03UN PARA A SEMED.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	53,000	UN	20727 - NOTEBOOK PARA APLICAÇÕES DE ESCRITÓRIO	DELL	3.975,0000	210.675,00

					Total Geral:	210.675,00
--	--	--	--	--	---------------------	-------------------

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6851/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5625**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP **Telefone:** 33702821
CPF/CNPJ: 02.292.510/0001-05 **Celular:**
Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechsler, ESTRADA NOVA - 89254-700, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: otsmultilar@gmail.com
Banco: 756 - Banco Cooperativo **Agencia** 3035-0 **Conta:** 110158-7

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF
Local de Entrega: Conforme edital
Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos
Desdobramento : 4.4.90.52.34.00
Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
11	6,000	UN	8682 - FOGÃO INDUSTRIAL	VENÂNCIO	940,0000	5.640,00
15	18,000	UN	29968 - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL	JL COLOMBO	499,0000	8.982,00
25	5,000	UN	102176 - CORTADOR DE LEGUMES - CABRITA	VITALEX	115,0000	575,00
					Total Geral:	15.197,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6852/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5626**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E

Telefone: 4730660843

CPF/CNPJ: 34.471.931/0001-90

Celular:

Endereço: Rua Artur Schlupp, ÁGUA VERDE - 89042-301, BLUMENAU - SC

E-mail: bluinter@bluinter.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 0095-7 **Conta:** 29059-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.3.80.0097 - SF -Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
12	21,000	UN	102175 - PROCESSADOR DE ALIMENTOS INDUSTRIAL	BECCARO	2.395,0000	50.295,00
27	1,000	UN	102177 - CILINDRO ELÉTRICO PARA MASSAS	ITAJOBÍ	2.105,0000	2.105,00
					Total Geral:	52.400,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6853/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5626**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E

Telefone: 4730660843

CPF/CNPJ: 34.471.931/0001-90

Celular:

Endereço: Rua Artur Schlupp, ÁGUA VERDE - 89042-301, BLUMENAU - SC

E-mail: bluinter@bluinter.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 0095-7 Conta: 29059-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
12	15,000	UN	102175 - PROCESSADOR DE ALIMENTOS INDUSTRIAL	BECCARO	2.395,0000	35.925,00
13	1,000	UN	102175 - PROCESSADOR DE ALIMENTOS INDUSTRIAL	BECCARO	2.395,0000	2.395,00
27	2,000	UN	102177 - CILINDRO ELÉTRICO PARA MASSAS	ITAJOBÍ	2.105,0000	4.210,00
					Total Geral:	42.530,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6854/2019**

Processo Administrativo: **137/2019**
Data do Processo: **12/07/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **04/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5638**
Data de Homologação: **04/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: TOP CENTER COMERCIAL LTDA**Telefone:** 4734227941**CPF/CNPJ:** 82.135.625/0001-25**Celular:****Endereço:** RUA PRESIDENTE CAMPOS SALLES, Glória - 89217-100, JOINVILLE - SC

E-mail: roberto.tromm@hotmail.com
roberto@topcentercom.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S. **Agencia** 2232-2 **Conta:** 3719-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo de 20 dias, do dia útil após recbto da AF**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos**Desdobramento :** 4.4.90.52.35.00**Recurso :** 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 10 PONTOS DE ACESSO INTERNO PARA REDE SEM FIO PARA OS 50 NOTEBOOKS DO PROJETO DE ROBÓTICA E 03 DA SEMED.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
22	10,000	UN	22921 - PONTO DE ACESSO INTERNO PARA REDE SEM FIO - TIPO 1	UBIQUITI	653,0000	6.530,00
					Total Geral:	6.530,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6855/2019**

Processo Administrativo: **137/2019**
Data do Processo: **12/07/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **04/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5638**
Data de Homologação: **04/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: TOP CENTER COMERCIAL LTDA

Telefone: 4734227941

CPF/CNPJ: 82.135.625/0001-25

Celular:

Endereço: RUA PRESIDENTE CAMPOS SALLES, Glória - 89217-100, JOINVILLE - SC

E-mail: roberto.tromm@hotmail.com
roberto@topcentercom.com.br

Banco: 237 - Banco Bradesco S. **Agencia** 2232-2 **Conta:** 3719-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 20 dias, do dia útil após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 133 - 08.002.12.361.0350.2109.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e

Desdobramento : 3.3.90.30.17.00

Recurso : 0.3.37.0618 - SF-FNDE - AFM Apoio Financeiro aos Municípios

Objeto: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital.
Observação: REPOSIÇÃO DE PEÇAS PARA EQUIPAMENTOS EM MANUTENÇÃO, OFERECENDO ASSIM EQUIPAMENTOS MAIS ATUALIZADOS E CAPAZES DE ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES ESCOLARES.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
36	10,000	UN	29329 - FONTE TFX 300	SEASONIC	200,0000	2.000,00
					Total Geral:	2.000,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6856/2019**

Processo Administrativo: **137/2019**
Data do Processo: **12/07/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **04/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5639**
Data de Homologação: **04/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: REI DOS REIS COM ATAC E VAR DE EQUIP DE INF LTDA
Telefone: 4734326949
CPF/CNPJ: 13.729.372/0001-03
Celular:
Endereço: Rua Rio do Oeste, BOA VISTA - 89206-560, JOINVILLE - SC
E-mail: provisaoequipamentos@gmail.com
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3155-0 Conta: 24333-7

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 20 dias, do dia útil após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 133 - 08.002.12.361.0350.2109.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e

Desdobramento : 3.3.90.30.17.00

Recurso : 0.3.37.0618 - SF-FNDE - AFM Apoio Financeiro aos Municípios

Objeto: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital.

Observação: REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM EQUIPAMENTOS EM MANUTENÇÃO, OFERENDO EQUIPAMENTOS MAIS ATUALIZADOS E CAPAZES DE ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES ESCOLARES.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
47	100,000	UN	35111 - HD SSD SATA-III	WESTERN DIG/KINGSTON	168,5000	16.850,00
					Total Geral:	16.850,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6859/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5627**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: ADL COMERCIAL EIRELI EPP

Telefone: 4732320960

CPF/CNPJ: 15.267.298/0001-78

Celular:

Endereço: Rua Albert Einstein, FORTALEZA - 89056-130, BLUMENAU - SC

E-mail: adlcomercial@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 95-7 Conta: 122427-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.3.80.0097 - SF -Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
16	10,000	UN	18891 - BALANÇA DIGITAL	BALMAK	695,0000	6.950,00
21	5,000	UN	101894 - FREEZER VERTICAL	CONSUL	2.190,0000	10.950,00
					Total Geral:	17.900,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6860/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5627**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: ADL COMERCIAL EIRELI EPP

Telefone: 4732320960

CPF/CNPJ: 15.267.298/0001-78

Celular:

Endereço: Rua Albert Einstein, FORTALEZA - 89056-130, BLUMENAU - SC

E-mail: adlcomercial@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 95-7 Conta: 122427-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
16	10,000	UN	18891 - BALANÇA DIGITAL	BALMAK	695,0000	6.950,00
18	1,000	UN	101883 - BUFFET ADULTO C/08 CUBAS	IBET	1.730,0000	1.730,00
21	8,000	UN	101894 - FREEZER VERTICAL	CONSUL	2.190,0000	17.520,00
					Total Geral:	26.200,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6864/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5628**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E

Telefone: 4732098789

CPF/CNPJ: 27.913.520/0001-41

Celular:

Endereço: Professor Max Humpl, Salto do Norte - 89065-500, BLUMENAU - SC

E-mail: macarinicomercial@gmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 95-7 **Conta:** 128004-X

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.3.80.0097 - SF -Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
20	1,000	UN	101894 - FREEZER HORIZONTAL	ELECTROLUX	2.318,0000	2.318,00
					Total Geral:	2.318,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6867/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5628**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E

Telefone: 4732098789

CPF/CNPJ: 27.913.520/0001-41

Celular:

Endereço: Professor Max Humpl, Salto do Norte - 89065-500, BLUMENAU - SC

E-mail: macarinicomercial@gmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 95-7 **Conta:** 128004-X

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
20	11,000	UN	101894 - FREEZER HORIZONTAL	ELECTROLUX	2.318,0000	25.498,00
					Total Geral:	25.498,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6873/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5629**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: RICHESSE MÓVEIS LTDA EPP

Telefone:

CPF/CNPJ: 20.265.303/0001-43

Celular:

Endereço: RUA EDMUNDO KOCH, Nereu Ramos - 89265-515, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail:

Banco: 237 - Banco Bradesco S. **Agencia** 356-5 **Conta:** 118752-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.80.0097 - Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
22	3,000	UN	13859 - LAVADORA DE PRESSÃO	KARCHER	1.872,0000	5.616,00
					Total Geral:	5.616,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6875/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5629**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: RICHESSE MÓVEIS LTDA EPP
Telefone:
CPF/CNPJ: 20.265.303/0001-43

Celular:
Endereço: RUA EDMUNDO KOCH, Nereu Ramos - 89265-515, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail:
Banco: 237 - Banco Bradesco S.

Agencia 356-5

Conta: 118752-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
22	3,000	UN	13859 - LAVADORA DE PRESSÃO	KARCHER	1.872,0000	5.616,00
					Total Geral:	5.616,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6878/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5630**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: LAVNA VIVACE CONSULTORIA EMPRESARIAL E COMERCIO
Telefone: 4333044527
CPF/CNPJ: 21.442.038/0001-94
Celular:
Endereço: CORNÉLIO PROCÓPIO, AURORA - 86060-420, LONDRINA - PR
E-mail: lavnavivace@gmail.com
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3142-9 Conta: 35231-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.80.0097 - Recursos Creches

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
23	197,000	UN	11473 - CAIXA DE SOM AMPLIFICADA	HAYONIK	396,9700	78.203,09
					Total Geral:	78.203,09

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6879/2019**

Processo Administrativo: **189/2019**
Data do Processo: **26/08/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **09/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5630**
Data de Homologação: **09/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: LAVNA VIVACE CONSULTORIA EMPRESARIAL E COMERCIO
Telefone: 4333044527
CPF/CNPJ: 21.442.038/0001-94
Celular:
Endereço: CORNÉLIO PROCÓPIO, AURORA - 86060-420, LONDRINA - PR
E-mail: lavnavivace@gmail.com
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.
Agencia 3142-9
Conta: 35231-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 30 dias consecutivos, após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Escolas e Centros Municipais do Município de Jaraguá do Sul, de conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: Prover as unidades escolares do município equipamentos necessários e adequados ao bom funcionamento escolar.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
23	240,000	UN	11473 - CAIXA DE SOM AMPLIFICADA	HAYONIK	396,9700	95.272,80
					Total Geral:	95.272,80

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6882/2019**

Processo Administrativo: **137/2019**
Data do Processo: **12/07/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **04/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5655**
Data de Homologação: **04/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: INFOPLAN LTDA - ME**Telefone:** 4736330043**CPF/CNPJ:** 04.622.715/0001-37**Celular:****Endereço:** ALFREDO ZIPPERER, CENTRO - 89280-442, SÃO BENTO DO SUL - SC**E-mail:** infoplansc@gmail.com**Banco:** 341 - Itaú Unibanco S.A. **Agencia** 7932-2 **Conta:** 00009-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo de 20 dias, do dia útil após recbto da AF**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos**Desdobramento :** 4.4.90.52.35.00**Recurso :** 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE APPLIANCE FIREWALL PARA USO NAS ESCOLAS, SUBSTITUINDO OS SERVIDORES OBSOLETOS.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
37	30,000	UN	35259 - MINICOMPUTADOR ULTRACOMPACTO	NUC LIVA ZE	1.178,0000	35.340,00
					Total Geral:	35.340,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
 Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6883/2019

Processo Administrativo: **137/2019**
 Data do Processo: **12/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **04/10/2019**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **5655**
 Data de Homologação: **04/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: INFOPLAN LTDA - ME**Telefone:** 4736330043**CPF/CNPJ:** 04.622.715/0001-37**Celular:****Endereço:** ALFREDO ZIPPERER, CENTRO - 89280-442, SÃO BENTO DO SUL - SC**E-mail:** infoplansc@gmail.com**Banco:** 341 - Itaú Unibanco S.A. **Agencia** 7932-2 **Conta:** 00009-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800300024 - EDUCAÇÃO INFANTIL**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo de 20 dias, do dia útil após recbto da AF**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 157 - 08.003.12.365.0351.2120.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos**Desdobramento :** 4.4.90.52.35.00**Recurso :** 0.1.80.0097 - Recursos Creches

Objeto: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE APPLIANCE FIREWALL PAR AUSO NOS CENTROS INFANTIS, SUBSTITUINDO OS SERVIDORES OBSOLETOS.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
37	20,000	UN	35259 - MINICOMPUTADOR ULTRACOMPACTO	NUC LIVA ZE	1.178,0000	23.560,00
					Total Geral:	23.560,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6885/2019**

Processo Administrativo: **137/2019**
Data do Processo: **12/07/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **04/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5659**
Data de Homologação: **04/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: MICROCABLE SERVICOS EM TELECOMUNICACOES E

Telefone: 4932252309

CPF/CNPJ: 17.101.531/0001-73

Celular: 55984374570

Endereço:

E-mail: MANOEL THIAGO DE CASTRO, CENTRO, LAGES - SC

vendas1@microlages.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia 0420-0

Conta: 3736-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo de 20 dias, do dia útil após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 137 - 08.002.12.361.0350.2112.4.4.90.00.00 - Investimentos em equipamentos

Desdobramento : 4.4.90.52.35.00

Recurso : 0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação

Objeto: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE PONTOS DE ACESSO TIPO 2 E 3 PARA USO COM OS CHROMEBOOKS.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
23	40,000	UN	22921 - PONTO DE ACESSO INTERNO PARA REDE SEM FIO - TIPO 2	UNIFI	1.915,0000	76.600,00
25	40,000	UN	22921 - PONTO DE ACESSO INTERNO PARA REDE SEM FIO - TIPO 3	UNIFI	1.028,0000	41.120,00
					Total Geral:	117.720,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6886/2019**

Processo Administrativo: **137/2019**
Data do Processo: **12/07/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **04/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5659**
Data de Homologação: **04/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: MICROCABLE SERVICOS EM TELECOMUNICACOES E
Telefone: 4932252309

CPF/CNPJ: 17.101.531/0001-73

Celular: 55984374570

Endereço:
E-mail: MANOEL THIAGO DE CASTRO, CENTRO, LAGES - SC

vendas1@microlages.com.br

Banco: 104 - Caixa Econômica

Agencia: 0420-0

Conta: 3736-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 20 dias, do dia útil após recbto da AF

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 133 - 08.002.12.361.0350.2109.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e

Desdobramento : 3.3.90.30.17.00

Recurso : 0.3.37.0618 - SF-FNDE - AFM Apoio Financeiro aos Municípios

Objeto: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital.

Observação: REPOSIÇÃO DE PEÇAS DE EQUIPAMENTOS EM MANUTENÇÃO, OFERECENDO EQUIPAMENTOS ATUALIZADOS E CAPAZES DE ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES ESCOLARES.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
32	50,000	UN	716 - MEMÓRIA DDR3 4GB	VEKETE	127,3000	6.365,00
					Total Geral:	6.365,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**

Rua Walter Marquardt, 1111 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 CNPJ: 83.102.459/0001-23 Telefone: (47) 2106-8000
Site: www.jaraguadosul.sc.gov.br

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 6887/2019**

Processo Administrativo: **137/2019**
Data do Processo: **12/07/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **04/10/2019**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **5660**
Data de Homologação: **04/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: RK ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE COMPUTADORES LTDA. ME **Telefone:** 4732735614
CPF/CNPJ: 07.651.892/0001-30 **Celular:**
Endereço: RUA JOSE THEODORO RIBEIRO, ILHA DA FIGUEIRA - 89258-000, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail: rodrigo@suporter.k.com.br
Banco: 104 - Caixa Econômica **Agencia** 3077-5 **Conta:** 1271-0

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 0800200023 - ENSINO FUNDAMENTAL
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 20 dias, do dia útil após recbto da AF
Local de Entrega: Conforme edital
Despesa : 133 - 08.002.12.361.0350.2109.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades e
Desdobramento : 3.3.90.30.17.00
Recurso : 0.3.37.0618 - SF-FNDE - AFM Apoio Financeiro aos Municípios
Objeto: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital.
Observação: REPOSIÇÃO DE PEÇAS DE EQUIPAMENTOS EM MANUTENÇÃO, OFERECENDO EQUIPAMENTOS MAIS ATUALIZADOS E CAPAZES DE ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES ESCOLARES.


Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
33	20,000	UN	716 - MEMÓRIA DDR4 4GB	DESKTOP	136,5000	2.730,00
					Total Geral:	2.730,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019

AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO - FMS - 2019

Publicação Nº 2230565

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 2808/2019
	Processo Administrativo: 33/2019 Data do Processo: 05/07/2019 Contrato: Sem termo Data da Contratação: 08/10/2019 Data da Solicitação: 21/10/2019 Sequencial do Contrato: 2046 Data de Homologação: 08/10/2019

Página: 1/1

Fornecedor: LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI EPP **Telefone:** 4132644548
CPF/CNPJ: 26.554.718/0001-13 **Celular:**
Endereço: Fagundes Varela, JARDIM SOCIAL - 82520-040, CURITIBA - PR
E-mail: licitacaolfp@gmail.com
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3041-4 **Conta:** 33388-3

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 28 - 15.002.10.301.0751.2661.3.3.90.00.00 - Prestar assistência à saúde da
Desdobramento : 3.3.90.32.03.00
Recurso : 0.2.67.0094 - Recursos PAB/Estadual
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO DE 92 KG DIETA NUTRICIONAL FAIXA ETÁRIA DE 01 A 10 ANOS DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIAL DIETA NUTRICIONAL FAIXA ETÁRIA DE 01 A 10 ANOS - PEDIASURE - ABBOTT NUTRITION - 92 KG - 230 LATAS
 OBS: SABOR BAUNILHA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
38	92,000	KG	35072 - DIETA NUTRICIONAL FAIXA ETÁRIA 1-10 ANOS - DIETA EM PÓ PARA USO ORAL OU ENTERAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PARA CRIANÇAS A PARTIR DE UM ANO DE IDADE NORMOCALÓRICA, NORMOPROTÉICA E NORMOLIPÍDICA, COM DHA E ARA, PREBIÓTICOS E PROBIÓTICOS. SABOR BAUNILHA.	PEDIASURE - ABBOTT	90,0000	8.280,00
					Total Geral:	8.280,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 21 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2809/2019

Processo Administrativo: **33/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **08/10/2019**
 Data da Solicitação: **21/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2045**
 Data de Homologação: **08/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: CENTER-NUTRI FLORIPA DE PRODUTOS
Telefone: 4830522128
CPF/CNPJ: 27.427.309/0001-19
Celular:
Endereço: Rua Desembargador Arno Hoeschl, null - 88015-620, FLORIANÓPOLIS - SC

E-mail: licitacenternutri@gmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3041-4 **Conta:** 33433-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 28 - 15.002.10.301.0751.2661.3.3.90.00.00 - Prestar assistência à saúde da

Desdobramento : 3.3.90.32.03.00

Recurso : 0.2.67.0094 - Recursos PAB/Estadual

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 51KG MÓDULO DE PROTEÍNAS E 72 KG DIETA COMPLETA DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIAL
 MÓDULO DE PROTEÍNAS - FRESUBIN PROTEIN POWDER (FRESENIUS KABI) - 51KG - 170 LATAS
 DIETA COMPLETA - PLINI SF - NUTRICIUM - 72KG - 180 LATAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
34	72,000	KG	35064 - DIETA COMPLETA EM PÓ, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN, INDICADA PARA USO ORAL OU ENTERAL. SEM SABOR, DILUIÇÃO DE 1,0 ATÉ 1,5 KCAL/ML.	PLINI SF - NUTRICIUM	97,5000	7.020,00
35	51,000	KG	35067 - MÓDULO DE PROTEÍNAS - PARA DIETA ENTERAL OU ORAL, SEM SABOR, 100% PROTEÍNAS, COM PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE. SEM GLÚTEN.	FRESUBIN PROTEIN PO	233,0000	11.883,00
					Total Geral:	18.903,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 21 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2810/2019

Processo Administrativo: **33/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **08/10/2019**
 Data da Solicitação: **21/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2044**
 Data de Homologação: **08/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA
CPF/CNPJ: 26.325.797/0001-90

Telefone: 35229979

Celular: 5491634324

Endereço:

E-mail: Rua Achilles Denti, JOSE BONIFACIO, ERECHIM - RS
 comercial@eremix.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 4251-x **Conta:** 34258-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 28 - 15.002.10.301.0751.2661.3.3.90.00.00 - Prestar assistência à saúde da

Desdobramento : 3.3.90.32.03.00

Recurso : 0.2.67.0094 - Recursos PAB/Estadual

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 22,4 KG ESPESSANTE ALIMENTAR INSTANTÂNEO DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIAL ESPESSANTE ALIMENTAR INSTANTANEO - EREMIX - ESPESSAMIX C/A - 22,4 KG - 56 LATAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	22,400	KG	35068 - ESPESSANTE ALIMENTAR INSTANTÂNEO - À BASE DE AMIDO DE MILHO MODIFICADO. ISENTO DE SABOR, SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN.	EREMIX ESPESSAMIX C/	75,0000	1.680,00
					Total Geral:	1.680,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 21 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2811/2019

Processo Administrativo: **33/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **08/10/2019**
 Data da Solicitação: **21/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2047**
 Data de Homologação: **08/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: MERCÓ SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A
Telefone: 4131393867
CPF/CNPJ: 05.912.018/0001-83
Celular:
Endereço: BRESCIA, Mauá - 83413-575, COLOMBO - PR
E-mail: karinagomes@merco.far.br
Banco: 341 - Itaú Unibanco S.A. Agência 615- Conta: 66709-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 28 - 15.002.10.301.0751.2661.3.3.90.00.00 - Prestar assistência à saúde da

Desdobramento : 3.3.90.32.03.00

Recurso : 0.2.67.0094 - Recursos PAB/Estadual

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 20,8 KG NUTRIÇÃO PARA DOENÇA DE CROHN E 71,2 KG LEITE EM PÓ ESPECIAL TIPO PEPTI C/ QUADRO DE DISTÚRBIOS ABSORTIVOS DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIAL NUTRIÇÃO PARA DOENÇA DE CROHN - MODULEN IBD - NESTLE - 20,8KG - 52 LATAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
15	20,800	KG	35071 - NUTRIÇÃO PARA DOENÇA DE CROHN - TERAPIA NUTRICIONAL PARA MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MUCOSA INTESTINAL. SEM SABOR, SEM LACTOSE, SEM GLÚTEN. 100% PROTEÍNA DE ORIGEM ANIMAL.	MODULEN IBD PÓ	865,0000	17.992,00
40	71,200	KG	35083 - LEITE EM PÓ ESPECIAL, TIPO PEPTI COM QUADRO DE DISTÚRBIOS ABSORTIVOS - FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA SEM LACTOSE PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO. COM TCM E NUCLEOTÍDEOS. INDICADA PARA LACTENTES COM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E/OU COMPROMETIMENTO GASTROINTESTINAL.	ALFARÉ NESTLE	203,0000	14.453,60
					Total Geral:	32.445,60

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 21 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2812/2019

Processo Administrativo: **33/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **08/10/2019**
 Data da Solicitação: **21/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2043**
 Data de Homologação: **08/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: PRO-VIDA COMERCIO DE EQUIPAMENTO LTDA -EPP.
Telefone: 4431234000
CPF/CNPJ: 03.889.336/0001-45
Celular:
Endereço: Rua Pioneiro Exaltino Pereira Boa Sorte, Jardim Espanha - 87062-203, MARINGÁ - PR

E-mail: licitacao@provida.eng.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1187-8 **Conta:** 45274-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 28 - 15.002.10.301.0751.2661.3.3.90.00.00 - Prestar assistência à saúde da

Desdobramento : 3.3.90.32.03.00

Recurso : 0.2.67.0094 - Recursos PAB/Estadual

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO 30 KG COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA JOVENS E ADULTOS COM SABOR DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIAL COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA JOVENS E ADULTOS COM SABOR - MIKGEN - NUTERAL - 30KG - 75 LATAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
2	30,000	KG	97509 - COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA JOVENS E ADULTOS COM SABOR	MILKGEN LATA 400GR	58,0000	1.740,00
					Total Geral:	1.740,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 21 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2813/2019

Processo Administrativo: **33/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **08/10/2019**
 Data da Solicitação: **21/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2050**
 Data de Homologação: **08/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: NUTRIMIL COMERCIO DE PROD. ALIMENTICIOS LTDA - ME **Telefone:** 4733765634
CPF/CNPJ: 20.978.588/0001-60 **Celular:**
Endereço: MARECHAL DEODORO DA FONSECA, CENTRO - 89251-702, JARAGUÁ DO SUL - SC
E-mail:
Banco: 237 - Banco Bradesco S. **Agencia** 2727-8 **Conta:** 65719-0

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 28 - 15.002.10.301.0751.2661.3.3.90.00.00 - Prestar assistência à saúde da
Desdobramento : 3.3.90.32.03.00
Recurso : 0.2.67.0094 - Recursos PAB/Estadual
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO DE 24 KG DE MALTODEXTRINA E 30 KG DE MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIAL
 MALTODEXTRINA - CARBOCH - PRODIET - 24 KG - 60 LATAS
 MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS - ENTERFIBER - PRODIET - 30KG - 75 LATAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
4	30,000	KG	35066 - MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS - MÓDULO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS COM PREBIÓTICOS, PARA USO ORAL OU ENTERAL, SEM ADIÇÃO DE SABOR, ISENTOS DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN.	ENTERFIBER 400GR	147,0000	4.410,00
8	24,000	KG	35069 - MALTODEXTRINA - MÓDULO DE CARBOIDRATOS PARA DIETA ENTERAL E ORAL TENDO COMO FONTE OLIGOSSACARÍDEOS (MALTODEXTRINA), INDICADO COMO APOORTE ENERGÉTICO, POUPADOR DE PROTEÍNAS, SITUAÇÕES DE INTOLERÂNCIA DE DISSACARÍDEO; DIETAS PARA PACIENTES DIABÉTICOS.	CARBOCH 400GR PRODIE	40,0000	960,00
					Total Geral:	5.370,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 21 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2822/2019

Processo Administrativo: **47/2018**
 Data do Processo: **04/10/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **18/12/2018**
 Data da Solicitação: **21/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **230**
 Data de Homologação: **18/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: ALVIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Telefone: 5133474861
CPF/CNPJ: 02.039.748/0001-23
Celular:
Endereço: do Forte, VILA IPIRANGA - 91360-000, PORTO ALEGRE - RS

E-mail:
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5745-2 **Conta:** 16849-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias úteis, após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

Desdobramento : 3.3.90.32.99.00

Recurso : 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FRALDAS GERIÁTRICA e INFANTIL ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE: 10.000 UN FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. G E 10.000 UN FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. GG. DESTINADAS À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS E OUTROS AGRAVOS, À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
7	3.000,000	UN	11865 - FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. G	FRALDAS CK	1,3600	4.080,00
8	7.000,000	UN	11865 - FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. G - Referência interna do Item: 8	FRALDAS CK	1,3600	9.520,00
9	10.000,000	UN	21438 - FRALDA GERIÁTRICA C/ ELÁSTICO TAM. GG	FRALDAS CK	1,4300	14.300,00
					Total Geral:	27.900,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 21 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2823/2019

Processo Administrativo: **45/2018**
 Data do Processo: **04/10/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **20/11/2018**
 Data da Solicitação: **21/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **241**
 Data de Homologação: **20/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES **Telefone:** 4734653528
CPF/CNPJ: 01.306.465/0001-38 **Celular:**
Endereço: AMÉRICO VESPÚCIO, nova brasilã - 89213-401, JOINVILLE - SC
E-mail: contato@disquemed.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5214-0 **Conta:** 1073187-3

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 10 dias, após recebimento AF
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção
Desdobramento : 3.3.90.30.11.00
Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAL E EQUIPAMENTO PARA TESTES BIOLÓGICOS, destinados para atender as necessidades da diretoria de atenção básica, no controle e monitoria periódica de ciclos de esterilização de autoclaves com os materiais e instrumentais utilizados nos atendimentos médico/ambulatorial e odontológico.
Observação: AQUISIÇÃO DE 300 UN INDICADORES BIOLÓGICOS, PARA USO EM AUTOCLAVES PELAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA DE ATENÇÃO BÁSICA, NO CONTROLE E MONITORIA PERIÓDICA DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO DE AUTOCLAVES COM OS MATERIAIS E INSTRUMENTAIS UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS MÉDICO/AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	300,000	AMP.	20580 - INDICADOR BIOLÓGICO	CLEAN TEST	33,9500	10.185,00
					Total Geral:	10.185,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 21 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2824/2019

Processo Administrativo: **33/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **08/10/2019**
 Data da Solicitação: **22/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2058**
 Data de Homologação: **08/10/2019**

Página: 1/2

Fornecedor: SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELLI
CPF/CNPJ: 33.154.286/0001-19
Endereço: Rua Gonçalves Júnior, Centro - 88475-000, ANITÁPOLIS - SC
E-mail: sebmmedsaude@hotmail.com
Banco: 104 - Caixa Econômica **Agencia** 3522- **Conta:** 1670-6

Telefone: 4841053869
Celular:

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 28 - 15.002.10.301.0751.2661.3.3.90.00.00 - Prestar assistência à saúde da
Desdobramento : 3.3.90.32.03.00
Recurso : 0.2.67.0094 - Recursos PAB/Estadual
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO 28 KG LEITE EM PÓ ESPECIAL PARA RISCO DE ALERGIA, 30 KG FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE SEM LACTOSE, 80 KG FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE ANTI-REGUGITAÇÃO DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIAL
 LEITE EM PÓ ESPECIAL PARA RISCO DE ALERGIA - NAN HA - NESTLÉ - 28KG - 70 LATAS
 FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE SEM LACTOSE - NAN SL - NESTLÉ - 30KG - 75 LATAS
 FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE ANTI-REGUGITAÇÃO - NAN AR - NESTLÉ - 80KG - 100 LATAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
26	80,000	KG	35078 - FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - ANTI-REGURGITAÇÃO - FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO COM DHA E ARA E AGENTE ESPESSANTE PARA EFEITO ANTIRREGURGITAÇÃO INDICADA PARA LACTENTES QUE APRESENTEM SINTOMAS DE REGURGITAÇÃO E/OU REFLUXO GASTROESOFÁGICO.	NAN AR NESTLE	37,5000	3.000,00
27	30,000	KG	35079 - FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - SEM LACTOSE - FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO SEM LACTOSE COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS.	NAN SL NESTLE	54,8000	1.644,00
28	28,000	UN	35081 - LEITE EM PÓ ESPECIAL PARA RISCO DE	NAN HA	59,5000	1.666,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 22 de Outubro de 2019

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2824/2019**

Processo Administrativo: **33/2019**
Data do Processo: **05/07/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **08/10/2019**
Data da Solicitação: **22/10/2019**
Sequencial do Contrato: **2058**
Data de Homologação: **08/10/2019**

Página: 2/2

ALERGIA - FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA
PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO, A BASE DE
PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, PARCIALMENTE
HIDROLISADA COM PREBIÓTICOS, DHA E ARA E
NUCLEOTÍDEOS. INDICADA PARA LACTENTES COM
RISCO DE MANIFESTAÇÕES ALÉRGICAS.

NESTLE

Total Geral:	6.310,00
--------------	----------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
22 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2825/2019

Processo Administrativo: **33/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **08/10/2019**
 Data da Solicitação: **22/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2058**
 Data de Homologação: **08/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELLI
Telefone: 4841053869
CPF/CNPJ: 33.154.286/0001-19
Celular:
Endereço: Rua Gonçalves Júnior, Centro - 88475-000, ANITÁPOLIS - SC
E-mail: sebmmedsaude@hotmail.com
Banco: 104 - Caixa Econômica
Agência 3522-
Conta: 1670-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 32 - 15.002.10.301.0751.2673.3.3.90.00.00 - Manutenção dos serviços de

Desdobramento : 3.3.90.32.03.00

Recurso : 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 84 KG FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - C/ PREBIÓTICOS E 140 KG FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL 2º SEMESTRE DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - C/ PREBIÓTICOS - NAN CONFORT 1 - NESTLÉ - 84KG - 210 LATAS

FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL 2º SEMESTRE - NAN CONFORT 2 - NESTLÉ - 140KG - 175 LATAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
24	84,000	KG	35076 - FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE - C/ PREBIÓTICOS, FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, COM PREBIÓTICOS PARA AUMENTO DO NÚMERO DE EVACUAÇÕES E EFEITO BIFIDOGÊNICO.	NAN COMFOR 1 NESTLE	36,5000	3.066,00
25	140,000	KG	35077 - FÓRMULA LÁCTEA INFANTIL - 2º SEMESTRE - FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO COM DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, COM PREBIÓTICOS PARA AUMENTO DO NÚMERO DE EVACUAÇÕES E EFEITO BIFIDOGÊNICO.	NAN COMFOR 2 NESTLE	34,0000	4.760,00
					Total Geral:	7.826,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 22 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2826/2019

Processo Administrativo: **33/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **08/10/2019**
 Data da Solicitação: **22/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2048**
 Data de Homologação: **08/10/2019**

Página: 1/2

Fornecedor: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA**Telefone: 4833444348****CPF/CNPJ:** 03.612.312/0004-97**Celular:****Endereço:** JUDITE MELO DOS SANTOS, Cidade Industrial - 88104-765, SÃO JOSÉ - SC**E-mail:** vendas.sc@nutriport.com.br**Banco:** 341 - Itaú Unibanco S.A. **Agencia** 6729-0 **Conta:** 3286-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200394 - CENTRO ATENDIMENTO ESPECIAL - CAE**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 28 - 15.002.10.301.0751.2661.3.3.90.00.00 - Prestar assistência à saúde da**Desdobramento :** 3.3.90.32.03.00**Recurso :** 0.2.67.0094 - Recursos PAB/Estadual

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de FÓRMULAS INFANTIS, LEITE EM PÓ ESPECIAL E NUTRIÇÕES (SUPLEMENTOS ALIMENTARES ESPECIAIS) ao longo de 12(doze) meses, destinados para usuários atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, Hepatites Virais, pacientes oncológicos e de outras patologias, atendimento a Processos Judiciais e atendimento ao Programa Serviços de Atenção Domiciliar (SAD), conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 20 KG FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS, 40 KG LEITE EM PÓ ESPECIAL A BASE DE AMINOÁCIDOS, 63 KG LEITE EM PÓ ESPECIAL TIPO PEPTI S/ QUADRO DE DISTÚRBIOS ABSORTIVOS, 80 KG FÓRMULA INFANTIL HIPERCALÓRICA 0-12 MESES, 84 KG DIETA NUTRICIONAL SEM SABOR FAIXA ETÁRIA 01 A 10 ANOS DESTINADOS AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIAL FÓRMULA ELEMENTAR E AMINOÁCIDOS - NEO ADVANCE - 20KG - 50 LATAS LEITE EM PÓ ESPECIAL A BASE DE AMINOÁCIDOS - NEOCATE LCP - DANONE - 40KG - 100 LATAS LEITE EM PÓ ESPECIAL TIPO PEPTI S/QUADRO DE DISTÚRBIOS ABSORTIVOS - ALTHERA - NESTLÉ - 63KG - 140 LATAS FÓRMULA INFANTIL HIPERCALÓRICA 0-12 MESES - INFATRINI - DANONE - 80KG - 200 LATAS DIETA NUTRICIONAL SEM SABOR FAIXA ETÁRIA 01 A 10 ANOS - FORTINI - DANONE - 84KG - 210 LATAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
17	84,000	KG	35073 - DIETA NUTRICIONAL SEM SABOR FAIXA ETÁRIA 1-10 ANOS - DIETA EM PÓ PARA USO ORAL OU ENTERAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PARA CRIANÇAS A PARTIR DE UM ANO DE IDADE NORMOCALÓRICA, NORMOPROTÉICA E NORMOLIPÍDICA, COM DHA E ARA, PREBIÓTICOS E PROBIÓTICOS.	FORTINI 400 GR	160,0000	13.440,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 22 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2826/2019

Processo Administrativo: **33/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **08/10/2019**
 Data da Solicitação: **22/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2048**
 Data de Homologação: **08/10/2019**

Página: 2/2

22	80,000	KG	35074 - FORMULA INFANTIL HPERCALÓRICA - 0 A 12 MESES, NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA CRIANÇAS DESDE O NASCIMENTO COM PREBIÓTICOS, DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS. INDICADA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES NUTRICIONAIS AUMENTADAS E/OU COM RESTRIÇÃO DE VOLUME (CARDIOPATIAS CONGÊNITAS, DOENÇA PULMONAR CRÔNICA, FIBROSE CÍSTICA, PARALISIA CEREBRAL, DÉFICIT DE CRESCIMENTO, DESNUTRIÇÃO, PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO).	INFATRINI 400GR	389,0000	31.120,00
29	63,000	KG	35082 - LEITE EM PÓ ESPECIAL - TIPO PEPTI SEM QUADRO DE DISTÚRBIOS ABSORTIVOS - FÓRMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA COM LACTOSE PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO. COM PREBIÓTICOS, DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS. INDICADA PARA LACTENTES COM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA SEM COMPROMETIMENTO GASTROINTESTINAL.	APTAMIL PEPTI 800GR	116,4000	7.333,20
43	40,000	KG	35084 - LEITE EM PÓ ESPECIAL A BASE DE AMINOÁCIDOS - FÓRMULA INFANTIL À BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO. COM TCM, DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS. ISENTA DE DERIVADOS DE LEITE E SOJA - INDICADA PARA LACTENTES COM ALERGIA ALIMENTAR MÚLTIPLA E/OU COMPROMETIMENTO GASTROINTESTINAL GRAVE.	NEOCATE LCP	445,0000	17.800,00
45	20,000	KG	35085 - FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS - FÓRMULA INFANTIL A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA CRIANÇAS ACIMA DE UM ANO DE IDADE COM ALERGIAS ALIMENTARES E/OU DISTÚRBIOS DA DIGESTÃO E ABSORÇÃO DE NUTRIENTES. ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA, LACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE, GALACTOSE E INGREDIENTES DE ORIGEM ANIMAL.	NEO ADVANCE 400GR	444,0000	8.880,00
					Total Geral:	78.573,20

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 22 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2834/2019

Processo Administrativo: **31/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **24/09/2019**
 Data da Solicitação: **24/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2065**
 Data de Homologação: **19/09/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CPF/CNPJ: 12.889.035/0001-02
Endereço: Av. José Salazar, CENTRO - 99700-000, ERECHIM - RS
E-mail: distribuidorainovamed@gmail.com
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 8108-6 **Conta:** 61027-5

Telefone: 5435224273
Celular:

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: 01, 02 E 03/08/2018
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção
Desdobramento : 3.3.90.30.09.00
Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para Farmácia Básica, Unidades Básicas de Saúde (carrinhos de emergência) e Programa Centro de Atendimento Especializado - CAE, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO DE 100 AMP DEXAMETASONA 4MG/ML, 2500 AMP DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML PARA USO NOS CARRINHOS DE EMERGÊNCIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
88	100,000	AMP.	101627 - DEXAMETASONA 4MG/ML - SOL. INJETÁVEL - AMPOLAS - 2,5ML	FARMACE	0,6200	62,00
96	2.500,000	AMP.	9598 - DICLOFENACO SÓDICO 75MG/3ML INJETÁVEL	FARMACE	0,5790	1.447,50
					Total Geral:	1.509,50

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 24 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2840/2019

Processo Administrativo: **31/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **24/09/2019**
 Data da Solicitação: **24/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2066**
 Data de Homologação: **19/09/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Telefone: 4735209000
CPF/CNPJ: 00.802.002/0001-02
Celular:
Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 2320, FUNDO CANOAS - 89160-000, RIO DO SUL - SC
E-mail: vendas@altermed.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.
Agencia 276-3
Conta: 30778-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: 01, 02 E 03/08/2018

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

Desdobramento : 3.3.90.30.09.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para Farmácia Básica, Unidades Básicas de Saúde (carrinhos de emergência) e Programa Centro de Atendimento Especializado – CAE, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 120 AMP RANITIDINA 25MG/ML PARA USO NOS CARRINHOS DE EMERGÊNCIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
248	120,000	AMP.	101627 - RANITIDINA 25MG /ML - SOL INJETÁVEL - 2ML	TEUTO	0,4400	52,80
					Total Geral:	52,80

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 24 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2841/2019

Processo Administrativo: **31/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **24/09/2019**
 Data da Solicitação: **24/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2067**
 Data de Homologação: **19/09/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: MEDITON FARMACÊUTICA LTDA**CPF/CNPJ:** 29.614.830/0001-90**Telefone:** 4632242696**Celular:** 46991070478**Endereço:****E-mail:** Avenida Brasil, CENTRO - 85501-071, PATO BRANCO - PR

licitacao@mediton.com.br

faturamento@mediton.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 0495-2 **Conta:** 79191-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500500314 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** 01, 02 E 03/08/2018**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 73 - 15.005.10.303.0754.2681.3.3.90.00.00 - Manutenção dos serviços de**Desdobramento :** 3.3.90.32.02.00**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para Farmácia Básica, Unidades Básicas de Saúde (carrinhos de emergência) e Programa Centro de Atendimento Especializado - CAE, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE "35 FR DE OXCARBAZEPINA 6% SUSP. ORAL PARA ATENDER PACIENTES ATRAVÉS DA FARMÁCIA BÁSICA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
229	35,000	FR	12872 - OXCARBAZEPINA SUSPENSÃO ORAL A 6% - C/ 100 ML	UNIÃO QUÍMICA	25,0000	875,00
					Total Geral:	875,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 24 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2842/2019

Processo Administrativo: **27/2019**
 Data do Processo: **07/06/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **13/08/2019**
 Data da Solicitação: **24/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **1751**
 Data de Homologação: **13/08/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES **Telefone:** 4734653528
CPF/CNPJ: 01.306.465/0001-38 **Celular:**
Endereço: AMÉRICO VESPÚCIO, nova brasilíia - 89213-401, JOINVILLE - SC
E-mail: contato@disquemed.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5214-0 **Conta:** 1073187-3

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção
Desdobramento : 3.3.90.30.36.00
Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO DE 300 PCTS DE ATADURA CREPOM 6CM, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	300,000	PCT	9362 - ATADURA CREPOM - 6CM X 4,5M 13 FIOS - C/ 12 UN	texcare	4,8800	1.464,00
					Total Geral:	1.464,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 24 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2843/2019**

Processo Administrativo: 27/2019
Data do Processo: 07/06/2019
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 13/08/2019
Data da Solicitação: 24/10/2019
Sequencial do Contrato: 1753
Data de Homologação: 13/08/2019

Página: 1/1

Fornecedor: BMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA EPP
Telefone: 4730872056
CPF/CNPJ: 27.300.682/0001-04
Celular:
Endereço: Itajaí, Limoeiro - 88352-495, ITAJAÍ - SC

E-mail: licita@hospitalarbmh.com.br

comercial@hospitalarbmh.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia

5233-7

Conta: 11172-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

Desdobramento : 3.3.90.30.36.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 450 PCTS ATADURA CREPOM 15 CM, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	450,000	PCT	9360 - ATADURA CREPON 15CM X 4,5M 13 FIOS - C/ 12 UN	BIOTEXTIL/PL US	11,6000	5.220,00
					Total Geral:	5.220,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
24 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2844/2019

Processo Administrativo: **27/2019**
 Data do Processo: **07/06/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **13/08/2019**
 Data da Solicitação: **24/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **1754**
 Data de Homologação: **13/08/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP
Telefone: 4799221300
CPF/CNPJ: 23.240.000/0001-64
Celular:
Endereço: Ottokar Doerffel, ATIRADORES - 89203-001, JOINVILLE - SC
E-mail: financeiro@infinitymed.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3428-2 Conta: 5807-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

Desdobramento : 3.3.90.30.36.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 350 PCTS DE ATADURA CREPOM 20CM, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
4	350,000	PCT	9363 - ATADURA CREPOM 20CM X 4,5M 13 FIOS - C/ 12 UN	Ludan	15,3400	5.369,00

					Total Geral:	5.369,00
--	--	--	--	--	---------------------	-----------------

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 24 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2871/2019

Processo Administrativo: **26/2019**
 Data do Processo: **07/06/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **29/08/2019**
 Data da Solicitação: **30/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **1869**
 Data de Homologação: **29/08/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: LIGIA MARIA CARNEIRO-ME**Telefone:** 4630350095**CPF/CNPJ:** 29.228.930/0001-89**Celular:** 46991151922**Endereço:**

E-mail: Av. Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, sala 02, null - 85602-510, FRANCISCO BELTRÃO - PR
 consulfarmafb@outlook.com

Banco: 756 - Banco Cooperativo**Agencia** 4342-**Conta:** 28741-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500500466 - JUDICIALIZAÇÃO E CONTRATOS- ASSFAR**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 72 - 15.005.10.303.0754.2680.3.3.90.00.00 - Cumprimento de ações judiciais -**Desdobramento :** 3.3.90.32.02.00**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica e Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 120 CP DE OXALATO DE ESCITALOPRAM 15MG PARA ATENDER PACIENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS
 CINTIA KAMMER - PROCESSO Nº 0301245-94.2015.8.24.0036

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
75	240,000	CP	98087 - ESCITALOPRAM 15MG, OXALATO	EMS	0,3800	91,20
					Total Geral:	91,20

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 30 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2872/2019**

Processo Administrativo: 52/2018
Data do Processo: 05/10/2018
Contrato: Sem termo
Data da Contratação: 04/12/2018
Data da Solicitação: 30/10/2019
Sequencial do Contrato: 612
Data de Homologação: 04/12/2018

Página: 1/1

Fornecedor: VHR DISTRIBUIDORA EIRELI**Telefone:** 4733714998**CPF/CNPJ:** 31.844.838/0001-95**Celular:****Endereço:** PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, VILA LALAU - 89256-500, JARAGUÁ DO SUL - SC**E-mail:** vhrdist@gmail.com**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3163-1 **Conta:** 3033-3

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300317 - CAPS INFANTIL**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recbto**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 47 - 15.003.10.302.0753.2701.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do**Desdobramento :** 3.3.90.30.07.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial, CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração/Finanças e Diretoria de Vigilância Epidemiológica

Observação: AQUISIÇÃO DE 90 UN MINI SANDUICHE, 90 UN PÃO DE QUEIJO, 110 UN ESFIRRA, PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS (LANCHES MATUTINOS E VESPERTINOS) CONFORME PREVÊ A PORTARIA 336/2002

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
36	110,000	UN	32659 - ESFIRRA	DELICIA DI PANI	2,9000	319,00
37	90,000	UN	29046 - MINI SANDUICHES	DELICIA DI PANI	3,0000	270,00
41	90,000	UN	21799 - PÃO DE QUEIJO	FRONTAL	1,6500	148,50
					Total Geral:	737,50

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
30 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2873/2019

Processo Administrativo: **52/2018**
 Data do Processo: **05/10/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **04/12/2018**
 Data da Solicitação: **30/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **612**
 Data de Homologação: **04/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: VHR DISTRIBUIDORA EIRELI**Telefone:** 4733714998**CPF/CNPJ:** 31.844.838/0001-95**Celular:****Endereço:** PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, VILA LALAU - 89256-500, JARAGUÁ DO SUL - SC**E-mail:** vhrdist@gmail.com**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3163-1 **Conta:** 3033-3

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300319 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM - ALTA**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recbto**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 46 - 15.003.10.302.0753.2700.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e**Desdobramento :** 3.3.90.30.07.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial e CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração/Finanças e Diretoria de Vigilância Epidemiológica

Observação: AQUISIÇÃO DE 8 UN ABACAXI, 140 UN MINI SANDUICHE, 70 UN ESFIRRA, 125 UN PÃO DE QUEIJO PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS (LANCHES MATUTINOS E VESPERTINOS) CONFORME PREVÊ A PORTARIA 336/2002

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
29	8,000	UN	16462 - ABACAXI	INATURA	5,0000	40,00
36	70,000	UN	32659 - ESFIRRA	DELICIA DI PANI	2,9000	203,00
37	140,000	UN	29046 - MINI SANDUICHES	DELICIA DI PANI	3,0000	420,00
41	125,000	UN	21799 - PÃO DE QUEIJO	FRONTAL	1,6500	206,25
					Total Geral:	869,25

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 30 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2874/2019

Processo Administrativo: **52/2018**
 Data do Processo: **05/10/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **04/12/2018**
 Data da Solicitação: **30/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **612**
 Data de Homologação: **04/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: VHR DISTRIBUIDORA EIRELI**Telefone:** 4733714998**CPF/CNPJ:** 31.844.838/0001-95**Celular:****Endereço:** PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, VILA LALAU - 89256-500, JARAGUÁ DO SUL - SC**E-mail:** vhrdist@gmail.com**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3163-1 **Conta:** 3033-3

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300318 - CAPS II**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recbto**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 48 - 15.003.10.302.0753.2702.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e**Desdobramento :** 3.3.90.30.07.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial e CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração/Finanças e Diretoria de Vigilância Epidemiológica

Observação: AQUISIÇÃO DE 100 UN MINI SANDUICHE, 180 UN ESFIRRA, 110 UN PÃO DE QUEIJO PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS (LANCHES MATUTINOS E VESPERTINOS) CONFORME PREVÊ A PORTARIA 336/2002

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
36	180,000	UN	32659 - ESFIRRA	DELICIA DI PANI	2,9000	522,00
37	100,000	UN	29046 - MINI SANDUICHES	DELICIA DI PANI	3,0000	300,00
41	110,000	UN	21799 - PÃO DE QUEIJO	FRONTAL	1,6500	181,50
					Total Geral:	1.003,50

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 30 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2875/2019

Processo Administrativo: **52/2018**
 Data do Processo: **05/10/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **04/12/2018**
 Data da Solicitação: **30/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **613**
 Data de Homologação: **04/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: RFM SCHERER LTDA - ME**Telefone:** 4733707647**CPF/CNPJ:** 09.465.558/0001-17**Celular:****Endereço:** INÁCIO ZACKO, Barra do Rio Molha - 89259-810, JARAGUÁ DO SUL - SC**E-mail:****Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 748592-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300319 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM - ALTA**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recbto**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 46 - 15.003.10.302.0753.2700.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e**Desdobramento :** 3.3.90.30.07.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial e CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração/Finanças e Diretoria de Vigilância Epidemiológica

Observação: AQUISIÇÃO 25 UN SANDUICHE, 95 UN SANDUICHE BAURU, 115 UN SANDUICHE NATURAL INTEGRAL, 14,60 KG BOLO DE FUBÁ E 13,60 KG NEGA MALUCA, PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CAPS AD, LANCHES MATUTINOS E VESPERTINOS, CONFORME PREVÊ A PORTARIA 336/2002

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
33	13,600	KG	27774 - BOLO TIPO NEGA MALUCA	SCHERERPAN	26,3000	357,68
35	14,600	KG	27776 - BOLO DE FUBÁ	SCHERERPAN	27,2000	397,12
38	115,000	UN	29018 - SANDUICHE NATURAL INTEGRAL	SCHERERPAN	3,7800	434,70
40	25,000	UN	20103 - SANDUICHE	SCHERERPAN	3,9000	97,50
42	95,000	UN	36094 - SANDUICHE BAURU	SCHERERPAN	4,3000	408,50
					Total Geral:	1.695,50

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 30 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2876/2019

Processo Administrativo: **52/2018**
 Data do Processo: **05/10/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **04/12/2018**
 Data da Solicitação: **30/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **613**
 Data de Homologação: **04/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: RFM SCHERER LTDA - ME**Telefone:** 4733707647**CPF/CNPJ:** 09.465.558/0001-17**Celular:****Endereço:** INÁCIO ZACKO, Barra do Rio Molha - 89259-810, JARAGUÁ DO SUL - SC**E-mail:****Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 748592-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300318 - CAPS II**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recbto**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 48 - 15.003.10.302.0753.2702.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e**Desdobramento :** 3.3.90.30.07.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial e CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração/Finanças e Diretoria de Vigilância Epidemiológica

Observação: AQUISIÇÃO 70 UN SANDUICHE, 135 UN SANDUICHE BAURU, 90 UN SANDUICHE NATURAL INTEGRAL, 16 KG BOLO DE FUBÁ E 13,50 KG NEGA MALUCA, PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CAPS II, LANCHES MATUTINOS E VESPERTINOS, CONFORME PREVÊ A PORTARIA Nº 336/2002

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
33	13,500	KG	27774 - BOLO TIPO NEGA MALUCA	SCHERERPAN	26,3000	355,05
35	16,000	KG	27776 - BOLO DE FUBÁ	SCHERERPAN	27,2000	435,20
38	90,000	UN	29018 - SANDUICHE NATURAL INTEGRAL	SCHERERPAN	3,7800	340,20
40	70,000	UN	20103 - SANDUICHE	SCHERERPAN	3,9000	273,00
42	135,000	UN	36094 - SANDUICHE BAURU	SCHERERPAN	4,3000	580,50
					Total Geral:	1.983,95

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 30 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2877/2019

Processo Administrativo: **52/2018**
 Data do Processo: **05/10/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **04/12/2018**
 Data da Solicitação: **30/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **613**
 Data de Homologação: **04/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: RFM SCHERER LTDA - ME**Telefone:** 4733707647**CPF/CNPJ:** 09.465.558/0001-17**Celular:****Endereço:** INÁCIO ZACKO, Barra do Rio Molha - 89259-810, JARAGUÁ DO SUL - SC**E-mail:****Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 748592-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300317 - CAPS INFANTIL**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recbto**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 47 - 15.003.10.302.0753.2701.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades do**Desdobramento :** 3.3.90.30.07.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial e CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração/Finanças e Diretoria de Vigilância Epidemiológica

Observação: AQUISIÇÃO 10 KG BOLO DE FUBÁ, 12,50 KG NEGA MALUCA, PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CAPS INFANTIL, LANCHES MATUTINOS E VESPERTINOS, CONFORME PREVÊ A PORTARIA Nº 336/2002

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
33	12,500	KG	27774 - BOLO TIPO NEGA MALUCA	SCHERERPAN	26,3000	328,75
35	10,000	KG	27776 - BOLO DE FUBÁ	SCHERERPAN	27,2000	272,00
					Total Geral:	600,75

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 30 de Outubro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2878/2019**

Processo Administrativo: **52/2018**
Data do Processo: **05/10/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **04/12/2018**
Data da Solicitação: **30/10/2019**
Sequencial do Contrato: **613**
Data de Homologação: **04/12/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: RFM SCHERER LTDA - ME

Telefone: 4733707647

CPF/CNPJ: 09.465.558/0001-17

Celular:

Endereço: INÁCIO ZACKO, Barra do Rio Molha - 89259-810, JARAGUÁ DO SUL - SC

E-mail:

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 5238-8 Conta: 748592-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300318 - CAPS II

Condição de Pagamento:

Prazo de Entrega: Máximo 08 dias úteis, após dia seguinte do recbto

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 48 - 15.003.10.302.0753.2702.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e

Desdobramento : 3.3.90.30.07.00

Recurso : 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial e CAPS II/AD/CAPSI, Ambulatório de Saúde Mental e Programas e Capacitações desenvolvidos pela Diretoria da Atenção Básica, Administração/Finanças e Diretoria de Vigilância Epidemiológica

Observação: AQUISIÇÃO DE 55 UN DE SANDUICHE, 75 UN SANDUICHE BAURU, 65 UN SANDUICHE NATURAL INTEGRAL, PARA USO NA ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS, LANCHES MATUTINOS E VESPERTINOS, CONFORME PREVÊ A PORTARIA Nº 336/2002

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
38	65,000	UN	29018 - SANDUICHE NATURAL INTEGRAL	SCHERERPAN	3,7800	245,70
40	55,000	UN	20103 - SANDUICHE	SCHERERPAN	3,9000	214,50
42	75,000	UN	36094 - SANDUICHE BAURU	SCHERERPAN	4,3000	322,50
					Total Geral:	782,70

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
30 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2879/2019

Processo Administrativo: **27/2019**
 Data do Processo: **07/06/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **13/08/2019**
 Data da Solicitação: **30/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **1752**
 Data de Homologação: **13/08/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: MEDEFE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - ME
Telefone: 4130420997

CPF/CNPJ: 25.463.374/0001-74

Celular: 4130420996

Endereço:

E-mail: Rua Gouber Pinto Dionísio, CIC - 81460-140, CURITIBA - PR
 medefe@medicalprodutos.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3007-4 **Conta:** 224563-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500400413 - LABORATÓRIO MUNICIPAL ANÁLISES CLÍNICAS

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 63 - 15.004.10.305.0752.2668.3.3.90.00.00 - Manutenção do programa de

Desdobramento : 3.3.90.30.36.00

Recurso : 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 9.000 UN SERINGA 3ML C/ AGULHA E 10.000 UN SERINGA 5ML C/ AGULHA PARA USO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
18	9.000,000	UN	9408 - SERINGA 3ML C/ AGULHA	SR	0,4300	3.870,00
19	10.000,000	UN	9411 - SERINGA 5ML C/ AGULHA	SR	0,5100	5.100,00
					Total Geral:	8.970,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 30 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2880/2019

Processo Administrativo: **54/2019**
 Data do Processo: **10/09/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **11/10/2019**
 Data da Solicitação: **30/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2089**
 Data de Homologação: **11/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: FENIX COM. E IMPORTACAO DE PROD. MEDICO
Telefone: 4730278771

CPF/CNPJ: 33.417.760/0001-58

Celular: 47996050155

Endereço:

E-mail: Rua Cardeal Câmara, BOA VISTA - 89206-710, JOINVILLE - SC
 fenix@fenixhospitalar.com.br

Banco: 748 - Banco Cooperativo **Agencia** 2602- **Conta:** 83213-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

Desdobramento : 3.3.90.30.36.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS PARA CURATIVOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para tratamento de pacientes portadores de úlceras varicosas, escarras, pós cirúrgicos com rejeição, C.A. de pele, atendidos nos curativos domiciliares e para pacientes através de Ordem Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 200 UN CURATIVO COM PRATA PARA TRANSFERÊNCIA (CURATIVO ESTERIL PARA TRANSFERÊNCIA DE EXSUDATO) PARA USO EM PACIENTES EM TRATAMENTO DE FERIDAS CRÔNICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	200,000	UN	102258 - CURATIVO COM PRATA PARA TRANSFERÊNCIA 15 X 20	MOLNLYCKE	313,9800	62.796,00
					Total Geral:	62.796,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 30 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2881/2019

Processo Administrativo: **54/2019**
 Data do Processo: **10/09/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **11/10/2019**
 Data da Solicitação: **30/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2092**
 Data de Homologação: **11/10/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Telefone:
CPF/CNPJ: 05.531.725/0001-20

Celular:
Endereço: Avenida Gentil Reinaldo Cordioli, JARDIM ELDORADO - 88133-531, PALHOÇA - SC

E-mail: somasc@somahospitalar.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3415-0 **Conta:** 16988-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

Desdobramento : 3.3.90.30.36.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS PARA CURATIVOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para tratamento de pacientes portadores de úlceras varicosas, escarras, pós cirúrgicos com rejeição, C.A. de pele, atendidos nos curativos domiciliares e para pacientes através de Ordem Judiciais, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III, deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 150 UN CURATIVO COM PRATA MEDINDO 15X15 PARA USO EM PACIENTES EM TRATAMENTO DE FERIDAS CRÔNICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
8	150,000	UN	102258 - CURATIVO COM PRATA 15 X 15	MOLNLYCKE	74,5000	11.175,00
					Total Geral:	11.175,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 30 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2882/2019

Processo Administrativo: **31/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **24/09/2019**
 Data da Solicitação: **30/10/2019**
 Sequencial do Contrato: **2065**
 Data de Homologação: **19/09/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CPF/CNPJ: 12.889.035/0001-02
Endereço: Av. José Salazar, CENTRO - 99700-000, ERECHIM - RS
E-mail: distribuidorainovamed@gmail.com
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 8108-6 **Conta:** 61027-5

Telefone: 5435224273
Celular:

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.
Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Até 08 dias úteis após o dia seguinte receb. AF
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção
Desdobramento : 3.3.90.30.09.00
Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para Farmácia Básica, Unidades Básicas de Saúde (carrinhos de emergência) e Programa Centro de Atendimento Especializado - CAE, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO DE 20 AMP DEXAMETASONA 4MG/ML PARA USO NOS CARRINHOS DE EMERGÊNCIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL PEDIDO COMPLEMENTAR A AF 2834/2019

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
88	20,000	AMP.	101627 - DEXAMETASONA 4MG/ML - SOL. INJETÁVEL - AMPOLAS - 2,5ML	FARMACE	0,6200	12,40
					Total Geral:	12,40

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 30 de Outubro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2893/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4475**

Página: 1/1

Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ EPP**Telefone: 4821324525****CPF/CNPJ:** 21.207.079/0001-04**Celular:****Endereço:** Rua Doutor Heitor Blum, ESTREITO - 88075-110, FLORIANÓPOLIS - SC
E-mail: contato@agenteprag.com.br
 comercial1@agenteprag.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1386-2 **Conta:** 48320-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção**Desdobramento :** 3.3.90.39.16.00**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA DAS UNIDADES DE SAÚDE: UBS AMÁBIL PEDROTI (2X1000), UBS ADILSON BASSANI (1000), UBS DR. ROSIVALDO I. DE FARIAS (1000), UBS MARIA R. R. RIBEIRO (1000), UBS JAQUELINE FRANCENER (1000), UBS ÁLVARO BATALHA (1000+2X500), UBS ACADEMIA SAÚDE DR. HERBERTO H. A. MELDAU (1000), UBS ALWIN MULLER (1000).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	2,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - ATÉ 999 LITROS		47,7800	95,56
6	9,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 1.000 ATÉ 1.999 LITROS		48,7500	438,75

					Total Geral:	534,31
--	--	--	--	--	---------------------	---------------

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2894/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4475**

Página: 1/1

Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ EPP**Telefone: 4821324525****CPF/CNPJ:** 21.207.079/0001-04**Celular:****Endereço:** Rua Doutor Heitor Blum, ESTREITO - 88075-110, FLORIANÓPOLIS - SC
E-mail: contato@agenteprag.com.br
 comercial1@agenteprag.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1386-2 **Conta:** 48320-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300318 - CAPS II**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 34 - 15.003.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde**Desdobramento :** 3.3.90.39.16.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA DO CAPS II (2X1000+500)

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	1,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - ATÉ 999 LITROS		47,7800	47,78
6	2,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 1.000 ATÉ 1.999 LITROS		48,7500	97,50
					Total Geral:	145,28

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2895/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4475**

Página: 1/1

Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ EPP**Telefone: 4821324525****CPF/CNPJ:** 21.207.079/0001-04**Celular:****Endereço:** Rua Doutor Heitor Blum, ESTREITO - 88075-110, FLORIANÓPOLIS - SC**E-mail:** contato@agenteprag.com.br
comercial1@agenteprag.com.br**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1386-2 **Conta:** 48320-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500400313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 63 - 15.004.10.305.0752.2668.3.3.90.00.00 - Manutenção do programa de**Desdobramento :** 3.3.90.39.16.00**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.**Observação:** SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA DA UNIDADE DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE/PAMA I (2X7500+1000)

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	1,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 1.000 ATÉ 1.999 LITROS		48,7500	48,75
12	2,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 7.500 A 9.999 LITROS		143,3300	286,66
					Total Geral:	335,41

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2896/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4475**

Página: 1/1

Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ EPP**Telefone: 4821324525****CPF/CNPJ:** 21.207.079/0001-04**Celular:****Endereço:** Rua Doutor Heitor Blum, ESTREITO - 88075-110, FLORIANÓPOLIS - SC

E-mail: contato@agenteprag.com.br
 comercial1@agenteprag.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1386-2 **Conta:** 48320-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300320 - POLICLÍNICA DE ESPEC. DR JOÃO BIRON-ALTA**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 51 - 15.003.10.302.0753.2705.3.3.90.00.00 - Prestar serviços de média e alta**Desdobramento :** 3.3.90.39.16.00**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE LIMPEZA DE 01 CAIXA D'ÁGUA (30000) E 01 CISTERNA (22500) NA POLICLÍNICA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DR. JOÃO BIRON

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
16	1,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 20.000 A 24.999 LITROS		209,6300	209,63
18	1,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 30.000 A 39.999 LITROS		257,4000	257,40
					Total Geral:	467,03

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2897/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4475**

Página: 1/1

Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ EPP**Telefone: 4821324525****CPF/CNPJ:** 21.207.079/0001-04**Celular:****Endereço:** Rua Doutor Heitor Blum, ESTREITO - 88075-110, FLORIANÓPOLIS - SC**E-mail:** contato@agenteprag.com.br
comercial1@agenteprag.com.br**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1386-2 **Conta:** 48320-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção**Desdobramento :** 3.3.90.39.16.00**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA DAS UNIDADES: CENTRAL DE IMUNIZAÇÃO/CAE (3X500), UBS ERICH KAUFFMANN (2X500), ACADEMIA SAÚDE DR. JORGE LUÍS C. INCHAUSTE (1000), UBS REINOLDO WUERGES (1000), UBS CLAUDEMIR J. WITKOSKI (1000), UBS RENATO PRADI - CAIC (500)

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	6,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - ATÉ 999 LITROS		47,7800	286,68
6	3,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 1.000 ATÉ 1.999 LITROS		48,7500	146,25

					Total Geral:	432,93
--	--	--	--	--	---------------------	---------------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2898/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4475**

Página: 1/1

Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ EPP**Telefone: 4821324525****CPF/CNPJ:** 21.207.079/0001-04**Celular:****Endereço:** Rua Doutor Heitor Blum, ESTREITO - 88075-110, FLORIANÓPOLIS - SC**E-mail:** contato@agenteprag.com.br
comercial1@agenteprag.com.br**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1386-2 **Conta:** 48320-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção**Desdobramento :** 3.3.90.39.16.00**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA NAS UNIDADES: UBS RICARDO ROEDER (1000), UBS CIRILO REINKE (1000), UBS OSCAR OLDENBURG (1000), UBS DR. ÉRICO C. A. JACOBSON (3X310), UBS SANTO ESTEVÃO (2X500).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	5,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - ATÉ 999 LITROS		47,7800	238,90
6	3,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 1.000 ATÉ 1.999 LITROS		48,7500	146,25
					Total Geral:	385,15

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2899/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4475**

Página: 1/1

Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ EPP**Telefone: 4821324525****CPF/CNPJ:** 21.207.079/0001-04**Celular:****Endereço:** Rua Doutor Heitor Blum, ESTREITO - 88075-110, FLORIANÓPOLIS - SC**E-mail:** contato@agenteprag.com.br
comercial1@agenteprag.com.br**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1386-2 **Conta:** 48320-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300319 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM - ALTA**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 34 - 15.003.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde**Desdobramento :** 3.3.90.39.16.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA NO CAPS AD (1000).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	1,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 1.000 ATÉ 1.999 LITROS		48,7500	48,75
					Total Geral:	48,75

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2900/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4475**

Página: 1/1

Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ EPP**Telefone: 4821324525****CPF/CNPJ:** 21.207.079/0001-04**Celular:****Endereço:** Rua Doutor Heitor Blum, ESTREITO - 88075-110, FLORIANÓPOLIS - SC**E-mail:** contato@agenteprag.com.br
comercial1@agenteprag.com.br**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1386-2 **Conta:** 48320-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300317 - CAPS INFANTIL**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 34 - 15.003.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde**Desdobramento :** 3.3.90.39.16.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA NO CAPS INFANTIL (1000).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	1,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 1.000 ATÉ 1.999 LITROS		48,7500	48,75
					Total Geral:	48,75

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2901/2019**

Processo Administrativo: **107/2019**
Data do Processo: **27/05/2019**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **31/07/2019**
Data da Solicitação: **01/11/2019**
Sequencial do Contrato: **4474**

Página: 1/1

Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME
CPF/CNPJ: 11.377.392/0001-29

Endereço:
E-mail:

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC
ddtizadora_mosquitek@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia

5455-0

Conta: 14272-7

Telefone: 4832432664

Celular: 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO NAS UNIDADES: UBS AMÁBILE PEDROTTI (195M²), UBS ADILSON BASSANI (150M²), UBS ROSIVALDO I. DE FARIAS (195M²), UBS MARIA R. R. RIBEIRO (195M²), UBS JAQUELINE FRANCENER (120M²), UBS ÁLVARO BATALHA (140 M²), ACADEMIA SAÚDE HERBERTO H. A. MELDAU (64,1M²), UBS ALWIN MULLER (80M²), UBS GERMANO SACHT (484,7M²).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	1.623,800	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	470,90
4	1.623,800	M2	101214 - SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.		0,1400	227,33
					Total Geral:	698,23

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2902/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4474**

Página: 1/1

Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME
CPF/CNPJ: 11.377.392/0001-29

Endereço:
E-mail:

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC
 ddtizadora_mosquitte@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia

5455-0

Conta: 14272-7

Telefone: 4832432664

Celular: 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE: UBS ANA P. PEDRI (110M²), UBS DR. AGOSTINHO L. BIANCHI (200M²), UBS PADRE ANTÔNIO EICHEIMEYER (150M²), UBS MATHILDE S. BLUNK (148M²), UBS DR. ALEXANDRE OTSA (135M²), UBS GILSON ENGELMANN (126,42M²), UBS LUIZ M. GONÇALVES (195M²), UBS GERMANO HORNBURG (80M²), SERVIÇO ATENDIMENTO DOMICILAR (194,52M²).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	1.338,940	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	388,29
4	1.338,940	M2	101214 - SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.		0,1400	187,45
					Total Geral:	575,74

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2903/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4474**

Página: 1/1

Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME
CPF/CNPJ: 11.377.392/0001-29

Endereço:
E-mail:

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC
 ddtizadora_mosquitek@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia 5455-0

Conta: 14272-7

Telefone: 4832432664

Celular: 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500400313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 63 - 15.004.10.305.0752.2668.3.3.90.00.00 - Manutenção do programa de

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DA UNIDADE DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE/PAMA I (1116M²).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	1.116,000	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	323,64
4	1.116,000	M2	101214 - SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.		0,1400	156,24
					Total Geral:	479,88

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2904/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4474**

Página: 1/1

Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME
CPF/CNPJ: 11.377.392/0001-29

Endereço:
E-mail:

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC
 ddtizadora_mosquitek@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia

5455-0

Conta: 14272-7

Telefone: 4832432664

Celular: 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500100386 - CENTRO ADMINISTRATIVO SAUDE - CAM

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 6 - 15.001.10.122.0300.2652.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (1452,19M²).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	1.452,190	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	421,14
4	1.452,190	M2	101214 - SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.		0,1400	203,31
					Total Geral:	624,45

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2905/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4474**

Página: 1/1

Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME
CPF/CNPJ: 11.377.392/0001-29

Endereço:
E-mail:

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC
 ddtizadora_mosquitek@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia

5455-0

Conta: 14272-7

Telefone: 4832432664

Celular: 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500100386 - CENTRO ADMINISTRATIVO SAUDE - CAM

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 6 - 15.001.10.122.0300.2652.3.3.90.00.00 - Manutenção das atividades

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO DO GALPÃO DA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE (1110M²).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	1.110,000	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	321,90
4	1.110,000	M2	101214 - SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.		0,1400	155,40
					Total Geral:	477,30

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2906/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4474**

Página: 1/1

Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME
CPF/CNPJ: 11.377.392/0001-29

Endereço:
E-mail:

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC
 ddtizadora_mosquitek@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia

5455-0

Conta: 14272-7

Telefone: 4832432664

Celular: 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300320 - POLICLÍNICA DE ESPEC. DR JOÃO BIRON-ALTA

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 51 - 15.003.10.302.0753.2705.3.3.90.00.00 - Prestar serviços de média e alta

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO NA POLICLÍNICA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DR. JOÃO BIRON (1551,51M²).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	1.551,510	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	449,94
4	1.551,510	M2	101214 - SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.		0,1400	217,21
					Total Geral:	667,15

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2907/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4474**

Página: 1/1

Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME
CPF/CNPJ: 11.377.392/0001-29

Endereço:
E-mail:

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC
 ddtizadora_mosquitek@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia 5455-0

Conta: 14272-7

Telefone: 4832432664

Celular: 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO NAS UNIDADES: CENTRAL DE IMUNIZAÇÃO/CAE (400M²), FARMÁCIA BÁSICA (235,38M²), UBS ERICH KAUFFMANN (180M²), ACADEMIA SAÚDE DR. JORGE I. C. INCHAUSTE (69,5M²), REINOLDO WUERGES (195M²), UBS CLAUDEMIR JOSÉ WITKOSKI (80M²), UBS RENATO PRADI-CAIC (300M²).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	1.459,880	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	423,37
4	1.459,880	M2	101214 - SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.		0,1400	204,38
					Total Geral:	627,75

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2908/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4474**

Página: 1/1

Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME
CPF/CNPJ: 11.377.392/0001-29

Endereço:
E-mail:

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC
 ddtizadora_mosquitek@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia

5455-0

Conta: 14272-7

Telefone: 4832432664

Celular: 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO NAS UNIDADES: UBS RICARDO ROEDER (192M²), UBS CIRILO REINKE (195M²), UBS OSCAR OLBENBURG (195M²), UBS DR. ÉRICO C. A. JACOBSON (195M²), UBS SANTO ESTEVÃO (195M²).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	972,000	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	281,88
4	972,000	M2	101214 - SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.		0,1400	136,08
					Total Geral:	417,96

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2917/2019

Processo Administrativo: **110/2019**
 Data do Processo: **07/06/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **02/08/2019**
 Data da Solicitação: **01/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **5027**

Página: 1/1

Fornecedor: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP
Telefone: 4833463711
CPF/CNPJ: 05.368.504/0001-82
Celular:
Endereço: Osmar Cunha, CENTRO - 88015-100, FLORIANÓPOLIS - SC
E-mail: eearrefrigeracao@gmail.com
Banco: 041 - Banco do Estado do Agência 515-7 Conta: 060055860-4

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500700469 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOLÓ

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 15 dias consecutivos após recbto da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA

Despesa : 84 - 15.007.10.301.0755.2654.4.4.90.00.00 - Aquisição de bens na Atenção

Desdobramento : 4.4.90.52.34.00

Recurso : 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de APARELHOS DE AR CONDICIONADOS e CORTINA DE AR ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: AQUISIÇÃO DE 01 APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT HIGH WALL 9000 BTUS - ALIM ELÉTRICA 220V MONOFÁSICO, TOLERÂNCIAS ADMITIDAS PELA ANELL; CICLO DE REFRIGERAÇÃO FRIO OU QUENTE E FRIO; TECNOLOGIA INVERTER, SISTEMA COM CONTROLE DA VELOCIDADE DE ROTAÇÃO DO COMPRESSOR CONFORME A NECESSIDADE DO AMBIENTE. COR BRANCA, CAPACIDADE TÉRMICA MÍNIMA DE 9000 BTU/H, CONTROLE REMOTO POR INFRAVERMELHO, INDICADOR DE TEMPERATURA NA EVAPORADORA; CLASSIFICAÇÃO "A" PELO INNMETRO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO PARA A UNIDADE INTERNA DE 43 DB, DEVE PERMITIR O AJUSTE DO DIRECIONAMENTO HORIZONTAL DA VENTILAÇÃO, SISTEMA DE FILTRAGEM QUE ELIMINA ATÉ 99,9% DOS VÍRUS E BACTÉRIAS PARA USO NA USB ADILSON BASSANI, NO BAIRRO VILA NOVA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
1	1,000	UN	19071 - APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI WALL 9.000 BTUS	ELGIN	1.788,0000	1.788,00
					Total Geral:	1.788,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 01 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2951/2019

Processo Administrativo: **56/2019**
 Data do Processo: **29/03/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **30/05/2019**
 Data da Solicitação: **04/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **3000**
 Data de Homologação:
 Data de Homologação:

Página: 1/1

Fornecedor: A. V. COMERCIO VAREJISTA LTDA ME**Telefone: 4733608485****CPF/CNPJ:** 16.858.182/0001-76**Celular:****Endereço:** R EDGAR LINHARES, NOVA ESPERANCA, BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC**E-mail:** avcomerciovarejista@gmail.com**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5271-X **Conta:** 11233-X

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300319 - CAPS AD - DEPEND. QUÍMICAS - DAM - ALTA**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA**Despesa :** 46 - 15.003.10.302.0753.2700.3.3.90.00.00 - Manutenção, fortalecimento e**Desdobramento :** 3.3.90.30.21.00**Recurso :** 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: AQUISIÇÃO DE 30 CX FILTRO DE PAPEL PARA USO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
23	30,000	CX	8454 - FILTRO DE PAPEL Nº 103 C/ 30 UN	BRIGITA	2,3000	69,00
					Total Geral:	69,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 04 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2952/2019

Processo Administrativo: **56/2019**
 Data do Processo: **29/03/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **30/05/2019**
 Data da Solicitação: **04/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **3246**
 Data de Homologação:
 Data de Homologação:

Página: 1/1

Fornecedor: LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI**Telefone: 4130339561****CPF/CNPJ:** 29.829.415/0001-54**Celular:****Endereço:** CACAUEIRO, EUCALIPTOS - 83820-497, FAZENDA RIO GRANDE - PR**E-mail:** light.distribuidora@terra.com.br**Banco:** 341 - Itaú Unibanco S.A. **Agencia** 2947-5 **Conta:** 84655-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção**Desdobramento :** 3.3.90.30.22.00**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observação: AQUISIÇÃO DE 70 PCTS DE SACO DE LIXO 30L C/100 E 40 PCTS DE SACO DE LIXO 100L - C/ 100 PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
205	70,000	PCT	8439 - SACO P/ LIXO 30 L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 59X62CM - CAP. 6kg	VALPLASTIC	7,6800	537,60
209	40,000	PCT	16476 - SACO P/ LIXO 100 L - C/ 100 UN - MEDINDO APROX. 75X105	VALPLASTIC	20,4900	819,60
					Total Geral:	1.357,20

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 04 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2953/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **05/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4475**

Página: 1/1

Fornecedor: KEVIN BUGS VAZ EPP**Telefone: 4821324525****CPF/CNPJ:** 21.207.079/0001-04**Celular:****Endereço:** Rua Doutor Heitor Blum, ESTREITO - 88075-110, FLORIANÓPOLIS - SC
E-mail: contato@agenteprag.com.br
 comercial1@agenteprag.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 1386-2 **Conta:** 48320-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção**Desdobramento :** 3.3.90.39.16.00**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA DAS UNIDADES DE SAÚDE: GERMANO SACHT (2X1000), ANA PRETTI PEDRI (2X500), DR. AGOSTINHO L. BIANCHI (1000+250), PADRE ANTÔNIO ECHEIMEYER (1000), MATHILDE SEBOLD BLUNK (1000), ALEXANDRE OTSA (500), GILSON ENGELMANN (1000), LUIZ MARTINS GONÇALVES (2X500), GERMANO HORNBERG (3X1000), SERVIÇO ATENDIMENTO DOMICILIAR (500).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	7,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - ATÉ 999 LITROS		47,7800	334,46
6	9,000	SV	101215 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA, RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E AFINS - DE 1.000 ATÉ 1.999 LITROS		48,7500	438,75

					Total Geral:	773,21
--	--	--	--	--	---------------------	---------------

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 05 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2954/2019

Processo Administrativo: **35/2018**
 Data do Processo: **03/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **09/11/2018**
 Data da Solicitação: **05/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **152**
 Data de Homologação: **09/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES
Telefone: 4130420996
CPF/CNPJ: 11.101.480/0001-01
Celular:
Endereço: das Carmelitas, VILA HAUER - 81610-070, CURITIBA - PR
E-mail: thiago@medicalprodutos.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 3007-4 Conta: 124563-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500700469 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOLÓ

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 84 - 15.007.10.301.0755.2654.4.4.90.00.00 - Aquisição de bens na Atenção

Desdobramento : 4.4.90.52.08.00

Recurso : 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS MÉDICO, AMBULATORIAL e ODONTOLÓGICO ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 01 UN ASPIRADOR CIRÚRGICO SUGADOR DE SANGUE E SALIVA (USO CLÍNICO, ODONTOLÓGICO E CIRÚRGICO. FÁCIL LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO; PORTÁTIL, SILENCIOSO, ECONÔMICO E DE FÁCIL MANUSEIO; SEM NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO E LUBRIFICANTES; CAPACIDADE DO RECIPIENTE APROX.: 1,5 LITROS; VOLTAGEM: 110/220V; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 110/220 (VCA); FREQUÊNCIA: 60HZ; CONSUMO: 70W; SISTEMA: DIAFRAGMA; VÁCUO: DE 0 A 23" HG (REGULÁVEL); VÁLVULA AUTOMÁTICA DE NÍVEL; DIMENSÕES APROX: C = 35,0CM; L = 17,0CM; A = 22,0CM; PESO TOTAL APROX: 2,6KG. - MARCA: MEDICATE) PARA USO NO SATE (SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIAL)

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
61	1,000	UN	19804 - ASPIRADOR CIRURGICO SUGADOR DE SANGUE E SALIVA	MEDICATE	270,0000	270,00
					Total Geral:	270,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 05 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2975/2019

Processo Administrativo: **35/2018**
 Data do Processo: **03/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **09/11/2018**
 Data da Solicitação: **08/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **152**
 Data de Homologação: **09/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES
CPF/CNPJ: 11.101.480/0001-01
Endereço: das Carmelitas, VILA HAUER - 81610-070, CURITIBA - PR
E-mail: thiago@medicalprodutos.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 3007-4 **Conta:** 124563-5

Telefone: 4130420996
Celular:

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500700469 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MÉDICA E ODONTOLÓ

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 84 - 15.007.10.301.0755.2654.4.4.90.00.00 - Aquisição de bens na Atenção

Desdobramento : 4.4.90.52.08.00

Recurso : 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS MÉDICO, AMBULATORIAL e ODONTOLÓGICO ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 01 UN ASPIRADOR CIRÚRGICO SUGADOR DE SANGUE E SALIVA (USO CLÍNICO, ODONTOLÓGICO E CIRÚRGICO. FÁCIL LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO; PORTÁTIL, SILENCIOSO, ECONÔMICO E DE FÁCIL MANUSEIO; SEM NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO E LUBRIFICANTES; CAPACIDADE DO RECIPIENTE APROX.: 1,5 LITROS; VOLTAGEM: 110/220V; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 110/220 (VCA); FREQUÊNCIA: 60HZ; CONSUMO: 70W; SISTEMA: DIAFRAGMA; VÁCUO: DE 0 A 23" HG (REGULÁVEL); VÁLVULA AUTOMÁTICA DE NÍVEL; DIMENSÕES APROX: C = 35,0CM; L = 17,0CM; A = 22,0CM; PESO TOTAL APROX: 2,6KG. - MARCA: MEDICATE) PARA USO NO SATE (SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIAL)

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
61	1,000	UN	19804 - ASPIRADOR CIRURGICO SUGADOR DE SANGUE E SALIVA	MEDICATE	270,0000	270,00
					Total Geral:	270,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 08 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2976/2019

Processo Administrativo: **229/2018**
 Data do Processo: **01/11/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **22/03/2019**
 Data da Solicitação: **08/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **1062**

Página: 1/1

Fornecedor: I.BORDIGNON PNEUS EIRELI**Telefone:** 4133334322**CPF/CNPJ:** 19.891.740/0001-93**Celular:** 41999030251**Endereço:****E-mail:** IAPÓ, REBOUCAS - 80215-223, CURITIBA - PR

iverson@terezapneus.com.br

ibordignonpneus@gmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.**Agencia**

1622-5

Conta: 25084-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500400313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** IMEDIATA**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 52 - 15.004.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde**Desdobramento :** 3.3.90.30.39.00**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 02 UN PNEU 175/70-R14 84T, RADIAL, SEM CÂMARA, COM SELO DO INMETRO, DESTINADOS AO VEÍCULO GM PRISMA, PLACAS MHG-1431, FROTA Nº268

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
6	2,000	UN	28640 - PNEU 175/70 R-14 84T, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO	Goodyear	265,0000	530,00
					Total Geral:	530,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 08 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2977/2019

Processo Administrativo: **229/2018**
 Data do Processo: **01/11/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **22/03/2019**
 Data da Solicitação: **08/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **1065**

Página: 1/1

Fornecedor: CV TYRES EIRELI**CPF/CNPJ:** 28.888.423/0001-09**Endereço:** NEREU RAMOS, CENTRO - 88220-000, ITAPEMA - SC**E-mail:** cvpneus.sc@hotmail.com**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A.**Agencia** 4072-X**Conta:** 5404-6**Telefone:** 47999545980**Celular:**

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500100386 - CENTRO ADMINISTRATIVO SAUDE - CAM**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** IMEDIATA**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 4 - 15.001.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde**Desdobramento :** 3.3.90.30.39.00**Recurso :** 0.2.06.0366 - Próprios/Tx.Fisc.Vigilância Sanitária

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 02 UN PNEU 225/70-R15 C112/110R, RADIAL, SEM CÂMARA, COM SELO DO INMETRO, DESTINADOS AO VEÍCULO MERCEDES BENZ SPRINTER, FURGÃO, PLACAS MCF-0694

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
22	2,000	UN	27403 - PNEU 225/70 R-15 112/110R, RADIAL SEM CÂMERA, COM SELO DO INMETRO	OVATION	399,0000	798,00
					Total Geral:	798,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 08 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2978/2019

Processo Administrativo: **229/2018**
 Data do Processo: **01/11/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **22/03/2019**
 Data da Solicitação: **08/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **1065**

Página: 1/1

Fornecedor: CV TYRES EIRELI**CPF/CNPJ:** 28.888.423/0001-09**Endereço:** NEREU RAMOS, CENTRO - 88220-000, ITAPEMA - SC**E-mail:** cvpneus.sc@hotmail.com**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A.**Agencia** 4072-X**Conta:** 5404-6**Telefone:** 47999545980**Celular:**

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500100386 - CENTRO ADMINISTRATIVO SAUDE - CAM**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** IMEDIATA**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 4 - 15.001.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde**Desdobramento :** 3.3.90.30.39.00**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de PNEUS, CÂMERAS DE AR, AROS E PROTETORES DE CÂMERAS DE AR, NOVOS, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas da administração pública, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 02 UN PNEU 7.5-16 12 LONAS, COM SELO DO INMETRO, DESTINADOS AO VEÍCULO MITSUBISHI LANCER (CAMINHÃO), PLACAS LZA-4120, FROTA Nº188, MANUTENÇÃO

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
26	2,000	UN	97642 - PNEU 7.50-16	GOODRIDE	655,0000	1.310,00
					Total Geral:	1.310,00

 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 08 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2979/2019

Processo Administrativo: **27/2019**
 Data do Processo: **07/06/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **13/08/2019**
 Data da Solicitação: **08/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **2136**
 Data de Homologação: **13/08/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: TRADE MEDICAL COM DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
Telefone: 4833570307
CPF/CNPJ: 06.555.143/0001-46
Celular:
Endereço: PEDRO THISEN JÚNIOR, ARIRIU - 88135-420, PALHOÇA - SC
E-mail: licitar1@trademedical.com.br
Banco: 104 - Caixa Econômica
Agencia 3691-0
Conta: 750-2

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis após o recebimento da AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 27 - 15.002.10.301.0751.2660.3.3.90.00.00 - Prestar assistência de atenção

Desdobramento : 3.3.90.30.36.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 80 UN BOLSA COLETORA DE URINA, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
11	80,000	UN	19037 - BOLSA COLETORA DE URINA 2L	SUPERFARMA	2,9900	239,20
					Total Geral:	239,20

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 08 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2980/2019

Processo Administrativo: **31/2019**
 Data do Processo: **05/07/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **24/09/2019**
 Data da Solicitação: **08/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **2137**
 Data de Homologação: **19/09/2019**

Página: 1/1

Fornecedor: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
Telefone: 5435232700
CPF/CNPJ: 03.652.030/0001-70
Celular:
Endereço:
E-mail: medicamentos@centermedi.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 132-5 Conta: 12871-6

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500500404 - FARMACIA BÁSICA E ESPECIALIZADA

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Até 08 dias úteis após o dia seguinte receb. AF

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 74 - 15.005.10.303.0754.2683.3.3.90.00.00 - Prestar assistência farmacêutica

Desdobramento : 3.3.90.32.02.00

Recurso : 0.2.38.0176 - ASSFAR / BÁSICO

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MEDICAMENTOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para Farmácia Básica, Unidades Básicas de Saúde (carrinhos de emergência) e Programa Centro de Atendimento Especializado – CAE, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 30.000 COMP. DE CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++) PARA FARMÁCIA BÁSICA, PARA USO NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
51	30.000,000	CP	100936 - CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA ++)	UNICORP	0,0670	2.010,00
					Total Geral:	2.010,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 08 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2981/2019

Processo Administrativo: **160/2018**
 Data do Processo: **23/07/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **20/11/2018**
 Data da Solicitação: **08/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **363**

Página: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME**Telefone: 4733722740****CPF/CNPJ:** 18.138.763/0001-69**Celular:****Endereço:** WALLY EMILIA MOHR, AGUA VERDE - 89254-525, JARAGUÁ DO SUL - SC**E-mail:** comercial1@grupovitoria.net**Banco:** 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 5238-8 **Conta:** 7029-7

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega:** Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento d**Local de Entrega:** Conforme edital**Despesa :** 18 - 15.002.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde**Desdobramento :** 3.3.90.30.24.00**Recurso :** 0.1.02.0002 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, conforme especificações e quantidades estimadas nlo Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE: 10 UN FITA VEDA ROSCA 100% PTFE 18MMX50M PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	10,000	RL	27252 - FITA VEDA ROSCA 18MMX50M	Gol	5,4000	54,00
					Total Geral:	54,00

 Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 08 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2982/2019

Processo Administrativo: **107/2019**
 Data do Processo: **27/05/2019**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **31/07/2019**
 Data da Solicitação: **08/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **4474**

Página: 1/1

Fornecedor: DEDETIZADORA NAVARINI-LTDA-ME
CPF/CNPJ: 11.377.392/0001-29

Endereço:
E-mail:

RUA SANTA TEREZINHA, AREIAS - 88113-230, SÃO JOSÉ - SC
 ddtizadora_mosquitek@hotmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.

Agencia

5455-0

Conta: 14272-7

Telefone: 4832432664

Celular: 48999387868

48996533533

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500300318 - CAPS II

Condição de Pagamento:
Prazo de Entrega: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital.

Local de Entrega: Conforme edital

Despesa : 34 - 15.003.10.122.0300.2651.3.3.90.00.00 - Manutenção patrimonial - Saúde

Desdobramento : 3.3.90.39.78.00

Recurso : 0.2.38.0093 - Recursos Média Alta Complexidade

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para realização de serviços de Limpeza de fossas sépticas, filtros anaeróbios, caixas de gordura, caixas de água, reservatórios, cisternas e afins, e serviços de desinsetização e desratização, destinados para manutenção nas Unidades ou Entidades do Município de Jaraguá do Sul, e controle sanitário integrado no combate as pragas e vetores, ao longo dos 12 (doze) meses, em conformidade com o ANEXO I - especificações e quantidades, ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX - Locais para prestação dos serviços e ANEXO X - Termo de Referência.

Observação: SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO DA UNIDADE DO CAPS II (455,17M²).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	455,170	M2	101213 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO.		0,2900	132,00
4	455,170	M2	101214 - SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO.		0,1400	63,72
					Total Geral:	195,72

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 08 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2988/2019**

Processo Administrativo: **38/2018**
Data do Processo: **06/09/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **12/11/2018**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **160**
Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Telefone: 4735209000
CPF/CNPJ: 00.802.002/0001-02
Celular:
Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 2320, FUNDO CANOAS - 89160-000, RIO DO SUL - SC
E-mail: vendas@altermed.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência 276-3 Conta: 30778-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de

Desdobramento : 3.3.90.30.09.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 100 FR AGUA DESTILADA ESTÉRIL, 50 FR SORO FISIOLÓGICO 0,9% E 10 FR TRIANCINOLONA ACETONIDA PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
5	100,000	FR	33583 - ÁGUA DESTILADA ESTÉRIL - 250ML	Segmenta-Eurofarma	2,4800	248,00
394	50,000	FR	9417 - SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML	I.F.B.L	2,2800	114,00
408	10,000	UN	98039 - TRIANCINOLONA ACETONIDA 10G	Prati Donaduzzi	3,7000	37,00
					Total Geral:	399,00

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2989/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **160**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Telefone: 4735209000
CPF/CNPJ: 00.802.002/0001-02
Celular:
Endereço: ESTRADA BOA ESPERANÇA 2320, FUNDO CANOAS - 89160-000, RIO DO SUL - SC
E-mail: vendas@altermed.com.br
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.
Agencia 276-3
Conta: 30778-5

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de

Desdobramento : 3.3.90.30.22.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 12 PCT EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO WRAP'S PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
153	12,000	PCT	9367 - WRAPS P/ ESTERILIZAÇÃO COM 50 UN - TAMANHO 50x50	Polar Fix	17,0700	204,84
					Total Geral:	204,84

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2990/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **159**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: COMEPI PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME
Telefone: 2177668293

CPF/CNPJ: 11.768.299/0001-45

Celular:
Endereço: Luiz Alves Cavalcante, Vilar dos Teles - 25561-140, SÃO JOÃO DE MERITI - RJ

E-mail:
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 576-2 **Conta:** 133759-9

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de

Desdobramento : 3.3.90.30.10.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 500 UN CREME DENTAL COM FLÚOR PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
117	500,000	UN	12530 - CREME DENTAL C/ 90 G	FREE DENT	0,9900	495,00
					Total Geral:	495,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2991/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **162**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS
Telefone: 4131071294

CPF/CNPJ: 21.504.525/0001-34

Celular: 4130120304

Endereço:
E-mail: ANNE FRANK, BOQUEIRAO - 81730-010, CURITIBA - PR

licitacao@dentalprimecwb.com.br

empenhos@dentalprimecwb.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 4500-4 **Conta:** 76990-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de

Desdobramento : 3.3.90.30.10.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 5 UN ARCO DE OSTBY NYLON DOBRÁVEL GR P/ISOLAMENTO ABSOLUTO, 5 UN ARCO DE YOUNG GR P/ISOLAMENTO ABSOLUTO, 40 UN BROCA BR Nº 1/2, 10 UN BROCA GATES BR Nº 2-32MM, 10 UN BROCA GATES Nº 3-32MM, 5 KIT CIMENTO HIDROXIDO DE CÁLCIO TIPO CALEN, 5 CX GODIVA EM BASTÃO, 2 UN GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO EM AÇO INOX Nº 206, 2 UN GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO EM AÇO INOX Nº 211, 10 UN KIT ASPIRAÇÃO ENDODONTICO, 2 UN RÉGUA CALIBRADOR MILIMETRADA P/ ENDODONTIA PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
36	5,000	UN	27869 - ARCO DE OSTBY EM NYLON DOBRÁVEL GRANDE P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO	MAQUIRA	7,4500	37,25
37	5,000	UN	27870 - ARCO DE YOUNG PLÁSTICO AUTOCLAVÁVEL P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO	MAQUIRA	6,7000	33,50
66	40,000	UN	8911 - BROCA BR Nº 1/2	KAVO	4,0300	161,20
80	10,000	UN	19715 - BROCA GATES Nº 2 32MM	MICRODONT	6,7200	67,20
81	10,000	UN	23748 - BROCA GATES Nº 3 32 mm	MICRODONT	6,7200	67,20
103	5,000	KIT	19008 - HIDRÓXIDO DE CÁLCIO - PASTA P/ USO ENDODONTICO	CALEN - SSWHITE	43,7200	218,60
207	5,000	CX	23735 - GODIVA EM BASTÃO COM 15 UN	EXATA - DFL	33,3900	166,95

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2991/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **162**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 2/2

213	2,000	UN	9053 - GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO Nº 206	GOLGRAN	11,1900	22,38
214	2,000	UN	9054 - GRAMPO P/ ISOLAMENTO ABSOLUTO Nº 211	GOLGRAN	11,7500	23,50
243	10,000	UN	25023 - KIT DE ASPIRAÇÃO ENDODÔNTICO 40x6, 40x10, 40x20	INDUSBELLO	35,0700	350,70
367	2,000	UN	13278 - RÉGUA MILIMETRADA ENDO	MAQUIRA	11,5500	23,10

Total Geral: 1.171,58

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2992/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **162**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS
Telefone: 4130120304

CPF/CNPJ: 21.504.525/0001-34

Celular: 4131071294

Endereço:
E-mail: ANNE FRANK, BOQUEIRAO - 81730-010, CURITIBA - PR

empenhos@dentalprimecwb.com.br

licitacao@dentalprimecwb.com.br

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agencia** 4500-4 **Conta:** 76990-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de

Desdobramento : 3.3.90.30.10.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 3 FR RESINA AUTOPOLIMERIZÁVEL PÓ COR ROSA, 10 UN RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A1, 50 UN RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A2, 50 UN RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3, 30 UN RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A 3,5, 10 UN RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B2, 1 UN SERINGA PARA CALEN, 12 PCT ALGINATO ELÁSTICO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
25	12,000	PCT	23725 - ALGINATO ELÁSTICO	HYDROGUM - LABORDENT	38,5900	463,08
369	3,000	FR	27984 - RESINA AUTOPOLIMERIZÁVEL PÓ COR ROSA 225g	TDV	29,2500	87,75
371	10,000	UN	21755 - RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A1	Z100 - 3M	33,2400	332,40
372	50,000	UN	9137 - RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A2 REFIL	Z100 - 3M	33,2400	1.662,00
373	50,000	UN	12616 - RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3 REFIL	Z100 - 3M	33,2400	1.662,00
374	30,000	UN	12617 - RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3,5 REFIL	Z100 - 3M	33,2400	997,20
375	10,000	UN	13504 - RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B2 REFIL	Z100 - 3M	33,2400	332,40
389	1,000	UN	20512 - SERINGA P/ CALEN	DUFLEX -	53,2200	53,22

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2992/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
Data do Processo: **06/09/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **12/11/2018**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **162**
Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 2/2

SSWHITE

	Total Geral:	5.590,05
--	--------------	----------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2993/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **158**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: DENTÁRIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO
Telefone: 5132272744
CPF/CNPJ: 91.083.212/0001-35
Celular:
Endereço: GENERAL VITORINO 298 LOJA A, CENTRO - 90020-170, PORTO ALEGRE - RS
E-mail: dentariapoa@yahoo.com
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.
Agencia 10-8
Conta: 204456-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de

Desdobramento : 3.3.90.30.03.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 5 L VASELINA LÍQUIDA PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
404	5,000	L	9431 - VASELINA LÍQUIDA	FARMAX	29,0000	145,00
					Total Geral:	145,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2994/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **158**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: DENTÁRIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO
Telefone: 5132272744
CPF/CNPJ: 91.083.212/0001-35
Celular:
Endereço: GENERAL VITORINO 298 LOJA A, CENTRO - 90020-170, PORTO ALEGRE - RS
E-mail: dentariapoa@yahoo.com
Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.
Agencia 10-8
Conta: 204456-0

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de

Desdobramento : 3.3.90.30.10.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 10 PCT CURSOR DE SILICONE PARA LIMA ENDODÔNTICA, 2 UN FORCEPS ADULTO Nº 18R EM AÇO INOX, 1 UN FORCEPS ADULTO Nº 16 EM AÇO INOX PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
139	10,000	PCT	17693 - Cursor de silicone para limas endodonticas:	ANGELUS	19,1000	191,00
184	2,000	UN	9032 - FORCEPS ADULTO Nº 18R	SKAY	65,4500	130,90
185	1,000	UN	9029 - FORCEPS ADULTO Nº 16	SKAY	65,4500	65,45
					Total Geral:	387,35

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2995/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **163**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: JEFFERSON DUWE - ME**Telefone:** 4733013171**CPF/CNPJ:** 13.749.658/0001-42**Celular:****Endereço:** ARTUR KEUNECKE, DOS ESTADOS - 89130-000, INDAIAL - SC**E-mail:** dentalduwe@outlook.com**Banco:** 136 - Confederação**Agencia** 1204-0**Conta:** 44375-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:** Conforme edital**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de**Desdobramento :** 3.3.90.30.10.00**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 300 UN ESCOVA ROBSON BRANCA, 5 UN CABO P/BISTURI Nº3 EM AÇO INOX, 20 CX FILME P/ RX ODONTOLOGICO ADULTO, 5 CX LIMA K FILE 15 21MM, 5 CX LIMA K FILE 20 21MM, 2 CX LIMA K FILE 25 21MM, 4 KIT LIMA ROTATÓRIA 25MM 20/.04, 25/.06, 35/.04, 20 UN PINÇA P/ ALGODÃO Nº 317 EM AÇO INOX, 10 CX PONTAS DE GUTA PERCHA B7, 10 CX PONTA DE GUTA PERCHA B8, 5 CX PONTA DE PAPEL ABS 25, 10 CX PONTA DE PAPEL ABS 30, 10 CX PONTA DE PAPEL ABS 35, 10 CX PONTA DE PAPEL ABS 40, 10 CX PONTA DE PAPEL ABS 45 PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
87	5,000	UN	8940 - CABO P/ BISTURI Nº 3	fava	7,6000	38,00
151	300,000	UN	9000 - ESCOVA ROBSON BRANCA	PREVEN	1,2300	369,00
175	20,000	CX	8964 - FILME PERIAPICIAL ADULTO	CARESTREAM	125,6200	2.512,40
248	5,000	CX	30322 - LIMA K FILE 15 - 21 MM - CAIXA COM 06 UNIDADES	KAVO(KERR)	18,5900	92,95
249	5,000	CX	30323 - LIMA K FILE 20 - 21 MM - CAIXA COM 06 UNIDADES	KAVO(KERR)	18,5900	92,95
250	2,000	CX	30324 - LIMA K FILE 25 - 21 MM - CAIXA COM 06 UNIDADES	KAVO(KERR)	18,5900	37,18
300	4,000	KIT	33584 - LIMA ROTATÓRIA 25MM - KIT COMPOSTO PELAS LIMAS 20/.04, 25/.06, 35/.04	KAVO(KERR)	131,0400	524,16
332	20,000	UN	9105 - PINÇA P/ ALGODÃO Nº 317	fava	9,9700	199,40

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2995/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **163**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 2/2

337	10,000	CX	9111 - PONTAS DE GUTA PERCHA B7	INJECTA	15,2100	152,10
338	10,000	CX	9112 - PONTAS DE GUTA PERCHA B8	INJECTA	15,2100	152,10
347	5,000	CX	30647 - PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 25 CAIXA C/ 120 UN	INJECTA	15,2100	76,05
348	10,000	CX	30461 - PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 30 - CAIXA COM 120 UN	INJECTA	15,2100	152,10
349	10,000	CX	30462 - PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 35 - CAIXA COM 120 UN	INJECTA	15,2100	152,10
350	10,000	CX	30463 - PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 40 - CAIXA COM 120 UN	INJECTA	15,2100	152,10
351	10,000	CX	30464 - PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 45 - CAIXA COM 120 UN	INJECTA	15,2100	152,10

Total Geral: 4.854,69

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2996/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **163**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: JEFFERSON DUWE - ME**CPF/CNPJ:** 13.749.658/0001-42**Endereço:** ARTUR KEUNECKE, DOS ESTADOS - 89130-000, INDAIAL - SC**E-mail:** dentalduwe@outlook.com**Banco:** 136 - Confederação**Agencia** 1204-0**Conta:** 44375-1**Telefone:** 4733013171**Celular:**

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:** Conforme edital**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de**Desdobramento :** 3.3.90.30.10.00**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 5 CX PONTA DE PAPEL ABS 50, 5 CX PONTA DE PAPEL ABS 55, 5 CX PONTA DE PAPEL ABS 60, 5 CX PONTA DE PAPEL ABS 70, 300 PCTS ROLETES DENTAIS DE ALGODÃO E 2 UN ALICATE PERFURADOR PARA DIQUE DE BORRACHA PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
24	2,000	UN	8868 - ALICATE PERFURADO P/ DIQUE	PRISMA	58,8700	117,74
352	5,000	CX	30465 - PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 50 - CAIXA COM 120 UN	INJECTA	15,2100	76,05
353	5,000	CX	30648 - PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 55 CAIXA C/ 120 UN	INJECTA	15,2100	76,05
354	5,000	CX	30467 - PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 60 - CAIXA COM 120 UN	INJECTA	15,2100	76,05
355	5,000	CX	30468 - PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 70 - CAIXA COM 120 UN	INJECTA	15,2100	76,05
381	300,000	PCT	9118 - ROLETES DENTAIS DE ALGODÃO	CREMER	2,2700	681,00
					Total Geral:	1.102,94

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2997/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **163**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: JEFFERSON DUWE - ME**Telefone:** 4733013171**CPF/CNPJ:** 13.749.658/0001-42**Celular:****Endereço:** ARTUR KEUNECKE, DOS ESTADOS - 89130-000, INDAIAL - SC**E-mail:** dentalduwe@outlook.com**Banco:** 136 - Confederação**Agencia** 1204-0**Conta:** 44375-1

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.**Condição de Pagamento:** Conforme edital**Prazo de Entrega:** Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt**Local de Entrega:** ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE**Despesa :** 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de**Desdobramento :** 3.3.90.30.36.00**Recurso :** 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 10 CX LUVA LATEX P/ PROCED TAM G, 80 CX LUVA LATEX P/ PROCED TAM M, 100 CX LUVA LATEX P/ PROCED TAMP P, 50 CX LUVA LATEX P/ PROCED TAM PP PARA USO NAS UN BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
308	10,000	CX	19081 - LUVA DE PROCEDIMENTO AMBIDESTRA LATEX SEM TALCO TAM. G C/ 100 UN	SUPERMAX	18,7900	187,90
309	80,000	CX	19080 - LUVA DE PROCEDIMENTO AMBIDESTRA LATEX SEM TALCO TAM. M C/ 100 UN	SUPERMAX	18,7900	1.503,20
310	100,000	CX	19079 - LUVA DE PROCEDIMENTO AMBIDESTRA LATEX SEM TALCO TAM. P C/ 100 UN	SUPERMAX	18,7900	1.879,00
311	50,000	CX	19078 - LUVA DE PROCEDIMENTO AMBIDESTRA LATEX SEM TALCO TAM. PP C/ 100 UN	SUPERMAX	18,7900	939,50
					Total Geral:	4.509,60

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2998/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **164**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: MASIF ARTIGOS MÉDICOS E HOSP. LTDA - EPP
Telefone: 4132685437
CPF/CNPJ: 03.968.926/0001-63
Celular:
Endereço: Rod. Br. 116, XAXIM - 81690-300, CURITIBA - PR
E-mail: licitacao1@joaomed.com.br

lic.masif@gmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.
Agencia 3406-1
Conta: 133916-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de

Desdobramento : 3.3.90.30.10.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 200 UN LAMINA P/ BISTURI Nº 15 E 100 UN LAMINA P/ BISTURI Nº 12, PARA USO NAS UN BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
244	200,000	UN	9331 - LÂMINA BISTURI Nº 15	ADVANTIVE	0,2100	42,00
245	100,000	UN	9336 - LÂMINA BISTURI Nº 12	ADVANTIVE	0,2100	21,00
					Total Geral:	63,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 2999/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **164**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: MASIF ARTIGOS MÉDICOS E HOSP. LTDA - EPP
Telefone: 4132685437
CPF/CNPJ: 03.968.926/0001-63
Celular:
Endereço: Rod. Br. 116, XAXIM - 81690-300, CURITIBA - PR
E-mail: licitacao1@joaomed.com.br

lic.masif@gmail.com

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A.
Agencia 3406-1
Conta: 133916-8

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de

Desdobramento : 3.3.90.30.36.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 24 UN ALMOTOLIA BICO CURVO, 200 PR LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAMANHO 7,5, 100 PR LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAMANHO 6,5 PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
27	24,000	UN	8869 - ALMOTOLIA BICO CURVO 250ML	J.PROLAB	2,7500	66,00
312	200,000	PR	9348 - LUVA PRONTO USO TAM. 7,5	NEW HAND	0,9200	184,00
313	100,000	PR	32408 - LUVA PRONTO USO TAM. 6,5	NEW HAND	0,9200	92,00
					Total Geral:	342,00

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 3000/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **161**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS
Telefone:
CPF/CNPJ: 24.537.945/0001-05

Celular:
Endereço: EXPRESSA PAUL FRITZ KUEHNRIK N1541, ITROUPAVA-NORTE - 89052-381, BLUMENAU - SC

E-mail: sanimed.hospitalar@gmail.com

Banco: 085 - Cooperativa Central **Agencia** 101-5 **Conta:** 869094-4

Prezados senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.

Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.

Condição de Pagamento: Conforme edital

Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt

Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE

Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de

Desdobramento : 3.3.90.30.10.00

Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB

Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observação: AQUISIÇÃO DE 10 UN SERINGA CARPULE COM REFLUXO, 10 UN SONDA EXPLORADORA Nº 5 PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
384	10,000	UN	9142 - SERINGA CARPULE COM REFLUXO	TRINKS	27,9600	279,60
392	10,000	UN	9127 - SONDA EXPLORADORA Nº 5	abc	6,2300	62,30
					Total Geral:	341,90

Assinatura do Responsável

 Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 3001/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **157**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA **Telefone:** 4735211000
CPF/CNPJ: 04.989.294/0001-87 **Celular:**
Endereço: OSCAR BARCELOS, centro - 89160-027, RIO DO SUL - SC
E-mail: silmes@silmes.com.br
Banco: 033 - Banco Santander **Agencia** 1257-2 **Conta:** 13001393-5

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.
Condição de Pagamento: Conforme edital
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de
Desdobramento : 3.3.90.30.03.00
Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO DE 5 UN VASELINA SÓLIDA ESPECIAL PARA USO NAS UN BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
405	5,000	UN	9430 - VASELINA SÓLIDA	QUIMIDROL	3,8600	19,30
					Total Geral:	19,30

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 3002/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **157**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA **Telefone:** 4735211000
CPF/CNPJ: 04.989.294/0001-87 **Celular:**
Endereço: OSCAR BARCELOS, centro - 89160-027, RIO DO SUL - SC
E-mail: silmes@silmes.com.br
Banco: 033 - Banco Santander **Agencia** 1257-2 **Conta:** 13001393-5

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.
Condição de Pagamento: Conforme edital
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de
Desdobramento : 3.3.90.30.09.00
Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO 2 FR EUCALIPTOL, 5 FR FORMOCRESOL, 10 FR OTOSPORIM, 10 FR TRICRESOL FORMALINA PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
169	2,000	FR	12367 - EUCALIPTOL - 10ML	BIODINAMICA	7,1600	14,32
206	5,000	FR	9175 - FORMOCRESOL	BIODINAMICA	3,9300	19,65
323	10,000	FR	9177 - OTOSPORIM	FQM	11,2000	112,00
403	10,000	FR	9179 - TRICRESOL FORMALINA	BIODINAMICA	4,6200	46,20
					Total Geral:	192,17

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 3003/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **157**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA **Telefone:** 4735211000
CPF/CNPJ: 04.989.294/0001-87 **Celular:**
Endereço: OSCAR BARCELOS, centro - 89160-027, RIO DO SUL - SC
E-mail: silmes@silmes.com.br
Banco: 033 - Banco Santander **Agencia** 1257-2 **Conta:** 13001393-5

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.
Condição de Pagamento: Conforme edital
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de
Desdobramento : 3.3.90.30.10.00
Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO DE 10 UN DISCOS DE LIXA P/ ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURAÇÕES EM RESINA COMPOSTA E IONÔMERO DE VIDRO, 5 FR EDTA, 10 CX ANESTÉSICO SOL. INJETÁVEL LIDOCAÍNA, 50 UN APLICADOR DESCARTÁVEL TIPO MICROBRUCH REGULAR, 2 UN CIMENTO CIRÚRGICO SEM EUGENOL, 10 UN CIMENTO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, 200 UN CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO, 10 CX ESPONJA HEMOSTÁTICA, 24 FR FIXADOR LÍQUIDO PARA PELÍCULA DE RX ODONTOLÓGICO, 5 CX LIMAS NITIFLEX Nº 15 25MM, 5 CX LIMAS NITIFLEX Nº 20 25MM PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
32	10,000	CX	9149 - ANESTÉSICO SOLUÇÃO INJETÁVEL LIDOCAÍNA 2% (C/ VASO CONSTRITOR 2%) EPINEFRINA - C/ 50 TUBETES	DFL	85,6800	856,80
34	50,000	FR	17669 - APLICADOR DESCARTÁVEL TIPO CAVIBRUSH	FGM	7,1100	355,50
97	2,000	KIT	8959 - CIMENTO CIRÚRGICO	TECHNEW	71,6800	143,36
102	10,000	KIT	8957 - CIMENTO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO	DENTSPLY	21,4900	214,90
104	200,000	KIT	16806 - CIMENTO IONÔMERO DE KIT COR A2	FGM	14,7000	2.940,00
144	10,000	CX	21741 - DISCOS DE LIXA P/ ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURAÇÕES EM RESINA COMPOSTA	TDV	121,2100	1.212,10
146	5,000	FR	9174 - EDTA	BIODINAMICA	4,8800	24,40

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 3003/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **157**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 2/2

165	100,000	CX	9158 - ESPONJA HEMOSTÁTICA	MAQUIRA	23,8600	2.386,00
181	24,000	FR	8965 - FIXADOR LÍQUIDO P/ PELÍCULA DE RAO X ODONTOLÓGICO	CARESTREAM	10,4700	251,28
294	5,000	CX	21748 - LIMA NITIFLEX 25MM Nº 15 C/ 6 UN	DENTSPLY	130,0400	650,20
295	5,000	CX	21749 - LIMA NITIFLEX 25MM Nº 20 C/ 6 UN	DENTSPLY	130,0400	650,20

Total Geral: 9.684,74

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 3004/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **157**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/2

Fornecedor: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA **Telefone:** 4735211000
CPF/CNPJ: 04.989.294/0001-87 **Celular:**
Endereço: OSCAR BARCELOS, centro - 89160-027, RIO DO SUL - SC
E-mail: silmes@silmes.com.br
Banco: 033 - Banco Santander **Agencia** 1257-2 **Conta:** 13001393-5

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.
Condição de Pagamento: Conforme edital
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de
Desdobramento : 3.3.90.30.10.00
Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO DE 5 CX LIMAS NITIFLEX Nº 25 25MM, 10 PC PLACA DE VIDRO 0,5MM POLIDA, 5 UN PORTA MATRIZ TIPO IVORY, 3 FR RESINA AUTOPOLIMERIZÁVEL, 5 UN RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL FLOW COR A2, 24 FR REVELADOR LIQUIDO PARA PELÍCULA DE RX ODONTOLÓGICO, 5 UN SACA BROCAS UNIVERSAL, 20 CX SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL, 20 CX TIRA DE POLIESTER, 10 FR VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADES, 50 FR ADESIVO DENTINÁRIO MONOCOMPONENTE FOTOPOLIMERIZAVEL PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
3	50,000	UN	15033 - ADESIVO DENTINÁRIO MONOCOMPONENTE FOTOPOLIMERIZÁVEL	FGM	20,1800	1.009,00
296	5,000	CX	21750 - LIMA NITIFLEX 25MM Nº 25 C/ 6 UN	DENTSPLY	130,0400	650,20
336	10,000	PÇ	16195 - PLACA DE VIDRO	GOLGRAN	9,3300	93,30
362	5,000	UN	9095 - PORTA MATRIZ IVORI	COOPERFLEX	20,9300	104,65
370	3,000	FR	27985 - RESINA AUTOPOLIMERIZAVEL LÍQUIDA 120ml	TDV	16,3200	48,96
376	5,000	UN	19769 - RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA FLOW COR A2	FGM	14,9500	74,75
379	24,000	FR	8966 - REVELADOR LÍQUIDO P/ PELÍCULA DE RAO X ODONTOLÓGICO	CARESTREAM	10,4700	251,28
382	5,000	UN	8935 - SACA BROCAS	DENTFLEX	22,4600	112,30
383	20,000	CX	13505 - SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL	FGM	14,7700	295,40

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 3004/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
Data do Processo: **06/09/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **12/11/2018**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **157**
Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 2/2

402	20,000	CX	9133 - TIRA POLIÉSTER P/ ACABAMENTO RESINA	K DENT	0,9800	19,60
406	10,000	FR	9188 - VERNIZ FORRADOR	SSWHITE	8,8800	88,80

Total Geral:	2.748,24
--------------	----------

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL**

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 3005/2019**

Processo Administrativo: **38/2018**
Data do Processo: **06/09/2018**
Contrato: **Sem termo**
Data da Contratação: **12/11/2018**
Data da Solicitação: **11/11/2019**
Sequencial do Contrato: **157**
Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA **Telefone:** 4735211000
CPF/CNPJ: 04.989.294/0001-87 **Celular:**
Endereço: OSCAR BARCELOS, centro - 89160-027, RIO DO SUL - SC
E-mail: silmes@silmes.com.br
Banco: 033 - Banco Santander **Agencia** 1257-2 **Conta:** 13001393-5

Prezados senhores,
Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.
Condição de Pagamento: Conforme edital
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de
Desdobramento : 3.3.90.30.19.00
Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO DE 20 UN CAIXA COLETORA PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE 3 LITROS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
109	20,000	UN	9225 - CAIXA COLETORA P/ MATERIAL PERFUROCORTANTE 3L	MEDIX	2,7400	54,80
					Total Geral:	54,80

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
11 de Novembro de 2019


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

Isidoro Pedri, 120 - Barra do Rio Molha - Jaraguá do Sul - SC
 CEP: 89259-590 CNPJ: 14.007.211/0001-60 Telefone: (47) 2106-8400
 E-mail: saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br Site: www.jaraguadosul.

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 3006/2019

Processo Administrativo: **38/2018**
 Data do Processo: **06/09/2018**
 Contrato: **Sem termo**
 Data da Contratação: **12/11/2018**
 Data da Solicitação: **11/11/2019**
 Sequencial do Contrato: **157**
 Data de Homologação: **12/11/2018**

Página: 1/1

Fornecedor: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA **Telefone:** 4735211000
CPF/CNPJ: 04.989.294/0001-87 **Celular:**
Endereço: OSCAR BARCELOS, centro - 89160-027, RIO DO SUL - SC
E-mail: silmes@silmes.com.br
Banco: 033 - Banco Santander **Agencia** 1257-2 **Conta:** 13001393-5

Prezados senhores,
 Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor do(s) item(ns) especificado(s) abaixo.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Organograma: 1500200396 - DIVISÃO ATENÇÃO BÁSICA/MEDICA E ODONTOL.
Condição de Pagamento: Conforme edital
Prazo de Entrega: Máximo de 08 dias úteis, do 1º dia útil após recbt
Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL SAÚDE
Despesa : 31 - 15.002.10.301.0751.2664.3.3.90.00.00 - Manutenção do centro de
Desdobramento : 3.3.90.30.22.00
Recurso : 0.2.38.0090 - Recursos PAB
Objeto: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS E INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso nas Unidades Odontológicas de Saúde e no Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observação: AQUISIÇÃO DE 10 L HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5% E 20 L SOLUÇÃO DE MILTON 1% PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS SAÚDE ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação do material	Marca	Preço Un.	Preço Total
225	10,000	L	19522 - HIPOCLORITO DE SÓDIO.	CICLO FARMA	3,2500	32,50
391	20,000	FR	14316 - SOLUÇÃO DE MILTON 1 LT	CICLO FARMA	2,9600	59,20
					Total Geral:	91,70

Assinatura do Responsável

Jaraguá do Sul/SC
 11 de Novembro de 2019

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO PL 85/2019/PMJ - TP 11/2019/PMJ

Publicação Nº 2230801

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE CONTINUAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2019/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 11/2019/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 85/2019/PMJ – Tomada de Preço nº 11/2019/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação da Rua Zomer Gasparino Fedato, Rua Orfelino de Oliveira Flores e parte da Rua Dorremi Cordazzo, no bairro Jardim Itália, perímetro urbano do Município de Joaçaba, SC.” a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento dos documentos de habilitação, está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 18 de novembro de 2019.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

AVISO PL 88/2019/PMJ - TP 13/2019/PMJ

Publicação Nº 2230798

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE CONTINUAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2019/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 13/2019/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 88/2019/PMJ – Tomada de Preço nº 13/2019/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de 40 (quarenta) abrigos de passageiros em diversos locais do Município de Joaçaba, SC.” em vista do protocolo de novo envelope de proposta pela proponente ROTTA INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA fica designado o dia 21 de novembro de 2019 às 17h, no setor de compras e licitações, para abertura do envelope e continuação do certame. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 18 de novembro de 2019.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

DECRETO Nº 5.799 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230886

DECRETO Nº 5.799 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.234 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018, PELO ARTIGO 14 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;
DECRETA:

Art. 1º: Fica aberto crédito adicional suplementar nas dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 349.114,21 (trezentos e quarenta e nove mil cento e catorze reais e vinte e um centavos), por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos ordinários do Município.

Órgão 04: SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Unidade Orçamentária 01: SECRETARIA DE GESTÃO ADMIN. E FINANCEIRA
Proj./Atividade 0.000: Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna - Prefeitura
Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.0.1.00.0000 - 50
Valor: R\$ 240.000,00

ÓRGÃO 09: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
Unidade Orçamentária: 01 – SECRETARIA DE DESENVOLV. ECONÔMICO E INOVAÇÃO
Proj./Atividade: 2.133 Manutenção da Cidade Digital
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0000 – 168

Valor: R\$ 109.114,21

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 18 de novembro de 2019

Dioclésio Ragnini

Prefeito

EXTRATO PP 63/2019/PMJ

Publicação Nº 2230881

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2019/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2019/PMJ

Objeto: contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, para operar os serviços de centralização, processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura de Joaçaba e Fundos de Administração Direta e do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, com a outorga de permissão para uso de espaço(s) público(s) para instalação de unidade(s) de atendimento (agência, posto de atendimento e/ou máquina de auto-atendimento). Forma de Julgamento: Maior Oferta. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 03/12/2019. Processamento do Pregão: às 14h do dia 03/12/2019, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 18 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

JORGE LUIZ DRESCH - Secretário

PORTARIA Nº 5.331

Publicação Nº 2230117

PORTARIA Nº 5.331 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

"DESIGNA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR a servidora LUCIMAR BOSCATO, Técnico de Administração, para compor a Comissão Municipal de Licitações B, nomeada pela portaria nº 3.691/2019, para promoção dos trabalhos gerais de Licitação de Município de Joaçaba, em substituição a servidora Priscila Contini Scalabrin, conforme memorando nº 103/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – DESIGNAR a servidora KARLA VANESSA SIMAS, Intendente de Vigilância em Saúde, para compor a Comissão Municipal de Licitações B, nomeada pela portaria nº 3.691/2019, para promoção dos trabalhos gerais de Licitação de Município de Joaçaba, conforme memorando nº 103/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 08 de novembro de 2019

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.332

Publicação Nº 2230119

PORTARIA Nº 5.332 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

"DESIGNA COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, os servidores abaixo discriminados, para compor a Comissão de Seleção, atendendo o disposto na Lei nº 13.019/2014 que institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, bem como a Lei Municipal nº 5.250/2019 que dispõe sobre o sistema Municipal de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação, conforme memorando nº 211/2019 da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública:

- Ana Carolina Pereira;
- Bruna Bender Prando;
- Caren Scalabrin;
- Eliane Aparecida Ceron Vier;
- Emanuel Ricardo Darold da Silva;
- Emanuelle Biolchi;
- Luana Ratti da Silva;
- Mariana Beloto Moreira;
- Marivânia Carvalho da Silva;
- Rafael Martini Veiga
- Silvana Rosa Lima;
- Susana Rodrigues Barbosa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 11 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.333

Publicação Nº 2230121

PORTARIA Nº 5.333 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

"DESIGNA COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, os servidores abaixo discriminados, para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação, atendendo o disposto na Lei nº 13.019/2014 que institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, bem como a Lei Municipal nº 5.250/2019 que dispõe sobre o sistema Municipal de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação, conforme memorando nº 211/2019 da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública:

- Valeria Teresinha Ferreira - Presidente;
- Agnes Parizotto - Assistente;

Área Temática:

- Adilson Luiz Bulla;
- Cristine Santiago Ghizoni;
- Diego Dalagnoli;
- Edoardo Trindade dos Santos;
- Matheus Luis Geuster;
- Nathalia Costenaro Mascarello;
- Rony Edson Lenz;
- Valdineia Gisele Batista da Costa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 11 de novembro de 2019.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.334

Publicação Nº 2230122

PORTARIA Nº 5.334 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 11 de novembro de 2019, o contrato de trabalho do(a) Senhor(a) BRUNA APARECIDA SOARES DE LIMA, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, Lei n.º 343/2017 e em virtude de sua aprovação em 22º lugar no edital de Teste Seletivo nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 11 de novembro de 2019
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.335

Publicação Nº 2230123

PORTARIA Nº 5.335 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
"DESIGNA COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, os servidores abaixo discriminados, para compor a Comissão Técnica de Avaliação Imobiliária com fins de realizar avaliações imobiliárias nos casos em que a municipalidade necessite locar, adquirir, leiloar ou vender imóveis; nos casos em que houver incorporações/melhorias ou situações de depreciação de imóveis de propriedade municipal; nos casos em que houver necessidade de qualificar a padronização de imóveis dos municípios para fins de ajustes cadastrais no Sistema Tributário Municipal, conforme memorando nº 305/2019 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira:

- Andreia Lisiane Antunes de Souza Lovatel – Titular;
- Fabiano Grando Poletto – Suplente;
- Emanuel Ricardo Darold da Silva – Titular;
- Susana Rodrigues Barbosa – Suplente;
- Guilherme de Souza – Titular;
- Patrícia de Pelegrin Spier – Suplente.

Art. 2º - As avaliações de que trata esta portaria, deverão ser assinadas por profissional habilitado na área;

Art. 3º - Revogam-se as portaria nº 4.404 de 26 de março de 2008, portaria nº 2.127 de 01 de julho de 2010 e portaria nº 5.291 de 29 de

outubro de 2019;

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 12 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.336

Publicação Nº 2230127

PORTARIA Nº 5.336 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“NOMEIA COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PRODIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os servidores abaixo para compor a Comissão Anual de Avaliação para Progressão Por Mérito, responsável por avaliar o desempenho funcional do servidor Valdir Antonio Meira, referente aos exercícios de 2009, 2010 e 2011, conforme demanda nº 0500141-22.2011.8.24.0037 da Comarca de Joaçaba:

- Eliana Zardo Schmautz;
- Jorge Luiz Dresch;
- Juliana Dartora Besbati.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 12 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.337

Publicação Nº 2230129

PORTARIA Nº 5.337 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) VERONI DE ASSIS RODRIGUES, Vigia, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 809/2019 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) e de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias), por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 14 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 12 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.338

Publicação Nº 2230131

PORTARIA Nº 5.338 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) RENATO DE SOUZA durante o período de 12 de novembro de 2019 a 17 de dezembro de 2019, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado no edital de Chamada Pública nº 011/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, para atuar no Centro Educacional Roberto Trompowsky, em virtude da aposentadoria da servidora Paula Salete Bittencourt.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 12 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.339

Publicação Nº 2230135

PORTARIA Nº 5.339 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LUANA FRACARO, Técnico em Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 638/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 18 de julho de 2018 a 17 de julho de 2019 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 13 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.340

Publicação Nº 2230143

PORTARIA Nº 5.340 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) AURIEL PARIZOTTO, Fiscal de Vigilância Sanitária, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 638/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 11 de março de 2014 a 10 de março de 2015 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11

de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 13 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.341

Publicação Nº 2230145

PORTARIA Nº 5.341 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ALINE PIVA, Fiscal de Vigilância Sanitária, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 638/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 10 de setembro de 2017 a 09 de setembro de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 13 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.342

Publicação Nº 2230149

PORTARIA Nº 5.342 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MAIARA LAYS MOROSINI, Cirurgião Dentista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 638/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 17 de setembro de 2016 a 16 de setembro de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 13 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.343

Publicação Nº 2230154

PORTARIA Nº 5.343 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LUISA CAVALCANTI CARNEIRO MONTEIRO, Enfermeiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 638/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 05 de agosto de 2017 a 04 de agosto de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 13 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.344

Publicação Nº 2230161

PORTARIA Nº 5.344 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) RAQUEL TEODORO, Monitor Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 298/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 13 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.345

Publicação Nº 2230164

PORTARIA Nº 5.345 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DANIELI DEBUS, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 1460 de 20 de fevereiro de 2019, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 13 de novembro de 2019.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.346

Publicação Nº 2230166

PORTARIA Nº 5.346 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ROSELI MARIA LAGO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 6886 de 05 de novembro de 2019, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 13 de novembro de 2019.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.347

Publicação Nº 2230167

PORTARIA Nº 5.347 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARI EUNICE SANTANNA PARIZOTTO, Professor Pós Graduado Nível I, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 133.626/2014, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 13 de novembro de 2019.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.348

Publicação Nº 2230168

PORTARIA Nº 5.348 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NEI TESSER, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 1577 de 22 de fevereiro de 2019, referente ao período de 01 de fevereiro de 1996 a 31 de janeiro de 2001 (15 dias) e de 01 de fevereiro de 2001 a 31 de dezembro de 2003 (53 dias), por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 18 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 13 de novembro de 2019.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

PORTARIA JHL 497/2019

Publicação Nº 2230705

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 497/2019 DE 12.11.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 367/2019 de 22.08.2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2916, data de 30.08.2019 e página 634.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor à partir de 12 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 498/2019

Publicação Nº 2230729

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 498/2019 DE 12.11.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 370/2019 de 22.08.2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2916, data de 30.08.2019 e página 632, e a Portaria JHL 292/2019 de 30.07.2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2890, data de 31.07.2019 e página 890.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor à partir de 12 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 499/2019

Publicação Nº 2230738

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 499/2019 DE 12.11.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 384/2019 de 22.08.2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2916, data de 30.08.2019 e página 632.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor à partir de 12 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 500/2019

Publicação Nº 2230750

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 500/2019 DE 12.11.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 362/2019 de 22.08.2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2916, data de 30.08.2019 e página 633.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor à partir de 12 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 501/2019

Publicação Nº 2230757

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 501/2019 DE 12.11.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 363/2019 de 22.08.2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2916, data de 30.08.2019 e página 633.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor à partir de 12 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 502/2019

Publicação Nº 2230762

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 502/2019 DE 12.11.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 376/2019 de 22.08.2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2916, data de 30.08.2019 e página 637.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor à partir de 12 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 503/2019

Publicação Nº 2230767

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 503/2019 DE 12.11.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 365/2019 de 22.08.2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2916, data de 30.08.2019 e página 634.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor à partir de 12 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 504/2019

Publicação Nº 2230772

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 504/2019 DE 12.11.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 369/2019 de 22.08.2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2916, data de 30.08.2019 e página 635.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor à partir de 12 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 505/2019

Publicação Nº 2230774

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 505/2019 DE 12.11.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 379/2019 de 22.08.2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2916, data de 30.08.2019 e página 638.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor à partir de 12 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de novembro de 2019.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0060/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2227554

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0071/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0060/2019

PROTOCOLO JHL 2829/2019

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0060/2019 – Licitação 0071/2019, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA E UTILIZAÇÃO PELOS EQUIPAMENTOS DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 02/12/2019 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 02/12/2019 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 19/11/2019 a 02/12/2019.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 14 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

RESUMO CONTRATO JHL 0112/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2230753

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0112/2019

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0048/2019

PREGÃO PRESENCIAL 0026/2019

PROCESSO 0034/2019

PROTOCOLO Nº 1178/2019

Data assinatura: 18/11/2019

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II e IV, da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato em 60 (sessenta) dias consecutivos a contar de 18 de janeiro de 2020 e com término em 17 de março de 2020.

Contratado: Georg Fischer Sistemas de Tubulações Ltda.

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.061

Prazo de vigência: 18/01/2020 a 17/03/2020.

Paulo Cesar Lamini – Diretor Presidente do Simae.

RESUMO CONTRATO JHL 0113/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2230760

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0113/2019
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0037/2019
PREGÃO PRESENCIAL 0017/2019
PROCESSO 0020/2019

PROTOCOLO Nº 0778/2019

Data assinatura: 18/11/2019

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II e IV, da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato em 90 (noventa) dias consecutivos a contar de 16 de dezembro de 2019 e com término em 14 de março de 2020.

Contratado: Lot Metais Eireli - ME.

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.061

Prazo de vigência: 16/12/2019 a 14/03/2020.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

RESUMO CONTRATO JHL 0114/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2230763

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0114/2019
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0041/2019
PREGÃO PRESENCIAL 0017/2019
PROCESSO 0020/2019

PROTOCOLO Nº 0778/2019

Data assinatura: 18/11/2019

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II e IV, da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato em 90 (noventa) dias consecutivos a contar de 16 de dezembro de 2019 e com término em 14 de março de 2020.

Contratado: Polierg Indústria e Comércio Ltda.

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.061

Prazo de vigência: 16/12/2019 a 14/03/2020.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

Jupirá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 272/19 DE 14/11/2019

Publicação Nº 2229606

PORTARIA N.º 272/19 de 14/11/2019.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, incisos V e XXVI, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, o término de contrato de trabalho,

RESOLVE:

Art.1.º - EXONERAR, a partir desta data a servidora municipal LETICIA MARIA PIASSOLI, ocupante do cargo de Professora de Informática, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, em função do término de contrato de trabalho.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá SC, 14 de novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 273/19 DE 14/11/2019

Publicação Nº 2229607

PORTARIA N.º 273/19 de 14/11/2019.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art 63, da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, 20 (vinte) dias de férias a servidora municipal JOSIELI DALLA SANTA, ocupante do cargo de Agente de Combate a Endemias, lotada na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02/06/2015 a 01/06/2016, que serão gozadas no período 18/11/2019 a 07/12/2019, devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá - SC, 14 de novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

8º TERMO ADITIVO CONTRATO 57/2016 - STC

Publicação Nº 2230827

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC

CONTRATADA: STC SERVIÇOS TERRAPLANEGEM E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 79.242.434/0001-58, estabelecida Rua São Cristóvão, 220 Coqueiros Florianópolis/SC CEP 88.080-320 – stcengenharia@globocom

O MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por seu Secretário de Planejamento e Obras o Sr. João Alberto Duarte, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa STC SERVIÇOS TERRAPLANEGEM E CONSTRUÇÃO LTDA, representada neste ato pelo Sr. Valdecir Rogério Lima, portador do CPF n. 299.565.959-34, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar este 8º termo aditivo ao Contrato nº 57/2016, Conforme Parecer Jurídico n. 0956/2019. Processo Licitatório nº 36/2016, correlato à Concorrência Pública nº 02/2016, aberta em 15/04/2016 e homologada em 20/07/2016, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário do Projeto Ponte Grande, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...]

2.2 De Execução, fica prorrogada por mais 12 (doze) meses;

[...]

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE/PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

O prazo de duração fica prorrogado por mais 15 (quinze) meses, a contar da data de 19/10/2019 até 19/01/2021, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 19 de outubro de 2019.

João Alberto Duarte
SEC. PLANEJAMENTO E OBRAS

Valdecir Rogério Lima
STC SERV. TERRAP E CONSTRUÇÃO LTDA

Valenio A. Parisotto
GESTOR/CONTRATO

CC 08/2019 PML

Publicação Nº 2230215

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência Pública 08/2019 PML

Objeto: CONCESSÃO, EM REGIME COMUM, DE ÁREAS PARA ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO EM LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGES, ESTADO DE SANTA CATARINA, MEDIANTE USO REMUNERADO DAS VAGAS DISPONIBILIZADAS, COMPREENDENDO A IMPLANTAÇÃO, SINALIZAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONTROLE, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA, PROPICIANDO O CONTROLE DA ROTATIVIDADE DE VEÍCULOS.

Abertura: 08/01/2020 às 09h

Valor Estimado: R\$ 118.219.524,59

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 19 de novembro de 2019.

Antônio César Alves de Arruda
Secretário da Administração e Fazenda

RERRATIFICAÇÃO CC 07/2019 PML

Publicação Nº 2230219

RERRATIFICAÇÃO

REF:CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 07/2019 – PML

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E OBRAS CORRENTES E PAVIMENTAÇÃO PARA AS RUAS: JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, MAURÍCIO ANTONIO NUNES, ANÁPOLIS, CÉLIO BATISTA DE CASTRO, MANOEL ANTUNES DE MELLO E JOSÉ ACÚRCIO GOULART, RECAPEAMENTO ASFÁLTICO SOBRE PARALELEPÍEDOS, PASSEIOS EM CONCRETO, CANTEIROS DE GRAMA E ASSENTAMENTO DE MEIOS-FIOS NA RUA HUMBERTO DE CAMPOS E, PASSEIOS EM CONCRETO COM ASSENTAMENTO DE MEIOS-FIOS NA RUA PROFESSOR SIMPLÍCIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que as alterações que se fazem necessárias no edital em comento estão disponíveis no site www.lages.sc.gov.br.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 05/12/2019 às 09:00 horas, para o dia 13/01/2020 às 09:00 horas.As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 19 de novembro de 2019.
Antônio César Alves de Arruda
Secretário da Administração e Fazenda

REVOGAÇÃO PE 47/2019 SMS

Publicação Nº 2230272

REVOGAÇÃO

REF:PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2019 – SMS

OBJETO:AQUISIÇÃO DE APARELHO DE RAIOS-X FIXO DIGITAL DE USO GERAL PARA RADIODIAGNÓSTICO, COM INSTALAÇÃO, PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA).

O Município de Lages, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Fazenda, fundamentado na justificativa apresentada pela Secretaria Municipal da Saúde, embasado no Parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna público aos interessados a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório em comento.Publique-se.

Lages, 19 de novembro de 2019.
Antônio César Alves de Arruda
Secretário da Administração e Fazenda

TP 05/2019 - PML

Publicação Nº 2230134

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços 05/2019 PML

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Execução, com fornecimento de material, de Reforma da EMEB Prefeito Waldo Costa.

Abertura: 04/12/2019 às 9h.

Valor Estimado: R\$ 489.357,44

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 19 de novembro de 2019.
Antonio César Alves de Arruda
Secretário da Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**21/2019**

Publicação Nº 2230288

DECRETO LEGISLATIVO Nº 0021/2019
AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0025/2019

HOMENAGEM E COMEMORAÇÃO AO DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA - 20 DE NOVEMBRO.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Realizar Sessão Solene em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra, o qual é comemorado em todo o país no dia 20 de novembro.

Serão homenageados os grupos:

- Clube Cruz e Souza;
- Grêmio Recreativo Escola de Samba Protegidos de São Carlos;
- Escola de Samba Unidos da Vila;
- Escola de Samba Unidos do Ritmo Castro Alves - Urca;
- Grêmio Recreativo Esportivo e Cultura Escola de Samba Acadêmicos da Brusque;
- Grêmio Recreativo Esportivo Escola de Samba Princesa Isabel;
- Centro de Umbanda e Oyó Africano (povos de terreiros);
- Pastoral Afro Brasileira.

Art. 2º. A Placa e o Diploma de homenagem serão entregues na Sessão Solene, em 20 de novembro de 2019, às 19 horas, no Plenário Nereu Ramos.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2019.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN
PRESIDENTE

Laguna

PREFEITURA

EXTRATO 6

Publicação Nº 2230426

CONTRATO Nº 25/2019 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE)

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses.

VALOR: O valor total deste contrato, é de R\$ 226.550,00 (duzentos e vinte e seis mil e quinhentos e cinquenta reais).

DATA:

CONTRATO Nº 26/2019 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES – CEINEE

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a intermediação de contratos de estágio.

VIGÊNCIA: O prazo para execução e prestação dos serviços deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do dia da sua assinatura.

VALOR:

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
Nível Médio	80	R\$ 399,20	R\$ 31.936,00	R\$ 383.232,00
Nível Superior	100	R\$ 598,80	R\$ 59.880,00	R\$ 718.560,00
Valor máximo a ser pago por Estagiário	180	R\$ 11,40	R\$ 2.052,00	R\$ 24.624,00

DATA: 28 de Março de 2.019.

CONTRATO Nº 027/2019 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: TORDESILHAS PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, o fornecimento de materiais/serviços conforme proposta comercial do contratado.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até 31/12/2018.

VALOR: O valor total deste Contrato é de R\$ 43.000,60 (quarenta e três mil reais e sessenta centavos)

DATA: 29 de Abril de 2.019.

CONTRATO Nº 028/2019 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: OFICINA SANTA CATARINA EIRELI

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, o fornecimento de materiais/serviços conforme proposta comercial do contratada.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até 31/12/2018.

VALOR: O valor total deste Contrato é de R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais)

DATA: 29 de Abril de 2.019.

CONTRATO Nº 029/2019 - PML

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

CONTRATADA: EMPRESA MURILO DE SOUSA & CIA LTDA

OBJETO: O objeto deste contrato, é a locação de um imóvel O imóvel, que destina-se exclusivamente para a "Instalação temporária do Centro de Educação Infantil Pica Pau Amarelo".

VIGÊNCIA: O prazo de locação inicial será de 06/05/2019 com término em 31/12/2019.

VALOR: O valor total deste Contrato é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

DATA: 06 de Maio de 2.019.

CONTRATO Nº 030/2019 – PML

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

CONTRATADA: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS DA REGIÃO DOS LAGOS SUL CATARINENSE – COOPERLAGOS

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a aquisição pelo CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA de "GÊNEROS ALIMENTÍCIOS"

VIGÊNCIA: O período de vigência do contrato a ser assinado com a proponente vencedora será até 31/12/2019.

VALOR: O valor deste Contrato é de R\$ 57.540,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos e quarenta reais)

DATA: 03 de Maio de 2.019.

CONTRATO Nº 031/2019 – PML**CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**CONTRATADA:** COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE RIO FORTUNA E TODA SC – COOPERFAMÍLIA**OBJETO:** Constitui objeto do presente Contrato a aquisição pelo CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA de "GÊNEROS ALIMENTÍCIOS"**VIGÊNCIA:** O período de vigência do contrato a ser assinado com a proponente vencedora será até 31/12/2019.**VALOR:** O valor total deste Contrato é de R\$ 54.341,00 (cinquenta e quatro mil e trezentos e quarenta e um reais)**DATA:** 03 de Maio de 2.019.**CONTRATO Nº 032/2019 - PML****CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**CONTRATADA:** COOPERATIVA FAMILIAR DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA "NOVA VIDA"**OBJETO:** Constitui objeto do presente Contrato a aquisição pelo CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA de "GÊNEROS ALIMENTÍCIOS"**VIGÊNCIA:** O período de vigência do contrato a ser assinado com a proponente vencedora será até 31/12/2019.**VALOR:** O valor total deste Contrato é de R\$ 51.899,00 (cinquenta e um mil e oitocentos e noventa e nove reais)**DATA:** 03 de Maio de 2.019.**CONTRATO Nº 033/2019 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** BORTOLUZZI E MARTINS ENGENHARIA LTDA ME**OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato, o fornecimento de materiais/serviços conforme proposta comercial.**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até 31/12/2019.**VALOR:** O valor total global deste contrato é de R\$ 104.900,00 (cento e quatro mil e novecentos reais).**DATA:** 17 de maio de 2.019.**CONTRATO Nº 034/2019 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA**OBJETO:** É objeto do presente contrato a prestação de serviços de atualização cadastral, geoprocessamento, elaboração de planta de valores genéricos, fornecimento de sistema de informações geográficas.**VIGÊNCIA:****VALOR:** A contratante pagará à contratada o valor de e R\$ 2.659.650,00 (dois milhões seiscentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e cinquenta reais).**DATA:** 22 de Maio de 2.019.**CONTRATO Nº 035/2019 – PML****CONTRATANTE:** SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E COMUNICAÇÃO**CONTRATADA:** VITOR MENDES ROSA – ME**OBJETO:** Este contrato tem por objetivo a prestação de serviço de apresentação musical para atender as comemorações do dia estadual de proteção ao boto pescador.**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 25 de agosto de 2019.**VALOR:** O valor do presente Contrato é de R\$ 1.000,00 (um mil reais).**DATA:** 22 de Maio de 2.019.**CONTRATO Nº 036/2019 – PML****CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**CONTRATADA:** SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – CENTRO DE ATIVIDADES EM LAGUNA**OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato a execução dos serviços indicados no cronograma de desempenho das atividades constante do "Projeto Parceria para Cidadania".**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato será de 10 de junho de 2019 até o dia 30 de maio de 2020.**VALOR:** O valor do presente Contrato é de R\$ 31.920,00 (trinta e mil novecentos e vinte reais)**DATA:** 27 de Maio de 2.019.**CONTRATO Nº 037/2019 - PML/FIA****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** MAGRIT HILLE**OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato e a realização de curso de capacitação para os conselheiros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA.**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de setembro de 2.019.**VALOR:** O valor do presente Contrato é da importância total de R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).**DATA:** 06 de Junho de 2.019.**CONTRATO Nº 038/2019 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** LASCA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP**OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de 1.000 m³ (um mil metros cúbicos) de pó de pedra para realizar a

recuperação das vias do Município.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será contado a partir da data de assinatura.

VALOR: O valor deste contrato é de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

DATA: 11 de Junho de 2.019

CONTRATO Nº 039/2019 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: MABEO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de 1.000 m³ (um mil metros cúbicos) de areia grossa para realizar a recuperação das vias do Município.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será contado a partir da data de assinatura e seu prazo não poderá extrapolar os 180 (cento e oitenta) dias.

VALOR: O valor deste contrato é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

DATA: 11 de Junho de 2.019.

CONTRATO Nº 040/2019 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: TERFAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de 5.000 m³ (um mil metros cúbicos) de areia para aterro para realizar a recuperação das vias do Município.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será contado a partir da data de assinatura e seu prazo não poderá extrapolar os 180 (cento e oitenta) dias.

VALOR: O valor deste contrato é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

DATA: 18 de Junho de 2.019.

CONTRATO DE COMODATO Nº 041/2019 – PML

COMODATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

COMODANTE: STTÓRICO SISTEMAS LTDA

OBJETO: O presente TERMO tem como objetivo proporcionar ao COMODATÁRIO e seus servidores públicos, ativos e inativos, acesso ao programa INFOCONSIG.

VIGÊNCIA: O presente TERMO vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contado de sua data de assinatura.

VALOR: A cessão do acesso ao INFOCONSIG será inteiramente GRATUITA e sem nenhum ônus ou encargo de qualquer natureza para o COMODATÁRIO e seus servidores públicos.

DATA: 19 de Junho de 2.019.

CONTRATO Nº 042/2019 – PML

LOCATÁRIO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

LOCADOR: MITRA DIOCESANA DE TUBARÃO

OBJETO: O imóvel, objeto da presente locação, destina-se exclusivamente para a "Instalação da unidade escolar Iracy Virginia Rodrigues.

VIGÊNCIA: O prazo de locação inicial será de 12 (doze) meses, ou seja, seu início em 02/07/2019 com término em 02/07/2020.

VALOR: O Valor do presente contrato é de R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais).

DATA: 02 de Julho de 2.019.

CONTRATO Nº 043/2019 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: NC COMUNICAÇÕES SA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a publicação dos avisos de licitações em jornal de ampla circulação estadual.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até 31/12/2019.

VALOR: O valor total do presente contrato é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

DATA: 19 de Junho de 2.019.

CONTRATO Nº 044/2019 – PML

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

CONTRATADA: NICKSON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PERFILADOS EIRELI

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresa para fornecimento de materiais e serviços de instalação de divisórias no Salão Paroquial de Barranceira.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato encerra-se em 31 de dezembro de 2019.

VALOR: O valor total deste contrato é de R\$ 17.800,00 (dezesete mil e oitocentos reais).

DATA: 03 de Julho de 2019.

CONTRATO Nº 045/2019 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente, a locação de aterro sanitário para destinação final dos resíduos sólidos domiciliares coletados no Município de Laguna.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência não poderá extrapolar os 180 (cento e oitenta) dias contados desta data.

VALOR: O valor deste contrato é de até R\$ 1.2000,00 (um milhão e duzentos mil reais)

DATA: 1º de julho de 2.019.

CONTRATO Nº 046/2019 – PML**LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA****LOCADOR: VANDA PEPPELER MIRANDA****OBJETO:** O imóvel, objeto da presente locação, destina-se exclusivamente para a “Instalação da intendência da Região da Ilha.**VIGÊNCIA:** O prazo de locação inicial será de 12 (doze) meses, ou seja, seu início em 02/07/2019 com término em 02/07/2020.**VALOR:** O valor do presente contrato é de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).**DATA:** 02 de Julho de 2.019.**CONTRATO Nº 047/2018 – PML****CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA****CONTRATADA: ZANELI SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA ME****OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresa especializada para a realização de laudo técnico de engenharia a ser realizado nas instalações elétricas da Escola Elizabeth Ulyssea Arantes e Centro de Educação Infantil Pequeno Cisne (CAIC).**VIGÊNCIA:** O período de execução do presente contrato será até o final da elaboração do laudo técnico de engenharia.**VALOR:** O valor global estimado deste contrato é de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).**DATA:** 03 de Julho de 2.019.**CONTRATO Nº 048/2019 – PML****CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA****CONTRATADA: ARTPOSTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA****OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato, o fornecimento de materiais/serviços conforme proposta comercial do contratado.**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até 31/12/2019.**VALOR:** O valor deste contrato é de R\$ 44.077,50 (quarenta e quatro mil e setenta e sete reais e cinquenta centavos).**DATA:** 08 de julho de 2.019.**CONTRATO Nº 049/2019 – PML****CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA****CONTRATADA: JOIARTE ARTEFATOS DE CIMENTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA****OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato, o fornecimento de materiais/serviços conforme proposta comercial do contratado.**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até 31/12/2019.**VALOR:** O valor deste contrato é de R\$ 10.084,50 (dez mil e oitenta e quatro reais).**DATA:** 08 de Julho de 2.019.**CONTRATO Nº 050/2019 – PML****CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO****CONTRATADA: SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – CENTRO DE ATIVIDADES EM LAGUNA****OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato a execução dos serviços indicados no cronograma de desempenho das atividades constante do “Projeto Parceria para Cidadania” para realização de oficinas a ser realizadas junto aos CRAS I (bairro Magalhães) e ao CRAS II (bairro Portinho) do nosso Município.**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato será da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2019.**VALOR:** O valor do presente Contrato é de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).**DATA:** 24 de Julho de 2.019**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E OUTRAS AVENÇAS QUE ENTRA SI CELEBRAM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE LAGUNA.****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA****CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL****OBJETO:** I – Processamento de créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Município de Laguna/SC abrangendo servidores ativos, aposentados, contratados, estagiários e pensionistas, lançados em contas salário individuais na CAIXA, além de créditos em favor de estagiários ou qualquer outra pessoa que mantenha ou venha a manter vínculo de remuneração com o CONTRATANTE, seja recebendo vencimento, salário, subsídio, proventos e pensões ou bolsa estágio, denominados, doravante, para efeito deste instrumento, CREDITADOS, em contrapartida da efetivação de débito na conta corrente do Município de Laguna/SC, da forma a seguir:

a) Com exclusividade pelo período de 18/11/2019 a 17/05/2021; e

b) Sem exclusividade pelo período de 18/06/2021 a 17/11/2024.

Parágrafo Primeiro – As contas de livre movimentação, decorrentes do relacionamento entre a CAIXA e os servidores, somente serão abertas com a anuência destes.**II** – Demais serviços sem caráter de exclusividade durante toda a vigência do contrato:

a) Concessão de crédito aos servidores ativos, aposentados, contratados, estagiários e pensionistas da Prefeitura de Laguna/SC e órgãos da Administração Direta, mediante consignação em folha de pagamento, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da CAIXA.

b) Centralização na CAIXA dos depósitos judiciais de processos de qualquer natureza, nos casos em que o CONTRATANTE possua autonomia na definição do banco depositário.

c) Manutenção na CAIXA da arrecadação e/ou cobrança bancária dos tributos cobrados pelo MUNICÍPIO mediante utilização de guias de recebimento ou cobrança integrada CAIXA, com quantidade mínima estimada de 46.000 documentos por ano.

III – Demais serviços com caráter de exclusividade durante toda a vigência do contrato:

a) Centralização e processamento da receita municipal e da movimentação financeira de todas as contas correntes, inclusive da Conta Única do MUNICÍPIO (sistema de caixa único) se houver; excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção dos recursos decorrentes de contratos ou convênios em outras instituições financeiras.

b) Centralização e movimentação financeira do MUNICÍPIO, relativa aos recursos provenientes de transferências legais e constitucionais,

bem como de convênios a serem assinados com quaisquer órgãos do governo federal e estadual, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras.

c) Centralização e processamento das movimentações financeiras de pagamento a credores, incluindo fornecedores, bem como de quaisquer pagamentos ou outras transferências de recursos financeiros feitos pelo MUNICÍPIO a entes públicos ou privados, a qualquer título, excetuando-se os casos em que haja previsão legal, contratual ou judicial para manutenção e movimentação dos recursos em outras instituições financeiras.

d) Centralização e processamento de todas as movimentações financeiras dos Fundos do Poder Executivo Municipal, a qualquer título, exceto os recursos oriundos de convênios e/ou contratos com obrigatoriedade de movimentação em outra instituição financeira, por força de lei ou exigência do órgão repassador.

e) Aplicação das disponibilidades financeiras de caixa do MUNICÍPIO, bem como dos recursos dos Fundos.

VIGÊNCIA: O presente contrato é firmado com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura

DATA: 18 de novembro de 2.019

EXTRATO 7

Publicação Nº 2230540

CONTRATO Nº 001/2019 – FUMREBOM

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUMREBOM

CONTRATADA: SOS SUL – RESGATE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a aquisição de um ventilador para uso específico de combate a incêndio.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato encerra-se em 31 de dezembro de 2019.

VALOR: O valor total deste contrato é de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

DATA: 10 de Janeiro de 2.019.

CONTRATO Nº 002/2019 – FUMREBOM

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUMREBOM

CONTRATADA: INGÁ CAMINHÕES LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, o fornecimento de veículo ambulância, tipo auto socorro de urgência – ASUEM.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato encerra-se em 31 de dezembro de 2019.

VALOR: O valor total deste contrato é de R\$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil reais).

DATA: 17 de Setembro de 2.019.

EXTRATO DISPENSA 1

Publicação Nº 2230909

O Município de Laguna, no uso de suas atribuições, comunica do Processo Licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 90/2019 para "Gestão de Folha de pagamentos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Município de Laguna" de acordo com o art. 24, VIII, da Lei Federal 8.666/93.

Contratada: Caixa Econômica Federal - CEF

Laguna, 18 de novembro de 2019

PORTARIA Nº 1145/2019

Publicação Nº 2230702

PORTARIA RH Nº 1145/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

R E S O L V E:

DESLIGAR, por motivo de aposentadoria, em conformidade com o Artigo 28 da Lei Complementar nº 136/2006, benefício nº 1919785989, espécie 41, a Sra. NOELY MARIA PAES NEVES, Professora, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Novembro de 2019.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1146/2019

Publicação Nº 2230708

PORTARIA RH Nº 1146/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESLIGAR, por motivo de aposentadoria, em conformidade com o Artigo 28 da Lei Complementar nº 136/2006, benefício nº 630078560-6, espécie 32, o Sr. ALCEU SILVNO NASCIMENTO, Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Transporte e Obras, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Novembro de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1147/2019

Publicação Nº 2230712

PORTARIA RH Nº 1147/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, FABIANE DE SOUZA CUSTÓDIO SILVA para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/11/2019, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 02/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Novembro de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1148/2019

Publicação Nº 2230715

PORTARIA RH Nº 1148/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, SIMONE DA SILVA MACHADO para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/11/2019, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 02/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Novembro de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1149/2019

Publicação Nº 2230718

PORTARIA RH Nº 1149/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, MIRANI DE SOUZA para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 07/11/2019, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 02/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Novembro de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1151/2019

Publicação Nº 2230723

PORTARIA RH Nº 1151/2019

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor RICARDO AUGUSTO SILVEIRA, Procurador Municipal, do dia 11.11.2019 a 29.11.2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Novembro de 2019.
LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA SMS/N.º609/2019 - INSTITUI O COMITÊ DE OPERAÇÕES EMERGENCIAIS EM SAÚDE - COES

Publicação Nº 2230527

PORTARIA SMS nº 001/2019

A Secretária Municipal de Saúde, de acordo com suas prerrogativas, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Constituir junto a Secretaria de Saúde de Laguna-SC, o Comitê de Operações Emergenciais em Saúde – COES, Grupo Multidisciplinar e Inter setorial destinado a integrar as ações e serviços em saúde, para atuar em situação de emergência e estado de calamidade pública com o objetivo de coordenar as ações emergenciais em área de saúde.

Art. 2º Designar os membros a seguir relacionados para comporem o Comitê de Operações de Emergência em Saúde – COES.

I – Representante da Secretaria de Saúde – Katie Doris Benedet.

II – Representante da Vigilância Sanitária – Jadson Fretta.

III – Representante da Vigilância Epidemiológica – Janaina Souza Rocha.

IV- Representante da Assistência Farmacêutica – Simone Algarves Antunes

V – Representante da Atenção Primária – Morgana Stefani de Souza.

VI – Representante do SAMU – Margareth Kowalski

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna-SC, 18 de Novembro de 2019.
Valéria Olivier Alves
Secretária Municipal de Saúde

Lebon Regis

PREFEITURA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 23/2019_RP22

Publicação Nº 2230263

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 23/2019_RP22.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de limpeza e destinação final de resíduos de fossa séptica, bem como hidrojateamento, para atendimento às necessidades do Município, conforme descrição no Anexo I do Edital. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 18/11/2019. LICITANTE HOMOLOGADO: NT SERVICOS E TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA - CNPJ: 19.192.770/0001-01, com o valor total de R\$ 136.150,00.

Lebon Regis, 18 de novembro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 59/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019_RP 23

Publicação Nº 2229975

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 59/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019_RP 23. OBJETO: Aquisição de cartucho, toner e refil, original ou compatível para diversas impressoras não locadas, para atendimento às necessidades do Município, Fundos e Departamentos. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 14/11/2019. LICITANTE HOMOLOGADO: EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR - ME - CNPJ: 06.155.028/0001-84, com o valor total de R\$ 63.594,80.

Lebon Regis, 14 de novembro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019 - FMS

Publicação Nº 2230777

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Divisão de Licitações e Contratos
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de construção, tintas e diversos, visando à construção, reforma, manutenção e investimentos a serem realizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em vias urbanas, revitalizações, prédios públicos e outros, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 020/2019. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada a Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 13:00 (treze horas), do dia 02 de dezembro de 2019. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 18/11/2019. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO 3.248 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2229906

DECRETO Nº 3.248, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o disposto na Lei nº 1.451, de 14 de Novembro de 2019,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade – PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 001 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

8 – 3.1.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

0.1.00.0104 – Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

Órgão 04 – SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO

Unidade 001 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.013 – Aplicação dos Recursos do FUNDEB

28 – 3.1.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

0.1.18.0018 – Transferências do FUNDEB/Magistério R\$ 120.000,00

Projeto/Atividade 2.045 – Manutenção da Creche

39 – 3.1.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

0.1.01.0001 – MDE – Educação R\$ 80.000,00

Órgão 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES

Unidade 001 – Diretoria de Urbanismo

Projeto/Atividade 2.006 – Diretoria de Infra Estrutura - Urbanismo

72 – 3.1.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

0.1.00.0104 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 002 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.030 – Apoio Administrativo - FUNDERURAL

87 – 3.1.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

0.1.00.0104 – Recursos Ordinários R\$ 50.492,00

87 – 3.1.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

0.3.00.0000 – Recursos Ordinários R\$ 2.508,00

Total das Suplementações R\$ 353.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade – PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Órgão 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade 001 – Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Projeto/Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

1 – 3.1.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

0.1.00.0104 – Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 001 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 1.003 – Investimentos da Secretaria de Administração e Finanças

16 – 4.4.71.00.00.00.00.0000 – Transferências a Consórcios Públicos

0.3.00.0000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Projeto/Atividade 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

11 – 3.3.71.00.00.00.00.0000 – Transferências a Consórcios Públicos

0.3.00.0000 – Recursos Ordinários R\$ 1.508,00

13 – 3.3.93.00.00.00.00.0000 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos

0.1.00.0104 – Recursos Ordinários R\$ 1.049,00

14 – 4.4.50.00.00.00.00.0000 – Transf. a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos

0.1.00.0104 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

15 – 4.4.71.00.00.00.00.0000 – Transferências a Consórcios Públicos

0.1.00.0104 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Órgão 04 – SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO

Unidade 001 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.013 – Aplicação dos Recursos do FUNDEB

28 – 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.19.0019 – Transferências do FUNDEB/Outras Despesas	R\$ 120.000,00
Projeto/Atividade 2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental	
30 – 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.01.0001 – MDE – Educação	R\$ 50.000,00
Unidade 004 – Diretoria de Esportes	
Projeto/Atividade 2.019 – Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas	
48 – 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.00.0104 – Recursos Ordinários	R\$ 30.000,00
Órgão 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL	
Unidade 004 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	
Projeto/Atividade 2.036 – Habitação Urbana e Rural - FRH	
66 – 3.2.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.00.0104 – Recursos Ordinários	R\$ 1.000,00
68 – 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.00.0104 – Recursos Ordinários	R\$ 1.000,00
69 – 4.5.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.00.0104 – Recursos Ordinários	R\$ 1.000,00
70 – 4.6.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.00.0104 – Recursos Ordinários	R\$ 1.000,00
Órgão 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES	
Unidade 001 – Diretoria de Urbanismo	
Projeto/Atividade 2.047 – Diretoria de Infra Estrutura – Manut. Atividades Cemitério	
74 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.00.0104 – Recursos Ordinários	R\$ 7.443,00
Unidade 002 – Diretoria de Infra Estrutura e Transportes	
Projeto/Atividade 2.005 – Manutenção da Diretoria de Infra Estrutura	
75 – 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.00.0104 – Recursos Ordinários	R\$ 30.000,00
76 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.00.0104 – Recursos Ordinários	R\$ 30.000,00
Projeto/Atividade 9.001 – Encargos Especiais - Transportes	
77 – 3.2.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.00.0104 – Recursos Ordinários	R\$ 500,00
78 – 4.6.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.00.0104 – Recursos Ordinários	R\$ 500,00
Unidade 004 – Fundo Municipal de Saneamento Básico	
Projeto/Atividade 2.008 – Manut. Atividades do Fundo Municipal de Saneamento Básico	
82 – 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	
0.1.00.0104 – Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00
Total das Suplementações	R\$ 353.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul-SC, 14 de novembro de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO N.º 02/2019

Publicação Nº 2230223

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019****HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

Gestor Escolar - Habilitado		
Nº Controle	Nº INSC	CANDIDATO
1	1743230	Ivanete Zuanazzi

Professor de Artes - Habilitado		
Nº Controle	Nº INSC	CANDIDATO
1	1764798	Dariana De Souza Lima
2	1767879	Gessica Luana Montag Rauschkolb
3	1742611	Rosicler Beltrame
4	1761151	Rosimar Ferrazzo
5	1757194	Taise Sandi
6	1744695	Wesley Krackecker Ziliotto

Professor de Educação Física/Dança - Habilitado		
Nº Controle	Nº INSC	CANDIDATO
1	1767588	Dheoleine Bernardi
2	1746993	Jose Roberto Oliveira Rosa
3	1770612	Lucianita Bombassaro Ruaro

Professor de Educação Física/Dança - Não Habilitado		
Nº Controle	Nº INSC	CANDIDATO
1	1770962	Gabriela Angela Pick

Professor de Educação Infantil - Habilitado		
Nº Controle	Nº INSC	CANDIDATO
1	1763871	Adelita Lucia De Bona Cordasso
2	1741562	Alice Tebaldi
3	1741977	Ananda Mosconi

49 3446.1177
Rua Tamandaré, 98 - Centro
89735-000 - Lindóia do Sul - SC
LINDOIADOSUL.SC.GOV.BR



4	1743998	Anelise Andrin Barbieri
5	1748474	Angelica Priscila Silvestre
6	1758715	Chaiane Oliveira Kadzerski
7	1760046	Edilaine Angelica Zenaro
8	1760733	Eliane Cursel
9	1741486	Elizandra Lovera Lazzarotto
10	1742547	Fabiane Damin
11	1751227	Fernanda Rubia Petini
12	1742100	Gessica Otto
13	1744826	Gracieli Bertocho Kugelmeier
14	1746442	Heloize Spricigo
15	1754715	Ingrid Regina Rossetto
16	1741417	Jessica Duana Locatelli Pellizzari
17	1763820	Josiele Fernanda Cordasso
18	1750611	Keila Daniela Goncalves
19	1755278	Luci Margarete Patzlaff Borelli
20	1743567	Marcia Benvenuto
21	1747781	Marilete Marostica Schneider
22	1752578	Maristela Lucia Romani Benini
23	1753369	Michele Baldessar
24	1767575	Michele Silvana Cruzetta
25	1768266	Morgana Cason Weimer
26	1759413	Raquel Evangelista
27	1760770	Romilde Salete Salvinski
28	1746446	Rosane Weiss Kern
29	1761152	Rosimar Ferrazzo
30	1749457	sheila spricigo
31	1756099	Tais Agustini
32	1752531	Tatiane Panissi

49 3446.1177
Rua Tamandaré, 98 - Centro
89735-000 - Lindóia do Sul - SC
LINDOIA DOSUL.SC.GOV.BR



Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais - Habilitado		
Nº Controle	Nº INSC	CANDIDATO
1	1763872	Adelita Lucia De Bona Cordasso
2	1741563	Alice Tebaldi
3	1741978	Ananda Mosconi
4	1743999	Anelise Andrin Barbieri
5	1748475	Angelica Priscila Silvestre
6	1755213	Bruna Gabriela Sandi
7	1768485	Carla Mueller
8	1758716	Chaiane Oliveira Kadzerski
9	1750562	Dilce Zatta Gasparotto
10	1760047	Edilaine Angelica Zenaro
11	1760734	Eliane Cursel
12	1741487	Elizandra Lovera Lazzarotto
13	1742548	Fabiane Damin
14	1751228	Fernanda Rubia Petini
15	1742101	Gessica Otto
16	1744827	Gracieli Bertocho Kugelmeier
17	1746443	Heloize Spricigo
18	1754716	Ingrid Regina Rossetto
19	1743231	Ivanete Zuanazzi
20	1753973	Ivete Balbino Fiorentin
21	1763821	Josiele Fernanda Cordasso
22	1752978	Judite Bruniera
23	1748187	Juliana Kel
24	1750612	Keila Daniela Goncalves
25	1755279	Luci Margarete Patzlaff Borelli
26	1743568	Marcia Benvenutti
27	1752579	Maristela Lucia Romani Benini
28	1768267	Morgana Cason Weimer
29	1766874	Nelsira Loss Fiorentin

49 3446.1177
Rua Tamandaré, 98 - Centro
89735-000 - Lindóia do Sul - SC
LINDOIA DOSUL.SC.GOV.BR



30	1744849	Patrick De Chanteau Rodrigues
31	1759414	Raquel Evangelista
32	1746447	Rosane Weiss Kern
33	1749458	sheila spricigo
34	1750668	Sirleia Kist
35	1756100	Tais Agustini
36	1752532	Tatiane Panissi

Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais - Não Habilitado		
Nº Controle	Nº INSC	CANDIDATO
1	1752936	Salete Benelli

Professor de Inglês - Habilitado		
Nº Controle	Nº INSC	CANDIDATO
1	1750820	Angelica Parizotto Santian

Professor de Inglês - Não Habilitado		
Nº Controle	Nº INSC	CANDIDATO
1	1744221	Monalise Miely Roos

LOCAL e DATA - As provas serão realizadas no dia **24 de novembro de 2019**, com início às 13h30min e término às 16h30min, como local o Núcleo de Educação Ottaviano Nicolao, Rua Olímpio Bissolotti, nº 369, Bairro Amizade, Lindóia do Sul-SC. Os portões serão fechados às 13h20min.

Lindóia do Sul – SC, 18 de Novembro de 2019.

Genir Loli
Prefeito Municipal

49 3446.1177
Rua Tamandaré, 98 - Centro
89735-000 - Lindóia do Sul - SC
LINDOIADOSUL.SC.GOV.BR

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 112/2019

Publicação Nº 2230342

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 112/2019
REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA DE MECÂNICA PESADA PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 03/12/2019; Abertura dos Envelopes: as 09:00 horas do dia 03/12/2019. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 18 de novembro de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luiz Alves**PREFEITURA****EXTRATO DE ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS N.º 18/2019 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 2229565

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
EXTRATO DE ERRATA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 101/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2019

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR, DEVIDO NECESSIDADE, A CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS PARA "KIT" DE TRANSPOSIÇÃO DA DEFESA CIVIL ESTADUAL, ESTE "KIT" É FORMADO POR VIGAS E LAJES PRÉ-MOLDADAS E SERÃO LOCADAS NAS CABECEIRAS A SEREM CONSTRUÍDAS. O LOCAL A SER CONTEMPLADO É A ESTRADA GERAL RIBEIRÃO DO BUGRE, NESTA MUNICIPALIDADE.

Conforme requerido pela Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, em relação ao subitem 6.5.1.2, mais precisamente em sua tabela, acrescenta-se a seguinte qualificação a ser comprovada:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA
EXECUÇÃO DE PONTES	M²	46

Por não incidir nos valores referenciados, mantem-se a data para entrega da Documentação de habilitação e Proposta: até às 08h45min horas do dia 29/11/2019, com Abertura às: 09h00min horas do dia 29/11/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Luiz Alves, 18 de novembro de 2019.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2019 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2229605

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

ERRATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2019

Em relação ao edital, mais especificamente no item 7.4.1, da qualificação técnica, o referido item, será excluído da habilitação, pois entende-se que a declaração atestando a regularidade do Leiloeiro Oficial perante a Junta Comercial do Estado, contida no item 7.1.3 já é suficiente. Neste sentido, por não incidir em abertura de prazo, mantêm-se a data do dia 19/11/2019, às 09h: 00min.

Luiz Alves, 18 de novembro de 2019.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N.º 14/2019 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2230676

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO GRUPO FAMÍLIA DIAS PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 15/12/2019, DURANTE O EVENTO NATALINO.
FORNECEDOR: DIAS LOCAÇÕES LTDA (CNPJ: 05.368.922/0001-70).

Luiz Alves, 18 de novembro de 2019.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2019 (FME)

Publicação Nº 2230504

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2019.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR A AMPLIAÇÃO DE SALA DE AULA NA ESCOLA MUNICIPAL VENDELIM SCHWEITZER, LOCALIZADA NA RUA VEREADOR CRISÓSTOMO GESSER, N.º 1950, BAIRRO BRAÇO ELZA, NESTE MUNICÍPIO.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, e demais alterações posteriores.

Entrega da Documentação de habilitação e Proposta: Até às 13h45min horas do dia 05/12/2019.

Abertura: às 14h00min horas do dia 05/12/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Retirada do Edital: In loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações, preferencialmente.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600/ 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 18 de novembro de 2019.
Marcos Pedro Veber - Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2019 (FME)

Publicação Nº 2230265

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR A REFORMA DA COZINHA NA ESCOLA CELESTE SCOLA, LOCALIZADA NA RUA PROFESSOR CELESTE SCOLA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, e demais alterações posteriores.

Entrega da Documentação de habilitação e Proposta: Até às 13h45min horas do dia 04/12/2019.

Abertura: às 14h00min horas do dia 04/12/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Retirada do Edital: In loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações, preferencialmente.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600/ 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 18 de novembro de 2019.
Marcos Pedro Veber - Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2019 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2230163

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2019
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE PALCO, SISTEMA DE SOM, SISTEMA DE LUZ E DECORAÇÃO, POR SUA PRÓPRIA RESPONSABILIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL NO PAVILHÃO DE EVENTOS DA FESTA NACIONAL DA CACHAÇA NOS DIAS 13, 14 E 15 DE DEZEMBRO DE 2019.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 29/11/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 29/11/2019.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados ou conforme o edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.
Luiz Alves, 18 de novembro de 2019.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO N.º 03/2019 – CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2019 - SEMEC

Publicação Nº 2230179

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO N.º 03/2019 – CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2019 - SEMEC

Contratante: MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CULTURAL LUIZ ALVES - AECLA – CNPJ n.º 05.253.701/0001-56.

Do objeto: Trata-se de celebração de parceria com o MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes e Cultura, por meio da formalização do presente Termo de Fomento, visando o apoio e o desenvolvimento de ações para a defesa, preservação e melhoria da prática das atividades esportivas e culturais, voltadas às crianças e adolescentes da rede municipal de ensino de Luiz Alves/SC, para execução de aulas de futsal e dança, conforme condições fixadas no Projeto Básico.

Dos valores: O valor previsto a ser destinado à entidade em forma de repasses até a vigência deste termo, será de R\$ 66.419,40 (sessenta e seis mil, quatrocentos e dezenove reais e quarenta centavos).

Da vigência: O presente termo terá vigência até 31 de julho de 2020, prorrogáveis nos termos da lei, o qual a entidade ainda terá mais 60 (sessenta) dias para finalizar a prestação de contas.

Luiz Alves, 18 de novembro de 2019.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

NOTA DE DESERÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2019 (FME)

Publicação Nº 2230112

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

NOTA DE DESERÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR A REFORMA DA COZINHA NA ESCOLA CELESTE SCOLA, LOCALIZADA NA RUA PROFESSOR CELESTE SCOLA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO.

No dia 18 do mês de novembro de 2019, pelo não comparecimento de interessados, o processo torna-se DESERTO.

Luiz Alves, 18 de novembro de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 089/2019 - PP 063/2019 - MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS - PML

Publicação Nº 2230754

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório nº 089/2019 - PML
Pregão Presencial nº 063/2019 - PML

O Secretário de Coordenação de Governo e Gestão, Sr. JULIANO SCHNEIDER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 089/2019, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à aquisição, de forma parcelada, de ferragens, ferramentas, materiais hidráulicos, elétricos e de construção, acessórios e equipamentos preventivos de incêndio para manutenção de bens móveis e imóveis da Administração Municipal de Luzerna/SC.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* PLANALTO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA – EPP;

* LOVATEL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA;

* BONATO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA;

* ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA;

* BELEGANTE E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA;

* ADRIANA FALAVIGNA ME.

- Valor total: R\$ 606.294,09

Luzerna (SC), 19 de novembro de 2019.

JULIANO SCHNEIDER

Secretário de Coordenação de Governo e Gestão

LEI 1687

Publicação Nº 2230973

LEI Nº 1687 de 19 de novembro de 2019.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR PERMUTA DE IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a PERMUTA de um terreno urbano, constituído do lote 01 da Quadra “A” do Loteamento Popular Serenata, no Município de Luzerna(SC), com área de 573,76m² (quinhentos e setenta e três metros e setenta e seis centímetros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: NORTE: em uma linha totalizando 2,54m com terras de Ernesto Welter; SUL: em uma linha totalizando 25,00m com terras de Município de Luzerna, matrícula nº33.817; LESTE: em quatro linhas totalizando 44,89m com Estrada Municipal - Anel Viário; e OESTE: em uma linha totalizando 38,94 m com Área Verde; devidamente registrado sob nº 33.816, no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba(SC), avaliado em R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais) pertencente ao MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) pelo terreno urbano, constituído do antigo terreno rural, parte integrante do processo administrativo de desmembramento nº 2923 “A”, área desmembrada 03, situado entre a Estrada Municipal “Anel Viário” e a Estrada Municipal Linha Leãozinho, Município de Luzerna(SC), com área de 9.544,51m² (nove mil, quinhentos e quarenta e quatro metros e cinquenta e um centímetros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: NORTE: em uma linha totalizando 67,18 m com terras de Ernesto Welter; SUL: em uma linha totalizando 6,58 m com terras de Ademir Luis Dalla Lana (Anel Viário); LESTE: em oito linhas totalizando 302,41m com Estrada Municipal - Anel Viário; OESTE: em onze linhas totalizando 334,35 m com Estrada Municipal - Linha Leãozinho matrícula nº 33.817; devidamente registrado sob nº 31.449, no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba(SC), avaliado em R\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais) pertencente a VANILDA KRUG.

§1º- O imóvel adquirido pelo Município na permuta ter por objetivo a melhoria do acesso do Anel Viário ao Loteamento Serenata.

§2º- A diferença de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) será paga pelo Município em parcela única na data da escrituração de transferência dos imóveis, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

§3º- REVOGADO

§4º- Os permutantes arcarão cada qual com os encargos de escrituração e registro imobiliário do imóvel que lhe couber em virtude da permuta.

Art.2º- As despesas provenientes desta Lei correm a conta da dotação orçamentária nº 04.006.15.451.0400.2406 - Manutenção dos serviços na área urbana.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1688

Publicação Nº 2230976

LEI Nº 1688 de 19 de novembro de 2019.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E ABRE CRÉDITOS ESPECIAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar as dotações abaixo até o valor de:

I - Recursos ordinários (000 e 002)

Movimento	Órgão. Uni	Ação	Fonte	GND	Modalidade	Valor (R\$)
Anulação	05.001	2.506	002	3	90	15.000,00
Anulação	05.001	2.507	002	3	90	18.000,00
Anulação	05.001	2.503	002	3	90	11.000,00
Anulação	05.001	2.508	002	3	90	500,00
Anulação	05.001	2.510	002	3	90	8.440,00
Anulação	05.001	2.511	000	3	90	9.614,00
Anulação	05.001	2.503	002	1	71	700,00
Anulação	05.001	2.503	002	3	71	900,00
Anulação	05.001	2.503	002	1	90	1,00
Anulação	05.001	2.503	002	4	90	1,00
Suplementação	05.001	2.502	002	1	90	26.602,00
Suplementação	05.001	2.501	002	3	90	27.940,00
Suplementação	05.001	2.509	002	3	90	9.614,00

II - Recursos ordinários (000 e 001)

Anulação	02.001	2.202	000	3	50	1,00
Anulação	02.001	2.202	000	4	50	1,00
Anulação	02.002	2.210	000	4	90	1,00
Anulação	02.003	2.230	000	4	90	1,00
Anulação	02.004	2.240	000	3	40	1,00
Anulação	02.004	2.240	000	3	93	1,00
Anulação	02.004	2.240	000	4	90	1,00
Anulação	02.005	2.250	000	1	90	3.434,43
Anulação	02.005	2.250	000	3	90	1.214,39
Anulação	02.005	2.250	000	4	90	1,00
Anulação	02.005	2.251	000	3	50	1,00
Anulação	02.006	2.260	000	1	90	1,00
Anulação	02.006	2.260	000	3	50	1,00
Anulação	02.006	2.260	000	4	90	1,00
Anulação	02.007	2.270	000	3	90	1,00
Anulação	02.008	2.280	000	3	50	1,00
Anulação	03.001	0.303	000	1	90	2.871,84
Anulação	03.001	0.303	000	3	90	4.600,00
Anulação	03.001	2.302	000	3	20	1,00
Anulação	03.001	2.302	000	3	30	1,00
Anulação	03.001	2.302	000	3	40	1,00
Anulação	03.001	2.305	000	3	90	11.530,00
Anulação	03.001	2.305	000	4	90	1,00
Anulação	03.002	2.302	000	3	90	10.000,00
Anulação	04.002	2.421	000	3	90	16.000,00

Anulação	04.002	2.422	000	3	50	1,00
Anulação	04.004	2.440	000	3	90	1,00
Anulação	04.005	2.460	000	3	90	1,00
Anulação	04.006	1.401	000	4	90	1,00
Anulação	04.006	1.402	000	4	90	1,00
Anulação	04.006	2.406	000	4	90	52,50
Anulação	04.008	2.404	000	3	90	31.413,25
Anulação	04.008	2.404	000	4	90	100.000,00
Anulação	06.001	2.604	000	3	90	91,63
Anulação	06.001	2.606	000	3	90	1.500,00
Anulação	06.003	2.620	000	3	90	2.000,00
Anulação	06.004	2.630	000	3	90	4.650,82
Anulação	06.004	2.630	000	4	90	1,00
Anulação	06.005	1.641	000	3	90	1,00
Anulação	06.005	1.641	000	4	90	1,00
Anulação	06.005	2.640	000	1	90	1,00
Anulação	06.005	2.640	000	3	90	2.446,80
Anulação	06.005	2.640	000	4	90	1,00
Anulação	06.005	2.641	000	3	90	1,00
Anulação	06.005	2.641	000	4	90	1,00
Anulação	07.001	2.711	001	4	90	11.363,19
Anulação	07.001	2.712	001	3	90	15.000,00
Anulação	07.001	2.720	000	3	90	10.962,13
Anulação	06.001	2.605	000	1	40	1,00
Anulação	06.001	2.605	000	3	40	31.470,85
Anulação	07.001	2.722	001	1	90	3.000,00
Anulação	07.001	2.722	000	3	50	1,00
Anulação	07.001	2.722	000	3	90	190,00
Anulação	07.002	2.730	000	4	90	1,00
Anulação	07.003	2.740	000	1	90	1,00
Anulação	07.003	2.740	000	4	90	1,00
Anulação	07.004	2.750	000	1	90	1,00
Anulação	07.004	2.750	000	3	50	440,00
Anulação	07.004	2.750	000	3	90	9.436,62
Anulação	07.004	2.750	000	4	50	1,00
Anulação	07.004	2.750	000	4	90	1,00
Suplementação	03.002	2.301	000	3	90	5.000,00
Suplementação	04.007	2.405	000	3	90	23.000,00
Suplementação	04.002	2.420	000	3	90	5.000,00
Suplementação	06.001	2.601	000	3	90	3.000,00
Suplementação	07.001	2.701	001	3	90	35.000,00
Suplementação	07.001	2.702	001	3	90	7.000,00
Suplementação	07.001	2.703	001	3	90	40.000,00
Suplementação	02.002	2.210	000	1	90	5.000,00
Suplementação	02.003	2.230	000	1	90	5.000,00
Suplementação	02.004	2.240	000	1	90	5.000,00
Suplementação	02.008	2.280	000	1	90	5.000,00
Suplementação	03.002	2.302	000	1	90	40.000,00
Suplementação	04.002	2.421	000	1	90	5.000,00
Suplementação	06.001	2.606	000	1	90	5.000,00
Suplementação	06.003	2.620	000	1	90	5.000,00
Suplementação	06.003	2.603	000	1	90	5.000,00
Suplementação	07.001	2.704	001	1	90	5.000,00
Suplementação	07.001	2.705	001	1	90	5.000,00
Suplementação	07.001	2.706	001	1	90	5.000,00
Suplementação	07.001	2.712	001	1	90	15.000,00
Suplementação	07.002	2.730	000	1	90	5.000,00
Suplementação	07.001	2.708	001	1	90	5.000,00
Suplementação	02.001	2.202	000	1	90	5.000,00
Suplementação	04.007	2.407	000	1	90	30.706,25

III - CIDE - Cont. Intervenção Domínio Econômico (007)



Movimento	Órgão. Uni	Ação	GND	Modalidade	Valor (R\$)
Anulação	03.001	0.301	3	90	250,00
Suplementação	04.007	2.407	3	90	250,00

IV - Alienações não vinculadas a Saúde e Educação (089)

Movimento	Órgão. Uni	Ação	GND	Modalidade	Valor (R\$)
Anulação	03.002	2.302	4	90	30.735,80
Suplementação	07.001	2.711	4	90	30.735,80

V - Recursos do FUNDEB (018 e 019)

Movimento	Órgão. Uni	Ação	Fonte	GND	Modalidade	Valor (R\$)
Anulação	07.001	2.701	019	3	90	300,00
Anulação	07.001	2.711	019	3	90	3.100,00
Anulação	07.001	2.709	018	1	90	40.000,00
Anulação	07.001	2.711	019	1	90	29.000,00
Suplementação	07.001	2.711	018	1	90	72.400,00

VI - Recursos ordinários (000)

Movimento	Órgão. Uni	Ação	Fonte	GND	Modalidade	Valor (R\$)
Anulação	07.001	2.722	000	3	90	65.010,00
Suplementação	07.001	2.722	000	3	50	65.010,00
Anulação	04.002	2.422	000	3	90	100.000,00
Suplementação	04.002	2.422	000	3	50	100.000,00

VII - Recursos ordinários (000 e 001)

Movimento	Órgão. Uni	Ação	Fonte	GND	Modalidade	Valor (R\$)
Anulação	07.001	2.711	001	4	90	40.000,00
Suplementação	03.002	2.302	000	1	90	40.000,00

Art. 2º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS até os limites, nas especificações e movimento abaixo:

I - Recursos ordinários (000, 001 e 002)

Movimento	Órgão. Uni	Ação	Fonte	G.N.D.	Modalidade	Valor (R\$)
Anulação	07.002	2.730	000	3	90	36.000,00
Crédito especial	07.002	2.730	000	3	50	36.000,00
Anulação	02.005	2.250	000	3	90	29.850,00
Crédito especial	02.005	2.250	000	3	50	29.850,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de novembro de 2019
 MOISES DIERSMANN
 Prefeito de Luzerna

LEI COMPLEMENTAR 224

Publicação Nº 2230996

LEI COMPLEMENTAR Nº 224 de 19 de novembro de 2019.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 164 de 25 de abril de 2017 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Fica alterado o §5º do art. 137 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 137 - ...

...

§5º- A aplicação da advertência por escrito, poderá decorrer de Procedimento Administrativo Disciplinar, Sindicância, ou poderá ser resultante de medida alternativa ao Procedimento Administrativo Disciplinar, sendo aplicada diretamente pelo Chefe imediato do servidor, nas penalidades descritas no art. 137, inciso IV, sendo oportunizada previamente, ao servidor os institutos da ampla defesa e contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação escrita do servidor.”

Art.2º- Altera o inciso II do art. 145 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.145 - ...

...

II. Aplicação de penalidade de advertência, nos termos do § 5º do art. 137 desta Lei Complementar.

Art.3º- As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 permanecem inalteradas.

Art.4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 163/19

Publicação Nº 2229586

PORTARIA Nº 163/19 de 11 de novembro de 2019.

“EXONERA A PEDIDO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR A PEDIDO a servidora ANA MARIA COZZA, ocupante do cargo público efetivo de Assistente Administrativa, 40 horas semanais, Nível V, Classe “E”, GRUPO II - Grupo Ocupacional Administrativo e de Apoio Operacional (GAO), do Anexo I - Cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal, da Lei Complementar nº 203 de 12 de março de 2019, a partir de 25 de outubro de 2019.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de outubro de 2019.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 164/19

Publicação Nº 2229589

PORTARIA Nº 164/19 de 11 de novembro de 2019.

“EXONERA SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 47 da Lei Complementar 164 de 25 e abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição a servidora BERNARDETE COSTA BEBER do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, 44 horas semanais, Nível 01, Classe “D” do GRUPO I - Grupo Ocupacional Operacional (GO), do Anexo I da Lei Complementar nº 203 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 31 de outubro de 2019.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2019.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 165/19

Publicação Nº 2229590

PORTARIA Nº 165/19 de 12 de novembro de 2019.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER o gozo de férias regulamentares ao servidor abaixo relacionado:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Edilson Retz	Motorista	01/04/2018 a 31/03/2019	21/11/2019 a 20/12/2019

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de novembro de 2019.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 168/19

Publicação Nº 2229871

PORTARIA Nº 168/19 de 18 de Novembro de 2019.
"NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR ANDREIA CRISTIANE HERMANN, para exercer o cargo público efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA, 44 horas semanais, Nível I, Classe "A", do GRUPO I - Grupo Ocupacional Operacional (GO), do Anexo I da Lei Complementar nº 203 de 12 de março de 2019, aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2019 de 18 de julho de 2019, homologado em 23 de setembro de 2019, a partir de 19 de novembro de 2019.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de novembro de 2019.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 169/19

Publicação Nº 2229909

PORTARIA Nº 169/19 de 18 de novembro de 2019.
"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Elson William de Matos	Assistente Administrativo	12/12/2017 a 11/12/2018	20/11/2019 a 29/11/2019
Luis Fernando Dahmer Peruchini	Secretário de Saúde e Assistência Social	03/01/2018 a 02/01/2019	25/11/2019 a 29/11/2019

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de novembro de 2019.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.237

Publicação Nº 2229621

DECRETO Nº. 4.237

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

ALTERA O DECRETO Nº 3.490, DE 16 DE MARÇO DE 2012, QUE REGULAMENTA O SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PREVISTO NA LEI Nº 3.290, DE 25 DE MARÇO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º. O art. 16 do Decreto nº 3.490, de 16 de março 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. A vida útil dos veículos utilizados no transporte escolar é fixada em 30 (trinta) anos.”

Art. 2º. O §2º, do art. 17 do Decreto nº 3.490, de 16 de março 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. [...]

§2º Nos casos de acidente, roubo, incêndio e outros que apresentem dano que inabilitem o uso do veículo para o Serviço de Transporte Escolar, o DETRAMM poderá autorizar a substituição provisória por outro veículo, com, no máximo, 30 (trinta) anos de fabricação, após a devida inspeção mencionada na seção anterior, por no máximo 30 (trinta) dias, notificando-se os órgãos de representação da categoria.”

Art. 3º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 04 de novembro de 2019.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 069/2019

Publicação Nº 2230890

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 069/2019

Contrato nº: 069/2019

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 79.283.065/0001-41

Modalidade Processo Licitatório 053/2019 Pregão Presencial n.º 013/2019.

Data Assinatura do termo aditivo: 24 de outubro de 2019.

O Termo Aditivo visa aditar os itens inicialmente contratado conforme tabela abaixo:

Lote	DESCRIÇÃO	Quantidade	Quantidade Aditada	Quantidade Total
1/1	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
1/1	Auxiliar de serviços gerais trabalhando 40 horas semanais - Limpeza (total de 28 pessoas)	28 Pessoas	06 Pessoas	34 Pessoas
1/2	Merendeiras trabalhando 40 horas semanas (total de 28 pessoas)	28 Pessoas	03 Pessoas	31 Pessoas

Foro: Comarca de Mafra.

Maracajá

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DE CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES DEFERIDAS E HABILITADOS EDITAL Nº 001/2019 - PROCESSO SELETIVO INTERNO DE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR PERÍODO DETERMINADO DE DOCENTES

Publicação Nº 2230531

Publicação da relação de candidatos com inscrições deferidas e habilitados para processo seletivo interno de alteração da carga horária por período determinado, de docentes do quadro pessoal do magistério do município de Maracajá.

NOME	SITUAÇÃO
Maria Juliani Peruchi Monterio	Habilitada
Karina Nunes De Medeiros Zandonadi	Habilitada

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2019 - PREGÃO Nº 031/2019

Publicação Nº 2230447

Página: 1/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ANEL REFERÊNCIA 10021315	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	3.5450	1
2	ANEL REFERÊNCIA 10316175	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	3.5354	1
3	ANEL REFERÊNCIA 10316200	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	2.2784	1
4	ARRUELA REFERÊNCIA 49581227	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	4.7925	1
5	CALÇO REFERÊNCIA 49581282	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	6.2852	1
6	ANEL REFERÊNCIA 80040065	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	2.7498	1
7	ANEL REFERÊNCIA 80040080	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	5.9710	1
8	ANEL REFERÊNCIA 80044040	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	2.4355	1
9	ANEL REFERÊNCIA 80044050	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	2.2784	1
10	BUCHA REFERÊNCIA 84170645	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	30.3262	1
11	PINO REFERÊNCIA 84171217	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	187.6140	1
12	PINO REFERÊNCIA 84171343	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	126.8830	1

Página: 2/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	PINO REFERÊNCIA 84216891	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	57.9027	1
14	PINO REFERÊNCIA 84216892	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	69.1375	1
15	PINO REFERÊNCIA 84216893	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	60.7310	1
16	PINO REFERÊNCIA 84217317	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	109.5201	1
17	PINO REFERÊNCIA 84217320	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	132.8933	1
18	BUCHA REFERÊNCIA 84217542	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	52.0888	1
19	BUCHA REFERÊNCIA 84223633	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	48.7105	1
20	PINO REFERÊNCIA 84223653	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	98.8352	1
21	PINO REFERÊNCIA 84223654	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	190.9923	1
22	CALÇO REFERÊNCIA 84224845	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	6.2067	1
23	ANEL REFERÊNCIA 84224886	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	3.5354	1
24	BUCHA REFERÊNCIA 84226809	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	60.1025	1

Página: 3/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	BUCHA REFERÊNCIA 84226810	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	69,4518	1
26	BUCHA REFERÊNCIA 84229922	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	32,6832	1
27	BUCHA REFERÊNCIA 84230813	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	39,4398	1
28	BUCHA REFERÊNCIA 84231079	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	29,4620	1
29	BUCHA REFERÊNCIA 84231081	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	47,3749	1
30	CALÇO REFERÊNCIA 84231927	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	4,8711	1
31	ANEL REFERÊNCIA 84233536	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	3,2997	1
32	BUCHA REFERÊNCIA 84235607	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	49,4176	1
33	BUCHA REFERÊNCIA 84240578	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	76,8369	1
34	PINO REFERÊNCIA 84243665	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	146,9172	1
35	PINO REFERÊNCIA 84243667	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	70,7874	1
36	PINO REFERÊNCIA 84243668	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	74,1657	1

Página: 4/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	BUCHA REFERÊNCIA 84244076	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	30,7976	1
38	BUCHA REFERÊNCIA 84244078	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	29,3834	1
39	BUCHA REFERÊNCIA 84246051	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	76,1298	1
40	ARRUELA REFERÊNCIA 84246814	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	52,0888	1
41	ESPAÇADOR REFERÊNCIA 84247140	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	108,8916	1
42	BUCHA REFERÊNCIA 84247142	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	63,4808	1
43	PINO REFERÊNCIA 84248744	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	82,8079	1
44	PINO REFERÊNCIA 84249274	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	165,6157	1
45	PINO REFERÊNCIA 84249275	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	195,6277	1
46	PINO REFERÊNCIA 84261887	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	72,1230	1
47	PINO REFERÊNCIA 84270815	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	64,1093	1
48	BUCHA REFERÊNCIA 84326305	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	39,2827	1

Página: 5/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	BUCHA REFERÊNCIA 84326988	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	37,3971	1
50	PINO REFERÊNCIA 84367828	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	122,8762	1
51	PINO REFERÊNCIA 84520512	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	310,4902	1
52	ANEL REFERÊNCIA 87016943	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	3,4569	1
53	LAMINA REFERÊNCIA 87429817	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	METISA	0	842,2204	1
54	LAMINA REFERÊNCIA 87429818	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	METISA	0	747,9420	1
55	BOMBA REFERÊNCIA 87434672	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	HYBEL	0	1.594,8763	1
56	VEDADOR REFERÊNCIA 87710145	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	13,3561	1
57	BUCHA REFERÊNCIA 100532A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	10,0564	1
58	FLANGE REFERÊNCIA 100555A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	10,0564	1
59	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 100561A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	255,6516	1
60	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 100562A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	44,0752	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 6/46

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	BUCHA REFERÊNCIA 100696A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	16,6559	1
62	BUCHA REFERÊNCIA 109268A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	28,5978	1
63	PINO REFERÊNCIA 113629A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	42,7395	1
64	BUCHA REFERÊNCIA 114318A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	36,6900	1
65	PINO REFERÊNCIA 116339A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	42,7395	1
66	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 116427A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA1	0	127,5115	1
67	PINO DESLOCADOR LATERAL REFERENCIA 118900A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	50,1247	1
68	PINO REFERÊNCIA 118901A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	58,7669	1
69	PINO REFERÊNCIA 122264A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	68,1161	1
70	PINO REFERÊNCIA 122265A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	68,1161	1
71	CALÇO REFERÊNCIA 123318A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	4,9496	1
72	BUCHA REFERÊNCIA 123407A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	30,0120	1

Página: 7/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	BUCHA DIRECIONAL REFERENCIA 125568 A2	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	33.3117	1
74	BUCHA PROFUNDIDADE REFERÊNCIA 135249 A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	27.6550	1
75	ROTULA DESLOCADOR REFERÊNCIA 137248 A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	RICEL	0	67.8804	1
76	CRUZETA SEMI EIXO REFERÊNCIA 144465A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	STHAL	0	17.3629	1
77	REPARO REFERÊNCIA 1542875C1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	155.6379	1
78	BUCHA REFERÊNCIA 180427A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	46.0393	1
79	ARRUELA REFERÊNCIA 181842A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	5.9710	1
80	ROLAMENTO REFERÊNCIA 1966169C1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NTN	0	99.9351	1
81	GRAXEIRA REFERÊNCIA 219-1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMCE	0	1.8856	1
82	GRAXEIRA REFERÊNCIA 219-55	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMCE	0	2.4355	1
83	ARRUELA REFERÊNCIA 220413A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	25.3766	1
84	RETENTOR REFERÊNCIA 311569A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	74.7942	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 8/46

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	PINO TIMKEN REFERENCIA 335177 A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	98,8352	1
86	FLANGE REFERÊNCIA 390029A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	101,5064	1
87	BUCHA REFERÊNCIA D127542	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	22,7054	1
88	BUCHA REFERÊNCIA D129264	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	27,3407	1
89	ESPAÇADOR BRONZE BI PARTIDO REFERENCIA D 132076	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	32,6832	1
90	PINO DIFERENCIAL BI PARTIDA REFERENCIA D 132494	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	277,8070	1
91	ARRUELA BRONZE REFERENCIA D 133632	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	26,7122	1
92	BUCHA BI METALICA REFERENCIA D 135557	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	38,0256	1
93	BUCHA REFERÊNCIA D135559	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	39,4398	1
94	BUCHA TALA LANÇA REFERENCIA D 135739	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	82,1008	1
95	BUCHA REFERENCIA D135741	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	42,7395	1
96	CALÇO REFERÊNCIA D136391	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	6,3638	1

Página: 9/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	ARRUELA REFERÊNCIA D136392	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	7,2280	1
98	CALÇO REFERÊNCIA D136700	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	4,0854	1
99	BUCHA REFERÊNCIA D137218	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	66,7805	1
100	BUCHA NTN REFERÊNCIA D 138047	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	34,7259	1
101	BUCHA REFERÊNCIA D140029	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	21,3698	1
102	ESPAÇADOR ELEVAÇÃO REFERENCIA D 141075	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	21,9983	1
103	PINO CILINDRO PROFUNDIDADE REFERENCIA D 141142	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	129,5542	1
104	ESPAÇADOR PROFUNDIDADE REFERENCIA D 141164	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	7,8565	1
105	CALÇO REFERÊNCIA D143324	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	4,6354	1
106	ARRUELA REFERÊNCIA D143406	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	5,7353	1
107	CALÇO REFERÊNCIA D144485	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	9,3493	1
108	CALÇO REFERÊNCIA D144486	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	7,3066	1

Página: 10/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	EIXO BRANCO - REFERENCIA D145767	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	422,6815	1
110	BUCHA AÇO / BRONZE REFERENCIA D 145978	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	24,0410	1
111	PINO RODA REFERENCIA D 146288	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	53,4244	1
112	BUCHA RODA REFERENCIA D 149079	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	28,6763	1
113	PINO EIXO SUPERIOR DIANTEIRO REFERENCIA D 150619	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	115,4910	1
114	BUCHA DIAGONAL REFERENCIA D 151034	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	34,0188	1
115	BUCHA EIXO SUPERIOR DIANTEIRO REFERENCIA D 151069	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	54,0529	1
116	BUCHA CILINDRO ELEVAÇÃO DT REFERENCIA D 151070	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	56,0956	1
117	BUCHA REFERÊNCIA D151071	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	61,4381	1
118	BUCHA CILINDRO ELEVAÇÃO DE. REFERÊNCIA D 151073	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	44,1537	1
119	BUCHA CILINDRO LANÇA DT. REFERENCIA D 151074	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	39,5184	1
120	ANEL REFERÊNCIA D25279	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	1,1785	1

Página: 11/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	PINO BASE SAPATA REFERENCIA D28648	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	58,1383	1
122	BUCHA REFERÊNCIA G108512	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	14,6917	1
123	ARRUELA REFERÊNCIA H71514	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	10,6849	1
124	RETENTOR REFERENCIA K282143	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	79,3510	1
125	ROLAMENTO REFERÊNCIA K395090	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NTN	0	78,5653	1
126	CALÇO REFERÊNCIA R32119	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	8,6422	1
127	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMACRI	0	69,9231	1
128	VEDADOR REFERÊNCIA 87710145	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GBK	0	13,0464	1
129	TUBO REFERÊNCIA 87309656	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	VRN	0	52,4229	1
130	TENSOR REFERÊNCIA 2852161	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	MARILIA	0	114,8875	1
131	SILENCIOSO REFERÊNCIA 87617576	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	BRASCOM	0	381,0343	1
132	ROTULA DESLOCADOR REFERENCIA 137248A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	RICEL	0	60,4879	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 12/46

Número do Registro de Preços: 8/2019 **Data do Registro:** 12/08/2019 **Válido até:** 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	ROLAMENTO REFERÊNCIA 1966169C1	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NTN	0	100,7341	1
134	ROLAMENTO REFERÊNCIA K395090	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NTN	0	80,0180	1
135	ROLAMENTO REFERÊNCIA E135785	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NTN	0	106,1899	1
136	RETENTOR REFERÊNCIA 311569A1	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	75,2739	1
137	RETENTOR REFERÊNCIA 452140A1	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	68,5530	1
138	RETENTOR REFERENCIA K262143	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	79,8599	1
139	PLACA REFERÊNCIA 87708434	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	UNITEC	0	185,3336	1
140	PLACA REFERÊNCIA 87708433	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	UNITEC	0	118,9200	1
141	PLACA REFERÊNCIA 87708435	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	UNITEC	0	142,4827	1
142	PINO REFERÊNCIA 84270815	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	63,8879	1
143	PINO REFERÊNCIA 84367828	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	63,1763	1
144	PINO BASE SAPATA REFERENCIA D28648	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	59,7763	1

Página: 13/46

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	PINO REFERÊNCIA 84243665	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	145,8036	1
146	PINO REFERÊNCIA 84243667	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	71,2413	1
147	PINO REFERÊNCIA 84243668	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	75,2739	1
148	PINO REFERÊNCIA 84261887	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	71,8739	1
149	PINO REFERÊNCIA 335177A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	99,4690	1
150	PINO REFERÊNCIA 84216893	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	61,1995	1
151	PINO REFERÊNCIA 84248744	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	81,9947	1
152	PINO REFERÊNCIA 84217317	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	110,8550	1
153	PINO REFERÊNCIA 84249274	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	166,6778	1
154	PINO REFERÊNCIA 84249275	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	196,8822	1
155	PINO REFERÊNCIA 84216891	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	58,4321	1
156	PINO REFERÊNCIA 84216892	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	70,5297	1

Página: 14/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	PINO REFERÊNCIA 84520512	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	313,1139	1
158	PINO REFERÊNCIA 84217320	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	135,7618	1
159	PINO REFERÊNCIA 84171217	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	190,8730	1
160	PINO REFERÊNCIA 84171343	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	126,3525	1
161	PINO REFERÊNCIA 84223653	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	100,1016	1
162	PINO REFERÊNCIA 84223654	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	192,2172	1
163	PINO REFERÊNCIA 122264A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	68,5530	1
164	MANGUEIRA REFERÊNCIA 87454378	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	JAMAICA	0	51,0787	1
165	MANGUEIRA REFERÊNCIA 87454377	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	JAMAICA	0	52,4229	1
166	JUNTA REFERÊNCIA J936995	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	MOGI	0	5,3767	1
167	GRAXEIRA REFERÊNCIA 219-1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMCE	0	1,9877	1
168	GRAXEIRA REFERÊNCIA 219-55	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMCE	0	2,2139	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 15/46

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	FLANGE REFERÊNCIA 390029A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA!	0	101,9992	1
170	FLANGE REFERÊNCIA 100555A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA!	0	9,8836	1
171	FLANGE REFERÊNCIA 87708445	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA!	0	1.514,1747	1
172	FILTRO REFERÊNCIA 82981152	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	44,2787	1
173	FILTRO REFERÊNCIA 82981153	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	20,1626	1
174	FILTRO REFERÊNCIA 4897898	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	63,1763	1
175	FILTRO REFERÊNCIA 254686A2	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	126,3525	1
176	ESPAÇADOR REFERÊNCIA 84247140	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	109,5108	1
177	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 100562A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA!	0	44,4369	1
178	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 87708443	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA!	0	59,7763	1
179	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 116427A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA!	0	128,3293	1
180	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 100561A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA!	0	254,6027	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 16/46

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	EIXO BRANCO - REFERENCIA D145767	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	425,3922	1
182	CRUZETA SEMI EIXO REFERÊNCIA 144465A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	STHAL	0	18,1859	1
183	COTOVELO REFERÊNCIA 87410196	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	SERODIA	0	51,3950	1
184	COROA REFERÊNCIA 87708467	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGAI	0	377,9506	1
185	CILINDRO REFERÊNCIA 87708436	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	CTS	0	338,4161	1
186	CALÇO REFERÊNCIA 84231927	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	4,7442	1
187	CALÇO REFERÊNCIA 123318A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	4,8232	1
188	CALÇO REFERÊNCIA D144485	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	9,4092	1
189	CALÇO REFERÊNCIA D144486	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	6,9581	1
190	CALÇO REFERÊNCIA 49581282	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	6,4046	1
191	CALÇO REFERÊNCIA 84224845	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	6,2465	1
192	CABO REFERÊNCIA 87340753	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	CURTI	0	55,1112	1

Página: 17/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
193	BUCHA REFERÊNCIA D129264	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	26,8835	1
194	BUCHA REFERÊNCIA 84229922	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	32,8928	1
195	BUCHA REFERÊNCIA 84326305	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	40,3253	1
196	BUCHA REFERÊNCIA 114318A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	37,6369	1
197	BUCHA REFERÊNCIA 124568A2	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	33,5253	1
198	BUCHA PROFUNDIDADE REFERENCIA 135249A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	24,8277	1
199	BUCHA REFERÊNCIA 84235607	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	49,7345	1
200	BUCHA REFERÊNCIA D127542	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	22,8510	1
201	BUCHA DIAGONAL REFERENCIA D 151034	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	34,2370	1
202	BUCHA REFERÊNCIA G108512	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	14,6278	1
203	BUCHA REFERÊNCIA 100696A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	16,7627	1
204	BUCHA REFERÊNCIA 109268A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	28,2277	1

Página: 18/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
205	BUCHA REFERÊNCIA 84217542	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	51,7112	1
206	BUCHA REFERÊNCIA 123407A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	30,0463	1
207	BUCHA REFERÊNCIA 84230813	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	39,5346	1
208	BUCHA REFERÊNCIA 84326988	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	37,6369	1
209	BUCHA REFERÊNCIA 84240578	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	77,4878	1
210	BUCHA REFERÊNCIA 84246051	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	77,4878	1
211	BUCHA REFERÊNCIA D137218	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	67,8809	1
212	BUCHA REFERÊNCIA 84170645	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	30,2044	1
213	BUCHA REFERÊNCIA 84223633	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	49,0229	1
214	BUCHA REFERÊNCIA 84170645	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	30,0463	1
215	BUCHA REFERÊNCIA 84230813	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	38,7439	1
216	BUCHA REFERÊNCIA 84231079	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	30,0463	1

Página: 19/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
217	BUCHA REFERÊNCIA 84231081	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	46,6508	1
218	BUCHA REFERÊNCIA 84244076	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	30,0463	1
219	BUCHA REFERÊNCIA 84244078	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	28,4649	1
220	BUCHA REFERÊNCIA 84247142	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	64,0460	1
221	BUCHA REFERÊNCIA 100532A1	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	10,1209	1
222	BUCHA REFERÊNCIA 84226809	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	60,0926	1
223	BUCHA REFERÊNCIA 84226810	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	69,8971	1
224	BOMBA REFERÊNCIA 84269570	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	214,2775	1
225	ARRUELA REFERÊNCIA 49581227	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	4,7442	1
226	ARRUELA REFERÊNCIA D143406	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	5,6930	1
227	ARRUELA REFERÊNCIA 220413A1	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	24,5114	1
228	ARRUELA REFERÊNCIA 84246814	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	51,3950	1

Página: 20/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
229	ANEL REFERÊNCIA 80044040	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	2,3721	1
230	ANEL REFERÊNCIA 10316175	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	3,3209	1
231	ANEL REFERÊNCIA 84233536	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	3,3209	1
232	ANEL REFERÊNCIA D25279	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	1,1860	1
233	ANEL REFERÊNCIA 80040080	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	5,9302	1
234	ANEL REFERÊNCIA 87016943	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	3,2418	1
235	ANEL REFERÊNCIA 10316200	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	2,2930	1
236	ANEL REFERÊNCIA 84224886	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	3,4790	1
237	ANEL REFERÊNCIA 84233536	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	3,1628	1
238	ANEL REFERÊNCIA 371144A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	36,3718	1
239	ANEL REFERÊNCIA 371145A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	30,1254	1
240	ANEL REFERÊNCIA 87708438	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	24,9068	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 21/46

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
241	ANEL REFERÊNCIA 87708438	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	30,1254	1
242	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMACHI	0	70,3716	1
243	CALÇO REFERÊNCIA 9R0109	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	5,2831	1
244	CALÇO REFERÊNCIA 1114337	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	4,3542	1
245	CALÇO REFERÊNCIA 9R0158	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	7,0756	1
246	PRISIONEIRO REFERÊNCIA 2264346	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	10,5745	1
247	GRAXEIRA REFERÊNCIA 3B8489	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMCE	0	1,1663	1
248	ANEL REFERÊNCIA 6V3213	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	1,0886	1
249	ANEL REFERÊNCIA 6V8144	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	2,3326	1
250	BUCHA REFERÊNCIA 9R0162	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	38,8769	1
251	CALÇO REFERÊNCIA 9R1510	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	9,9525	1
252	GRAXEIRA REFERÊNCIA 3B8489	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMCE	0	1,1663	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 22/46

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
253	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 2094157	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGAR	0	73,8660	1
254	ARRUELA REFERÊNCIA 2104931	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	13,8402	1
255	BUCHA REFERÊNCIA 9R0321	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	23,0929	1
256	BUCHA REFERÊNCIA 9R0411	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	34,3671	1
257	ARRUELA REFERÊNCIA 9R1502	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	11,1965	1
258	CALÇO REFERÊNCIA 9R0158	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	7,2311	1
259	ANEL REFERÊNCIA 1990700	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	15,8618	1
260	ANEL REFERÊNCIA 1990759	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	11,1965	1
261	GRAXEIRA REFERÊNCIA 3B8488	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMCE	0	2,2549	1
262	ANEL REFERÊNCIA 6V4364	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	3,1879	1
263	BUCHA REFERÊNCIA 9R0170	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	45,5637	1
264	FILTRO LUBRIFICANTE - REFERENCIA 7W2326	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	35,7667	1

Página: 23/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
265	FILTRO REFERÊNCIA 2934053	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	138,4016	1
266	FILTRO AR - REFERENCIA 2277449	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	84,7516	1
267	PARAFUSO REFERÊNCIA 1533061	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	3,5767	1
268	PIVO DIRECIONAL DIANTEIRO REFERÊNCIA 1987838	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NAKATA	0	135,2915	1
269	RETENTOR REFERÊNCIA 1987825	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	136,0690	1
270	ROLAMENTO REFERÊNCIA 1987841	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NTN	0	17,1058	1
271	ROLAMENTO REFERÊNCIA 6D1734	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NTN	0	43,5421	1
272	BUCHA ARTICULAÇÃO LANÇA REFERÊNCIA 2136702	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	36,5443	1
273	ANEL REFERÊNCIA 6V8344	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	SERODIA	0	3,1879	1
274	PINO REFERÊNCIA 9R0424	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	101,0798	1
275	BUCHA REFERÊNCIA 9R3092	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	27,2138	1
276	BUCHA REFERÊNCIA 9R4110	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	39,6544	1

Página: 24/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
277	BUCHA BRONZE DA RODA REFERÊNCIA 9T2883	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	39,6544	1
278	GRAXEIRA REFERÊNCIA 388488	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMCE	0	1,9438	1
279	BUCHA REFERÊNCIA 9R0111	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	33,6674	1
280	BUCHA REFERÊNCIA 9R6690	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	32,9676	1
281	BUCHA REFERÊNCIA 9R0413	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	55,5162	1
282	PINO REFERÊNCIA 9R4494	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	96,4146	1
283	MANGUEIRA REFERÊNCIA 2106141	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	JAMAICA	0	143,8444	1
284	MANGUEIRA REFERÊNCIA 2106139	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	JAMAICA	0	132,9589	1
285	JUNTA REFERÊNCIA 2258536	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	MOGI	0	31,1015	1
286	RETENTOR REFERÊNCIA 3318538	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	WAS	0	95,1706	1
287	ROLAMENTO REFERÊNCIA 2094232	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NTN	0	157,0625	1
288	FLANGE REFERÊNCIA 2172879	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	202,9372	1

Página: 25/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
289	BUCHA REFERÊNCIA 2097460	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	26,4363	1
290	RETENTOR REFERÊNCIA 2097465	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	23,3261	1
291	CILINDRO REFERÊNCIA 2061769	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	CTS	0	469,2437	1
292	BUCHA REFERÊNCIA 1545404	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	63,7581	1
293	BARRA DIREÇÃO REFERÊNCIA 2074272	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DRIVE	0	236,3713	1
294	PINO REFERÊNCIA 1301638	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	61,4254	1
295	BUCHA REFERÊNCIA 1680480	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	35,7667	1
296	CALÇO REFERÊNCIA 1760626	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	17,8834	1
297	BUCHA REFERÊNCIA 2096181	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	45,0972	1
298	PINO REFERÊNCIA 2096855	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	90,9719	1
299	BUCHA REFERÊNCIA 2136687	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	31,8790	1
300	BUCHA REFERÊNCIA 2136703	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	34,9892	1

Página: 26/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
301	BUCHA TALA CAÇAMBA REFERÊNCIA 2370944	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	52,8725	1
302	PINO REFERÊNCIA 2375330	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	110,4103	1
303	PINO REFERÊNCIA 2389546	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	100,3023	1
304	PINO REFERÊNCIA 2616703	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	49,7624	1
305	BUCHA BRONZE REFERÊNCIA 2627043	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	66,8682	1
306	BUCHA CELERON REFERÊNCIA 2744274	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	62,2030	1
307	BUCHA INFERIOR DIANTEIRA REFERÊNCIA 2785454	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	28,3801	1
308	CALÇO REFERÊNCIA 9R0481	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	14,5399	1
309	BUCHA REFERÊNCIA 9R2700	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	36,3110	1
310	CALÇO DA RODA REFERÊNCIA 9R5429	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	18,5054	1
311	CALÇO REFERÊNCIA 9R8291	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	8,5529	1
312	ANEL REFERÊNCIA 1278987	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	3,4989	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 27/46

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
313	PINO REFERÊNCIA 1305451	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	76,1987	1
314	BUCHA REFERÊNCIA 9R0153	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	21,1490	1
315	BUCHA REFERÊNCIA 9R0320	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	22,4708	1
316	BUCHA REFERÊNCIA 9R0321	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	22,4708	1
317	BUCHA REFERÊNCIA 9R1104	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	37,6328	1
318	BUCHA REFERÊNCIA 9R1107	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	52,8725	1
319	PINO TRAVA EIXO REFERÊNCIA 9R3182	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	57,5378	1
320	ARRUELA REFERÊNCIA 9R4066	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	14,5399	1
321	BUCHA REFERÊNCIA 9R5828	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	31,1015	1
322	CALÇO REFERÊNCIA 9R8390	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	5,2873	1
323	BUCHA REFERÊNCIA 9T0766	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	51,5507	1
324	HELICE - REFERENCIA 1423391	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	WIND	0	446,3064	1

Página: 28/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
325	BOMBA AGUA - REFERENCIA 2258016	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	URBA	0	629,0276	1
326	FILTRO REFERÊNCIA 2855098	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	329,6758	1
327	ALTERNADOR REFERÊNCIA 3469824	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	WAPSA	0	736,3278	1
328	CHAVE REFERÊNCIA 7N0718	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	MARILIA	0	51,3175	1
329	SENSOR REFERÊNCIA 2374894	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	MARILIA	0	146,1770	1
330	PLACA TORQUE - REFERENCIA 1117906	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	103,4125	1
331	CABO REFERÊNCIA 2615539	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	CURTI	0	111,1878	1
332	PINO REFERÊNCIA 1545278	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	125,9610	1
333	PINO REFERÊNCIA 1545279	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	135,2915	1
334	PINO REFERÊNCIA 1545280	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	195,1619	1
335	PINO REFERÊNCIA 2096850	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	175,7234	1
336	PINO REFERÊNCIA 2136696	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	109,6328	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 29/46

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
337	PINO REFERÊNCIA 2136697	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	171,8357	1
338	PINO REFERÊNCIA 2136698	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	159,3951	1
339	PINO REFERÊNCIA 2136710	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	195,9394	1
340	PINO REFERÊNCIA 2136714	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	94,0820	1
341	PINO REFERÊNCIA 2136726	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	206,8249	1
342	BUCHA BI METALICA CENTRAL REFERÊNCIA 2787695	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	66,0907	1
343	PINO REFERÊNCIA 29008156	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	216,1554	1
344	PINO REFERÊNCIA 3005440	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	122,8509	1
345	PORCA REFERÊNCIA 8T3652	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	50,2289	1
346	ARRUELA REFERÊNCIA 8T4837	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	13,2181	1
347	ARRUELA PRESSÃO REFERÊNCIA 9R0366	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	28,7689	1
348	PINO REFERÊNCIA 1326496	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	60,6479	1

Página: 30/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020

Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
349	ESPAÇADOR REFERÊNCIA 9R4482	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	SERODIA	0	20,9935	1
350	PINO REFERÊNCIA 9R9373	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	51,3175	1
351	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMACRI	0	69,2008	1
352	PONTEIRA DIREÇÃO REFERÊNCIA 1925104	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DRIVE	0	278,8200	1
353	ANEL REFERÊNCIA 1960253	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	13,4678	1
354	RETENTOR REFERÊNCIA 8291995	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	23,7667	1
355	PORCA REFERÊNCIA 10517273	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	0,2377	1
356	TRAVA REFERÊNCIA 11061076	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	2,3767	1
357	GRAXEIRA REFERÊNCIA 13407211	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMCE	0	0,7130	1
358	ANEL REFERÊNCIA 14467980	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	1,9806	1
359	ANEL REFERÊNCIA 14468881	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	26,9356	1
360	PARAFUSO REFERÊNCIA 15988531	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	31,6889	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 31/46

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
361	PLACA REFERÊNCIA 48036212	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	SERODIA	0	53,0789	1
362	PINO REFERÊNCIA 70082174	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	66,5467	1
363	PARAFUSO REFERÊNCIA 70617127	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	3,0104	1
364	CALÇO REFERÊNCIA 70620920	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	1,9806	1
365	RETENTOR REFERÊNCIA 70634037	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	13,4678	1
366	PARAFUSO REFERÊNCIA 70683837	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	36,4422	1
367	ROLAMENTO REFERÊNCIA 70684817	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NTN	0	243,2122	1
368	ANEL REFERÊNCIA 70900805	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	0,1188	1
369	PORCA REFERÊNCIA 70911029	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	0,8714	1
370	ARRUELA REFERÊNCIA 70912299	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	0,4753	1
371	ARRUELA REFERÊNCIA 70914726	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	0,3169	1
372	PARAFUSO REFERÊNCIA 70921174	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	2,3767	1

Página: 32/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
373	PARAFUSO REFERÊNCIA 70921567	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	1,4260	1
374	PORCA REFERÊNCIA 70922271	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	24,9550	1
375	PARAFUSO REFERÊNCIA 70922744	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	4,5157	1
376	PARAFUSO REFERÊNCIA 70923137	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	2,1390	1
377	ANEL REFERÊNCIA 70923824	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DOBER	0	1,6637	1
378	BUCHA REFERÊNCIA 70928851	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	70,5078	1
379	PARAFUSO REFERÊNCIA 70931930	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	2,6936	1
380	BUCHA REFERÊNCIA 71103630	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	27,5693	1
381	ESPAÇADOR REFERÊNCIA 71103663	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	59,8128	1
382	ROLAMENTO REFERÊNCIA 73069310	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NTN	0	275,2180	1
383	PLACA REFERÊNCIA 73072895	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	21,7069	1
384	PLACA REFERÊNCIA 73074170	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	24,8758	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 33/46

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
385	ANEL REFERÊNCIA 73074360	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	133,3310	1
386	BUCHA REFERÊNCIA 73124551	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	45,0774	1
387	BUCHA REFERÊNCIA 73124552	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	55,7724	1
388	ROLAMENTO REFERÊNCIA 73124684	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NTN	0	98,3940	1
389	ROLAMENTO REFERÊNCIA 73124983	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NTN	0	180,4682	1
390	CALÇO REFERÊNCIA 73125494	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	6,0209	1
391	TAMPA REFERÊNCIA 73125500	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COVERBRAS	0	36,9630	1
392	EIXO REFERÊNCIA 73125501	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGAR	0	693,9866	1
393	FILTRO REFERÊNCIA 73125853	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	45,9489	1
394	BUCHA REFERÊNCIA 73130969	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	95,0667	1
395	CALÇO REFERÊNCIA 73131791	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	1,5844	1
396	CALÇO REFERÊNCIA 73135173	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	2,3767	1

Página: 34/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
397	CALÇO REFERÊNCIA 73135174	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	3.5650	1
398	REPARO REFERÊNCIA 73159181	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	39.6111	1
399	FILTRO REFERÊNCIA 73161153	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	68.6857	1
400	JUNTA REFERÊNCIA 73161784	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	WAS	0	23.5290	1
401	ROLAMENTO REFERÊNCIA 75213760	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	KOYO	0	13.4678	1
402	RETENTOR REFERÊNCIA 75213761	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	6.9716	1
403	PINO REFERÊNCIA 75213765	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	40.4033	1
404	BUCHA REFERÊNCIA 75213769	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	58.6244	1
405	RETENTOR REFERÊNCIA 75213776	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	29.3122	1
406	PINO REFERÊNCIA 75213817	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	167.1589	1
407	TAMPA REFERÊNCIA 75220792	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COVERBRAS	0	59.4167	1
408	RETENTOR REFERÊNCIA 75248663	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	49.1178	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 35/46

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
409	CALÇO REFERÊNCIA 75248669	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	7,3677	1
410	PLACA REFERÊNCIA 75248807	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	24,5589	1
411	CALÇO REFERÊNCIA 75248808	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	16,7951	1
412	CALÇO REFERÊNCIA 75248809	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	0,7922	1
413	CALÇO REFERÊNCIA 75248810	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	11,0911	1
414	CALÇO REFERÊNCIA 75248811	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	19,0133	1
415	PINO REFERÊNCIA 75252844	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	26,1433	1
416	ANEL REFERÊNCIA 75253782	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	70,5078	1
417	PINO REFERÊNCIA 75255725	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	285,2000	1
418	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 75258894	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	1.017,2132	1
419	LAMINA REFERÊNCIA 75266779	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	METISA	0	336,6944	1
420	CANTO REFERÊNCIA 75266800	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	METISA	0	185,5744	1

Página: 36/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
421	BARRA REFERÊNCIA 75266803	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DRIVE	0	378,6822	1
422	BARRA REFERÊNCIA 75266822	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DRIVE	0	595,7510	1
423	PLACA REFERÊNCIA 75267023	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	60,2089	1
424	PLACA REFERÊNCIA 75267167	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	49,9100	1
425	PLACA REFERÊNCIA 75267176	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	24,5589	1
426	ROLAMENTO REFERÊNCIA 75287565	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	KOYO	0	354,9155	1
427	RETENTOR REFERÊNCIA 75288833	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	19,0133	1
428	REPARO REFERÊNCIA 75288869	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	45,1567	1
429	REPARO REFERÊNCIA 75288870	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	56,2478	1
430	ROLAMENTO REFERÊNCIA 75289030	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	KOYO	0	243,2122	1
431	ROLAMENTO REFERÊNCIA 75289083	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	KOYO	0	308,1744	1
432	RETENTOR REFERÊNCIA 75285357	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	47,5333	1

Página: 37/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
433	RETENTOR REFERÊNCIA 75325358	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	46,7411	1
434	PINO REFERÊNCIA 75328511	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	131,5089	1
435	JUNTA REFERÊNCIA 75326525	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	MOGI	0	29,3122	1
436	BUCHA REFERÊNCIA 75327135	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	10,1404	1
437	ROLAMENTO REFERÊNCIA 76035007	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	KOYO	0	794,5988	1
438	ROLAMENTO REFERÊNCIA 79042277	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	KOYO	0	175,0811	1
439	RETENTOR REFERÊNCIA 79102659	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	15,0522	1
440	BUCHA REFERÊNCIA 79106797	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	73,6767	1
441	FILTRO REFERÊNCIA 79107317	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	18,2211	1
442	BUCHA REFERÊNCIA 84167878	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	84,7678	1
443	REPARO REFERÊNCIA 84217287	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	61,0011	1
444	PINO REFERÊNCIA 84240703	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	27,7278	1

Página: 38/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
445	EIXO REFERÊNCIA 84339579	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGAR	0	495,1388	1
446	BARRA REFERÊNCIA 84361155	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DRIVE	0	305,0055	1
447	RETENTOR REFERÊNCIA 84379010	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	36,4422	1
448	JUNTA REFERÊNCIA 84405528	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	WAS	0	3,5650	1
449	PINO REFERÊNCIA 87359686	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	22,1822	1
450	FILTRO REFERÊNCIA 87519452	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	137,8467	1
451	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 87625339	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGAR	0	821,5344	1
452	PARAFUSO REFERÊNCIA 87625354	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	16,6367	1
453	RETENTOR REFERÊNCIA 87625366	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	128,3400	1
454	RETENTOR REFERÊNCIA 87625367	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	122,7944	1
455	RETENTOR REFERÊNCIA 87625368	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	21,3900	1
456	ROLAMENTO REFERÊNCIA 87638373	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	KOYO	0	427,8000	1

Página: 39/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
457	PINO REFERÊNCIA 87647422	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	156,0678	1
458	PINO REFERÊNCIA 87647423	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	67,3389	1
459	PINO REFERÊNCIA 87647425	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	41,9878	1
460	PINO REFERÊNCIA 87647428	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	60,2089	1
461	BUCHA REFERÊNCIA 87647431	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	35,6500	1
462	PONTA EIXO REFERÊNCIA 87647436	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGA	0	735,1821	1
463	BUCHA REFERÊNCIA 87648784	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	8,7144	1
464	PRISIONEIRO REFERÊNCIA 87651574	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	COTEK	0	7,3677	1
465	ROLAMENTO REFERÊNCIA 87663317	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	KOYO	0	56,2478	1
466	ROLAMENTO REFERÊNCIA 87663318	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	KOYO	0	48,3256	1
467	CORRENTE REFERÊNCIA 87667591	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TC	0	611,5955	1
468	PORCA REFERÊNCIA 87668014	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FEY	0	80,0144	1

Página: 40/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020

Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
469	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 87677039	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGAR	0	386,6044	1
470	CALÇO REFERÊNCIA 87714254	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GRF	0	53,0789	1
471	MANGUEIRA REFERÊNCIA 87739470	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	JAMAICA	0	162,4055	1
472	MANGUEIRA REFERÊNCIA 87739471	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	JAMAICA	0	152,8889	1
473	ANEL REFERÊNCIA 189122A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	1,0299	1
474	RADIADOR REFERÊNCIA 401430A1	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMR	0	2.470,1486	1
475	MÃO DE OBRA	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMACRI	0	71,3000	1
476	PINO REFERÊNCIA 12300671B	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	862,4721	1
477	PINO REFERÊNCIA 12300474	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	271,7378	1
478	BUCHA REFERÊNCIA 11000240	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	154,3786	1
479	VEDADOR REFERÊNCIA 218001106BD4	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	22,8417	1
480	PINO REFERÊNCIA K1004508A	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	821,5145	1

Página: 41/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
481	ESPAÇADOR REFERÊNCIA 21161532A	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	75,6140	1
482	CALÇO REFERÊNCIA DS7752003	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	38,5946	1
483	PINO REFERÊNCIA 21232207E	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	697,0665	1
484	PINO REFERÊNCIA 21232209C	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	241,0196	1
485	PINO REFERÊNCIA 21232225C	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	255,9849	1
486	BUCHA REFERÊNCIA 11000241	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	131,5368	1
487	PINO REFERÊNCIA K1007038	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	299,3054	1
488	BUCHA REFERÊNCIA 11000245	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	120,5098	1
489	CALÇO REFERÊNCIA 21141995B	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	54,3476	1
490	BUCHA REFERÊNCIA 11000242	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	102,3939	1
491	BUCHA REFERÊNCIA 11000243	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	87,4287	1
492	VEDADOR REFERÊNCIA 21801106BD3	PC	GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	11,3421	1

Página: 42/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
493	PINO REFERÊNCIA 21232212C	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	278,8266	1
494	ANEL REFERÊNCIA 18000077D5	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	APC	0	19,6911	1
495	SUPORTE REFERÊNCIA 27131222A	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGAI	0	124,4480	1
496	DENTE REFERÊNCIA 71300057A	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FUTURA	0	72,4634	1
497	CANTO REFERÊNCIA 27131229A	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FUTURA	0	192,9732	1
498	CANTO REFERÊNCIA 27131228A	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	FUTURA	0	192,9732	1
499	MANGUEIRA REFERÊNCIA 21841100D237	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	JAMAICA	0	196,9114	1
500	SOLENOIDE REFERÊNCIA 151900001	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	MARILIA	0	929,4219	1
501	BUCHA REFERÊNCIA 11000244	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	PIM	0	108,6951	1
502	REPARO REFERÊNCIA K9002308	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NOK	0	393,0352	1
503	REPARO REFERÊNCIA K9005434	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NOK	0	525,3597	1
504	REPARO REFERÊNCIA K9002306	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NOK	0	538,7497	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 43/46

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
505	REPARO REFERÊNCIA K9002308	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NOK	0	440,2940	1
506	REPARO REFERÊNCIA K9005490	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	NOK	0	341,8382	1
507	FILTRO REFERÊNCIA 47400055	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	129,1739	1
508	FILTRO REFERÊNCIA 24711154	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	48,0464	1
509	FILTRO REFERÊNCIA 47400040	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	137,0504	1
510	FILTRO REFERÊNCIA 47400039	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	68,5252	1
511	FILTRO REFERÊNCIA 65055105032	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	81,9152	1
512	FILTRO REFERÊNCIA 65125035026	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	50,4093	1
513	FILTRO REFERÊNCIA K1006530	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	DONALDSON	0	118,9345	1
514	COXIM REFERÊNCIA 18020400002	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	INARBO	0	148,0774	1
515	MANGUEIRA REFERÊNCIA DS2092036	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	JAMAICA	0	166,1932	1
516	MANGUEIRA REFERÊNCIA DS2011630	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	JAMAICA	0	178,7956	1

Página: 44/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019 Data do Registro: 12/08/2019 Válido até: 12/08/2020

Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
517	BOMBA D'ÁGUA REFERÊNCIA 65065010300	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	URBA	0	224,4790	1
518	CORREIA REFERÊNCIA 65968010194	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	GATES	0	136,2627	1
519	SILENCIOSO REFERÊNCIA K1033219	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	BRASCOM	0	554,5026	1
520	SUPORTE REFERÊNCIA 20400067	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGAI	0	465,4986	1
521	PINHAO REFERÊNCIA 40500006	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGAI	0	900,2791	1
522	ROLAMENTO REFERÊNCIA 21091041	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	KOYO	0	260,7107	1
523	RETENTOR REFERÊNCIA 11500037	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	CORTECO	0	203,2126	1
524	ROLAMENTO REFERÊNCIA 21091042	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	KOYO	0	208,7261	1
525	RETENTOR REFERÊNCIA 18000179	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	CORTECO	0	124,4480	1
526	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 40400064	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGAI	0	415,0893	1
527	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 40400066	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGAI	0	277,2513	1
528	ENGRENAGEM REFERÊNCIA 40400063	PC	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	TRACTORGAI	0	289,8536	1

Página: 45/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019		Data do Registro: 12/08/2019		Válido até: 12/08/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO D E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
529	MAO DE OBRA MECANICA	HRS	GAMAPE COM. DE PECAS, FERRAMENTAS, SERV. LTDA.-EPP (7773)	IMACRI	0	70,8881	1

Página: 46/46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 8/2019		Data do Registro: 12/08/2019		Válido até: 12/08/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE E PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

Maracajá, 12 de Agosto de 2019.

Publicação Nº 2230470

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 003/2019

Número do Registro de Preços: 9/2019		Data do Registro: 14/08/2019		Válido até: 14/08/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA VIAGENS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS, PARA PASSEIOS CULTURAIS DOS IDOSOS, DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, E TAMBÉM, MULHERES D							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	VIAGENS INTERESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS 41 LUGARES - Valor por quilometragem de viagens interestaduais e intermunicipais com ônibus de 41 lugares.	KM	TRANSVIVO - TRANSPORTES E TURISMO LTDA (111647)		0	5,2500	1

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 9/2019		Data do Registro: 14/08/2019		Válido até: 14/08/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA VIAGENS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS, PARA PASSEIOS CULTURAIS DOS IDOSOS, DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, E TAMBÉM, MULHERES D							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	VIAGENS INTERESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS 24 LUGARES - Valor por quilometragem de viagens interestaduais e intermunicipais com micro-ônibus de 24 lugares com banheiro.	KM	TRANSVIVO - TRANSPORTES E TURISMO LTDA (111647)		0	3,8000	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 9/2019		Data do Registro: 14/08/2019		Válido até: 14/08/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA VIAGENS MUNICIPAIS E INTERESTUDAS, PARA PASSEIOS CULTURAIS DOS IDOSOS, DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV, E TAMBÉM, MULHERES D							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)							

Maracajá, 14 de Agosto de 2019.

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 683/2019

Publicação Nº 2230348

DECRETO Nº 683, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária emergencial por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo,

Que foram chamados todos os aprovados e que está sendo preparado novo processo seletivo para o cargo;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário emergencial, pelo período de 18 de novembro de 2019 a 18 de fevereiro de 2020, ZAQUEU CAMARGO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 797.712.709-15, para ocupar o cargo de Assistente de Manutenção de Obras, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de novembro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 684/2019

Publicação Nº 2230377

DECRETO Nº 684, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Prorroga contratação temporária emergencial, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

Que está sendo preparado novo Processo Seletivo para o cargo de auxiliar de serviços gerais,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário emergencial, pelo período de 24 de outubro de 2019 a 31 de janeiro de 2020, da servidora ANGELICA WAWRZYNIAK IORIS, brasileira, portadora do RG nº 5.759.638, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de outubro de 2019.

Maravilha – SC, 18 de novembro de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 685/2019

Publicação Nº 2230747

DECRETO Nº 685, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal LAULETE PERES DE OLIVEIRA BISCHOFF, ocupante do cargo de Técnico em Saúde Bucal, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de novembro de 2019.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

EXTRATO ABERTURA DAS PROPOSTAS PROCESSO LICITATÓRIO N. 134/2019

Publicação Nº 2229768

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 134/2019 – Modalidade de Tomada Preços n. 017/2019.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 21/11/2019, com início às 13h30min, Sessão Pública para a fase de abertura e julgamento das propostas, das empresas habilitadas. Qualquer informação, poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Maravilha - SC, 18 de novembro de 2019.

ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 156/2019

Publicação Nº 2230152

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 156/2019 – Modalidade de Concorrência Pública n. 002/2019.

O Senhor Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha - SC, GELSON ROSSETTO, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na Modalidade de Concorrência Pública n. 002/2019, para concessão de direito real de uso, em caráter precário, com cláusula de reversão, de lotes industriais localizados no Município de Maravilha – SC, tipo melhor oferta, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006, Lei Complementar Municipal n. 034/2010 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 17 horas do dia 07 de janeiro de 2020. A abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente, propostas, ocorrerá no dia 08 de janeiro de 2020, com início às 14 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital, poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 18 de novembro de 2019. GELSON ROSSETTO – Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

LEI 1193/2019

Publicação Nº 2230177

Lei nº 1193/2019

De 18/11/2019

"AUTORIZA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER aos habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o chefe do poder executivo, nos termos da presente lei, suplementar dotações orçamentárias no valor de até R\$ 865.295,87(Oitocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos), nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento			
16.01	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
8.244.801	2.085	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
31.90.00.00	1000	REDUZIDO	01	85.000,00

Código	Secretaria/departamento			
04.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
12.361.1201	2.011	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
31.90.00.00	1001	REDUZIDO	19	130.000,00

Código	Secretaria/departamento			
03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
4.123.401	2.006	MANUT. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	1000	REDUZIDO	12	100.000,00

Código	Secretaria/departamento			
05.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
20.606.2001	2.030	MANUT. DO FUNDO DE DESENV. RURAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	1000	REDUZIDO	43	109.287,67

Código	Secretaria/departamento			
06.01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERV. URBANOS			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
26.782.1501	2.035	PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	1000	REDUZIDO	50	121.008,20
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
26.782.1501	2.043	MANUTENÇÃO ATIV.RODOVIÁRIAS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
31.90.00.00	1000	REDUZIDO	57	215.000,00
33.90.00.00	1000	REDUZIDO	58	190.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento		
16.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
funcional	Proj./ativ.	Descrição	

18.241.0801	2.086	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE DESE. COMUNITÁRIO		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	1000	REDUZIDO	10	13.000,00
33.90.00.00	1000	REDUZIDO	11	37.000,00
44.90.00.00	1000	REDUZIDO	12	5.000,00

Código	Secretaria/departamento			
16.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
funcional	Proj./ativ.	APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL		
16.482.1601	2.087	APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	1000	REDUZIDO	13	20.000,00
44.90.00.00	1000	REDUZIDO	14	10.000,00

Código	Secretaria/departamento			
03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
funcional	Proj./ativ.	MANUT. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
04.123.0401	2.006	MANUT. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
31.90.00.00	1000	REDUZIDO	10	170.000,00

Código	Secretaria/departamento			
04.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
funcional	Proj./ativ.	AMPL. E REFORMA DA REDE FÍSICA FUNDAMENTAL		
12.361.1201	1.006	AMPL. E REFORMA DA REDE FÍSICA FUNDAMENTAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	1010	REDUZIDO	14	50.000,00
funcional	Proj./ativ.	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS MOVEIS E EQUIPAMENTOS		
12.361.1201	1.007	AQUIS. DE VEÍCULOS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	1010	REDUZIDO	15	160.000,00
funcional	Proj./ativ.	AMPL. E REFORMA DA REDE FÍSICA INFANTIL		
12.365.1201	1.008	AMPL. E REFORMA DA REDE FÍSICA INFANTIL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	1010	REDUZIDO	16	75.493,68

Código	Secretaria/departamento			
04.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
12.362.1201	2.018	APOIO AO ENSINO MÉDIO		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.50.00.00	1000	REDUZIDO	29	2.000,00
33.90.00.00	1000	REDUZIDO	30	4.685,90

Código	Secretaria/departamento			
04.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
12.364.1201	2.019	APOIO AO ENSINO SUPERIOR		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	1000	REDUZIDO	32	5.575,60

Código	Secretaria/departamento			
05.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
20.606.2001	1.016	AQUIS. DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	3000	REDUZIDO	71	6.199,98

Código	Secretaria/departamento			
06.01	SECRETARIA DE INFRA ESTRUT. E SERV. URBANOS			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
15.451.1501	1.020	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	1000	REDUZIDO	45	368.000,00
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
15.451.1501	1.021	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA		

Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	1000	REDUZIDO	46	8.340,71
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
06.182.1501	2.044	MANUT. DO FUNDO M. DEFESA CIVIL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	1000	REDUZIDO	63	5.000,00
Código	Secretaria/departamento			
07.01	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DO ADOLESCENTE			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
08.243.0801	2.050	MANUT. DO FUNDO M. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	1000	REDUZIDO	64	10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Marema/SC, em 18 de novembro de 2019.

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Pitágoras Argenti
Secretário de Administração

LEI 1194/2019

Publicação Nº 2230191

Lei nº 1194/2019

De 18/11/2019

AUTORIZA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER aos habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), no orçamento de 2019 do Município de Marema, Unidade Câmara de Vereadores, na seguinte programação de despesa:

Função 01 – Legislativa Programa 0101 – Processo Legislativo

Unidade Orçamentária 01.01 – Câmara de Vereadores

Projeto/Atividade 2091 – Subsídio dos Vereadores

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas Fonte '1000' R\$ 48.000,00

Total R\$ 48.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será anulada parcialmente a dotação e programação de despesa abaixo especificada, do orçamento vigente, da Câmara de Vereadores, totalizando R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), a saber:

Função 01 – Legislativa Programa 0101 – Processo Legislativo

Unidade Orçamentária 01.01 – Câmara de Vereadores

Projeto/Atividade – 2090 – Manutenção das Atividades Legislativas

3.3.50.00.00 – Transf. Inst. Privadas sem fins lucrativos - Fonte '1000' R\$ 7.000,00

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Fonte '1000' R\$ 20.000,00

Função 01 – Legislativa Programa 0101 – Processo Legislativo

Unidade Orçamentária 01.01 – Câmara de Vereadores

Projeto/Atividade – 1090 – Construção do Centro Administrativo

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas – Fonte '1000' R\$ 21.000,00

Total R\$ 48.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, em 18 de novembro de 2019.

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Pitágoras Argenti
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 05/2019

Publicação Nº 2230847

Aviso de licitação
PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 11/2019
PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 05/2019

O Município de Marema – SC através do Fundo Municipal de Saúde comunica que se encontra aberto o processo licitatório para aquisição de VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:00min do dia 29 de novembro de 2019, procedendo à abertura às 08h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.marema.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Vidal Ramos nº 357, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 18 de novembro de 2019.
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4050 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230314



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

DECRETO Nº 4050 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019**Abre crédito adicional suplementar**

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2019 no valor de R\$ 665,24 (seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) no programa discriminado do Anexo I.

Art. 2º O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, é oriundo do provável excesso de arrecadação no exercício, conforme Artigo 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 08 de novembro de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos
Entidade(s): 77

Pág 1/1

ANEXO I

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA				Decreto: 4050/2019				Data Lançamento: 08/11/2019			
Lei: 1961/2018				Data Decreto: 08/11/2019				Código da Suplementação: 70			
Data Lei: 12/11/2018				Crédito Adicional				Origem de Recursos			
Lote	Tipo	Ref.	Valor	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor	
1	Suplementar	231	09.002.0010.0302.0027.2103.33390000000000000000	01380600	665,24	Excesso			01380600	665,24	
				Total do Lote	665,24	Anulação:		0,00	Total	665,24	
						Superávit:		0,00			
						Convênio:		0,00			
Total Geral					665,24	Transposição					
Anulação :						Incremento:		0,00			0,00
Superávit:					0,00	Transposição		0,00			
						Decremento:					
Resumo por Vínculos											
Tipo: Vinculado											
Vínculo	Descrição	Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio		
1380600	Transf. SUS/União - MAC-Média e Alta Complexidade			0,00	665,24	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Total Tipo: Vinculado			0,00	0,00	665,24	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Total Geral			0,00	0,00	665,24	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

PROCESSO LICITATÓRIO 237.2019 PP 237.2019 - ROLO COMPACTADOR

Publicação Nº 2230382

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 237/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 237/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: 08h00min do dia 02/12/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 02/12/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 72.2018 (PMM)

Publicação Nº 2230479

TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 195/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 195/2018

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 195/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 195/2018, homologado pela Autoridade supracitada, resolve firmar aditivo quantitativo dos itens que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA EVENTOS REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO QUANTITATIVO

2.1. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estimada não ser o suficiente para suprir a demanda.

FORNECEDOR: 213594 - LILI FIORI LTDA - ME							
IT	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE LICITADA	ADITIVO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
4	ALUGUEL DE REFLETORES POR LED RGBWA	UNID	LILI FIORI	10	2	R\$ 45,00	R\$ 90,00
5	ALUGUEL DE PLANTAS ORNAMENTAIS DE PORTE MÉDIO (1,50M DE ALTURA) COM CACHEPO	UNID	LILI FIORI	14	3	R\$ 50,00	R\$ 150,00
6	ALUGUEL DE PLANTAS ORNAMENTAIS DE PORTE BAIXO (0,80 CM DE ALTURA) COM CACHEPO	UNID	LILI FIORI	14	3	R\$ 35,00	R\$ 105,00
7	ALUGUEL DE POLTRONAS	UNID	LILI FIORI	5	1	R\$ 75,00	R\$ 75,00
8	ALUGUEL DE TOALHA BRANCA LONGA DE 6 METROS DE COMPRIMENTO	UNID	LILI FIORI	8	2	R\$ 70,00	R\$ 140,00
9	FLOREIRAS COM FLORES SILVESTRES, MEDINDO APROX. 1,20 X 0,40 (AXL)	UNID	LILI FIORI	10	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
10	ARRANJO DE FLORES MEDINDO APROX. 0,40 X 0,40 (AXL)	UNID	LILI FIORI	8	2	R\$ 120,00	R\$ 240,00
11	ALUGUEL DE STUDIO DE FOTOS COMPLETO (FUNDO COM PAINEL DE TECIDO E CORTINAS, APARADOR, TAPETE, ARRANJO DE FLOR, POLTRONA E 02 REFLETORES)	UNID	LILI FIORI	4	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
12	ALUGUEL DE APARADOR DE MADEIRA ESTILO RÚSTICO	UNID	LILI FIORI	4	1	R\$ 120,00	R\$ 120,00
13	ALUGUEL DE MALHAS (DIVERSAS CORES) MEDINDO APROX. 6M	UNID	LILI FIORI	16	4	R\$ 20,00	R\$ 80,00
14	ALUGUEL DE TECIDO OXFORD PRETO PARA FECHAMENTO DE FUNDO MEDINDO APROX. 5 M X 3,5	UNID	LILI FIORI	10	2	R\$ 175,00	R\$ 350,00
16	ALUGUEL DE TOALHAS REDONDAS MEDINDO 1,60M (DIVERSAS CORES)	UNID	LILI FIORI	20	5	R\$ 24,00	R\$ 120,00
17	ALUGUEL DE SOBRE TOALHAS MEDINDO 0,70 X 0,70 CM (DIVERSAS CORES E ESTAMPAS)	UNID	LILI FIORI	15	3	R\$ 10,00	R\$ 30,00

18	ALUGUEL DE TRILHOS DE MESAS MEDINDO 0,45 X 1,70 (DIVERSAS CORES E ESTAMPAS)	UNID	LILI FIORI	5	1	R\$ 10,00	R\$ 10,00
19	ALUGUEL DE TAPETE FELPUDO MEDINDO 1,50 X 2,00 (DIVERSAS CORES)	UNID	LILI FIORI	4	1	R\$ 100,00	R\$ 100,00
20	ALUGUEL DE BIOMBOS EM FERRO MEDINDO 2M X 2M	UNID	LILI FIORI	6	1	R\$ 30,00	R\$ 30,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta ata aditiva, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 195/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 195/2018, e as propostas comerciais das licitantes classificadas no certame supranumerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que este termo originou.

Massaranduba – SC,	07	de	novembro	de	2019
--------------------	----	----	----------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE
LILI FIORI LTDA - ME
RODRIGO SPEZIA
CONTRATADA

TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 84.2018 (PMM)

Publicação Nº 2230483

TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 203/2018

Ao oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 203/2018, homologado pela Autoridade supracitada, resolve firmar aditivo quantitativo dos itens que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR E EVENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO QUANTITATIVO

2.1. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estimada não ser o suficiente para suprir a demanda.

FORNECEDOR: 274682 - MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP							
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE LICITADA	ADITIVO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
11	ÁGUA MINERAL BOMBONA 20 LTS	UNID	FONT LIFE	2.100	525	R\$ 9,69	R\$ 5.087,25

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta ata aditiva, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 203/2018, e as propostas comerciais das licitantes classificadas no certame supranumerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que este termo originou.

Massaranduba – SC,	08	de	novembro	de	2019
--------------------	----	----	----------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE
MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP
JOSÉ DEMENTINO MOMM
CONTRATADA

Matos Costa**PREFEITURA****DECRETO 117/2019**

Publicação Nº 2230797

DECRETO N.º 117/2019 – DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002219/2018 de 07 de novembro de 2018:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 6.930,00 (Seis mil, novecentos e trinta reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social de Matos Costa SC, que especifica:

ORGÃO	06.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	06.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2.042	Manut. Da Educação Infantil – Pré-Escolar		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1336	Aplicações Diretas – 142		
				1.930,00

ORGÃO	14.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	14.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2.029	Manut. Do Fundo de Assistência Social		
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1300	Aplicações Diretas – 24		
				5.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa - SC, 13 de novembro de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

DECRETO 118/2019

Publicação Nº 2230800

DECRETO N.º 118/2019 – DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

"NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME."

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo Inciso VII do art. 71, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º. Nomear, para compor a Equipe Técnica, os seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- *Sônia Terezinha Ribas
- *Tânia Aparecida Rosa
- *Claudinei Gelinski
- *Roberta Dionéia Nestor
- *Fabiana Granemann

II – Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

- *Osnei Jableski
- *Gilberto Gomes

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, contidas no Decreto 076/2018.

Matos Costa - SC, 18 de novembro de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Dirceu Joanim de Freitas
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Oderlaine N S Moraes
Assistente Administrativo II

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019

Publicação Nº 2230463

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2274/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019

O Pregoeiro do Município de Modelo/SC, designado pelo Decreto 284/2018 do Sr. Prefeito Ricardo Luis Maldaner, vem por meio deste TORNAR PÚBLICO a alteração do Edital de Pregão Presencial nº 056/2019, que possui como objeto "PREGÃO PRESENCIAL DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO ANUAL, TOTAL E CONTRA TERCEIROS PARA A FROTA DA ADMINISTRAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC" com a inclusão no Anexo 01, Termo de Referência, dos itens 4.1 e 4.2, que dispõe sobre o preço teto das franquias e sobre questão de cobertura do seguro, e designa nova data para realização da sessão pública.

Os envelopes de Habilitação e Proposta serão recebidos até as 08h:00min do dia 02 de dezembro de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Rua do Comércio, nº 1.304, Centro, Modelo, Estado de Santa Catarina, CEP 89872-000.
A abertura dos envelopes iniciará às 08h:15min, no mesmo endereço e no mesmo dia.

Informações e edital retificado na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br.

Modelo/SC 18 de novembro de 2019.

Alexandro Sperotto
Pregoeiro
(Decreto 284/2018)

DECRETO Nº 243/2019

Publicação Nº 2229591

Decreto nº 243/2019 de 18/11/19

Dispõe sobre a homologação do processo licitatório nº 1962/2019, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Processo Licitatório nº 1962/2019, Modalidade Concorrência nº 003/2019, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto Concessão de Direito Real de Uso, com encargos, de Imóvel com benfeitorias pertencente ao Município de Modelo SC, sendo LOTES URBANOS Nº 01 E 02 DA QUADRA Nº 40, LOCALIZADOS NO BAIRRO INDUSTRIAL, COM ÁREA TOTAL DE 4.454,00 M2 (QUATRO MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO METROS QUADRADOS, MATRÍCULA NO OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE PINHALZINHO SOB Nº 7.460, COM BENFEITORIAS, SENDO UM BARRACÃO INDUSTRIAL DE 30X80M2 TOTALIZANDO 2.400M2 (DOIS MIL E QUATROCENTOS METROS QUADRADOS, pelo prazo de 10 (dez) anos, para incentivo a política de estímulo a expansão industrial, objetivando a promoção do desenvolvimento sócio econômico do Município de Modelo/SC, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.032/1991 e Lei Municipal nº 1.305/1997, adjudicado a favor da

Empresa	Encargos
INOVE CONSTRUÇÕES LTDA	CUMPRIR ENCARGOS – LEI Nº 2428/2019

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 18 de novembro de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO
Depto. de Licitações

DECRETO Nº 244/2019

Publicação Nº 2229592

Decreto nº 244/2019 de 18/11/19

Dispõe sobre a homologação do processo licitatório nº 2014/2019, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório nº 2014/2019, Modalidade Pregão nº 049/2019, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FRACIONADA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS PARA A FROTA DA ADMINISTRAÇÃO DE MODELO/SC, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI	86.441,80
DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	10.292,40

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 18 de novembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Depto. de Licitações

DECRETO Nº 245/2019

Publicação Nº 2229593

Decreto nº 245/2019 de 18/11/19

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 2112/2019, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 2112/2019, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
OSNI KAMMLER	14.547,30
MODELO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP	10.385,60
NAVODAP - COMÉRCIO DE MATEIRIAIS HIDRÁULICOS EIRELI	870,20

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 18 de novembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Depto. de Licitações

DECRETO Nº 246/2019

Publicação Nº 2229595

Decreto nº 246/2019 de 18/11/19

Dispõe sobre a homologação do processo licitatório nº 2223/2019, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório nº 2223/2019, Modalidade Pregão nº 053/2019, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto PREGÃO PRESENCIAL DESTINADO A LOCAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS (PALCO PARA SHOW, PAVILHÃO, PÓRTICO E ESTRUTURA PIRAMIDAL) PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS DA 20ª FEPAR - FESTA ESTADUAL DO PORCO ASSADO NO ROLETE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA	44.900,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 18 de novembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Depto. de Licitações

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 5277/2019

Publicação Nº 2229652

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 5.277, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

	"ATRIBUI DENOMINAÇÃO A LOGRADOUROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
--	--

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o disposto no artigo 56, XXII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica denominada RUA LEOPOLDO BRUNO WINTER a estrada que se inicia no entroncamento com a Avenida do Engenho, na divisa entre a Chácara Urbana Nº 77 e Lote Nº 78, desde, seguindo no sentido noroeste até a linha limítrofe do perímetro urbano do município da cidade de Mondaí/SC, na divisa entre a Chácara Urbana Nº 83 e Lote Colonial Nº 84, conforme mapa e memorial descritivo que integram o presente Decreto.

Art. 2º. Fica denominada RUA ERNESTO DISCHKALN, a estrada que se inicia na divisa entre os Lotes Nº 282 e Nº 74, confrontando ao leste com a faixa de domínio da Rod. SC 386, deste, segue no sentido noroeste até encontrar novamente a faixa de domínio da Rod. SC 386, na divisa entre os Lotes Nº 347 e Nº 274, conforme mapa e memorial descritivo que integram o presente Decreto.

Art. 3º. Fica denominada RUA ERICA MÜLLER, a estrada que se inicia na divisa entre as Chácaras Urbanas Nº 348 e Nº 348-A, confrontando a noroeste com a antiga estrada estadual Mondaí-Iporã do Oeste, hoje Rua Ernesto Dischkaln, deste, segue no sentido nordeste até encontrar o arroio Lajú, na divisa entre os Lotes Nº 279 e 279-A, conforme mapa e memorial descritivo que integram o presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Mondaí, (SC), 13 de novembro de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí/SC

EXTRATO EDITAL DL Nº 002/2019 - CMV

Publicação Nº 2229639

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019. O Município de Mondaí – SC, através da Câmara Municipal de Vereadores, com sede administrativa à Avenida do Engenho, nº 130, Centro, a partir de seu Presidente, torna público a Dispensa de Licitação nº 002/2019, oriunda do Processo Administrativo nº. 004/2019 e, com fulcro no Art. 24, Inciso X, da Lei nº. 8.666/1993, conforme a seguir: OBJETO: Locação de imóvel (sala) localizado na Avenida do Engenho, nº 130, Centro, Município de Mondaí/SC, com área mínima de 100 m2, próximo ao Paço Municipal, destinada para a instalação e funcionamento das atividades essenciais do Legislativo, conforme especificações constantes no Edital. CONTRATADA: ENCASA IMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 09.593.383/0001-23. VALOR MENSAL: R\$ 1.491,00 (um mil quatrocentos e noventa e um reais) totalizando R\$ 17.892,00 (dezessete mil oitocentos e noventa e dois reais) para 12 (doze) meses. VIGENCIA: 12 (doze) meses a contar da homologação do processo licitatório. Mondaí/SC, 14/11/2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal. ELIZANDRO MAINARDI - Presidente da Câmara de Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 38/2019 (PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 38/2019)

Publicação Nº 2230941

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 38/2019

(Redação Final do Projeto de Lei Ordinária nº 38/2019)

Autoriza o Poder Executivo Municipal a reduzir saldos de dotações orçamentárias no orçamento vigente, suplementar dotações com saldos insuficientes e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que votou e aprovou



o Projeto de Lei e encaminha para a sanção do Prefeito Municipal a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a reduzir saldos de dotações orçamentárias no orçamento vigente, até o valor de R\$ 407.540,00 (quatrocentos e sete mil quinhentos e quarenta reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ECONOMIA E GESTÃO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Assessoria de Planejamento e Orçamento

Projeto/Atividade: 1.002 – Incentivos a Expansão Comercial e Industrial

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	023	90.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	024	50.000,00

Órgão: 06.00 – FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2.141 – Qual. profissional docentes ensino fundamental da rede mun. de educ.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas	007	3.100,00
--	-----	----------

Unidade Orçamentária: 06.02 – Departamento de Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 1.026 – Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas	026	4.000,00
--	-----	----------

Projeto/Atividade: 2.145 – Manutenção Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas	034	10.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas	036	10.000,00

Projeto/Atividade: 2.146 – Qual. profissional docentes ensino infantil da rede mun. de educação

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas	037	4.900,00
--	-----	----------

Projeto/Atividade: 2.148 – Manutenção Creches Municipais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas	044	8.500,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas	046	3.500,00

Unidade Orçamentária: 06.04 – Departamento de Ensino Médio e Educação Superior

Projeto/Atividade: 2.151 – Auxílio a Estudantes do Ensino Médio

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	057	3.000,00
--	-----	----------

Projeto/Atividade: 2.152 – Auxílio a Estudantes Universitários

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	058	18.000,00
--	-----	-----------

Unidade Orçamentária: 06.05 – Departamento de Merenda Escolar

Projeto/Atividade: 2.155 – Alimentação Escolar do Ensino – Creche

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0012 – Aplicações Diretas	065	3.540,00
--	-----	----------

Órgão: 09.00 – SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 09.02 – Departamento de Obras e Serviços Viários

Projeto/Atividade: 1.015 – Aquisição de Máquinas e Veículos para o Setor de Transportes

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	084	50.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0300 – Aplicações Diretas	132	20.000,00

Unidade Orçamentária: 09.04 – Departamento de Água e Esgoto

Projeto/Atividade: 1.021 – Implant./Adaptações de Estações de Captação e Tratamento de Água

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	106	9.000,00

Órgão: 12.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 12.01 – Atividades de Atenção Básica em Saúde

Projeto/Atividade: 1.032 – Construção Academia da Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas	071	60.000,00
--	-----	-----------

Projeto/Atividade: 2.158 – Atividades do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas	013	20.000,00
--	-----	-----------

Unidade Orçamentária: 12.03 – Atividades da Vigilância em Saúde

Projeto/Atividade: 2.163 – Atividades de Vigilância Sanitária

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas	041	30.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas	044	10.000,00

Art. 2º. Os recursos até o valor de R\$ 407.540,00 (quatrocentos e sete mil quinhentos e quarenta reais), originados da redução constante do Artigo anterior, serão levados à suplementação, segundo classificação abaixo discriminada:

Órgão: 06.00 – FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2.142 – Manutenção Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas	008	12.000,00
---	-----	-----------

Unidade Orçamentária: 06.02 – Departamento de Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2.144 – Magistério do Ensino Infantil - Pré-Escolar

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00018 – Aplicações Diretas	028	32.000,00
--	-----	-----------

Unidade Orçamentária: 06.05 – Departamento de Merenda Escolar

Projeto/Atividade: 2.153 – Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00012 – Aplicações Diretas	060	3.540,00
--	-----	----------

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 10.04 – Gestão Descentralizada do SUAS

Projeto/Atividade: 2.034 – Assistência Social Geral

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00000 – Aplicações Diretas	012	40.000,00
--	-----	-----------

Órgão: 12.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 12.01 – Atividades de Atenção Básica em Saúde

Projeto/Atividade: 2.156 – Atividades Programas SF – ACS e SB

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00002 – Aplicações Diretas	004	120.000,00
--	-----	------------

Projeto/Atividade: 2.159 – Atividades de Atenção Básica em Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00002 – Aplicações Diretas	022	140.000,00
--	-----	------------

Unidade Orçamentária: 12.02 – Atividades da Assistência Farmacêutica Básica

Projeto/Atividade: 2.161 – Atividades de Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00002 – Aplicações Diretas	037	25.000,00
--	-----	-----------

Projeto/Atividade: 2.162 – Distribuição Suplementar de Medicamentos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00002 – Aplicações Diretas	040	35.000,00
--	-----	-----------

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, 18 de novembro de 2019.

Elizandro Mainardi,

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 156/2019

Publicação Nº 2231024

DECRETO Nº 156, em 13 de novembro de 2019.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso IX e XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido que as Secretarias, Fundação e demais órgãos deverão programar férias dos servidores no período de 16/12/2019 a 14/02/2020, dentro das peculiaridades de cada órgão, a ser organizadas pelos secretários e chefias.

Art. 2º - Ficam suspensos os expedientes nas Secretarias, Fundação e órgãos da administração municipal no período de 23/12/2019 a 03/01/2020.

§1º A Secretaria do Sistema de Saúde terá seu expediente suspenso apenas nos dias 24 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2019.

§2º- Os setores que compreendem atendimento ao público ou serviços essenciais de relevante interesse público atuarão em regime de plantão, com pelo menos um servidor:

- a) Coleta do lixo;
- b) Conselho Tutelar;
- c) Setor de Tributos.

Art. 3º - Os departamentos de Contabilidade, Compras e Financeiro programarão expediente interno para o efetivo encerramento do exercício.

Art. 4º - Em 06/01/2020, as Secretarias, Fundação e órgãos retornam ao horário integral de todas as funções e cargos.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico
Publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO Nº 158/2019

Publicação Nº 2231025

DECRETO Nº 158/2019, em 18 de novembro de 2019.

"AUTORIZA A SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA A EMITIR CERTIFICADOS DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO REALIZADOS POR ESTA SECRETARIA."

O Senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o plano de carreira a que se refere a Lei Complementar nº 009/2011, em seu artigo 22, IV, dispõe sobre a responsabilidade de formação continuada na rede municipal de ensino, sendo que cabe ao município oferecer no mínimo 80 horas de cursos de aperfeiçoamento presenciais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a Secretaria do Sistema de Educação, Cultura, Esporte e Turismo a emitir certificados dos cursos presenciais de aperfeiçoamento realizados por esta Secretaria.

Art. 2º- Ficará registrado no certificado o nome e RG ou CPF do participante, o período de execução, o registro de autorização, o conteúdo programático e a carga horária, sendo que as referidas informações estarão disponibilizadas em impressões frente e verso, ou apenas em um dos lados do certificado.

Art. 3º - Será contabilizada a carga horária dos estudos individualizados e dos momentos de formação ofertados pela Secretaria do Sistema de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, bem como os realizados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, desde que os materiais de estudo sejam fornecidos pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo: encontros com a Secretária de Educação, palestrantes, coordenadores pedagógicos, técnicas em gestão escolar, psicólogas, psicopedagogas, nutricionista, fonoaudióloga e demais membros autorizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 156/2017.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 18 de novembro de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO

Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 6

Publicação Nº 2230018

Edital de Convocação Referente ao Concurso Público nº 001/2019

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município: Convoca os aprovados no Concurso Público, referente ao edital 001/2019, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à contratação.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
04º	ANDREY MARCIO CARDOSO

Morro da Fumaça, 19 de Novembro de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO

Secretário Municipal do Sistema Econômico

Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2019

Publicação Nº 2230945

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA.

CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: TAMIRES SERAFIM DIMAS CARGNIN MEI (WWW.MAISSUL.COM.BR).

CNPJ: 34.097.787/0001-73

OBJETO: O (A) CREDENCIADO (A) prestará à CONTRATANTE, quando solicitado, serviços atinentes ao ramo de sua atividade econômica principal, relacionados nos respectivos itens, do Anexo I, do Edital de Credenciamento nº. 01/2019, conforme segue:

Especificação	Quantidade / Valor Unitário / Valor Total (em Reais)
Credenciamento de sites que tenham caráter predominantemente informativo, com abrangência na circunscrição do Município de Morro da Fumaça/SC, notadamente para promover as publicações institucionais, através dos boletins informativos, contendo o resumo dos trabalhos das sessões ordinárias/extraordinárias da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.	Quantidade máxima: 104 inserções Preço por unidade de Cada Boletim Informativo: R\$ 250,00. (duzentos e cinquenta reais) Total: R\$ 26.000,00. (vinte e seis mil reais)

DA VIGÊNCIA: 07.11.2019 até o dia 31.12.2019.

VALOR GLOBAL: Para execução dos serviços ora contratado, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO (O), o valor unitário de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por inserção de cada boletim informativo, conforme cláusula primeira deste contrato, consoante critérios do item nº 05, definidos no Anexo I, do Edital atinente.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88. 00.00.00.0000.

DATA DA ASSINATURA: 07 de novembro de 2019.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 07 de novembro de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 105/2019 PMN -- ABERTURA DE PROPOSTA

Publicação Nº 2229563

Ata 105/2019 PMN

Aberto o certame as quatorze horas do dia onze de novembro de dois mil e dezenove, na sala da Administração, com a presença da Comissão Permanente nomeada pela Portaria nº 474 de oito de fevereiro de dois mil e dezenove para abertura dos envelopes da proposta da Concorrência 105/2019 PMN, com a participação da empresa L F Empreiteira de Mão de Obra Eireli representada por José Rodrigues Pereira. A empresa MAV dos prazeres foi inabilitada. Foi aberto os envelopes das empresas Construtora Natinho que apresentou valor de R\$ 95.269,78 (noventa e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e setenta e oito centavos) e a empresa LF empreiteira apresentou o valor de R\$ 89.944,75 (oitenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). Sagrou - se vencedora a empresa LF Empreiteira. Momento em que encerra a sessão.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 113/2019 PMN

Publicação Nº 2230257

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 113/2019 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial para registro de preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de engenharia, para levantamentos topográficos cadastrais, compreendendo a elaboração e desenvolvimento dos serviços técnicos de engenharia, para atender a demanda do município, através da Secretaria Municipal de Educação de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 29/11/2019 até às 8h50. Abertura/envelopes: 29/11/2019 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

CONVOCAÇÃO EDITAL SELETIVO SMS 02/2019

Publicação Nº 2230487

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 18 de novembro de 2019

Ilma Sra
LEIVA DO NASCIMENTO AUGUSTO MARCHIORE (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SMS edital nº 002/2019

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia da publicação , para tratar da contratação do Processo Seletivo SMS edital Nº 002/2019, para o cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Gisele M Serafim
RH SAUDE

Diandra Pereira
DIRETORA DE RH

DECRETO 217/2019

Publicação Nº 2229549

DECRETO Nº 217, DE 13 DE novembro DE 2019.

FIXA O PRAZO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS REFERENTES AO ANO DE 2020, E RESPECTIVOS DESCONTOS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60, III da Lei Orgânica do Município e o artigo 237 da lei complementar nº 6 de 31/12/2002, DECRETA:

Art. 1º O vencimento da parcela única do IPTU do exercício de 2020 fica fixado conforme segue:

I - Pagamento até 31/01/2020: desconto de 20% (vinte por cento);

II - Pagamento até 28/02/2020: desconto de 15% (quinze por cento);

III - Pagamento até 31/03/2020: desconto de 10% (dez por cento).

Parágrafo único. Os valores relativos à limpeza pública e à iluminação pública poderão ser pagos em conjunto com o Imposto Predial e Territorial Urbano, nas datas previstas neste decreto.

Art. 2º Para o contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU, contribuição de iluminação pública e taxa de limpeza pública referentes ao exercício de 2020 em parcelas, poderá fazê-lo em até 10 (dez) vezes, com pagamento da primeira parcela até a data de 31/03/2020, vencendo as seguintes nos meses subsequentes, sempre no último dia útil de cada mês, sem acréscimo de multas ou juros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EDITAL CMAS

Publicação Nº 2229685

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ORDINÁRIA PARA A ESCOLHA DOS REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES

O Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social de Navegantes de acordo com o que estabelece a Lei nº 3440/2019 e a lei nº 1166/1997 vem através do presente edital CONVOCAR as ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS e PROFISSIONAIS para a Assembleia Geral Ordinária que fará a escolha dos Representantes Não Governamentais para o mandato de janeiro de 2020 a janeiro de 2022.

A Assembleia Geral para a escolha dos novos membros do CONSELHO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL acontecerá no dia 18 de dezembro de 2019, às 18h30 em primeira chamada e não havendo quórum (número mínimo de entidades) às 19h00 em segunda chamada, na Sede do Rotary Club Navegantes, localizada na Rua Vicente Honorato Coelho - Centro, Navegantes, SC.DA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar entidades da sociedade civil organizadas funcionamento no âmbito do município de Navegantes como representação dos usuários; de representantes dos prestadores de serviços e de profissionais na área da assistência social.

DA DOCUMENTAÇÃO

As Entidades Não Governamentais interessadas em participar como representantes dos usuários no CONSELHO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL como candidatas devem cumprir os seguintes requisitos:

a) Apresentar cópia do Estatuto e suas alterações com Registro em Cartório;

b) Apresentar cópia da Ata da Eleição da última diretoria;

c) Apresentar cópia do CNPJ emitido pelo site da Receita Federal atualizado;

d) Indicação escrita com o nome completo, das pessoas que comporão o conselho, indicando titular e suplente;

Os Representantes dos Prestadores de Serviço terão que apresentar:

Os profissionais da Área de Assistência Social devem apresentar:

DA ELEIÇÃO

Terá direito a um voto a entidade, o prestador de serviço e o profissional da assistência social que se apresentar com os documentos acima citados, sendo facultada a participação como candidato(a).

Os mais votados em cada segmento ocuparão a vaga de titular, sendo que os demais serão considerados suplentes e ocuparão vaga em caso de vacância.

É VEDADA:

a) A indicação de cidadãos que tenham vínculo de emprego ou de prestação de serviço com órgãos Municipais ou que possuam parentesco em primeiro grau ou ser cônjuge de servidor público Municipal comissionado.

Casos omissos a este edital serão submetidos ao plenário da Assembleia.

Navegantes, 13 de novembro de 2019

.....
Jairo Mariano

Presidente do CMAS

EDITAL COMDCAN

Publicação Nº 2229681

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente do Conselho Municipal da criança e do Adolescente do município de Navegantes - COMDCAN, convoca todas ONGS, para o dia 18 de dezembro de 2019, às 18 horas e trinta minutos e em segunda convocação às 19 horas na Sede do Rotary Club de Navegantes, sito na Rua Vicente Honorato Coelho, 530 no Centro no Município de Navegantes (SC), para a escolha das 5 (cinco) entidades que comporão o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Navegantes. A posse deste conselho ocorrerá em janeiro de 2010. As condições para participação da Assembléia e o processo eletivo são as seguintes: apresentação dos estatutos e alterações registrados, original e cópia, ata da eleição e/ou posse da atual Diretoria registrada, original e cópia. Comprovante de estar funcionando apresentando o CNPJ atualizado retirado pela internet. Carta indicando o eleitor se não for o presidente da entidade, bem como, documento de identidade e cópia. Cada eleitor terá o direito de votar em uma entidade. As entidades poderão se candidatar na Assembléia indicando seus Titulares e suplentes que comporão o Conselho se forem eleitas. As 5 (cinco) entidades mais votadas serão eleitas para compor o Conselho e as seguintes por ordem de votação, serão as entidades suplentes, que comporão o CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES no caso de saída de alguma entidade. Só poderão ser indicados para representar entidade não governamental cidadãos que não tenham nenhum vínculo de emprego com a prefeitura municipal de Navegantes, não possuir parentesco de primeiro grau ou ser cônjuge de servidor público municipal.

Navegantes, 12 de novembro de 2019.

IRINEU ZIMMERMANN

Presidente do COMDCAN

EDITAL COMPED

Publicação Nº 2229682

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ORDINÁRIA PARA A ESCOLHA DOS REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED

A Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Navegantes - COMPED – de acordo com o que estabelece a Lei Complementar nº 352, de 06 de novembro de 2019 e a Lei Complementar 261/2015 vem através do presente edital CONVOCAR as ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS para a Assembleia Geral Ordinária que fará a escolha dos Representantes Não Governamentais para o mandato de janeiro de 2020 a janeiro de 2022.

A Assembleia Geral para a escolha dos novos membros do COMPED acontecerá no dia 18 de dezembro de 2019, às 18h30 em primeira chamada e não havendo quórum (número mínimo de entidades) às 19h00 em segunda chamada, na Sede do Rotary Club Navegantes, localizada na Rua Vicente Honorato Coelho - Centro, Navegantes, SC.

DA PARTICIPAÇÃO

As entidades interessadas devem se enquadrar em uma das vagas a serem preenchidas conforme o que estabelece o inciso II, do artigo 2º da Lei Complementar 261/2015, a saber:

II - Sociedade Civil:

- a) 1 titular e 1 suplente da APAE;
- b) 1 titular e 1 suplente de entidade da área de saúde;
- c) 1 titular e 1 suplente da Subseção da OAB;
- d) 1 titular e 1 suplente de entidade congênere de associações de trabalhadores da área de assistência e saúde;
- e) 1 titular e 1 suplente de entidade da área de deficiência física;
- f) 1 titular e 1 suplente de Associação Esportiva e/ou Cultural".

Para que possa se qualificar, deve constar entre os objetivos da entidade em seu estatuto a sua adequação ao que requer a lei ora citada.

DA DOCUMENTAÇÃO

As Entidades Não Governamentais interessadas em participar da eleição COMPED como candidatas devem cumprir os seguintes requisitos:

- a) Apresentar cópia do Estatuto e suas alterações com Registro em Cartório;
- b) Apresentar cópia da Ata da Eleição da última diretoria;
- c) Apresentar cópia do CNPJ emitido pelo site da Receita Federal atualizado;
- d) Indicação escrita com o nome completo, das pessoas que comporão o conselho, indicando titular e suplente;

DA ELEIÇÃO

Terá direito a um voto a entidade que se apresentar com os documentos acima citados, sendo facultada a participação como entidade candidata.

A entidade mais votada em cada um dos itens elencados será a entidade titular e as votadas em sequência serão, por ordem de votação entidades suplentes, podendo ser convocadas em caso de vacância.

É VEDADA:

- a) A indicação de cidadãos que tenham vínculo de emprego ou de prestação de serviço com órgãos Municipais ou que possuam parentesco em primeiro grau ou ser cônjuge de servidor público Municipal comissionado.

Casos omissos a este edital serão submetidos ao plenário da Assembleia.

Navegantes, 13 de novembro de 2019

.....
Rosângela Schneider Ristow

Presidente do COMPED

EDITAL ELEIÇÕES CEU 2019

Publicação Nº 2230489

EDITAL ELEIÇÃO GRUPO GESTOR DO CEU DAS ARTES E DOS ESPORTES HOLDE SCARTEZINI N.º 01/2020
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL QUE IRÃO COMPOR O GRUPO GESTOR DO CEU DAS ARTES E DOS ESPORTES HOLDE SCARTEZINI

O Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Artigo 5º, da Lei nº 2841, de 07 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o CEU das Artes e dos Esportes Unificado e seu Grupo Gestor, torna público para o conhecimento dos interessados, o presente Edital de Convocação da Eleição dos Representantes da Sociedade Civil que irão compor o Grupo Gestor do órgão, para o biênio 2020/2022.

1. DO PROCESSO DE ELEIÇÃO

1.1. Os integrantes do Grupo Gestor que representam a Sociedade Civil são eleitos democraticamente, conforme regulamento, pelos presentes em fórum próprio, e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período.

1.2. O processo eleitoral será normatizado, e fiscalizado pela Comissão Eleitoral, composta pelos membros abaixo relacionados.

· Geovano Gonzaga

· Marcos Venício Montagna

· Flávio Roberto de Souza

1.3. A representação da sociedade civil no Grupo Gestor do CEU deve contemplar os segmentos de moradores e instituições privadas sem fins lucrativos, localizadas no bairro Nossa Senhora das Graças, conforme Artigo 5º, da Lei nº 2841/2014.

1.4. Os membros titulares e suplentes representantes da Sociedade Civil serão eleitos em fórum único convocado por este Edital, especificamente para este fim, de acordo com o que segue:

I - 03 (três) moradores do bairro Nossa Senhora das Graças;

II - 03 (três) representantes de instituições instaladas no bairro Nossa Senhora das Graças;

1.5. A eleição dos representantes da Sociedade Civil para integrar o Grupo Gestor do CEU ocorrerá no fórum eleitoral, a ser realizado no CEU das Artes e dos Esportes (Rua Vereador José Flávio Soares, s/n, Nossa Senhora das Graças, Navegantes), no dia 10 de janeiro de 2020, às 20h.

1.6. O fórum eleitoral será acompanhado pelos membros da comissão eleitoral, que terão poderes para habilitar eleitores e candidatos, receber e contar os votos, redigir a ata e suspender o processo eleitoral em caso de incidentes.

1.7. Para ter direito a votar, o cidadão deverá comparecer no fórum eleitoral no dia e horário da convocação, assinar a lista de presença e apresentar documento de identificação original, com foto.

1.8. Os candidatos, às respectivas vagas deverão apresentar documentação comprobatória, conforme lista abaixo e deverão anunciar seu interesse em concorrer a vaga durante o fórum eleitoral.

· Segmento Moradores: Apresentar comprovante de residência e documento de identificação com foto;

· Segmento Instituições: Apresentar estatuto e ata de eleição da instituição.

1.9. Caso haja mais de um candidato habilitado em seus respectivos setores, a eleição será feita em votação secreta, registrando-se em ata o resultado.

1.10. Havendo apenas um candidato à cadeira pretendida, o mesmo deverá ser submetido à votação, por aclamação, com o intuito de validar sua indicação, devendo obter pelo menos 30% (trinta por cento) dos votos dos eleitores presentes, registrando-se em ata o resultado.

1.11. Os quartos, quintos e sextos colocados em cada votação por setor ficarão automaticamente com as vagas de suplente.

1.12. No caso de não haver candidato à eleição de qualquer um dos setores, após a posse dos representantes eleitos e indicados da próxima gestão, os mesmos deverão indicar as pessoas que ocuparão as vagas, e essas indicações deverão ser aprovadas em reunião ordinária do Grupo Gestor com pelo menos 50% mais um dos votos.

1.13. O voto é pessoal e intransferível, não sendo aceito o voto por procuração.

1.14. Os interessados nas respectivas eleições poderão se candidatar em apenas um segmento.

1.15. Poderão habilitar-se como eleitores cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos, mas só poderão concorrer como candidatos os maiores de 18 (dezoito) anos.

1.16. Do resultado da eleição caberá recurso direcionado à Comissão Eleitoral, em até 05 (cinco) dias do encerramento da reunião de homologação.

2. DAS VAGAS

2.1. As vagas da Sociedade Civil para a composição do Grupo Gestor do CEU serão preenchidas conforme Artigo 5º da Lei nº 2841/2014.

2.2. Considera-se como pretensão habilitado a eleitor e/ou candidato os indivíduos que se reconheçam como pertencentes às respectivas áreas/setores, por declaração no ato de inscrição como eleitor/candidato.

2.3. A declaração de pertencimento às respectivas áreas/setores poderá ser contestada por qualquer eleitor habilitado, cabendo a Comissão Eleitoral decidir.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA VOTAR E SER VOTADO

3.1. O eleitor/candidato deverá efetuar sua inscrição durante o fórum eleitoral, no dia 10 de janeiro de 2019, às 20h

3.3. Os candidatos farão uma breve exposição sobre o seu currículo e, ainda, apresentarão seus motivos para a candidatura, no prazo de 05 min.

3.4. Encerrada a votação, será lavrada ata em que constará a contagem dos votos e sua apuração, bem como relação anexa com nomes e assinaturas dos eleitores e dos candidatos que tiverem participado do pleito.

3.11. Em caso de empate, o titular e/ou suplente será definido pelo critério de idade, sendo considerado eleito o candidato com maior idade.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Os incidentes e as impugnações ocorridos durante o curso da votação serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

4.2. Encerrado o processo eleitoral, a Comissão Eleitoral encaminhará, em 05 (cinco) dias úteis, ao Gabinete do Prefeito o resultado da

Eleição, para providenciar a nomeação dos eleitos.
4.3. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Eleitoral.

Navegantes, 18 de novembro de 2019.
EMÍLIO VIEIRA
Prefeito de Navegantes

EDITAL MULHER

Publicação Nº 2229683

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ORDINÁRIA PARA A ESCOLHA DOS REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER

A Presidente do Conselho Municipal da Mulher de Navegantes de acordo com o que estabelece a Lei nº 2681/2013 e a lei nº 2428/2019 vem através do presente edital CONVOCAR as ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS para a Assembleia Geral Ordinária que fará a escolha dos Representantes Não Governamentais para o mandato de janeiro de 2020 a janeiro de 2022.

A Assembleia Geral para a escolha dos novos membros do CONSELHO DA MULHER acontecerá no dia 18 de dezembro de 2019, às 18h30 em primeira chamada e não havendo quorum (número mínimo de entidades) às 19h00 em segunda chamada, na Sede do Rotary Club Navegantes, localizada na Rua Vicente Honorato Coelho - Centro, Navegantes, SC.

DA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar entidades da sociedade civil organizadas e em funcionamento no âmbito do município de Navegantes.

DA DOCUMENTAÇÃO

As Entidades Não Governamentais interessadas em participar da eleição CONSELHO DA MULHER como candidatas devem cumprir os seguintes requisitos:

- a) Apresentar cópia do Estatuto e suas alterações com Registro em Cartório;
- b) Apresentar cópia da Ata da Eleição da última diretoria;
- c) Apresentar cópia do CNPJ emitido pelo site da Receita Federal atualizado;
- d) Indicação escrita com o nome completo, das pessoas que comporão o conselho, indicando titular e suplente;

DA ELEIÇÃO

Terá direito a um voto a entidade que se apresentar com os documentos acima citados, sendo facultada a participação como entidade candidata.

As 06 (seis) entidade mais votadas serão eleitas como entidades titulares e as entidades votadas em sequência serão, por ordem de votação entidades suplentes, podendo ser convocadas em caso de vacância.

É VEDADA:

- a) A indicação de cidadãos que tenham vínculo de emprego ou de prestação de serviço com órgãos Municipais ou que possuam parentesco em primeiro grau ou ser cônjuge de servidor público Municipal comissionado.

Casos omissos a este edital serão submetidos ao plenário da Assembleia.

Navegantes, 13 de novembro de 2019

.....
Rosângela Schneider Ristow
Presidente do Conselho Municipal da Mulher

ERRATA PORTARIA 3097/2019

Publicação Nº 2229718

ERRATA:

Na Portaria 3097 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019, publicada na Edição nº 2971 do Diário Oficial dos Municípios de 05/11/2019,

Onde se lê:

I – Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, o servidor LINDBERG DA SILVA JERÔNIMO LEITE, portador da cédula de identidade nº 405.414, inscrito no CPF sob nº 720.675.277-20 ao quadro de servidores públicos municipais, no Cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 20 horas, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.

Leia-se:

I – Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, o servidor LINDBERG DA SILVA JERÔNIMO LEITE, portador da cédula de identidade nº 405.414, inscrito no CPF sob nº 720.675.277-20 ao quadro de servidores públicos municipais, no cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 20 horas, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.

Emílio Vieira
PREFEITO
Esta Errata foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2019.

Marcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA PORTARIA 3107/2019

Publicação Nº 2229717

ERRATA:

Na Portaria 3107 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019, publicada na Edição nº 2974 do Diário Oficial dos Municípios de 08/11/2019,

Onde se lê:

PORTARIA Nº 3107 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Leia-se:

PORTARIA Nº 3126 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Esta Errata foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 05 de novembro de 2019.

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N.º 008 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2229942

PORTARIA N º 08 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
DESIGNAR SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

A Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1.461 de 20/11/2001 e,

CONSIDERANDO o §1º do art. 70 da Lei Federal nº 9.605 de 12/2/1998;
CONSIDERANDO o art. 28 da Lei Estadual nº 14.675 de 13/4/2009,

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor abaixo para exercer as atividades de Fiscalização deste órgão:

Nome	Matricula
Drusko da Cunha Covcevic	6279801

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
Claudia Angioletti Gabriel
Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

Esta Portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes nesta data.
Navegantes, 18 de novembro de 2019.

PORTARIAS 3171 E 3172/2019

Publicação Nº 2229723

PORTARIA N º 3171 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, da função de confiança de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS, ROSELI DE FÁTIMA GONÇALVES, conforme ação penal – procedimento ordinário 5005039-66.2019.8.24.0135/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3172 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019
EXONERA SERVIDOR DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ALDO MARQUES PERES FILHO, conforme ação penal – procedimento ordinário 5005039-66.2019.8.24.0135/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 3179, 3183 E 3172/2019

Publicação Nº 2229721

PORTARIA N º 3179 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR VACÂNCIA, do cargo MIRIAN GONÇALVES PIRES ROSSBACH em virtude de aposentadoria de SUPERVISORA ESCOLAR, matrícula 371011, junto ao NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2019.02.075887P.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3183 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR VACÂNCIA, do cargo HELENA DOS SANTOS SOARES em virtude de aposentadoria de ENFERMEIRA, matrícula 4862102, junto ao NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2019.04.07575P.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3184 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR VACÂNCIA, do cargo NELSO KRANENBERG em virtude de aposentadoria de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula 406902, junto ao NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2019.02.07586P.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EDITAL 051-2019 - DECISÃO RECURSOS PROGRESSÃO SETEMBRO-2019

Publicação Nº 2230259

A Comissão de Avaliação de Progressão por Capacitação, com fulcro no artigo 7º, §º 3º, IV, 'd', c/c artigo 11, §º 11, I, 'd', da Lei Complementar 11/2003, publica o Edital de Decisão dos Recursos ao Indeferimento das Progressões do mês de Setembro/2019.

Matrícula	Nome do Servidor	Progressão requerida	Parecer final	Análise do parecer final
6279803	Satie Andreia Odawara Fusinato	Progressão Horizontal	Indeferido	a comissão realizou publicação no DOM oferecendo prazo para saneamento das irregularidades, porém a Servidora ficou-se silente. Mantem-se o indeferimento pelos mesmos fundamentos.
63334501	Gabriel Antonio Rabel Junior	Progressão Vertical	Indeferido	no caso em análise, o diploma apresentado não possui afinidade com a área de atuação. Inaplicável, na espécie, o princípio da isonomia. Mantem-se o indeferimento pelos mesmos fundamentos.
1803402	Marlova Cescon Hoeffner	Progressão Vertical	Indeferido	conforme informações obtidas junto a Universidade de Passo Fundo, trata-se de dupla titulação, porém, sendo a mesma graduação. Mantem-se o indeferimento pelos mesmos fundamentos.

O Servidor que quiser receber cópia integral da decisão deverá requerer junto ao Setor de RH.

Navegantes, 18 de novembro de 2019.

Comissão de avaliação de progressão por capacitação, conforme Portaria 2.410/2019:

Alessandra Muller

Jan Ullrich

Jefferson Amaral

Eu, Marcio da Rosa, Secretário de Administração e Logística, ratifico a decisão da Comissão de Avaliação de Progressão por Capacitação sobre os recursos apresentados.

Nova Erechim

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2019 - PARA ESTAGIÁRIAS 2019/2020

Publicação Nº 2230761

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Av. Francisco Ferdinando Losina, 139 - Fone: (49)3333-3115 e 3333-3106
Cx. Postal 25 – CEP 89865-000 E-mail: sece@novaerechim.sc.gov.br

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 05/2019 - PARA ESTAGIÁRIAS 2019/2020

ENSINO SUPERIOR

	Nome	Curso	Período	Média	Tempo de serviço	Total
01	Jairene Motter	Pedagogia	5º	9.2	1,9	16.1
02	Adriana Santin	Pedagogia	6º	8.2	0,9	15.1
03	Tanara Babinski	Pedagogia	6º	7.37	1,3	14.67
04	Jéssica Boesing	Pedagogia	4º	8.75	1,8	14.55
05	Géssica Bianchetti	Arte	6º	8.3	00	14.3
06	Gislaine Venceslau de Brito Almeida	Pedagogia	5º	7.1	1,9	14
07	Marinelsi May	Pedagogia	4º	8.6	1,2	13.8
08	Taís Ortigara	Pedagogia	5º	8.65	00	13.65
09	Diana Corradi	Letras	6º	6.2	1,0	13.2
10	Natalia Tironi	Educação Física	2º	9.13	1,3	12.43
11	Ana Paula de Oliveira Cunico	Artes Visuais	2º	8.86	1,1	11.96
12	Eliane Lamp de Lima	Pedagogia	3º	7.9	0,8	11.7
13	Maikieli Bonconki	Pedagogia	3º	7.68	0,8	11.48
14	Lara Worma de Souza	Arte	2º	8.6	00	10.6
15	Graziela Isoton	Pedagogia	2º	8.28	0.3	10.58
16	Eliane Romani	Pedagogia	2º	8.2	00	10.2
17	Raquel Midian da Silva	Pedagogia	2º	7.75	00	9.75
18	Camila Capoan	Educação Especial	1º	6.2	0,3	7.5
18	Jucilene Leoncio dos Santos Quintano	Pedagogia	4º			4
20	Tainá Klein	Pedagogia	2º		0,2	2.2
21	Mariela Romani	Letras	1º			1.0

ENSINO MÉDIO

	Nome	Curso	Período	Média	Tempo de serviço	Total
01	Maria L. Massaneiro	Ensino Médio	2º	8.6	0,4	11
02	Ana Gabriela Pereira Pires	Ensino Médio	2º	7.8	0,7	10.5
03	Bruna Géssica Solivo	Ensino Médio	2º	7.75	0,5	10.25

04	Suelen Gislaïne Daga	Ensino Médio	2º	8.0	0,1	10.1
05	Larine Serpa Bairros	Ensino Médio	2º	7.20	0,8	10
06	Sthefani Bonafim	Ensino Médio	2º	7.87	0,1	9.97
07	Sarah C. Paniz	Ensino Médio	2º	7.6	0,2	9.8
08	Roberta Capoan	Ensino Médio	2º	7.12	0,6	9.72
09	Glenda C.Kist	Ensino Médio	2º	7.6	00	9.6
10	Ana C. Dapper	Ensino Médio	2º	6.8	0,2	9.0
11	Eduarda Soares	Ensino Médio	1º	8.0	00	9.0
12	Renata Rorig	Ensino Médio	1º	6.9	0,8	8.7
13	Iane Ketlin Bet	Ensino Médio	2º	6.7	00	8.7
14	Grasieli Gonçalves de Almeida	Ensino Médio	1º	7.2	0,3	8.5
15	Andressa de Oliveira Bueno	Ensino Médio	1º	5.68	0,3	6.98

Eunice Terezinha Bruschi
Secretária Municipal da Educação, Cultura e Esportes

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 64/2019 NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA

Publicação Nº 2230271

PROCESSO Nº: 93/2019	PREGÃO PRESENCIAL Nº: 66/2019
-------------------------	----------------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 64/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA
CNPJ: 10.926.473/0001-78

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E ORNAMENTAÇÕES NATALINAS COM APRESENTAÇÃO DAS LUZES DANÇANTES PARA O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 39.400,00 (Trinta e nove mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA = INÍCIO: 18/11/2019 TÉRMINO: 20/01/2019

Nova Erechim, 18 de novembro de 2019.
RAMIREZ TAPIA
Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 315/2019 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230956

DECRETO Nº 315/2019 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

"CONTRATA SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei 1.225/2019 de 12 de Março de 2019 e lei nº 540/2003.

CONSIDERANDO: Que o servidor efetivo solicitou exoneração do cargo e que é indispensável que o Município possua em seu quadro funcional um Tesoureiro, responsável pelas finanças do município.

CONSIDERANDO: que não candidatos aprovados em concurso público para assumir a referida vaga e ainda, sua aprovação no Processo Seletivo nº 008/2019.

DECRETA:

ART. 1º - Fica contratado para exercer as funções de Tesoureiro, o Sr. DARLEI PAGANI MESADRI, 40 horas semanais, Cargo ACT, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, percebendo a remuneração prevista nos anexos II e IV da Lei Municipal nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019. O presente contrato terá vigência pelo período de 14/11/2019 a 13/11/2020, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento pôr razões de interesse público devidamente justificado.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 316/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230957

DECRETO Nº 316/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF),

DECRETA:

Art. 1º Ficam os membros abaixo relacionados, nomeados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Avaliação dos Bens Móveis e Imóveis incorporados ao Patrimônio do Município de Nova Itaberaba – SC, a serem alienados, nos termos da lei Municipal nº 1.256/2019.

I – Cesair Angelo Filippini

II – Eludir Zamboni

III – Francisco Luza

Parágrafo único. A avaliação deve-se realizar por bem e constar de relatório específico onde conste o número de cadastro, a descrição e o Setor, Departamento e Secretaria a que pertencem os seguintes bens.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 317/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230959

DECRETO Nº 317/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

"NOMEIA SERVIDOR PARA ATUAR COMO LEILOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO: Que o Município, obteve por meio da lei 1256/2019, autorização para leiloar bens de seu patrimônio, cujo ato se realizará ainda em 2019, com suporte de plataforma eletrônica contratada através do processo licitatório, cuja empresa vencedora foi "SUPERBID", a qual disponibilizará a ferramenta sendo obrigação do município nomear apenas o leiloeiro responsável pelo pregão.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor LUAN MACIEL, para atuar como leiloeiro oficial do Município no processo de leilão que ocorrerá com suporte da plataforma eletrônica "superbid", devendo se responsabilizar pela venda dos itens oferecidos ao público, devendo providenciar, juntamente com a comissão do leilão as datas que serão levados a leilão todos os itens previamente definidos e constantes da lista anexa a Lei nº 1.256/2019.

Parágrafo único. A atuação como leiloeiro oficial será desempenhada em horário de expediente, sem nenhuma remuneração extraordinária.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 319/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2231018

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA

DECRETO Nº 319/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

**“HOMOLOGA PRELIMINARMENTE O ROL DE INSCRIÇÕES
DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO PROCESSO SELETIVO nº
009/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes: CONSIDERANDO: O previsto no Edital de Processo Seletivo nº 009/2019.

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o rol de inscrições deferidas e indeferidas, para os cargos de Auxiliar de Odontólogo, Assistente Social, Professor de Educação Infantil 20 horas, Professor de Educação Infantil 40 horas, Professor de Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano 20 horas, Professor de Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano 40 horas, Professor de Artes 20 horas, Habilitado e Não Habilitado, Professor de Informática 30 horas, Habilitado e Não Habilitado, Professor de Educação Física 20 horas, Professor de Educação de Jovens e Adultos – 1º ao 5º ano 20 horas, Professor de Educação Especial 20 horas, Professor de Língua Estrangeira – Inglês 10 horas, Habilitado e Não Habilitado, referente ao processo seletivo nº 009/2019, conforme relatório anexo:

Art.2º Comunica ainda aos candidatos que se sentirem prejudicados quanto a divulgação deste Edital e seu anexo, os mesmos poderão interpor recurso na forma do Edital de Abertura.

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 18 DE
NOVEMBRO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Assessor Jurídico

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066 CNPJ: 95.990.131/0001-70 - Site:
www.novaitaberaba.sc.gov.br

1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA



INSCRIÇÃO	NOME	CPF	VAGA	DEFERIMENTO
84	ADILES ROSA RISSON	77755847934	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
101	ADRIANA PATRICIA PIROVANO	5465248939	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Deferido
80	ADRIANE SIGNORI	3451574942	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Deferido
92	ALINE APARECIDA DE AZEVEDO	7732689950	PROFESSOR DE INFORMÁTICA 30 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
91	ANALICE VIDOR	8698188990	AUXILIAR DE ODONTÓLOGO - NOVA ITABERABA	Indeferido
49	ANDREIA APARECIDA CAON	5288270902	AUXILIAR DE ODONTÓLOGO - NOVA ITABERABA	Indeferido
3	ANDRESSA INVERNIZZI	6771065995	PROFESSOR DE INFORMÁTICA 30 HORAS – NÃO HABILITADO - NOVA ITABERABA	Deferido
94	ANGELICA DE SOUZA	8065319912	AUXILIAR DE ODONTÓLOGO - NOVA ITABERABA	Indeferido
82	CAMILA MAGNANTI	6840881938	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS, - NOVA ITABERABA	Deferido
108	CAMILA OSMARIN	284369039	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Indeferido
36	CARLA REGINA MIORANDO	5814229969	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
42	CHARLISA CORREA DOS SANTOS	7139576971	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
73	CLARICE PIRES DE MORAIS	3905175932	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
20	CRISCIELI BIANCHI	6340965911	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Deferido
62	DAIANE STEFANSKI	8777479971	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Deferido
41	DELICI SALETE DA SILVA VIEIRA	69094950987	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – 1º AO 5º ANO 20 HORAS. - NOVA ITABERABA	Deferido
103	DELICI SALETE DA SILVA VIEIRA	69094950987	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
30	DULCIANE BALBINOT	8239374964	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
31	DULCIANE BALBINOT	8239374964	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
63	ELENICE FATIMA TADIOTTO	1604857978	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
93	ELIZANDRA NORBERTO NERES	10100487912	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
95	ELIZANDRA NORBERTO NERES	10100487912	AUXILIAR DE ODONTÓLOGO - NOVA ITABERABA	Indeferido
70	FABIELI ROSSIN	5248991935	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
37	FRANCIANE VEDANA	5783567914	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
55	FRANCINE KREUSCH GABRIELA REBONATTO	4725380989	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
100	FRANCESCHINA	8744317948	AUXILIAR DE ODONTÓLOGO - NOVA ITABERABA	Indeferido
23	GABRIELE BORGES	11223058930	PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
58	GRACIELA NOVAKOWSKI HECKLER	3533617980	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Deferido
22	GREICY KELLY ZANUZZO	3994084954	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
46	GUERTY CARLA BASSANI	7550811962	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS, - NOVA ITABERABA	Deferido
15	INDIANARA AMABILE FAVARETTO CITADELLA	6702308981	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
16	INDIANARA AMABILE FAVARETTO CITADELLA	6702308981	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
27	INES ROSANI DA SILVA	38621304953	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
26	IRACI CLAUDETE SOARES ENDRES	79016871934	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
56	IVONE MARIA SALAMI	57990743949	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
53	IVONEIDE MARIA DE SOUSA DOS SANTOS	96108894334	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Indeferido
19	JACELINE MARIANA SEVERO REOLON	6351596947	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
35	JACELINE MARIANA SEVERO REOLON	6351596947	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
107	JANAINA LUZZI UBERTI	6953035978	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
75	JANETE BAGGIO RIBEIRO	4823025938	PROFESSOR DE INFORMÁTICA 30 HORAS – NÃO HABILITADO - NOVA ITABERABA	Deferido
81	JOARA TAYNA DOS SANTOS	9037503926	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066 CNPJ: 95.990.131/0001-70 - Site:
www.novaitaberaba.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA



64	JOCELI ZANANDREA DAGA	1996450948	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
65	JOCELI ZANANDREA DAGA	1996450948	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
83	JOSE DIRCEU DE MELLO AZEVEDO	75847426968	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
11	JUCIANE GORETI BALDO	3541943998	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS, - NOVA ITABERABA	Indeferido
88	JULIANA ZEISER MAI	4700413905	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
89	JULIANA ZEISER MAI	4700413905	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
76	JULIANE PASA FUNKLER	4280137919	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
106	JULIANE PASA FUNKLER	4280137919	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
72	JULIEN KARINE DE ROSA HOFF	7693723927	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Deferido
60	KATIA REGINATTO BELLÉ	30727578871	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
87	KENIA MUNARETTI FROZZA	1697405959	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Deferido
59	LEONICE DE FATIMA LEMES	6325784910	PROFESSOR DE INFORMÁTICA 30 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
74	LEOVANE MARIA BARON FRANÇA	3710411980	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Indeferido
10	LETICIA SOLIVO	8677359966	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
68	LILIAN ANGONESE	720171989	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Indeferido
39	LUCIANA BARROS ANCELMO	92562523091	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Indeferido
45	MAGDA DE ALMEIDA TEIXEIRA	94549800925	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Deferido
28	MAIKELI GATTO	9892493958	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
69	MÁRCIA JUSTINA GROMOSKI DANIEL	3073731938	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
12	MARIA ELOIZA CARARO	8779303927	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
13	MARIA ELOIZA CARARO	8779303927	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
14	MARIDIANE ALVES DA SILVA SCHWAAB	9120365918	PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS 10 HORAS – NÃO HABILITADO - NOVA ITABERABA	Indeferido
40	MARIELA ROMANI	8496138925	PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS 10 HORAS – NÃO HABILITADO - NOVA ITABERABA	Indeferido
97	MARINÉZ SOARES DA SILVA	71473408920	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
98	MARINÉZ SOARES DA SILVA	71473408920	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
61	MARISTELA CRUZ RAISER	52116646120	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Indeferido
67	MARIZA CUNICO	75360519991	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
57	MARIZETE VIEGA PICOLOTTO	4158877989	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Indeferido
86	MARLISE MARIA JUNGES HACKENHAAR	63661039920	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
109	MARTA CERNESKI LOPES DA SILVA	1507436963	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
5	MAYLA VIEIRA CANGUSSU	7890294646	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Deferido
102	MONALISA DALLA RIVA	6775333900	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
104	MONALISA DALLA RIVA	6775333900	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
105	MONALISA DALLA RIVA	6775333900	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
25	NÁDIA ANGHEBEN	2556459964	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS, - NOVA ITABERABA	Deferido
29	NAIELI CRISTINA TESTA	9822724993	PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
4	NELCI CASTAGNA FLORES	590303996	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
50	NELCI CASTAGNA FLORES	590303996	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
96	NELSI FÁTIMA MACHADO CASSARO	3688617916	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
99	NOELI ANTUNES NEGRETTO	4211859960	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Deferido

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066 CNPJ: 95.990.131/0001-70 - Site:
www.novaitaberaba.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA



43	OTICÉIA CONI HARTMANN DE MORAES	34796841814	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
44	OTICÉIA CONI HARTMANN DE MORAES	34796841814	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
52	PATRICIA DA FONSECA LUCCAS	1889707970	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Indeferido
24	PRISCILA NICHELLE	4638304907	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
66	RACHEL CIVA	8483961970	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Indeferido
47	RAFAELA FERRARINI	9643386961	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
48	RAFAELA FERRARINI	9643386961	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
38	SADI BEDIN	80324304900	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
17	SAMARA LISTON	8123978944	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
18	SAMARA LISTON	8123978944	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
21	SARITA MARIA PACHECO DE PAULA LOPES	58689192972	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
85	SIDIANE DAL PIVA	5259685989	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
90	SIMONI NARDINO	5112813903	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
71	SIONARA BALEN	2516018975	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL 20 HORAS. - NOVA ITABERABA	Deferido
8	SUZAMARA MEDEIROS AULER	4071516992	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
9	SUZAMARA MEDEIROS AULER	4071516992	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
6	TATIANE ZANDONAI	5392570950	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
7	TATIANE ZANDONAI	5392570950	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 40 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
79	TEREZINHA APARECIDA MATTOS	70762759968	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Deferido
51	TEREZINHA DE FATIMA TOZZO LOUREIRO	73112194004	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL 20 HORAS. - NOVA ITABERABA	Deferido
77	TEREZINHA DE FATIMA TOZZO LOUREIRO	73112194004	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
78	TEREZINHA DE FATIMA TOZZO LOUREIRO	73112194004	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
110	THAMARA CONCATTO CORREA BORGES	92351620925	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Indeferido
54	THIENI SCHIRLEI MEDEIROS DE PAULA	6997121900	ASSISTENTE SOCIAL - NOVA ITABERABA	Deferido
32	VANESSA MACHADO POZZEBON	7787341963	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
33	VANESSA MACHADO POZZEBON	7787341963	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO 20 HORAS - NOVA ITABERABA	Deferido
34	WILLIAMS CHARLES GRANDO CARNIEL	8740025918	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS, - NOVA ITABERABA	Deferido

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066 CNPJ: 95.990.131/0001-70 - Site:
www.novaitaberaba.sc.gov.br

DECRETO Nº 320/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230962

DECRETO Nº 320/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO INTERNO PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I, II, III, IV, do artigo 15 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO: a abertura do Edital para o Processo Interno para Ampliação de Carga Horaria do Magistério Público Municipal, edital 01/2019 e em atendimento as disposições legais, faz-se necessário a nomeação de comissão para acompanhamento do referido Edital, em homenagem ao princípio da transparência.

DECRETO:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão de Acompanhamento do Processo Interno para Ampliação de Carga Horária Do Magistério Público Municipal conforme segue:

I – ODENIR PETROLI - Presidente;

II – AIRTON KERBES - Secretário;

III – JULIANA GILIOI, GILBERTO SOUZA DOS SANTOS E FERNANDA FIOREZE - Membros;

Art. 2º - Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 314/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230955

DECRETO Nº. 314/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.217/2018, de 27 novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2019, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no Projeto Atividade 2.024 – Manutenção do Sistema de Saneamento Básico Municipal e no Projeto Atividade 2.005 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda, na modalidade 3.3.90 – Aplicação Direta, na Fonte 03.00 - Superávit – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo

Função: 17 Saneamento

Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano

Programa: 0011 URBANISMO

Projeto/Atividade: 2.024 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Fonte: 03.00 - Superávit - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 01 Sec. Municipal de Administração e Fazenda

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração e Fazenda

Programa: 0003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Projeto/Atividade: 2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVID. DA SEC. DE ADM. E FAZENDA
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta
Fonte: 03.00 - Superávit - Recursos Ordinários
Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.217/2018 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2018, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 198/2019

Publicação Nº 2230048

DECRETO Nº 198, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2019.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e LDO/2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 2.417.000,00 (Dois milhões quatrocentos e dezessete mil reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 5º Bimestre de 2019 em anexo a este decreto:

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.05.000016 – Índice de Gestão Descentralizada – R\$ 4.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0602.08.244.0006.2045	Funcionamento e Manutenção do FMAS (BF)	4.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	4.300,00

FONTE 0.1.05.000022 – Piso de Transição de Média Complexidade – R\$ 2.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.08.242.0006.2050	Transferência a Entidades Sócio-assistenciais	2.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.300,00

FONTE 0.1.05.000019 – Piso Básico Fixo – R\$ 160.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.08.243.0006.2044	Funcionamento e Manutenção do CRAS	160.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	160.000,00

FONTE 0.1.05.000024 – Índice de Gestão Descentralizada do SUAS – R\$ 7.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.08.244.0006.2045	Gestão do SUAS	7.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	7.200,00

FONTE 0.1.05.000025 – Acessuastrab – R\$ 21.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.08.244.0006.2045	Gestão do SUAS	21.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	21.400,00

FONTE 0.1.05.000128 – Proteção Social Básica - Investimento – R\$ 16.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.08.244.0006.2046	Proteção Social Básica	16.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	16.600,00

FONTE 0.1.08.000034 – PNAE - Ensino Especial – R\$ 600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0402.12.306.0003.2011	Oferta de Merenda Escolar - Creche	600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	600,00

FONTE 0.1.09.000037 – PNAE - Ensino Especial – R\$ 1.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0402.12.361.0003.2019	Manutenção do Transporte Escolar	1.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.100,00

FONTE 0.1.11.000000 – Receita de Concessão do Direito de Exploração da Festa Incanto Trentino – R\$ 45.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.13.391.0007.2051	Realização da Festa Incanto Trentino	45.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	45.000,00

FONTE 0.1.16.000101 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito - PC – R\$ 14.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.06.181.0008.2057	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	14.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	14.800,00

FONTE 0.1.16.000102 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito - PM – R\$ 17.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.06.181.0008.2057	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	17.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	17.100,00

FONTE 0.1.19.000000 – Ônus de Sucumbência 70% – R\$ 105.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0202.02.62.0001.2003	Manutenção da Procuradoria Geral	105.500,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	105.500,00

FONTE 0.1.20.000000 – Ônus de Sucumbência 20% – R\$ 29.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0202.02.62.0001.2003	Manutenção da Procuradoria Geral	29.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	29.400,00

FONTE 0.1.23.000000 – Ônus de Sucumbência 10% – R\$ 14.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0202.02.62.0001.2003	Manutenção da Procuradoria Geral	14.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	14.000,00

FONTE 0.1.44.000000 – Cota-parte da Comp. Financeira de Recursos Minerais – CFEM – Principal – R\$ 7.500,00.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.452.0008.2055	Manutenção da STOSU e Planejamento	7.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	7.500,00

FONTE 0.1.71.000074 – Convênio Secretaria de Turismo - Incanto Trentino – R\$ 50.000,00.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.13.391.0007.2051	Realização da Festa do Incanto Trentino	50.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	50.000,00

2. UNIDADE GESTORA: FMS

FONTE 0.2.27.000000 – Taxa de Fiscalização Sanitária – R\$ 31.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.10.304.0004.2033	Ações de Vigilância Sanitária	31.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	31.000,00

FONTE 0.2.29.000159 – Atenção de MAC-Produção Ambulatorial e Hospitalar – R\$ 1.888.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.10.302.0004.2028	Manutenção do Hospital	1.888.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.888.000,00

FONTE 0.2.29.000160 – Piso de Atenção Básica - NASF – R\$ 1.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0501.10.301.0004.2026	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	1.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.200,00

Art. 2º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento, 14 de novembro de 2019.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC, em 19 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 814/2019 "F"

Publicação Nº 2229735

PORTARIA Nº 814/2019 "F"

Concessão de Férias

Alexandre Feller, Secretário Municipal de Esporte, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 10(dez) dias, ao Servidor Público Municipal, CLODOALDO SARTORI, matrícula nº 7864, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Esporte, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 21/10/2019 a 30/10/2019, relativo ao período aquisitivo de 03/09/2018 a 02/09/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de outubro de 2019.

Alexandre Feller

Secretário Municipal de Esporte

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 846/2019 "A"

Publicação Nº 2229520

PORTARIA Nº 846/2019 "A"

Designa Servidor em Substituição

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal FRANCIELLI SABRINA ANDRIETTI, matrícula nº 7052, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com 40(quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Efetivos do Município, para exercer em substituição, o cargo de provimento em comissão de Diretor de Recursos Humanos, durante o impedimento da titular Ivana Regina Regina Cadore, que se encontra em gozo de férias, pelo período de 10(dez) dias, a partir de 05 de novembro de 2019 a 14 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de novembro de 2019.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA Nº 855/2019

Publicação Nº 2229634

PORTARIA Nº 855/2019

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal TERESINHA TABONI COSTA, matrícula nº 6945, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 30(trinta) dias, com efeitos a contar de 08 de novembro de 2019 até o dia 07 de dezembro de 2019, conforme resultado pericial datado de 14/11/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de novembro de 2019.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 856/2019

Publicação Nº 2229696

PORTARIA Nº 856/2019

Concessão de Férias

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 10(dez) dias, ao Servidor Público Municipal, CELSO MITSUYOSHI FUJIHARA, matrícula nº 205, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 18/11/2019 a 27/11/2019, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de novembro de 2019.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 857/2019

Publicação Nº 2231005

PORTARIA Nº 857/2019

Concede Licença Gestante

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 14 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 2º da Lei Complementar nº 657, de 18 de julho de 2017, que alterou o Artigo 107 da Lei 1.668 de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA GESTANTE à Servidora Pública Municipal TAMIRES LEITE, matrícula nº 7057, concursada, ocupante do cargo de provimento em comissão de Supervisor de Ensino Fundamental, 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 18 de novembro de 2019 a 15 de maio de 2020, conforme atestado médico, datado de 18/11/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de novembro de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019

Publicação Nº 2228999

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019

Objeto: Aquisição parcelada de Uniformes Escolares para a Rede Municipal de Ensino de Nova Trento/SC, para o ano letivo: 2020, conforme especificações constantes do Anexo I, que ficam fazendo parte integrante deste edital.

Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Credenciamento e Entrega dos envelopes: Até as 08:30 horas do dia 29/11/2019. Abertura das Propostas: dia 29/11/2019 a partir das 09:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3213/3211. Email: compras@novatrento.sc.gov.br. Site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2019 – REGISTRO DE PREÇO Nº 056/2019

Publicação Nº 2229000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2019 – REGISTRO DE PREÇO Nº 056/2019

Objeto: Registro de Preços para a contratação de serviços de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAÇAMBA, TRATOR DE ESTEIRA e RETROESCAVADEIRA, para atender as necessidades do município de Nova Trento (Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento; Sec. Agricultura e Meio Ambiente), com a prestação de serviço no Município de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I, que integra este edital.

Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Credenciamento e Entrega dos envelopes: 02/12/2019 até as 08:30 horas. Abertura e Fase de Lances: 02/12/2019 a partir das 09:00 horas. Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fones: (48) 3267-3211/3213 – email: compras@novatrento.sc.gov.br – Site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2019 – REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2019

Publicação Nº 2229600

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2019 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada para execução de serviços de Desinsetização, Desratização, Descupinização, Limpeza de Reservatório ou Caixa D'Água, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I, que integra o presente edital.

Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Credenciamento e Entrega dos envelopes: 03/12/2019 até as 08:30 horas. Abertura e Fase de Lances: 03/12/2019 a partir das 09:00 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3213 e (48) 3267-3211 – site: www.novatrento.sc.gov.br; compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

DECRETO 198 - ACOMPANHAMENTO DAS METAS

Publicação Nº 2230053

DECRETO Nº 198/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO RELATIVO AO 5º BIMESTRE DE 2019											
ESPECIFICAÇÕES		ATÉ BIMESTRE ANTERIOR		NO BIMESTRE		ATÉ O BIMESTRE		DIFERENÇA		DIFERENÇA	
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA
UNIDADE GESTORA; PREFEITURA											
0.1.00.000000 - Recursos Ordinários		10.431,2	11.309,3	878,1	2.210,7	2.187,5			-23,2	12.641,9	13.496,8
0.1.01.000000 - Recursos de Imp p/ MDB - Mínimo 25%		2.533,2	2.584,0	50,8	521,1	479,0			-42,1	3.054,3	3.063,0
0.1.02.000000 - Recursos de Imp p/ ASPS - Mínimo 15%		4.316,1	4.346,3	30,2	921,1	925,4			4,3	5.237,2	5.271,7
0.1.04.000000 - COSIP		754,6	830,6	76,0	185,1	219,4			34,3	939,7	1.050,0
0.1.05.000016 - Índice de Gestão Descentralizada-IGDBF		15,2	11,7	-3,5	3,8	3,0			-0,8	19,0	14,7
0.1.05.000022 - Piso de Transição de Média Complexidade		4,0	2,3	-1,7	1,0	0,4			-0,6	5,0	2,7
0.1.05.000019 - Piso Básico Físico		128,0	0,0	-128,0	32,0	0,0			-32,0	160,0	0,0
0.1.05.000023 - Serv de Conv. e Fortalecimento de Vinc		0,0	0,3	0,3	0,0	0,0			0,0	0,0	0,3
0.1.05.000024 - Índice de Gestão Descentralizada do SUAS		5,8	0,1	-5,7	1,6	0,1			-1,5	7,4	0,2
0.1.05.000025 - Acessuastrab		17,2	0,2	-17,0	4,4	0,0			-4,4	21,6	0,2
0.1.05.000027 - Proteção Social Básica-Custeio		5,8	0,2	-5,6	1,6	21,7			20,1	7,4	21,9
0.1.05.000126 - Transf. de Rec. do FNAS - Aquisição de Veículo		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0
0.1.05.000128 - Proteção Social Básica - Investimento		13,2	0,0	-13,2	3,4	0,0			-3,4	16,6	0,0
0.1.06.000000 - Transferência do Salário Educação-Prin.		443,4	478,5	35,1	98,3	88,1			-10,2	541,7	566,6
0.1.08.000031 - PNAE - Ensino Fundamental		36,0	42,9	6,9	14,4	12,4			-2,0	50,4	55,3
0.1.08.000032 - PNAE - Ensino Infantil		16,0	21,9	5,9	6,4	6,2			-0,2	22,4	28,1
0.1.08.000033 - PNAE - Creche		39,0	53,5	14,5	15,6	15,3			-0,3	54,6	68,8
0.1.08.000034 - PNAE - Ensino Especial		1,5	1,3	-0,2	0,7	0,3			-0,4	2,2	1,6
0.1.09.000036 - PNATE - EF		27,5	35,4	7,9	11,0	11,7			0,7	38,5	47,1
0.1.09.000037 - PNATE - EI		5,5	4,9	-0,6	2,2	1,7			-0,5	7,7	6,6
0.1.09.000038 - PNATE - EM		3,0	6,2	3,2	1,2	2,1			0,9	4,2	8,3
0.1.09.000039 - Brasil Carinho - Apoio a Creche		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0
0.1.09.000040 - Apoio Financeiro da União aos Municípios		0,0	0,4	0,4	0,0	0,1			0,1	0,0	0,5
0.1.10.000000 - CIDE		0,0	14,8	14,8	0,0	4,6			4,6	0,0	19,4
0.1.11.000000 - Rec.de Conc.do Dir.de Exp.da festa Inc.Trentino		45,0	0,0	-45,0	0,0	0,0			0,0	45,0	0,0
0.1.12.000000 - FUNDEB - Min60%		3.177,9	3.574,4	396,5	843,9	895,7			51,8	4.021,8	4.470,1
0.1.13.000000 - FUNDEB 40%		1.076,8	1.492,8	416,0	277,2	299,5			22,3	1.354,0	1.492,3
0.1.16.000101 - Multa Previstas na Leg.de Transito - PC		43,1	33,8	-9,3	15,1	9,6			-5,5	58,2	43,4
0.1.16.000102 - Multa Previstas na Leg.de Transito - PM		39,6	27,4	-12,2	14,4	9,5			-4,9	54,0	36,9
0.1.16.000103 - Multa Previstas na Leg.de Transito - Prefeitura		43,1	59,6	16,5	15,1	18,8			3,7	58,2	78,4
0.1.17.000000 - Receitas do Funrebon		14,4	108,0	93,6	4,9	20,3			15,4	19,3	128,3
0.1.18.000000 - Transferência de Pessoa Física-FIA		7,2	25,9	18,7	1,8	6,2			4,4	9,0	32,1
0.1.19.000000 - Ônus de Sucumbência - 70% dos Procuradores		92,8	7,4	-85,4	23,2	3,1			-20,1	116,0	10,5
0.1.20.000000 - Ônus de Sucumbência - 20% Fundo		24,6	2,0	-22,6	7,5	0,7			-6,8	32,1	2,7
0.1.21.000000 - Transf de Insit Priv p/ apoio aos Idosos		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0
0.1.23.000000 - Ônus de Sucumbência - 10% Servidores		10,2	0,4	-9,8	4,2	0,0			-4,2	14,4	0,4
0.1.44.000000 - Compensação Finan de Rec Minerais		12,0	6,2	-5,8	3,0	1,3			-1,7	15,0	7,5
0.1.45.000000 - Cota-Part Royalties		6,4	124,5	118,1	1,6	32,3			30,7	8,0	156,8
0.1.70.000041 - Convênio Ministério das Cidades - Pontes		0,0	228,9	228,9	0,0	0,0			0,0	0,0	228,9
0.1.70.000042 - Convênio MEC - Ampliação da Rede Física do EF		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0
0.1.70.000044 - Convênio MC - Pavimentação de Ruas		0,0	29,0	29,0	0,0	0,5			0,5	0,0	29,5
0.1.70.000129 - Convênio MDS - Construção CRAS		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0

0.1.70.000179 - Convênio MT - Centro de Eventos	0,0	77,9	77,9	0,0	29,4	29,4	0,0	107,3	107,3	0,0	107,3	107,3
0.1.70.000180 - Convênio MC - Pontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.70.000181 - Convênio MA - Restoescavadeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.70.000182 - Convênio MC - Caminhão Coletor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.70.000183 - Convênio MC - Capela Mortuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.70.000184 - Convênio MDS - Centro Dia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.70.000191 - Convênio MT - Pavimentação da Rua Madre Paulina	0,0	129,6	129,6	0,0	0,0	0,0	0,0	98,0	98,0	0,0	98,0	98,0
0.1.70.00069 - Conv.Sec.de Esp- Ref do Gin de Esc de Trinta Réis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.71.000070 - Convênio SEE - Transporte Escolar - EM	132,0	212,9	80,9	52,8	71,6	18,8	184,8	284,5	284,5	0,0	0,0	0,0
0.1.71.000071 - Convênio SEE - Transporte Escolar - EF	80,5	128,9	48,4	32,2	42,0	9,8	112,7	170,9	170,9	0,0	0,0	0,0
0.1.71.000073 - Convênio SDR - Pavimentação de Ruas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.71.000074 - Convênio Secretaria de Turismo - Incanto Tretino	50,0	0,0	-50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	-50,0
0.1.71.000080 - Conv SEF FUNDAMConst.Banheiros e Pto de Taxi	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.71.000178 - Convênio SDR - Construção de Praça	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.71.000185 - Convênio c/Sec.Infraestrutura Aquis de Caçamba	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.71.000186 - Convênio SDS - Centro Conv. Idoso	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.71.000189 - Convênio Secret.de Esportes - Aquisição de Veículo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.82.000120 - Banco do Brasil - PNAFM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.82.000121 - CEF - Casas Populares	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.82.000122 - Banco do Brasil S/A-Aquisição de Eqp.to Rodoviários	0,0	966,0	966,0	0,0	0,0	0,0	0,0	966,0	966,0	0,0	966,0	966,0
0.1.82.000123 - CEF/Finisa - Pavimentação de Ruas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.1.82.000144 - BRDE - Pavimentação de Ruas	0,0	0,0	0,0	0,0	1.000,0	1.000,0	0,0	1.000,0	1.000,0	0,0	1.000,0	1.000,0
0.1.85.000115 - Desp de Capital-Alleção de Terrenos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0.2.27.000000 - Tx.Fiscalização e Vig.Sanitária	0,0	6,6	6,6	0,0	3,5	3,5	0,0	10,1	10,1	0,0	10,1	10,1
SOMA	23.651,8	26.687,5	3.035,7	5.332,5	6.521,8	1.189,3	28.984,3	33.209,3	4.225,0			
UNIDADE GESTORA: FMS												
0.1.02.000000 - Recursos para ASPS - Mínimo 15%	1,4	1,4	0,0	0,4	0,2	-0,2	1,8	1,6	-0,2			
0.2.25.000000 - Indenização por Sinistro	170,1	170,1	0,0	0,0	0,0	0,0	170,1	170,1	0,0			
0.2.27.000000 - Tx de Fiscalização Sanitária	87,4	72,0	-15,4	17,4	1,8	-15,6	104,8	73,8	-31,0			
0.2.28.000099 - Transferências de Recursos do SUS	2.933,8	3.910,9	977,1	590,0	1.353,3	763,3	3.523,8	5.264,2	1.740,4			
0.2.29.000156 - Progra de Assistência Farmacêutica Básica	39,1	43,1	4,0	6,6	11,4	4,8	45,7	54,5	8,8			
0.2.29.000158 - Co Financiamento da Atenção Básica	143,2	162,4	19,2	22,0	41,0	19,0	165,2	203,4	38,2			
0.2.29.000159 - Atenção de Média e Alta Compl. - Amb. e Hospitalar	1.510,4	0,0	-1.510,4	377,6	0,0	-377,6	1.888,0	0,0	-1.888,0			
0.2.29.000160 - Piso de Atenção Básica - NASF	25,3	24,7	-0,6	6,8	6,2	-0,6	32,1	30,9	-1,2			
0.2.29.000169 - Incentivo estadual para ações de MAC	36,3	43,8	7,5	0,8	12,6	11,8	37,1	56,4	19,3			
SOMA	3.814,2	4.428,4	614,2	1.021,6	1.426,5	404,9	4.835,8	5.854,9	1.019,1			
UNIDADE GESTORA: SAMAE												
0.2.36.000000 - Distribuição de Água	1.214,9	1.206,5	-8,4	300,1	323,9	23,8	1.515,0	1.530,4	15,4			
0.2.82.000124 - CEF - Implantação da Rede de Esgoto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
0.2.82.000125 - CEF - Sistema de Captação de Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
SOMA	1.214,9	1.206,5	-8,4	300,1	323,9	23,8	1.515,0	1.530,4	15,4			
UNIDADE GESTORA: IPREVENT												
0.2.32.000000 - Contrib do Serv Ativo Civil p/o Reg Próprio	4.262,9	4.063,5	-199,4	849,4	1.336,9	487,5	5.112,3	5.400,4	288,1			
0.2.35.000000 - Contrib Patr do Serv Ativo Civil - T.A.	143,3	155,6	12,3	34,0	41,1	7,1	177,3	196,7	19,4			
SOMA	4.406,2	4.219,1	-187,1	883,4	1.378,0	494,6	5.289,6	5.597,1	307,5			

TOTAL GERAL	36.122,8	9.854,0	-26.268,8	7.537,6	9.650,2	2.112,6	43.660,4	46.191,7	2.531,3
-------------	----------	---------	-----------	---------	---------	---------	----------	----------	---------

Nova Trento, 14 de novembro de 2019

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

ADÉRICO EDILIO DALRI
Contador CRC/SC 015336/O-3

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2019

Publicação Nº 2229633

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 98/2019 - PR
CNPJ: 08.858.200/0001-91 RUA NEREU RAMOS, 164 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 142/2019 Processo de Licitação: 142/2019 Data do Processo: 09/10/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 142/2019
b) Licitação Nr.: 98/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/11/2019
e) Data da Adjuicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LIMPEZAS EM GERAL. A EMPRESA REALIZARÁ A LIMPEZA EM TODO HOSPITAL NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO, VISTO QUE APÓS AS REFORMAS REALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL GERARAM POEIRA E SUJEIRAS DO PÓS OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITOS NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) DO PRESENTE EDITAL.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:				(em Reais R\$)	
	Unid.	Qtidade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA (11148)</u>					
1 SERV. DE LIMPEZA DE ESPAÇO FÍSICO	SERV	1,00	0,0000	9.000,00	9.000,00
				Total do Fornecedor:	9.000,00
				Total Geral:	9.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 597.131,75



Nova Veneza

PREFEITURA

ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO - TOMADA DE PREÇOS N.º 222/2019

Publicação Nº 2230173

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO DE ABERTURA DE
PROPOSTAS E JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS N.º 222/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, torna público, que estará realizando sessão pública junto a sala de licitações deste Paço Municipal, na data de 20 de novembro de 2019, às 09:30 horas, para a abertura dos envelopes de propostas de preços das empresas habilitadas, correspondente a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS de n.º 222/2019.

Informamos que a presença do representante legal das empresas se faz fundamental para a continuidade dos fatos.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 18 de novembro de 2019.
JOANA MACCARINI TORQUATO
Presidente da Comissão de Licitação

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 25/2019 - FMAS

Publicação Nº 2229636

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 15.423.721/0001-81 TRAVESSA OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 25/2019 - PR Processo Administrativo: 25/2019 Processo de Licitação: 25/2019 Data do Processo: 05/11/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de mobiliários para uso da Secretaria Municipal de Assistência Social.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 18 de Novembro de 2019, às 09:37 horas, na sede da(o) FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 25/2019, Licitação nº 25/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 6408 - MARCELLA RICKEN DE MATTIA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	ARMÁRIO ALTO COM 2 PORTAS, BRANCO 805X1610X420 FUNDO 3 MM	UND	4,00	DE MATTIA	0,0000	324,00	1.296,00
Total do Participante ----->							1.296,00

Participante: 6607 - NICOLAU SATURNINO VIEIRA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ARQUIVO EM AÇO 4 GAVETAS 4/500 MM CH.26 CINZA CRISTAL 1330X470X500	UND	4,00	RCH	0,0000	352,00	1.408,00
Total do Participante ----->							1.408,00

Participante: 6608 - DIGIPLUS TECNOLOGIA EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	CADEIRA GIRATÓRIA SEM BRAÇO T19 NA COR PRETA COM EESTOFADO EM COURO	UND	6,00	METALCAD	0,0000	179,00	1.074,00
Total do Participante ----->							1.074,00
Total Geral ----->							3.778,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 18 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato - - Membro
Julia Rodrigues Gava - - Membro
Carlos Luciano Savi - - Membro
Ivone Zocche - - Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NOVA VENEZACNPJ: 15.423.721/0001-81
TRAVESSA OSVALDO BURIGO, 44
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 25/2019 - PR**Processo Administrativo: 25/2019
Processo de Licitação: 25/2019
Data do Processo: 05/11/2019

Folha: 2/2

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

VALTENIR JOSE DE MATTIA - - Representante

NADINE ALBERTON VIEIRA - - Representante

MATHEUS BORDIGNON - - Representante

MAICON GONÇALVES - - Representante

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 39/2019 - FMS

Publicação Nº 2230419

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA CNPJ: 10.485.444/0001-18 TRAVESSA OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2019 - PR Processo Administrativo: 39/2019 Processo de Licitação: 39/2019 Data do Processo: 05/11/2019
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada em manutenção de equipamentos odontológicos e de fisioterapia; incluindo deslocamentos e peças de reposição, instalados nas unidades básicos de saúde e clínica de fisioterapia municipal.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 18 de Novembro de 2019, às 11:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 39/2019, Licitação nº 39/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 6991 - DILAB COM. MAN. DE EQUIP.MED.E.LABORAT.LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	manutenção de equipamentos odontológicos e de fisioterapia; incluindo deslocamentos e peças de reposição, instalados nas unidades básicos de saúde e clínica de fisioterapia municipal.	UN	4,00	DILAB	0,0000	3.900,00	15.600,00
Total do Participante ----->							15.600,00
Total Geral ----->							15.600,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 18 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato - - Membro
Julia Rodrigues Gava - - Membro
Carlos Luciano Savi - - Membro
Ivone Zocche - - Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DIEGO CESAR MELO - - Representante

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO TA 001 AO CT FMS Nº 008/2018 - CONIMS

Publicação Nº 2229911

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 008/2018
Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS
Valor : R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)
Vigência : Início: 12/11/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : Dispensa de licitação Nº.:002/2018
Entid.Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE
Objeto : Tendo em vista solicitação de acréscimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao valor original do Contrato de Rateio de 2019 para os Município de Novo Horizonte/SC.

Novo Horizonte/SC, em 11 de novembro de 2019 – Rogerio Acácio Mascarello-Gestor FMS

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 67/2019-1 PREFEITURA

Publicação Nº 2230621

ADITIVO DE PRAZO

Aditivo Nº : 67/2019-1 - Contrato Nº: 67/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: CELSO DE BONA DA SILVA ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 24/11/2019 Término: 24/03/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 14/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA PARA CONSTRUÇÃO DE 07 ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS CONFORME ANEXOS.

Orleans, 18 de Novembro de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2230756

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 1/8
 Processo Nº.: 187/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 68/2019

No dia 18 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 100/2019, Processo Licitatório nº. 187/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES DE CÂMERAS DE AR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8342	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	10, 16
12848	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI	2, 4, 8, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 24, 28, 29
7139	MODELO PNEUS LTDA	
12648	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA	32
11055	RODA BRASIL PNEUS LTDA	1, 3, 5, 6, 7, 9, 11, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 33
11312	RODRIGUES COMERCIO E SERVICOS PNEUMATICOS EIRELI -	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	03.725.261/0001-67	JOELSON SCHMOELLER	099.457.499-19
DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI	26.723.181/0001-78	GIBRAN JOSE DAMBROWSKI	047.323.029-12
MODELO PNEUS LTDA	94.510.682/0001-26		-
PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA	23.794.633/0001-14		-
RODA BRASIL PNEUS LTDA	06.889.977/0001-98	JOÃO MARCO KRIECK DE SOUZA	046.957.909-98
RODRIGUES COMERCIO E SERVICOS PNEUMATICOS EIRELI	21.083.066/0001-62	ADAIR HENRIQUE	023.857.069-03

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES DE CÂMERAS DE AR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8342 - COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	PNEU 27,5X80X22,5 BORRACHUDO RADIAL MISTO	un	Speedmax MC	20,000	1.240,0000	24.800,00
16	PNEU 2,75X80X22,5 LISO RADIAL MISTO	un	Speedmax M5	42,000	1.225,0000	51.450,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 2/8

Processo Nº.: 187/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2019

Fornecedor: 11055 - RODA BRASIL PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEU 175/70/13	un	XBRI PREMIL	24,000	149,5000	3.588,00
3	PNEU 165 X 70 X 13	un	TRISTAR TS8	36,000	161,0000	5.796,00
5	PNEU 1000X20 LISO MISTO RADIAL COMPLETO (16 LONAS), CÂMARA E PROTETOR	un	SPEEDMAX M	50,000	1.320,0000	66.000,00
6	PNEU 1000X20 BORRACHUDO MISTO RADIAL COMPLETO(16 LONAS), CÂMARA E PROTETOR	un	SPEEDMAX M	84,000	1.299,0000	109.116,00
7	PNEU 20,5X25 CARREGADEIRA HYUNDAI COMPLETO (16 LONAS), CÂMARA E COLARINHO L-3	un	SUPERGUIDE	4,000	4.485,0000	17.940,00
9	PNEU 21,5X75X17,5 BORRACHUDO RADIAL	un	GOODRIDE C	62,000	564,0000	34.968,00
11	PNEU 18,4X30 TRATOR AGRÍCOLA TRASEIRO COMPLETO (12 LONAS),COM CÂMARA	un	SPEEDWAYS	6,000	2.390,0000	14.340,00
19	CÂMARA DE AR 1400X24	un	BBW KM24	30,000	135,0000	4.050,00
20	CÂMARA DE AR 12,5X80	un	BBW TR218	20,000	72,0000	1.440,00
21	CÂMARA DE AR 75,0X16	un	BBW TR15	6,000	37,0000	222,00
22	CÂMARA DE AR 19,5X24	un	BBW TR218	6,000	197,0000	1.182,00
23	CÂMARA DE AR 12,4X24	un	BBW TR218	6,000	99,0000	594,00
25	CÂMARA DE AR 1000X20	un	ZC RUBBER	6,000	69,0000	414,00
26	PROTETOR ARO 20	un	SBN R20	200,000	18,5000	3.700,00
27	PNEU 195X14	un	XBRI CARGO	16,000	279,0000	4.464,00
30	PNEU 195X65 RAO15	un	GOODRIDE R	8,000	220,0000	1.760,00
31	PNEU 14,9-24 TRATOR AGRÍCOLA DIANTEIRO, 6 LONAS, CÂMARA E COLARINHO	un	SPEEDWAYS	6,000	1.249,0000	7.494,00
33	PNEU RADIAL 215/50R17 FOCUS	un	LINGLONG G	6,000	299,0000	1.794,00

Fornecedor: 12648 - PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
32	PNEU BF 175/70 R14 88H M+S EXTRA LOAD ESTRADA.	un	BRIDGESTON	12,000	270,0000	3.240,00

Fornecedor: 12848 - DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PNEU 175 X 70 X 14	un	SUNSET	50,000	186,0000	9.300,00
4	PNEU 175 X 65 X 14	un	SUNSET	46,000	192,0000	8.832,00
8	PNEU 185X65X14.	un	SUNSET	20,000	204,0000	4.080,00
12	PNEU 12,5X80X18 RETRO DIANTEIRO COMPLETO (12 LONAS),COM CÂMARA	un	FARMBOY	34,000	1.033,0000	35.122,00
13	PNEU 19,5X24 RETRO TRASEIRO COMPLETO (12 LONAS), COM CÂMARA	un	FARMBOY	16,000	2.219,5000	35.512,00
14	PNEU 12X16,5 RETRO DIANTEIRO COMPLETO (10 LONAS),COM CÂMARA	un	FARMBOY	8,000	649,0000	5.192,00
15	PNEU 1400X24 PATROLA COMPLETO (16 LONAS),COM CÂMARA	un	ROADGUIDE	40,000	1.892,0000	75.680,00
17	PNEU 12,4X24 DIANTEIRO COMPLETO (10 LONAS),COM CÂMARA	un	FARMBOY	4,000	1.069,0000	4.276,00
18	PNEU 75,0X16 TOYOTA-MERCEDINHA-GMC DIANTEIRO COMPLETO (12 LONAS) CÂMARA E COLARINHO	un	WESTLAKE	4,000	449,0000	1.796,00
24	CÂMARA DE AR 12X16,5	un	JABUTI	6,000	63,0000	378,00
28	PNEU 205X75X16	un	DURABLE	8,000	346,0000	2.768,00
29	PNEU 21,5X75X17,5 LISO RADIAL MISTO	un	LINGLONG	24,000	543,0000	13.032,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/8

Processo Nº.: 187/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/8
Processo Nº.: 187/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais/serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais/prestação do serviço, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais/prestação de serviço, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais/prestação dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues/prestação dos serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/8
Processo Nº.: 187/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos/executar os serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 5(cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues/serviços prestados, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/8
Processo Nº.: 187/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados/prestar o serviço, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais/prestação dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais/prestação do serviço será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega/prestação de serviço será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 5 (cinco) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais/prestação dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais/prestar os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais/prestação dos serviços imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais/prestação do serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais/prestação do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/8
Processo Nº.: 187/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 8/8

Processo Nº.: 187/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 18 de Novembro de 2019.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	CNPJ: 03.725.261/0001-67	_____
DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI	CNPJ: 26.723.181/0001-78	_____
MODELO PNEUS LTDA	CNPJ: 94.510.682/0001-26	_____
PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA	CNPJ: 23.794.633/0001-14	_____
RODA BRASIL PNEUS LTDA	CNPJ: 06.889.977/0001-98	_____
RODRIGUES COMERCIO E SERVICOS PNEUMATICOS EIRELI	CNPJ: 21.083.066/0001-62	_____

Otacílio Costa**PREFEITURA****LC 268/2019**

Publicação Nº 2229582

LEI COMPLEMENTAR Nº 268/2019

ALTERA A REDAÇÃO DO CAPUT DO ART. 7 E MODIFICA A REDAÇÃO DO INCISO II DO §1º DO MESMO ARTIGO E ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 11, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 171/2013.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos. 53 e 86, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Altera a redação do caput do artigo 7º e do inciso II do § 1º do mesmo artigo, da Lei Complementar nº 171/2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º. A parcela recebida a título de Gratificação de Produtividade, o Adicional de Incentivo à Titulação e o Abono de Permanência na Função do art. 11 desta lei, serão utilizados para fins de aposentadoria e pensão, para todos os cargos e funções indicadas nos artigos 10 e 11 desta Lei, aplicadas as disposições constantes das Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003 e 47/2005 e da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou outra que venha a especificar a metodologia de cálculo dos proventos no Regime Próprio de Previdência Social, e ainda as constantes nesta Lei.

§ 1º. ...

...

II - ter efetivado contribuições previdenciárias sobre os valores percebidos a título de gratificação de produtividade, adicional de incentivo à titulação e abono de permanência na função, pelo período mínimo de 6 meses.

Art. 2º. Altera a redação do artigo 11 da Lei Complementar nº 171/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. O Fiscal Tributário designado para exercer funções de acompanhamento do Movimento Econômico; o Fiscal de Obras e Posturas designado para exercer funções de acompanhamento e fiscalização de documentos do transporte escolar e táxi; e os servidores lotados nas Secretarias de Finanças ou de Planejamento designados para atividades auxiliares de arrecadação ou fiscalização, receberão Abono de Permanência na Função equivalente a 6 (seis) UFM, no período de efetivo exercício dessas funções.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa, 05 de novembro de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito _____

Registrada e publicada a presente Lei Complementar no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110 da Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 05 de novembro de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

Ouro

PREFEITURA

CONTRATO Nº 64/65

Publicação Nº 2229668

Processo Licitatório n. 0058/2019

Pregão Presencial n. 0035/2019

CONTRATO N. 064/2019

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de mão-de-obra para a substituição de 147 luminárias da rede de iluminação pública do município de Ouro, nas Ruas Gov. Jorge Lacerda, Felipe Schmidt, Presidente Kennedy, Raimundo Bernardi, no Trevo do Bairro Parque e Jardim Ouro, Parte da Rod. 153, Ponte Irineu Bornhausen e Praça Pio XII, de acordo com o Projeto Luminotécnico.

Valor total do contrato: R\$ 8.999,00 (oito mil novecentos e noventa e nove reais).

Vigência: Os serviços deverão ser executados até o dia 20/12/2019. A vigência do contrato será até 31/12/2019.

Data da assinatura: 18/11/2019.

Processo Licitatório n. 0059/2019

Pregão Presencial de n. 0036/2019

CONTRATO N. 065/2019

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Objeto: Aquisição de enfeites luminosos natalinos com instalação e desinstalação.

Valor total do contrato: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será da data de sua assinatura até 28.02.2020.

Data da assinatura: 18/11/2019.

Palhoça

PREFEITURA

CHAMADA CONCURSO PÚBLICO EDITAL 004/2015

Publicação Nº 2230220

Solicito comparecimento no dia 18 de novembro de 2019, às 14:00 horas, no Auditório no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Palhoça, Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Parque Residencial Pagani I, Palhoça/SC, - CEP 88132-256. Informo ainda que será feito a escolha de vagas de acordo com a classificação de cada candidato.

PALHOÇA 07/11/2019	COMPAREC.18/11/2019	EDITAL	CLASS
FRANCISCO JUNIOR LEANDRO	PROFESSOR DE ANOS FINAIS-GEOGRAFIA	004/2015	5
TANIA ALVES BARCELOS	PROFESSOR DE ANOS FINAIS-ARTES	004/2015	12

Michelle Silveira Volpato Ribeiro
DIRETORA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS

ERRATA Nº 001 PREGÃO PRESENCIAL Nº 202/2019

Publicação Nº 2230482

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA Nº 001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 202/2019

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Termo de Referência do Edital Convocatório do Pregão Presencial nº 202/2019, ficando aprazado para o dia 02/12/2019, às 14:00hs, o recebimento dos envelopes e a sessão de lances. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações se encontram à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 18 de novembro de 2019. A PREGOEIRA.

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - TOMADA DE PREÇOS Nº 181/2019

Publicação Nº 2230484

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO FINAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 181/2019

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento da habilitação e proposta apresentada para o Processo Licitatório nº 181/2019, na modalidade Tomada de Preços, que consiste na Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de Repavimentação asfáltica, drenagem, sinalização e passeios da Rua Edeling Schutz, Bairro Centro - Palhoça/SC, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO:

LUGAR	EMPRESA	PROPOSTA
1º	BRITAGEM VOGELSANGER LTDA	R\$ 536.000,00

Palhoça, 18 de novembro de 2019.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 222/2019 CONVOCA CLASSIFICADO CONCURSO PÚBLICO 006/2019 PAULA ANDRÉIA BRAUN JABORNIK

Publicação Nº 2230136

Decreto 222/2019, de 12 de novembro de 2019

Convoca Classificado no Concurso Público 006/2019 realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Fica convocada a abaixo relacionada, classificada no Concurso Público 006/2019, para comparecer na Prefeitura Municipal, munido da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga de 40 horas semanais.

1- Paula Andreia Braun Jabornik – Técnico em Enfermagem

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 04 de outubro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, 12 de outubro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

DECRETO 223/2019 CONVOCA CLASSIFICADO CONCURSO PÚBLICO 006/2019 MARCOS PAULO DA SILVA

Publicação Nº 2230140

Decreto 223/2019, de 12 de novembro de 2019

Convoca Classificado no Concurso Público 006/2019 realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Fica convocado o abaixo relacionado, classificado no Concurso Público 006/2019, para comparecer na Prefeitura Municipal, munido da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga de 40 horas semanais.

1- Marcos Paulo da Silva – Técnico em Enfermagem

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 04 de outubro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, 12 de outubro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

EXTRATO DOS CONTRATOS DE Nº. 146/2019 AO 149/2019

Publicação Nº 2230107

**Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola**

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 146/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 114/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: LM MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP

OBJETO: MÃO DE OBRA EMATERIAL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE
ILUMINAÇÃO DE NATAL – 2019

VALOR TOTAL R\$: 122.476,00

VIGÊNCIA: 31/12/2019

ASSINATURA: 13/11/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 147/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 115/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: COMUNICAÇÕES KOLLENBERG LTDA

OBJETO:

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL PARA PRODUÇÃO E FINALIZAÇÃO DE 60MIN DE VÍDEOS DE COMBATE AO VETOR AEDES AEGYPTI.	UN	TV TRIBUNA	15	R\$900,00	R\$13.500,00

VIGÊNCIA: 19/11/2020

ASSINATURA: 19/11/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 148/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 115/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: LOTERICA E COMERCIO SL LTDA

OBJETO:

141674 - LOTERICA E COMERCIO SL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	COTURNO CONFECCIONADO EM COURO HIDROFUGADO (PAR). GANCHOS EM NYLON, FORRADO INTERNAMENTE EM 15% POLIAMIDA 85% POLIÉSTER, RÁPIDA DISPERSÃO DA TRANSPIRAÇÃO, ACELERADO TRANSPORTE DA UMIDADE, COMPLETAMENTE RESPIRÁVEL. BIQUEIRA EM BORRACHA COM DESENHO EM ALTO RELEVO. ALTURA DO CANO DE 12 A 15 CM. COM ZIPER LATERAL. SOLA EM BORRACHA DE ALTA RESISTÊNCIA A BRASÃO E SOLEIRA EM POLIÉSTER, COR PRETA, TAMANHO 35 A 44	UN		20	R\$110,00	R\$2.200,00
5	CAPA DE CHUVA, EM PVC, TRANSPARENTE, INCOLOR, CAPUZ, BOTÕES PLÁSTICO PRESSÃO, COM SOLDA ELETRÔNICA, TAMANHO P, M, G E GG	UN		50	R\$30,00	R\$1.500,00
6	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 100 L, COR PRETA, ESPESSURA 0,8 MICRA, COM 100 UNIDADES	PCT		100	R\$22,80	R\$2.280,00
8	CAPACETE SEGURANÇA, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO ABA FRONTAL, TIPO COPA COM ESTRIAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DUPLA SUSPENSÃO E JUGULAR, COR AMARELA, ADESIVO OU PINTURA COM LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNASA	UN		5	R\$24,00	R\$120,00
9	PROTETOR SOLAR TIPO UVA/UVB, FATOR DE PROTEÇÃO 50, LIVRE DE ÓLEO, 200ML	UN		20	R\$26,00	R\$520,00
10	REPELENTE, PRINCÍPIO ATIVO À BASE DE DEET, CONCENTRAÇÃO ATÉ 10%, COMPOSIÇÃO COM ALOE VERA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL ISENTO DE ÓLEO, FORMA FARMACÊUTICA SPRAY, 200ML	UN		20	R\$19,00	R\$380,00
13	LUVA DE PROTEÇÃO, MATERIAL NITRÍLICA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, TIPO PUNHO CURTO, TAMANHOS P, M, G E GG, COR AZUL, ACABAMENTO PALMA LISO, ESTERILIDADE NÃO ESTERILIZADA, SEM PÓ, SEM FORRO, CAIXA COM 100 UND	CX		20	R\$20,00	R\$400,00
Total do Fornecedor:						R\$7.400,00

VIGÊNCIA: 19/11/2020

ASSINATURA: 19/11/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 149/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 115/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: MASTER E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA,

OBJETO:

161829 - MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	BOTA DE SEGURANÇA (PAR), MATERIAL PVC- CLORETO DE POLIVINILA, MATERIAL SOLA PVC - CLORETO DE POLIVINILA, COR PRETA, TIPO CANO LONGO, TIPO USO TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO, TAMANHO 35 A 44	UN	INNPRO	15	R\$34,90	R\$523,50
7	CINTO TIPO PARAQUEDISTA; EM POLIÉSTER; COM 45MM DE LARGURA E CARGA DE RUPTURA DE 30KN; 4 PONTOS DE ANCORAGEM; 2 ARGOLAS EM"O"; 5 FIVELAS SENDO 2 PARA AJUSTE NAS PERNAS, 2 PARA AJUSTE SUPERIOR E 1 PARA AJUSTE NA CINTURA	UN	DEGOMASTEI	3	R\$111,00	R\$333,00
Total do Fornecedor:						R\$856,50

VIGÊNCIA: 19/11/2020

ASSINATURA: 19/11/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

PORTARIA 517/2019 NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO DAIANE BENETTI

Publicação Nº 2230150

Portaria 517/2019, de 01 de outubro de 2019.

Nomeia Servidor Municipal para Cargo Comissionado e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante no Art. 2º, da Lei 975/93, de 31/03/1993 e, ainda, o estatuído no Art. 37, Inciso IX da CF/88,

Resolve:

Art. 1º. Nomear a servidora Daiane Benetti, portadora do CPF 090.140.599-06 e RG 54504716 SESP SC, para o Cargo Comissionado de Assessor de Imprensa, Nível ATNS-1A, com 40 horas semanais, a partir de 01/10/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 outubro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

PORTARIA 518/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT SIMONE LUCIA BONAVIGO

Publicação Nº 2230153

Portaria 518/2019, de 01 de outubro de 2019

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Simone Lúcia Bonavigo, portadora do CPF 044.421.459-38 e RG 5.069.895 SSP SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A com 30 horas semanais.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de outubro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

PORTARIA 519/2019 CONCEDE EXONERAÇÃO SERVIDOR ACT RICARDO PRESTRES DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2230156

Portaria 519/2019, de 01 de outubro de 2019.

Concede Exoneração a Servidor Público Admitido em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração ao Servidor Ricardo Prestes de Oliveira, portador do CPF 039.420.999-00 e RG 4.933.010 SESP RS, do cargo

de Técnico em Enfermagem, Nível ATNM-2A, a partir de 01 de outubro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de outubro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto

Secretária de Planejamento.

PORTARIA 520/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO ELAINE SUZANA STAUDT

Publicação Nº 2230157

Portaria 520/2019, de 01 de outubro de 2019.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Elaine Suzana Staudt, portadora do CPF 053.954.509-04 e RG 5.102.741 SSP SC, Recepcionista, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 02/03/2018 à 01/03/2019, que serão usufruídas de 01/10/2019 à 30/10/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de outubro de 2019..

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 521/2019 ALTERA CARGA HORARIA SERVIDOR ACT IVANIR DE FÁTIMA QUEVEDES DOS SANTOS

Publicação Nº 2230969

Portaria 521/2019, de 01 de outubro de 2019

Altera Carga Horária de Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o Inciso IV, V E XXV do artigo 73, mais o constante na alínea A, inciso II, do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal, e conforme preceitua a Lei 975/93, e ainda o estatuído do artigo 31, § 4º da Lei 1.207/98,

Resolve:

Art. 1º. Alterar de 20 para 40 horas semanais a carga horária da Servidora ACT Ivanir de Fátima Quevedes dos Santos, portadora do CPF 042.158.619-26 e RG 4.016.803 SSP SC exercente do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de outubro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 123/2019

Publicação Nº 2229838

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N.º 001/2019

PROCESSO N.º 123/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COMEMORATIVOS AO DIVINO NATAL DE PALMITOS, ONDE SERÁ APRESENTADO O ESPETÁCULO ALUSIVO AO NATAL COM O TÍTULO THOLL IMAGEM & SONHO.

CONTRATADO: Oficina Permanente de Técnicas circenses, inscrita no CNPJ nº 06.348.432/0001-74.

VALOR TOTAL: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 14/11/2019.

Palmitos, 18 de Novembro de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

PR 50/2019

Publicação Nº 2230481

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2019

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 02 de dezembro de 2019, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA REPOSIÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 18 de novembro de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Paulo Lopes**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - TP Nº 11/2019 - PL Nº 66/2019**

Publicação Nº 2230030

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2019

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor preço global. Objeto: Contratação por empreitada global, para Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica da Rua Manoel Lopes Filho, localizada no bairro Morro do Freitas, no município de Paulo Lopes/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e demais anexos do edital. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “DOCUMENTAÇÃO” e nº. 2 – “PROPOSTA” deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, centro, Paulo Lopes/SC, até as 09h55min do dia 06/12/2019. A sessão se dará no mesmo dia a partir das 10h00min, no endereço acima especificado. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site <http://www.paulolopes.sc.gov.br>.

Paulo Lopes, 18 de novembro de 2019.
LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO 56/2019

Publicação Nº 2230061

DECRETO Nº 56/2019

Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 1.836 de 14 de novembro de 2019,

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal de 2019, abrir crédito adicional especial, no limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 150.000,00

10.301.0012.2.070 – Transferência a Instituições Privadas R\$ 150.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0.6.14.002509 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0.2.14.002509 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit do exercício anterior no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) da fonte 0.6.14.002509 – Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) da mesma fonte.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado a presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de novembro de 2019.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

DECRETO 57/2019

Publicação Nº 2231009

DECRETO Nº 57/2019

ALTERA O DECRETO Nº 01/2018 QUE TRATA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PROCESSOS SELETIVOS E CONCURSOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º. Altera o art. 1º do Decreto nº 01/2018, sendo que a servidora BRUNA CAROLINA TROVAO DIAS – Matrícula nº 11198 fica excluída do cargo de Presidente da Comissão de Fiscalização de Processos Seletivos e Concursos Públicos do Município de Paulo Lopes-SC.

Parágrafo primeiro: Fica nomeada para o cargo de Presidente da Comissão de Fiscalização de Processos Seletivos e Concursos Públicos do Município de Paulo Lopes-SC a servidora CLEUSA ANTONIO VIEIRA – MATRÍCULA Nº 729.

Parágrafo segundo: Fica nomeado para o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização de Processos Seletivos e Concursos Públicos do Município de Paulo Lopes-SC o servidor ZENON BERTO BORGES – MATRÍCULA Nº 84.

Art. 2º. Os demais termos do Decreto nº 01/2018 permanecem inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de novembro de 2019.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2019

Publicação Nº 2230071

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2019

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.365/0001-32, NOTIFICA, para ter ciência que tramita nesta Prefeitura Municipal o Procedimento Administrativo nº PMPL/RF nº 002/2019 que tem por objeto o pedido de Legitimação Fundiária para aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidades imobiliárias objeto da Reurb (art. 11, VII, da Lei Federal nº 13.465/2017) aos atuais ocupantes do núcleo urbano informal consolidado: "JOSÉ OTÁVIO COSTA": 1. Terceiros Eventualmente Interessados e Confinantes Internos; 2. Titulares de Domínio da Matrícula nº 5.222 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba (José Otávio Costa, CPF: 246.032.957-87; 3. Confinantes da Matrícula nº 5.222:

- Valmir Manoel dos Santos, CPF: 047.439.119-15 (matrícula 20.264 do ORI de Garopaba/SC);
- Belarmino Perboni, CPF: 105.225.579-53 (matrícula 8.274 do ORI de Garopaba/SC);
- Amanda Costa Freitas, CPF: 092.497.859-76 (matrícula 1.961 do ORI de Garopaba/SC);

DESCRIÇÃO DA ÁREA A SER REGULARIZADA DE FORMA RESUMIDA: INSTRUMENTO UTILIZADO: Legitimação Fundiária; NOME DO NÚCLEO URBANO REGULARIZADO: José Otávio Costa; ENDEREÇO: Núcleo Urbano Informal Consolidado localizado às margens da Rodovia Federal BR-101, Bairro Sorocaba, Município de Paulo Lopes/SC. PONTO DE REFERÊNCIA: Capela São Sebastião – Bairro Sorocaba; PERÍMETRO DA ÁREA A SER REGULARIZADA: 58.659,116 m²; Número de Unidades Imobiliárias: 67; MATRÍCULA OBJETO DE REGULARIZAÇÃO: 5.222 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba/SC; MODALIDADE DA REURB: Mista (Reurb-S e Reurb-E); RESPONSABILIDADES DAS OBRAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO CRONOGRAMA: Não Há;

IMPUGNAÇÕES: As impugnações ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) no prédio da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, situado na Rua José Pereira da Silva, 130 – Centro, Cep.: 88490-000, Paulo Lopes/SC, com as devidas justificativas plausíveis.

ADVERTÊNCIA: Estando em termos, expede-se o presente edital para notificação dos supramencionados para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos Requerentes. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado no DOM, conforme artigo 13, § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20, § 1º e Artigo 31, § 4º da Lei Federal nº 13.465/2017.

DESENHO SIMPLIFICADO:

Paulo Lopes/SC, 12 de novembro de 2019.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal de Paulo Lopes

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2019

Publicação Nº 2229864

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2019 conforme Processo Licitatório 59/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada HOSPITAL PSIQUIÁTRICO MAHATMA GANDHI, CNPJ/MF nº 47.078.019/0001-14. O presente termo aditivo visa RESOLVER celebrar o presente Aditivo de Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA 2.16.1. Será aceita a contratação de cooperativa fornecedora de mão de obra. Qualquer intenção de contratação pela CONTRATADA de cooperativa de serviços voltados às atividades médicas será submetida previamente ao CONTRATANTE; 2.34. Esta cláusula foi anulado na sua totalidade. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SANÇÃO, RESCISÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE GESTÃO 11.7.2. 2.34. Esta cláusula foi anulado na sua totalidade. Data da assinatura: 25/10/2019.

Penha

PREFEITURA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL NO 05/2019 – ERRATA 04

Publicação Nº 2230807

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL No 05/2019 – ERRATA 04

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura do Município de Penha, nomeada pela Portaria nº 1943/2019, torna pública a Errata 04 à Lista de Inscrições Deferidas do Edital 05/2019.

Lista de Inscrições Deferidas

ONDE SE LÊ:

NOME DO CANDIDATO	Nº DE INSCRIÇÃO
Daniéle Bento	01
Mariane Celist	03
Katynne Ângela Ulmann	05
Elizabete Aguiar Negherbon	06
Jair Motta	07
Leonardo Costa Albuquerque	08
Maria Rosilda Neves da Silva Belleti	09
Karina Sandra Tomaz	10
Jaqueline Afonso Mello	11
Larice Godinho dos Santos	12
Elisandra Aparecida de Ramos	13
Neide Laura de Oliveira	16
Juliana Suzena da Silva	17
Ana Júlia Andrietti da Silva	18
Andréa do Prado	19
Dilandre de Fátima Lançana	20
Michelly Pacheco dos Reis	21
Tiago Pacheco Curtz	22
Abinadab Martins	23
Joelson Santos de Souza	24
Lucirléia Alves da Silva	26
Débora Costa Barreto	27
Tatiane Tomaz Tomas	28
Kell Eline Emidio Corrêa Souza	29
Terezinha Aparecida da Luz Nascimento	30
Leci de Fátima da Silva Fragozo	31
Keila Karine Paulina	32
Edésio de Araujo	33
Milene dos Santos Carvalho	34
Katiane Virgina Militão	35
Bibiana Fucks	36
Rosana Cristina Alves	37
Francielle Mota Machado Fortes	38
Carça Rocha Santos de Oliveira	39
Carla Maria Querobim Millani	41
Izanete Miranda Freitas Evangelista	42
Jucelia Pacifico de Santana	43
Bruna Caroline Basso	44
Vanderleia de Borba	45
Itacir de Mattos	46
Lindanir Maria Pereira	47
Amadeu da Luz Neto	48
Jhonnathan Araujo Fernandes	50
Guilherme André Bona de Souza	51

Ester da Silva Rita	52
Lêda Adriana Freitas Carneiro	53
Ana Claudia Costa Moura	55
Cristina Maria Hauser Mafra	56
Jerusa Mansini	57
Gabriel Mateus Bento Miguel	58
Edite Terezinha Venancio	58
Sueli Aparecida Rosa	59
Angelita Milani	60
Celia da Silva	61
Luisa Helena Anacleto Giancoli	62
Nelsi Geneci Gluce	63
Aldair José Juttel	64
Osana Lima da Silva dos Santos	65
Liliane Celestino	66
Rosiane Santos de Oliveira Gomes	67
Mariana Schumiler de Souza	68
Nayana Nayuska Grazielle Dutra de Souza	69
Bruna Carolina Silva Moura	70
Robson Luiz Godoy	71
Zair Irineu Camilo	72
Franciele Cristina Rosa da Silva	73
Giliane Arrazao	74
Janaina de Fatima Campagnolo Santana	75
Rozilene Maria Santos	76
Henrique Balduino de Oliveira	77
Natiele dos Santos Machado	78
Alessandro Mendes	79
Marcio Manoel Tavares	80
Antonio Carlos Figueira da Silva	81
Luana Crescencio	82
Pamela Maria de Souza Loureiro	83
Andriele Tamiris Wilbert	84
Deise Arruda	85
Geroge Nolasco de Souza	86
Carolina Medeiros do Nascimento	87
Juliana Aparecida Cordeiro de Lima	88
Michelle Sandini	89
Audrey Torma Cabral	91
Rosane Cristine Lutz Winter	92
Berenice de Souza Leal	93
Aide de Oliveira	94
Simone Souza Gaya	95
Cibelle Karolina Torres Coutinho	96
Selma Natália Ferreira Henkel	97
Vera Lúcia Castanhera	98
Ryan Renilson Teodorovitz Sais	99
Dagoberto Felipe da Silva Serpa	100
Cristiane Méri Felício	101
Neldi Aristides dos Santos Junior	102
Ana Paula Militão	103
Samily Milene Militão	104
Mariana Cristina Bento Vitorino	106
Viviane de Borba da Silva	107
Naiane Alves da Silva Siqueira	108
Paula Maria da Silva	109
Luciana Suzena da Silva	110
Iolinda Schmitt Bonato	111
Monique Amandio Conceição	112
Rodrigo Orival de Oliveira	113
Josiane Leite da Cruz	114
Vivian Shimeler Cordova de Souza	115
Marli Ribeiro	116
Sandra Regina Gorgisk de Souza	117

Fabrcia Lindanir Sagas Leandro	118
Aline Baungartner	119
Verônica de Oliveira Paris	121
Marlise Wentz de Freitas	122
Diego da Silva Barreto	124
Antônio Carlos Alves Junior	125
Diana Maria Benkel	126
Tatiana Lopes Gabriel	127
Rosangela Aparecida Terra Mota	128
Marilete Nicolau Xavier	129
Miguel Chagas Prestes	130
Katia Maria Brinning da Silva	131
Micheli Aparecida de Lima	132
Maria Seleta Mendes de Souza	133
Robinson Luis Vinharski	134
Nivia Elisabete Vitorino Bento	135
Emiliana Valadares de Lima Deserto	136
Arlete Maria Rodrigues	137
Leda Maria Silva	138
Ionete de Liz e Silva Cavalcante	139
Tatiana Ricardo	140
Carla Lucélia de Mello Figueiredo	141
Lourival Rodrigo dos Santos	142
Ana Paula Cavallari de Oliveira Salles	143
Mariana Caroline Pinheiro	144
Isabelli Erotides de Souza Correa	145
Gerson Luiz Pereira da Silva	146
Diana dos Santos Carolina	147
Shirléia Marisa dos Santos de Freitas	148
Anny Caroline Batista	149
Silvana Aline da Silva	150
Jaqueline Aparecida Thiesen	151
Helena Baldoso Pereira Fernandes	152
Eva Ladir Duarte	153
Maria de Fátima Nicolau	154
Rosangela Jacinto da Cunha	155
Débora Cabral Ramos Vieira	156
Aline Cristine Homem Carvalho	157
Carla Marina Noval	158
Michele Meyer Reichert	159
Mariani Marcelino	160
Josiane Martins dos Santos	161
Chirlene Maria Tomaz	162
Josimere Aparecida Anacleto	163
Sonia Ranguet Luz	164
Sandy Evers	165
Marisa Correia Conceição	166
Jean Carlos Nilsen	167
Ingraca Maria da Costa	168
Leticia Aparecida Candido	169
Margarete Correa Maximiliano	170
Rita de Cássia Tabalipa de Oliveira	171
Adriana Pontioli	172
Lucas Deomar Celista	173
Tamara Lange Tavares	174
Clarice Biscola Coelho	175
Valdimir Bruno Coelho	176
Stephany Lais Vieira Bejar	177
Rodrigo dos Santos Silva	178
Carla Janaina Inacio	179
Bianca Mendes dos Santos	180
Camila Pereira	181
Claudineia Julia Ferreira Floriano	182
Laiani Dutra Serêjo	183

Odair dos Santos	185
Carla Rejane Santos Silva	186
Juliana de Paula Neves	187
Maria das Graças Holanda Maia	188
Silvana Maria Marinho Neves	189
Ana Tereza Ferreira	190
Elisangela Patrícia da Silva Ranguet	191
Simone Schroeder Garcia	192
Solange Mari Ferreira Teixeira	193
Larissa Corrêa Costa	193 – A
Emili Medeiros	194
Jhonatan Giovann Thibes de Paula	195
Ivonei Dalamaria	196
Lucimar Maria Luciano	197
Lucidalva Freitas Gonçalves	198
João Vitor Cardoso Martello	199
Fabiano Wesley de Oliveira Gallo	200
Juciane da Silva Evaristo	201
Mileny Romais	202
Luana Laborda Gemaque Cavichioli	203
Fabiana Alves Teixeira	204
Daniele Lemos	205
Valdineia Moreira da Silva	206
Clarice Rinco de Almeida	207
Solange Ferreira da Silva	208
Renato Zanotto	209
Vitor Bernardo Correa	210
Elisabete Carvalho	211
Eunidio Luis Rannov	212
Débora Rodrigues	213
Alessandra Batista Silveira	214
Gabriela Rolim Feksa	216
Eliane Santos Nunes	217
Sandra Hanck	218
Dilmara Jaques	220
Nilton Cesar da Cruz	221
Raquel Damásio	222
Roseli Ivane Lofhagen	223
Maiara Pereira da Silva	224
Alessandra Tavares	225
Patrícia Peres Gonçalves	226
Rosane Ceni Rannov	227
Osnildo João Domiciano	228
Quéren Hapuque Luiza Cardoso	230
Samara Formaggi	232
Luziene Gomes Marcelino	233
Ideusa Soares Cardoso	234
Elineia Almerinda Francisco	235
Herculano Pinto	236
Vera Lucia Moraes	237
Ordilei Lourival de Souza	238
Vânia Maria Soares	239
Gabriela Carolina de Souza	240
Henrique Gonçalves	241
Douglas de Castro Ribeiro	242
Caroline Martins Rosa	243
Ana Caroline Souza Martins	244
Neusilene Dolores André	245
Maria Alice Zimmermman	246
Regiane Gonçalves da Luz	248
Maria Estela Feitosa Guerra	249
Rogério Jaques	252
Ana Paula Rautt	253
Roseli de Fátima Pereira Fraga	254

Ana Lúcia Camilo Tomaz	255
Caroline Leite de Oliveira Nunes	256
Gabriela Mariane de Mattos Guari	257
Luis Fernando Ramos da Silva	258
Renato Tavares	259
Vanderléia Rosa de Souza Casagrande	260
Janete Bento	261
Osmarina Catarina Moser	262
Lauro Rodrigues da Silva Filho	263
Madalena Aparecida Deolindo Mendes	264
Maria Isaura Santos Coutinho Barreto	265
Nisandra Carla Koball	266
Isaias Iraja Radke	267
Schelly Angel Koth	268
Emylly Ewyllyn Correa de Souza	269
Marina Silva Cravo	270
Sonia Maria dos Santos	271
Débora Coelho	272
Alessandra Bobinski Monteiro	273
Adelson Santos de Oliveira	274
Thayná Silvério dos Santos	275
Sabrina Moreira	276
Adilson Goes dos Santos	278
Darlaine Monteiro Pereira	279
Juliana da Silva de Miranda	280
Ariane Irene de Santana	281
Magna Cabral Couto da Silva	283
Ramon Pereira Farfan	283-A
Camila Cipriano de Borba	284
Rosane Mara da Luz Baldaia	285
Daiane Aparecida Soares dos Santos	286
Jeane dos Santos	287
Brenda Machado	288
Bruna Lima Sales	289
Poliana Lemos dos Santos	290
Jaqueline dos Santos	291
Cleusa Cardoso	293
Lilian Costa dos Santos	294
Gabriel Pelissari Constante	295
Mário Mandel Ramos	296
Marilli Cunha	297
Gisele Silvino Duarte Tavares	298
Ana Isabel de Souza	299
Oélison Aparecido Tavares	300
José Carlos da Silva	301
Francisco Barbosa de Queiroz Junior	301
Aline dos Santos	302
Mari Isabel dos Passos da Rosa	303
Wilson Mendes	304
Joseli Cardoso	305
Maria Dileta Rubin	306
Talyta Agostinho Bento	307
Jania Regina dos Santos	308
Naiana Rossiléia Gomes Moreira	309
Monica Helen Baracy Gauto Burgonovo	310
Julimara Rodrigues Farias	311
Salette Maria da Silva	312
Roberto Silva Dable	313
Fabício dos Santos	314
Iraci da Conceição	315
Ana Julia Marques Bonfanti	316
Marly Ribeiro dos Santos	317
Norberta Maria da Silva Alves	318
Zenildo Schmeider	319

Fabiana Cristina de Oliveira Marçal	320
Eric Pereira	321
Anderson Matheus Venera Eleutério	322
Alexsandro Ferreira	323
Silvana Samersla	324
Vera Lucia de Oliveira	325
Thais Lima Sales	326
Leuza Correa Costa	327
Jean Carlos Ferreira	328
Silvana dos Santos	329
Silvana Bernardo da Silva da Costa	330
Paulo Fernando Rosseto	331
Sandro José da Maia	332
Wanderléia Joaquina de Souza Araujo	333
Joice Oliveira Silva	334
Josiane da Cruz Thomazi	335
Simone Pereira Vieira Callado	336
Alexander Almeida da Silva Junior	337
Roseni de Andrade Siqueira Matuzaki	338
Letícia Correa Costa	339
Fabriele Luzia Bento	340
Zildete Maria de Freitas dos Santos	341
Adriana Bernardino	342
Rodrigo Luiz Carlos	343
Daiane Carolina de Souza	344
Luiza Bernardina de Almeida	345
Beatriz das Neves Fortunato	346
Ana Paula Mendonça Borges	347
Amine de Oliveira Ventura	348
Willian Cesar dos Santos Junior	349

LEIA-SE:

NOME DO CANDIDATO	Nº DE INSCRIÇÃO
Daniéle Bento	01
Mariane Celista	03
Katynne Ângela Ulmann	05
Elizabete Aguiar Negherbon	06
Jair Motta	07
Leonardo Costa Albuquerque	08
Maria Rosilda Neves da Silva Belleti	09
Karina Sandra Tomaz	10
Jaqueline Afonso Mello	11
Larice Godinho dos Santos	12
Elisandra Aparecida de Ramos	13
Neide Laura de Oliveira	16
Juliana Suzena da Silva	17
Ana Júlia Andrietti da Silva	18
Andréa do Prado	19
Dilandre de Fátima Lançana	20
Michelly Pacheco dos Reis	21
Tiago Pacheco Curtz	22
Abinadab Martins	23
Joelson Santos de Souza	24
Lucirléia Alves da Silva	26
Débora Costa Barreto	27
Tatiane Tomaz Tomas	28
Kell Eline Emidio Corrêa Souza	29
Terezinha Aparecida da Luz Nascimento	30
Leci de Fátima da Silva Fragozo	31
Keila Karine Paulina	32
Edésio de Araujo	33
Milene dos Santos Carvalho	34
Katiane Virginia Militão	35

Bibiana Fucks	36
Rosana Cristina Alves	37
Francielle Mota Machado Fortes	38
Carça Rocha Santos de Oliveira	39
Carla Maria Querobim Millani	41
Izanete Miranda Freitas Evangelista	42
Jucelia Pacifico de Santana	43
Bruna Caroline Basso	44
Vanderleia de Borba	45
Itacir de Mattos	46
Lindanir Maria Pereira	47
Amadeu da Luz Neto	48
Jhonnathan Araujo Fernandes	50
Guilherme André Bona de Souza	51
Ester da Silva Rita	52
Lêda Adriana Freitas Carneiro	53
Ana Claudia Costa Moura	55
Cristina Maria Hauser Mafra	56
Jerusa Mansini	57
Gabriel Mateus Bento Miguel	58
Edite Terezinha Venancio	58 - A
Sueli Aparecida Rosa	59
Angelita Milani	60
Celia da Silva	61
Luisa Helena Anacleto Giancoli	62
Nelsi Geneci Gluce	63
Aldair José Juttel	64
Osana Lima da Silva dos Santos	65
Liliane Celestino	66
Rosiane Santos de Oliveira Gomes	67
Mariana Schumiler de Souza	68
Nayana Nayuska Grazielle Dutra de Souza	69
Bruna Carolina Silva Moura	70
Robson Luiz Godoy	71
Zair Irineu Camilo	72
Franciele Cristina Rosa da Silva	73
Giliane Arrazao	74
Janaina de Fatima Campagnolo Santana	75
Rozilene Maria Santos	76
Henrique Balduino de Oliveira	77
Natiele dos Santos Machado	78
Alessandro Mendes	79
Marcio Manoel Tavares	80
Antonio Carlos Figueira da Silva	81
Luana Crescencio	82
Pamela Maria de Souza Loureiro	83
Andriele Tamiris Wilbert	84
Deise Arruda	85
Geroge Nolasco de Souza	86
Carolina Medeiros do Nascimento	87
Juliana Aparecida Cordeiro de Lima	88
Michelle Sandini	89
Audrey Torma Cabral	91
Rosane Cristine Lutz Winter	92
Berenice de Souza Leal	93
Aide de Oliveira	94
Simone Souza Gaya	95
Cibelle Karolina Torres Coutinho	96
Selma Natália Ferreira Henkel	97
Vera Lúcia Castanhera	98
Ryan Renilson Teodorovitz Sais	99
Dagoberto Felipe da Silva Serpa	100
Cristiane Méri Felício	101
Neldi Aristides dos Santos Junior	102

Ana Paula Militão	103
Samily Milene Militão	104
Mariana Cristina Bento Vitorino	106
Viviane de Borba da Silva	107
Naiane Alves da Silva Siqueira	108
Paula Maria da Silva	109
Luciana Suzena da Silva	110
Iolinda Schmitt Bonato	111
Monique Amandio Conceição	112
Rodrigo Orival de Oliveira	113
Josiane Leite da Cruz	114
Vivian Shimeler Cordova de Souza	115
Marli Ribeiro	116
Sandra Regina Gorgisk de Souza	117
Fabírcia Lindanir Sagás Leandro	118
Aline Baungartner	119
Verônica de Oliveira Paris	121
Marlise Wentz de Freitas	122
Diego da Silva Barreto	124
Antônio Carlos Alves Junior	125
Diana Maria Benkel	126
Tatiana Lopes Gabriel	127
Rosangela Aparecida Terra Mota	128
Marilete Nicolau Xavier	129
Miguel Chagas Prestes	130
Katia Maria Brinning da Silva	131
Micheli Aparecida de Lima	132
Maria Seleta Mendes de Souza	133
Robinson Luís Vinharski	134
Nívia Elisabete Vitorino Bento	135
Emiliana Valadares de Lima Deserto	136
Arlete Maria Rodrigues	137
Leda Maria Silva	138
Ionete de Liz e Silva Cavalcante	139
Tatiana Ricardo	140
Carla Lucélia de Mello Figueiredo	141
Lourival Rodrigo dos Santos	142
Ana Paula Cavallari de Olibeira Salles	143
Mariana Caroline Pinheiro	144
Isabelli Erotides de Souza Correa	145
Gerson Luiz Pereira da Silva	146
Diana dos Santos Carolina	147
Shirléia Marisa dos Santos de Freitas	148
Anny Caroline Batista	149
Silvana Aline da Silva	150
Jaqueline Aparecida Thiesen	151
Helena Baldoso Pereira Fernandes	152
Eva Ladir Duarte	153
Maria de Fátima Nicolau	154
Rosangela Jacinto da Cunha	155
Débora Cabral Ramos Vieira	156
Aline Cristine Homem Carvalho	157
Carla Marina Noval	158
Michele Meyer Reichert	159
Mariani Marcelino	160
Josiane Martins dos Santos	161
Chirlene Maria Tomaz	162
Josimere Aparecida Anacleto	163
Sonia Ranguet Luz	164
Sandy Evers	165
Marisa Correia Conceição	166
Jean Carlos Nilsen	167
Ingraca Maria da Costa	168
Leticia Aparecida Candido	169

Margarete Correa Maximiliano	170
Rita de Cássia Tabalipa de Oliveira	171
Adriana Pontiolli	172
Lucas Deomar Celista	173
Tamara Lange Tavares	174
Clarice Biscola Coelho	175
Valdimir Bruno Coelho	176
Stephany Lais Vieira Bejar	177
Rodrigo dos Santos Silva	178
Carla Janaina Inacio	179
Bianca Mendes dos Santos	180
Camila Pereira	181
Claudineia Julia Ferreira Floriano	182
Laiani Dutra Serêjo	183
Odair dos Santos	185
Carla Rejane Santos Silva	186
Juliana de Paula Neves	187
Maria das Graças Holanda Maia	188
Silvana Maria Marinho Neves	189
Ana Tereza Ferreira	190
Elisangela Patrícia da Silva Ranguet	191
Simone Schroeder Garcia	192
Solange Mari Ferreira Teixeira	193
Larissa Corrêa Costa	193 – A
Emili Medeiros	194
Jhonatan Giovann Thibes de Paula	195
Ivonei Dalamaria	196
Lucimar Maria Luciano	197
Lucidalva Freitas Gonçalves	198
João Vitor Cardoso Martello	199
Fabiano Wesley de Oliveira Gallo	200
Juciane da Silva Evaristo	201
Mileny Romais	202
Luana Laborda Gemaque Cavichioli	203
Fabiana Alves Teixeira	204
Daniele Lemos	205
Valdineia Moreira da Silva	206
Clarice Rinco de Almeida	207
Solange Ferreira da Silva	208
Renato Zanotto	209
Vitor Bernardo Correa	210
Elisabete Carvalho	211
Eunidio Luis Rannov	212
Débora Rodrigues	213
Alessandra Batista Silveira	214
Gabriela Rolim Feksa	216
Eliane Santos Nunes	217
Sandra Hanck	218
Dilmara Jaques	220
Nilton Cesar da Cruz	221
Raquel Damásio	222
Roseli Ivane Lofhagen	223
Maiara Pereira da Silva	224
Alessandra Tavares	225
Patrícia Peres Gonçalves	226
Rosane Ceni Rannov	227
Osnildo João Domiciano	228
Quéren Hapuque Luiza Cardoso	230
Samara Formaggi	232
Luziene Gomes Marcelino	233
Ideusa Soares Cardoso	234
Elineia Almerinda Francisco	235
Herculano Pinto	236
Vera Lucia Morais	237

Ordilei Lourival de Souza	238
Vânia Maria Soares	239
Gabriela Carolina de Souza	240
Henrique Gonçalves	241
Douglas de Castro Ribeiro	242
Caroline Martins Rosa	243
Ana Caroline Souza Martins	244
Neusilene Dolores André	245
Maria Alice Zimmermman	246
Regiane Gonçalves da Luz	248
Maria Estela Feitosa Guerra	249
Rogério Jaques	252
Ana Paula Rautt	253
Roseli de Fátima Pereira Fraga	254
Ana Lúcia Camilo Tomaz	255
Caroline Leite de Oliveira Nunes	256
Gabriela Mariane de Mattos Guari	257
Luis Fernando Ramos da Silva	258
Renato Tavares	259
Vanderléia Rosa de Souza Casagrande	260
Janete Bento	261
Osmarina Catarina Moser	262
Lauro Rodrigues da Silva Filho	263
Madalena Aparecida Deolindo Mendes	264
Maria Isaura Santos Coutinho Barreto	265
Nisandra Carla Koball	266
Isaias Irajá Radke	267
Schelly Angel Koth	268
Emylly Ewyllyn Correa de Souza	269
Marina Silva Cravo	270
Sonia Maria dos Santos	271
Débora Coelho	272
Alessandra Bobinski Monteiro	273
Adelson Santos de Oliveira	274
Thayná Silvério dos Santos	275
Sabrina Moreira	276
Adilson Goes dos Santos	278
Darlíane Monteiro Pereira	279
Juliana da Silva de Miranda	280
Ariane Irene de Santana	281
Magna Cabral Couto da Silva	283
Ramon Pereira Farfan	283-A
Camila Cipriano de Borba	284
Rosane Mara da Luz Baldaia	285
Daiane Aparecida Soares dos Santos	286
Jeane dos Santos	287
Brenda Machado	288
Bruna Lima Sales	289
Poliana Lemos dos Santos	290
Jaqueline dos Santos	291
Cleusa Cardoso	293
Lilian Costa dos Santos	294
Gabriel Pelissari Constante	295
Mário Mandel Ramos	296
Marilli Cunha	297
Gisele Silvino Duarte Tavares	298
Ana Isabel de Souza	299
Oélison Aparecido Tavares	300
José Carlos da Silva	301
Francisco Barbosa de Queiroz Junior	301
Aline dos Santos	302
Mari Isabel dos Passos da Rosa	303
Wilson Mendes	304
Joseli Cardoso	305

Maria Dileta Rubin	306
Talyta Agostinho Bento	307
Jania Regina dos Santos	308
Naiana Rossiléia Gomes Moreira	309
Monica Helen Baracy Gauto Burgonovo	310
Julimara Rodrigues Farias	311
Salete Maria da Silva	312
Roberto Silva Dable	313
Fabício dos Santos	314
Iraci da Conceição	315
Ana Julia Marques Bonfanti	316
Marly Ribeiro dos Santos	317
Norberta Maria da Silva Alves	318
Zenildo Schmeider	319
Fabiana Cristina de Oliveira Marçal	320
Eric Pereira	321
Anderson Matheus Venera Eleutério	322
Alexsandro Ferreira	323
Silvana Samersla	324
Vera Lucia de Oliveira	325
Thais Lima Sales	326
Leuza Correa Costa	327
Jean Carlos Ferreira	328
Silvana dos Santos	329
Silvana Bernardo da Silva da Costa	330
Paulo Fernando Rosseto	331
Sandro José da Maia	332
Wanderléia Joaquina de Souza Araujo	333
Joice Oliveira Silva	334
Josiane da Cruz Thomazi	335
Simone Pereira Vieira Callado	336
Alexander Almeida da Silva Junior	337
Roseni de Andrade Siqueira Matuzaki	338
Letícia Correa Costa	339
Fabriele Luzia Bento	340
Zildete Maria de Freitas dos Santos	341
Adriana Bernardino	342
Rodrigo Luiz Carlos	343
Daiane Carolina de Souza	344
Luiza Bernardina de Almeida	345
Beatriz das Neves Fortunato	346
Ana Paula Mendonça Borges	347
Amine de Oliveira Ventura	348
Willian Cesar dos Santos Junior	349
Luciano Figueredo	350

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura do Município de Penha

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL NO 04/2019 – ERRATA 01

Publicação Nº 2230829

**PENHA**
GOVERNO MUNICIPAL**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC**
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 04/2019 – ERRATA 01

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura do Município de Penha, nomeada pela Portaria nº 1943/2019, torna pública a Errata 01 ao anexo II do Edital 04/2019.

Anexo II – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PARA AUXILIAR OPERACIONAL

ONDE SE LÊ:

DATA	ATO
10/10/2019	Publicação do Edital
11/10/2019 à 14/10/2019	Prazo para impugnações do Edital
25/10/2019 à 01/11/2019	Período de Inscrições
06/11/2019	Publicação da lista de inscrições deferidas
07/11/2019 à 12/11/2019	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
13/11/2019	Homologação das Inscrições
18/11/2019	Publicação da lista de classificação com notas
19/11/2019 à 20/11/2019	Prazo para recurso contra a lista de classificação e resultados
21/11/2019	Publicação dos resultados finais com a respectiva classificação final
21/11/2019	Homologação do resultado final

LEIA-SE:

DATA	ATO
10/10/2019	Publicação do Edital
11/10/2019 à 14/10/2019	Prazo para impugnações do Edital

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br

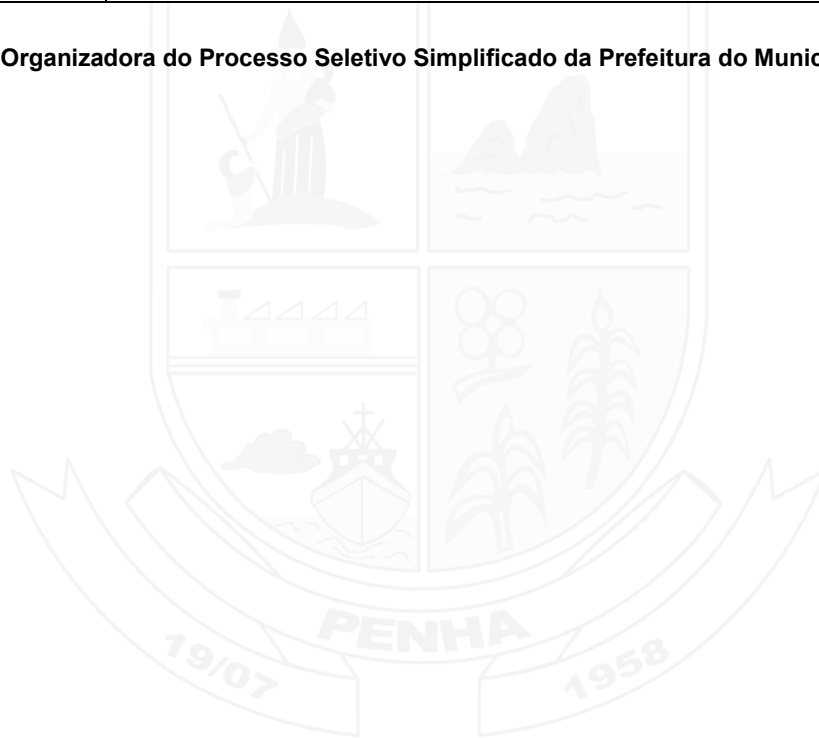


PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

25/10/2019 à 01/11/2019	Período de Inscrições
06/11/2019	Publicação da lista de inscrições deferidas
07/11/2019 à 12/11/2019	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
13/11/2019	Homologação das Inscrições
19/11/2019	Publicação da lista de classificação com notas
19/11/2019 à 20/11/2019	Prazo para recurso contra a lista de classificação e resultados
21/11/2019	Publicação dos resultados finais com a respectiva classificação final
21/11/2019	Homologação do resultado final

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura do Município de Penha



Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**ATA 32ª REUNIÃO ORD. 09.09.2019**

Publicação Nº 2230892

Ata da 32ª reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Anual da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede às dezenove horas do dia nove de setembro de 2019. Presentes os Senhores Vereadores, havendo quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador EVERALDO DAL POSSO, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião com o início do Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com leitura e votação da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, e o registro de presença dos sres vereadores. INDICAÇÕES: Nº 320/2019 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 321/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 322/2019 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 323/2019 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 324/2019 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 325/2019 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 326/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 97/2019 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 98/2019 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. REQUERIMENTOS: Nº 67/2019 dos Vereadores EVERALDO DAL POSSO, JESUEL FRANCISCO CAPELA e MARIA JURACI ALEXANDRINO. MOÇÕES: Nº 37/2019 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 39/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Leitura da Emenda Modificativa nº 01/2019 do Vereador Luiz Américo Pereira que: Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 35/2019 do Poder Executivo que: "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no âmbito do Programa FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento na modalidade apoio financeiro destinado a aplicação em despesa de capital, a oferecer garantias e dá outras providências. Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Resolução nº 15/2019 da Mesa Diretora que: "Declara inservível o bem que especifica". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 25/2019 do Poder Executivo que: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAPROPRIAR IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 31/2019 do Poder Executivo que: "AUTORIZA A DOAÇÃO DE VEÍCULO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE PARA OS FINS A QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 35/2019 do Poder Executivo que: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINISA - FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO NA MODALIDADE APOIO FINANCEIRO DESTINADO A APLICAÇÃO EM DESPESA DE CAPITAL, A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Iniciado então o GRANDE EXPEDIENTE, em conformidade com o art. 180 do R.I., pautado no Art. 187 do R.I., fez uso da tribuna cidadã pelo tempo regimental a vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, Janete Krueger, explanado sobre as atribuições relacionadas ao conselho. Falou sobre o trabalho a ser realizado junto às comunidades de maior necessidade, convidando a todos para que façam parte do movimento em prol da conscientização e prevenção. A senhora Patrícia Isabel dos Santos, presidente do conselho, falou sobre a importância dos recursos na execução das políticas públicas que permeiam tanto o conselho quanto a administração pública, por meio da Assistência Social, mais especificamente CRAS e CREAS. Apontou o quão indispensável é o diálogo e atenção no atendimento à mulher e finalizou pedindo apoio na atuação buscando melhorias na qualidade de vida de todas as mulheres, objetivando assim a realização plena de suas capacidades, convidando a todos os interessados para se fazerem presentes na pré-conferência, a ser realizada no próximo dia 11, quarta-feira. A vice-presidente, Janete Krueger, finalizou então suas considerações falando sobre a importância da participação da mulher nas reuniões do conselho e do trabalho de conscientização. O vereador Joaquim Antônio Costa Júnior apresentou voto de pesar à família França da Luz, pelo falecimento do sr. João Francisco da Luz, conhecido como Dico da Luz, durante a madrugada. O prefeito municipal, Aquiles José Schneider da Costa, fazendo uso da tribuna após cessão dos sres vereadores, fez explicações acerca do projeto de financiamento no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) atentando à situação herdada nas contas do município na transição entre a última gestão e a atual, falando sobre as dívidas junto à CASAN e ao INSS. Falou sobre a captação de empréstimos e sua importância na manutenção do crescimento do município, a exemplo do que acontece nas empresas de caráter privado citando, inclusive, o exemplo do Parque Beto Carrero World. Falou sobre a impossibilidade de serem supridas todas as necessidades das comunidades do município apenas com recurso próprio e simultaneamente, atentando quanto à escolha por parte da própria comunidade na pavimentação da Rua Margarida Vieira, bem como outras obras de infraestrutura por toda a localidade do Mariscal. Finalizando suas considerações, tratou do aumento da receita com a devida cobrança dos impostos ao parque Beto Carrero World e a imediata conversão destes em investimentos, dando especial ênfase à situação da educação no município, que vem sendo exemplo à toda região tanto na qualidade do ensino quanto no gerenciamento de filas e fornecimento de vagas. Iniciada a ORDEM DO DIA, em conformidade com o Art. 182 do R.I., procedeu-se a Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária nº 15/2019 da Mesa Diretora que: "DECLARA INSERVÍVEL O BEM QUE ESPECIFICA". Aprovado por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária nº 25/2019 do Poder Executivo que: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAPROPRIAR IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Aprovado por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária nº 31/2019 do Poder Executivo que: "AUTORIZA A DOAÇÃO DE VEÍCULO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE PARA OS FINS A QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Aprovado por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária nº 35/2019 do Poder Executivo que: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINISA - FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO NA MODALIDADE APOIO FINANCEIRO DESTINADO A APLICAÇÃO EM DESPESA DE CAPITAL, A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Aprovado por unanimidade. Discussão e Votação Única da Moção de Aplausos Nº 37/2019 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO, a Aluna Mariana Nara Santana da Costa, da Escola Isolada Municipal Horacina Soares Francisco, da Cohab, que no último dia 24 de agosto, foi Campeã do torneio Regional de Xadrez Escolar ocorrido no Poly, em Itajaí. Aprovada por unanimidade dos presentes, ausente o vereador Luiz Américo Pereira. Discussão e Votação Única da Moção de Aplausos Nº 39/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA, ao 25º Batalhão de Polícia Militar de Penha, pela operação "Pico Sujo", onde os policiais vêm atuando fortemente no combate ao tráfico de drogas e à criminalidade, a pouco mais de 45 dias. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Everaldo Dal Posso encerrou a presente sessão convocando para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia dezesseis de setembro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário.

Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 09 de setembro de 2019.

EVERALDO DAL POSSO

Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º Secretário

ATA 33ª REUNIÃO ORD. 16.09.2019

Publicação Nº 2230893

Ata da 33ª reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Anual da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede às dezenove horas do dia dezoito de setembro de 2019. Presentes os Senhores Vereadores, ausentes as vereadoras Maria Juraci Alexandrino e Regiane Aparecida Severino, justificada sua ausência em virtude de convite para inauguração da Procuradoria Especial da Mulher no Município de Balneário Camboriú, e Silas Renato Antonietti, por questões pessoais, havendo ainda quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador EVERALDO DAL POSSO, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião com o início do Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com leitura e votação da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes mediante retificação, e o registro de presença dos sres vereadores. INDICAÇÕES: Nº 327/2019 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 328/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 329/2019 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 330/2019 dos Vereadores MARIA JURACI ALEXANDRINO e SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 331/2019 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 332/2019 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 333/2019 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 334/2019 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 335/2019 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 336/2019 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 337/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 99/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 100/2019 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 101/2019 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 102/2019 do Vereador JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR. Nº 103/2019 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. MOÇÕES: Nº 40/2019 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 68/2019 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD que: "Cria campanha permanente para descarte do lixo em local apropriado". Leitura do Projeto de Lei Complementar nº 6/2019 dos Vereadores JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR e MAURÍCIO DA COSTA que: "Altera artigos da Lei Complementar nº 119, 05 de setembro de 2018 e dá outras providências". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 12/2019 do Poder Executivo, que: "Dispõe sobre o reconhecimento de dívida não empenhada e não paga de exercício anterior". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 23/2019 do Poder Executivo que: "Dispõe sobre o programa adote um posto guarda-vidas no âmbito do município de Penha". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 27/2019 do Poder Executivo que: "Autoriza o Poder Executivo a implantar o programa de auxílio ao pescador artesanal, por meio da doação do "Kit Pescador", e dá outras providências". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 30/2019 do Poder Executivo que: "Autoriza receber em doação, área de terra referente à Rua Reinaldo Amaro Silva, no município de Penha". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 34/2019 do Poder Executivo que: "Regulamenta o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes do município de Penha e dá outras providências". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 60/2019 do Vereador Everaldo Dal Posso que: "Altera o artigo 1º da Lei nº 2562, de 23 de maio de 2012 e dá outras providências". Não havendo vereadores inscritos para uso da tribuna durante o GRANDE EXPEDIENTE, em conformidade com o Art. 180 do R.I., deu-se início à ORDEM DO DIA, em conformidade com o Art. 182 do R.I., onde se procedeu a Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 60/2019 do Vereador Everaldo Dal Posso que: "Altera o artigo 1º da Lei nº 2562, de 23 de maio de 2012 e dá outras providências". Aprovado por unanimidade dos presentes. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 12/2019 do Poder Executivo, que: "Dispõe sobre o reconhecimento de dívida não empenhada e não paga de exercício anterior". Aprovado por unanimidade dos presentes. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 27/2019 do Poder Executivo que: "Autoriza o Poder Executivo a implantar o programa de auxílio ao pescador artesanal, por meio da doação do "Kit Pescador", e dá outras providências". Aprovado por unanimidade dos presentes. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 30/2019 do Poder Executivo que: "Autoriza receber em doação, área de terra referente à Rua Reinaldo Amaro Silva, no município de Penha". Aprovado por unanimidade dos presentes. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 34/2019 do Poder Executivo que: "Regulamenta o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes do município de Penha e dá outras providências". Aprovado por unanimidade dos presentes. Discussão e Votação Única da Moção de Aplausos Nº 40/2019 do Vereador EVERALDO DAL POSSO, ao senhor Ludgero Francisco Figueredo, pelo seu aniversário de 77 anos, comemorado no dia 9 de setembro. Aprovada por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Everaldo Dal Posso encerrou a presente sessão convocando para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia vinte e três de setembro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário.

Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 16 de setembro de 2019.

EVERALDO DAL POSSO
Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º Secretário

ATA 34ª REUNIÃO ORD. 13.09.2019

Publicação Nº 2230894

Ata da 34ª reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Anual da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede às dezenove horas do dia vinte e três de setembro de 2019. Presentes todos os Senhores Vereadores, havendo quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador EVERALDO DAL POSSO, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião com o início do Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com leitura e votação da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, ausentes os vereadores Joaquim Antônio Costa Júnior e Silas Renato Antonietti, e o registro de presença dos sres vereadores. INDICAÇÕES: Nº 338/2019 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 339/2019 dos Vereadores ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO, EVERALDO DAL POSSO, ISAC HAMILTON DA COSTA e MAURÍCIO DA COSTA. Nº 340/2019 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 341/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 342/2019 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 343/2019 do Vereador

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 344/2019 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 345/2019 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 346/2019 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 347/2019 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 348/2019 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 349/2019 dos Vereadores ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO e MARIA JURACI ALEXANDRINO. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 104/2019 dos Vereadores EVERALDO DAL POSSO e MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 105/2019 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 106/2019 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. REQUERIMENTOS: Nº 69/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 70/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. MOÇÕES: Nº 33/2019 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 41/2019 dos Vereadores ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO, EVERALDO DAL POSSO, ISAC HAMILTON DA COSTA, JESUEL FRANCISCO CAPELA, JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR, LUIZ AMÉRICO PEREIRA, MARIA JURACI ALEXANDRINO, MAURÍCIO DA COSTA, MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD, REGIANE APARECIDA SEVERINO e SILAS RENATO ANTONIETTI. Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 55/2019 da Vereadora Maria Juraci Alexandrino que: "Institui no âmbito do município de Penha, a Campanha Agosto Lilás a ser realizada anualmente, durante o mês de agosto". Leitura do Parecer Contrário da Comissão de Constituição Justa e Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária Nº 59/2019 das Vereadoras Maria Juraci Alexandrino e Regiane Aparecida Severino que: "Institui a Carteira de Identificação do Autista no âmbito do município de Penha e dá outras providências". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes a Emenda Modificativa nº 1 da Comissão de Constituição Justa e Redação Final que: Emenda modificativa que altera o projeto de lei ordinária nº 61/2019, que "Proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante no âmbito do município de Penha/SC", de autoria do vereador Maurício Olívio Brockveld. Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 61/2019 do Vereador Mauricio Olívio Brockveld que: "Proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante no âmbito do Município de Penha/SC.". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 65/2019 do Vereador Everaldo Dal Posso que: "Acréscita artigo à Lei nº2338, de 05 de março de 2010, para dispor sobre a incidência das normas à pessoa que, não sendo possuidor ou proprietário, for flagrado jogando lixo ou entulhos, em terrenos baldios e dá outras providências". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei Ordinária Nº 23/2019 do Poder Executivo que: "Dispõe sobre o programa adote um posto guarda-vidas no âmbito do município de Penha". Iniciado o GRANDE EXPEDIENTE, em conformidade com o Art. 180 do R.I., fez uso da palavra pelo tempo regimental a vereadora Maria Juraci Alexandrino, dando início a seu pronunciamento, falou sobre o falecimento do Pastor Amauri, bem como suas contribuições às comunidades nas quais participou, dentro e fora do país. Dando continuidade, fez o anúncio da instalação do juizado civil especial e de violência familiar contra a mulher no Município de Penha, assim como sua importância, uma vez que aproximadamente 70% dos processos referentes ao tópico na comarca de Balneário Piçarras são oriundos de Penha. Ato contínuo, o vereador Joaquim Antônio Costa Júnior prestou também seus pêsames aos familiares do Pastor Amauri Geraldo, tido como um grande amigo e sempre engajado nas causas em que fazia parte, em especial como um dos fundadores do movimento Gideões Missionários. O vereador Isac Hamilton da Costa, como próximo orador, fez coro a seus antecessores prestando seus pêsames à família do Pastor Amauri; parabenizando, por sua vez, ao Esporte Clube Beira-Mar pela conquista do tricampeonato amador em Itajaí, bem como a conquista da Taça Itajaí pelos esportistas do Município de Penha. Finalizando, solicitou o encerramento nas obras da Rua André Antônio Gaudino, que foi contemplada por obras de drenagem que, todavia, não foram completamente finalizadas. Ainda nesta localidade, relatou reclamações de pescadores locais acerca do recolhimento de um trator para manutenção por parte do Poder Executivo que nunca foi devolvido. O vereador Maurício da Costa, assumindo a palavra pelo tempo regimental, fez uma oração antes de proceder quanto à explanação acerca de alguns mal-entendidos quanto à Festa do Divino Espírito Santo no município em 2020, realizando a leitura da notificação emitida pelo pároco local, bem como o distanciamento da situação quanto ao processo da Associação Brasileiro de Ateus que, conforme expôs, não se refere à Festa do Divino ou suas vertentes, que goza da proteção da legalidade e legitimidade ao ser revestida pela associação que a representa, mediante adequada prestação de contas anual. O vereador Jesuel Francisco Capela, assumindo a palavra, falou sobre o assalto ocorrido na agência do Município de Penha do Banco do Brasil na última semana e que, graças às câmeras de segurança instaladas, se encontra sob investigação por parte da polícia, falando sobre as solicitações junto ao governador do Estado e prefeito municipal para que seja dobrada a quantidade de câmeras no município. Prestou suas condolências à família do pastor Amauri pelo falecimento deste, fazendo menção também à passagem do Ministro Edson Fachin pelo município pela colocação da vara do juizado civil especial e de violência familiar contra a mulher, bem como sua importância para o município. A vereadora Regiane Aparecida Severino, fazendo uso da palavra pelo tempo regimental, manifestou seu apoio na moção de apoio à ACADIAS, a exemplo de como tem se posicionado em todas as moções de cunho religioso, se prestando de forma imparcial quanto a este tópico. Defendeu as bases religiosas, culturais e ideológicas na execução da Festa do Divino Espírito Santo, a despeito das acusações de que seria esta apenas uma forma de captação de verbas públicas, fazendo menção à participação de sua filha no cortejo e a ausência de qualquer exigência por parte dos organizadores, sendo toda a contribuição dada de espontânea vontade pelos participantes. Falou sobre a grandiosidade da festa, quando comparada com aquelas realizadas em toda a região, desejando toda a sorte na execução da festa em 2020, a exemplo de como tem acontecido nos últimos 183 anos. Finalizando, falou sobre a execução do evento realizado no último dia 14, no salão paroquial da igreja de Santa Lúcia, junto à comunidade. O vereador Maurício Olívio Brockveld, assumindo a tribuna, relatou o diagnóstico recebido por dois médicos atestando que seu neto seria acometido pela Síndrome de Down; demonstrando, em seguida, fotos deste, agora com 5 anos e completamente saudável. Atribuindo, segundo sua esposa, a mudança à intervenção do Divino Espírito Santo, defendeu que é esta a melhor demonstração da função da Festa do Divino, a despeito das acusações de que esta seria realizada como forma de captação de verbas públicas, conforme insinuado. Apresentou fotos relatando o início das obras no reservatório que se encontrava basicamente abandonado na comunidade de Santa Lúcia, atendendo a Santa Lúcia, Gravatá e região. O vereador Luiz Américo Pereira, assumindo a tribuna, falou também acerca do legado deixado pelo pastor Amauri Geraldo, na última madrugada. Relatou então cobranças dos moradores da rua Bom Futuro, Roque Susana, Luiz Gonzaga Medeiros e Antônio Brigido de Souza. Falou também sobre as cobranças dos pescadores da localidade de São Miguel, que, conforme exposto pelo vereador Isac, se encontram sem o trator que os auxilia em seu labor. Falou sobre a audiência pública e reuniões, bem como encaminhamentos ao ministério público, acerca da construção de reservatório atendendo a população municipal. Finalizou falando sobre solicitações por parte dos moradores do bairro de Armação do Itapocoroi no que tange ao trapiche, que necessita urgentemente de reformas. Transmitindo a condução dos trabalhos ao vice-presidente Maurício da Costa, fez uso da tribuna pelo tempo regimental o Exmo. Sr. Vereador Presidente Everaldo Dal Posso, que deu início a seu discurso falando sobre o falecimento do Pastor Amauri. Falou sobre os passos recentemente dados em direção à conquista de uma comarca para o Município, falando também sobre as equipes responsáveis pelas ações de limpeza na Praia do Trapiche no último sábado. Parabenizou aos jogadores e envolvidos na conquista da Taça Itajaí por parte do clube Beira-Mar. Tratando dos desentendimentos envolvendo a ACADIES, pediu que seja promovida a união entre membros e não membros, dada a grandiosidade do evento e sua importância para aqueles que dela participam, prezando sempre pelo diálogo e o bom entendimento. Ato contínuo, deu-se início à ORDEM DO DIA, em conformidade com o Art. 182 do R.I., onde se procedeu a Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 55/2019 da

Vereadora Maria Juraci Alexandrino que: "Institui no âmbito do município de Penha, a Campanha Agosto Lilás a ser realizada anualmente, durante o mês de agosto". Aprovado por unanimidade. Discussão e Votação Única da Emenda Modificativa nº 1 da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final que: Emenda modificativa que altera o projeto de lei ordinária nº 61/2019, que "Proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante no âmbito do município de Penha/SC", de autoria do vereador Maurício Olívio Brockveld. Aprovado por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária nº 61/2019 do Vereador Mauricio Olívio Brockveld que: "Proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante no âmbito do Município de Penha/SC". Aprovado por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 65/2019 do Vereador Everaldo Dal Posso que: "Acrescenta artigo à Lei nº 2338, de 05 de março de 2010, para dispor sobre a incidência das normas à pessoa que, não sendo possuidor ou proprietário, for flagrado jogando lixo ou entulhos, em terrenos baldios e dá outras providências". Aprovado por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 23/2019 do Poder Executivo que: "Dispõe sobre o programa adote um posto guarda-vidas no âmbito do município de Penha". Aprovado por unanimidade. Discussão e Votação Única da Moção de Aplausos Nº 33/2019 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO, a Vereadora infra-assinada, nos termos do Regimento Interno desta Casa, requer seja esta Moção de Aplausos enviada a jovem Tatiana Larissa de Souza por sua conquista, ao ser selecionada para a Olimpíadas de Astronomia promovidas pela escola da Agência Espacial Brasileira (AEB) e Sociedade Astronômica Brasileira (SAB). Aprovado por unanimidade dos presentes, ausentes os vereadores Luiz Américo Pereira e Silas Renato Antonietti. Aprovado por unanimidade. Discussão e Votação Única da Moção de Apoio Nº 41/2019 dos Vereadores ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO, EVERALDO DAL POSSO, ISAC HAMILTON DA COSTA, JESUEL FRANCISCO CAPELA, JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR, LUIZ AMÉRICO PEREIRA, MARIA JURACI ALEXANDRINO, MAURÍCIO DA COSTA, MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD, REGIANE APARECIDA SEVERINO e SILAS RENATO ANTONIETTI, a Câmara Municipal de Penha por iniciativa conjunta dos vereadores manifesta Moção de Apoio a ACADIES - Associação Cultural e Assistencial do Divino Espírito Santo, para que a Festa do Divino no nosso Município continue com o cronograma tradicional dos 183 anos. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Everaldo Dal Posso encerrou a presente sessão convocando para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia trinta de setembro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário.

Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 23 de setembro de 2019.

EVERALDO DAL POSSO

Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD

1º Secretário

ATA 35ª REUNIÃO ORD. 30.09.2019

Publicação Nº 2230897

Ata da 35ª reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Anual da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede às dezenove horas do dia trinta de setembro de 2019. Presentes todos os Senhores Vereadores, havendo quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador EVERALDO DAL POSSO, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião com o início do Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com leitura e votação da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade e o registro de presença dos sres vereadores. INDICAÇÕES: Nº 350/2019 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 351/2019 dos Vereadores JESUEL FRANCISCO CAPELA, MARIA JURACI ALEXANDRINO e REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 352/2019 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 353/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 354/2019 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 355/2019 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 356/2019 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 357/2019 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 358/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 359/2019 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 360/2019 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 361/2019 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 107/2019 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 108/2019 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. REQUERIMENTOS: Nº 71/2019 dos Vereadores ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO, EVERALDO DAL POSSO, ISAC HAMILTON DA COSTA, JESUEL FRANCISCO CAPELA, JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR, LUIZ AMÉRICO PEREIRA, MARIA JURACI ALEXANDRINO, MAURÍCIO DA COSTA, MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD, REGIANE APARECIDA SEVERINO e SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 72/2019 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 73/2019 dos Vereadores JESUEL FRANCISCO CAPELA e SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 75/2019 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 69/2019 de autoria do Vereador EVERALDO DAL POSSO que: "Institui no âmbito do Município de Penha a Semana Farroupilha". Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 33/2019 do Executivo que: "ATRIBUI LOGOTIPO AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA DO MUNICÍPIO DE PENHA, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 38/2019 do Executivo que: "INSTITUI O PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 39/2019 do Executivo que: "CRIA E REGULAMENTA O PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL E ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE PENHA". Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 40/2019 do Executivo que: "INSITUI O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 41/2019 do Executivo que: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A COMPENSAR VALORES DE DÍVIDA ATIVA DO KING TRUCK SHOW EVENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PENHA". Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanente ao Projeto de Lei Ordinária nº 36/2019 do Executivo que: "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Não havendo inscritos para utilização da tribuna durante o GRANDE EXPEDIENTE, em conformidade com o Art. 180 do R.I., fez-se a apresentação do vídeo institucional promovendo a instauração da ouvidoria da Câmara de Vereadores de Penha. Com o início da ORDEM DO DIA, em conformidade com o Art. 182 do R.I., procedeu-se a Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária nº 36/2019 do Executivo que: "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Everaldo Dal Posso encerrou a presente sessão convocando para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia sete de outubro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário.

Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 30 de setembro de 2019.

EVERALDO DAL POSSO

Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD

1º Secretário

CONTRATO Nº 14/2019 VIVO

Publicação Nº 2230838

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2019. CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S.A. ASSINATURA: 11/11/2019. OBJETO: Contratação de empresa de telecomunicações, que possua outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para prestar serviços de telefonia móvel pessoal com cobertura nacional, com fornecimento de 14 assinaturas básicas pós-pagos, tarifa zero intra grupo, sistema de gestão on-line, assinatura mensal pacote de dados para smartphone com franquia mínima de 600mb , plano de minutos VC-1, plano de minutos VC-2, plano de minutos VC-3, com disponibilização de estações móveis (aparelhos) com memória interna de, no mínimo, 64Gb, em regime de Comodato. Valor Estimado: R\$ 36.802,32 (trinta e seis mil oitocentos e dois reais e trinta e dois centavos). Fundamento Legal: O presente Contrato, em regime de execução indireta, decorreu da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 02/2019 ao qual se vincula, e reger-se-á pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, legislação pertinente, cláusulas e condições constantes no Edital do Pregão supracitado, bem como no presente Contrato.

Penha, 12 de novembro de 2019.

Everaldo Dal Posso

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2019, 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230805

Decreto Nº 3/2019

“Concede o Título de Cidadão Honorário de Penha a Senhora Rosana Amara Girardi Fachin”

EVERALDO DAL POSSO, Presidente da Câmara Municipal de penha, faz saber, que, nos termos do inciso XIV,§ 1º do artigo 50 do Regimento Interno

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Título de “CIDADÃO HONORÁRIO DE PENHA” a Senhora Rosana Amara Girardi Fachin em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município.

Art 2º A concessão do título de cidadão honorário de Penha será realizada no dia 16 de dezembro, às 20:00 horas.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a efetuar despesas necessárias à realização da presente homenagem.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 13 de novembro de 2019.

EVERALDO DAL POSSO

Presidente

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, aos 13 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD

1º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2019, 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230806

Decreto Nº 4/2019

“Concede a “Comenda do Mérito Legislativo Expedicionário Tenente Milton Fonseca” ao senhor Joceli Gonzatto Bonotto”.

EVERALDO DAL POSSO, Presidente da Câmara Municipal de penha, faz saber, que, nos termos do inciso XIV,§ 1º do artigo 50 do Regimento Interno

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido a “Comenda do Mérito Legislativo Expedicionário Tenente Milton Fonseca” ao Senhor Joceli Gonzatto Bonotto, em reconhecimento aos relevantes serviços desempenhado no Município.

Art 2º A concessão do título de cidadão honorário de Penha será realizada no dia 16 de dezembro, às 20:00 horas.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a efetuar despesas necessárias à realização da presente homenagem.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 13 de novembro de 2019.

EVERALDO DAL POSSO

Presidente

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, aos 13 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD

1º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 54/2019, 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2230808

Resolução Nº 54/2019

“Torna o Formulário de Avaliação de Risco para a prevenção e o enfrentamento de crimes e demais atos praticados no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher, documento institucional da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara de Vereadores de Penha/SC e dá outras providências”.

EVERALDO DAL POSSO, Presidente da Câmara Municipal de Penha, faz saber que, a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a presente Resolução.

Art. 1º Torna o Formulário de Avaliação de Risco para a prevenção e o enfrentamento de crimes e demais atos praticados no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher, documento institucional da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara de Vereadores de Penha/SC.

Art. 2º O modelo do Formulário de Avaliação de Risco para a prevenção e o enfrentamento de crimes e demais atos praticados no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher é um documento público, criado pela Resolução Federal nº 284, de 5 de junho de 2019, que o Conselho Nacional de Justiça disponibilizou para ampla utilização, podendo os setores que atuam na demanda, ajustá-las de acordo com a necessidade local.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta de rubrica própria do orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 30 de outubro de 2019.

EVERALDO DAL POSSO

Presidente

Registrado e publicado a presente Resolução nesta Secretaria, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD

1º Secretário

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 150/2019

Publicação Nº 2230436

DECRETO Nº. 150/2019
EXONERA SERVIDORA EFETIVA
DANIRA DERSI WEBER SANCHEZ LOPEZ

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido a partir do dia 04/12/2019 a Servidora DANIRA DERSI WEBER SANCHEZ LOPEZ, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "B", do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2.º Face o disposto neste ato, fica revogado o Decreto n.º 75/2016 de 01 de Junho de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 13 de Novembro de 2019
NEUSA KLEIN MARSCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/Novembro/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 565/2019

Publicação Nº 2229727

PORTARIA Nº 565/2019
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora GRACIELI DENISE WUADEN, ocupante do cargo de SECRETÁRIO DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 11 de Novembro de 2019 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de Novembro de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 11/Novembro/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 566/2019

Publicação Nº 2229728

PORTARIA Nº 566/2019
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARCIANE DAISE WUADEN FINGER, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Grupo 3, Nível 1, Classe "C", Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 12 e 13 de Novembro de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 12 de Novembro de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 12/Novembro/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 567/2019

Publicação Nº 2229729

PORTARIA Nº 567/2019
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ODINEI JOSE BERTOTTI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "B", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 13 de Novembro de 2019, no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 13 de Novembro de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/Novembro/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 568/2019

Publicação Nº 2229730

PORTARIA Nº 568/2019
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao Servidor JONATAN PAULO ANTUNES MACIEL ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 18/11 a 17/12/2019, relativo ao período aquisitivo de 06/11/2018 a 05/11/2019, em

conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 13 de Novembro de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/Novembro/2019	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 569/2019

Publicação Nº 2229731

PORTARIA Nº 569/2019
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LUCIANA NILSON, ocupante do cargo efetivo de DIRETOR DE ESCOLA, Grupo 4, Nível 20, Classe "E", Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 18 a 22 de Novembro de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 18 de Novembro de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 18/Novembro/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 570/2019

Publicação Nº 2229806

PORTARIA Nº 570/2019
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora FERNANDA ANDRESSA ENGEL RUPPENTHAL, ocupante das funções do cargo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 14, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 18 a 20 de Novembro de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 18 de Novembro de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
18/Novembro/2019.

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 571/2019

Publicação Nº 2229965

PORTARIA Nº 571/2019
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora BRUNA LETICIA KIRSTEN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 18 a 20 de Novembro de 2019, conforme atestado médico e declaração em anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 18 de Novembro de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
18/Novembro/2019.

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

RELATORIO DE JULGAMENTO DOS REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO CONCURSO PÚBLICO02/2019

Publicação Nº 2229661

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DOS REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
EDITAL Nº 02/2019, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS Nº 02/2019

A Comissão Especial do Concurso Público nº 02/2019, originado pelo Edital nº 02/2019, de 16 de outubro de 2019, designada pelo Decreto nº 137/2019, do Município de Peritiba/SC, torna público o resultado do julgamento dos requerimentos de isenção da taxa de inscrição:

Nº Inscrição	Candidato	CPF	Despacho	Observação
0032	Adriano Cancelli	067.750.489-63	Deferido	Doador de Medula
0021	Alessandra Kavalek Peretto	058.405.849-75	Deferido	Doador de Sangue
0002	Otávio Henrique Kley Vazzi	023.016.229-08	Deferido	Doador de Medula
0007	Ramiro Luiz Calza	086.417.959-60	Deferido	Doador de Sangue
0022	Thaís Azzolini	073.703.599-48	Deferido	Doador de Sangue
0067	Vicente Auriel Tozatti Braga	009.789.700-04	Deferido	Doador de Medula
0059	Luana Paula Dilly Roos	056.563.829-74	Deferido	Doador de Medula
0056	Leandro Marcos de Melo	100.780.239-12	Deferido	Doador de Sangue
0096	Marcos Resmini Kuhn	080.139.419-81	Indeferido	Não atende ao disposto no item 2.1.9 "b" do Edital
0029	Marlete Fatima da Silva Gross	049.990.679-26	Indeferido	Não atende ao disposto no item 2.1.9 "b" do Edital
0042	Helen Aline Jacinto	089.623.229-86	Deferido	Doador de Medula
0090	Leonardo Angonese	050.768.679-99	Deferido	Doador de Medula
0089	Marlon Muller	095.125.659-94	Deferido	Hipossuficiente

Peritiba/SC, em 18 de novembro de 2019.
LIZIANE KLEIN GAERTNER
Presidente

ADEMAR GRAVE
Membro

JAKELINE B. MEZZOMO REGINA
Membro

INES B. LAZZARIN
Membro

Pescaria Brava

PREFEITURA

ANULAÇÃO 06 - PL Nº. 41/2019 TP Nº. 03/19

Publicação Nº 2230054

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA - PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 41/2019 - PMPB

TOMADE DE PREÇOS Nº: 03/2019 - PMPB

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS (LAJOTAS) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA NILTON VARELA NO BAIRRO PONTA DAS LARANJEIRAS.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº: 06 / 2019

Motivo: NA DATA ESTIPULADA PELO EDITAL, NÃO HOUVE NENHUMA EMPRESA INTERESSADA.

Pescaria Brava, 18 de novembro de 2019

INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I. Nº 01/2019

Publicação Nº 2229972

**INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I. Nº 01/2019**

Dispõe sobre a emissão, remessa e armazenamento das informações e documentos necessários ao exame da regularidade dos atos de Admissão de Pessoal e dá outras providências.

A Controladoria Interna do Município de Pescaria Brava, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar Municipal nº 64, de 09 de março de 2018, e,

Considerando a necessidade de disciplinar e padronizar a emissão, remessa e armazenamento das informações e documentos de atos de admissão de pessoal;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno, no âmbito do Município de Pescaria Brava;

Considerando as Instruções Normativas IN.TC-11/2011 e IN.TC-20/2015 do TCE/SC;

RESOLVE:

Art.1º Fica a Secretaria Municipal de Administração, através de seu setor de Recursos Humanos, responsável pelos processos de admissão, remessa e armazenamento, das informações e documentos necessários ao exame da regularidade dos atos de admissão de pessoal.

Art.2º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do seu setor de Recursos Humanos, deverá remeter ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por meio eletrônico – Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – e-sfinge, informações referentes à nomeação em cargos de provimento em comissão, a atos de admissão de pessoal em cargos efetivos e empregados públicos e em função pública temporária, bem como informações sobre os respectivos editais de concurso público ou processo seletivo, conforme o caso, conforme previsto nas Instruções Normativas IN.TC-11/2011 e IN.TC-12/2012 do TCE/SC.

Art. 3º A elaboração de edital de concurso público e de processo seletivo deve conter os dados e informações constantes do Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 4º O processo de admissão de pessoal no serviço público, constituído em meio físico, deve conter os documentos constantes do Anexo II desta Instrução Normativa.



§ 1º Os documentos que compõe os atos de admissão de pessoal no serviço público serão autuados, impreterivelmente até o dia 20 (vinte) de cada mês e com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da nomeação/contratação, constituindo processo, com folhas sequencialmente numeradas em ordem, conforme Anexo III.

§ 2º O setor de Recursos Humanos, submeterá o processo constituído na forma prevista no caput, à Controladoria Municipal, a qual caberá emitir parecer sobre a regularidade do referido ato, constituindo peça integrante do processo correspondente.

§ 3º O processo constituído na forma prevista no caput deve permanecer arquivado no setor de Recursos Humanos à disposição do Tribunal de Contas para eventual exame de sua regular constituição e da legalidade do ato por meio de auditorias e inspeções *in loco*.

§ 4º Mesmo que informatizado, o processo deverá ser arquivado em meio físico de fácil acesso, uma vez que é passível de ser requisitado a qualquer tempo, pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 5º Para a contratação para novas vagas a solicitação deve ser remetida antes ao Setor de Contabilidade para verificação da existência de dotação orçamentária para a admissão e, com a liberação da contabilidade, é enviada ao Secretário de Administração e Finanças para análise da Admissão, conforme Anexo XII.

Art. 5º A omissão, o envio extemporâneo ou o lançamento incorreto das informações no sistema, sem justificativas aceitáveis pelo Tribunal de Contas, podem ensejar a aplicação de penalidades, e de multa a autoridade administrativa, prevista na Lei Complementar nº. 202/2000 do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Os documentos que contenham dados e informações funcionais relacionados ao beneficiário do ato, inclusive emitidos por sistemas informatizados, devem estar assinados pelo responsável por sua emissão.

Art. 7º As declarações de bens com a indicação das fontes de renda permanecerão sob a guarda do setor de Recursos Humanos, organizadas de forma a permitir a pronta localização de quaisquer delas para remessa ao Tribunal de Contas, quando requisitadas.

Art. 8º As informações prestadas ao Tribunal de Contas são de responsabilidade da autoridade que emitiu o ato e do responsável pelo controle interno da unidade.

Art. 9º Os anexos desta Instrução Normativa servem como padrão mínimo e poderão ser substituídos por documentos emitidos pelo sistema informatizado do Município.

Art. 10 Esta Instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.



Pescaria Brava, SC, 12 de Novembro de 2019.

ALVARO DE OLIVEIRA SOUZA
Controlador Interno

De acordo:

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

EDEJANE PEREIRA BERNARDO
Secretária de Administração e Finanças.

FERNANDA DE OLIVEIRA NOBRE
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

O edital de concurso público deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. Objeto do concurso;
2. Indicação do cargo ou emprego, com a respectiva especificação, área de atividade ou especialidade;
3. Regime jurídico a que será submetido o servidor;
4. Carga horária de trabalho;
5. Indicação do local e órgão de lotação dos aprovados;
6. Vencimento ou salário;
7. Vantagens financeiras previstas para o cargo/emprego;
8. Descrição sumária das atribuições do cargo ou emprego;
9. Quantidade de vagas;
10. Período, horário e local de inscrição;
11. Valor da taxa de inscrição, se houver;
12. Requisitos ou exigências para inscrição no concurso e investidura no cargo ou emprego;
13. Menção de que os documentos comprobatórios dos requisitos para investidura no cargo devem ser apresentados no momento da posse;



14. Tipo e número de provas, disciplinas e conteúdo programático;
15. Menção quanto à natureza do concurso (se de provas ou de provas e títulos, conforme previsto no art. 37,II, da CF);
16. Critérios de avaliação, de classificação e de desempate;
17. Data, horário e local de realização das provas ou instruções sobre sua posterior divulgação por meio de edital ou aviso;
18. Instruções sobre as provas e sobre a apresentação de recurso;
19. Definição de prazos para cumprimento de exigências, (convocação, entrega de documentos, declaração de desistência, etc), quando for o caso;
20. Prazo de validade do concurso (segundo o art. 37,III, da CF, o prazo de validade do concurso é de até 2 (dois) anos, prorrogável, apenas uma vez, por igual período. O prazo de prorrogação deve ser igual ao prazo inicial);
21. Normas legais e regulamentares que dão suporte ao edital normativo do concurso;
22. Reserva de vagas para portadores de deficiência em observância ao inciso VIII do art. 37 da Constituição federal;
23. Identificação do órgão ou entidade público que promove o concurso público;
24. Nome da instituição contratada para realizar o concurso, quando o órgão ou entidade promotor não executar diretamente o certame;
25. Havendo previsão de dispensa de pagamento da taxa de inscrição para doadores, deverá ser mencionado o disposto legal que autoriza dispensa de pagamento de inscrição e quais condições;
26. Informar se existe previsão de curso de formação profissional para candidatos a cargo, mencionando a forma de realização deste curso de formação, conforme legislação específica.

OBSERVAÇÕES:

1. O edital deve ser publicado nos termos da Legislação Municipal e em jornal de circulação local (princípio da publicidade, art. 37, caput, da Constituição Federal).
2. O edital deve ser disponibilizado integralmente na internet no site oficial do órgão ou entidade promotora do concurso (princípio da publicidade, art. 37, caput, da Constituição Federal), se houver.
3. As regras atribuídas ao Concurso Público, aplicam-se ao Processo Seletivo Simplificado, salvo disposições em contrário.



ANEXO II FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ADMISSÃO

I – DOCUMENTOS RELATIVOS AO ATO DA ADMISSÃO, NOMEAÇÃO OU CONCURSO.

1. Número do edital;
2. Comprovante de homologação do resultado final do concurso/processo seletivo;
3. Comprovante de publicidade do edital de concurso/processo seletivo e do rol de aprovados;
4. Ato de admissão;
5. Data de publicação do ato de nomeação, conforme legislação pertinente;
6. Existência de cargo/emprego criado por lei;
7. Regime jurídico;
8. Laudo de inspeção de saúde, precedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício;
9. Termo de posse;
10. Lei autorizativa para contratação e justificativa de necessidade temporária, quando for o caso.

II – DOCUMENTOS RELATIVOS AOS DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS

1. Comprovação relativa a:
 - a) Nacionalidade brasileira;
 - b) Gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor)
 - c) Quitação das obrigações militares quando for o caso;
 - d) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação do último pleito eleitoral ou certidão de quitação da justiça eleitoral)
 - e) Idade mínima de 18 anos;
 - f) Habilitação exigida no edital;
2. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público/processo seletivo;
3. Informações concernente aos dados pessoais como: nome, sexo, CPF, número de registro ou matrícula, cargo/emprego/função, classe, nível, padrão e referência de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e número do PIS/PASEP, se houver;
4. Fotocópia da carteira profissional – CTPS (cópia das folhas onde constam a foto e dados, PIS/PASEP, último registro de trabalho e folha subsequente);
5. Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (Anexo IV);
6. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável (Anexo V);
7. Declaração de bens e valores (cópia da Declaração entregue a Receita Federal caso tenha declarado, ou Anexo VI);



8. Declaração de dependentes para fins de desconto do Imposto de renda na Fonte (Anexo VII);
9. Termo de responsabilidade para concessão de salário família (Anexo VIII).

III – OUTROS DOCUMENTOS

1. Certidão de antecedentes criminais, expedida pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais do Foro da(s) Comarca(s) em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
2. Parecer emitido pelo Controle Interno sobre a regularidade do processo de admissão;
3. Nota de conferência (Anexo III);
4. Declaração de relação de parentesco (Anexo IX);
5. Declaração de comprovação de residência (Anexo X);
6. Declaração de concessão de prazo para entrega de documentos (Anexo XI).



ANEXO III NOTA DE CONFERÊNCIA DO PROCESSO DE ADMISSÃO

NOME DO SERVIDOR ADMITIDO:					
CARGO:					
Rol de Documentos – Admissão/Nomeação					
Item	Documentos	C	N	N/A	Fls.
I	DOCUMENTOS RELATIVOS A ADMISSÃO, NOMEAÇÃO OU CONCURSO				
1	Ato de Admissão/Nomeação/Contratação.				
2	Data da publicidade do ato de nomeação/contratação, conforme legislação pertinente.				
3	Número do edital.				
4	Comprovação de homologação (classificação) do resultado final do concurso/seletivo.				
5	Comprovante de publicidade do edital de concurso/seletivo e do rol de aprovados.				
6	Comprovação da existência de cargo/emprego criado em lei.				
7	Regime jurídico.				
8	Laudo de inspeção de saúde, procedido por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício.				
9	Termo de posse (comissionado/concursado).				
10	Lei autorizativa para contratação e justificativa da necessidade temporária, quando for o caso.				
11	Ofício fundamentado solicitando a admissão/nomeação				
II	DOCUMENTOS RELATIVOS AOS DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS				
12	Ficha cadastral preenchida.				
13	Certidão de nascimento.				
14	Cédula de identidade – comprovação a nacionalidade brasileira e a idade mínima de 18 anos.				
15	Cartão de inscrição no CPF.				
16	Comprovante de estado civil.				
17	Título de eleitor – comprovação ao gozo dos direitos políticos.				
18	Comprovante de votação do último pleito eleitoral ou certidão de quitação da justiça eleitoral.				
19	Certificado de quitação da obrigação ao serviço militar.				
20	Comprovante de escolaridade, histórico escolar, diploma ou certificado (registrado no MEC) de acordo com o exigido para o cargo.				
21	Registro em entidade de classe (CRC, CRO, COREM, etc.).				
22	Certidão de regularidade profissional.				
23	Comprovante de cursos específicos, idade mínima, conhecimento e prática, de acordo com o exigido para o cargo.				
24	Tempo de serviço/experiência comprovada, de acordo com o exigido para o cargo				
25	Carteira nacional de habilitação categoria de acordo com o exigido no edital				
26	Fotocópia da carteira profissional – CTPS (cópia das folhas onde constam a foto e dados, PIS/PASEP, último registro de trabalho e folha subsequente).				
27	Certidão de nascimento dos filhos				
28	Comprovante de matrícula dos filhos em idade escolar				
29	Comprovante de vacinação dos filhos				
30	Comprovante de endereço (comprovante de água, luz, que comprove o endereço fixo) ou declaração.				
31	Declaração de acumulação ou não de cargos e de provimento da inatividade				
32	Declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares.				



33	Declaração de bens e valores.				
34	Declaração de dependentes para fins de desconto do imposto de renda na fonte.				
35	Declaração de relação de parentesco.				
36	Declaração de comprovante de residência.				
37	Declaração de concessão de prazo para entrega de documentos.				
III	OUTROS DOCUMENTOS/PROCEDIMENTOS				
38	Autorização expressa do Prefeito Municipal.				
39	Certidão de antecedentes judiciais (civil e criminal, expedidas pelos cartórios das varas cíveis e criminais do foro da(s) Comarca(s) em que teve residência nos últimos 5 anos).				
40	Parecer emitido pelo Controle Interno sobre a regularidade do processo da admissão.				
LEGENDA: C= Consta N= Não consta N/A= Não se aplica					
(Nome legível do servidor responsável)					
Setor de Recursos Humanos					

Observação: Para fins de investidura em cargo público de caráter efetivo, o candidato deverá apresentar os documentos solicitados (originais e cópias frente e verso), que serão autuados por servidor público para esse fim designado, o qual registrará a fé pública (confere com o original).



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO OU NÃO DE CARGOS E DE PROVIMENTO DE
INATIVIDADE

Eu _____, aprovado(a) no concurso/processo seletivo realizado pela Prefeitura de Pescaria Brava e/ou investido em cargo comissionado, para o cargo de _____, DECLARO, para fins de prova junto a este Órgão, que:

() Não ocupo nenhum cargo, emprego ou função em qualquer autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados ou do Município, em conformidade com o Art. 37, inciso XVII da Constituição Federal;

() Ocupo cargo de : _____ com carga horária de _____ horas semanais, no Órgão _____, conforme comprovante anexo;

DECLARO, AINDA, QUE:

() Não irei acumular percepção de vencimento de cargo público com proventos da inatividade conforme é vedado pelo §10º do art. 37 da Constituição federal;

() Irei acumular proventos de inatividade no cargo de _____ com o cargo que ocuparei nesta prefeitura.

DECLARO, sob as penalidades legais, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

Pescaria Brava, _____, de _____, de 20____.

Observação: em se tratando de cargo que não permita acumulação com outro cargo público, o candidato deverá, a partir da posse, solicitar a vacância do cargo anterior, sob pena de responder por acumulação ilegal de cargos.

Assinatura do declarante



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES DISCIPLINARES

Eu _____, classificado(a) em concurso público/processo seletivo e/ou investido em cargo comissionado do Município de Pescaria Brava, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) sob o número _____, declaro sob as penas da lei, para fins de prova junto ao Município de Pescaria Brava, em razão de provimento do cargo de _____, que:

1. Estou em pleno gozo de direitos políticos;
2. Não respondo por atos judiciais irregulares por decisão definitiva do tribunal de Contas da União, e Tribunal de Contas de Estado, do Distrito Federal ou de Município;
3. Não fui punido em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, com decisão definitiva;
4. Não fui condenado em processo criminal por prática de crimes contra a administração pública, capitulados no título XI da parte especial do Código Penal Brasileiro, na Lei n.º 7.492/86 e na Lei n.º 8.429/92.

Declaro ainda que, os dados constantes da presente declaração são expressão da verdade, e configurando-se a não veracidade da declaração prestada, como crime de falsidade ideológica, conforme Art. 299, do Código Penal.

Pescaria Brava, _____, de _____, de 20____.

Assinatura do declarante



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

IDENTIFICAÇÃO

Nome:
Cargo:

DECLARAÇÃO

<input type="checkbox"/> Declaro que não possuo bens	
<input type="checkbox"/> declaro que possuo os bens e valores abaixo especificados	
DESCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)

OBSERVAÇÕES

Constitui crime de falsidade ideológica a omissão de declaração em documento público ou a inserção de declaração falsa de que devia constar, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, juridicamente relevante (artigo 299 do Código Civil Brasileiro).

Pescaria Brava, _____, de _____, de 20____.

Assinatura do declarante



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE DESCONTO DO IMPOSTO
DE RENDA NA FONTE

Fonte Pagadora: PREFEITURA DE PESCARIA BRAVA

Nome do declarante: _____

CPF nº: _____

DEPENDENTES DECLARADOS

Nome Completo	CPF	Relação de Dependência	Data de nascimento

() NÃO HÁ DEPENDENTES

Ciente da proibição da dedução de um mesmo dependente por ambos os cônjuges , declaro sob as penas da lei, que as pessoas acima relacionadas são meus dependentes e não recebem rendimentos tributáveis pelo imposto de renda, não cabendo a V.As. (fonte pagadora) nenhuma responsabilidade perante fiscalização.

Pescaria Brava, _____, de _____, de 20____.

Assinatura do declarante



ANEXO VIII

TERMO DE RESPONSABILIDADE
(CONCESSÃO SALÁRIO FAMÍLIA)

Fonte Pagadora: PREFEITURA DE PESCARIA BRAVA

Nome do declarante: _____
CPF nº: _____BENEFICIÁRIOS

Nome do Filho(a)	Data de nascimento

() NÃO HÁ BENEFICIÁRIOS

Pelo presente TERMO DE RESPONSABILIDADE declaro estar ciente de que deverei comunicar de imediato a ocorrência dos seguintes fatos ou ocorrências que determinam a perda do direito ao salário-família:

- Óbito de filho;
- de cessação da invalidez de filho inválido;
- Sentença judicial que determine o pagamento a outrem (caso de desquite ou separação, abandono de filho ou perda do pátrio poder).

Ciente da proibição da dedução de um mesmo dependente por ambos os cônjuges e ainda, de que a falta de cumprimento ora assumido, além de obrigar a devolução das importâncias recebidas indevidamente, sujeitar-me-á às penalidades previstas no artigo 171 do Código Penal e à rescisão de contrato de trabalho por justa causa, nos termos do artigo 482 da consolidação das Leis do Trabalho.

Pescaria Brava, _____, de _____, de 20____.

Assinatura do declarante



ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

Eu _____, aprovado(a) no concurso público/processo seletivo e/ou investido em cargo comissionado pela Prefeitura de Pescaria Brava para o cargo de _____, para fins do disposto na Súmula Vinculante n.º 13 do Supremo Tribunal Federal que tem caráter cogente, com efeitos erga omnes e vincula toda a administração pública, conforme preceitua o art. 103-a da Constituição Federal, DECLARO

() Não ter

() Ter

Relação de parentesco natural ou civil, na linha reta ou colateral, até o 3º grau, inclusive, ou parentesco por afinidade na linha reta ou colateral, aí abrangidos cônjuges ou companheiros, avós, pais, filhos, irmãos, tios e sobrinhos, alcançando, ainda, o parente colateral de 3º grau do cônjuge ou companheiro, com os servidores investidos em cargos de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Poder Executivo Municipal de Pescaria Brava, bem assim com agentes políticos ou servidores investidos em cargos de direção, chefia ou assessoramento do Poder Legislativo Municipal.

Nome do familiar ou parente: _____

Relação e grau de parentesco: _____

Cargo ocupado: _____

A presente declaração é feita sob pena de responsabilidade penal civil e administrativa, nos termos no art. 299 do código penal brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Súmula Vinculante n.º 13 do Supremo Tribunal Federal, declaro o grau de parentesco, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seguintes do Código Civil) com a(o)(s) servidores/autoridades, acima mencionadas.

Pescaria Brava, _____, de _____, de 20____.

Assinatura do declarante



ANEXO X
DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, brasileiro(a) _____
_____, (estado civil), RG nº _____, órgão
emissor _____, CPF nº _____, residente à
rua/avenida _____, nº _____, cidade _____
_____, estado _____, tendo
sido aprovado no concurso e/ou Processo Seletivo e/ou investido em cargo
comissionado para provimento dos cargos integrantes do Quadro de pessoal da
Prefeitura de Pescaria Brava, DECLARO, sob as penas da Lei (art. 2º da lei federal
nº 7.115/1983), como prova de residência para fins de posse no cargo
de _____, que tive residência e domicílio,
nos últimos 5 anos, no(s) endereço(s) abaixo mencionado(s).

1. _____

2. _____

(se for o caso, especificar o período de residência em cada endereço)

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais,
ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções
civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código
Penal.

Pescaria Brava, _____, de _____, de 20____.

Assinatura do declarante



ANEXO XI
DECLARAÇÃO DE CONCESSÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE
DOCUMENTOS

Eu, _____, aprovado(a) no concurso público/processo seletivo realizado pela prefeitura de Pescaria Brava e/ou investido em cargo comissionado para o cargo de _____, DECLARO, que no prazo impreterível de ____ (_____) dias, da data de apresentação desta, entregarei a Secretaria de Administração os documentos abaixo relacionados, solicitados através da convocação:

DECLARO, estar ciente que a não apresentação dos documentos enumerados, no prazo estipulado, acarretará a perda do direito e a consequente convocação do candidato subsequente e/ou não admissão.

Pescaria Brava, _____, de _____, de 20____.

Assinatura do declarante



ANEXO XII

Requerimento de solicitação de admissão de Pessoal

Solicito ao Sr.(a) Secretário de Administração e Finanças que seja realizada a chamada através do Concurso Público nº ____/20____, Processo Seletivo nº ____/20____, ou Cargo Comissionado, o candidato aprovado para o cargo de _____, com carga horária semanal de _____. Justifico a solicitação por _____

_____.

Informo ainda que o preenchimento da vaga refere-se à:

() substituição de vaga anteriormente ocupada

() preenchimento de nova vaga.

Pescaria Brava/SC, _____ de _____ de _____.

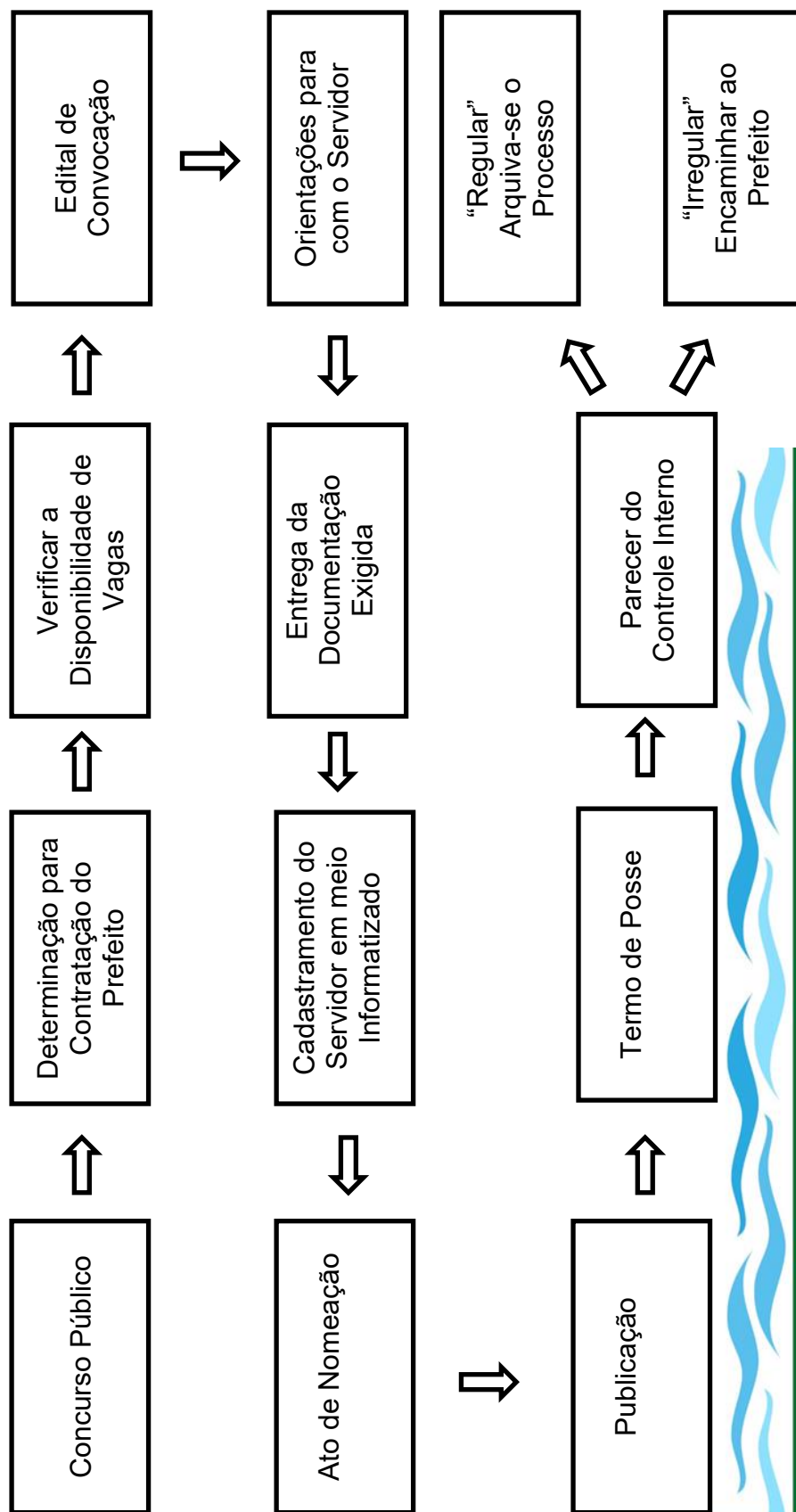
Nome e assinatura do Secretário/Diretor

Indeferido/Deferido do Setor de Contabilidade da existência de dotação orçamentária:

Indeferido/Deferido do Secretário de Administração e Finanças:

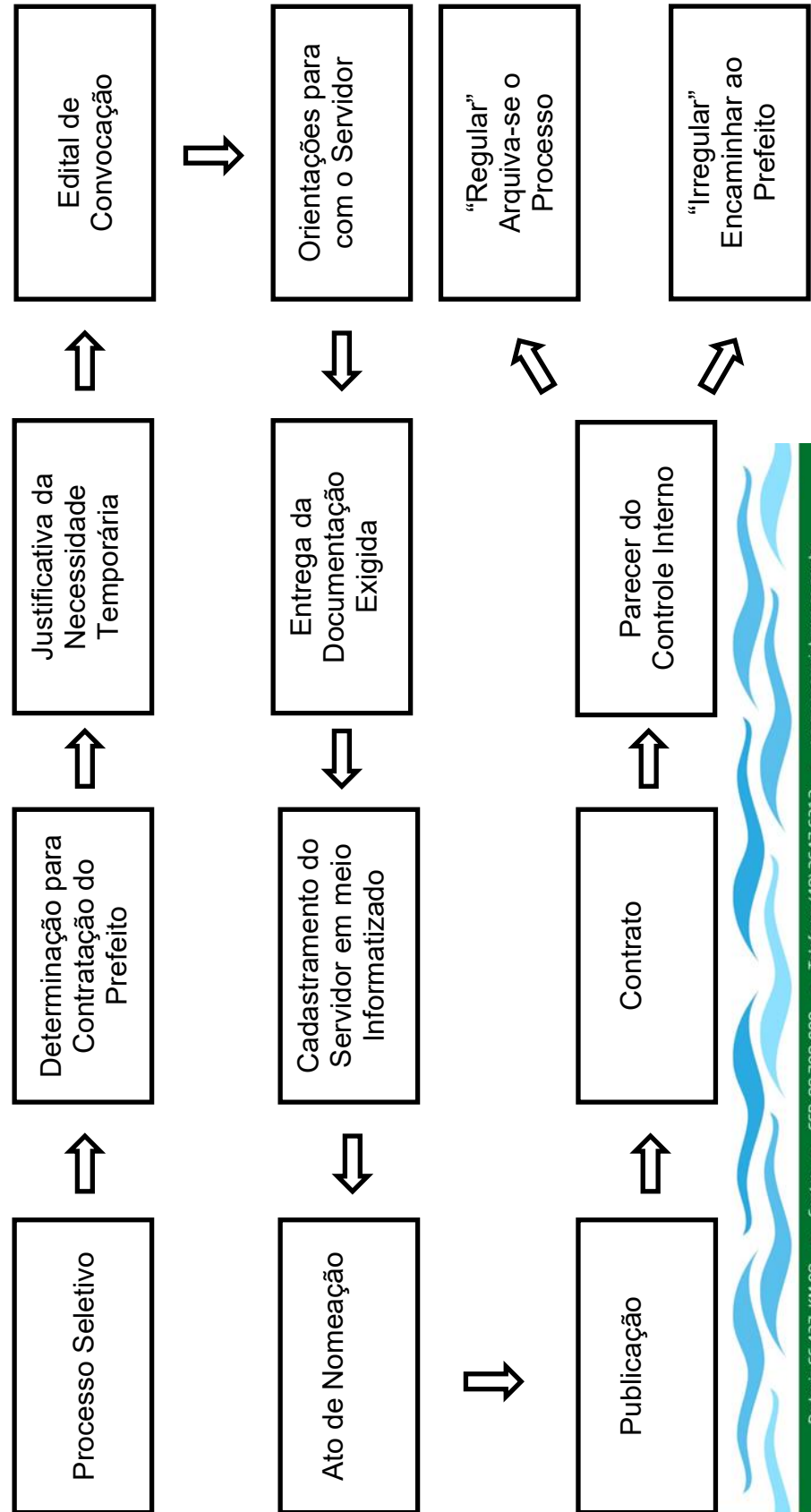


ANEXO XIII FLUXOGRAMA DE ADMISSÃO POR CONCURSO PÚBLICO



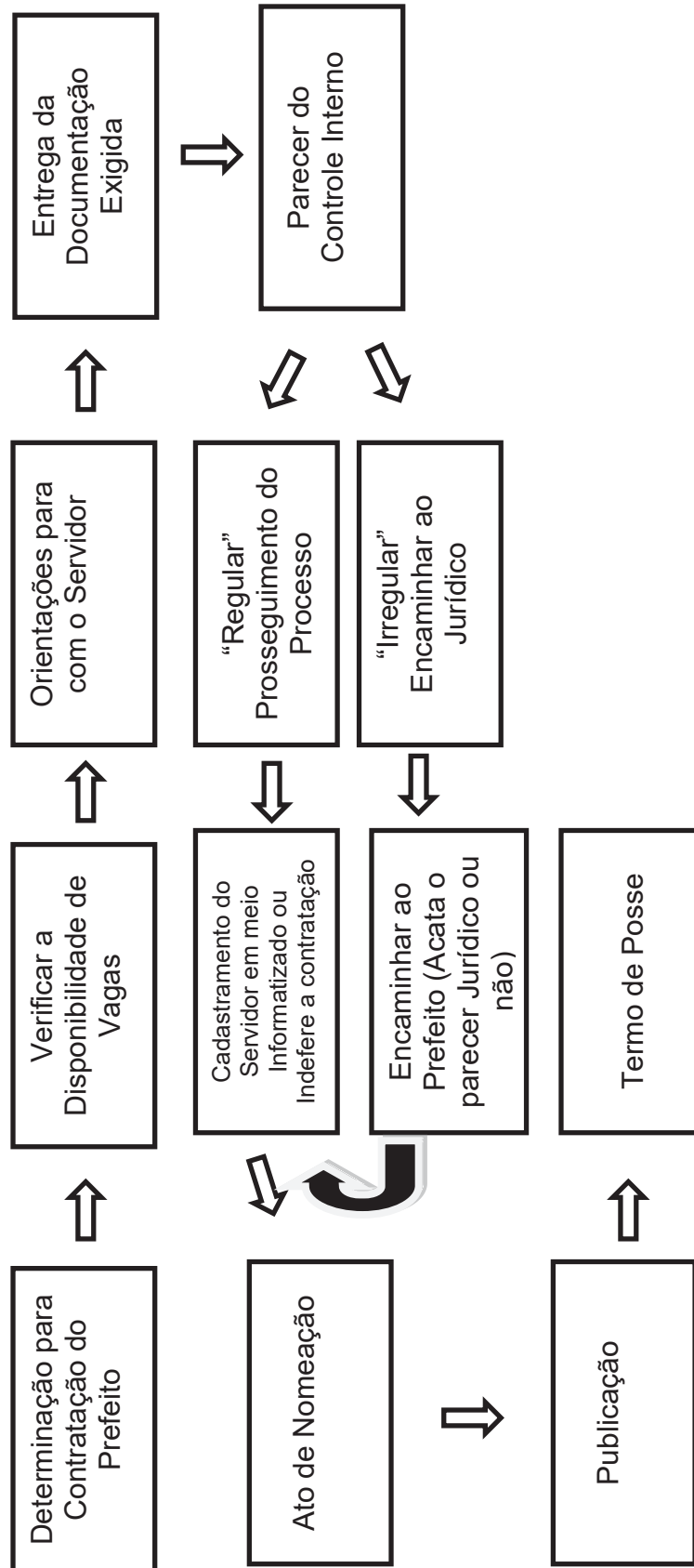


FLUXOGRAMA DE ADMISSÃO POR PROCESSO SELETIVO (TEMPORÁRIO)





FLUXOGRAMA DE ADMISSÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO



INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I. Nº 02/2019

Publicação Nº 2229973

INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I. nº 02/2019

Estabelece normas e procedimentos a serem adotados para a execução e controle de serviços extraordinários (horas extras) pelos servidores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Pescaria Brava – SC e dá outras providências.

A Controladoria Interna do Município de Pescaria Brava, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar Municipal nº 64, de 09 de março de 2018, e,

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno, no âmbito do Município de Pescaria Brava;

Considerando as atribuições de normatização, sistematização e padronização dos procedimentos e rotinas operacionais, a Controladoria Geral do Município, no exercício de sua função de fornecer informações que subsidiem e orientem os procedimentos executados pelos gestores e agentes da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:**CAPÍTULO I****DA FINALIDADE**

Art. 1º A presente Instrução Normativa regulamenta os procedimentos a serem cumpridos pelos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Pescaria Brava - SC, para a execução e controle de serviços extraordinários (horas extras).

CAPÍTULO II**DA ABRANGÊNCIA**

Art. 2º Abrange a Secretaria de Administração e Finanças, através do Departamento de Pessoal, enquanto órgão responsável pela elaboração e coordenação da folha de pagamento, bem como todas as Secretarias e Departamentos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Pescaria Brava - SC.

CAPÍTULO III**DA BASE LEGAL**

Art. 3º O fundamento jurídico encontra-se respaldado no Art. 7º, inciso XVI da Constituição Federal de 1988, Art. 100, inciso IX da Lei Orgânica do Município, e Art. 99 a 101 da Lei Complementar Municipal nº. 67/2018 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

CAPÍTULO IV**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 4º Entende-se por serviço extraordinário, hora extraordinária, hora suplementar ou hora extra, todo período de trabalho excedente à jornada normal de trabalho ao qual o servidor foi contratado.

Art. 5º A realização do serviço extraordinário dependerá da caracterização da necessidade imperiosa, temporária e excepcional do serviço, e deve ocorrer mediante convocação direta do servidor para cumprir jornada de trabalho extraordinária e deve ser precedida de autorização por ato da autoridade superior (Prejulgado nº. 1742 do TCE/SC), conforme contido no formulário do ANEXO I.

Parágrafo Único. Mesmo havendo o registro no Cartão Ponto Eletrônico ou Manual de horas excedendo a jornada de trabalho, o servidor somente terá direito as horas extraordinárias que foram convocadas e autorizadas pela autoridade superior, nos termos do que prevê o art. 25 desta Instrução Normativa.

Art. 6º O serviço extraordinário será permitido respeitando o limite máximo de 02 (duas) horas diárias, em dias úteis, e de, no máximo, 10 (dez) horas diárias em sábados, domingos e feriados.

Parágrafo Único: Os ocupantes de cargos em comissão ou de função gratificada por encargo de chefia não ficarão dispensados do registro da jornada de trabalho, permanecendo, em regime de tempo integral à disposição do órgão em que tiver exercício, sem fazer jus ao recebimento de adicional pelas horas extraordinárias.

Art. 7º O serviço extraordinário de segunda-feira a sexta-feira será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Art. 8º O serviço extraordinário nos domingos e feriados será remunerado com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação a hora normal de trabalho.

Art. 9º Ficará facultado ao Poder Executivo de acordo com o interesse público, transformar dias úteis em folga, em substituição a sábados trabalhados.

Art. 10. O somatório das horas extraordinárias poderão ser transformadas em folgas, à razão de uma por uma, para gozo em data futura, definida pela administração, ou mediante justificativa que comprove a situação de emergência ou interesse público, poder-se-á pagar a integralidade das horas extras realizadas pelo servidor.

Parágrafo Único. O pagamento das horas extraordinárias fica condicionada a disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários nos termos da legislação vigente.

Art. 11. A compensação de horas (folgas) mencionada nos Art. 9º e 10, a critério da administração, se dará mediante preenchimento do formulário contido no Anexo II, e será gerenciado e controlado pelo superior imediato através do registro do Cartão Ponto Eletrônico ou Manual e utilizando-se o banco de horas (Anexo III).

§ 1º Integrarão o banco de horas mencionado no caput, as horas de trabalho excedentes, devidamente autorizadas pela autoridade superior e não remuneradas como horas extras.

§ 2º As horas excedentes realizadas serão compensadas por meio de concessão de folgas, em dia preestabelecido pela administração.

§ 3º A compensação do banco de horas, deverá ocorrer preferencialmente no mesmo mês e obrigatoriamente dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a sua realização.

§ 4º As horas que não forem compensadas dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, serão faturadas como horas extras.

Art. 12. A base de cálculo do adicional por serviço extraordinário é a remuneração do servidor.

Art. 13. Não terá direito ao pagamento do adicional por serviço extraordinário aos servidores ocupantes de cargos comissionados e função de confiança, em razão do seu regime de dedicação integral ao serviço público.

Art. 14. Não terá direito ao pagamento do adicional por serviço extraordinário aos servidores afastados, licenciados, aposentados ou pensionistas e estagiários.

Art. 15. Não terá direito ao pagamento do adicional por serviço extraordinário o servidor que estiver fora de sua jornada de trabalho, em curso, treinamento, seminários, congressos, palestras, reuniões, entre outros (desde que sua participação não seja obrigatória), em razão

dos resultados positivos e permanentes que representam para os servidores, enriquecendo seus currículos.

CAPÍTULO V

DA JORNADA DE TRABALHO E REGISTRO DO CONTROLE PONTO

Art. 16. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 (quarenta) horas e observados os limites mínimo e máximo de 4 (quatro), 6 (seis) e 8 (oito) horas diárias, respectivamente.

Parágrafo Único: O controle da jornada de trabalho deve ser aplicado a todos os servidores, sejam eles titulares de cargos efetivos, empregados públicos, comissionados ou contratados por tempo determinado, inclusive aos estagiários (Prejulgado 2101 do TCE/SC).

Art. 17. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 5 (cinco) minutos, observando o limite máximo de 10 (dez) minutos diários.

Parágrafo Único: As entradas antecipadas não serão computadas como jornada de trabalho extraordinária, exceto, quando da caracterização imperiosa, temporária e excepcional do interesse público do serviço, e/ou quando da utilização para compensação de horas, e deverão ser procedidas de autorização justificada pelo chefe imediato.

Art. 18. Os servidores lotados nas Secretarias/Departamentos/Setores do Poder Executivo Municipal que dispõem do Sistema de Registro de Ponto Eletrônico deverão registrar os horários de entrada e saída no Relógio de Registro de Ponto Eletrônico.

Art. 19. Os servidores lotados nas demais Secretarias/Departamentos/ Setores do Poder Executivo que não possuem o Sistema de Registro de Ponto Eletrônico deverão registrar os horários de entrada e saída na Ficha de Controle Ponto Manual.

Art. 19-A. Os ocupantes do cargo de Agentes Comunitários de Saúde registrarão a frequência biométrica normalmente no Sistema de Registro de Ponto Eletrônico, com quatro registros ao dia.

Parágrafo Único. Nas áreas de extrema distância ou dificuldade de deslocamento está facultado com anuência formalizada caso a caso do Secretário Municipal de Saúde, o registro não presencial da frequência, podendo ser realizado na Ficha de Controle Ponto Manual.

Art. 19-B. De acordo com a realidade local, a necessidade do serviço e com autorização prévia do Secretário Municipal de Saúde, o Agente Comunitário de Saúde poderá realizar visita domiciliar em horários diversos ao de funcionamento da Unidade de Saúde. O tempo previsto de realização da atividade para fins de compensação da carga horária habitual será calculado previamente de comum acordo entre o profissional, o Enfermeiro Supervisor e/ou o Secretário.

§ 1º Este tempo será computado dentro da carga horária de trabalho, não caracterizando horas excedentes ou extraordinárias.

§ 2º Este tempo será explicitado no registro de frequência do servidor daquele mês.

§ 3º As horas realizadas fora do turno habitual do serviço deverão ser compensadas preferencialmente no mesmo mês e obrigatoriamente dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a sua realização, mediante pactuação prévia com o Enfermeiro Supervisor e/ou o Secretário de acordo com a necessidade do serviço.

Art. 20. A apuração da jornada de trabalho, inclusive das horas extras, será feita, obrigatoriamente, através dos registros de entrada ao trabalho, saída para refeição, retorno da refeição e saída do trabalho, sendo obrigatório o registro das quatro marcações diárias, exceto servidores contratados com jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais, que farão o registro de entrada e saída de acordo com o período de trabalho de sua contratação.

Art. 21. O registro do ponto é de responsabilidade do servidor, seguindo as normas e procedimentos estabelecidos, visto que essa obrigatoriedade não pode ser transferida a outro. Porém, caso ocorra, o mesmo poderá ser advertido, de acordo com o que determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º Caso ocorra a falta de marcação, por esquecimento, por falhas no equipamento, por falta de papel, ou por qualquer outro motivo, que impeça o registro do ponto, o servidor deverá comunicar o Chefe imediato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, e entregar ao Departamento de Pessoal o formulário contido no ANEXO II, devidamente preenchido e assinado pelo Chefe imediato, apontando suas respectivas marcações de entrada, intervalo para descanso/almoço e saída, junto com o Relatório de Controle Ponto (mensal).

§ 2º Quando o servidor estiver em curso, treinamento, seminários, congressos, palestras, reuniões, executando trabalho fora do seu estabelecimento, entre outros casos, o mesmo deverá informar ao Departamento de Pessoal através do formulário contido no ANEXO II, devidamente preenchido e assinado pelo Chefe imediato, apontando suas respectivas marcações de entrada, intervalo para descanso/almoço e saída, junto com o Relatório de Controle Ponto (mensal).

§ 3º Caso o servidor efetue alguma marcação indevida, deverá comunicar ao Departamento de Pessoal através do formulário contido no ANEXO II, devidamente preenchido e assinado pelo Chefe imediato, apontando suas respectivas marcações de entrada, intervalo para descanso/almoço e saída, junto com o Relatório de Controle Ponto (mensal).

§ 4º Mensalmente será disponibilizado, no Departamento de Recursos Humanos, a retirada, até o 23º dia do mês, aos servidores que utilizam o Sistema de Registro de Ponto Eletrônico, o Relatório de Controle Ponto (mensal) emitido até o 20º dia do mês, para que possam verificar seus registros, e reconhecer sua autenticidade, por intermédio de sua assinatura.

Art. 22. Quando da realização de serviços extraordinários nos sábados, domingos, feriados, ou em períodos de folga, o registro do ponto deverá ser efetuado na entrada e saída do período suplementar.

§ 1º Quando a hora extra, exceder a 4 (quatro) horas trabalhadas e for inferior a 6 (seis) horas trabalhadas, deverá ser feito o registro do ponto com intervalo para repouso ou alimentação de 15 (quinze) minutos.

§ 2º Quando a hora extra, exceder a 6 (seis) horas trabalhadas, deverá ser feito o registro do ponto com intervalo para repouso ou alimentação de no mínimo 1(uma) hora e no máximo de 2 (duas) horas.

Art. 23. Os servidores devem cumprir integralmente a jornada de trabalho mensal fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, sem faltas, para ter direito ao recebimento de seu vencimento integral.

§ 1º Certas ausências são legais e justificadas (atestado médico, e as estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), mas devem ser comunicadas com antecedência ao Chefe imediato, quando possível, e justificadas através do formulário contido no ANEXO II e acompanhada de comprovante.

§ 2º As faltas não abonadas, acarretarão, além da perda do vencimento integral correspondente, a redução legal das férias, conforme estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 24. O servidor que necessitar chegar com atraso, sair com antecedência ou se ausentar durante o expediente, deverá comunicar com antecedência o seu Chefe imediato, através do formulário contido no ANEXO II.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 25. Os Secretários e/ou responsáveis pelas Secretarias/Departamentos devem encaminhar até o 23º dia do mês ao Departamento de

Pessoal:

I - Convocação e Autorização para Realização de Horas Extras (Anexo I);

II - Solicitação e Justificativa para Abono para Falta, Atraso, Saída Antecipada, Horas Extraordinárias e Compensação de Horas (Anexo II);

III - Relatório de Cartão Ponto Eletrônico (mensal) emitido até o 20º dia do mês; ou

IV - Ficha de Controle Ponto Manual dos servidores que realizaram serviços extraordinários ou tiveram faltas para abonar dos vencimentos, e até o 2º dia do mês subsequente dos demais servidores.

V – Os Secretários e/ou responsáveis pelas Secretarias/Departamentos, deverão elaborar em conjunto com a justificativa citada no inciso II, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pelo servidor, assim como, acostar documentação que comprove a realização da hora extraordinária, tais como, Lista de Presença, Documentos de Atendimentos, Fotos, relatório de execução e atividades desenvolvidas dos serviços, Locais da Execução dos serviços, e etc., sempre com assinatura do servidor e do seu responsável imediato.

§ 1º Os serviços extraordinários, bem como as faltas para abonar dos vencimentos, realizados após o 20º dia do mês, serão lançados no mês subsequente.

§ 2º Todos os documentos, devem estar devidamente assinados pelo servidor, bem como pelo Chefe imediato de acordo com a lotação do servidor.

Art. 26. O Departamento de Pessoal, quando do recebimento dos documentos mencionados no Artigo anterior efetuará:

I – Verificação da convocação e autorização para a realização de serviços extraordinários (Anexo I), emanado da autoridade competente.

II – Verificação do número de horas extraordinárias realizadas, através do Relatório de Cartão Ponto Eletrônico ou Ficha de Controle Ponto Manual e confrontação com o autorizado (Anexo I).

III – Verificação se o número de horas extraordinárias realizadas, não ultrapassou o número máximo de horas extraordinárias mencionadas no Art. 6º desta Instrução Normativa, bem como o estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

IV – Verificação das faltas não abonadas (Anexo II).

V – Após verificação dos incisos anteriores, e estando tudo em ordem e de acordo com a legislação, o Departamento de Pessoal:

a) Encaminhará para conhecimento e ciência do Chefe do Poder Executivo Municipal.

b) Fará o lançamento no Sistema da Folha e encaminhará para pagamento.

c) Providenciará o arquivamento e organização dos documentos de forma a permitir a pronta localização, quando solicitadas pelos órgãos de Controle.

Art. 27. O descumprimento dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa, implicará no indeferimento pelo Departamento de Pessoal, da concessão de gratificação por serviço extraordinário, bem como acarretará penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pescaria Brava - SC.

Art. 28. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 176/2017.

Pescaria Brava, SC, 12 de Novembro de 2019.

Alvaro de Oliveira Souza
Controlador Interno

De acordo:

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA Prefeito Municipal	Edejane Pereira Bernardo Secretária de Administração e Finanças.
---	---

FERNANDA DE OLIVEIRA NOBRE

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I**CONVOCAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

DE:	NOME DA SECRETARIA / DEPARTAMENTO
PARA:	DEPARTAMENTO DE PESSOAL
ASSUNTO:	CONVOCAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS

Em cumprimento ao Art. 100 da Lei Complementar nº 67/2018 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Art. 5º da Instrução Normativa – Controladoria nº. 003/2019 Convoco e autorizo o servidor xxxx (nome do servidor), ocupante do cargo de provimento xxxx (efetivo / ACT) de xxxx (nome do cargo), lotado nesta(e) Secretaria/Departamento, à prestar serviço extraordinário, no(s) dia(s), quantidade e motivo abaixo especificados:

DIA(S) PREVISTO(S) PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO			
___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___
___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___
___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___
___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___
___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___

TOTAL DE HORAS EXTRAS AUTORIZADAS PARA O(S) DIA(S) PREVISTO(S) ACIMA

50% (2ª a 6ª Feira)

____hs____min

100% (sábados, domingos e feriados)

____hs____min

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E DESCRIÇÃO DO SERVIÇO A SER REALIZADO

As horas extras prestadas deverão ser anotadas na Folha Ponto do Servidor para fins de cômputo e pagamento, nos termos da Instrução Normativa – Controladoria nº. 003/2019.

Serra Alta, SC, xx de xxxxxxx de 20xx.

NOME E ASSINATURA NOME E ASSINATURA
Chefe Imediato Servidor Municipal

APRECIÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

DEFERIR

INDEFERIR

Data:

Assinatura do Chefe do
Poder Executivo:

ANEXO II

SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA / ABONO PARA FALTA, ATRASO, SAÍDA ANTECIPADA E COMPENSAÇÃO DE HORAS

SOLICITANTE:

Mês/Ano:
XXXX/20XX

Nome:

XXXXXXXXXXXX

Matrícula:

XXX

Cargo:

XXXXXXXXXXXX

Lotação:

XXXXXXXXXXXX

OCORRÊNCIA

Data da Ocorrência:

Horário (Manhã)

Horário (Tarde)

FALTA

ATRASSO

SAÍDA ANTECIPADA

COMPENSAÇÃO DE HORAS

TRABALHO EXTERNO (Cursos...)

FALTA DE MARCAÇÃO (Ponto)

OUTROS (Especificar):

JUSTIFICATIVA

(*) A Justificativa somente será considerada se houver comprovante em anexo

(*) Casamento

(*) Doação de Sangue

(*) Nascimento/Adoção de Filho

Amamentar o próprio Filho

(*) Óbito de Familiar (Especificar Parentesco):

(*) Elaboração Boletim de Ocorrência

(*) Audiência / Juizado

(*) Atestado Médico

Interesse Particular

(*) Acompanhamento de Filho / Dependente ao Médico

Cursos, Treinamentos, Seminários, Congressos, Palestras, Reuniões, Outros Casos...

Esquecimento de Registro do Ponto

Compensação de Horas

Horário (Manhã)

Horário (Tarde)

Data:

OUTROS (Especificar):

COMENTÁRIOS:

Data de Entrega:

Assinatura do Servidor:

APRECIÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO

ABONAR

NÃO ABONAR

BANCO DE HORAS



Data:	Assinatura do Superior Imediato:	
APRECIACÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO		
DEFERIR		INDEFERIR
Data:	Assinatura do Chefe do Poder Executivo:	

ANEXO III

BANCO DE HORAS						
Ano:						
Mês:					Jornada de Trabalho	
Jornada de trabalho / dia:		06:00:00		07:30:00	às	11:30:00
Saldo de Horas / mês anterior:		00:00:00		13:30:00	às	17:30:00
SERVIDOR:						
	MANHÃ		TARDE			
DIA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	HORAS TRABALHADAS	SALDO DE HORAS DO DIA
1					00:00:00	00:00:00
2					00:00:00	00:00:00
3					00:00:00	00:00:00
4					00:00:00	00:00:00
5					00:00:00	00:00:00
6					00:00:00	00:00:00
7					00:00:00	00:00:00
8					00:00:00	00:00:00
9					00:00:00	00:00:00
10					00:00:00	00:00:00
11					00:00:00	00:00:00
12					00:00:00	00:00:00
13					00:00:00	00:00:00
14					00:00:00	00:00:00
15					00:00:00	00:00:00
16					00:00:00	00:00:00
17					00:00:00	00:00:00
18					00:00:00	00:00:00
19					00:00:00	00:00:00
20					00:00:00	00:00:00
21					00:00:00	00:00:00
22					00:00:00	00:00:00
23					00:00:00	00:00:00
24					00:00:00	00:00:00
25					00:00:00	00:00:00
26					00:00:00	00:00:00
27					00:00:00	00:00:00
28					00:00:00	00:00:00
29					00:00:00	00:00:00
30					00:00:00	00:00:00
31					00:00:00	00:00:00
Saldo do mês:						00:00:00
				Saldo do mês anterior:		00:00:00
				Saldo para o próximo mês:		00:00:00
NOME E ASSINATURA				NOME E ASSINATURA		
Chefe Imediato				Servidor		

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO TOMADA DE PREÇOS 012/2019

Publicação Nº 2230363

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 012/2019
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 05/12/2019, Licitação Modalidade TOMADA DE PREÇO nº 012/2019, que VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, CONSISTENTE NA EXECUÇÃO DO PROJETO DE SEGURANÇA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO, DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 05/12/2019, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 266/2019.

Publicação Nº 2230963

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 266/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n.º 001/2019 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Administração do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: marcia aparecida da silva
CPF n.º 077.433.209-36
Endereço: Rua José Rabuske – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado marcia aparecida da silva, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 001/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA Administração função de "Servente", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.º 001/2019, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.448,58 (Hum mil quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Administração.

3.2. O contrato vigorará da data de 14 de novembro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

A contratada executará as seguintes funções:

- Receber, orientar, encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas em dependências do órgão; - Montar, reparar e ajustar máquinas e ferramentas; - Efetuar limpeza das dependências internas e externas das instalações dos órgãos da Administração Pública; - Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndio ou quaisquer outros relativos à segurança do órgão; - Executar serviços internos de entrega de documentos e mensagens; - Realizar serviços relacionados com cozinha e copa do órgão; - Executar ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente; - Verificar instalações hidráulicas elétricas e sanitárias durante o seu turno a fim de detectar possíveis irregularidades e providenciar, a tempo, as medidas recomendáveis; - Controlar a movimentação de veículos, a entrada e saída de volumes, bens móveis e pessoas; - Registrar sua passagem pelos postos de controle, acionando o relógio especial de ponto para comprovar a regularidade de sua ronda, quando necessário; - Solicitar socorro às autoridades competentes, imediatamente nos casos de incêndio, enchentes, ameaças de desabamentos, vendavais, atentados contra a integridade física o contra a vida, comunicando o fato à chefia imediata; - Relatar as anormalidades verificadas no seu turno de trabalho; - Executar outras atividades compatíveis com o cargo; - Realizar reparos, compatíveis com seu conhecimento; - Auxiliar nas atividades de correspondência interna, deslocamento de móveis, equipamentos, materiais de expediente; - Auxiliar no controle e organização do almoxarifado; - Instalar equipamentos para os quais não se exige conhecimento técnico; - Auxiliar em todas as atividades internas para as quais se exige trabalho braçal; - Controlar o uso e consumo de energia elétrica e outros bens da administração, a fim de evitar desperdício; - Executar outras atividades compatíveis com o cargo e similares as suas atribuições.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades a CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 14 de novembro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar

12 (doze) meses.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 14 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Marcia Aparecida da Silva

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

DECRETO Nº 5.099, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230707

DECRETO Nº 5.099, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2019

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 2.100 de 05 de novembro de 2019.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto no ano de 2019, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais).

Artigo 2º - O crédito adicional especial definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Orçamentária:5001 - INSTITUTO DE PREV. DO SERV. PUBLICO MUNICIPAL

Função:9 - Previdência Social

Subfunção:272 - Previdência do Regime Estatutário

Programa:8 - Previdência A Servidores Públicos

Ação:2.30 - PAGAMENTO A INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.91.00.00 Fonte : 01.75

Artigo 3º - Para cobertura do crédito adicional especial definido no artigo 2º,será anulado o valor da seguinte dotação orçamentária do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto:

Unidade Orçamentária:5001 - INSTITUTO DE PREV. DO SERV. PUBLICO MUNICIPAL

Função:9 - Previdência Social

Subfunção:272 - Previdência do Regime Estatutário

Programa:8 - Previdência A Servidores Públicos

Ação:2.30 - PAGAMENTO A INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.00.00 Fonte : 01.75

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.106, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230197

DECRETO Nº 5.106, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.039 de 22 de outubro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saúde Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 184

3.3.93.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos R\$ 30.000,00

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 182

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde R\$ 15.000,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, decorre da anulação da seguinte dotação orçamentária, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais):

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 179

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 558/2019

Publicação Nº 2230958

PORTARIA Nº 558, de 14 de novembro DE 2019.

exonera Marcia Aparecida da Silva da função temporária de Servente.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir 14 de novembro de 2019 a servidora Marcia Aparecida da Silva, nomeada pela Portaria nº 75/2019, para exercer a função temporária de Servente, lotada na Secretaria de Administração, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 14 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 559/2019

Publicação Nº 2230960

PORTARIA Nº 559, DE 14 de novembro DE 2019.

Contrata Marcia Aparecida da Silva PARA OCUPAR a função temporária DE Servente.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 14 de novembro de 2019, Marcia Aparecida da Silva, brasileira, portadora CPF nº 077.433.209-36, residente e domiciliada na Luis Vieceli, São José, neste município de Pinheiro Preto -SC, para ocupar a função de Servente, nível de vencimento SEG-01,

carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração, e filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 14 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 560/2019

Publicação Nº 2230546

PORTARIA Nº 560, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico para Sistema de Segurança Preventivo contra Incêndio no Ginásio Municipal de Esportes no Município de Pinheiro Preto, na forma dos seguintes anexos:

I – ANEXO I: Projeto Preventivo contra Incêndio e Fechamento com guarda-corpo metálico do Ginásio de Esportes – Memorial Descritivo;

II – ANEXO II: Orçamento

III – ANEXO III: Cronograma Global

IV – ANEXO IV: Quadro de composição de Investimentos-QCI

V ANEXO V: Planta Pavimento Térreo, Projeto Preventivo contra Incêndio – Centro do Idoso – Prancha 00;

VI ANEXO VI: Planta Pavimento Térreo, Projeto Preventivo contra Incêndio – Ginásio de Esportes – Prancha 01;

VII ANEXO VII: Planta Pavimento Superior, Projeto Preventivo contra Incêndio – Ginásio de Esportes – Prancha 02;

VIII – ANEXO VIII: Planta Pavimento Superior, Projeto Preventivo contra Incêndio – Ginásio de Esportes – Prancha 04;

Art. 2º Determinar à comissão de licitação o lançamento do edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 14 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito

PORTARIA 561/2019

Publicação Nº 2230961

PORTARIA Nº 561, de 18 de novembro DE 2019.

exonera Andressa Neis da função temporária de Atendente de creche.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir 18 de novembro de 2019 a servidora Andressa neis, nomeada pela Portaria nº 57/2019, para exercer a função temporária de Atendente de Creche, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 18 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO Nº1217/2019

Publicação Nº 2230368

DECRETO Nº 1.217/2019, de 18 de Novembro de 2.019
Aprova desmembramento de Lote Urbano.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.490/2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO do imóvel de Propriedade de ÁGUAS QUENTES HOTEL E LAZER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 97.418.602/0001-03, com sede na Av. 18 de Fevereiro, Balneário – Piratuba – SC. Proprietário do imóvel matrícula nº 27.070, com área de 19.500,75 m² (Dezenove mil e quinhentos metros quadrados e setenta e cinco decímetros quadrados), do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal, situado na Av. 18 de Fevereiro na cidade de Piratuba - SC, ficando assim caracterizado:

Descrição: Área da Matrícula

Proprietários: Águas Quentes Hotel e Lazer LTDA Município: Piratuba

Comarca: Capinzal UF: Santa Catarina

Matrícula: 27.070 Área Total: 19.500,75 m²

Desmembramento de um terreno em 04 áreas, de PROPRIEDADE de ÁGUAS QUENTES HOTEL E LAZER LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 97.418.602/0001-03, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Piratuba/SC. Imóvel registrado no OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAPINZAL, com Matrícula nº 27.070, com metragem total de 19.900,75 m², (dezenove mil e novecentos metros e setenta e cinco centímetros quadrados), situado na quadra 55, setor I, na Avenida 18 de Fevereiro, bairro balneário, Piratuba/SC.

DESCRIÇÃO DA MATRÍCULA 27.070

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Lote urbano sem denominação, com área superficial de 19.500,75 m² (dezenove mil e quinhentos metros e setenta e cinco centímetros quadrados), situado a Avenida 18 de fevereiro, Quadra 55, (cinquenta e cinco), Setor I, na cidade de Piratuba-SC. Confronta pela frente com o imóvel nº27.067 na extensão de 20,00 metros, com o imóvel da matrícula 27.068 na extensão de 20,00 metros, com o imóvel da matrícula 27.069 na extensão de 20,40 metros (vinte vírgula quarenta) metros; com a avenida 18 de fevereiro nas extensões de 24,00 (vinte e quatro) metros e 96,00 (noventa e seis) metros. Pela lateral esquerda, confronta com a avenida 18 de fevereiro, nas extensões de 100,00 (cem) metros, 50,00 (cinquenta) metros, 27,00 (vinte e sete) metros, e 12,00 (doze) metros; com o imóvel de propriedade de GM construtora e incorporadora Ltda. ME. Silva, nas extensões de 45,00 (quarenta e cinco) metros, e 40,00 (quarenta) metros, com o imóvel de propriedade de Amauri da Silva, nas extensões de 45,00 (quarenta e cinco) metros, 60,00 (sessenta) metros, 24,00 (vinte e quatro) metros e 170,00 (cento e setenta) metros.

Pelos fundos, confronta com o imóvel de Fabia Christina Vicari & Cia. Ltda., na extensão de 19,00 (dezenove) metros. Pela lateral direita, confronta com o imóvel de Águas Quentes Hotel e Lazer Ltda., nas extensões de 160,00 (cento e sessenta) metros, 93,00 (noventa e três) metros, 184,00 (cento e oitenta e quatro) metros e 70,00 (setenta) metros; e com imóvel de propriedade do Condomínio Concórdia, nas extensões de 12,00 (doze) metros e 20,00 (vinte) metros.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO

ÁREA DESMEMBRADA 01

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Lote urbano sem denominação, com área superficial de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado a Avenida 18 de fevereiro, Quadra 55, (cinquenta e cinco), Setor I, na cidade de Piratuba-SC. Confronta pela Frente: 15,00 (quinze) metros com a Avenida 18 de Fevereiro; Fundos: 15,00 (quinze) metros com área remanescente. Lateral esquerda: 30,00 (trinta) metros com área remanescente (ÁREA APP); Lateral direita: 30,00 (trinta) metros com área desmembrada nº02.

ÁREA DESMEMBRADA 02

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Lote urbano sem denominação, com área superficial de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado a Avenida 18 de fevereiro, Quadra 55, (cinquenta e cinco), Setor I, na cidade de Piratuba-SC. Confronta pela Frente: 15,00 (quinze) metros com a Avenida 18 de Fevereiro; Fundos: 15,00 (quinze) metros com área remanescente. Lateral esquerda: 30,00 (trinta) metros com área desmembrada nº01; Lateral direita: 30,00 (trinta) metros com área desmembrada nº 03.

ÁREA DESMEMBRADA 03

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Lote urbano sem denominação, com área superficial de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados) situado a Avenida 18 de fevereiro, Quadra 55, (cinquenta e cinco), Setor I, na cidade de Piratuba-SC. Confronta pela Frente: 20,00 (vinte) metros

com a Avenida 18 de Fevereiro; Fundos: 20,00 (vinte) metros com área remanescente. Lateral esquerda: 30,00 (trinta) metros com área desmembrada nº02; Lateral direita: 30,00 (trinta) metros com área remanescente.

ÁREA DESMEMBRADA 04

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Lote urbano sem denominação, com área superficial de 540,00 m² (quinhentos e quarenta metros quadrados) situado a Avenida 18 de fevereiro, Quadra 55, (cinquenta e cinco), Setor I, na cidade de Piratuba-SC. Confronta pela Frente: 18,00 (dezoito) metros com a Avenida 18 de Fevereiro; Fundos: 18,00 (dezoito) metros com área remanescente. Lateral esquerda: 30,00 (trinta) metros com área remanescente; Lateral direita: 30,00 (trinta) metros com matrícula 27.069 de propriedade de Jacovino Viti.

ÁREA REMANESCENTE

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Lote urbano sem denominação, com área superficial de 17.460,75 m² (dezessete mil quatrocentos e sessenta metros e setenta e cinco centímetros quadrados), situado a Avenida 18 de fevereiro, Quadra 55, (cinquenta e cinco), Setor I, na cidade de Piratuba-SC. Confronta pela frente, com a Avenida 18 de fevereiro, nas extensões de 6,00 (seis) metros e 18,00 (dezoito) metros; com a área desmembrada nº 03 em 20,00 (vinte) metros, área desmembrada nº 02 em 15,00 (quinze) metros e área desmembrada nº 01 em 15,00 (quinze) metros; com avenida 18 de fevereiro em 22,00 (vinte e dois) metros; Pelos fundos, confronta com o imóvel de Fabia Christina Vicari & Cia. Ltda., na extensão de 19,00 (dezenove) metros; Pela lateral esquerda, confronta com a Avenida 18 de fevereiro, nas extensões de 100,00 (cem metros), 50,00 (cinquenta) metros, 27,00 (vinte e sete) metros, e 12,00 (doze) metros; com o imóvel de propriedade de GM construtora e incorporadora Ltda. ME. Silva, nas extensões de 45,00 (quarenta e cinco) metros, e 40,00 (quarenta) metros, com o imóvel de propriedade de Amauri da Silva, nas extensões de 45,00 (quarenta e cinco) metros, 60,00 (sessenta) metros, 24,00 (vinte e quatro) metros e 170,00 (cento e setenta) metros; Pela lateral direita, confronta com o imóvel de Águas Quentes Hotel e Lazer Ltda., nas extensões de 160,00 (cento e sessenta) metros, 93,00 (noventa e três) metros, 184,00 (cento e oitenta e quatro) metros e 70,00 (setenta) metros; e com imóvel de propriedade do Condomínio Concórdia, nas extensões de 12,00 (doze) metros e 20,00 (vinte) metros.

APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

De acordo com a LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012., Seção I. Artigo 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas. I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30,00 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; Fica delimitado uma área de 1.680,93 m² (um mil seiscentos e oitenta metros e noventa e três centímetros quadrados) dentro do perímetro da área remanescente a ser desmembrada. Com a seguinte descrição: confronta pela frente em 22,00 (vinte e dois metros) com Avenida 18 de fevereiro; Pela lateral esquerda, confronta com Avenida 18 de fevereiro, nas extensões de 100,00 (cem) metros e 50,00 (cinquenta) metros; Pelos fundos, confronta com a área remanescente em 21,18 (vinte e um metros e dezoito centímetros quadrados); Pela lateral direita, confronta com área desmembrada nº01 em 30,00 (trinta) metros; com área remanescente em 13,91 (treze virgula noventa e um) metros, 40,27 (quarenta virgula vinte e sete) metros, 12,72 (doze virgula setenta e dois) metros, 29,34 (vinte e nove virgula trinta e quatro). Tudo em conformidade com a Planta Topográfica e Memorial Descritivo assinado por James Jones Silvestre: ENG. CIVIL – CREA/SC: 047441-4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga disposições em contrário.

Piratuba-SC, 18 de Novembro de 2019.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 18 de Novembro de 2019.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº1218/2019

Publicação Nº 2230393

DECRETO Nº 1.218/2019, de 18 de Novembro de 2019
Aprova desmembramento de Lote Urbano.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.490/2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO do imóvel de Propriedade da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana, inscrita no CNPJ sob nº 82.815.226/00001-05, estabelecida na Rua Leoberto Leal, s/n na Cidade de Piratuba – SC, proprietário do imóvel Lote Urbano, sem denominação, com área de 2.135,20 m² (dois mil, cento e trinta e cinco vírgula vinte metros quadrados) matrícula 27.602 do livro nº 2 "CG" do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Capinzal SC, imóvel localizado na Rua Leoberto Leal, neste Município de Piratuba – SC, conforme mapa assinado pelo Responsável técnico Moacir Aquino Registro RNP 2512540987, teve seu desmembramento aprovado pela

Prefeitura Municipal de Piratuba, ficando assim caracterizado:

Proprietário: Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Piratuba

Município: Piratuba

Comarca: Capinzal UF: SC

Matrícula: 27.602

Área Total: 2.135,20 M²

MEMORIAL DESCRITIVO ÁREA 01:

Proprietário: Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Piratuba

Município: Piratuba

Comarca: Capinzal UF: SC

Matrícula: 27.602

Área: 709,40 M² Perímetro: 124.50 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N 6966744.478 m E 423599.055 m; deste, segue confrontando com Imóvel da matrícula nº 26.424 de propriedade de Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Piratuba; com os seguintes azimutes e distâncias: 286°03'17" e 44.50 m até o vértice M2, de coordenadas N 6966756.785 m E 423556.290 m; deste, segue confrontando com Rua Leoberto Leal; com os seguintes azimutes e distâncias: 29°55'49" e 22.62 m até o vértice M3, de coordenadas N 6966776.389 m E 423567.577 m; deste, segue confrontando com Parte do mesmo lote da matrícula nº 27.602 de propriedade de Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Piratuba; com os seguintes azimutes e distâncias: 119°48'54" e 17.17 m até o vértice M4, de coordenadas N 6966767.853 m E 423582.473 m; deste, segue confrontando com Parte do mesmo lote da matrícula nº 27.602 de propriedade de Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Piratuba; com os seguintes azimutes e distâncias: 170°36'59" e 5.23 m até o vértice M5, de coordenadas N 6966762.697 m E 423583.325 m; deste, segue confrontando com Parte do mesmo lote da matrícula nº 27.602 de propriedade de Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Piratuba; com os seguintes azimutes e distâncias: 84°33'39" e 15.30 m até o vértice M6, de coordenadas N 6966764.148 m E 423598.561 m; deste, segue confrontando com Imóvel da matrícula nº 14.152 de propriedade de Josemar da Silva e Sandra da Silva; com os seguintes azimutes e distâncias: 178°33'51" e 19.68 m até o vértice M1, de coordenadas N 6966744.478 m E 423599.055 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o Wgr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

=====

Estação	Vante	Coord.	Norte	Coord.	Este	Azimute	Distância	Fator	Escala	Latitude	Longitude
---------	-------	--------	-------	--------	------	---------	-----------	-------	--------	----------	-----------

=====

M1	M2	6966744.478	423599.055	286°03'17"	44.50	0.99967167	27°25'14.03760"	S	51°46'22.56807"	W
M2	M3	6966756.785	423556.290	29°55'49"	22.62	0.99967175	27°25'13.62901"	S	51°46'24.12269"	W
M3	M4	6966776.389	423567.577	119°48'54"	17.17	0.99967173	27°25'12.99420"	S	51°46'23.70721"	W
M4	M5	6966767.853	423582.473	170°36'59"	5.23	0.99967170	27°25'13.27461"	S	51°46'23.16666"	W
M5	M6	6966762.697	423583.325	84°33'39"	15.30	0.99967170	27°25'13.44234"	S	51°46'23.13680"	W
M6	M1	6966764.148	423598.561	178°33'51"	19.68	0.99967167	27°25'13.39826"	S	51°46'22.58161"	W

=====

MEMORIAL DESCRITIVO ÁREA 02:

Imóvel: Parte da matrícula nº 27.602

Proprietário: Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Piratuba

Município: Piratuba

Comarca: Capinzal UF: SC

Matrícula: 27.602

Área: 1.425,80 M² Perímetro: 160.01 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N 6966765.106 m E 423609.965 m; deste, segue confrontando com

Matricula nº 14.152 de propriedade de Josemar da Silva, Sandra da Silva; com os seguintes azimutes e distâncias: 359°17'40" e 8.68 m até o vértice M2, de coordenadas N 6966773.783 m E 423609.858 m; deste, segue confrontando com Lote 1B Matricula nº 18.612 de propriedade de Nelson Ângelo Sartori e Ivonete Terezinha Sartori ; com os seguintes azimutes e distâncias: 359°17'27" e 11.12 m até o vértice M3, de coordenadas N 6966784.903 m E 423609.720 m; deste, segue confrontando com Lote 1A Matricula nº 18.611 de propriedade de Irma Sartori e Outros ; com os seguintes azimutes e distâncias: 359°17'33" e 31.88 m até o vértice M4, de coordenadas N 6966816.780 m E 423609.327 m; deste, segue confrontando com Rua Leoberto Leal ;com os seguintes azimutes e distâncias: 236°45'52" e 30.02 m até o vértice M5, de coordenadas N 6966800.327 m E 423584.218 m; deste, segue confrontando com Rua Leoberto Leal ; com os seguintes azimutes e distâncias: 219°38'13" e 4.08 m até o vértice M6, de coordenadas N 6966797.188 m E 423581.617 m; deste, segue confrontando com Rua Leoberto Leal ; com os seguintes azimutes e distâncias: 214°01'18" e 25.09 m até o vértice M7, de coordenadas N 6966776.389 m E 423567.577 m; deste, segue confrontando com Rua Leoberto Leal ; com os seguintes azimutes e distâncias: 119°48'54" e 17.17 m até o vértice M8, de coordenadas N 6966767.853 m E 423582.473 m; deste, segue confrontando com Matricula nº 27.602 de propriedade de Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Piratuba ; com os seguintes azimutes e distâncias: 170°36'59" e 5.23 m até o vértice M9, de coordenadas N 6966762.697 m E 423583.325 m; deste, segue confrontando com Matricula nº 27.602 de propriedade de Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Piratuba ; com os seguintes azimutes e distâncias: 84°33'39" e 15.30 m até o vértice M10, de coordenadas N 6966764.148 m E 423598.561 m; deste, segue confrontando com Matricula nº 27.602 de propriedade de Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Piratuba; com os seguintes azimutes e distâncias: 85°11'52" e 11.44 m até o vértice M1, de coordenadas N 6966765.106 m E 423609.965 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

=====

Estação Vante Coord. Norte Coord. Este Azimute Distância Fator Escala Latitude Longitude.

=====

M1 M2 6966765.106 423609.965 359°17'40" 8.68 0.99967165 27°25'13.36943" S 51°46'22.16608" W
M2 M3 6966773.783 423609.858 359°17'27" 11.12 0.99967165 27°25'13.08742" S 51°46'22.16801" W
M3 M4 6966784.903 423609.720 359°17'33" 31.88 0.99967165 27°25'12.72602" S 51°46'22.17052" W
M4 M5 6966816.780 423609.327 236°45'52" 30.02 0.99967165 27°25'11.69000" S 51°46'22.17763" W
M5 M6 6966800.327 423584.218 219°38'13" 4.08 0.99967170 27°25'12.21962" S 51°46'23.09576" W
M6 M7 6966797.188 423581.617 214°01'18" 25.09 0.99967170 27°25'12.32111" S 51°46'23.19119" W
M7 M8 6966776.389 423567.577 119°48'54" 17.17 0.99967173 27°25'12.99420" S 51°46'23.70721" W
M8 M9 6966767.853 423582.473 170°36'59" 5.23 0.99967170 27°25'13.27461" S 51°46'23.16666" W
M9 M10 6966762.697 423583.325 84°33'39" 15.30 0.99967170 27°25'13.44234" S 51°46'23.13680" W
M10 M1 6966764.148 423598.561 85°11'52" 11.44 0.99967167 27°25'13.39826" S 51°46'22.58161" W

=====

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga disposições em contrário.

Piratuba-SC, 18 de Novembro de 2019.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93 Em 18 de Novembro de 2019	
--	--

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº1219/2019

Publicação Nº 2230405

DECRETO Nº 1.219/2019, de 18 de Novembro de 2019.

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior no valor de R\$ 10.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.490/2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 90.00 – ENCARGOS ESPECIAIS

Unidade: 90.01 – Encargos Especiais

Projeto/Atividade: 0.002 – Sentenças Judiciais – Precatórios e Pasep

Modalidade: 183 – 3.1.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Pessoal e Encargos R\$ 10.000,00

TOTAL: R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial em 31/12/2018 por fonte de recursos, conforme segue:

Fonte de Recursos – 0.3.0000 – Recursos Ordinários – Superávit Financeiro R\$ 10.000,00

TOTAL: R\$ 10.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 18 de novembro de 2019.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93 Em 18 de novembro de 2019	
--	--

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 422/2019

Publicação Nº 2229724

PORTARIA Nº 422/2019

EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA A PEDIDO

CATARINA APARECIDA VETTORI MINKS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, s/nº, na cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº11/R-3.158.244, inscrita no CPF sob o nº916.249.089-34, servidora efetiva desta municipalidade no cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL, conforme Portaria nº070/2002 de 19 de fevereiro de 2002, sendo declarada a vacância do referido cargo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 12 de novembro de 2019.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017.
Em 12 de novembro de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 423/2019

Publicação Nº 2229725

PORTARIA Nº423/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE SUPERVISOR DE COMPRAS

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

DESIGNA

FABIO MATZENBACHER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Avenida Brasil, na cidade e município de Ipira-SC, portador da carteira de identidade nº 2.818.617 e CPF sob o nº 018.864.559-45, servidor efetivo desta municipalidade no cargo de Escriturário, para exercer concomitantemente com seu cargo a função de SUPERVISOR DE COMPRAS com remuneração do cargo, em substituição ao titular Carlos Alberto Maltauro, em seu período de férias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 28 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 14 de novembro de 2019.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 14 de novembro de 2.019

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 4950/2019

Publicação Nº 2229695

DECRETO Nº 4950/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECRETA PONTO FACULTATIVO EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC, NO DIA 22 DE NOVEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 52 da Lei Complementar Municipal Nº 021, de 07 de Junho de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo, em todo o território do Município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no dia 22 de Novembro de 2019 (sexta-feira), dia após o feriado municipal do Dia da Padroeira do Município de Planalto Alegre, que se comemora em 21 de Novembro, estabelecido pelo Art. 52 da Lei Complementar Municipal Nº 021 de 07 de Junho de 2010. Retornando as atividades normalmente no dia 25 de Novembro de 2019 (segunda-feira).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 18 de novembro de 2019.

JUARES BET

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

RREO - 5º BIM-BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Publicação Nº 2230549



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No 5º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 5º Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.211.591,00	15.211.591,00	2.483.737,86	16,33	12.968.497,86	85,25	2.243.093,14
RECEITAS CORRENTES	14.709.691,00	14.709.691,00	2.186.302,86	14,86	12.130.437,86	82,47	2.579.253,14
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	685.977,00	685.977,00	117.132,67	17,08	742.266,26	108,21	(56.289,26)
Impostos	560.359,00	560.359,00	79.759,25	14,23	496.460,81	88,60	63.898,19
Taxas	114.490,00	114.490,00	37.373,42	32,64	245.805,45	214,70	(131.315,45)
CONTRIBUIÇÕES	11.128,00	11.128,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.128,00
Contribuição de Melhoria	45.000,00	45.000,00	13.580,44	30,18	55.193,32	122,65	(10.193,32)
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	45.000,00	45.000,00	13.580,44	30,18	55.193,32	122,65	(10.193,32)
RECEITA PATRIMONIAL	74.901,00	74.901,00	14.306,49	19,10	91.998,03	122,83	(17.097,03)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	1.050,45	0,00	7.139,08	0,00	(7.139,08)
Valores Mobiliários	74.901,00	74.901,00	13.256,04	17,70	84.858,95	113,29	(9.957,95)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.070,00	1.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	288.900,00	288.900,00	22.995,00	7,96	85.688,68	29,66	203.211,32
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	4,29	0,00	4,29	0,00	(4,29)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	288.900,00	288.900,00	22.990,71	7,96	85.684,39	29,66	203.215,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.578.098,00	13.578.098,00	2.005.741,76	14,77	11.082.351,27	81,62	2.495.746,73
Transferências da União e de suas Entidades	8.034.770,00	8.034.770,00	979.539,57	12,19	6.148.298,87	76,52	1.886.471,13
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.366.228,00	4.366.228,00	818.605,87	18,75	3.897.136,93	89,26	469.091,07
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.177.000,00	1.177.000,00	207.596,32	17,64	1.035.738,32	88,00	141.261,68
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	100,00	100,00	0,00	0,00	1.177,15	1.177,15	(1.077,15)
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.745,00	35.745,00	12.546,50	35,10	72.940,30	204,06	(37.195,30)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	11.770,00	11.770,00	5.288,44	44,93	26.415,27	224,43	(14.645,27)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.420,00	6.420,00	0,00	0,00	419,24	6,53	6.000,76

Identificador: WPR3011101-443-XDOST-311792526 - Emitido por: MARINES NICARETTA

Pag 1 / 5



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	17.555,00	17.555,00	7.258,06	41,34	46.105,79	262,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(28.550,79)
RECEITAS DE CAPITAL	501.900,00	501.900,00	297.435,00	59,26	838.060,00	166,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(336.160,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	750,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	750,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400,00	400,00	297.435,00	74,358,75	614.310,00	153.577,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(613.910,00)
Transferências da União e de suas Entidades	200,00	200,00	297.435,00	148.717,50	614.310,00	307.155,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(614.110,00)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.211.591,00	15.211.591,00	2.483.737,86	16,33	12.968.497,86	85,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.243.093,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.211.591,00	15.211.591,00	2.483.737,86	16,33	12.968.497,86	85,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.243.093,14
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.211.591,00	15.211.591,00	2.483.737,86	16,33	12.968.497,86	85,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.243.093,14
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.036.473,31	-	-	710.247,45	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	1.036.473,31	-	-	710.247,45	-	-	-	-	-	-	-

Identificador: WPR3011101-443-XDOST-311792526 - Emitido por: MARINES NICARETTA



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 5º Bimestre (i)
			No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (f)		No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.211.591,00	17.968.426,76	2.495.216,50	14.325.355,05	3.643.071,71	2.490.817,57	12.399.721,86	5.568.704,90	12.199.186,44
DESPESAS CORRENTES	14.070.811,00	15.035.550,40	1.624.049,41	12.441.016,50	2.594.533,90	2.330.786,14	11.540.677,30	3.494.873,10	11.340.142,28
Pessoal e Encargos Sociais	7.426.850,00	7.578.443,52	1.248.240,05	6.267.587,07	1.310.856,45	1.251.738,82	6.259.140,83	1.319.302,69	6.250.706,77
Juros e Encargos da Dívida	130.000,00	130.000,00	0,00	10.000,00	120.000,00	624,45	4.087,14	125.912,86	4.087,14
Outras Despesas Correntes	6.513.961,00	7.327.106,88	375.809,36	6.163.429,43	1.163.677,45	1.078.422,87	5.277.449,33	2.049.657,55	5.085.348,37
DESPESAS DE CAPITAL	1.127.940,00	2.920.036,36	871.167,09	1.884.338,55	1.035.697,81	160.031,43	859.044,56	2.060.991,80	859.044,16
Investimentos	1.083.940,00	2.876.036,36	871.167,09	1.841.337,11	1.034.699,25	152.857,63	823.200,57	2.052.835,79	823.200,17
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	44.000,00	44.000,00	0,00	43.001,44	998,56	7.173,80	35.843,99	8.156,01	35.843,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.840,00	12.840,00	0,00	0,00	12.840,00	0,00	0,00	12.840,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.211.591,00	17.968.426,76	2.495.216,50	14.325.355,05	3.643.071,71	2.490.817,57	12.399.721,86	5.568.704,90	12.199.186,44
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.211.591,00	17.968.426,76	2.495.216,50	14.325.355,05	3.643.071,71	2.490.817,57	12.399.721,86	5.568.704,90	12.199.186,44
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	568.776,00	-	769.311,42
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.211.591,00	17.968.426,76	2.495.216,50	14.325.355,05	-	2.490.817,57	12.968.497,86	-	12.968.497,86
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 18/11/2019, às 16:02:47.

¹ O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

NOTA:



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No 5º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 5º Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR301101-443-XDOST-311792526 - Emitido por: MARINES NICARETTA

Pág 4 / 5



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEIÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 5º Bimestre (i)
			No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (f)		No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-5º BIM -DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

Publicação Nº 2230557



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			Em Reais	
			No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.211.591,00	17.968.426,76	2.495.216,50	14.325.355,05	100,00	3.643.071,71	2.490.817,57	12.399.721,86	100,00	5.568.704,90
LEGISLATIVA	695.600,00	695.600,00	90.490,40	504.907,55	3,52	190.692,45	105.107,20	484.199,57	3,90	211.400,43
Ação Legislativa	695.600,00	695.600,00	90.490,40	504.907,55	3,52	190.692,45	105.107,20	484.199,57	3,90	211.400,43
ADMINISTRAÇÃO	1.803.000,00	1.963.000,00	209.320,48	1.692.652,68	11,82	270.347,32	291.275,24	1.544.366,67	12,45	418.633,33
Administração Geral	1.803.000,00	1.963.000,00	209.320,48	1.692.652,68	11,82	270.347,32	291.275,24	1.544.366,67	12,45	418.633,33
SEGURANÇA PÚBLICA	65.800,00	81.871,02	2.124,41	55.650,76	0,39	26.220,26	8.134,05	48.375,93	0,39	33.495,09
Defesa Civil	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
Demais Subfunções	52.800,00	68.871,02	2.124,41	55.650,76	0,39	13.220,26	8.134,05	48.375,93	0,39	20.495,09
ASSISTÊNCIA SOCIAL	687.550,00	687.550,00	43.109,89	516.715,91	3,61	170.834,09	82.980,10	475.360,39	3,83	212.189,61
Assistência à Criança e ao Adolescente	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,02	7.860,40	0,00	0,00	0,03	7.860,40
Assistência Comunitária	676.550,00	676.550,00	43.109,89	513.576,31	3,59	162.973,69	82.980,10	472.220,79	3,81	204.329,21
SAÚDE	3.350.450,00	4.220.029,81	398.867,35	3.584.813,31	25,02	635.216,50	677.995,89	3.339.453,44	26,93	880.576,37
Atenção Básica	2.478.000,00	3.261.350,47	478.251,04	2.914.602,32	20,35	346.748,15	551.957,93	2.731.839,21	22,03	529.511,26
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	627.840,00	659.905,61	(132.006,91)	463.692,70	3,24	196.212,91	69.512,79	404.449,38	3,26	255.456,23
Supporte Profilático e Terapêutico	217.220,00	226.260,94	50.687,42	157.312,60	1,10	68.948,34	54.194,37	153.959,16	1,24	72.301,78
Vigilância Sanitária	27.390,00	72.512,79	1.935,80	49.205,69	0,34	23.307,10	2.330,80	49.205,69	0,40	23.307,10
EDUCAÇÃO	3.240.481,00	3.372.546,36	421.974,49	2.694.387,54	18,81	678.158,82	525.001,44	2.611.543,36	21,06	761.003,00
Ensino Fundamental	2.250.881,00	2.331.328,84	274.905,55	1.804.349,25	12,60	526.979,59	364.617,93	1.751.909,56	14,13	579.419,28
Ensino Profissional	80.100,00	80.100,00	60,00	53.865,00	0,38	26.235,00	8.290,00	33.895,00	0,27	46.205,00
Educação Infantil	866.700,00	918.317,52	147.008,94	807.553,29	5,64	110.764,23	147.323,51	804.273,80	6,49	114.043,72
Educação Especial	42.800,00	42.800,00	0,00	28.620,00	0,20	14.180,00	4.770,00	21.465,00	0,17	21.335,00
CULTURA	70.200,00	130.200,00	12.468,74	78.341,59	0,55	51.858,41	11.713,20	63.142,25	0,51	67.057,75
Diffusão Cultural	70.200,00	130.200,00	12.468,74	78.341,59	0,55	51.858,41	11.713,20	63.142,25	0,51	67.057,75
URBANISMO	843.900,00	970.900,00	49.547,01	768.354,24	5,36	202.545,76	81.986,93	676.054,08	5,45	294.845,92
Serviços Urbanos	843.900,00	970.900,00	49.547,01	768.354,24	5,36	202.545,76	81.986,93	676.054,08	5,45	294.845,92
HABITAÇÃO	100.200,00	100.200,00	10.000,00	52.600,00	0,37	47.600,00	10.000,00	52.600,00	0,42	47.600,00
Habituação Urbana	100.200,00	100.200,00	10.000,00	52.600,00	0,37	47.600,00	10.000,00	52.600,00	0,42	47.600,00
SANEAMENTO	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Saneamento Básico Urbano	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
AGRICULTURA	894.300,00	1.163.122,24	50.344,88	943.920,43	6,59	219.201,81	154.680,27	769.022,63	6,20	394.099,61
Extensão Rural	894.300,00	1.163.122,24	50.344,88	943.920,43	6,59	219.201,81	154.680,27	769.022,63	6,20	394.099,61
INDÚSTRIA	20.300,00	20.300,00	0,00	0,00	0,00	20.300,00	0,00	0,00	0,00	20.300,00
Promoção Industrial	20.300,00	20.300,00	0,00	0,00	0,00	20.300,00	0,00	0,00	0,00	20.300,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	936.700,00	1.624.502,52	475.176,47	1.040.619,60	7,26	583.882,92	163.495,18	496.653,07	4,01	1.127.849,45
Promoção Comercial	59.200,00	59.200,00	10.000,00	21.382,85	0,15	10.645,05	19.205,76	19.205,76	0,15	39.994,24
Turismo	112.200,00	323.215,68	29.465,63	228.952,06	1,60	94.263,62	91.354,42	176.128,91	1,42	147.086,77
Demais Subfunções	765.300,00	1.242.086,84	435.710,84	790.284,69	5,52	451.802,15	61.495,71	301.318,40	2,43	940.768,44
TRANSPORTE	1.823.430,00	2.238.924,81	700.912,58	1.957.002,14	13,66	281.922,67	309.268,68	1.490.568,48	12,02	748.356,33
Transporte Rodoviário	1.823.430,00	2.238.924,81	700.912,58	1.957.002,14	13,66	281.922,67	309.268,68	1.490.568,48	12,02	748.356,33
DESPORTO E LAZER	285.500,00	305.500,00	30.879,80	194.448,28	1,36	111.051,72	39.199,33	173.536,86	1,40	131.963,14
Desporto Comunitário	285.500,00	305.500,00	30.879,80	194.448,28	1,36	111.051,72	39.199,33	173.536,86	1,40	131.963,14
ENCARGOS ESPECIAIS	381.140,00	381.140,00	0,00	240.941,02	1,68	140.198,98	29.980,06	174.845,13	1,41	206.294,87
Serviço da Divisão Interna	174.000,00	174.000,00	0,00	53.001,44	0,37	120.998,56	7.798,25	39.931,13	0,32	134.068,87

Identificador: WPR3021101-443-NOQM-311792711 - Emitido por: MARINES NICARETTA

Pag 1 / 3



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

Transferências	172.140,00	172.140,00	0,00	172.140,00	1,20	0,00	22.181,81	119.114,42	0,96	53.025,58
Outros Encargos Especiais	35.000,00	35.000,00	0,00	15.799,58	0,11	19.200,42	0,00	15.799,58	0,13	19.200,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.840,00	12.840,00	0,00	0,00	0,00	12.840,00	0,00	0,00	0,00	12.840,00
TOTAL (III) = (I + II)	15.211.591,00	17.968.426,76	2.495.216,50	14.325.355,05	100,00	3.643.071,71	2.490.817,57	12.399.721,86	100,00	5.568.704,90

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 18/11/2019, às 16:06:22.

NOTA:

Identificador: WPR3021101-443-NOQZM-311792711 - Emitido por: MARINES NICARETTA

Pág 2 / 3



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS					
	(a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		(b)	% (b/III b)	(d)	% (d/III d)
					(e) = (a-d)

RREO-5º BIM -DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Publicação Nº 2230566



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Novembro/2018	Dezembro/2018	Janeiro/2019	Fevereiro/2019	Março/2019	Abril/2019	Maió/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019	Setembro/2019	Outubro/2019		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.404.878,03	1.924.049,76	1.422.656,88	1.566.924,92	1.336.414,32	1.459.675,53	1.496.903,74	1.346.256,39	1.727.732,01	1.335.285,40	1.284.883,12	1.289.387,94	17.595.048,04	17.376.773,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	63.541,19	90.182,78	46.393,89	85.844,29	86.222,67	138.778,73	71.495,85	59.600,83	66.399,20	70.398,13	61.844,91	55.287,76	895.990,23	685.997,00
IPU	1.604,62	5.563,62	3.318,03	13.134,49	15.924,39	52.560,24	9.217,49	4.672,00	3.864,72	5.637,06	2.511,51	993,39	119.001,56	122.515,00
ISS	16.100,11	27.839,42	12.793,17	13.753,46	14.619,62	13.753,46	11.343,05	11.870,07	12.320,17	14.228,89	13.233,23	12.566,15	169.883,76	181.974,90
ITBI	0,00	4.896,00	7.992,21	2.087,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.780,00	0,00	0,00	18.355,63	102.859,10
IRRF	31.945,09	29.280,97	2.805,67	23.895,35	21.042,94	45.364,86	25.024,74	20.958,55	30.442,09	25.124,46	25.075,78	25.289,19	306.249,69	153.010,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.891,37	22.602,77	19.684,81	32.973,57	34.635,72	31.677,56	25.910,57	22.149,86	19.772,22	21.627,72	20.934,39	16.439,03	282.299,59	125.618,00
Contribuições	5.844,86	11.033,01	0,00	6.867,62	6.089,66	6.129,20	5.319,73	5.656,68	5.959,16	5.590,83	6.877,91	6.702,53	72.071,19	45.000,00
Receita Patrimonial	7.490,69	8.504,81	6.778,10	7.696,94	7.917,59	18.545,60	9.137,84	8.723,79	10.433,84	8.457,84	7.186,00	7.120,49	107.993,53	74.901,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	5.797,12	6.522,96	5.496,30	7.005,00	7.224,26	17.587,57	8.633,65	8.464,32	9.229,51	7.962,30	6.498,91	6.757,13	97.179,03	74.901,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.693,57	1.981,85	1.281,80	691,94	693,33	958,03	504,19	259,47	1.204,33	495,54	687,09	363,36	10.814,50	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	7.661,49	9.240,66	7.518,74	4.250,64	2.779,70	11.213,56	8.326,09	8.197,43	11.780,53	8.526,99	11.250,86	11.744,14	102.590,83	288.900,00
Transferências Correntes	1.318.152,16	1.792.606,92	1.360.357,06	1.459.642,22	1.223.817,36	1.261.284,53	1.398.749,69	1.257.394,20	1.624.879,60	1.238.199,04	1.191.225,98	1.202.483,98	16.328.792,74	16.245.180,00
Cota-Parte do FPM	576.972,19	1.009.705,25	712.854,55	783.028,06	586.286,84	712.854,55	734.046,07	578.206,50	790.095,22	577.153,58	513.751,82	472.975,26	7.907.602,67	8.570.700,00
Cota-Parte do ICMS	426.578,11	460.672,04	466.494,89	452.866,89	425.622,69	436.565,02	429.117,99	419.650,67	424.724,81	427.692,46	445.386,95	448.976,70	5.265.249,22	4.922.000,00
Cota-Parte do IPVA	12.233,73	9.940,90	20.695,15	26.383,41	22.572,23	26.111,13	25.116,82	19.417,30	27.922,59	24.442,48	24.294,49	20.773,46	259.273,89	321.000,00
Cota-Parte do ITR	18,08	0,00	60,70	18,72	12,67	29,84	0,00	28,65	15,86	66,37	363,23	1.523,73	2.137,85	2.140,00
Transferências da LC 87/1996	1.266,23	1.266,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.260,00
Transferências da LC 61/1989	5.787,05	6.973,18	5.324,17	5.635,95	5.443,09	5.518,29	5.403,43	5.666,66	5.736,48	5.134,21	6.258,73	5.538,90	68.420,14	67.410,00
Transferências do FUNDEB	104.859,15	115.641,50	108.721,11	110.735,16	100.648,74	102.594,78	107.627,54	98.276,43	98.663,10	100.875,14	105.218,19	102.378,13	1.256.238,97	1.177.000,00
Outras Transferências Correntes	190.137,62	188.407,82	46.206,49	80.974,03	83.231,10	118.478,14	96.837,84	136.147,79	277.751,54	102.834,80	95.952,57	150.317,80	1.567.277,54	1.165.670,00
Outras Receitas Correntes	2.187,64	12.481,58	1.609,09	2.623,21	9.587,34	3.714,54	6.683,46	6.683,46	8.279,68	4.112,57	6.409,04	6.049,04	87.609,52	35.745,00
DEDUÇÕES (II)	204.630,88	237.070,00	241.085,70	253.586,40	207.987,29	208.042,11	238.856,65	204.952,34	186.664,62	206.897,60	198.010,83	189.957,37	2.577.383,27	2.667.082,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	204.630,88	237.070,00	241.085,70	253.586,40	207.987,29	208.042,11	238.856,65	204.952,34	186.664,62	206.897,60	198.010,83	189.957,37	2.577.383,27	2.667.082,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	1.200.247,15	1.686.979,76	1.181.571,18	1.313.338,52	1.128.427,03	1.251.633,42	1.258.047,09	1.141.662,57	1.541.067,39	1.128.387,80	1.086.872,29	1.099.430,57	15.017.664,77	14.709.691,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 18/11/2019, às 16:08:03.

NOTA:

Identificador: WPR3031101-443-YVTZH-311792853 - Emitido por: MARINES NICARETTA

Pag 1 / 1

RREO-5º BIM -DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Publicação Nº 2230571



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS			
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Receita de Alienação de Bens Móveis	1.500,00	226.498,38	(224.998,38)
Receita de Alienação de Bens Imóveis	750,00	223.750,00	(223.000,00)
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	750,00	0,00	750,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
	0,00	2.748,38	(2.748,38)

Em Reais

	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (h) = (d-e)	SALDO (b) = (d-e)
DESPESAS						
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)						
Despesas de Capital	84.248,55	82.282,91	74.599,54	0,00	0,00	1.965,64
Investimentos	84.248,55	82.282,91	74.599,54	0,00	0,00	1.965,64
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	2018 (i)	2019 (j) = (Ib - (IIIf+ IIIfg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
SALDO FINANCEIRO A APLICAR			
VALOR (III)	40.001,48	151.898,84	191.900,32

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 18/11/2019, às 16:14:33.

NOTA:

Identificador: WPR3101101-443-XRGOV-311793256 - Emitido por: MARINES NICARETTA

Pág 1 / 1

RREO-5º BIM -DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Publicação Nº 2230573



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2019					Em reais	
		No 5º Bimestre	Até 5º Bimestre					
TOTAL DE ATIVOS	0,00		0,00				0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00		0,00				0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00		0,00				0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00		0,00				0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00		0,00				0,00	0,00
Outros Passivos	0,00		0,00				0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00		0,00				0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00		0,00				0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00		0,00				0,00	0,00
Garantias concedidas	0,00		0,00				0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00				0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2019)	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Do Ente Federado, exceto estaduais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estaduais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	14.183.282,90	15.017.664,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 18/11/2019, às 16:17:21.

NOTA:

Identificador: WPR3121101-443-MRKL-311793380 - Emitido por: MARINES NICARETTA

Pág 1 / 1

RREO-5º BIM -DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E

Publicação Nº 2230576



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E
DESPESAS DE CAPITAL
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Em Reais

<u>RECEITAS</u>	<u>PREVISÃO ATUALIZADA</u> (a)	<u>RECEITAS REALIZADAS</u> (b)	<u>SALDO NÃO REALIZADO</u> (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	500.000,00	0,00	500.000,00

<u>DESPESAS</u>	<u>DOTAÇÃO ATUALIZADA</u> (d)	<u>DESPESAS EMPENHADAS</u> (e)	<u>SALDO NÃO EXECUTADO</u> (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.920.036,36	1.884.338,55	1.035.697,81
Investimentos	2.876.036,36	1.841.337,11	1.034.699,25
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	44.000,00	43.001,44	998,56
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.920.036,36	1.884.338,55	1.035.697,81

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	2.420.036,36	1.884.338,55	535.697,81
--	---------------------	---------------------	-------------------

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 18/11/2019, às 16:13:01.

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

NOTA:

RREO-5º BIM -DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Publicação Nº 2230580



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 5º Bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	560.359,00	560.359,00	496.460,81	88,60
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	98.975,00	98.975,00	93.452,22	94,42
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	102.859,10	102.859,10	13.423,10	13,05
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	174.410,00	174.410,00	112.636,88	64,58
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	153.010,00	153.010,00	245.023,63	160,14
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	6.955,00	6.955,00	10.565,30	151,91
Dívida Ativa dos Impostos	21.400,00	21.400,00	16.804,92	78,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.749,90	2.749,90	4.554,76	165,63
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.356.810,00	13.356.810,00	10.678.422,51	79,95
Cota-Parte FPM	8.025.000,00	8.025.000,00	6.005.844,50	74,84
Cota-Parte ITR	2.140,00	2.140,00	2.119,77	99,05
Cota-Parte IPVA	321.000,00	321.000,00	237.099,26	73,86
Cota-Parte ICMS	4.922.000,00	4.922.000,00	4.377.699,07	88,94
Cota-Parte IPI-Exportação	67.410,00	67.410,00	55.659,91	82,57
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.260,00	19.260,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.260,00	19.260,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.917.169,00	13.917.169,00	11.174.883,32	80,30

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 5º Bimestre	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	482.900,00	482.900,00	740.475,76	153,34
Provenientes da União	482.899,00	482.899,00	664.344,62	137,57
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	71.615,45	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	1,00	1,00	4.515,69	451,569,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	482.900,00	482.900,00	740.475,76	153,34



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidação
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até 5º Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	3.329.600,00	3.947.140,20	3.330.770,58	84,38	3.086.139,71	78,19
Pessoal e Encargos Sociais	1.789.070,00	2.010.046,00	1.832.683,69	91,18	1.827.976,46	90,94
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.540.530,00	1.937.094,20	1.498.086,89	77,34	1.258.163,25	64,95
DESPESAS DE CAPITAL	20.850,00	272.889,61	254.042,73	93,09	253.313,73	92,83
Investimentos	20.850,00	272.889,61	254.042,73	93,09	253.313,73	92,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.350.450,00	4.220.029,81	3.584.813,31	84,95	3.339.453,44	79,13

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até 5º Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	481.900,00	1.255.556,80	1.078.075,45	30,07	954.995,72	28,60
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	481.900,00	1.230.080,98	1.053.075,45	29,38	929.995,72	27,85
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	25.475,82	25.000,00	0,70	25.000,00	0,75
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	481.900,00	1.255.556,80	1.078.075,45	30,07	954.995,72	28,60
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.868.550,00	2.964.473,01	2.506.737,86	69,93	2.384.457,22	71,40

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	21,34
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI - (15 x IIIb) / 100)]	708.225,22
---	------------

Identificador: WPR3111101-443-KHIT-311793311 - Emitido por: MARINES NICARETTA



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2019	367,54	0,00	367,54	0,00	367,54
Inscritos em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores ao de 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	367,54	0,00	367,54	0,00	367,54

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2018	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2016	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2015	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores ao de 2015	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores ao de 2014	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

Identificador: WPR3111101-443-KHIT-311793311 - Emitido por: MARINES NICARETTA

Pág 3 / 4



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até 5º Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	2.478.000,00	3.261.350,47	2.914.602,32	81,30	2.731.839,21	81,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	627.840,00	659.905,61	463.692,70	12,93	404.449,38	12,11
Suporte Profilático e Terapêutico	217.220,00	226.260,94	157.312,60	4,39	153.959,16	4,61
Vigilância Sanitária	27.390,00	72.512,79	49.205,69	1,37	49.205,69	1,47
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.350.450,00	4.220.029,81	3.584.813,31	100,00	3.339.453,44	100,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 18/11/2019, às 16:15:41.

1. A linha "RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA" apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2. Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS" o valor apresentado na coluna "l" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total l".
3. Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES" o valor apresentado na coluna "l" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total l".
4. O termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%" refere-se ao limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5. O valor do termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%", durante o exercício servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6. O valor (V1%) = (V1h ou l) / (l1h x 100), nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7. A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

NOTA:

RREO-5º BIM -DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Publicação Nº 2230585



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	RECEITAS DE ENSINO			PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL				Até 5º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	560.359,00			560.359,00	496.460,81	88,60
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	122.515,00			122.515,00	112.033,32	91,44
1.1.1- IPTU	98.975,00			98.975,00	93.452,22	94,42
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	23.540,00			23.540,00	18.581,10	78,93
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	102.859,10			102.859,10	13.459,63	13,09
1.2.1- ITBI	102.859,10			102.859,10	13.423,10	13,05
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00			0,00	36,53	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	181.974,90			181.974,90	125.944,23	69,21
1.3.1- ISS	174.410,00			174.410,00	112.636,88	64,58
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	7.564,90			7.564,90	13.307,35	175,91
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	153.010,00			153.010,00	245.023,63	160,14
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.902.510,00			13.902.510,00	10.993.563,24	79,08
2.1- Cota-Parte FPM	8.570.700,00			8.570.700,00	6.320.985,23	73,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.025.000,00			8.025.000,00	6.005.844,50	74,84
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	315.650,00			315.650,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	230.050,00			230.050,00	315.140,73	136,99
2.2- Cota-Parte ICMS	4.922.000,00			4.922.000,00	4.377.099,07	88,94
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	19.260,00			19.260,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	67.410,00			67.410,00	55.659,91	82,57
2.5- Cota-Parte ITR	2.140,00			2.140,00	2.119,77	99,05
2.6- Cota-Parte IPVA	321.000,00			321.000,00	237.099,26	73,86
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00			0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.462.869,00			14.462.869,00	11.490.024,05	79,44

Identificador: WPR3071101-443-TPVPK-311793125 - Emitido por: MARINES NICARETTA

Pág 1 / 6



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidação
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 5º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	202.551,00	202.551,00	162.650,34	80,30
5.1- Transferências do Salário-Educação	124.120,00	124.120,00	105.808,73	85,25
5.2- Transferência Diretas do PDDE	1.070,00	1.070,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	33.170,00	33.170,00	27.072,00	81,62
5.4- Transferência Diretas do PNATE	37.450,00	37.450,00	29.264,40	78,14
5.5- Outras Transferências do FNDE	6.741,00	6.741,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	505,21	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	118.700,00	118.700,00	77.253,81	65,08
6.1- Transferências de Convênios	118.700,00	118.700,00	67.529,17	56,89
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	9.724,64	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	200,00	200,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	321.451,00	321.451,00	239.904,15	74,63

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 5º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.667.082,00	2.667.082,00	2.135.682,39	80,08
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.605.000,00	1.605.000,00	1.201.168,62	74,84
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	984.400,00	984.400,00	875.538,90	88,94
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	13.482,00	13.482,00	11.131,93	82,57
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB - (20% de 2.5)	0,00	0,00	423,89	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	64.200,00	64.200,00	47.419,05	73,86
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.177.000,00	1.177.000,00	1.036.759,84	88,08
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.177.000,00	1.177.000,00	1.035.738,32	88,08
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	1.021,52	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	(1.490.082,00)	(1.490.082,00)	(1.099.944,07)	73,82
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	73,82
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	(1.490.082,00)	(1.490.082,00)	(1.099.944,07)	0,00

Identificador: WPR3071101-443-TPVPK-311793125 - Emitido por: MARINES NICARETTA



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 5º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até 5º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	706.200,00	1.212.567,52	1.079.333,55	89,01	1.078.712,87	88,96
13.1- Com Educação Infantil	282.480,00	515.997,52	514.177,07	99,65	513.556,39	99,53
13.2- Com Ensino Fundamental	423.720,00	696.570,00	565.156,48	81,13	565.156,48	81,13
14- OUTRAS DESPESAS	470.800,00	16.050,00	3.128,92	19,49	3.128,92	19,49
14.1- Com Educação Infantil	188.320,00	6.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	282.480,00	9.630,00	3.128,92	32,49	3.128,92	32,49
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.177.000,00	1.228.617,52	1.082.462,47	88,10	1.081.841,79	88,05

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		0,00
17.1- FUNDEB 60%		51.617,52
17.2- FUNDEB 40%		51.617,52
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		51.617,52

INDICADORES DO FUNDEB		VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		1.030.224,27
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100%)		99,07
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100%)		0,30
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		0,63

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES		VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019		51.617,52



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até 5º Bimestre (e)	(f) = (e/d)x100 %	Até 5º Bimestre (g)	(h) = (g/d)x100 %
22- EDUCAÇÃO INFANTIL						
22.1- Creche	823.900,00	875.517,52	772.174,17	88,20	771.493,49	88,12
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	823.900,00	875.517,52	772.174,17	88,20	771.493,49	88,12
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	470.800,00	522.417,52	514.177,07	98,42	513.556,39	98,30
22.2- Pré-Escola	353.100,00	353.100,00	257.997,10	73,07	257.937,10	73,05
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL						
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.918.530,00	1.918.530,00	1.459.340,64	76,07	1.410.555,88	73,52
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	706.200,00	706.200,00	568.285,40	80,47	568.285,40	80,47
24- ENSINO MÉDIO	1.212.330,00	1.212.330,00	891.055,24	73,50	842.270,48	69,48
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	176.400,00	176.400,00	135.931,71	77,06	108.731,36	61,64
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.918.830,00	2.970.447,52	2.367.446,52	79,70	2.290.780,73	77,12
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						(1.099.944,07)
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.j)						0,00
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						(1.099.944,07)
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (35)						3.281.993,44
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (31 x 100) %- LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						28,56



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidação
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até 5º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até 5º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	124.120,00	139.239,25	118.537,60	85,13	115.010,50	82,60
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	197.531,00	262.859,59	208.403,42	79,28	205.752,13	78,27
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	321.651,00	402.098,84	326.941,02	81,31	320.762,63	79,77
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	3.240.481,00	3.372.546,36	2.694.387,54	79,89	2.611.543,36	77,44

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2019 (i)
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidação
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

	VALOR	
	FUNDEB (b)	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	51.617,52	15.119,25
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	1.035.738,32	105.808,73
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.081.841,79	114.490,60
47.1 (-) Orçamento do Exercício	1.081.841,79	114.490,60
47.2 (-) Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.021,52	341,27
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	6.535,57	6.778,65
50- (+) AJUSTES	0,00	0,00
50.1 (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	6.535,57	6.778,65

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 18/11/2019, às 16:12:28.

1. A linha "19.1" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2. A linha "21" refere-se ao Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional".
3. Caput do artigo 212 da CF/1988.
4. A linha "33" refere-se aos valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5. A linha "37" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6. Nas linhas "35" e "36", nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7. A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

NOTA:

RREO-5º BIM -DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Publicação Nº 2230588



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		Em reais	
		ACIMA DA LINHA	
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 5º Bimestre/2019	
		RECEITAS REALIZADAS	
		(a)	
RECEITAS CORRENTES (I)		14.709.691,00	12.130.437,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		685.977,00	742.266,26
IPTU		122.515,00	112.033,32
ISS		181.974,90	125.944,23
ITBI		102.859,10	13.459,63
IRRF		153.010,00	245.023,63
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		125.618,00	245.805,45
Contribuições		45.000,00	55.193,32
Receita Patrimonial		74.901,00	91.998,03
Aplicações Financeiras (II)		74.901,00	84.858,95
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	7.139,08
Transferências Correntes		13.578.098,00	11.082.351,27
Cota-Parte do FPM		6.965.700,00	5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS		3.937.600,00	3.502.160,17
Cota-Parte do IPVA		256.800,00	189.680,21
Cota-Parte do ITR		2.140,00	1.695,88
Transferências da LC 87/1996		19.260,00	0,00
Transferências da LC 61/1989		53.928,00	44.527,98
Transferências do FUNDEB		1.177.000,00	1.035.738,32
Outras Transferências Correntes		1.165.670,00	1.188.732,10
Demais Receitas Correntes		325.715,00	158.628,98
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00	2.876,08
Receitas Correntes Restantes		325.715,00	155.752,90
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - III)		14.634.790,00	12.042.702,83
RECEITAS DE CAPITAL (V)		501.900,00	838.060,00
Operações de Crédito (VI)		500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)		0,00	0,00
Alienação de Bens		1.500,00	223.750,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		0,00	0,00
Outras Alienações de Bens		1.500,00	223.750,00
Transferências de Capital		400,00	614.310,00
Convênios		200,00	370.560,00
Outras Transferências de Capital		200,00	243.750,00

Identificador: WPR3051101-443-VMRGJ-311792977 - Emitido por: MARINES NICARETTA

Pág 1 / 3



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

Outras Receitas de Capital		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias		0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)		1.900,00	838.060,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)		14.636.690,00	12.880.762,83

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 5º Bimestre/2019			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS
					LIQUIDADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	15.035.550,40	12.441.016,50	11.540.677,30	11.340.142,28	8.752,29
Pessoal e Encargos Sociais	7.578.443,52	6.267.587,07	6.259.140,83	6.250.706,77	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	130.000,00	10.000,00	4.087,14	4.087,14	0,00
Outras Despesas Correntes	7.327.106,88	6.163.429,43	5.277.449,33	5.085.348,37	8.752,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	14.905.550,40	12.431.016,50	11.536.590,16	11.336.055,14	8.752,29
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.920.036,36	1.884.338,55	859.044,56	859.044,16	32.491,75
Investimentos	2.876.036,36	1.841.337,11	823.200,57	823.200,17	32.491,75
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	44.000,00	43.001,44	35.843,99	35.843,99	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.876.036,36	1.841.337,11	823.200,57	823.200,17	32.491,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	12.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	17.794.426,76	14.272.353,61	12.359.790,73	12.159.255,31	41.244,04
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]					540.717,50

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(400.901,00)

JUROS NOMINAIS	Até 5º Bimestre/2019
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	84.858,95
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	4.087,14
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	621.489,31

Identificador: WPR3051101-443-VMRGJ-311792977 - Emitido por: MARINES NICARETTA



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixa no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(131.207,06)

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	ABAIXO DA LINHA	
	Em 31/Dez/2018 (a)	Até 5º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		
DEDUÇÕES (XXIX)		
Disponibilidade de Caixa ¹	154.909,63	96.108,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.655.451,90	2.451.984,32
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	1.654.213,39	2.390.006,33
Demais Haveres Financeiros	1.793.759,37	2.390.006,33
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXX) = (XXVIII - XXIX)	139.545,98	0,00
	1.238,51	61.977,99
	(1.500.542,27)	(2.355.875,71)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		855.333,44

AJUSTE METODOLÓGICO	Até 5º Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	139.545,98
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	715.787,46
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	635.015,65

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 18/11/2019, às 16:10:01.

¹ Essa linha não deverá apresentar saldo negativo, portanto, se o total dos Restos a Pagar Processados for maior que o total da Disponibilidade de Caixa Bruta, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero"

NOTA:

RREO-5º BIM -DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Publicação Nº 2230590

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Outubro de 2019 / Bimestre Setembro-Outubro



RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total l = (e+k)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo e = (a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo k = (f+g)-(i+j)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2018				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2018				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)											
Executivo	0,00	139.545,98	139.545,98	0,00	0,00	0,00	160.526,67	41.244,04	41.244,04	69.701,75	49.580,88
Gabinete do Prefeito	0,00	139.545,98	139.545,98	0,00	0,00	0,00	160.526,67	41.244,04	41.244,04	69.701,75	49.580,88
Secretaria de Administração Finança e Planejamento	0,00	305,89	305,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	0,00	1.988,61	1.988,61	0,00	0,00	0,00	1.144,30	1.144,30	1.144,30	0,00	0,00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	0,00	81.310,05	81.310,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Educação e Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Saúde e Assistência Social	0,00	2.263,71	2.263,71	0,00	0,00	0,00	74.817,17	32.434,66	32.434,66	0,00	42.382,51
Secretaria de Transportes Obras e Serviços Público	0,00	2.566,98	2.566,98	0,00	0,00	0,00	6.964,19	6.964,19	6.964,19	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Esportes	0,00	30.506,46	30.506,46	0,00	0,00	0,00	466,94	466,94	466,94	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
	0,00	20.604,28	20.604,28	0,00	0,00	0,00	77.034,58	134,46	134,46	69.701,75	7.198,37
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	139.545,98	139.545,98	0,00	0,00	0,00	160.526,67	41.244,04	41.244,04	69.701,75	49.580,88

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 18/11/2019, às 16:11:11.

NOTA:

Identificador: WPR3061101-443-WZNV-311793089 - Emitido por: MARINES NICARETTA

Pág 1 / 1

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL Nº 074/2019 DE SELEÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO BILÍNGUE DO MUNICÍPIO DE POMERODE PARA PARTICIPAR DE INTERCÂMBIO NA ALEMANHA NO ANO 2020

Publicação Nº 2230281

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
CNPJ 83.102.251/0001-04
Fone (47) 3387-7231
e-mail: educacao@pomerode.sc.gov.br - sed@pomerode.sc.gov.br
Rua XV de Novembro, 525 – Bairro Centro
89107-000 - POMERODE - SANTA CATARINA

EDITAL Nº 074/2019 DE SELEÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO BILÍNGUE DO MUNICÍPIO DE POMERODE PARA PARTICIPAR DE INTERCÂMBIO NA ALEMANHA NO ANO 2020

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 A Prefeitura Municipal de Pomerode, por intermédio de seu Prefeito Municipal, Ércio Kriek, declara abertas as inscrições para o processo de seleção de alunos das turmas bilíngues do município de Pomerode para intercâmbio em Torgelow, na Alemanha em 2020, durante o período de até seis semanas.
- 1.2 Os alunos candidatos deverão estar cursando o 8º ano do Ensino Fundamental no ano de 2019. Se não houver candidato deste ano de ensino, poderão se candidatar alunos do 7º ano.
- 1.3 O intercâmbio de imersão na Língua Alemã terá duração de até seis semanas, com início em fevereiro de 2020.
- 1.4 O (a) candidato (a) interessado em participar do processo de seleção deverá preencher a ficha de inscrição disponibilizada na escola que estiver matriculado até o dia 22 de novembro de 2019.

2. DOS OBJETIVOS

- 2.1 Oferecer aos estudantes a oportunidade de estudar a língua alemã no exterior com fins de complementar a formação para o mundo globalizado, tanto no âmbito profissional quanto pessoal, trazendo essas experiências para que toda a comunidade escolar seja beneficiada.

3. DAS VAGAS

- 3.1 Serão disponibilizadas duas vagas, sendo uma para cada escola mencionada nas disposições preliminares.

4. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Estar matriculado no Ensino Bilíngue em uma das unidades de ensino acima mencionadas;
- 4.2 Não será aceito hospedagem de familiares, nem o retorno do jovem antes do prazo, exceto por força maior.
- 4.3 Ter frequência escolar de, no mínimo, 90 %;
- 4.4 Apresentar média geral final superior a 8,0 no Histórico Escolar nas disciplinas de Alemão e Bilíngue;
- 4.5 Ter realizado a prova de proficiência em 2019;
- 4.6 Apresentar texto escrito, em Língua Alemã – Carta de Intenção (10 a 15 linhas);
- Parágrafo único: A carta de Intenção deverá ser produzida pelo(a) aluno(a) durante a aula de Alemão ou Bilíngue.
- 4.7 Entrevista com 3 jurados definidos pelo executivo municipal.
- 4.8 Os candidatos deverão entregar a ficha de inscrição (anexa) preenchida juntamente com a ficha de matrícula da escola.

5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 5.1 Maior nota na prova de proficiência na habilidade de oralidade;
- 5.2 Maior nota na prova de proficiência na habilidade de ouvir e entender;
- 5.3 Maior nota na prova de proficiência na habilidade de escrever;
- 5.4 Maior nota na prova de proficiência na habilidade de ler;
- 5.5 Maior idade.

6. CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO

FASE	ATIVIDADE	DATA
1ª	Inscrição e entrega da carta de intenção	Até 22/11/2019
2ª	Análise dos critérios de participação	25/11/2019
3ª	Divulgação dos aprovados na 2ª fase	28/11/2019
4ª	Entrevista	29/11/2019
5ª	Divulgação dos aprovados de cada escola	03/12/2019

DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1 O período de permanência dos alunos na Alemanha será entre 01 de fevereiro a 31 de março de 2020, podendo variar em até dois dias antes ou depois, devido ao custo da compra da passagem.

7.2 As despesas com passagem serão sem ônus ao aluno.

7.3 Os alunos classificados ficarão hospedados em casa de famílias na Alemanha, incluso moradia e alimentação, e frequentarão escolas públicas na cidade em que se hospedarem.

Ércio Kriek
Prefeito Municipal

Ficha de inscrição

Nome: _____
Ano em que estuda: _____
Nome dos pais/responsável: _____

Número do passaporte: _____

Carta de intenção: _____

Assinatura dos pais/responsável:

Pomerode, ____ de novembro de 2019.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE - PREGÃO PRESENCIAL N.º 008 / 2019 – SAÚDE

Publicação Nº 2230934

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 008 / 2019 – SAÚDE

Processo Administrativo n.º 011 / 2019 - SAÚDE.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE ADEQUAÇÕES DE ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 02/12/2019.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min. do dia 02/12/2019.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 18 de Novembro de 2019.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA 25.812

Publicação Nº 2230078

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.812

AFASTA A SERVIDORA ADRIANA PAULA DE ALMEIDA VEIGA, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

Artigo 1º De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio- Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora ADRIANA PAULA DE ALMEIDA VEIGA, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Waltrut Siewerdt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 01 de novembro de 2019 até 17 de novembro de 2019;

Artigo 2º REGISTRAR ALTA da servidora, para retorno as atividades, a partir de 18 de dezembro de 2019, sem restrições físicas e/ou mentais.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 25.813

Publicação Nº 2230087

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.813

AFASTA A SERVIDORA DANIELI CASAGRANDE ARAUJO, EM FACE DA CONCESSÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 184, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, AFASTAR, por motivos da concessão da Licença-Maternidade a servidora DANIELI CASAGRANDE ARAUJO, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 29 de outubro de 2019 até 25 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 25.814

Publicação Nº 2230075

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.814

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA DOLORES LEONICE KNIZ VOIGT.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA- PRÊMIO, a servidora DOLORES LEONICE KNIZ VOIGT, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Rudolfo Hornburg, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, referente ao período aquisitivo de 05/08/13 até 05/08/16, a partir de 04 de novembro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 25.816

Publicação Nº 2230082

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.816

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA SABRINA AMARILDO, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

Artigo 1º De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de auxílio-doença decorrente de acidente de trabalho pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora SABRINA AMARILDO, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Waltrut Siewerdt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 23 a 27 de outubro de 2019;

Artigo 2º REGISTRAR ALTA da servidora, para retorno às atividades a partir de 28 de outubro de 2019, sem restrições físicas e/ou mentais.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 25.817

Publicação Nº 2230097

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.817

PRORROGA AFASTAMENTO A SERVIDORA ZELI APARECIDA PRUDENTE, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora ZELI APARECIDA PRUDENTE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) no CEIM Profª Waltrut Siewerdt - extensão, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 24 de outubro de 2019 até 11 de dezembro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 25.820

Publicação Nº 2230079

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.820

REGISTRA ALTA DO AFASTAMENTO DA SERVIDORA TATIANA HELENA DARIUS KRUGER, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO- DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

Artigo 1º De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, REGISTRAR ALTA DO AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora TATIANA HELENA DARIUS KRUGER, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Almirante Barroso, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 07 de novembro de 2019, com a seguinte restrição: "não elevar e movimentar o membro acima de 90 graus (linha dos ombros) e nem manuseio de carga;

Artigo 2º READATAR a servidora como atendente de biblioteca, observando-se a restrição acima elencada.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 07 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 25.821

Publicação Nº 2230083

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.821

REGISTRA ALTA DO AFASTAMENTO DA SERVIDORA ROSIMERI KNOFF, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, REGISTRAR ALTA DO AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora ROSIMERI KNOFF, ocupante do cargo de Professor Disciplina Específica - Língua Alemã, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EM Dr. Wunderwald, EEBM Duque de Caxias e EEBM Profº Vidal Ferreira, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 07 de novembro de 2019, sem restrições físicas e/ou mentais.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 07 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 25.822

Publicação Nº 2230092

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.822

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA ROSELI CRISTINA DOPONA, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora ROSELI CRISTINA DOPONA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) na EBM Almirante Barroso, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 07 de novembro de 2019 até 08 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 07 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 25.823

Publicação Nº 2230080

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.823

REGISTRA ALTA DO AFASTAMENTO DA SERVIDORA MONICA GONÇALVES KITAGAWA, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO- DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, REGISTRAR ALTA, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora MONICA GONÇALVES KITAGAWA, ocupante do cargo de Professor de Disciplina Específica - Língua Inglesa, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, na EBM Dr. Amadeu da Luz, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 07 de novembro de 2019, sem restrições físicas e/ou mentais.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 07 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 25.824

Publicação Nº 2230089

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.824

REGISTRA ALTA DO AFASTAMENTO DA SERVIDORA ANDREA CRISTINA ROTA SCURATO, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO- DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, REGISTRAR ALTA, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora ANDREA CRISTINA ROTA SCURATO, ocupante do cargo de Professor Disciplina Específica - Ciências, com jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, na EBM Amadeu da Luz, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 07 de novembro de 2019, sem restrições físicas e/ou mentais.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 07 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 25.827

Publicação Nº 2230073

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.827

REGISTRA RETORNO DE SERVIDOR CEDIDO AO ÓRGÃO DE ORIGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

Considerando o Comunicado nº 005/2019, de 01 de novembro de 2019, subscrito pelo Presidente da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina- JUCESC, comunicando o término da cessão do servidor HANS HAUT;

Considerando a Portaria nº 23.258, de 09 de janeiro de 2018, concedendo gratificação de função de 35% (trinta e cinco por cento) da Referência 231 da Lei 291/2016, ao servidor nomeado como representante do município junto ao posto da JUCESC- Junta Estadual de Santa Catarina - junto a ACIP com a finalidade de autenticar os livros mercantis fiscais, nos termos do inciso XXXIII, da Lei Complementar nº 296/2016;

RESOLVE:

Artigo 1º REGISTRAR O RETORNO do servidor HANS HAUT, cedido à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina- JUCESC – por intermédio do Decreto nº 2.464, de 10 de dezembro de 2009, AO ÓRGÃO DE ORIGEM, no cargo de Fiscal de Posturas, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas , junto à Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, a partir de 11 de novembro de 2019;

Artigo 2º CESSAR GRATIFICAÇÃO concedida pela Portaria nº 23.258, de 09 de janeiro de 2018, na qualidade de servidor nomeado como representante do município junto ao posto da JUCESC - Junta Estadual de Santa Catarina- junto a ACIP, com a finalidade de autenticar os livros mercantis fiscais, nos termos do inciso XXXIII, da Lei Complementar nº 296/2016, a partir de 11 de novembro de 2019.

Município de Pomerode, 11 de novembro de 2019.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 25.831

Publicação Nº 2230084

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.831

SUPLEMENTA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA VANDERLEIA GRZYBOWSKI GESSNER.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 200 da Lei Complementar nº 269/2014, SUPLEMENTAR a carga horária da servidora VANDERLEIA GRZYBOWSKI GESSNER, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para mais 20 (vinte) horas semanais no CEIM Profª Dorotea Hoeft Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 04 até 18 de novembro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 25.839

Publicação Nº 2230085

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.839

EXONERA A PEDIDO CRISTIANE SUELI WEBER FRANZMANN DA FUNÇÃO DE PROFESSOR ANOS INICIAIS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido CRISTIANE SUELI WEBER FRANZMANN, da função de PROFESSOR ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 12 de novembro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 12 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 25.841

Publicação Nº 2230094

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.841

AFASTA A SERVIDORA SHEILA SELL, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

Artigo 1º De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio- Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora SHEILA SELL, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Dorotea Hoeft Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 14 de novembro de 2019 até 21 de dezembro de 2019;

Artigo 2º REGISTRAR ALTA da servidora para retorno às atividades, a partir de 22 de dezembro de 2019, sem restrições físicas e/ou mentais.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 14 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

PREGÃO 014-2019

Publicação Nº 2230200

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 017/2019 EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 014/2019

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES/EPI's PARA OS SERVIDORES DO SAMAE POMERODE.

Local: Sala de licitações Samae Pomerode Avenida 21 de Janeiro nº2233 centro Pomerode SC

ENTREGA DAS PROPOSTAS: 09h00min HORAS DO DIA 28/11/2019

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 09h00min HORAS DO DIA 28/11/2019

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica WWW.pomerode.sc.gov.br ou www.samaepomerode.com.br Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 samae@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550.

Pomerode SC, 18 de Novembro de 2019.

Ricardo Campestrini

Presidente do SAMAE

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

EXTRATO DL 9/2019

Publicação Nº 2229872

Processo Administrativo Licitatório "PAL" nº 52/2019

Objeto – Contratação direta de Consórcio Público.

Dispensa de Licitação nº 9/2019

DECISÃO

Trata-se de Dispensa de Licitação para contratação direta que tem por objeto o repasse de recursos financeiros para pagamento das ações executadas através do CINCATARINA para repasse de recursos financeiros para pagamento pela aquisição de equipamentos para uso do Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina, instalado no Município.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, e por tratar-se de Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, a contratação do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, destinado prestação de serviços, atende às necessidades precípua da Administração e poderá ser formalizada.

Esta é a decisão.

Elabore-se o respectivo Contrato.

Ponte Alta do Norte – SC, 14 de novembro de 2019

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

EXTRATO PP 40/2019

Publicação Nº 2229868

PROCESSO LICITATÓRIO 52/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 106/2019 de 05 de Julho de 2019, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 03/12/2019 às 10:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 25 NOTEBOOKS E 01 GABINETE DE ARMAZENAMENTO E RECARGA PARA IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMATICA DO NÚCLEO MUNICIPAL JOSÉ DE ANCHIETA.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 18/11/2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 133/2019 VERONICA

Publicação Nº 2230572

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº98/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: VERONICA RODRIGUES DOS SANTOS DA CRUZ 07324770932

CNPJ: 34.741.740/0001-09

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO DE GRAMA SEMPRE VERDE EM LEIVA, DESTINADO A REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS. Valor: R\$ 41.700,00 (Quarenta e Um Mil e Setecentos Reais). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 11 de Novembro de 2019 até 11 de Novembro de 2020. Ponte Serrada, 18 de Novembro de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 61/2019 JANDIRA

Publicação Nº 2230649

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº74/2019

CONTRATO Nº 61/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME

CNPJ: 31.004.025/0001-97

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DE DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATALINA E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS A SEREM UTILIZADOS NA DECORAÇÃO DO NATAL NO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DESTE EDITAL. Valor: R\$ 32.390,20 (Trinta e Dois Mil Trezentos e Noventa Reais e Vinte Centavos) VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 de Novembro de 2019, até 12 de Novembro de 2020. Ponte Serrada, 18 de Novembro de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 62/2019 LIMA

Publicação Nº 2230660

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº74/2019

CONTRATO Nº 62/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: DISTRIBUIDORA LIMA

CNPJ: 32.241.030/0001-86

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DE DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATALINA E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS A SEREM UTILIZADOS NA DECORAÇÃO DO NATAL NO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DESTE EDITAL. Valor: R\$ 5.060,00 (Cinco Mil e Sessenta Reais) VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 de Novembro de 2019, até 12 de Novembro de 2020. Ponte Serrada, 18 de Novembro de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 63/2019 INSTALADORA PAGLIA

Publicação Nº 2230714

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº75/2019

CONTRATO Nº 63/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: INSTALADORA ELÉTRICA PAGLIA LTDA - ME
CNPJ: 06.931.247/000-08

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MONTAGEM DA DECORAÇÃO NATALINA 2019 DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E TERMO DE REFERÊNCIA.. Valor: R\$ 37.100,00 (Trinta e Sete Mil e Cem Reais) VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 18 de Novembro de 2019, até 18 de Novembro de 2020. Ponte Serrada, 18 de Novembro de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 009/2019 - FUMTUR

Publicação Nº 2230067

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial nº 009/2019 - FUMTUR

Tipo de licitação: Menor Preço por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de gêneros alimentícios com fornecimento parcelado para atender as necessidades da Fundação Municipal de Turismo do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 10h30min do dia 29/11/2019, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 11h00min do dia 29/11/2019, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail licitacao2@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de Novembro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 033/2019 - FMS

Publicação Nº 2227895

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço – nº 033/2019 - FMS

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de materiais da psicologia para atender as necessidades do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 09h30min do dia 29/11/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 10h00min do dia 29/11/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail licitacao2@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de Novembro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 034/2019 - FMS

Publicação Nº 2227912

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Exclusiva para ME/EPP- aplicação da margem de preferência para empresas locais ou Regionais e municípios limítrofes com o município de Porto Belo, conforme Decreto nº 1982, de 20 de novembro de 2018.

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço – nº 034/2019 - FMS

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 02/12/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 02/12/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 19 de Novembro de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2262, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230285

DECRETO Nº 2262, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o dispositivo que menciona do Decreto Municipal nº 2259/2019.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 2259, de 11 de novembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Os serviços de transportes turísticos elencados no art. 3º somente poderão ser prestados por táxis emplacados no Município de Porto Belo, por Associação de Proprietários de Vans com sede no Município de Porto Belo, por agências de turismo com sede no Município de Porto Belo ou no Município de Bombinhas, tendo seus veículos emplacados no Município de Porto Belo e/ou Bombinhas.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 2259, de 11 de novembro de 2019, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 13 dias do mês de novembro de 2019.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

EDITAL Nº 005/2019-SME

Publicação Nº 2230284

EDITAL Nº 005/2019-SME

Abre inscrições para o cadastro e diretrizes quanto à distribuição das vagas disponíveis, atendimento, matrícula e transferência de alunos para o ano letivo nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil da Rede Municipal de Ensino de Porto Belo, para o atendimento às crianças de quatro meses a três anos e onze meses na Educação Infantil, denominado FILA ÚNICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Município de Porto Belo, através da Secretaria Municipal de Educação, comunica que está lançado o presente Edital para o cadastro e diretrizes quanto à distribuição das vagas disponíveis, atendimento, matrícula e transferência de alunos para o ano letivo nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil da Rede Municipal de Ensino de Porto Belo, para o atendimento às crianças de quatro meses a três anos e onze meses na Educação Infantil.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Este Edital visa estabelecer os procedimentos de cadastro e diretrizes quanto à distribuição das vagas disponíveis, atendimento, matrícula e transferência de alunos para o ano letivo nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil da Rede Municipal de Ensino de Porto Belo, para o atendimento às crianças de quatro meses a três anos e onze meses na Educação Infantil, conforme preconizam a Lei Federal nº 9.394/96, denominado FILA ÚNICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

1.2. A inscrição realizada no Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-Matrícula da Educação Infantil de Porto Belo não é uma garantia de vaga, mas é exclusivamente por meio deste que as crianças serão chamadas para o preenchimento das vagas disponíveis nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil, conforme os critérios de prioridade estabelecidos neste Edital.

1.3. Poderão participar as famílias que comprovadamente residam no Município de Porto Belo, interessadas a uma vaga para o atendimento às crianças de 04 (quatro) meses a 3 (três) anos e 11 (onze) meses para vagas de Creche.

1.4. Para o ingresso na Educação Infantil levar-se-á em consideração a idade mínima de quatro meses.

1.5. A data corte é no dia 31 de março do ano que se realiza a matrícula, conforme determinado na Portaria do MEC nº 1035/2018 e no Parecer do CNE/CEB nº 2/2018.

1.6. Ficam vinculados a este Edital todos os seus anexos.

2. DOS PROCEDIMENTOS PARA O CADASTRO

2.1. O cadastro será realizado exclusivamente pela internet, no site oficial do Município de Porto Belo www.portobelo.sc.gov.br, a partir de 27 de novembro de 2019, ao qual receberá número do protocolo como comprovante no ato do cadastro.

2.2. Para as famílias que não possuem acesso à internet, será disponibilizado um local com servidor capacitado, junto a Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Senador Atilio Fontana, nº 745, Bairro Perequê, nas terças e quintas-feiras, no horário compreendido entre as 8:00 e 12:00 e as 13:00 e 17:00 horas, para a realização do cadastro.

2.3. O Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-Matrícula da Educação Infantil de Porto Belo estará aberto durante todo o ano para as novas inscrições e atualizações de dados dos cadastros que ainda não classificados.

2.4. Para a efetivação do cadastro, o responsável deverá:

a) Acessar o site www.portobelo.sc.gov.br, no link "FILA ÚNICA - EDUCAÇÃO INFANTIL", sendo que as famílias que não possuem acesso à internet, será disponibilizado um local com servidor capacitado, junto a Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Senador

Atílio Fontana, nº 745, Bairro Perequê, nas terças e quintas-feiras, no horário compreendido entre as 8:00 e 12:00 e as 13:00 e 17:00 horas, para a realização do cadastro;

b) Ler na íntegra e estar de acordo com as regras do presente Edital;

c) Possuir os seguintes documentos e dados:

c.1) RG e CPF de todos os integrantes do grupo familiar, podendo ser a certidão de nascimento no caso dos menos de 18 anos;

c.2) Certidão de nascimento da criança;

c.3) Comprovante de residência;

c.4) Número do NIS/Bolsa família;

c.5) informações sobre o salário/renda mensal de cada membro da família.

d) Preencher, total e corretamente, a ficha de cadastro;

e) Ao concluir o cadastro, imprimir o comprovante ou salvar arquivo em PDF ou guardar o número do protocolo.

2.5. No caso de mudança do local da residência, os responsáveis legais poderão optar pela intenção da matrícula na região do novo endereço, hipótese que será feita a transferência da inscrição na região anterior.

2.6. Como sugestão de local e/ou turno de atendimento, o responsável pelo cadastro poderá inscrever-se em até 02 (dois) Núcleos de Desenvolvimento Infantil em até 02 (dois) turnos (integral, matutino e/ou vespertino).

2.7. As famílias que já possuem cadastro na lista de espera que antecede o sistema on-line e desejam concorrer às vagas para o ano letivo corrente, deverão realizar o novo cadastramento, conforme dispõe o presente Edital, gerando a inscrição no Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-Matrícula da Educação Infantil de Porto Belo.

2.7.1. A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS CRIANÇAS QUE CONSTAM NA LISTA DE ESPERA DE 2019 SERÁ ALTERADA, CONFORME OS CRITÉRIOS DA PRÉ-CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM O DISPOSTO NESTE EDITAL.

2.8. Será de exclusiva responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais pela criança, as informações prestadas, como também, o correto preenchimento e atualização do cadastro.

2.9. Não serão aceitas solicitações de cadastro preenchidas de forma incompleta ou incorreta, com dados inverídicos ou falsos, conforme estabelecido neste Edital.

2.10. Os pais e/ou responsáveis legais ficam cientes que ao realizarem o cadastro, pleiteando a vaga, implicarão no pleno conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como das condições previstas em lei, em relação às quais não poderá ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.11. Anualmente será aberto prazo para recadastramento no Sistema Eletrônico da pré-matrícula, sempre antes do início do ano letivo, em datas estabelecidas posteriormente pela Secretaria de Educação e divulgadas no site oficial do Município www.portobelo.sc.gov.br.

3. DAS VAGAS

3.1. O número de vagas disponíveis será publicado no site oficial do Município de Porto Belo www.portobelo.sc.gov.br, determinando quantos alunos poderão ser convocados para matrícula de acordo com a capacidade de atendimento de cada Núcleo de Desenvolvimento Infantil.

3.2. A inscrição no sistema eletrônico não é uma garantia de vaga, de opção de local ou horário de atendimento.

4. DA PRÉ-CLASSIFICAÇÃO

4.1. Após o prazo de preenchimento dos dados, o Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-matrícula da Educação Infantil organizará automaticamente um relatório com o Índice de Classificação, sendo que com base nesse relatório serão pré-classificados os cadastros com possibilidade de serem contemplados com a vaga, respeitando a capacidade máxima de atendimento das turmas de cada unidade e os seguintes critérios por ordem de prioridade:

4.2.1. Vagas Integrais:

a) Grupo I - Crianças Vulneráveis Socialmente: Relatório e/ou solicitação do Ministério Público, por meio de parecer da Assistência Social.

b) Grupo II - Crianças com deficiência: Laudo médico e parecer do APAE.

c) Grupo III - O atendimento integral se dará somente nos casos onde os responsáveis legais pela criança, comprovadamente, trabalhe em jornada de 8 (oito) horas diurnas;

d) Grupo IV - Grau socioeconômico familiar no qual todos os responsáveis legais pela criança exercem função laborativa, conforme declaração de trabalho contendo os seguintes turnos: primeiro turno e horário normal, bem como os que exercem função laborativa em escalas diferenciadas e alternadas;

e) Grupo V - Grau socioeconômico familiar no qual os responsáveis legais pela criança não se enquadram nas prioridades acima;

f) Grupo VI - Grau socioeconômico: os cadastros que já receberam oferta de vaga e foram reclassificados como não aptos à matrícula de acordo com o item 4.7.

4.2.2. Vagas Parciais:

a) Grupo I - Crianças Vulneráveis Socialmente: Relatório e/ou solicitação do Ministério Público, por meio de parecer da Assistência Social;

b) Grupo II - Crianças com deficiência: Laudo médico e parecer da APAE;

c) Grupo III - Grau socioeconômico familiar: no qual todos os responsáveis legais pela criança exercem função laborativa, conforme declaração de trabalho, contendo os seguintes turnos: terceiro turno e segundo turno.

d) Grupo IV - Grau socioeconômico: os cadastros já receberam oferta de vaga e foram reclassificados como não aptos à matrícula de acordo com o item 4.7.

4.3. Para fins deste Edital são consideradas Vulneráveis Socialmente:

a) Crianças que estão inseridas em serviço de acolhimento familiar ou institucional.

b) Crianças que estão suscetíveis a violência, negligência, risco nutricional, privação financeira, afetiva e psicológica.

c) Também serão consideradas as crianças descritas no item anterior em um prazo de até 6 (seis) meses após o fim do serviço de acolhimento.

4.4. A pré-classificação depende do preenchimento correto no Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-matrícula da Educação Infantil, sendo que informações preenchidas erroneamente poderão influenciar na classificação final.

4.5. A pré-classificação para concessão de vaga será feita a partir da análise do cadastro socioeconômico, aplicando a seguinte fórmula para cálculo do Índice de Classificação - IC:

IC = RBF - MO - PA / GF

Onde:

IC = Índice de Classificação

RBF = Total da Renda Bruta Mensal do Grupo Familiar (todo tipos de recebimentos percebidos pelo grupo familiar;

MO = Gastos com Moradia (aluguel ou financiamento do primeiro imóvel);

PA = Pagamento de Pensão alimentícia;

GF=Número de Integrantes do Grupo Familiar.

4.6. Empates

4.6.1. Para fins de desempate será considerado, como critério a data de nascimento da criança, prevalecendo a de menor idade.

4.7. No caso de recusa da vaga pelo responsável legal do cadastro, o não comparecimento à unidade após a convocação ou a não atualização dos telefones de contato que impeça a efetivação da convocação, o cadastro será reclassificado como não apto à matrícula.

4.8. Os cadastros reclassificados como não aptos à matrícula, de acordo com o item 4.7, ao serem atualizados, serão encaminhados para o Grupo V de classificação às vagas integrais e Grupo IV de classificação às vagas parciais, de acordo com os critérios de prioridade estabelecidos nos itens 4.2.1 e 4.2.2 respectivamente.

5. DO ATENDIMENTO

5.1. O período de atendimento nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil de ensino público municipal será de no mínimo 04 (quatro) horas, quando o período for parcial e no de no mínimo 06 (seis) horas e no máximo de 10 (dez) horas quando o período for integral.

5.2. A composição das turmas nos respectivos turnos atenderá como parâmetro a idade das crianças e a data corte definida no item 1.5.

5.3. O número de crianças/vagas poderá seguir a PME Porto Belo, considerando as dimensões de espaço físico das salas de aula, a existência da turma e o turno de atendimento, a fim de assegurar a qualidade da educação.

5.4. O atendimento integral se dará somente nos casos onde os responsáveis legais pela criança, comprovadamente, trabalhe em jornada de 8 (oito) horas diurnas.

5.5. O calendário escolar nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil obedecerão ao calendário autorizado pelo COMED, sendo que deverá haver um recesso no mês de julho e outro no final de ano, havendo retorno no 2º dia útil do ano seguinte, para a creche de verão (HAVERÁ NOVO CADASTRO PARA A CRECHE DE VERÃO??).

6. DO ATENDIMENTO PRESENCIAL PARA PREENCHIMENTO DO CADASTRO

6.1. As famílias que não possuem acesso à internet poderão realizar o cadastro na Secretaria da Educação de Porto Belo, localizada na Avenida Senador Atilio Fontana, nº 745, Bairro Perequê.

6.2. A partir da publicação do presente Edital, o cadastro ocorrerá somente por meio do Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-matrícula da Educação Infantil, modalidade Creche da Rede Municipal de Ensino, denominado FILA ÚNICA, sendo que o mesmo estará disponível para o acesso e atualização durante todo o ano letivo.

7. DO CRONOGRAMA

7.1. O presente Edital obedecerá o seguinte cronograma:

FASE	DATA	LOCAL
Divulgação do Edital de Cadastro	18/11/2019	No site oficial do Município www.portobelo.sc.gov.br
Abertura e período de Cadastro de novos alunos no Sistema Eletrônico	27/11/2019 a 03/12/2019	No site oficial do Município www.portobelo.sc.gov.br
Abertura e período de Cadastro de novos alunos para as famílias que não possuem acesso a internet	28/11/2019 a 03/12/2019	Secretaria Municipal de Educação
Divulgação da 1ª Pré-classificação	04/12/2019	No site oficial do Município www.portobelo.sc.gov.br
Período de entrega dos documentos relacionados neste Edital na Unidade Escolar.	05 e 06/12/2019	Exclusivamente no Núcleo de Desenvolvimento Infantil em que foi classificado
Resultado da Classificação e abertura de prazo para complementação de documentação que caso tenha faltado (3 dias úteis).	11/12/2019	Exclusivamente no Núcleo de Desenvolvimento Infantil em que foi classificado
Divulgação da lista final dos matriculados	12/12/2019	No site oficial do Município www.portobelo.sc.gov.br e nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil
Data para a oferta periódica de vagas remanescentes, durante o ano letivo	Sempre no último dia útil do mês, com abertura a partir de 12/12/2019	No site oficial do Município www.portobelo.sc.gov.br e nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil

8. DA DIVULGAÇÃO DA PRÉ-CLASSIFICAÇÃO

8.1. Cada Núcleo de Desenvolvimento Infantil divulgará em mural a lista dos seus pré-classificados (em 1º chamada), e pela internet, no site www.portobelo.sc.gov.br, bem como será enviado um e-mail para o endereço eletrônico cadastrado com o nome do responsável, e, na falta deste, ligará para o telefone cadastrado, preservando o nome do Infante conforme disposição do ECA.

8.2. Após a publicação da lista de pré-classificação no site do Município de Porto Belo, é de responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais da criança a apresentação dos documentos exigidos seguindo o cronograma estabelecido no item 7.

8.3. A convocação do responsável legal pelo cadastro pré-classificado nas ofertas das vagas remanescentes será realizada pela direção dos Núcleos de Desenvolvimento Infantil, designado para este fim, por meio de contato telefônico, em até três tentativas consecutivas, efetivadas em dias e horários alternados e por e-mail cadastrado.

8.4. Durante o ano letivo a família dos pré-classificados terão um prazo de 3 (três) dias úteis para a entrega da documentação, contados a partir do primeiro contato realizado pela Unidade Escolar.

9. DA MATRÍCULA

9.1. A efetivação da matrícula somente será feita no Núcleo de Desenvolvimento Infantil em que o Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-Matrícula da Educação Infantil pré-classificou a criança, após a entrega da documentação, da verificação e comprovação das informações

prestadas.

9.2. A negativa ou o não comparecimento dos pais e/ou responsáveis legais para a realização da matrícula acarretará na anulação da oferta e a consequente desclassificação do cadastro, de acordo com o disposto neste Edital.

9.3. Durante todo o processo de matrícula, a documentação entregue será objeto de verificação quanto sua autenticidade, podendo o responsável responder civil e criminalmente por informações inverídicas;

9.4. No decorrer do processo de análise dos documentos, a Comissão de Análise de Cadastro, criada para este fim, poderá solicitar aos responsáveis legais esclarecimentos ou documentos a fim de complementar a instrução do processo de matrícula.

9.5. Caso a vaga não atenda as necessidades da família, poderá o candidato declinar, sem prejuízo de sua colocação, que manterá inalterada, até que a próxima vaga seja do seu interesse, devendo o mesmo comparecer a Secretaria Municipal de Educação para assinar a declaração respectiva.

9.6. Se essas recusas ultrapassarem 3 (três) vagas o candidato perde sua classificação automaticamente, tendo que se cadastrar novamente no site.

10. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA MATRÍCULA

10.1. Para comprovar as informações declaradas no cadastro, os pais e/ou responsáveis legais deverão providenciar os documentos atualizados e completos (referentes à criança e ao seu grupo familiar), conforme abaixo descritos.

10.2. No momento da entrega dos documentos será utilizado um formulário de conferência e quando constatada a falta de documentos, será concedido prazo de 3 (três) dias úteis para a entrega dos mesmos.

10.3. Após análise dos documentos, o Núcleo de Desenvolvimento Infantil divulgará em seu mural, a listagem dos classificados aptos à matrícula.

10.4. O pré-selecionado que não apresentar toda a documentação no prazo exigido, perderá o direito a vaga, em conformidade com o disposto neste Edital.

10.5. Havendo divergências nas informações prestadas no sistema, e/ou ausência dos documentos comprobatórios que impliquem em mudança nos critérios de classificação, a matrícula não será efetivada, devendo os responsáveis legais realizar a atualização do cadastro no Sistema Eletrônico de Cadastro de Pré-Matrícula da Educação Infantil para concorrer às vagas remanescentes.

10.6. O representante legal responde civil e criminalmente pela veracidade e autenticidade das informações e documentos apresentados, sendo que os demais entes do grupo familiar responderão solidariamente pela veracidade das informações e documentos que vieram a ser apresentados no processo de concessão de matrícula.

10.7. Os responsáveis legais da criança que for pré-selecionada deverão entregar os seguintes documentos, que serão analisados e confrontados com as informações prestadas no Sistema Eletrônico de Cadastro, conforme detalhado:

a) DA CRIANÇA:

- Cópia da Certidão de nascimento da criança;
- Cópia da Carteira de Vacina (folha dos "Dados do Nascimento" e folha de identificação e triagem neonatal da criança);
- Cópia do Cartão do SUS da criança;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Atestado médico das restrições de saúde da criança, ou declaração médica de acompanhamento de doença crônica ou declaração médica sobre investigação de síndromes ou deficiências;
- Laudo Médico no caso de criança com deficiência Física, Sensorial, Transtorno do Espectro Autista, Atraso Global do Desenvolvimento ou Diagnósticos Síndrômicos.

b) DOCUMENTOS PESSOAIS DO GRUPO FAMILIAR:

- Cópia da Carteira de Identidade ou documento equivalente de todos os integrantes do grupo familiar, podendo ser apresentada certidão de nascimento no caso dos menores de 18 anos;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) de todos os integrantes do grupo familiar maiores de idade;
- Cópia da Certidão de óbito do pai ou mãe, quando for o caso;
- Comprovante de Título Eleitoral;
- Cópia do cartão do Programa Social em questão (Bolsa Família, Renda Cidadã, Renda Mínima, Benefício de Prestação Continuada, dentre outros);
- Extrato atualizado de recebimento do benefício;
- Cópia Comprovante de residência (faturas de água, luz e telefone) em nome dos responsáveis legais, ou cópia do contrato de aluguel;
- Certidão de Casamento ou União Estável, com a averbação da Separação ou Divórcio quando for o caso, ou Nascimento atualizada, acompanhada, esta última, de declaração de união estável ou de que não convive em União Estável Anexo I e Anexo II;
- Declaração de Separação de Fato ou Fim da Relação Conjugal, (Este documento deverá ser assinado na presença de servidor público no ato da matrícula ou ter firma reconhecida em cartório), em caso de separação não legalizada Anexo III.

c) COMPROVANTES DE RENDA DO GRUPO FAMILIAR, para a comprovação da Renda Familiar, todos os integrantes (composta pelos membros da família residente sob o mesmo teto), deverão apresentar as cópias dos comprovantes de rendimentos dos integrantes do grupo familiar que se enquadre em uma ou mais das situações abaixo:

c.1) Trabalhador assalariado, com contrato regido pela CLT:

- CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho e página seguinte;
- Cópia do Contracheque ou holerite dos últimos 3 (três) meses;

c.2) Profissional Autônomo ou Profissional Liberal:

- Cópia do Guia de recolhimento do INSS ou guia de recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza que comprove a regularidade da atividade exercida;
- CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), cópia das páginas de identificação do trabalhador, último contrato de trabalho e página seguinte branco;
- Declaração original de renda recebida, na atividade que exerce, (Este documento deverá ser assinado na presença de servidor público no ato da matrícula ou ter firma reconhecida em cartório);

c.3) Receber Pensão Alimentícia:

- Declaração constando o valor da pensão alimentícia, conforme modelo (Anexo VII);

- Extrato bancário com o valor recebido/pago ou holerite de pagamento que discrimine o valor.

c.4) Receber Aluguel de Imóveis:

- Declaração constando o valor recebido mensalmente, conforme modelo (Anexo VIII).

d) COMPROVANTE DE DESPESA DO GRUPO FAMILIAR:

- Contrato de locação e/ou declaração do proprietário do imóvel contendo o valor recebido, conforme modelo (Anexo IX);

- Comprovante de pagamento do financiamento do imóvel.

11. DA COMISSÃO DE MATRÍCULA PARA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

11.1. A Secretaria Municipal da Educação, através de ato do Prefeito, instituirá uma Comissão de Análise de Matrículas, que será composta por servidores públicos municipais.

11.2. Compete exclusivamente à Comissão de Análise de Matrículas:

a) Conferir a habilitação das vagas/matrículas;

b) Realizar análise da documentação entregue pelos responsáveis legais, após a convocação e dar autenticidade aos mesmos;

c) Deliberar sobre a comprovação das informações prestadas pelos responsáveis legais no Sistema Eletrônico de Cadastro;

d) Verificar, quando houver, as denúncias encaminhadas à Unidade de Educação referente à comprovação de informações e matrículas;

e) Classificar como "aptos à matrícula" ou "não aptos à matrícula" os cadastros pré-classificados para oferta de vaga, observado o disposto neste Edital;

f) Elaborar relatórios, que poderão ser lavrados em livro ata, de todos os atos realizados pela Comissão de Análise de Matrículas, contendo relação completa da composição dos membros e suas respectivas assinaturas, bem como relação dos cadastros analisados por oferta de vaga e sua respectiva classificação: "apto à matrícula" ou "não apto à matrícula";

g) Prestar esclarecimentos acerca das matrículas realizadas nos Centros e Unidades Escolares, quando solicitado pela Secretaria Municipal de Educação.

12. DAS VAGAS REMANESCENTES

12.1. As vagas remanescentes e/ou abertura de vagas por desistências/abandonos nas Unidades Escolares serão disponibilizadas continuamente, conforme a capacidade máxima de atendimento, sendo que as convocações serão realizados de acordo com o estabelecido neste Edital.

12.2. Nos casos de abertura de novas turmas, a Secretaria Municipal de Educação fará a divulgação através do site oficial do Município www.portobelo.sc.gov.br, bem como poderá divulgar nas Unidades de Educação.

13. DAS TRANSFERÊNCIAS

13.1. O pedido de transferência poderá ser solicitado somente nos casos em que a criança tenha frequentado a Unidade Escolar por, no mínimo, 3 (três) meses letivo, devendo haver justificativa para o pedido.

13.2. A transferência não se efetivará no caso caracterizado como abandono de vaga.

13.3. Os pedidos de transferências deverão ser feitos diretamente nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil onde a criança esteja matriculada, sendo a solicitação de inteira responsabilidade dos responsáveis legais.

14. DAS DENÚNCIAS

14.1. As denúncias poderão ser formalizadas pessoalmente, na SME (Secretaria Municipal de Educação), bem como diretamente na Ouvidoria do Município de Porto Belo, www.portobelo.sc.gov.br, na aba OUVIDORIA, que serão verificadas e apuradas pela Comissão de Análise de Matrículas.

14.2. Durante o período de averiguação da denuncia, a Comissão de Análise de Matrículas designará um servidor que será responsável por realizar a notificação do denunciado, abrindo prazo para defesa do mesmo, podendo, ainda, utilizar procedimentos que julgar necessário, bem como solicitar esclarecimentos adicionais mediante entrevista e/ou complementação documentação.

14.3. Se houver a comprovação de fraude, falsificação, omissão, contradição de informações, adulteração de documentos ou infração de qualquer item do presente Edital, a Comissão de Análise de Matrículas suspenderá a oferta da vaga, sem prejuízo das medidas administrativas, civis e criminais cabíveis.

14.4. No caso da aplicação da penalidade descrita no item 14.3, a vaga será ofertada ao próximo pré-classificado em lista de espera.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As condições deste documento são universais e, portanto, são as mesmas para todos, razão pela qual são formalizadas seguindo disposições rígidas e inegociáveis, em que se obrigam tanto a Secretaria Municipal de Educação como os interessados.

15.2. As famílias que foram desclassificadas devido a não comprovação de documentos poderão acessar o endereço eletrônico do cadastro Online e corrigir os seus dados para concorrerem às vagas remanescentes e/ou aguardar em lista de espera, conforme especificado neste Edital.

15.3. Poderá o Município de Porto Belo, através da Secretaria Municipal de Educação, revogar o presente documento, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo, em caso de constatada ilegalidade.

15.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Análise de Matrículas e pela Secretaria Municipal de Educação.

15.5. O não cumprimento ou a inobservância das normas estabelecidas neste Edital, por parte dos Núcleos de Desenvolvimento Infantil, poderá acarretar em abertura de processo administrativo aos envolvidos, podendo ser aplicadas as penalidades cabíveis.

Porto Belo, aos 18 dias do mês de novembro de 2019.

Rosane Maria Graupp
Secretária de Educação

**ANEXO I
DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL**

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e _____ portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaramos, para fins que convivemos em UNIÃO ESTÁVEL desde ____/____/____, de natureza familiar, pública e duradoura com o objetivo de constituição da família.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão implicar nas medidas administrativas cabíveis.

Autorizamos a Secretaria de Educação a certificar as informações acima.

(Este documento deverá ser assinado na presença de servidor público no ato da matrícula ou ter firma reconhecida em cartório).

Local e data: _____, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do Declarante

**ANEXO II
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE UNIÃO ESTÁVEL**

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro expressamente, sob responsabilidade civil e criminal, que não mantenho relação de vida comum ou união estável com outra pessoa, nas condições dos artigos 1.723 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Título III — "Da União Estável", permanecendo no estado civil de _____.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão implicar nas medidas administrativas cabíveis.

Autorizamos a Secretaria de Educação a certificar as informações acima.

(Este documento deverá ser assinado na presença de servidor público no ato da matrícula ou ter firma reconhecida em cartório).

Local e data: _____, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do Declarante

**ANEXO III
DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO DE FATO**

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e _____ portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaramos, para fins de apresentação ao Centro de Educação Infantil, que não convivemos maritalmente.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão implicar nas medidas administrativas cabíveis.

Autorizamos a Secretaria de Educação a certificar as informações acima.

(Este documento deverá ser assinado na presença de servidor público no ato da matrícula ou ter firma reconhecida em cartório).

Local e data: _____, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do Declarante

Assinatura do Declarante

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO DO NÃO RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA**

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins, que não recebo ajuda financeira mensal, como pensão alimentícia, para manutenção da(s) criança(s) _____.

Autorizo a Secretaria de Educação a certificar as informações acima.

(Este documento deverá ser assinado na presença de servidor público no ato da matrícula ou ter firma reconhecida em cartório).

Local e data: _____, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do Declarante

**ANEXO V
DECLARAÇÃO DE TRABALHO AUTÔNOMO DE PAI/MÃE OU RESPONSÁVEL**

Eu, _____, CPF _____, RG _____, residente à Rua _____, nº _____, Bairro _____, telefone residencial () _____, celular () _____, declaro para fins de inscrição/matricula/renovação de matrícula da criança: _____ nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil do Município de Porto Belo, desenvolvendo atividades de _____ nos horários de _____ às _____ e de _____ às _____, nos dias da semana _____.

Declaro sob responsabilidade, que obtenho renda mensal de R\$ _____ (_____), declarada no cadastro on-line de pré-matricula. Referida renda é oriunda de ganhos obtidos com meu trabalho, no desempenho da(s) atividade(s) de _____, nos seguintes locais: _____.

Declaro que as informações acima apresentado é verdadeiro e que não trabalho formalmente, dessa maneira não possuo registro em carteira nem folha de pagamento para apresentar.

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam em alteração no processo de classificação para vaga na Educação Infantil.

As informações constantes nesta declaração são de minha responsabilidade e, caso sejam inverídicas, responderei em conformidade com a legislação vigente e estão sujeitos à conferência pela Secretaria Municipal da Educação. (Este documento deverá ter firma reconhecida

em cartório)

Porto Belo, _____ de _____ de _____

Assinatura declarante: _____

Testemunha: _____

CPF testemunha: _____ Telefone: () _____

(Este documento deverá ser assinado pelo Declarante na presença de servidor público no ato da matrícula ou ter firma reconhecida em cartório).

Observações:

- A testemunha não pode ter grau de parentesco com o/a declarante.

- A assinatura da testemunha deve ser autenticada em cartório.

- Esse documento tem validade 6 (seis) meses ou poderá ser solicitada a atualização quando a Administração Pública julgar necessário.

ANEXO VI

DIARISTA DECLARAÇÃO DE TRABALHO PARA MÃE OU RESPONSÁVEL

Eu, _____, CPF _____, RG _____, residente na Rua _____ nº _____, Bairro _____, telefone residencial () _____ celular () _____,

declaro para fins de inscrição/matricula/renovação de matrícula da criança: _____ nos Núcleos de Desenvolvimento Infantil do Município de Porto Belo, que a Sra. _____ trabalha em minha casa/empresa às;

() Segunda-feira - Horário: de _____ às _____

() Terça-feira - Horário: de _____ às _____

() Quarta-feira - Horário: de _____ às _____

() Quinta-feira - Horário: de _____ às _____

() Sexta-feira - Horário: de _____ às _____

Dispondo-me a confirmar estas informações à instituição caso seja necessário.

Assinatura: _____

(Assinatura com firma reconhecida em Cartório)

Porto Belo, _____ de _____ de _____

Declaro sob responsabilidade, que obtenho renda mensal de R\$ _____ (_____), declarada no cadastro on-line de pré-matricula. Tal renda é oriunda de ganhos obtidos com meu trabalho, no desempenho da(s) atividade(s) de _____, nos seguintes locais: _____

Estou ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e /ou divergentes implicam em alteração no processo de classificação para vaga na Educação Infantil.

As informações constantes nesta declaração são de minha responsabilidade e, caso sejam inverídicas, responderei em conformidade com a legislação vigente e estão sujeitos à conferência pela Secretaria Municipal da Educação.

Assinatura mãe da criança: _____

(Este documento deverá ser assinado na presença de servidor público no ato da matrícula ou ter firma reconhecida em cartório).

Observação: Este documento tem validade de 6(seis) meses ou deverá ser atualizado quando a direção julgar necessário.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins, que pago ajuda financeira mensal, como pensão alimentícia, no valor R\$ _____ (_____), a(s) criança(s) _____, recebida por seu responsável legal Sr.(a) _____.

Autorizo a Secretaria de Educação a certificar as informações acima.

(Este documento deverá ser assinado na presença de servidor público no ato da matrícula ou ter firma reconhecida em cartório).

Local e data: _____ de _____ de 201__.

Assinatura do Declarante

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE ALUGUEL

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____ declaro, que recebo aluguel do imóvel situado à Rua _____, nº _____, bairro: _____, cidade de _____ no valor mensal de R\$ _____ (_____), pago pelo(a) inquilino(a) Sr.(a) _____ CPF nº _____.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão implicar nas medidas administrativas cabíveis.

Autorizo a Secretaria de Educação a certificar as informações acima.

(Este documento deverá ser assinado na presença de servidor público no ato da matrícula ou ter firma reconhecida em cartório).

Local e data: _____ de _____ de 201__.

Assinatura do Declarante

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DE ALUGUEL (ou contrato de aluguel)

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro que pago aluguel do imóvel situado à Rua _____, nº _____, bairro: _____, cidade de _____ no valor mensal de R\$ _____ (_____).

Proprietário do Imóvel: Sr.(a) _____, CPF _____



Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes poderão implicar nas medidas administrativas cabíveis.

Autorizo a Secretaria de Educação a certificar as informações acima.

(Este documento deverá ser assinado na presença de servidor público no ato da matrícula ou ter firma reconhecida em cartório).

Local e data: _____, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do Declarante

Assinatura do Proprietário (a)

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 874/2019

Publicação Nº 2230773

DECRETO Nº 874, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Saúde – CMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.956, de 20 de setembro de 1993, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 2.611, de 09 de maio de 2001, e 3.136, de 22 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para o período de 02 (dois) anos, os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Saúde – CMS, criado pela Lei Municipal nº 1.956, de 20 de setembro de 1993, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 2.611, de 09 de maio de 2001, e 3.136, de 22 de dezembro de 2005:

I- 02 (dois) Representantes dos Prestadores de Serviços Públicos:

Titular: Tatiane Ferreira dos Santos – Secretaria Municipal de Saúde;

Suplente: Andréa Le Senechal Duarte – Secretaria Municipal de Saúde.

Titular: Marcos Luciano Colla – Corpo de Bombeiros PU;

Suplente: Fernando César Straube – Secretaria Municipal de Educação.

II- 02 (dois) Representantes dos Prestadores de Serviços Privados:

Titular: Silvio Marciniack – Hospital de Caridade São Braz;

Suplente: Carolina Jung – Laboratório de Análises Clínicas Dr. Willy Carlos Jung.

Titular: Josyana Ap. Ferreira da Silveira – Rede Feminina de Combate ao Câncer;

Suplente: Lauro Mano Júnior – Fundação Hermon.

III- 04 (quatro) Representantes dos Profissionais de Saúde:

Titular: Gelfrane Fátima Bonete – Conselho Regional de Nutrição;

Suplente: Ani Hobi – Conselho Regional de Nutrição.

Titular: Juliano Hassan – Conselho Regional de Medicina;

Suplente: Luisa Rech Jaeger – Conselho Regional de Odontologia.

Titular: Rafaela Leão André – Conselho Regional de Enfermagem;

Suplente: Luana Berton – Conselho Regional de Psicologia.

Titular: Denise Aparecida Marcelo dos Santos – Conselho Regional de Serviço Social;

Suplente: Mariane Schorr Caesar – Conselho Regional de Fisioterapia.

IV- 08 (oito) Representantes dos Usuários:

Titular: Adolfo Eckel – Pró Vida;

Suplente: Joceli S. Moraes – Associação dos Funcionários do Hospital São Bráz.

Titular: Salete Maria de Lima Venâncio – UNICOM;

Suplente: Adriane Aparecida Dias – Associação de Moradores Santa Cruz do Timbó.

Titular: Marlene Sonnestrahl – ADAD;

Suplente: José Benedito Vieira – ADAD.

Titular: João Celso Alves – Associação de Moradores São Bernardo;

Suplente: Julieta Vogel Kalichak – Associação de Moradores São Miguel da Serra.

Titular: Solange Benasulin – Pastoral da Saúde;

Suplente: Vera Strobino – Pastoral da Saúde.

Titular: Marcelo Inácio Stelmach – Associação de Moradores São Francisco;

Suplente: Maria Natalina Sonnestrahl – Associação de Moradores São Pedro.

Titular: Vanderlei Silveira de Souza – Associação de Moradores Vice King;

Suplente: Marili Soares dos Santos – Associação de Moradores São Bernardo.

Titular: Manoel Alvir da Mota – Associação de Moradores Jardim Oliveira;
Suplente: Daniele Cristina G. Maia – Associação de Moradores São Bernardo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 875/2019

Publicação Nº 2230775

DECRETO Nº 875, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.624, de 14 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, o valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais):

ORGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	07	180.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3390 – 104 – Aplicações Diretas	20	100.000,00
ATIVIDADE	2117 – Pré-Escola		
MODALIDADE	3390 – 104 – Aplicações Diretas	38	100.000,00
MODALIDADE	3390 – 108 – Aplicações Diretas	39	52.000,00
ATIVIDADE	2118 – Creches		
MODALIDADE	3390 – 104 – Aplicações Diretas	47	100.000,00
MODALIDADE	3390 – 108 – Aplicações Diretas	48	48.000,00
ATIVIDADE	2012 – Transporte Escolar		
MODALIDADE	3390 – 104 – Aplicações Diretas	24	200.000,00
MODALIDADE	3390 – 108 – Aplicações Diretas	25	100.000,00
MODALIDADE	3390 – 164 – Aplicações Diretas	27	120.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		1.000.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3190 – 113 – Aplicações Diretas	08	300.000,00
MODALIDADE	3191 – 113 – Aplicações Diretas	10	100.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção do Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3190 – 113 – Aplicações Diretas	16	200.000,00
ATIVIDADE	2078 – Manutenção EJA		
MODALIDADE	3190 – 112 – Aplicações Diretas	50	400.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		1.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 174/2019

Publicação Nº 2229821

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 174/2019
Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 18/11/2019 a 22/11/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
 - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
 - Carteira de Identidade;
 - Carteira de Trabalho;
 - Comprovante do PIS/PASEP
 - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
 - Título de Eleitor;
 - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
 - Certidões Negativas Cíveis do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema EPROC e uma via do Sistema SAJ/SG5;
 - Certidão Negativa Criminal do 1º Grau de Jurisdição expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - Certidão Negativa Cível e Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
 - Comprovante de residência atualizado;
 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia);
 - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH*);
 - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH*);
 - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH*);
- * Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
MARIA LUIZA DOS SANTOS ZILLI	27º		

Porto União (SC), 18 de novembro de 2019.
ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 175/2019

Publicação Nº 2230802

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 175/2019
Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 19/11/2019 a 25/11/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
 - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
 - Carteira de Identidade;
 - Carteira de Trabalho;
 - Comprovante do PIS/PASEP
 - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
 - Título de Eleitor;
 - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
 - Certidões Negativas Cíveis do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
 - Certidão Negativa Criminal do 1º Grau de Jurisdição expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - Certidão Negativa Cível e Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
 - Comprovante de residência atualizado;
 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia);
 - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH*);
 - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH*);
 - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH*);
- * Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 02

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
GABRIELI MACHADO KLETTENBERG	60º		

Porto União (SC), 18 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4.624/2019

Publicação Nº 2230228

LEI Nº 4.624, de 14 de novembro de 2019.

Dispõe sobre Crédito Suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, as dotações orçamentárias no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), conforme discriminação seguinte:

ORGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	07	180.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3390 – 104 – Aplicações Diretas	20	100.000,00
ATIVIDADE	2117 – Pré-Escola		
MODALIDADE	3390 – 104 – Aplicações Diretas	38	100.000,00
MODALIDADE	3390 – 108 – Aplicações Diretas	39	52.000,00
ATIVIDADE	2118 – Creches		

MODALIDADE	3390 – 104 – Aplicações Diretas	47	100.000,00
MODALIDADE	3390 – 108 – Aplicações Diretas	48	48.000,00
ATIVIDADE	2012 – Transporte Escolar		
MODALIDADE	3390 – 104 – Aplicações Diretas	24	200.000,00
MODALIDADE	3390 – 108 – Aplicações Diretas	25	100.000,00
MODALIDADE	3390 – 164 – Aplicações Diretas	27	120.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		1.000.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3190 – 113 – Aplicações Diretas	08	300.000,00
MODALIDADE	3191 – 113 – Aplicações Diretas	10	100.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção do Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3190 – 113 – Aplicações Diretas	16	200.000,00
ATIVIDADE	2078 – Manutenção EJA		
MODALIDADE	3190 – 112 – Aplicações Diretas	50	400.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		1.000.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 14 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade

LEI MUNICIPAL Nº 4.625/2019

Publicação Nº 2230230

LEI Nº 4.625, de 14 de novembro de 2019.

Dispõe sobre Crédito Suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral do Município, as dotações orçamentárias no valor de R\$ 1.364.000,00 (Um milhão, trezentos e sessenta e quatro mil reais), conforme discriminação seguinte:

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN.TRANSP. OBRAS SERV. PÚBLICOS		
PROJETO	1001 – Aquisição de Imóveis		
MODALIDADE	4590 – 100 – Aplicações Diretas	23	130.000,00
PROJETO	1012 – Pavimentação Vias Urbanas		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	25	1.234.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		1.364.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN.TRANSP. OBRAS SERV. PÚBLICOS		
ATIVIDADE	2065 – Manutenção Terminal Rodoviário		
MODALIDADE	4490 – 175 – Aplicações Diretas	34	28.000,00
PROJETO	1005 – Construção Abrigos para Passageiros		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	43	50.000,00

PROJETO	1004 – Construção de Pontes e Bueiros		
MODALIDADE	4490 – 175 – Aplicações Diretas	78	128.000,00
PROJETO	1007 – Obras de Saneamento em Geral		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	53	300.000,00
PROJETO	1016 – Aquisição Equipamentos Rodoviários		
MODALIDADE	4490 – 175 – Aplicações Diretas	82	98.000,00
PROJETO	1008 – Construção Ginásios, Campos/Canchas Esportivas		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	84	100.000,00
MODALIDADE	4490 – 171 – Aplicações Diretas	86	30.000,00
MODALIDADE	4490 – 175 – Aplicações Diretas	85	200.000,00
UNIDADE	0209 – SECRET. MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
PROJETO	1049 – Construção CRAS		
MODALIDADE	4490 – 175 – Aplicações Diretas	98	100.000,00
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	0032 – Amortização e Encargos da Dívida		
MODALIDADE	3290 – 100 – Aplicações Diretas	116	50.000,00
MODALIDADE	4690 – 100 – Aplicações Diretas	117	140.000,00
UNIDADE	0212 – SEC.M.DESEN.ECON.SUST. E MEIO AMBIENTE		
MODALIDADE	3350 – 100 – Transf. a Instit. Privadas s/ Fins Lucrativos	139	20.000,00
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	140	100.000,00
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	141	20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			1.364.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 14 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
 Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
 Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade

PORTARIA Nº 056/2019

Publicação Nº 2230794

PORTARIA Nº 056, de 18 de novembro de 2019.

Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar fatos imputados ao Servidor RODRIGO DA ROCHA – Matrícula nº 2162301, constantes do Processo Disciplinar Investigativo nº 013/2019, de 21 de outubro de 2019, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, caso comprovado, pelo fato acima mencionado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, cientificar, desde logo, o Servidor RODRIGO DA ROCHA, para que, se assim desejar, acompanhe pessoalmente ou por intermédio de procurador todos os atos do presente processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão, nos termos do que dispõe o Artigo 246 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994:

- I- Marcelo Amaro – Matrícula 2073301 – Presidente;
- II- Vanessa Nalon dos Santos – Matrícula 2061101 – Secretária;
- III- Thiago Borini – Matrícula 2126101 – Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da

Lei, por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.426/2019 - RH

Publicação Nº 2230765

PORTARIA Nº 1.426, de 14 de novembro de 2019.
Exonerar a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, JEAN CARLOS DOS SANTOS, matrícula 2206401, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de novembro de 2019.

Porto União (SC), 14 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 168/2019 - ALTERADO

Publicação Nº 2230158

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 233/2019.
Retificação de Edital de Pregão Presencial 168/2019 – ALTERADO.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. Diante das alterações a data limite para recebimento das propostas passa a ser dia 02 de dezembro de 2019 às 13h30min, com início da sessão pública às 13h45min. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

EDITAL TESTE SELETIVO 2019

Publicação Nº 2230641

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para a ADMIS- SÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO e formação de CADASTRO DE RESERVA de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público com execução técnico-administrativa da empresa SC Treinamentos, para vagas de Agente de organização escolar, Agente de serviços de OBRAS (masculino), Agente de serviços gerais (feminino), Assistente Social, Auxiliar de consultório odontológico, Estagiário nível médio para creches e ESCOLAS, (feminino), Estagiário nível médio PARA ESCOLAS E SETORES ADMINISTRATIVOS - (masculino/feminino), Estagiário nível superior para CRECHE E ESCOLAS cursando Pedagogia (feminino), Estagiário nível superior para SETORES ADMINISTRATIVOS (masculino/feminino), Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Monitor de transporte escolar, Motorista, Motorista de ônibus do transporte escolar, Nutricionista, Operador de máquinas em geral, Pedreiro, Professor de Artes, Professor de Ciências, Professor de Educação Física, Professor de Educação Infantil, Professor de Geografia, Professor de História, Professor de Inglês, Professor de Língua Portuguesa, Professor de Matemática, Professor II, Professores anos iniciais e Psicólogo. As Provas Objetivas, provas Práticas e a entrega de documentos para a Prova de Títulos serão realizadas na data de 15 de dezembro de 2019. As inscrições serão realizadas somente através da internet no sítio www.sconcursos.com.br, no período de 19/11/2019 até às 23h59min do dia 05/12/2019. As demais informações encontram-se no edital completo afixado no mural oficial da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo e nos sítios www.pousoredondo.sc.gov.br e www.sconcursos.com.br.

Pouso Redondo (SC), 19 de novembro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº133 2019 - MATERIAIS E MAO DE OBRA CHAPEAÇÃO

Publicação Nº 2229886

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 133/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 99/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que esta aberto, até as 15:00 Horas do dia 29.11.2019, processo licitatório para Aquisição de materiais e mão de obra de chapeação e pintura, para manutenção dos ônibus de transporte escolar e demais veículos pertencentes a frota do município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br, licitacoes01@pousoredondo.sc.gov.br ou pelo site do município.

Pouso Redondo, em 18 de novembro de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 75/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2229524

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 53/2019

CARTA CONVITE N.º 18/2019

CONTRATO N.º 75/2019

CONTRATADA: KOLINA ARARANGUAENSE VEÍCULOS LTDA

DO OBJETO: A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DO TIPO HATCH, NOVO ZERO KM, ANO FABRICAÇÃO E MODELO NO MÍNIMO 2019/2020, DE COR BRANCA PARA SER USO EXCLUSIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC.

DO VALOR: 49.970,00

DA VIGÊNCIA: 07/11/2019 ATÉ 31/12/2019

PRAIA GRANDE – SC, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 76/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2229526

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 56/2019

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 03/2019

CONTRATO Nº 76/2019

CONTRATADA: MC BEHENCK EVENTOS E PROMOCOES LTDA

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA "BLACK BULL BAND" PARA O EVENTO NATAL DOS CANYONS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC, NO DIA 08/12/2019, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 02 (DUAS) HORAS.

DO VALOR: 4.500,00

DA VIGÊNCIA: 11/11/2019 ATÉ 22/12/2019

PRAIA GRANDE – SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 77/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2229533

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 57/2019

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 04/2019

CONTRATO Nº 77/2019

CONTRATADA: HARMONICA ARTE & ENTRETENIMENTO LTDA

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA "DAZARANHA" PARA O EVENTO NATAL DOS CANYONS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC, NO DIA 22/12/2019, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE UMA HORA E QUARENTA E CINCO MINUTOS (01:45).

DO VALOR: 16.875,00

DA VIGÊNCIA: 11/11/2019 ATÉ 22/12/2019

PRAIA GRANDE – SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 78/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2229546

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 58/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 14/2019
CONTRATO Nº 78/2019
CONTRATADA: GIOVANE CESA 03459335084
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA "OUSE" PARA O EVENTO NATAL DOS CANYONS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC, NO DIA 08/12/2019, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE DUAS (02) HORAS.
DO VALOR: 1.300,00
DA VIGÊNCIA: 13/11/2019 ATÉ 22/12/2019
PRAIA GRANDE – SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 79/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2229557

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 59/2019
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 05/2019
CONTRATO Nº 79/2019
CONTRATADA: SANDRO ALEXANDRE COELHO
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SHOW ARTÍSTICO DO ARTISTA "SANDRO COELHO" PARA O EVENTO NATAL DOS CANYONS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC, NO DIA 06/12/2019, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE DUAS (02) HORAS.
DO VALOR: 8.000,00
DA VIGÊNCIA: 13/11/2019 ATÉ 22/12/2019
PRAIA GRANDE – SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 80/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2229567

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 60/2019
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 06/2019
CONTRATO Nº 80/2019
CONTRATADA: CTB PROMOCOES ARTISTICA MUSICAIS E SORIZAÇÕES LTDA
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SHOW ARTÍSTICO DO ARTISTA "ERNESTO NUNES E GRUPO" PARA O EVENTO NATAL DOS CANYONS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC, NO DIA 06/12/2019, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE DUAS (02) HORAS
DO VALOR: 4.120,00
DA VIGÊNCIA: 13/11/2019 ATÉ 22/12/2019
PRAIA GRANDE – SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 81/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2229579

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 15/2019
CONTRATO Nº 81/2019
CONTRATADA: FRANCISCO BRETANHA LOPES TORT
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SHOW ARTÍSTICO DA BANDA "IMPÉRIO DA LÂ" PARA O EVENTO NATAL DOS CANYONS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC, NO DIA 15/12/2019, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE DUAS (02) HORAS

DO VALOR: 3.200,00
DA VIGÊNCIA: 13/11//2019 ATÉ 22/12/2019
PRAIA GRANDE – SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
HENRIQUE MATOS MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL.

Presidente Castello Branco**PREFEITURA****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019**

Publicação Nº 2230490

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NR. 08/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	NEO DAIGNÓSTICO LTDA
OBJETO:	O objeto da presente dispensa de licitação consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos ambulatoriais e realização de pequenos procedimentos a serem executados na Unidade Básica de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O valor a ser pago a Contratada pela prestação dos serviços é a importância de R\$ 17.523,21 (dezesete mil, quinhentos e vinte e três reais e vinte e um centavos), sendo que o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal e respectivo relatório.
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.
VIGÊNCIA	31/12/2019
HOMOLOGAÇÃO:	14/11/2019

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

Publicação Nº 2229637

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

EXTRATO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 04 (quatro) de dezembro de 2019, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para realização de concurso público, elaboração de edital, aplicação e correção de provas e resultado final no Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2017

Publicação Nº 2230174

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2017

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Alberto Ernesto Lang, nº 29, centro, inscrito no CNPJ nº 82.777.244/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir Domingos Miotto, brasileiro, inscrito no CPF nº 437.447.889-20, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.072.953/0001-16, localizada na Rua Major Navarro Lins, nº 692, Bairro Anita Garibaldi, Município de Joinville/SC, CEP 89.203-500, neste ato representado pela Sra. Karla Janz, brasileira, divorciada, pedagoga, portadora da cédula de identidade nº 5.552.294 e inscrita no CPF sob nº 773.570.609-00, residente

e domiciliada na Rua Coronel Santiago, nº 643, Ap. 304, Bairro Anita Garibaldi, Município de Joinville/SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, aditar o Contrato Administrativo nº 171/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A CONTRATADA, na qualidade de única proprietária dos direitos do software descrito em sua proposta comercial em anexo de ESCOLA VIA NET® – SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR confere a CONTRATANTE à licença de uso por prazo determinado, bem como, se obriga a prestar os serviços de suporte, atualização e atendimento técnico conforme especificado neste Contrato, no “módulo pedagógico e biblioteca”, durante o ano de 2020.

Parágrafo Único: Entende-se por Software, o conjunto de programas executáveis por computador, e respectiva documentação técnica que acompanham o produto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Fundamentado no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, redação: “à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada há sessenta meses”, o Município de Presidente Castello Branco/SC, restabelece a relação que as partes pactuaram inicialmente pelo contrato nº 171/2017, objetivando a continuidade da prestação dos serviços contratos e destinados a Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O presente Contrato terá valor global de R\$ 6.546,00 (Seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais), sendo o pagamento efetuado em 12 parcelas de R\$ 545,50 (Quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos no mês), valor este que o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, mensalmente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Termo Aditivo é de 01 de janeiro de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2020.

CLAUSULA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais disposições do contrato original, no que couber, permanecem em vigor, para todos e qualquer efeitos.

E, por estarem justas e acordadas as partes, assinam o presente Termo Aditivo, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas.

Presidente Castello Branco (SC), 18 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

CONTRATADO

Karla Janz
Administradora

Testemunhas:

ALEXANDRA SCHUMANN
CPF: 088.005.529-43

EDENILSON DOMINGOS ZENI
CPF: 021.252.659-66

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 202/2019

Publicação Nº 2229664

DECRETO Nº. 202/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar, por conta do provável excesso de arrecadação, a destinação de recursos sob a codificação 10800 – Contrib. Custeio Serviço de Iluminação Pública - COSIP, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	06.01	Sec. de Obras e Serv. Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
PROGRAMA	070	Transportes e Obras
ATIVIDADE	2023	Manutenção da Secretaria de Obras e Serv. Urbanos
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10800	Contrib. Custeio Serv. de Iluminação Pública - COSIP 60.000,00
TOTAL		60.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 203/2019

Publicação Nº 2229670

DECRETO Nº. 203/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/2018, de 27 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a dotação orçamentária do orçamento vigente a seguir discriminada:

ÓRGÃO	06.01	SEC. DE OBRAS E SERV. URBANOS
FUNÇÃO	26	Transporte
SUBFUNÇÃO	782	Transporte Rodoviário
PROGRAMA	070	Transportes e Obras
ATIVIDADE	2007	Manutenção do Sistema de Trânsito
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	11200	Convênio de Trânsito – Prefeitura 20.000,00
TOTAL		20.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

ÓRGÃO	06.01	SEC. DE OBRAS E SERV. URBANOS
FUNÇÃO	26	Transporte
SUBFUNÇÃO	782	Transporte Rodoviário

PROGRAMA	070	Transportes e Obras
ATIVIDADE	2007	Manutenção do Sistema de Trânsito
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	11200	Convênio de Trânsito – Prefeitura 20.000,00
TOTAL		20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 214/2019

Publicação Nº 2229676

DECRETO Nº. 214/2019

INSTITUI PONTO FACULTATIVO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídos pontos facultativos nas repartições públicas municipais os dias: 23, 24, 27, 30 e 31 de dezembro de 2019 e os dias 02 e 03 de janeiro de 2020, referente ao recesso de fim de ano.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas, será garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escala de serviço, sobreaviso ou plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REVISÃO DO PLANO DIRETOR FÍSICO TERRITORIAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

ELABORAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

José Carlos dos Santos – Vice-Prefeito

Endereço: Praça Otto Müller, 10 - Centro

CEP: 89.150-000

Fone/Fax: (47) 3352-5500

E-mail: gabinete@presidentegetulio.sc.gov.br

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – AMAVI

Endereço: Rua XV de Novembro, 737, Centro, Rio do Sul/SC

CEP: 89.160-015

Fone: (47) 3531-4242

E-mail: amavi@amavi.org.br

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA REVISÃO

Gabriela Wollinger Arns – Engenheira Civil – PMPG

Clóvis Wolnei Pauli – Técnico em Agrimensura – PMPG

Luiz Rossi Neto – Engenheiro Civil – PMPG

Adilson Jair Wippel – Fiscal de Obras, Posturas e Tributos – PMPG

Márcio Vanderlinde – Engenheiro Florestal – PMPG

Fabiana Meurer – Arquiteta e Urbanista – AMAVI

Gustavo Leonardo Wloch – Arquiteto e Urbanista – AMAVI

Juliana Lange dos Santos – Arquiteta e Urbanista – NGPT

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Ivo Adami – Presidente

Savio Batisti

Vaneide Back

Leonardo Pavanello Júnior

Aroldo Schunke

Ernesto Avancini

Ivo Paupitz

Joacyr Pereira

Lenuir Effting

Marcelo Cristiano Martins

Marlene Wiemes Loch

NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL**Membros Efetivos**

Luiz Rossi Neto
Adilson Jair Wippel
Odenilson Pereira
Clovis Wolnei Pauli
José Eick
Analí R. Schoenfelder Decarle
Antônio de Oliveira
Silvânia Berkenbrock
Juliana Lange dos Santos
Felipe Beltramini
Odair Barbeta
Ana Lúcia Bittencourt
Delmar Adão Angioleti
Vitor Paulo Bogo
Victor Fey
Lúcio Adelar Bittencourt
Celso Montagna
Marcos R. Hummel
Rosinei Melo
Adenir Schluter
Diógenes Prygoda

Membros Suplentes

Márcio Vanderlinde
Tagor Bini Rocha
Elisiane Ignes Braatz
Valéria Effting
James Wippel
Margarida Filagrana
Johnes Schatenberg
Dalto S. Broges
Rogério M. Pre. De Oliveira
Adriana Seibel Mann
Claus Frech
Elke D. Barth
Diane Braatz
Oscar Batista Tavares
Maria Marold
Valdecir Gamba
Amarildo Molinari
Osni Hulse
Emy Goebel
Julio Policarpo
James Rafael Poffo

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O parágrafo 3º do art. 40 da Lei Federal nº 10.257/2001, estabelece que a lei que institui o Plano Diretor deve ser revista, pelo menos, a cada 10 (dez) anos, quando se dará profunda revisão na lei, para adaptá-la à contínua e dinâmica realidade municipal. A Lei Complementar nº 2.292/08 que instituiu o Plano Diretor de Presidente Getúlio estabeleceu em seu art. 3º, que o Plano Diretor deve ser revisado em um prazo máximo de 5 (cinco) anos, ou seja, o prazo de revisão da lei já foi ultrapassado.

Neste sentido, o presente Projeto de Lei, dispõe sobre a revisão do PLANO DIRETOR FÍSICO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, acompanhado de seus anexos, elaborado em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 10.257/01 e no artigo 182 da Constituição Federal e é fruto da discussão entre o poder público e a sociedade, pactuado através da realização de reuniões com os diversos segmentos da sociedade organizada e de audiências públicas com a Comunidade.

ÍNDICE

CAPÍTULO I	9
DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA URBANA	9
Seção I.....	9
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	9
Seção II	9
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS	9
Seção III.....	11
DAS ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	11
CAPÍTULO II	11
DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE	11
Seção I.....	12
DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE	12
Seção II	12
DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	12
CAPÍTULO III.....	13
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS	13
Seção I.....	13
DAS DIRETRIZES GERAIS	13
Seção II	14
DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14
Seção III.....	14
DA POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA.....	14
Seção IV.....	15
DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	15
Seção V	15
DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO.....	15
Seção VI.....	16
DA POLÍTICA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE.....	16
Seção VII	16
DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.....	16
Seção VIII	17
DA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	17
Seção IV.....	18
DA POLÍTICA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	18
CAPÍTULO IV.....	18
DO ZONEAMENTO TERRITORIAL.....	18

Seção I.....	19
DA ÁREA URBANA	19
Subseção I.....	20
ÁREA RESIDENCIAL.....	20
Subseção II.....	20
ÁREA MISTA	20
Subseção III	20
ÁREA INDUSTRIAL.....	20
Seção II	20
DA ÁREA RURAL	20
Seção III.....	20
DOS NÚCLEOS DE INTERESSE ESPECIAL	20
Subseção I.....	21
ÁREAS DESTINADAS À LAZER.....	21
Subseção II.....	21
ÁREAS DESTINADAS AO TURISMO E RESGATE HISTÓRICO/CULTURAL.....	21
Subseção III	21
ÁREAS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.....	21
Subseção IV	23
ÁREAS SUJEITAS A ALAGAMENTOS	23
Subseção V.....	23
ÁREAS DE RISCO GEOLÓGICO	23
Subseção V.....	23
ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL E PÚBLICO	23
CAPÍTULO V	25
DOS PARÂMETROS PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	25
Seção I.....	25
DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS.....	25
Subseção I.....	26
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO (IA)	26
Subseção II.....	27
TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)	27
Subseção III	27
DOS AFASTAMENTOS E RECUOS	27
Subseção IV	30
DO GABARITO DE ALTURA.....	30
Subseção V.....	31

DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO	31
Subseção VI	32
DAS MOVIMENTAÇÕES DE TERRA	32
Seção II	32
DO USO DO SOLO.....	32
Subseção I	36
DO USO AGROPECUÁRIO.....	36
Subseção II.....	36
DO USO EXTRATIVISTA	36
Seção III	37
DA OCUPAÇÃO DO SOLO.....	37
Subseção I	37
DOS ASPECTOS GERAIS	37
Subseção II.....	38
DAS RESTRIÇÕES.....	38
Subseção III	45
DOS LIMITES DE OCUPAÇÃO DO SOLO	45
Subseção IV	46
DA PROTEÇÃO AMBIENTAL	46
Subseção V.....	47
DOS EQUIPAMENTOS DE USO COLETIVO	47
Subseção VI	48
DO NÚCLEO DE INTERESSE ESPECIAL 6 – ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL.....	48
Subseção VII.....	48
DA SANEAMENTO BÁSICO.....	48
Subseção VIII.....	49
DA PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO	49
CAPÍTULO VI.....	49
DO PARCELAMENTO DO SOLO	49
Seção I.....	49
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	49
Seção II	50
DAS DIRETRIZES GERAIS	50
Seção III.....	51
REQUISITOS URBANÍSTICOS PARA LOTEAMENTOS	51
Seção III.....	52
REQUISITOS PARA CONDOMÍNIOS URBANÍSTICOS DE LOTES	52

Seção IV	53
VIAS DE CIRCULAÇÃO	53
Seção V	55
PROJETO DE LOTEAMENTO, DESMEMBRAMENTO E CONDOMÍNIO URBANÍSTICO DE LOTES	55
Seção VI	58
APROVAÇÃO DO PROJETO DE LOTEAMENTO, DESMEMBRAMENTO E CONDOMÍNIO URBANÍSTICO DE LOTES	58
Seção VII	60
DISPOSIÇÕES FINAIS	60
CAPÍTULO VII	61
DO SISTEMA VIÁRIO	61
Seção I	63
DO GABARITO DAS VIAS	63
Seção II	64
DO TRANSPORTE COLETIVO	64
Seção III	64
DAS CICLOVIAS	64
Seção IV	65
DOS PASSEIOS	65
CAPÍTULO VIII	65
DOS INSTRUMENTOS JURÍDICO-URBANÍSTICOS	65
Seção I	65
DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE	65
Subseção I	67
DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS	67
Subseção II	68
DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO	68
Subseção III	69
DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	69
Subseção IV	70
DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO	70
Subseção V	70
DO DIREITO DE PREEMPÇÃO	70
Subseção VI	70
DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E ALTERAÇÃO DE USO DO SOLO	70
Subseção VII	71

DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR.....	71
Subseção VIII.....	72
DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	72
Subseção IX	73
DO DIREITO DE SUPERFÍCIE	73
Subseção X.....	74
DO ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV).....	74
CAPÍTULO IX.....	75
DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	75
Seção I.....	76
DOS INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO.....	76
Seção II	76
DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	76
CAPÍTULO X.....	76
DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	76
Seção I.....	76
DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.....	76
Seção II	77
DO SISTEMA DE GESTÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS	77
Seção IV	77
NUCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	77
Seção V	78
DA CONFERÊNCIA DA CIDADE	78
CAPÍTULO XI.....	78
DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	78
CAPÍTULO XII	79
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	79

LEI COMPLEMENTAR Nº. 2.416/2019

DISPÕE SOBRE A AVALIAÇÃO, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR FÍSICO TERRITORIAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, (SC) E SUA ADEQUAÇÃO AO ESTATUTO DA CIDADE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO,
Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I **DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA URBANA**

Seção I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1. A presente lei complementar tem por finalidade instituir o Plano Diretor Físico Territorial - PDFT de Presidente Getúlio, atendendo as disposições do art. 182 da Constituição Federal, bem como em observância aos princípios e diretrizes da Lei Federal nº. 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e, de acordo com a Lei Orgânica do Município, sendo ele o instrumento básico norteador das ações que visem disciplinar a produção, o ordenamento e a gestão do território municipal, devendo ser respeitada tanto pelos agentes públicos como pelo setor privado.

Art. 2. O presente PDFT abrange a totalidade do território municipal e é parte integrante do processo de planejamento municipal e, conforme disposto no art. 40 do Estatuto da Cidade, deve ser orientativo para a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Município.

Art. 3. O presente PDFT deverá ser amplamente revisado e atualizado em um prazo máximo de 10 (dez) anos, a partir de um processo participativo, contínuo e permanente de avaliação e de controle, sempre pautado pelos princípios e diretrizes estabelecidos por ele e pelo Estatuto da Cidade.

§ 1º Toda legislação correlata e suplementar que venha a ser editada no Município de Presidente Getúlio deverá respeitar o conteúdo e as diretrizes estabelecidas no presente PDFT e no Estatuto da Cidade.

§ 2º As políticas setoriais, a serem aprovadas por leis específicas, deverão ser desenvolvidas com a participação dos agentes públicos responsáveis por sua execução e com a participação da sociedade quando couber.

Seção II **DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS**

Art. 4. São princípios fundamentais do PDFT:

- I) Garantir o cumprimento da função social da propriedade e da cidade;
- II) Promover a gestão democrática das políticas públicas e dos serviços públicos;
- III) Buscar o desenvolvimento sustentável do município em todas as dimensões;
- IV) Incentivar a articulação de políticas de abrangência e de integração regional.

Art. 5. O PDFT tem como objetivo principal a sustentabilidade econômica, social e ambiental do Município, através da ordenação e controle do uso do solo, sendo ainda como objetivos secundários:

- I) Assegurar a oferta dos serviços de infra-estrutura básica como rede de água, esgoto sanitário, drenagem urbana, coleta de lixo, energia elétrica e pavimentação, além dos equipamentos públicos e sociais necessários à população atual e futura de Presidente Getúlio, levando em consideração a influência regional do Município;
- II) Incentivar a produção e a modernização do setor primário, reservando-se as atuais áreas rurais para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e também ao turismo rural;
- III) Consolidar o Município como centro comercial e de prestação de serviços, através da ordenação do uso do solo, possibilitando assim o desenvolvimento equilibrado das atividades dos setores produtivos;
- IV) Aproveitar o potencial turístico do Município através da construção de equipamentos específicos para incentivo à promoção dos esportes aquáticos, congressos e exposições, turismo ecológico-rural e nas áreas histórico-culturais do Município;
- V) Dotar o Município de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas do desenvolvimento urbano futuro antes que os mesmos aconteçam, e ao mesmo tempo indicar soluções para os problemas atuais;
- VI) Incentivar a diversificação do uso e da ocupação do solo na malha urbana promovendo uma maior integração territorial, evitando dessa forma a dispersão da malha urbana e a ocupação nas áreas ambientalmente frágeis, de interesse ambiental e de risco;
- VII) Promover a inclusão social, permitindo o acesso a melhores condições de infra-estrutura, aos equipamentos sociais, à cultura e ao lazer na cidade, à moradia digna à população de baixa renda e a urbanização e regularização das áreas precárias;
- VIII) Garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, de forma a recuperar parte dos investimentos públicos que resultem na valorização dos imóveis urbanos;
- IX) Atender às necessidades de mobilidade da população, promovendo um padrão sustentável, que seja democrático, não poluente, que respeite a dignidade humana e valorize o ambiente urbano;
- X) Promover a integração entre as atividades urbanas e rurais, de forma complementar, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico do Município;
- XI) Articular e promover a integração e cooperação no âmbito Federal e Estadual, e com os municípios integrantes da Região do Vale do Itajaí, no processo de planejamento e de gestão urbana e ambiental nas questões de interesse comum;
- XII) Ampliar as possibilidades de parceria público-privada ou iniciativas relacionadas à criação e manutenção de espaços públicos de lazer, reconhecendo sua importância como áreas essenciais para a qualidade de vida;
- XIII) Realizar estudos técnicos para implantar rotas alternativas de ligação viária com os municípios vizinhos e na implantação dos equipamentos de segurança e trevos nas vias estaduais e federais que cortam o município.
- XIV) Garantir a proteção e a preservação da paisagem natural e do patrimônio paisagístico do Município.

Parágrafo Único: Sustentabilidade é o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida à presente e às futuras gerações.

Seção III

DAS ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Art. 6. As estratégias de Ordenamento Territorial do Município são orientadas pelas seguintes diretrizes:

- I) Crescimento linear de forma a propiciar a integração do município às cidades do entorno;
- II) Descentralização e flexibilização das atividades produtivas;
- III) Desenvolvimento sustentável e preservação ambiental.

Art. 7. O PDFT tem como diretrizes gerais promover:

- I) A atratividade e a viabilidade econômica do município, respeitando suas características e vocações econômicas em prol de seu desenvolvimento;
- II) A função social da propriedade;
- III) A gestão participativa e democrática do município;
- IV) A qualidade de vida e do ambiente, assim como da justiça social, reduzindo as desigualdades e a exclusão social;
- V) A equidade de oportunidades e de acessibilidade aos equipamentos e aos serviços públicos a todos os munícipes;
- VI) A articulação das políticas de desenvolvimento do município no contexto regional.

Art. 8. Para a realização das diretrizes da estratégia de ordenamento territorial devem ser adotadas as seguintes ações:

- I) Ordenar e disciplinar o crescimento da cidade dotando essas áreas de infra-estrutura adequada;
- II) Garantir uma maior dinâmica viária e de acessibilidade para a diminuição dos deslocamentos e para a fluidez do trânsito;
- III) Implantação de programa(s) de incentivo à preservação dos imóveis de interesse cultural, histórico e/ou arquitetônico;
- IV) Utilizar de forma sustentável os recursos naturais do município, incentivando o turismo ecológico sustentável;
- V) Incentivar políticas de atração de atividades geradoras de emprego e de geração de renda, em especial com alta tecnologia.

Art. 9. A gestão da política municipal se fará de forma democrática, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento, primando por assegurar apoio aos organismos e instituições dedicados ao atendimento social sem fins lucrativos, se fazendo representar pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT e pelo cumprimento das decisões deliberadas.

Art. 10. Após a aprovação do PDFT, o NGPT passa a representar o Conselho da Cidade, respeitando o Regimento Interno e suas alterações.

CAPÍTULO II

DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE

Seção I

DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE

Art. 11. O Município de Presidente Getúlio para garantir o cumprimento da função social da cidade, tanto na área urbana como na área rural, deve implantar os princípios, diretrizes e objetivos constantes do presente PDFT, bem como aqueles contidos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade e, ainda propiciar o acesso a todos os cidadãos a serviços públicos de qualidade e a equipamentos urbanos essenciais, principalmente à saúde e a educação, procurando ainda atender:

I) a promoção de uma justiça social e territorial a partir da redução das desigualdades sócio-espaciais;

II) ampliar o direito de acesso a terra urbanizada, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura e serviços públicos, para o transporte coletivo, trabalho, à cultura, ao lazer, à memória cultural e ao meio ambiente sustentável.

Seção II

DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Art. 12. A propriedade tanto urbana como rural, cumpre com sua função social no Município quando atende às disposições e aos parâmetros contidos e estabelecidos pelo presente PDFT e demais legislações correlatas e/ou suplementar, observando ainda os seguintes princípios:

I) Ser utilizada em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como em respeito ao meio ambiente;

II) Garantir o uso e a ocupação do solo sempre de forma compatível com a infra-estrutura urbana e de serviços disponível;

III) Assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Art. 13. O processo de elaboração e de gestão da política territorial no Município terá como princípio básico o respeito à ordem democrática, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução, fiscalização e monitoramento.

Art. 14. O município e suas propriedades cumprem sua função social quando simultaneamente observem as exigências fundamentais de ordenação do município expressas no PDFT, de forma a atender as necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida e do meio ambiente, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, objetivando o seguinte:

I) Aproveitamento e utilização para atividades de interesse coletivo, em intensidade e em compatibilidade com a capacidade de atendimento dos equipamentos e serviços públicos;

II) Aproveitamento e utilização compatíveis com a segurança e a saúde de seus usuários e propriedades vizinhas;

III) Aproveitamento e utilização compatíveis com a conservação e melhoria da qualidade do meio ambiente natural e social.

§ 1º Atividades de interesse coletivo são aquelas inerentes às funções sociais do município e ao bem estar de seus habitantes, incluindo a moradia, sobretudo a moradia de interesse social, os serviços públicos de educação, saúde, promoção social, esporte e lazer, áreas de drenagem, a produção e o comércio de bens, a prestação de serviços, a circulação de pessoas e bens, turismo, conservação do patrimônio cultural, histórico, ambiental e paisagístico e a

preservação dos recursos necessários à vida, tais como mananciais e áreas de vegetação arbórea.

§ 2º Objetivando o cumprimento da função social da propriedade nas áreas das micro-bacias hidrográficas destinadas a captação de água potável, desde suas nascentes até o ponto onde ocorre a captação d'água para abastecimento, é vedado o parcelamento de alta densidade do solo e obrigatório o manejo adequado do solo para fins agropecuários.

§ 3º A função social da propriedade, para as faixas de drenagem dos fundos de vale e outras áreas importantes para a drenagem, considerar-se-á cumprida pelo não parcelamento do solo e pela execução de medidas corretivas e preventivas quando se fizerem necessárias.

§ 4º Nas áreas degradadas por processos erosivos e nos locais onde foram dispostos lixo, é vedado o parcelamento e ocupação urbana e obrigatória execução de medidas corretivas e preventivas para sua recuperação ambiental.

§ 5º Considerar-se-á cumprida a função social da propriedade, para os casos de lotes e glebas, alienados através de programas específicos do Poder Público (habitacional, de zonas industriais e serviços) e não edificadas no prazo contratual ou não destinados de acordo com o interesse social definido no respectivo programa, pela devolução dos mesmos para o Poder Público que dará nova destinação.

CAPÍTULO III DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

Seção I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 15. A Política de Planejamento Territorial do Município é pautada pela integração das suas ações com as demais políticas setoriais do município, sempre observando as características peculiares e suas especificidades, orientada pela descentralização das ações com o objetivo de promover a inclusão política, sócio-econômica, espacial e melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Art. 16. As estratégias propostas pelo Plano Diretor Físico Territorial para o desenvolvimento sustentável do município, tem por base o cruzamento das leituras comunitária e técnica do município e a realização de audiências, debates e consultas públicas envolvendo os cidadãos, movimentos populares, entidades civis, instituições governamentais, organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, consolidando a gestão da política municipal de forma democrática, ao incorporar a participação dos diferentes segmentos da sociedade na sua formulação, execução e acompanhamento.

Parágrafo Único: As Políticas, Planos e Projetos deverão ser revisados, atualizados e divulgados amplamente logo após cada revisão do Plano Diretor Físico Territorial.

Art. 17. A gestão integrada das diversas políticas municipais observará as seguintes diretrizes:

I) Articulação entre os vários conselhos municipais e suas políticas próprias, com vistas à efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de suas ações;

- II) Criação de mecanismos de participação popular e do exercício da democracia nos processos deliberativos de suas ações;
- III) Instituição de política de comunicação e divulgação das ações intersetoriais.

Seção II

DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 18. A política de promoção do desenvolvimento econômico no Município deve estar articulada ao desenvolvimento social e à proteção do meio ambiente, visando à redução das desigualdades sociais e à melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 19. A Política do Desenvolvimento Econômico atenderá às seguintes diretrizes:

- a) Determinar critérios para implantação de indústrias, incentivando a localização fora da área central, definindo o zoneamento industrial;
- b) Ampliação da rede de distribuição em alta tensão, quando de utilidade pública;
- c) Definir as áreas possíveis para implantação de granjas (aves e suínos, entre outros);
- d) Criar incentivo para implantação de indústrias que utilizem como matéria prima a produção primária do município;
- e) Criar o canal de interação entre a indústria e comércio através de seu órgão representativo junto ao Serviço Nacional de Emprego (SINE).

Seção III

DA POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA

Art. 20. Para efeitos desta lei complementar são considerados componentes da infra-estrutura os sistemas de drenagem de águas pluviais, o sistema de coleta de águas servidas, o sistema de abastecimento de água potável, o sistema de energia elétrica e o sistema de resíduos sólidos e orgânicos.

Art. 21. A Política de infraestrutura deve atender às seguintes diretrizes:

I) Água

- a) Atender com a distribuição de água potável maior número de consumidores estendendo nas localidades sem atendimento;
- b) Implantar programas de educação ambiental nas escolas visando a preservação dos recursos hídricos, bem como a economia no uso de água tratada;
- c) Realizar melhorias operacionais, tais como reservatórios, redes, sistemas de telemetria, estação de tratamento de água através da autarquia municipal.

II) Esgoto

- a) Ampliar projeto e implantar rede de esgoto doméstico e residual;
- b) Fiscalizar em conjunto com a vigilância Sanitária todos os estabelecimentos e edificações para que possuam sistema de tratamento adequado.

III) Resíduos Sólidos

- a) Ampliar o recolhimento do lixo orgânico e reciclável em todo o município;
- b) Capacitação dos agentes comunitários para orientação da população;
- c) Criar programa de educação e orientação nas escolas e nas comunidades com relação à separação do lixo;
- d) Criar estudo para destinação correta de entulhos de limpeza pública, sucatas e em separado os resíduos da construção civil, estimulando a reutilização, reciclagem e renovação destes resíduos;

- e) Exigir a implantação de lixeiras em todas as propriedades, fixadas nas cercas ou muros, não permitindo que sejam colocadas nas calçadas, dando prazo para que sejam relocadas aquelas que estiverem implantadas nos passeios;
- f) Criar legislação que onere o contribuinte que não respeite o programa de recolhimento municipal;
- g) Instituir a cobrança de multas para os proprietários que despejam seus resíduos em terrenos baldios, ribeirões, grotas ou calçadas;
- h) Estudo para utilização de resíduos na geração de energia.

IV) Energia Elétrica

- a) Implantação de iluminação pública em todas as vias urbanas e sede de localidades;
- b) Ampliação da rede de distribuição, atualização de rede;
- c) Ampliação da rede de distribuição em alta tensão.
- d) Substituição gradual das luminárias, por luminárias de alta eficiência, sendo para as vias principais com braços de 5,00 m (cinco metros);
- e) Realizar estudo em relação à distância de reflorestamentos da rede elétrica junto à concessionária de energia elétrica a fim de evitar problemas com queda de energia.

Seção IV DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

Art. 22. Para efeito desta lei complementar é considerado meio ambiente todo e qualquer espaço sendo que este deverá ser utilizado de forma sustentável para garantir qualidade de vida à presente e futuras gerações.

Art. 23. A Política do Meio Ambiente deve atender às seguintes diretrizes:

- a) Elaborar o Plano Municipal de Meio Ambiente;
- b) Restringir, fiscalizar e orientar a ocupação de encostas e de áreas consideradas de risco, preservando-se as características originais dos terrenos, cumprindo a legislação municipal, estadual e federal vigentes;
- c) Incentivar a recuperação de áreas de preservação permanente degradadas e/ou alteradas;
- d) Implantar programas de educação ambiental;
- e) Incentivar a criação de unidades de conservação ao longo dos rios, ribeirões, bacias de captação atual e futura de água potável, bem como das áreas de interesse turístico, ecológico e culturais;
- f) Sugerir critérios para o uso do solo com reflorestamentos de exóticas, cumprindo a legislação municipal vigente;
- g) Saneamento de todos os trechos do leito antigo dos Rios Índios e Krauel (drenagem e aterro).
- h) Realizar o licenciamento ambiental para todas as atividades cabíveis.

Seção V DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Art. 24. Para efeito desta lei complementar são consideradas componentes da Política de Habitação todas as formas de suprir as necessidades de moradia digna no município.

Art. 25. A Política de Habitação deve atender às seguintes diretrizes:

- a) Criar programa de incentivo à habitação de interesse social;

- b) Fiscalização intensiva para coibir o início de obras sem os projetos aprovados pelo município;
- c) Fiscalizar e proibir o uso de áreas impróprias para habitação;

Seção VI

DA POLÍTICA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

Art. 26. A Política de Transporte e de Mobilidade do Município tem por objetivo melhorar a circulação e o transporte, dentro e fora do seu perímetro, promover a interligação com as demais cidades da região e importantes centros urbanos regionais, possibilitando melhor grau de acessibilidade e mobilidade da população de baixa renda, bem como aos portadores de necessidades especiais.

Art. 27. A Política de Transporte e de Mobilidade deverá seguir as seguintes diretrizes:

- a) Promover uma política de implantação de passeios (calçadas) em todas as vias pavimentadas;
- b) Elaborar estudo para a ligação viária da BR 470 com a Rua Willy Bosse, passando pela Rua Castelo Branco e localidade das Pedrinhas em Ibirama, e ao Ribeirão Tucano;
- c) Elaborar estudo para implantação de anel viário na sede;
- d) estimular o uso dos meios não-motorizados de mobilidade na área central e nos centros de bairro, priorizando-se nessas áreas o deslocamento em curtas distâncias de pessoas com mobilidade reduzida, pedestres e ciclistas, nessa ordem, sobre os meios motorizados de transporte;
- e) Promover campanhas para remoção de reflorestamentos localizados nas faixas de domínio das vias públicas;
- f) Elaborar projeto de uma via paralela aos rios Krauel e Índios com intuito de alargamento da calha para enchentes.
- g) Implantar continuação da Rua Engenheiro Ehrenberg, atravessando a rua Dr. Getúlio Vargas até o Mohrstifer;
- h) Dar continuidade à ciclovia e passeio público do bairro Centro até o Rio Ferro;
- i) Conclusão da ciclovia da Rua Niterói (SC-340).

Seção VII

DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 28. A Política Pública Municipal de Proteção e Defesa Civil compreende um conjunto de ações preventivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais ou causados pela ação do homem, bem como restabelecer a normalidade social preservando o moral da população.

Art. 29. São diretrizes da Política Pública Municipal de Proteção e Defesa Civil:

- a) promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem;
- b) prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas, reabilitar e recuperar áreas deterioradas por desastres;
- c) atuar na iminência ou em situações de desastres;
- d) promover a articulação e a coordenação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- e) desenvolver parceria pública/privada;
- f) fortalecer o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 30. Para o cumprimento das diretrizes da política municipal de proteção e defesa civil, deve-se:

- a) estudar as ameaças, o grau de vulnerabilidade, permitindo a avaliação, hierarquização e a definição das áreas de maior risco de desastres;
- b) implementar medidas estruturais e não-estruturais, visando a redução dos riscos de desastres;
- c) elaborar planos de contingência/operacional para os prováveis desastres no município;
- d) implantar sistema de monitoramento, alerta e alarme para as diversas situações de risco;
- e) fortalecer a participação popular na execução da política de Proteção e Defesa Civil;
- f) executar campanhas educativas preventivas, visando a redução/ minimização dos riscos de desastres;
- g) modernizar os equipamentos e melhorar o apoio logístico as entidades de apoio;
- h) apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias científicas visando a prevenção de desastres;
- i) promover apoio logístico e assistencial à população atingida por desastre e reabilitar os serviços essenciais;
- j) relocar as populações das áreas de maior risco e racionalizar o uso do solo e do espaço geográfico.

Seção VIII **DA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

Art. 31. A Política Pública de Regularização Fundiária deve definir um conjunto de ações, instrumentos e intervenções para promover a urbanização e a humanização dos núcleos urbanos informais, tais como, loteamentos clandestinos, loteamentos irregulares e ocupações, melhorando as condições de habitabilidade, a qualidade de vida e a condição social de seus moradores, bem como o acesso à terra e à edificação legalizada.

Parágrafo Único: Para efeitos desta lei complementar, os núcleos urbanos informais são assim definidos:

- a) Loteamento clandestino é a área parcelada sem o conhecimento do órgão público competente, efetuada por proprietário ou não da terra;
- b) Loteamento irregular é aquele cujo loteador ou proprietário da terra apresentou o projeto ao Município, porém não finalizou sua aprovação ou execução e, mesmo assim, comercializou a área.

Art. 32. São diretrizes da Política Pública Municipal de Regularização Fundiária:

- a) Elaborar e programar o Plano de Regularização Fundiária, observando a legislação vigente;
- b) Identificar os núcleos urbanos informais e sua situação fundiária e ambiental;
- c) Programar ações para regularização fundiária que deverá integrar a área à cidade e garantir a sustentabilidade de seus ocupantes;
- d) Definir critérios para acesso aos mecanismos que viabilizem a implantação do processo de urbanização;
- e) Buscar parcerias público/privadas;
- f) Programar e implantar ações multidisciplinares e intersetoriais, criando mecanismos e parcerias público/privadas para melhorias de sub-habitações como forma de promover a efetiva regularização fundiária das áreas considerados de interesse social, na forma da lei.
- g) Implantar o cadastro municipal dos núcleos urbanos informais, procurando identificar seus loteadores ou moradores.

h) Implantar normas e critérios rigorosos de fiscalização das atividades ilegais dos loteadores e dos moradores de terras, comunicando-se os fatos dessas ocorrências imediatamente ao Ministério Público;

i) Criar mecanismos para a agilização dos processos de legalização das edificações existentes nos empreendimentos objeto de Regularização Fundiária das situações consolidadas.

Parágrafo Único: O Poder Executivo Municipal deverá garantir estrutura administrativa, suporte técnico e operacional, e parcerias a serem regulamentados mediante lei específica, visando, sobretudo, atender as diretrizes da Política Municipal de Regularização Fundiária.

Seção IV

DA POLÍTICA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 33. A Política do Sistema de Planejamento do Município tem por objetivo melhorar o atendimento à população de forma organizada, respeitando as diversas legislações municipais, estaduais e federais em vigência, servindo de referência para o desenvolvimento do município.

Art. 34. A Política do Sistema de Planejamento deverá seguir as seguintes diretrizes:

I) Criar sistema de planejamento e fiscalização municipal atendendo:

- a) Rede de telefonia fixa/celular nas áreas habitadas;
- b) Criar projeto de redução do impacto de cheias;
- c) Viabilizar a implantação de uma Usina de Leite;
- d) Melhoria das condições de acesso à internet nas escolas;
- e) Melhoria nas repetidoras de televisão;
- f) Promover ações que permitam incorporar ao Perímetro Urbano as áreas de expansão, bem como as áreas urbanas dos núcleos isolados;
- g) Criar incentivo para o uso de fontes de energia alternativa;
- h) Implantar normas e critérios rigorosos em defesa da paisagem urbana nos espaços públicos e privados, como medida de coibir drasticamente a poluição visual resultante da instalação de comunicação visual na cidade;
- i) Elaborar o mapeamento e cadastro das Áreas de Interesse Especiais.

CAPITULO IV

DO ZONEAMENTO TERRITORIAL

Art. 35. O zoneamento territorial tem como objetivo principal propor critérios de uso e de ocupação na utilização do espaço do Município, levando-se em consideração as características ambientais e suas potencialidades, propiciando o uso racional para fins urbanos, para atividades rurais, ao desenvolvimento das atividades econômicas e as áreas destinadas à preservação ambiental e de interesse turístico.

Parágrafo Único: A delimitação das Zonas, tanto nas áreas urbanas como na área rural obedece aos princípios, às diretrizes e aos objetivos contidos na presente lei complementar, em particular, na adequação de seus limites ao Macrozoneamento proposto e delimitado pelos Anexos 01 e 02.

Art. 36. Para fins de planejamento territorial, o Município fica subdividido em áreas e núcleos:

- I) Área Urbana – Anexo 01
- II) Área Rural – Anexo 01

III) Núcleos de Interesse Especial – Anexo 02

Art. 37. As delimitações das zonas visam atingir os seguintes objetivos:

- I) incentivar, coibir e qualificar a ocupação, compatibilizando a capacidade de infra-estrutura instalada com a proteção ao meio ambiente;
- II) contenção da expansão desordenada da área urbana que possa acarretar problemas de natureza sócio-ambiental;
- III) minimização dos custos de implantação, manutenção e otimização da infra-estrutura urbana e dos serviços públicos essenciais;
- IV) ordenar o processo de expansão territorial visando o desenvolvimento sustentável do Município.

Seção I DA ÁREA URBANA

Art. 38. Área Urbana é aquela definida em Lei Municipal específica – Lei do Perímetro Urbano, e que tem por objetivo abrigar o crescimento ordenado da cidade sendo seu uso prioritário destinado às atividades e usos de natureza urbana, não sendo obrigatoriamente contínua, estendidas as áreas com destinação predominantemente urbana, delimitadas pelos atuais perímetros urbanos da sede e dos distritos, áreas de expansão urbana e núcleos rurais com características urbanas.

Art. 39. São objetivos das Áreas Urbanas:

- I) Ordenar a ocupação nessas áreas, promovendo a integração sócio-territorial dos bairros;
- II) Compatibilizar a ocupação e o adensamento com a capacidade de suporte da infra-estrutura, especialmente o sistema de água e esgoto, bem como a oferta de equipamentos sociais;

Parágrafo Único: As Áreas Urbanas do Município estão fixadas no Anexo 01 e podem ser classificadas como:

- a) Área Urbana: são áreas já urbanizadas, cuja ocupação se dará através da intensificação do aproveitamento do solo de forma equilibrada em relação aos serviços, infra-estrutura, equipamentos e meio ambiente, de modo a evitar sua ociosidade ou sobrecarga e otimizar os investimentos coletivos;
- b) Área de Expansão Urbana: áreas de direcionamento do crescimento da cidade, a médio e longo prazo, já urbanizadas ou não estimulando a implantação e qualificação da rede de serviços, infra-estrutura e equipamentos para melhor aproveitamento de regiões adequadas para a expansão populacional e econômica.

Art. 40. A Área Urbana subdivide-se em:

- I) Área Residencial (Unifamiliar / Geminadas / Multifamiliar)
- II) Área Mista (Residencial / Comercial / Serviços / Institucional)
- III) Área Industrial (Grande Porte / Médio Porte / Pequeno Porte)

§ 1º A Área Urbana e suas subdivisões estão demonstradas no Anexo 04 – Zoneamento Urbano.

§ 2º Na Área de Expansão Urbana os índices serão determinados conforme a consolidação da área urbana for acontecendo por legislação específica.

Art. 41. Referências sobre índices gerais constam nos Anexos 05 e 06.

Subseção I

ÁREA RESIDENCIAL

Art. 42. A Área Residencial tem a finalidade de atender predominantemente ao uso residencial individual ou coletivo e de apoio residencial.

Subseção II

ÁREA MISTA

Art. 43. A Área Mista tem a finalidade de atender predominantemente às atividades de comercialização, produção ou transformação, complementado pelo uso residencial, sendo:

I) Aquelas que concentram atividades complementares a função residencial, como as atividades comerciais, varejistas, de prestação de serviços.

II) As atividades industriais de pequeno porte e inócuas respeitando o impacto de vizinhança e sujeitas à aprovação do NGPT.

Subseção III

ÁREA INDUSTRIAL

Art. 44. A Área Industrial é aquela que se destina à concentrar equipamentos, edificações e empreendimentos que sirvam à indústria ou lhes sejam complementares.

Seção II

DA ÁREA RURAL

Art. 45. Área Rural é a porção restante do território municipal, que se destina predominantemente ao uso agropecuário ou extrativista, à conservação dos recursos naturais e a outras atividades assemelhadas, bem como ao desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer, e que se encontram fora dos limites das áreas urbanas.

Parágrafo Único: São objetivos das áreas classificadas como Rural:

I) Incentivar de forma ordenada o uso industrial e comercial de grande porte;

II) Limitar a ocupação e o adensamento construtivo e populacional dessas áreas;

III) Promover o uso controlado do solo compatibilizando-as com a proteção do meio ambiente;

IV) Incentivar o turismo rural e o ecoturismo, disciplinando a implantação de equipamentos e de serviços nessas áreas.

Seção III

DOS NÚCLEOS DE INTERESSE ESPECIAL

Art. 46. Os Núcleos de Interesse Especial - NIE são áreas identificadas por critérios, legislação ou normas específicas, que recebem tratamento diferenciado de uso e ocupação do solo, identificados no Anexo 02.

Parágrafo Único: São objetivos dos Núcleos de Interesse Especial:

I) Propiciar áreas para atividades de lazer, recreação e para equipamentos urbanos e sociais;

II) Promover a proteção do meio ambiente, cumprindo a legislação municipal, estadual e federal vigentes;

III) Incentivar as atividades de turismo e o resgate histórico/cultural;

Art. 47. Os Núcleos de Interesse Especial são classificados em:

- I) NIE1 – Núcleo de Interesse Especial 1 – Áreas destinadas a lazer;
- II) NIE2 – Núcleo de Interesse Especial 2 – Áreas destinadas ao turismo e resgate histórico/cultural;
- III) NIE3 – Núcleo de Interesse Especial 3 – Áreas de proteção do meio ambiente.
- IV) NIE4 - Núcleo de Interesse Especial 4 – Áreas sujeitas a alagamentos;
- V) NIE5 – Núcleo de Interesse Especial 5 – Áreas de risco de geológico;
- VI) NIE6 – Núcleo de interesse Especial 6 – Áreas de interesse público e social.

§ 1º Salvo o explicitamente disposto em contrário nesta lei, os Núcleos de Interesse Especiais deverão obedecer aos parâmetros de uso do solo e os coeficientes de aproveitamento da Área onde se localizam.

§ 2º Os demais parâmetros urbanísticos para os Núcleos de Interesse Especiais serão definidos nas leis municipais que regulamentarão cada uma das classes nomeadas nos incisos de I a VI.

§ 3º As leis referidas no parágrafo anterior deverão estabelecer diretrizes para compatibilização entre diferentes classes de núcleos especiais, na hipótese de sobreposição das mesmas.

§ 4º Leis municipais específicas definirão os Núcleos de Interesse Especiais não previstos nesta lei.

Subseção I **ÁREAS DESTINADAS À LAZER**

Art. 48. As Áreas destinadas a lazer são os espaços públicos e privados destinados ao uso da população para recreação, esportes, atividades ao ar livre, entre outros.

Subseção II **ÁREAS DESTINADAS AO TURISMO E RESGATE HISTÓRICO/CULTURAL**

Art. 49. As Áreas destinadas ao Turismo e Resgate Histórico/Cultural são constituídas por áreas ou conjunto arquitetônico com interesse de tratamento especial, por ser ponto de referência da paisagem enquanto testemunho da história local ou regional.

Art. 50. As Áreas destinadas ao Turismo e Resgate Histórico/Cultural, no Município podem ser classificadas nas seguintes categorias:

- I) Edificações de cunho histórico;
- II) Acidentes geográficos de interesse paisagístico tais como, peraus, cachoeiras, cascatas, grutas naturais, mirantes naturais, entre outros;
- III) Resgate de atividades e costumes típicos da colonização.

Subseção III **ÁREAS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE**

Art. 51. As Áreas de Proteção ao Meio Ambiente é constituída por áreas necessárias à manutenção ou recuperação de recursos naturais e paisagísticos, bem como a que apresente riscos à segurança e ao assentamento humano.

§ 1º A identificação das Áreas de Proteção ao Meio Ambiente possui ainda o objetivo de proteger e preservar o patrimônio cultural e natural do Município, devendo ser instituídas

através de lei municipal, com definição de limites, usos permitidos, prazos para a sua recuperação ambiental, instrumentos e regime urbanístico próprios para cada caso.

§ 2º Ficam as Áreas de Proteção ao Meio Ambiente consideradas como áreas de conservação e sujeitas a parâmetros urbanísticos e de manejo de solo determinados pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial junto com a Secretaria Municipal pertinente à área ambiental, de forma coerente a cada área e à legislação federal, estadual e municipal pertinente.

Art. 52. As Áreas de Proteção ao Meio Ambiente no Município podem ser classificadas nas seguintes categorias:

I) APMA 01 - são as faixas de proteção de nascentes e cursos d'água intermitentes ou não de acordo com a respectiva faixa de drenagem e APP conforme legislação vigente. Nestas faixas são apenas permitidos usos preservacionistas.

II) AIA 02 - são as áreas degradadas referentes a erosão de nascentes e cursos d'água, seja ela urbana ou rural. Nestas áreas deve-se procurar o equilíbrio da drenagem, por meio de execução de controle da erosão.

III) AIA 03 - é a área de proteção sanitária para implantação de aterro sanitário, Usina de Compostagem e Estações de Tratamento de Esgoto, envolvendo uma faixa no entorno deste equipamento que deverá ser estipulada pelo órgão licenciador competente.

IV) AIA 05 - é a área atualmente utilizada ou anteriormente utilizada como aterro sanitário e está em fase de saturação ou descanso. Esta área deverá ser ambientalmente recuperada. Não é permitido uso habitacional ou parcelamento desta área.

V) AIA 06 - são as áreas de mata remanescente. As matas deverão ser conservadas (exceto em caso de manejo florestal sustentável devidamente licenciado) e a área poderá ser transformada em parques, trata-se de área propícia à drenagem e ao saneamento ambiental como um todo, destinada à formação de parque para conservação. Nesta área são permitidos usos preservacionistas e deve-se procurar manter a taxa de permeabilidade do solo igual ou superior a 70% (setenta por cento).

VI) AIA 07 - são os espaços onde ocorrem as atividades extrativo-minerais. Estas atividades devem ser cadastradas, regulamentadas e fiscalizadas pelo Poder Público municipal, estadual e/ou federal. As lavras esgotadas devem ser necessariamente recuperadas pelo explorador antes de se partir para nova exploração apresentando um Projeto de Recuperação de Área Degradada, elaborado às expensas do requerente e aprovadas junto à Órgão Municipal de Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento e NGPT, que deve estabelecer as providências a serem tomadas.

Art. 53. São consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP), Áreas de Uso Restrito, de Preservação de Mananciais e de Interesse Ecológico no Município, aquelas assim classificadas pela legislação.

Parágrafo Único: O Poder Executivo Municipal deverá apontar no ato da Consulta Prévia para Licenciamento de Obras, as áreas protegidas por lei bem como as áreas sujeitas a algum tipo de risco ambiental.

Art. 54. Os limites mínimos para a ocupação dos terrenos e glebas que contenham em seu interior áreas consideradas de preservação permanente (APPs) devem respeitar obrigatoriamente o estabelecido pela legislação pertinente, salvo se possuam autorização de órgão competente para sua utilização.

§ 1º Nos terrenos e glebas situadas na Área Rural do Município deve ser observado os limites e parâmetros de ocupação estabelecidos pela legislação.

§ 2º No caso de terrenos e glebas consolidadas, localizadas na Área Urbana, assim entendida àquelas compreendidas no perímetro urbano delimitado por lei municipal e, atendendo às

prerrogativas e suas alterações, as áreas de APP devem respeitar o Diagnóstico Socioambiental.

§ 3º Para efeitos desta lei, consideram-se glebas, terrenos e edificações consolidadas, aquelas definidas pelo Diagnóstico Socioambiental.

§ 4º No caso de arruamento oficial existente até a aprovação da presente Lei, a faixa marginal de proteção dos recursos hídricos não poderá ultrapassar o mesmo para fins de delimitação da faixa mínima a que se refere o § 2º deste artigo.

§ 5º O Município deverá utilizar o estudo específico que dimensiona, através de critérios técnicos, as faixas necessárias de drenagem e de preservação ambiental observadas ao longo dos rios que cortam o município, objetivando a proteção do meio ambiente e o cumprimento da função sócio-ambiental da propriedade.

Art. 55. Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- a) a atenuar a erosão das terras;
- b) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
- c) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- d) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- e) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- f) a assegurar condições de bem-estar público.

Parágrafo Único: A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Órgão Ambiental competente, quando for necessário à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

Art. 56. É dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança municipal e obras de interesse da Defesa Civil destinadas a prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.

Subseção IV **ÁREAS SUJEITAS A ALAGAMENTOS**

Art. 57. As Áreas Sujeitas a Alagamentos são aquelas identificadas no Anexo 02.

Parágrafo Único: além de atender os índices das áreas onde estão inseridas, devem seguir regras específicas apresentadas nesta lei.

Subseção V **ÁREAS DE RISCO GEOLÓGICO**

Art. 58. As Áreas de Risco Geológico são aquelas identificadas na Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização Frente aos Desastres (desenvolvida pelo corpo técnico da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) descritos no Anexo 07, sendo o mesmo disponível pelo link http://mapgeo.cfh.ufsc.br/presidente_getulio.

Parágrafo Único: a ocupação destas áreas serão norteadas conforme orientação do nível de risco apresentados nos estudos geotécnicos.

Subseção V **ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL E PÚBLICO**

Art. 59. São áreas identificadas por suas características ou localização que possuam interesses de cunho social e público, classificadas nas categorias: Área de Interesse Social e Área de Interesse Público.

Art. 60. A Área de Interesse Social é constituída por áreas que por suas características seja destinada à habitação da população de baixa renda.

Art. 61. As Áreas de Interesse Social no Município podem ser classificadas nas seguintes categorias:

I) As áreas ocupadas por assentamentos habitacionais de população de baixa renda onde houver o interesse de regularização jurídica da posse da terra, a sua integração à estrutura urbana e a melhoria das condições de moradia;

II) O lote ou gleba ainda não edificados, subutilizados ou não utilizados, onde haja interesse público em elaborar programas habitacionais para a população de baixa renda;

III) Os loteamentos irregulares onde houver o interesse de regularização jurídica da posse da terra, a sua integração à estrutura urbana, de acordo com as diretrizes estabelecidas em legislação própria.

Parágrafo Único: Os parâmetros urbanísticos e a regularização das Áreas de Interesse Social são determinados e executados com a coordenação do Departamento de Planejamento, assessorados pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial e Conselho Municipal de Habitação junto com a Secretaria Municipal pertinente.

Art. 62. A delimitação da Área de Interesse Social deverá obedecer à classificação prevista no artigo anterior e será feita por lei municipal específica de iniciativa do Poder Executivo somente para atender a população necessitada conforme possível demanda.

Art. 63. O Plano de Urbanização para cada Área de Interesse Social será estabelecido por Lei específica e deverá prever:

I) as diretrizes, índices e parâmetros urbanísticos específicos para o parcelamento e para o uso e a ocupação do solo;

II) diagnóstico da Área de Interesse Social que contenha no mínimo: análise físico-ambiental, análise urbanística e fundiária e caracterização sócio-econômica da população;

III) os planos e projetos para as intervenções urbanísticas necessárias à recuperação física da área, incluindo, de acordo com as características locais, sistema de abastecimento de água e de coleta de esgotos, drenagem de águas pluviais, coleta regular de resíduos sólidos, iluminação pública, adequação dos sistemas de circulação de veículos e pedestres, eliminação de situações de risco, estabilização de taludes e de margens de córregos, tratamento adequado das áreas verdes públicas, instalação de equipamentos sociais;

IV) instrumentos aplicáveis para a regularização fundiária;

V) forma de participação da população na implementação e gestão das intervenções previstas;

VI) fontes de recursos para a implementação das intervenções;

VII) plano de ação social;

VIII) dar preferência a realocação das famílias que ocupam imóvel localizado em APP ou área de risco para áreas dotadas de infra-estrutura, devendo ser garantido o direito à moradia digna, preferencialmente em empreendimentos de Habitação de Interesse Social implementados nas Área de Interesse Social.

Art. 64. Nas Área de Interesse Social do Art. 61.II) poderão ser implantados loteamentos de interesse social ou empreendimentos de habitação de interesse social sob a modalidade de Consórcio Imobiliário entre o Poder Público e a Iniciativa Privada.

Parágrafo Único: Consideram-se loteamento de interesse social aquele destinado à produção de lotes urbanizados, com tamanho mínimo de 180,00 m² (cento e oitenta metros quadrados), destinados ao assentamento de famílias cadastradas pelo Município e que possuam perfil sócio-econômico junto ao Serviço de Assistência Social.

Art. 65. Deverão ser constituídas em todas as Área de Interesse Social, comissões compostas por representantes dos atuais ou futuros moradores, do Executivo e do Núcleo Gestor que deverão participar de todas as etapas de elaboração do Plano de Urbanização.

Parágrafo Único: Os proprietários de lotes ou glebas e as entidades representativas dos moradores das Área de Interesse Social poderão apresentar ao Executivo, propostas para o Plano de Urbanização de que trata este artigo.

Art. 66. As Áreas de Interesse Urbanístico são constituídas por áreas que demandem tratamento urbanístico próprio por sua expressão ou ainda por ser área degradada, necessitando a sua reestruturação urbana.

Parágrafo Único: A criação de cada Área de Especial Interesse Urbanístico deverá ser analisada pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial junto com o Órgão de Planejamento Municipal e aprovada em legislação municipal específica com definição de limites e regime urbanístico próprios.

Art. 67. A Área de Especial Interesse para Utilização Pública - AIUP é constituída por áreas que forem necessárias para a instalação dos equipamentos e infra-estrutura. As Áreas de Especial Interesse para Utilização Pública são coordenadas pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial junto com o Órgão de Planejamento Municipal.

Art. 68. As Áreas de Especial Interesse para Utilização Pública - AIUP, no Município podem ser classificadas nas seguintes categorias:

- I) AIUP 01 - trata-se da área onde existe o interesse pela utilização comunitária;
- II) AIUP 02 - toda a área pertencente aos governos federal, estadual e municipal;
- III) AIUP 03 - trata-se das áreas reservadas à parques e praças municipais;

CAPÍTULO V

DOS PARÂMETROS PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Seção I

DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS

Art. 69. Os limites à ocupação do solo no Município serão regulados pelo disposto na presente Lei e no Anexo 05, sendo que os índices e instrumentos urbanísticos adotados para disciplinar o ordenamento territorial no Município, são os seguintes:

- a) Natureza do Uso
- b) Índice de Aproveitamento do lote;
- c) Taxa de ocupação do lote;
- d) Gabarito máximo (número de pavimentos);
- e) Recuos e afastamentos das edificações;
- f) Tamanho e testada mínima do lote;

g) Usos proibidos, Tolerados e Permitidos.

Parágrafo Único: Para os efeitos de planejamento, constituem-se ainda em dispositivos especiais de controle do uso e da ocupação do solo:

a) Embasamento da edificação;

b) Número mínimo de vagas de estacionamento e vagas para carga e descarga.

Subseção I **ÍNDICE DE APROVEITAMENTO (IA)**

Art. 70. O Índice de Aproveitamento é o índice urbanístico que define o potencial construtivo de cada lote a partir da unidade territorial em questão, e é calculado através do produto entre este e a área do lote, sendo calculado através da seguinte fórmula:

$$\text{Potencial Construtivo} = \text{área do lote} \times \text{índice de aproveitamento}$$

Parágrafo Único: A área de que trata o caput deste artigo, é obtida por meio da multiplicação da área construída pela área escriturada do terreno exceto:

I) para os imóveis que já tenham sido indenizados pelo órgão público ou tenham utilizado o incentivo da transferência do direito de construir que utilizarão a área real;

II) por área real entende-se a área escriturada menos aquela destinada à área pública.

Art. 71. Para os edifícios-garagem, a título de incentivo construtivo, o índice de aproveitamento será acrescido em 80% (oitenta por cento), sendo todas as áreas construídas computáveis para o cálculo da área máxima a ser construída.

Parágrafo Único: Considera-se edifício-garagem quando a edificação possuir mais que dois pavimentos e tiver 80% (oitenta por cento) ou mais de sua área destinada a estacionamento.

Art. 72. No cálculo do índice de aproveitamento não são computadas:

I) as áreas de estacionamentos não cobertas;

II) as áreas de estacionamentos abaixo da projeção do corpo da edificação;

III) os pavimentos de garagem que contenham áreas de uso comum que não ultrapassem a porcentagem de 35% da área total do pavimento;

IV) as áreas de recreação cobertas coletivas, que não excedam a 2,5% (dois e meio por cento) da área máxima que pode ser edificada;

V) subsolos, poços de elevadores, casas de máquinas, de bombas, de transformadores e geradores, caixas d'água, centrais de ar condicionado, instalações de aquecimento de água, centrais de gás, contadores e medidores em geral, depósito de lixo, guaritas, estações de tratamento de efluentes, pergolados, floreiras, piscinas descobertas, beiral e elementos decorativos;

VI) floreiras e áreas técnicas, desde que não vinculadas às dependências de serviço e com área inferior a 10% (dez por cento) da superfície do pavimento onde se situarem;

VII) circulação vertical, como, os lances de escada e projeção dos vazios dos dutos de ventilação de escadas e similares (área da projeção do vazio da circulação vertical):

a) em relação aos lances de escada, computa-se apenas o primeiro lance e os demais que se sobrepõem não são computados;

b) para o cálculo do índice de aproveitamento, a área das escadas será calculada na forma da equação (n-1), sendo "n" o número de pavimentos da edificação.

VIII) parque infantil, jardins e outros equipamentos de lazer ao ar livre, implantados no nível natural do terreno ou no terraço da edificação.

Subseção II TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)

Art. 73. A Taxa de Ocupação corresponde ao índice urbanístico que limita a máxima projeção ortogonal possível da área a ser construída sobre o lote em questão, e tem por finalidade determinar o limite máximo de impermeabilidade do solo.

Art. 74. A taxa de ocupação é expressa em porcentagem, segundo a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de ocupação} = \frac{\text{Projeção da edificação} \times 100}{\text{Área do terreno}}$$

Art. 75. No cálculo da taxa de ocupação não são computadas:

- I) as áreas sem cobertura destinadas à recreação coletiva ou estacionamento de veículos;
- II) as áreas destinadas aos serviços de apoio de uso comum dos prédios, tais como casa de máquinas e de bombas, instalações centrais, aquecimento de água, medidores, dutos de ventilação, cisterna e depósito de lixo;
- III) os beirais, pergolados, elementos decorativos ou outras saliências, desde de que respeitado o Código de Obras;
- IV) as áreas de recreação cobertas coletivas, que não excedam a 2,5% (dois e meio por cento) da área máxima que pode ser edificada;
- V) subsolos, poços de elevadores, casas de máquinas, de bombas, de transformadores e geradores, caixas d'água, centrais de ar condicionado, instalações de aquecimento de água, centrais de gás, contadores e medidores em geral, depósito de lixo, guaritas, estações de tratamento de efluentes, pergolados, floreiras, piscinas descobertas, beiral e elementos decorativos.

Art. 76. A área do terreno empregada no cálculo da taxa de ocupação é a área real e não a escriturada, desde que seja retificada junto ao serviço de registro de imóveis.

Art. 77. Nas Áreas de Interesse Especiais, para o cálculo da taxa de ocupação, consideram-se, além da edificação, as áreas impermeáveis tais como quadras esportivas, estacionamentos, acessos, piscinas e áreas pavimentadas em geral.

Art. 78. Os imóveis situados nas Áreas de Interesse Especiais terão seus índices urbanísticos definidos no Anexo 05 e em casos especiais analisados pelo Núcleo Gestor de Planejamento territorial.

Subseção III DOS AFASTAMENTOS E RECUOS

Art. 79. Considera-se afastamento e/ou recuo, o índice urbanístico necessário para a qualificação dos espaços abertos frontais, laterais e de fundos do lote e para a estruturação do sistema viário, obtido a partir da projeção horizontal da construção ao alinhamento predial, de acordo com os limites estabelecidos nos Anexos 08 a 12 desta lei, podendo ser classificado como:

- I) Afastamento e/ou Recuo do sistema viário;
- II) Afastamento e/ou Recuo de ajardinamento;

- III) Afastamento para estacionamento;
- IV) Afastamento para garagem de unidade habitacional;
- V) Recuo para acesso de veículos para imóvel;
- VI) Afastamentos dos cursos d'água correntes ou dormentes.

§ 1º O afastamento e/ou recuo do sistema viário é a faixa de domínio de utilização pública, obtida a partir do eixo da pista em direção a cada uma de suas laterais, definidas pelos órgãos competentes, nas vias Estaduais e nas rodovias Municipais.

§ 2º Os recuos de ajardinamento poderão ser solicitados pelo órgão de Planejamento e/ou pelo NGPT para assegurar as áreas necessárias à segurança, valorização da paisagem da cidade, podendo serem utilizados para a implantação de jardins em locais de moradia, ou para a ampliação da calçada e desenvolvimento de atividades ao ar livre em áreas comerciais e de serviços.

§ 3º O afastamento para estacionamento é a faixa não edificante, obtida a partir da testada do lote, definidas pelos órgãos competentes, nas vias e nas rodovias Estaduais e Municipais.

§ 4º O recuo para acesso de veículos em imóveis situados em vias com largura inferior a 6,50 m, bem como em vias em áreas não residenciais que não são providas de acostamento na sua testada, deve ser implantado dentro do lote, conforme Anexo 13.

§ 5º O afastamento para garagens de unidades habitacionais, cobertas ou não, é o mesmo constante no Anexo 05, obtida a partir da testada do lote.

§ 6º O afastamento dos cursos d'água correntes ou dormentes é a faixa não edificante, obtida a partir da linha d'água em nível normal dos cursos d'água naturais conforme legislação vigente, e no caso de cursos d'água canalizados, o recuo é a partir do eixo da tubulação, de acordo com o Anexo 09 desta Lei.

§ 7º As marquises frontais deverão ser entendidas como áreas de proteção para os pedestres e colocação de propaganda comercial, não sendo permitida a edificação sobre a mesma, ficando afastadas da rede de energia obedecendo as regras estabelecidas pela concessionária. As marquises deverão possuir sistema de drenagem pluvial e drenagem de eventuais águas de limpeza de modo a não desaguar no passeio público ou via pública.

§ 8º Os avanços no recuo frontal acima do pavimento térreo poderão ter até 2,00 metros. Para edificações existentes, verificar Anexo 08.

Art. 80. Entende-se por afastamentos laterais e fundos os índices urbanísticos necessários à qualificação ambiental das áreas construídas, em especial a garantia de parâmetros mínimos à ventilação e iluminação natural, obtidos pela projeção da edificação às divisas do lote.

Art. 81. Os recuos mínimos obrigatórios das edificações, previstos no Anexo 05 desta Lei, são disciplinados nesta Subseção.

Parágrafo Único: Os recuos mínimos obrigatórios para as faixas de APP dos cursos d'água correntes ou dormentes, no perímetro urbano e área Rural será obedecido a Legislação Vigente.

Art. 82. O recuo mínimo frontal medido a partir do gabarito oficial da via pública para qualquer tipo de uso é a fixada nos Anexo 05 e Anexos 08 a 12, exceto:

§ 1º Por medida de segurança, nos imóveis lindeiros às rampas ou alças de pontes sobre cursos d'água, viadutos, a vias arteriais, o recuo mínimo frontal da edificação será de 10,00m (dez metros), salvo quando a condição topográfica, visual e acústica do imóvel em relação à via permitir a dispensa desta distância a critério do Órgão municipal competente, podendo este liberar com recuo de 6,00m (seis metros), usos de utilização transitória como estacionamentos, depósitos e outros do gênero.

§ 2º Para as vias estaduais (SC 340) e de jurisdição Estadual, as edificações poderão ser construídas a partir do gabarito oficial, determinada pelo órgão competente - DEINFRA;

Art. 83. Como recuo frontal será considerada apenas a testada do imóvel que faz divisa com a via pública, e não a frente total do imóvel como possa estar descrita em escritura pública, hipótese em que o restante da confrontação será tratado como recuo lateral.

Art. 84. Como frente do imóvel serão consideradas todas as testadas com as vias públicas.

Art. 85. O recuo lateral e posterior das paredes com ou sem aberturas, o recuo mínimo será o definido nos Anexo 05 e Anexos 08 a 12, exceto:

I) Postos de abastecimento de combustíveis, depósitos de explosivos, depósitos de gás, devem observar regras específicas estabelecidas em Leis Municipais, Estaduais ou Federais;

II) As antenas de radiação eletromagnética que observam as regras específicas estabelecidas em Leis Municipais, Estaduais ou Federais;

III) De depósitos de produtos químicos observarão regras específicas estabelecidas em Leis Municipais, Estaduais ou Federais.

Parágrafo Único: Casos não previstos nesta lei deverão ser encaminhados ao NGPT.

Art. 86. As paredes ou muros sem abertura (paredes cegas) ficarão desobrigadas de recuo lateral e posterior desde que respeitados os indicativos dos Anexos 05 e 08.

§ 1º No cálculo da altura máxima da parede cega na divisa, a altura será contada a partir do nível do passeio. Quando subsolo não for enclausurado pela topografia natural, o mesmo contará no cálculo da altura.

§ 2º Independente das situações de liberação de recuo, para qualquer uso gerador de ruídos somente será permitido parede cega nas divisas quando possuírem tratamento acústico ou outros, mantendo-se dentro dos decibéis permitidos e não causando interferências como vibrações e outras, sempre sujeito à fiscalização e liberação do NGPT ou do Órgão Municipal Competente.

§ 3º Indústrias existentes, quando instaladas com parede cega nas divisas, para sua adequação os equipamentos geradores de ruídos e vibrações não poderão ser instalados junto às divisas, com parecer favorável do NGPT e do Órgão Municipal de Controle Ambiental.

§ 4º As paredes cegas serão permitidas nas laterais e nos fundos do terreno, desde que não ultrapasse 50% do perímetro do terreno, conforme simulação do Anexo 08.

Art. 87. Quando admitida a implantação de mais de 1 (uma) edificação isolada num mesmo terreno, as construções deverão conservar entre si um afastamento, observado o afastamento mínimo de duas vezes o recuo mínimo estabelecido para os recuos laterais do lote quando houver abertura em ambas as edificações.

§ 1º Para edificações com parede cega em uma delas, o recuo entre ambas poderá ser reduzido ao mesmo recuo lateral estabelecido.

§ 2º Os imóveis de interesse do patrimônio histórico observarão o disposto neste artigo, salvo quando exigido recuo maior por critérios técnicos relativos à preservação e visualização do imóvel, mediante deliberação do Conselho do Patrimônio Histórico e do NGPT.

§ 3º Para as edificações geminadas, edificadas sobre o mesmo lote, será admitida uma parede cega, edificada com a espessura mínima de vinte centímetros (0,20m).

§ 4º Esta regra não se aplica em casos de obras complementares à edificação existente e/ou em novos projetos.

Art. 88. As áreas resultantes dos recuos mínimos obrigatórios deverão ser tratadas como áreas verdes, garantindo-se a permeabilidade do solo em pelo menos 50% (cinquenta por cento) de sua superfície, não podendo ser inferior a 5% da área do lote.

Parágrafo Único: Nas áreas previstas neste artigo, será permitida a realização das seguintes obras:

II) beirais e toldos com projeção máxima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

III) cobertura para abrigar o pedestre do alinhamento até a edificação;

IV) cobertura sem estrutura para abrigar até dois veículos;

V) brises, pergolados, elementos decorativos sobrepostos às fachadas, letreiros, tubulações para água pluvial e proteções para ar condicionados;

VI) no recuo frontal, a instalação de obra de arte, guaritas com área máxima de 6,00² (seis metros quadrados), central de gás e central de lixo;

VII) instalação de áreas de recreação descoberta, subsolos e estacionamento descoberto.

VIII) para piscinas, cisternas, caixas d'água e assemelhados deverão ter o recuo mínimo de 1,00 m.

Subseção IV DO GABARITO DE ALTURA

Art. 89. O gabarito de altura é o índice que limita o número máximo de pavimentos permitido para cada zona em que se situa a obra, visando garantir segurança, conforto ambiental e preservação da paisagem urbana.

Parágrafo Único: Os pavimentos considerados como subsolo não serão considerados para efeito de cálculo do gabarito.

Art. 90. Os limites de altura das edificações para cada zona são definidos pelo número de pavimentos, inclusive térreo, determinados nos termos do Anexo 05 desta Lei.

Parágrafo Único: Para o cálculo do número de pavimentos, a distância máxima entre pisos é fixada em 3,15m (três metros e quinze centímetros), excetuando-se o pavimento térreo que poderá ter altura máxima entre pisos de:

I) 6,00m (seis metros), quando destinado a usos não residencial e localizado em zoneamento não residencial,

II) 3,50m (três metros e cinquenta centímetros), quando destinado a uso residencial independente do zoneamento.

Art. 91. A altura de qualquer edificação será medida a partir do nível do solo ou nível superior da laje de cobertura do subsolo quando existir, até o ponto de maior altura do último pavimento de cada bloco edificado.

§ 1º Considera-se como nível do solo, para os efeitos desta Lei:

I) quando o terreno não for modificado, o nível natural do terreno;

II) quando houver corte no terreno, o nível do terreno modificado, excetuando o corte para a edificação de subsolos;

III) quando houver aterro, muro de contenção ou cortina de concreto sustentando a edificação, o nível natural do terreno.

§ 2º Considera-se como subsolo, para o efeito desta Lei, o pavimento abaixo do nível do solo em todo o perímetro da edificação, permitindo-se que:

I) um pavimento de subsolo esteja com a face superior da laje de cobertura a, no máximo, 1,70 m (um metro e setenta centímetros) acima do nível do solo;

II) uma das faces de um dos pavimentos em subsolo, por onde for projetado o acesso ao subsolo poderá estar totalmente livre (desenterrada).

Art. 92. Não serão computadas para efeito de cálculo da altura das edificações, as seguintes situações:

I) pavimentos em subsolo e pilotis cuja face superior da laje de cobertura não ultrapasse a altura máxima de 1,70 m (um metro e setenta centímetros) acima do nível do solo;

II) edificação na cobertura, em prédios construídos anteriormente a vigência desta lei, para administração, lazer e recreação de uso comum dos condomínios desde que: não ultrapasse: à 50% (cinquenta por cento) da área da cobertura, um pavimento e ponto máximo de cobertura de 6,00m (seis metros) acima da laje de cobertura do último pavimento da edificação;

III) caixas d'água, antenas, casas de máquinas, de bombas, de transformadores, centrais de ar condicionado, instalações de aquecimento de água, acessos a escadas e demais instalações de serviços, excetuando-se dependências de zeladoria, desde que tenham altura máxima de 6,00m (seis metros), acima da cobertura da edificação.

§ 1º Para o cálculo dos 50% previstos no inciso II deste artigo, será considerada a área total construída, inclusive as edificações constantes inciso III.

§ 2º Na hipótese de ocorrerem entre os pisos alturas maiores que as referidas neste artigo, a soma dos excessos contará como 1 (um) ou mais pavimentos, ficando a fração arredondada para o número inteiro inferior para as frações de 0,1 até 0,5 e para o número inteiro superior para as frações acima de 0,5.

Art. 93. Muros independentes ou isolados da construção principal poderão ser edificados junto às divisas do imóvel, a partir do nível do solo, desde que a altura máxima do muro, independente de sobreposição de muros, será de 3,00 metros no imóvel que se encontrar em nível mais alto.

Parágrafo Único: quando para muro de contenção:

I) de aterro e para contenção de corte limítrofe com a via pública, a altura máxima permitida será compartilhada entre o muro de contenção e os 3,00 metros de altura máxima para o muro de divisa;

II) de corte não limítrofe com a via pública, a altura do muro de contenção será a altura do corte mais os 3,00 metros de altura máxima para o muro de divisa.

III) Em situações que a topografia do terreno exija, será permitida contenção com altura superior ao previsto anteriormente.

Art. 94. Muros de contenção, antenas, caixas d'água, mirantes e outras construções de caráter especial somente poderão ultrapassar a altura máxima mediante justificativa técnica.

Subseção V **DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO**

Art. 95. O número mínimo de vagas destinadas a estacionamento de veículos, vagas para carga e descarga e vagas de embarque e desembarque estão estabelecidas por tipo de uso, no Anexo 06 desta Lei.

§ 1º Os casos não mencionados no Anexo 06, serão tratados por analogia aos casos nela previstos, desde que com parecer favorável do NGPT.

§ 2º Para o cálculo do número de vagas, considerar-se-á o número inteiro inferior (das áreas) para as frações de 0,1 até 0,5 e o número inteiro superior para as frações acima de 0,5.

§ 3º As vagas de estacionamento deverão ser demarcadas no piso, com medidas mínimas de 2,50 x 5,00 metros para automóveis e 1,00 x 2,00 metros para motocicletas e motonetas, excluídas as faixas de passeio público e acessos ao estabelecimento com largura mínima de 1,20 metros. Em caso de vaga enclausurada, esta deve ter dimensões mínimas de 3,00 x 5,00 metros.

§ 4º Em caso de implantação de bicicletário o mesmo poderá substituir uma vaga de estacionamento com as dimensões de 2,50 x 5,00 metros, quando houver mais de uma vaga de estacionamento.

§ 5º Os tipos de estacionamento previstos podem ser verificadas no Anexo 13 desta Lei.

Art. 96. Quando houver acréscimo de área construída em edificações existentes ou alteração da finalidade de uso não residencial unifamiliar, a obrigatoriedade da reserva de estacionamento ou guarda de veículos incidirá sobre a área total utilizada para este fim.

Art. 97. Para garantir o estacionamento de veículos fora das vias públicas, a exigência da destinação de áreas de estacionamento de veículos dar-se-á na forma desta Lei;

§ 1º Não serão exigidas vagas de estacionamento para as edificações cadastradas e/ou tombadas como de interesse do patrimônio histórico e arquitetônico, salvo quando o uso for caracterizado como pólo atrativo de trânsito.

§ 2º Nas áreas destinadas a garagem e ao estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência ou com dificuldade de locomoção, conforme as especificações técnicas das normas técnicas vigentes.

Art. 98. Para garantir o estacionamento de veículos nas vias públicas, poderá ser implantada área de estacionamento frontal em edifícios comerciais, prestadores de serviço e multifamiliares, de acordo com os tipos mencionados no Anexo 13 desta Lei.

Subseção VI DAS MOVIMENTAÇÕES DE TERRA

Art. 99. Para garantir a segurança e definir parâmetros para escavações e aterros, deverá ser apresentado projeto seguindo os parâmetro e padrões do Anexo 16 desta Lei, sendo restrita a execução de aterro, escavações em áreas de Risco Geológico e alagáveis identificadas na Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização Frente aos Desastres descritos no anexo 07.

§ 1º Para toda e qualquer intervenção na forma de movimentação de terra, é obrigatória a consulta de viabilidade, a qual, se necessário, exigirá: projetos específicos, executado por profissional habilitado, devidamente cadastrado nos órgãos competentes e ser submetidos à aprovação do Município;

§ 2º Quando se fizer necessário, poderá ser exigido o devido licenciamento ambiental.

Seção II DO USO DO SOLO

Art. 100. O uso do solo no Município será regulamentado pelos dispositivos constantes no Anexo 05 desta Lei e nas demais legislações pertinentes.

Art. 101. Para efeito desta lei, consideram-se as seguintes finalidades de uso do solo:

I) residencial;

- II) comercial e/ou serviços;
- III) comunitário e/ou institucional;
- IV) industrial e/ou apoio industrial;
- V) agropecuário;
- VI) extrativista;
- VII) misto.

§ 1º Considera-se uso residencial, aquele destinado à habitação permanente, esta unifamiliar ou multifamiliar;

§ 2º Considera-se uso comercial e/ou serviços, aquele destinado ao exercício de atividades caracterizadas pela relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividade caracterizada pela utilidade de mão-de-obra e assistência de ordem intelectual, incluindo atividades hoteleiras e de alimentação, serviços para veículos, de serviços de saúde humana ou animal privados;

§ 3º Considera-se uso comunitário e/ou institucional, aquele espaço, estabelecimento ou instalação destinada à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social, cultos religiosos e administração pública;

§ 4º Considera-se uso industrial e/ou apoio industrial, aquela atividade pela qual se transforma matéria-prima em bens de produção ou consumo, e a prestação de serviços diretamente relacionados, como armazenagem de produtos e matérias primas, apoio logístico, armazenamento e fornecimento de combustíveis exclusivamente para as atividades industriais e de apoio industrial;

§ 5º Considera-se uso agropecuário as atividades primárias de cultivo da terra e criação de animais, visando ao consumo próprio ou à comercialização;

§ 6º Considera-se uso extrativista a atividade primária de extração de recursos vegetais e/ou minerais;

§ 7º Considera-se uso misto aquele destinado à moradia e também a um outro tipo de uso.

Art. 102. Como princípio geral, todos os usos serão admitidos no território do Município, salvo àqueles expressamente proibidos pela presente Lei, e desde que obedeçam as condições, princípios e diretrizes indicados na Tabela de Índices Urbanísticos, Anexo 05, integrante desta Lei, podendo os mesmos serem Permitidos, ou Tolerados, de acordo com as diretrizes fixadas no Plano Diretor do Município.

§ 1º Considera-se permitidos os usos que se enquadram no padrão urbanístico determinados para uma zona;

§ 2º Considera-se tolerados os usos que estão sujeitos à análise prévia pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial;

§ 3º Considera-se proibidos os usos que por seu porte ou natureza, são perigosas, nocivas, incômodas e incompatíveis com as finalidades urbanísticas do local, onde:

a) considera-se perigosa a atividade, principalmente a industrial, que pelos ingredientes utilizados ou processos empregados, possam dar origem a explosões, poeiras, exalações e detritos danosos a saúde que eventualmente, possam por em perigo a propriedade e a vida de pessoas, incluindo-se nesta classe, também os depósitos de inflamáveis e explosivos, seguindo os critérios das legislações específicas;

b) considera-se nocivas as atividades que durante o seu funcionamento possam dar origem a produção de gases, poeiras, exalações e detritos prejudiciais a saúde da vizinhança;

c) considera-se incômodas as atividades que durante seu funcionamento possam produzir ruídos, trepidações, gases, poeiras e exalações venham incomodar os vizinhos.

§ 4º Considera-se ainda, para o efeito desta lei, como inócuas, as atividades que para o seu funcionamento não resultem em perturbações à vizinhança.

Art. 103. A proibição de alguns usos e atividades em determinadas zonas do município, estabelecidos na presente Lei, é determinada pela sua função, pelo porte ou ainda se for considerada:

- I) Pólo Gerador de Tráfego (PGT);
- II) Gerador de Ruído Noturno (GRN);
- III) Gerador de Ruído Diurno (GRD);
- IV) Pólo Gerador de Risco (PGR).

§ 1º Os usos e atividades que se enquadrarem nos incisos I a IV do “caput” deste artigo e definidos pelo Plano Diretor ou por legislação específica, para serem autorizados deverão se submeter à exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), a ser regulamentado por lei municipal específica, devendo atender, ainda, eventuais exigências da legislação federal e/ou estadual, conforme classificação emitida pelo órgão competente de meio ambiente.

§ 2º Considera-se como Pólo Gerador de Tráfego o local que centraliza, por sua natureza, a utilização rotineira de veículos, representado pelas seguintes atividades:

- a) estabelecimentos de comércio ou serviço, geradores de tráfego pesado, quando predomina a movimentação de caminhões, ônibus e congêneres;
- b) estabelecimentos de posto de abastecimento de combustíveis com mais de duas bombas de óleo diesel;
- c) estabelecimentos de companhia transportadora ou estabelecimentos de distribuidora de mercadoria, de mudança e congêneres, que operem com frota de caminhões;
- d) estabelecimentos de entreposto, depósitos ou armazéns de estocagem de matéria-prima;
- e) estabelecimentos atacadistas ou varejistas de materiais brutos, como sucata, materiais de construção e insumos agrícolas;
- f) estacionamentos de ônibus;
- g) instituições ou estabelecimentos de comércio ou serviço geradores de tráfego intenso, onde predomina a atração ou geração de grande quantidade de veículos leves, ou transporte pessoal, considerando as áreas de estacionamento, conforme determina o Art. 102 desta lei;
- h) estabelecimentos de comércio de serviço de grande porte, tais como supermercados, “shopping centers”, lojas de departamentos, centros de compras, pavilhões para feiras ou exposições, mercados, varejões e congêneres;
- i) locais de grande concentração de pessoas, tais como salas de espetáculos, centros de convenções, estádios e ginásios de esportes, locais de culto religioso, estabelecimentos de ensino, universidades, faculdades e congêneres;
- j) escolas especiais, escolas de línguas e cursos profissionalizantes, inclusive academias de ginástica ou esportes e congêneres;
- k) estabelecimentos destinados a hotel ou apart-hotel;
- l) agências bancárias;
- m) estabelecimentos de serviços de saúde, inclusive prontos socorros e laboratórios de análises;

§ 3º Considera-se como Gerador de Ruído Noturno o estabelecimento de comércio, serviços ou instituição que, pela sua atividade, gere sons ou ruídos no horário compreendido entre as 22 horas e as 6 horas do dia seguinte, representado pelas seguintes atividades:

- a) bares com música, bilhares, clubes noturnos, boates e congêneres;
- b) salões de baile, salões de festas, locais de ensaio de escola de samba e congêneres;
- c) campos de esportes, edifícios para esporte ou espetáculo;
- d) estabelecimentos que utilizem máquinas e equipamentos;
- e) locais de culto religioso que utilizem alto-falante em cerimônia noturna.

§ 4º Considera-se como Gerador de Ruído Diurno o estabelecimento de comércio, serviços ou instituição, com atividade que gere sons ou ruídos no horário das 6 horas às 22 horas, representado pelas seguintes atividades:

- a) estabelecimentos com atividade de serralheria, carpintaria ou marcenaria que utilizem serra elétrica e similar;
- b) estabelecimentos de comércio de discos, fitas e congêneres desprovidos de cabine acústica;
- c) estabelecimentos de clínica veterinária, canis, escolas de adestramento de animais e congêneres;
- d) estabelecimentos que utilizem máquinas e equipamentos;
- e) estabelecimentos destinados a reparo e pintura de equipamentos pesados ou de veículos automotores.

§ 5º Considera-se como Pólo Gerador de Risco a atividade que pode representar risco para a vizinhança por explosão, incêndio, envenenamento e congêneres, principalmente:

- a) pedreiras;
- b) campos de tiro e congêneres sem as condições adequadas das normas de segurança;
- c) estabelecimentos de depósito ou lojas com estoque de material explosivo, GLP, tóxico, inflamável e elemento radioativo em volume superior ao recomendado pelas normas técnicas dos órgãos competentes.

§ 6º A exigência do EIV não dispensa a apresentação do EIA/RIMA para os casos em que a legislação assim o exigir.

§ 7º O porte da edificação definido no caput do artigo é classificada de acordo com os seguintes critérios e usos:

1. Para o uso Comercial e/ou Serviços:

- I) Pequeno Porte: edificações de até 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados);
- II) Médio Porte: edificações de 121,00 m² (cento e um metros quadrados) até 200,0m² (duzentos metros quadrados);
- III) Grande Porte: edificações acima de 200,00 m² (duzentos metros quadrados).

2. Para o uso Comunitário e/ou Institucional:

- I) Pequeno Porte: edificações de até 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) ou quando tiverem capacidade de atendimento de até 100 pessoas por dia;
- II) Médio Porte: edificações de 251,00 m² (duzentos e cinquenta e um metros quadrados) até 500,0m² (quinhentos metros quadrados) ou quando tiverem capacidade de atendimento de 101 até 500 pessoas por dia;
- III) Grande Porte: quando for superior aos demais itens relacionados acima.

3. Para o uso Industrial e/ou Apoio Industrial:

- I) Pequeno Porte: edificações de até 300,00 m² (trezentos metros quadrados);
- II) Médio Porte: edificações de 301,00 m² (trezentos e um metros quadrados) até 1.500,00 m² (mil e quinhentos metros quadrados);
- III) Grande Porte: edificações acima de 1.501,00 m² (mil quinhentos e um metros quadrados).

4. Para o uso Agropecuário e/ou Extrativismo:

- I) Pequeno Porte: quando a atividade desenvolvida estabelece uma relação de consumo e produção familiar;
- II) Médio Porte: quando a atividade desenvolvida estabelece uma relação de consumo e produção familiar, plantio e criação de animais para elaboração, comercialização do excedente da produção própria;
- III) Grande Porte: quando a atividade desenvolvida caracteriza-se exclusivamente para fins de comercialização.

§ 8º Observar para o uso Industrial e/ou Apoio Industrial ou uso Agropecuário e/ou Extrativismo:

- a) quando a atividade não apresentar qualquer risco ambiental, de acordo com a classificação do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA;
- b) quando a atividade não apresentar risco ambiental leve ou moderado, de acordo com a classificação do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA;
- c) quando a atividade não apresentar risco ambiental alto ou grande impacto, de acordo com a classificação do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA.

Subseção I **DO USO AGROPECUÁRIO**

Art. 104. Para o Uso Agropecuário fica definido nesta Lei:

§ 1º Para uso da propriedade como geradora de produção primária vegetal, o lote mínimo urbano é de 360,00 m² e o módulo de parcelamento do INCRA para fins rurais;

§ 2º Para uso da propriedade como geradora de produção primária vegetal, acrescido da presença de animais, o lote mínimo urbano é de 5.000,00 m² e o módulo de parcelamento do INCRA para fins rurais;

§ 3º Icam a Vigilância Sanitária, e o Conselho de Meio Ambiente, e o órgão ambiental competente responsáveis pela liberação das atividades e dos estabelecimentos localizados nas diversas Zonas Municipais;

§ 4º Fica estabelecido o prazo de 5 anos para que as propriedades se adequem as regras estabelecidas nesta Lei;

§ 5º Os estabelecimentos ou atividades que sofrerem reformas ou adaptações deverão cumprir as regras estabelecidas nesta Lei.

Subseção II **DO USO EXTRATIVISTA**

Art. 105. Para o Uso Extrativista fica definido nesta Lei:

§ 1º Para uso da propriedade como geradora de produção primária vegetal, o lote mínimo urbano é de 5.000,00 m², excluindo-se para fins de exploração de madeira, onde o lote mínimo é de 30.000,00 m²;

§ 2º Fica o prazo de 5 anos estabelecido nesta Lei para as propriedades, urbanas, de expansão urbana ou rurais, com reflorestamentos de qualquer espécie, fazerem a retirada da faixa de aceiro preventivo determinado no Anexo 11 desta Lei:

a) para árvores de porte \leq a 15,00 metros, a faixa de aceiro é de 6,00 metros;

b) para árvores de porte \geq a 15,00 metros, a faixa de aceiro é de 10,00 metros;

c) para as divisas de lotes que confrontem com uso pecuário, a faixa de aceiro é de 10,00 metros, para uso agrícola, 20,00 metros;

d) em caso de acordo entre as partes, este deverá ser elaborado um contrato devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos.

§ 3º Fica o prazo de 10 anos estabelecido nesta Lei para as propriedades com reflorestamentos de exóticas, localizados nas áreas urbanas ou de expansão urbana, fazerem a retirada total das espécies cultivadas;

§ 4º Fica o prazo de 2 anos estabelecido nesta Lei para as propriedades com reflorestamentos de EXÓTICAS, localizados nas áreas urbanas, de expansão urbana ou rurais, fazerem a retirada total das espécies cultivadas dentro da faixa de domínio da via municipal ou estadual, bem como da faixa de recuos e das proximidades de edificações, de acordo com o Anexo 11;

§ 5º Fica o Conselho de Meio Ambiente e o órgão ambiental competente responsáveis pela liberação das atividades localizadas nas diversas Zonas Municipais.

Seção III DA OCUPAÇÃO DO SOLO

Subseção I DOS ASPECTOS GERAIS

Art. 106. O estabelecimento, construção ou reforma de qualquer empreendimento ou evento, público ou privado, serão submetidos à consulta prévia.

Art. 107. Quando um terreno for atingido por mais de uma zona, inclusive os corredores de serviço e o uso preferencialmente industrial, os usos do solo serão considerados adequados de acordo com o zoneamento da testada do imóvel para a qual é definido o acesso da edificação.

§ 1º Quando o terreno confrontar com mais de uma via, os acessos de veículos e pedestres deverão ocorrer pela via onde o uso é adequado, devendo o requerente observar a segurança e fluidez do tráfego de veículos e pedestres.

§ 2º O Núcleo Gestor de Planejamento Territorial poderá autorizar abertura de acessos de veículos ou pedestres para uma via onde o uso não seja adequado, para minimizar os problemas já existentes com relação aos conflitos de circulação ou favorecer a acessibilidade e integração da comunidade à atividade.

§ 3º Sempre que o imóvel confrontar com área de circulação de parques e praças públicas poderão ser liberados pelo órgão municipal competente a abertura de vitrines, vãos para iluminação e ventilação e acessos de pedestres, desde que respeitado o recuo.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo, quando o imóvel é de uso Recreacional, permanecendo a adequação dos usos separadamente para cada parcela do terreno.

§ 5º Sempre que o uso permitido para o zoneamento da testada do imóvel conflitar com os demais zoneamentos lindeiros, o empreendimento poderá se instalar desde que as áreas geradoras de ruídos ou outros conflitos estejam dispostas de forma a não interferir com as atividades das zonas lindeiras ou provejam suas instalações de proteção acústica ou outras que se fizerem necessárias, a critério do Órgão Ambiental competente.

Art. 108. Qualquer uso, ainda que considerado adequado para determinado zoneamento, deverá manter-se dentro das interferências ambientais permissíveis.

Parágrafo Único: Adequando-se às exigências do Órgão Ambiental competente e/ou atender ao licenciamento ambiental exigido por lei.

Art. 109. Para efeito de concessão ou renovação de alvarás de funcionamento para estabelecimento em edificações já existentes, desde que construídas e aprovadas para o uso requerido e sem a ampliação das mesmas, excetuando o previsto no § 1.º deste artigo, serão permitidos os usos previstos nas Leis anteriores à vigência desta Lei, sempre que a presente Lei alterar o uso da área respectiva.

§ 1º É permitida a anexação de terrenos contíguos e ampliação da área construída nos estabelecimentos de que trata o caput deste artigo, apenas para o caso de ampliação ou melhoria das instalações de tratamento de efluentes, estacionamento, áreas verdes e área de recreação.

§ 2º São consideradas ampliação da empresa as atividades que venham a ampliar a sua estrutura funcional e produtiva, tais como refeitórios, escritórios, alojamentos, área de produção, dentre outras.

Art. 110. Nas situações consolidadas até a aprovação desta lei, sobre imóveis considerados de uso não adequado à Zona onde se encontra, poderá ser concedida a licença para localização e permanência no local à atividade consolidada, ficando seus acréscimos e alterações obrigadas ao cumprimento da presente Lei.

Art. 111. Nas diversas Zonas e em edificações existentes, construídas e aprovadas para a finalidade que exercem, a ampliação e outros usos considerados adequados e também outros usos mesmo que considerados inadequados para a zona, poderão ser licenciados desde que esta ocupação não cause maior impacto que a ocupação original, mediante parecer favorável do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial e do Órgão Ambiental competente, quando envolver questões ambientais.

Art. 112. Todos os usos lindeiros a rampas ou alças de pontes, viadutos, passarelas e vias de circulação, bem como ao longo de toda a extensão das vias, serão considerados adequados caso o imóvel possa ter acesso por outra via onde o uso é permitido.

Parágrafo Único: Quando pela sua localização o imóvel não tiver viabilidade de acesso por outra via e não interferir significativamente no fluxo de veículos, a critério do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial, poderá ser liberada com acesso pelas vias de que trata este artigo.

Subseção II DAS RESTRIÇÕES

Art. 113. Ficam definidas nessa subseção, os usos permitidos com restrições desde que aprovados pelo NGPT, previstos nesta Lei.

Art. 114. Na análise da interferência, serão analisados os seguintes critérios:

- a) com o sistema viário, serão considerados a visibilidade, o gabarito das vias, a capacidade do sistema viário em absorver o tráfego gerado e as condições de manobra, carga e descarga, embarque e desembarque, estacionamento e acesso;
- b) para uso residencial em áreas não exclusivas residenciais, serão considerados as atividades não residenciais já existentes, o nível de ruído ou interferência ambiental gerado, o horário de funcionamento, o número de veículos e pessoas atraídos pela atividade e os interesses da comunidade envolvida e o que estabelece a legislação do Código de Posturas e a Lei da Vigilância Sanitária;
- c) restrições ambientais: serão considerados, todos os fatores geradores de degradação ambiental, como terraplanagens, cortes de árvores e emissão de efluentes poluidores, de acordo com a legislação vigente;

Art. 115. Quanto ao Uso Residencial Unifamiliar e Multifamiliar onde este for considerado adequado de acordo com o parecer do NGPT, devendo o proprietário estar ciente acerca das interferências que sofrerá com o comércio, o tráfego de veículos e as indústrias características da área onde pretende localizar-se, poderá ser permitida a implantação de atividades relativas ao lazer, turismo e cultura.

Art. 116. Quanto ao Uso Hoteleiro nas áreas restritas residenciais, será permitido apenas quando as áreas geradoras de ruído do empreendimento forem dispostas de forma a não interferir com o entorno residencial, com parecer favorável do NGPT e do Órgão Ambiental competente.

Art. 117. Quanto ao Uso Prestação de Serviço, para ser considerado adequado, deverá ser considerado o fator gerador de tráfego, ruídos e horário de funcionamento, devendo tal restrição ser considerada tanto para edificações novas quanto para instalações de atividades em imóveis já existentes.

Art. 118. Quanto ao Uso Comércio Local, para ser considerado adequado, deverá ser considerado o fator gerador de tráfego, estacionamento, ruídos e odores, bem como a legislação sanitária e o horário de funcionamento, devendo tal restrição ser considerada tanto para edificações novas quanto para instalações de atividades em imóveis já existentes.

Art. 119. Quanto ao Uso Institucional:

I) Das delegacias de polícia, cadeias, presídios e antenas de transmissão de radiação eletromagnéticas:

a) nas áreas residenciais, serão consideradas proibidos.

b) nas áreas mistas, serão considerados tolerados.

Parágrafo Único: Além das restrições previstas neste artigo, quando o uso é tolerado, as antenas de transmissão de radiação eletromagnéticas deverão obedecer aos recuos fixados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, e também respeitar:

1. o recuo de h/7 das divisas frontais, laterais e posterior, com o mínimo de 4,00m (quatro metros) para as torres de sustentação;

2. das divisas que confrontarem com áreas residenciais, uso saúde e uso educacional, a torre deverá manter recuo mínimo de 30,00m (trinta metros) das divisas do imóvel onde estiver instalada;

3. nos casos de compartilhamento no mesmo imóvel com o uso saúde e uso educacional, o ponto de emissão deverá manter destes usos o mesmo recuo do item II;

4. quando a localização da torre causar interferência com o patrimônio cultural, arquitetônico, turístico e paisagístico do município, além dos critérios acima estabelecidos, deverá ter parecer favorável dos órgãos municipais competentes.

II) Quanto ao Uso da Área de Saúde, nas áreas residenciais poderá ser autorizado para hospitais de pequeno porte e postos assistenciais desde que para uso público.

III) Quanto ao Uso Educacional nas áreas residenciais, serão tolerados e ainda deverão:

a) funcionar em horário restrito das sete às vinte e duas horas;

b) dispor as áreas geradoras de ruído de seu empreendimento de forma a não interferir com o entorno residencial ou provê-las de proteção acústica;

IV) Quanto ao Uso Religioso:

a) nas áreas mistas as igrejas, templos, capelas mortuárias, cemitérios e congêneres serão considerados adequados, desde que disponham de pátio para abrigar, fora das áreas públicas de circulação, o acúmulo de pessoas ocasionado normalmente no início e no final das cerimônias litúrgicas, com capacidade mínima de 15% (quinze por cento) do total da área reservada aos fiéis e mantendo-se dentro dos índices de decibéis permissíveis, e inadequado para os demais usos previstos;

b) nas áreas residenciais, não será permitido o uso;

Art. 120. Quanto aos Usos Recreacionais:

a) nas áreas mistas os Usos Recreacional, serão adequados quando as atividades geradoras de ruídos que possam a vir causar interferência com as outras atividades, provejam suas instalações de equipamentos de proteção acústica, mantendo-se dentro dos índices de decibéis permissíveis, ou localizem-se em áreas que não venham a impactar com a vizinhança, mediante parecer favorável do Órgão de controle competente;

b) nas áreas residenciais, o Uso Recreacional será adequado:

1. desde que restrinja suas atividades ao uso esportivo e de lazer sem a prática de atividades como bailes e apresentações musicais, que venham causar interferências com a atividade residencial;

2. quando forem clubes, associações e outros que promovam atividades geradoras de ruído que possam vir a causar interferência com a atividade residencial provejam suas instalações com equipamentos de proteção acústica, mantendo-se dentro dos índices de decibéis permissíveis, mediante parecer favorável do Órgão de controle competente dispondo suas instalações de forma a não interferir com a atividade residencial;

c) nas áreas não previstas, o Uso Recreacional será permitido mediante análise e parecer favorável do Órgão de controle competente e Núcleo Gestor Participativo Territorial referente ao projeto de implantação;

Art. 121. Quanto ao Uso Veterinário e Agropecuário:

a) nas áreas residenciais, quando possuir internação e guarda de animais, será considerado proibido;

b) nas áreas mistas, será considerado tolerado, desde que respeitando a legislação competente.

Art. 122. Quanto ao Uso para postos de abastecimento de combustíveis e bombas de uso particular:

a) nas áreas residenciais, os postos de abastecimento de combustíveis serão proibidos;

b) nas áreas mistas, industriais e rurais os postos de abastecimento de combustíveis serão tolerados;

Parágrafo Único: Com relação a este artigo:

I) nas zonas onde o uso é considerado tolerado, além das restrições previstas neste inciso, os postos de abastecimento de combustíveis serão permitidos quando mantiverem recuo mínimo de 10,00m (dez metros) entre as bombas e reservatório de abastecimento com as divisas do imóvel onde estiver instalado;

II) são enquadrados na mesma exigência dos postos de abastecimento de combustíveis a instalação de bombas para abastecimento de uso privativo, em estabelecimentos comerciais, industriais, empresas de transportes e entidades públicas;

III) fica proibida a construção de postos de abastecimento e serviços a menos de 200 (duzentos) metros de batalhões de polícia, quartéis, hospitais, escolas, igrejas e outros estabelecimentos de grandes concentrações, a ser medido entre o ponto de instalação do reservatório e o terreno da entidade ou estabelecimento.

Art. 123. Quanto ao Uso Serviço Especial Pesado, observadas as restrições previstas no Art. 125:

a) nas áreas mistas, será adequado apenas para depósito para materiais recicláveis somente quando instalados em galpões fechados e inadequado para os demais usos;

b) nas áreas industriais e rurais, os usos para ferro velho, depósitos e comércio de autopeças (depósitos abertos), depósitos de materiais recicláveis e depósitos de armazenagem, serão considerados adequados, desde que instalados em galpões fechados ou delimitados por muros ou cercas, e quando estes não forem suficientes ao bloqueio visual, cinturão verde e/ou tratamento paisagístico, restringindo a visibilidade da via pública aos produtos estocados;

c) nas áreas industriais e rurais, os usos para depósitos de explosivos, munições e inflamáveis serão considerados tolerados, observadas as normas do Órgão competente.

Art. 124. Quanto ao Uso dos Recursos Naturais nas áreas Especiais, será tolerado, devendo ter parecer do NGPT e do Órgão Ambiental competente quanto à sua implantação;

Art. 125. Quanto ao Uso Industrial nas áreas mistas, para serem consideradas adequadas, respeitarão os índices urbanísticos desta lei, devendo tal restrição ser considerada tanto para edificações novas quanto para instalações de atividades em imóveis já existentes.

Parágrafo Único: Além das restrições previstas em legislações específicas, as indústrias, depósitos e estocagem de produtos tóxicos deverão manter recuo mínimo de 80,00m (oitenta metros) com as divisas do imóvel onde estiver instalado.

Art. 126. Com relação ao uso de explosivos e armamentos:

- a) os depósitos de explosivos e munições e as instalações de recipientes transportáveis de GLP, deverão manter recuo mínimo conforme regulamentação do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina e do Ministério do Exército, entre as áreas de depósitos e estocagem e as divisas do imóvel onde estiver instalado;
- b) os usos de máquinas pesadas, depósitos de produtos químicos, explosivos, munições e inflamáveis serão considerados tolerados mediante parecer favorável do Órgão competente;

Art. 127. Quanto ao de Cercas Eletrificadas, observados os seguintes parâmetros:

- a) todas as cercas destinadas à proteção de perímetros e que sejam dotadas de corrente elétrica, serão classificadas como energizadas, ficando incluídas na mesma legislação as cercas que utilizem outras denominações, tais como: eletrônicas, elétricas, eletrificadas e similares;
- b) Que se definam como cercas energizadas, todos os ofendículos que sejam dotados de corrente elétrica ou utilizem as denominações elétricas, eletrificadas, eletrônicas ou similares, quando usadas sobre edificações, muros ou outras variações, e as utilizadas para controle de animais na área rural;
- c) Seja obrigatório o Requerimento de Licença para Instalação e Regularização de Cerca Eletrificada e Similares Elétricos, Eletrônicos e Afins, sendo acompanhado de:
 - 1. Croquis de localização da área a ser cercada ou controlada;
 - 2. Corte esquemático indicando a altura da cerca em relação aos muros, à cota do terreno, ao passeio ou via pública;
 - 3. Diagramas ou esquemas de instalação elétrica;
 - 4. Documento de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), emitida pelo Responsável Técnico pelo projeto e execução, no caso de instalação a ser efetuada, e de laudo técnico e regularização para o caso de instalação iniciada ou concluída;
- d) As cercas energizadas deverão obedecer, na ausência de Normas Técnicas Brasileiras, às Normas Técnicas Internacionais editadas pela IEC (International Electrotechnical Commission), que regem a matéria;
- e) A obediência às normas técnicas, deverá ser objeto de declaração expressa do técnico responsável pela instalação, que responderá por eventuais informações inverídicas;
- f) Que se afixe placas de identificação, advertência ou alerta em lugar visível, inclusive com símbolos que possibilitem o entendimento por pessoas analfabetas ou leigas ou, ainda, pessoas que só entendam idioma estrangeiro, contendo informações que alertem sobre o perigo iminente ou próximo, devendo ser colocadas placas de advertência nos portões e/ou portas de acesso existentes ao longo da cerca e em cada mudança de sua direção, sendo:
 - 1. uma placa a cada 6 (seis) metros quando se tratar de área urbana;
 - 2. uma placa a cada 50 (cinquenta) metros quando se tratar de área rural;

3. O texto mínimo das placas de advertência deverá ser de: símbolo de identificação e CERCA ENERGIZADA, ou CERCA ELETRIFICADA, ou CERCA ELETRÔNICA, ou CERCA ELÉTRICA;

g) Que a instalação de "cerca eletrificada ou similar" quando instaladas em área urbana, deva ser feita a uma altura de, no mínimo, dois metros e cinquenta centímetros (2,50 m) acima do nível do piso externo ou interno ao imóvel sem, no entanto, deixar de considerar as normas técnicas, reguladoras e de segurança, para evitar ou minimizar a possibilidade de acidentes ao domínio ou propriedade;

h) Que a instalação de "cerca eletrificada ou similar" na área rural deva ser feita a uma distância de, no mínimo, cinquenta centímetros (0,50 m) afastado do limite do imóvel, quando se tratar de limites internos, em linhas divisórias, e quando se tratar de vias pública, um metro (1,00 m) afastado da cerca de limite do imóvel, sem no entanto, deixar de considerar as normas técnicas, reguladoras e de segurança, para evitar ou minimizar a possibilidade de acidentes ao domínio ou propriedade;

i) Fica expressamente proibida a utilização de arames farpados ou similares para condução da corrente elétrica da cerca energizada;

j) Na hipótese de haver recusa por parte dos proprietários dos imóveis vizinhos na instalação de sistema de cerca energizada em linha divisória, a referida cerca só poderá ser instalada com um ângulo de 45° (quarenta e cinco graus) máximo de inclinação para dentro do imóvel beneficiado;

k) Que sempre que a cerca energizada estiver instalada em linhas divisórias de imóveis, deverá haver a concordância explícita dos proprietários destes imóveis com relação à referida instalação;

l) Que a instalação de cercas energizadas, ampliação ou modificação das características técnicas, bem como a adequação das já existentes, deva ser objeto de licenciamento por parte do poder público, devendo estas serem legalizadas e autorizadas no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

m) Que a manutenção do equipamento deva ser realizada de acordo com as especificações do fabricante ou na ausência desta a cada período de doze (12) meses, a contar da data de sua instalação, e que deva ser aferida e certificada por Profissional habilitado, Pessoa Física ou Jurídica, com emissão de Responsabilidade Técnica;

n) Que se estabeleça a penalidade de apreensão de equipamentos, materiais, acessórios ou peças e multa ao infrator, em valor e forma definidos pelo Poder Público Executivo, pelo descumprimento das normas aqui disciplinadas;

o) Que a apreensão de materiais e equipamentos por irregularidades de fabricação, instalação, utilização e manutenção ou, ainda, por insuficiência ou falta total de placas de advertência do sistema de "cerca eletrificada" ou similares só seja efetivada mediante avaliação técnica escrita, datada e assinada por pessoa habilitada;

p) Que para se adaptarem ou se adequarem às exigências aqui disciplinadas, o proprietário ou usuário de imóvel urbano ou rural e a empresa ou responsável técnico pelo projeto de instalação, pela instalação ou pela manutenção, reparo ou conserto de "cerca eletrificada e similares" disporão de noventa (90) dias, contados da data de sua publicação;

Art. 128. Quanto as normas gerais sobre publicidade ao ar livre, veiculada por meio de letreiros ou anúncios publicitários, afixados em locais visíveis, expostos ao público, e veiculada por meio de aparelhos sonoros ou similares:

§ 1º Para os fins desta lei, considera-se:

I) Letreiros: as indicações colocadas no próprio local onde a atividade é exercida, desde que contenham apenas o nome do estabelecimento, a marca ou logotipo, a atividade principal, o endereço e o telefone;

II) Anúncios Publicitários: as indicações de referências de produtos, serviços ou atividades por meio de placas, painéis, out-doors ou similares, colocados em local estranho aquele em que a atividade é exercida ou no próprio local, quando as referências extrapolarem às contidas no inciso anterior;

III) Publicidade automotiva: é aquela feita com o uso de autofalantes em qualquer tipo de veículo autopropelido mecânica ou fisicamente;

§ 2º Toda e qualquer indicação colocada no alto dos edifícios será considerada anúncio publicitário.

§ 3º A divulgação de anúncios publicitários só poderá ser requerida por pessoa jurídica com comprovada especialização na área de publicidade e cadastrada na Prefeitura Municipal.

§ 4º Fica instituído o cadastro de publicidade na Prefeitura Municipal para registro e controle de letreiros e anúncios publicitários.

§ 5º As empresas responsáveis pela publicidade ao ar livre encaminharão à Prefeitura Municipal, relação da publicidade exposta com respectiva localização e dimensões.

§ 6º A licença de publicidade (exceto a sonora) deverá ser requerida à Prefeitura, instruído o pedido com as especificações técnicas e mediante apresentação dos seguintes documentos:

I) requerimento padrão fornecido pela Prefeitura Municipal, onde conste:

a) CNPJ da empresa;

b) a localização do equipamento;

c) número de cadastro imobiliário;

d) a assinatura do representante legal;

II) certidão atualizada do imóvel e autorização do proprietário do terreno com firma reconhecida;

III) projeto de instalação contendo:

a) especificação do material a ser empregado;

b) dimensões;

c) altura em relação ao nível do passeio;

d) situação e locação do empreendimento e de todas as edificações e instalações do imóvel;

IV) responsabilidade técnica (ART e/ou RRT) quanto ao projeto e execução para as publicidades que se tornarem necessárias

§ 7º Para a expedição da licença serão observadas as seguintes normas gerais:

I) para cada estabelecimento poderá ser autorizada uma área para letreiro e anúncio, nunca superior a comprimento da fachada do próprio estabelecimento;

II) será considerado área de publicidade exposta qualquer inscrição direta em toldos e marquises que poderão ter uma projeção além do plano da fachada, desde que respeitada uma distância mínima de um metro e setenta do meio-fio e uma altura mínima de dois metros e cinquenta centímetros em relação ao nível do passeio;

III) os letreiros deverão respeitar uma altura livre mínima em relação ao nível do passeio de dois metros e cinquenta centímetros para os perpendiculares e dois metros e vinte centímetros para os paralelos, sendo permitidos adesivações em portas e janelas;

IV) os letreiros perpendiculares à fachada não poderão ultrapassar um metro e vinte centímetros de comprimento e deverão permitir também uma distância livre mínima de um metro e setenta do meio-fio da calçada;

V) são permitidos anúncios em terrenos não edificadas, ficando sua colocação condicionada à capina e remoção de detritos, durante todo o tempo em que o mesmo estiver exposto, não sendo admitido corte de árvores para viabilizar a instalação dos mesmos;

VI) os anúncios deverão observar as dimensões máximas de três por nove metros, sendo sua maior dimensão no sentido horizontal, contendo, em local visível, a identificação da empresa de publicidade e o número da licença afixados em placa de no máximo quinze por trinta centímetros, observados os seguintes parâmetros:

- a) altura máxima de seis metros acima do nível do solo;
- b) meio metro entre anúncios num mesmo lote;
- c) um metro e meio em relação às divisas do terreno;
- d) distância mínima de duzentos metros entre anúncios e/ou conjunto de anúncios;
- e) número máximo de três unidades por conjunto de anúncios numa mesma testada;
- f) recuo do alinhamento predial de acordo com o exigido para a via na qual se implantar
- g) em terrenos situados na área rural lindeiros à faixa de domínio das rodovias, poderá ser autorizado o anúncio desde que observados os parâmetros do presente artigo e uma faixa “non aedificandi” de quinze metros além da faixa de domínio público das rodovias.

§ 8º É vedada a publicidade que afete a perspectiva ou deprecie, de qualquer modo, o aspecto de edifício ou paisagem, vias ou logradouros, especialmente quando:

- I) em áreas de proteção de recursos naturais e de preservação permanente e em zona de preservação ambiental;
- II) em bens de uso comum da comunidade, tais como: parques, jardins, túneis, rótulas, pontes, viadutos, passarelas e respectivos acessos;
- III) em calçadas, trevos, canteiros e cemitérios, em árvores, postes ou monumentos;
- IV) obstruir a visão de imóvel localizado na Zona de Preservação Histórica;
- V) obstruir porta, janela ou qualquer abertura destinada à iluminação ou ventilação;
- VI) oferecer perigo físico ou risco material;
- VII) obstruir ou prejudicar a visibilidade da sinalização, placa de numeração, nomenclatura de ruas e outras informações oficiais;
- VIII) empregar luzes ou inscrições que gerem confusão com sinais de trânsito ou dificultem sua identificação;
- IX) em faixas, inscrições, plaquetas e similares ou balões de qualquer natureza, sobre as vias públicas;
- X) em faixas de domínio de rodovias, ferrovias, redes de energia e dutos em uso.

§ 9º A critério da Prefeitura Municipal, ouvido o NGPT, poderão ser admitidos:

- I) publicidade sobre a cobertura de edifícios, de uso exclusivamente comercial, observado o cone de Aeronáutica, devendo o respectivo requerimento ser acompanhado de:
 - a) fotografia do local, no tamanho de doze por dezoito centímetros;
 - b) projeto detalhado, subscrito por profissional responsável por sua colocação e segurança;
 - c) cópia da Ata de Assembléia ou documento equivalente aprovando a instalação e autorização expressa do síndico com firma reconhecida;
- II) decorações e faixas temporárias relativas a eventos populares, religiosos, culturais, cívicos ou de interesse público nas vias e logradouros públicos ou fachadas de edifícios;
- III) publicidade móvel, sonora ou não, mesmo em veículos, segundo legislação específica;
- IV) publicidade em mobiliário e equipamento social e urbano;
- V) painéis artísticos em muros e paredes;
- VI) publicidade sonora no próprio estabelecimento.

§ 10º A exibição de anúncios em peças do mobiliário urbano, tais como, cabines telefônicas, caixas de correios, lixeiras, abrigos de ônibus, bancos de jardim, bebedouros públicos, guaritas e outros que se enquadrem nesta categoria, dependerá de permissão a ser outorgada pelo NGPT, sempre por meio de licitação pública.

I) O edital que instruir a licitação conterá, entre outros elementos, a localização dos espaços, tipos de equipamentos que poderão ser instalados, prazos, restrições, bem como as condições gerais que vincularão o ato de permissão de uso e o percentual de 20% (vinte por cento) dos equipamentos instalados destinados para fins sociais.

§ 11º É vedada a colocação de anúncios publicitários de bebidas alcoólicas num raio de duzentos metros das escolas.

§ 12º A exibição de anúncios com finalidade educativa e cultural, bem como os de propaganda política de partidos e candidatos regularmente inscritos no Tribunal Regional Eleitoral – TRE, será permitida, respeitadas as normas próprias que regulam a matéria e os parâmetros constantes desta Lei.

§ 13º Todos os anúncios, referentes à propaganda eleitoral, deverão ser retirados pelos responsáveis até 15 (quinze) dias após a realização de eleições e plebiscitos.

§ 14º A licença será expedida sempre a título precário e prazo indeterminado pelo órgão municipal competente.

§ 15º A mudança de localização da publicidade exigirá nova licença.

§ 16º Na ocorrência de simultaneidade de requerimento para uma mesma área, serão adotados os seguintes critérios:

I) ser o primeiro requerimento registrado no Protocolo da Prefeitura;

II) ter sede ou filial no Município.

§ 17º O Município, por motivo de conveniência administrativa ou interesse público, poderá determinar a remoção do engenho publicitário num prazo máximo de 15 (quinze) dias, sem que caiba à empresa o pagamento de qualquer indenização ou ressarcimento.

§ 18º A transferência de concessão de licença entre empresas deverá ser solicitada previamente à Prefeitura, antes de sua efetivação, sob pena de suspensão da mesma.

§ 19º Constitui infração punível:

I) a exibição de publicidade:

a) sem licença;

b) em desacordo com as características aprovadas;

c) em estado precário de conservação;

d) além do prazo da licença.

II) a não retirada da publicidade irregular no prazo determinado pelo Município;

III) a inobservância de qualquer outra norma desta lei.

§ 20º Findo o prazo de notificação e verificada a persistência da infração, o órgão competente fará a remoção da publicidade às expensas do infrator, sem prejuízo das multas e penalidades cabíveis.

I) Considera-se infrator o proprietário da publicidade, detentor da licença ou na falha deste, o anunciante.

II) No caso de reincidência, a penalidade será aplicada em dobro, sem prejuízo da cassação da licença e de remoção da publicidade.

§ 21º A taxa de licença para Publicidade será cobrada conforme estabelecido no Código Tributário Municipal.

§ 22º A publicidade atualmente exposta, em desacordo com as normas da presente lei, deverá ser regularizada no prazo máximo de 6 (seis) meses a partir da data de sua publicação.

I) Quando houver necessidade de eliminação de alguma publicidade para adequação à lei, será obedecido o critério de antigüidade do pedido e/ou da respectiva licença.

Subseção III **DOS LIMITES DE OCUPAÇÃO DO SOLO**

Art. 129. O controle da ocupação do solo disciplina o adensamento do Município, além de reservar área para ventilação das edificações e dos logradouros garantindo qualidade de vida para a população.

Art. 130. Os limites de ocupação do solo são determinados pelos índices urbanísticos que consistem da aplicação simultânea do coeficiente de aproveitamento, da taxa de ocupação, dos recuos mínimos e número de pavimentos indicados no Anexo 05 desta Lei.

Parágrafo Único: Os índices urbanísticos poderão ser elevados ao índice máximo para incentivar e viabilizar projetos de interesse do Município de cunho turístico, de preservação do patrimônio histórico, de preservação ambiental e urbanístico, de acordo com as Políticas de desenvolvimento Municipal previstas no Anexo 05 desta lei.

Art. 131. Quando um terreno for atingido por mais de uma zona, os índices urbanísticos serão calculados proporcionalmente a cada parcela do terreno, de acordo com o respectivo zoneamento, considerando que:

I) a área construída permitida na parcela de menor coeficiente de aproveitamento poderá ser edificada cumulativamente na parcela do terreno de maior coeficiente de aproveitamento;

II) se o imóvel for atingido por mais de um zoneamento, considera-se para o cálculo dos índices urbanísticos o zoneamento de maior potencial construtivo.

Subseção IV DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

Art. 132. O gerenciamento ambiental no Município deverá obedecer a legislação ambiental federal, estadual e municipal vigentes, dentro das respectivas áreas de competência.

Parágrafo Único: O licenciamento ambiental de obras, instalações e atividades, e empreendimentos e suas ampliações, passíveis de licenciamento ambiental, de origem pública ou privada, efetiva ou potencialmente causadoras de alteração no meio ambiente e na qualidade de vida, estará sujeito a exame e aprovação pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente.

Art. 133. Para a proteção de áreas de valor ambiental e de áreas frágeis e/ou impróprias à urbanização, além das legislações federal, estadual e municipal vigentes serão estabelecidos nesta lei, e no Código de Obras, parâmetros reguladores de ocupação destas áreas.

Art. 134. As áreas frágeis de encostas, ocupadas indevidamente, anterior à vigência desta lei, terão seus usos condicionados às cartas geotécnicas de aptidão à urbanização, frente aos desastres naturais, desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Catarina, conforme Anexo 07, podendo ser passíveis de ocupação determinadas áreas desde que apresentados estudos geotécnicos que comprovem a não existência de risco.

Art. 135. Os serviços de exploração e manuseio dos recursos naturais, de desmatamento, de movimento de terra e intervenção no sistema de drenagem, somente poderão ser realizados mediante prévia autorização dos órgãos municipais competentes.

Art. 136. Serão consideradas áreas não edificáveis e não aterráveis, as faixas marginais mínimas de 15,00 (quinze) metros na área urbana e 30,00 (trinta) metros na área rural ao longo das águas intermitentes e correntes, tomada como referência o nível regular das águas, respeitando ainda o disposto no Diagnóstico Sócioambiental.

Parágrafo Único: As áreas urbanizadas consideradas de risco, determinadas após levantamento geotécnico, poderão ter as faixas não edificáveis e não aterráveis ampliadas de acordo com a gravidade de cada caso e fixadas mediante parecer técnico dos órgãos municipais competentes.

Art. 137. Ficam proibidos para subsolo o uso residencial e os demais usos nas áreas sujeitas a enchentes/alagamentos, com exceção dos usos para: estacionamento, túnel para pedestres e veículos, área de recreação, desde que não interfiram com o fluxo de passagem das águas.

§ 1º Nas áreas localizadas abaixo da cota média das águas e fora das faixas a que se refere o Art. 54, ao longo das águas dormentes e correntes, poderão ser permitidas edificações sobre pilotis, desde que não interfiram com o fluxo de passagem das águas.

§ 2º As edificações em áreas sujeitas a inundações devem prever sistema eficiente para escoamento das águas.

§ 3º Nas áreas localizadas fora da faixa a que se refere o Art. 54, ao longo das águas dormentes e correntes, abaixo da cota da faixa, não serão permitidos aterros.

§ 4º Acima da cota média das águas da faixa a que se refere o Art. 54, ao longo das águas dormentes e correntes, fora desta faixa, os aterros serão permitidos desde que comprovadamente não interfiram com o fluxo máximo de enxurradas no local, atendendo a vazão de recorrência de 25 (vinte e cinco) anos, confirmada por meio de parecer técnico dos órgãos municipais competentes.

Art. 138. Para a proteção de áreas de valor ambiental e de áreas frágeis impróprias à urbanização, ainda não degradadas ou recuperáveis poderão ser criadas por lei ou decreto, após parecer do Órgão Municipal do Meio Ambiente, do Órgão Municipal de Planejamento Urbano e do NGPT, unidades de conservação ambiental conforme determina legislação federal, estadual e municipal vigente.

Parágrafo Único: O ato de criação da unidade de conservação ambiental indicará o bem objeto de proteção, fixará sua delimitação, estabelecerá sua classificação e as limitações de uso, ocupação e disporá sobre sua gestão.

Art. 139. Para proteção de mananciais e remanescentes da Mata Atlântica fica definido a área de preservação permanente de topo de morro e outras áreas de preservação permanente conforme determinação das legislações federal, estadual e municipal.

Art. 140. O Órgão Municipal do Meio Ambiente exigirá instalação de sistema de tratamento de efluentes industriais, de acordo com as legislações federal, estadual, municipal e Código de Obras.

Parágrafo Único: O lançamento conjunto dos efluentes das diversas indústrias não deverá provocar uma modificação negativa na classificação do curso d'água, segundo legislação ambiental federal, estadual e municipal.

Art. 141. A vigilância sanitária no Município obedecerá ao disposto em Legislação própria, Leis Estadual e Federais.

Subseção V

DOS EQUIPAMENTOS DE USO COLETIVO

Art. 142. A localização dos equipamentos de uso coletivo do Município (escolas, centros sociais, postos médicos, hospitais, feiras, postos policiais e outros) deverá ser indicada pelo Órgão Municipal de Planejamento Urbano, com parecer favorável do NGPT, afim de que este indique as áreas mais adequadas em termos urbanísticos.

Parágrafo Único: A localização dos equipamentos de uso coletivo obedecerá sempre que possível os seguintes critérios:

- I) localização integrada com outros equipamentos, com distribuição uniforme em toda a malha urbana;
- II) localização, sempre que possível, em áreas atendidas por infra-estrutura e adensamento populacional sendo vedada a localização em áreas com geografia de risco.

Subseção VI

DO NÚCLEO DE INTERESSE ESPECIAL 6 – ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL

Art. 143. Serão declaradas e delimitadas como Área de Interesse Social por ato do Poder Executivo, os imóveis públicos ou privados não utilizados ou subutilizados, necessários à implantação de programas habitacionais de baixa renda ou ainda àqueles ocupados por favelas, por loteamentos irregulares e por conjuntos habitacionais de baixa renda, destinando-os a programas específicos de urbanização, implantação de equipamentos urbanos e regularização fundiária.

Art. 144. Não serão declaradas como Áreas de Interesse Social as áreas ocupadas por assentamento situados em áreas de risco, em áreas de preservação permanente e nas faixas de domínio estaduais, federais e municipais.

Art. 145. Para as áreas declaradas de interesse social, o Poder Executivo, poderá estabelecer padrões especiais de urbanização, parcelamento da terra, uso e ocupação do solo, através de lei específica, com parecer favorável do NGPT.

Art. 146. Para as áreas declaradas de interesse social, necessárias à implantação de projetos habitacionais de baixa renda, o Poder Executivo, poderá, na forma da lei:

- I) exigir a edificação ou o parcelamento compulsório, ou ambos, atendendo ao projeto habitacional de baixa renda;
- II) impor imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo;
- III) desapropriar, mediante indenização.

Art. 147. São instrumentos básicos para a realização de programas habitacionais de baixa renda, além de outros previstos na legislação federal, estadual e municipal:

- I) a declaração e a delimitação de áreas de interesse social;
- II) o solo criado;
- III) o imposto progressivo previsto no artigo 156, parágrafo 1º da Constituição Federal;
- IV) a concessão de direito real de uso resolúvel.

Subseção VII

DA SANEAMENTO BÁSICO

Art. 148. Todo projeto de execução de obras de saneamento do Município deverá ser realizado obedecendo as diretrizes do Plano Diretor Físico Territorial e submetido às normas do Plano Municipal de Saneamento Básico e a avaliação e aprovação dos Órgãos Municipais pertinentes.

Art. 149. As determinações sobre o manejo dos resíduos sólidos, domésticos, hospitalares e industriais, bem como o sistema de abastecimento de água e drenagem urbana obedecerão ao disposto no Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 150. As servidões administrativas para passagem de tubulações serão não edificáveis, garantida a livre passagem para instalação e conservação dos equipamentos públicos, devendo-se respeitar o que determinam as legislações vigentes.

Subseção VIII **DA PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E** **ARQUITETÔNICO**

Art. 151. Serão considerados imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico, aqueles que fizerem parte da história do município e contribuírem para a preservação da paisagem tradicional da cidade.

Art. 152. A nível de zoneamento e uso do solo serão criadas áreas especiais, destinadas à proteção e conservação dos imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico, adotando-se índices urbanísticos compatíveis com as edificações a serem preservadas.

Art. 153. A coordenação das ações que visam a conservação dos imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico do Município deverão ser instituídas por Órgão competente.

CAPÍTULO VI **DO PARCELAMENTO DO SOLO**

Seção I **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 154. O parcelamento do solo urbano no Município, rege-se por esta lei, observadas as diretrizes estabelecidas pelas leis federais e estaduais vigentes.

Art. 155. Para Fins de disposto nesta Lei, considera-se:

- I) Loteamento – a subdivisão da área em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação destinadas ao uso público ou prolongamentos das vias existentes;
- II) Desmembramento – a subdivisão da área em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente e sem abertura, prolongamento ou modificação de vias existentes;
- III) Condomínio Urbanístico de Lotes – a subdivisão de uma área com frente para via pública existente em unidades autônomas que correspondem a frações ideais, destinados a edificação residencial unifamiliar, com abertura de via de domínio privado para fins de circulação interna.
- IV) Remembramento – a junção de 2 ou mais lotes formando um novo imóvel.
- V) Redefinição de divisas – dois ou mais confrontantes poderão por meio de escritura pública alterar ou estabelecer as divisas entre si, desde que preservada a fração mínima do parcelamento.

Art. 156. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos ou de expansão urbana do município, assim definidas por lei.

Art. 157. Não será permitido o parcelamento do solo:

- I) Em áreas onde as condições geológicas não aconselhem edificações;
- II) Em áreas de preservação histórica, ecológica ou paisagística, assim definida por lei;

- III) Em terrenos com inclinação igual ou superior a 30% (trinta por cento);
- IV) Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública ou onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, sem que sejam preliminarmente saneadas, conforme dispõe o parágrafo deste artigo;
- V) Em terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.

Parágrafo Único: Nos casos previstos nos incisos IV e V deste artigo, o interessado deverá submeter à aprovação da prefeitura o Projeto de Saneamento da área, sob a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado pelo CREA/CAU.

Art. 158. Considera-se área especial:

- I) As necessárias à preservação do meio ambiente;
- II) As que dizem respeito à proteção dos mananciais, ao patrimônio cultural, artístico, paisagístico e científico;
- III) As reservas para fins de planejamento regional urbano;
- IV) As destinadas à instalação do distrito e áreas industriais.

Parágrafo Único: Na análise dos projetos de parcelamento localizados em áreas de que trata este artigo, o NGPT deverá ouvir outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, na conformidade de suas respectivas competências.

Seção II

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 159. Os procedimentos para aprovação e implantação de novos parcelamentos do solo no Município, devem ser àqueles previstos neste Capítulo, bem como na legislação Estadual e Federal pertinente e nas disposições constantes na presente Lei.

§ 1º O tamanho do lote mínimo a ser respeitado é aquele previsto no Anexo 05 e deverá sempre ser observado quando da aprovação dos novos loteamentos e desmembramentos a partir da entrada em vigor da presente Lei.

§ 2º Para loteamentos considerados de interesse social e destinado a programas habitacionais realizados pelo poder público municipal, estadual ou federal, as dimensões mínimas dos lote ofertados devem ser de:

- I) área mínima = 180,00 m² (cento e oitenta metros quadrados);
- II) testada mínima = 6,00 m (seis metros).

§ 3º Poderá ser autorizado pelo poder público, através de lei específica, a implantação por entidades privadas, de loteamentos comprovadamente de interesse social e destinados a programas habitacionais, com as dimensões dos lotes determinadas no parágrafo 2º.

§ 4º Quando da aprovação do novo loteamento, o município poderá requer ao empreendedor a criação de lotes sociais que serão destinados ao município.

Art. 160. Os condomínios urbanísticos de lotes, assim classificados e enquadrados por lei estadual, e destinados para fins residenciais só poderão se localizar nas Áreas Urbanas, e devem respeitar as demais exigências da presente Lei.

Art. 161. Nenhum projeto de parcelamento do solo poderá ser aprovado no Município sem a devida apresentação de Responsabilidade Técnica, assinada por profissional habilitado pelo Sistema CREA/CAU.

§ 1º Uma vez aprovado o processo de parcelamento do solo pela Prefeitura Municipal, o mesmo deverá ser levado a registro no Cartório de Registro de Imóveis competente no prazo

máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de cassação da respectiva Certidão de Aprovação anteriormente expedida.

§ 2º Em caso de cassação da Certidão de Aprovação do Parcelamento do Solo o interessado deverá requerer uma nova licença junto a Prefeitura Municipal.

Seção III

REQUISITOS URBANÍSTICOS PARA LOTEAMENTOS

Art. 162. As áreas destinadas ao sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como espaços livres de uso público, serão consideradas áreas públicas e não poderão ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba a ser loteada, de acordo com legislações pertinentes.

Parágrafo Único: Os loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem superiores a 15.000m² (quinze mil) metros quadrados terão o percentual de áreas estabelecidas por lei Municipal, isentando-se dos Índices fixados neste artigo.

Art. 163. São considerados urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água potável, rede coletora de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica, coleta de lixo, gás canalizado, estações de abastecimento e de tratamento de efluentes domésticos e industriais.

Parágrafo Único: Poderá a Prefeitura Municipal complementarmente exigir em cada loteamento, a reserva de faixa “non aedificandi” destinada a equipamentos urbanos.

Art. 164. São considerados comunitários os equipamentos públicos de educação, saúde, cultura, esporte, lazer, treinamento profissional, associativismo, e similares, quando pertencentes ao poder público. Os lotes destinados à área pública e área verde devem ser cercados adequadamente com material duradouro e identificados em sua frente com placa informando o número da matrícula e área.

Art. 165. As dimensões dos lotes permitidas nos parcelamentos são aquelas constantes do Quadro de Índices Urbanísticos, de acordo com áreas e usos; entretanto nenhum lote poderá ter área inferior a 360m² (trezentos e sessenta) metros quadrados, e frente para a via de circulação de largura inferior a 12m (doze) metros, exceto se tratando de lotes de interesse social.

§ 1º Quando o terreno possuir uma declividade entre 20% (vinte) e 30% (trinta) por cento, o lote não poderá ter área inferior a 450 m² (quatrocentos e cinquenta) metros quadrados e frente para a via de circulação de largura inferior a 15 metros, sendo que a ocupação do solo, não será superior a 40% (quarenta) por cento.

§ 2º Os lotes de esquina deverão ter no mínimo 17 (dezessete) metros de testada.

§ 3º Fica proibida a construção em área com inclinação superior a 30% (trinta) por cento.

Art. 166. Ao longo das faixas de domínio público das vias será obrigatório a reserva de uma de recuo de cada lado da via, de acordo com o estabelecido nos Anexo 10 desta Lei.

Art. 167. Ao longo das águas correntes e dormentes será obrigatório a reserva de uma faixa “non aedificandi” conforme legislação pertinente.

Art. 168. Na aprovação de loteamentos será sempre considerado a urbanização da área contígua ou limítrofe, devendo as vias de circulação previstas articularem-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.

Art. 169. A Prefeitura deverá analisar ainda a destinação e a utilização pretendida para a área, tendo em vista um desenvolvimento local adequado.

Art. 170. Todo projeto de loteamento, cuja área compreenda importantes aspectos paisagísticos ou pontos panorâmicos, deverá se prever a adoção de medidas que visem assegurar a sua preservação.

Seção III

REQUISITOS PARA CONDOMÍNIOS URBANÍSTICOS DE LOTES

Art. 171. Os requisitos urbanísticos de lotes deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

- I) A profundidade máxima da gleba a ser utilizada é de 240 (duzentos e quarenta) metros, salvo necessidades urbanísticas de vias projetadas e/ou existentes em seu entorno;
- II) As vias de circulação interna são de domínio privado e deverão estar de acordo com o Anexo 10. Sendo a manutenção das mesmas de responsabilidade do condomínio;
- III) É obrigatória a implantação de praças de retorno ao final das vias internas, e a mesma deve ter seu raio igual à largura do gabarito da via;
- IV) O empreendimento deverá obrigatoriamente ser murado em todo seu perímetro, com altura mínima do muro de 1,80 (um e oitenta) e máxima de 3,00 (três) metros;
- V) O empreendimento deve ser provido de uma guarita (portaria), e a mesma deve estar recuada 10,00 (dez) metros da via pública de acesso. No recuo poderão ser instalados os serviços públicos (entrada e medidores de água e energia, coletores de correspondência, lixeira e demais equipamentos de suporte condominial necessários);
- VI) Deverá ser previsto no projeto urbanístico 1 (uma) vaga de estacionamento para visitante para cada 5 (cinco) lotes, que deverão ser locadas fora das vias de circulação internas;
- VII) O empreendimento deverá ter uma área de recreação interna, com área mínima de 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) para até 10 (dez) lotes, e para cada lote a mais deverá ser acrescido de 5,00 m² (cinco metros quadrados) à área de recreação.

Art. 172. O empreendimento deverá ceder ao município a área pública e a área verde.

§ 1º A área pública a ser destinada ao município deverá ter área mínima de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sendo que a mesma deve ter frente para a rua pública, não podendo ter sua testada murada.

§ 2º A área verde será estipulada pelo órgão ambiental de acordo com a legislação vigente, no ato do licenciamento ambiental.

Art. 173. As dimensões dos lotes permitidas nos parcelamentos são aquelas constantes na Tabela de Índices Urbanísticos; podendo os lotes ter área mínima de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), testada mínima de 12,00 (doze) metros, e profundidade mínima de 15,00 (quinze) metros.

§ 1º Fica proibida a construção em área com inclinação superior a 30% (trinta) por cento).

§ 2º Os lotes de esquina deverão ter no mínimo 17,00 (dezessete) metros de testada.

Art. 174. Ao longo das águas correntes e dormentes será obrigatório a reserva de uma faixa “non aedificandi” conforme legislação pertinente.

Art. 175. A prefeitura deverá analisar ainda a destinação e a utilização pretendida para a área, tendo em vista um desenvolvimento local adequado.

Art. 176. São considerados comunitários os equipamentos públicos de educação, saúde, cultura, esporte, lazer, treinamento profissional, associativismo, e similares, quando pertencentes ao poder público. Os lotes destinados à área pública e área verde devem ser cercados adequadamente com material duradouro e identificados em sua frente com placa informando o número da matrícula e área.

Art. 177. O empreendedor deverá providenciar todas as obras de infraestruturas nas vias que confrontam e/ou dão acesso ao empreendimento da mesma forma que estão previstas nos novos loteamentos.

Art. 178. São consideradas áreas e edificações de propriedade comum dos condôminos as vias de acesso aos lotes e às demais áreas de uso comum, as áreas de lazer e recreação, os muros e cercas externas, as guaritas, as obras implantadas e outras que forem de uso comum dos condôminos, constantes na convenção de condomínio e especificadas em planta e memorial descritivo.

Art. 179. Será garantido o ingresso de representantes de órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos nos limites do condomínio, para a fiscalização e demais serviços necessários.

Parágrafo Único: Os condomínios urbanísticos de lotes devem garantir o acesso das concessionárias de serviços públicos aos leitores de controle do abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e gás, dispostos de forma individualizada por unidade autônoma, salvo autorização específica das concessionárias que disponham em sentido constrário.

Seção IV VIAS DE CIRCULAÇÃO

Art. 180. A abertura de qualquer via ou logradouro público, subordinar-se-á ao prescrito nesta lei e a prévia aprovação da Prefeitura.

Parágrafo Único: Para fins desta Lei considera-se via ou logradouro público, todo o espaço destinado à circulação e utilização pelo público em geral.

Art. 181. Para fins previstos nesta Lei, deverão as vias de circulação, enquadrar-se nas determinações estabelecidas pelo Sistema Viário, de acordo com os Anexo 10, desta Lei.

Art. 182. As Vias somente poderão ser arborizadas se obedecerem o disposto no Anexo 14 desta lei.

Art. 183. As vias de circulação poderão terminar nas divisas da gleba a lotear, quando seu prolongamento estiver previsto na estrutura viária do Plano Diretor Físico Territorial, ou quando a juízo do Setor de Planejamento interessar ao desenvolvimento urbano do município.

Parágrafo Único: Quando o prolongamento estiver previsto e não executado, deverão estas vias acabar em praça de retorno, dimensionadas conforme Art. 236 desta Lei.

Art. 184. As vias de acesso sem saída só serão autorizadas se providas de retorno com raio igual ou superior a largura da caixa da rua, e, se contando com esta, seu comprimento não ultrapassar a 20 (vinte) vezes a largura da via.

Art. 185. A rampa máxima nas vias de circulação será de 14% (quatorze) por cento.

Parágrafo Único: Em áreas excessivamente acidentadas serão permitidas rampas de até 20% (vinte) por cento desde que não ultrapasse a metade do total arruado.

Art. 186. A inclinação transversal nas vias de circulação será de no mínimo 3 (três) e máximo de 7 (sete) por cento.

Parágrafo Único: A inclinação transversal deverá ser do eixo da via para as extremidades.

Art. 187. A largura da via que constituir prolongamento de outra já existente, ou constante de plano de loteamento já aprovado pela Prefeitura, não poderá ser inferior a largura desta, ainda que pela função característica possa ser considerada de categoria inferior.

Art. 188. Nos cruzamentos das vias públicas, os dois alinhamentos deverão ser concordados por um arco de círculo de 7m (sete) metros de raio.

Art. 189. O comprimento das quadras não poderá ser superior a 240m (duzentos e quarenta) metros.

Art. 190. O (s) acesso (s) ao parcelamento, a partir do sistema viário básico do município, ou a partir de estradas municipal, estadual ou federal existente, deve (m) ser realizado (s) através de sua (s) via (s) de maior largura.

Art. 191. A identificação das vias e logradouros públicos, antes de sua nomeação oficial, só poderá ser feita por meio de letras.

Parágrafo Único: Quando da liberação final do loteamento pelo setor competente, as vias públicas criadas já deverão ter nome por lei aprovada pelo poder legislativo.

Art. 192. Para implantação de condomínio vertical de casas, serão observados os seguintes requisitos:

I) quando a via de circulação der acesso à somente uma unidade habitacional, deverá ter largura mínima de 3,00m (três metros);

II) quando a via de circulação der acesso de uma à quatro unidades habitacionais, o acesso de veículos deverá ter largura mínima de 3,00m (três metros) e mais um acesso de pedestres de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

III) quando a via de circulação der acesso de quatro à dez unidades habitacionais, o acesso de veículos deverá ter largura mínima de 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros) e mais um acesso de pedestres de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

IV) quando a via de circulação der acesso de dez à sessenta unidades habitacionais, o acesso de veículos deverá ter largura mínima de 6,20m (seis metros e vinte centímetros) e mais dois acessos de pedestres de 1,40m (um metro e quarenta centímetros), sendo um em cada lado do acesso de veículos;

Parágrafo Único: Em todos os casos, é necessário prever um recuo de 1,20m (um metro e vinte centímetros) entre a via de circulação e a edificação.

Seção V
PROJETO DE LOTEAMENTO, DESMEMBRAMENTO E CONDOMÍNIO
URBANÍSTICO DE LOTES

Art. 193. Na elaboração de qualquer projeto de loteamento, desmembramento ou condomínio urbanístico de lotes, deverão ser observadas as disposições constantes desta Lei, do Código de Posturas e demais dispositivos legais pertinentes.

Art. 194. Os projetos deverão ser organizados de modo a não atingir nem comprometer propriedades de terceiros ou de entidades governamentais.

Art. 195. Para a elaboração do projeto de loteamento ou condomínio urbanístico de lotes o interessado deverá certificar-se de sua viabilidade técnica e financeira, encaminhando para análise ao Setor de Planejamento da Prefeitura Municipal as propostas das diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e as obras comunitárias.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, o interessado apresentará ao órgão técnico do Setor de Planejamento, requerimento e planta do imóvel em 2 (duas) vias, contendo:

- I) as divisas da gleba a ser loteada;
- II) as curvas de nível com equidistância de 1 (um) metro;
- III) a localização dos cursos d'água, bosques, mananciais e outras indicações topográficas relevantes;
- IV) a indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de circulação, áreas livres, construções e equipamentos urbanos e comunitários, existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;
- V) o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;
- VI) as características, dimensões e localização das áreas contíguas ao perímetro do imóvel.

§ 2º A planta a que se refere o parágrafo primeiro, deverá vir assinada pelo proprietário ou representante legal e por responsável técnico legalmente habilitado.

Art. 196. Quando de fizer necessário, O Setor de Planejamento expedirá as diretrizes, indicando na planta apresentada:

- I) as vias de circulação existentes ou projetadas, pertencentes ao sistema viário básico da cidade e do município, relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas;
- II) as faixas de terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não edificáveis;
- III) a localização aproximada dos terrenos destinados a implantação de áreas comunitárias e de áreas livres de uso público;
- IV) a (s) zona (s) de uso predominante da área, com indicação dos usos compatíveis.

§ 1º O Setor de Planejamento terá o prazo de 30 (trinta) dias para cumprir o disposto neste artigo, a contar da data da apresentação no protocolo da Prefeitura dos documentos mencionados no parágrafo primeiro do Art. 195.

§ 2º As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 1 (um) ano após o qual o loteador deverá formular novo pedido.

Art. 197. Sempre que se fizer necessário, o Setor de Planejamento poderá exigir a extensão do levantamento altimétrico ao longo de uma ou mais divisas da área a parcelar, até o espigão ou o talvegue de maior proximidade.

Art. 198. Quando o interessado for proprietário de área maior que aquela a ser loteada, o Setor de Planejamento poderá exigir que a planta abranja a totalidade do imóvel.

Art. 199. Após o parecer favorável das diretrizes expedido pelo Setor de Planejamento, o interessado deverá solicitar ao mesmo a Certidão de Uso e Ocupação de Solo para encaminhar ao órgão Ambiental Municipal competente, para a solicitação das licenças ambientais pertinentes ao empreendimento, devendo apresentar os seguintes documentos:

- I) Requerimento ao Setor de Planejamento;
- II) Planta das diretrizes aprovadas em 3 (três vias);
- III) Título de propriedade do imóvel dentro da validade de expedição.

Art. 200. Orientado pelas diretrizes oficiais expedidas pelo Setor de Planejamento, o interessado apresentará o projeto de loteamento ou condomínio urbanístico de lotes, juntamente com os seguintes documentos:

- I) cópia autenticada da planta de diretrizes;
- II) título de propriedade do imóvel;
- III) certidão de ônus reais que pesem sobre o imóvel;
- IV) certidões negativas de tributos municipais e estaduais relativos ao imóvel;
- V) anotação/registro de responsabilidade técnica (ART/RRT);
- VI) as licenças ambientais pertinentes;
- VII) planta do imóvel a parcelar, em 3 (três) vias, contendo:
 - a) A subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas dimensões, áreas e numerações.
 - b) Os afastamentos exigidos, devidamente cotados.
 - c) O sistema de vias com a respectiva hierarquia.
 - d) As dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, arcos, cordas, pontos de tangência e ângulos centrais das vias em curva.
 - e) Os perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças.
 - f) A indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas.
 - g) A indicação em planta e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais;
 - h) A indicação das áreas destinadas a uso público.
- VIII) memorial descritivo em 3 (três) vias, contendo:
 - a) a denominação do loteamento ou condomínio urbanístico de lotes.
 - b) A fixação da (s) zona (s) de uso predominante.
 - c) A localização e área total do imóvel com descrição das linhas de divisa, nome dos confrontantes e demais dados que caracterizem mais detalhadamente a gleba a ser implantada o empreendimento.
 - d) As condições urbanísticas do loteamento ou condomínio urbanístico de lotes e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daqueles constantes das diretrizes fixadas.
 - e) A indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato do registro do loteamento ou condomínio urbanístico de lotes.
 - f) A enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública, já existentes no loteamento ou condomínio urbanístico de lotes e adjacências.
- IX) projeto da rede de distribuição de água, com indicação da fonte de abastecimento, exame biofísioquímico, volume de descarga por hora, sistema de tratamento, diâmetro das canalizações, classe dos materiais empregados e demais detalhes necessários.
- X) projeto da rede de drenagem pluvial, com a diamentragem das canalizações, especificação dos materiais empregados e demais detalhes, devidamente aprovada pela concessionária;

- XI) projeto da rede de esgoto, com a diamentragem das canalizações, especificação dos materiais empregados e demais detalhes, devidamente aprovada pela concessionária;
- XII) projeto da rede de iluminação pública e particular, devidamente aprovada pela concessionária;
- XIII) projeto de pavimentação das vias e passeios com os cálculos respectivos e classe dos materiais a serem empregados;
- XIV) projeto paisagístico das praças, parques, canteiros e demais, com a indicação do tipo de pavimentação, arborização empregada e demais detalhes;
- XV) orçamento detalhado com a relação de materiais dos projetos apresentados.
- XVI) anotação/registro de responsabilidade técnica (ART/RRT) de todos os projetos apresentados;
- XVII) as licenças ambientais pertinentes;
- XVIII) o cronograma físico de execução de obras e serviços contendo no mínimo a indicação de todas as obras e serviços a serem executados pelo empreendedor e o prazo de execução de cada obra e serviço.

Parágrafo Único: A escala das plantas que instruírem o processo desde a fase preliminar até a aprovação final, deverão ser legíveis e de fácil visualização.

Art. 201. Todas as peças do projeto de loteamento serão assinadas pelo proprietário ou representante legal, e por responsável técnico legalmente habilitado.

Art. 202. A Prefeitura Municipal poderá exigir ainda, além dos documentos mencionados no Art. 200, a apresentação de outras plantas, desenhos, cálculos, documentos e detalhes que julgar necessários ao esclarecimento e com andamento do processo.

§ 1º Salvo motivo justificado e devidamente comprovado, deverá o interessado atender no prazo de 30 (trinta) dias qualquer pedido de esclarecimento ou de apresentação de documentos elucidativos formulados pelo Setor de Planejamento.

§ 2º O não atendimento do pedido na forma do artigo precedente implicará no arquivamento do processo, por abandono, mediante parecer do Setor de Planejamento.

§ 3º O reinício do andamento do processo somente será permitido com autorização da Prefeitura Municipal, mediante juntada ao processo dos elementos que haviam sido solicitadas, pagas novamente as respectivas taxas regulatórias.

Art. 203. Para aprovação do projeto de desmembramento, o interessado apresentará à Prefeitura Municipal, juntando:

- I) Título de propriedade do imóvel a desmembrar ou remembrar;
- II) Planta do imóvel em 3 (três) vias, em escala legível e de fácil visualização, contendo:
 - a) a indicação das vias existentes e loteamentos confrontantes com o imóvel;
 - b) a indicação da divisa de lotes pretendida no imóvel contendo medidas de cada divisa e área de cada parcela de terreno resultante;
- III) Memorial descritivo do projeto em 3 (três) vias, indicando as características do terreno, limites e confrontações, área total e área dos lotes, construções existentes e demais dados necessários à perfeita compreensão do projeto apresentado.
- IV) Anotação/registro de responsabilidade técnica (ART/RRT) do desmembramento ou remembramento.

Art. 204. Aprovação do projeto pela Prefeitura Municipal, será necessária ainda que se trate de desmembramento de pequena faixa de terrenos e sua anexação a outro lote adjacente.

Art. 205. As peças do projeto de desmembramento deverão obedecer ao disposto no Art. 200.VIII) alíneas “a”, “b” e “d”, e no Art. 195. § 1º incisos I, II e III.

Art. 206. Os lotes resultantes de desmembramentos, não poderão ser inferiores ao lote mínimo previsto na nesta Lei, conforme as áreas em que se situem, observadas, entretanto, as dimensões mínimas estabelecidas no Anexo 05 desta lei.

Parágrafo Único: Os remanescentes de desmembramentos, sujeitam-se igualmente ao disposto no presente artigo.

Art. 207. Quando o desmembramento decorrer da subdivisão de lotes pertencentes a loteamento nos quais a destinação de área pública tenha sido inferior à mínima prevista no Art. 162 desta Lei e o total da área desmembrada for superior a 10.000 m² (dez mil) metros quadrados destinar-se-à 10% (dez por cento) da área ao Poder Público, que a receberá com um dos encargos previstos nos incisos do artigo supra mencionado.

Art. 208. A construção de mais de uma unidade de um mesmo lote, nos casos permitidos nesta lei, não constituirá desmembramento.

Art. 209. Aplicam-se ao desmembramento, no que couber, as disposições urbanísticas exigidas para o loteamento ou condomínio urbanístico de lotes, em especial o Art. 158, parágrafo único, e ao processo de aprovação dos projetos de desmembramentos e remembramento, no que for aplicável, as disposições relativas aos loteamentos.

Art. 210. Após aprovado o projeto de loteamento, desmembramento ou condomínio urbanístico de lotes, o requerente deve entregar à prefeitura uma via completa do projeto digital, em arquivo com formato .dwg e/ou outro que o setor de planejamento solicitar.

Seção VI

APROVAÇÃO DO PROJETO DE LOTEAMENTO, DESMEMBRAMENTO E CONDOMÍNIO URBANÍSTICO DE LOTES

Art. 211. Apresentando o projeto definitivo de loteamento, desmembramento ou condomínio urbanístico de lotes com todos os elementos de ordem técnica e legal exigidos, terá a Prefeitura Municipal o prazo de 40 (quarenta) dias, para decidir sobre sua aprovação ou rejeição.

§ 1º O prazo a que este artigo se refere, terá como termo inicial a data de apresentação no protocolo da Prefeitura dos documentos mencionados nos Art. 199 e Art. 200.

§ 2º Quando a Prefeitura Municipal solicitar esclarecimentos elucidativos ou fizer exigências no sentido de garantir o bom andamento do processo, os prazos aqui mencionados suspender-se-ão até o respectivo atendimento pelo interessado.

Art. 212. Quando o loteamento, desmembramento ou condomínio urbanístico de lotes se situar dentre um dos casos previstos no artigo 13 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a aprovação pelo Município dependerá de exame e prévia anuência do Governo do Estado, através do Órgão responsável pelo Desenvolvimento Regional.

Art. 213. Em áreas onde houver uso programado pelo planejamento regional ou urbano, nenhum loteamento ou condomínio urbanístico de lotes poderá ser admitido sem prévia audiência do órgão competente.

Art. 214. Na aprovação do projeto de loteamento, desmembramento ou condomínio urbanístico de lotes observar-se-ão ainda as exigências expressas em Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente.

Art. 215. Os projetos de loteamentos, desmembramento ou condomínio urbanístico de lotes poderão a qualquer tempo ser alterados, total ou parcialmente, mediante proposta do interessado e aprovação da Prefeitura, ficando estas alterações, entretanto, sujeitas às exigências desta Lei.

Art. 216. A Prefeitura Municipal não expedirá alvarás para construir, demolir, reconstruir, reformar ou ampliar construção em terrenos resultantes de loteamentos, desmembramento ou condomínio urbanístico de lotes não aprovados ou cujas obras não tenham sido vistoriadas e aprovadas pela Prefeitura Municipal.

Art. 217. Nenhum serviço ou obra pública será prestado ou executado em terrenos objeto de parcelamento sem prévia aprovação do Setor de Planejamento.

Art. 218. Nas desapropriações não serão indenizadas as benfeitorias ou construções realizadas em lotes ou loteamentos irregulares nem serão considerados terrenos loteados para fins de indenização, as glebas que forem desmembradas ou loteadas sem aprovação da Prefeitura Municipal.

Art. 219. Constitui condição essencial à aprovação de qualquer loteamento ou condomínio urbanístico de lotes, a execução das seguintes obras e benfeitorias pelo interessado após a aprovação do respectivo projeto.

I) Sistema de escoamento das águas pluviais;

II) Sistema de coleta de esgotamento sanitário;

III) Rede de distribuição de água;

IV) Rede de iluminação pública e particular;

V) Demarcação dos lotes, áreas destinadas ao uso público, quadras e logradouros;

VI) Execução das vias de circulação, incluindo pavimentação do tipo: calçamento com blocos de granito, lajotas intertravadas de concreto ou asfalto e colocação de meio-fio.

VII) Execução da pavimentação do passeio, de acordo com a legislação vigente.

VIII) Execução de medidas compensatórias eventualmente exigidas pelo Município quando da aprovação do projeto de parcelamento de solo.

Parágrafo Único: O Setor de Planejamento promoverá vistoria no local, e, desde que seja constatado o cumprimento do disposto no presente artigo, expedirá a aprovação final.

Art. 220. Concluída a execução, sem ônus para a Prefeitura, das obras relacionadas no artigo precedente, o interessado poderá requerer a aprovação do loteamento, aceitação e entrega das vias e logradouros ao uso público e para os condomínios urbanísticos de lotes, após a vistoria o interessado receberá o alvará/certidão definitivas.

Art. 221. Quando a execução total do projeto de loteamento, não for imediata, o proprietário do loteamento firmará compromisso com a Prefeitura Municipal de executar as obras e benfeitorias nele incluídas mediante cronograma de obras, prestando caução real correspondente ao valor da obra a ser executada.

§ 1º O loteador prestará caução real, mediante hipoteca de um número de lotes correspondentes ao valor das obras e benfeitorias a que se obrigou quando da prestação do projeto de loteamento mais 20% (vinte) por cento à título de administração da obra que poderá ser executada pela Prefeitura ou por empresa particular.

§ 2º A proposta dos custos das obras e benfeitorias a serem executadas pelo loteador, será apresentada para análise dos órgãos municipais competentes, que de comum acordo com o proprietário definirá os lotes a serem hipotecados, e que juntos deverão perfazer o montante avaliado para execução das obras e benfeitorias, conforme o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º A avaliação dos lotes a serem caucionados obedecerão à tabela própria de ITBI do município, e sempre se levará em consideração que os lotes não possuem infra-estrutura.

Art. 222. Findo o prazo para a execução das obras e benfeitorias, e não tendo o loteador cumprido o disposto no Art. 219, a Prefeitura executará os imóveis dados em garantia e com o valor levantado cumprirá as obrigações do loteador inadimplente.

Art. 223. Realizadas pelo interessado as obras e benfeitorias exigidas poderá ser requerida a liberação da área caucionada, procedendo-se conforme o disposto nos Art. 218 e Art. 219.

Seção VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 224. Após a aprovação de loteamento de desmembramento ou condomínio urbanístico de lotes, o empreendedor deverá proceder o respectivo registro imobiliário, na forma da Legislação Federal dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 225. Desde a data da inscrição do loteamento no Registro de Imóveis, passam a integrar o domínio do Município, as vias as praças, os espaços livres, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos e/ou comunitários, constantes do projeto e do memorial descritivo, com a respectiva averbação.

Parágrafo Único: Para condomínio urbanístico de lotes, somente as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos e/ou comunitários, constantes do projeto e do memorial descritivo passam a integrar o domínio do Município, com a respectiva averbação.

Art. 226. O proprietário de imóvel em processo de parcelamento, deverá informar aos compradores de lotes sobre as restrições e obrigações a que os mesmos estejam sujeitos pelos dispositivos desta lei.

Parágrafo Único: A Prefeitura Municipal poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento do disposto neste artigo, aplicando as sanções, quando for o caso.

Art. 227. Os projetos de desmembramento protocolados, ou não nesta Prefeitura, anterior à data de aprovação do Plano Diretor e que sigam a legislação em vigor na época, poderão ser aprovados nesta Prefeitura.

Art. 228. Constitui crime contra a administração Pública, nos termos do artigo 50 da Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, condomínio urbanístico de lotes ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização da Prefeitura Municipal, em desacordo com as disposições desta lei.

CAPÍTULO VII DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 229. As novas vias a serem implantadas no Município, devem respeitar as diretrizes estabelecidas pela presente Lei, bem como as exigências do Código Brasileiro de Trânsito.

Parágrafo Único: As vias abertas à circulação, de acordo com sua utilização, classificam-se em:

- I) Via Arterial - destinada a atender com prioridade ao tráfego de passagem e secundariamente ao local, servindo altos volumes de tráfego;
- II) Via Coletora - destinada tanto ao tráfego de passagem como ao tráfego local, funcionando normalmente como ligação entre as vias arteriais e locais;
- III) Via Local - destinada ao tráfego local, permitindo acesso direto aos imóveis lindeiros, onde o tráfego de passagem deve ser desestimulado;
- IV) Via Projetada - via prevista para ampliação do sistema viário, podendo ser uma via arterial, coletora ou local.
- V) Via Beco – via pública sem saída e sem possibilidade de continuidade.
- VI) Servidão particular – via particular de acesso à imóvel e sem possibilidade de continuidade.

Art. 230. As vias arteriais e coletoras compõem o Sistema Viário Básico do Município por serem os principais corredores de transporte, recebendo tratamento diferenciado das vias locais.

Art. 231. A transição mínima entre o Acesso Expresso da SC 340 e as vias marginais para talude, segurança e/ou alargamento futuro das pistas é de 4,00m (quatro metros).

Art. 232. As vias existentes implantadas tem gabarito variado, conforme estabelecido no Anexo 17 – Tabela das Ruas.

Parágrafo Único: O gabarito aprovado das vias existentes poderá ser alterado quando impraticável em campo, a critério dos Órgãos Municipais de Planejamento Urbano e Departamento Municipal de Trânsito, ouvido Núcleo Gestor de Planejamento Territorial.

Art. 233. Os gabaritos das novas vias, criadas a partir de parcelamento da terra ou da implantação das Vias Projetadas, estão fixados no Anexo 10 desta lei.

§ 1º O gabarito aprovado de uma nova via, independentemente da sua extensão, que constituir-se prolongamento de outra via existente ou prevista em projeto aprovado pelo Município, não poderá ter largura inferior a esta última, devendo respeitar o gabarito fixado no Anexo 10, desta lei.

§ 2º As vias sem saída, são vias do parcelamento que não se interligam diretamente com o sistema viário existente.

I) Via Sem Saída é aquela interligada somente num extremo com outra via, não podendo apresentar outras vias se ramificando a partir dela.

§ 3º As novas vias criadas a partir do parcelamento da terra ou da implantação das Vias Projetadas, em função de sua localização e/ou importância, ficarão a critério do Órgão Municipal de Planejamento e do NGPT, que exigirá se necessário:

- I) gabarito específico diferente, independentemente da extensão da nova(s) via(s);
- II) interligação de nova(s) via(s) em mais pontos do sistema viário existente para melhorar a integração do sistema;

III) a não interligação de nova(s) via(s) em certas vias do sistema viário existente para minimizar o impacto do fluxo de veículos;

IV) término de nova(s) via(s) na divisa do terreno desmembrado, com praça de retorno, para permitir futuras interligações.

Art. 234. Nos casos em que na área onde se desenvolve o parcelamento da terra haja uma via projetada, o Órgão Municipal de Planejamento Urbano poderá:

I) permitir que a(s) via(s) projetada(s) integre(m) o arruamento do parcelamento;

II) alterar o traçado da(s) via(s) projetada(s) ou adequá-lo(s) de forma a favorecer o arruamento do parcelamento;

III) exigir a implantação da(s) via(s) projetada(s) de acordo com seu gabarito oficial;

IV) permitir que somente se reserve a área necessária à futura implantação da(s) via(s) projetada(s) de acordo com seu gabarito oficial;

Art. 235. Havendo plantio de árvores, colocação de mobiliário urbano, canteiros centrais e outros equipamentos, os passeios e pistas e conseqüentemente os gabaritos de novas vias, poderão ter largura superior ao fixado, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Órgão Municipal de Planejamento Urbano e pelo NGPT.

Art. 236. Nas novas vias, sem saída, deverá ser construído no seu término uma praça de retorno que permita a inscrição de um círculo, com raio interno igual a 7,00m (sete metros), e passeio com a mesma largura do passeio da via em todo contorno da praça, sendo a praça de retorno facultativa quando a(s) via(s) sem saída servir(em) somente a lotes que tenham confrontação com outra via.

Art. 237. No projeto das novas vias, criadas a partir de parcelamento de terra, da implantação das Vias Projetadas, bem como no caso de vias locais existentes, fica permitida a implantação de avanços redutores, com sinalização, para reduzir a velocidade dos veículos, desde que haja acordo entre os proprietários e obedecidas as normas técnicas e diretrizes do Órgão Municipal de Planejamento Urbano e aprovado pelo NGPT.

Art. 238. Quando da ocupação de terrenos lindeiros, as vias do Sistema Viário, com previsão de alargamento, deverá ser observado o nível do pavimento futuro da via para definição dos acessos da edificação, uma vez que estes não poderão ter rampas ou escadas dentro da área de alargamento da via.

Art. 239. A colocação de postes, caixas de passagem de tubos, fiações, etc., e a plantação de árvores no passeio de vias com previsão de alargamento deverão ocorrer fora da área de alargamento da via, sempre que viável, ficando assim localizadas dentro do passeio oficial previsto para a via.

Art. 240. Os gabaritos de todas as vias serão marcados a partir do eixo da via.

§ 1º Quando a largura atual da pista de uma via já é maior que a oficial definida para esta via, a pista atual deve ser mantida e o recuo predial a partir do meio fio seguir o recuo predominante dos trechos onde a pista será alargada.

§ 2º Quando a largura total da via é maior que o gabarito oficial definido para esta via, esta largura deverá ser mantida, mesmo que o passeio venha a ficar maior que o definido no gabarito oficial da via.

Art. 241. As vias cujos gabaritos oficiais ainda não estiverem implantados, poderão ter os passeios com dimensões superiores às estabelecidas em lei, enquanto não for definitivamente implantada a faixa de rolamento de veículos com a devida metragem.

§ 1º Nestes casos, será permitida a implantação de recuos, ou de jardins contíguos à pista de rolamento, devendo o passeio remanescente ficar igual ao estabelecido no gabarito oficial da via, contínuo ao passeio existente e paralelo ao novo meio fio.

§ 2º Na área remanescente entre a pista e o passeio oficial da via poderão ser implantados:

I) jardins com gramados e plantas decorativas, sendo vetado o plantio de árvores;

II) áreas para estacionamento de veículos, paralelas ao meio fio, com largura de no mínimo 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), conforme o gabarito da rua o permitir.

§ 3º A execução de áreas para estacionamento de veículos, deverá:

I) garantir uma concordância de 45º no meio fio, permanecendo o passeio na área de transição, com largura não inferior a 2,00m (dois metros) ou igual ao passeio existente nas divisas, para manter a continuidade do passeio;

II) ser implantada pelo requerente, com recursos próprios, inclusive despesas com a pavimentação do recuo com o mesmo material empregado na via, e demais despesas necessárias para implantação, respeitando as características da via existente.

§ 4º Para a remoção ou relocação de quaisquer dos elementos relacionados no inciso II, é essencial a autorização expressa e assinada pelo órgão ou concessionária competente.

§ 5º Tendo sido implantada pelo requerente, a área de estacionamento passará ao domínio público de imediato.

Art. 242. Nas vias onde o gabarito oficial já estiver implantado somente será permitida implantação de recuos com desvio no passeio, tornando desalinhado o meio fio da via, para implantação de paradas de ônibus, devidamente aprovado pelo Órgão Municipal de Planejamento com parecer favorável do NGPT, sempre mantendo-se a continuidade do passeio com sua largura oficial, paralelo ao recuo que deverá ter raios de concordância apropriados em ambas as transições do recuo.

Art. 243. Os raios de curva do alinhamento predial e/ou muro na intersecção entre vias locais e vias do Sistema Viário Básico são fornecidos pelo Órgão Municipal de Controle Arquitetônico e Urbanístico ou adotado os estabelecidos pelo loteamento ou desmembramento com raio de meio-fio mínimo de 7,00m (sete metros).

§ 1º Os pontos do Sistema Viário com previsão de intersecção especial (em nível ou desnível) ou com possibilidade de ampliação de trevos existentes ou ainda, trechos com necessidade de correção de traçado, poderão requerer variação de gabarito e/ou raio de curva.

§ 2º O traçado definitivo das vias projetadas do Sistema Viário poderá ser alterado pela Prefeitura, quando da execução dos projetos de engenharia.

Art. 244. A Secretaria de Planejamento, dependendo do porte e da localização do empreendimento ou do loteamento, em relação ao sistema viário, poderá exigir sistema especial de acesso (com intersecção em nível ou desnível, com ou sem canteiros e ilhas canalizadoras e de refúgio para pedestres, e/ou sinalização horizontal, vertical e semafórica).

Seção I DO GABARITO DAS VIAS

Art. 245. As novas vias públicas nas áreas urbanas deverão ter no mínimo as seguintes medidas:

I) para àquelas classificadas como Via Arterial, o gabarito da via deverá ser de 22,00 metros na área urbana e rural e para rodovias estaduais, 15,00 metros para área urbana e 30,00 metros para área rural, com passeio mínimo de 2,50 metros em cada lado, conforme Anexo 10 desta Lei;

II) para àquelas classificadas como Via Coletora, o gabarito da via deverá ser de 16,00 metros na área urbana e na área rural, com passeio mínimo de 2,00 metros em cada lado, conforme Anexo 10 desta Lei;

III) para àquelas classificadas como Via Local, o gabarito da via deverá ser de 13,50 metros na área urbana e na área rural, com passeio mínimo de 2,00 metros em cada lado, conforme Anexo 10 desta Lei;

IV) para àquelas classificadas como Via Servidão Particular, deverão ter tratamento específico e liberado somente quando o entorno do lote estiver consolidado, conforme Anexo 10 desta Lei;

§ 1º A classificação das vias e a definição de seus gabaritos são de competência do Órgão de Planejamento da Prefeitura, com análise do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial quando necessário.

§ 2º As vias rurais terão suas faixas de domínio fixadas através de estudos específicos, não podendo seu gabarito total ser inferior a 13,50 metros.

Art. 246. A classificação das vias será estabelecida pelo órgão municipal de planejamento do município e deve ser respeitada quando da elaboração dos novos projetos de loteamentos.

Art. 247. Nas vias existentes, até receberem o gabarito oficial, poderão ser liberados os usos das testadas dos lotes para fins não permanentes, excluindo-se os reflorestamentos, fixados em:

I) para àquelas classificadas como Via Arterial e Coletora, a faixa de domínio mínima de 14,00 metros;

II) para àquelas classificadas como Via Local, a faixa de domínio mínima de 9,00 metros;

Seção II DO TRANSPORTE COLETIVO

Art. 248. Diante da implantação do sistema de transporte coletivo, deverão ser criadas regras específicas para o bom funcionamento do mesmo, garantindo a integração entre os vários modais de transporte.

Seção III DAS CICLOVIAS

Art. 249. O Sistema Ciclovitário deverá ser criado e será implantado em áreas não edificáveis, de menor impacto ambiental e ao longo de determinadas vias, podendo ser prolongado até outras cidades da região.

Art. 250. Parques de estacionamentos de bicicletas deverão ser projetados nas adjacências dos edifícios públicos e em pontos estratégicos que facilitem o uso da bicicleta para os diversos fins.

Art. 251. A largura mínima de cada ciclovias deverá ser de 2,00 (dois) metros.

Art. 252. A localização e trajeto das ciclovias deve evitar ao máximo o cruzamento de bicicletas com veículos acessando estabelecimentos lindeiros e/ou vias transversais.

§ 1º As ciclofaixas (junto a pistas de rolamento de veículos) e ciclovias (separadas fisicamente das pistas de rolamento de veículos) serão acompanhadas de coerente sinalização horizontal, vertical

§ 2º Os trechos de ciclovias e/ou ciclofaixas devem ser integrados para permitir a circulação direta de bicicletas entre os bairros da cidade.

Art. 253. Fica a critério do Órgão Municipal de Planejamento o detalhamento do Sistema Ciclovitário.

Seção IV DOS PASSEIOS

Art. 254. Os passeios públicos a serem implantados nas vias públicas deverão obedecer as medidas mínimas e indicações estabelecidas no Anexo 14.

Art. 255. Os rebaixos em passeios para acesso de veículos deverão obedecer o mínimo fixado no Anexo 15

Art. 256. A execução dos passeios e seus rebaixos são de responsabilidade do proprietário do lote que tiver sua testada para a via pública.

Art. 257. O alinhamento para meio fio de vias não pavimentadas será fornecido pelo setor de Planejamento do Município

Art. 258. Todos os Passeios deverão ser providos de acessibilidade, de acordo com a NBR 9050 e suas complementações.

§ 1º Será proibido o uso dos passeios para exploração, comercialização, placas, painéis e expositores, devendo o mesmo se manter livre para uso do transeunte., passível de multa de 100 (cem) UFM por unidade exposta (placas, vasos de flor, expositores, etc).

§ 2º O descumprimento do estabelecido no caput o contribuinte do pagamento de multa de 40 (quarenta) UFM por metro quadrado de calçada construída fora das normas estabelecidas na presente lei, reabrindo-se novo prazo de 90 (noventa) dias para a execução. Se ao final deste não for cumprido, nova multa será aplicada e assim sucessivamente até o cumprimento desta lei.

CAPÍTULO VIII DOS INSTRUMENTOS JURÍDICO-URBANÍSTICOS

Seção I DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

Art. 259. Os Instrumentos Jurídicos–Urbanísticos a serem utilizados no Município visam promover uma melhor utilização do solo e induzir a ocupação de áreas já dotadas de infra-estrutura e de equipamentos sociais, aptas para urbanizar, evitando a expansão desnecessária do perímetro urbano para regiões não servidas de infra-estrutura ou àquelas consideradas frágeis sob o ponto de vista ambiental, de forma a garantir a função social da cidade e da propriedade.

Parágrafo Único: Os instrumentos jurídicos e urbanísticos previstos na presente Lei e no Estatuto da Cidade, somente poderão ser aplicados após regulamentação específica a ser aprovada através de Lei Complementar Municipal.

Art. 260. Consideram-se instrumentos da política municipal, que reger-se-ão por legislação própria, quando for o caso, observando, no que couber, o disposto nesta lei:

I) instrumentos de planejamento:

- a) plano plurianual;
- b) lei de diretrizes orçamentárias;
- c) lei de orçamento anual;
- d) lei de uso e ocupação do solo;
- e) lei de parcelamento do solo;
- f) lei de sistema de circulação;
- g) planos de desenvolvimento econômico e social;
- h) planos, programas e projetos setoriais;
- i) instituição de unidades de conservação;
- j) instituição de núcleos de preservação de bens de interesse do patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico;
- k) Programas, Projetos e Planos Especiais de Urbanização e de Habitação;
- l) demais legislações que tenham compatibilidade com o Plano Diretor.

II) instrumentos jurídicos e urbanísticos:

- a) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- b) IPTU progressivo no tempo;
- c) desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
- d) consórcio imobiliário;
- e) direito de preempção;
- f) outorga onerosa do direito de construir e alteração de uso;
- g) transferência do potencial construtivo;
- h) operações urbanas consorciadas;
- i) direito de superfície;
- j) estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV);
- k) tombamento;
- l) desapropriação;
- m) EIA-RIMA;
- n) núcleo especial de interesse social (ZEIS);
- o) ação demolitória;

III) instrumentos de regularização fundiária:

- a) usucapião especial, coletiva e individual de imóvel urbano;
- b) concessão de uso especial para fins de moradia;
- c) concessão de direito real de uso;
- d) zonas especial de interesse social;
- e) usucapião.
- f) programas, convênios, parcerias e projetos especiais de fiscalização das atividades ilegais de ocupação do solo urbano.

IV) instrumentos tributários e financeiros:

- a) tributos municipais diversos;
- b) tarifas, taxas e preços públicos;
- c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- d) dação de imóvel em pagamento da dívida;
- e) contribuição de melhorias;

- f) impostos municipais diversos;
- V) instrumentos jurídico-administrativos:
 - a) servidão administrativa e limitações administrativas;
 - b) concessão, permissão ou autorização de uso de bens públicos municipais;
 - c) contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;
 - d) convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;
 - e) termo administrativo de ajustamento de conduta;
 - f) dação de imóveis em pagamento da dívida.
- VI) instrumentos de democratização da gestão municipal:
 - a) Núcleo Gestor de Planejamento Territorial;
 - b) debates, audiências e consultas públicas;
 - c) conferências municipais/ou regionais;
 - d) conselhos;
 - e) gestão orçamentária participativa;
 - f) projetos e programas específicos;
 - g) iniciativa popular de projeto de lei;
 - h) referendo;
 - i) plebiscito;
 - j) fundos municipais;

§ 1º Os instrumentos jurídicos-urbanísticos previstos no inciso II, do caput deste artigo, para sua efetiva implementação, deverão ser regulamentados através de lei municipal específica, ouvido o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial e sempre que necessário, com realização de Audiência Pública a ser convocada pelo Executivo Municipal ou pela Câmara de Vereadores.

§ 2º Outros instrumentos de desenvolvimento, não mencionados nesta Lei, poderão ser utilizados, desde que atendam ao disposto no Plano Diretor e demais Legislações e normas do Município.

§ 3º Definição de objetivos de expansão de atendimento da rede municipal de água e esgoto como elemento essencial do contrato com a concessionária pública municipal desses serviços públicos;

Subseção I

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 261. O parcelamento, a edificação e a utilização compulsória do solo urbano visam, complementarmente, garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, por meio da indução da ocupação de áreas não edificada e não utilizada, onde for considerada prioritária, na forma de Lei específica que disporá sobre a matéria.

§ 1º Compreende-se como:

- I) imóvel sub-utilizado: aquele com edificação cuja área da edificada não atingir 10% (dez por cento) do menor coeficiente de aproveitamento estabelecido no Plano Diretor;
- II) imóvel não utilizado; aquele cuja edificação encontra-se sem uso, abandonada ou paralisada;
- III) imóvel não edificado: aquele que não possua qualquer tipo de edificação.

§ 2º A implementação do parcelamento, da edificação e da utilização compulsória do solo urbano objetiva:

- a) otimizar a ocupação nas regiões da cidade dotadas de infra-estrutura e equipamentos urbanos;
- b) aumentar a oferta de lotes urbanizados nas regiões já consolidadas da malha urbana de Presidente Getúlio;

- c) combater o processo de periferização;
- d) combater a retenção especulativa de imóvel urbano;
- e) inibir a expansão urbana nas áreas não dotadas de infra-estrutura e ambientalmente frágeis.

Art. 262. É dever do Poder Público Municipal exigir do proprietário do imóvel urbano não edificado, subutilizado, e não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento, edificação ou utilização compulsória.

Art. 263. O parcelamento, a edificação e a utilização compulsória serão aplicados na área urbana, preferencialmente nas áreas indutoras de desenvolvimento definidas nesta lei e demais legislações e normas do município.

Parágrafo Único: Fica facultado aos proprietários dos imóveis localizados nas áreas prioritárias, de que trata este artigo, propor, ao Executivo, o estabelecimento do Consórcio Imobiliário.

Art. 264. Estão sujeitos ao parcelamento, a edificação e a utilização compulsórias:

- I) os imóveis não edificados com área igual ou superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);
- II) conjunto de imóveis urbanos contíguos ou não, de um único proprietário, não edificado, cuja somatória das áreas registradas seja superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);
- III) imóvel urbano cujo coeficiente de aproveitamento o caracterize como sub-utilizado, conforme Art. 261 I) desta Lei Complementar;
- IV) edificação desocupada há mais de 5 (cinco) anos, independente da área construída.

Art. 265. Os imóveis nas condições a que se refere o Art. 261.º desta Lei serão identificados e seus proprietários notificados:

I) por servidor do órgão competente do Executivo, por carta pessoal registrada com aviso de recebimento;

II) por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação;

§ 1º Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de 18 meses, a partir do recebimento da notificação apresentar o projeto à aprovação e no prazo máximo de 24 meses finalizar a execução;

§ 2º As edificações enquadradas no Art. 264.IV) desta Lei deverão estar ocupadas no prazo máximo de um ano a partir do recebimento da notificação.

§ 3º A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas neste artigo, sem interrupção de quaisquer prazos aos herdeiros ou sucessores.

§ 4º Deverá o notificante averbar na matrícula do imóvel o teor da notificação a partir da validade do ato, inclusive constar o prazo para cumprimento para fins de dar conhecimento público ao ato.

Subseção II

DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 266. Em caso de descumprimento do Art. 265 desta Lei, deverá o Poder Público Municipal, exigir do proprietário do solo urbano não parcelado, não edificado, sub-utilizado ou não utilizado, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo - IPTU Progressivo.

§ 1º O valor a ser acrescido na alíquota, a qual limitar-se-á a 15% (quinze por cento), será de:

- I) 1% (um por cento) no primeiro ano;
- II) 2% (dois por cento) no segundo ano;
- III) 3% (três por cento) a partir do terceiro ano.

§ 2º É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

Art. 267. A aplicação do IPTU Progressivo no tempo, objetiva:

- I) cumprimento da função social da cidade e da propriedade por meio da indução da ocupação de áreas vazias ou subutilizadas, onde o Plano Diretor considerar prioritário;
- II) fazer cumprir o disposto no capítulo que trata do parcelamento, edificação ou utilização compulsória;
- III) aumentar a oferta de lotes urbanizados nas regiões já consolidadas da malha urbana;
- IV) combater o processo de periferização;
- V) inibir o processo de retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.

Art. 268. O IPTU Progressivo no Tempo poderá ser aplicado na área urbana, preferencialmente no setor indutor de desenvolvimento, sendo vedada a cobrança em imóveis inseridos totalmente em áreas de uso restrito.

Subseção III

DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 269. A desapropriação com títulos da dívida pública visa aplicar uma sanção ao proprietário do imóvel urbano, para garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana nos termos deste Plano Diretor, tendo como objetivos:

- I) promover a reforma urbana;
- II) combater o processo de periferização;
- III) inibir o processo de retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

Art. 270. É facultado ao Poder Público Municipal, decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo, sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização adequada, proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento de títulos da dívida pública, os quais deverão ter sua emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§ 1º O valor real da indenização não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 2º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§ 3º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir do pagamento do imóvel.

§ 4º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público Municipal ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nestes casos, o devido procedimento licitatório.

§ 5º Ficam mantidas, para o adquirente de imóvel, nos termos do § 4º deste artigo, as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no Capítulo VIII, Seção I, desta Lei.

Subseção IV DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Art. 271. O Consórcio Imobiliário é um instrumento de cooperação entre o Poder Público Municipal e a iniciativa privada, para fins de realizar urbanização em áreas que tenham carência de infra-estrutura e serviços urbanos.

§ 1º Como forma de viabilização do Consórcio Imobiliário, o proprietário deverá transferir ao Poder Público Municipal o seu imóvel, recebendo como pagamento, após a realização das obras, percentual de unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 2º O Poder Público Municipal deverá promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência nos termos do caput deste artigo, direta ou indiretamente, mediante concessão urbanística ou outra forma de contratação.

§ 3º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor de mercado do imóvel antes da execução das obras.

§ 4º Os consórcios imobiliários deverão ser formalizados por contrato e registrado no Ofício de Registro de Imóveis.

Art. 272. O Poder Público Municipal poderá facultar, ao proprietário de imóvel enquadrado nos casos estabelecidos na Subseção I, Seção I do Capítulo VIII, a requerimento deste, o estabelecimento de Consórcio Imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel.

Subseção V DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 273. O Direito de Preempção confere ao Poder Executivo Municipal a preferência para a aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares e será exercido sempre que o Município necessitar de áreas para:

- I) regularização fundiária;
- II) execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III) constituição de reserva fundiária;
- IV) ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- V) implantação de equipamento urbano e comunitário;
- VI) criação de espaço público de lazer e áreas verdes;
- VII) criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII) proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Parágrafo Único: O Município deverá publicar em jornal de grande circulação ou notificar via carta registrada com aviso de recebimento a preferência na aquisição do imóvel.

Art. 274. O proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

Subseção VI DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E ALTERAÇÃO DE USO DO SOLO

Art. 275. Entende-se como outorga onerosa do direito de construir e alteração de uso do solo a faculdade concedida pelo poder público ao proprietário de imóvel, para que este, mediante

contrapartida, possa construir acima do coeficiente de aproveitamento básico até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo permitido para a zona onde está localizado o imóvel ou utilizar de uso diferente do permitido para o local, mediante escritura pública, dentro dos parâmetros determinados em legislação própria, desde que venha atender ao interesse público com relação à programas e projetos habitacionais de interesse social, implantação de equipamento urbano e comunitário, criação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental e proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 276. O Poder Executivo poderá outorgar onerosamente o direito de construir ou a alteração de uso do solo, mediante contrapartida do beneficiário, de acordo com critérios e procedimentos definidos em legislação própria, determinando no mínimo:

- I) a fórmula de cálculo;
- II) a contrapartida;
- III) os procedimentos administrativos necessários.

§ 1º A concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir e da alteração de uso do solo poderá ser negada pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial, caso se verifique possibilidade de impacto não suportável pela infra-estrutura ou o risco de comprometimento do meio ambiente e da paisagem urbana.

§ 2º Poderá ser permitida a utilização da outorga ou da alteração de uso do solo, sem contrapartida, para a produção de Habitação de Interesse Social que tenha parceria com o Município e para hospitais que atendam os requisitos do CNAS para a isenção de cota patronal.

Art. 277. A outorga onerosa e a alteração de uso do solo poderão ocorrer no Setor Indutor de Desenvolvimento, no Setor Habitacional e no Setor Especial.

§ 1º No setor Habitacional a outorga do direito de construir e da alteração de uso do solo, somente poderá ser permitida com a anuência do Núcleo.

§ 2º No setor Especial fica proibido a outorga onerosa do direito de construir e da alteração de uso do solo, nas:

- I) Zona de Proteção Ambiental;
- II) Áreas de Preservação Permanente;
- III) Unidade de Conservação Ambiental;
- IV) Área não Edificável e não Aterrável;

Art. 278. Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e alteração de uso do solo irão para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e serão utilizados conforme lei específica.

Art. 279. A outorga onerosa do direito de construir e alteração do uso do solo só será autorizado pelo Poder Executivo Municipal se o imóvel gerador deste direito estiver livre e desembaraçado de qualquer ônus.

Art. 280. O impacto da outorga onerosa do direito de construir e alteração do uso do solo deverá ser controlado, permanentemente, pelo órgão municipal de Planejamento Urbano.

Subseção VII

DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 281. O direito de construir do proprietário de imóvel é limitado aos índices urbanísticos estabelecidos no Plano Diretor e pelas demais legislações urbanísticas.

Art. 282. O Poder Executivo Municipal poderá autorizar o proprietário de imóvel, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar mediante escritura pública o direito de construir, quando o referido imóvel for necessário para fins de:

I) implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II) preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

III) servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para fins previstos nos incisos I ao III do caput deste artigo.

§ 2º A transferência total ou parcial de potencial construtivo também poderá ser autorizada pelo Poder Executivo Municipal, como forma de indenização, mediante acordo com o proprietário, nas desapropriações destinadas a melhoramentos viários.

§ 3º O volume construtivo, base de cálculo e demais critérios necessários à aplicação da Transferência de Potencial Construtivo serão definidos em lei municipal específica, observando-se o coeficiente de aproveitamento máximo permitido na zona para onde ele for transferido e a equivalência de valor de mercado dos imóveis.

Art. 283. O direito de transferir o potencial construtivo só será autorizado pelo Poder Executivo Municipal se o imóvel gerador deste direito estiver livre e desembaraçado de qualquer ônus.

Art. 284. O impacto da transferência de potencial construtivo deverá ser controlado permanentemente pelo órgão municipal de Planejamento Urbano.

Subseção VIII **DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS**

Art. 285. Compreende-se como Operação Urbana Consorciada o conjunto de intervenções e medidas, coordenadas pelo Poder Executivo Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar, em uma área, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Parágrafo Único: Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I) a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações de normas edilícias, considerando o impacto ambiental delas decorrentes;

II) a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

Art. 286. Da lei específica que aprovar a Operação Urbana Consorciada constará o plano de operação urbana consorciada, contendo, no mínimo:

I) definição da área a ser atingida;

II) programa básico de ocupação da área;

III) programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
IV) finalidades da operação;
V) estudo prévio de impacto de vizinhança;
VI) contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nos Art. 259 e Art. 260 desta Lei;
VII) forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

§ 1º Os recursos obtidos pelo Poder Público municipal na forma do inciso VI deste artigo serão aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada.

§ 2º A partir da aprovação da lei específica de que trata o caput do Art. 270, são nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Público municipal expedidas em desacordo com o plano de operação urbana consorciada.

Art. 287. A lei específica que aprovar a operação urbana consorciada poderá prever a emissão, pelo Município, de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação.

§ 1º Os certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir, unicamente na área objeto da operação.

§ 2º Apresentado pedido de licença para construir, o certificado de potencial adicional será utilizado no pagamento da área de construção que supere os padrões estabelecidos pela legislação de uso e ocupação do solo, até o limite fixado pela lei específica que aprovar a operação urbana consorciada.

Subseção IX DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Art. 288. O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

§ 1º O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida na escritura pública respectiva, atendida a legislação que rege a matéria.

§ 2º A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

§ 3º O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, salvo disposição em contrário da respectiva escritura pública.

§ 4º O direito de superfície pode ser transferido a terceiros, obedecidos os termos da respectiva escritura pública.

§ 5º Por morte do superficiário, os seus direitos transmitem-se a seus herdeiros.

§ 6º O Poder Público Municipal poderá utilizar o Direito de Superfície em caráter transitório para remoção temporária de moradores de núcleos habitacionais de baixa renda, pelo tempo que durarem as obras de urbanização.

Art. 289. No caso de alienação do terreno, ou do direito de superfície, o superficiário e o proprietário, respectivamente, terão direito de preferência, em igualdade de condições à oferta de terceiros.

Art. 290. Extingue-se o direito de superfície:

- I) pelo advento do termo;
- II) pelo descumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo superficiário.

Art. 291. O Poder Público Municipal poderá conceder, onerosamente, o Direito de Superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo, nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, mediante contratos especificamente fixados para tanto.

Subseção X

DO ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)

Art. 292. O Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV) será executado pelo empreendedor, por solicitação do Poder Executivo, para os empreendimentos e atividades públicas ou privadas que interfiram na qualidade de vida da população residente ou usuária da área e suas proximidades, quando houver impacto, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- I) adensamento populacional;
- II) equipamentos urbanos e comunitários;
- III) uso e ocupação do solo;
- IV) valorização imobiliária;
- V) geração de tráfego e demanda de transporte;
- VI) ventilação, insolação e iluminação;
- VII) paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo Único: Deverá o Órgão Municipal competente, após apreciação dos demais órgãos relacionados ao assunto motivo do EIV, encaminhar ao NGPT parecer para sua apreciação e aprovação.

Art. 293. O Poder Executivo Municipal, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá solicitar, ao empreendedor, como condição para aprovação do projeto, a execução ou melhorias na infra-estrutura urbana e de equipamentos comunitários.

§ 1º As exigências previstas no caput deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.

§ 2º A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de Termo de Compromisso pelo interessado, em arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e às demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, antes da finalização do empreendimento.

§ 3º O Certificado de Conclusão da Obra e/ou o Alvará de Funcionamento só serão emitidos mediante comprovação do cumprimento do Termo de Compromisso.

Art. 294. A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental.

Art. 295. Dar-se-á obrigatoria publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta pública, no órgão municipal competente e no endereço eletrônico do Município, para qualquer interessado.

Parágrafo Único: O Poder Executivo Municipal, antes da decisão sobre o projeto, deverá realizar audiência pública com os moradores da área afetada de conformidade com legislação própria.

Art. 296. Poderão fazer parte dos estudos os Usos Geradores de Incomodidades.

I) Considera-se incomodidade o estado de desacordo de uso ou atividade com as condicionantes locais, passível de acarretar prejuízo à saúde e mediante comprovação dos potenciais de insalubridade.

II) A análise técnica do nível de incomodidade não dispensa o Estudo de Impacto de Vizinhança e o licenciamento ambiental, nos casos que a Lei os exigir.

Art. 297. Poderão fazer parte dos estudos os Usos Geradores de Interferência no Tráfego.

I) Para os fins desta Lei Complementar são considerados Usos Geradores de Interferência no Tráfego as atividades:

- a) geradoras de carga e descarga;
- b) geradoras de embarque e desembarque;
- c) geradoras de tráfego de pedestres;
- d) caracterizadas como Pólos Geradores de Tráfego.

II) A análise dos Usos Geradores de Interferência no Tráfego será feita pelo órgão municipal competente, com parecer conjunto do NGPT.

III) A análise técnica dos Usos Geradores de Interferência no Tráfego não dispensa o Estudo de Impacto de Vizinhança e o licenciamento ambiental, nos casos que a Lei os exigir.

Parágrafo Único: Os parâmetros para enquadramento como Uso Gerador de Interferência no Tráfego e as exigências da análise técnica serão definidos pela legislação municipal.

Art. 298. São considerados, para efeito desta Lei Complementar, Usos Geradores de Impacto à Vizinhança aquilo que possa vir causar alteração significativa no ambiente natural ou construído, ou sobrecarga na capacidade de atendimento da infra-estrutura básica instalada em empreendimentos públicos ou privados.

Art. 299. São considerados Empreendimentos de Impacto, independentemente da área construída:

- I) centros comerciais e de serviços;
- II) centrais de carga;
- III) centrais de abastecimento;
- IV) terminais de transporte;
- V) garagens de veículos de transporte de passageiros;
- VI) cemitérios;
- VII) presídios;
- VIII) postos de serviço com venda de combustível;
- IX) depósitos de gás liquefeito de petróleo (GLP);
- X) depósitos de inflamáveis, tóxicos e equiparáveis;
- XI) supermercados e hipermercados;
- XII) PCHs

CAPÍTULO IX DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Seção I

DOS INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO

Art. 300. A regularização fundiária compreende um processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei, para fins de habitação, implicando melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária.

Parágrafo Único: O Município, deverá proceder ações efetivas para regularizar os núcleos urbanos informais de interesse social, de forma a dar segurança jurídica aos moradores desses assentamentos, bem como providenciar melhorias urbanísticas nessas áreas.

Art. 301. A regularização fundiária será regulamentada por lei municipal específica, observando-se o previsto em legislação específica vigente.

Seção II

DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Art. 302. O Poder Executivo Municipal deverá articular os diversos agentes envolvidos no processo de regularização, como representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, do Cartório de Registro de Imóveis, do Governo Estadual, bem como dos grupos sociais envolvidos, visando equacionar e agilizar os processos de regularização fundiária.

Art. 303. O Executivo poderá promover plano de urbanização com a participação dos moradores de áreas usucapidas coletivamente para fins de moradia, para a melhoria das condições habitacionais e de saneamento ambiental nas áreas habitadas por população de baixa renda, nos termos da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

CAPÍTULO X

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Seção I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Art. 304. O Município deve implantar uma estrutura interna de Planejamento e de Gestão, Urbana, pautada por procedimentos técnicos, democráticos e participativos que permitam o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão da política urbana.

Art. 305. São objetivos fundamentais do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão:

- I) criar canais de participação da sociedade na gestão municipal da política urbana;
- II) garantir eficiência e eficácia à gestão, visando a melhoria da qualidade de vida;
- III) instituir processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização e revisão do Plano Diretor.

Art. 306. O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão deve atuar nos seguintes níveis:

- I) nível de formulação de estratégias, das políticas e de atualização do Plano Diretor;
- II) nível de gerenciamento do Plano Diretor, de formulação e aprovação dos programas e projetos para a sua implementação;

III) nível de monitoramento e controle dos instrumentos urbanísticos e dos programas e projetos aprovados.

Art. 307. O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão deverá ser composto pelos seguintes órgãos e instrumentos de planejamento:

- I) Núcleo Gestor de Planejamento Territorial;
- II) Cadastro Técnico Municipal;
- III) Conferência Municipal ou Regional das Cidades;
- IV) Audiências Públicas;
- V) Iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- VI) Plebiscito e referendo popular;
- VII) Outros Conselhos Municipais.

Art. 308. Deverá ser assegurada a participação da população em todas as fases do processo de gestão democrática da política urbana.

Seção II

DO SISTEMA DE GESTÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 309. O Sistema de Gestão dos Serviços Municipais deve ter como objetivo fornecer informações para o planejamento, o monitoramento, a implementação e a avaliação da política urbana, subsidiando a tomada de decisões ao longo do processo.

§ 1º O Sistema de Gestão dos Serviços Municipais deverá conter e manter atualizados dados, informações e indicadores sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, inclusive cartográficos, ambientais, imobiliários e outros de relevante interesse para o Município.

§ 2º Para implementação do Sistema de Gestão dos Serviços Municipais deverá ser implantado o Cadastro de Imóveis Municipal.

Art. 310. O Sistema de Gestão dos Serviços Municipais deverá obedecer aos seguintes princípios:

- I) simplificação, economia, eficácia, clareza, precisão e segurança, a fim de evitar a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;
- II) democratização, publicidade e disponibilidade das informações, em especial daquelas relativas ao processo de implementação, controle e avaliação do Plano Diretor;
- III) garantir mecanismos de monitoramento e gestão do Plano Diretor, na formulação e aprovação dos programas e projetos para sua implementação e na indicação das necessidades de seu detalhamento, atualização e revisão;
- IV) garantir estruturas e processos democráticos e participativos para o planejamento e gestão da política urbana, de forma continuada, permanente e dinâmica.

Seção IV

NUCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Art. 311. O Núcleo gestor de Planejamento territorial é o órgão consultivo e deliberativo em matéria de natureza urbanística e de política urbana, composto por representantes do Poder Público e da sociedade civil, aprovada pela LEI COMPLEMENTAR Nº 2.282/2007.

Art. 312. As atividades realizadas pelos membros do Núcleo Gestor de planejamento territorial não serão remuneradas, a qualquer título, sendo consideradas de relevância social para o Município.

Seção V DA CONFERÊNCIA DA CIDADE

Art. 313. A Conferência da Cidade ocorrerá precedendo a Conferência Estadual e Nacional, sendo sua convocação, organização e coordenação realizada por iniciativa do Poder Executivo, com exceção das realizadas em caráter extraordinário, quando então serão convocadas, organizadas e coordenadas pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial.

Art. 314. A Conferência Municipal da Cidade deverá, dentre outras atribuições:

- I) apreciar as diretrizes da política urbana do Município e da Região;
- II) formular propostas para os programas federais e estaduais de política urbana;
- III) debater os relatórios anuais de gestão da política urbana, apresentando críticas e sugestões;
- IV) sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas, destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;
- V) deliberar sobre plano de trabalho para o biênio seguinte;
- VI) sugerir propostas de alteração da Lei do Plano Diretor, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão;
- VII) eleger, se for o caso, os membros do Conselho da Cidade.

CAPÍTULO XI DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Art. 315. Para contribuir com o financiamento da gestão planejada do desenvolvimento sustentável do município, será criado no prazo de 90 dias o Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial.

Art. 316. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial será coordenado pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial, que encaminhará suas decisões para apreciação do senhor Prefeito.

Art. 317. O Fundo será constituído de receitas provenientes:

- I) da aplicação dos instrumentos de planejamento, inclusive os previstos nesta Lei Complementar como “concessão onerosa da Licença de Construção”, contribuição de melhoria;
- II) do orçamento municipal;
- III) do ressarcimento dos custos de infra-estrutura;
- IV) de rendas provenientes da aplicação de seus próprios recursos;
- V) de doações, empréstimos ou outras operações financeiras;
- VI) multas;
- VII) de recursos provenientes da alienação de áreas públicas habitacionais e industriais; e,
- VIII) de quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados.

Art. 318. Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial serão aplicados em:

- I) projetos habitacionais;
- II) execução das diretrizes e estratégias pautadas na elaboração do presente plano;
- III) recuperação de áreas degradadas;
- IV) preservação e conservação ambiental;
- V) implantação de programa e projetos, de desenvolvimento econômico, social e tecnológico;
- VI) sistema de drenagem urbana;
- VII) melhoria da gestão do ciclo urbano das águas;
- VIII) obras viárias e de transporte; e.
- IX) obras comunitárias em geral.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 319. A contar da data de entrada em vigor do presente Plano Diretor, o Executivo Municipal deverá, no prazo de 01 (um) ano, encaminhar para a Câmara de Vereadores, Projetos de Lei contendo a revisão ou implementação das seguintes leis:

- 1. Código de Obras e Edificações;
- 2. Código de Posturas;
- 3. Lei de Delimitação do Perímetro Urbano;
- 4. Plano Municipal de Saneamento;
- 5. Mapeamento e Cadastro dos Núcleos de Interesse Especial;
- 6. Mapeamento e Lei que define as áreas urbanizadas da Serra dos Índios, Serra Vencida e Papanduva;
- 7. Elaborar o Plano Municipal de Habitação de acordo com o Caderno de Orientação de Empreendimentos – COE;
- 8. Elaborar o Plano de Infra-estrutura e
- 9. Elaborar o Plano Viário Municipal.

Parágrafo Único: Havendo necessidade, o Poder Executivo poderá encaminhar outros Projetos de Lei que regulamentem dispositivos e instrumentos legais integrantes do presente Plano Diretor.

Art. 320. Fazem parte integrante desta Lei Complementar os seguintes Anexos:

- a) Anexo 01 – Mapa de Macrozoneamento Urbano e Rural;
- b) Anexo 02 – Mapa de Núcleos de Interesse Especiais;
- c) Anexo 03 – Sistema Viário Municipal;
- d) Anexo 04 – Zoneamento Urbano;
- e) Anexo 05 – Tabela de Índices Urbanísticos;
- f) Anexo 06 – Tabela de Estacionamentos;
- g) Anexo 07 – Carta Geotécnica de aptidão à Urbanização frente aos Desastres Naturais;
- h) Anexo 08 – Recuos e afastamentos das edificações;
- i) Anexo 09 – Recuos de cursos d'água;
- j) Anexo 10 – Gabarito de vias públicas;
- k) Anexo 11 – Recuos e afastamentos da propriedade extrativista;
- l) Anexo 12 – Recuos e afastamentos da propriedade agropecuária;
- m) Anexo 13 – Tipos de Estacionamento;
- n) Anexo 14 – Padrões das calçadas;
- o) Anexo 15 – Rebaixos para acessos de veículos;
- p) Anexo 16 – Taludes;

q) Anexo 17 – Tabela das Ruas.

Art. 321. Fica o Executivo Municipal autorizado a regulamentar a legislação urbanística do Município de Presidente Getúlio, sem alteração de matéria substantiva, bem como efetuar o detalhamento e os ajustes nos mapas em escalas ampliadas, quando for o caso.

Art. 322. Terão validade até 31 de julho de 2020 os alvarás, as licenças concedidas e as obras autorizadas e não iniciadas anteriormente a publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo Único: Findo o prazo e não tendo a obra sido iniciada, os pedidos deverão ser renovados, adaptando-se as novas exigências constantes desta Lei Complementar.

Art. 323. As consultas de viabilidade emitidas pelo setor competente terão validade de 02 (dois) meses a partir da data de protocolo para entrada da análise prévia.

Art. 324. Revogam-se a Lei Complementar 2.292/2008 e as demais disposições em contrário.

Art. 325. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2019

Publicação Nº 2229638

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 12/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GAZEBO PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CNPJ: 74.072.513/0003-06

Valor do repasse: R\$ 1.408,50 (Um mil quatrocentos e oito reais e cinquenta centavos)

Presidente Nereu, 18 de Novembro de 2019. ISAMAR DE MELO. Prefeito.

EDITAL DE PREGÃO Nº 13/2019 PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE MATERIAL PERMANENTE Nº DA PROPOSTA 14488.313000/1180-01

Publicação Nº 2229946

**EDITAL Pregão Presencial Nº13/2019 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014**

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 239/2019 de 24/06/2019 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 13/2019, do tipo Menor Preço, Por Item, sob a forma de fornecimento imediato, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE MATERIAL PERMANENTE Nº DA PROPOSTA 14488.313000/1180-01

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 03/12/2019
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Prefeitura Municipal De Presidente Nereu Sala De Licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.
- e) Abertura do processo: 03/12/2019 às 09:15:00 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

**A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L**

**B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O**

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até 03/12/2019 às 09:00:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 **Procuração** ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 3.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte **(deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).**

3.1 **A não comprovação** de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador

ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item **1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA**, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2019 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, conjunta com a certidão de regularidade federal;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado

das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.
(Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA com a certificação do EPROC.

6.1.13 Certidão simplificada expedida pela junta comercial do estado.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os **documentos de habilitação** deverão ser apresentados em **original ou por fotocópia** previamente **autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal**, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais

ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de **Menor Preço Por**

Item e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **Menor Preço Por Item** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item “7”** deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **Menor Preço Por Item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste Pregão será **Menor Preço Por Item**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DA CONTRATAÇÃO

12.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes

à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
10.01-1014-344905208-03330100	
10.01-1014-344905242-03330100	

XIV - DO PAGAMENTO:

14.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de **PRESIDENTE NEREU**, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela **CONTRATANTE**, acompanhado dos documentos fiscais.

14.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XV - DO REAJUSTE:

15.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVI - DAS PENALIDADES:

16.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do **MUNICÍPIO**, se a **licitante vencedora** não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVII - DA RESCISÃO

17.1. A rescisão do presente poderá ser:

17.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

17.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 17.1 deste Edital;

17.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

17.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XVIII - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

18.1. A empresa vencedora obriga-se a:

18.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

18.1.3 Executar os objetos licitados **de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **48(quarenta e oito) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

18.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

18.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

18.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

18.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

18.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

18.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

18.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

18.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

18.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

18.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XIX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

190.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

19.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “16” deste edital.

19.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XX - DA VIGÊNCIA

20.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega

do objeto licitado.

20.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

21.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

21.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

21.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

21.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.5.1 Adiada a abertura da licitação;

21.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

21.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (**Anexoado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (**Anexoado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO**).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (**Anexoado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (**Anexoado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (**Anexoado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (**Anexoado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (**Anexoado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**).

ANEXO X - Modelo de Proposta Comercial (**Anexoado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA**).

21.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

21.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

21.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial dos Municípios, na **internet página do município no link licitações** e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU, 18 de novembro de 2019.

BENITO BRAND
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I**PREGÃO PRESENCIAL Nº./20....****DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

E-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE EDQUIPAMENTOS DE SAÚDE MATERIAL PERMANENTE Nº DA PROPOSTA 14488.313000/1180-01.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

- I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ #,##0.00{RoundingMode=HALF_UP}
- II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas

decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **48 (quarenta e oito) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 13/2019, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Presidente Nereu,

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ANEXO III**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****TERMO DE REFERÊNCIA**

Objeto: AQUISIÇÃO DE EDQUIPAMENTOS DE SAÚDE MATERIAL PERMANENTE Nº DA PROPOSTA 14488.313000/1180-01.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1	UNIDADE	BALDE COM PEDAL - SENDO DE POLIPROPILENO/ DE 30 L. ATÉ 49 L.	R\$120,00	R\$ 120,00
2	3	UNIDADE	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SPLIT - QUENTE E FRIO	R\$2.500,00	R\$ 7.500,00
3	1	UNIDADE	CADEIRA AÇO/FERRO PINTADO COM ACENTO/ENCOSTO POLIPROPILENO.	R\$90,00	R\$ 90,00
4	1	UNIDADE	ARQUIVO DESLIZE DE GAVETA TRILHO TELESCÓPICO EM AÇO DE 03 A 04 GAVETAS.	R\$500,00	R\$ 500,00
5	2	UNIDADE	MARTELO DE REFLEXO EM AÇO INOXIDÁVEL.	R\$50,00	R\$ 100,00

ANEXO IV**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----
-----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----
, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. -----
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93,
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega**
menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____, e CPF sob nº. --- _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de _____ (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL**

A empresa.....(Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º,
declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de
comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei
Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete
a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para
este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o
lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação
para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e
consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****PROPOSTA COMERCIAL****NOME DE EMPRESA:** _____**CNPJ:** _____**INSCRIÇÃO ESTADUAL** _____**ENDEREÇO COMPLETO:** _____**RUA:** _____ **Nº.** _____**BAIRRO:** _____**CEP:** _____**CIDADE:** _____ **UF:** _____**FONE:** (____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando aquisição de equipamentos de saúde material permanente nº da proposta 14488.313000/1180-01 da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Marca	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1	UNIDADE	BALDE COM PEDAL - SENDO DE POLIPROPILENO/ DE 30 L. ATÉ 49 L.			
2	3	UNIDADE	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS SPLIT - QUENTE E FRIO			
3	1	UNIDADE	CADEIRA AÇO/FERRO PINTADO COM ACENTO/ENCOSTO POLIPROPILENO.			
4	1	UNIDADE	ARQUIVO DESLIZE DE GAVETA TRILHO TELESCÓPICO EM AÇO DE 03 A 04 GAVETAS.			
5	2	UNIDADE	MARTELO DE REFLEXO EM AÇO INOXIDÁVEL.			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

PORTARIA 327/2019

Publicação Nº 2229571

PORTARIA Nº. 327 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (05 dias) a MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO, Assessor de Coordenação de Ensino, pelo período de 01 de Novembro de 2019 a 05 de Novembro de 2018(fruição), relativo ao período aquisitivo de 18/08/2017 à 17/08/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 01 de Novembro de 2019.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 328/2019

Publicação Nº 2229572

PORTARIA Nº. 328 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (15 dias) a MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO, Sec. De Educação, pelo período de 06 de Novembro de 2019 a 20 de Novembro de 2018, relativo ao período aquisitivo de 18/08/2018 à 17/08/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 06 de Novembro de 2019.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 329/2019

Publicação Nº 2229573

PORTARIA Nº.329 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito em exercício do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o(a) servidor(a) JOHANNA DEBATIN, contratada em caráter temporário para o cargo de VETERINÁRIO, em conformidade com o inciso I, Art. 10º, da Lei Complementar nº 1284/2010.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 07 de Novembro de 2019.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 330/2019

Publicação Nº 2229576

PORTARIA Nº. 330 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (05 dias) a JULIANA JUNGKLAUS MEDEIROS, Agente Administrativo, pelo período de 13 de Novembro de 2019 a 17 de Novembro de 2019, relativo ao período aquisitivo de 16/07/2018 à 15/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 13 de Novembro de 2019.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 331/2019

Publicação Nº 2229577

PORTARIA N.º 331 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) MARCIA FILOMENA SANTIAGO, PROFESSORA, pelo período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, com efeitos retroativos a contar do dia 12/11/2019.

Presidente Nereu, 13 de Novembro de 2019.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 332/2019

Publicação Nº 2229578

PORTARIA Nº. 332 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (10 DIAS) a JACI AUGUSTINHO JUNGKLAUS, Diretor Financeiro, pelo período de 13 de Novembro de 2019 a 22 de Novembro de 2019(fruição), relativo ao período aquisitivo de 02/01/2017 à 01/01/2018.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 13 de Novembro de 2019.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 151.2019, DL 47.2019 - HIGIENIZAÇÃO AR CONDICIONADO

Publicação Nº 2229881

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2019

PROCESSO Nº 151/2019 HOMOLOGAÇÃO: 18/11/2019 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

OBJETO: Contratação de mão de obra para prestação de serviço para Limpeza e Higienização interna dos ar condicionado PM's 3107, 3483, 3644, 3857, 3858, 3859, 3860, 3867, 3868, 3869, 3870, 3871, 3872, 3873, 3874, 3875, 4349, 4568 da secretaria de administração, PM3866 da secretaria de educação e PM 3485 da Secretaria de Esportes, todos estes localizados nas salas do centro administrativo do Município.

CONTRATADO: ALTEMIR REICHERT 71271384949

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Princesa, 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS - Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 152.2019, DL 48.2019 - BRINQUEDOS INFLÁVEIS

Publicação Nº 2230229

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2019

PROCESSO Nº 152/2019 HOMOLOGAÇÃO: 18/11/2019 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para ALUGUEL DE

BRINQUEDOS INFLÁVEIS para a programação de encerramento do ano letivo, a ser realizada dia 13 de dezembro de 2019, para os alunos da Escola P. M. Renascer, Jardim N. S. Medianeira e CMEI Pequenos Anjos, do Município de Princesa/SC.

CONTRATADO: EDSON ANTONIO THIEL 86751476949

VALOR DA DESPESA: R\$ 800,00 (oitocentos reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Princesa, 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 151.2019-PM - DISPENSA 47.2019 - LIMPEZA E HIG. AR CONDICIONADO

Publicação Nº 2229878

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 151/2019-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2019-PM

OBJETO

Contratação de mão de obra para prestação de serviço para Limpeza e Higienização interna dos ar condicionado PM's 3107, 3483, 3644, 3857, 3858, 3859, 3860, 3867, 3868, 3869, 3870, 3871, 3872, 3873, 3874, 3875, 4349, 4568 da secretaria de administração, PM3866 da secretaria de educação e PM 3485 da Secretaria de Esportes, todos estes localizados nas salas do centro administrativo do Município.

JUSTIFICATIVA

A limpeza e higienização dos equipamentos de ar condicionado se faz necessária pois visa o bom funcionamento dos mesmos, o bem-estar, saúde e conforto dos servidores e usuários, visto que a má qualidade da climatização pode causar graves problemas de saúde.

Princesa, 18 de novembro de 2019.

Claudinei P. Morsch Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento	Angélica Nós Secretária de Educação e Cultura	Dioniclei Machado Secretário de Esportes
--	--	---

COMISSÃO DE LICITAÇÕES



Michele C. Kunzler Presidente	Alessandra dos Santos Membro	Luciane M. T. da Silveira Membro
----------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 151/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2019-PM

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para fundamentar e justificar o presente pedido de dispensa de licitação é possível basear-se no disposto no artigo 24, II, da Lei 8.666/93 que dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Princesa, 18 de novembro de 2019.

Claudinei P. Morsch Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento	
Angélica Nós Secretária de Educação e Cultura	
Dioniclei Machado Secretário de Esportes	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Alessandra dos Santos Membro	Luciane M. T. da Silveira Membro
----------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 151/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2019-PM

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O fornecedor escolhido foi a empresa ALTEMIR REICHERT 20.923.130/0001-03, com sede na Rua José João Grando, nº 503, Sala 01, Bairro São Luiz, São José do Cedro/SC. Realizou-se pesquisa de mercado com fornecedores regionais, sendo que a empresa escolhida foi a que apresentou o menor preço. Dessa forma, como o proponente é do ramo pertinente e os preços praticados na presente contratação estão compatíveis com os praticados na região para objeto assemelhado justifica-se a contratação direta da mesma.

Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser prestados conforme abaixo especificados:

Item	Descrição	UN	Qtidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Mão de Obra para Limpeza e Higienização interna de ar condicionado. O profissional deverá utilizar produtos adequados, que não danifiquem a vida útil do aparelho; Utilizar compressor de ar e bolsa para recolhimento da água do produto utilizado; Lavar a carcaça, radiador e painel frontal; Verificar os filtros de ar e limpá-los para fazer com que ele volte a ter o desempenho esperado; Limpar e Higienizar todas as partes necessárias para que o mesmo fique em bom estado de conservação	un	20	70,00	1.400,00
Total (R\$)					1.400,00

Valor Total: R\$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais)

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 18 de novembro de 2019. Claudinei P. Morsch Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento Angélica Nós Secretária de Educação e Cultura Dioniclei Machado Secretário de Esportes COMISSÃO DE LICITAÇÕES Michele C. Kunzler Presidente Alessandra dos Santos Membro Luciane M. T. da Silveira Membro		
--	--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 151/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2019-PM

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal, para ratificação, sendo contratado para o fornecimento dos itens relacionados no objeto do presente termo a empresa ALTEMIR REICHERT 20.923.130/0001-03, com sede na Rua José João Grando, nº 503, Sala 01, Bairro São Luiz, São José do Cedro/SC.

Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser prestados conforme abaixo especificados:

Item	Descrição	UN	Qtidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Mão de Obra para Limpeza e Higienização interna de ar condicionado. O profissional deverá utilizar produtos adequados, que não danifiquem a vida útil do aparelho; Utilizar compressor de ar e bolsa para recolhimento da água do produto utilizado; Lavar a carcaça, radiador e painel frontal; Verificar os filtros de ar e limpá-los para fazer com que ele volte a ter o desempenho esperado; Limpar e Higienizar todas as partes necessárias para que o mesmo fique em bom estado de conservação	un	20	70,00	1.400,00
Total (R\$)					1.400,00

Valor Total: R\$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais)

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 18 de novembro de 2019. Claudinei P. Morsch Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento Angélica Nós Secretária de Educação e Cultura Dioniclei Machado Secretário de Esportes COMISSÃO DE LICITAÇÕES Michele C. Kunzler Presidente Alessandra dos Santos Membro Luciane M. T. da Silveira Membro		
--	--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 150/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2019-PM

RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 151/2019-PM, DISPENSA DE

LICITAÇÃO N. 47/2019-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 18 de novembro de 2019.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal	
---	--

PROCESSO LICITATÓRIO 152.2019-PM - DISPENSA 48.2019 - BRINQUEDOS INFLÁVEIS

Publicação Nº 2230226

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 152/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2019-PM

OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para ALUGUEL DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS para a programação de encerramento do ano letivo, a ser realizada dia 13 de dezembro de 2019, para os alunos da Escola P. M. Renascer, Jardim N. S. Medianeira e CMEI Pequenos Anjos, do Município de Princesa/SC.

JUSTIFICATIVA

A contratação do serviço faz parte da programação de encerramento do ano letivo de 2019 e visa proporcionar uma atividade lúdica para os alunos da Escola Pública Municipal Renascer, Jardim de Infância Nossa Senhora Medianeira e Centro Municipal de Educação Infantil Pequenos Anjos.

Ademais, as brincadeiras e as atividades lúdicas são muito importantes para o desenvolvimento psicológico, social e cognitivo das crianças. Brincando, as crianças aprendem a respeitar regras, ampliar o relacionamento social e respeitar a si mesmos e ao outro. Por meio do universo lúdico que as crianças começam a expressar-se com maior facilidade, ouvir, respeitar e discordar de opiniões, compartilhando a alegria de brincar.

Princesa, 18 de novembro de 2019.

Angélica Nós Secretária de Educação e Cultura	
--	--

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T da Silveira Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	------------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 152/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2019-PM

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para fundamentar e justificar o presente pedido de dispensa de licitação é possível basear-se no disposto no artigo 24, II, da Lei 8.666/93 que dispõem:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Princesa, 18 de novembro de 2019.

Angélica Nós Secretária de Educação e Cultura	
--	--

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T da Silveira Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	------------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 152/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2019-PM

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O fornecedor escolhido foi a empresa EDSON ANTONIO THIEL 86751476949, CNPJ 26.222.771/0001-17, com endereço na Rua 7 de setembro nº 2559, sala 01, Centro, São Miguel do Oeste/SC, tendo a mesma objeto social de aluguel de equipamentos recreativos e esportivos, sendo compatível com o objeto da presente contratação.

O município encaminhou cotação de preços para várias empresas do segmento, sendo que a empresa escolhida, foi a que apresentou menor cotação para o objeto contratado.

Os serviços/itens deverão ser prestados/entregues conforme abaixo especificados:

Valor Total: R\$ 800,00 (Oitocentos reais).

Os serviços deverão ser prestados em local definido pela Secretaria Requisitante e em total consonância com as requisições que deram origem a este processo, bem como o objeto desta licitação, no dia 13 de dezembro de 2019. A contratada deverá arcar com todos os custos necessários à perfeita e acabada execução dos serviços, dentre eles o transporte ou deslocamento dos objetos vinculados aos itens licitados. Também deverá responsabilizar-se civil, penal e criminalmente por dano ou eventuais prejuízos, causados à Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas pela licitante vencedora na execução do objeto contratado.

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 18 de novembro de 2019. Angélica Nós Secretária de Educação e Cultura COMISSÃO DE LICITAÇÕES Michele C. Kunzler Presidente Luciane M. T da Silveira Membro Alessandra dos Santos Membro		
--	--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 152/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2019-PM

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal, para ratificação, sendo contratado para o fornecimento dos itens relacionados no objeto do presente termo a empresa EDSON ANTONIO THIEL 86751476949, CNPJ 26.222.771/0001-17, com endereço na Rua 7 de setembro nº 2559, sala 01, Centro, São Miguel do Oeste/SC.

Os serviços/itens deverão ser prestados/entregues conforme abaixo especificados:

Valor Total: R\$ 800,00 (Oitocentos reais).

Para custear as despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 18 de novembro de 2019.

Angélica Nós
Secretária de Educação e Cultura

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler
Presidente

Luciane M. T da Silveira
Membro

Alessandra dos Santos
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 152/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2019-PM

RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso V, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 152/2019-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2019-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 14 de outubro de 2019.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

ANEXO 1- RREO 5º BIM/2019 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229818

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.673.000,00	14.673.000,00	2.484.658,05	16,93	13.241.017,05	90,24	1.431.982,95
RECEITAS CORRENTES	14.668.000,00	14.668.000,00	2.396.593,05	16,34	12.720.763,13	86,72	1.947.236,87
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	634.350,00	634.350,00	114.363,49	18,03	602.191,13	94,93	32.158,87
IMPOSTOS	504.400,00	504.400,00	102.698,05	20,36	495.487,16	98,23	8.912,84
TAXAS	79.950,00	79.950,00	10.095,45	12,63	87.344,97	109,25	-7.394,97
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	50.000,00	50.000,00	1.569,99	3,14	19.359,00	38,72	30.641,00
CONTRIBUIÇÕES	65.000,00	65.000,00	12.008,60	18,47	64.385,16	99,05	614,84
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	65.000,00	65.000,00	12.008,60	18,47	64.385,16	99,05	614,84
RECEITA PATRIMONIAL	120.196,50	120.196,50	21.917,71	18,23	133.253,50	110,86	-13.057,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	5.000,00	5.000,00	266,66	5,33	266,66	5,33	4.733,34
VALORES MOBILIÁRIOS	115.196,50	115.196,50	21.651,05	18,79	132.986,84	115,44	-17.790,34
RECEITA DE SERVIÇOS	573.500,00	573.500,00	75.435,30	13,15	540.661,06	94,27	32.838,94
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	571.500,00	571.500,00	73.632,80	12,88	526.072,60	92,05	45.427,40
OUTROS SERVIÇOS	2.000,00	2.000,00	1.802,50	90,13	14.588,46	729,42	-12.588,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.270.365,00	13.270.365,00	2.142.645,35	16,15	11.346.042,54	85,50	1.924.322,46
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	7.607.405,00	7.607.405,00	1.099.150,85	14,45	6.334.842,32	83,27	1.272.562,68
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.187.960,00	4.187.960,00	780.427,20	18,64	3.737.688,52	89,25	450.271,48
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.475.000,00	1.475.000,00	253.274,56	17,17	1.263.718,96	85,68	211.281,04
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	9.792,74	0,00	9.792,74	0,00	-9.792,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.588,50	4.588,50	30.222,60	658,66	34.229,74	745,99	-29.641,24
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	4.123,50	4.123,50	5.365,56	130,12	7.968,88	193,26	-3.845,38
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	465,00	465,00	24.857,04	5.345,60	26.260,86	5.647,50	-25.795,86
RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	88.065,00	1.761,30	520.253,92	10.405,08	-515.253,92
ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	5.000,00	88.065,00	1.761,30	91.865,00	1.837,30	-86.865,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	49.565,00	991,30	53.365,00	1.067,30	-48.365,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	38.500,00	0,00	38.500,00	0,00	-38.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	428.388,92	0,00	-428.388,92
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	428.388,92	0,00	-428.388,92
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.673.000,00	14.673.000,00	2.484.658,05	16,93	13.241.017,05	90,24	1.431.982,95

Continua 1/3

Continuação 2/3

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.673.000,00	18.374.160,10	2.230.363,34	14.159.622,80	4.214.537,30	2.583.151,53	12.154.063,69	6.220.096,41	12.152.751,03
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.086.953,36	—	1.088.266,02
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.673.000,00	18.374.160,10	2.230.363,34	14.159.622,80	—	2.583.151,53	13.241.017,05	—	13.241.017,05
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

PRINCESA, 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

ANEXO 10- RREO 5º BIM/2019 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229849

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

PRINCESA, 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELS
Controle Interno

Publicação Nº 2229853

RECEITAS			PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)	R\$ 1,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)									
Receita de Alienação De Bens Móveis			6.050,00				97.955,46	-91.905,46	
Receita de Alienação De Bens Imóveis			5.000,00				53.365,00	-48.365,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras			0,00				38.500,00	-38.500,00	
			1.050,00				6.090,46	-5.040,46	
DESPESAS									
				DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)	
			DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		(f)				
				DESPESAS EMPENHADAS (e)					
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)									
Despesas de Capital			332.532,58	331.482,58	0,00	0,00	5.771,92	1.050,00	
Investimentos			332.532,58	331.482,58	0,00	0,00	5.771,92	1.050,00	
			332.532,58	331.482,58	0,00	0,00	5.771,92	1.050,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR									
			Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (lb - (llf + llg))				SALDO ATUAL (k) = (lli + llj)	
Valor(III)									
			0,00	92.183,54				92.183,54	

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
Controllo Interno

ANEXO 12- RREO 5º BIM/2019 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229855

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	513.900,00	513.900,00	502.484,02	97,78	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	95.000,00	95.000,00	99.697,92	104,95	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	67.000,00	67.000,00	63.978,52	95,49	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	80.000,00	80.000,00	105.762,79	132,20	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	221.735,65	88,69	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.300,00	1.300,00	1.548,90	119,15	
Dívida Ativa dos Impostos	14.700,00	14.700,00	8.152,87	55,46	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	5.900,00	5.900,00	1.607,37	27,24	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.467.000,00	12.467.000,00	10.388.748,01	83,33	
Cota-Parte FPM	7.500.000,00	7.500.000,00	6.005.844,50	80,08	
Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	1.771,31	88,57	
Cota-Parte IPVA	190.000,00	190.000,00	214.395,37	112,84	
Cota-Parte ICMS	4.700.000,00	4.700.000,00	4.113.864,92	87,53	
Cota-Parte IPI-Esportação	60.000,00	60.000,00	52.871,91	88,12	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.980.900,00	12.980.900,00	10.891.232,03	83,90	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	

DESPESAS COM SAÚDE

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.796.273,50	3.939.708,64	3.132.336,77	79,51	
Pessoal e Encargos Sociais	1.796.853,00	1.939.097,96	1.514.610,58	78,11	
Outras Despesas Correntes	1.059.420,50	2.000.610,68	1.617.726,19	80,86	
DESPESAS DE CAPITAL	18.900,00	173.085,42	149.429,67	86,33	
Investimentos	18.900,00	173.085,42	149.429,67	86,33	

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	18.900,00	173.085,42	149.429,67	86,33	149.372,80	86,30
Investimentos	18.900,00	173.085,42	149.429,67	86,33	149.372,80	86,30
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.815.173,50	4.112.794,06	3.281.766,44	79,79	2.879.636,35	70,02
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	587.870,50	1.528.771,88	1.063.201,13	32,40	851.132,98	29,56
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	587.870,50	1.528.771,88	1.063.201,13	32,40	851.132,98	29,56
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	21.100,00	21.100,00	194.827,55	5,94	163.013,74	5,66
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	608.970,50	1.549.871,88	1.258.028,68	38,33	1.014.146,72	35,22
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.206.203,00	2.562.922,18	2.023.737,76	61,67	1.865.489,63	64,78
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5			17,13			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶			231.804,83			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2018	124.067,48	21.474,55	110.131,00	-7.538,07		0,00
TOTAL	124.067,48	21.474,55	110.131,00	-7.538,07		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
			SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2018			0,00		0,00	0,00
TOTAL (VIII)			0,00		0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
			LIMITE NÃO CUMPRIDO			
			SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
			-	-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.672.073,50	3.655.860,54	2.996.221,58	91,30	2.663.520,75	92,50
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	70.750,00	353.088,61	230.285,86	7,02	161.385,69	5,60
Vigilância Sanitária	31.350,00	40.844,91	25.291,59	0,77	24.800,50	0,86
Vigilância Epidemiológica	41.000,00	63.000,00	29.967,41	0,91	29.929,41	1,04
TOTAL	2.815.173,50	4.112.794,06	3.281.766,44	100,00	2.879.636,35	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+r) - (15 \times l/lb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PRINCESA , 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito MunicipalKELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

ANEXO 13- RREO 5º BIM/2019 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229859

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028

NADAA DECLARAR

FONTE:

PRINCESA , 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS Prefeito Municipal	KELI FERNANDA MEOTTI Contadora CRC/SC - 026787/O-2	SIMONE MARLI NIELSSON Controle Interno
---	---	---

ANEXO 14- RREO 5º BIM/2019 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229862

Município de PRINCESA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		14.673.000,00		
Previsão Atualizada		14.673.000,00		
Receitas Realizadas		13.241.017,05		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		3.060.631,20		
DESPESAS				
Dotação Inicial		14.673.000,00		
Créditos Adicionais		3.701.160,10		
Dotação Atualizada		18.374.160,10		
Despesas Empenhadas		14.159.622,80		
Despesas Liquidadas		12.154.063,69		
Despesas pagas		12.152.751,03		
Superavit Orçamentário		1.086.953,36		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		14.159.622,80		
Despesas Liquidadas		12.154.063,69		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		15.459.772,03		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-821.574,31	0,00
Resultado Primário		0,00	-954.561,15	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.053.735,91	101.065,07	1.627.416,47	325.254,37
EXECUTIVO	2.053.735,91	101.065,07	1.627.416,47	325.254,37
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	282.423,86	0,00	282.423,86	0,00
EXECUTIVO	282.423,86	0,00	282.423,86	0,00
TOTAL:	2.336.159,77	101.065,07	1.909.840,33	325.254,37
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.786.636,07	25%	24,87
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.171.623,80	60%	92,58
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		736.051,04	2.015.853,27	

Continua 1/2

Município de PRINCESA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			91.865,00	-86.865,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			331.482,58	1.050,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		1.865.489,63	15,00	17,13
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PRINCESA, 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
 Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
 Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
 Controle Interno

ANEXO 2- RREO 5º BIM/2019 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229823

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			Atê o Bimestre			Atê o Bimestre (d)		
			No Bimestre	% (b/Total b)		No Bimestre	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	14.673.000,00	18.374.180,10	2.230.363,34	14.159.622,80	100,00	2.583.151,53	12.154.063,69	6.220.096,41
Legislativa	565.000,00	565.000,00	76.148,56	391.907,78	2,77	78.633,28	376.856,11	188.143,89
Ação Legislativa	565.000,00	565.000,00	76.148,56	391.907,78	2,77	78.633,28	376.856,11	188.143,89
Administração	2.646.650,00	3.027.830,34	322.799,08	1.955.128,08	13,81	400.923,64	1.773.419,44	1.254.410,90
Administração Geral	1.728.150,00	2.109.330,34	293.897,70	1.724.400,40	12,18	384.923,94	1.573.541,88	535.788,46
Administração Financeira	103.500,00	103.500,00	0,00	60.810,51	0,43	42.689,49	39.818,06	63.681,94
Assistência ao Idoso	669.000,00	669.000,00	11.032,21	51.500,75	0,36	12.660,37	44.342,17	624.657,83
Assistência à Criança e ao Adolescente	146.000,00	146.000,00	17.869,17	118.416,42	0,84	19.458,94	115.717,33	30.282,67
Segurança Pública	65.500,00	119.626,36	2.347,60	51.214,67	0,36	6.180,29	47.217,89	72.408,47
Policimento	60.500,00	114.626,36	2.347,60	51.214,67	0,36	6.180,29	47.217,89	67.408,47
Defesa Civil	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência Social	533.271,00	769.216,32	102.482,72	597.324,59	4,22	86.792,58	526.841,05	242.375,27
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência Comunitária	528.271,00	764.216,32	102.482,72	597.324,59	4,22	86.792,58	526.841,05	237.375,27
Saúde	2.815.173,50	4.112.794,06	513.328,63	3.281.766,44	23,18	572.047,04	2.879.636,35	1.233.157,71
Atenção Básica	2.672.073,50	3.655.860,54	495.346,44	2.996.221,58	21,16	507.055,76	2.663.520,75	992.339,79
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	70.750,00	353.088,61	5.840,66	230.285,86	1,63	122.802,75	161.385,69	191.702,92
Vigilância Sanitária	31.350,00	40.844,91	5.193,93	25.291,59	0,18	15.553,32	24.800,50	16.044,41
Vigilância Epidemiológica	41.000,00	63.000,00	6.947,60	29.967,41	0,21	11.733,60	29.929,41	33.070,59
Educação	3.288.035,00	3.731.305,21	499.063,43	2.952.137,10	20,85	779.168,11	2.786.600,45	944.704,76
Alimentação e Nutrição	62.100,00	70.261,49	6.306,95	53.143,04	0,38	17.118,45	16.324,35	34.628,51
Ensino Fundamental	1.739.435,00	1.901.390,99	256.105,07	1.465.943,74	10,35	435.447,25	1.377.925,80	523.465,19
Ensino Médio	76.200,00	123.796,40	8.233,01	55.596,79	0,39	68.199,61	46.116,54	78.679,86
Ensino Superior	70.000,00	88.000,00	-379,43	72.828,85	0,51	15.171,15	60.764,66	27.235,34
Educação Infantil	1.245.300,00	1.472.856,33	228.797,83	1.259.624,68	8,90	213.231,65	1.227.160,47	245.695,86
Educação Especial	75.000,00	75.000,00	0,00	45.000,00	0,32	30.000,00	40.000,00	35.000,00
Cultura	72.000,00	105.000,00	8.641,38	88.987,26	0,63	16.012,74	64.671,82	40.328,18
Diffusão Cultural	72.000,00	105.000,00	8.641,38	88.987,26	0,63	16.012,74	64.671,82	40.328,18
Urbanismo	893.385,50	1.278.842,36	59.742,36	837.468,08	5,91	441.374,28	376.598,74	902.243,62
Infra-Estrutura Urbana	400.010,50	771.908,04	0,00	466.730,34	3,30	305.177,70	44.816,56	727.091,48
Serviços Urbanos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transporte Rodoviário	492.375,00	505.934,32	59.742,36	370.737,74	2,62	135.196,58	331.782,18	174.152,14
Habitação	43.000,00	43.000,00	4.828,09	25.989,82	0,18	17.010,18	25.989,82	17.010,18
Habitação Urbana	43.000,00	43.000,00	4.828,09	25.989,82	0,18	17.010,18	25.989,82	17.010,18

RS 1,00

Continua 1/2

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.673.000,00	18.374.160,10	2.230.363,34	14.159.622,80	100,00	2.583.151,53	12.154.063,69	100,00
Saneamento	414.850,00	681.932,86	52.684,19	608.144,81	4,29	128.539,99	514.785,25	4,24
Saneamento Básico Urbano	414.850,00	681.932,86	52.684,19	608.144,81	4,29	128.539,99	514.785,25	4,24
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.582.300,00	1.641.705,74	159.840,86	1.401.655,20	9,90	208.607,09	1.319.240,74	10,85
Promoção da Produção Agropecuária	1.582.300,00	1.641.705,74	159.840,86	1.401.655,20	9,90	208.607,09	1.319.240,74	10,85
Comércio e Serviços	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	166.210,00	374.260,05	166.426,54	324.338,39	2,29	78.044,77	119.327,46	0,98
Energia Elétrica	166.210,00	374.260,05	166.426,54	324.338,39	2,29	78.044,77	119.327,46	0,98
Transporte	908.000,00	1.138.522,80	227.080,98	954.976,26	6,74	145.242,99	732.771,25	6,03
Transporte Rodoviário	908.000,00	1.138.522,80	227.080,98	954.976,26	6,74	145.242,99	732.771,25	6,03
Desporto e Lazer	182.000,00	266.499,00	34.675,01	249.297,25	1,76	72.137,23	224.222,45	1,84
Desporto Comunitário	182.000,00	266.499,00	34.675,01	249.297,25	1,76	72.137,23	224.222,45	1,84
Encargos Especiais	482.625,00	482.625,00	273,91	439.287,07	3,10	21.832,04	385.884,87	3,17
Outros Encargos Especiais	482.625,00	482.625,00	273,91	439.287,07	3,10	21.832,04	385.884,87	3,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	14.673.000,00	18.374.160,10	2.230.363,34	14.159.622,80	100,00	2.583.151,53	12.154.063,69	100,00

FONTE:

PRINCESA, 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Publicação Nº 2229824

PREPRO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

PRINCESA, 18/11/2019

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

ANEXO 4- RREO 5º BIM/2019 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229826

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)	R\$ 1,00	SALDO		
		Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>				
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)		5.279.784,35	5.262.903,97	4.745.600,30
Disponibilidade de Caixa		5.279.784,35	5.262.805,57	4.745.501,90
Disponibilidade de Caixa Bruta		5.562.208,21	5.351.262,15	4.746.814,56
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)		282.423,86	88.456,58	1.312,66
Demais Haveres Financeiros		0,00	98,40	98,40
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)		0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)		0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)		0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

PRINCESA, 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

ANEXO 5- RREO 5º BIM/2019 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229829

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)	R\$ 1,00	SALDO		
		Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>				
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)		5.279.784,35	5.262.903,97	4.745.600,30
Disponibilidade de Caixa		5.279.784,35	5.262.805,57	4.745.501,90
Disponibilidade de Caixa Bruta		5.562.208,21	5.351.262,15	4.746.814,56
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)		282.423,86	88.456,58	1.312,66
Demais Haveres Financeiros		0,00	98,40	98,40
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)		0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)		0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)		0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

PRINCESA , 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

ANEXO 6- RREO 5º BIM/2019 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229831

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DALINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	14.668.000,00	12.720.763,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
I.P.T.U.	634.350,00	602.191,13
I.S.S.	103.200,00	101.707,38
I.T.B.I.	84.200,00	108.065,61
I.R.R.F.	67.000,00	63.978,52
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	250.000,00	221.735,65
Contribuições	129.950,00	106.703,97
Receita Patrimonial	65.000,00	64.385,16
Aplicações Financeiras(II)	120.196,50	133.253,50
Outras Receitas Patrimoniais	115.196,50	132.986,84
Transferências Correntes	5.000,00	266,66
Cota-Parte do FPM	13.270.365,00	11.346.042,54
Cota-Parte do ICMS	6.640.000,00	5.119.816,61
Cota-Parte do IPVA	3.760.000,00	3.291.092,87
Cota-Parte do ITR	168.910,00	171.508,89
Transferências da LC 87/1996	1.600,00	1.417,10
Transferências da LC 61/1989	12.000,00	0,00
Transferências do FUNDEB	48.000,00	42.297,54
Outras Transferências Correntes	1.475.000,00	1.263.718,96
Demais Receitas Correntes	1.164.855,00	1.456.190,57
Outras Receitas Financeiras (III)	578.088,50	574.890,80
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III)	578.088,50	574.890,80
RECEITAS DE CAPITAL (V)	14.552.803,50	12.587.776,29
Operação de Crédito(VI)	5.000,00	520.253,92
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	5.000,00	91.865,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.000,00	91.865,00
	0,00	428.388,92

Continua 1/4

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				
	RECEITAS REALIZADAS(a)					
Convênios	0,00	428.388,92				
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	5.000,00	520.253,92				
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	14.557.803,50	13.108.030,21				

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	15.594.255,79	12.654.558,99	11.418.012,65	11.416.699,99	87.001,86	238.505,76	238.505,76
Pessoal e Encargos Sociais	7.847.429,00	6.253.399,85	6.249.064,82	6.248.268,16	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.746.826,79	6.401.159,14	5.168.947,83	5.168.431,83	87.001,86	238.505,76	238.505,76
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	7.746.826,79	6.401.159,14	5.168.947,83	5.168.431,83	87.001,86	238.505,76	238.505,76
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	15.594.255,79	12.654.558,99	11.418.012,65	11.416.699,99	87.001,86	238.505,76	238.505,76
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.751.904,31	1.505.063,81	736.051,04	736.051,04	195.422,00	1.388.910,71	1.388.910,71
Investimentos	2.749.904,31	1.505.063,81	736.051,04	736.051,04	195.422,00	1.388.910,71	1.388.910,71
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.751.904,31	1.505.063,81	736.051,04	736.051,04	195.422,00	1.388.910,71	1.388.910,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/4

Município de PRINCESA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	18.374.160,10	14.159.622,80	12.154.063,69	12.152.751,03	282.423,86	1.627.416,47	1.627.416,47
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		-954.561,15					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019					
		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		132.986,84					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		0,00					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-821.574,31					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		ABAIXO DA LINHA					
		SALDO					
		Em 31 Dez 2018(a)					Até o Bimestre/2019(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00					0,00
DEDUÇÕES (XXIX)		5.279.784,35					4.745.501,90
Disponibilidade de Caixa		5.279.784,35					4.745.501,90
Disponibilidade de Caixa Bruta		5.562.208,21					4.746.814,56
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		282.423,86					1.312,66
Demais Haveres Financeiros		0,00					0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-5.279.784,35					-4.745.501,90
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-534.282,45					

Continua 3/4

Município de PRINCESA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	281.111,20
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	-815.393,65
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-948.380,49
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.060.631,20
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.060.631,20
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

PRINCESA, 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS Prefeito Municipal	KELI FERNANDA MEOTTI Contadora CRC/SC - 026787/O-2	SIMONE MARLI NIELSSON Controle Interno
---	---	---

ANEXO 7- RREO 5º BIM/2019 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229837

Município de PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS: LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (h) - (i+j)	Saldo Total L = (e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	282.423,86	282.423,86	-	-	9.884,00	2.043.851,91	1.627.416,47	1.627.416,47	101.065,07	325.254,37	325.254,37
EXECUTIVO	0,00	282.423,86	282.423,86	0,00	0,00	9.884,00	2.043.851,91	1.627.416,47	1.627.416,47	101.065,07	325.254,37	325.254,37
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	251.230,78	251.230,78	0,00	0,00	9.884,00	1.692.600,11	1.369.789,28	1.369.789,28	7.440,46	325.254,37	325.254,37
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	12.106,79	12.106,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.886,00	0,00	9.886,00	9.886,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	0,00	256,03	256,03	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	0,00	0,00	20,00	20,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	17.613,89	17.613,89	0,00	0,00	28,00	165.631,78	141.678,10	141.678,10	6.519,43	17.462,25	17.462,25
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	194.936,45	194.936,45	0,00	0,00	0,00	474.740,33	470.020,11	470.020,11	566,00	4.164,22	4.164,22
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	535,56	535,56	0,00	0,00	0,00	200.990,23	155.227,32	155.227,32	0,00	45.762,91	45.762,91
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	0,00	1.160,35	1.160,35	0,00	0,00	0,00	50.070,17	48.597,84	48.597,84	185,03	1.287,30	1.287,30
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	0,00	488,95	488,95	0,00	0,00	0,00	2.962,92	2.872,92	2.872,92	0,00	90,00	90,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB.	0,00	24.192,76	24.192,76	0,00	0,00	0,00	798.184,68	541.536,99	541.536,99	180,00	256.467,69	256.467,69
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA	0,00	31.133,08	31.133,08	0,00	0,00	0,00	351.251,80	257.627,19	257.627,19	93.624,61	-0,00	-0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	31.133,08	31.133,08	0,00	0,00	0,00	351.251,80	257.627,19	257.627,19	93.624,61	-0,00	-0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	282.423,86	282.423,86	0,00	0,00	9.884,00	2.043.851,91	1.627.416,47	1.627.416,47	101.065,07	325.254,37	325.254,37

FONTE:

PRINCESA, 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Controladora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
Controladora Interna

ANEXO 8- RREO 5º BIM/2019 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229843

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	513.900,00	513.900,00	502.484,02	97,78
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	112.700,00	112.700,00	108.702,90	96,45
1.1.1- IPTU	95.000,00	95.000,00	99.697,92	104,95
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	17.700,00	17.700,00	9.004,98	50,88
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	67.000,00	67.000,00	63.978,52	95,49
1.2.1- ITBI	67.000,00	67.000,00	63.978,52	95,49
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	84.200,00	84.200,00	108.066,95	128,35
1.3.1- ISS	80.000,00	80.000,00	105.762,79	132,20
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	4.200,00	4.200,00	2.304,16	54,86
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	221.735,65	88,69
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.107.000,00	13.107.000,00	10.703.888,74	81,67
2.1- Cota-Parte FPM	8.140.000,00	8.140.000,00	6.320.985,23	77,65
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.500.000,00	7.500.000,00	6.005.844,50	80,08
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	320.000,00	320.000,00	315.140,73	98,48
2.2- Cota-Parte ICMS	4.700.000,00	4.700.000,00	4.113.864,92	87,53
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	52.871,91	88,12
2.5- Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	1.771,31	88,57
2.6- Cota-Parte IPVA	190.000,00	190.000,00	214.395,37	112,84
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.620.900,00	13.620.900,00	11.206.372,76	82,27

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	203.100,00	203.100,00	189.489,78	93,30
5.1- Transferências do Salário-Educação	140.000,00	140.000,00	122.608,57	87,58
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	32.000,00	32.000,00	31.334,40	97,92
5.4- Transferências Diretas - PNATE	28.000,00	28.000,00	34.233,92	122,26
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.100,00	3.100,00	1.312,89	42,35
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	105.000,00	105.000,00	98.689,76	93,99
6.1- Transferências de Convênios	105.000,00	105.000,00	98.689,76	93,99
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.050,00	2.050,00	3.780,49	184,41
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	310.150,00	310.150,00	291.960,03	94,14

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.473.490,00	2.473.490,00	2.077.755,73	84,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.500.000,00	1.500.000,00	1.201.168,62	80,08
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	940.000,00	940.000,00	822.772,05	87,53
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	-	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.000,00	12.000,00	10.574,37	88,12
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	400,00	400,00	354,21	88,55
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	21.090,00	21.090,00	42.886,48	203,35
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.480.000,00	1.480.000,00	1.265.480,56	85,51
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.475.000,00	1.475.000,00	1.263.718,96	85,68
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	1.761,60	35,23
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-998.490,00	-998.490,00	-814.036,77	81,53

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.405.750,00	1.429.572,25	1.171.623,80	81,96	1.171.623,80	81,96
13.1- Com Educação Infantil	66.9625,00	693.447,25	630.427,55	90,91	630.427,55	90,91
13.2- Com Ensino Fundamental	736.125,00	736.125,00	541.196,25	73,52	541.196,25	73,52
14- OUTRAS DESPESAS	74.250,00	84.250,00	63.104,49	74,90	62.274,49	73,92
14.1- Com Educação Infantil	38.375,00	48.375,00	40.351,04	83,41	39.521,04	81,70
14.2- Com Ensino Fundamental	35.875,00	35.875,00	22.753,45	63,42	22.753,45	63,42
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.480.000,00	1.513.822,25	1.234.728,29	81,56	1.233.898,29	81,51
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.233.898,29
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						92,58
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						4,92
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						2,50
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						33.822,25
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						33.822,25
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.175.800,00	1.256.591,95	1.047.240,87	83,34	1.018.346,71	81,04
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.572.635,00	1.542.958,40	1.150.332,38	74,55	1.126.894,48	73,03
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	772.000,00	772.000,00	563.949,70	73,05	563.949,70	73,05
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	800.635,00	770.958,40	586.382,68	76,06	562.944,78	73,02
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.748.435,00	2.799.550,35	2.197.573,25	78,50	2.145.241,19	76,63
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-814.036,77
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-814.036,77
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						2.959.277,96
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						26,41
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	142.000,00	184.650,66	167.714,90	90,83	152.618,28	82,65
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	168.100,00	346.762,31	266.932,96	76,98	191.177,55	55,13
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	310.100,00	531.412,97	434.647,86	81,79	343.795,83	64,69
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.058.535,00	3.330.963,32	2.632.221,11	79,02	2.489.037,02	74,72
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	25.160,46	50.614,96
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.263.718,96	122.608,57
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.225.236,50	159.295,28
47.1 Orçamento do Exercício	1.225.236,50	152.618,28
47.2 Restos a Pagar	0,00	6.677,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.761,60	705,80
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	65.404,52	14.634,05
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	65.404,52	14.634,05

PRINCESA, 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

ANEXO 9- RREO 5º BIM/2019 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2229846

Município de PRINCESA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)		0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.751.904,31	1.505.063,81	1.246.840,50
Investimentos	2.749.904,31	1.505.063,81	1.244.840,50
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	2.000,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.751.904,31	1.505.063,81	1.246.840,50
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	2.751.904,31	1.505.063,81	1.246.840,50

FONTE:

PRINCESA, 18/11/2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON
Controle Interno

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 291/2019 - DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230751

DECRETO Nº 291/2019 - DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CATIA REGINA BACKES DEZORDI, CONCEDIDA ATRAVÉS DECRETO MUNICIPAL Nº 251/2019, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019, QUE CONCEDEU.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere os Incisos XIII e IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando §1º do Art. 72 da Lei Complementar Municipal nº 032, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a suspensão da licença no interesse da Administração Pública Municipal;

Considerando a necessidade dos serviços da Servidora Pública Municipal Catia Regina Backes Dezordi pela Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando a Comunicação Interna nº 052/2019, de 11 de novembro de 2019, do Gestor da Secretaria Municipal de Saúde, Sr. Nédio Luiz Conci, solicitando retorno imediato as atividades da Servidora Pública Municipal Catia Regina Backes Dezordi;

DECRETA:

Art. 1º Fica SUSPENSA, a licença para tratar de interesses particulares, concedida à Servidora Pública Municipal Catia Regina Backes Dezordi através o Decreto nº 251/2019, de 17 de outubro de 2019.

Parágrafo único. A servidora deverá apresentar-se no setor de Recursos Humanos do Município, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 251/2019, de 17 de outubro de 2019.

Gabinete do Executivo Municipal, 18 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em ____/11/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

DECRETO Nº 290/2019 – DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2231013

DECRETO Nº 290/2019 – DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA NOMENCLATURA DA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS NOMEADOS COMO PROCURADORES ASSISTENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Quilombo,

CONSIDERANDO os Decretos Nº 119/2019, 120/2019 e 133/2019, que dispõem sobre as nomeações de candidatos aprovados no Concurso Público Nº 001/2019, para a categoria profissional de Procurador Assistente;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal Nº 150/2019, que dispôs sobre Alteração de nomenclatura, nível salarial e inclusão de atribuição ao cargo de Procurador Assistente, criado pela Lei Complementar Municipal nº 142/2019, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que os candidatos aprovados e nomeados no Concurso Público Nº 001/2019, para a categoria profissional de Procurador Assistente, tomaram posse e encontram-se ativos junto à Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado a nomenclatura da categoria profissional dos servidores efetivos abaixo relacionados, de Procurador Assistente para Procurador Municipal:

- Tairone Padilha dos Santos (OAB/SC 46.391)
- Luciana Lima (OAB/SC 56.153-B)
- Daniela Moura Bortolatto (OAB/SC 55.924-B)

Art. 2º Os servidores referidos no artigo 1º também passam a representar o Município de Quilombo perante o Poder Judiciário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EXTRATO 154/2019

Publicação Nº 2230386

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	154/2019
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CONSTRUÇÕES ANTUNES EIRELI
Objeto :	Garantia contratual (Caução em dinheiro)
Valor :	R\$ 2.310,00 (Dois mil, trezentos e dez reais)
Vigência :	De 13/11/2019 até a devolução do valor depositado como caução referente a fase da habilitação do processo licitatório Tomada de Preços 91/2019.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 91/2019
QUILOMBO, 13 de Novembro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

EXTRATO 155/2019

Publicação Nº 2230442

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	155/2019.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CONSTRUÇÕES ANTUNES EIRELI
Objeto :	AQUISIÇÃO DE OBRA PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ASSOCIADOS AO TURISMO NAS CATARATAS LOCALIZADAS EM LINHA SALTO SAUDADES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS, PROJETO ESTRUTURAL, ELABORADOS PELO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 872027/2018/MTUR/CAIXA, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC E O MINISTÉRIO DO TURISMO POR INTERMÉDIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, VISANDO O FOMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC
Valor :	R\$ 230.373,60 (Duzentos e trinta mil, trezentos e setenta e três reais e sessenta centavos)
Vigência :	Início: 13/11/2019 Término: 31/05/2020.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 91/2019.
Dotação :	1.037 4.4.90.00 1000 e 1034
QUILOMBO, 13 de Novembro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

LEI Nº 2794/2019 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230843

LEI Nº 2794/2019 – DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO – SC, SEUS FUNDOS E DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Quilombo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º O Orçamento Geral do Município de Quilombo para a o exercício de 2019 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 43.000.000,00 (Quarenta e três milhões de reais).

Art.2º O Orçamento do Município para o exercício de 2020, estima a receita em R\$ 36.625.000,00 (Trinta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco reais) e fixa a despesa em R\$ 28.854.630,00 (Vinte e oito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e trinta reais).
§1º As Receitas do Município serão realizadas mediante a arrecadações de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros e anexos.

§2º As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação nos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza.

Art.3º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Quilombo para o exercício de 2020 estima a receita em R\$ 6.375.000,00 (Seis milhões e trezentos e setenta e cinco reais) e fixa a despesa em R\$ 12.660.370,00 (Doze milhões, seiscentos e sessenta mil e trezentos e setenta reais).

§1º As Receitas do Fundo serão realizadas mediante arrecadações de rendas e outras receitas, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros e anexo.

§2º A Despesa do Fundo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

Art.4º O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2020 fixa a despesa em R\$ 1.485.000,00 (Um milhão e quatrocentos e oitenta e cinco mil reais).

Parágrafo Único. As Despesas da Câmara serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza.

Art.5º Os recursos da Reserva de Contingência no valor de R\$ 370.000,00 (Trezentos e setenta mil reais) são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos:

UNIDADE GESTORA:MUNICÍPIO

I- Intempéries e outros passivos contingentes R\$ 370.000,00.

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência, serão feitas por atos do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado os limites e a ocorrência de cada evento de riscos especificado neste Artigo.

Art.6º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.
Parágrafo Único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderão sofrer alterações, inclusões ou exclusões, através de ato do Poder Executivo, de acordo com as necessidades.

Art.7º O Executivo está autorizado por esta Lei, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64:

I – abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em Lei;

II – abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observando o disposto no Inciso III do Art.5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000.

III – adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais, e;

IV – abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2018/2021.

§ 1º Para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata este artigo, serão utilizados como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício, ou proveniente de cancelamento de restos a pagar;

II – superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos e;

III – o remanejamento de dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

§ 2º Excluem-se desse limite os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art.8º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados à destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o Artigo 43, § 3º da Lei Federal 4.320/64, será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos Artigo 8º, Parágrafo Único e 50, I da Lei Complementar 101/00, e Portaria 219/2004 do Secretaria do Tesouro Nacional. §2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos Artigos 8º, 42 50, I da I da Lei Complementar 101/00, e Portaria 219/2004 do Secretaria do Tesouro Nacional.

Art.9º Os recursos oriundos de convênios e seus rendimentos, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.10º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art.11º Durante o exercício de 2020, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art.12º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art.13º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art.14º A presente Lei vigorará durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 14 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/11/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Servidor Designado

Rancho Queimado

PREFEITURA

DECRETO Nº 2499 RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 17-2019

Publicação Nº 2230711

DECRETO Nº 2499, de 18 de novembro de 2019.

CLASSIFICAÇÃO FINAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 017/2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI, Prefeita Municipal de Rancho Queimado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Torna-se público para o conhecimento dos interessados a Homologação da Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 017/2019, conforme ANEXO I desde Decreto, informando o Cargo, a posição na classificação, nome dos candidatos e a situação final.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registra-se e publique-se.

Rancho Queimado 18 de novembro de 2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita de Rancho Queimado

ANEXO I

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Nº 17/2019.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF

CLASSIFICAÇÃO	NOME	TOTAL
1º	EDNA DÖRNER	120.80
2º	ALEXANDRE FERREIRA CORREIA	82.40
3º	ANDREZA GOETMANN	22.80

TÉCNICO DE ENFERMAGEM SAMU

CLASSIFICAÇÃO	NOME	TOTAL
1º	MÁRCIA REGINA DA SILVA DE ABREU	169.00
2º	DANIELA BARROS AMARAL MERÊNCIO	146.00
3º	ELAINE CONRADO BITENCOURT	128.50
4º	KELLI REGINA SILVA	112.70

MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	TOTAL
1º	EDUARDO XAVIER	228.20
2º	ACKSON BERTOTTO	206.60
3º	EVANDRO PACHECO	152.80
4º	CÉSAR VIEIRA CASCAES	103.80
5º	GLAUCON RODRIGUES DO CARMO	58.60
6º	LUCKY WILK FEITOSA	52.10

EXTRATO DA DESCISÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019 PARA REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2230320

EXTRATO DA DESCISÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019 PARA REGISTRO DE PREÇOS - CONSIDERANDO o disposto na Ata de Reunião da Comissão de Licitação nº 38/2019 (Sequência 2); CONSIDERANDO a declaração apresentada pelo representante da única empresa participante do certame supracitado, por meio da qual este abre mão do prazo de oito dias úteis concedido pela Pregoeira conforme o disposto no artigo 48, parágrafo terceiro da Lei 8.666/93, bem como da interposição de recurso referente ao julgamento dos seus documentos de habilitação; CONSIDERANDO a solicitação e justificativa do Secretário Municipal de Turismo e Cultura, tendo em vista o cronograma das atividades natalinas estabelecido pelo setor; CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos; Remarca-se a data de abertura do envelope de documentos de habilitação da licitante ELETRICISTA PEDRA BRANCA, adiantando-se a sessão pública para o dia 19/11/19, às 09:00 horas. Rancho Queimado, 18 de novembro de 2019. Publique-se. CLÁUDIA REGINA GREGOL RUDNICK, Pregoeira.

PORTARIA 331-2019 CONCEDE FERIAS MARIANA J PEREIRA

Publicação Nº 2230716

PORTARIA Nº 331/2019
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de FÉRIAS de 18 de novembro a 17 de dezembro de 2019 a MARIANA JARDIM PEREIRA, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Rancho Queimado, em 14 de novembro de 2019.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 332-2019 PRORROGA CONT TEMP 36 2019 DAYANA DE ABREU FISIOTERAPEUTA

Publicação Nº 2230721

PORTARIA Nº 332/2019

PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado,
CONSIDERANDO as férias da servidora efetiva Mariana Jardim Pereira,
RESOLVE PRORROGAR o Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 033/2019 firmado com DAYANA DE ABREU, a partir de 17 de novembro a 17 de dezembro de 2019.

Rancho Queimado, em 14 de novembro de 2019.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 333-2019 CONCEDE FERIAS ALCEU MUNSFELDT

Publicação Nº 2230724

PORTARIA Nº 333/2019
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 14 (quatorze) dias de FÉRIAS de 18 de novembro a 01 de dezembro de 2019 a ALCEU MUNSFELDT, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Rancho Queimado, em 18 de novembro de 2019.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2019 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2019 - PARA REGISTRO DE PREÇOS. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Publicação Nº 2229883

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2019 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2019 - PARA REGISTRO DE PREÇOS. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM – O Município de Rancho Queimado, torna público que até as 09:00 horas do dia 02 de dezembro de 2019, para eventual aquisição de materiais para a realização de drenagem, com recursos provenientes do FINISA nº 0522.906-07/2019, na estrada Geral Do Morro Chato, Taquaras E Outras Ruas Do Município De Rancho Queimado/SC. O edital na sua íntegra contendo todas as especificações poderão ser obtidos nos dias úteis na Prefeitura Municipal na Praça Leonardo Sell, 40 – Rancho Queimado – SC, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes> . Publique-se. Rancho Queimado, em 18 de novembro de 2019 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2019 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019 - PARA REGISTRO DE PREÇOS. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2229900

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2019 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019 - PARA REGISTRO DE PREÇOS. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – O Município de Rancho Queimado, torna público que até as 09:00 horas do dia 03 de dezembro de 2019, contratação de empresa para eventual fornecimento de serviços de mão de obra para assentamento de lajota e paver, colocação de meio-fio e execução de calçadas na Estrada Geral Do Morro Chato, Ruas De Taquaras E De Outras Localidades Do Município De Rancho Queimado Com Recursos Provenientes Do Programa FINISA Nº 0522.906-07/2019. O edital na sua íntegra contendo todas as especificações poderão ser obtidos nos dias úteis na Prefeitura Municipal na Praça Leonardo Sell, 40 – Rancho Queimado – SC, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes> . Publique-se. Rancho Queimado, em 18 de novembro de 2019 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

Rio do Campo

PREFEITURA

393 PORTARIA Nº 393 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ALMIR BONMANN

Publicação Nº 2229574

Portaria nº. 393, de 18 de novembro de 2019.
"Concede férias ao servidor ALMIR BONMANN".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ALMIR BONMANN, matrícula 33822, 10 (dez) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 17 de novembro de 2018 a 16 de novembro de 2019, tendo como período de gozo: 14 a 23 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 14 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Resp pela Sec de Administração e Finanças

Rio do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 077/2019 - AUTO PLUS

Publicação Nº 2229689

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 94/2019

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 07 de novembro de 2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE - Estado Santa Catarina, com endereço RUA PAULO SARDAGNA, nº 797, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.715/0001-82. CONTRATADO: AUTOPLUS VEICULOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 11.973.800/0005-39, neste ato representada pelo Sr. DEIWIS FABRÍCIO ULLMANN, portador do RG nº 3835230 e no CPF nº 022.474.209-40. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, ZERO KM, TIPO CAMINHONETE (PICAPE), TRAÇÃO 4X4, MOVIDO A DIESEL NA FORMA DO EDITAL E SEUS ANEXOS. VALOR: Valor total de R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º. DA FONTE DE RECURSOS: da seguinte Dotação Orçamentária Municipal: 2.202.2004.34490000000000000000.03000006.

HUMBERTO PESSATTI

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 217/2019 - ERRATA

Publicação Nº 2230480

ERRATA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 217/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Oeste, no uso das atribuições legais e regimentais, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica aprovada a Prestação de Contas do Prefeito referente ao Exercício de 2017 da Prefeitura Municipal de Rio do Oeste – Processo nº PCP 18/00108912.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 05 de novembro de 2019.

VALÍRIO HAVERROTH

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 221/2019-ERRATA

Publicação Nº 2230569

ERRATA

RESOLUÇÃO Nº 221/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

ALTERA DISPOSITIVOS DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica alterado o artigo 161, da Resolução 06/1998, e acrescidos os parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 161. Moção é a proposição escrita ou verbal em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, repudiando, aplaudindo, louvando, apoiando, solidarizando, protestando, reivindicando providências ou manifestando votos de pesar.”

§ 1º Poderão ser expedidas Moções, na forma de diploma ou de placa, às personalidades, empresas, entidades e órgãos públicos ou privados, contendo as assinaturas do Presidente da Câmara Municipal e do Vereador autor da proposição.

§ 2º No caso de proposição com mais de um autor, o diploma conterá apenas as assinaturas do Presidente e do primeiro signatário.”

Art. 2º Adiciona-se o parágrafo único ao art. 162 da Resolução 06/1998, com a seguinte redação:

“Parágrafo único: Quando a entrega da moção na forma de diploma ou de placa ocorrer em Plenário, o ato será realizado, uma vez por mês, em Sessão Solene convocada para esse fim, ou se o Plenário assim deliberar, poderá ser feita a entrega em sessão ordinária, antes de iniciarem-se os trabalhos.”

Art. 3º Fica alterado o inciso I do artigo 124, da Resolução 06/1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 124. Inalterado.

I - qualquer Vereador poderá para falar sentado, com exceção do uso da palavra na tribuna”.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 12 de novembro de 2019.

VALÍRIO HAVERROTH

Presidente

PUBLICADO DOM/SC:

PUBLICADO MURAL:

ASSINATURA:

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO N. 8624, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230902

DECRETO Nº 8.624, de 18 de novembro de 2019.

Suplementa dotação da Fundação Cultural de Rio do Sul e anula dotação do orçamento do município de Rio do Sul.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentaria nº 5.894 de 18 de dezembro de 2017, e com a Lei nº 6080, de 05 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

88.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
88.01	FUNDAÇÃO CULTURAL		
2.076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	70.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	80.000,00
	TOTAL	R\$	150.000,00

Art. 2º Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

86.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
86.02	CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIOS		
1.072	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	150.000,00
	TOTAL	R\$	150.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 8599 de 07 de novembro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO

07 de novembro de 2019

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8614, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229656

DECRETO Nº 8614, de 12 de novembro de 2019.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 047.2019 de 30.10.2019.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Artigo 49, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Edital de Pregão Presencial nº 047/2019, de 30 de outubro de 2019.

Parágrafo único – Atendendo aos interesses do Município, declaro revogado o Edital de Pregão Presencial nº 047/2019, de 30.10.2019, com base no despacho anexo ao processo, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei 8.666/93, em sua atual redação. Ato motivado por nenhum licitante ter se apresentado até o horário determinado. Restando o certame deserto.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
12 de novembro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8617, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229665

DECRETO Nº 8617, de 13 de novembro de 2019.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 5.707/2016.

DECRETA:

§ 1º A Comissão do Programa Bolsa-Atleta será integrada por seis membros sendo

I - 3 (três) membros da Fundação Municipal de Desportos;

*Jeberton Luis Fermino

*Sergio Luis Schlemper

*Graciano Bitencourt Ledra

II - 1 (um) membro da Procuradoria Geral do Município;

*Jairo Wehmuth Junior

III - 2 (dois) membros dos clubes de esportes amadores do município de Rio do Sul.

*Alexandre Duarte (Presidente modalidade de Judô)

*Rodrigo Fernandes (Presidente modalidade BiciCross)

§ 2º - O mandato dos membros da Comissão é de dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

§ 3º - Os membros da Comissão serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.

GABINETE DO PREFEITO

13 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8620, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229686

DECRETO Nº 8620, 14 de Novembro 2019.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Interno de Remoção, integrada pelos Srs. Alexandre Matos Pereira, Euler Neumann, Marlise Fronza Vieira, Alessandra Ribeiro Oliveira Pedrosa, Kelen Cristiane Pinto Soares Zazyki, Cristiane Marili Fronza Stedile e Maristela Regina Balbinot, para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Interno de Remoção-Geral 001/2019, inclusive realizar o julgamento de quaisquer recursos referentes ao Concurso Interno.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

14 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8623, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230469

DECRETO Nº 8623, de 14 de novembro de 2019.

"ALTERA O DECRETO Nº 7401, DE 24 DE AGOSTO DE 2018, ONDE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O PLENÁRIO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE RIO DO SUL - CODENSUL".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Municipal nº 339/2016.

DECRETA:

Art.1º - Fica alterado o art. 1º, inciso IV, alínea c, nomeado para compor o plenário do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rio do SUL – CODENSUL, previsto no art. 5º da Lei Complementar nº 339, de 12 de dezembro de 2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

(...)

I - representantes do Poder Executivo:

e) o Secretário Municipal de Infraestrutura;

Titular: Daniel Pasa

Art.2º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 25/2019

Publicação Nº 2230467

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 025/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DAS RESPECTIVAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTES CIENTIFICADOS QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 700, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº	DATA	PROTOCOLO Nº	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
8580	23/09/19	174160/2018	JAIME PICKLER JUNIOR	004.328.349-74
8629	04/10/19	156703/2015	RAFAEL ANTONIO SANTORI	025.521.739-00

Rio do Sul, 18 de novembro de 2019.

Alexandre Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor do Departamento de Fiscalização
--	--

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 040/2019

Publicação Nº 2229642

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 040/2019
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

No dia 14/11/2019, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Protocolo nº 142925/2013

Recurso Ordinário nº 027/2019

Recorrente: UNIODONTO de SC Cooperativa Administradora de Contratos

Relator: Conselheiro Juliano M-Iler

DECISÃO: Por unanimidade, negado provimento ao Recurso

EMENTA: ISSQN: COOPERATIVA ADMINISTRADORA DE CONTRATOS – ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ADQUIRENTES DE PLANOS ODONTOLÓGICO – RECURSO NÃO PROVIDO

Leonice Witte - Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

PAUTA DE SORTEIO Nº 015/2019

Publicação Nº 2229594

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

Pauta de Sorteio Nº 015/2019

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 25 de Novembro de 2019, às 08hs00min no Plenário da Câmara de Vereadores localizado no 2º andar do prédio da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição do seguinte Recurso Ordinário:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 179142/2019

Nome do Recorrente: Cintia Adam

Nº do Recurso Ordinário: 029/2018

Rio do Sul, 07 de Novembro de 2019.

LEONICE WITTE
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2019/FMS

Publicação Nº 2230507

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2019/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, COM FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E LOCAÇÃO MENSAL DE APARELHOS DE CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO, COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES ATENDIDOS PELO PROGRAMA DE OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR PROLONGADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Federal Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 80/2007 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 08h00min do dia 02/12/2019, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2019,
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA
Secretária de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 201/2019

Publicação Nº 2230791

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 201/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA (EPI's), A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 80/2007 e subsidiariamente a Lei 8.666/93.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 13h30min do dia 02/12/2019, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração e Fazenda

RESOLUÇÃO Nº 51/2019/CMDCA

Publicação Nº 2230464

RESOLUÇÃO Nº 51/2019/CMDCA

Dispõe sobre divulgação do resultado final da lista das entidades que inscreveram-se e poderão concorrer à eleição da sociedade civil do CMDCA para compor a gestão 2019-2021 e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere as Leis Complementares nº 287/2014, 361/2017 e 418/2019;

CONSIDERANDO o edital nº 03/2019/CMDCA que convoca para a eleição dos membros de entidades da sociedade civil, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Rio do Sul/SC;

CONSIDERANDO a resolução nº 41/2019/CMDCA do CMDCA, que criou a Comissão Organizadora do Processo de Eleição da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, biênio 2019/2021;

CONSIDERANDO a resolução nº 42/2019/CMDCA que alterou o cronograma do edital nº 03/2019/CMDCA;

CONSIDERANDO a resolução nº 47/2019/CMDCA que novamente alterou o cronograma do edital nº 03/2019/CMDCA;

CONSIDERANDO a resolução nº 50/2019/CMDCA que dispõe sobre divulgação da lista das entidades que inscreveram-se para o processo de eleição da sociedade civil do CMDCA, para compor a gestão 2019-2021;

CONSIDERANDO a reunião da Comissão Organizadora do Processo de Eleição da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, biênio 2019/2021, realizada no dia 18 de novembro de 2019, às 9h30min na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES.

RESOLVE:

Art. 1º- Publicar o resultado final das entidades que poderão concorrer à eleição para representação da sociedade civil do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Rio do Sul, no biênio 2019-2021:

ENTIDADE	REPRESENTAÇÃO	
	TITULAR	SUPLENTE
Clube de Mães – Lar da Menina	Silvania Floriano Muller	Rosecléia Romana Cé
Centro Comunitário Divino Espírito Santo	Janete Terezinha Zanis de Oliveira	Sandra Grah Xavier
Associação Mover Caminhos	Karise Robetti	Amauri Hoffmann
Obra Kolping Estadual de Santa Catarina – OKE/SC	Marilene Fuchter	Lucimara dos Santos Koch
Centro Assistencial de Caridade Nossa Senhora da Conceição	Jorge Miguel Freitas	Grasiele Maria Freitas Koepp
Grupo Escoteiro MAFEKING	Zailú Medeiros Doile	Elói Marconi

Instituto Federal Catarinense - IFC	Leonardo José Antunes	William Leoncio Wrubel
Associação em Prol da Primeira Infância – Aco- lhervc	Shanna Wolff Sieves	Angelica Cristina Silveira
Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – RENAPSI	Patricia de Lourdes Pureza de Souza	Gabriel William Lorenzi da Silva

Art. 2º - Cada entidade, através de um eleitor (titular ou suplente) poderá votar em até 8 (oito) representantes.

§ 1º As entidades mais votadas terão representação no CMDCA com seu respectivo titular e suplente.

§ 2º As entidades não eleitas comporão o cadastro reserva e assumirão caso haja vacância.

Art. 3º - Alterar o prazo para adequação documental das entidades inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para até 31 de março de 2020.

Art. 4º - Alterar o horário de realização da eleição no dia 20 de novembro de 2019, passando a ser às 10h30min.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data da sua aprovação.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2019.

KARISE ROSETTI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

TERMO ADMINISTRATIVO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL- 002/2019.

Publicação Nº 2230454

TERMO ADMINISTRATIVO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 002/2019

TERMO ADMINISTRATIVO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E FERRO VELHO GESSER LTDA ME.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, doravante denominado simplesmente EXPROPRIANTE, e FERRO VELHO GESSER LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ n. 82.968.074/0001-80, com sede na Rua Artur M-Iler, nº 786 - Botafogo, Trombudo Central - SC, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. GLÁUCIO GESSNER brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 7/C 3.272.393, e RG n. 015.110.679-77, residente e domiciliado à Rua Arno Zimmermann, S/N, Bairro Liberdade, no Município de Trombudo Central doravante denominado simplesmente de EXPROPRIADO, resolvem entre si, celebrar o presente Termo Administrativo de Desapropriação Amigável, com fundamento no Artigo 100, § 1º da Lei Orgânica do Município, Artigo 182 § 3º da Constituição Federal, bem como com base no Decreto n. 8615, de 13 de novembro, que declarou utilidade pública do referido imóvel, e por fim, mediante as cláusulas e condições que a seguir se expõe:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O EXPROPRIADO declara ser o proprietário e possuidor legítimo do imóvel, localizado no perímetro urbano, na Estrada Blumenau, Bairro Taboão, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina com uma área total de 7.798,15 m² (sete mil setecentos e noventa e oito metros quadrados e quinze decímetros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice do ponto OPP, de coordenadas n 6990651.587m e E 636925.739m; deste, segue confrontando com Andreia H-bner (matricula 33244), com os seguintes azimutes e distâncias: 291º44'01" e 74.25 metros até o vértice ponto 1; deste segue confrontando com as terras da Rede Ferroviária Sociedade Anônima (RFSA); com os seguintes azimutes e distâncias: 24º34'09" e 210.30 metros até o vértice ponto 2; deste, segue confrontando com Ariano Francisco Vogelbacher, Lilian Bremer Vogelbacher (matricula 28597); com os seguintes azimutes e distâncias 184º49'33" e 219,54 metros até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 510 WGr e encontra-se representada no Sistema UTM, 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculado no plano de projeção UTM. Cadastro Imobiliário 39627, Inscrição Imobiliária número 01.15.025.14.88. (Matrícula 63.429).

CLÁUSULA SEGUNDA

O EXPROPRIANTE através do Decreto Municipal n. 8.615, de 13 de novembro, declarou utilidade pública para fins de desapropriação, com o fito de realizar alteração do traçado da Estrada Blumenau, no Município de Rio do Sul/SC, utilizando para tanto, de parte ideal do imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Termo de Acordo, ficando a área total a ser desapropriada assim definida:

I - A área a ser desapropriada será de 1.477.77 m² (mil quatrocentos e setenta e sete metros quadrados e setenta e sete decímetros quadrados), da área total de 7.798,15 m² (sete mil setecentos e noventa e oito metros quadrados e quinze decímetros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice do ponto OPP, de coordenadas n 6990651.587m e E 636925.739m; deste, segue confrontando com Andreia H-bner (matricula 33244), com os seguintes azimutes e distâncias: 291º44'01" e 74.25 metros até o vértice ponto 1; deste segue confrontando com as terras da Rede Ferroviária Sociedade Anônima (RFSA); com os seguintes azimutes e distâncias: 24º34'09" e 210.30 metros até o vértice ponto 2; deste, segue confrontando com Ariano Francisco Vogelbacher, Lilian Bremer Vogelbacher (matricula 28597); com os seguintes azimutes e distâncias 184º49'33" e 219,54 metros até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 510 WGr e encontra-se representada no Sistema UTM, 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculado no plano de

projeção UTM. Cadastro Imobiliário 39627, Inscrição Imobiliária número 01.15.025.14.88. (Matrícula 63.429).

CLÁUSULA TERCEIRA

O EXPROPRIADO declara que, no imóvel descrito na Cláusula Primeira, não existe servidão ativa ou passiva, nem outros ônus ou quaisquer restrições ao direito de propriedade e/ou uso pelo EXPROPRIANTE, bem como qualquer débito, protesto ou ação cível, criminal ou trabalhista cuja garantia possa vir a recair sobre o imóvel.

CLÁUSULA QUARTA

Pela integralidade da área a ser desapropriada, descrita na Cláusula Segunda, as partes têm como certo e ajustado que o EXPROPRIANTE pagará ao EXPROPRIADO, a quantia total de R\$ 179.333,20 (cento e setenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais e vinte centavos), a título de justa indenização, tudo conforme avaliação do bem, realizada pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis deste município, designada pelo Decreto 7.916, de 20 de fevereiro de 2019.

O pagamento da importância acima descrita será realizado em quatro parcelas, conforme segue abaixo:

1ª Parcela: valor de R\$ 49.333,20 (quarenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais e vinte centavos) paga no ato da assinatura da transferência da titularidade da área do motivo da desapropriação amigável;

2ª Parcela: valor de R\$ 43.333,33 (quarenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), à ser paga no prazo máximo de trinta dias corridos após a efetivação do pagamento da 1ª Parcela;

3ª Parcela: valor de R\$ 43.333,33 (quarenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), à ser paga no prazo máximo de trinta dias corridos após a efetivação do pagamento da 2ª Parcela;

4ª Parcela: valor de R\$ 43.333,34 (quarenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), à ser paga no prazo máximo de trinta dias corridos após a efetivação do pagamento da 3ª Parcela.

CLÁUSULA QUINTA

Constituem obrigações do EXPROPRIADO, seus herdeiros e sucessores:

I – Atender, sempre que solicitado, todas e quaisquer diligências, em especial as necessárias a correta regularização imobiliária do imóvel objeto da desapropriação, inclusive fornecendo documentos pessoais, subscrever documentos públicos e particulares entre outras medidas necessárias à regularização das áreas desapropriadas e remanescentes.

II – Não causar qualquer retardo ou embaraço ao ato de desapropriação, seja ele qual for a sua natureza.

CLÁUSULA SEXTA

Constituem obrigação do EXPROPRIANTE:

I – Providenciar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do presente termo, a escritura definitiva do imóvel desapropriado, ficando às expensas do EXPROPRIANTE todas as despesas de tal ato.

CLÁUSULA SÉTIMA

Realizado o pagamento do valor expresso na Cláusula Quarta, o EXPROPRIADO dá ao EXPROPRIANTE, plena, geral, irrestrita, e irrevogável quitação, não podendo exigir qualquer outro valor, em especial a título de pagamento pelo imóvel desapropriado ou benfeitorias afetadas na área desapropriada, seja de qualquer natureza.

CLÁUSULA OITAVA

A partir da assinatura do presente instrumento, o EXPROPRIANTE fica irrevogavelmente imitado na posse das áreas desapropriadas, podendo nela realizar todas e quaisquer intervenções, atividades e medidas, sejam elas de que natureza forem, inclusive as necessárias a efetiva transferência e regularização da área desapropriada, obras e edificações da via.

CLÁUSULA NONA

Para acesso e uso da área imitada se for necessário, o EXPROPRIADO autoriza o pleno e efetivo acesso e a ocupação das áreas contíguas/lindeiras ao imóvel desapropriado, nada tendo a reclamar ou pleitear por tal ocupação, seja a que título ou natureza for, em especial no que tange a indenização pelo uso.

CLÁUSULA DÉCIMA

O presente Termo é firmado em caráter irrevogável e irretratável, vinculado as partes, seus herdeiros e sucessores, sendo vedado o direito de arrependimento ou desistência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O EXPROPRIANTE e o EXPROPRIADO após terem tido prévio conhecimento do texto deste instrumento e compreendido o seu sentido e

alcançe, têm justo e acordado o presente Termo Administrativo de Desapropriação Amigável do imóvel descrito e caracterizado neste instrumento, assinando abaixo e rubricando as folhas deste que é composto de 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas julgadas idôneas e presentes, para que produza todos os seus legais efeitos, elegendo ainda o foro da comarca de Rio do Sul, para dirimir quaisquer conflitos proveniente à este Termo.

Rio do Sul (SC), 13 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
EXPROPRIANTE

FERRO VELHO GESSER LTDA ME
EXPROPRIADO

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO TITO RAFAEL FONTANIVE

Publicação Nº 2229570

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) TITO RAFAEL FONTANIVE é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2017, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 14 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE PERMISSÃO DE USO 003/2019

Publicação Nº 2230906

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 003/2019.

TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO E PRECÁRIO DE ÁREA DE IMÓVEL para depósito DE resíduos sólidos provenientes da limpeza das vias públicas, QUE ENTRE SI CELEBRAM, VALDEMIRO SEMANN E DORACIA SEEMAN E O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.

A inventariante, Sra. DORACI SEEMAN, brasileira, portadora do RG n. 1.896.615, inscrita no CPF sob o nº 903.144.099-04, residente e domiciliados na Rua dos Quintinos, s/n, bairro Bremer, no Município de Rio do Sul/SC, doravante denominada PERMITENTE, e de outro lado MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede à Praça 25 de Julho, 01, Centro, em Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, doravante denominado PERMISSONÁRIO, resolvem firmar o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO, que prometem cumprir na melhor forma de direito.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO é a cessão ao PERMISSONÁRIO, do imóvel situado à linha Ribeirão Alto Matador, margem esquerda, com área de 131.566.00m², matrícula nº 28.363 registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul, a título gratuito e precário, para depósito de resíduos sólidos provenientes da limpeza das vias públicas do Município de Rio do Sul, de propriedade dos PERMITENTES.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

Destina-se o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO a utilização do imóvel descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA, para fins de depósito de resíduos sólidos provenientes da limpeza das vias públicas do Município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

- a) O PERMITENTE obriga-se a ceder e estabelecer área do imóvel acima mencionado, para as finalidades descritas neste termo;
- b) O PERMISSONÁRIO deverá identificar a área onde serão armazenados os resíduos sólidos provenientes da limpeza das vias públicas;
- c) O PERMITENTE deverá possuir alvará de terraplanagem e licenciamento ambiental emitidos pelo PERMISSONÁRIO, às custas deste.
- d) O PERMITENTE deverá aceitar somente resíduos sólidos provenientes da limpeza das vias públicas oriundos da Secretaria Municipal de Obras de Rio do Sul ou mediante autorização da mesma;
- e) O PERMISSONÁRIO obriga-se a respeitar as áreas de preservação permanente;
- f) Fica o PERMISSONÁRIO proibido de realizar supressão vegetal da área sem autorização do PERMITENTE, bem como sem as autorizações e/ou licenças próprias;
- g) O PERMISSONÁRIO poderá realizar somente o descarte de resíduos sólidos provenientes da limpeza das vias públicas do Município de Rio do Sul;
- h) Fica o PERMISSONÁRIO responsável pela coleta e transporte resíduos sólidos provenientes da limpeza das vias públicas até o imóvel do PERMITENTE;
- i) O PERMITENTE não poderá utilizar o material coletado para finalidade Contrária ao estabelecido neste Termo de Compromisso

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Permissão de Uso tem seu prazo determinado, com início na data de publicação do respectivo no Diário Oficial dos Municípios e término após 05 (cinco) anos, ou até eventual rescisão, ou mesmo por renúncia de qualquer das partes, sendo a posse da área transferida na mesma data ao PERMITENTE.

O presente Termo de Permissão de Uso pode ser prorrogado no interesse comum das partes, a qualquer tempo, por intermédio de aditivo e pelo prazo que vierem a ajustar PERMITENTE e PERMISSONÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESTITUIÇÃO

Terminado o prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso, o PERMITENTE retomam, de imediato, a posse do imóvel descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA.

Ao fim do prazo de vigência ou rescisão do contrato o PERMISSONÁRIO fica isenta de restituição de qualquer valor utilizado para construção, manutenção e reforma do bem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Permissão de Uso poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto nas cláusulas do Termo de Permissão de Uso.

CLÁUSULA OITAVA– DA RESPONSABILIDADE PENAL E CIVIL

O PERMISSIONÁRIO responsabilizar-se-á por qualquer dano ocasionado a patrimônio público ou a terceiros, seja no campo civil, penal, administrativo, em decorrência da consecução do objeto do presente Termo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo de Permissão de Uso, podendo, os casos omissos, serem resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo de Permissão de Uso, juntamente com suas testemunhas adiante firmadas.

Rio do Sul (SC), 19 de setembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ PERMISSIONÁRIO	DORACI SEEMAN PERMITENTE

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

TERMO DE PERMISSÃO DE USO 008/2019

Publicação Nº 2230477

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 008/2019.

TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO E PRECÁRIO DE ÁREA DE IMÓVEL para retirada de material (saibro), para o revestimento primário das estradas públicas municipais, QUE ENTRE SI CELEBRAM, GILMAR DE AMORIM E O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.

O Sr. GILMAR DE AMORIM, brasileiro, portador do RG n. 3.242.147, inscrita no CPF sob o nº 026.053.189-82, residente e domiciliados na Rua Presidente Castelo Branco, 971, bairro Aerado, no Município de Ibirama/SC, doravante denominada PERMITENTE, e de outro lado MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede à Praça 25 de Julho, 01, Centro, em Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, doravante denominado PERMISSIONÁRIO, resolvem firmar o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO, que prometem cumprir na melhor forma de direito.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO consiste na autorização de acesso e de utilização do imóvel da PERMITENTE descrito na cláusula segunda, através da retirada de material (saibro), para o revestimento primário das estradas públicas municipais.

Clausula segunda – DO IMÓVEL

O imóvel mencionado na cláusula primeira, consiste na parte ideal correspondente a 7.500 m², em favor de José de Amorim do terreno rural, situado na localidade de Ribeirão Areado, município e Comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, formado pelo lote de terras nº 01, da linha Ribeirão das Pedras, com a área de 95.150.00 m² (noventa e cinco mil, cento e cinquenta metros quadrados), registrado sob a matrícula nº 17.644 do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Ibirama-SC, por meio contrato de doação de pai para filho – adiantamento da legítima com usufruto, para seu filho, Sr. Gilmar amorim, brasileiro, união estável portador do RG. 3.242.147, e inscrito no CPF n. 026.053.189-82, residente e domiciliado à Rua Castelo Branco, n. 1971, bairro Ribeirão Areado município de Ibirama/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

a) O PERMITENTE autoriza a Prefeitura Municipal de Rio do Sul, através dos profissionais competentes, a retirar o material (saibro) presente no imóvel, concedendo o livre acesso na propriedade.

b) O PERMISSIONÁRIO deverá providenciar alvará de terraplanagem e licenciamento ambiental emitidos às custas deste.

c) O PERMITENTE a contar da assinatura do presente termo de permissão de uso, não poderá assumir qualquer compromisso de alienação/ utilização do imóvel que possa prejudicar o cumprimento do objeto pactuado, bem como não poderá autorizar à terceiros a extração do material descrito na cláusula primeira, sob pena de caracterizar-se o descumprimento contratual e consequentemente sofrer as cominações previstas na cláusula quinta deste acordo.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Permissão de Uso tem seu prazo determinado, com início na data de publicação do respectivo no Diário Oficial dos Municípios e término após 05 (cinco) anos, ou até eventual rescisão, ou mesmo por renúncia de qualquer das partes, sendo a posse da área transferida na mesma data ao PERMITENTE.

O presente Termo de Permissão de Uso pode ser prorrogado no interesse comum das partes, a qualquer tempo, por intermédio de aditivo e pelo prazo que vierem a ajustar PERMITENTE e PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Permissão de Uso poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto nas cláusulas do Termo de Permissão de Uso.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE PENAL E CIVIL

O PERMISSIONÁRIO responsabilizar-se-á por qualquer dano ocasionado a patrimônio público ou a terceiros, seja no campo civil, penal, administrativo, em decorrência da consecução do objeto do presente Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo de Permissão de Uso, podendo, os casos omissos, serem resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo de Permissão de Uso, juntamente com suas testemunhas adiante firmadas.

Rio do Sul (SC), 11 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ PERMISSIONÁRIO	GILMAR AMORIM PERMITENTE

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1267/2019

Publicação Nº 2230900

PORTARIA No 1267, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Designa membros para compor a Comissão de Avaliação dos Servidores estáveis e estágio probatório

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Designar, nos termos da Resolução nº 619, de 31 de maio de 2011, alterada pelas Resoluções nº 647, de 03 de abril de 2012, e nº 845, de 29 de março de 2016, c/c Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011, os seguintes servidores estáveis para compor Comissão de Avaliação dos Servidores estáveis e estágio probatório, para o mandato de dois anos:

I - Thayná Fiamoncini, Diretora Administrativa da Câmara;

II – Sandra Regina Orlando Solano, eleita através de processo de votação realizado na data de quatorze de novembro de 2019;

III – 01 (um) membro rotativo, indicado pela Diretora Administrativa, dentre os servidores de cada setor a ser avaliado, com preferência ao servidor com mais tempo de serviço no Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Fica designado como membro suplente, que deverá atuar nos casos de ausência e impedimento dos membros titulares, o servidor Fernando Guedes.

Art. 2º O valor da Gratificação mensal a ser concedida aos membros titulares da referida Comissão, com exceção do membro rotativo, será no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor de referência do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. O membro suplente somente fará jus a gratificação correspondente no mês em que vier a substituir algum membro titular.

Art. 3º Designar, os seguintes servidores para compor Comissão Permanente Especial Recursal:

I – Roberto Andrade Bastos, Diretor Geral da Câmara;

II – Luis Fernando Schweder;

III – Amauri Abe, indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul.

Parágrafo único. A Comissão Permanente Especial Recursal não fará jus, em hipótese alguma, a qualquer gratificação.

Art 4 o Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2019.

MARCOS NORBERTO ZANIS

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

[Assinado Digitalmente]

RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 28/2019 (PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2019)

Publicação Nº 2230409

**RESUMO DO CONTRATO Nº 28/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2019****Contratante:** Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.
Contratada: Cleiton de Souza Comercial MEI

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, materiais de limpeza e EPI's, para atender ao Poder Legislativo Municipal de Rio do Sul, durante o período de validade da Ata do Registro de Preços (ARP) e nos valores que a Administração se dispõe a pagar, conforme abaixo:

ITEM	QUANT.	UND.	PRODUTO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	80	Pacotes de 500 g cada	Café, em pó homogêneo, torrado e moído, com as seguintes características: Acondicionamento: embalagem a vácuo com 500g, com validade mínima de 10 meses a partir da entrega pelo fornecedor na Câmara Municipal de Rio do Sul, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo e número de Registro no Ministério da Saúde. Aspecto: em pó homogêneo, torrado e moído. Classificação: Tipo 100 % de café arábica. Ponto de torra: média. Aroma e sabor: característico do produto, podendo ser Suave ou Intenso. Qualidade: 4,5 pontos ou mais, na escala de 0 a 10 no Programa de Qualidade do Café da Associação Brasileira de Indústria do Café – PQC/ABIC. O produto deve apresentar o certificado de qualidade emitido pela Associação Brasileira de Indústria do Café – ABIC, bem como o Selo de Pureza ABIC, com apresentação do certificado de autorização ao uso do Selo de pureza ABIC com validade de 6 meses. O café deve ser identificado com o Símbolo de Qualidade ABIC e o Símbolo do Perfil do Sabor do Café ABIC, com apresentação do certificado de autorização do símbolo de qualidade ABIC indicando a qualidade global através de uma faixa de notas, a data da última avaliação do produto e a categoria	R\$ 9,99	R\$ 799,20

			certificada.		
3	3	Frascos com, no min., 80 ml cada	Adoçante dietético líquido, em frascos com no mínimo 80 ml (oitenta mililitros), constando de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto, mínima de 12 (doze) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de Rio do Sul.	R\$ 3,92	R\$ 11,76
4	400	Caixas com 1.000 ml	Leite UHT semidesnatado, esterilizado, longa vida, em embalagens Tetra Pak de 1.000 ml (um mil mililitros), Composição: leite de vaca e estabilizantes e citrato de sódio. A embalagem deve conter o Registro no Ministério da Agricultura. Constando na embalagem, de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto, mínima de 2 (dois) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de Rio do Sul.	R\$ 2,63	R\$ 1.052,00
5	3	Embalagem de 200 g cada	Café solúvel granulado, instantâneo, em frasco com 200 g (duzentos gramas), 100% (cem por cento) puro, selo da ABIC e Certificado de Autorização para uso do selo. Constando de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto, mínima de 12 (doze) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de Rio do Sul.	R\$ 10,46	R\$ 31,38
6	60	Caixas com no min. de 10 g com no min. 10 saquinhos	Chá, de diversos sabores, preparado com folhas e brotos são e limpos, procedentes de espécimes vegetais genuínos, não devendo conter substâncias estranhas à sua constituição normal, nem elementos vegetais estranhos à espécie, não pode ser colorido artificialmente, isento de sujidade, parasitos e larvas, acondicionado em saquinhos, embalados em caixas contendo no mínimo 10 (dez) gramas, com no mínimo 10 (dez) saquinhos, constando de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto, mínima de 12 (doze) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de	R\$ 2,54	R\$ 152,40

			Rio do Sul. Sabores: Chá Preto, boldo, hortelã, morango, camomila, erva-doce, cidreira e verde.		
17	30	Pacotes com 25 und	Saco plástico de lixo, cor preta, capacidade para 100 litros, reforçado, resíduo normal, Classe I – Tipo B, medindo 75 cm x 105 cm (centímetros), em embalagens com 25 (vinte e cinco) sacos.	R\$ 6,44	R\$ 193,20
21	2	Unidade	Cesto para Lixo, telado em material plástico (polipropileno) DE ALTA RESISTÊNCIA, cor preta, sem tampa. Dimensões aproximadas: diâmetro - 26,5 cm, altura - 28 cm. Capacidade: 10 Litros.	R\$ 9,43	R\$ 18,86
24	1	Unidade	Esfregão (MOP) para limpeza de chão. Suporte em polipropileno de 34cm(c) x 12,5cm(l) com conector giratório para alcançar áreas difíceis, com encaixe para cabos; cabo cilíndrico de alumínio, revestido de plástico, de no mínimo 150cm(c). Refil mopmicro luva de fibra.	R\$ 65,05	R\$ 65,05
25	8	Unidade	Refil / MOP micro-luva de fibra para esfregão. De polipropileno de 34cm(c) x 12,5cm(l) com conector giratório para alcançar áreas difíceis, com encaixe para cabos.	R\$ 15,45	R\$ 123,60
28	5	Unidade	Pano de chão de saco alvejado especial (algodão) 80 x 50 CM, para limpeza de piso - cor branca.	R\$ 5,79	R\$ 28,95
35	6	Unidade	Saponário cremoso. Embalagem 300 ml.	R\$ 5,55	R\$ 33,30
37	1	Unidade	Pá de lixo com cabo longo plastificado.	R\$ 8,70	R\$ 8,70
39	100	Pacotes com 100 unidades	Copo descartável em poliestireno, não tóxico, resistente à temperatura máxima de 100°C, com capacidade para 180 ml (cento e oitenta mililitros), transparente, em conformidade com a norma ABNT 14.865/2002, acondicionados em pacotes de 100 (cem) unidades.	R\$ 4,14	R\$ 414,00

DO PRAZO DE VALIDADE: O prazo de validade deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

MARCOS NORBERTO ZANIS

Presid. Câmara Municipal Rio do Sul

[assinada digitalmente]

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL MEI

CNPJ nº 18.531.205/0001-69

[assinada digitalmente]

CONTRATO Nº 25/2019 - TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 09/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2019

Publicação Nº 2230911



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**CONTRATO 25/2019 – TERMO DE CREDENCIAMENTO 09/2019
CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2019**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL** pessoa jurídica de direito público, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Bairro Centro, neste Município, neste ato representado por seu Presidente, Senhor MARCOS NORBERTO ZANIS, e do outro, RSTV LTDA, registrado no CNPJ 08.057.453/0001-66, doravante denominado CREDENCIADO, em conformidade com o disposto na Lei nº 8666/93 e, demais normas aplicáveis a espécie, tem entre si justa acordada a prestação de serviços mediante cláusulas e condições a seguir exaradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa televisiva.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O preço para o presente ajuste, em emissora de televisão com sinal fechado é de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para inserções de 15 segundos; R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para inserções de 30 segundos e R\$ 80,00 (oitenta reais) para inserções de 60 segundos, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2019.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

3.3.90.39.88.00.00.00.0000 - Serviços de Publicidade e Propaganda

Saldo: R\$ 230.721,39 (duzentos e trinta mil, setecentos e vinte e um reais e trinta e nove centavos)

Contrato 24/2019 – Termo de Credenciamento 08/2019 – Folhas 1 de 4

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do Sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo com o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS, tendo como referência a tabela de preço referido no edital de Chamamento Público nº 07/2019.

O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, levando em conta o número de publicações efetivamente realizadas e previamente autorizadas pela CMRS.

O pagamento será efetuado após cada período de serviço realizado (mensal), mediante prestação de contas aprovada pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Rio do Sul, contra-apresentação em cheque nominal ou por meio de depósito bancário, mediante apresentação da correspondente fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da CMRS, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de vencimento.

Uma vez aceita a fatura, o respectivo pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias contados da data do aceite.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a credenciada com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata*.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I – O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação serviços;

II – O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III – É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluído encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comercial;

IV – É vedado:

- a) o trabalho do CREDENCIADO em dependências ou setores próprios da Administração Pública municipal;
- b) ao CREDENCIADO ter em seu quadro social ou de empregados, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado da Administração Pública municipal sob qualquer título, ocupante de cargo eletivo.

Contrato 24/2019 – Termo de Credenciamento 08/2019 – Folhas 2 de 4

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



- c) o CREDENCIADO não poderá vir a ocupar cargo público, contratado ou eletivo, no Município CREDENCIANTE, sob pena de rescisão deste Termo;
- d) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE, por intermédio da Assessoria de Comunicação Social da CMRS, realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do CREDENCIADO na prestação do serviço, objeto deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateralmente, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CREDENCIADA sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) Advertência, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade e sanáveis sem prejuízo para o erário municipal, para as quais não tenha concorrido diretamente;
- b) Advertência cumulada com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para o erário municipal, para as quais o credenciado tenha concorrido diretamente;
- c) Multa de **0,5%** (meio por cento), por dia de atraso, limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- d) Multa de **8%** (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;
- e) Multa de **10%** (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solucionadas administrativamente.

Contrato 24/2019 – Termo de Credenciamento 08/2019 – Folhas 3 de 4

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



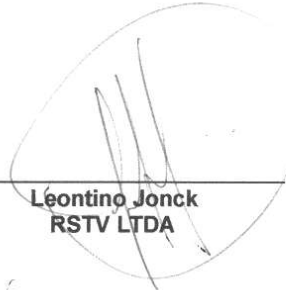
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br





E, por estarem juntos e acordados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 21 de outubro de 2019.


MARCOS NORBERTO ZANIS
Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul


Leontino Jonck
RSTV LTDA


Testemunha
Nome: *Renato Ortiz*
CPF/MF: 018.647.519-59


Testemunha
Nome: *Luís Fernando Schweder*
CPF/MF: 046.153.379-09

Contrato 24/2019 – Termo de Credenciamento 08/2019 – Folhas 4 de 4

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.it.gov.br/verifier-2.4/>

Rio Negrinho

PREFEITURA

ATA TP Nº 100/2019

Publicação Nº 2229726

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2019 – Tomada de Preços para receber propostas para execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de pavimentação asfáltica da Rua Afonso Koehler, localizada entre os bairros São Rafael e Barro Preto, em Rio Negrinho/SC, com extensão a ser pavimentada de 2.602,28 metros lineares, contemplando os serviços de limpeza de terreno, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e serviços complementares, conforme memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos anexos. Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, sita na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro, nesta Cidade e Comarca, com a presença dos Srs. Cintia Ester Anacleto, Glaucio Liebl e Elaine Atais Pscheidt, respectivamente, presidente, secretário e membro da Comissão Permanente de Licitações - CPL, nomeada através da Portaria nº 23.749, de 29 de janeiro de 2019, foi instalada a sessão de abertura do Processo Licitatório supracitado, autorizado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal e publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e Jornal A Notícia, edições do dia 16/10/2019, bem como no mural localizado no átrio da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho. Iniciados os trabalhos, a CPL atestou a presença do Sr. Thiago Paul, representante da empresa Paviplan Pavimentação Ltda. Em seguida a CPL abriu o envelope de habilitação da única licitante participante, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Após a análise da documentação, a CPL declarou habilitada a empresa participante e diante da ausência de outras licitantes e desistência expressa do direito de recurso por parte do representante, Sr. Thiago Paul, foi dado seq-ência aos trabalhos de acordo com o estabelecido no item 5.8 do edital. Em seguida passou-se para a abertura do envelope de proposta da licitante habilitada, a qual foi apresentada no valor global de R\$ 3.015.749,17 (três milhões, quinze mil, setecentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos). Após a análise detalhada da proposta a CPL verificou que a mesma cumpre todos os requisitos exigidos no instrumento convocatório, inclusive quanto ao preço máximo estabelecido, declarando o seguinte resultado:

LICITANTE VENCEDORA	VALOR GLOBAL
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	R\$ 3.015.749,17

Fica estabelecido prazo legal para recurso, a contar da publicação da presente ata no Diário Oficial dos Municípios até as 13h30min do dia 18/11/2019. Após decorrido o

prazo legal de recurso e, se nada for apresentado, a homologação do certame fica sob responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Rio Negrinho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue por todos assinada. Rio Negrinho, 7 de novembro de 2019.

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
Cintia Ester Anacleto	Presidente CPL	
Glaucio Liebl	Secretário CPL	
Elaine Atais Pscheidt	Membro CPL	
Thiago Paul	Representante	

DECRETO DE ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 094/2019

Publicação Nº 2229960

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
DECRETO Nº 13767 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

ANULA PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 094/2019 - DA PREFEITURA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto nas Leis Federais nº 8.666/93 e alterações, e considerando:

- que a abertura da licitação encontra-se suspensa desde o dia 22/10/2019;
- as impugnações impetradas ao Edital e o parecer da Comissão Permanente de licitações sobre as mesmas;
- necessidade de revisão nas exigências de qualificação técnica do Edital;
- a correta aplicação da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- ser oportuno e conveniente para o atendimento do interesse público.

DECRETA

Art. 1º - Fica ANULADO na sua totalidade o Processo Licitatório nº 094/2019, realizado na modalidade de Concorrência Pública, que tinha por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados para execução dos serviços de iluminação pública, compreendendo as

atividades de manutenção, modernização ampliação e geração autônoma de energia, para o sistema de iluminação pública do município de Rio Negrinho - SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 14 de novembro de 2019.
JULIO CÉSAR RONCONI
Prefeito Municipal

WILSON LUIZ VEISS
Secretário de Administração
e Recursos Humanos

Registrado e publicado o presente Decreto no átrio desta Prefeitura Municipal,
em 14 de novembro de 2019.

Claudia Marina Olsen - Técnico Administrativo do Departamento Administrativo,
da Secretaria de Administração e Recursos Humanos

DECRETO Nº 13768 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2231003

HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO
REALIZADO ATRAVÉS DO EDITAL Nº 001/2019.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, e na forma do disposto no item 14.2 do Edital nº 001/2019;

DECRETA

Art. 1º - Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº 001/2019, com objetivo de formação de Cadastro de Reserva para eventual contratação em caráter temporário no quadro de pessoal da Prefeitura, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, SAMAE e Fundação Municipal de Cultura, conforme Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Os candidatos aprovados serão admitidos em caráter temporário, obedecendo a ordem de classificação por função e de acordo com a necessidade do serviço, na forma e nas disposições do Edital no 001/2019.

Art. 3º - O Processo Seletivo - Edital nº 001/2019 terá validade de 01 (um) ano, a partir da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado por até 01 (um) ano, a critério da Prefeitura de Rio Negrinho.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 14 de novembro de 2019.
JULIO CÉSAR RONCONI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I (Serviço Braçal)			
Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114263	Gilberto Mauri Da Silva	7,4
2	110702	Cristiano Cardozo Santos	7,2
3	113202	Elenice Ferreira Padilha Gomes	7
4	112107	Abilio Teixeira	6,8
5	111221	Jackson Miranda	6,8
6	111867	Andrea Cristinabarboza	6,8
7	112034	Mariano Dudeck	5
8	111029	Cleberson Bueno Maia	4,2

Função: Auxiliar de Serviços Gerais II - (Serviços de Limpeza)			
Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110012	Karine Aparecida Augustin	9,6
2	110157	Cristiane Aparecida Vieira Bineck	8,8
3	110104	Gabriely Cristine Ferreira Kobczinski	8,8
4	114236	Zuleica Silveira	8,6
5	112168	Simone Agostini Tascheck	8,4
6	112383	Cheila Aparecida Fragoso	7,8
7	111980	Dautina Bueno De Oliveira	7,8
8	111572	Jaqueline Warginowski Cordeiro	7,8
9	110628	Ana Claudia Piaz	7,8
10	113105	Adriane Aparecida Rodrigues	7,6

11	113099	Catia Regina Ribeiro	7,6
12	110933	Sandra Ramos	7,6
13	114165	Fátima Cristiane Brol De França	7,6
14	112556	Sandra Da Rosa	7,6
15	110521	Eliane Aparecida Kohlbeck Cardozo	7,6
16	114182	Camila Soraia De Souza Veiga	7,6
17	113183	Elisabete Da Silveira Xavier	7,4
18	112588	Rosangela Maria Buchinger	7,4
19	113562	Marcia Linzmeyer Riickel	7,4
20	110310	Luzia Da Silva Ramalho	7,4
21	113320	Jeane Carla Hornick	7,4
22	111859	Zuleima Silveira	7,4
23	111599	Elisabete De Paula Ribas	7,4
24	112205	Shaiane Dos Santos	7,4
25	112927	Patricia Vieira Schelbauer	7,4
26	112976	Ana Paula Gonçalves De Maia	7,4
27	113956	Luciana Maria Paes Carneiro	7,2
28	110686	Kristiane Regina Ribeiro	7,2
29	111214	Lucineia Delgado	7,2
30	110587	Sara Oliveira Nunes	7,2
31	110456	Nivaldo Franco De Lima	7
32	113468	Elisete Da Silveira	7
33	114628	Sandra Teresinha Do Prado	7
34	112183	Tauana Cividini	7
35	113417	Jaqueline Mendes	7
36	113605	Aoli Rauen	6,8
37	111385	Maria De Fátima Budne	6,8
38	110997	Roselei Buchinger Kupicki	6,8
39	112670	Valdir Gonçalves Da Silva	6,8
40	112188	Luzia Beker	6,8
41	112101	Debora Barboza Cordeiro	6,8
42	110220	Alessandra Josiane Dos Santos	6,8
43	110636	Fernanda De Fatima Amorim	6,8
44	111165	Sabrina Adriele Cordeiro	6,8
45	114016	Reginaldo Antonio Portella	6,6
46	111606	Simone Regina De Oliveira Da Cruz	6,6
47	113004	Elisete Lorengo Da Silva	6,6
48	112545	Aline Do Nascimento Dums	6,6
49	111663	Larita Correia Tadra	6,6
50	111921	Luana Correia Tadra	6,6
51	114583	Roseli Da Cruz	6,4
52	111538	Simone Cristine Dettmer	6,4
53	114392	Rosilda Pilz Augustin	6,4
54	112617	Denize Romanio Corrêa	6,4
55	111709	Rosilene Padilha Da Rosa	6,4
56	114330	Gleici Reichwald Knop	6,4
57	111494	Regiane Ferreira Gomes	6,4
58	111491	Flávia Grobe	6,4
59	111870	Irlei Pereira Machado Telma	6,2
60	113414	Elisangela Do Ceu De Lima	6,2
61	113560	Daiana Beatriz Soares	6,2
62	114338	Angelica Fernandes De Oliveira	6,2
63	112646	Maria Silvana Kohlbeck Pscheidt	6,2
64	114379	Maria Margarida Lowenberger Pscheidt	6
65	112201	Degiane Martins	6
66	111102	Carla Eduarda Antunes	6
67	111703	Angela Mara Da Cruz Stoeberl	6
68	112044	Grasieli Lisboa Vatrim	6
69	114369	Marcia Gomes De Oliveira De Lima	5,8
70	110294	Ivone Alexandrino Pereira	5,8
71	114444	Geni Pacher De Moraes	5,8
72	112151	Zulmiria Ferreira	5,8
73	110064	Lucia Drygla Mendes	5,8

74	110654	Daniele Aparecida Pereira Machado Stoberl	5,8
75	114586	Maria Cleide Moreira	5,8
76	111436	Rosemeri Reis	5,8
77	111660	Jessica Raiane Soares De Carvalho	5,8
78	113459	Roselia Aparecida Schapievski Ananias	5,6
79	114221	Fabiana Laurindo	5,6
80	111692	Cristiane Da Cruz Santos	5,6
81	110615	Anieli De Fatima Leite	5,6
82	110225	Daniele Denk Batista	5,6
83	114349	Neri Gonçalves	5,4
84	112912	Leiticia Martins Assumpção	5,4
85	112804	Camilly Souza Dos Santos	5,4
86	114265	Claudete Alexandrino Pereira	5,2
87	113495	Rozenilda Alexandre	5,2
88	111143	Cláudia Da Cruz Santos	5,2
89	111150	Jaqueline Aparecida Miranda	5,2
90	110144	Débora Luzia De Carvalho	5,2
91	111245	Larissa Antunes	5,2
92	110070	Marilda Pereira	5
93	113137	Mirian Vieira Machado De Souza	5
94	114099	Angela Maria Gessner	5
95	111624	Gabriele De Almeida Gessner	5
96	112530	Oraide Anhaia	4,8
97	112147	Monica Chermack Potelick	4,8
98	113613	Eliane Correa Paes	4,8
99	112241	Roseli Alves De Lima Ribeiro	4,8
100	111518	Joana Terezinha Da Silva Santos	4,8
101	113653	Rosangela Pacheco	4,8
102	112238	Jacqueline Maess Pomoceme	4,8
103	114538	Maria Erondina Dutra	4,8
104	114622	Mario Rafael Marques Lopes	4,6
105	112790	Raquel Luko	4,6
106	112995	Paulo Abel Ferreira	4,6
107	113590	Valderez Pereira Machado	4,6
108	112661	Simone Da Maia	4,6
109	112650	Cristiane Aparecida Lisboa	4,6
110	111964	Dorilda Aparecida Rodrigues	4,4
111	113314	Jucileide Beatriz Posselt	4,4
112	112059	Eliziane Menelli Senem	4,2
113	111555	Jandira Aparecida Dos Santos Kohlbeck	4,2
114	114321	Keila Vieira Machado	4,2
115	113831	Luciane De Oliveira	4
116	112693	Crislaine Do Prado Luz	4

Função: Cozinheira

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113054	Sônia Regina Voigt Casa De Ramos	7,8
2	112088	Rosangela Terezinha Pacheco Schoeffel	7,8
3	111000	Daiane Aparecida Barboza	7,4
4	110033	Renata Wurlitzer	7,4
5	114147	Karina Kohlbeck	7,4
6	112915	Thais Larissa Tureck Norbiato	7,4
7	112095	Ivete Aparecida Bona Fossile	7
8	113516	Everson Nunes	7
9	110183	Claudete Correa	7
10	112716	Geane Antunes	7
11	112944	Gabrielle Santos Fagundes Portella	7
12	113407	Rosana Pacheco Padilha Dolla	6,8
13	113940	Andressa Cristina Da Rosa	6,8
14	112940	Ana Paula Kohlbeck	6,8

15	114667	Fernanda Panaitz	6,8
16	112208	Alexsandra Lima Dos Santos Weber	6,6
17	114110	Joseane Aparecida Wosny	6,6
18	113920	Kátia Rosmari Minelli	6,6
19	114228	Silvia Izolet Anton Neppi	6,4
20	114650	Rosane Anton Schoffel	6,4
21	112968	Marilene Simone Kovalski Waneski	6,4
22	113794	Angela Albuquerque	6,4
23	114660	Eliane Terezinha Luco Dos Santos	6,4
24	111725	Ariane Custodio Alves	6,4
25	110608	Fabiana Do Nascimento Martos	6,4
26	112425	Aline Tais Machado	6,2
27	113502	Patricia Adriana Brusky	6
28	110974	Chaiane De Oliveira	6
29	111625	Tais Tatiane De Souza Souza	5,8
30	113661	Ivani Rohrbacher Kurowsky	5,6
31	110309	Cleverson Rodrigues De Lima	5,6
32	111032	Cristiane Aparecida Vieira Miranda	5,6
33	112064	Angela Cristina Cardozo	5,6
34	114001	Jessica Tainá Do Prado	5,6
35	111285	Soeli Aparecida Antunes Chigue	5,2
36	114396	Celia Regina Kanzier	5
37	110679	Tatiane Aparecida Oliveira De Sousa	4,8
38	113152	Dirlei Hila Piaz	4,6
39	111990	Célia De Fátima Franquetto Baumgartner	4,6
40	114397	Marceli Grosskopf	4,6
41	114169	Cirene Rucker Ribeiro	4,6
42	110097	Sirlene De Fatima Greipel Oribka	4,4
43	113323	Valeria Ines Marcelino	4,4
44	110646	Alessandra De Lima Moraes	4,4
45	113280	Maria Zenilda Moreira	4,2
46	112408	Senilda Terezinha Liebl	4,2
47	110779	Daiane Zeithammer De Castro	4,2
48	112544	Leonice Valerio	4
49	113232	Micheli Assumpção	4

Função: Monitora da Casa Lar

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110747	Aline Rodrigues Teixeira Santos	8,8
2	110468	Angélica Krainz Streit	8,4
3	114632	Geliane Cidral De Siqueira Rodrigues	8,2
4	111640	Fabiane Vieira Alves	8
5	111838	Danieli De Oliveira Konell	8
6	113133	Bianca Liebl	8
7	112791	Fernanda Tais Muller	7,8
8	113342	Sandriele De Andrade	7,6
9	114077	Grazieli Aparecida Pruchack Freitas De Souza	7,6
10	111181	Pamela Maria Bernardo Streit	7,6
11	114242	Patricia Lovenberger Da Silva	7,4
12	111616	Sheila Maria Ruher	7,4
13	114177	Karina Sauer	7,4
14	112562	Pollianna Fabíola Milde	7,2
15	111598	Leticia Maiara Galante Ribeiro	7,2
16	112391	Natara Raquel Martins	7
17	114142	Kamila Mariano Ivainiski	7
18	113464	Silvana De Oliveira Cordeiro	6,8
19	110670	Romelia Sereniski Alves Ribeiro	6,8
20	113269	Grace Kelli Bueno	6,8
21	112579	Lauciane Nentwig	6,6
22	112218	Maria Nilza Cardoso	6,4
23	113363	Simone Maria Cavalcanti Luna	6,4
24	112248	Ana Paula Queiroz Mendez	6,4

25	114439	Elza Gomes De Menezes Paz	6
26	110674	Odila Bello Prestes Miranda	6
27	113493	Ariete Aparecida Gomed	6
28	111332	Ilair Do Carmo De Souza	5,8
29	112005	Josiane Prestes De Souza	5,6
30	112157	Francieli Becker Da Silva	5,6
31	111953	Osmair Tureck	5,6
32	111610	Danieli Sofia Maia	5,4
33	111960	Bruna Galvao De Oliveira	5,2
34	112221	Fabiane Ferreira Da Silva	4,8
35	110632	Irene Maria Zigowski	4,6
36	113397	Maria Elair Ribeiro Da Silva	4,4
37	113960	Alessandra Taschesck Franco	4,2

Função: Motorista

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111561	Giovane Prestes De Souza	9
2	112715	Nei Adriano Machado	8,4
3	111095	Cleiton José Tureck	8,4
4	110430	Claudio Wanderwegen	8,2
5	112602	Maykel Jean Xavier	7,8
6	112688	Anildo Kaminski Junior	7,8
7	111633	Claiton Luan Kogut	7,8
8	112387	Rodinaldo Piaz	7,8
9	112551	Gilberto Feliciano Da Silva	7,6
10	114477	Osmar Ivo Teles De Souza	7,2
11	113701	Fernando Batista Franco	7,2
12	111696	Nilson Stoeberl	7,2
13	111092	Ademiro Antonio Lenzi	7
14	111631	Elcio Jose Veiga	7
15	111898	Joacir Koppe	7
16	112015	Iuri Sep Lindner	7
17	111135	Marcio Martins De Oliveira	7
18	112040	José Fernandes	6,8
19	110024	Maurício Rocha De Lacerda -	6,8
20	110332	Jeani Claudeli Rodrigues Veiga	6,8
21	113718	Cleison Adinan Linzmeyer	6,6
22	112996	Adão Arquimedes De Góes Fernandes	6,6
23	112180	Everton José Dos Santos	6,6
24	113966	Adriano Alexandre Schoeffel	6,6
25	111665	Rosilene Augustinho Chaves	6,4
26	114287	Joni Hermes De Souza	6,4
27	112451	Antônio Alves De Oliveira Sobrinho	6,4
28	113779	Rodinei Stiegler	6,4
29	110535	Cristian Gonçalves De Lima	6,4
30	111329	Silvano Siqueira	6,4
31	113419	Jaisson Piaz	6,4
32	112222	Arildo Ananias	6,2
33	111629	Marcos Antonio Steinchak	6,2
34	110335	Leandro De Castilho	6,2
35	112366	Adir Piaz	6
36	112230	Mauri Lizak	6
37	110712	Onias Pereira Ferreira	6
38	113581	Everton Luis Vaz	6
39	112703	Vanusa Vieira	6
40	113381	Alexander Alves Tascheck	6
41	113916	Pedro Odirlei Peres	5,8
42	111272	Alisson Andrew Dos Santos	5,8
43	110623	Marcio Rodrigues Bueno	5,6
44	114648	Anacleto Fernando Milde	5,6
45	112694	Edwin Alan Espindula	5,4
46	112969	Claudionei Alves De Lima	5,4
47	114025	Eliel Lino	5,4

48	114135	Gilmar Perreira Da Luz	5,2
49	111866	Sidnei Lopes	5,2
50	113926	Cristiano Ferreira De Oliveira	5,2
51	111235	Josnei Adriano Cardoso	5
52	114288	Claudio Laurindo Roseno	5
53	111919	Eliseu Cruz Lima	4,8
54	110770	Marcos Pires	4,6
55	111473	Daniel Alves Ferreira	4,6
56	113949	Elias Floriani	4,6
57	111492	Sidiney Pschisky	4,4
58	110728	Gilson Pschiski	4,4
59	112583	Cleusa Ostrzyzek	4,4
60	114608	Andre Ricardo De Carvalho	4,4
61	112570	Marcio Cardozo	4,2
62	113997	Valeriano Rosa De Jesus	4

Função: Operador de Máquinas Pesadas

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111566	Luis Carlos Ortiz Da Silva	7
2	112665	Marcelo Henrique Hacke	7
3	114562	Sidnei Rodrigues	6,8
4	114481	Antonio Valdecir Pilatti	6,4
5	112557	Anderson Meyer	6
6	113517	Edmilson Tomaz Pereira	6
7	114241	Lucas Schweiczerski	5,8
8	111612	Gilberto Do Prado	5,6
9	114200	Itamar Milde	5,6
10	111209	Bruno Grutzmacher	5,4
11	110369	Marcelo Bonette	5,2
12	112732	Laercio Pacheco De Oliveira	5

Função: Pedreiro

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114032	Osni Siqueira	7
2	112267	Rodrigo Pinto	6
3	111628	Patrick Santos Da Costa	4,2

Função: Vigia

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114644	Gerson Jose Martins	9,2
2	111514	Evelton De Castilho	9
3	112900	Claudio Antonio Stiegler	8,4
4	114311	Jaison Zigowski	8,4
5	110327	Loiri Gilmar Barboza	8,2
6	110880	Antonio Nazareno Vieira Tomaz	8,2
7	113109	Juliano Jorge Cabral	8,2
8	111243	Everaldo Taisque	8
9	113563	Ricardo Custódio Fernandes	8
10	112386	Gizeli Ferreira	8
11	113745	Marcio Leonel Zawadzki	7,8
12	113845	Dionisio Odair De Lima	7,6
13	113885	Vilson Da Cruz	7,6
14	111379	Marcos Rodrigo Santos	7,6
15	112319	Wesley Israel Da Silva	7,6
16	114313	Sergio Rodrigues	7,4
17	112381	Daniel Luis De Castilho	7,4
18	111011	Adriano José Svircoski	7,4
19	112181	Bruna Rafaela Cordeiro De Souza	7,2
20	111123	Hélio Rodolfo Gugelmin	7
21	114189	Luciano Cabral	7
22	111018	Eduardo Zimmermann	7
23	113203	Rodrigo Adriano Alango	7
24	111410	Ivan Adão De Castilho	6,8
25	112532	Jonas Giese Kerscher	6,8
26	113574	João Maria Vicente De Carvalho	6,6

27	111926	Moizes Francisco De Souza	6,6
28	114275	Antonio Vaucir Correa	6,6
29	114168	Joao Robson Pinto	6,2
30	112435	Cirlene Bonfim De Lima	6,2
31	114041	Antonio Jose Kohlbeck Siqueira	6,2
32	110999	Bruno Alex Cordeiro De Souza	6,2
33	113449	Amarildo Noberto Da Silva	6
34	112739	Jose Ferreira Dasilva	6
35	110624	Marcelo Zigowski	6
36	113398	Hermes Dos Santos	5,6
37	114453	Osnildo Benedito Schwendner	5,4
38	113123	Mauro Fernandes Ferreira	4,8
39	112021	Sergio De Carvalho Machado	4,4

Função: Desenhista Técnico

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113420	Elin Aparecida Schuvaltz	7,8
2	110067	Thomaz Schoeffel	7,4
3	113032	Daniel Lovemberger	7
4	111261	Joabe Carvalho De Miranda	6,4
5	114357	Marcelo Lowenberger Kmiecik	6
6	110899	Schaien Prestes Pereira	5,6
7	113592	Atilio Eugênio Uber Neto	4,8

Função: Oficial Administrativo

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110937	Pliciane Nathana Do Prado	9
2	111659	Robson Lemes	8,6
3	110005	Marcelo Batista Das Mercês	8,4
4	113555	Paulo Adriano Prussak	8
5	114233	Eric Anton	8
6	114368	Letícia Martos Schlucubier	7,6
7	110871	Igor Henrique Ribeiro	7,6
8	114505	João Pedro De Barros Do Paraizo	7,6
9	113856	Raquel Ludwinsky Cordeiro	7,4
10	114300	Andressa Borba Cordeiro	7,4
11	114413	Caroline Correa De Menezes	7,4
12	113803	Mariá Laiz De Oliveira	7,2
13	110229	Roger Batista Santos	7,2
14	114018	Kristoffer Eduardo Dos Santos	7,2
15	114384	Meriéli Cubas Batista Wole	7
16	111836	Diego De Lima Branco	7
17	113892	Gabriela Maria Beier	7
18	110943	Juliana Da Silva Feisel	7
19	113071	Josiane Aparecida De Castilho	6,8
20	112224	Konrad Musialowski	6,8
21	110637	Rosicleia Martins	6,8
22	110324	Carmem Lucia Rocha	6,8
23	110610	Mateus Korobinski Gonçalves	6,8
24	110811	Marianna Grossl Machado	6,8
25	112917	Camila Rohrbacher	6,8
26	110299	Monica Aparecida Tascheck Tureck	6,6
27	113702	Samara Fatima Da Silva	6,6
28	114178	Maria Helena Rohde Hoffmann	6,6
29	110633	Fernanda Aparecida Lima Dos Santos	6,6
30	114499	Pedro Henrique Pscheidt	6,4
31	113185	Esdras Fonseca Silva Luna Junior	6,4
32	112747	Nátali Wanesky	6,4
33	114422	Alessandra Lopes Knopka	6,4
34	111293	Bruna Aparecida Penkal	6,4
35	113716	Paola Caroline Doré	6,4
36	111309	Luiz Felipe Ferreira	6,2
37	112558	Felipe Da Rosa Lacerda	6,2
38	112010	Lucas Barboza	6,2

39	111271	Kauana Tavares	6,2
40	110711	Dayana Pankiewicz	6
41	111255	Marcela Alves Da Cruz	6
42	114659	Lucia Aparecida Lisboa	5,8
43	114424	Suzy Gomes De Menezes Paz	5,8
44	114184	Katlin Suiany Buchinger Dos Santos	5,8
45	114435	Patricia Ketlin Tureck	5,8
46	113286	Patricia Narloch	5,8
47	111861	Karoline Neppl	5,8
48	110830	Bruna Lima Vicente	5,8
49	112179	Geronei Iantsch	5,6
50	113688	Melissa Carla Custódio Vicente Thomaz	5,6
51	112549	Roberto Sant'anna Ramos Junior	5,6
52	110474	Rafael Lima	5,6
53	114643	Thaís Aparecida Britos	5,6
54	111451	Leandro Albuquerque	5,6
55	111203	Bianca Buhinger Bachal	5,6
56	113684	Laís Elena Do Prado	5,6
57	111108	Paulina Gabrieli Pillati	5,6
58	110983	Jayne Nagorski Vill	5,6
59	111041	Mariana Novack	5,6
60	113433	Jessica Tomelin Prazeres	5,4
61	112074	Alan Tandler	5,4
62	110366	Vitor Jantara De Mello	5,4
63	111020	Carla Letícia Da Costa	5,4
64	110772	Kethelen Suiany Costa	5,4
65	112449	Sander Anthony De Oliveira	5,4
66	111274	Estefani Jaqueline Lisboa	5,2
67	111972	Jully Anne De Lima Gutter	5,2
68	111683	Ana Carolina Amaral	5,2
69	112474	Rafael Maia Da Rosa	5,2
70	111182	Luci Meri Wolf	5
71	111609	Letícia Lauane Mariano	5
72	113991	Tânia Rodrigues De Bastos	5
73	111581	Nayara Shoeffel Ribeiro	5
74	110653	Milena Alves	5
75	114307	Celia Niedzwiedzki	4,8
76	113927	Ricardo Cardoso Da Luz	4,8
77	114334	Danieli Pedrozo	4,8
78	110047	Cesar Elias De Souza	4,8
79	111924	Alisson Lisak	4,8
80	112724	Ana Gabriela Bail De Assumpção	4,8
81	114196	Larissa Tais Rohde	4,8
82	113564	Ruan Felipe Riickel	4,8
83	111412	Juliana Pscheidt	4,8
84	114345	John Alex Lohr	4,6
85	113074	Kananda Marinhesky Pereira	4,6
86	114687	Sibeli Adriane Kohlbeck	4,6
87	113337	Evelin Carol Milde	4,6
88	113580	Emiliana Pires De Lima	4,6
89	112385	Carolina Nogueira Tombini	4,6
90	110116	Dulcinele Lucilene Senn	4,4
91	110602	Jucilene Carina De Goes	4,4
92	113199	Suellen Basilio Dos Santos	4,4
93	111278	Millena Aparecida Gonçalves	4,4
94	114449	Kerolin Vanuza Buchinger Bueno	4,4
95	114329	Guido Siqueira Filho	4,2
96	111340	Aiara Cristina De Moraes Armiliato	4,2
97	113542	Alecssandro Iendras	4,2
98	112367	Daniela Zemmann	4,2
99	111048	Neuci Rodrigues	4,2
100	112110	Estéfani Helfi Veiga	4
101	111149	Suelin Massaneiro Lopes	4

102	111957	Stéphany Aparecida Roweder	4
-----	--------	----------------------------	---

Função: Técnico em Topografia

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112207	Andreas Ingobert Raschke	5

Função: Arquiteto

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113357	Mayara Sacht Mendes	7,4
2	111843	Gustavo Gabriel Fragoso	7,4
3	114254	Raquel Lautert Kataoka	7,2
4	113408	Gabrielle Schroeder	6,8
5	110741	Thais Souza Leitão	6,2
6	113741	Marina Antoniette De Oliveira	6,2
7	111424	Jéssica Marina Bossini	6,2
8	113982	Isabelle Barcelos Malaquias	6
9	114834	Eduardo Mazzon Garcia	5,8
10	113887	Carlos Roberto De Carvalho Romanel	5,6
11	113204	Felipe Zipperer Trevisan	5,6
12	110609	Camila Zigowski	5,6
13	110365	Ana Paula Wabersich	5,6
14	113120	Sabrina Pinto Guimarães	5,6
15	112036	Mayara Graf	5,6
16	111445	Beatriz Neumann	5,6
17	114174	Augusto Bruel	5,4
18	113017	Fernanda Luiza Franco	5,2
19	113905	Caroline Gonçalves	5,2
20	111814	Luceia Aparecida Augustin	5
21	113370	Laercio Alves Filho	5
22	113812	Adecleia Maximo Dos Santos	5
23	112099	Tabata Soares	5
24	114084	Nicole Caroline Kruczkiewicz	5
25	111227	Brenda Back	5
26	113823	Leilane Tascheck	4,8
27	113915	Erika Diniz Araújo Dos Santos	4,8
28	113437	Matheus Paiola	4,8
29	112807	Stela Mara De Souza Da Nóbrega	4,6
30	111171	Daniela Wiese	4,6
31	111413	Fernanda Milene Weldt	4,6
32	112691	Kamilla Pereira Tavares	4,6
33	111373	Lairany Línika Rocha Da Silva Aroeira	4,6
34	112913	Cindi Caroline Serafim	4,6
35	114119	Taínara Cristina Vidal	4,4
36	111545	Rafaela Gomes Bodnar	4,4
37	111398	Jessica Bertoli	4,2
38	114536	Lorana Costa De Aguiar Rosa	4,2
39	110567	William Jorge Pscheidt	4
40	114498	Maria Carolina Motta	4
41	113367	Francisca Thais Coêlho De Alencar	4

Função: Assistente Social

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112585	Dafne Pereira De Pin	9
2	113807	Gabriel Pianoski Inacio	8,6
3	112673	Nadine Hacke Ribeiro	8,4
4	110153	Magali Leonice De Castilho	8,2
5	110052	Lourdes Da Silva Souza Pires	8,2
6	111543	Márcia Elisabeth M-hlbauer	8
7	111551	Maria Helena De Souza	7,8
8	113095	Alcidinéia Ducati	7,6
9	110046	Rosmari Mendes De Oliveira	7,4
10	113154	Daiane Gonçalves De Lima	7,2
11	110618	Jamile Eloise De Mello Cardoso	7,2
12	112618	Sonia Schlucubier De Souza	7
13	111508	Renata Szpak Rodrigues	7

14	114470	Gilmara David De Lima Silva	6,8
15	110287	Veridiana Reckziegel Mulbauer	6,8
16	112226	Ester De Oliveira	6,4
17	111611	Evelin Aparecida Cidral Do Prado	6,2
18	112964	Maria Eli Da Silveira	6
19	112507	Landivo Geraldo De Oliveira Gruber	5,8
20	112504	Ricardo Wolnei Gruber	5,8
21	112603	Natali Caroline De Lara	5,2

Função: Engenheiro Civil

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110561	Luiz Felipe De Oliveira	9,6
2	114679	Romário Heidemann Junior	9
3	113238	Daiani Franciely Andreani Wilhelm	8,6
4	113919	Giancarlo Sarot Merlin De Camargo	8
5	110835	Matheus Rossetto	7,8
6	113206	Dener Silveira Da Silva	7,8
7	114388	Taena Roberta Poeta Castilho Da Silva	7,4
8	112756	Carla Tais Pereira	7,4
9	112642	Felipe Michael Grein	7,2
10	110869	Alexandre Zancanaro	7
11	113921	Alessandra Natiele Matias	7
12	113882	Erica Damasceno De Almeida	7
13	113694	Thomas Werner	7
14	112190	Francisco Liebl Neto	6,8
15	113130	Bruna Slominsky	6,8
16	113935	Edimarcos Lima De Oliveira	6,4
17	112432	Gerson Thiago Alves De Camargo	6,4
18	113210	Nathan Da Silva Teixeira	6,4
19	112084	Igor Gomes Furtado	6,2
20	113001	Leandro Marcos De Melo	6,2
21	112247	Marco Antonio De Oliveira Pereira	5,8
22	111822	Lucas Alan Maros	5,8
23	114171	André Luiz De Ramos	5,4
24	111667	Luana Ribeiro	5,4
25	110819	Bianca Bolgenhagen Bergmann Beliski	5,4
26	111846	Bianca Judy Maurer	5,4
27	114303	Alessandro Ubirajara Ribeiro De Andrade	5,2
28	110965	Thiago Stiegler	5,2
29	113165	Bruna Damasio	5,2
30	113088	Rafael Adilso Pedrini	5,2
31	114312	Patrícia Steff	5
32	111908	Cleverson Kovalik	4,8
33	112652	Priscila Kollross	4,8
34	113060	Rômulo Felipe Alves Bonfim	4,8
35	114190	Douglas Geovane De Queiroz	4,6
36	112655	Jean Lucas Pereira	4,6
37	112365	Heverlyne Hackbarth	4,4
38	110918	Rubia Bolgenhegen Bergmann	4

Função: Biólogo

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110542	Fabio Luiz Malczewski	8,6
2	111442	Tiago Henrique Westphal	7,8
3	114425	Cleiton Juarez Decarli	7
4	111575	Luisa Ribeiro Gonçalves	7
5	114530	Emanoele Cristine Denke Todorovski	6,4
6	113817	Andrew Pagani	6,4
7	113478	Edson Ricardo Hirt	6
8	110673	Laura Pinheiro Borges	4,6
9	111835	Tatiane Aparecida. Batista	4,6
10	113523	Nicole Fernanda Pillati Pereira	4,6

11	113747	Francine Tschoeke Liebl	4,4
Função: Nutricionista			
Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111341	Letícia Pimentel Da Silva	8,8
2	112741	Luciana De Freitas Correia De Moraes	8,4
3	111605	Lorena Marjory Olsen	8
4	111429	Juliane Alves Vieira	7,4
5	111571	Jéssica Tandler Rosa Paqueira	7
6	113200	Cynthea Geraldo Barichello	6,4
7	111395	Nelseli Schreiner	6,2
8	110689	Carolina Pereira	5,2

Função: Psicólogo			
Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114610	Tais Da Silva E Souza	9,2
2	112991	Camylla Graboski	8
3	112745	Katia Luiz Correa	7,8
4	111522	Aliery Camila Alves	7,6
5	112373	Nadja Olsen	7,6
6	111355	Sabrina De Bairros	7,4
7	111269	Mylena Becker Zilz	7,4
8	111454	Jessica Taline Rodrigues	7,4
9	113155	Lais Fuerst Pacheco	7,4
10	111959	Caroline Zoefeld Tremi	7,2
11	110016	Gislaine Aparecida Romaniuk	7,2
12	112284	Karindyane Natascha Dos Santos	7,2
13	112539	Tainá Hack Medeiros Alves	7
14	110824	Emilly Cristina Pscheidt	7
15	112788	Ana Talita Costa Ribas	7
16	110562	Elenice Aparecida Wenduchski	6,8
17	112173	Jose Augusto Guerreiro Pereira	6,6
18	113622	Ana Paula Hacke	6,6
19	114194	Pâmela Farias	6,6
20	112352	Michele Fabiane Felipe Maia	6,6
21	111401	Rodinei Peres De Lima	6,4
22	113435	Jean Fernando Dos Santos	6,4
23	110873	Danilo Niespodzinski	6,4
24	114034	Francine Zierhut	6,4
25	110011	Joice Hlawatsch Godoy	6,2
26	111225	Debora Cristina Olinek	6,2
27	112786	Gisele Cristiane Mengarda	6
28	113258	Andréia Carla Veiga	6
29	113556	Franciele Rodrigues Da Silva	5,6
30	112682	Kellen Vanessa M-Iler	5,6
31	111892	Stéfani Vitaczik	5
32	112645	Daiana Aparecida Alves	4,8
33	113067	Suéli Vanessa De Oliveira Ribeiro	4,4

Função: Terapeuta Ocupacional			
Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112831	Valdirene Greisi Mallon Schroeder	7
2	110268	Keterin Ferreira	5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Função: Motorista - (Transporte Escolar)			
Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112051	Fernando José De Mello	9,2
2	114036	Edilson José Schneider	8,2
3	110900	Carlos Afonso Schneider	6,4
4	112287	Gelasio Micarelli Fernandes	5,4
5	110726	João Batista Da Rocha	5
6	112929	Jair Hantschel	5
7	113957	Ediomar Luiz Schneider	4,8
8	112359	Claudinei Sosnoski	4,8

Função: Monitor de Serviços Educacionais			
Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112133	Alana Stefen De Castilho	8,4
2	110962	Suelin Milena Dums	7,8
3	110798	Ruana Aparecida Fagundes	7,8
4	111691	Mateus Mocelin	7,6
5	112599	Larissa Soares Martins	7,4
6	110598	Franciele Rodrigues Dos Santos	7,2
7	110073	Dariane De Lima Da Silva	7,2
8	114130	Gabriele Stiegler	7,2
9	113959	João Paulo Raulino Galitzki	7
10	114480	Maria Luciane Pschiski	7
11	110800	Elaine Aparecida Tomaz	7
12	113878	Debora Nagorski	6,8
13	114491	Claudineia Pschiski Santos	6,8
14	110066	Guilherme Felipe Paz Ribeiro	6,8
15	114423	Jessica Aparecida Silveira	6,8
16	114656	Bianca Colaço	6,8
17	113596	Viviane Telma	6,6
18	110739	Suelen Mayara Pschiski	6,6
19	114497	Kelvin Francklin Liebl Schoeffel	6,6
20	110858	Cristiane Woide Tomaz	6,4
21	114513	Elenai Tobias Calixto	6,4
22	111871	Tiago Defreitas	6,4
23	111681	Amanda Cidral De Siqueira	6,4
24	113654	Gisllyne Cabral	6,4
25	112236	Maria Da Silveira Soares Correa	6
26	113824	Andréia Juliana Boing	6
27	112975	Bruna Taube Vicente	6
28	112070	Joseane Kieski	5,8
29	114030	Denise Cristiane Pacheco	5,8
30	114285	Sarita De Albuquerque	5,8
31	112838	Danilo De Jesus Senhorelo	5,8
32	112193	Fernanda Tainá Barboza Da Cruz	5,8
33	113988	Adriele Lopes Varella	5,8
34	112405	Bruna Rodrigues De Lima	5,8
35	113543	Eyshila Monise Fonseca Cavalcanti Luna	5,8
36	110620	Geisiane Schreiner	5,6
37	112114	Bruna Schier	5,6
38	114541	Alana Gabrieli Grossel	5,6
39	114211	Jaqueline Aparecida Arbighaus	5,6
40	110156	Suiany Pires Da Fonseca	5,6
41	113624	Gabrieli Miguel De Oliveira	5,4
42	111185	Janete Garcia Da Silva	5,2
43	113070	Eunice Tschoeke	5,2
44	111330	Adriane Kosmala	5,2
45	114524	Juceli Wendt	5,2
46	114271	Aline De Fátima Stiegler	5,2
47	111589	Guilherme Henrique Schaly	5,2
48	110162	Daniela Cristina Dos Santos	5,2
49	110303	Maria Aparecida Bagatoli	5
50	112981	Aline Cristina Denck Packer	5
51	112134	Katia Gruber	5
52	112700	Andresa Pereira	5
53	114066	Adriéli Paes Da Silveira	5
54	113432	Helinton De Lima Arbighaus	5
55	112233	Carina Stiegler Prasmowski	5
56	114129	Adrian Natan Morlo Peres	5
57	111728	Silmara Aparecida Faria Baumgartner	4,8
58	112290	Daiane De Goes Dias Da Silva	4,8
59	110861	Gislaine Aparecida Kirschbauer Reckziegel	4,8

60	113777	Daiane Krul	4,8
61	111549	Vitor Lichtblau Neitzke	4,8
62	112576	Estefani Aparecida Rodrigues	4,8
63	111365	Naiara Karine Lopes	4,8
64	111399	Gisele De Oliveira Santos	4,6
65	112985	Carina Ines Boaventura	4,6
66	110690	Cibele Maria Paes	4,6
67	111177	Jaqueline Aparecida Pires Fernandes	4,6
68	111986	Brenda Fleischmann Baum	4,6
69	110234	Maria Angélica Martins	4,6
70	110996	Débora Karolaine Paes Da Silveira	4,6
71	111638	Anisio Reni Do Prado	4,6
72	111361	Istel De Jesus	4,4
73	113578	Cibelle De Carvalho Ribas	4,4
74	112736	Daiana Alves Bayer	4,4
75	111218	Eloise Francine Lourenço Alves	4,4
76	114642	Janilce Mangolte	4,2
77	111493	Tais Aparecida Soares	4,2
78	113834	Maikel Luiz Da Cruz	4
79	111995	Claudineia Krohl	4
80	113898	Franciele Regina De Oliveira	4
81	114033	Neucleia De Fatima Ribeiro	4
82	113345	Joice Carine Rodrigues	4
83	111192	Sandriele Becker Cordeiro	4

Função: Assessor de Docência

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114581	Nezia Antunes Maciel	6,8
2	110480	Jeniffer Camila De Lima	6,4
3	110641	Jéssica Alves	6,2
4	110396	Jessica De Fatima De Lima Americano	6,2
5	112922	Marlene Penkal Kupicki	6
6	114417	Adriana Aparecida Silvério	6
7	112500	Aline Da Silva	6
8	112003	Noeli Fernandes	6
9	110476	Mayara Da Luz Carvalho	5,8
10	110030	Geonice Terezinha Cordeiro	5,6
11	110967	Sandra Renata De Oliveira	5,6
12	111811	Luana Mara Da Silva Alves	5,4
13	111040	Janaina Pelentir Pereira	5,4
14	110778	Gabriele Ilhéus	5,4
15	110357	Tainara Maia De Oliveira	5,4
16	110364	Janete Maria Jantara De Mello	5,2
17	111617	Tatiane Anton Felisbino	5,2
18	110015	Gabrielly Martins Machado	5,2
19	112821	Ana Claudia Gonçalves Santana	5
20	114126	Priscila Neppel Gonçalves	5
21	114078	Sandy Dos Santos	5
22	112932	Mireli Wisnieski	5
23	110141	Jéssica Daniele Dos Santos	5
24	114575	Andreia Rosina Silvério	4,8
25	113501	Marilena Adão Vieira Lemos	4,8
26	111297	Taciane Aparecida Da Rosa	4,8
27	111713	Franciele Jaschke	4,8
28	112469	Bruna De Paula	4,8
29	111138	Luana André Ramos	4,8
30	110731	Natasha Aparecida Raither	4,8
31	112255	Jurema Da Aparecida Stefen	4,6
32	112490	Maria Sallete De Paula	4,4
33	111590	Giorgia De Souza	4,4
34	113525	Alexsandra De Oliveira Santos De Moura	4,4
35	112705	Silvane Batista Da Silva Rocha	4,4

36	110112	Lalleska Santos Vilarim De Andrade	4,4
37	112664	Eduarda Roberto Ribeiro	4,4
38	113021	Jeniffer Mendes De Assis	4,4
39	110346	Bruna Ottomayer Huebner	4,4
40	111877	Joyce Taline Ferreira	4,4
41	113482	Joice Antunes Muniz	4,4
42	111037	Doroteia Anton Guedes	4,2
43	111148	Marcia André Ramos	4,2
44	110267	Gilmara Hantschel Ottomaier	4,2
45	111817	Luana Bolgenhagen Do Prado	4,2
46	112198	Rafaela Branco Fernandes	4,2
47	112422	Veridiana Zadorosny	4
48	113166	Andressa Vieira	4
49	110343	Simone Wanderwegen	4
50	112647	Joelma Martins	4
51	111230	Gislaeine Grosskopf	4
52	113651	Thainara Swarowsky	4
53	113364	Luana Cordeiro	4

Função: Secretário Educacional

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112648	Amanda Tomelin Prazeres	8,2
2	110296	Débora Schoeffel	6,8
3	110076	Paula Celli Veiga	6,6
4	111356	Jéssica Regina Schwendner	6,6
5	110708	Danielle Smaga	6,2
6	111248	Adriana De Lima Waltrick	6,2
7	113544	Paula Marília Manes Tavares	5,8
8	112002	Mariliane Dudeck De Oliveira	5,8
9	114560	Fabiane Paes	5,2
10	110057	Juliane Aparecida Neppel Schade	4,6
11	114279	Desdemona Carmelina Pugliesi Siqueira	4,4
12	111409	Valdemir Furst	4,4
13	113145	Josiane Aparecida Xavier	4
14	113425	Alessandra Baptista Fragozo	4

Função: Especialista em Educação

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113059	Angela Anton Skiba	8
2	110631	Amanda Liebl	7,2
3	113658	Ligiane Carla Correa Borges Nepl	7
4	110563	Rose Salete Da Cruz	7
5	113169	Solange Aparecida Beckert Vieira	6,8
6	112897	Mariana Veiga	6,6
7	110735	Mariléia Moranti	6,6
8	112943	Adelaide Dolores Liebl	6,4
9	114245	Geronilda Mendes Francio	6,4
10	111096	Genice Senem Schroeder	6,4
11	112177	Viviane Woide Iantsch	6,2
12	114466	Viviane Da Silva Tandler	6,2
13	111533	Cristina Simone Bona	6,2
14	114463	Priscilla Peyerl Momoli Varela	6,2
15	113068	Mônica Miranda	5,8
16	114653	Karina Baptista Moreira	5,8
17	112674	Adriana Alexandra Weissheimer Stachera	5,4
18	114673	Joele Kollross Wischral	5,4
19	113640	Osmarina Pereira De Camargo Sch-tzler	5,2
20	111188	Marilene Antonovicz Domininsky	5
21	114455	Rosangela Kondlatsch	5
22	110354	Fernanda Rodrigues Xavier	4,8
23	114674	Ana Paula Hartz Vierende	4,8
24	112837	Beatriz Pscheidt	4,6

25	112687	Patrícia De Oliveira	4,6
26	111280	Cátia Josiane Grossl Peschel	4,4
27	110572	Mariley Da Silva	4,4
28	114075	Luana Kwitschal Dums	4,4
29	114355	Márcia Conceição De Freitas Rodrigues De Lima	4,2
30	112626	Fabiane Vicente Belli	4

Função: Monitor de Laboratório de Informática

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113577	Gustavo Alipio Hirt	8,2
2	112475	Josélis Neuburger	8
3	110006	Tiago M-hlbauer	7,8
4	112616	Delian Caldas De Oliveira	7,8
5	113189	Andre Luiz Levandowski	7,8
6	111507	Valdeir Chaves	7,6
7	113089	Rafael Dettmer De Lima	7
8	110677	Nilton César Pereira Júnior	5,6
9	114535	João Paulo Siqueira	5,6
10	111999	Joice Fernanda Rohrbacher De Oliveira	5

Função: Professor I - Nível 2 - (Linguagem Brasileira de Sinais - Libras)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114346	Silmara Begalke	4,6

Função: Professor I - Nível 2 – Alfabetização

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113322	Marisa Cardoso Thomé	6,2
2	113670	Elaine Becker	6
3	114100	Ione Maria Tascheck Liebl	5,8
4	113628	Angela Terezinha Pacheco Hitel	4,6
5	114229	Cintia Maria Tureck Linzmeyer	4,6
6	114489	Denise Denck	4,4

Função: Professor I - Nível 2 - Anos Iniciais

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112586	Daiane Ribeiro Ribas Corrêa	6,4
2	112960	Elsa Maria Veiga De Almeida	6,2
3	110990	Fernanda Reinert	6,2
4	113305	Soraia Cristina Pochai Da Silva	5,8
5	114133	Jeigisbela Sacht Tomelin Tomelin	5,8
6	114113	Jucelene Fatima Lima	5,8
7	110878	Taline Maria Kögler Da Silva	5,6
8	114294	Soraya Aparecida Lacerda	5,6
9	111678	Evelin Aparecida Padilha Pinto	5,6
10	110311	Sirleia Schoeffel Ribas	5,4
11	113047	Vania Mara Custodio	5,4
12	110477	Elize Maria Anton	5,4
13	110170	Jane Edicleia Bail Pscheidt	5
14	110794	Silvane Preisler	4,8
15	112340	Angela Maria De Souza	4,8
16	112911	Claudia Paes Albuquerque	4,8
17	114193	Leni Rodrigues	4,8
18	113813	Cristiane Bayerl Quost Mariano	4,8
19	112355	Eliane Hedwiges Mareth Fragoso	4,6
20	113290	Raquel Audeli Bachmann Funk	4,6
21	111314	Patricia Pscheidt Hubel	4,6
22	114267	Juliana Szczygiel Alves Ribeiro	4,6
23	114162	Giseli Becker Wohl	4,6
24	113934	Jaqueline Polaski Flohr	4,6
25	110051	Josiane Machado	4,6
26	113424	Cintia Aparecida Lino De Oliveira	4,6
27	111320	Geni Aparecida Pires Laurek	4,4
28	114573	Andreia Siqueira De Andrade Dias	4,4
29	113601	Leila Franciane Franck Buba	4,4

30	110059	Dircineia Rodrigues Nunes	4,4
31	111842	Elaine Cristina Kraj	4,2
32	112707	Gisel Alonso Lucena	4,2
33	111512	Adriane Alves	4,2
34	112464	Michele Manfredini	4,2
35	110497	Jussara Antunes Tibes	4

Função: Professor I - Nível 2 - Educação Infantil

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110813	Leciane Kwitschal Buchinger	9
2	111928	Andreia Maximo Dos Santos Moura	8,4
3	110556	Tatiane Alves	8,2
4	112174	Patricia Simone Zdebski Santos	8
5	112989	Jaqueline Fanes	8
6	113861	Marcia Semptowski Ogliari	7,8
7	110021	Rosicler Peres De Lima Zipperer	7,6
8	111661	Vanessa Lima Agapito	7,6
9	112748	Marcia Moreto	7,6
10	112347	Silvana Ferreira Lourenço	7,4
11	110039	Marilda Peres Lima	7,4
12	113172	Ligiane T. Muehlbauer Pscheidt	7,4
13	112116	Lirian De Fátima Stafin Liebl	7,4
14	110617	Liane Konzen	7,2
15	111521	Marilza Aparecida Da Silva	7,2
16	111677	Juliana Cristine Kwitschal Hittel	7,2
17	110166	Adriana De Fátima Kwitschal Tascheck	7,2
18	113386	Daniele Adriana Cardoso Alves Machado	7,2
19	113489	Kelli Cristine Cavalheiro	7,2
20	114509	Maria De Lourdes Nogueira	7
21	112176	Fabiana Krueger Hack	7
22	111289	Virginia Amanda Nascimento	7
23	113752	Ana Claudia Zella De Lima	7
24	112379	Aline Koch Briniak	7
25	110123	Michele Schroeder	7
26	113888	Lucelia Tibes Ribeiro Moura	6,8
27	112937	Leila Moreira	6,8
28	110189	Vanessa Pires	6,8
29	110445	Josiane Aparecida Neres	6,8
30	112038	Patricia Aparecida De Souza	6,8
31	114362	Patricia Schoffel	6,8
32	114389	Carolina Schroeder	6,8
33	113487	Denize Cristina Maros	6,6
34	111180	Maira De Cassia Rodrigues	6,6
35	112810	Anelize Tureck	6,6
36	111384	Maria Solange Tizote Tandler	6,6
37	113637	Adriane Batista Da Silva Pflanzner	6,6
38	112496	Valéria Rodrigues De Carvalho Tomelin	6,6
39	110202	Daiane Jackeline Preisler	6,6
40	111464	Heloisa Train Malinovski	6,6
41	111053	Bruna Senn	6,6
42	111334	Fernanda Larissa Maahs	6,6
43	113520	Denise Aparecida Leite Przydziminski	6,4
44	112812	Stefani Mara De Andrade	6,4
45	112697	Marines Mandrik Pscheidt	6,4
46	114675	Gisele Tascheck Marschall	6,4
47	110660	Keity Tatiana De Bomfim	6,4
48	113855	Elaine Alves Dos Santos De Oliveira	6,4
49	111562	Andressa Augustin Hornick	6,4
50	114685	Camilla M-Iler Bayer	6,4
51	112672	Silvana Maria Dos Santos	6,2

52	112431	Laurita Medeiros Dzin	6,2
53	113996	Maria Ivone Wischral Madruga	6,2
54	111509	Adriane Milde	6,2
55	114604	Juliana Pscheidt	6,2
56	111191	Iliana Pazda	6
57	111175	Sirley Teresinha Ruckl	6
58	112755	Adriana Ribeiro	6
59	112518	Rosilene Moreira Ribeiro	6
60	114261	Magali Ap. H. Fragoso	6
61	111626	Vanderléia Bueno Do Prado Luz	6
62	112690	Keilla Cristina John Smaga	6
63	114282	Sidiane De Freitas Stal	6
64	110507	Denise Malinowski Ruckl	6
65	110093	Neiva Schroeder Wotroba	6
66	110571	Pricila Drielli Schroeder	6
67	114378	Nelci Clarice Sirena	5,8
68	113008	Letícia Kosmala Fanes	5,8
69	114003	Marli Teresinha Schumacher Da Silva Soares	5,8
70	114474	Cleidiane Maria Zanluca Rodrigues	5,8
71	112668	Jóice Mari Da Silva Bail	5,8
72	110928	Ivonete Aparecida Chapiewsky Maia	5,8
73	112667	Sandra Mara Hantschel Machado	5,8
74	112029	Liza Elenice Anton Neidert	5,8
75	114151	Karla Cristine Dziedzic	5,8
76	113405	Priscila De Paula Santos Gaspar	5,8
77	112901	Rikelin Daiana Baum	5,8
78	110951	Ilsa König Ribas	5,8
79	111406	Camila Aparecida Ferreira Faria	5,8
80	112879	Vanilze Grossl	5,8
81	111984	Luciana Padilha Dos Santos	5,6
82	112817	Nazir Antunes Fraga	5,6
83	112315	Marisete Kachuba Lemos De Souza	5,6
84	114532	Luceni De Almeida Santos	5,6
85	114215	Lícia Kuchnir Lopes	5,6
86	110305	Marcia Ines Jeditz	5,6
87	111904	Adriana Alves Machado Koppe	5,6
88	110044	Letícia Marli Bachmann	5,6
89	110026	Rosimeri Augustinho Bonetti	5,6
90	112409	Alessandra Fritz	5,6
91	114125	Juliana Cristina Pacher	5,6
92	110584	Ana Carolina Blodorn	5,6
93	110041	Iara Caroline Fuerst De Souza	5,6
94	114131	Ivanilde Maria Linsmeyer Pscheidt	5,4
95	114155	Andreia Bertelli Maia	5,4
96	111906	Lucimar Minicovski	5,4
97	111139	Michela Maria Cardoso Pacheco Kocan	5,4
98	114602	Elenice Luzia Neidert Grosskopf	5,4
99	113614	Janaina Do Rocio Wega Machado	5,4
100	112526	Vanderleia Buthevitz	5,4
101	110569	Ciliane Aparecida Martins Ferreira	5,4
102	113841	Jucéli Vieira	5,4
103	112750	Camila Eger	5,4
104	113607	Maria Ivonete Kozoriz	5,4
105	110875	Suelen Pereira Da Silva	5,4
106	112771	Carla De Fatima Owczarzak	5,2
107	110586	Solange Maria Niedzielski De Castilho	5,2
108	113481	Eliane Aparecida Grande Costa Ottomayer	5,2
109	111943	Claudete Da Cruz Fernandes	5,2
110	113209	Francieli Lisboa	5,2
111	111132	Solange Milde Dos Santos	5,2

112	113667	Josicléia Rodrigues De Lima	5,2
113	112293	Jucilaine Aparecida Do Rosário	5,2
114	112593	Gisele Zilda Dolla Streit	5
115	111411	Jaqueline Oparacz Grundmann	5
116	113439	Jitânia Américo Araújo	5
117	110897	Alana Carolina Da Luz	5
118	113066	Izolete Hantschel	4,8
119	112993	Clair Beliski	4,8
120	112663	Marcia Hantschel Moura	4,8
121	110724	Patricia Britto Siqueira Machado	4,8
122	112210	Cleusa Uhlick Deoracki	4,8
123	113910	Estella De Lima Peres	4,8
124	113511	Darlene Simões Da Maia Gouveia	4,8
125	112410	Marli Dias	4,6
126	114068	Tatiana Regina Bertoldi	4,6
127	110174	Rose Daniele De Souza Valdevino	4,6
128	112273	Claudenice Dos Santos Oliveira	4,6
129	110656	Sheila Brix	4,6
130	114613	Sonsete Colaço Tureck	4,6
131	112121	Maiara Rodecz Moreira	4,6
132	110789	Andressa Aparecida De Castro Reis	4,6
133	112967	Vanessa Kormann	4,6
134	114426	Maria Da Graça Ribeiro Da Silva	4,4
135	113700	Emidia Aparecida Machado Korchagin	4,4
136	113639	Gisele Aparecida Pimentel	4,4
137	110834	Rafaela De Lima Santos Wotroba	4,4
138	111268	Barbara Rank	4,4
139	110461	Sandra Maria Do Rosario Noronha Da Silva	4
140	112886	Siomara Terezinha Rincon De Souza	4
141	113549	Salina De Lorena	4
142	113595	Pricila Maria Dolla Gomes	4
143	113003	Lucineia Rohrbacher De Lima	4
144	111702	Sandra Fagundes	4

Função: Professor I - Nível 2 - Educação Especial - Atendimento Educacional Especializado

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111183	Claudete Maria Tasca Schutzler	5,4
2	113150	Vera Sirlei Ribeiro	5,4
3	114684	Eliane Honorio Da Silva	4,6
4	113410	Jociane Kasprzak Xavier Padilha	4,4
5	110172	Daniele Kormann Pscheidt	4,4

Função: Professor II - Nível 2 - Artes

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110577	Claudeli Ferreira Padilha Knop	8,8
2	112092	Cleusa Schroeder	7,8
3	114454	Mariane Cristina Litvin	7,8
4	110698	Gabriel De Paula	7,8
5	112403	Iracema Tauscheck Kelner	7,6
6	112127	Adriana Reckziegel Hinke	7,6
7	112962	Alessandra Pavlitzky De Amorim	7,4
8	111979	Dislene Iarocheski	7,2
9	114351	Inês Da Silva Paslauski Castilho	7,2
10	111035	Wanderleia R.S.Cardoso	7
11	110426	Eliete Teresinha Soares Peters	6,8
12	113937	Jeanine De Carvalho Cardoso	6,8
13	112494	Karine Fernanda Alves De Lima	6,8
14	113156	Elaine Cristina Zambello	6,6
15	110644	Alana Maros De Lima	6,6
16	114249	Tânia Maros Fischer	6,4
17	112543	Jacqueline Furmann Comarella	6,2
18	114044	Tatiane Hacke	6
19	113961	Cintia Grazierla Denck Grobe	6

20	111128	Liliane Aparecida Goldacha	5,8
21	113687	Patricia Liebl Fernandes	5,6
22	112559	Maristela Da Rosa De Carvalho	5,4
23	111925	Sueli Cardozo	4,8
24	110854	Débora Granemann De Moraes	4,6
25	112527	Madalena De Lima Pscheidt	4,4

Função: Professor II - Nível 2 - Ciências

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111121	Viviane Wosniak Lemos	8,8
2	112798	Joice Maiara Rics	7,8
3	113655	Claudia Becker Cordeiro	7,8
4	113455	Aline Sthefani Ferreira	7
5	113009	Ricardo Smaga	6,6
6	114363	Luzia Guedes	5,8
7	112649	Eliane De Cassia Kubiaki Machado	5,8
8	112759	Luciane Vielgocz	5,8
9	114180	Daiana Gonçalves De Lima	5,2
10	110740	Amanda Baum	5

Função: Professor II - Nível 2 - Educação Física

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113895	Saradine Aparecida Bayer	7
2	111453	Alessen Carlos Pscheidt	7
3	114494	Leila Ritzmann Wotroba De Souza	6,6
4	110678	Jéssica Cristina Witt	6,4
5	112657	William Funk	6,4
6	111895	Sanderson Arten	6,4
7	112676	Gustavo Sampaio De Almeida	6,4
8	113835	Evandro Tschoeke	6,4
9	114476	Evelin Ziebarth De Oliveira Cruz	6,2
10	111720	Daiana Giziski	6,2
11	111031	Rafaela Muehlbauer	6,2
12	113100	Marco Aurelio Leite Bastos	5,8
13	111415	Karin Rank Liebl	5,6
14	110818	Jaison Ferreira	5,6
15	113863	Rogério Jorge Scarpim	5,4
16	112052	Egon Heinz St-ber	5,4
17	111136	Yuri Andrey Seidel	5,4
18	114342	André Da Rosa Madruga	5,2
19	112621	Normando De Souza	5,2
20	111985	Ana Carla Hummelgen	5,2
21	111596	Rudolph Schoeffel De Lima	5,2
22	114348	Michele Cordova	5,2
23	111403	Andreza Da Rocha	5,2
24	112360	Brenda França Thomaz	5,2
25	113998	Soliany Cristina Iwanczuk	5,2
26	114457	Kelly Sacht	5
27	110061	Michele Bail	5
28	110715	Dioicy Aparecida Glovacki	5
29	110948	Gilmar Cirino Andalicio	4,8
30	113776	Vânia Marineti Padilha	4,8
31	111157	Adriana Pires	4,8
32	110817	Fernando Samuel Guckert	4,6
33	112263	Rodrigo Schoeffel Cordeiro	4,6
34	110809	Kelly Gaspar	4,6
35	110681	Annie Evelyn De Lima	4,2
36	110102	Sabrina Rucker Ribeiro	4,2
37	110968	Jean Taylor Henning	4
38	110050	Joceli De Souza Cordeiro	4

Função: Professor II - Nível 2 - Geografia

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111360	Luciane Aparecida Cabral Guedes	6
2	111137	Reginaldo Moura Silva	5,8

3	111860	Leila Kaspchak	5,8
4	112014	Tania Kornatzki	5,6
5	113569	Ervino Senn	5,4
6	112632	Evelise De Fátima Neppel Dalagnol	5,4
7	112572	Carla Joseane Anton	5,2
8	110462	Vanderlei Noronha Da Silva	5

Função: Professor II - Nível 2 - História

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112717	Robinson Wendler De Cristo	7,8
2	112282	Maria Helena Rosa Schweitzer	7,4
3	112597	Edson Luiz Pscheidt Júnior	7
4	113214	Nataly Zeithammer	6,6
5	113806	Daniel Henrique Gonçalves	6,6
6	113114	Rodrigo Christoff	6,4
7	114592	Senaide Wolfart	6,2
8	111386	Joseane Aparecida Galvani De Lima	6
9	111168	Richard Luis Pscheidt	6
10	111141	Ismael Chagas	5,8
11	114009	Lucas Liebl	5,8
12	114618	Sandro Savitsky	5
13	110010	Josiane Kurowsky	4,8
14	111591	Gleice Mari Swirkowsky	4,6
15	112956	Fernando José Bairros	4,6
16	112306	Esmael Pscheidt	4,6
17	112638	Gabriela Lennert Alves Da Silva	4,4

Função: Professor II - Nível 2 - Inglês

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113112	Maria Anelize De Oliveira	7,6
2	111896	Katia Kupicki	7,4
3	114434	Fernanda Latocheski Dos Santos	7
4	114487	Hevelin Cristine Hubl	7
5	110054	Jessica Guiomar Hodi	6,2
6	110017	Suelen Eliza Vier Dreveck	5,8

Função: Professor II - Nível 2 - Português

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112529	Reni Pockszywnicki Rosá	8
2	112589	Niqueline Cordova	6
3	112119	Catarina Michel Adenil Ferreira Pereira	5,8
4	112341	Cremilda Martins Fuerst	5,2
5	112256	Jheniffa Daze De Melo Corrêa	4,4
6	113798	Sueli Rodrigues Lemos Hohmann	4,2

Função: Professor II - Nível 2 - Matemática

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113340	Katia Daiane De Castilho	7,4
2	112473	Patricia Jantsch	7,4
3	113843	Thaís Schipietz	7,2
4	111974	Tiago Lopes Rodrigues	6,8
5	111322	Giovana Paray	6,8
6	113529	Jenyffer Schmitcka Pachechne	6,6
7	111284	Felipe Fernando Fossile	6,6
8	110075	Joelma Daniele Dos Santos	6,4
9	113356	Cristiane De Goes Zeithammer	6,2
10	113616	Lucas Pscheidt	5,8
11	114370	Adriane Terezinha Franz	5,6
12	114258	Taiara Soares Plonkoski	5,6
13	111461	Ana Claudia Klassar Augustin	5,4
14	111205	Luana Renata Humochinski	5,4
15	114427	Maria Das Neves Roberto Custodio	4,8
16	114633	Rosiclei Vorel	4,8

Função: Professor II - Nível 2 - Música

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114179	Francisco Ademir De Castilho	8,2

Função: Professor II - Nível 2 - (Banda)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114472	Deivid Dranka	8,2
2	114464	Sidnei Muehlbauer	7,4

Função: Professor II - Nível 2 - (Dança e/ou Corpo Coreográfico - Banda)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111567	Beatriz Costa Dos Santos	6,2
2	112620	Fabiana Keretz Costa	6,2
3	113428	Fernanda Gabriela Heide	5,8
4	113492	Natanael Ferreira Da Silva	5,6
5	110799	Jaqueline Roberta Dos Santos Grossl	4,8

Função: Professor II - Nível 2 - (Natação)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110868	Josiel Massaneiro	7,4
2	113122	Ariovaldo Rocha Junior	6,2
3	112265	Elcione Agostinho Anton	5,6
4	110308	Talita Nehring	5

Função: Professor I - Nível 1 - (Linguagem Brasileira de Sinais - Libras)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114283	Grasiele Paray	5,8
2	114377	Andrea Gonçalves	5

Função: Professor I - Nível 1 - Alfabetização

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110185	Juliana Kormann Branco	7,6
2	112393	Elaine Cristina Pacheco Froehner	5,4
3	111119	Matilde Aparecida Baechotold	4,2

Função: Professor I - Nível 1 - Anos Iniciais

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111642	Vanessa Zumbach Anton	5,2
2	113603	Elizabeth Zapotocheve	5,2
3	112411	Adriane Martins	4,8
4	114149	Franciele Dos Santos Ferreira	4,8
5	111062	Rafaela Luiza Cardoso Machado	4,8
6	114556	Jéssica Portella De Oliveira Hack	4,8
7	110611	Ricardo Buchinger	4,8
8	112947	Ketlin Hack Pires	4,8
9	114529	Lidgele Pereira Dos Santos Faria	4,6
10	114552	Daniele Hacke	4,2
11	110383	Joseliana Ananias	4,2
12	110401	Daili Fani Alves	4
13	112883	Neila Emidio De Paula Stfen	4
14	113669	Joslaine Dos Passos	4

Função: Professor I - Nível 1 - Educação Especial - Atendimento Educacional Especializado

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110496	Brenda Nyan Bineck	5,8
2	113075	Adriano Da Cruz Filho	5,6
3	110056	Nicole Joseane Felipe Maia	5,4
4	111007	Ana Karolina Stoeberl	5,2
5	110700	Tatiane Lovemberger	5
6	110982	Raquel Aparecida Martins	4,6
7	110694	Viviane Elisabeth Fossile Funk Da Cruz	4,4
8	112877	Jennifer Calixto Da Silva Zator	4

Função: Professor I - Nível 1 - Educação Infantil

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111228	Adriana Senem	8,2
2	110160	Franciele Rucinski Kohlbeck	7
3	111058	Aline Richter	6,8

4	111206	Gabriele Ferreira	6,8
5	113763	Pâmela De Lima	6,6
6	110925	Gizane De Fatima Bonetti	6,4
7	113362	Gisele Xavier Paes	6,4
8	113866	Giseli Pires De Lima Souza Santos	6,4
9	112170	Gabriela Gadotti	6,4
10	110099	Agatha Eduarda Rodrigues De Carvalho	6,4
11	114212	Ivone Nunes De Lima	6,2
12	114139	Giliane Regina De Oliveira	6,2
13	114011	Ana Carolina Randig	6,2
14	112421	Angelis Amalia Augustin Fleischmann	6,2
15	112505	Ketllyn Kawane Rauen	6,2
16	111111	Cleonice Aparecida Ferraz	6
17	113929	Francieli Hinkel Carvalho	6
18	113404	Kelly Suiany De Ramos	5,8
19	112219	Ana Paula Krainz Dias Pereira	5,8
20	112782	Cynthia Vanessa Sowa Liebl	5,8
21	111472	Gabriela Furst Fuhrmann	5,8
22	111657	Aline Bello Prestes	5,8
23	113353	Ketlyn Oliveira Pacheco	5,8
24	111462	Marli Ribeiro Da Silva	5,6
25	111718	Jacseli Ferreira De Lima Bastos	5,6
26	112106	Deiciele Calegari	5,6
27	111886	Anaê Aparecida Nascimento Ribeiro	5,4
28	112899	Kemillin Clarice Gruber	5,4
29	111276	Grazielle Mueller	5,4
30	114483	Leia Da Silva Feliciano	5,2
31	112182	Jucely Ribeiro Simões	5,2
32	113828	Julia Sampaio De Almeida	5,2
33	112384	Leticia Brey	5,2
34	112566	Juliana De Carvalho	5,2
35	112497	Angela Pereira	5
36	110701	Samara Karina Da Cruz	5
37	110484	Eli Luani Anton	5
38	110094	Ingrid Nunes Busmayer	4,8
39	111519	Gustavo Buchinger	4,8
40	112118	Ivonete Moreira	4,6
41	114004	Jeani Aparecida Dos Santos	4,6
42	113333	Fernanda Batista Branco	4,6
43	114381	Gabriela Masul Tobias	4,4
44	112220	Paulina Robes Lizak	4,2
45	114308	Karina Henning Karvat	4,2
46	111634	Marilei Amarante	4,2
47	114020	Genilce Aparecida Custódio	4
48	110077	Cristiane Aparecida Grosskopf Manes	4
49	110355	Michele Fernandes	4

Função: Professor II - Nível 1 - Artes

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110527	Franciane Grossel Miranda	8,8
2	112828	Letícia Pilz	8,2
3	112339	Simone Funk Grossl	7,8
4	112033	Ana Cláudia A. Schroeder	7,8
5	111449	Carla Franciele Astun Carvalho	7,8
6	110337	Paola Cellina Veiga	7,6
7	110710	Luana Jaciara De Lima	7,4
8	110129	Ricardo Henrique Da Silva Pinto	7
9	111987	Joice Kovalik	6,8
10	110025	Fernanda Françoise Hacke E Senra	6,6
11	112459	Andressa Pilatti Vieira Do Prado	6,2
12	114623	Patrícia De Lima Waltrick	6,2
13	113547	Ariane Selke Katzer	5,6
14	113664	Naiara Laissa Denck	5,6

15	112552	Viviani Seidel	5,4
16	114172	Cristiane Gonçalves	5,2

Função: Professor II - Nível 1 - Ciências

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111847	Marina Kelly Bez	6
2	114268	Cintia Carla Moreira	5,4
3	113621	Amanda Fuckner Petschow	5,4

Função: Professor II - Nível 1 - (Banda)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112280	Ederson Arcelo Hummelgen	4,4

Função: Professor II - Nível 1 - Geografia

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113507	Joao Cesar Do Prado	5,4
2	114420	Aramis Rodrigues Da Luz	4,6
3	111664	Angel Jack De Lima	4,4
4	110152	Jhonatan Luís Baum	4,4

Função: Professor II - Nível 1 - História

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113358	Igor Santiago Velho	6,4
2	112923	Daniella Carolina Nentwig	6,2
3	113300	Claudivan Fernandes	5,6
4	111353	Sidney Ferreira Dos Santos	5
5	112338	Maikon Bonette	5
6	112485	Janine Aparecida Schroeder	5
7	110060	Priscila Rodrigues Vieira	4,6

Função: Professor II - Nível 1 - Inglês

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112761	Ana Paula Medeiros Da Cunha	9
2	114544	Bianca Andrade Dias Costa	7,8
3	110055	Clivia Damiane Silva Rocha	6
4	110179	Solange Moreira Cagliari	5
5	110465	Silvana De Oliveira	4,6
6	113005	Lais Rueckl	4

Função: Professor II - Nível 1 - Matemática

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111249	Juliano Brandenburg	7,6
2	111560	Marilaine Aparecida De Matos	6,6
3	114523	Cleiton Jose Bairros	5,8
4	113685	Leticia Eckstein	4,8
5	112797	Romário Alberto Cruz	4,6
6	112594	Julia Maria Franco	4,6
7	111327	Lucas Kurlapski	4,4
8	112868	Adriano Veiga	4

Função: Professor II - Nível 1 - Música

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111622	Fabio Felisbino	5,6

Função: Professor II - Nível 1 - Português

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113030	Meri Elen Baptista Himpel	6,2
2	113222	Josemar Vidal De Oliveira Junior	5,6
3	113072	Ana Paula Miranda Wischniowski	5,4
4	112436	Vilso Kovalik	4,4
5	112769	Mary Jane Machado	4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: Agente de Combate as Endemias

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112105	Camila Cardozo Liebl	7,2
2	112744	Emylly Xavier	7,2
3	110360	Thacilla Eduarda Pinto	7,2

4	110826	Eloah Pankiewicz	7
5	110467	Franciane Franco De Lima	7
6	113710	Juliana Gonçalves De Lima Stoeberl	6,8
7	112175	Giulia Helena Iantsch	6,8
8	111649	Kenelin Buchinger Bueno	6,6
9	110272	Giani Carvalho Gardini	6,4
10	112855	Ayra Diana Woitechen	6,4
11	112154	Lizete Da Silva	6
12	111471	Kinkeliver Baimler	5,8
13	112575	Lucas Trentini	5,8
14	112396	Jéssica Fidelis Barboza	5,6
15	110995	Esaú Wagner	5,2
16	113876	Nially Rocha	5
17	112456	Valdik Humberto Costa Campos	4,8
18	111862	Jeversson Correa De Lima	4,8
19	113079	Gabriela Gruber	4,8
20	112085	Caroline Cardozo Liebl	4

Função: Agente Comunitário de Saúde (EACS - Cruzeiro)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113871	Flavia Buchinger	6,4
2	112392	Silvana Pacheco Dos Santos	5,6
3	114216	David Geandrei Prado De Lima	5,6
4	110640	Jaqueline Solange Pacheco	5,4
5	112018	Andréia Regina Anton Kolhbeck	5
6	113256	Ana Carolina Da Silva Tandler	5
7	113278	Patrícia Buchinger	4,4
8	112401	Fabiola Renata Ferreira	4,4
9	114374	Enelin Caroline Cordeiro	4,4
10	110680	Andreia Cristiane Dos Santos Da Silva	4,2

Função: Agente Comunitário de Saúde (ESF - Industrial Norte)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113908	Taline Lopes Rodrigues	5,8
2	114291	Saiana Caroline Telma	5,2
3	113098	Hayane Taynara Lemos De Souza	4,8
4	111042	Karoline Greschechen Machado	4,8
5	111869	Guilherme Cardoso	4,6

Função: Agente Comunitário de Saúde (ESF - Quitandinha)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113726	Estéfany Reckziegel	6,6
2	114588	Maristela Correa Ramos Tomaz	6,4
3	112869	Daiane Suelen Da Rosa	6
4	112523	Karoline Piske Da Maia	5,6
5	110573	Cleiton Teixeira Klombowsky	5,4
6	111730	Bruna Cristina Dos Santos	5
7	111259	Aline De Macedo Taisque	4,4
8	113597	Daniela Carlos Da Rosa Faustino	4

Função: Agente Comunitário de Saúde (ESF - São Pedro)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112495	Manuéle Tainá Max Siqueira	6,8
2	113809	Tayna Ketlin Ananias Torquato	5,6
3	111343	William Robson Siqueira	5,2
4	111281	Aline Riher	5,2
5	111764	Jonathan Gaspar	4,4
6	110511	Sandriele Chigue	4,2

Função: Agente Comunitário de Saúde (ESF - São Rafael)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112675	Gustavo Henrique Liebl	7,2
2	114295	Andressa Alves	5,6
3	112935	Indianara Niesukowski	5
4	114318	Fernanda Beatriz Alves	4,8

5	113309	Tatiane Rauen Ies	4,6
6	114087	Keithy Gabrielly John	4,6

Função: Agente Comunitário de Saúde (ESF - Vila Nova)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112206	Kauana Vanessa Schauer	5,8
2	113994	Rafael Carvalho Martins	5,6
3	113941	Irineu Reichwald	5,2
4	113873	Gabriel Henrique Cardoso Rodrigues	5
5	110970	Ketlin Batista Padilha	4,8
6	110956	Marcelo Schroeder	4,6
7	111016	Milena Barbosa Simões	4,6
8	110860	Rosenilde Cardoso Brey	4,4
9	113868	Andreia Barbosa Simões	4,4

Função: Agente Comunitário de Saúde (ESF - Vista Alegre)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110472	Vanessa Sousa Dos Santos	5,8
2	111324	Patrícia Maria Dos Santos	4,2
3	110520	Kátia Adriane Alves	4,2
4	114226	Simão Silvaneir Lezan	4,2

Função: Agente Comunitário de Saúde (ESF Campo Lençol)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111991	Tayoan De Oliveira Castelar	6
2	114587	Ivone Fuerst	5,8
3	111335	Silvio Luiz Ostrzyzek	4,6
4	114646	Victoria Karolyne Miranda Vicente	4,4

Função: Agente Comunitário de Saúde (ESF -Volta Grande)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111887	Cleverson Correa De Lima	6,2
2	113672	Loriane Camila Soares De Souza	5,4
3	113804	Cleissiane Ruckel	5,4
4	112904	Carla Antunes Dos Santos	4,4
5	114206	Édina Martins	4,2
6	113127	Thayná De Fátima Corrêa	4,2

Função: Agente Comunitário de Saúde (Unidade de Saúde Serro Azul)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113231	Laiza Bayer Baum	5
2	113051	Ana Caroline Pereira	4,6

Função: Atendente de Consultório Dentário - ACD

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110238	Janete Dos Reis Valentim	8
2	111627	Ana Paula Arbighaus	8
3	112258	Elisangela Sabrina Dos Santos Salvador	7,8
4	111478	Franciele Maahs	7,4
5	112195	Claudete De Fatima Domainsky Ageme	7
6	112083	Dirlene De Castilho Neppel	6,8
7	110604	Maristela Niespodzinski Muehlbauer	6,6
8	110140	Rosiane Siscati	6,4
9	110022	Wanessa Carvalho De Lacerda	6,2
10	114280	Estelina Da Cruz Alves	6,2
11	111474	Eliane Sklarski	5,4
12	111587	Maria Da Luz Schtigler	5,4
13	110533	Ciliane Bona Goncaves De Lima	5,4
14	111880	Juliana Tureck	5,4
15	110084	Bianca Cristina Correa Wollmann	5,2
16	112000	Ivane Ester Pruess	5
17	110481	Milena Thayná Anton	4,2
18	111674	Amanda Ap Pires	4,2

Função: Técnico em Enfermagem

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112859	Rogério Fernandes Silveira	7,4
2	112089	Iraceli Carmelita Moro	5,8
3	110912	Daiane Cristina De Araujo Fragoso	5,6
4	110667	Sandra Regina Tabalipa	5
5	112277	Raquel Flores Brey	4,8
6	111808	Rosana Zeteski	4,8
7	111452	Gisele Aparecida Batista Dos Santos	4,4
8	111344	Mauriléia Do Rossio Goreski	4,4
9	111607	Joslaine Kollross	4,4
10	113097	Melissa Jeniffer Siqueira	4,4
11	114203	Valeria Pscheidt	4,2
12	113385	Sidineia Strack	4

Função: Enfermeiro

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111427	Milena Popadiuk	7,2
2	113319	Romário Henrique Basso	7
3	112376	Karina Tombini	6
4	114209	Nicole Thaís De Almeida Nicoleti	6
5	114603	Magna Matilde Do Nascimento	5,8
6	110746	Taina Andressa Lopes Liebl Marino	5,6
7	112434	Jozeane Suszecki Grobe	5,6
8	112980	Bruna Caroline Pereira Dos Santos De Moura	5,4
9	110946	Gabrieli Stiegler	5,4
10	113754	Adriele Jociane Pscheidt Niedzelski	5,2
11	110508	Jaqueline Dos Santos Rodrigues	5,2
12	112178	Sheila Marina Da Silva Ribeiro	4,6
13	112608	Katia Soares Gonçalves Padilha	4,6
14	111099	Meiriele Gonçalves De Souza Figueiredo	4,4
15	112611	Andrey De Oliveira	4,2
16	112377	Amanda Caroline Peter	4

Função: Farmacêutico

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112080	Cleverson Luiz Gaissler	7,2
2	110531	Loraine Melissa Dal Ri	6,8
3	110743	Debora Chrystine Anton	6
4	110606	Stéphanie Alexandroni	5,4
5	114336	Jussara Sanocki Linzmeier	5
6	111644	Kathleen Pscheidt	5
7	111443	Fabiula Leal	4,8
8	111907	Andressa Mendes Silva	4,8
9	110863	Janaina Caroline Klock	4,2
10	112631	Eliton Alves Rodrigues	4

Função: Fisioterapeuta

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110173	Lais Fernanda Sumocoski	8,6
2	113205	Katline Viviane Gonçalves	8,4
3	113755	Nicolas Michell Furtado	8,2
4	113946	Michele Matias Dos Santos	8,2
5	113513	Arnaldo Calvin Klein	7,8
6	111088	Vânia Aparecida De Lima Meira	7,6
7	110120	Milena Raquel Veiss	7,6
8	113442	Juliana Schelbauer Colaço	7,6
9	111804	Priscila Cadena	7,2
10	114404	Ana Caroline Mai	7,2
11	110394	Milena Cidral De Siqueira	7,2
12	112192	Flávia Piva Vatanabe	7
13	113786	Waleska Bárbara Baruffi	7
14	110718	Aline Birolli Gonçalves	6,8
15	112184	Mariana Stafin Schultz	6,8

16	110607	Aline Trentini	6,6
17	110877	Kamila Kupicki	6,6
18	111349	Rosicleia Cardoso	6,6
19	111190	Stéphany Brandt	6,6
20	112630	Cátia Zanatta	6,4
21	113983	Mayara Karoline Mikley	6,4
22	112150	Carolyne Socreppa Rodrigues	6,4
23	111433	Carla Santos Grosskopf	6,4
24	110578	Renata Ayres Dos Santos	6,2
25	110182	Flavia Becker	6
26	111005	Denise H-ttl	6
27	111741	Vanessa Steidel	5,8
28	112753	Cristiane Scharmach	5,6
29	112857	Ana Claudia John	5,6
30	111381	Tainá Criziele Schneider	5,6
31	111083	Bruna Karolyne Karachinski	5,4
32	110661	Andressa Corrêa Peres	5,2
33	112933	Julia Alexandroni Masutti	5,2
34	112427	Maria Jaine Woiciekovski	4,6
35	112465	Katrine Da Luz Wosniacki	4,4
36	110964	Mariane Raziel De Almeida Rogalowski Vignoto	4

Função: Fonoaudióloga

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113657	Hellen Nataly Correia Lagos Guimarães	6
2	112637	Geovane Kubiaki Babireski	5,2
3	111247	Gabriela Pinheiro Borges	5

Função: Médico - Clínico Geral

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114290	Marianna Alves Manetti	8,2
2	112246	Gustavo Felício Alexandroni Linzmeier	7

Função: Médico - ESF

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112285	Jacqueline Consuelo Da Silva	9,4
2	111982	Jessica Barcellos Casagrande Jukoski	8,4
3	112882	Paulo Medeiros Carvalho	8
4	110907	Ronan Felipe Vieira	7,8
5	111658	Orlando Soares Gonçalves	4,8

Função: Médico Psiquiatria

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114134	Wellington Thiago Zimmermann Dias	6

Função: Odontólogo

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113399	Ana Helena Mulhbauer	9,4
2	114400	Debora Tauchek	7,4
3	111620	Nadya Batista	7
4	111803	Gabriela Soares Westrup	5,8
5	113719	Cássia Mariana Ribeiro	5,4
6	114682	Samantha Maria De Almeida Riceto	5,2
7	113566	Joao Elisio Stochi	4,8

Função: Odontólogo-ESF

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111362	Maria Angélica Magalhães Rodrigues	7,4
2	110288	Candida Estela Reinert	7,4
3	112243	Astrid Weiss Mulhbauer	7
4	114364	Marília Gonçalves Bach	6
5	111457	Adriane Todeschini Dobronz	5,8
6	112698	André Eduardo Krampe	5,8
7	114398	Bruno Megliato Bertipaglia	4,2

8	113967	Cristina Da Costa Vieira	4,2
---	--------	--------------------------	-----

SAMAE

Função: Auxiliar de Operação (Auxiliar de Encanador)			
Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112696	Adolar Nunes Da Silva	7
2	113593	Josnei Vieira Lemos	7
3	112063	Ederson Churtes	5,8
4	110639	Sabrina Fragoso	5,2
5	112881	Cleverson Fagundes	5
6	114122	Felipe Alves De Oliveira	5
7	112126	Matheus Cardoso Pacheco	4,6
8	111465	Ezequias Dos Santos	4,4
9	112318	Kelvy Wellington Da Silva	4

Função: Auxiliar de Serviços Gerais (Serviços de Limpeza) Samae			
Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	111833	Vivian Castilho	8,8
2	113660	Nadir Ferreira Flores	8
3	112564	Claudia Francieli De Oliveira	8
4	112600	Ronaldo De Oliveira Luiz	7
5	111573	Tatiane Maciel	6,8
6	111352	Shaiane Martins	6,8
7	114390	Iraildes Adelina Schade	6,4
8	114593	Luiza Odete De Lima	5,8
9	114248	Elza Luiza Hericks Das Mercês	5,4
10	110714	Maria Marinea Cardozo Anton	5,2
11	111070	João Ademir Pires Dos Santos	5,2
12	113331	Roselia Garcia Pinheiro	5,2
13	111900	Cleusa Da Rosa Pereira	4

Função: Operador de ARAE (encanador) - Samae			
Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114617	Marcos Aluizius Machado	7,2
2	111305	Vilmar Cabral Mendes	7
3	111152	Elton Luiz Reckziegel	7
4	113928	Tiago Girardi	7
5	112498	William Gustavo Lopez Bottin	6,2
6	112068	Odemar Tascheck	6
7	111687	Carlos Alexandre Alanco	6
8	113665	Ivan Neppl	5,6
9	110434	Vanderley Iez	5,6
10	114117	Diego Liebel Fernades	5,4
11	114091	Adriano Sykora	4,8
12	114076	Rodrigo Freitas De Souza	4,6
13	113904	Maikon Rodrigues Do Espirito Santo	4,6
14	113709	Edinilson Luiz Telma	4,2

Função: Operador de ETA/ETE - Samae			
Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113208	Gustavo Osmair Simm Costa	9
2	113857	Juliano Cordeiro	8,8
3	113469	Daniel Vieira Lemos	7,2
4	111889	Thoizi Roberta Diedrich	7,2
5	113869	Janete Teresinha Marinhesky	6,6
6	112357	Walter De Oliveira Vitorino	6,4
7	112880	Alex Zator	6,4
8	111378	Danielle Aparecida Neppl	5,8
9	114663	Aldamir Saidel	5,6
10	113847	Cristiano Niedzelski	5,6
11	111348	Joao Kachinsky	5,6
12	112303	Angelo Marchinhak	5,4
13	112278	Luiz Henrique Franquetto Baumgartner	4,6

Função: Operador de Máquinas Pesadas - Samae			
--	--	--	--

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110840	Rudinei Penkal	7,2
2	111120	José Valentim Lopes	5,4
3	112951	Adelcio Alves Martins	4,2

Função: Pedreiro - Samae

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114371	Cleverson Luiz Dums	7,6
2	113646	Lourival De Jesus Amaral	5,4

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Função: Auxiliar de Serviços Gerais (Serviços de Limpeza)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110042	Tatiane Lucia Borges	7,8
2	112008	Joice Grosskopf Rodrigues Padilha	7,4
3	110118	Jessica Taline Nunes	7,4
4	112214	Alana Aves Martins	7,4
5	110821	Wanessa Chapiewsky	6,8
6	111090	Daniela Cristina Denk Tureck	6,2
7	110882	Jaqueline Franchacke	6,2
8	113233	Luana Ribeiro	6,2
9	110725	Orilde Bello Prestes	6
10	111104	Vanessa Ribeiro Da Silva	5,8
11	111993	Veronica Steilein Fernandes	5
12	113762	Alana Christine Alves	4,2

Função: Professor Musicalização Infantil

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	113194	Joice Helena Ruckl Fostinoni	7

Função: Professor Trompete

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	112521	Rogério Simoes Da Maia	8,6
2	114327	Abimael Barboza De Oliveira	7

Função: Professor Violão

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	110138	Lorenço Fragoso	6,4

Função: Professor com Formação Incompleta Bateria

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114343	Juarez Pincegher De Oliveira Junior	6,4

Função: Professor com Formação Incompleta Violão

Classificação	Inscrição	Nome	Nota da Prova
1	114624	Acácio José Dos Santos	4,4

Classificação entre os Candidatos que selecionaram a opção com Necessidades Especiais no ato da Inscrição

Classificação	Inscrição	CANDIDATOS	FUNÇÃO	Nota da Prova
8	111661	Vanessa Lima Agapito	Professor I - Nível 2 - Educação Infantil	7,6

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 114/2019 - CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2019

Publicação Nº 2231026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 114/2019

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2019 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, ATENDENDO A LEI Nº 11.947, DE 16/07/2009, RESOLUÇÃO Nº 26 DO FNDE, DE 17/06/2013 E RESOLUÇÃO Nº 4 DO FNDE, DE 02/04/2015

A Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Richard S. de Albuquerque, 200, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.756/0001-79, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor Júlio César Ronconi, no uso de suas prerrogativas legais e em cumprimento ao estabelecido no art. 14 da Lei nº 11.947/2009, na Resolução/FNDE/CD nº 26/2013, na Resolução/FNDE/CD nº 4/2015 e, subsidiariamente, nas Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e demais normas que regem a matéria, no que couber, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante os meses de Fevereiro

à Julho de 2020.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda, dia 10/12/2019 às 09:00h, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, com sede à Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200 – Centro, Rio Negrinho/SC.

1 OBJETIVO

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para atender os alunos matriculados nos Centros Municipais de Educação Infantil, Escolas Municipais de Educação Básica da Rede Pública Municipal de Rio Negrinho e Colégio Cenecista São José, durante os meses de Fevereiro à Julho de 2020.

2 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ITEM	GÊNERO	QUANT.	UNID.	PREÇO DE AQUISIÇÃO*	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	ABÓBORA (TIPO MENINA)	403	Quilo	R\$ 2,78	R\$ 1.120,34
2	ABOBRINHA	1.774	Quilo	R\$ 2,92	R\$ 5.180,08
3	ACELGA	967	Unidade	R\$ 2,96	R\$ 2.862,32
4	ALFACE	3.888	Unidade	R\$ 1,84	R\$ 7.153,92
5	BATATA DOCE	686	Quilo	R\$ 2,81	R\$ 1.927,66
6	BATATA INGLESA	567	Quilo	R\$ 3,57	R\$ 2.024,19
7	BATATA SALSA (MANDIOQUINHA/BATATA BAROA)	985	Quilo	R\$ 7,10	R\$ 6.993,50
8	BETERRABA	1.263	Quilo	R\$ 4,16	R\$ 5.254,08
9	BRÓCOLIS	2.511	Quilo	R\$ 6,59	R\$ 16.547,49
10	CEBOLA	2.672	Quilo	R\$ 3,56	R\$ 9.512,32
11	CEBOLINHA	1.020	Maço	R\$ 1,59	R\$ 1.621,80
12	CENOURA	3.707	Quilo	R\$ 3,53	R\$ 13.085,71
13	CHUCHU	1.703	Quilo	R\$ 2,78	R\$ 4.734,34
14	COUVE-FLOR	2.774	Quilo	R\$ 7,46	R\$ 20.694,04
15	COUVE MANTEIGA	1.438	Maço	R\$ 2,28	R\$ 3.278,64
16	FEIJÃO CARIOCA: APRESENTAR AMOSTRA DO PRODUTO. MARCA PRÉ-APROVADA: TERRA VIVA	90	Quilo	R\$ 6,13	R\$ 551,70
17	FEIJÃO PRETO: APRESENTAR AMOSTRA DO PRODUTO. MARCA PRÉ-APROVADA: TERRA VIVA	3.000	Quilo	R\$ 5,23	R\$ 15.690,00
18	LARANJA DE MESA	7.778	Quilo	R\$ 3,20	R\$ 24.889,60
19	MAÇÃ	14.524	Quilo	R\$ 5,25	R\$ 76.251,00
20	MORANGO	188	Quilo	R\$ 16,36	R\$ 3.075,68
21	MOSTARDA	104	Maço	R\$ 4,25	R\$ 442,00
22	PEPINO SALADA	1.622	Quilo	R\$ 3,15	R\$ 5.109,30
23	REPOLHO BRANCO	2.881	Quilo	R\$ 2,85	R\$ 8.210,85
24	REPOLHO ROXO	22	Quilo	R\$ 3,60	R\$ 79,20
25	SALSINHA	1.775	Maço	R\$ 1,73	R\$ 3.070,75
26	TANGERINA	4.303	Quilo	R\$ 4,17	R\$ 17.943,51
27	TOMATE	4.475	Quilo	R\$ 4,33	R\$ 19.376,75
28	VAGEM	55	Quilo	R\$ 6,96	R\$ 382,80
TOTAL CHAMADA PÚBLICA 002/2019				R\$ 277.063,57	

* Preço de aquisição é o preço a ser pago ao fornecedor da Agricultura Familiar (Resolução FNDE nº 4/2015, Art. 29, § 3º)

O Edital completo e seus anexos encontram-se no site www.rionegrinho.sc.gov.br.

Rio Negrinho, 14 de Novembro de 2019.

Júlio César Ronconi

Prefeito Municipal de Rio Negrinho

SAMAE - RIO NEGRINHO

BOLETIM DOS EXAMES FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS DA REDE MÊS DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2229773

BOLETIM DOS EXAMES FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS DA REDE MÊS DE OUTUBRO DE 2019

RESULTADOS FÍSICO-QUÍMICOS DA ÁGUA TRATADA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO										
LOCALIDADE	pH		COR (PtCo)		CLORO (mg/l)		TURBIDEZ(NTU)		FLUORETO (mg/l)	
	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.	Freq.	Res. Méd.
RIO NEGRINHO	56	6.58	56	6.32	56	0.92	56	0.81	56	0.87
VOLTA GRANDE	36	6.84	36	3.56	41	0.80	41	0.58	36	0.86
CORREDEIRAS	20	7.66	20	11.86	25	1.11	25	0.84	20	0.95
POCINHO	37	7.84	37	3.87	42	0.66	42	0.94	37	0.79
PARÂMETROS DA PORTARIA Nº2914 M.S.	6.0 à 9.5		MÁX. 15.00 PtCo		0.20 à 2.00 mg/L		MÁX. 5.00 NTU		*0.70 à 1.00 mg/L	

NTU - Unidade Nefelométrica de Turbidez mg/L - Miligramas por Litro PtCo - Unidade de Medição Platina/Cobalto

Freq. = Nº de análises no mês Res.Méd. = Média do mês

* Parâmetro estabelecido pela Portaria nº421 SES - 13/05/2016

RESULTADOS DOS EXAMES BACTERIOLÓGICOS DA ÁGUA TRATADA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO						
LOCALIDADE	COLIFORMES TOTAIS UFC/100ML		ESCHERICHIA COLI UFC/100ML		HETEROTRÓFICAS UFC/ML	
	POSITIVOS	NEGATIVOS	POSITIVOS	NEGATIVOS		
RIO NEGRINHO	0	56	0	56	ausente	
VOLTA GRANDE	0	14	0	15	ausente	
CORREDEIRAS	0	10	0	10	ausente	
POCINHO	0	15	0	15	ausente	
PARÂMETROS DA PORTARIA Nº2914 M.S.	AUSÊNCIA EM 100 ML EM 95% DAS AMOSTRAS		AUSÊNCIA EM 100 ML 100% DAS AMOSTRAS		MÁXIMO	500 UFC

UFC - Unidade Formadora de Colônia

OBS: A Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde estabelece parâmetros para água potável (Água Tratada).

Publicação conforme Decreto nº 5.440 de 04/05/2005.

Nilceu Nunes de Lima
Técnico em Saneamento
CRQ/SC nº 13401044

Gilson José Reckziegel
Diretor Geral

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 9585/2019

Publicação Nº 2230292

PORTARIA Nº 9585/2019

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal, Sra. CLARINDA FATIMA GRADE, cargo de carreira de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE 40 HORAS SEMANAIS, referente ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2010 à 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - O período de concessão será de 03(três) meses, a contar de 18 de novembro de 2019 a 15 de fevereiro de 2020, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 18 de novembro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9586/2019

Publicação Nº 2230300

PORTARIA Nº 9586/2019

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal Sr PAULINO ARI FURTADO, por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, do cargo de carreira de OPERADOR DE MÁQUINAS 40 HORAS SEMANAIS, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 18 de novembro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9587/2019

Publicação Nº 2230302

PORTARIA Nº 9587/2019

NOMEIA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear ANA PAULA PEREIRA NEUMANN, aprovada no Concurso Público Edital 01/2018, homologado pelo Decreto nº 4.037/2018, para exercer o cargo de TECNICO ADMINISTRATIVO II, 40 horas semanais, e vencimento previsto no quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Romelândia, com seus efeitos a partir de 18 de novembro de 2019.

Art. 2º - Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 18 de novembro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Salto Veloso

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2019

Publicação Nº 2230991

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0026/2019.
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.
CONTRATADO : KALITA DA SILVA CORDEIRO.
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 29/10/2019 a 08/01/2020.
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.
FUNÇÃO : AUXILIAR EDUCACIONAL
LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 1.388,82.

PORTARIA Nº 328/2019

Publicação Nº 2230979

PORTARIA Nº 328 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 11 de novembro de 2019 a 25 de novembro de 2019, totalizando 15 dias de férias ao servidor CLAUDEMIR SARTOREL do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 28/02/2017 a 27/02/2018, correspondente a 15 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 11 de novembro de 2019.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 329/2019

Publicação Nº 2230980

PORTARIA Nº 329 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 dias de Férias, no período compreendido de 18 de novembro de 2019 a 07 de dezembro de 2019, totalizando 20 dias de férias à servidora GENI SALETE ALBONICO DE BASTIANI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 16/02/2017 a 15/02/2018, correspondente a 20 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 18 de novembro de 2019.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 330/2019

Publicação Nº 2230982

PORTARIA Nº. 330 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 18 de novembro de 2019 a 15 de fevereiro de 2020, conforme Artigo 83, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor ABEL ABATI FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Engenheiro Agrônomo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 18 de novembro de 2019.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 331/2019

Publicação Nº 2230985

PORTARIA Nº. 331 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA EFETIVA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 120 dias de Licença Maternidade, no período compreendido de 14 de novembro de 2019 a 12 de março de 2020 à servidora DANIELE DOS SANTOS MONTEIRO, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 14 de novembro de 2019.

Salto Veloso - SC, 18 de novembro de 2019.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 332/2019

Publicação Nº 2230987

PORTARIA Nº 332 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 19 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019, totalizando 15 dias de férias à servidora DIRLEI DOS SANTOS NERIS do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 23/04/2018 a 22/04/2019, correspondente a 15 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 19 de novembro de 2019.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

TERMO ADITIVO Nº 002/2019 - CT Nº 016/2019

Publicação Nº 2230994

TERMO ADITIVO N.º 002
CT Nº 0016/2019

O presente Termo Aditivo modifica em comum acordo entre as partes interessadas o Contrato de Trabalho Nº 0016/2019, sendo de um lado o Município de Salto Veloso/SC, neste ato representado pela Prefeita ANA ROSA ZANELA, denominado CONTRATANTE, e de outro lado

ANA PAULA CORDEIRO, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo para o encerramento do presente contrato de trabalho até a data de 01 de fevereiro de 2019, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado, conforme previsto na Clausula VIII do Contrato de Trabalho Nº 0016/2019.

Amparo Legal: artigo 2º, inciso V, da Lei nº. 1.516/2014.

Justificativa: Prorrogação do contrato se justifica em razão de substituição de servidora transitoriamente afastada de suas funções decorrente de licença prêmio, servidora: Ana Lúcia dos Santos Giacomini, Atendente de Creche, nomeada para o cargo pela Portaria Nº 132/2014.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Trabalho em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 01 de novembro de 2019.

Ana Rosa Zanela Ana Paula Cordeiro
CONTRATANTE CONTRATADA

Robinson Andrei Gotardo
Advogado – OAB/SC 31.370
Matrícula 1.207

TESTEMUNHAS:

Eduardo Akio Yamamoto
CPF: 072.790.249-04

Alessandro Favero
CPF: 060.834.529-52

TERMO ADITIVO Nº 002/2019 - CT Nº 017/2019

Publicação Nº 2230998

TERMO ADITIVO N.º 002
CT Nº 0017/2019

O presente Termo Aditivo modifica em comum acordo entre as partes interessadas o Contrato de Trabalho Nº 0017/2019, sendo de um lado o Município de Salto Veloso/SC, neste ato representado pela Prefeita ANA ROSA ZANELA, denominado CONTRATANTE, e de outro lado SILVANIA DE CAMARGO, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo para o encerramento do presente contrato de trabalho até a data de 16 de março de 2019, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado, conforme previsto na Clausula VIII do Contrato de Trabalho Nº 0017/2019.

Amparo Legal: artigo 2º, inciso V, da Lei nº. 1.516/2014.

Justificativa: Prorrogação do contrato se justifica em razão de substituição de servidora transitoriamente afastada de suas funções decorrente de atestado médico e posterior licença maternidade, servidora: Daniele dos Santos Monteiro, Atendente de Creche, nomeada para o cargo pela Portaria Nº 243/2015.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Trabalho em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 22 de outubro de 2019.

Ana Rosa Zanela Silvania de Camargo
CONTRATANTE CONTRATADA

Robinson Andrei Gotardo
Advogado – OAB/SC 31.370
Matrícula 1.207

TESTEMUNHAS:

Eduardo Akio Yamamoto
CPF: 072.790.249-04

Alessandro Favero
CPF: 060.834.529-52

Santa Cecília

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2019

Publicação Nº 2230274

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2019

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, solteira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa JUCELIA APARECIDA TEIXEIRA MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.779.046/0001-00, com sede na Rua Vicente Alves da Silva, s/n, Bairro Marciliano Fernandes, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato por seu representante legal, o Sr. PEDRO ALVES BAROA, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 4.695.321 e inscrito no CPF/MF sob o nº 039.850.629-94, residente e domiciliado na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 069/2019, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo tem por objeto o aumento da quantidade do item 1, referentes a mão de obra de carpinteiro, vencido pela CONTRATADA, na quantidade equivalente a 25% do total constante no Termo de Homologação de Processo Licitatório, conforme exposto a seguir:

Item	Un. Med.	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Valor Aditivado
1	HRS	875	R\$ 8,00	R\$ 7.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 069/2019, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 18 de novembro de 2019.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
Pelo Contratante

PEDRO ALVES BAROA
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N 256/2019

Publicação Nº 2230498

DECRETO Nº 256/2019

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1402, de 03 de Dezembro de 2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1402/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1402, de 03 de dezembro de 2018, no valor de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1100.00.00.00.00 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

1110.00.00.00.00 Impostos

1118.00.00.00.00 Impostos Específicos de Estados/DF Municípios

1118.01.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios

1118.02.00.00.00 Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços

1300.00.00.00.00 Receita Patrimonial

1320.00.00.00.00 Valores Mobiliários

1321.00.00.00.00 Remuneração de depósitos bancários

Art. 2º. O crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1402, de 03 de dezembro de 2018, no valor de até R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.03200 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
79	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154510040.2.03100 Manutenção de ruas, praça e área de lazer				
85	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	35.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.03800 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
122	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 14 de Novembro de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL N 257/2019

Publicação Nº 2230500

DECRETO Nº 257/2019

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2018 no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1402, de 03 de Dezembro de 2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1402/2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2018, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1402, de 03 de dezembro de 2018, no valor de até R\$ 26.973,42 (vinte e seis mil novecentos e setenta e três reais quarenta e dois centavos).

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
	0336	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	26.973,42

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 26.973,42 (vinte e seis mil novecentos e setenta e três reais quarenta e dois centavos) de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recurso, verificado no balanço patrimonial do Exercício de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 18 de Novembro de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL N 258/2019

Publicação Nº 2230501

DECRETO Nº 258/2019

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1402/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1402, de 03 de dezembro de 2018, no valor de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
58	0136	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	9.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme a Lei n. 1402, de 03 de dezembro de 2018, no valor de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) a seguir especificados:

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
56	0136	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	9.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 18 de Novembro de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PL 135-2019 DL 35-2019

Publicação Nº 2230290

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2019
EDITAL DE DISPENSA Nº 35/2019

Aquisição de: A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO VISA AQUISIÇÃO DE UMA CABINA COMPLETA, COM TODAS AS PEÇAS NECESSÁRIAS PARA SEU FUNCIONAMENTO, PARA O CAMINHÃO CARGO 2422, QUE FOI ATINGIDO POR INCÊNDIO E PRECISA SER CONSERTADO, PARA TRANSPORTE DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E TAMBÉM A RETROESCAVADEIRA, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Exmo. Senhor Derli Furtado, torna público a Dispensa de Licitação nº 35/2019.

Justificativa do Objeto: O presente processo licitatório tem como objeto a Aquisição de UMA CABINA COMPLETA, COM TODAS AS PEÇAS NECESSÁRIAS PARA SEU FUNCIONAMENTO, PARA O CAMINHÃO CARGO 2422, QUE FOI ATINGIDO POR INCÊNDIO E PRECISA SER CONSERTADO, PARA TRANSPORTE DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E TAMBÉM A RETROESCAVADEIRA. O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Exmo. Senhor Derli Furtado, torna público a Dispensa de Licitação nº 35/2019. Tendo em vista que no dia 31 de agosto último ocorreu incêndio no parque de máquinas do Município, sendo que a cabine do caminhão foi totalmente consumida pelas chamas, o mesmo não era segurado e desta forma comprometeu a cabine do mesmo, não oferecendo mais condições de trafegabilidade, sendo assim, fica comprometido o transporte da escavadeira hidráulica e também das Retroescavadeiras, de um local para o outro para atendimento dos agricultores do nosso município. Sem o transporte destas máquinas, os serviços ficam totalmente comprometidos, não sendo possível atender a demanda existente, pois até vir um terceiro caminhão para o transporte, perde-se muito tempo, muitas horas de trabalho, sem contar ainda que na maioria das vezes, o percurso para transportar é bem pequeno, e não compensa o caminhão vir para efetuar o transporte. Sendo assim, se faz necessário a aquisição da cabine urgente para atender a demanda da Secretaria de Infra- Estrutura.

Fundamentação legal: O presente processo encontra fundamentação legal no artigo 24, II, da Lei 8.666/93.

Justificativa da Dispensa: O presente Processo Licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação, justifica-se pelo baixo valor que é de R\$ 17500,00 (dezesete mil e quatrocentos reais), o que se enquadra no artigo 24, II, da Lei 8666/93.

Justificativa da escolha do fornecedor: JOÃO AUTO PEÇAS LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 09511995/0001-20 com sede a Rua Rod. BR 282, Km 581, na cidade de Pinhalzinho – SC, é uma empresa idônea, especializada no ramo de peças e acessórios para veículos automotores, bem como da substituição se por acaso constatar que está em desacordo com o exigido pela Contratante.

Justificativa do valor: O preço unitário da aquisição de R\$17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais) pela cabine do caminhão é compatível com o preço praticado no mercado.

Da Forma de Fornecimento: Os produtos deverão ser fornecidos da seguinte forma:

1. A Contratada deverá efetuar a entrega das do equipamento na sede do parque de máquinas da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC, após a emissão da Autorização de Fornecimento de em até 10 (dez) dias após o recebimento da requisição.

Condições de Pagamento: A Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, efetuará o pagamento de acordo com o Termo de Contrato, parte integrante deste Processo de Licitação.

Dotação orçamentária: A dotação orçamentária para adimplir a obrigação é a seguinte:

Cod. Red.: 122

Und, Orç.: 12.01

Proj.Atividade: 2038

Complemento elemento: 3.3.90.30.39.

Vigência: A vigência do Termo de Contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019.

Do Acompanhamento: Em observância ao que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato deste Processo de Licitação o Senhor Ireneu Jose Secchi, Sec. de Infra-Estrutura que recebe neste ato, mediante recibo, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e da Ata de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, na qual deverá acompanhar e registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Deliberação:

Com fundamento no que fora apresentado no presente processo de dispensa de licitação, decido pela contratação por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, II, da Lei 8.666/93, ficando o Setor de Licitações com a incumbência de promover os atos necessários à sua efetivação, zelando pela plena consolidação das formalidades legais.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 06 de novembro de 2019

Derli Furtado

Prefeito Municipal

ATA DE PL 135-2019 PP 35-2019 - DESERTA

Publicação Nº 2230313

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 82/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 129/2019 Data do Processo: 24/10/2019
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS, PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS NATALINOS PARA ORNAMENTAÇÃO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 31/2019 (Sequência: 1)

Ao(s) 11 de Novembro de 2019, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Decreto nº 01/2019, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 129/2019, Licitação nº. 82/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Aos 11 (onde) dias do mês de novembro do ano de 2019, a partir das 08:00h, no sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, fez-se presente a Pregoeira e a respectiva equipe da apoio, que abaixo assinam, nomeados pelo Decreto Municipal nº. 01/2019, para conduzir a SESSÃO PÚBLICA referente ao Pregão n.º 82/2019, cujo objeto é A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS, PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ARTIGOS NATALINOS PARA ORNAMENTAÇÃO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, de acordo com as condições do Edital do Pregão respectivo. Decorrido o prazo de tolerância definido no preâmbulo do Edital (a saber: 08:10h), restou constatada a inexistência de interessados em participar do certame. Desta forma, registra o Pregoeiro que o presente certame licitatório se mostrou DESERTO. Nada mais havendo, foi lavrado o presente documento.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Santa Terezinha do Progresso, 11 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCHE	- - Pregoeiro(a)
ERONI ALLEBRANDT	- - SECRETÁRIO
MARGARETE ROSA ALVES	- - MEMBRO
MARCIANE ELENI PINNO	- - MEMBRO
SELMAR MAGRO	- - MEMBRO
NOELI TEREZINHA VANIN	- - MEMBRO
SOLANGE BRAGA	- - MEMBRO

Santiago do Sul

PREFEITURA

ADITIVOS 78 E 25 BETHA

Publicação Nº 2229566

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contato	78/2019
Processo nº	110/2017
Pregão nº	88/2017
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto	Reajuste preços no fornecimento de licenças de uso de aplicativos de gestão pública municipal.
Vigência	Até 31/12/2019
Valor	R\$ 4.938,59 (Quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos).
Santiago do Sul-SC, 31 de outubro de 2019.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
Prefeito Municipal	

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contato	25/2019
Processo nº	110/2017
Pregão nº	88/2017
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/FUNDO MUNIC.SAÚDE
Contratada	BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto	Reajuste preços no fornecimento de licenças de uso de aplicativos de gestão pública municipal.
Vigência	Até 31/12/2019
Valor	R\$ 273,60 (Duzentos e setenta três reais e sessenta centavos).
Santiago do Sul-SC, 31 de outubro de 2019.	
Vilso Casagrande	
Gestor do FMS	

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS 04-2019 CIS AMOSC

Publicação Nº 2230425

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo FMS Nº. 21/2019	
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.04/2019	
Objeto: Prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Santiago do Sul, integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência, para exercício de 2019.	
Fornecedor: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DE SC.	
Valor R\$ 33.000,00(TRINTA E TRES MIL REAIS)	
SANTIAGO DO SUL, 14 de NOVEMBRO de 2019.	
VILSO CASAGRANDA	
GESTOR FMS	

CONTRATO 26-2019 FMS

Publicação Nº 2230413

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº.26/2019

Processo Administrativo nº. 21/2019

Edital: Dispensa de Licitação nº.04/2019

Objeto: Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

Valor R\$ 33.000,00 (Trinta e Três mil reais)

Validade de contrato 14 de Novembro à 31 de dezembro de 2019

SANTIAGO DO SUL, 14 de Novembro de 2019.

VILSO CASAGRANDA

GESTOR DO FMS

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

CONTRATO 85/2019

Publicação Nº 2230188

CONTRATO Nº 85, de 16 de outubro de 2019.

14º ADITIVO AO CONTRATO 68/2016, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda., inscrita no CNPJ nº 85.337.152/0001-37, com sede na Rua Major Joaquim A. de Campos, 5.940, centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, neste ato representada por seu diretor Senhor Vlademir José Duarte, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 614.367.399-34, residente e domiciliado na Rua Major Joaquim A. de Campos, nº 5.940, Centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2016 - CP, homologado em 10/11/2016, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis nº 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Valor e seu Pagamento

Considerando a solicitação da empresa e as justificativas apresentadas pelo setor de engenharia civil do município, em comum acordo, referente ao Contrato nº 68/2016 da Rua José Jacinto Machado, cujo valor original da obra é R\$ 24.171,50, fica aditivado o valor de R\$ 4.861,75 gerando um reflexo financeiro positivo de 20,11% perfazendo assim o valor total desta Rua em R\$ 29.033,25.

Passando o contrato principal para R\$ 1.676.016,06 gerando um reflexo financeiro negativo total de 0,03%, conforme planilhas de readequação anexa.

3. Da Dotação Orçamentária

A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

0401.1.078-4.4.90.51.91.00.00 (35) – Próprios

4. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 16 de outubro de 2019.

Edésio Justen Contratante		Vlademir José Duarte Contratada
Testemunha		Testemunha

CONTRATO 86/2019

Publicação Nº 2230190

CONTRATO Nº 86, de 16 de outubro de 2019.

15º ADITIVO AO CONTRATO 68/2016, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda., inscrita no CNPJ nº 85.337.152/0001-37, com sede na Rua Major Joaquim A. de Campos, 5.940, centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, neste ato representada por seu diretor Senhor Vlademir José Duarte, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 614.367.399-34, residente e domiciliado na Rua Major Joaquim A. de Campos, nº 5.940, Centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2016 - CP, homologado em 10/11/2016, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis nº 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Valor e seu Pagamento

Considerando a solicitação da empresa e as justificativas apresentadas pelo setor de engenharia civil do município, em comum acordo, referente ao Contrato nº 68/2016 da Servidão Francisca A. de Araújo, cujo valor original da obra é R\$ 104.800,08, fica suprimido o valor de R\$ 1.700,00 e aditivado o valor de R\$ 4.795,25 gerando um reflexo financeiro positivo de 2,95% perfazendo assim o valor total desta Rua em R\$ 107.895,33.

Passando o contrato principal para R\$ 1.679.111,31 gerando um reflexo financeiro positivo total de 0,18%, conforme planilhas de readequação anexa.

3. Da Dotação Orçamentária

A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

0401.1.078-4.4.90.51.91.00.00 (35) – Próprios

4. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 16 de outubro de 2019.

Edésio Justen Contratante		Vlademir José Duarte Contratada
Testemunha		Testemunha

CONTRATO 87/2019

Publicação Nº 2230192

CONTRATO Nº 87, de 16 de outubro de 2019.

16º ADITIVO AO CONTRATO 68/2016, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda., inscrita no CNPJ nº 85.337.152/0001-37, com sede na Rua Major Joaquim A. de Campos, 5.940, centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, neste ato representada por seu diretor Senhor Vlademir José Duarte, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 614.367.399-34, residente e domiciliado na Rua Major Joaquim A. de Campos, nº 5.940, Centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2016 - CP, homologado em 10/11/2016, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis nº 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Valor e seu Pagamento

Considerando a solicitação da empresa e as justificativas apresentadas pelo setor de engenharia civil do município, em comum acordo, referente ao Contrato nº 68/2016 da Rua Manoel Emilio Campos, cujo valor original da obra é R\$ 396.337,79, fica aditivado o valor de R\$ 24.635,30 gerando um reflexo financeiro positivo de 6,21% perfazendo assim o valor total desta Rua em R\$ 420.973,09.

Passando o contrato principal para R\$ 1.703.746,61 gerando um reflexo financeiro positivo total de 1,45%, conforme planilhas de readequação anexa.

3. Da Dotação Orçamentária

A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

0401.1.078-4.4.90.51.91.00.00 (35) – Próprios

4. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 16 de outubro de 2019.

Edésio Justen Contratante		Vlademir José Duarte Contratada
Testemunha		Testemunha

CONTRATO 88/2019

Publicação Nº 2230193

CONTRATO Nº 88, de 16 de outubro de 2019.

17º ADITIVO AO CONTRATO 68/2016, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda., inscrita no CNPJ nº 85.337.152/0001-37, com sede na Rua Major Joaquim A. de Campos, 5.940, centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, neste ato representada por seu diretor Senhor Vlademir José Duarte, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 614.367.399-34, residente e domiciliado na Rua Major Joaquim A. de Campos, nº 5.940, Centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2016 - CP, homologado em 10/11/2016, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis nº 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Valor e seu Pagamento

Considerando a solicitação da empresa e as justificativas apresentadas pelo setor de engenharia civil do município, em comum acordo, referente ao Contrato nº 68/2016 da Rua Nossa Senhora Rosa Mística cujo valor original da obra é R\$ 142.575,51, fica suprimido o valor de R\$ 850,00 e aditivado o valor de R\$ 6.980,96 gerando um reflexo financeiro positivo de 4,30% perfazendo assim o valor total desta Rua em R\$ 148.706,47.

Passando o contrato principal para R\$ 1.709.877,57 gerando um reflexo financeiro positivo total de 0,19%, conforme planilhas de readequação anexa.

3. Da Dotação Orçamentária

A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

0401.1.078-4.4.90.51.91.00.00 (35) – Próprios

4. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 16 de outubro de 2019.

Edésio Justen Contratante		Vlademir José Duarte Contratada
Testemunha		Testemunha

CONTRATO 89/2019

Publicação Nº 2230194

CONTRATO Nº 89, de 16 de outubro de 2019.

18º ADITIVO AO CONTRATO 68/2016, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda., inscrita no CNPJ nº 85.337.152/0001-37, com sede na Rua Major Joaquim A. de Campos, 5.940, centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, neste ato representada por seu diretor Senhor Vlademir José Duarte, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 614.367.399-34, residente e domiciliado na Rua Major Joaquim A. de Campos, nº 5.940, Centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2016 - CP, homologado em 10/11/2016, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis nº 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Valor e seu Pagamento

Considerando a solicitação da empresa e as justificativas apresentadas pelo setor de engenharia civil do município, em comum acordo, referente ao Contrato nº 68/2016 da Rua Manoel Clemente de Souza, cujo valor original da obra é R\$ 79.105,17, fica aditivado o valor de R\$ 12.866,75 gerando um reflexo financeiro positivo de 16,26% perfazendo assim o valor total desta Rua em R\$ 91.971,92.

Passando o contrato principal para R\$ 1.801.849,49 gerando um reflexo financeiro positivo total de 5,11%, conforme planilhas de

readequação anexa.

3. Da Dotação Orçamentária

A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

0401.1.078-4.4.90.51.91.00.00 (35) – Próprios

4. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 16 de outubro de 2019.

Edésio Justen Contratante		Vladimir José Duarte Contratada
Testemunha		Testemunha

CONTRATO 90/2019

Publicação Nº 2230196

CONTRATO Nº 90, de 16 de outubro de 2019.

19º ADITIVO AO CONTRATO 68/2016, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda., inscrita no CNPJ nº 85.337.152/0001-37, com sede na Rua Major Joaquim A. de Campos, 5.940, centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, neste ato representada por seu diretor Senhor Vladimir José Duarte, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 614.367.399-34, residente e domiciliado na Rua Major Joaquim A. de Campos, nº 5.940, Centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2016 - CP, homologado em 10/11/2016, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis nº 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Valor e seu Pagamento

Considerando a solicitação da empresa e as justificativas apresentadas pelo setor de engenharia civil do município, em comum acordo, referente ao Contrato nº 68/2016 da Rua 411 – Bairro Vila Santana, cujo valor original da obra é R\$ 31.821,81 fica aditivado o valor de R\$ 7.020,81 gerando um reflexo financeiro positivo de 22,06% perfazendo assim o valor total desta Rua em R\$ 38.842,62.

Passando o contrato principal para R\$ 1.808.870,30 gerando um reflexo financeiro positivo total de 0,39%, conforme planilhas de readequação anexa.

3. Da Dotação Orçamentária

A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

0401.1.078-4.4.90.51.91.00.00 (35) – Próprios

4. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 16 de outubro de 2019.

Edésio Justen Contratante		Vladimir José Duarte Contratada
Testemunha		Testemunha

CONTRATO 91/2019

Publicação Nº 2230199

CONTRATO Nº 91, de 16 de outubro de 2019.

20º ADITIVO AO CONTRATO 68/2016, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda., inscrita no CNPJ nº 85.337.152/0001-37, com sede na Rua Major Joaquim A. de Campos, 5.940, centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, neste ato representada por seu diretor Senhor Vlademir José Duarte, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 614.367.399-34, residente e domiciliado na Rua Major Joaquim A. de Campos, nº 5.940, Centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2016 - CP, homologado em 10/11/2016, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis nº 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Valor e seu Pagamento

Considerando a solicitação da empresa e as justificativas apresentadas pelo setor de engenharia civil do município, em comum acordo, referente ao Contrato nº 68/2016 da Rua Maria Catarina Becker de Souza, cujo valor original da obra é R\$ 171.692,62 fica aditivado o valor de R\$ 25.869,16 gerando um reflexo financeiro positivo de 15,06% perfazendo assim o valor total desta Rua em R\$ 197.561,78. Passando o contrato principal para R\$ 1.834.739,46 gerando um reflexo financeiro positivo total de 1,41%, conforme planilhas de readequação anexa.

3. Da Dotação Orçamentária

A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

0401.1.078-4.4.90.51.91.00.00 (35) – Próprios

4. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 16 de outubro de 2019.

Edésio Justen Contratante		Vlademir José Duarte Contratada
Testemunha		Testemunha

CONTRATO 92/2019

Publicação Nº 2230202

CONTRATO Nº 92, de 16 de outubro de 2019.

21º ADITIVO AO CONTRATO 68/2016, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda., inscrita no CNPJ nº 85.337.152/0001-37, com sede na Rua Major Joaquim A. de Campos, 5.940, centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, neste ato representada por seu diretor Senhor Vlademir José Duarte, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 614.367.399-34, residente e domiciliado na Rua Major Joaquim A. de Campos, nº 5.940, Centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2016 - CP, homologado em 10/11/2016, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis nº 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Valor e seu Pagamento

Considerando a solicitação da empresa e as justificativas apresentadas pelo setor de engenharia civil do município, em comum acordo, referente ao Contrato nº 68/2016 da Rua 34 - Pagará, cujo valor original da obra é R\$ 441.433,76 fica aditivado o valor de R\$ 60.456,15 gerando um reflexo financeiro positivo de 13,69% perfazendo assim o valor total desta Rua em R\$ 501.889,91. Passando o contrato principal para R\$ 1.895.195,61 gerando um reflexo financeiro positivo total de 3,19%, conforme planilhas de readequação anexa.

3. Da Dotação Orçamentária

A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

0401.1.078-4.4.90.51.91.00.00 (35) – Próprios

4. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 16 de outubro de 2019.

Edésio Justen Contratante		Vlademir José Duarte Contratada
Testemunha		Testemunha

CONTRATO 93/2019

Publicação Nº 2230205

CONTRATO Nº 93, de 16 de outubro de 2019.

22º ADITIVO AO CONTRATO 68/2016, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda., inscrita no CNPJ nº 85.337.152/0001-37, com sede na Rua Major Joaquim A. de Campos, 5.940, centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, neste ato representada por seu diretor Senhor Vlademir José Duarte, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 614.367.399-34, residente e domiciliado na Rua Major Joaquim A. de Campos, nº 5.940, Centro – Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2016 - CP, homologado em 10/11/2016, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis nº 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Valor e seu Pagamento

Considerando a solicitação da empresa e as justificativas apresentadas pelo setor de engenharia civil do município, em comum acordo, referente ao Contrato nº 68/2016 da Rua Rainoldo Muller, cujo valor original da obra é R\$ 127.653,07 fica aditivado o valor de R\$ 3.777,00 gerando um reflexo financeiro positivo de 2,95% perfazendo assim o valor total desta Rua em R\$ 131.430,07.

Passando o contrato principal para R\$ 1.898.972,61 gerando um reflexo financeiro positivo total de 0,2%, conforme planilhas de readequação anexa.

3. Da Dotação Orçamentária

A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

0401.1.078-4.4.90.51.91.00.00 (35) – Próprios

4. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 16 de outubro de 2019.

Edésio Justen Contratante		Vlademir José Duarte Contratada
Testemunha		Testemunha

CONTRATO Nº 96, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230340

CONTRATO Nº 96, de 31 de OUTUBRO de 2019.

1º aditivo ao contrato 84/2018 QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E TL PORTO CENTRO MÉDICO LTDA.

Cláusula Primeira: Das Partes

a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por sua Secretária, senhora Rosângela Passig Turnes, brasileira, casada, servidora pública, portadora do CPF nº 860.269.009-15, residente e domiciliada à Rua Francisco Turnes, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) TL Porto Centro Médico Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.393.262/0001-57, com sede na Av. Walter Borges, 157, Campinas – São José – SC, neste ato representada por sua Sócia Serly Liziane Carneiro, brasileira, casada, administradora, portadora do CPF nº 019.148.259-50, resolvem firmar o presente contrato, decorrente do Edital de Chamada Pública nº 014/2017 (Dispensa 08/2018), cujo Edital fica fazendo parte integrante deste, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Segunda – Do Prazo

O prazo a que se refere à cláusula décima do contrato nº 84/2018 fica prorrogado até o dia 31 de outubro de 2020.

Cláusula Terceira - Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 31 de outubro de 2019.

CONTRATANTE CONTRATADA

Rosângela Passig Turnes Serly Liziane Carneiro

Testemunhas:

Nome: Nome:

CONTRATO Nº 98/2019

Publicação Nº 2230169

CONTRATO Nº 98, 08 de Novembro de 2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público com sede na Praça Gov. Ivo Silveira, 306 - Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado na Rua Frei Dalvino Munaretto, 230, Centro, Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominada CONTRATANTE; e a empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 50.668.722/0019-16, neste ato representada pelo Sr. Regis Jean Daniel Hahn, francês, com visto permanente no País, casado, portador do CPF nº 218.459.729-30, residente e domiciliado na Rua Al Campinas, nº 1608, apt 12 andar – Jardim Paulista – SP, CEP 06408-040, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 42/2019 – Concorrência Pública, homologado em 07/11/2019, mediante às normas constantes regida pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações, edital e seus anexos, proposta comercial, RDC nº 222/2018 ANVISA, Lei nº 12.305/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normas da legislação vigente aplicável à espécie, têm justo e contratado:

1- DO OBJETO

1.1 - É objeto da presente licitação a contratação de empresa de engenharia sanitária para a execução dos serviços de disposição final de rejeitos domiciliares e coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde dos grupos A, B e E gerados no Município de Santo Amaro da Imperatriz conforme RDC nº 222/2018 ANVISA, Lei nº 12.305/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos e especificações constantes nos Anexos I, II, III, IV, V e VI deste Edital.

2- DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços elencados no objeto do Edital deverão ser executados pela CONTRATADA nos prazos fixados – sob o regime de empreitada por preço unitário conforme quadro abaixo:

Especificação	Unidade	Quant.
01	disposição final de rejeitos domiciliares	Tonelada
02	coleta e transporte de resíduos de saúde dos grupos A, B e E	Kg
03	destinação final de resíduos de saúde dos grupos A, B e E	Kg

A CONTRATANTE se reserva no direito de executar os serviços acima no todo ou em parte.

3- DO PAGAMENTO

As medições serão mensais e a CONTRATADA apresentará até o quinto dia do mês subsequente a execução dos serviços, as respectivas notas fiscais/faturas, em conformidade com cada um dos serviços efetivamente realizados e medidos, correspondente a unidade licitada e os respectivos valores unitários apresentados em sua Proposta Comercial.

Os preços unitários para prestação dos serviços contratados são os seguintes:

- a) disposição final de rejeitos domiciliares, R\$ 186,00 por tonelada;
- b) coleta e transporte de resíduos de saúde dos grupos A, B e E, R\$ 2,94 por kg;
- c) destinação final de resíduos de saúde dos grupos A, B e E, R\$ 4,89 por kg;
- d) as medições precisam ser aprovadas pelo setor técnico competente da Prefeitura.

Havendo falhas ou irregularidades técnicas na execução de qualquer serviço, todo pagamento devido à contratada permanecerá suspenso, até o integral e regular cumprimento da obrigação, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital.

As notas fiscais/faturas serão emitidas após a medição efetuada pelas partes, sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% (onze por cento) do valor dos serviços, a título de Retenção para Seguridade Social, conforme alteração da lei 8.212/91 do INSS, quando necessário.

A CONTRATADA se compromete a mandar mensalmente a CONTRATANTE junto com as notas fiscais as Certidões Negativas de INSS, FGTS e CNDT atualizadas.

A importância retida será recolhida pela CONTRATANTE em nome do estabelecimento da empresa cedente, aqui denominada CONTRATADA, em GRPS – Guia de Recolhimento da Previdência Social, até o dia dois do mês subsequente.

Os serviços realizados com atraso, devido à força maior, na forma do Artigo 1.058 do Código Civil, serão pagos sem multa, mediante apresentação de justificativa, devidamente aprovada pelo setor técnico do Município.

O pagamento ocorrerá até 30 (trinta) dias corridos da entrega das notas fiscais/faturas.

A parcela dos serviços considerada defeituosa ou fora das especificações do projeto, assim como das normas técnicas, não serão objetos de medição.

4 - DO REAJUSTE

Os preços unitários propostos serão reajustados anualmente mediante a aplicação do INPC transcorridos o prazo de um ano da proposta, sendo considerado o preço inicial aquele correspondente ao mês da apresentação da proposta.

A CONTRATANTE reserva-se no direito de proceder ao acréscimo ou supressão sobre a variação das quantidades, atendendo as suas necessidades, sobre o objeto da presente licitação, nos termos do parágrafo primeiro, artigo 65 da lei n. 8.666/93.

A revisão da remuneração devida à contratada será efetivada compulsoriamente pela CONTRATANTE, na ocorrência dos seguintes fatos/eventos:

- a) modificação unilateral do contrato, imposta pela contratante e que importe em aumento de custos ou redução de receitas;
- b) alteração ou criação de tributos, encargos ou disposições legais, após a data de apresentação da Proposta Comercial objeto desta concorrência, de comprovada repercussão nos custos da contratada;
- c) alteração das condições iniciais estabelecidas;
- d) ato da Administração ou "Fato do Príncipe" de qualquer natureza, que venha afetar o equilíbrio econômico - financeiro inicialmente avençado entre as partes;
- e) Ocorrendo modificação dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por alteração na legislação Federal, Estadual ou Municipal, ou pela ocorrência de eventos extraordinários, imprevistos, imprevisíveis e onerosos, será procedida a respectiva revisão de preços, para mais ou para menos, na medida em que a referida ocorrência ou modificação tenha reflexo na composição dos preços, retornando-se assim à equação do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste inicial, na forma prevista na alínea "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8666/93.
- f) em todos os demais casos em que se aplique o Art. 65 da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

5- DA DESPESA:

O valor global do contrato é de R\$ 8.087.970,00 (oito milhões, oitenta e sete mil, novecentos e setenta reais), conforme o cronograma físico-financeiro (orçamentos anuais).

Para o ano de 2020 a Municipalidade prevê o montante de R\$ 1.617.594,00 (um milhão, seiscentos e dezessete mil, quinhentos e noventa e quatro reais), sendo:

R\$ 1.525.200,00 (um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil e duzentos reais), para os serviços de disposição final de rejeitos domiciliares que ocorrerá por conta da dotação: 06.01.2.069.3390.3928.

R\$ 92.394,00 (noventa e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais), para os serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde dos grupos A, B e E que ocorrerá por conta da dotação: 12.01.2.100.3390.3928.

A CONTRATANTE se compromete a fazer a reserva dos recursos suficientes para a execução dos serviços nos exercícios seguintes até o final do contrato.

6 - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATANTE:

6.1- A CONTRATANTE SE OBRIGA:

São responsabilidades da CONTRATANTE

Fiscalizar os serviços contratados.

Rescindir o Contrato mediante motivo de relevante interesse público, nos termos previstos na Lei 8.666/93.

Intervir no Contrato com objetivo de assegurar a prestação adequada do serviço.

Remunerar a CONTRATADA pelos serviços prestados, homologar a revisão do preço na forma prevista no Edital, neste Contrato e na legislação vigente, bem como zelar, naquilo que lhe couber, pelo equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos contratos administrativos definidos da legislação pertinente.

Receber, apurar e promover a solução das reclamações apresentadas por munícipes.

A CONTRATANTE pode solicitar à CONTRATADA e esta deverá atender à alterações no planejamento e execução dos serviços, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicialmente avençado entre as partes.

A CONTRATANTE deverá emitir as ordens de início dos serviços objeto deste contrato.

A CONTRATANTE terá direito de exigir dispensa de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa der origem a ação na Justiça, a CONTRATANTE não terá, em nenhum caso, qualquer responsabilidade.

A CONTRATANTE acompanhará através de pesagem, em balança estacionária rodoviária de no min. 40 toneladas, aferida pelo INMETRO, os rejeitos domiciliares coletados e transportados sob a responsabilidade da CONTRATADA, e ali pesados dentro dos veículos de coleta. A CONTRATANTE acompanhará através de pesagem, em balança portátil de no min. 500 kg, aferida pelo INMETRO, os Resíduos de Serviços de Saúde gerados pela CONTRATADA.

A CONTRATANTE, se requisitada, apresentará a CONTRATADA cópia do tíquete correspondente a cada pesagem e planilha analítica das pesagens.

7 - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA:

7.1- A CONTRATADA SE OBRIGA:

A CONTRATADA deverá executar fielmente os serviços, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, sem que a Fiscalização exercida pela CONTRATANTE exclua ou atenuie essa responsabilidade.

As contratações de mão-de-obra feitas pela CONTRATADA serão regidas exclusivamente pelas disposições de direito privado aplicáveis, e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre aqueles contratados pela CONTRATADA, e a CONTRATANTE.

Competirá à CONTRATADA a contratação da mão-de-obra necessária ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta também, os encargos necessários e demais exigências as leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a CONTRATADA pelos danos causados por seus empregados, auxiliares e prepostos, ao patrimônio público ou a outrem.

Durante a execução dos serviços é absolutamente vedada, por parte do pessoal da CONTRATADA, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações.

Será terminantemente proibido aos empregados da CONTRATADA ingerir ou estarem sob o efeito de bebidas alcoólicas ou substâncias tóxicas e de pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie, durante a execução dos serviços.

Os funcionários da área operacional da CONTRATADA deverão apresentar-se uniformizados e asseados, com camisas ou camisetas fechadas, calças, calçados e demais equipamentos de segurança e proteção individual, como luvas, capas protetoras em dias de chuva, boné, entre outros específicos para cada tipo de serviço.

A CONTRATADA deverá manter um profissional responsável devidamente habilitado pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, para supervisionar a execução dos serviços contratados, que deverá estar devidamente habilitado junto ao CREA e comprovar experiência na área objeto deste Contrato, através de acervo técnico.

Efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA dos serviços em execução, através de seus profissionais habilitados. Aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões que se fizerem em seu objeto até 25% do seu valor inicial atualizado.

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Contratante, por si ou seus prepostos. Responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto deste contrato, assim como responsabilidade ético-profissional de sua perfeita execução, nos termos do artigo 1.245, do CC, mesmo após o seu recebimento provisório ou definitivo.

Observar, quanto ao pessoal empregado na execução do objeto deste contrato a legislação.

Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

8- DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização e controle dos serviços de disposição final de rejeitos domiciliares serão exercidos pela Secretaria de Obras do Município e os serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde serão exercidas pela Secretaria de Saúde do Município nos termos legais.

9- DAS PENALIDADES:

Ocorrendo a inexecução parcial das cláusulas contidas no presente edital, por parte da CONTRATADA, ficará este sujeito as seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor mensal, por dia de atraso na execução do objeto;
- c) multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato para as demais infrações;
- d) suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02 (dois) anos;
- e) declaração de idoneidade para licitação na Administração publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente,

PARÁGRAFO SEGUNDO – No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As penalidades acima serão formalmente motivadas nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

10- DA RESCISÃO:

As partes poderão rescindir o presente contrato a qualquer momento na hipótese de inadimplência de quaisquer das cláusulas contidas no presente instrumento nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As penalidades acima serão formalmente motivadas nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

11- DA VIGÊNCIA:

o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do dia 18/11/2019, admitindo prorrogação na forma prevista do artigo 57, II, Lei n. 8.666/93

12- DA LEGISLAÇÃO:

Este contrato vincula às normas constantes regida pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações, edital e seus anexos, proposta comercial, RDC nº 222/2018 ANVISA, Lei nº 12.305/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normas da legislação vigente aplicável à espécie.

13- DO FORO:

As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares, pertinentes firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Santo Amaro da Imperatriz, 08 de novembro de 2019.

Município de Santo Amaro da Imperatriz Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda
Contratante Contratado

Testemunhas:

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

PORTARIA Nº 15.323/2019

Publicação Nº 2230780

PORTARIA Nº 15.323, de 18 de Novembro de 2019.

RESCINDE CONTRATO DE BOLSISTA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

R E S C I N D I R :

O Contrato de Estágio firmado entre o Município e a estudante ALICE GERBER LOHN, a partir de 18/11/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 18 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.324/2019

Publicação Nº 2230781

PORTARIA Nº 15.324, de 18 de Novembro de 2019.

CONCEDE LICENÇA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 143 da Lei Complementar nº 059/09

RESOLVE :

Conceder Licença Prêmio à servidora SIMONE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, a partir de 18/11/2019 à 17/12/2019, relativa ao período aquisitivo de 2003/2008.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 18 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.325/2019

Publicação Nº 2230782

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 15.325, de 18 de Novembro de 2019.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença Prêmio concedida à servidora SIMONE DOS SANTOS

RESOLVE :

Prorrogar até 17/12/2019 a designação do servidor RODRIGO SANTANA MAUES, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica (Portaria nº 14.795/19).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 18 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.326/2019

Publicação Nº 2230783

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 15.326, de 18 de Novembro de 2019.

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar nº 060/09, considerando as avaliações realizadas para cada servidor em específico,

RESOLVE :

- Homologar as avaliações realizadas no presente ano das seguintes servidoras:

NOME	CARGO	MAT.
Lucilia Souza Lima Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais	6141
Mariana Felisbino	Professora da Educação Básica	5838
Rafaela Martendal	Professora da Educação Básica	5685

- Tornar estáveis, diante do período de efetivo exercício e da avaliação periódica de desempenho, as servidoras abaixo:

NOME	CARGO	MAT.
Lucilia Souza Lima Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais	6141
Mariana Felisbino	Professora da Educação Básica	5838
Rafaela Martendal	Professora da Educação Básica	5685

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 18 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.327/2019

Publicação Nº 2230784

PORTARIA Nº 15.327, de 18 de Novembro de 2019.

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :

Conceder Licença Prêmio ao servidor DEIVID DE MELO, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 20/11/2019 à 19/12/2019, relativa ao período aquisitivo de 2014/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 18 de Novembro de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.328/2019

Publicação Nº 2230785

PORTARIA Nº 15.328, de 18 de Novembro de 2019.
CONCEDE READAPTAÇÃO

O Secretário da Administração, Finanças e Planejamento do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 91 da Lei Complementar nº 59/09, resolve

R E A D A P T A R :

DEBORA DA SILVEIRA GASPAR, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica para atuar na parte administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, respeitadas as limitações indicadas no Laudo Pericial, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias com efeitos retroativos a partir de 12/11/2019 à 09/05/2020.

Registre-se e Publique-se

Santo Amaro da Imperatriz, em 18 de Novembro de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS - CONVITE 44-2019

Publicação Nº 2230308

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ CNPJ: 82.892.324/0001-46 Praça Governador Ivo Silveira C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC	CONVITE Nr.: 44/2019 - CV Processo Administrativo: 43/2019 Processo de Licitação: 44/2019 Data do Processo: 01/11/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para a Execução de Serviços Preliminares, Drenagem, Pavimentação à Lajotas e Sinalização Vertical, incluindo fornecimento de material, da Rua Prof. Silveira de Mattos, neste Município, conforme especificações contidas nos Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, parte integrante deste Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 38/2019 (Sequência: 2)

Ao(s) 18 de Novembro de 2019, às 14:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 6624, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 44/2019, Licitação nº 44/2019 - CV, na modalidade de Convite p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 7329 - ACORES EMPREITEIRA DE MAO-DE-OBRA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa para a Execução de Serviços Preliminares, Drenagem, Pavimentação à Lajotas e Sinalização Vertical, incluindo fornecimento de material, da Rua Prof. Silveira de Mattos, neste Município, conforme especificações contidas nos Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, parte integrante deste Edital.	un	1,00		0,0000	119.872,83	119.872,83

Total do Participante -----> 119.872,83

Total Geral -----> 119.872,83

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Santo Amaro da Imperatriz, 18 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

Alessandra Krautz Coelho - - Presidente da Comissão de Licitação

Pedro Felipe Schwinden Rachadel - - Membro

Lidiane Alves Espindola Oselame - - Membro

Lara Broering de Campos - - Membro

CONVITE Nr.: 44/2019 - CV	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ CNPJ: 82.892.324/0001-46 Praça Governador Ivo Silveira C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC
Processo Administrativo: 43/2019 Processo de Licitação: 44/2019 Data do Processo: 01/11/2019	Folha: 2/2

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

PAULO HENRIQUE MATTOS - - Representante

São Bento do Sul

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

AVISO DE ANULAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 18/2019 IPRESBS

Publicação Nº 2230250

Despacho de anulação da licitação Pregão Eletrônico 18/2019 IPRESBS

Considerando o edital de Pregão Eletrônico 18/2019 IPRESBS, em seu item 8.9.1:

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação, originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas ou por servidor do IPRESBS, e a proposta de preços adequada ao último lance deverão ser encaminhados ao Setor de Atendimento do IPRESBS, aos cuidados do Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Alfredo Klimmek, 439, Centro, São Bento do Sul SC, CEP 89280-334, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis após a empresa ser declarada habilitada através do chat, em envelope fechado e rubricado, para ser protocolizado, contendo as seguintes indicações no seu anverso

Considerando que o entendimento do Pregoeiro do IPRESBS era que os documentos deveriam ser entregues em até 4 dias úteis no IPRESBS, verificou-se ambiguidade de interpretação, conforme foi levantado por uma empresa licitante, através de e-mail encaminhado, que tendo sido inabilitada pelo pregoeiro por não entregar a documentação em até 4 dias úteis, mas comprovou tê-la postado no correio dentro deste prazo.

Ao mesmo tempo questionou que tendo encaminhado no prazo (e não entregue no prazo), cumpriu o disposto no item 8.9.1.

Em que pese outras empresas terem entregue os documentos no prazo de 4 dias úteis, e este prazo ser fixado para que o IPRESBS não tenha que esperar indefinidamente por um documento postado, verifica-se que outra empresa foi inabilitada pelo mesmo motivo de prazo de entrega física dos documentos, até o momento.

Desta forma, os termos do edital suscitaram essa dupla interpretação, por parte do Pregoeiro e do licitante. Vale ressaltar que geraria tratamento diferenciado se o IPRESBS aceitasse a documentação de um licitante que entregou no prazo de 4 dias úteis, e aceitasse de outro que encaminhou no prazo, sendo entregue depois.

Reabilitar o licitante desclassificado geraria a inabilitação da posteriormente convocada, e ensejaria motivo para recurso de todas as demais inabilitadas seja por não entregarem ou não terem anexado no sistema do pregão os documentos nos prazos definidos.

Verificando, ainda, que o termo "encaminhado" no edital realmente deixa estas duas interpretações possíveis, e a fim de evitar prejuízo por erros, dúvidas ou omissões do edital, pois não cita de que forma seria tratada a postagem pelo Correio, e considerando o parecer do Pregoeiro pela anulação e início de nova licitação, passo para a decisão:

Sendo assim, com base no artigo 49 da lei 8666/93 e do item 22.7 do Edital, sendo que este processo não está finalizado nem homologado, RESOLVO anular a presente licitação, com fins de instauração de um novo processo licitatório, sendo corrigido o edital para que não deixe dúvida quanto a questão da entrega dos documentos, de modo que todos os participantes e o Pregoeiro possam ter clareza quanto ao prazo de entrega de documentos estipulado no edital.

São Bento do Sul, 18 de novembro de 2019

José Canísio Tschöke

Diretor-Presidente

Visto da Assessoria Jurídica do IPRESBS

São Bernardino

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 15/2019 SAÚDE

Publicação Nº 2229646

ESTADO DE SANTA CATARINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-SC, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2019 - MODALIDADE Pregão Presencial Nº 12/2019. O Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial tipo menor preço, por item, por item para prestação de serviços médicos de plantão e emergência através de hospital nas áreas de clínica médica, obstetrícia, cirurgia, pronto atendimento para: exames de raio X e/ou diversos, acompanhamento de pacientes em observação 24 e ou 48 hrs e internação de pacientes. Estará recebendo as propostas até as 09:00 do dia 02/12/2019. A íntegra deste Edital estará disponível no site www.saobernardino.sc.gov.br, e no setor de licitações, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 18/11/2019. Agostinho Luzzi - Ordenador da Despesa.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 77/2019

Publicação Nº 2230323

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2019 - MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 11/2019. O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que realizou DISPENSA DE LICITAÇÃO, tipo menor preço, por item, para Locação de sistema de Controle Interno e Audiência Pública. Fundamentação Legal - Art. 24, inciso II da Lei n.8.666/93. Proponente: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME, CNPJ n. 07753029000193, valor R\$ 5.640,00, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014, www.saobernardinop.sc.gov.br, DOM/SC. São Bernardino-SC, aos 18/11/2019- Adeli José Riffel- Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 195/2019

Publicação Nº 2230319

CONTRATO Nº 195/2019

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 39/2019, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA A. A. ALBERT - ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa A. A. ALBERT - ME, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA SAO BERNARDINO, na Cidade de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 06200290000101, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. ARI ALBERTO ALBERT, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF nº 022.803.569-45, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2019, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA E EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 12/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 39/2019.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 1.799,60 (um mil setecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 29/10/2019 até o dia 31/12/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 12/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 39/2019, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
6	20,00	HR	SERVIÇO MECÂNICO PARA CAMINHÕES	89,98	1.799,60
			TOTAL		1.799,60

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 39/2019.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 12/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 39/2019.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o Sr. ODIMAR TALIAN, portador do CPF nº 026.435.119-30, Secretário da Infraestrutura, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 39/2019.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 29 de Outubro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
Município

ARI ALBERTO ALBERT
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. 77/2019

Publicação Nº 2230328

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2019

JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, necessita contratar locação de sistema de informática de controle interno e serviços especializados de adequação, instalação e treinamento operacional para geração de relatórios para demonstração de Audiências Públicas e relatórios encaminhados para o TRIBUNAL DE CONTAS DE SC no exercício de 2020. Esta locação torna-se necessário para atender as necessidades do setor.

Com efeito esta Comissão resolve contratar conforme Lei 8.666/93, Art. 24, inciso II.

Dotações utilizadas:

2.003.3390.00 - 1000 /2020 - Manutenção da Administração Geral

São Bernardino, SC, 18/11/2019

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

.....

Edilaine Gomes Werner
Presidente

.....
Tegla Ines Krindges Ludwig
Membro

.....
Nereu Bruno Fritzen
Membro

.....
Alcino Beloli Borges
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2019

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Dispensa de Licitação n.º 11/2019 tem sua fundamentação legal no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 consolidada que preceitua o seguinte:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

São Bernardino, SC, 18/11/2019

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

.....
Edilaine Gomes Werner
Presidente

.....
Tegla Ines Krindges Ludwig
Membro

.....
Nereu Bruno Fritzen
Membro

.....
Alcino Beloli Borges
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2019

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Os serviços serão contratados do seguinte fornecedor relacionado abaixo, considerando a boa aceitação e funcionalidades do sistema, por se tratar de empresa que atua no mercado dispondo de experiência em tecnologia, oferecendo qualidade e inovação no sistema oferecido, considerando relatórios de despesas referente o objeto em questão de municípios da região com a mesma empresa e outras, extraídos do portal de transparência em anexo ao processo, e considerando que os valores praticados na região pela empresa estão compatíveis com os municípios da região, os serviços serão contratados conforme segue abaixo:

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação		Preço Unit.	Preço Total
1	12,00	Und	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE CONTROLE INTERNO E PARA APRESENTAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS.		470,00	5.640,00
Total						5.640,00

São Bernardino, SC, 18/11/2019

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

.....
Edilaine Gomes Werner
Presidente

.....
Tegla Ines Krindges Ludwig
Membro

.....
Nereu Bruno Fritzen
Membro

.....
Alcino Beloli Borges
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2019

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao chefe do poder executivo para ratificação, sendo locado o sistema do fornecedor: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME CNPJ N. 07.753.029/0001-93, num valor total de R\$ 5.640,00 (Cinco mil seiscientos e quarenta reais) conforme orçamento da empresa e relatórios de despesas referente o objeto em questão de municípios da região extraídos do portal de transparência em anexo ao processo que fica fazendo parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

São Bernardino, SC, 18/11/2019

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

.....
Edilaine Gomes Werner
Presidente

.....
Tegla Ines Krindges Ludwig
Membro

.....
Nereu Bruno Fritzen
Membro

.....
Alcino Beloli Borges
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2019

RATIFICAÇÃO

Ratifico a decisão sugerida pela Comissão de Licitações e solicito ao Departamento de Compras, Contratos e Licitações que seja efetuada a devida compra do fornecedor mencionado a partir do exercício de 2020.

São Bernardino, SC, 18/11/2019

.....
Adeli José Riffel
Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N. 15/2019 PP N. 12/2019 SAÚDE

Publicação Nº 2229647

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2019
PREGÃO No 12/2019
01. PREÂMBULO

1.1 - O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO(a), designado pela Portaria n.35/2019 e 88/2019, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º 12/2019 na Modalidade Pregão, do tipo menor preço por item e Presencial, cujo setor interessado é a Secretaria de Saúde, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009, Decreto n. 132/2009, Decreto n. 254/2012, Decreto 09/2018 e Decreto 145/2019, Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.2- JUSTIFICATIVA, em atendimento ao Decreto 5.504 de 05/08/2005 Art. 1º parágrafo 2º, tendo em vista a ineficiência da estrutura do município de São Bernardino fica inviável a utilização do pregão na forma eletrônica, adotando-se assim o pregão na forma presencial.

1.3 JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICAÇÃO DO ARTIGO 48 INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006, Tal medida se justifica devido ao fato que após pesquisa de mercado, foi verificado que não houveram fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

1.4 Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) do Município no ato do CREDENCIAMENTO que emitirá o respectivo Protocolo de Entrega, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, S/N- Centro, São Bernardino -SC, CEP 89982-000, até às 09:00 horas do dia 02/12/2019 iniciando-se a Sessão Pública às 09:15 horas do mesmo dia e local.

1.5 – Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos pelo Pregoeiro(a), e se não houver requerimento solicitando a devolução, os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

1.6 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

02. OBJETO

2.1 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES, SERVIÇOS DE PLANTÃO E EMERGÊNCIA MÉDICA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE PLANTÃO EM OBSTETRÍCIA, NO ÂMBITO DAS ESPECIALIDADES DA INSTITUIÇÃO ATRAVÉS DO SEU CORPO CLÍNICO, DE SUAS DEPENDÊNCIAS E INSTALAÇÕES, COM VISTAS A COMPLEMENTAR A REDE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA O ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DE SÃO BERNARDINO-SC ENCAMINHADOS PELOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020. (LIVRE DEMANDA) INDEPENDENTE DO NÚMERO DE ENCAMINHAMENTOS.

ITENS E SEUS RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS DESTE EDITAL

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALAR DE PLANTÃO E EMERGÊNCIA MÉDICA NO ÂMBITO DAS ESPECIALIDADES DA INSTITUIÇÃO, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE PLANTÃO EM OBSTETRÍCIA, ATRAVÉS DO SEU CORPO CLÍNICO, DE SUAS DEPENDÊNCIAS E INSTALAÇÕES, COM VISTAS A COMPLEMENTAR A REDE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA O ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DE SÃO BERNARDINO-SC, (LIVRE DEMANDA), INDEPENDENTE DO NÚMERO DE PACIENTES ATENDIDOS E OU PROCEDIMENTOS EFETUADOS NO MÊS DE REFERÊNCIA, NOS SERVIÇOS ESTÃO INSERIDOS: CONSULTAS; EXAMES; ULTRA SOM, RX, OBSERVAÇÃO 24 HORAS, OBSERVAÇÃO 48 HORAS; PRONTO SOCORRO E PLANTÃO DE OBSTETRÍCIA. OS SERVIÇOS HOSPITALARES DE PLANTÃO SERÃO AQUELES REALIZADOS NOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS. E AS EMERGÊNCIAS SEMANAIS, FORA DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE, COMPREENDIDAS NO HORÁRIO DE 18:00 (DEZOITO) HORAS AS 07:00 (SETE) HORAS DA MANHÃ.	Und	12,00	22.000,00	264000,00
			Total		264.000,00

A PROPOSTA QUE APRESENTAR O ITEM COM O VALOR ACIMA DO MÁXIMO SERÁ DESCLASSIFICADA

2.2- Nos serviços estão inseridos: Consultas; Exames; ultra som, RX, Observações 24 horas; Observações 48 horas; Pronto Socorro; Plantão Obstetrícia;

2.3- Os serviços hospitalares de plantão serão aqueles realizados nos sábados, domingos e feriados. E as emergências semanais, fora do expediente da Unidade Municipal de Saúde, são aquelas compreendidas no horário de 18:00 (dezoito) horas às 07:00 (sete) horas da manhã;

2.4- Somente serão pagos os procedimentos de plantão realizados no mês correspondente e que foram autorizados pelo Fundo Municipal de Saúde, através da apresentação pelo paciente ao sistema de plantão da Autorização pelo Fundo Municipal de Saúde, devidamente assinada pela pessoa encarregada e identificada o nome do paciente.

2.5- Nos serviços também estão inclusos os atendimentos a pacientes encaminhados pelos profissionais da unidade de Saúde do Município.

03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.

04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

A) PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2019
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 01 – Proposta Comercial

Empresa:

B) PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2019
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 02 – Documentação

Empresa:

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que

possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 – O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. – Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5 - A ausência do Credenciado, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, porém não é motivo para exclusão do certame, desde que atenda as exigências do Credenciamento 1 – a e 7.1).

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

- Se for Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), para que possa se beneficiar das disposições Lei Complementar n.123/2006 de 14/12/2006 atualizada, deverá comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do Credenciamento, apresentando obrigatoriamente: Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, com data de emissão não superior a 90 (Noventa) dias. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será analisada segundo o regramento padrão.

05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador, ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de até três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital; e

e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

Parágrafo único — Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo sugestivo constante do Anexo III do Edital.

06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta de tributos e contribuições federais, quanto à dívida ativa da união e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal).
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

6.3. Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Considerando as alterações no sistema do TJ-SC, a certidão exigida deverá ser emitida nos dois sistemas:

- SAJ (<https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/sco/abrirCadastro.do>) e;

- eproc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br>)

As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

6.3. Qualificação técnica:

a) Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante sugestivo do Anexo IV do Edital).

6.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante sugestivo do Anexo V do Edital).

6.6 – Todas as certidões e/ou documentos comprobatórios, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e das propostas, e deverão ser apresentados em fotocópias original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por tabelião de notas ou por membro da Comissão de Licitações do Município, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. A Comissão de Licitação, fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-la.

6.7- Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

6.8 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item, conforme o Edital.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Quando não forem verificados, no mínimo, 03(três) propostas comerciais nas condições mencionadas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de três casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no Anexo I a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

- Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ocorrendo empate proceder -se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada

vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no § 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no inciso I, II e III do Art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseq-entes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.9.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o art. 43 § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, as ME e EPP, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ficando a Sessão Pública em suspenso, quando será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma Lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria, o recurso se interposto, deverá ser protocolado fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigidos ao pregoeiro. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Publica do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Publica acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 – O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 – A distância da localização do hospital deverá ser no máximo de até 60(sessenta) quilômetros do município de São Bernardino-SC, está exigência justifica-se para atender pacientes com urgência que necessitam de internação hospitalar, em especial casos graves de emergências, considerando de que no município de São Bernardino não tem hospital. A empresa contratada deverá iniciar os serviços imediatamente, após a assinatura do Contrato e emissão da Autorização de Fornecimento;

9.2 – A execução dos serviços objeto da presente Licitação, deverá ser efetuada conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde, através da apresentação pelo paciente ao sistema de plantão da Autorização pelo Fundo Municipal de Saúde, devidamente assinada pela pessoa encarregada e identificada o nome do paciente.

9.3 – A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2020 os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza. A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31.12.2020, porém por se tratar de serviços a serem executados de forma contínua, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, o contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos limitado sessenta meses.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

10.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados até o dia 10(dez) do mês subsequente ao da prestação de serviços mediante apresentação da nota fiscal correspondente e Relatório Mensal dos serviços realizados, acompanhados das Autorizações emitidas pelo Fundo Municipal de Saúde, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável;

10.2- Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação;

10.3- O Pagamento será efetuado via transferência online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor;

10.4- O preço estabelecido neste instrumento contratual poderá ser reajustado após 01(um) ano, tendo por base à data da apresentação da respectiva proposta ou orçamento a que se referir, utilizando-se para tanto a variação do IGP-M anualmente que substituir.

10.5 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão a cargo do orçamento vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020:

12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Fundo Municipal de Saúde - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.2- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

14. OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da

licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

15.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;
- c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;
- f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da empresa;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

16. PENALIDADES

16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

17.1 – Além das atribuições já evidenciadas neste Edital de Licitação e as previstas em Lei, o Pregoeiro poderá ainda:

17.1.1 – Advertir os representantes das empresas proponentes, bem como qualquer pessoa presente a sessão pública, em virtude de comportamento ou expressões inadequadas para o momento.

18.1.2 – Estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

18.1.3 – Interromper o processo, para qualquer situação adversa que possa ocorrer durante a sessão pública.

18.1.4 – Baixar diligências para dirimir qualquer dúvida em relação ao processo e/ou documentação, inclusive para que havendo algum valor de lance ofertado sendo considerado inexecutável, para que o autor comprove que a mesma pode ser executada.

18.1.5 – Permitir aos credenciados, contato com terceiros para formular lances.

18.1.6 – Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação.(se for o caso).

18.1.7- Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (se for o caso)

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009 , Decreto n. 132/2009, Decreto n. 254/2012, Decreto 09/2018 e Decreto 145/2019.

18.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO II – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO III – Modelo de Proposta

§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

§ ANEXO V - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

§ ANEXO VII – Minuta de Contrato.

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

18.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. A impugnação deverá ser protocolada fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigido ao chefe do poder executivo.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49)36540137 ou 36540054/0014 até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

São Bernardino – SC 18/11/2019

Ordenador da Despesa
Agostinho Luzzi

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica
RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC 15.411
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2019
PREGÃO No 12/2019

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar da licitação instaurada pelo Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino -SC, na modalidade Pregão n.º _____, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2019.

Carimbo Nome e Assinatura do Credenciante

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2019
PREGÃO No 12/2019

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º _____ do Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino -SC que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2019.

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2019
PREGÃO N. 12/2019

A Empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, e que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

_____, em ____ de _____ 2018.

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2019
PREGÃO N. 12/2019

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 12/2019, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES, SERVIÇOS DE PLANTÃO E EMERGÊNCIA MÉDICA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE PLANTÃO EM OBSTETRÍCIA, NO ÂMBITO DAS ESPECIALIDADES DA INSTITUIÇÃO ATRAVÉS DO SEU CORPO CLÍNICO, DE SUAS DEPENDÊNCIAS E INSTALAÇÕES, COM VISTAS A COMPLEMENTAR A REDE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA O ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DE SÃO BERNARDINO-SC ENCAMINHADOS PELOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALAR DE PLANTÃO E EMERGÊNCIA MÉDICA NO ÂMBITO DAS ESPECIALIDADES DA INSTITUIÇÃO, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE PLANTÃO EM OBSTETRÍCIA, ATRAVÉS DO SEU CORPO CLÍNICO, DE SUAS DEPENDÊNCIAS E INSTALAÇÕES, COM VISTAS A COMPLEMENTAR A REDE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA O ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DE SÃO BERNARDINO-SC, (LIVRE DEMANDA), INDEPENDENTE DO NÚMERO DE PACIENTES ATENDIDOS E OU PROCEDIMENTOS EFETUADOS NO MÊS DE REFERÊNCIA, NOS SERVIÇOS ESTÃO INSERIDOS: CONSULTAS; EXAMES; ULTRA SOM, RX, OBSERVAÇÃO 24 HORAS, OBSERVAÇÃO 48 HORAS; PRONTO SOCORRO E PLANTÃO DE OBSTETRÍCIA. OS SERVIÇOS HOSPITALARES DE PLANTÃO SERÃO AQUELES REALIZADOS NOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS. E AS EMERGÊNCIAS SEMANAIS, FORA DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE, COMPREENDIDAS NO HORÁRIO DE 18:00 (DEZOITO) HORAS AS 07:00 (SETE) HORAS DA MANHÃ.	MES	12,00		
			Total		

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: Imediato

DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2019

PREGÃO No 12/2019

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2019
PREGÃO N. 12/2019

DEPARTAMENTO DE COMPRAS do Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino -SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa _____

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

CONTRATO Nº NumContrato

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pela Coordenadora o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa NomeContratado, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a EnderecoContratado, na cidade de CidadeContratado, inscrita no CNPJ sob nº CNPJContratado, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. NomeRespContratado, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de CidadeContratado, inscrito no CPF nº CPFContratado, doravante denominado CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

ObjetoContrato

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 15/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

O valor total do contrato é de R\$ ValorContrato ValorContratoExtenso, sendo nos preços acima estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução, entrega dos materiais e fornecimento de Nota Fiscal emitida pela contratada, da seguinte forma:

MENSAL

III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de DataAssinatura até DataVencimento, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de termo aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VI - Das compensações financeiras:

a) - Do desconto por antecipação de pagamento:

O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento dos materiais.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Fundo.

c) - Do desconto por atraso na entrega do objeto:

O Município descontará o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor contratado a cada dia de atraso na entrega do objeto ou proporcional se a entrega for parcelada.

VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente as despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Iniciar os serviços em seu estabelecimento hospitalar, na data estabelecida pela Secretaria de Saúde, obedecendo a ordem de serviços emitida pelo órgão competente.

II - Permitir que os prepostos do Fundo inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos Serviços.

III - Fornecer ao Fundo sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e providenciarias.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços objeto contratado, pagando os salários, e demais despesas inerentes, inclusive as previstas no inciso IV desta Cláusula.

VI - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

VII - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre serviços e materiais contratados, em qualquer esfera.

VIII - Fornecer os materiais e serviços necessários nos atendimentos aos pacientes encaminhados pelo Fundo, sendo de responsabilidade da contratada pelos danos que possam afetar o Fundo ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.

IX - Manter o Fundo permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e sua qualidade e orientações técnicas relacionados com o objeto contratado.

X - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 15/2019, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO:

I - Fiscalizar e controlar o objeto de execução dos serviços contratados.

II - Encaminhar os pacientes até a unidade hospitalar, onde os serviços são prestados ao Fundo;

III - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

IV - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

V - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 15/2018, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 15/2019, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

V - Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VI - Fica por desde já, designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em DataExtensoAssinatura.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

NomeRespContratado
Contratado

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas:-----

PORTARIA Nº 299/2019

Publicação Nº 2230964

PORTARIA Nº 299/2019 DE 18/11/2019

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidor Público Municipal, Sr. SINÉSIO JOSÉ KUNZ, matrícula 114/02, do dia 18/11/2019 à 17/12/2019, referente ao período aquisitivo de 20/09/2018 a 19/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 18 de novembro de 2019.		

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 300/2019

Publicação Nº 2230966

PORTARIA Nº 300/2019 DE 18/11/2019

	DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE EFEITOS DA PORTARIA 238/2019 DE 16/08/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 122, §4º da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.	

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam CANCELADOS os efeitos da Portaria nº 238/2019 de 16/08/2019, a qual concedia Licença Prêmio à servidora pública municipal, Sra. NEUZA ANTONIA DOS SANTOS AGUIAR, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, no período de 12/11/2019 até 13/11/2019 (02 dias) referente à matrícula 401/04, em razão da concessão de benefício junto ao INSS, conforme comunicado de decisão do INSS de 11/11/2019, em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 11/11/2019.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 18 de novembro de 2019.	

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 301/2019

Publicação Nº 2230967

PORTARIA Nº 301/2019 de 18/11/2019

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal, Sra. NEUZA ANTONIA DOS SANTOS DE AGUIAR, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, carga horária de 40 horas semanais, matrícula 401/04, licença para tratamento de saúde a partir de 12/11/2019 até 13/08/2020, conforme comunicado de decisão do INSS de 11/11/2019, em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 12/11/2019.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 18 de novembro de 2019.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 302/2019

Publicação Nº 2230968

PORTARIA Nº 302/2019 DE 18/11/2019

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RESPONDER CUMULATIVAMENTE PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o Servidor Público Municipal, Sr. JAIR DE ALMEIDA, matrícula nº 554/01, ocupante do cargo de Sub-Diretor, para responder cumulativamente pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Município de São Bernardino-SC no período de 14 de novembro de 2019 a 28 de novembro de 2019, em razão de férias do Secretário, Sr. ADEMIR JOSÉ CIMA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14/11/2019.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta portaria ficam por conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 18 de novembro de 2019.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 73/2019

Publicação Nº 2231001

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 12/2019 - TP Processo Administrativo: 73/2019 Processo de Licitação: 73/2019 Data do Processo: 11/10/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 73/2019
b) Licitação Nr.: 12/2019-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 19/11/2019
e) Data da Adjudicação: 19/11/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SELEÇÃO DE PESSOAL, ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E CADASTRO RESERVA DE PROFESSOR(A) COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, E PARA O CARGO DE AGENTE AO COMBATE A ENDEMIAS ATRAVÉS DE EMPREGO PÚBLICO, COMPREENDENDO: ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO DAS PROVAS E ENTREGA DE RESULTADOS EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

DELMA ELOI BITTENCOURT DA SILVA (5103)

- | | | | | | |
|--|-----|------|--------|----------|----------|
| 1 SERVIÇO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CARGO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, COMPREENDENDO: ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO DAS PROVAS E ENTREGA DE RESULTADOS EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL. | SER | 1,00 | 0,0000 | 1.200,00 | 1.200,00 |
| 2 SERVIÇO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CARGOS DE PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COMPREENDENDO: ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO DAS PROVAS E ENTREGA DE RESULTADOS EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL. | SER | 1,00 | 0,0000 | 880,00 | 880,00 |

Total do Fornecedor: 2.080,00

Total Geral: 2.080,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (3), 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (40)

São Bernardino, 19 de Novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB Nº 64/2019

Publicação Nº 2230943

Decreto CTB Nº 064/2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) .

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação um Crédito Suplementar no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.2.036-3.3.50.00.00.00.00667 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Convenio com FNS – Recursos PABA, um Crédito Suplementar no montante de R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.2.038-3.3.90.00.00.00.00154/641– Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 de novembro de 2019

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 147/2019

Publicação Nº 2229790

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 147/2019

PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 055/2019

A Pregoeira Oficial do Município TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 03 de dezembro de 2019, estará recebendo as propostas dos interessados visando eventuais e futuras AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS PARA TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, e demais normas pertinentes. O edital encontra-se no site do município (<https://www.saodomingos.sc.gov.br/>). Informações e esclarecimentos serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 14 de novembro de 2019.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.229/2019

Publicação Nº 2229923

DECRETO Nº 3.229, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.382,06 (vinte e sete mil, trezentos e oitenta e dois Reais e seis centavos) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso IV, do art. 9º, da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações:

27 - Secretaria Municipal de Turismo

001 - Gerência de Promoção Turística e Eventos

2043 - Manutenção das Atividades da Gerência de Turismo

30000000000000000000 - Despesas Correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações Diretas

03000000 - Recursos Ordinários R\$ 27.382,06

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 27.382,06

Art. 2º Como fonte de recursos necessários à execução do artigo anterior correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da fonte de Recursos ordinários 03000000.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.229, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade atender à solicitação da Secretaria de Estado da Fazenda com a devolução dos recursos de contrapartida não aplicado em exercícios anteriores dos Convênios firmados com o Governo do Estado Nº 2018TR013, Fonte de Recurso 03000000.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

DECRETO Nº 3.230/2019

Publicação Nº 2229925

DECRETO Nº 3.230, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 42.774,77 (quarenta e dois mil, setecentos e setenta e quatro Reais e setenta e sete centavos) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso IV do art. 9º da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações:

27 - Secretaria Municipal de Turismo
001 - Gerência de Promoção Turística e Eventos
2043 - Manutenção das Atividades da Gerência de Turismo
30000000000000000000 - Despesas Correntes
33300000000000000000 - Outras despesas correntes
33390000000000000000 - Aplicações diretas
03640000 - Transf. Convênio - Estado/Outros R\$ 42.774,77

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 42.774,77

Art. 2º Como fonte de recursos necessários à execução do artigo anterior correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes das Transferências de Convênio Estado/Outros, conta a Fonte de Recurso 03640000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.230, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade atender à solicitação da Secretaria de Estado da Fazenda devolução dos recursos não aplicado em exercícios anteriores das receitas provenientes dos recursos de Transferência de Convênios com Estado Nº 2018TR01, com a Fonte de Recurso 0364000.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

DECRETO Nº 3.231/2019

Publicação Nº 2229926

DECRETO Nº 3.231, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.270, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.270, de 13 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais) ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019 e suas alterações, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

19 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
001 – Fundo Municipal de Saúde
2121 – Manutenção Serviço Móvel de Emergência - SAMU
40000000000000000000 – Despesas de Capital

44000000000000000000 – Investimentos
44900000000000000000 - Aplicações diretas
Fonte de Recurso: 3380900 – Serviço de Atendimento Móvel Urg.-SAMU R\$ 50.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 1º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

19 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
001 – Fundo Municipal de Saúde
2121 – Manutenção Serviço Móvel de Emergência - SAMU
30000000000000000000 – Despesas Correntes
33000000000000000000 – Outras Despesas Correntes
33900000000000000000 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 3380900 – Serviço de Atendimento Móvel Urg.-SAMU R\$ 50.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2019.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

DECRETO Nº 3.232/2019

Publicação Nº 2229929

DECRETO Nº 3.232, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 72.688,87 (setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e oito Reais e oitenta e sete centavos) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso I, §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
001 - Fundo Municipal de Saúde
2112 - Manutenção de Pessoal Administrativo do Fundo Municipal de Saúde
30000000000000000000 – Despesas Correntes
33300000000000000000 - Outras despesas correntes
33391000000000000000 - Aplicações Diretas decorrentes operações entre órgãos
03000000 - Recursos Ordinários R\$ 72.688,87
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 72.688,87

Art. 2º Como Fonte de Recursos necessários à execução do artigo anterior correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes da Transferência de Convênio Estado/Outros, com a Fonte de Recurso 03000000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2019.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

NÁDIA MOREIRA RAPOSO
Secretária Municipal de Saúde

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.232, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

A presente suplementação no valor de R\$ 72.688,87 (setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e oito Reais e oitenta e sete centavos), na ação 2112 - Manutenção de Pessoal Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, tem por finalidade cobrir despesas relativas ao déficit atuarial do Fundo Municipal de Saúde.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

NÁDIA MOREIRA RAPOSO
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 3.233/2019

Publicação Nº 2229931

DECRETO Nº 3.233, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com Art. 6º e inciso I do Art. 7º da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
001 – Fundo Municipal de Saúde
2118 – Manutenção Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar
3300000000000000 - Despesas Correntes
3310000000000000 – Pessoal e Encargos Sociais
3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos
01020000 – Rec.de impostos e de transf.imp-Saúde R\$ 60.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 60.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias.

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
001 – Fundo Municipal de Saúde
2118 – Manutenção Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar
3300000000000000 - Despesas Correntes
3310000000000000 – Pessoal e Encargos Sociais
3319000000000000 - Aplicações diretas
01020000 – Rec.de impostos e de transf.imp-Saúde R\$ 60.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS Secretário Municipal de Finanças	NÁDIA MOREIRA RAPOSO Secretária Municipal de Saúde
Secretário Municipal de Governo. Visto. Publique-se.	Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.233, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade adequar o orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, na Ação 2118 - Manutenção Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar, conforme art. 6º da Lei nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, no valor de R\$60.000,00 (sessenta mil Reais), com a finalidade de cobrir despesas previdenciárias de pessoal administrativo do Fundo Municipal de Saúde.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS Secretário Municipal de Finanças	NÁDIA MOREIRA RAPOSO Secretária Municipal de Saúde
---	---

DECRETO Nº 3.234/2019

Publicação Nº 2229934

DECRETO Nº 3.234, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 152.210,19 (cento e cinquenta e dois mil, duzentos e dez Reais e dezenove centavos) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso I, §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

05 - Departamento Municipal de Trânsito

001 - Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito

1005 - Sinalização e Controle Viário

30000000000000000000 – Despesas Correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações diretas

03120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura R\$ 152.210,19

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 152.210,19

Art. 2º Como fonte de recursos necessários à execução do artigo anterior correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes das Convênio de Trânsito Prefeitura, com a Fonte de Recurso 03120000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS Secretário Municipal de Finanças	JACKSON PORTELLA DE LIMA Diretor Geral do DEMTRAN
Secretário Municipal de Governo. Visto. Publique-se.	Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.234, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

A presente suplementação no valor de R\$ 152.210,19 (Cento e cinquenta e dois mil, duzentos e dez reais e dezenove centavos), na ação 1005 - Sinalização e Controle Viário, tem por finalidade a contratação de serviços de sinalização viária horizontal manual e mecânica, pois a ausência de sinalização coloca em risco o fluxo e a segurança do trânsito.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS Secretário Municipal de Finanças	JACKSON PORTELLA DE LIMA Diretor Geral do DEMTRAN
---	--

DECRETO Nº 3.235/2019

Publicação Nº 2229936

DECRETO Nº 3.235, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.271, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.271, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 259.500,00 (duzentos e cinquenta e nove mil e quinhentos Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

001- Secretaria de Obras e Serviços Públicos

1012- Infraestrutura Turística - Revitalização das Orlas das Praias.

3400000000000000 – Despesas de Capital

3440000000000000 – Investimentos

3449000000000000 - Aplicações Diretas

01000000 - Recursos Ordinários R\$ 21.000,00

01390100 - Fundo Especial de Petróleo - Lei nº 7.990/89 R\$ 78.000,00

01390200 - Fundo Especial de Petróleo - Lei nº 9.478/97 R\$ 160.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃOR\$ 259.500,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

04 - Procuradoria-Geral do Município

001- Manutenção da Procuradoria-Geral do Município

2007- Manutenção das Atividades administrativas da Procuradoria-Geral do Município

3400000000000000 – Despesas de Capital

3440000000000000 – Investimentos

3449000000000000 - Aplicações Diretas

01000000 - Recursos Ordinários R\$ 13.000,00

11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

001- Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2065 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

3300000000000000 – Despesas Correntes

3330000000000000 – Outras Despesas Correntes

3339000000000000 - Aplicações diretas

01390100 - Fundo Especial de Petróleo - Lei nº 7.990/89 R\$ 37.000,00

DECRETO Nº 3.235, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

14 - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração

001- Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração

1018 - Projetos de Infraestrutura, Urbanismo e Integração

3300000000000000 – Despesas Correntes

3330000000000000 – Outras Despesas Correntes

3339000000000000 - Aplicações Diretas



010000000 - Recursos Ordinários R\$ 147.500,00
 01390100 - Fundo Especial de Petróleo - Lei nº 7.990/89 R\$ 41.000,00
 01390200 - Fundo Especial de Petróleo - Lei nº 9.478/97 R\$ 21.000,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 259.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 18 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.
 Visto. Publique-se.

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

DECRETO Nº 3.236/2019

Publicação Nº 2229938

DECRETO Nº 3.236, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.272, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.272, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul - FUCISFS
 002 - Departamento de Cultura
 2099 - Manutenção dos Eventos Culturais
 3300000000000000 – Despesas Correntes
 3330000000000000 – Outras Despesas Correntes
 3339000000000000 - Aplicações Diretas
 010000000 - Recursos Ordinários R\$ 98.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃOR\$ 98.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul - FUCISFS
 001 - Diretoria Administrativa
 2098 - Manutenção de Pessoal da Fundação Cultural Ilha de São Francisco
 3300000000000000 – Despesas Correntes
 3310000000000000 – Pessoal e Encargos Sociais
 3319000000000000 - Aplicações Diretas
 010000000 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

16 - Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul - FUCISFS
 002- Departamento de Cultura
 2134- Recolhimento do aporte Déficit Atuarial
 3300000000000000 – Despesas Correntes
 3330000000000000 – Outras Despesas Correntes
 3339100000000000 - Aplicações Diretas decorrentes operações entre Órgãos
 010000000 - Recursos Ordinários R\$ 38.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃOR\$ 98.000,00

DECRETO Nº 3.236, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 18 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.

Visto. Publique-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

DOCUMENTO OFICIAL DA LEI Nº 2263 DE 2019

Publicação Nº 2229564

Lei Nº 2263/2019

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DESFIBRILADORES CARDÍACOS EXTERNOS SEMI-AUTOMÁTICOS, JUNTO DE UM RESPONSÁVEL PELO EQUIPAMENTO, EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Os desfibriladores cardíacos externos semiautomáticos são equipamentos obrigatórios, junto com a presença de um profissional responsável pelo funcionamento do aparelho, em competições esportivas, público ou privados, no município de São Francisco do Sul.

Parágrafo único. É obrigatória a presença de pessoa, com treinamento clínico, designada e treinada para o uso do desfibrilador e para a realização de outros procedimentos práticos auxiliares envolvidos na técnica de ressuscitação cardiopulmonar, nos locais previstos neste artigo.

Art. 2º Sem prejuízo de outras sanções penais ou administrativas cabíveis, o descumprimento das disposições desta Lei sujeita o infrator à interdição do estabelecimento, à suspensão do evento, conforme o caso, até que a situação esteja regularizada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 08 de novembro de 2019.

Álvaro José Siebers

Vice-Presidente da Mesa Diretora

DOCUMENTO OFICIAL DA LEI Nº 2264 DE 2019

Publicação Nº 2229760

Lei Nº 2264/2019

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO DOADOR VOLUNTÁRIO DE SANGUE" E A "SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO À DOAÇÃO DE SANGUE", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Municipal do Doador Voluntário de Sangue", a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de novembro, e designada a "Semana Municipal de Incentivo à Doação de Sangue", a ser realizada no período compreendido entre 18 a 25 de novembro.

Art. 2º A Semana Municipal de Incentivo à Doação de Sangue tem por objetivo conscientizar a população do Município de São Francisco do Sul, através de procedimentos informativos, educativos e organizados sobre a importância de doação de sangue, seus procedimentos, sua confiabilidade e quais os possíveis doadores.

Art. 3º A Semana Municipal de Incentivo à Doação de Sangue e o Dia Municipal do Doador Voluntário de Sangue, criados por esta lei, serão incluídos no calendário oficial do município e realizada anualmente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 08 de novembro de 2019.

Álvaro José Siebers

Vice-Presidente da Mesa Diretora

DOCUMENTO OFICIAL DA LEI Nº 2265 DE 2019

Publicação Nº 2229763

Lei Nº 2265/2019

INSTITUI A CAMPANHA DE PROMOÇÃO PARA A PREVENÇÃO AOS ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS, DENOMINADA "ABRIL VERDE", NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, na cidade de São Francisco do Sul, a campanha de prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais, denominada "Abril Verde", a ser realizada anualmente durante o mês de abril.

§ 1º O símbolo da campanha referida neste artigo será um laço na cor verde.

§ 2º No mês previsto acima, será considerado o dia 28, o dia "D" para a comemoração da prevenção dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Art. 2º Durante o mês de campanha, o objetivo é o de conscientizar a população e a sociedade civil organizada quanto à importância da prevenção dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais e divulgar os direitos relativos à segurança e medicina do trabalho, visando à prevenção de acidentes de trabalho.

Art. 3º O evento passa a ser realizado anualmente e integrará o Calendário Oficial de Datas e Eventos da Cidade de São Francisco do Sul, ficando as atividades, em razão da campanha "Abril Verde", livres e abertas às intuições públicas e privadas e entidades representativas que atuam na prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

§ 1º Durante o mês de que trata esta Lei, o Poder Executivo poderá envidar esforços no sentido de articular, mobilizar e conscientizar a sociedade civil organizada, bem como a população em geral, através de políticas públicas que levem ao debate e a sensibilização para a importância do combate ao acidente de trabalho e doenças ocupacionais.

§ 2º Fica o Poder Público Municipal autorizado a celebrar parcerias com outras entidades governamentais e com a iniciativa privada a fim de organizar as atividades e incentivar a realização de campanhas reunindo as Comissões Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 08 de novembro de 2019.

Álvaro José Siebers	
Vice-Presidente da Mesa Diretora	

DOCUMENTO OFICIAL DA LEI Nº 2266 DE 2019

Publicação Nº 2229765

Lei Nº 2266/2019

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL O "BANCO DE ÓCULOS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de São Francisco do Sul, o Banco de Óculos, com o objetivo de receber e oferecer gratuitamente às pessoas carentes, armações provenientes de doações e coletas voluntárias de óculos novos e/ou usados, em bom estado de conservação.

Art. 2º As doações poderão ser feitas por pessoas físicas ou jurídicas, que depositarão as armações em urnas disponíveis nos postos de saúde, bancos, escolas, correios e demais locais a serem definidos pelo órgão encarregado.

§1º O Banco de Óculos destina-se, exclusivamente, ao atendimento de pessoas comprovadamente carentes que residam no município há mais de 01 (um) anos, cuja renda familiar não seja superior a um salário mínimo per capita.

§2º Os beneficiados com esta Lei deverão apresentar receituário médico que ateste a necessidade do uso de óculos.

Art. 3º O Banco de Óculos funcionará em local de amplo acesso e fácil visualização, sob a coordenação da Secretaria municipal de Saúde, que, preliminarmente, fará a classificação dos objetos doados para posterior distribuição.

§1º Fica a Secretaria municipal de Saúde responsável pelo recebimento das doações.

Art. 4º O Município poderá promover campanhas a fim de incentivar a doação dos óculos e armações em perfeitas condições de uso, mediante divulgação junto aos meios de comunicação local.

Art. 5º O Município poderá contar com a participação de entidades civis e governamentais que desenvolvam ações na área social objetivando a implantação do Banco de Óculos.

Art. 6º Esta lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

São Francisco do Sul, 08 de novembro de 2019.

Álvaro José Siebers	
Vice-Presidente	

DOCUMENTO OFICIAL DA LEI Nº 2267 DE 2019

Publicação Nº 2229770

Lei Nº 2267/2019

DISPÕE SOBRE A CAMPANHA COMÉRCIO ADAPTADO QUE VISA INCENTIVAR O COMÉRCIO LOCAL A ADAPTAR O AMBIENTE PARA ATENDER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no município de São Francisco do Sul a Campanha Comércio Adaptado, com o objetivo de incentivar aos comerciantes locais a adaptarem seus estabelecimentos para atender às pessoas com deficiência física.

Art. 2º A campanha de que trata o art. 1º consistirá na concessão de um selo aos estabelecimentos que se adaptarem para receber com qualidade as pessoas com deficiência física.

Parágrafo único. Entende-se por atendimento de qualidade quando:

- I - houver facilidade no acesso à loja;
- II - facilidade no acesso às mercadorias;
- III - facilidade para chegar ao caixa; e
- IV - conter provador adaptado.

Art. 3º A concessão do Selo que trata o art. 2º dar-se-á em Sessão Solene, de acordo com a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de São Francisco do Sul.

Art. 4º Para receber a honraria, o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência indicará o nome do estabelecimento que preencher os requisitos apontados nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 08 de novembro de 2019.

Álvaro José Siebers	
Vice-Presidente da Mesa Diretora	

DOCUMENTO OFICIAL DA LEI Nº 2268 DE 2019

Publicação Nº 2229772

Lei Nº 2268/2019

INSTITUI O "DEZEMBRO VERMELHO", MÊS DE PREVENÇÃO A AIDS, NO CALENDÁRIO DE COMEMORAÇÕES E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dezembro Vermelho", mês de Prevenção a AIDS, no Calendário de Comemorações e Eventos do Município de São Francisco do Sul, a ser realizado, anualmente, no mês de dezembro.

Parágrafo único. O "Dezembro Vermelho", mês de Prevenção à AIDS, constitui a realização de campanha com objetivo de conscientizar a população sobre os riscos de se contrair o vírus HIV, causador da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

Art. 2º Para realização do "Dezembro Vermelho" serão autorizadas as seguintes ações:

I - utilização dos meios de comunicação para divulgação dos serviços preventivos oferecidos pelo Município;

II - ações educativas de prevenção junto a todas as comunidades do nosso Município;

III - distribuição de material educativo-preventivo à população;

IV - Estímulos a consultas com profissionais de saúde da área em questão, orientados pelas unidades de Saúde da Família (USF).

Art. 3º O símbolo da campanha será o laço na cor vermelha.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 08 de novembro de 2019.

Álvaro José Siebers

Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2.270/2019

Publicação Nº 2229912

LEI Nº 2.270, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais) ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019 e suas alterações, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

19 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

001 – Fundo Municipal de Saúde

2121 – Manutenção Serviço Móvel de Emergência - SAMU

4000000000000000000 – Despesas de Capital

4400000000000000000 – Investimentos

4490000000000000000 – Aplicações diretas

Fonte de Recurso: 3380900 – Serviço de Atendimento Móvel Urg.-SAMU R\$ 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 1º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

19 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

001 – Fundo Municipal de Saúde

2121 – Manutenção Serviço Móvel de Emergência - SAMU

3000000000000000000 – Despesas Correntes

3300000000000000000 – Outras Despesas Correntes

3390000000000000000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 3380900 – Serviço de Atendimento Móvel Urg.-SAMU R\$ 50.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 14 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.

Visto. Publique-se.

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

LEI Nº 2.271/2019

Publicação Nº 2229915

LEI Nº 2.271, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, submete à deliberação da Egrégia Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul o seguinte Projeto de Lei:

Art.1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 259.500,00 (duzentos e cinquenta e nove mil e quinhentos Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
 001- Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 1012- Infraestrutura Turística - Revitalização das Orlas das Praias.
 3400000000000000 – Despesas de Capital
 3440000000000000 – Investimentos
 3449000000000000 - Aplicações Diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 21.000,00
 01390100 - Fundo Especial de Petróleo - Lei nº 7.990/89 R\$ 78.000,00
 01390200 - Fundo Especial de Petróleo - Lei nº 9.478/97 R\$ 160.500,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃOR\$ 259.500,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional suplementar que trata o art. 1º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

04 - Procuradoria-Geral do Município
 001- Manutenção da Procuradoria-Geral do Município
 2007- Manutenção das Atividades administrativas da Procuradoria-Geral do Município
 3400000000000000 – Despesas de Capital
 3440000000000000 – Investimentos
 3449000000000000 - Aplicações Diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 13.000,00
 11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
 001- Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 2065 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 3300000000000000 – Despesas Correntes
 3330000000000000 – Outras Despesas Correntes
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01390100 - Fundo Especial de Petróleo - Lei nº 7.990/89 R\$ 37.000,00

14 - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração
 001- Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração
 1018 - Projetos de Infraestrutura, Urbanismo e Integração
 3300000000000000 – Despesas Correntes
 3330000000000000 – Outras Despesas Correntes

LEI Nº 2.271, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

3339000000000000 - Aplicações Diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 147.500,00
 01390100 - Fundo Especial de Petróleo - Lei nº 7.990/89 R\$ 41.000,00
 01390200 - Fundo Especial de Petróleo - Lei nº 9.478/97 R\$ 21.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 259.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 18 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

LEI Nº 2.272/2019

Publicação Nº 2229918

LEI Nº 2.272, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, submete à deliberação da Egrégia Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul o seguinte Projeto de Lei:

Art.1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul - FUCISFS
002 - Departamento de Cultura
2099 - Manutenção dos Eventos Culturais
3300000000000000 – Despesas Correntes
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes
3339000000000000 - Aplicações Diretas
010000000 - Recursos Ordinários R\$ 98.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃOR\$ 98.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional suplementar que trata o art. 1º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul - FUCISFS
001 - Diretoria Administrativa
2098 - Manutenção de Pessoal da Fundação Cultural Ilha de São Francisco
3300000000000000 – Despesas Correntes
3310000000000000 – Pessoal e Encargos Sociais
3319000000000000 - Aplicações Diretas
010000000 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

16 - Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul - FUCISFS
002- Departamento de Cultura
2134- Recolhimento do aporte Déficit Atuarial
3300000000000000 – Despesas Correntes
3330000000000000 – Outras Despesas Correntes
3339100000000000 - Aplicações Diretas decorrentes operações entre Órgãos
010000000 - Recursos Ordinários R\$ 38.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃOR\$ 98.000,00

LEI Nº 2.272, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 18 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.118/2019

Publicação Nº 2230975

PORTARIA nº 16.118, de 14 de novembro de 2019.

A SECRETARIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e considerando a Portaria nº 15.907, de 20 de agosto de 2019, que averbou o tempo de contribuição do servidor, e de acordo com o Ofício nº 187/2019, do IPRESF,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Abono de Permanência ao servidor VICENTE BRASIL DE FREITAS, matrícula nº 219401, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Ensino Fundamental I, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, conforme declaração anexa, a partir de 22 de outubro de 2019.

Art. 2º - O Abono de Permanência cessará quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular do cargo de provimento efetivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 22 de outubro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 14 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.119/2019

Publicação Nº 2230978

PORTARIA nº 16.119, de 14 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, e art. 84, inciso II, alínea "g" todos da Lei Orgânica do Município, e com fulcro na Lei Municipal nº 1.263, de 24 de novembro de 2011, que dispõe sobre do Programa Municipal de Incentivo as Organizações Sociais cujas atividades sejam dirigidas à saúde no âmbito de São Francisco do Sul, e no art. 4º e seguintes do Decreto 1.504, de 31 de janeiro de 2012, e

CONSIDERANDO o Contrato de Gestão nº013/2019 firmado entre Município de São Francisco do Sul, por meio do Fundo Municipal de Saúde e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, para gerenciar e operacionalizar o Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça,

RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR a Comissão de Avaliação e Fiscalização – CAF do Contrato de Gestão nº 013/2019, referente à gestão e operacionalização do Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça e Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, porte I, conforme abaixo:

I – representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Nádia Moreira Raposo - RG nº 7.069.843-9;

Suplente: Alessandra Matar Defreitas - RG nº 3.3158.397.

II – representante do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Meliza Mercedes Uller Antunes – RG nº 5.403.915;

Suplente: Elis Regina Negrini - RG nº 4.937.025.

III – representante da Ordem dos Advogados do Brasil em São Francisco do Sul:

Titular: Valquíria Cristina de Carvalho - OAB/SC 51.520;

Suplente: Elissandra de Ramos Heyden – OAB/SC 18.585.

IV- representante da Sociedade Civil – Conselho Municipal de Saúde:

Titular: Janet da Silva Pibernat - CPF nº 436.530.229-91;

Suplente: Jardel Carlos Lacerda - CPF nº 045.823.189-40.

V – representante do Sindicato dos Contabilistas de Joinville:

Titular: Cesar Augusto da Silva - CRCSC-027.936/O-9;

Suplente: Hermeliano de Oliveira - CRCSC-030.168/O-0.

VI – representante do INDSH:

Titular: Lilian Rosana Kaiber Buse – CPF nº 017.494.859-07;
Suplente: Clemência Moreira de Souza - CPF nº 553.218.289-20.

PORTARIA nº 16.119, de 14 de novembro de 2019.

VII – representante da Secretaria Municipal de Finanças:
Titular: Olinda Maria Machado de Souza - RG nº 3.214.993-0;
Suplente: Ana Maria Schiocchet - RG nº 3.229.436-0.

Art. 2º O exercício das funções acima não será remunerado, sendo considerado como serviço público relevante, garantindo-se, durante o período das reuniões, a dispensa das atividades normais de trabalho a todos os profissionais da Comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 15.831, de 3 de julho de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 14 de novembro de 2019.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.120/2019

Publicação Nº 2230068

PORTARIA nº 16.120, de 18 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a partir de 23 de outubro de 2019, a servidora DÉBORA MARLENE COSTA DE OLIVEIRA, matrícula nº 5189721, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, para exercer INTERINAMENTE a função gratificada de Coordenadora do CMEI Pequeno Polegar, em substituição da Coordenadora Titular Lianara dos Santos Macedo Beckauser, que se encontra em Licença Maternidade.

Art. 2º - A substituição será remunerada a partir do 32º (trigésimo segundo) dia.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 23 de outubro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 18 de novembro de 2019.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.121/2019

Publicação Nº 2229903

PORTARIA nº 16.121, de 18 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR TELMA DO CARMO PACHECO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 504.426.869-00, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Gestão de Pessoas, nível CC01, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 18 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 18 de novembro de 2019.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.122/2019

Publicação Nº 2229904

PORTARIA nº 16.122, de 18 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR HELOIZA FERNANDA DA COSTA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 047.837.349-09, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Gestão de Pessoas, nível CC02, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 18 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 18 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.123/2019

Publicação Nº 2229905

PORTARIA nº 16.123, de 18 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR DINORÁ RAMOS CORRÊA DE MIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 036.924.579-28, para o cargo em comissão de Diretora de Administração, nível CC01, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 18 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 18 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.124/2019

Publicação Nº 2229908

PORTARIA nº 16.124, de 18 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MARIANA CABRAL DE OLIVEIRA, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 006.875.629-10, para o cargo em comissão de Gerente de Finanças, nível CC02, da Secretaria Municipal de Finanças, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 18 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 18 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - GUIA 118_2018 - NOTIFICAÇÃO 270_2019

Publicação Nº 2229822

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento na Lei nº 603 de 1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele LUIZ MARCHESE que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda com a apresentação de documentação de seu imóvel e/ou Alvará de Construção referente ao processo 12188/2016 de obra situada na Rua Porto Belo, Praia Grande, nesta municipalidade, conforme determinam as Leis Municipais.

São Francisco do Sul, 26 de outubro de 2019.

Marcelo Lúcio da Costa
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - GUIA 122_2018 - AUTO DE INFRAÇÃO 1591_2019

Publicação Nº 2229825

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento na Lei nº 603 de 1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele ARTHUR GIOVANI VIZOTO que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda com a apresentação de DEFESA referente ao Auto de Infração 1591/2019 de 14/06/2019 referente a obra situada na Rua Barra do Sul, Praia do Ervino, nesta municipalidade, conforme determinam as Leis Municipais.

São Francisco do Sul, 26 de outubro de 2019.

Marcelo Lúcio da Costa
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - GUIA LT 729 - NOTIFICAÇÃO 176_2019

Publicação Nº 2229827

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele ORLANDO SORA que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda com a limpeza e remoção da vegetação e de entulhos do terreno de sua propriedade, imóvel situado na Rua Fraiburgo, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.010.0327, nesta municipalidade, conforme determinam as Leis Municipais 604/1976 e 1829/2016.

São Francisco do Sul, 26 de outubro de 2019.

Marcelo Lúcio da Costa
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - GUIA LT 805 - NOTIFICAÇÃO 376_2019

Publicação Nº 2229828

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele ROBISON SIQUEIRA ROSA que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda com a limpeza e remoção da vegetação e de entulhos do terreno de sua propriedade, imóvel situado na Rua Dr. Jorge Evilásio da Silva, Centro, de inscrição imobiliária 01.01.015.0299, nesta municipalidade, conforme determinam as Leis Municipais 604/1976 e 1829/2016.

São Francisco do Sul, 14 de novembro de 2019.

Marcelo Lúcio da Costa
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração

RESOLUÇÃO 7/2019 - PLANO DIRETOR

Publicação Nº 2229956

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DA QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O Coordenador do Núcleo Gestor do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de São Francisco do Sul, considerando o Decreto nº 2.664, de 8 de agosto de 2017, que institui o processo participativo de revisão do plano diretor do município de São Francisco do Sul e a determinação contida no art. 12, parágrafo único, publica a presente Resolução, na forma dos dispositivos a seguir:

CAPÍTULO I - DA CONVOCAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º O Município de São Francisco do Sul, por intermédio do seu Prefeito, com a finalidade de atendimento ao princípio da gestão democrática e da participação popular, que se fundamenta nos direitos do cidadão e da comunidade, com fulcro na Constituição da República Federativa do Brasil, no inciso I do § 4º do artigo 40 do Estatuto da Cidade e na Lei Orgânica Municipal, convoca a quarta AUDIÊNCIA PÚBLICA do processo de revisão do Plano Diretor Participativo, que será realizada no dia 25 de novembro de 2019, às 19h00min, no Cine Teatro X de Novembro, sito Rua Hercílio Luz, nº50 – Centro, com o objetivo de:

I - apresentar a versão final da minuta de Revisão do Plano Diretor Participativo de São Francisco do Sul.

CAPÍTULO II - DOS PARTICIPANTES

Art. 2º São participantes da Audiência Pública qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto desta audiência.

CAPÍTULO III - DO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 3º A audiência pública será realizada na forma de exposição e manifestações verbais dos participantes.

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Art. 4º As ações destinadas ao planejamento, organização e funcionamento da Audiência serão coordenadas pelo Grupo Técnico nomeado por meio da Portaria nº14951/2018.

Art. 5º Compete ao Grupo Técnico:

I – promover a leitura deste Regimento;

II – instalar os trabalhos da audiência e conduzi-los, de acordo com o disposto neste regimento;

II - promover a discussão sobre a apresentação referida no inciso I do Art. 1º;

III - prestar esclarecimentos quando solicitados e resolver questões de ordem;

IV - resolver os casos omissos deste Regimento.

Art. 6º A Audiência Pública contará com mesa coordenadora, composta por membros integrantes do Grupo Técnico assessorados pela equipe técnica da AMUNESC, a qual prestará esclarecimentos sobre manifestações verbais sobre o tema exposto.

Art. 7º As manifestações observarão os seguintes procedimentos:

I - será garantido para as manifestações verbais um tempo de 1min e 30seg e o mesmo em caso de réplica;

II - a mesa coordenadora analisará as manifestações realizadas e se pronunciará sobre os questionamentos e/ou contribuições recebidas.

Art. 8º A Audiência Pública terá duração máxima de 3 (três) horas, prorrogáveis em 30 (trinta) minutos por decisão do Grupo Técnico.

CAPÍTULO IV - DO ENCERRAMENTO

Art. 9º Encerrados os trabalhos da Audiência, o Grupo Técnico se responsabilizará pela sistematização, divulgação e publicação dos resultados.

Art. 10. Os casos omissos ou conflitantes deverão ser decididos pela mesa coordenadora.

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Art. 11. O Regimento Interno constante nesta Resolução foi aprovado na reunião do Núcleo Gestor realizada no dia 28 de outubro de 2019.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 18 de novembro de 2019.

ANGELO PEREIRA COSTA
Coordenador do Núcleo Gestor
do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do
Município de São Francisco do Sul

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

ANEXO I
RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Roteiro 4ª Audiência Pública do Processo de Revisão do
Plano Diretor Participativo de São Francisco do Sul

Data: 25 de novembro de 2019

18:30 – Credenciamento
19:00 – Abertura;
19:15 – Leitura do regimento da audiência;
19:30 – Apresentação da Versão Final da Minuta de Revisão do Plano Diretor Participativo;
21:00 - Abertura para manifestações e esclarecimento de dúvidas;
21:45 – Leitura da ata e encerramento.
São Francisco do Sul, 18 de novembro de 2019.

ANGELO PEREIRA COSTA
Coordenador do Núcleo Gestor
do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do
Município de São Francisco do Sul

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO FUNCIONAL Nº 284/2019

Publicação Nº 2230371

DECRETO FUNCIONAL 284/2019

Exoneração a pedido

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração decreta:

Art. 1º Fica exonerada SIMONE VARGS MAZERA, ocupante do Cargo Eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR, a contar de 11 de novembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da exoneração.

São João Batista, 18 de novembro de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO 24/2019

Publicação Nº 2230269

NOTIFICAÇÃO 024/2019

Processo Licitatório 127/PMSJB/2018 - Pregão Presencial 102/PMSJB/2018

À empresa: Wagner Silva Transporte e Comércio de Produtos Hortifrutigranjeiros Eireli

Fica a empresa WAGNER SILVA TRANSPORTE E COMERCIO DE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 30.221.557/0001-13, NOTIFICADA para, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação do Diário Oficial dos Municípios, refazer a entrega do dia 11 de novembro do corrente ano, do item 31 (cebolinha verde), com a devida pesagem exigida no edital (100 gramas). Caso a entrega não ocorra no prazo acima citado, fica a empresa sujeita as penalidades previstas na ata de registro de preços 67/2018, cláusula décima primeira, itens 11.1.1 e seguintes.

São João Batista, 18 de novembro de 2019.

Juliano Grime

Diretor de Licitação

Prefeitura de São João Batista

PORTARIA Nº 522/2019

Publicação Nº 2229660

PORTARIA Nº 522/2019

Resilição de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica resilido o contrato da Servidora DÉBORA APARECIDA DOS SANTOS ocupante da função de MÉDICA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 06 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da resilição.

São João Batista, 18 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 523/2019

Publicação Nº 2229658

PORTARIA Nº 523/2019

Resilição de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica resilido o contrato da Servidora MARILAINE DE AZEVEDO ocupante da função de ATENDENTE ODONTO – PSF, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da resilição.

São João Batista, 18 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 524/2019

Publicação Nº 2229657

PORTARIA Nº 524/2019

Resilição de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica resilido o contrato da Servidora THAILA MARIANI DA SILVA, ocupante da função de ODONTÓLOGO COMUNITÁRIO, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 07 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da resilição.

São João Batista, 18 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019 – FIA

Publicação Nº 2230367

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA****1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2019 – FIA- FUNDO
DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA DE SÃO JOÃO BATISTA/SC**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação do CMDCA, torna público a 1ª RETIFICAÇÃO ao Edital de Chamamento Público Nº001/2019 que **ABRE AS INSCRIÇÕES PARA A CONCESSÃO E APOIO A PROJETOS DE CUNHO SOCIAL, COMPLEMENTARES OU INOVADORES, VOLTADAS À POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, EM CONFORMIDADE COM O QUE ESTABELECE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) - LEI Nº. 8.069/1990 E ALTERAÇÕES, A RESOLUÇÃO Nº.137/2010 DO CONANDA, ATRAVÉS DA FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA POR MEIO DE TERMO DE COLABORAÇÃO, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC).** *Houveram alterações em alguns itens do referido edital: No item 7.1.2*

Onde **LIA-SE: 7.1.2.** Até o dia 11/11/2019 deverão ser entregues na Secretaria Executiva do CMDCA:

a) Declaração do Recebedor de Recursos (ver Anexo 3); b) Anexo I - Plano de Trabalho e Anexo II – Ficha Cadastral das Organizações sem Fins Lucrativos do Decreto Municipal nº 7954, de 27 de abril de 2017, que integra este Edital; 03 (três) vias; c) Reapresentar documentos com os prazos de validade vencidos; d) Declaração firmada pelo gerente da agência bancária na qual a Organização mantém conta corrente, informando o número, agência e denominação do órgão ou entidade e o CNPJ/MF;

LEIA-SE: 7.1.2. Até o dia 21/11/2019 deverão ser entregues na Secretaria Executiva do CMDCA: a) Declaração do Recebedor de Recursos (ver Anexo 3); b) Anexo I - Plano de Trabalho e Anexo II – Ficha Cadastral das Organizações sem Fins Lucrativos do Decreto Municipal nº 7954, de 27 de abril de 2017, que integra este Edital; 03 (três) vias; c) Reapresentar documentos com os prazos de validade vencidos; d) Declaração firmada pelo gerente da agência bancária na qual a Organização mantém conta corrente, informando o número, agência e denominação do órgão ou entidade e o CNPJ/MF; *No item 9.8 do referido edital, Onde LIA-SE 9.8.* Entrega da documentação para emissão dos termos de colaboração: 11 de novembro de 2019, conforme item 7); **LEIA-SE: 9.8.** Entrega da documentação para emissão dos termos de colaboração: 21 de novembro de 2019, conforme item 7); *No item 9.9 do referido edital, Onde LIA-SE: 9.9.* Assinatura dos convênios e início dos projetos aprovados: 18 de novembro de 2019. **LEIA-SE: 9.9.** Assinatura dos convênios e início dos projetos aprovados: 09 de dezembro de 2019. *No item 10 do referido edital, Onde LIA-SE: 10.* Resumo do cronograma: 11 de novembro de 2019: Entrega da documentação para emissão e dos termos de colaboração, 18 de

novembro de 2019: Assinatura dos termos de colaboração. **LEIA-SE: 10.** Resumo do cronograma: 21 de novembro de 2019: Entrega da documentação para emissão e dos termos de colaboração, 09 de dezembro de 2019: Assinatura dos termos de colaboração. São João Batista, 18 de novembro de 2019. **Rosane Sartori Rosa – Gestora Municipal do Fundo da Infância e Adolescência de São João Batista e Jardel Corrêa – Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes de São João Batista, SC.**

Rosane Sartori Rosa
Gestora Municipal do Fundo da Infância e Adolescência de São João Batista

Jardel Corrêa
Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente de São João Batista.

São João do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA 153/2019

Publicação Nº 2229687

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA Nº 153/2019

ORIGEM: Pregão Presencial nº 96/2019

OBJETO: "Aquisição d bicos injetores para o veículo JCB0160 da Secretaria Municipal de Transportes e Obras do Município de São João do Oeste".

São João do Oeste –18 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 154/2019

Publicação Nº 2229907

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2019 e do CONTRATO 52.2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Bregomar VeículosLtda

ORIGEM: Processo Licitatório nº 97/2019

OBJETO: "Aquisição de tipo pick up para a secretaria municipal de agricultura e setor de abastecimento de água do Município de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 116.800,00

PRAZO:14.11.2019 até 31.12.2019

São João do Oeste –18 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 155/2019

Publicação Nº 2229814

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Mecânica Santa Fé

ORIGEM: Processo Licitatório nº 98/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na manutenção (parte elétrica) de veículos de grande porte das secretarias municipais de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 90.600,00

PRAZO:18.11.2019 até 18.11.2020

São João do Oeste –18 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 22/2019 FMS

Publicação Nº 2229672

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 22/2019

PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Ameosc

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 08/2019

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização e execução de Processo Seletivo para Emprego Público para contratação de 4 (quatro) cargos para Secretaria da Saúde do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 4.450,00

PRAZO:06.11.2019 até 05.02.2019

São João do Oeste –18 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

LEI 1831- ALTERA LEI 1486-2013 - INCENTIVOS M² CONSTRUÍDO AGRICULTURA

Publicação Nº 2229575

LEI Nº 1.831/19, DE 13/11/2019

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 6º, PARÁGRAFO 2º, INCISO I E INCLUI O INCISO III, NO ARTIGO 6º, PARÁGRAFO 2º, DA LEI 1486/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do Artigo 6º, Parágrafo 2º, Inciso I, do incentivo à atividade agrícola e agropecuária, que passa a ter a seguinte redação:

I – até R\$ 3,00 (três reais) por m² (metro quadrado) de área construída, quando a atividade se referir às alíneas “c”, “d” e “f” deste artigo;

Art. 2º Fica incluído o Inciso III, Parágrafo 2º, Artigo 6º, com seguinte redação:

III - até R\$ 7,00 (sete reais) por m² (metro quadrado) de área construída, quando a atividade se referir às alíneas “a” e “b”, deste artigo.

Art. 3º Os demais dispositivos da Lei 1486/2013, ficarão inalterados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

São João do Oeste, SC, 13 de novembro de 2019.

FERNADO BISIGO

Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 22-2019_1º ADIT. ARP 22-2019_PREF

Publicação Nº 2229939

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO A ARP Nº 22/2019/PREF

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2019/PREF

OBJETO: Fica aditado em até 25% (vinte e cinco por cento) os quantitativos dos itens da ata de registro de preço em epígrafe.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: TERRAPLANAGEM PIRITU LTDA

VALOR ADITIVO: R\$ 18.000,00.

Processo Licitatório nº 21/2019 – Pregão Presencial.

São João do Sul/SC, 11 novembro de 2019

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA S.R.P_32-2019_PREF

Publicação Nº 2229847

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 32/2019/PREF

Objeto: A presente ata tem por objetivo registrar preços para futura e eventual contratação de empresa para futura e eventual aquisição de combustíveis (óleo diesel e óleo diesel S10), para os veículos do município de São João do Sul, obedecidos as condições constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 47/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: BROCCA & VARGAS COMBUSTÍVEIS LTDA.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 383,595,00.

Processo Licitatório nº 47/2019 – Pregão Presencial.

São João do Sul/SC, 11 de novembro de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

ATA S.R.P_33-2019_PREF

Publicação Nº 2229850

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 33/2019

Objeto: A presente tem por objetivo registrar de preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) aquisições de recargas de gás liquefeito de petróleo em botijões P13 e cilindros P45 p/ as escolas de ensino fundamental e infantil e demais Secretarias Municipais, conforme quantitativos e especificações constantes neste Edital de Pregão Presencial nº 48/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: LENI DE OLIVEIRA ALVES 02163199940

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 36.000,00

Processo Licitatório nº 48/2019 – Pregão Presencial.

São João do Sul/SC, 11 de novembro de 2019

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 088 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230241

DECRETO Nº 088 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1847 de 12 de dezembro 2018 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0201 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.355,00

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0003.2003 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 6.645,00

0401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

28.843.0000.0001 – SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA

3.2.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

15.452.0018.2044 – COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

15.452.0018.2045 – CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20.606.0015.2040 – ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL, PECUARISTAS E PESCADORES

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 52.000,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado recurso ordinário de excesso de arrecadação, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
18 de novembro de 2019.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 089 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230243

DECRETO Nº 089 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

“Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1847 de 12 de dezembro 2018 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 2.263,58 (dois mil, duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.242.0007.2017 – SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS
3.3.50.00.00.00.00.0080 – Transferências a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 992,58
08.243.0008.2020 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.271,00

TOTAL R\$ 2.263,58

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.242.0007.2017 – SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS
3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 992,58
08.243.0008.2020 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.271,00

TOTAL R\$ 2.263,58

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
18 de novembro de 2019.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

TP 09/2019

Publicação Nº 2230542

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

PROCESSO Nº 91/2019
Tomada de Preços 09/2019

OBJETO:
Contratação de empresa para executar pavimentação da Rua Luciano Goulart Neto e construção de rampa de acesso ao prédio do Centro de Educação Infantil Marcio Fabre de Melo no Município de São Joaquim.

Abertura dia: 05/12/2019
Horário de Abertura: 09:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> - Compras inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 18 de novembro de 2019

Departamento de Compras e Licitações

São José**PREFEITURA****ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 017/2019**

Publicação Nº 2230397

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7845/2019
PROCESSO DE COMPRAS Nº 436/2019
CONCORRÊNCIA Nº 017/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS, EM PONTOS DE PARADA DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO E SUA ACESSIBILIDADE NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Segurança quanto à Qualificação Técnica, conforme Memoranda (fls. 332) dos autos.

EMPRESAS PARTICIPANTES:

- ANA CAROLINE CARDOSO;
- GP MOBILIÁRIO SUSTENTÁVEL E URBANIZAÇÃO LTDA;
- METALFLEX LTDA ME;
- FLORIPAINEIS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA;
- AFONSO TOMCZAK.

1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Segurança exarou um Memorando (fls. 332) dos autos, manifestando que ficam HABILITADAS TÉCNICAMENTE todas as empresas participantes do certame.

2 - ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente atendidas pela empresas participantes.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

HABILITAR AS EMPRESAS:

- ANA CAROLINE CARDOSO;
- GP MOBILIÁRIO SUSTENTÁVEL E URBANIZAÇÃO LTDA;
- METALFLEX LTDA ME;
- FLORIPAINEIS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA;
- AFONSO TOMCZAK.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 28/11/2019, às 16h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 18 de novembro de 2019.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra				
Presidente da CPL	Membro da CPL				
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior				
Membro da CPL	Membro da CPL				

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 042/2019

Publicação Nº 2230380

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8253/2019
 PROCESSO DE COMPRAS Nº 516/2019
 TOMADA DE PREÇOS Nº 042/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE BENFEITORIAS NO CEI ARACI OLIVIA DA SILVA, EM SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura quanto à Qualificação Técnica via despacho.

EMPRESAS LICITANTES

- VM CONSTRUÇÕES LTDA;
- HF CONSTRUTORA LTDA;
- HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI;
- MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI;
- W & L ENGENHARIA EIRELI EPP.

1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Infraestrutura exarou memorando informando que a empresa MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI ME fica INABILITADA TÉCNICAMENTE por não apresentar Atestado Técnico para instalação elétrica, necessário para o objeto em questão. As demais empresas foram HABILITADAS TÉCNICAMENTE.

2 – MANIFESTAÇÕES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação apresentada pelas empresas participantes do certame.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

INABILITAR A EMPRESA:

- MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI ME;

HABILITAR AS EMPRESAS

- VM CONSTRUÇÕES LTDA;
- HF CONSTRUTORA LTDA;
- HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI;
- MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI;
- W & L ENGENHARIA EIRELI EPP.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual. Não ocorrendo manifestação, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 27/11/2019, às 16h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 18 de novembro de 2019.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	

Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior				
Membro da CPL	Membro da CPL				

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 045/2019

Publicação Nº 2230392

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9692/2019
 PROCESSO DE COMPRAS Nº 529/2019
 TOMADA DE PREÇOS Nº 045/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REPOSIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO DA AVENIDA CENTRAL DO KOBRASOL.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura quanto à Qualificação Técnica via despacho.

EMPRESAS LICITANTES

- KS CONSTRUÇÕES EIRELI;
- HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI;
- GP MOBILIÁRIO SUSTENTÁVEL E URBANIZAÇÃO LTDA.

1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Infraestrutura exarou memorando informando que a empresa HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI fica INABILITADA TÉCNICAMENTE por não apresentar Atestado de Instalação de Equipamentos Urbanos necessário para o objeto em questão. As demais empresas foram HABILITADAS TÉCNICAMENTE.

2 – MANIFESTAÇÕES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação apresentada pelas empresas participantes do certame.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

INABILITAR A EMPRESA:

- HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI;

HABILITAR AS EMPRESAS

- KS CONSTRUÇÕES EIRELI;
- GP MOBILIÁRIO SUSTENTÁVEL E URBANIZAÇÃO LTDA.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual. Não ocorrendo manifestação, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 28/11/2019, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 18 de novembro de 2019.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra				
Presidente da CPL	Membro da CPL				
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior				
Membro da CPL	Membro da CPL				

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 046/2019

Publicação Nº 2230400

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9691/2019
 PROCESSO DE COMPRAS Nº 530/2019
 TOMADA DE PREÇOS Nº 046/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REPOSIÇÃO DO MOBILIÁRIO DOS PERGOLADOS DA ORLA DA BEIRA MAR.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura via Despacho.

EMPRESAS LICITANTES

- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA
- CONSTRUTORA NEVES E GOULART LTDA ME
- ED CONSTRUÇÃO LTDA
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME
- PROGET ENGENHARIA LTDA

1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Infraestrutura, exarou um despacho informando que todas as empresas foram HABILITADAS TECNICAMENTE.

1 – MANIFESTAÇÕES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação apresentada pelas empresas participantes do certame.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

HABILITAR AS EMPRESAS

- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA
- CONSTRUTORA NEVES E GOULART LTDA ME
- ED CONSTRUÇÃO LTDA
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME
- PROGET ENGENHARIA LTDA

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual. Não ocorrendo manifestação, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 27/11/2019, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 14 de novembro de 2019.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra				
Presidente da CPL	Membro da CPL				
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior				
Membro da CPL	Membro da CPL				

DECRETO Nº 12431/2019

Publicação Nº 2230505

DECRETO Nº 12431/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos

31 e 33 da Lei Municipal nº 5.719 de 27 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 576.493,00 (quinhentos e setenta e seis mil e quatrocentos e noventa e três reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

06.00 – SECRETARIA DA RECEITA

06.01 – SECRETARIA DA RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 – Manutenção da Secretaria da Receita

69 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Próprios R\$ 523,00

Total desta Atividade R\$ 523,00

Total do Órgão R\$ 523,00

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

553 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 4.670,00
Total do Órgão R\$ 4.670,00

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

30.01.15.451.0106.2.057 – Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos

621 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 40.000,00
Total desta Atividade R\$ 40.000,00
Total do Órgão R\$ 40.000,00

16.00 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16.01 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

28.01.04.131.0105.2.451 – Manutenção da Secretaria Executiva de Comunicação Social

910 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 1.500,00
Total desta Atividade R\$ 1.500,00
Total do Órgão R\$ 1.500,00

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.054 – Manutenção da Fundação de Esporte e Lazer

946 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 110.000,00
955 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 7.000,00
Total desta Atividade R\$ 117.000,00
Total do Órgão R\$ 117.000,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.533 – Ações do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF

50359 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 3.000,00
50357 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 196.800,00
Total desta Atividade R\$ 199.800,00

25.01.10.305.0102.2.544 – Ações de DST/AIDS/Hepatites Virais

1289 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 125.000,00
1295 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 8.000,00
Total desta Atividade R\$ 133.000,00
Total do Órgão R\$ 332.800,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.11.331.0105.2.080 – Vale Transporte – Pessoal Civil

1546 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 18.000,00
Total desta Atividade R\$ 18.000,00

30.01.28.843.0105.2.269 – Administração da Dívida Ativa Interna

1549 – 3.2.91.21.00.00.0080 – Juros Sobre a Dívida por Contrato,
Recursos Próprios R\$ 62.000,00
Total desta Atividade R\$ 62.000,00
Total do Órgão R\$ 80.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 576.493,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de 576.493,00 (quinhentos e setenta e seis mil e quatrocentos e noventa e três reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

06.00 – SECRETARIA DA RECEITA
06.01 – SECRETARIA DA RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 – Manutenção da Secretaria da Receita

79 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 523,00
Total do Órgão R\$ 523,00

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

545 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 157.000,00
Total desta Atividade R\$ 157.000,00
Total do Órgão R\$ 157.000,00

16.00 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
16.01 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

28.01.04.131.0105.2.451 – Manutenção da Secretaria Executiva de Comunicação Social

919 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 1.500,00
Total desta Atividade R\$ 1.500,00
Total do Órgão R\$ 1.500,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

1178 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 329.800,00
Total desta Atividade R\$ 329.800,00

25.01.10.301.0102.2.532 – Ações de Saúde da Família

1192 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 3.000,00
Total desta Atividade R\$ 3.000,00
Total do Órgão R\$ 332.800,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.267 – Despesas de Exercícios Anteriores

1533 – 3.3.90.92.00.00.0080 – Despesas de Exercícios Anteriores,
Recursos Próprios R\$ 84.670,00
Total desta Atividade R\$ 84.670,00

Total do Órgão R\$ 84.670,00
Total da Anulação R\$ 576
.493,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de outubro de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12529/2019

Publicação Nº 2230929

DECRETO Nº 12529/2019
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ADRIANA SILVA, matrícula: 4266536, Assistente Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de outubro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

• REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 12530/2019

Publicação Nº 2230933

DECRETO Nº 12530/2019

ALTERA O DECRETO 9.934/2018, DE 23 DE ABRIL DE 2018, O QUAL NOMEOU OS MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA – CMPD/SJ PARA O BIÊNIO 2018-2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e art. 12, da Lei Municipal nº 4.123 de 01 de abril de 2004

CONSIDERANDO a substituição de membros do colegiado,

DECRETA:

Art. 1º – O inciso VI, do §2º do Artigo 1º do Decreto nº 9.934, de 23 de abril de 2018, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 1º - [...]

§ 2º REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL POR SEGUIMENTO:

VI – APEDESC – ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SANTA CATARINA

a) Titular: MARIA HELENA KOERICH

b) Suplente: CESAR ROBERTO DA ROSA

[...]

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de novembro de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12531/2019

Publicação Nº 2230932

DECRETO Nº 12531/2019

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 12354/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o decurso de prazo para a posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 12354/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 12354/2019, que nomeou o Sr. PEDRO BEVILAQUA PUPO FERREIRA ALVES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Profissional de Educação Física, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12532/2019

Publicação Nº 2230931

DECRETO Nº 12532/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. IEDA MARQUES DE MENEZES DE MORAIS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitária de Saúde, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12533/2019

Publicação Nº 2230930

DECRETO Nº 12533/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. MURYEL FONTOURA SOUTO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista da Família, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 10/2019/FUNESJ

Publicação Nº 2230417

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 10/2019/FUNESJ

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de 2019, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de seu Superintendente, Sr. João David Garcia, celebra o Termo de Colaboração de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Colaboração nº 10/2019/FUNESJ

Edital: 14/2018-219/FUNESJ

Número: 10/2019/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 30.00,00 (Trinta mil reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Entidade: CLUBE ESPORTIVO DE HANDEBOL, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 28.254.901/0001-29, com sede na Rua Corifeu de Azevedo Marques, nº 2, Bairro São Judas- Itajai, SC, CEP 88303-270

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de RENDIMENTO da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante custeio dos trabalhos do Projeto de HANDEBOL, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.511

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 11/11/2019 e término em 15/12/2019.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br

São José, 11 de novembro de 2019.

JOÃO DAVID GARCIA

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

LEI 5.801 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230755

ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 2.975 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS JOSEFENSES DE AÇÃO SOCIAL – AVJAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei nº 2.975, de 29 de novembro de 1996, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS JOSEFENSES DE AÇÃO SOCIAL – AVJAS, com sede a Rua: cinco de novembro s/nº, Bairro Kobrasol, São José – SC, inscrita no CGC/MF sob o nº 01.270.026/0001-12, fundada em 27/04/93, registrada sob o nº 921, às fls. 37, Livro A-05, do Cartório de Registro Civil, Documentos, Pessoas Jurídicas e outros Papéis da Comarca de São José ”

Art. 2º Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 14 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 47/2019/SMS/SJ

Publicação Nº 2230928

PORTARIA Nº 47/2019/SMS/SJ

ALTERA O ART. 11 DA PORTARIA Nº 004/2017 E TORNA SEM EFEITO A PORTARIA Nº 34/2017

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, II e IV da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o art. 11 da Portaria 004/2017/SMS/SJ publicada na Edição nº 2188 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 09 de fevereiro de 2017 nos seguintes termos:

“Art. 11 - Ficam dispensados do registro no Sistema Biométrico de Controle de Freq-ência o Secretário Municipal de Saúde, o Secretário Adjunto, o Diretor Geral de Saúde, o Diretor Técnico, o Diretor Geral de Vigilância em Saúde, o Diretor da Atenção Básica, o Diretor da Atenção Especializada e o Diretor da Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria.

§ 1º Os casos excepcionais de dispensa de registro, não citados no caput, deverão ser autorizados formalmente pelo Gestor da pasta, contendo o período de dispensa, e comunicados ao Setor de Gestão de Pessoas da SMS/SJ.

§ 2º Mesmo dispensados do registro, os servidores deverão comunicar as ocorrências mensais de afastamentos, licenças, férias e demais situações previstas em lei.

§ 3º O Diretor Geral de Saúde, o Diretor Técnico, o Diretor Geral de Vigilância em Saúde, o Diretor da Atenção Básica, o Diretor da Atenção Especializada e o Diretor da Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria devem apresentar relatório mensal sobre atividades externas

e encargos que não sejam habituais.”

Art. 2º. Revogar a Portaria 34/2017/SMS/SJ publicada na Edição nº 2901 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 13 de agosto de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São José, 14 de novembro de 2019.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº77/2019/SSDST

Publicação Nº 2230350

PORTARIA SSDST/PMSJ Nº 077, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

REVOGA A DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – REVOGAR a Portaria nº 064/2019 a qual designou a Servidora Priscilla Adriana Dutra, matrícula 431.322-4, para atuar, juntamente com os servidores já designados, na fiscalização do Contrato de Concessão decorrentes da Concorrência Pública nº 013/2017, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Andréa Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2019

Publicação Nº 2230439

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2019 – Processo nº 373/2019 – Proc. Adm, 6532/2019. Fornecedor: DUETO TECNOLOGIA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA, PARA PROVIMENTO DE LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SUAS UNIDADES DE ENSINO E PARCERIAS, QUE DEVERÃO ESTAR DESENVOLVIDAS EM “AMBIENTE WEB”, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, PARAMETRIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA, BEM COMO DESENVOLVIMENTO DE MELHORIAS, SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM PARA ALOCAÇÃO DOS SISTEMAS E SUPORTE TÉCNICO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 700.500,00 – setecentos mil e quinhentos reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 252/2019

Publicação Nº 2230884

PORTARIA Nº 252/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, “a” e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder 18 (dezoito) dias de férias ao servidor Alessandro Chies, matrícula 1252, a partir de 19 de novembro de 2019, considerando o saldo residual das férias interrompidas pela Portaria nº 012/2019.

Câmara Municipal de São José, SC, 18 de novembro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São José do Cedro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 642/2019

Publicação Nº 2229947

PORTARIA Nº 642/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal Delci Lucia Bruder dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem ESF, matrícula nº 1352, referente ao período aquisitivo de 18/11/2019 a 02/12/2019, para serem gozadas no período de 18 de novembro a 02 de dezembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de novembro 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 18 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 643/2019

Publicação Nº 2229948

PORTARIA Nº 643/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal Josiana Braz Pereira, ocupante do cargo efetivo de Médico ESF, matrícula nº 3211, referente ao período aquisitivo de 02/06/2017 a 01/06/2018, para serem gozadas no período de 18 a 27 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de novembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 18 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 644/2019

Publicação Nº 2229950

PORTARIA Nº 644/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal Letícia Priori, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, Grupo ANS, Nível 12, matrícula nº 2397, referente ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017 para serem gozadas no período de 21 a 30 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 21 de novembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 18 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 645/2019

Publicação Nº 2229951

PORTARIA Nº 645/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 184, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993, e Lei Municipal nº 4.173/2013, de 10 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade à servidora pública municipal Elisandra Simone Santin Canton, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras, matrícula nº 2714, no período de 18 de novembro de 2019 a 15 de maio de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de novembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 18 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229697

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.603.659,96	37.603.659,96	7.355.758,89	19,56	40.545.815,60	107,82	-2.942.155,64
RECEITAS CORRENTES	36.886.836,46	36.886.836,46	7.055.758,89	19,13	38.053.040,08	103,16	-1.166.203,62
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.424.601,57	4.424.601,57	723.185,82	16,34	4.927.746,86	111,37	-503.145,29
IMPOSTOS	3.586.282,94	3.586.282,94	683.559,64	19,06	4.307.757,26	120,12	-721.474,32
TAXAS	597.964,55	597.964,55	35.071,42	5,87	600.915,75	100,49	-2.951,20
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	240.354,08	240.354,08	4.554,76	1,90	19.073,85	7,94	221.280,23
CONTRIBUIÇÕES	739.822,73	739.822,73	142.985,92	19,33	746.179,90	100,86	-6.357,17
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	739.822,73	739.822,73	142.985,92	19,33	746.179,90	100,86	-6.357,17
RECEITA PATRIMONIAL	195.435,74	195.435,74	34.453,63	17,63	230.371,30	117,88	-34.935,56
VALORES MOBILIÁRIOS	195.435,74	195.435,74	34.453,63	17,63	230.371,30	117,88	-34.935,56
RECEITA DE SERVIÇOS	4.099.500,17	4.099.500,17	791.173,24	19,30	4.177.687,94	101,91	-78.187,77
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	4.099.500,17	4.099.500,17	791.173,24	19,30	4.177.687,94	101,91	-78.187,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.200.906,53	27.200.906,53	5.336.673,22	19,62	27.503.995,61	101,11	-303.089,08
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	13.570.120,00	13.570.120,00	2.128.473,09	15,68	11.935.192,24	87,95	1.634.927,76
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	9.277.282,04	9.277.282,04	2.016.559,76	21,74	9.573.108,39	103,19	-295.826,35
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	28.390,82	28.390,82	0,00	0,00	51.164,52	180,22	-22.773,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	226.569,72	226.569,72	27.287,06	12,04	467.058,47	206,14	-240.488,75
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	221.569,72	221.569,72	27.287,06	12,32	467.058,47	210,80	-245.488,75
RECEITAS DE CAPITAL	716.823,50	716.823,50	300.000,00	41,85	2.492.775,52	347,75	-1.775.952,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	297.536,00	297.536,00	0,00	0,00	1.798.794,00	604,56	-1.501.258,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	297.536,00	297.536,00	0,00	0,00	1.798.794,00	604,56	-1.501.258,00
ALIENAÇÃO DE BENS	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	358.850,00	287,08	-233.850,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	111.400,00	445,60	-86.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	247.450,00	247,45	-147.450,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	294.287,50	294.287,50	300.000,00	101,94	335.131,52	113,88	-40.844,02
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	147.287,50	147.287,50	0,00	0,00	0,00	0,00	147.287,50
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	147.000,00	147.000,00	300.000,00	204,08	335.131,52	227,98	-188.131,52
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	37.603.659,96	37.603.659,96	7.355.758,89	19,56	40.545.815,60	107,82	-2.942.155,64

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	37.603.659,96	37.603.659,96	7.355.758,89	19,56	40.545.815,60	107,82
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	37.603.659,96	37.603.659,96	7.355.758,89	19,56	40.545.815,60	107,82
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.414.308,48	—	—	4.414.308,48	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	4.414.308,48	—	—	4.414.308,48	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	37.603.659,96	54.871.700,00	6.166.446,45	48.654.051,50	6.217.648,50	7.867.260,75	39.007.274,13	15.864.425,87	39.003.168,63
DESPESAS CORRENTES	34.787.636,11	42.148.794,96	5.538.170,73	37.809.856,18	4.338.938,78	6.976.041,21	34.411.907,28	7.736.887,68	34.407.801,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.862.378,72	19.532.522,75	3.424.546,05	17.058.901,92	2.473.620,83	3.430.401,01	17.052.686,68	2.479.836,07	17.052.686,68
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	109.620,00	59.549,60	25.581,29	49.829,50	9.720,10	25.581,29	49.829,50	9.720,10	49.829,50
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.815.637,39	22.556.722,61	2.088.043,39	20.701.124,76	1.855.597,85	3.520.058,91	17.309.391,10	5.247.331,51	17.305.285,60
DESPESAS DE CAPITAL	2.789.773,85	12.696.655,04	628.275,72	10.844.195,32	1.852.459,72	891.219,54	4.595.366,85	8.101.288,19	4.595.366,85
INVESTIMENTOS	2.349.773,85	11.934.416,45	144.068,17	10.145.030,41	1.789.386,04	407.011,99	3.896.201,94	8.038.214,51	3.896.201,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	440.000,00	762.238,59	484.207,55	699.164,91	63.073,68	484.207,55	699.164,91	63.073,68	699.164,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.250,00	26.250,00	0,00	0,00	26.250,00	0,00	0,00	26.250,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.250,00	26.250,00	0,00	0,00	26.250,00	0,00	0,00	26.250,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	37.603.659,96	54.871.700,00	6.166.446,45	48.654.051,50	6.217.648,50	7.867.260,75	39.007.274,13	15.864.425,87	39.003.168,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	37.603.659,96	54.871.700,00	6.166.446,45	48.654.051,50	6.217.648,50	7.867.260,75	39.007.274,13	15.864.425,87	39.003.168,63
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.538.541,47	—	1.542.646,97
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	37.603.659,96	54.871.700,00	6.166.446,45	48.654.051,50	—	7.867.260,75	40.545.815,60	—	40.545.815,60
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.099,59

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 18/11/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNODÉBORA PAGNO
CRC/SC 037204/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229706

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 18/11/2019

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CRC/SC 037204/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229700

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2019		Até o Bimestre/2018	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			
			Até o Bimestre/2019		Até o Bimestre/2018	
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS					
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00					

Continua 1/2

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 18/11/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CRC/SC 037204/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229710

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		37.603.659,96		
Previsão Atualizada		37.603.659,96		
Receitas Realizadas		40.545.815,60		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		4.414.308,48		
DESPESAS				
Dotação Inicial		37.603.659,96		
Créditos Adicionais		17.268.040,04		
Dotação Atualizada		54.871.700,00		
Despesas Empenhadas		48.654.051,50		
Despesas Liquidadas		39.007.274,13		
Despesas pagas		39.003.168,63		
Superavit Orçamentário		1.538.541,47		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		48.654.051,50		
Despesas Liquidadas		39.007.274,13		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		46.162.011,18		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		1.521,41		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		1.521,41		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-6.896.305,28	-1.295.783,21	18,79
Resultado Primário		10.047.273,13	-1.475.564,51	-14,69
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.130.789,88	195.417,95	1.638.366,37	297.005,56
EXECUTIVO	2.130.789,88	195.417,95	1.638.366,37	297.005,56
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	100.713,94	0,00	99.674,22	1.039,72
EXECUTIVO	100.713,94	0,00	99.674,22	1.039,72
TOTAL:	2.231.503,82	195.417,95	1.738.040,59	298.045,28
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.074.330,21	25%	23,82
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.227.989,71	60%	87,85

Continua 1/2

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			1.798.794,00	-1.501.258,00
Despesa de Capital Líquida			4.595.366,85	8.101.288,19
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias			0,00	0,00
Despesas Previdenciárias			0,00	0,00
Resultado Previdenciário			0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias			0,00	0,00
Despesas Previdenciárias			0,00	0,00
Resultado Previdenciário			0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			358.850,00	-233.850,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			420.822,07	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		8.532.972,15	15,00	34,17
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229707

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)					SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)						R\$ 1,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
Receita de Alienação De Bens Móveis	125.950,00					360.711,68	-234.761,68
Receita de Alienação De Bens Imóveis	25.000,00					111.400,00	-86.400,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	100.000,00					247.450,00	-147.450,00
	950,00					1.861,68	-911,68
DESPESAS							
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital	420.822,07	420.822,07	84.500,00	84.500,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	420.822,07	420.822,07	84.500,00	84.500,00	0,00	0,00	0,00
	420.822,07	420.822,07	84.500,00	84.500,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR							
	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (lb - (llf + llg))				SALDO ATUAL (k) = (lli + llii)	
Valor(III)	61.885,38					276.211,68	338.097,06
FONTE:							

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 18/11/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNODÉBORA PAGNO
CRC/SC 037204/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229704

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.486.132,94	3.486.132,94	4.228.566,11	121,30
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.037.119,65	1.037.119,65	1.319.254,90	127,20
1.1.1- IPTU	1.010.668,19	1.010.668,19	1.225.803,03	121,29
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	26.451,46	26.451,46	93.451,87	353,30
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	479.384,51	479.384,51	515.866,00	107,61
1.2.1- ITBI	479.384,51	479.384,51	515.866,00	107,61
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.133.939,79	1.133.939,79	1.536.448,19	135,50
1.3.1- ISS	1.127.196,00	1.127.196,00	1.460.848,75	129,60
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	6.743,79	6.743,79	75.599,44	1.121,02
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	835.688,99	835.688,99	856.997,02	102,55
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.078.922,51	22.078.922,51	21.267.908,13	96,33
2.1- Cota-Parte FPM	11.702.753,46	11.702.753,46	10.534.975,41	90,02
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.249.399,32	11.249.399,32	10.009.740,87	88,98
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	105.315,16	105.315,16	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	348.038,98	348.038,98	525.234,54	150,91
2.2- Cota-Parte ICMS	8.568.410,34	8.568.410,34	8.776.484,47	102,43
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	28.355,58	28.355,58	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	117.737,70	117.737,70	114.012,65	96,84
2.5- Cota-Parte ITR	7.292,36	7.292,36	8.367,67	114,75
2.6- Cota-Parte IPVA	1.654.373,07	1.654.373,07	1.834.067,93	110,86
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.565.055,45	25.565.055,45	25.496.474,24	99,73

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	898.786,68	898.786,68	809.551,34	90,07
5.1- Transferências do Salário-Educação	600.293,59	600.293,59	555.229,93	92,49
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.780,00	3.780,00	3.120,00	82,54
5.3- Transferências Diretas - PNAE	175.583,10	175.583,10	164.782,80	93,85
5.4- Transferências Diretas - PNATE	96.178,50	96.178,50	81.443,28	84,68
5.5- Outras Transferências do FNDE	16.852,50	16.852,50	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	6.098,99	6.098,99	4.975,33	81,58
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	491.593,06	491.593,06	497.617,80	101,23
6.1- Transferências de Convênios	491.593,06	491.593,06	497.617,80	101,23
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	293.085,23	293.085,23	370.127,96	126,29
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.683.464,97	1.683.464,97	1.677.297,10	99,63

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.319.442,56	4.319.442,56	4.148.532,61	96,04
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.249.879,87	2.249.879,87	2.001.947,94	88,98
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.713.682,07	1.713.682,07	1.755.295,95	102,43
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	-	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	23.547,54	23.547,54	22.802,45	96,84
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.458,47	1.458,47	1.673,48	114,74
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	330.874,61	330.874,61	366.812,79	110,86
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.346.074,55	4.346.074,55	5.951.010,39	136,93
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.325.113,67	4.325.113,67	5.944.530,46	137,44
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.960,88	20.960,88	6.479,93	30,91
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	5.671,11	5.671,11	1.795.997,85	31.669,25

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.607.644,73	5.787.644,73	5.227.989,71	90,33	5.227.989,71	90,33
13.1- Com Educação Infantil	1.557.644,73	3.143.644,73	2.860.074,84	90,98	2.860.074,84	90,98
13.2- Com Ensino Fundamental	1.050.000,00	2.644.000,00	2.367.914,87	89,56	2.367.914,87	89,56
14- OUTRAS DESPESAS	1.738.429,82	905.553,82	676.573,87	74,71	585.176,47	64,62
14.1- Com Educação Infantil	1.258.579,82	358.579,82	184.810,44	51,54	176.998,24	49,36
14.2- Com Ensino Fundamental	479.850,00	546.974,00	491.763,43	89,91	408.178,23	74,82
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.346.074,55	6.693.198,55	5.904.563,58	88,22	5.813.166,18	86,85
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						5.813.166,18
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						87,85
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						9,63
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						2,32
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						59.324,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						59.324,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.475.726,88	4.251.726,88	3.718.570,81	87,46	3.681.611,64	86,59
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.553.786,85	5.396.910,85	4.568.845,43	84,66	4.248.040,42	78,71
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.529.850,00	3.190.974,00	2.859.678,30	89,62	2.776.093,10	87,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.023.936,85	2.205.936,85	1.709.167,13	77,48	1.471.947,32	66,73
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	7.029.513,73	9.648.637,73	8.287.416,24	85,89	7.929.652,06	82,18
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						1.795.997,85
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						59.324,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						1.855.321,85
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						6.074.330,21
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						23,82
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	604.388,59	604.388,59	574.772,17	95,10	562.530,91	93,07
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	797.881,73	868.275,96	783.829,38	90,27	630.490,25	72,61
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	1.402.270,32	1.472.664,55	1.358.601,55	92,25	1.193.021,16	81,01
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	8.431.784,05	11.121.302,28	9.646.017,79	86,73	9.122.673,22	82,03
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	59.324,00	268.469,41
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.944.530,46	555.229,93
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.792.924,95	686.304,43
47.1 Orçamento do Exercício	5.792.924,95	567.729,40
47.2 Restos a Pagar	0,00	118.575,03
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.479,93	3.792,55
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	217.409,44	141.187,46
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	217.409,44	141.187,46

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229703

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						R\$ 1,00
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (fg) - (hi)	Saldo Total L = (e+k)	
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)						
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	100.713,94	99.674,22	-	1.039,72	95.144,33	2.035.645,55	1.638.366,37	1.638.366,37	195.417,95	297.005,56	298.045,28	
	EXECUTIVO	0,00	100.713,94	99.674,22	0,00	1.039,72	95.144,33	2.035.645,55	1.638.366,37	1.638.366,37	195.417,95	297.005,56	298.045,28	
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	100.713,94	99.674,22	0,00	1.039,72	95.144,33	2.035.645,55	1.638.366,37	1.638.366,37	195.417,95	297.005,56	298.045,28	
	FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FI	0,00	1.207,25	1.207,25	0,00	0,00	0,00	22.419,93	21.189,73	21.189,73	124,20	1.106,00	1.106,00	
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FM	0,00	2.052,76	2.052,76	0,00	0,00	79.194,33	587.797,33	413.716,23	413.716,23	19.344,01	233.931,42	233.931,42	
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.	0,00	27.987,90	27.987,90	0,00	0,00	0,00	168.640,34	131.406,66	131.406,66	37.233,68	0,00	0,00	
	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	2.000,00	2.000,00	500,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	13.160,62	12.120,90	0,00	1.039,72	0,00	70.377,96	58.615,10	58.615,10	5.596,22	6.166,64	7.206,36	
	SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	596.727,90	549.824,55	549.824,55	18.593,35	18.310,00	18.310,00	
	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	1.112,55	1.112,55	0,00	0,00	5.950,00	196.005,69	181.168,15	181.168,15	22,54	20.765,00	20.765,00	
	SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	8.801,11	8.801,11	0,00	0,00	0,00	3.042,27	3.042,27	3.042,27	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV. ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.266,20	1.854,00	1.854,00	0,00	9.412,20	9.412,20	
	SECRETARIAS DOS ESPORTES	0,00	1.128,50	1.128,50	0,00	0,00	0,00	2.401,80	2.107,80	2.107,80	0,00	294,00	294,00	
	SECRETARIAS DOS TRANSPORTES E OBRAS	0,00	45.263,25	45.263,25	0,00	0,00	10.000,00	384.466,13	273.441,88	273.441,88	114.003,95	7.020,30	7.020,30	
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	TOTAL (III) = (I + II):	0,00	100.713,94	99.674,22	0,00	1.039,72	95.144,33	2.035.645,55	1.638.366,37	1.638.366,37	195.417,95	297.005,56	298.045,28	
	NOTA: FONTE:													

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 18/11/2019

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CRC/SC 037204/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229708

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO**Controle Interno
Outubro/2019
1/ 1**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSO
EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

Emenda Constitucional nº 29/2000 e ADCT, Art. nº 77

Anexo 01 - Liquidado

	No Período	Até o Período	Aplicação
1 - RECEITAS			
I) IMPOSTOS MUNICIPAIS	352.334,80	4.228.566,11	634.284,90
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	52.049,36	1.225.803,03	183.870,44
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	87.418,25	856.997,02	128.549,55
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	75.940,69	515.866,00	77.379,90
ISS - Imposto Sobre Serviços	131.974,19	1.460.848,75	219.127,31
Multas e Juros de Mora de Impostos	667,50	20.053,57	3.008,04
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	1.680,27	31.534,58	4.730,19
Dívida Ativa de Impostos	2.604,54	117.463,16	17.619,47
II) TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	1.112.250,58	10.724.565,05	1.608.684,71
Cota Parte do ICMS	888.001,84	8.776.484,47	1.316.472,62
Cota Parte do IPVA	212.902,97	1.834.067,93	275.110,19
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	11.345,77	114.012,65	17.101,90
III) TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	792.776,84	10.018.108,54	1.502.716,28
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	788.292,10	10.009.740,87	1.501.461,12
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	4.484,74	8.367,67	1.255,15
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar	0,00	0,00	0,00
IV - TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E	2.257.362,22	24.971.239,70	3.745.685,88
V - TOTAL A SER APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS			3.745.685,88
2 - DESPESAS		No Período	Até o Período
10.301 - Atenção Básica		703.679,49	7.014.556,27
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		63.127,51	620.539,46
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico		63.515,32	600.232,93
10.304 - Vigilância Sanitária		13.241,59	148.165,99
10.305 - Vigilância Epidemiológica		18.431,92	141.808,60
VI - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		861.995,83	8.525.303,25
3 - DEDUÇÕES		No Período	Até o Período
0138 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni		275.659,74	2.097.733,07
0167 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Est		97.349,66	345.665,43
0180 - Outras Especificações		13.241,59	77.281,04
0302 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto		1.250,00	52.594,62
0338 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni		25.364,88	646.159,91
0367 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Est		0,00	13.748,92
0380 - Outras Especificações		0,00	60.644,95
VII - TOTAL DAS DEDUÇÕES		412.865,87	3.293.827,94
4 - OUTRAS DEDUÇÕES		No Período	Até o Período
VIII - SALDO		0,00	0,00
RESUMO		No Período	Até o Período
Receita bruta de Impostos e Transferências		2.257.362,22	24.971.239,70
Despesas por função/subfunção		861.995,83	8.525.303,25
Deduções		412.865,87	3.293.827,94
Despesas para efeito de cálculo		449.129,96	5.231.475,31
Mínimo a ser aplicado		338.604,31	3.745.686,00
Aplicado		110.525,65	1.485.789,31
Percentual aplicado		19,90	20,95
Superávit		4,90	5,95

FAEE Sistemas © 2013.



RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229709

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 18/11/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CRC/SC 037204/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229698

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	37.603.659,96	54.871.700,00	6.166.446,45	48.694.051,50	100,00	7.867.260,75	39.007.274,13	15.864.425,87
Ação Legislativa	1.050.125,00	1.050.125,00	135.911,04	785.063,77	1,61	153.691,41	771.205,32	278.919,68
Administração	1.050.125,00	1.050.125,00	135.911,04	785.063,77	1,61	153.691,41	771.205,32	278.919,68
Administração Geral	3.483.829,72	4.124.277,79	478.611,30	3.492.225,23	7,18	600.092,71	3.154.394,09	969.883,70
Administração Financeira	1.740.086,06	2.283.418,08	273.427,83	1.948.727,64	4,01	354.574,49	1.767.462,38	515.955,70
Formação de Recursos Humanos	1.130.620,60	1.187.736,65	101.126,18	989.512,67	2,03	136.384,93	840.503,55	347.233,10
Segurança Pública	613.123,06	653.123,06	104.057,29	553.984,92	1,14	109.133,29	546.428,16	106.694,90
Policimento	349.132,81	676.916,55	79.642,31	484.481,80	1,00	170.904,57	399.947,13	276.969,42
Defesa Civil	173.425,28	248.634,58	22.758,31	151.590,38	0,31	24.502,56	126.989,08	121.645,50
Assistência Social	175.707,53	428.291,97	56.884,00	332.921,42	0,68	146.402,01	272.968,05	155.323,92
Assistência ao Idoso	1.534.857,65	2.073.300,41	177.417,35	1.580.743,59	3,25	300.866,32	1.314.823,99	758.476,42
Assistência ao Portador de Deficiência	275.140,00	508.059,43	16.782,66	276.672,94	0,57	36.382,18	136.798,40	371.261,03
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.162,00	26.721,00	11.559,00	26.721,00	0,05	12.572,50	23.680,50	3.040,50
Assistência Comunitária	409.953,05	554.350,62	10.065,30	479.961,45	0,99	81.532,45	419.353,94	134.996,68
Saúde	837.602,60	984.169,36	133.010,39	797.388,50	1,64	170.379,19	734.981,15	249.178,21
Atenção Básica	8.924.520,91	10.870.387,46	1.263.234,79	9.685.042,11	19,91	1.709.002,49	8.525.303,25	2.346.084,20
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.672.663,66	8.796.137,90	1.079.500,68	7.776.743,90	15,98	1.364.934,23	7.014.556,27	1.781.591,63
Suporte Profilático e Terapêutico	357.949,90	979.512,62	-8.996,00	912.697,08	1,88	126.056,44	620.539,46	358.973,16
Vigilância Sanitária	613.277,09	715.513,39	129.103,64	687.254,22	1,41	140.668,89	600.232,93	115.280,46
Vigilância Epidemiológica	105.623,65	184.216,93	25.000,09	155.826,66	0,32	38.895,67	148.165,99	36.060,94
Educação	175.006,61	195.006,61	38.626,38	152.520,25	0,31	38.457,26	141.808,60	53.198,01
Alimentação e Nutrição	8.910.696,05	11.634.785,28	1.748.637,24	10.010.302,14	20,57	2.117.076,73	9.421.267,41	2.213.517,87
Ensino Fundamental	416.776,68	485.628,83	100.733,45	433.449,46	0,89	111.551,24	393.020,30	92.608,53
Ensino Médio	4.474.816,49	6.384.338,49	903.421,21	5.382.530,22	11,06	1.093.072,52	5.008.566,22	1.375.772,27
Ensino Profissional	360.861,39	360.861,39	0,00	360.868,83	0,74	128.478,59	249.964,23	110.887,16
Ensino Superior	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	59.750,00	30.000,00	0,00	12.000,00	0,02	0,00	12.000,00	18.000,00
Educação Especial	3.510.329,49	4.286.473,57	744.482,58	3.733.980,63	7,67	771.343,88	3.656.494,66	580.978,91
Cultura	78.162,00	87.483,00	0,00	87.483,00	0,18	12.630,50	62.222,00	25.261,00
Diffusão Cultural	415.048,24	840.019,40	103.771,75	759.504,54	1,56	46.200,45	233.224,24	606.795,16
Urbanismo	415.048,24	840.019,40	103.771,75	759.504,54	1,56	46.200,45	233.224,24	606.795,16
Infra-Estrutura Urbana	1.413.750,75	3.970.441,90	277.498,89	3.560.232,32	7,32	421.197,21	1.536.871,27	2.434.570,63
Serviços Urbanos	0,00	2.064.940,45	0,00	1.795.378,68	3,69	0,00	0,00	2.064.940,45
	1.413.750,75	1.905.501,45	277.498,89	1.764.853,64	3,63	421.197,21	1.536.871,27	369.630,18

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/total b)			% (d/total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	37.603.659,96	54.871.700,00	6.166.446,45	48.654.051,50	100,00	7.867.260,75	39.007.274,13	100,00
Habitação	43.365,00	43.365,00	5.551,63	29.428,17	0,06	5.551,63	29.428,17	0,08
Habitação Urbana	43.365,00	43.365,00	5.551,63	29.428,17	0,06	5.551,63	29.428,17	0,08
Saneamento	3.357.333,48	3.620.333,48	383.104,26	3.514.250,26	7,22	566.273,19	3.131.437,91	8,03
Infra-Estrutura Urbana	3.337.333,48	3.600.333,48	381.068,56	3.507.330,56	7,21	563.887,49	3.124.518,21	8,01
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	2.035,70	6.919,70	0,01	2.385,70	6.919,70	0,02
Gestão Ambiental	0,00	20.070,40	0,00	20.070,40	0,04	12.535,20	12.535,20	0,03
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	20.070,40	0,00	20.070,40	0,04	12.535,20	12.535,20	0,03
Agricultura	2.630.892,62	3.294.314,95	210.502,32	3.064.262,41	6,30	301.478,22	2.870.128,90	7,36
Extensão Rural	2.578.524,97	3.271.947,30	210.502,32	3.050.742,10	6,27	301.478,22	2.856.608,59	7,32
Promoção da Produção Agropecuária	52.367,65	22.367,65	0,00	13.520,31	0,03	0,00	13.520,31	0,03
Indústria	450.565,00	952.842,77	16.310,92	918.737,32	1,89	17.206,80	912.147,20	2,34
Promoção Industrial	395.565,00	488.165,00	16.310,92	454.059,55	0,93	17.206,80	447.469,43	1,15
Produção Industrial	55.000,00	464.677,77	0,00	464.677,77	0,96	0,00	464.677,77	1,19
Transporte	3.054.804,53	9.274.308,53	528.310,24	8.745.778,92	17,98	678.486,75	4.833.530,72	12,39
Transporte Rodoviário	3.054.804,53	9.274.308,53	528.310,24	8.745.778,92	17,98	678.486,75	4.833.530,72	12,39
Desporto e Lazer	667.157,50	836.462,20	166.459,10	731.710,33	1,50	175.213,76	589.811,14	1,51
Desporto Comunitário	644.895,00	814.199,70	166.459,10	731.710,33	1,50	175.213,76	589.811,14	1,51
Lazer	22.262,50	22.262,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	1.291.330,70	1.563.498,89	591.483,31	1.272.218,19	2,61	591.483,31	1.272.218,19	3,26
Serviço da Dívida Interna	549.620,00	821.788,19	509.788,84	748.994,41	1,54	509.788,84	748.994,41	1,92
Outros Encargos Especiais	741.710,70	741.710,70	81.694,47	523.223,78	1,08	81.694,47	523.223,78	1,34

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.603.659,96	54.871.700,00	6.166.446,45	48.654.051,50	6.217.648,50	7.867.260,75	39.007.274,13	100,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.250,00	26.250,00	0,00	0,00	26.250,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	37.603.659,96	54.871.700,00	6.166.446,45	48.654.051,50	6.217.648,50	7.867.260,75	39.007.274,13	100,00
								15.864.425,87
								26.250,00
								15.864.425,87

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 18/11/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNODÉBORA PAGNO
CRC/SC 037204/O-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229701

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	655.038,03	2.214.682,93	2.154.445,35
DEDUÇÕES (II)	7.812.646,44	8.349.828,96	7.766.934,09
Disponibilidade de Caixa	7.812.646,44	8.347.335,83	7.764.440,96
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.913.360,38	8.350.009,82	7.769.586,18
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	100.713,94	2.673,99	5.145,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	2.493,13	2.493,13
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vic - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vic - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-6.896.305,28

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 18/11/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CRC/SC 037204/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229705

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)				-1.501.258,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.696.655,04	10.844.195,32	1.852.459,72	
Investimentos	11.934.416,45	10.145.030,41	1.789.386,04	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Dívida	762.238,59	699.164,91	63.073,68	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.696.655,04	10.844.195,32	1.852.459,72	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	12.399.119,04	9.045.401,32	1.852.459,72	

FONTE:

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229702

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019	
RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)		36.886.836,46	38.053.040,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.424.601,57	4.927.746,86
I.P.T.U.		1.037.119,65	1.319.254,90
I.S.S.		1.133.939,79	1.536.448,19
I.T.B.I.		479.384,51	515.866,00
I.R.R.F.		835.688,99	856.997,02
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		938.468,63	699.180,75
Contribuições		739.822,73	746.179,90
Receita Patrimonial		195.435,74	230.371,30
Aplicações Financeiras (II)		195.435,74	230.371,30
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00
Transferências Correntes		27.200.906,53	27.503.995,61
Cota-Parte do FPM		9.737.614,57	8.533.027,47
Cota-Parte do ICMS		6.854.728,27	7.021.188,52
Cota-Parte do IPVA		1.323.498,46	1.467.255,14
Cota-Parte do ITR		5.833,89	6.694,19
Transferências da LC 87/1996		22.684,47	0,00
Transferências da LC 61/1989		94.190,16	91.210,20
Transferências do FUNDEB		4.325.113,67	5.944.530,46
Outras Transferências Correntes		4.837.243,04	4.440.089,63
Demais Receitas Correntes		4.326.069,89	4.644.746,41
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes		4.326.069,89	4.644.746,41
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)		36.691.400,72	37.822.668,78
RECEITAS DE CAPITAL (V)		716.823,50	2.492.775,52
Operação de Crédito (VI)		297.536,00	1.798.794,00
Amortização de Empréstimos (VII)		0,00	0,00
Alienação de Bens		125.000,00	358.850,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		0,00	0,00

Continua 1/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	125.000,00	358.850,00
Transferências de Capital	294.287,50	335.131,52
Convênios	283.000,00	335.131,52
Outras Transferências de Capital	11.287,50	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	419.287,50	693.981,52
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	37.110.688,22	38.516.650,30

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)
					LIQUIDADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	42.148.794,96	37.809.856,18	34.411.907,28	34.407.801,78	525.276,13
Pessoal e Encargos Sociais	19.532.522,75	17.058.901,92	17.052.686,68	17.052.686,68	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	59.549,60	49.829,50	49.829,50	49.829,50	0,00
Outras Despesas Correntes	22.556.722,61	20.701.124,76	17.309.391,10	17.305.285,60	525.276,13
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	22.556.722,61	20.701.124,76	17.309.391,10	17.305.285,60	525.276,13
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	42.089.245,36	37.760.026,68	34.362.077,78	34.357.972,28	525.276,13
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	12.696.655,04	10.844.195,32	4.596.366,85	4.595.366,85	1.113.090,24
Investimentos	11.934.416,45	10.145.030,41	3.896.201,94	3.896.201,94	1.113.090,24
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	762.238,59	699.164,91	699.164,91	699.164,91	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	11.934.416,45	10.145.030,41	3.896.201,94	3.896.201,94	1.113.090,24

Continua 2/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	26.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	54.049.911,81	47.905.057,09	38.258.279,72	38.254.174,22	99.674,22	1.638.366,37	1.638.366,37
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		-1.475.564,51					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		10.047.273,13					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019					
		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		230.371,30					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		50.590,00					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-1.295.783,21					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-6.896.305,28					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		ABAXO DA LINHA					
		SALDO					
		Em 31 Dez 2018(e)				Até o Bimestre/2019(b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		655.038,03				2.154.445,35	
DEDUÇÕES (XXIX)		7.812.646,44				7.764.440,96	
Disponibilidade de Caixa		7.812.646,44				7.764.440,96	
Disponibilidade de Caixa Bruta		7.913.360,38				7.769.586,18	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		100.713,94				5.145,22	
Demais Haveres Financeiros		0,00				0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-7.157.608,41				-5.609.995,61	
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-1.547.612,80					

Continua 3/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	95.588,72
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	-1.643.181,52
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-1.822.962,82
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.414.308,48
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	4.414.308,48
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2229699

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (Últ. 12 Mes.)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.995.594,27	4.930.916,85	3.993.126,03	4.400.537,92	4.161.267,76	4.105.863,08	4.620.897,95	4.725.521,29	4.461.474,46	3.905.090,93	3.920.298,47	3.907.468,78	51.128.083,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	289.671,31	354.477,68	372.189,75	400.645,02	475.871,25	474.257,84	600.607,84	1.131.136,50	401.709,95	346.340,89	346.144,05	377.041,77	4.424.601,57
I.P.T.U.	9.057,34	13.503,99	13.171,24	23.236,65	16.632,64	10.231,16	238.902,57	777.024,67	591.471,89	62.721,92	62.721,92	56.001,89	1.341.826,23
I.S.S.	114.276,03	132.196,55	138.165,24	138.346,39	137.183,42	186.021,81	191.917,99	140.375,62	187.366,20	145.190,76	139.396,99	132.973,97	1.783.926,77
I.T.E.D.	76.128,06	37.483,08	48.459,90	49.251,50	91.518,96	57.174,50	49.611,99	25.592,20	45.997,58	36.033,19	36.295,49	75.940,69	479.384,51
I.R.R.F.	68.767,90	142.176,90	90.815,09	89.441,71	84.841,68	85.557,51	84.520,06	87.432,60	81.905,17	82.556,70	82.208,25	87.418,25	1.067.941,82
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.429,96	28.114,16	81.593,28	100.398,77	146.194,55	136.272,96	35.655,43	100.733,41	27.693,11	22.005,97	24.591,40	24.703,97	749.624,89
Contribuições	73.846,72	70.251,59	73.879,02	74.567,58	78.696,53	80.423,00	73.752,96	70.196,56	70.196,56	75.107,27	72.277,13	70.708,79	739.622,73
Recita Patrimonial	16.109,57	15.531,00	17.975,45	23.206,43	23.287,71	29.448,75	27.613,79	24.707,81	27.296,81	22.390,92	13.898,16	20.595,47	282.011,87
Rendimentos de Aplicação Financeira	16.109,57	15.531,00	17.975,45	23.206,43	23.287,71	29.448,75	27.613,79	24.707,81	27.296,81	22.390,92	13.898,16	20.595,47	282.011,87
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	263.693,58	308.349,95	381.394,42	450.272,64	466.477,63	427.456,97	432.022,64	397.157,36	455.927,00	375.806,04	363.390,55	407.812,69	4.749.731,47
Transferências Correntes	3.327.363,72	4.174.670,37	3.099.831,24	3.406.896,24	3.094.016,08	3.067.139,99	3.374.047,63	3.038.160,74	3.417.246,45	3.046.506,27	3.091.326,44	3.016.754,14	39.154.562,31
Cota-Parte do FPM.	961.600,90	1.882.842,05	1.180.090,93	1.305.046,74	977.144,74	953.122,23	1.223.410,13	963.877,49	1.317.825,36	961.922,85	886.253,04	788.252,10	13.179.437,76
Cota-Parte do ICMS.	861.266,67	918.177,88	953.908,10	922.139,66	871.370,56	902.674,85	878.525,25	899.213,26	899.524,11	710.922,22	911.947,03	888.001,84	10.546.469,02
Cota-Parte do IPVA.	92.423,67	55.574,03	111.425,41	143.276,54	157.543,43	171.580,93	168.263,51	156.879,91	196.245,55	346.293,68	170.866,26	212.902,97	1.892.065,63
Cota-Parte do ITR.	42,80	46,29	52,57	73,55	120,17	157,22	39,68	19,55	24,32	175,66	3.220,21	4.484,74	7.292,36
Outras Transferências Correntes	852.044,47	887.999,41	212.147,85	398.145,55	498.995,05	436.201,46	473.707,38	482.659,56	455.553,16	431.514,63	532.942,32	524.062,67	6.180.133,51
Transferências de LC 61/1989	11.550,39	13.917,80	10.905,95	11.544,57	11.146,53	11.300,52	11.088,27	11.807,46	11.750,51	10.516,81	12.820,26	11.346,77	139.480,84
Transferências de LC 87/1996	2.527,28	2.527,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.054,56
Transferências do FUNDEB	555.888,14	613.045,63	623.300,43	635.699,63	577.733,60	588.909,78	617.816,07	594.104,52	596.325,44	579.030,62	603.976,32	587.664,05	7.113.464,23
Outras Recalculadas Correntes	24.910,37	7.636,29	47.876,15	44.960,01	22.844,58	27.136,53	110.355,99	60.583,92	86.104,69	36.939,54	12.723,14	14.553,92	499.607,13
DEDUÇÕES (II)	383.886,02	433.656,03	452.876,39	476.416,02	403.465,48	407.805,54	458.594,63	398.238,35	374.026,84	407.192,00	391.001,14	381.005,22	4.963.074,66
Deução da Receita Para Formação do FUNDEB	383.886,02	433.656,03	452.876,39	476.416,02	403.465,48	407.805,54	458.594,63	398.238,35	374.026,84	407.192,00	391.001,14	381.005,22	4.963.074,66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.611.708,25	4.497.260,85	3.540.249,64	3.924.121,90	3.757.802,30	3.698.057,54	4.162.303,32	4.327.282,94	4.087.447,62	3.497.898,93	3.529.297,33	3.526.463,56	46.162.011,18
FONTE:													
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 18/11/2019													
ANTONIO PINHO DE CASTRO SILVA	RUDIMAR CESAR WINTER												
PREFEITO	CONTROLE INTERNO												
	DEBORA PAGNO												
	CRCSC 0872040-0												



CÂMARA MUNICIPAL**CANDIDATOS ELEITOS E SUPLENTES PARA VEREADOR MIRIM 2020**

Publicação Nº 2230333

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Portaria nº 029/2019.

ISOLDI WILL, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II e IV do artigo 23 da Resolução 01/2010 (Regimento Interno) c/c o Decreto Legislativo 03/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Publicar a nominata dos Candidatos Eleitos ao Parlamento Jovem (Vereador Mirim) da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, seguido dos suplentes, por ordem de votação.

I. Fica aprovada a ata de Eleição e apuração dos votos da Escola de Educação Básica Cedrense, e declaramos eleitos os dois primeiros colocados, seguido dos suplentes por ordem de votação:

Eleitos:

1st. Djenifer Luiza Bertollo;

2nd. Adriel Henrique Wolfart;

Suplentes:

3rd. Larissa Bertollo;

4th. Gabrieli Adriana Euko.

II. Fica aprovada a ata de Eleição e apuração dos votos do Centro Municipal de Educação Girassol, e declaramos eleitos os dois primeiros colocados, seguido dos suplentes por ordem de votação:

Eleitos:

1st. Paulo Roberto Wolfart Junior;

2nd. Enrico Gabriel Basei;

Suplente:

3rd. Júlia Almeida Mottini.

III. Fica aprovada a ata de Eleição e apuração dos votos da Escola de Educação Básica São José, e declaramos eleita as duas primeiras colocadas, seguido dos suplentes por ordem de votação:

Eleitos:

1st. Valdecir F-Iber;

2º. Pedro Henrique Tifense de Oliveira;

Suplente:

3º. Daniel Dal Alba.

IV. Fica aprovada a ata de Eleição e apuração dos votos da Escola de Educação Básica Padre Réus, e declaramos eleito o primeiro colocado, seguido dos suplentes por ordem de votação:

Eleita:

1st. Carolina Bárbara Wehner;

Suplente:

2nd. Adrielle da Silva Barbosa;

V. Fica aprovada a ata de Eleição e apuração dos votos da Escola de Educação Básica Osni Medeiros Régis, e declaramos eleito o primeiro colocado, seguido do suplente por ordem de votação:

Eleita:

1st. Marcieli Knob.

VI. Fica aprovada a ata de Eleição e apuração dos votos da Escola de Educação Básica Serafim Bertaso, e declaramos eleita a primeira colocada:

Eleita:

1st. Maikely De Ré;

VII. Suplente:

2º. Emili Eduarda Flores Salvati

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, em 18 de novembro de 2019.

ISOLDI WILL
Presidente da Câmara de Vereadores

Marlene Salete Albert
Secretária

A presente portaria foi publicada no átrio da Secretaria da Câmara de Vereadores, local destinado às publicações oficiais, na data supra.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.498, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229854

DECRETO Nº 6.498, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM			
09.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM			
27.812.4517.2.035	3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	02	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM			
18.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM			
27.812.4517.2.035	3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	01	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.499, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230309

DECRETO Nº 6.499, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 178.500,00 (cento e setenta e oito mil e quinhentos reais) na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.302.4506.2.021	3.3.93.00.00.00.00.0.1.0002	23	Aplicações Diretas	R\$ 178.500,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2019 – ICSL

Publicação Nº 2230138

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2019 – ICSL

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 012/2019 – Concorrência para Compras e Serviços Nº 003/2019.

OBJETO: CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA E FILMAGEM DURANTE A REALIZAÇÃO DA MOSTRA CULTURAL DE 2019 ORGANIZADA PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 19, 21 E 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

FORNECEDOR: ILGA MULLER SAVI 01968707980 - CNPJ: 24.403.936/0001-21.

VALOR: R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

TOTAL: R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 08/11/2019.

VIGÊNCIA: 08/11/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2019 – ICSL

Publicação Nº 2230141

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2019 – ICSL

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 014/2019 – Pregão Presencial Nº 006/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EVENTOS PARA PRODUÇÃO DOS TRÊS ESPETÁCULOS DA MOSTRA CULTURAL DE 2019 ORGANIZADA PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 19, 21 E 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

FORNECEDOR: RODRIGO COSTA ME - CNPJ: 03.389.653/0001-00.

VALOR: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

TOTAL: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 07/11/2019.

VIGÊNCIA: 07/11/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2019

Publicação Nº 2230144

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2019

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 147/2019 – Pregão Presencial Nº 106/2019.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PARA REALIZAÇÃO DO VII SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, A SE REALIZAR NOS DIAS 08, 09 E 10 DE NOVEMBRO DE 2019 EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: PROJTEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME - CNPJ: 82.095.456/0001-47.

VALOR: R\$ 15.897,36 (quinze mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos).

TOTAL: R\$ 15.897,36 (quinze mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05/11/2019.

VIGÊNCIA: 05/11/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2019

Publicação Nº 2230147

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2019

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 153/2019 – Pregão Presencial Nº 108/2019 – SRP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DO TIPO BUFFET LIVRE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS BOMBEIROS DE SERVIÇO OPERACIONAL NA GUARNIÇÃO DA 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: NOIMAR DALL AGNOL ME - CNPJ: 10.855.624/0001-44.

VALOR: R\$ 47.100,00 (quarenta e sete mil e cem reais).

TOTAL: R\$ 47.100,00 (quarenta e sete mil e cem reais).

DATA DE ASSINATURA: 14/11/2019.

VIGÊNCIA: 14/11/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços oriunda deste processo estão disponíveis através do link: <https://www.transparencia.saolourenco.sc.gov.br/licitacoescontratos> conforme preconiza o §2º, art.15 da Lei 8.666/93.

PORTARIA Nº 1.320, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229538

--	--

PORTARIA Nº 1.320, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 104 e 105, §1º, §2º e §3º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal NEIVA ESSER, ocupante do cargo Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 1762/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 06 de novembro de 2019 por tempo indeterminado.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 06 de novembro de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de Novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.321, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229914

PORTARIA Nº 1.321, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ANDREIA COLET DALLACORT, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3426/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.322, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229916

PORTARIA Nº 1.322, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ANDRESSA PERON, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula nº 3001/84, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.323, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229921

PORTARIA Nº 1.323, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CARMEM DE APARECIDA DE OLIVEIRA DE JESUS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3001/41, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 10 de dezembro de 2019 a 08 de janeiro de 2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.324, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229922

PORTARIA Nº 1.324, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CELOIR PEDRINHA POGERE, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 3001/33, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 06 a 20 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.325, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229924

PORTARIA Nº 1.325, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal FERNANDA CARBONI SCARIOTE, ocupante do cargo de Odontólogo Especialista, matrícula nº 3493/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 06 a 20 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.326, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229927

PORTARIA Nº 1.326, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal JUCILEI BARBIERI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3001/86, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 11 de dezembro de 2019 a 09 de janeiro de 2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.327, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229930

PORTARIA Nº 1.327, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal MARIA MADALENA TRENTIN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3562/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 06 a 20 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.328, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229932

PORTARIA Nº 1.328, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal VILMA MARIA PERTILLE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3001/56, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.329, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2229937

PORTARIA Nº 1.329, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal VINICIOS SOARES RIBEIRO, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula nº 3001/20, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 11 a 25 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, e no período de 26 de dezembro de 2019 a 09 de janeiro de 2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.330, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230291

PORTARIA Nº 1.330, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Designa servidores públicos municipais para atuarem no processo de celebração de Termo de Fomento, visando a celebração de parceria com corais do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para atuarem no processo de Chamamento Público nº 007/2019 e posterior celebração de Termo de Fomento, visando à transferência de recursos financeiros, para a confecção dos trajes típicos para grupo de dança e coral, da seguinte forma:

I - Comissão de Seleção - com a atribuição de processar e julgar o Chamamento Público:

- a) Juliana Albani, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Agente Cultural I, matrícula nº 43/01;
- b) Lourenço Romulo Innocência Neto, servidor público municipal, ocupante de Agente Cultural I, matrícula nº 39/01;
- c) Everton Luiz Lovera, servidor público municipal, ocupante do cargo de Agente Cultural II, matrícula nº 12/03.

II - Comissão de Monitoramento e Avaliação - órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria a ser concretizada, formado pelos membros abaixo designados:

- a) Juliana Albani, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Agente Cultural I, matrícula nº 43/01;
- b) Lourenço Romulo Innocência Neto, servidor público municipal, ocupante de Agente Cultural I, matrícula nº 39/01;
- c) Everton Luiz Lovera, servidor público municipal, ocupante do cargo de Agente Cultural II, matrícula nº 12/03.

III - Gestor da Parceria: Rennã Higor Fedrigo, ocupante do cargo de Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço, matrícula nº 35/01, agente público responsável pela gestão da parceria, com as seguintes atribuições:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) informar ao Prefeito Municipal acerca da existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos bens públicos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, com dados do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

Art. 2º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os servidores públicos municipais designados no art. 1º desta Portaria não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.331, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230294

PORTARIA Nº 1.331, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Designa servidores públicos municipais para atuarem no processo de Inexigibilidade de Chamamentos Públicos nº 023 e 024 e posterior celebração dos Termos de Colaboração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para atuarem nos processos de Inexigibilidade de Chamamentos Públicos nº 023 e 024, e posterior celebração de Termos de Colaboração, visando a concessão de recursos financeiros para a Associação dos Caminhoneiros de São Lourenço d' Oeste, e para o Esporte Clube Bela Vista:

I - Comissão de Monitoramento e Avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria a ser concretizada, formado pelos membros abaixo designados, com as seguintes atribuições:

- a) Rennã Higor Fedrigo, servidor público municipal, ocupante do cargo de Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço, matrícula nº 35/01;
- b) Francielle Honesko, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula nº 3293/01;
- c) Angela Maria Curioletti, servidor público municipal, ocupante do cargo de Assessor de Comunicação, matrícula nº 3413/01.

II - Gestor da Parceria: Antônio Cantelmo Neto, servidor público municipal, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, matrícula nº 3407/01, agente público responsável pela gestão da parceria, com as seguintes atribuições:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) realizar vistorias;
- c) informar o Chefe do Poder Executivo acerca da existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- d) emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, com dados do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

Art. 2º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os servidores públicos municipais designados no art. 1º desta Portaria não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.332, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230337

PORTARIA Nº 1.332, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal DANIEL LORENZETI, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 1971/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2019.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

EXTRATO FINAL 12/2019 FMS

Publicação Nº 2230560

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2019 FMS
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo PREGÃO PRESENCIAL, menor preço unitário, com fundamento na Lei 8.666/93, para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PROJETADOS E DE CORTINAS/PERSIANAS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME PROJETO EM ANEXO e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 02/12/2019. Maiores informações, bem como cópia do edital na íntegra encontram-se disponíveis no site do município, bem como poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 18 de novembro de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 47-2019 DE 28 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2230898

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA LEGISLATIVA Nº 47/2019

=====

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A VEREADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL OLI THIAGO, Presidente da Câmara de Vereadores de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal artigo 24, IV e Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 03/2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade a Vereadora Daniella Conte Zonatto, no período de 31 de outubro 2019 à 27 de abril de 2020. (Atestado em anexo).

Parágrafo único: Em virtude disso fica convocada a primeira Suplente de Vereador Senhora Marivete Gregol (PPS) da coligação MUDANÇA COM DEDICAÇÃO E MORALIDADE. (PP/PMDB/DEM/PPS) para assumir a vaga deixada pela Edil.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução Administrativa Legislativa correm por conta do orçamento da Câmara de Vereadores.

Art.3º Ficam pela presente Resolução, oficialmente comunicados todos os Edis, servidores da Câmara Municipal de Vereadores e a população.

Art. 4º - Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Miguel da Boa Vista 28 de outubro de 2019.

MIGUEL OLI THIAGO

Presidente da Câmara de Vereadores

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 49-2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230888

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA LEGISLATIVA Nº 49/2019

=====

CONCEDE DIÁRIAS DE VIAGEM AO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL OLI THIAGO, Presidente da Câmara de Vereadores de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e pela Resolução Administrativa Legislativa nº 10/2013 e Leis Ordinárias que revisam os valores anualmente.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar para percepção de 04 (quatro) diárias de viagem a serem pagas ao Presidente da Câmara de Vereadores Senhor Miguel Oli Thiago, para viagem a Florianópolis - SC, com o objetivo de acompanhar o Prefeito Municipal em audiência junto a Assembleia Legislativa, Secretaria de Agricultura, Funasa, Defesa Civil e Fesporte. Entre os dias 19 a 22 de novembro de 2019. A saída está prevista dia 19/11/2019, às 09h:30min e o retorno está previsto para o dia 22/11/2019, acerca das 22h:00min.

Parágrafo único: O deslocamento se dará com veículo oficial conforme relatório de viagem posterior.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para a percepção das diárias a Resolução nº 10/2013 e Leis Ordinárias que revisam anualmente os valores, tendo o valor da diária fixado em R\$ 1.138,40 (hum mil cento e trinta e oito reais e quarenta centavos), perfazendo um total de R\$ 4.553,60 (quatro mil quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos).

Art.3º Ficam pela presente Resolução, oficialmente comunicados todos os Edis, servidores da Câmara Municipal de Vereadores e a população.

Art. 4º - Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Miguel da Boa Vista 18 de novembro de 2019.

MIGUEL OLI THIAGO

Presidente da Câmara de Vereadores

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 50-2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230891

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA LEGISLATIVA Nº 50/2019

=====

CONCEDE DIÁRIAS DE VIAGEM A VEREADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL OLI THIAGO, Presidente da Câmara de Vereadores de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e pela Resolução Administrativa Legislativa nº 10/2013 e Leis Ordinárias que revisam os valores anualmente. RESOLVE:

Art. 1º Fixar para percepção de 04 (quatro) diárias de viagem a serem pagas ao Vereador Edson César Rigotti, para viagem a Florianópolis - SC, com o objetivo de acompanhar o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores em audiência junto a Assembleia Legislativa, Secretaria de Agricultura, Funasa, Defesa Civil e Fesporte. Entre os dias 19 a 22 de novembro de 2019. A saída está prevista dia 19/11/2019, às 09h:30min e o retorno está previsto para o dia 22/11/2019, acerca das 22h:00min.

Parágrafo único: O deslocamento se dará com veículo oficial conforme relatório de viagem posterior.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para a percepção das diárias a Resolução nº 10/2013 e Leis Ordinárias, que revisam anualmente os valores, tendo o valor da diária fixado em R\$ 758,93 (setecentos reais e noventa e três centavos), perfazendo um total de R\$ 3.035,72 (três mil e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos).

Art.3º Ficam pela presente Resolução, oficialmente comunicados todos os Edis, servidores da Câmara Municipal de Vereadores e a população.

Art. 4º - Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Miguel da Boa Vista 18 de novembro de 2019.

MIGUEL OLI THIAGO

Presidente da Câmara de Vereadores

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROC 30/2019 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 2229879

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 30/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 04/2019

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação por Inexigibilidade tendo como objeto: Contratação de empresa para serviço de acolhimento institucional para Jean dos Santos, através de Determinação Judicial Autos nº 5004328-78.2019.8.24.0000/SC, no Lar Aconchego no Município de Iporã do Oeste/SC, para o período de 12 meses. Contratado: ELOIDE APARECIDA ODY. Valor Mensal de R\$ 2.100,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 18 de novembro de 2019.

ANDREIA APARECIDA DA SILVA REBELATO
Secretaria Municipal de Ação Social

SUSPENDER

Publicação Nº 2230357

EDITAL DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
Processo Licitatório nº 245/2019

Edital de Tomada de Preços nº 26/2019

O Senhor Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, decido SUSPENDER o Processo licitatório, conforme Memorando Interno nº 280/2019, devido a adequações e alterações do projeto, modificando o modelo do sistema de tratamento dos efluentes e consequentemente todos os arquivos relacionados ao Processo Licitatório.

São Miguel do Oeste- SC, 18 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

Saudades

PREFEITURA

DECRETO N. 70, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230999

DECRETO N. 70, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

ESTIPULA NORMAS PARA UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO MÓDULO ESPORTIVO DE SAUDADES E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade de estipular regras para utilização das dependências do Módulo Esportivo de Saudades;

Considerando a realização de reunião com as associações do município que utilizam as suas dependências;

DECRETA:

Art. 1º. Este decreto dispõe sobre as normas de utilização do Parque de Exposições Theobaldo Hermes e do Módulo Esportivo de Saudades.

CAPÍTULO I – DA UTILIZAÇÃO DO MÓDULO ESPORTIVO

Art. 2º. Fazem parte do Módulo Esportivo de Saudades os seguintes itens: mesas, bancos, ventiladores, freezers, cozinha, banheiros, instalação elétrica, churrasqueira, palco e espaço para estacionamento.

Parágrafo Único. O espaço físico do Módulo Esportivo de Saudades pode atender até 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas.

Art. 3º. Para a realização de eventos nas dependências do Módulo Esportivo de Saudades será necessária a prévia reserva de data no Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 4º. Os requerimentos de utilização das dependências do Módulo Esportivo de Saudades, após prévia reserva no calendário de eventos, deverão ser protocolados na recepção da Prefeitura Municipal, dirigidos ao Chefe do Poder Executivo (modelo anexo ao Anexo I).

Art. 5º. As taxas de aluguel para utilização das dependências do Parque de Exposições Theobaldo Hermes e do Módulo Esportivo de Saudades serão de:

I – Para usuários do Município de Saudades: 01 (um) salário mínimo nacional vigente;

II – Para usuários de outros municípios: 02 (dois) salários mínimos nacional vigente;

Parágrafo Único. Estarão isentos da taxa de aluguel, em 01 (um) evento por ano, as seguintes entidades:

a) Clubes de Serviço;

b) Associações com sede no município de Saudades, declaradas de utilidade pública;

c) Igrejas;

d) Grupos de Idosos.

Art. 6º. Todos os eventos realizados nas dependências do Módulo Esportivo de Saudades estarão sujeitos ao pagamento antecipado da taxa de limpeza, água e luz, no importe de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional vigente.

§ 1º. As entidades isentas do pagamento da taxa de aluguel deverão efetuar o pagamento da taxa de limpeza.

§ 2º. O pagamento da taxa de limpeza não isenta a entidade de lavar e guardar as louças e utensílios que utilizar (disponíveis para utilização no Módulo Esportivo mediante termo de empréstimo – Anexo III) e recolher o lixo produzido na cozinha.

Art. 7º. Os valores a título de taxa de aluguel ou taxa de limpeza, serão cobrados antecipadamente, sendo condicionada a liberação das chaves e das dependências à comprovação de pagamento das respectivas taxas.

Art. 8º. Todas as entidades que tiverem o seu requerimento de utilização das dependências do Módulo Esportivo de Saudades deferido, deverão assinar o Termo de Responsabilidade, conforme modelo constante no Anexo II.

CAPÍTULO II – DA UTILIZAÇÃO DO BAR/RESTAURANTE/BOLÃO

Art. 9º. Fazem parte do Bar/Restaurante/Bolão os seguintes itens: mesas, bancos, ventiladores, freezers, cozinha, banheiros, instalação elétrica, churrasqueira, espaço para estacionamento, pranchas de bolão, cancha de bocha, bar.

Parágrafo Único. O espaço físico do Bar/Restaurante/Bolão pode atender até 150 (cento e cinquenta) pessoas.

Art. 10. A utilização do Bar/Restaurante/Bolão está isenta do pagamento de taxas de aluguel e de limpeza, e será concedido o seu uso à terceiro mediante licitação, na modalidade concorrência pública.

Art. 11. É proibido, após as 22h:00min, a utilização de som alto nas dependências internas do Bar/Restaurante/Bolão.

Art. 12. As reservas de almoço e jantas deverão ser feitas com o responsável.

CAPÍTULO III – DA UTILIZAÇÃO DO CAMPO ILUMINADO

Art. 13. As equipes do município que pretenderem utilizar as dependências do Campo Iluminado deverão pagar uma taxa mensal de R\$ 100,00 (cem reais), tendo direito a 03 jogos por mês, salvo as equipes que ajustarem mensalidades anuais.

Art. 14. As reservas para jogos noturnos serão da seguinte forma:

I – Equipes terão no máximo 02 vagas por mês;

II – A ADS-Associação Desportiva Saudades em jogos oficiais;

III – A ADS-Associação Desportiva Saudades em treinos preparatórios;

IV – ADS-Associação Desportiva Saudades em campeonatos que representam os município.

Art. 15. Os requerimentos de utilização das dependências Campo Iluminado deverão ser feitos e protocolados diretamente com o setor de esportes do Município.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. Os danos causados nas dependências do Parque de Exposições Theobaldo Hermes e do Módulo Esportivo de Saudades serão de responsabilidade das entidades que reservaram o espaço, devendo ser devidamente indenizados quando da devolução das chaves.

Art. 17. Em caso de depredação das mesas e bancos de madeira, deverá ser pago uma taxa de:

a) R\$ 100,00 (cem reais) por banco depredado; e

b) R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por mesa depredada.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 33/2016.

Saudades (SC), em 24 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO I

REQUERIMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS PARQUE DE EXPOSIÇÕES THEOBALDO HERMES E DO MÓDULO ESPORTIVO DE SAUDADES

ENTIDADE:

CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:			
BAIRRO:		CIDADE:	
CEP:		FONE:	
RESPONSÁVEL:			
RG:	O.E.:	UF:	CPF:
ENDEREÇO:			
BAIRRO:		CIDADE:	
CEP:		FONE:	
TIPO DE EVENTO:			
DATA:		HORÁRIO INÍCIO:	HORÁRIO FINAL:
INSTALAÇÕES A SEREM UTILIZADAS		ASSINALAR	
SALÃO MÓDULO ESPORTIVO			
BAR/ RESTAURANTE/BOLÃO			
CAMPO ILUMINADO			
QUADRA FUTSAL MÓDULO ESPORTIVO			
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:			

Declaro estar ciente das normas de gestão e de utilização dos locais acima requeridos, conforme dispõe o Decreto n. 70/2019.

Saudades/SC, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Requerente

Protocolo:

ANEXO II

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE USO DAS DEPENDÊNCIAS PARQUE DE EXPOSIÇÕES THEOBALDO HERMES E DO MÓDULO ESPORTIVO DE SAUDADES

Entidade:			
CNPJ:			
Endereço Completo:			
Tipo de Evento:			
Horário Início:		Horário Final:	
Responsável:			
CPF	RG	UF	D.E.:
Endereço Completo:			

Assumimos a responsabilidade sobre todos os bens móveis e imóveis pertencentes à Infraestrutura do Parque de Exposições Theobaldo Hermes e do Módulo Esportivo de Saudades, bem como nos responsabilizamos em consertar qualquer dano parcial ou total e repor as peças danificadas durante o evento, data e horário acima descritos.

Este termo serve como recibo de pagamento da taxa de aluguel e limpeza.

O não cumprimento das normas previstas no Decreto n. 33, de 20 de Abril de 2016 e do previsto neste termo, compromete futuras cedências das dependências do Parque de Exposições Theobaldo Hermes e do Módulo Esportivo de Saudades para a entidade.

Est termo serve de título executivo extrajudicial para cobrança das indenizações devidas, em caso de não cumprimento voluntário por parte da entidade.

Saudades/SC, ____ de _____ de 20__.

Entidade

Setor de Esportes

Testemunha 01

Nome:

CPF:

Testemunha 02

Nome:

CPF:

ANEXO III

TERMO DE EMPRÉSTIMO DE LOUÇAS – MÓDULO ESPORTIVO

MUNICÍPIO DE SAUDADES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Castro Alves, 279, Centro, Saudades/SC, inscrito sob o CNPJ nº. 83.021.881/0001-54, através do presente instrumento AUTORIZA o empréstimo das louças abaixo relacionadas:

Nome da entidade: _____

Quantidade	Especificação

Declaro ter recebido as louças acima em perfeitas condições de uso, comprometendo-me em zelar por elas, fazendo a devolução imediatamente após o uso, nas mesmas condições em que foram emprestadas.

Em caso de avaria das louças ou perdimento, a entidade se responsabiliza em adquirir louças da mesma marca, qualidade e tamanho para reposição, sob pena de caracterizar o inadimplemento e justificar a interposição de demanda judicial.

A entidade afirma ter verificado as louças antes da retirada e declara que estão em perfeitas condições.

Saudades/SC, ____/____/____.

Responsável pelo empréstimo Responsável pelo recebimento

TERMO DE DEVOLUÇÃO	
Devolvido por:	Recebido por:
Data da Devolução ____/____/____.	

DECRETO N. 72, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230332

DECRETO N. 72, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 730, de 29 de janeiro de 1993;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Esportes, pelo período de 07 de Novembro de 2019 até 09 de Novembro de 2021, conforme segue abaixo:

I - CONSELHO ADMINISTRATIVO:

PRESIDENTE	Ederson Both
VICE-PRESIDENTE	Gelson Luiz Girardi
SECRETÁRIA	Solange Schuh
VICE- SECRETÁRIO	Mateus Sehn
TESOUREIRO	Andre Luiz Bach
VICE-TESOUREIRO	Alfeu Jose Schuh

II - CONSELHO TÉCNICO PEDAGÓGICO:

a) Membros Licenciados em Educação Física:

Adriana Nirlei Lang, Alex Griebeler, Alexandre de Oliveira Louruz, André Luiz Back, Caroline Hister, Danieli Mohr, Darci Rauber, Dioli Sczmanski, Evandro Urnau, Franciele Huf, Ismael Wickert, Ivan Carvalho da Rosa, Ivan Carvalho da Rosa Filho, Jaqueline Feldmann Bettanin, Karina Mohr, Leandro Sulzbacher, Lilian Sganzerla, Lucas Pagliarini, Luciano Graciolli, Luiz Carlos Weber, Márcio Rauber, Neuza Inês Back, Raul Wildner, Ricardo Bilibio, Rodrigo Bilibio, Roger Mior, Tanise Cassol, Tarcísio Cassol, Taisa Fernanda Lenhardt.

b) Membros Acadêmicos em Educação Física:

Catiana Bilibio, Inês Jacoby, Raiane Braun, Raul Niederle, Silvan Renz, Suelen Sides.

III - CONSELHO DEPARTAMENTAL:

DEPARTAMENTO DE ÁRBITROS	Celso Mallmann e Michel Vargas
DEPARTAMENTO DE FUTEBOL	Ismael Wickert / Osmundo Jose Schuh
DEPARTAMENTO DE FUTSAL	Leandro Sulzbacher / Roger Ricardo Mior
DEPARTAMENTO DE FUTEBOL SUÍÇO	Guiomar Roberto Klaus / Alison Ivonei Hoss
DEPARTAMENTO DE HANDEBOL	Andressa Sehn / Jardel de Andrade
DEPARTAMENTO DE BOLÃO	Genir Brancher / Lucia Schuh
DEPARTAMENTO DE VOLEIBOL	Vilson Simon / Denise Kroth
DEPARTAMENTO DE BOCHA 48	Ivan Mahle / Roque Kollet
DEPARTAMENTO DE PATINAÇÃO	Marilu Kohls do Amaral / Daniely Mohr
DEPARTAMENTO DE FUTVOLEI	Tarcis Valentin Cassol / Silvan Junior Renz

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 55/2015.

Prefeitura Municipal de Saudades SC, 01 de novembro de 2019.

Daniel Kothe

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na forma da Lei em data supra.

Osmar Prestes

Assessor Geral De Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 453, 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230993

PORTARIA N. 453, 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

"NOMEIA O ASSESSOR JURÍDICO SUBSTITUTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, combinado com o art. 47 e a alínea "c" do inciso I, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

CONSIDERANDO que a titular do cargo, Juliana de Oliveira, encontra-se em licença maternidade;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer as funções do cargo de Assessor Jurídico do Município o Sr. LUCAS JOSIAS ROHR, com lotação no Gabinete de Prefeito, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, nível VII do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 18.11.2019.

Art. 2º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos até o fim da licença maternidade da titular do cargo.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 01 de Novembro de 2019.

OSMAR PRESTES

Prefeito Municipal em Exercício

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.921/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230545

DECRETO Nº 4.921/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Material de Consumo R\$ 35.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 10.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do

Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 6 de Novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.922/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230550

DECRETO Nº 4.922/2019, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

12.02 - DIRETORIA DE TURISMO

12.02.27.695.0008.2.042 - Manutenção das Ações do Turismo

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
12.02 - DIRETORIA DE TURISMO
12.02.27.695.0008.2.042 - Manutenção das Ações do Turismo
3.3.90.37.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Locacao de Mao-de-obra R\$ 5.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 6 de Novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.923/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230555

DECRETO Nº 4.923/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.329,02 (dois mil trezentos e vinte e nove reais e dois centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.05 - SETOR DE SAUDE

04.05.10.301.0013.2.055 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0217 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.329,02

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de Novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.924/2019, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230995

DECRETO Nº 4.924/2019, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.0014.2.057 - Manutenção Convênio Polícia Militar

3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.01.0010 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. R\$ 5.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0010 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

02.01.08.243.0012.2.048 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.08.243.0012.2.048 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas R\$ 3.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 13 de Novembro de 2019.

OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.925/2019, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2231002

DECRETO Nº 4.925/2019, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

12.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

12.01.27.812.0007.2.040 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 5.000,00

12.02 - DIRETORIA DE TURISMO

12.02.27.695.0008.2.042 - Manutenção das Ações do Turismo

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 7.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

12.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

12.01.27.812.0007.2.040 - Manutenção das Atividades Desportivas

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.400,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 2.600,00

12.02 - DIRETORIA DE TURISMO

12.02.27.695.0008.2.042 - Manutenção das Ações do Turismo

3.3.90.31.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Premiacoas Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out R\$ 6.200,00

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 1.300,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 13 de Novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

I ERRATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 02/2019-FMS

Publicação Nº 2229788

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 02/2019-FMS
PROCESSO Nº. 45/2019-FMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Chamada Pública Nº. 02/2019-FMS, visando a contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico (FISIOTERAPIA) do Grupo 03 – Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde, possibilitando continuidade do tratamento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) dos moradores do município de Schroeder, ficando assim determinado:

Leia-se:

I – DO PREÂMBULO:

1.1. O Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA para entidades Privadas, Filantrópicas ou sem Fins Lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no Município de Schroeder/SC.

1.2. Os envelopes de HABILITAÇÃO deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 03 de fevereiro de 2020.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Entrega do envelope até: às 10h45min.

d) Abertura do processo: às 11h.

2.3. O valor máximo estabelecido no(s) contrato(s) a ser pago, dividido entre todos os credenciados, é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) durante o ano de 2020.

III - DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DO ENVELOPE:

(...)

3.4 - O recebimento do envelope da HABILITAÇÃO acontecerá no dia 03 de fevereiro de 2020 às 10h45min, devendo o mesmo ser protocolado, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2.

V – DO PERÍODO DE DURAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA

5.1. O prazo de vigência é 31 de dezembro de 2020, tendo por termo inicial a data de sua publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado para o período de até 60 meses, mediante termo aditivo, conforme a Lei 8.666/93.

X - DO TERMO DE CREDENCIAMENTO E DA PRORROGAÇÃO:

10.1. O Termo de Credenciamento para prestação de serviços entre o Município de Schroeder e as empresas julgadas aptas neste Chamamento Público será firmado até 31 de dezembro de 2020, tendo por termo inicial a data de sua publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, mediante termo aditivo, limitado em 60 meses.

[...]

10.3 Os contratados se obrigam a manter as condições de Chamamento Público até dia 31 de dezembro de 2020.

Schroeder, 18 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ATA PREGÃO PRESENCIAL 88/2019-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 2229635

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 88/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 156/2019 Data do Processo: 25/10/2019
Folha: 1/4	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de fórmulas infantis destinados à alimentação escolar para os Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 171/2019 (Sequência: 1)

Ao(s) 18 de Novembro de 2019, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7916/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 156/2019, Licitação nº 88/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto será paralisado o processo para análise das amostras conforme consta no edital no item 20.1.26 e subitens, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes.

Participante: 11975 - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CEREAL DE ARROZ E AVEIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 230 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	NESTLE	0,0000	4,00	400,00
2	CEREAL DE MILHO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 230 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais, vitaminas e probióticos. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	NESTLE	0,0000	4,00	400,00
3	CEREAL MULTICEREAIS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 180 G. Para alimentação infantil. Ingredientes: farinha de trigo, açúcar, farinhas de arroz, milho, aveia e cevada, extrato de malte, sais minerais e vitaminas. Embalagem íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no órgão competente.	UN	100,00	NESTLE	0,0000	4,00	400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 88/2019 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 156/2019
 Data do Processo: 25/10/2019

Folha: 2/4

Participante: 11975 - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA EM PÓ, ADICIONADA DE PRÉBIÓTICOS, DHA, ARA E NUCLEOTÍDEOS, PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES DE VIDA - GRAMAS. Dentre os ingredientes e informações nutricionais: lactose, proteína do soro de leite, leite desnatado, óleos vegetais, vitaminas e minerais, oligoelementos, óleo de peixe. Perfil de Proteínas: Relação Soro de Leite/Caseína entre 60:40 e 70:30. Perfil de CARBOIDRATOS: 100% lactose. Perfil de LIPÍDIOS/GORDURAS: mínimo 96% de gordura vegetal. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	GRAM	86.400,00	NESTLE	0,0000	0,045	3.888,00
5	COMPOSTO LÁCTEO, ADICIONADO DE PREBIÓTICOS E DHA, INDICADO PARA CRIANÇAS ATÉ OS 5 ANOS DE IDADE - GRAMAS. COM ÓLEOS VEGETAIS E FIBRAS. Dentre os ingredientes e informações nutricionais: leite parcialmente desnatado ou desnatado, lactose, maltodextrina, óleos vegetais, vitaminas e minerais, oligoelementos, óleo de peixe, proteína do soro de leite ou soro de leite desmineralizado. Sem adição de sacarose, frutose e açúcar. NÃO CONTÉM GLÚTEN. NÃO É LEITE EM PÓ. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	GRAM	108.000,00	NESTLE	0,0000	0,04	4.320,00
6	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, ANTIREGURGITAÇÃO, PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO, A PARTIR DO NASCIMENTO - GRAMAS. INDICADO PARA LACTENTES OU DE SEGUIMENTO, COM REFLUXO GASTROESOFÁGICO E REGURGITAÇÃO. COM DHA E ARA. Dentre os ingredientes e informações nutricionais: lactose, leite desnatado, óleos vegetais, vitaminas e minerais, oligoelementos, óleo de peixe. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	GRAM	50.400,00	NESTLE	0,0000	0,048	2.419,20
7	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, SEM LACTOSE, PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO, A PARTIR DO NASCIMENTO - GRAMAS. INDICADO PARA LACTENTES OU DE SEGUIMENTO, COM INTOLERÂNCIA À LACTOSE OU NECESSIDADES ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, COM DIARRÉIA. COM DHA, ARA e NUCLEOTÍDEOS. Dentre os ingredientes e informações nutricionais: maltodextrina, óleos vegetais, caseinato, vitaminas e minerais, oligoelementos. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	GRAM	30.400,00	NESTLE	0,0000	0,08	2.432,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 88/2019 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 156/2019
 Data do Processo: 25/10/2019

Folha: 3/4

Participante: 11975 - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, COM 100% PROTEÍNA PARCIALMENTE HIDROLISADA DO SORO DO LEITE, PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO, A PARTIR DO NASCIMENTO - GRAMAS. INDICADO PARA PREVENÇÃO DE ALERGIAS EM LACTENTES COM HISTÓRICO FAMILIAR DE DOENÇAS ALÉRGICAS. COM PREBIÓTICOS, DHA, ARA e NUCLEOTÍDEOS. Dentre os ingredientes e informações nutricionais: lactose, proteína de soro de leite parcialmente hidrolisada, óleos vegetais, vitaminas, minerais e oligoelementos. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	GRAM	20.000,00	NESTLE	0,0000	0,07	1.400,00
11	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, EM PÓ, À BASE DE PROTEÍNA DE SOJA PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - GRAMAS. PARA LACTENTES COM RESTRIÇÃO À LACTOSE E INTOLERÂNCIA À LACTOSE. Dentre os ingredientes e informações nutricionais: maltodextrina, proteína de soja, óleos vegetais, vitaminas e minerais. Com ácidos graxos essenciais. NÃO CONTÉM LEITE OU PRODUTOS LÁCTEOS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	GRAM	8.000,00	NESTLE	0,0000	0,065	520,00
12	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, EM PÓ, À BASE DE PROTEÍNA DE SOJA PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES - GRAMAS. PARA LACTENTES COM RESTRIÇÃO À LACTOSE E INTOLERÂNCIA À LACTOSE. Dentre os ingredientes e informações nutricionais: maltodextrina, proteína de soja, óleos vegetais, vitaminas e minerais. Com ácidos graxos essenciais. NÃO CONTÉM LEITE OU PRODUTOS LÁCTEOS. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Isenta de partes amassadas, danificadas ou enferrujadas. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	GRAM	8.000,00	NESTLE	0,0000	0,065	520,00

Total do Participante -----> 16.699,20

Total Geral -----> 16.699,20

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 88/2019 - PR
	Processo Administrativo: 156/2019
	Processo de Licitação: 25/10/2019
Folha: 4/4	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 18 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- | | | |
|------------------------------------|---------|-------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Pregoeiro(a) |
| Ivandra de Souza | - | - Equipe de Apoio |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - | - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Equipe de Apoio |
| Natália Kersten Brumuller | - | - Equipe de Apoio |

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- | | | |
|------------------------------|---------|---------------------|
| ALEXANDER VALTANIR VOLTOLINI | - | - Representante |
| Cheila Adriane Klitzke | - | - Setor Solicitante |

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 89/2019-PMS

Publicação Nº 2230407

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2019

Número do Registro de Preços: 75/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos de proteção individual e descartáveis para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofert.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CAPA DE CHUVA IMPERMEÁVEL, COR AMARELA, Confeccionada em tecido PVC forrado, com capuz, manga longa e botões de pressão para fechamento. Proteção contra chuva e respingos de produtos químicos. Tamanhos: P, M, G e GG. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA (10662)	brascamp	0	19,8000	1
2	BOTA DE PVC ANTIDERRAPANTE, PRETA, CANO LONGO. PAR. Composição em PVC especial, facilita a higienização, impede a ação de bactérias e fungo. Com forro. Com aditivos antimicrobianos que eliminam micro-organismos causados pelo suor. Abertura do cano em ângulo que proporciona maior conforto. Biqueira e calcanhar com frisos reforçados que melhoram a segurança e facilitam o descalçar. Design e material que reduzem o impacto no calcanhar dando maior estabilidade em terrenos com inclinação. Impermeável, alta performance física do material. Cano longo. Altura mínima: 30 cm. Tamanhos: 34 a 46. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR	EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)	BRASCAMP	0	19,9000	2
3	BOTA DE PVC ANTIDERRAPANTE, PRETA, CANO LONGO. PAR. Composição em PVC especial, facilita a higienização, impede a ação de bactérias e fungo. Com forro. Com aditivos antimicrobianos que eliminam micro-organismos causados pelo suor. Abertura do cano em ângulo que proporciona maior conforto. Biqueira e calcanhar com frisos reforçados que melhoram a segurança e facilitam o descalçar. Design e material que reduzem o impacto no calcanhar dando maior estabilidade em terrenos com inclinação. Impermeável, alta performance física do material. Cano longo. Altura mínima: 30 cm. Tamanhos: 34 a 46. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR	BONA GENTE COMERCIAL LTDA (10662)	cartom	0	24,4000	1
2	EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)			INNPRO	0	24,4500	2
3	MA STERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA (13905)			INNPRO/CA 3	0	24,5000	3
1	BONA GENTE COMERCIAL LTDA (10662)			cartom	0	27,2000	1
2	EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)			INNPRO	0	27,3000	2
3	MA STERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA (13905)			INNPRO/CA 3	0	27,4500	3

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2019

Número do Registro de Preços: 75/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos de proteção individual e descartáveis para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	BOTINA ATÉ O TORNOZELO, ANTIDERRAPANTE, COM ELÁSTICO LATERAL, COR PRETA, COM SELO CONFORTO-ABNT/IBTEC. PAR. Forro em material não tecido. Com fechamento através de elástico nas laterais. Palmilha de montagem fixada pelo sistema strobel, confeccionada em material não tecido, sem palmilha interna. Solado a base de PU (poliuretano) bidensidade, com sistema de efeito anti-impacto e antiderrapante. Possui biqueira de PVC. Com sistema de absorção de impacto. Sem biqueira de aço. Com elástico lateral. Sem cadarço. Tamanhos: 36 a 46. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR	EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)	CONFORTO	0	63,0000	1
5	SAPATO DE SEGURANÇA, MODELO BLATT, ANTIDERRAPANTE, COM ELÁSTICO LATERAL, COR PRETA, COM SELO CONFORTO-ABNT/IBTEC. PAR. Confeccionado em vaqueta, com palmilha de montagem em material não tecido. Palmilha interna removível em látex, com tecido algodão antirruídos. Solado de PU (poliuretano) bidensidade, antiderrapante, com a primeira camada compacta, envolvendo todo o solado que proporciona maior proteção aos agentes químicos e firmeza ao caminhar. Com sistema de absorção de impacto, barra de rolagem, ângulo de propagação no calcanhar e sistema de giro na região dos metatarsos. Sem biqueira de aço. Com elástico lateral. Sem cadarço. Tamanhos: 34 a 46. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR	EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)	CONFORTO	0	50,0000	1
6	SAPATO DE SEGURANÇA, FEMININO, MODELO BLATT, ANTIDERRAPANTE, COM ELÁSTICO LATERAL, COR BRANCA, COM SELO CONFORTO-ABNT/IBTEC. PAR. Confeccionado em vaqueta, com palmilha de montagem em material não tecido. Palmilha interna removível em látex, com tecido algodão antirruídos. Sola PU (poliuretano), antiderrapante. Com elástico lateral. Sem cadarço. Tamanhos: 33 a 42. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR	EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)	CONFORTO	0	63,0000	1
7	SAPATO DE SEGURANÇA, FEMININO, MODELO BLATT, ANTIDERRAPANTE, COM ELÁSTICO LATERAL, COR PRETA, COM SELO CONFORTO-ABNT/IBTEC. PAR. Confeccionado em vaqueta, com palmilha de montagem em material não tecido. Palmilha interna removível em látex, com tecido algodão antirruídos. Sola PU (poliuretano) antiderrapante. Com elástico lateral. Sem cadarço. Tamanhos: 33 a 42. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR	EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)	CONFORTO	0	56,0000	1
8	LUIVA DE SEGURANÇA, LÁTEX, NATURAL, SANFONADA, CANO LONGO, PAR. Confeccionada em látex natural, reforçada, sem revestimento interno, com superfície externa antiderrapante (na palma e nos dedos), cor natural. Cano longo com detalhe sanfonado e fechamento no antebraço, que evita penetração de líquidos no interior do EPI. Dimensões: 37 cm a 39 cm. Tamanhos: P, M e G. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA (13184)	VOLK	0	5,9000	1
	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA (13905)		VOLK/CA 1510		0	6,9900	2

Página: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2019

Número do Registro de Preços: 75/2019		Data do Registro: 18/11/2019		Válido até: 18/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos de proteção individual e descartáveis para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

9	LUVA NITRILICA, VERDE, COM FORRO. PAR. Confeccionada em borracha nitrilica (sintética) de alta qualidade, com resistência mecânica e química por inersão. Impermeável, forçada com algodão internamente, palma com acabamento alto relevo anti-deslizante, na cor verde. Forma anatômica. Medida: mínimo 28 cm. Tamanhos: P, M, G e XG. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA (13184)	VOLK	0	5,3500	1
10	ÓCULOS DE PROTEÇÃO/SEGURANÇA COM LENTE INTERIÇA. LENTE INCOLOR. Armação em nylon resistente e flexível. Hastes tipo espátula, fixadas por meio de parafusos, com ajuste de comprimento. Lente única, confeccionada em policarbonato acoplada a armação por meio de encaixes, formando conjunto leve, confortável e seguro. Proteção contra raios UVA e UVB. Lentes com tratamento antirrisco, COM TRATAMENTO ANTIEMBAÇANTE. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	PAR	BONA GENTE COMERCIAL LTDA (10662)	kalipso	0	5,8000	1
11	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM CORVIN, IMPERMEÁVEL, COR PRETA. Sem mangas. Fechamento com tiras costuradas, com encaixe de engate rápido de plástico nas laterais e sobre o pescoço, podendo regular o tamanho. Com acabamento em bainha. Sem cadarço para amarrar. Para proteção do usuário contra unidades provenientes de trabalhos/operações com uso de água. Dimensões mínimas: 0,60 (L) x 1,20 (C) m. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	UN	EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)	DANNY	0	5,8300	2
12	AVENTAL DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM CORVIN, IMPERMEÁVEL, COR BRANCA. Sem mangas. Fechamento com tiras costuradas, com encaixe de engate rápido de plástico nas laterais e sobre o pescoço, podendo regular o tamanho. Com acabamento em bainha. Sem cadarço para amarrar. Para proteção do usuário contra unidades provenientes de trabalhos/operações com uso de água. Dimensões mínimas: 0,60 (L) x 1,20 (C) m. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	UN	BONA GENTE COMERCIAL LTDA (10662)	brascamp	0	9,3500	2
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA (10662)	brascamp	0	10,0000	1
			EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)	PLASCOURO	0	19,5000	2

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2019

Número do Registro de Preços: 75/2019 Data do Registro: 18/11/2019 Válido até: 18/11/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos de proteção individual e descartáveis para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	MÁSCARA/RESPIRADOR DESCARTÁVEL, P2VO, COM VÁLVULA. Respirador purificador de ar de segurança, tipo filtro químicos de baixa capacidade, com formato dobrável, com a face externa azul e a interna branca. Possui solda ultrasônica em todo seu perímetro. As laterais possuem saliências em que são costuradas as pontas de dois tirantes elásticos de cor branca. A parte superior externa do respirador possui uma peça de material moldável branco, fixada através de colagem. O respirador possui um dispositivo plástico branco, com uma válvula de exalação, localizado na lateral esquerda. Proteção das vias respiratórias do usuário contra vapores orgânicos até 50 ppm (FBC1), poeiras, névoas e fumos. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	UN	EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)	GRAZIA	0	3,4000	1
14	PROTETOR AUDITIVO, COM CORDÃO. ATENUAÇÃO: 16dB (NRRs). Protetor auditivo de espuma moldável, TIPO INSERÇÃO. Em formato de cone, com a base plana e o topo arredondado. TAMANHO ÚNICO. Apresentar C.A. (Certificado de Aprovação).	UN	EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)	3M	0	1,0000	1
15	PROTETOR SOLAR FPS MÍNIMO 30. FP-UVA 17. Embalagem com 120 a 130 g. Resistente à água. Proteção imediata. Loção emulsificada, com textura leve (Oil Free). Sem dióxido de titânio (sem efeito branco). Com Vitamina E. Dermatologicamente testado. Hipoalergênico. Deve apresentar REGISTRO DA ANVISA e atender a RDC 30.	UN	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA (13905)	HENLAU	0	10,7700	1
16	TOUCA SANFONADA DESCARTÁVEL. Pacote com 100 unidades. Touca confeccionada em TNT, com características hipoalérgicas e atóxicas. Tamanho único.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA (13184)	VABENE	0	6,3500	1
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA (10662)	cosmoderma	0	12,0000	2
			EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)	LUVEX	0	12,0000	3
			EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA (13997)	VOLK	0	6,3800	2
			MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA (13905)	TALGE/CA ISE	0	6,3900	3

Página: 5/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2019

Número do Registro de Preços: 75/2019		Data do Registro: 18/11/2019		Válido até: 18/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos de proteção individual e descartáveis para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BONA GENTE COMERCIAL LTDA (10662)	anadona	0	8,9500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 75/2019

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 75/2019		Data do Registro: 18/11/2019		Válido até: 18/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos de proteção individual e descartáveis para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2019
PROCESSO Nº 157/2019

- (10662) - BONA GENTE COMERCIAL LTDA
- (13184) - BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA
- (13905) - MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA
- (13997) - EQUIPAR PROTECAO INDIVIDUAL LTDA

Schroeder, 18 de Novembro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.100/19**

Publicação Nº 2230058

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 100/2019 - DL**CNPJ: 83.539.676/0001-85
Avenida dos Imigrantes
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.: 102/2019
Data: 13/11/2019**

Folha: 1/2

Fornecedor: NEWCHANG MÁQUINAS DE CONVENIÊNCIAS LTDA

Código: 562

Endereço: RUA DONA FRANCISCA, 4215

Cidade: Joinville - SC

CNPJ: 04.515.001/0001-20

Inscrição Estadual: 254241417

Objeto da Compra: MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ COM MATERIAL APLICADO**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	UN	CONCERTO DE CHAVE ELÉTRICA LIGA/DESLIGA - MAQ DE CAFÉ.
2	1,00	UN	LIMPEZA GERAL DA MÁQUINA DE CAFÉ, (LIMPEZA DOS COMPONENTES ELÉTRICO ELETTRÔNICOS).
3	1,00	UN	BOMBA DE IMERSÃO 24 VOLTS.
4	1,00	UN	MÃO DE OBRA NA MANUTENÇÃO DE MAQ EQUIPAMENTOS.

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

MANUTENÇÃO CORRETIVA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

NEWCHANG MAQUINAS DE CONVENIÊNCIAS LTDA CNPJ 045150001/000120 APRESENTOU A MELHOR PROPOSTA R\$ 350,00.
BARISTA COM MANUT. MAQUINAS EQUIP CNPJ 12372498000100 R\$ 530,00;
DICOFFE MACHINE LTDA CNPJ 131610006000192 R\$ 684,26.

Schroeder, 13 de Novembro de 2019

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras



ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 100/2019 - DL
CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes	Processo Nr.: 102/2019 Data: 13/11/2019	
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Valor da Despesa:

350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Pagamento.....:

A PRAZO

Seara

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019

Publicação Nº 2230251

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2019

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 049/2019

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Daniela de Souza Cezar Gomes Rowe 11522241906, CNPJ nº. 33.105.911/0001-32, estabelecida na Linha Dom Pedro, Seara, SC, neste ato representada pela Sra. Daniela de Souza Cezar Gomes Rowe, brasileira, empresária, RG nº 7.303.174, CPF nº 115.222.419-06, residente e domiciliada em Seara, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10.520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pela Secretaria da Educação, fica acrescido em 25,00% a quantidade licitada do item abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
11	333399609	PEDRAS DE RIO NÃO POLIDAS SACOS DE 20 KG-MARCA ROWER SER	UN	10	2	15,00	30,00
TOTAL R\$							30,00

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 30,00

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 14/11/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Daniela de Souza
Daniela de Souza
Contratada

Cezar Gomes Rowe
Cezar Gomes Rowe 11522241906,

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 088/2019-- PL 202/2019 – ZAGONEL

Publicação Nº 2229775

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 202/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 067/2019

Pregão Presencial nº 088/2019

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Eletro Zagonel Ltda, CNPJ nº 81.365.223/0001-54, estabelecida na Rodovia BR 282, km 576, s/nº, Distrito Industrial, Pinhal Leste, Pinhalzinho, SC, neste ato representada pelo Sr. Roberto Zagonel, brasileiro, casado, empresário, RG nº 1.839.342-0, CPF nº 575.678.759-34, residente e domiciliado na av. São Paulo, 339, 1º andar, centro, Pinhalzinho, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 088/2019, de Registro de Preços, que tem como objeto a seleção de

fornecedores e propostas para aquisição de luminárias públicas de LED para substituição e melhoria na rede de iluminação pública municipal, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 161.520,00, são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 18/11/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/11/2020.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 088/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 18/11/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Roberto Zagonel
Eleto Zagonel Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 104/2019-- PL 240/2019 – HV

Publicação Nº 2229641

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2019

Ata de Registro de Preços nº 066/2019

Pregão Presencial nº 104/2019

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa HV Agência de Viagens e Turismo Ltda, CNPJ nº 06.211.616/0001-98, estabelecida na rua Paraguai, 243, bairro das Nações, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Clodoaldo Verza, brasileiro, casado, empresário, RG nº 2.324.634-0, CPF nº 685.063.339-20, residente e domiciliado na rua Paraguai, 243, bairro das Nações, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 104/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para prestação de serviços de transporte coletivos de passageiros no âmbito intermunicipal e interestadual, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 48.320,00 são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 18/11/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/11/2020.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 104/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 18/11/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Clodoaldo Verza
HV Agência de Viagens e Turismo Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 104/2019-- PL 240/2019 – VITÓRIA

Publicação Nº 2229643

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 240/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2019

Ata de Registro de Preços nº 066/2019

Pregão Presencial nº 104/2019

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa HV Agência de Viagens e Turismo Ltda, CNPJ nº 06.211.616/0001-98, estabelecida na rua Paraguai, 243, bairro das Nações, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Clodoaldo Verza, brasileiro, casado, empresário, RG nº 2.324.634-0, CPF nº 685.063.339-20, residente e domiciliado na rua Paraguai, 243, bairro das Nações, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 104/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para prestação de serviços de transporte coletivos de passageiros no âmbito intermunicipal e interestadual, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Vitória Transportes e Turismo Ltda - Me, CNPJ nº. 14.748.919/0001-72, estabelecida na Avenida Guilherme Scharf, nº 237, Bairro Jardim Eldorado, Palhoça, SC, neste ato representada pelo Sr. Cleiton Eduardo Dias, brasileiro, divorciado, empresário, RG nº 3.958.660, CPF nº 053.526.929-30, residente e domiciliada na rua Vicente Rech, 641, apto. 301, bairro Centro, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 104/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para prestação de serviços de transporte coletivos de passageiros no âmbito intermunicipal e interestadual, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 62.400,00 são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 18/11/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 17/11/2020.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 104/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 18/11/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Cleiton Eduardo Dias
Vitória Transportes e Turismo Ltda - Me
Contratada

DECRETO Nº 1768

Publicação Nº 2231021

DECRETO nº 1768, de 18 de novembro de 2019.

Prorroga prazo para realização de Processo Administrativo de Responsabilidade, instaurado pelo Decreto nº 1718, de 30 de agosto de 2019.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, em atendimento ao disposto no artigo 86 combinado com o artigo 87 e 88 da Lei nº. 8666/1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a realização do Processo Administrativo de Responsabilidade, instaurado pelo DECRETO nº 1718, de 30 de agosto de 2019.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 18 de novembro de 2019.
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 18 de novembro de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

DISPENSA DE LICITAÇÃO 071/2019

Publicação Nº 2229732

Processo Licitatório nº 243/2019 - Dispensa de Licitação nº 071/2019.

Objeto: Aquisição de peças e serviços de mão de obra.

Justificativa: Manutenção do diferencial do caminhão, placas MHS-1522, frota 62, a fim de mantê-lo em funcionamento para dar continuidade aos serviços prestados no interior. A verificação do preço proposto é precedida da análise de 03 orçamentos, o que atesta a compatibilidade com o valor praticado no mercado.

Fundamento Legal: lei n.º 8.666/93, art. 24, II.
Fornecedor: Auto Diesel Mecânica e Transportes Ltda
Valor: R\$ 5.730,00

Seara, SC, 06 de novembro de 2019.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2230165

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Extrato dos Contratos e Convênios do mês de Outubro de 2019.

Contrato nº 203/2019 - Tomada de Preços nº 007/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Santasul Pavimentação e Obras Ltda, CNPJ nº. 23.227.162/0001-62 – Contratada.
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato nº 155/2019 em mais 60 (sessenta) dias, a contar do dia 05/10/2019.
DATA DO CONTRATO: 02/10/2019.

Contrato nº 204/2019 – Dispensa de Licitação nº 067/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Neivaldo Zampronio e Cia Ltda - ME, CNPJ n.º 10.926.473/0001-78 – Contratada.
OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para adequação da rede de energia e iluminação pública em parte da extensão da rodovia SC 283, compreendido no trevo que dá acesso a Nova Teutônia. VALOR: R\$ 4.043,50. PRAZO: 30/12/2019.
DATA DO CONTRATO: 02/10/2019.

Contrato nº 205/2019 – Dispensa de Licitação nº 068/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Neivaldo Zampronio e Cia Ltda - ME, CNPJ n.º 10.926.473/0001-78 – Contratada.
OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para adequação da rede de energia e iluminação pública em parte da extensão da rodovia SC 283, próximo a pousada das Pedras. VALOR: R\$ 5.612,34. PRAZO: 30/12/2019. DATA DO CONTRATO: 02/10/2019.

Contrato nº 206/2019 - Concorrência Pública nº 001/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Ronetran Ltda - EPP, CNPJ nº 00.776.042/0001-19 - Contratado. OBJETO: Reajuste do valor mensal em 3,3817%, conforme a variação do IGP-M dos últimos doze meses. DATA DO CONTRATO: 04/10/2019.

Contrato nº 207/2019 - Tomada de preços nº 006/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Superbid Webservices Ltda, CNPJ nº 04.428.204/0001-89 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a contar de 09/10/2019. DATA DO CONTRATO: 04/10/2019.

Contrato nº 208/2019 – Tomada de Preços nº 016/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Deivys Kunrath ME, CNPJ nº 23.351.128/0001-03 - Contratada. OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil, em regime de empreitada global, (material e mão de obra), para execução da reforma de uma edificação em alvenaria que abrigará a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Seara/SC. VALOR: R\$ 258.986,16. PRAZO: 05 (cinco) meses. DATA DO CONTRATO: 07/10/2019.

Contrato nº 209/2019 - Dispensa de Licitação nº 069/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa José F Nardino, CNPJ nº 00.194.389/0001-53 - Contratada. OBJETO: Fornecimento de serviços de mão de obra, peças/materiais para manutenção do ônibus escolar, placas MLX-4458, frota 81. VALOR: R\$ 6.200,00. PRAZO: 15/11/2019. DATA DO CONTRATO: 07/10/2019.

Contrato nº 210/2019 – Pregão Presencial nº 020/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Nova Teotonia Transportes Ltda, CNPJ nº 14.778.353/0001-21 - Contratada. OBJETO: Acréscimo de 7,0 km/dia do trajeto 10, alterando de 97,5 km para 104,50 km, com efeitos a partir da data de 02/10/2019. DATA DO CONTRATO: 08/10/2019.

Contrato nº 211/2019 – Pregão Presencial nº 002/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Montanha Transportes Ltda - ME, CNPJ nº 01.615.836/0001-63. OBJETO: Acréscimo de 7,0km/dia do trajeto 07, alterando de 61,0 km para 68,0 km, com efeitos a partir da data de 03/10/2019. DATA DO CONTRATO: 08/10/2019.

Contrato nº 212/2019 – Pregão Presencial nº 081/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Sergio Mezzaroba, CNPJ nº 31.348.976/0001-83 - Contratada. OBJETO: Reajuste do valor contratado, conforme variação do INPC em 2,9236%, referente ao período de outubro/2018 a setembro/2019, com efeitos a partir da data de 01/10/2019. DATA DO CONTRATO: 09/10/2019.

Contrato nº 213/2019 – Pregão Presencial nº 081/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Erineu Mocellin Transportes, CNPJ nº 31.348.988/0001-08. OBJETO: Reajuste do valor contratado, conforme variação do INPC em 2,9236%, referente ao período de outubro/2018 a setembro/2019, com efeitos a partir da data de 01/10/2019. DATA DO CONTRATO: 09/10/2019.

Contrato nº 214/2019 – Tomada de Preços nº 018/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa W A Construções e Serviços Ltda, CNPJ nº 27.236.024/0001-09. OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil, em regime de empreitada global, (material e mão de obra), para execução da reforma/ampliação do centro de educação infantil Sete Anões, localizado na rua Dom Pedro, 086, Bairro Industrial, município de Seara/SC. VALOR: R\$ 181.730,00. PRAZO: 06 (seis) meses. DATA DO CONTRATO: 11/10/2019.

Contrato nº 215/2019 - Pregão Presencial nº 049/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa W A Construções e Serviços Ltda, CNPJ nº 27.236.024/0001-09. OBJETO: Reajuste do valor em 3,37%, conforme a variação do IGP-M dos últimos doze meses. DATA DO CONTRATO: 11/10/2019.

Contrato nº 216/2019 - Tomada de Preços nº 004 /2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Auto Posto Mattiello Ltda, CNPJ n.º 08.456.909/0001-60. OBJETO: Decréscimo nos materiais e serviços, ocasionando diminuição no valor do contrato em R\$ 7.941,17 (sete mil, novecentos e quarenta e um reais e dezesseite centavos). DATA DO CONTRATO: 14/10/2019.

Contrato nº 217/2019 - Dispensa de Licitação nº 070/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Sergio Augusto Basse - ME, CNPJ nº. 02.630.482/0001-99. OBJETO: Fornecimento de serviços de mão de obra, peças/materiais para manutenção do ônibus da Secretaria da Agricultura, placas MID-5188, frota 15. VALOR: R\$ 12.646,00. PRAZO: 30/11/2019. DATA DO CONTRATO: 18/10/2019.

Contrato nº 218/2019 - Concorrência Pública nº 002/2018.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Robson Vanderlei dos Santos, CNPJ nº 30.981.139/0001-24 - Contratada. OBJETO: Reajuste do valor da concessão em 2,9236%, conforme a variação do INPC do período de outubro de 2018 a setembro de 2019. DATA DO CONTRATO: 18/10/2019.

Contrato nº 219/2019 – Tomada de Preços nº 010/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Kopav Pavimentação e Construção Ltda, CNPJ nº 31.659.735/0001-55 - Contratada. OBJETO: Acréscimo nos serviços, ocasionando aumento no valor do contrato em R\$ 8.997,47. DATA DO CONTRATO: 21/10/2019.

Contrato nº 220/2019 - Dispensa de Licitação nº 026/2016.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e de outro lado, o Sr. Danillo Buratto, CPF n.º 093.964.209-30 – Locatário. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses a contar de 01/11/2019. DATA DO CONTRATO: 23/10/2019.

Contrato nº 221/2019 - Dispensa de Licitação nº 040/2017.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e de outro lado, a empresa Valdir da Silva Guinchos - ME, CNPJ nº. 85.375.533/0001-00 – Locatário. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses a contar de 01/11/2019. DATA DO CONTRATO: 25/10/2019.

Contrato nº 222/2019 – Tomada de Preços nº 006/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Pavoeste Pavimentações Ltda, CNPJ nº 30.953.961/0001-81 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato nº 121/2019 em mais 30 (trinta) dias, a contar do dia 28/10/2019. DATA DO CONTRATO: 25/10/2019.

Contrato nº 223/2019 - Pregão Presencial nº 020/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Nova Teotonia Transportes Ltda, CNPJ nº 14.778.353/0001-21. OBJETO: Acréscimo de 3,5 km/dia do trajeto 10, alterando de 104,5 km para 108,00 km, com efeitos a partir da data de 22/10/2019. DATA DO CONTRATO: 29/10/2019.

CONVÊNIOS

Termo de Autorização de Uso de Bem Imóvel nº 01/2019

PARTES: O Município de Seara, e a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Ipiranga CNPJ nº 78.479.094/0001-10. OBJETO: Cede gratuitamente o uso do Imóvel Centro de Multiuso da Agricultura Familiar, com efeito, a partir da data de 30/10/2019.

Seara, SC, 07 de novembro de 2019.

Taís Cristina Dreon
Departamento de Licitações

PORTARIAS Nº 480/2019 A 482/2019

Publicação Nº 2230472

Portaria nº. 480/2019. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal e considerando que a servidora titular da vaga, Luana Maria da Costa, permanece em benefício previdenciário, resolve,

Prorrogar, O prazo de vigência da Portaria nº. 452/2019, que contrata Andreia Fuhr, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, nível Ensino Superior, classe inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, com a disciplina de Educação Física, na Escola Núcleo Rosina Nardi, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, no período de 26 de novembro a 19 de dezembro de 2019.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 18 de novembro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 18 de novembro de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 481/2019. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso X do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, resolve,
Prorrogar, O prazo de vigência da Portaria nº. 494/2018, que contrata Claudia Fagundes, em caráter temporário, para exercer a função de Agente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Anexo I – Grupo “A” - Serviços Administrativos, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 57, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, para atender serviços essenciais e emergenciais do município, no período de 19 de novembro de 2019 a 18 de novembro de 2020.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 18 de novembro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 18 de novembro de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 482/2019. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Conceder, Ao servidor Arival Cruz do Nascimento, matrícula 155301, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 12 a 26 de novembro de 2019, mediante remuneração pelo município e a partir de 27 de novembro de 2019, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 18 de novembro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 18 de novembro de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 249/2019

Publicação Nº 2229736

Processo Licitatório nº 249/2019 - Dispensa de Licitação nº 072/2019.

Objeto: Aquisição de materiais e serviços de mão de obra.

Justificativa: Manutenção do veículo Ford Ranger, placas MBC-1825, frota 72, a fim de mantê-lo em funcionamento para dar continuidade aos serviços prestados pela Secretaria do Interior. A verificação do preço proposto é precedida da análise de 03 orçamentos, o que atesta a compatibilidade com o valor praticado no mercado.

Fundamento Legal: lei n.º 8.666/93, art. 24, II.

Fornecedor: Osni Franceschini – ME

Valor: R\$ 13.662,00

Seara, SC, 18 de novembro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 088/2019-- PL 202/2019 – ZAGONEL

Publicação Nº 2229778

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 202/2019 Licitação: 88/2019 - PR Data da Homologação: 18/11/2019									
Fornecedor: 12743 - ELETRO ZAGONEL LTDA									
1	433408500	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 150W, FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,98; DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL DE CORRENTE MENOR OU IGUAL A 10%, ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC) MAIOR OU IGUAL A 70, PROTETOR CONTRA SURTOS DE 10KV/10KA, GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA POEIRA E UMIDADE MÍNIMO IP-66 DO PRODUTO, PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS MECÂNICOS MÍNIMO IK08, FLUXO LUMINOSO EFETIVO MAIOR OU IGUAL A 20.000LM, SISTEMA INTEGRADO AO CORPO DA LUMINÁRIA PARA ACIONAMENTO E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO EM FUNÇÃO DA LUMINOSIDADE AMBIENTE OU BASE E RELE FOTO CONTROLADOR CONFORME NBR 5123 - RELE FOTOELÉTRICO; ESTRUTURA EM ALUMÍNIO INJETADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SISTEMA DE FIXAÇÃO PARA BRACOS DE 48MM A 60MM, LED COM VIDA ÚTIL IGUAL OU SUPERIOR A 50.000HS (L70) SISTEMA DE ATERRAMENTO; TEMPERATURA MÉDIA DE COR DE 5000K; A LUMINÁRIA DEVERÁ CONTER UM DRIVER (FONTE CHAVEADA) CLASSIFICAÇÃO APARELHO DE ILUMINAÇÃO LED INDUSTRIAL EM ALUMÍNIO, COM SUPORTE PARA FIXAÇÃO; POTÊNCIA NOMINAL DE 150W; FLUXO LUMINOSO EFETIVO DE 15.900 LM; FLUXO LUMINOSO DO LED 23.071 LM; TEMPERATURA DA COR 6.500K; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 100-250V; VIDA ÚTIL DO LED 50.000HS; GARANTIA 3 ANOS	ZAGONEL	UN	210,000	0,0000	707,0000	148.470,00	Venceu
2	333401045		ZAGONEL	UN	30,000	0,0000	435,0000	13.050,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					240,000			161.520,00	

Seara, 18 de Novembro de 2019.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 104/2019-- PL 240/2019 – HV

Publicação Nº 2229644

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 240/2019 Fornecedor: 11962			Licitação: 104/2019 - PR - HV AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME			Data da Homologação: 18/11/2019			
3	72700	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COM ÔNIBUS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL	HV VIAGENS	KM	8.000,000	0,0000	6,0400	48.320,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					8.000,000			48.320,00	

Seara, 18 de Novembro de 2019.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 104/2019-- PL 240/2019 – VITÓRIA

Publicação Nº 2229645

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 240/2019 Licitação: 104/2019 - PR Data da Homologação: 18/11/2019									
Fornecedor: 11994 - VITORIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME									
1	72702	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COM VAN INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL		KM	8.000,000	0,0000	3,5500	28.400,00	Venceu
2	72701	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COM MICRO-ÔNIBUS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL.		KM	8.000,000	0,0000	4,2500	34.000,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								62.400,00	

Seara, 18 de Novembro de 2019.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 203/2019 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230603

DECRETO Nº 203/2019, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA – SC”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei nº 1.135/2019 de 13 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Exercício 2019 do Município de Serra Alta – SC (Lei 1.119 de 05 de dezembro de 2018) crédito adicional suplementar no valor de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais), para a inclusão nos seguintes programas:

ENTIDADE 2: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Saúde

Projeto/Atividade: 2.600 – Atenção a Saúde Preventiva

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0002 – Receitas de Impostos e Transferências R\$ 160.000,00

Dotação: 2

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0002 – Receitas de Impostos e Transferências R\$ 150.000,00

Dotação: 6

Natureza da Despesa: 3.3.93.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos

Fonte: 0.1.0002 – Receitas de Impostos e Transferências R\$ 120.000,00

Dotação: 9

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 430.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais) serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

ENTIDADE 1 – PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de Finanças

Projeto/Atividade: 0.401 – Encargos Gerais do Município

Natureza da Despesa: 3.2.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recurso Ordinário R\$ 75.000,00

Dotação: 21

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recurso Ordinário R\$ 25.000,00

Dotação: 22

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 1.012 – Ampliação da Creche Municipal

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 – Receitas de Impostos e Transferências R\$ 100.000,00

Dotação: 27

Projeto/Atividade: 2.502 – Manutenção da Creche

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 – Receitas de Impostos e Transferências R\$ 100.000,00

Dotação: 45

Projeto/Atividade: 2.505 – Educação Especial

Natureza da Despesa: 3.3.50.00 – Transferência a Instituições Privadas

Fonte: 0.1.0000 – Recurso Ordinário R\$ 20.000,00

Dotação: 52

Projeto/Atividade: 1.015 – Reforma e Construção de Centros Esportivos e Vestiários
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.0000 – Recurso OrdinárioR\$ 70.000,00
Dotação: 58

Projeto/Atividade: 2.507 – Esporte, Formação e Lazer
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.0000 – Recurso OrdinárioR\$ 40.000,00
Dotação: 60

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 13 de novembro de 2019.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 204/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230312

DECRETO Nº. 204/2019 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

“INSTITUI E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 006/2019 DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo art. 40, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a comissão de acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo nº 006/2019, designando os seguintes membros para sua composição:

GABRIELI ARBARA MASSONI - Fiscal
KATIANA DE SOUZA - Fiscal
LUCIMAR FERREIRA DE SOUZA – Fiscal
DIANA DEVENS- Fiscal
LUIZ NICOLLI – Fiscal do Corredor
SILVANE SENHOR - suplente

Art. 2º. Os membros designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo nº 006/2019.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando às demais disposições em contrários.

Serra Alta/SC, 18 de novembro de 2019.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 1.135 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230609

LEI MUNICIPAL Nº 1.135, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA – SC"

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Serra Alta – SC (Lei 1.119 de 05/12/2018) crédito adicional suplementar no valor de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais), para a inclusão nos seguintes programas:

ENTIDADE 2: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Saúde

Projeto/Atividade: 2.600 – Atenção a Saúde Preventiva

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0002 – Receitas de Impostos e Transferências R\$ 160.000,00

Dotação: 2

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0002 – Receitas de Impostos e Transferências R\$ 150.000,00

Dotação: 6

Natureza da Despesa: 3.3.93.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos

Fonte: 0.1.0002 – Receitas de Impostos e Transferências R\$ 120.000,00

Dotação: 9

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 430.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais) serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

ENTIDADE 1 – PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de Finanças

Projeto/Atividade: 0.401 – Encargos Gerais do Município

Natureza da Despesa: 3.2.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recurso Ordinário R\$ 75.000,00

Dotação: 21

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recurso Ordinário R\$ 25.000,00

Dotação: 22

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 1.012 – Ampliação da Creche Municipal

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 – Receitas de Impostos e Transferências R\$ 100.000,00

Dotação: 27

Projeto/Atividade: 2.502 – Manutenção da Creche

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 – Receitas de Impostos e Transferências R\$ 100.000,00

Dotação: 45

Projeto/Atividade: 2.505 – Educação Especial

Natureza da Despesa: 3.3.50.00 – Transferência a Instituições Privadas

Fonte: 0.1.0000 – Recurso Ordinário R\$ 20.000,00

Dotação: 52

Projeto/Atividade: 1.015 – Reforma e Construção de Centros Esportivos e Vestiários

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recurso Ordinário R\$ 70.000,00

Dotação: 58

Projeto/Atividade: 2.507 – Esporte, Formação e Lazer

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recurso OrdinárioR\$ 40.000,00

Dotação: 60

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 13 de novembro de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário Municipal de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019

Publicação Nº 2230430

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 03/2019

O Município de Siderópolis, torna público que se encontra autorizada a realização do CHAMAMENTO PÚBLICO sob o nº 03/2019, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, e considerando a Lei 3.307, de 19 de dezembro de 2013 e Lei 3.122 de 01 de julho de 2013, e demais resoluções e legislações, para seleção de projetos com a finalidade de realizar projetos na área de Educação e Esporte como escolinhas nas mais diversas modalidades e que estejam em consonância com os termos do Edital.

Local para a inscrição/entrega dos envelopes: Para efetivar a inscrição, as associações interessadas deverão entregar os dois envelopes com toda a documentação exigida no edital, até o dia 19/12/2019, na Secretaria Municipal de Administração Municipal no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis junto à COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS, no endereço Rua Presidente Dutra, nº 01, Centro, Siderópolis – SC.

Da Obtenção do Edital: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada dos interessados na sala da Secretaria de Administração, localizada no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis, e no site www.sideropolis.sc.gov.br.

Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis (endereço acima mencionado), Telefone: (48)34358900

Siderópolis, 18 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019

Publicação Nº 2230434

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 04/2019

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que se encontra autorizada a realização do CHAMAMENTO PÚBLICO sob o nº 04/2019, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, e considerando a Lei 3.307, de 19 de dezembro de 2013 e Lei 3.122 de 01 de julho de 2013, e demais resoluções e legislações, para seleção de projetos com a finalidade de realizar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para 218 idosos, suas famílias e comunidade nos territórios de vulnerabilidade social da cidade de Siderópolis, seguindo o que estabelece a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e que estejam em consonância com os termos do Edital.

Local para inscrição/entrega dos envelopes: Para efetivar a inscrição, as associações interessadas deverão entregar os dois envelopes com toda a documentação exigida no edital, até o dia 19/12/2019, na Secretaria Municipal de Administração Municipal no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis junto à COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS, no endereço Rua Presidente Dutra, nº 01, Centro, Siderópolis – SC.

Da Obtenção do Edital: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada dos interessados na sala da Secretaria de Administração, localizada no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis, e no site www.sideropolis.sc.gov.br.

Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis (endereço acima mencionado), Telefone: (48)34358900

Siderópolis, 18 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2019

Publicação Nº 2230438

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 05/2019

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que se encontra autorizada a realização do CHAMAMENTO PÚBLICO sob o nº 05/2019, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, e considerando a Lei 3.307, de 19 de dezembro de 2013 e Lei 3.122 de 01 de julho de 2013, e demais resoluções e legislações, para seleção de projetos com a finalidade de realizar o Serviço de Convivência, Capacitação e Inserção do Mercado de Trabalho e que estejam em consonância com os termos do Edital.

Local para inscrição/entrega dos envelopes: Para efetivar a inscrição, as associações interessadas deverão entregar os dois envelopes com

toda a documentação exigida no edital, até o dia 19/12/2019, na Secretaria Municipal de Administração Municipal no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis junto à COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS, no endereço Rua Presidente Dutra, nº 01, Centro, Siderópolis – SC.

Da Obtenção do Edital: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada dos interessados na sala da Secretaria de Administração, localizada no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis, e no site www.sideropolis.sc.gov.br.

Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis (endereço acima mencionado), Telefone: (48)34358900

Siderópolis, 18 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2019

Publicação Nº 2230440

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 06/2019

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Assistência Social torna público que se encontra autorizada a realização do CHAMAMENTO PÚBLICO sob o nº 06/2019, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações para atendimento de duas crianças em regime de abrigo provisório, conforme previsto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, em consonância com os termos do Edital.

Local par a inscrição/entrega dos envelopes: Para efetivar a inscrição, as associações interessadas deverão entregar os dois envelopes com toda a documentação exigida no edital, até o dia 19/12/2019, na Secretaria Municipal de Administração Municipal no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis junto à COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS, no endereço Rua Presidente Dutra, nº 01, Centro, Siderópolis – SC.

Da Obtenção do Edital: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada dos interessados na sala da Secretaria de Administração, localizada no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis, e no site www.sideropolis.sc.gov.br.

Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis (endereço acima mencionado), Telefone: (48)34358900

Siderópolis, 18 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2019

Publicação Nº 2230443

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 07/2019

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.270.545/0001-34 torna público que se encontra autorizada a realização do CHAMAMENTO PÚBLICO sob o nº 07/2019, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, e considerando a Lei 3.307, de 19 de dezembro de 2013 e Lei 3.122 de 01 de julho de 2013, e demais resoluções e legislações, para seleção de projetos a serem realizados no Município de Siderópolis, com a finalidade desenvolver Projetos Educativos, para sensibilizar, informar e conscientizar a população em geral, através de panfletos, informativos, eventos, mídia, redes sociais a respeito de Exercício de guarda (Posse), importância da castração para a saúde do animal, prevenção e controle de zoonoses, Prevenção e combate aos crimes de abandono e maus tratos contra animais, oportunizando programas de castração massiva de animais de rua e de animais domiciliados junto às famílias de baixa renda, bem como organizar junto à comunidade e voluntários independentes feiras ao ar livre para doações de animais abandonados no município, que estejam em consonância com os termos do Edital.

Local para inscrição/entrega dos envelopes: Para efetivar a inscrição, as associações interessadas deverão entregar os dois envelopes com toda a documentação exigida no edital, até o dia 19/12/2019, na Secretaria Municipal de Administração Municipal no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis junto à COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS, no endereço Rua Presidente Dutra, nº 01, Centro, Siderópolis – SC.

Da Obtenção do Edital: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada dos interessados na sala da Secretaria de Administração, localizada no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis, e no site www.sideropolis.sc.gov.br.

Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis (endereço acima mencionado), Telefone: (48)34358900

Siderópolis, 18 de novembro de 2019.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2019

Publicação Nº 2230444

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 08/2019

O Município de Siderópolis, CNPJ nº 82.929.407/0001-62, torna público que se encontra autorizada a realização do CHAMAMENTO PÚBLICO sob o nº 08/9, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, e considerando a Lei 3.307, de 19 de dezembro de 2013 e Lei 3.122 de 01 de julho de 2013, e demais resoluções e legislações, para seleção de projetos a serem realizados no Município de Siderópolis, com a finalidade de promover o fortalecimento da agricultura familiar no município de Siderópolis, destacando a importância da agricultura na economia do município de Siderópolis, promovendo assim a legalização de produtos, evidenciando o retorno econômico para o Município, incentivando a permanência do agricultor no campo custeando serviços administrativos e contábeis, que estejam em consonância com os termos do Edital.

Local para inscrição/entrega dos envelopes: Para efetivar a inscrição, as associações interessadas deverão entregar os dois envelopes com toda a documentação exigida no edital, até o dia 19/12/2019, na Secretaria Municipal de Administração Municipal no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis junto à COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS, no endereço Rua Presidente Dutra, nº 01, Centro, Siderópolis – SC.

Da Obtenção do Edital: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada dos interessados na sala da Secretaria de Administração, localizada no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis, e no site www.sideropolis.sc.gov.br.

Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS no Prédio da Prefeitura Municipal de Siderópolis (endereço acima mencionado), Telefone: (48)34358900.

Siderópolis, 18 de novembro de 2019.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019

Publicação Nº 2230445

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019**

O Município de Siderópolis resolve tornar público o presente edital.

CAPÍTULO I**DO OBJETO**

Seleção de projetos com a finalidade de realizar projetos na área de Educação e Esporte como escolinhas nas mais diversas modalidades e que estejam em consonância com os termos do Edital.

CAPÍTULO II**DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS**

Poderão inscrever-se para pleitear recursos da Prefeitura Municipal de Siderópolis, serviços, programas de organizações da sociedade civil de interesse público, organizações da sociedade civil, serviços sociais autônomos e programas governamentais que se inscrevam antes do término desse edital.

Serão admitidas exclusivamente propostas apresentadas por concorrentes sediados no Município de Siderópolis, com a devida comprovação, conforme assegura o art. 24, § 2º, I, da Lei 13.019/2014.

As ações das organizações devem prever o desenvolvimento de serviços, programas e projetos de acolhimento, convivência e socialização das famílias e indivíduos que se encontram em diferentes condições de vulnerabilidade, garantindo a proteção social, básica e especial. Conforme a identificação das demandas e situações apresentadas.

As organizações deverão ainda cumprir os requisitos abaixo especificados:

- a) Desenvolvimento integral do indivíduo, trabalhando a inclusão e a socialização comunitária através do esporte e cultura;
- b) Incentivo à prática de esporte e cultura em complementação à atividade escolar no Município de Siderópolis;
- c) Divulgação do Município através das escolinhas;
- d) Garantir a responsabilidade social nos núcleos de escolinhas proporcionando a formação de futuros atletas e cidadãos;
- e) Incentivar a prática desportiva e cultural e o prazer da competição saudável entre as crianças, adolescentes e idosos, além de proporcionar a inclusão social dos mesmos;
- f) Desenvolver as modalidades de Futsal, Futebol, Voleibol, Jiu-jitsu, coral, aulas de violão, Karatê, Tênis de mesa, dança e caminhadas orientadas para a melhor idade.

CAPÍTULO III**DA INSCRIÇÃO**

Todas as informações pertinentes ao ato de inscrição de projetos estarão disponíveis por meio de plataforma digital no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Siderópolis, www.sideropolis.sc.gov.br.

A inscrição dos Projetos será efetuada mediante apresentação das seguintes informações:

- a) Indicação das diretrizes e premissas dos projetos que orientem sua elaboração com vistas ao atendimento do interesse público;
- b) Identificação do subscritor da Proposta;
- c) Descrição do projeto com os objetivos a serem atingidos;
- d) Apresentação do Plano de Trabalho, detalhando as atividades que pretende realizar, faixa etária dos participantes, profissionais que executarão com os dias e horários de atendimento de cada um. Ainda deverá constar planilha de todos os custos para a execução do Projeto, inclusive de recursos humanos, com quantidade hora que cada profissional executará.
- e) Detalhamento das atividades, considerando o objeto do projeto definido, inclusive com apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para entrega da prestação de conta.
- f) Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- g) Forma de execução das atividades ou projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- h) Formas de monitoramento e avaliação para aferição do cumprimento das metas.

CAPÍTULO V

DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

A inscrição dos projetos será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:

1 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público:

- a) Atestado de funcionamento da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- b) Estatuto de constituição da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- c) Ata de eleição de sua atual diretoria;
- d) Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- e) Declaração de Isenção de Imposto de renda;
- f) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuinte – CNPJ;
- g) Requerimento;
- h) Folha de rosto;
- i) Plano de trabalho;
- j) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria;
- k) Prestação de contas;

2 – Organizações da Sociedade Civil:

- a) Plano de Trabalho, contendo as especificações do artigo 22 da Lei 13.019/2014;
- b) Estatuto de constituição da Organização da Sociedade Civil;
- c) Atestado de funcionamento da Organização da Sociedade Civil;
- d) Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e dívida ativa;
- e) Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil;
- f) Cópia da ata de eleição do quadro de dirigente atual;
- g) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de cada um deles;
- h) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuintes/ CNPJ;
- i) Requerimento;
- j) Folha de rosto;
- k) Plano de Trabalho;
- l) Descrição Técnica do Projeto;
- m) Planilha de Orçamento;
- n) Declaração de Compromisso com a divulgação da parceria;
- o) Prestação de Contas.

3- Serviços sociais autônomos e programas governamentais:

- a) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuintes/CNPJ
- b) Requerimento;
- c) Folha de rosto;
- d) Plano de Trabalho;
- e) Descrição Técnica do Projeto;
- f) Planilha de Orçamento;
- g) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria;
- h) Prestação de Contas.

Os documentos deverão ser entregues em cópia física, devidamente identificada e assinada pelo responsável legal da entidade, além de serem protocolados na Secretaria de Administração, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17 horas, de segunda à sexta feira, sito a Rua Presidente Dutra, nº 01, Centro, Siderópolis – SC até o dia 19/12/2019, em envelopes fechados identificados conforme modelo abaixo:

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

COMISSÃO DE SELEÇÃO

ENTIDADE: _____

CNPJ: _____

NOME DO PROJETO: _____

Os Projetos que não apresentarem os documentos elencados neste edital serão inabilitados.

Caso o Projeto apresentado pela entidade exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, estes deverão ser assinados pelo respectivo responsável (Nutricionista, Fonoaudiólogo, entre outros) com apresentação de cópia do respectivo registro no Conselho de Classe.

CLÁUSULA V

DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Os participantes que desejarem recorrer deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação do ato impugnado. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

Os recursos deverão ser entregues em envelope fechado com os argumentos da entidade, na Secretaria de Administração, no endereço acima descrito, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos se houver.

CLÁUSULA VI

ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Havendo recursos, a Comissão de Seleção de Projetos os analisará.

Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias a contar do seu recebimento, ou manifestar a decisão final no mesmo prazo, devendo a decisão ser devidamente motivada, explícita, clara e congruente. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

Na contagem dos prazos, exclui-se o dia de início e inclui-se o do vencimento.

DO REPASSE DO RECURSO

O repasse se dará durante a aplicação do projetos, após monitoramento de cumprimento de metas e prestação de contas.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas se dará em conformidade com o estabelecido pela Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA VII

O calendário obedecerá as seguintes etapas:

ETAPA	DATA
1 - Publicação do Edital no site Oficial do Município e Diário Oficial dos Municípios	19/11/2019
2 – Prazo para entrega de Projetos na Secretaria de Administração.	19/11/9A 19/12/2019
3 – Análise de Projetos pela Comissão de Seleção.	19/12/2019
4 – Publicação do Resultado Preliminar dos Projetos apresentados no site do Município.	20/11/2019
5 – Prazo para recursos	21/12/2019 a 27/12/2019
6 – Análise dos Recursos pela Comissão de Seleção	28/12/2019
7 – Publicação da análise dos recursos e Resultado Final	30/12/2019

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A realização do procedimento de Manifestação de Interesse social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração.

A realização do procedimento de manifestação de Interesse social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para celebração de parceria.

A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede o interessado de participar no eventual chamamento público subsequente.

A comissão de seleção resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Siderópolis (SC), 19 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Renata Pagani Ramos
Presidente da Comissão

Samira Barg Fontanela
Secretária da Comissão

Simone Luzia Gonçalves Carminatti
Membro da Comissão

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019

Publicação Nº 2230446

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019

O Município de Siderópolis por meio do Fundo Municipal de Assistência Social resolve tornar público o presente edital.

CAPÍTULO I DO OBJETO

Realizar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para 218 idosos, suas famílias e comunidade nos territórios de vulnerabilidade social da cidade de Siderópolis, seguindo o que estabelece a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

CAPÍTULO II DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Poderão inscrever-se para pleitear recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, serviços, programas de organizações da sociedade civil de interesse público, organizações da sociedade civil, serviços sociais autônomos e programas governamentais que se inscrevam antes do término desse edital.

Os projetos apresentados deverão atender aos idosos do Município de Siderópolis, estarem em conformidade com a legislação pertinente a este edital em especial a Lei nº 13.019/2014, prevendo a aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com os seguintes requisitos:

- a) Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo;
- b) Assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária;
- c) Detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida;
- d) Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades para novos projetos de vida, propiciar sua formação cidadã e detectar necessidades e motivações, habilidades e talentos;
- e) Oportunizar a participação em eventos culturais e esportivos.
- f) Promover o pertencimento social conscientizando sobre ética, relação de gênero, deficiências, etnia, mundo do trabalho, dentre outras;
- g) Prevenir situações de risco social, fortalecendo vínculos familiares e comunitários.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO

Todas as informações pertinentes ao ato de inscrição de projetos, bem como modelos para preenchimento dos anexos estarão disponíveis por meio de plataforma digital no site oficial da Prefeitura Municipal de Siderópolis, www.sideropolis.sc.gov.br.

A inscrição dos Projetos será efetuada mediante apresentação das seguintes informações:

- a) Indicação das diretrizes e premissas dos projetos que orientem sua elaboração com vistas ao atendimento do interesse público;
- b) Identificação do subscritor da Proposta;
- c) Descrição do projeto com os objetivos a serem atingidos;
- d) Apresentação do Plano de Trabalho, detalhando as atividades que pretende realizar, faixa etária dos participantes, profissionais que executarão com os dias e horários de atendimento de cada um. Ainda deverá constar planilha de todos os custos para a execução do Projeto, inclusive de recursos humanos, com quantidade hora que cada profissional executará.
- e) Detalhamento das atividades, considerando o objeto do projeto definido, inclusive com apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para entrega da prestação de conta.
- f) Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- g) Forma de execução das atividades ou projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- h) Formas de monitoramento e avaliação para aferição do cumprimento das metas.

CAPÍTULO V DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

A inscrição dos projetos será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:

1 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público:

- a) Atestado de funcionamento da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- b) Estatuto de constituição da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- c) Ata de eleição de sua atual diretoria;
- d) Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- e) Declaração de Isenção de Imposto de renda;
- f) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuinte – CNPJ;
- g) Requerimento;
- h) Folha de rosto;

- i) Plano de trabalho;
- j) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria;
- k) Prestação de contas;

2 – Organizações da Sociedade Civil:

- a) Plano de Trabalho, contendo as especificações do artigo 22 da Lei 13.019/2014;
- b) Estatuto de constituição da Organização da Sociedade Civil;
- c) Atestado de funcionamento da Organização da Sociedade Civil;
- d) Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e dívida ativa;
- e) Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil;
- f) Cópia da ata de eleição do quadro de dirigente atual;
- g) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de cada um deles;
- h) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuintes/ CNPJ;
- i) Requerimento;
- j) Folha de rosto;
- k) Plano de Trabalho;
- l) Descrição Técnica do Projeto;
- m) Planilha de Orçamento;
- n) Declaração de Compromisso com a divulgação da parceria;
- o) Prestação de Contas.

3- Serviços sociais autônomos e programas governamentais:

- a) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuintes/CNPJ
- b) Requerimento;
- c) Folha de rosto;
- d) Plano de Trabalho;
- e) Descrição Técnica do Projeto;
- f) Planilha de Orçamento;
- g) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria;
- h) Prestação de Contas.

Os documentos deverão ser entregues em cópia física, devidamente identificada e assinada pelo responsável legal da entidade, além de serem protocolados na Secretaria de Administração, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17 horas, de segunda à sexta feira, sito a Rua Presidente Dutra, nº 01, Centro, Siderópolis – SC, em envelopes fechados identificados conforme modelo abaixo:

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMISSÃO DE SELEÇÃO

ENTIDADE: _____

CNPJ: _____

NOME DO PROJETO: _____

Os Projetos que não apresentarem os documentos elencados neste edital serão inabilitados.

Caso o Projeto apresentado pela entidade exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, estes deverão ser assinados pelo respectivo responsável (Nutricionista, Fonoaudiólogo, entre outros) com apresentação de cópia do respectivo registro no Conselho de Classe.

CLÁUSULA V

DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Os participantes que desejarem recorrer deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação do ato impugnado. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

Os recursos deverão ser entregues em envelope fechado com os argumentos da entidade, na Secretaria de Administração, no endereço acima descrito, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos se houver.

CLÁUSULA VI

ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Havendo recursos, a Comissão de Seleção de Projetos os analisará.

Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do seu recebimento, ou manifestar a decisão final no mesmo prazo, devendo a decisão ser devidamente motivada, explícita, clara e congruente. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

Na contagem dos prazos, exclui-se o dia de início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

DO REPASSE DO RECURSO

O repasse se dará durante a aplicação do projetos, após monitoramento de cumprimento de metas e prestação de contas.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas se dará em conformidade com o estabelecido pela Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA VII

O calendário obedecerá as seguintes etapas:

ETAPA	DATA
1 - Publicação do Edital no sitio Oficial do Município e Diário Oficial dos Municípios	19/11/2019
2 – Prazo para entrega de Projetos na Secretaria de Administração.	19/11/9A 19/12/2019
3 – Análise de Projetos pela Comissão de Seleção.	19/12/2019
4 – Publicação do Resultado Preliminar dos Projetos apresentados no site do Município.	20/11/2019
5 – Prazo para recursos	21/12/2019 a 27/12/2019
6 – Análise dos Recursos pela Comissão de Seleção	28/12/2019
7 – Publicação da análise dos recursos e Resultado Final	30/12/2019

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A realização do procedimento de Manifestação de Interesse social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração.

A realização do procedimento de manifestação de Interesse social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para celebração de parceria.

A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede o interessado de participar no eventual chamamento público subsequente.

A comissão de seleção resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Siderópolis (SC), 19 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Renata Pagano Ramos
Presidente da Comissão

Samira Barg Fontanela
Secretária da Comissão

Simone Luzia Gonçalves Carminatti
Membro da Comissão

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2019

Publicação Nº 2230449

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2019

O Município de Siderópolis resolve tornar público o presente edital.

CAPÍTULO I DO OBJETO

Realizar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para 500 pessoas de 18 a 59 anos, suas famílias e comunidade nos territórios de vulnerabilidade social da cidade de Siderópolis, seguindo o que estabelece a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

CAPÍTULO II DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Poderão inscrever-se para pleitear recursos da Prefeitura Municipal de Siderópolis, serviços, programas de organizações da sociedade civil de interesse público, organizações da sociedade civil, serviços sociais autônomos e programas governamentais que se inscrevam antes do

término desse edital.

Serão admitidas exclusivamente propostas apresentadas por concorrentes sediados no Município de Siderópolis, com a devida comprovação, conforme assegura o art. 24, § 2º, I, da Lei 13.019/2014.

Os projetos apresentados deverão atender adultos de 18 a 59 anos de idade, do Município de Siderópolis, estarem em conformidade com a legislação pertinente a este edital em especial a Lei nº 13.019/2014, prevendo a aplicação de recursos da Prefeitura Municipal, de acordo com os seguintes requisitos:

- a) Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades para novos projetos de vida, propiciar sua formação cidadã e detectar necessidades e motivações, habilidades e talentos;
- b) Propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social, estimulando a participação na vida pública no território, além de desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;
- c) Possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas;
- d) Contribuir para a inserção, reinserção e permanência dos adultos no sistema educacional, no mundo do trabalho e no sistema de saúde básica e complementar, quando for o caso;

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO

Todas as informações pertinentes ao ato de inscrição de projetos estarão disponíveis por meio de plataforma digital no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Siderópolis, www.sideropolis.sc.gov.br.

A inscrição dos Projetos será efetuada mediante apresentação das seguintes informações:

- a) Indicação das diretrizes e premissas dos projetos que orientem sua elaboração com vistas ao atendimento do interesse público;
- b) Identificação do subscritor da Proposta;
- c) Descrição do projeto com os objetivos a serem atingidos;
- d) Apresentação do Plano de Trabalho, detalhando as atividades que pretende realizar, faixa etária dos participantes, profissionais que executarão com os dias e horários de atendimento de cada um. Ainda deverá constar planilha de todos os custos para a execução do Projeto, inclusive de recursos humanos, com quantidade hora que cada profissional executará.
- e) Detalhamento das atividades, considerando o objeto do projeto definido, inclusive com apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para entrega da prestação de conta.
- f) Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- g) Forma de execução das atividades ou projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- h) Formas de monitoramento e avaliação para aferição do cumprimento das metas.

CAPÍTULO V DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

A inscrição dos projetos será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:

1 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público:

- a) Atestado de funcionamento da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- b) Estatuto de constituição da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- c) Ata de eleição de sua atual diretoria;
- d) Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- e) Declaração de Isenção de Imposto de renda;
- f) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuinte – CNPJ;
- g) Requerimento;
- h) Folha de rosto;
- i) Plano de trabalho;
- j) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria;
- k) Prestação de contas;

2 – Organizações da Sociedade Civil:

- a) Plano de Trabalho, contendo as especificações do artigo 22 da Lei 13.019/2014;
- b) Estatuto de constituição da Organização da Sociedade Civil;
- c) Atestado de funcionamento da Organização da Sociedade Civil;
- d) Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e dívida ativa;
- e) Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil;
- f) Cópia da ata de eleição do quadro de dirigente atual;
- g) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de cada um deles;
- h) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuintes/ CNPJ;
- i) Requerimento;
- j) Folha de rosto;
- k) Plano de Trabalho;
- l) Descrição Técnica do Projeto;
- m) Planilha de Orçamento;
- n) Declaração de Compromisso com a divulgação da parceria;
- o) Prestação de Contas.

- 3- Serviços sociais autônomos e programas governamentais:
- a) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuintes/CNPJ
 - b) Requerimento;
 - c) Folha de rosto;
 - d) Plano de Trabalho;
 - e) Descrição Técnica do Projeto;
 - f) Planilha de Orçamento;
 - g) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria;
 - h) Prestação de Contas.

Os documentos deverão ser entregues em cópia física, devidamente identificada e assinada pelo responsável legal da entidade, além de serem protocolados na Secretaria de Administração, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17 horas, de segunda à sexta feira, sito a Rua Presidente Dutra, nº 01, Centro, Siderópolis – SC até o dia 19/12/2019, em envelopes fechados identificados conforme modelo abaixo:

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2019

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMISSÃO DE SELEÇÃO

ENTIDADE: _____

CNPJ: _____

NOME DO PROJETO: _____

Os Projetos que não apresentarem os documentos elencados neste edital serão inabilitados.

Caso o Projeto apresentado pela entidade exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, estes deverão ser assinados pelo respectivo responsável (Nutricionista, Fonoaudiólogo, entre outros) com apresentação de cópia do respectivo registro no Conselho de Classe.

CLÁUSULA V

DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Os participantes que desejarem recorrer deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação do ato impugnado. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

Os recursos deverão ser entregues em envelope fechado com os argumentos da entidade, na Secretaria de Administração, no endereço acima descrito, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos se houver.

CLÁUSULA VI

ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Havendo recursos, a Comissão de Seleção de Projetos os analisará.

Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias a contar do seu recebimento, ou manifestar a decisão final no mesmo prazo, devendo a decisão ser devidamente motivada, explícita, clara e congruente. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

Na contagem dos prazos, exclui-se o dia de início e inclui-se o do vencimento.

DO REPASSE DO RECURSO

O repasse se dará durante a aplicação do projetos, após monitoramento de cumprimento de metas e prestação de contas.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas se dará em conformidade com o estabelecido pela Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA VII

O calendário obedecerá as seguintes etapas:

ETAPA	DATA
1 - Publicação do Edital no sitio Oficial do Município e Diário Oficial dos Municípios	19/11/2019
2 – Prazo para entrega de Projetos na Secretaria de Administração.	19/11/9A 19/12/2019
3 – Análise de Projetos pela Comissão de Seleção.	19/12/2019
4 – Publicação do Resultado Preliminar dos Projetos apresentados no site do Município.	20/11/2019
5 – Prazo para recursos	21/12/2019 a 27/12/2019
6 – Análise dos Recursos pela Comissão de Seleção	28/12/2019
7 – Publicação da análise dos recursos e Resultado Final	30/12/2019

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A realização do procedimento de Manifestação de Interesse social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração.

A realização do procedimento de manifestação de Interesse social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para celebração de parceria.

A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede o interessado de participar no eventual chamamento público subsequente.

A comissão de seleção resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Siderópolis (SC), 18 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Renata Pagani Ramos
Presidente da Comissão

Samira Barg Fontanela
Secretária da Comissão

Simone Luzia Gonçalves Carminatti
Membro da Comissão

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2019

Publicação Nº 2230453

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2019

O Município de Siderópolis por meio do Fundo Municipal de Assistência Social resolve tornar público o presente edital.

CAPÍTULO I DO OBJETO

Repasse de Recursos Financeiros oriundos do Governo Municipal, através da Secretaria de Assistência Social, para a Execução do Serviço de Acolhimento Institucional para 02 Crianças/Adolescentes, do sexo feminino/masculino, em regime de abrigo mediante o encaminhamento do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Criciúma, Conselho Tutelar, polícia Civil ou Militar, visando a efetivação do programa de proteção social especial de alta complexidade à criança, ao adolescente e ao jovem em vulnerabilidade, risco pessoal e social residentes no Município de Siderópolis – SC.

CAPÍTULO II DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Poderão inscrever-se para pleitear recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, serviços, programas de organizações da sociedade civil de interesse público, organizações da sociedade civil, serviços sociais autônomos e programas governamentais que se inscrevam antes do término desse edital.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO

Todas as informações pertinentes ao ato de inscrição de projetos, bem como modelos para preenchimento dos anexos estarão disponíveis por meio de plataforma digital no site oficial da Prefeitura Municipal de Siderópolis, www.sideropolis.sc.gov.br.

A inscrição dos Projetos será efetuada mediante apresentação das seguintes informações:

- Indicação das diretrizes e premissas dos projetos que orientem sua elaboração com vistas ao atendimento do interesse público;
- Identificação do subscritor da Proposta;
- Descrição do projeto com os objetivos a serem atingidos;
- Apresentação do Plano de Trabalho, detalhando as atividades que pretende realizar, faixa etária dos participantes, profissionais que executarão com os dias e horários de atendimento de cada um. Ainda deverá constar planilha de todos os custos para a execução do Projeto, inclusive de recursos humanos, com quantidade hora que cada profissional executará.
- Detalhamento das atividades, considerando o objeto do projeto definido, inclusive com apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para entrega da prestação de conta.
- Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- Forma de execução das atividades ou projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- Formas de monitoramento e avaliação para aferição do cumprimento das metas.

CAPÍTULO V

DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

A inscrição dos projetos será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:

1 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público:

- a) Atestado de funcionamento da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- b) Estatuto de constituição da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- c) Ata de eleição de sua atual diretoria;
- d) Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- e) Declaração de Isenção de Imposto de renda;
- f) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuinte – CNPJ;
- g) Requerimento;
- h) Folha de rosto;
- i) Plano de trabalho;
- j) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria;
- k) Prestação de contas;

2 – Organizações da Sociedade Civil:

- a) Plano de Trabalho, contendo as especificações do artigo 22 da Lei 13.019/2014;
- b) Estatuto de constituição da Organização da Sociedade Civil;
- c) Atestado de funcionamento da Organização da Sociedade Civil;
- d) Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e dívida ativa;
- e) Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil;
- f) Cópia da ata de eleição do quadro de dirigente atual;
- g) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de cada um deles;
- h) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuintes/ CNPJ;
- i) Requerimento;
- j) Folha de rosto;
- k) Plano de Trabalho;
- l) Descrição Técnica do Projeto;
- m) Planilha de Orçamento;
- n) Declaração de Compromisso com a divulgação da parceria;
- o) Prestação de Contas.

3- Serviços sociais autônomos e programas governamentais:

- a) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuintes/CNPJ
- b) Requerimento;
- c) Folha de rosto;
- d) Plano de Trabalho;
- e) Descrição Técnica do Projeto;
- f) Planilha de Orçamento;
- g) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria;
- h) Prestação de Contas.

Os documentos deverão ser entregues em cópia física, devidamente identificada e assinada pelo responsável legal da entidade, além de serem protocolados na Secretaria de Administração, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17 horas, de segunda à sexta feira, sito a Rua Presidente Dutra, nº 01, Centro, Siderópolis – SC, em envelopes fechados identificados conforme modelo abaixo:

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2019

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMISSÃO DE SELEÇÃO

ENTIDADE: _____

CNPJ: _____

NOME DO PROJETO: _____

Os Projetos que não apresentarem os documentos elencados neste edital serão inabilitados.

Caso o Projeto apresentado pela entidade exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, estes deverão ser assinados pelo respectivo responsável (Nutricionista, Fonoaudiólogo, entre outros) com apresentação de cópia do respectivo registro no Conselho de Classe.

CLÁUSULA V

DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Os participantes que desejarem recorrer deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação do ato impugnado. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

Os recursos deverão ser entregues em envelope fechado com os argumentos da entidade, na Secretaria de Administração, no endereço acima descrito, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos se houver.

CLÁUSULA VI
ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Havendo recursos, a Comissão de Seleção de Projetos os analisará.

Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias a contar do seu recebimento, ou manifestar a decisão final no mesmo prazo, devendo a decisão ser devidamente motivada, explícita, clara e congruente. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

Na contagem dos prazos, exclui-se o dia de início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

DO REPASSE DO RECURSO

O repasse se dará durante a aplicação do projetos, após monitoramento de cumprimento de metas e prestação de contas.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas se dará em conformidade com o estabelecido pela Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA VII

O calendário obedecerá as seguintes etapas:

ETAPA	DATA
1 - Publicação do Edital no site Oficial do Município e Diário Oficial dos Municípios	19/11/2019
2 – Prazo para entrega de Projetos na Secretaria de Administração.	19/11/9A 19/12/2019
3 – Análise de Projetos pela Comissão de Seleção.	19/12/2019
4 – Publicação do Resultado Preliminar dos Projetos apresentados no site do Município.	20/11/2019
5 – Prazo para recursos	21/12/2019 a 27/12/2019
6 – Análise dos Recursos pela Comissão de Seleção	28/12/2019
7 – Publicação da análise dos recursos e Resultado Final	30/12/2019

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A realização do procedimento de Manifestação de Interesse social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração.

A realização do procedimento de manifestação de Interesse social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para celebração de parceria.

A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede o interessado de participar no eventual chamamento público subsequente.

A comissão de seleção resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Siderópolis (SC), 18 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Renata Pagani Ramos
Presidente da Comissão

Samira Barg Fontanela
Secretária da Comissão

Simone Luzia Gonçalves Carminatti
Membro da Comissão

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2019

Publicação Nº 2230456

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2019

O Município de Siderópolis resolve tornar público o presente edital.

CAPÍTULO I

DO OBJETO

O presente chamamento Público tem como finalidade principal o desenvolvimento de Projetos educativos voltados a conscientização da importância da castração para a saúde do animal, prevenção e controle de zoonoses, prevenção e combate aos crimes de abandono e maus tratos contra animais e que estejam em consonância com os termos do Edital.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Poderão inscrever-se para pleitear recursos da Prefeitura Municipal de Siderópolis, serviços, programas de organizações da sociedade civil de interesse público, organizações da sociedade civil, serviços sociais autônomos e programas governamentais que se inscrevam antes do término desse edital.

Serão admitidas exclusivamente propostas apresentadas por concorrentes sediados no Município de Siderópolis, com a devida comprovação, conforme assegura o art. 24, § 2º, I, da Lei 13.019/2014.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO

Todas as informações pertinentes ao ato de inscrição de projetos estarão disponíveis por meio de plataforma digital no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Siderópolis, www.sideropolis.sc.gov.br.

A inscrição dos Projetos será efetuada mediante apresentação das seguintes informações:

- a) Indicação das diretrizes e premissas dos projetos que orientem sua elaboração com vistas ao atendimento do interesse público;
- b) Identificação do subscritor da Proposta;
- c) Descrição do projeto com os objetivos a serem atingidos;
- d) Apresentação do Plano de Trabalho, detalhando as atividades que pretende realizar, faixa etária dos participantes, profissionais que executarão com os dias e horários de atendimento de cada um. Ainda deverá constar planilha de todos os custos para a execução do Projeto, inclusive de recursos humanos, com quantidade hora que cada profissional executará.
- e) Detalhamento das atividades, considerando o objeto do projeto definido, inclusive com apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para entrega da prestação de conta.
- f) Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- g) Forma de execução das atividades ou projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- h) Formas de monitoramento e avaliação para aferição do cumprimento das metas.

CAPÍTULO V

DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

A inscrição dos projetos será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:

1 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público:

- a) Atestado de funcionamento da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- b) Estatuto de constituição da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- c) Ata de eleição de sua atual diretoria;
- d) Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- e) Declaração de Isenção de Imposto de renda;
- f) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuinte – CNPJ;
- g) Requerimento;
- h) Folha de rosto;
- i) Plano de trabalho;
- j) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria;
- k) Prestação de contas;

2 – Organizações da Sociedade Civil:

- a) Plano de Trabalho, contendo as especificações do artigo 22 da Lei 13.019/2014;
- b) Estatuto de constituição da Organização da Sociedade Civil;
- c) Atestado de funcionamento da Organização da Sociedade Civil;
- d) Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e dívida ativa;
- e) Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil;
- f) Cópia da ata de eleição do quadro de dirigente atual;
- g) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de cada um deles;
- h) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuintes/ CNPJ;
- i) Requerimento;
- j) Folha de rosto;
- k) Plano de Trabalho;
- l) Descrição Técnica do Projeto;

- m) Planilha de Orçamento;
- n) Declaração de Compromisso com a divulgação da parceria;
- o) Prestação de Contas.

3- Serviços sociais autônomos e programas governamentais:

- a) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuintes/CNPJ
- b) Requerimento;
- c) Folha de rosto;
- d) Plano de Trabalho;
- e) Descrição Técnica do Projeto;
- f) Planilha de Orçamento;
- g) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria;
- h) Prestação de Contas.

Os documentos deverão ser entregues em cópia física, devidamente identificada e assinada pelo responsável legal da entidade, além de serem protocolados na Secretaria de Administração, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17 horas, de segunda à sexta feira, sito a Rua Presidente Dutra, nº 01, Centro, Siderópolis – SC até o dia 19/12/2019, em envelopes fechados identificados conforme modelo abaixo:

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

COMISSÃO DE SELEÇÃO

ENTIDADE: _____

CNPJ: _____

NOME DO PROJETO: _____

Os Projetos que não apresentarem os documentos elencados neste edital serão inabilitados.

Caso o Projeto apresentado pela entidade exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, estes deverão ser assinados pelo respectivo responsável (Nutricionista, Fonoaudiólogo, entre outros) com apresentação de cópia do respectivo registro no Conselho de Classe.

CLÁUSULA V

DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Os participantes que desejarem recorrer deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação do ato impugnado. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

Os recursos deverão ser entregues em envelope fechado com os argumentos da entidade, na Secretaria de Administração, no endereço acima descrito, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos se houver.

CLÁUSULA VI

ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Havendo recursos, a Comissão de Seleção de Projetos os analisará.

Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias a contar do seu recebimento, ou manifestar a decisão final no mesmo prazo, devendo a decisão ser devidamente motivada, explícita, clara e congruente. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

DO REPASSE DO RECURSO

O repasse se dará durante a aplicação do projetos, após monitoramento de cumprimento de metas e prestação de contas.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas se dará em conformidade com o estabelecido pela Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA VII

O calendário obedecerá as seguintes etapas:

ETAPA	DATA
1 - Publicação do Edital no sitio Oficial do Município e Diário Oficial dos Municípios	19/11/2019
2 – Prazo para entrega de Projetos na Secretaria de Administração.	19/11/9A 19/12/2019
3 – Análise de Projetos pela Comissão de Seleção.	19/12/2019
4 – Publicação do Resultado Preliminar dos Projetos apresentados no site do Município.	20/11/2019

5 – Prazo para recursos	21/12/2019 a 27/12/2019
6 – Análise dos Recursos pela Comissão de Seleção	28/12/2019
7 – Publicação da análise dos recursos e Resultado Final	30/12/2019

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A realização do procedimento de Manifestação de Interesse social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração.

A realização do procedimento de manifestação de Interesse social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para celebração de parceria.

A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede o interessado de participar no eventual chamamento público subsequente.

A comissão de seleção resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Siderópolis (SC), 18 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Renata Pagani Ramos
Presidente da Comissão

Samira Barg Fontanela
Secretária da Comissão

Simone Luzia Gonçalves Carminatti
Membro da Comissão

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2019

Publicação Nº 2230458

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2019

O Município de Siderópolis resolve tornar público o presente edital.

CAPÍTULO I DO OBJETO

Seleção de Projetos com a finalidade de promover o fortalecimento da agricultura familiar no município de Siderópolis, destacando a importância da agricultura familiar do município de Siderópolis, destacando a importância da agricultura na economia, promovendo assim a legalização de produtos, evidenciando o retorno econômico para o Município, incentivando a permanência do agricultor no campo e que estejam em consonância com os termos do edital.

CAPÍTULO II DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Poderão inscrever-se para pleitear recursos da Prefeitura Municipal de Siderópolis, serviços, programas de organizações da sociedade civil de interesse público, organizações da sociedade civil, serviços sociais autônomos e programas governamentais que se inscrevam antes do término desse edital.

Serão admitidas exclusivamente propostas apresentadas por concorrentes sediados no Município de Siderópolis, com a devida comprovação, conforme assegura o art. 24, § 2º, I, da Lei 13.019/2014.

O presente projeto tem como objetivo principal custear serviços administrativos e contábeis visando a organização e fortalecimento dos agricultores familiares do município de Siderópolis.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO

Todas as informações pertinentes ao ato de inscrição de projetos, bem como modelos para preenchimento dos anexos estarão disponíveis por meio de plataforma digital no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Siderópolis, www.sideropolis.sc.gov.br.

A inscrição dos Projetos será efetuada mediante apresentação das seguintes informações:

- Indicação das diretrizes e premissas dos projetos que orientem sua elaboração com vistas ao atendimento do interesse público;
- Identificação do subscritor da Proposta;
- Descrição do projeto com os objetivos a serem atingidos;
- Apresentação do Plano de Trabalho, detalhando as atividades que pretende realizar, faixa etária dos participantes, profissionais que

executarão com os dias e horários de atendimento de cada um. Ainda deverá constar planilha de todos os custos para a execução do Projeto, inclusive de recursos humanos, com quantidade hora que cada profissional executará.

- e) Detalhamento das atividades, considerando o objeto do projeto definido, inclusive com apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para entrega da prestação de conta.
- f) Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- g) Forma de execução das atividades ou projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- h) Formas de monitoramento e avaliação para aferição do cumprimento das metas.

CAPÍTULO V

DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

A inscrição dos projetos será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:

1 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público:

- a) Atestado de funcionamento da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- b) Estatuto de constituição da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- c) Ata de eleição de sua atual diretoria;
- d) Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- e) Declaração de Isenção de Imposto de renda;
- f) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuinte – CNPJ;
- g) Requerimento;
- h) Folha de rosto;
- i) Plano de trabalho;
- j) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria;
- k) Prestação de contas;

2 – Organizações da Sociedade Civil:

- a) Plano de Trabalho, contendo as especificações do artigo 22 da Lei 13.019/2014;
- b) Estatuto de constituição da Organização da Sociedade Civil;
- c) Atestado de funcionamento da Organização da Sociedade Civil;
- d) Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e dívida ativa;
- e) Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil;
- f) Cópia da ata de eleição do quadro de dirigente atual;
- g) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de cada um deles;
- h) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuintes/ CNPJ;
- i) Requerimento;
- j) Folha de rosto;
- k) Plano de Trabalho;
- l) Descrição Técnica do Projeto;
- m) Planilha de Orçamento;
- n) Declaração de Compromisso com a divulgação da parceria;
- o) Prestação de Contas.

3- Serviços sociais autônomos e programas governamentais:

- a) Inscrição atualizada no Cadastro Geral de Contribuintes/CNPJ
- b) Requerimento;
- c) Folha de rosto;
- d) Plano de Trabalho;
- e) Descrição Técnica do Projeto;
- f) Planilha de Orçamento;
- g) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria;
- h) Prestação de Contas.

Os documentos deverão ser entregues em cópia física, devidamente identificada e assinada pelo responsável legal da entidade, além de serem protocolados na Secretaria de Administração, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17 horas, de segunda à sexta feira, sito a Rua Presidente Dutra, nº 01, Centro, Siderópolis – SC, em envelopes fechados identificados conforme modelo abaixo:

PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2019

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

COMISSÃO DE SELEÇÃO

ENTIDADE: _____

CNPJ: _____

NOME DO PROJETO: _____

Os Projetos que não apresentarem os documentos elencados neste edital serão inabilitados.

Caso o Projeto apresentado pela entidade exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, estes deverão ser assinados pelo respectivo responsável (Nutricionista, Fonoaudiólogo, entre outros) com apresentação de cópia do respectivo registro no Conselho de Classe.

CLÁUSULA V
DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Os participantes que desejarem recorrer deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação do ato impugnado. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

Os recursos deverão ser entregues em envelope fechado com os argumentos da entidade, na Secretaria de Administração, no endereço acima descrito, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos se houver.

CLÁUSULA VI
ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Havendo recursos, a Comissão de Seleção de Projetos os analisará.

Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias a contar do seu recebimento, ou manifestar a decisão final no mesmo prazo, devendo a decisão ser devidamente motivada, explícita, clara e congruente. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

Na contagem dos prazos, exclui-se o dia de início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

DO REPASSE DO RECURSO

O repasse se dará durante a aplicação do projetos, após monitoramento de cumprimento de metas e prestação de contas.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas se dará em conformidade com o estabelecido pela Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA VII

O calendário obedecerá as seguintes etapas:

ETAPA	DATA
1 - Publicação do Edital no sitio Oficial do Município e Diário Oficial dos Municípios	19/11/2019
2 – Prazo para entrega de Projetos na Secretaria de Administração.	19/11/9A 19/12/2019
3 – Análise de Projetos pela Comissão de Seleção.	19/12/2019
4 – Publicação do Resultado Preliminar dos Projetos apresentados no site do Município.	20/11/2019
5 – Prazo para recursos	21/12/2019 a 27/12/2019
6 – Análise dos Recursos pela Comissão de Seleção	28/12/2019
7 – Publicação da análise dos recursos e Resultado Final	30/12/2019

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A realização do procedimento de Manifestação de Interesse social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração.

A realização do procedimento de manifestação de Interesse social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para celebração de parceria.

A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede o interessado de participar no eventual chamamento público subsequente.

A comissão de seleção resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

A qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Siderópolis (SC), 18 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Renata Pagani Ramos Samira Barg Fontanela Presidente da Comissão Secretário da Comissão

Simone Luzia Gonçalves Carminatti
Membro da Comissão

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019

Publicação Nº 2230462

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE**

A Prefeitura Municipal de Siderópolis, situado a Rua Presidente Dutra nº 01, centro, Siderópolis, inscrito no CNPJ/MF nº 82.929.407/0001-62, representando neste ato pelo Senhor Prefeito Municipal, Hélio Roberto Cesa, pretende firmar Termo de Colaboração, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Siderópolis, tendo como objetivo a manutenção da entidade e para a execução do programa de apoio aos alunos portadores de necessidades especiais de nosso município no valor de R\$97.800,00 (noventa e sete mil e oitocentos reais).

Os termos de colaboração a serem firmados com a APAE de Siderópolis, são instrumentos por meio do qual serão formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com a organização da sociedade civil (APAE) para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela Administração Pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Os princípios norteadores para o firmamento do Termo de Colaboração deverão ser rigorosamente obedecidos, sendo eles: legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e eficácia, todos inerentes a Administração Pública.

O Chamamento Público é o procedimento destinado a selecionar as organizações de sociedade civil para firmarem parcerias com a Administração Pública, visando a consecução de finalidades de interesse público por meio de Termo de Colaboração.

No presente caso, verifica-se que a Administração Pública pode dispensar o procedimento do Chamamento Público com as APAES, pois tratar-se de atividades voltadas e vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, executadas pelas organizações da sociedade civil previamente cadastradas pelo órgão gestor.

Verifica-se, também, que incide a hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil (APAES), em razão da natureza singular do objeto de parceria.

Neste caso, verifica-se o enquadramento como INEXIGIBILIDADE, previsto no art. 31, II, c/c o art.32, parágrafos 1º ao 4º da Lei n. 13.019 de 2014 com as alterações dadas pela Lei n. 13.204 de 2015, pois não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto e uma organização da sociedade civil (APAE) em cada Município que atenda expressamente as necessidades da Administração, tornando o chamamento público inviável.

Para a efetivação da celebração do Termo de Colaboração deverá a COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO E CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIAS exigir das organizações da sociedade civil (APAE) a documentação de que exige os arts. 34 da referida Legislação.

Assim plenamente justificado o motivo pelo qual se está inexigindo o Chamamento Público e firmando o Termo de Colaboração com a organização da sociedade civil (APAE), devendo ser observado o princípio da publicidade, no sítio oficial da administração pública na internet, e eventualmente, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

Siderópolis, 18 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

LEI Nº2.347/2019

Publicação Nº 2230279

LEI Nº 2.347, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.019 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), conforme abaixo discriminado:

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	03	Secretaria de Administração
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.004	Manutenção da Secretaria de Administração
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas

CÓDIGO	09	
--------	----	--

VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	06	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	10	Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico
SUBFUNÇÃO	452	Serviços Urbanos
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.020	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	80	

VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	115	

VALOR: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	116	

VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados.

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
ELEMENTO	4.4.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos

CÓDIGO	106	
--------	-----	--

VALOR: R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais)

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Siderópolis, 12 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 12 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº207/2019

Publicação Nº 2230214

PORTARIA Nº 207, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

ALTERA O CARGO DA SERVIDORA ANA PAULA COELHO

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o cargo da servidora ANA PAULA COELHO, CPF nº 039.311.359-00, do cargo de Técnica de Enfermagem Plantonista para Técnica de Enfermagem no ESF Vila São Jorge, na Secretaria de Saúde, a contar de 07/10/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 21 de outubro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de outubro de 2019.

PORTARIA Nº208/2019

Publicação Nº 2230222

PORTARIA Nº 208 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

CONTRATA TATIANE RODRIGUES OZÓRIO BONFANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente TATIANE RODRIGUES OZÓRIO BONFANTE, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 004.034.539-41, para ocupar a função de Professor, 20h, em vaga vinculada, na CEIM Olírio Cesa, na Secretaria de Educação, a partir de 22/10/2019 até 20/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de outubro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de outubro de 2019.

PORTARIA Nº209/2019

Publicação Nº 2230224

PORTARIA Nº 208 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

CONTRATA TATIANE RODRIGUES OZÓRIO BONFANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do

Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente TATIANE RODRIGUES OZÓRIO BONFANTE , brasileiro(a), CPF/MF sob nº 004.034.539-41, para ocupar a função de Professor, 20h, em vaga vinculada, na CEIM Olírio Cesa, na Secretaria de Educação, a partir de 22/10/2019 até 20/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de outubro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de outubro de 2019.

PORTARIA Nº210/2019

Publicação Nº 2230233

PORTARIA Nº 210 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

INSTAURA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR INCONSISTÊNCIAS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal;

CONSIDERANDO a operação da Polícia Federal em face do Processo de Licitação nº 41/2015, que originou o contrato PMS nº 53/2015, com a empresa BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELE EPP - Saneamento básico do Município.

CONSIDERANDO que o Município e a FUNASA, elaboraram um plano de ação, a fim de levantar supostas inconsistências na execução do Projeto aprovado de Saneamento básico;

CONSIDERANDO que a FUNASA, coordenou as diretrizes das planilhas e justificativas do replanejamento;

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Sindicância, para, na forma da legislação vigente, apurar os fatos apresentados, concedendo a empresa executora o contraditório;

Art. 2º - NOMEAR os servidores ELITON ÂNGELO DE SOUZA, LUCAS MANENTI SERAFIM E SAMIRA BARG FONTANELA para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de sindicância.

§ 1º - Os procedimentos adotados pela Comissão serão registrados em atas circunstanciadas próprias que integrarão as demais formalidades do respectivo processo.

§ 2º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos e no interesse da Administração.

Art. 3º - A conclusão da sindicância será realizada no prazo de 60(sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, tendo em vista a complexidade do processo, se necessário for.

Art. 4º - A comissão ora constituída, deve tomar todas as providências administrativas cabíveis, bem como, observar os procedimentos, prazos e determinações especificadas em legislação do Município, e subsidiariamente, nos casos omissos, deverá utilizar demais Legislações Federais. Por fim, após tomadas todas as providências, deverá efetuar o relatório final, voltando concluso para decisão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 29 de outubro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de outubro de 2019.

PORTARIA Nº211/2019

Publicação Nº 2230240

PORTARIA Nº 211 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Cessa os efeitos da portaria nº 190/2019

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 190/2019, considerando o retorno ao trabalho da servidora FERNANDA LEVATI DA SILVA, CPF/MF

nº 024.590.689-48, Agente Comunitário de Saúde, a contar de 11/10/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 29 de outubro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de outubro de 2019.

PORTARIA Nº212/2019

Publicação Nº 2230246

PORTARIA Nº 212, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Prorroga Licença SEM VENCIMENTOS para tratar de interesses particulares À PATRÍCIA LEVATI TOURNIER e dá outras providências

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares à servidora PATRÍCIA LEVATI TOURNIER, CPF/MF nº 026.224.659-71, Nutricionista, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 04/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº213/2019

Publicação Nº 2230249

PORTARIA Nº 213 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

CONCEDE FG AO SERVIDOR LUCAS MANENTI SERAFIM

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com Lei Municipal 1.808/2009 combinada com a 1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor LUCAS MANENTI SERAFIM, CPF nº 093.452.129-81, Engenheiro Civil, do Quadro Permanente do Município, FG 01, Valor R\$ 700,00, em razão da responsabilidade pela grande demanda de contratos de repasse e convênios, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e habitação, a contar desta data.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de novembro de 2019.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº214/2019

Publicação Nº 2230282

PORTARIA Nº 214 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA LUCIA MARIA DE MENECH PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora LUCIA MARIA DE MENECH, CPF/MF nº 015.962.149-61, Técnico de Enfermagem, a partir de 09/11/2019.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 08 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº215/2019

Publicação Nº 2230283

PORTARIA Nº 215 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA SÔNIA CORRÊA DE QUADRA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora SÔNIA CORRÊA DE QUADRA, CPF/MF nº 040.510.519-35, Gari-IA, a partir de 22/11/2019.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 08 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº216/2019

Publicação Nº 2230286

PORTARIA Nº 216 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

CONCEDE FG AO SERVIDOR AIRTON LEAL GHISI

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com Lei Municipal 1.808/2009 combinada com a 1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor AIRTON LEAL GHISI, CPF 800.543.079-53, Engenheiro Civil, do Quadro Permanente do Município, FG 01, Valor R\$ 700,00, em razão da responsabilidade pela grande demanda de contratos de repasse e convênios, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e habitação, a contar desta data.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 08 de novembro de 2019.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº217/2019

Publicação Nº 2230289

PORTARIA Nº 217, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Determina a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, nomeia comissão sindicante e dá outras providências

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Ofício encaminhado a esta municipalidade pela 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Criciúma, a respeito do Inquérito Civil de nº 06.2016.00001173-7, o qual, aponta supostas irregularidades nos convênios firmados entre o Município de Siderópolis e a Associação dos Amigos do esporte de Siderópolis – ASAME.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de sindicância administrativa para apurar os fatos narrados acima.

Art. 2º. A comissão sindicante será constituída pelos servidores:

Fabiola Cardoso Comin – Presidente

Manuela Rampinelli – Secretário

Samira Barg Fontanela – Membro

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A comissão sindicante terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 5º. A comissão sindicante poderá a qualquer momento, solicitar o afastamento preventivo de servidores, sem prejuízo de remuneração, se julgar conveniente, para esclarecimento dos fatos, garantindo sempre o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 11 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANATTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº218/2019

Publicação Nº 2230295

PORTARIA Nº 218, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA CAROLINE MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária CAROLINE MACHADO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 091.276.139-33, auxiliar de serviços gerais, na Secretaria de Obras, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 11 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANATTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº219/2019

Publicação Nº 2230297

PORTARIA Nº 219, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

EXONERA A PEDIDO RUDEMAR ALBINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.801/2009.

Considerando a adesão do servidor ao PDI – Programa de Demissão Incentivada, através de requerimento formal protocolado.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera, a pedido, RUDEMAR ALBINO, brasileiro (a), CPF sob nº 558.381.469-15, Guarda Municipal, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 11 de novembro de 2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº220/2019

Publicação Nº 2230298

PORTARIA Nº 220, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

ESTABELECE PERIODICIDADE DAS INSPEÇÕES MÍNIMAS DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM, NOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS SOB FISCALIZAÇÃO PERIÓDICA.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer a periodicidade das inspeções mínimas do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de origem animal – SIM, nos estabelecimentos registrados sob fiscalização periódica, a qual será a seguinte:

I – CARNE E DERIVADOS

- a) Unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos- Mensalmente
- b) Unidade de beneficiamento de produtos não comestíveis - a cada 3 (três) meses

II – LEITE E DERIVADOS

- a) Granja leiteira- mensalmente
- b) Posto de refrigeração - mensalmente
- c) Usina de beneficiamento- mensalmente
- d) Fábrica de laticínios- mensalmente
- e) Queijaria- mensalmente

III – PESCADO E DERIVADOS

- a) Estação depuradora de moluscos bivalves- mensalmente
- b) Barco-fábrica – a cada 3 (três) meses
- c) Unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado- mensalmente
- d) Abatedouro – Frigorífico de pescado – mensalmente

IV – OVOS E DERIVADOS

- a) Granja Avícola - mensalmente
- b) Unidade de beneficiamento de ovos e derivados- mensalmente

V – PRODUTOS DE ABELHAS E DERIVADOS

- a) Unidade de extração e beneficiamento de produtos de abelhas- a cada 3 (três) meses
- b) Entrepósito de beneficiamento de produtos de abelhas e derivados- a cada 3 (três) meses

VI - ESTABELECIMENTOS DE ARMAZENAGEM:

- a) entreposto de produtos de origem animal - a cada 3 (três) meses
- b) casa atacadista - a cada 3 (três) meses
- c) unidade de beneficiamento de produtos de origem animal em supermercados e similares - mensalmente

Art. 2.º Fica estabelecido o uso do Relatório de Ação Fiscalizatória (RAF) e Controle de Vistoria como check-list a ser aplicado nas inspeções e documento de registro das ações fiscais realizadas nos estabelecimentos regulados pelo Decreto N.º 167 de 10 de setembro de 2019.

Parágrafo único. O documento será preenchido em 3 (três) vias, ficando uma via com o responsável pelo estabelecimento no dia da inspeção, uma via com o médico veterinário responsável pela inspeção e fiscalização sanitária do SIM e a outra via fica no bloco.

Art. 3.º Fica estabelecido o uso do Relatório de Não Conformidades (RNC) como documento de notificação escrita das falhas em atender às exigências regulamentares, que será utilizado como procedimento padrão para registro das não conformidades encontradas durante as inspeções do SIM nos estabelecimentos regulados pelo Decreto N.º 167 de 10 de setembro de 2019.

§ 1.º O RNC será preenchido em 3 (três) vias, ficando uma via com o responsável pelo estabelecimento no dia da inspeção, uma via com o médico veterinário responsável pela inspeção e fiscalização sanitária do SIM e outra via fica no bloco.

§ 2.º O estabelecimento terá prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recebimento do RNC, para executar as ações corretivas e apresentar ao SIM relatório das ações realizadas ou apresentar ao SIM a solicitação de prazos para execução de cada item.

§ 3.º Os prazos serão revisados, deferidos ou indeferidos pelo SIM, utilizando-se de caráter técnico para definição. Para os prazos indeferidos, o SIM estipulará novos prazos, os quais deverão ser acatados pelo estabelecimento.

§ 4.º O responsável legal pelo estabelecimento poderá solicitar ao SIM, por escrito, a prorrogação dos prazos, por no máximo 2 (duas) vezes, antes do vencimento dos mesmos, caso não os consiga cumprir.

§ 5.º O SIM poderá solicitar justificativa técnica, elaborada pelo Responsável Técnico do estabelecimento, para conceder as prorrogações.

§ 6.º A verificação do cumprimento dos prazos do RNC será efetuada pelo médico Veterinário responsável do SIM. O não cumprimento de 100% (cem por cento) dos itens apontados no RNC poderá acarretar em adicional ação administrativa e legal.

§ 7.º Acarretará em auto de infração quando a idêntica não conformidade for apontada por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, no período de 12 (doze) meses desde que a não conformidade incorra em risco sanitário.

Art. 4.º A fiscalização do SIM poderá adotar, isolada ou cumulativamente, as medidas cautelares descritas no Art. 481 do pelo Decreto N.º 167 de 10 de setembro de 2019.

Art. 5.º Será aplicado pelo médico veterinário responsável pelo SIM 1 (uma) vez ao ano o Laudo de Inspeção Sanitária.

§ 1.º O Laudo de Inspeção Sanitária classificará o estabelecimento conforme o número de itens em conformidade, observando a seguinte gradação:

I – GRUPO 1: de 85 a 100% de atendimento dos itens;

II – GRUPO 2: de 61 a 84,99 % de atendimento dos itens;

III – GRUPO 3: de 0 a 60,99 % de atendimento dos itens.

§ 2.º As não conformidades assinaladas no Laudo de Inspeção Sanitária necessitam ser respondidas pelos estabelecimentos nas mesmas condições do RNC.

Art. 6.º Fica estabelecida a periodicidade anual para realização da Supervisão das Inspeções do SIM pelo CIM-AMREC em todos os estabelecimentos registrados no SISBI-SUASA, podendo ser realizada Supervisão pelo CIM-AMREC em outros estabelecimentos registrados no SIM.

§ 1.º O Serviço de inspeção municipal dos municípios consorciados que não possuem estabelecimentos consorciados no SISBI-SUASA passarão por supervisão realizada pelo CIM-AMREC.

§ 2.º Será adotado o documento Laudo de Supervisão como check-list dos itens a serem avaliados na supervisão previstos no caput.

§ 3.º A supervisão será realizada pelo médico veterinário do CIM-AMREC, podendo ser acompanhada por técnicos médicos veterinários de outros municípios consorciados.

§ 4.º O Laudo de Supervisão também classificará o estabelecimento conforme o número de itens em conformidade, observando a mesma gradação descrita no Art. 5º, parágrafo 1.º desta portaria.

Art. 7.º As periodicidades descritas nos artigos 1º, 5º e 6º são consideradas mínimas, ficando a juízo do SIM e CIM-AMREC a necessidade de realizar inspeções e/ou supervisões com frequências menores do que as estabelecidas.

Art. 8.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 11 de novembro de 2019.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº222/2019

Publicação Nº 2230304

PORTARIA Nº 222, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

ESTABELECE REQUISITOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS A SEREM PREENCHIDOS PELOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM PARA FINS DE OBTENÇÃO DE INDICAÇÃO AO SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO – SISBI.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer os requisitos mínimos necessários a serem preenchidos pelos estabelecimentos registrados no Serviço Municipal de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIM para fins de obtenção de indicação ao Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI, os quais são os seguintes:

I – ser classificado como Grupo 1 no Laudo de Inspeção Sanitária e no Laudo de Supervisão;

II – ser classificado como Grupo 1 na Avaliação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados;

III – ser classificado como Grupo 1 na Avaliação Documental (In loco) da aplicação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados;

IV – ter registros auditáveis após ser classificado como Grupo 1 na Avaliação Documental (In loco) da aplicação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados.

Parágrafo único. A primeira Avaliação Documental (In loco) da aplicação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados deverá ser conduzida pelo médico Veterinário responsável pelo SIM após 30 (trinta) dias da comunicação por escrito, por parte do estabelecimento, da implantação do Manual de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados.

Art. 2.º Para uma auto avaliação, os estabelecimentos poderão utilizar como modelo os documentos do SIM mencionados no artigo anterior,

os quais estarão disponíveis no Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 3.º O pedido de indicação ao SISBI deve ser protocolado no setor de protocolo da Prefeitura pelo estabelecimento solicitante, através de requerimento assinado pelo responsável legal.

Art. 4.º Os estabelecimentos cujas categorias o SIM não possui prerrogativa de indicação, ou seja, aquelas categorias não avaliadas na auditoria de reconhecimento da equivalência do SIM ao SISBI, ainda deverão passar por auditoria documental e operacional realizada por instância superior ao Município, a fim de aferição da eficiência e eficácia com relação à nova categoria.

Art. 5.º Preenchidos os requisitos, o SIM deverá reconhecer os estabelecimentos equivalentes através de Portaria a ser expedida pelo Prefeito Municipal após a expedição de Portarias de reconhecimento de Equivalência publicadas pelo MAPA e pelo CIM-AMREC.

Art. 6.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 11 de novembro de 2019.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº223/2019

Publicação Nº 2230305

PORTARIA Nº 223, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

ESTABELECE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRONIZADOS – POP’S MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS QUE DEVERÃO CONSTAR NO MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO – MANUAL DE BPF DOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer os Procedimentos Operacionais Padronizados – POP’s mínimos obrigatórios que deverão constar no Manual de Boas Práticas de Fabricação – Manual de BPF dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal – SIM, os quais serão os seguintes:

I – POP 1	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS – incluindo aferição e calibração de instrumentos
II – POP 2	ÁGUA DE ABASTECIMENTO INTERNO
III – POP 3	CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS, INSETOS E ROEDORES
IV – POP 4	MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS – incluindo águas residuais
V – POP 5	PROCEDIMENTO PADRÃO DE HIGIENE OPERACIONAL – PPHO
VI – POP 6	PROCEDIMENTO SANITÁRIO DAS OPERAÇÕES – PSO
VII – POP 7	MANIPULADORES – incluindo treinamento, higiene, hábitos higiênicos e saúde dos manipuladores
VIII – POP 8	CONTROLE DE MATÉRIAS-PRIMAS, INGREDIENTES E EMBALAGENS
IX – POP 9	CONTROLE DE PONTOS CRÍTICOS DO PROCESSO – incluindo controle de formulações, temperaturas e fraudes
X – POP 10	ANÁLISES LABORATORIAIS – autocontrole
XI – POP 11	RASTREABILIDADE E RECOLHIMENTO

§ 1.º Conforme pertinência e o disposto no Art.72 do Decreto N.º 167, de 10 de setembro de 2019, os estabelecimentos deverão instituir outros POP’s a critério do SIM.

§ 2º Os POP’s não necessariamente deverão estar em ordem e em número dos listados nos incisos I ao XI deste artigo, desde que todos os tópicos estejam contemplados.

§ 3.º Os POP’s deverão constar no Manual de BPF ou anexados a este, assim como as planilhas de autocontrole. Quando necessário, também poderão ser anexados fluxogramas de atividades e Instruções de Trabalho (IT’s), entre outros elementos.

§ 4.º A critério do SIM, os estabelecimentos poderão ser dispensados da apresentação de elemento de controle específico dentro do POP, caso este controle não seja aplicável.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 11 de novembro de 2019.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de novembro de 2019.

PORTARIAS Nº221/2019

Publicação Nº 2230299

PORTARIA Nº 221, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

ESTABELECE PERIODICIDADE DAS ANÁLISES OFICIAIS FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO INTERNO E DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer a periodicidade das análises fiscais físico-químicas e microbiológicas da água de abastecimento interno e dos produtos de origem animal dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal-SIM, a qual será a seguinte:

I – Análises Físico-químicas da Água de Abastecimento Interno - anualmente

II – Análises Microbiológicas da Água de Abastecimento Interno - a cada 4 (quatro) meses

III – Análises Físico-químicas de Produtos de Origem Animal - a cada 6 (seis) meses

IV – Análises Microbiológicas dos Produtos de Origem Animal - a cada 3 (três) meses

Parágrafo único. Para os estabelecimentos que possuem um único produto registrado no SIM, a análise físico-química de produto terá periodicidade anual, aplicando-se o mesmo aos estabelecimentos com mais de um produto registrado, mas com único produto aplicável ao ensaio físico-químico.

Art. 2.º Para efeito desta Portaria entende-se por “análise fiscal” a amostra ou item de ensaio encaminhados para laboratório oficial acompanhados de requisição de análise do SIM, coletados e lacrados por servidor do serviço oficial de inspeção ou na presença deste.

Art. 3.º A periodicidade poderá ser alterado a qualquer momento a critério do SIM, sendo as periodicidades descritas no Art. 1.º desta Portaria consideradas mínimas, ficando a juízo do SIM a necessidade de realizar análises fiscais com frequências maiores do que as estabelecidas.

§ 1.º O serviço oficial pode, conforme julgar necessário, solicitar análises de qualquer produto produzido pelo estabelecimento, assim como matérias-primas ou ingredientes utilizados pelo mesmo fora da periodicidade estabelecida pelo Art.1º desta portaria.

§ 2.º O serviço oficial pode, conforme julgar necessário, solicitar outros tipos de análises como, por exemplo, análises sensoriais, organolépticas, fatores de qualidade, assim como também análise da matéria-prima e do produto final, a critério da inspeção.

Art. 4.º Os parâmetros analisados e os padrões legais aceitáveis deverão obedecer à legislação vigente, conforme artigo 463 do Decreto N.º 167, de 10 de setembro de 2019.

§ 1.º Nos casos de ensaios laboratoriais de produtos de origem animal que não possuem Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ), Norma Interna Regulamentadora (NIR) ou legislação específica, poderá ser permitido o seu enquadramento nos critérios estabelecidos para um produto similar.

§ 2.º O serviço oficial pode, conforme julgar necessário, solicitar a análise de parâmetro microbiológico e físico químicos complementares, não dispostos na determinação do Art. 463 do Decreto N.º 167, de 10 de setembro de 2019, incluindo ainda características organolépticas, fatores de qualidade.

Art. 5.º Os produtos a serem coletados são aqueles determinados pelo SIM, sendo de forma intercalada para que todos os produtos elaborados pelos estabelecimentos sejam analisados, obedecendo ao disposto no Art. 6.º desta Portaria.

§ 1.º As coletas fiscais e o lacre das amostras devem ser realizados pelo servidor do SIM ou na presença deste, com preenchimento do termo de coleta onde deve constar obrigatoriamente o número de registro do estabelecimento e do produto.

§ 2.º É responsabilidade do estabelecimento garantir a preservação da integridade física da amostra e conferir a sua adequada conservação durante o seu acondicionamento e transporte até o laboratório credenciado.

§ 3.º Poderá o SIM realizar o transporte de amostras fiscais até o laboratório oficial de escolha do estabelecimento.

§ 4.º Os estabelecimentos registrados deverão informar por escrito ao SIM o laboratório credenciado de sua escolha.

Art. 6.º As amostras fiscais devem ser coletadas proporcionalmente ao número de categorias que o estabelecimento industrializa, conforme segue:

I – 1 (um) a 4 (quatro) categorias - análise de 01 (um) produto;

II – 5 (cinco) ou mais categorias - análise de 02 (dois) produtos diferentes.

Art. 7.º Para os estabelecimentos que apresentarem análises físico-químicas e/ou microbiológicas da água de abastecimento interno ou análises físico-químicas e/ou microbiológicas de produto em desacordo com os padrões legais vigentes serão adotados os procedimentos descritos no artigo 467 do Decreto N.º 167, de 10 de setembro de 2019.

I - O SIM irá notificar o estabelecimento através de RNC.

II - Levando-se em consideração o risco sanitário e a fraude econômica, o SIM determinará ao estabelecimento a realização do recolhimento e a inutilização do produto de origem animal.

III - O SIM solicitará a detecção e correção com brevidade a causa da inconformidade.

IV - Em resposta a RNC, o SIM solicitará a apresentação de plano de ação corretivas e medidas preventivas para evitar a reincidência da não conformidade.

V - Realizar novo ensaio laboratorial para os parâmetros inconformes em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, com exceção de produtos de origem animal cujo tempo de fabricação seja maior que esse período.

§ 1.º É facultado ao interessado requerer ao Médico Veterinário Oficial a análise pericial da amostra de contraprova, nos casos em que

houver, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado da data de ciência do resultado, devidamente comprovado por documento auditável.
§ 2.º Em caso de reincidência de relatório de ensaios laboratoriais inconformes, para o mesmo parâmetro, em ensaio consecutivos, o estabelecimento será submetido ao Regimento Especial de Fiscalização (REF), sujeito as sanções previstas no Decreto N.º 167, de 10 de setembro de 2019, ou outro que venha substituí-lo, e de mais legislações pertinentes.

§ 3.º A critério do SIM, além do ensaio laboratorial para os parâmetros inconformes, poderá ser solicitada a análise dos demais parâmetros.
Art. 8.º Ficam estabelecidos a obrigatoriedade dos envios das análises para laboratórios credenciados oficialmente.

Art. 9.º As despesas decorrentes das análises fiscais são de responsabilidade dos estabelecimentos fiscalizados, conforme Art. 471 do Decreto N.º 167, de 10 de setembro de 2019.

Parágrafo único. A não emissão do laudo de análise por parte do laboratório oficial em função de não pagamento da análise, acarretará em auto de infração ao estabelecimento por não cumprimento ao cronograma fiscal de análises.

Art. 10. Fica estabelecido o Status da Qualidade da Água – SQA, onde a periodicidade para análise microbiológica da água de abastecimento interno, descrita no Art. 1.º, inciso II, desta Portaria passa a ser semestral.

§ 1.º Para o estabelecimento registrado atingir o SQA são necessários os seguintes requisitos:

I – possuir 2 (duas) análises microbiológicas fiscais de água consecutivas dentro dos padrões legais vigentes; e

II – possuir 3 (três) meses de documentos auditáveis dos procedimentos relativos à qualidade da água de abastecimento interno com o monitoramento da cloração da água e a limpeza e desinfecção do reservatório.

§ 2.º O estabelecimento perde o SQA se houver qualquer auto de infração por análise fiscal de água fora do padrão legal vigente, ou qualquer apontamento em Relatório de Não Conformidade – RNC referente à água ou ao reservatório de água de abastecimento interno.

Art. 12. Em relação a análise de produtos, observado o que dispõe o art. 6º desta portaria, estipula-se:

GRUPO 1: CARNES E DERIVADOS

Categoria 1.1 PRODUTOS PROCESSADOS TERMICAMENTE - ESTERILIZAÇÃO COMERCIAL

Categoria 1.2 PRODUTOS EM NATUREZA

Categoria 1.3 PRODUTOS COM ADIÇÃO DE INIBIDORES

Categoria 1.4 PRODUTOS NÃO SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

Categoria 1.5 PRODUTOS SUBMETIDOS A HIDRÓLISE

Categoria 1.6 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

Categoria 1.6 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO-COCÇÃO

GRUPO 2: MEL E DERIVADOS

Categoria 2.1 CERA DE ABELHA

Categoria 2.2 MEL

GRUPO 3 : OVOS E DERIVADOS

Categoria 3.1 PRODUTOS EM NATUREZA

Categoria 3.2 PRODUTOS NÃO SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

Categoria 3.3 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO COCÇÃO

Categoria 3.4 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO- DESIDRATAÇÃO

Categoria 3.5 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO- PASTEURIZAÇÃO

GRUPO 4: PESCADO

Categoria 4.1 PRODUTOS EM NATUREZA

Categoria 4.2 PRODUTOS COM ADIÇÃO DE INIBIDORES

Categoria 4.3 PRODUTOS NÃO SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

Categoria 4.4 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO

Categoria 4.5 PRODUTOS SUBMETIDOS ATRATAMENTO TÉRMICO-COCÇÃO

Categoria 4.6 PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO TÉRMICO-ESTERILIZAÇÃO COMERCIAL

GRUPO 5: LEITE E DERIVADOS

Categoria 5.1 CASEÍNA

Categoria 5.2 CASEÍNATO

Categoria 5.2 GORDURA ANIDRA DE LEITE

Categoria 5.3 MANTEIGA

Categoria 5.4 MARGARINA

Categoria 5.5 PRODUTO LÁTEO CRU

Categoria 5.6 PRODUTO LÁCTEO EM PÓ

Categoria 5.7 PRODUTO LÁCTEO ESTERELIZADO

Categoria 5.8 PRODUTO LÁCTEO FERMENTADO

Categoria 5.9 PRODUTO LÁCTEO FUNDIDO

Categoria 5.10 PRODUTO LÁCTEO PARCIALMENTE DESIDRATADO

Categoria 5.11 PRODUTO LÁCTEO PASTEURIZADO

Categoria 5.12 PRADUTO LÁCTEO UHT

Categoria 5.13 PRODUTO LÁCTEO ESTERELIZADO

Categoria 5.14 QUEIJO MATURADO

Categoria 5.15 QUEIJO MOFADO
Categoria 5.16 QUEIJO NÃO MATURADO
Categoria 5.17 QUEIJO RALADO
Categoria 5.18 RICOTA
Categoria 5.19 QUEIJO ULTRAFILTRADO
Categoria 5.20 SOBREMESA LÁCTEA

Art. 11. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 11 de novembro de 2019.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de novembro de 2019.

Sombrio

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO PROCESSO TP 111-2019

Publicação Nº 2229961

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SOMBRIO – AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019 – TOMADA DE PREÇOS Nº 111/2019 - Objeto: A presente licitação tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para execução de reforma do Complexo Educacional do CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente) da rede municipal de ensino, localizado na Rua Telegrafista Adolfo Coelho, no Bairro São Francisco, município de Sombrio/SC. Conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, projetos, edital e seus anexos. Base Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.406, de 10 janeiro de 2002 e alterações posteriores, e demais legislações complementares. Entrega dos envelopes: Os envelopes deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 06 de dezembro de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 09 de dezembro de 2019. Informações e cópia do edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro, Sombrio/SC, no horário das 07h00 às 13h00min, pelo e-mail: licita.sombrio@gmail.com ou pelo Fone (48) 3533-5225. Sombrio – SC, 18 de novembro de 2019. Zênio Cardoso - Prefeito Municipal

Sul Brasil**PREFEITURA****DECRETO Nº 0297-2019 LEI Nº 1.218-2019 DE 18-11-2019 PL 037-2019**

Publicação Nº 2229719

DECRETO Nº 0297/2019 DE 11/11/2019

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.191 de 20 de dezembro de 2018 e Lei nº 1.218 de 18 de novembro de 2019.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

05.01.0010.0302.0008.2.028- Atendimentos de média a alta complexidade fora do domicílio

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (258)	0.1.00.001002	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 20.000,00

05.01.0010.0301.0008.2.027- Manutenção do CIS AMOSC

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (255)	0.1.00.001002	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 40.000,00

05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (227)	0.1.00.001002	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 35.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto serão utilizados os recursos de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), nos seguintes Projetos/Atividades:

05.01.0010.0301.0008.2.026- Manutenção da farmácia básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.000 (218)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 35.000,00

05.01.0010.0301.0008.1.007- Aquisição de veículo para transporte de passageiros

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.000 (218)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 20.000,00

05.01.0010.0301.0008.1.008- Ampliação e Reforma da Unidade Sanitária de Saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.000 (222)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 5.000,00

05.01.0010.0301.0008.1.029- Ampliação e Aquisição de Equipamentos para Academia de Saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.000 (224)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 1.000,00

05.01.0010.0304.0008.2.025- Assistência e Vigilância Sanitária

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (261)	0.1.00.001002	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 5.000,00
3.3.90.000 (262)	0.1.00.001002	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 5.000,00

4.4.90.000 (264)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 5.000,00
------------------	---------------	--	--------------

05.01.0010.0305.0008.2.023- Vigilância Epidemiológica em Saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (265)	0.1.00.001002	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 11.000,00
3.3.90.000 (266)	0.1.00.001002	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 6.000,00
4.4.90.000 (268)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 2.000,00

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 18 de novembro de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO Nº 0298-2019 18-11-2019- SUPL SUPERÁVIT 2018 PM

Publicação Nº 2230077

DECRETO Nº 0298/2019 DE 18/11/2019

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual nº 1.191/2018 de 22 de dezembro de 2018.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente:

04.002.0027.0812.0007.2.019- Eventos, atividades esportivas e lazer

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (299)	0.3.00.003000	Outras Despesas Correntes- Apl. Diretas	R\$ 10.000,00

06.001.0020.0606.0010.2.049- Assistência Técnica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (341)	0.3.00.003000	Investimentos- Apl. Diretas	R\$ 500,00

05.0002.0008.0244.0009.2.033- Atendimento aos Programas de Assistência Social

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (342)	0.3.00.003000	Outras Despesas Correntes- Apl. Diretas	R\$ 14.500,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2018.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 18 de novembro de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 0299 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230970

DECRETO Nº. 0299 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDECIR TOSETTO, OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 384 de 01 de junho de 2001 e 385 de 01 de junho de 2001 e artigo 41 VII da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o pedido de exoneração do servidor público VALDECIR TOSETTO, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Administração com Lotação na Secretaria de Administração.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, a pedido o Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, VALDECIR TOSETTO, portadora do CPF nº 023.182.099-28 RG nº 312638-8 SSP/SC, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Administração, com Lotação na Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 2º. - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),
18 de novembro de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL Nº 1.218-2019 DE 18-11-2019 PL 037-2019

Publicação Nº 2229720

LEI MUNICIPAL Nº 1.218/2019 DE 18/11/2019

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal vigente:

05.01.0010.0302.0008.2.028- Atendimentos de média a alta complexidade fora do domicílio

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (258)	0.1.00.001002	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 20.000,00

05.01.0010.0301.0008.2.027- Manutenção do CIS AMOSC

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
-----------	----	---------------	-------

3.3.90.000 (255)	0.1.00.001002	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 40.000,00
------------------	---------------	--	---------------

05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (227)	0.1.00.001002	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 35.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto serão utilizados os recursos de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), nos seguintes Projetos/Atividades:

05.01.0010.0301.0008.2.026- Manutenção da farmácia básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.000 (218)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 35.000,00

05.01.0010.0301.0008.1.007- Aquisição de veículo para transporte de passageiros

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.000 (218)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 20.000,00

05.01.0010.0301.0008.1.008- Ampliação e Reforma da Unidade Sanitária de Saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.000 (222)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 5.000,00

05.01.0010.0301.0008.1.029- Ampliação e Aquisição de Equipamentos para Academia de Saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.000 (224)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 1.000,00

05.01.0010.0304.0008.2.025- Assistência e Vigilância Sanitária

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.000 (261)	0.1.00.001002	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 5.000,00
3.3.90.000 (262)	0.1.00.001002	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 5.000,00
4.4.90.000 (264)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 5.000,00

05.01.0010.0305.0008.2.023- Vigilância Epidemiológica em Saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.000 (265)	0.1.00.001002	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 11.000,00
3.3.90.000 (266)	0.1.00.001002	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 6.000,00
4.4.90.000 (268)	0.1.00.001002	Investimentos- Aplicações Diretas. (1.002)	R\$ 2.000,00

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 18 de novembro de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PORTARIA Nº 0108 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230651

PORTARIA Nº 0108, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal GERI MARCOS SIGNOR, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes de 11 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 18.02.2018 a 17.02.2019, a serem gozadas no período de 19.11.2019 a 29.11.2019

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
11 de novembro de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO TP 007/2019

Publicação Nº 2230494

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 007/2019
RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/SC torna às empresas interessadas, a RETIFICAÇÃO deste. Altera-se a data de abertura dos envelopes das propostas da Tomada de Preço 007/2019, objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA A EXECUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIO BONITO, NA LINHA PEROTTO LOCALIZADO NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

Passando a vigorar com a nova redação:

Abertura dos envelopes: 26/11/2019 às 14h00min horas.

Tangará, 18 de Novembro de 2019.

Nadir Baú da Silva

Prefeito Municipal de Tangará

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 241/2019

Publicação Nº 2229529

PORTARIA Nº. 241/2019.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O PREFEITO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº. 928/2018 de 28 de Novembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Prefeito Municipal, Sr. DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, adiantamento do equivalente a 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 700,00 cada, totalizando o valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), para sua viagem á Florianópolis/SC, no período de 19 a 22 de Novembro de 2019, com objetivo de viabilizar a liberação de recursos junto ao Governo de Estado, Deputados Estaduais e demais repartições Estaduais, para o Município De Tigrinhos/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de novembro de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe

Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 19/2019

Publicação Nº 2229756

PORTARIA Nº 019/ 2019.

Concede adiantamento de diária(s) para Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

ADEMAR BADIA , Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 007/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Vereador, CLEITON DA SILVA Matrícula Nº. 87 adiantamento equivalente a 04 (quatro) diárias no valor total de R\$ 2.320,00 (dois mil trezentos e vinte), com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis no período de 19/11/2019 a 22/11/2019, Para participar do Congresso Estadual de Vereadores/ 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ADEMAR BADIA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Tigrinhos – SC, 18 de Novembro de 2019.

PORTARIA 20/2019

Publicação Nº 2229761

PORTARIA Nº 020/ 2019.

Concede adiantamento de diária(s) para Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

ADEMAR BADIA , Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 007/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Vereador, DEJALMA SANTOS MIORANDO Matrícula Nº. 01 adiantamento equivalente a 04 (quatro) diárias no valor total de R\$ 2.320,00 (dois mil trezentos e vinte), com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis no período de 19/11/2019 a 22/11/2019, Para participar do Congresso Estadual de Vereadores/ 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ADEMAR BADIA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Tigrinhos – SC, 18 de Novembro de 2019.

PORTARIA 21/2019

Publicação Nº 2229764

PORTARIA Nº 021/ 2019.

Concede adiantamento de diária(s) para Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

ADEMAR BADIA , Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 007/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Servidor, VOLMAR DE OLIVEIRA Matrícula Nº. 39 adiantamento equivalente a 04 (quatro) diárias no valor total de R\$ 2.320,00 (dois mil trezentos e vinte), com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis no período de 19/11/2019 a 22/11/2019, Para participar do Congresso Estadual de Vereadores/ 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ADEMAR BADIA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Tigrinhos – SC, 18 de Novembro de 2019.

PORTARIA 22/2019

Publicação Nº 2229767

PORTARIA Nº 022/ 2019.

Concede adiantamento de diária(s) para Servidora da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

ADEMAR BADIA , Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 007/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora, SOLANGE SIMARA RUSCHEL Matrícula Nº. 61, adiantamento equivalente a 04 (quatro) diárias no valor total de R\$ 2.320,00 (dois mil trezentos e vinte), com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis no período de 19/11/2019 a 22/11/2019, Para participar do Congresso Estadual de Vereadores/ 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ADEMAR BADIA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Tigrinhos – SC, 18 de Novembro de 2019.

PORTARIA 23/2019

Publicação Nº 2229769

PORTARIA Nº 023/ 2019.

Concede adiantamento de diária(s) para Servidora da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

ADEMAR BADIA , Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 007/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora, CLARICE CAMPOS Matrícula Nº. 44 adiantamento equivalente a 04 (quatro) diárias no valor total de R\$ 2.320,00 (dois mil trezentos e vinte), com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis no período de 19/11/2019 a 22/11/2019, Para participar do Congresso Estadual de Vereadores/ 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ADEMAR BADIA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Tigrinhos – SC, 18 de Novembro de 2019.

Tijucas

PREFEITURA

ATA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA PROPOSTA C/C ABERTURA DE PRAZO DE CONTRARRAZÕES DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/SAMAE/2019 DA TOMADA DE PREÇO Nº 004/SAMAE/2019

Publicação Nº 2229774

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/SAMAE/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 004/SAMAE/2019

ATA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA PROPOSTA C/C ABERTURA DE PRAZO DE CONTRARRAZÕES.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, pessoa jurídica de direito interno, com sede administrativa à Rua Santa Catarina, nº 47, Centro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, inscrita sob o CNPJ 02.396.675/0001-27 e a CPL, nomeada pela portaria nº 007/2019, TORNA PÚBLICO o Processo Licitatório nº 044/SAMAE/2019 - Tomada de Preço nº 004/SAMAE/19, para a Contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia de Obras Cíveis com fornecimento de materiais para construção da Base e construção da Casa Química e Comando, referente à ampliação da Estação de Tratamento de Água, do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do município de Tijucas/SC, a licitante INFRAED ENGENHARIA EIRELI EPP apresentou recurso, no prazo de 5 (cinco) dias de acordo com o artigo 109, I, "b" da Lei 8.666/93, sendo o mesmo encaminhado às demais empresas. Desta forma, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de impugnação, conforme artigo 109, §3 da Lei nº 8.666/93, ficando desde já franqueado vista dos autos. Tijucas, 19 de novembro de 2019.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
Jilson José de Oliveira – PRESIDENTE DO SAMAE

AVISO ATA DE HABILITAÇÃO E PARA ABERTURA DE PROPOSTA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/SAMAE/2019 DA TOMADA DE PREÇO Nº 005/SAMAE/2019

Publicação Nº 2229928

ATA DE HABILITAÇÃO E PARA ABERTURA DE PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/SAMAE/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/SAMAE/2019

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às dez horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas - SC, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 007/2019 de 07/01/2019, para habilitar e marcar abertura das propostas do Processo Licitatório nº 050/SAMAE/2019 e Tomada de Preço nº 005/SAMAE/19, para a Contratação de empresa para Execução das Obras Cíveis para Complementação de Rede de Esgoto da Rua Atanásio Bernardes, do município de Tijucas/SC, SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram. Foram observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o qual encontra-se o edital disponível no site do município www.tijucas.sc.gov.br - licitações no momento da abertura desta sessão. As empresas NAJ EMPREITEIRA LTDA EPP e LF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ME atingiram os requisitos exigidos no edital, sendo assim habilitadas. Fica marcado para o dia 21/11/2019 às 09h00 a abertura das propostas. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da CPL encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais. Tijucas 18 de novembro de 2019.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
Jilson José de Oliveira - PRESIDENTE

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/PMT/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/PMT/2019

Publicação Nº 2229910

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. B-chelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 189/PMT/2019

Dispensa de Licitação nº 052/PMT/19

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Ministrar Curso (32 horas/aula) de Atualização para Agentes da Autoridade de Trânsito, com base na Portaria 094/2017 – DENATRAN, com material e Certificação para os Agentes do DITRAN de Tijucas - SC.

Contratado: ASCONTRAN TREINAMENTOS ESPECIALIZADOS LTDA.

Valor: R\$. 3.300,00 (Três mil e trezentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso II e Art. 23, inciso I e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 399/2019/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL Nº 005-2019 CMDCA

Publicação Nº 2229977

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



**EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO DE COOFINANCIAMENTO DE AÇÕES E
ATENDIMENTOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS
CAPTAÇÃO FIA - PROJETOS/PROGRAMAS/CAMPANHAS E OFICINAS
EDITAL CMDCA/FIATJ005/2019**

1

1. O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TIJUCAS-SC, doravante denominado tão somente CMDCA TIJUCAS, por meio da gestora financeira do FIA – Fundo da Infância e do Adolescente, Secretaria Municipal de Ação Social, doravante chamada SAS Tijucas, por meio do gestor municipal Prefeitura Municipal de Tijucas, doravante chamado MUNICÍPIO DE TIJUCAS, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, o teor do presente EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 005/CMDCA/2019, visando o Chamamento Público para seleção de propostas a serem autorizadas a receber CAPTAÇÃO FIA de recursos integral ou parcial, para posterior celebração de TERMO DE FOMENTO, cujo objetivo é desenvolver as Políticas Públicas voltadas à criança e ao adolescente, financiando programas, projetos, campanhas e/ou oficinas com propostas inovadoras nessa área, visando assegurar seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, cidadania, dignidade, educação, cultura, esporte, saúde, abrigo, integração e participação efetiva na sociedade conforme previsto ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. As propostas devem estar de acordo com o Art. 15 da RESOLUÇÃO CONANDA 137/2010, que estabelece sobre as ações desenvolvidas com o financiamento e aplicação dos recursos do FIA - Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos que deverão ser destinadas para ações governamentais e não-governamentais relativas ao:

- I - Desenvolvimento e execução de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- II - Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, da Lei 13.019/2014, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;
- III – Desenvolvimento e Execução de Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- IV – Desenvolvimento e execução programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



2

V - Desenvolvimento e execução de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI –Desenvolvimento e execução de ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O Conselho Municipal de Direito de Crianças e Adolescentes de Tijucas – CMDCA TIJUCAS, priorizará propostas nas áreas da saúde, educação, assistência social, arte, cultura, lazer, desporto e segurança do município de Tijucas, que desempenharão ações afirmativas e socioeducativas para garantia de direitos e defesa da criança e do adolescente com os temas:

- a) Enfrentamento e combate às violências, exploração e abuso infanto-juvenil, físico ou psicológico;
- b) Enfrentamento à drogadição e criminalidade infanto-juvenil;
- c) Fortalecimento e resgate das relações familiares e comunitárias;
- d) Fomento e incentivo à Diversidade Cultural e Inclusão Cultural infanto-juvenil;
- e) Fomento e incentivo à Acessibilidade de crianças e adolescentes com deficiência;
- f) Fomento e incentivo ao protagonismo juvenil;
- g) Fomento e incentivo à educação ambiental de crianças e adolescentes;
- h) Fomento e incentivo à inclusão digital de crianças e adolescentes;
- i) Fomento e incentivo à qualificação profissional e inclusão juvenil ao mercado de trabalho;
- j) Fomento e incentivo à Guarda e Adoção Legal de crianças e adolescentes institucionalizados;
- k) Enfrentamento às demandas de Acolhimento Temporário Institucional ou Familiar;
- l) Fortalecimento dos atendimentos infanto-juvenis do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Tijucas;

1.2. Poderão participar as ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC's) inscritas no CMDCA, com CADASTRO ATIVO no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, comprovado por meio da própria inscrição no CNPJ e com comprovação de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante, bem como capacidade técnica e operacional, qualificadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações posteriores.

1.3. Para fins deste EDITAL, considera-se ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, doravante tão somente OSC, as pessoas jurídicas elencadas no artigo 2º, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, que atendam aos requisitos para as entidades de atendimento à criança e ao adolescente conforme previstos no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.4. Para a execução do objeto previsto no presente EDITAL, não será admitida a atuação em rede entre OSC's.

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



3

1.5. As OSC's interessadas em participar do chamamento público deverão observar rigorosamente, local, data e o horário fixado para o chamamento, protocolo do(s) envelope(s) e demais pedidos, pois eventuais atrasos, ainda que mínimos, não serão tolerados.

1.6. O(s) envelope(s), contendo a(s) proposta(s) de plano(s) de trabalho e demais documentos exigidos no item 12.1 deste EDITAL, incluindo uma cópia em versão digital (enviada no e-mail do CDMCA), no formato PDF, deverão estar lacrado(s), endereçado(s) nominalmente à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento com a referência:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CAPTAÇÃO FIA DE PROJETOS
N.º 005/CMDCA/2019
Nome daOSC:

1.7. Para fins deste EDITAL, os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil:

PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

19/11/2019 a 19/12/2019, de segunda a sexta feira, nos horários de 08h00min às 12h00min.

Local: Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social de Tijucas, CREAS e CMDCATIJUCAS, localizado nesta cidade de Tijucas, na Rua José Joaquim Santana, snº, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, CEP 88.200-000.

1.8. Para os fins deste EDITAL, na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento.

1.9. O sítio eletrônico no qual serão publicados os documentos exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações, além de outros requisitos previstos neste EDITAL, será o seguinte:

SITE PREFEITURA DE TIJUCAS SC/ SERVIÇOS/ CONSELHOS MUNICIPAIS/ CMDCATIJUCAS-<http://www.tijucas.sc.gov.br/especiais/conselhos-municipais>

1.10. A OSC que participar do EDITAL deve ter registro no CMDCA, e estar em regular funcionamento e com suas obrigações legais junto ao CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS com vistas ao recebimento de recursos via FIA.

2. FINALIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO

2.1. A finalidade deste Chamamento Público de livre concorrência para apresentação e avaliação de PROPOSTAS DE PROJETOS, PROGRAMAS, CAMPANHAS e OFICINAS de atendimento à política pública de direitos e defesa de crianças e adolescentes de Tijucas que poderão ser aprovadas e autorizados a realizar CAPTAÇÃO FIA DE RECURSOS INTEGRAL OU PARCIAL para custear

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



4

as suas ações. Posteriormente formalizado TERMO DE FOMENTO entre as partes: Instituição autorizada, CMDCA Tijucas, Secretaria Municipal de Assistência Social e Prefeitura Municipal de Tijucas, que garantirá a transferência de recursos de CAPTAÇÃO FIA, para a execução da finalidade abaixo indicada, em regime de mútua cooperação, envolvendo a transferência de recursos financeiros às organizações selecionadas, conforme condições estabelecidas neste EDITAL e em seus ANEXOS.

2.2. Organizações Sociais Civis que tiverem propostas aprovadas nesse Chamamento Público receberão **RESOLUÇÃO DE COOFINANCIAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS – FIA** expedida pelo CMDCA por meio de resolução específica, no prazo de 48h após o tramite legal recursal disposto neste edital que descrevem a identificação da proposta aprovada, área de atuação, público alvo, contendo nome do projeto, valor total e prazo máximo de CAPTAÇÃO FIA.

2.3. O presente EDITAL e seus anexos estarão disponíveis para consulta e impressão no sítio eletrônico e o extrato do mesmo, no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. É de responsabilidade das OSC's e de todo e qualquer interessado acompanhar o processo deste chamamento público no sítio eletrônico, para conhecimento de possíveis comunicados e alterações.

2.5. A seleção das propostas aprovadas para COOFINANCIAMENTO FIA de recursos financeiros integral ou parcial, observará a ordem crescente de classificação de avaliação final emitida por Parecer de Classificação de Propostas Aprovadas do Edital CMDCA/FIATJ 005/2019 E SEU PAGAMENTO ESTARÁ CONDICIONADO A DISPONIBILIDADE DO RECURSO.

2.6. Neste chamamento público não há limite de apresentação e aprovação de propostas, desde que atendam às exigências deste EDITAL, especialmente de seu ANEXO I.

2.7. A organização interessada em participar do chamamento público deverá apresentar a proposta de PLANO DE TRABALHO conforme ANEXO II.

3. DO OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

3.1. O TERMO DE FOMENTO terá por objeto a formalização de parcerias para a execução da proposta de ação afirmativa, aprovada previamente, CONDICIONADO aos recursos financeiros a que se destina conforme este EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, devendo ser consideradas as diretrizes previstas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO II.

4. DAS METAS DE ATENDIMENTO

4.1. As metas de atendimento almejadas devem constar do ANEXO II – PLANO DE TRABALHO, levando-se em consideração a demanda já em atendimento e identificadas pela entidade no Município.

4.2. A equipe de referência vinculada à execução do plano de trabalho deverá

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



5

estar

adequada e dimensionada ao público atendido, conforme o estabelecido nos TERMOS DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

4.3. A apresentação da proposta, nos termos deste EDITAL, vincula a OSC a busca pelo atendimento das metas referenciadas em seu PLANO DE TRABALHO (ANEXO II).

4.4. A parceria receberá o constante acompanhamento por parte do gestor da parceria, o qual está designado mediante Resolução publicada no sítio oficial e no Boletim do Município, e será responsável por fiscalizar a execução da parceria, exercendo as atividades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações.

A comissão especial de monitoramento e avaliação formada e nomeada pelo CMDCA por meio de Resolução 020/2019, devem atender as normas estabelecidas pelo § 2º, do art. 59, da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

5. DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE PROJETOS

5.1. A Comissão Especial De Avaliação E Monitoramento De Projetos é o órgão colegiado responsável em receber, avaliar, julgar e monitorar as propostas do presente Chamamento Público, será composta pelos seguintes membros conforme RESOLUÇÃO CMDCA 020/2019 de 14/08/2019:

- 1) Bianca Bibiani Machado – Gestora do FIA
- 2) Cláudia Raitz Büchele – Conselheiro CMDCA Governamental
- 3) Sara Nava – Conselheira Tutelar
- 4) Tannay Vaz Junior – Conselheiro Tutelar
- 5) Elizete De Souza – Conselheira CMDCA Não Governamental
- 6) Sandra Regina Pereira - Conselheira CMDCA Não Governamental

5.2. O membro da Comissão deverá se declarar impedido de participar do processo de seleção quando constatada a participação, nos últimos 02 (DOIS) anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização participante do chamamento.

6. DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Os recursos financeiros para a celebração de TERMO DE FOMENTO, a serem formalizados por este EDITAL, serão atendidos pelas dotações orçamentárias previstas na lei orçamentária vigente, Lei Municipal nº 2.736/2018 e seus anexos, bem como nas leis subsequentes, acrescidos das receitas relativas à CAPTAÇÃO FIA de recursos oriundas dos incentivos fiscais de PF Pessoas Físicas e PJ Pessoas Jurídicas, além de transferências legais do gestor municipal.

6.2. As propostas selecionadas serão financiadas com recursos do Fundo da Infância e Adolescência de Tijucas, da seguinte forma:

- a. Por meio de COFINACIAMENTO FIA INTEGRAL dos recursos necessários ao financiamento e execução integral da proposta aprovado

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



6

nos termos deste EDITAL.

b. Por meio de COOFINANCIAMENTO FIAPARCIAL e readequação orçamentária necessária a execução e financiamento da proposta aprovado nos termos deste EDITAL.

6.3. Caso a organização da sociedade civil tenha aprovado em seu PLANO DE TRABALHO a aquisição equipamentos e materiais permanentes com recursos público provenientes da celebração desta parceria por serem necessários a execução da proposta, estes “Bens Duráveis” serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, nas hipóteses de sua extinção e/ou extinção da ação aprovada por este edital, nos termos do artigo 35, § 5o, da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

6.4. A transferência bancária dos recursos financeiros APROVADOS na modalidade COOFINANCIAMENTO FIA será executada de acordo com o CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO por meio de transação bancária online em conta corrente especificamente para a movimentação financeira exclusiva da proposta aprovada por este edital, sendo a organização favorecida a única responsável por sua correta aplicação e periódica apresentação de prestações de contas, conforme PLANILHA FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO da proposta aprovada.

6.5. Estão vedados pagamentos de qualquer espécie com recursos incentivados que não constem no Plano de Trabalho e Planilha Financeira e Orçamentária das propostas aprovada, salvo quando a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento emitir uma resolução de autorização de alteração de Plano de Trabalho em resposta ao requerimento de solicitação de modificação de objeto financeiro orçamentário que deverá constar a justificativa da necessidade da alteração.

7. DOS ESCLARECIMENTOS E ORIENTAÇÕES SOBRE O EDITAL

7.1. Os pedidos de esclarecimentos e orientações não suspendem os prazos previstos neste EDITAL e terão caráter meramente orientador.

7.3. Os esclarecimentos e orientações prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público mediante ATA, além de serem publicados no sítio eletrônico.

8. DA FORMA DE IMPUGNAÇÃO A ESTE EDITAL

8.1. Além das OSC's, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente EDITAL e seus anexos, mediante manifestação endereçada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente enviada e protocolizada por e-mail ao endereço eletrônico cmdca@tijucas.sc.gov.br, no prazo de até 03 (três) dias, contados da divulgação do extrato do EDITAL no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

8.2. A análise das eventuais impugnações sobre o teor do presente EDITAL e

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



seus anexos caberá a CMDCA TIJUCAS, em decisão irrecurável, que poderá ser precedida de manifestação técnica.

a) Sendo acolhida alguma impugnação que implique em alteração dos termos do EDITAL, a decisão do CMDCA TIJUCAS poderá determinar a adequação dos prazos inicialmente estabelecidos, caso a alteração afete a formulação das propostas ou ao princípio da isonomia.

b) Não ocorrendo o disposto no item anterior, o pedido de impugnação não suspenderá os prazos previstos neste EDITAL.

8.3. Não será conhecida qualquer impugnação:

a) Interposta fora do prazo determinado no item 8.1 deste EDITAL.

b) Subscrita por representante não habilitado legalmente ou não identificado no requerimento como representante da OSC.

8.4. As respostas às impugnações e recursos, além da publicação no site oficial, serão juntadas nos autos do processo de Chamamento Público.

8.5. A impugnação feita tempestivamente pela OSC não a impedirá de participar do Chamamento Público definido neste EDITAL.

8.6. Todos os atos, inclusive a íntegra de eventuais impugnações e decisões, serão publicados no site oficial.

9. DA PROPOSTA

9.1. As OSC's interessadas em celebrar TERMOS DE FOMENTO deverão apresentar propostas para CAPTAÇÃO FIA de recursos em consonância com os termos deste EDITAL, na sequência abaixo especificada e observando as providências estabelecidas neste EDITAL:

I - Proposta de PLANO DE TRABALHO, por unidade executora, nos termos do ANEXO II deste EDITAL, incluindo as estimativas dos investimentos, despesas e custos indiretos em PLANILHA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA a serem realizados na execução das atividades descritas;

II - Demais documentos listados no item 12.1 deste EDITAL.

9.2. Cada OSC poderá apresentar uma ou mais propostas para CAPTAÇÃO FIA DE RECURSOS FINANCEIROS INTEGRAL OU PARCIAL.

10. DO PLANO DE TRABALHO

10.1. Somente será aprovado o PLANO DE TRABALHO que estiver de acordo com as condições estabelecidas neste EDITAL.

10.2. A PLANILHA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA deve apresentar a estimativa das despesas e suas descrições específicas e deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



8

natureza, tais como 03 (três) orçamentos ou cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponível ao público.

10.3. As propostas deverão seguir o modelo do PLANO DE TRABALHO constante do ANEXO II deste EDITAL e deverão ser impressas em papel timbrado da Organização, com todas as suas páginas numeradas, rubricadas e assinadas por seu representante legal, redigido em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente.

10.4. Um documento original escaneado e salvo com a extensão PDF deverá ser encaminhado como anexo a um e-mail identificando como Assunto: SIGLA DA OSC – NOME DA PROPOSTA – EDITAL Nº005/2019CAPTAÇÃO FIA e enviado para o endereço eletrônico cmdca@tijucas.sc.gov.br.

10.5. A entrega da proposta de plano de trabalho não gera direito à celebração da parceria.

11. DA PREVISÃO E APLICAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS

11.1. As despesas relacionadas à parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do artigo 42, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações.

11.2. Serão desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com o TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) deste EDITAL.

12. DAS COMPROVAÇÕES E DOCUMENTOS PARA A FASE DE SELEÇÃO

12.1. A fim de identificação da organização proponente desde o início do processo de seleção, serão parte integrante obrigatória das propostas os seguintes documentos comprobatórios:

I - Cópia do Estatuto Social e suas alterações registradas em cartório, que devem estar em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da lei 13.019/2014 e suas alterações;

II - Cópia da Publicação no DOM da Resolução de Registro de Entidade junto ao CMDCA TIJUCAS.

III - Cartão de Inscrição de CNPJ da organização proponente, tanto da matriz, quanto de eventual(is) filial(is) executora(s) da OSC;

IV - Cópia autenticada da Ata de eleição e Termo de posse da atual diretoria da organização proponente;

V - ANEXOS II, III, IV, V, VI, VII e VIII devidamente preenchidos e assinados;

13. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

13.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

a) Recepção e Avaliação da Conformidade das Propostas pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento com emissão de PARECER DE DEFERIMENTO OU INDEFERIMENTO DE PROPOSTA;

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



9

- b) Referendo do CMDCA a respeito dos resultados avaliados pela Comissão de Seleção;
- c) Emissão de RESOLUÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DOS RESULTADOS do EDITAL CMDCA/FIATJ 005/2019–CAPTAÇÃO FIA.
- d) Emissão da RESOLUÇÃO DE CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DE RECURSOS FINANCEIROS - COOFINANCIAMENTO FIA

13.2. A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório, bem como, a proposta poderá ser classificada para COOFINANCIAMENTO FIA recursos integral ou parcial. As propostas serão classificadas por ordem crescente, de acordo com os critérios de pontuação e julgamento estabelecidos neste EDITAL.

13.3. Serão indeferidas as propostas das OSC's cujos PLANOS DE TRABALHO estejam em desacordo com os termos deste EDITAL.

13.4. Serão desclassificadas as propostas que estejam em execução e financiados pelo FIA Tijucas a 03 (três) anos consecutivos sem alteração de objeto.

13.5. Serão desclassificadas propostas que apresente PLANO DE TRABALHO idênticos a propostas pré-existent de organizações similares á proponente já financiadas pelo recurso FIA que sugiram plágio ou suspeita de violação a direitos autorais.

14. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1. Terminado o prazo para envio das propostas, a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dará início ao trabalho de abertura de envelopes.

14.2. Nessa etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento analisará e julgará com independência técnica as Propostas apresentadas pelas OSC's proponentes, quanto ao grau de adequação às condições estabelecidas neste EDITAL e seus anexos.

14.3. A análise técnica deverá obedecer aos critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas e metodologia de pontuação conforme estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

14.4. Não identificação, em qualquer tempo, de falsificação, omissão ou inverdades de documentos e informações contidas na proposta aprovada acarretará na desclassificação imediata e Cassação da RESOLUÇÃO de COOFINANCIMENTO FIA de recursos financeiros da proposta aprovada, submetidos a aplicação das sanções jurídicas e administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração de eventual dolo ou crime.

15. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

15.1. O resultado com a ordem de classificação das propostas e respectiva

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



pontuação das OSC's selecionadas, incluindo a classificação definida no item 6.2 do EDITAL, será divulgado no sítio eletrônico e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

**16.DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS
RESULTADOFINAL**

10

16.1. A interposição de RECURSO e as CONTRARRAZÕES deverão ser formulados por Requerimento em via digital, em formato PDF, ou assemelhado, à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, enviadas e protocoladas por e-mail ao endereço eletrônico cmdca@tijucas.sc.gov.br, no prazo de 3 dias após cada fase de divulgação.

16.2. Em sede de recurso e contrarrazões, não serão admitidas razões acerca do teor do EDITAL, bem como novos documentos ou complementações que não estejam contidos proposta originalmente apresentada.

16.3. Não serão reconhecidos recursos ou contrarrazões interpostos fora do prazo.

16.4. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

**17.DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO
PROCESSO DE SELEÇÃO E DA CAPTAÇÃO FIA DE RECURSOS**

17.1. Após o julgamento dos recursos e das contrarrazões ou o transcurso do prazo para interposição, sem interposição destes, a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento encerrará seu trabalho encaminhando o resultado final da seleção mediante ATA, que será anexada ao processo administrativo, contendo a lista classificatória das OSC's participantes ao CMDCA, para HOMOLOGAÇÃO.

17.2. O resultado final do julgamento do chamamento público promovido nos termos deste EDITAL será divulgado no sítio eletrônico, e também publicado no Diário Oficial dos Municípios.

17.3. Para cada projeto aprovado, será emitido pelo CMDCA uma resolução para Coofinanciamento FIA de Recursos Financeiros – no valor aprovado da proposta aprovada.

17.4. A disponibilidade de Recursos Financeiros na modalidade Coofinanciamento FIA das propostas aprovadas será confirmada e formalizada pelo Gestor do FIA em até 3 meses contados da publicação do resultado final deste Chamamento Público, conforme prevê a Conanda – resolução 137, artigo. 13 no § 4º.

17.5. Devendo os recursos recebidos obrigatoriamente originados da conta bancária FIA – Fundo da Infância e Adolescência de Tijucas:

BANCO: BANCO DO BRASIL - AGÊNCIA: 2723-5 - CONTA CORRENTE: 1.600-4

TITULARIDADE: FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS – SC.

CNPJ 20.506.370/0001-02

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



11

17.6. O prazo de desembolso no item anterior poderá ser prorrogado de acordo com sua disponibilidade orçamentária.

17.7. Para as propostas aprovadas para Coofinanciamento FIAde Recursos Financeiros que não tiverem aprovação do valor financeiro integralmente constante no item 17.4, a OSC deverá apresentar a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, no prazo de 15 dias a partir da expedição da RESOLUÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE COOFINANCIAMENTO FIA TIJUCAS

17.8. ,a READEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA com o redimensionamento de execução, metas e planejamento financeiro e orçamentário do plano de trabalho correspondente aos recursos comprovadamente captados, conforme estabelece o artigo 57 da Lei Federal n.º 13.019/2014 e suas alterações.

17.9. Não sendo apresentado o READEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA com o redimensionamento de execução, metas e planejamento financeiro e orçamentário do plano de trabalho no prazo previsto nos itens anteriores, os recursos do projeto serão desvinculados do mesmo e revertidos ao CMDCA TIJUCAS

18.DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

18.1. Para celebração do TERMO DE FOMENTO, o CMDCA convocará por meio eletrônico a OSC selecionada para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovarem que atendem aos requisitos dos artigos 33 e 34 da LEI FEDERAL Nº 13.019 apresentando especialmente:

A) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil, demonstrando que a entidade existe e emantem cadastro ativo há, no mínimo, 01 ano;

B) Comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou do objeto de natureza semelhante, podendo ser admitidos, sem prejuízos de outros:

i. Instrumento similares firmados com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, com empresa pública/privada/OSCs/corporações internacionais acompanhados de declaração de efetividade na realização das ações, indicando quais resultados alcançados, emitida pelo representante legal ou estatutário, da concedente/ contratante ou organização beneficiada indiretamente; (Ex. Escolas, Conselhos Tutelares, Associação de Pais e Professores, Vara da Infância, CRAS, CREAS;

ii. Declaração de experiência anterior, emitida por Redes, OSCs, movimentos sociais, empresas públicas e privadas que especifiquem a efetividade das ações e indiquem os resultados alcançados, firmados pelo representante legal ou estatutário, da concedente e/ou contratante ou organização beneficiada indiretamente;

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



12

iii. Declaração, sob pena da lei, firmada pelo representante legal ou estatutário, sobre a experiência previa da organização da sociedade civil, acompanhada de relatório pormenorizado das atividades por ela já desenvolvidas e especificando sua efetividade;

C) Comprovante de Capacidade Técnica e Operacional da OSC para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas no objeto da parceria, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

- a. Disponibilidade de estrutura física e de equipamentos e materiais necessários ao cumprimento e execução da proposta aprovada;
- b. Aferição da capacidade técnica dos profissionais responsáveis pela execução do objeto ou do quadro de pessoal do proponente que ficará diretamente envolvido na consecução da parceria, com apresentação de documentação legal para o exercício profissional e currículo;
- c. Atestado de capacidade técnica, emitido pelo representante legal ou estatutário da concedente/contratante CMDCA ou Secretaria Municipal de Assistência Social de Tijucas;
- d. Prêmios oficiais nacionais ou internacionais recebidos pela OSC pertinentes ao objeto da parceria;
- e. Publicações de inegável valor técnico e pesquisas realizadas pela OSC, pertinentes ao objeto da parceria;

D) Cópia do estatuto registrado e eventuais alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

E) Cópia da ata da eleição e termo de posse autenticada e registrada;

F) Relação nominal atualizada do quadro de dirigentes da organização com a identificação individualizada das seguintes informações: Documentos Oficiais de Identificação - RG ou CNH com data e órgão de expedição, Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço completo de residência;

G) Cópias autenticadas do Registro Geral – RG e CPF, do presidente, tesoureiro e responsável técnico de execução da proposta aprovada.

H) Cópias dos Comproventes de Residência do período do último mês dos dirigentes Presidente, Tesoureiro e Responsável Técnico da proposta da OSC;

I) Cópia do Comprovante de Residência da OSC pelo período de 03 (três) meses do endereço declarado como sede de funcionamento da organização;

J) Declaração emitida pelo Controle Interno da Prefeitura de Tijucas, sob pena da lei, de que a organização não está impedida de celebrar qualquer modalidade de

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



parceria com órgão público municipal e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações;

k) Declaração, emitida por dirigente da OSC, informando que nenhum dos dirigentes é membro de poder ou Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

13

L) Declaração emitida pelos dirigentes da organização da sociedade civil atestando não incorrerem nas situações de vedação, previstas nas alíneas “a”, “b”, e “c” do inciso VII do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

M) Declaração, sob as penas da lei, de que não haverá transferência financeira, contratação ou remuneração de servidor ou empregado público efetivo/temporário/comissionado a qualquer título, bem como a seus respectivos cônjuges/companheiros/parentes até segundo grau, em linha reta/colateral ou por afinidade, pela OSC, com os recursos derivados das decisões deste Edital.

N) Declaração, sob a pena da lei, de que não empregar crianças e adolescentes menores de 16 anos em trabalho salvo em condição de JOVEM APRENDIZ e menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

O) Comprovante de Inscrição atualizada no Conselho Municipal de direito de Crianças e Adolescentes de Tijucas.

P) Cópias das Certidões de negativa de Débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União da OSC e dos representantes legais, presidente e tesoureiro da OSC, emitida no site: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNL/Certidao.asp?tipo=1>;

Q) Cópias das Certidões de Negativa de Débitos relativos a créditos tributários estaduais e à dívida ativa da OSC e dos representantes legais, presidente e tesoureiro da OSC, emitida no site [http://www.sef.sc.gov.br/servicos/assunto/25/Certid%C3%A3o Negativa de D%C3%A9bitos](http://www.sef.sc.gov.br/servicos/assunto/25/Certid%C3%A3o%20Negativa%20de%20D%C3%A9bitos);

R) Cópias das Certidões de Negativa de Débitos relativos a créditos tributários municipais e à dívida ativa da OSC e dos representantes legais, presidente e tesoureiro da OSC, emitidas no site https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114-037/contribuinte/rel_cndcontribuinte.faces;

S) Cópias das Certidões de Negativa de Débitos Trabalhistas da OSC e dos representantes legais, presidente e tesoureiro da OSC, emitidas no site: <http://www.tst.jus.br/certidao>;

T) Cópia dos Certificados de Regularidade do FGTS da OSC, emitidos no site <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



14

18.2. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados, que estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização da sociedade civil será notificada para, no prazo de até 15 (QUINZE) dias úteis, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

18.3. Serão consideradas regulares, para fins de cumprimento do disposto neste EDITAL, as certidões positivas com efeito denegativas.

18.4. Em todas as fases do processo de seleção as OSC's ficam obrigadas a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

18.5. As OSCs deverão comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes no prazo de 45 dias após ato autorizativo.

18.6. Para fins de celebração do TERMO DE FOMENTO, entende-se por membro de Poder titular de cargo de estrutura da organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Nacionais, Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

18.7. Para fins de celebração do TERMO DE FOMENTO não são considerados membros de Poder os membros integrantes dos conselhos de direitos e de políticas públicas.

18.8. Todas as Declarações de que trata o presente Edital deverão ser assinadas pelos representantes legais, presidente e tesoureiro, e impressas em papel timbrado.

18.9. As OSC's selecionadas que não apresentarem as comprovações e documentos necessários à celebração da parceria serão desclassificadas.

19. DOS IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES

19.1. Ficará impedida de celebrar TERMO DE FOMENTO com o MUNICÍPIO a OSC que:

- I. Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- II. Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- III. Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta do município de Tijucas, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral e por afinidade, até o segundo grau; tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 05 (cinco) anos,

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



salvose:

- a. For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
- b. For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- c. A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

15

IV. Tenha sido punida com uma das sanções estabelecidas no artigo 39, V, da Lei Federal 13.019/2014, pelo período que durar a penalidade;

V. Tenha tido contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

20. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

20.1 A prestação de contas dos recursos financeiros públicos e Relatório das atividades é de inteira responsabilidade do proponente e o não cumprimento acarretará suspensão do TERMO DE FOMENTO que será formalizada por Resolução CMDCA após 90 dias consecutivos de ausência de protocolo de prestação de contas e/ou justificativa de atraso. De acordo com a obrigatoriedade o instrumento Prestação de Contas:

- a) Será um procedimento em que a execução da parceria será analisada e avaliada, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas e dos resultados previstos, e deverá ser mensal;
- b) Será mensal a apresentação da prestação de contas e do relatório de execução do objeto, elaborado pela OSC, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) Deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas;
- d) Será formalizada pelo preenchimento do FORMULÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (ANEXO X) em 4 (quatro) vias originais assinados e protocolados por ofício endereçado ao presidente do CMDCA de Tijucas até 30 dias após a data do recebimento da parcela financeira (desembolso).

20.2. O relatório de execução financeira, além de indicar o demonstrativo integral de receitas e despesas, acompanhadas de documento fiscal, deverá ser acompanhado dos extratos bancários da conta específica vinculada à execução da parceria, da conciliação bancária referentes ao período de que trata a prestação de contas.

20.3. Caberá ao proponente ainda anexar fotos de diversos ângulos para comprovação da etapa executada e realizar vídeos para documentar a atividade, anexando a prestação de contas final. A prestação de contas seguirá também as

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



diretrizes previstas na lei 13.019/2014 e instruções normativas do TCE/SC.

21.DOSANEXOS

Integram este EDITAL, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os ANEXOS:

16

ANEXO I – TERMOS DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – MODELO DE PLANO DE TRABALHO;
ANEXO III – MODELO DE PLANO FINANCEIRO E ORÇAMENTARIO;
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CIENCIA, CONCORDÂNCIA E VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS;
ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS;
ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE MEMBROS DIRIGENTES ATIVOS DA OSC;
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VEDAÇÃO POR VINCULO TRABALHISTA DE MEMBROS DE PODER;
ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DAS INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS DO ESPAÇO FISICO PARA EXECUÇÃO DA PROPOSTA APROVADA;
ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA EXCLUSIVA PARA EXECUÇÃO DO PLANO FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO DA PROPOSTA APROVADA;
ANEXO X – FORMULÁRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRA E RELATÓRIO DE ATIVIDADES;
ANEXO XI – TERMO DE FOMENTO.

22.DAS DISPOSIÇÕESFINAIS

A qualquer tempo, o presente EDITAL poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vicio insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

22.1 Caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração do TERMO DE FOMENTO, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação de sanções;

22.2. Todos os custos decorrentes da elaboração das Propostas e de quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público e celebração do TERMO DE FOMENTO, serão de inteira responsabilidade das ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSC's proponentes, não cabendo nenhuma indenização, remuneração ou apoio por parte do MUNICÍPIO ou do CMDCA TIJUCAS.

Tijucas, SC, 18 de novembro de 2019.

Cláudia Raitz Buchele
Presidente do CMDCA

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



17

**ANEXO I
TERMOS DE REFERÊNCIA**

1. MODALIDADE DA PARCERIA será a celebração do TERMO DE FOMENTO, conforme definido no artigo 2º, inciso VIII da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

2. OBJETO DA PARCERIA O TERMO DE FOMENTO terá por objeto a execução de proposta de atenção especial ao direito de crianças e adolescentes conforme prioridades estabelecidas pelo CMDCA TJ, com captação de recursos financeiros na **MODALIDADE DE COOFINANCIAMENTO**, sob orientação do TCESC e respeitando os critérios estabelecidos na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas Alterações.

2.1. As propostas devem contemplar obrigatoriamente, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas pelo menos um (02) das seguintes Políticas Públicas:

- I - Enfrentamento às violências, exploração e abuso sexual, na promoção da saúde física e mental;
- II - Ações socioeducativas para garantia de direitos e defesa da criança e do adolescente;
- III - Fortalecimento das relações familiares e comunitárias;
- IV - Fomento e apoio ao protagonismo juvenil e inclusão social, especialmente na qualificação e inserção no mercado de trabalho;
- V - Projetos inovadores no acolhimento institucional e de medidas socioeducativas;
- VI - Infrequência e Evasão escolar;
- VII - Crianças e Adolescentes usuários de substâncias psicoativas (drogas);
- VIII - Crianças e Adolescentes vítimas de exploração do trabalho infanto-juvenil (Alta Complexidade);
- IX - Incentivo à guarda e adoção, cumprindo o art. 260 do ECA. O incentivo poderá ser feito através de campanhas e eventos (Alta Complexidade);
- X - Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;
- XI - Atendimento a crianças e adolescentes com deficiência;
- XII - Violência doméstica, escolar e intrafamiliar;
- XIII - Acolhimento institucional ou familiar incentivo a guarda e adoção;
- XIV - Pesquisas, estudos e diagnósticos sobre a situação de crianças e adolescentes e qualificação da rede de atendimento.

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



18

2.2. As Propostas de Atendimento devem estar de acordo com as necessidades e demandas municipais. Estas Necessidades são estabelecidas pela Hierarquização em grau de complexidade dos atendimentos socio assistenciais conforme Quadro I abaixo:

a) PROJETOS/PROGRAMAS/CAMPANHAS/OFICINAS – BAIXA COMPLEXIDADE

- As propostas devem oferecer serviços que fortaleçam e estimulem prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

b) PROJETOS/PROGRAMAS/ CAMPANHAS/OFICINAS - MÉDIA COMPLEXIDADE

As propostas devem fornecer serviços voltados para crianças e adolescentes que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

c) PROJETOS/PROGRAMAS/ CAMPANHAS/OFICINAS - ALTA COMPLEXIDADE -

As propostas devem fornecer os serviços de proteção social especial que garantem a proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para crianças e adolescentes que se encontram em situação de violação de direitos. Quais sejam: a) Serviço de Acolhimento Institucional: Abrigo institucional, Casa Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva. b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

QUADRO I

Planilha de Destinação Orçamentária X Grau de Complexidade X Nº Beneficiários	Expectativa de Número Total de Beneficiados Diretos	Percentual de destinação orçamentária
SERVIÇOS DE BAIXA COMPLEXIDADE PROJETOS/PROGRAMAS/CAMPANHAS/OFICINAS – Áreas: Saúde, Educação, Assistência Social, arte, Cultura, Lazer, desporto e segurança.	8.000	70%
SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE PROJETOS/PROGRAMAS/CAMPANHAS/OFICINAS – Áreas: Saúde, educação, assistência social, arte, cultura, lazer, desporto e segurança.	250	15%
SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE PROJETOS/PROGRAMAS/CAMPANHAS/OFICINAS – Áreas: Saúde, educação, assistência social, arte, cultura, lazer, desporto e segurança.	250	15%

Na perspectiva de ampliação de atendimentos de atenção a crianças e adolescentes, o CMDCA apresenta as prioridades de atendimento estabelecidas

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



para o município de Tijucas para execução prevista no ano de 2020. Cada área de atuação deverá atender, dentro de sua capacidade, o maior número de beneficiados possível, de acordo com as especificações conforme QUADRO II.

19

Quadro II

ÁREAS DE ATUAÇÃO/ CAPACIDADE DE INCRITOS/ CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE ATENDIMENTO	Projetos	Programas	Campanhas	Oficinas
Categoria 1 – Educação e Qualificação Profissional / Educação Digital / Capacitação e/ou Treinamento sobre Empreendedorismo	Até 150 Crianças e Adolescentes 10 Horas semanais	Até 500 Crianças e Adolescentes 20 Horas semanais	Até 5000 Crianças e Adolescentes 4 Horas semanais	Até 500 Crianças e Adolescentes 4 Horas semanais
Categoria 2 – Dança / Expressão Corporal / Artes Cênicas / Áudio Visuais e/ou Resgate Cultural	Até 150 Crianças e Adolescentes 10 Horas semanais	Até 500 Crianças e Adolescentes 20 Horas semanais	Até 5000 Crianças e Adolescentes 4 Horas semanais	Até 500 Crianças e Adolescentes 4 Horas semanais
Categoria 3 Educação Ambiental	Até 150 Crianças e Adolescentes 10 Horas semanais	Até 500 Crianças e Adolescentes 20 Horas semanais	Até 5000 Crianças e Adolescentes 4 Horas semanais	Até 500 Crianças e Adolescentes 4 Horas semanais
Categoria 4 Saúde, Prevenção, Segurança e/ou Cidadania	Até 150 Crianças e Adolescentes 10 Horas semanais	Até 500 Crianças e Adolescentes 20 Horas semanais	Até 5000 Crianças e Adolescentes 4 Horas semanais	Até 500 Crianças e Adolescentes 4 Horas semanais
Categoria 5 Educação Desportiva	Até 150 Crianças e Adolescentes 10 Horas semanais	Até 500 Crianças e Adolescentes 20 Horas semanais	Até 5000 Crianças e Adolescentes 4 Horas semanais	Até 500 Crianças e Adolescentes 4 Horas semanais
Categoria 6 Educação Musical/ Musicalização	Até 150 Crianças e Adolescentes 10 Horas semanais	Até 500 Crianças e Adolescentes 20 Horas semanais	Até 5000 Crianças e Adolescentes 4 Horas semanais	Até 500 Crianças e Adolescentes 4 Horas semanais

3. VALOR DA REFERÊNCIA dos recursos financeiros para a celebração dos TERMOS DE FOMENTO, a serem formalizados por conta deste EDITAL, serão atendidos pelas dotações orçamentárias previstas para o exercício de 2020, conforme a Lei Municipal nº 2.736/2018 e seus anexos, bem como nas leis subsequentes, acrescidos dos recursos captados de forma direta pelos doadores espontâneos para Coofinanciamento FIA junto ao FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE TIJUCAS e das propostas aprovados para CAPTAÇÃO FIA de recursos financeiros. Cada Plano de Trabalho definirá e detalhará os recursos financeiros necessários à sua execução, incluindo, se necessário, remuneração de equipe de trabalho (Valor máximo admitido para remuneração por hora de trabalho de R\$

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



100,00/h aula), serviços, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais de consumo, dentre outros, consoante os artigos 2º-A e 46 da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

4. LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO será de acordo com a definição estabelecida pela OSC no Plano de Trabalho.

20

5. DA JUSTIFICATIVA

5.1 De acordo com a Lei 807/1990 e suas alterações que regulam o CMDCA de Tijucas, o conselho tem por finalidade atender programas e ações voltadas aos atendimento Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Tijucas estabelecidas pelas Políticas Públicas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que asseguram o desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social da criança e do adolescente em condições de liberdade e dignidade, assim como Políticas e Programas de Assistência Social, em caráter supletivo para aqueles que dela necessitam. Autorizando o município a destinar recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

5.2 Com o intuito de cumprir com suas prerrogativas o CMDCA Tijucas promove, por meio deste edital de chamamento público, a oportunidade de GARANTIR O DIREITO AOS ATENDIMENTOS SOCIOEDUCACIONAIS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE ACORDO COM O ECA (Estatuto da criança e adolescentes).

6. FORMA E PERIODICIDADE PARA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação dos recursos pelo FIA para a OSC será mensal, obedecendo o cronograma de desembolso que compõe o Plano de Trabalho.

7. CRITÉRIOS E METODOLOGIA DE PONTUAÇÃO

A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório, bem como A PROPOSTA poderá ser classificado para CAPTAÇÃO FIA integral ou parcial, pelo FIA. As propostas serão classificadas por ordem crescente, de acordo com os critérios de pontuação e julgamento estabelecidos neste EDITAL. A classificação das propostas ocorrerá pela análise e avaliação individual das mesmas pela Comissão especial de avaliação e monitoramento, de acordo com os critérios de julgamento abaixo discriminados e com a proposta de pontuação máxima prevista a seguir:

PLANILHA DE PONTUAÇÃO

ITEM	OBJETO	PONTUAÇÃO
I	Cumprimento dos objetivos - adequação ao tema; qualidade técnica do Projeto, metodologia aplicada – clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos ao público que se destina, atividades propostas e resultados esperados - capacidade da equipe envolvida e do projeto no cumprimento do planejamento e metas do projeto apresentado	0 a 100 pontos
II	Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação e execução do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade – Medidas de acesso a comunidade ao conteúdo produzido pelo projeto – Estratégias de divulgação das metas e etapas do projeto ao longo de sua execução (pré-produção, produção e pós-produção) visando transparência e visibilidade aos projetos financiados pelo FIA Municipal	0 a 100 pontos
III	Sustentabilidade do projeto (Analisar a continuidade após o fim da parceria - garantia de ações de continuidade sem incentivo do FIA – capacidade de	0 a 100 pontos

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



21

	encontrar novos parceiros para o financiamento do projeto	
IV	Inovação Criatividade (práticas inovadoras que promovam a garantia de direitos) conforme Inciso I do Art. 15 da resolução 137/2010 do CONANDA	0 a 100 pontos
V	Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária	0 a 100 pontos
VI	Campanhas, Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente	0 a 100 pontos
VII	Campanhas, Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	0 a 100 pontos
VIII	Desenvolvimento de Campanhas, programas e projetos de comunicação, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente	0 a 100 pontos
IX	Campanhas, Programas e Projetos que atuem no fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente – O projeto apresentado possui/possuirá parcerias que representem a necessidade de sua execução/aprovação. Promoverá a mobilização social e articulação com os diversos fazedores sociais na defesa dos direitos da criança e do adolescente.	0 a 100 pontos
X	Campanha, programa ou projeto com amplo espectro de ação, grande número de beneficiário diretos e ou indiretos	0 a 100 pontos
TOTAL DE PONTUAÇÃO ALCANÇADA		1000 pontuação máxima

7.1. Na avaliação de cada critério de julgamento acima, será utilizada a seguinte metodologia de pontuação, considerando de 0 a 100 pontos:

A) **GRAU PLENO de expectativa de atendimento -70 a 100 pontos e suas frações**: Texto com informações completas sobre o tema, tecnicamente compatíveis e atendendo as prescrições do Edital e seus anexos: correção e precisão na abordagem do tema; grau (profundidade) de abordagem e domínios dos temas; coerência e integração da proposta de plano de trabalho com a estrutura especificada pelo Edital; clareza e objetividade da exposição – Pontuação máxima 100,0.

B) **GRAU SATISFATÓRIO de expectativa de atendimento - 40 a 70 pontos e suas frações**: Texto com informações adequadas para compreensão do tema; com pouco domínio do tema; pouca coerência e integração da proposta de plano de trabalho, sem objetividade ou clareza – Pontuação máxima 70,0.

C) **GRAU INSUFICIENTE de expectativa de atendimento - 0 a 40 pontos e suas frações**: texto com informações incompletas não possibilitando a compreensão do tema ou apresentando informações antagônicas e erros graves na abordagem do tema ou não abordando o tema indicado; as informações não correspondem ao solicitado neste Edital – Pontuação máxima 40,0.

7.2. Serão **ELIMINADAS** as propostas das OSC's:

- Cujos PLANOS DE TRABALHO estejam em desacordo com os termos deste EDITAL;
- Que não tenham sido protocolados na data prevista neste EDITAL.
- Serão **DECLASSIFICADAS** as propostas das OSC's que tenham obtido PONTUAÇÃO FINAL inferior a 400 pontos, considerando a proposta apresentada como Grau Insuficiente de expectativa de atendimento.

7.3. CRITÉRIO DE DESEMPATE

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



22

7.3.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base nos seguintes critérios:

- a) Na maior pontuação obtida no critério de julgamento II do Quadro II;
- b) Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida pela soma dos itens I, III, IV e V dos Critérios de Julgamento do Quadro II;
- c) Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida pela soma dos itens VI, VII, VIII, IX e X dos Critérios de Julgamento do Quadro II;
- d) Persistindo a situação de igualdade, para o desempate será considerado a entidade ou organização de assistência social o maior tempo de Registro no CMDCA conforme Caderno de Controle de Registro de Entidades.
- e) Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito em favor da OSC com mais tempo de constituição;
- f) Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

TIJUCAS, 18/11/2019

Cláudia Raitz Buchele
Presidente CMDCA TIJUCAS

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



23

ANEXO II
PLANO DE TRABALHO DO EDITAL CMDCA 005/2019
(apresentar em papel timbrado da entidade / OSC)

1. DADOS INSTITUCIONAIS
1.1. RAZÃO SOCIAL:
1.2. CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURIDICA: CNPJ nº DATA DA INSCRIÇÃO NO CNPJ:
1.3. ENDEREÇO DA SEDE:
1.4. ENDEREÇO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA
1.5. INFRAESTRUTURA EXISTENTE DISPONIVEL PARA EXECUTAR A PROPOSTA
1.6. MUNICIPIO:
1.7. CONTATO TELEFONICO:
1.8. E-MAIL:
1.9. REGISTRO DE INSCRIÇÃO NO CMDCA DATA DE INSCRIÇÃO NO CMDCA RESOLUÇÃO Nº
1.10. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL NOME DO PRESIDENTE: RG: ÓRGÃO EXPEDIDOR: DATA DE EXPEDIÇÃO: CPF: ENDEREÇO: TELEFONE: E-MAIL:
1.11. IDENTIFICAÇÃO DO RT - RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO DA PROPOSTA NOME DO RT: PROFISSÃO: CONSELHO REGIONAL DE: INSCRITO SOB O REGISTRO Nº RG: ÓRGÃO EXPEDIDOR: DATA DE EXPEDIÇÃO: CPF: ENDEREÇO: TELEFONE:

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



24

E-MAIL:												
1.12.FINALIDADE ESTATUTÁRIA:												
2. DADOS DA EQUIPE DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA												
2.1 Nome:						Contato:						
2.2 Nome:						Contato:						
2.3 Nome:						Contato:						
3. PLANO DE TRABALHO												
3.1. NOME DA PROPOSTA												
3.2. VIGÊNCIA DA PROPOSTA												
3.3. OBJETO DA PROPOSTA												
3.4. PÚBLICO ALVO												
3.5. VALOR FINANCEIRO DA PROPOSTA												
4. HISTORICO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE												
5. DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO LOCAL												
6. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA												
7. OBJETIVO GERAL												
8. OBJETIVOS ESPECIFICOS/METAS												
9. QUADRO PLANEJAMENTO DE OBJETIVOS/METAS												
META	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE AÇÕES/ETAPAS E/OU ATIVIDADES												
AÇÃO	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



25

1.													
2.													

11. QUADRO FUNCIONAL DA PROPOSTA

Nome	Formação	Atuação	Carga horária Mensal	Tipo de Contratação	Remuneração Mensal

12. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E ATENDIMENTO

13. FONTES DE RECURSO – FIA TIJUCAS
COOFINANCIAMENTO FIA R\$: _____
OUTRAS FONTES R\$: _____

14. PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA

Item	Descrição detalhada do Item de Aquisição Futura	Quantidade	Preço Unitário R\$	Valor Total R\$
1				
2				
	TOTAL			

15. PLANEJAMENTO FINANCEIRO/ORÇAMENTARIO

1.Despesas com Insumos, materiais de custeio	Mês previsto para a despesa												Valor Total
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Despesas com Mão de Obra	Mês previsto para a despesa												Valor Total
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Despesas com Uniformes	Mês previsto para a despesa												Valor Total
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Despesas Materiais de Divulgação	Mês previsto para a despesa												Valor Total

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

16. PLANEJAMENTO REPASSE/DESEMBOLSO

Planejamento Financeiro da Proposta	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Provisionamento de repasse	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

17. PLANEJAMENTO DE MONITORAMENTO DO IMPACTO SOCIAL DA PROPOSTA

MONITORAMENTO	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	IMPACTO FINAL
Nº ALUNOS													
% Participação Familiares													
% Frequência do Aluno no Projeto													
% Frequência do Aluno na Escola													
% Evasão Escolar de alunos durante o Projeto													
% Retorno a Escola durante o Projeto													
Crescimento do Rendimento Escolar													
Novos Casos de Conselho Tutelar													
Novos Casos CRAS													
Novos Casos Creas													
Acompanhamento Casos de Conselho Tutelar													
Acompanhamento Casos CRAS													
Acompanhamento Casos Creas													

18. AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DA PROPOSTA

INDICADORES DE IMPACTO SOCIAL	ATUAL	EXPECTATIVA	PERCENTUAL DE IMPACTO PREVISTO
-------------------------------	-------	-------------	--------------------------------

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



27

EVASÃO ESCOLAR (%)			
REGRESSO A ESCOLA (%)			
FREQUÊNCIA ESCOLAR (%)			
RENDIMENTO ESCOLAR (%)			
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (%)			
ACOMPANHAMENTO DE CASOS CREAS (%)			
ACOMPANHAMENTO DE CASOS CRAS (%)			
ACOMPANHAMENTO DE CASOS CONSELHO TUTELAR (%)			
ACOMPANHAMENTO DE CASOS SCFV (%)			
ACOMPANHAMENTO DE CASOS CASA LAR (%)			
ENCAMINHAMENTO AO MERCADO DE TRABALHO (%)			
CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (%)			
PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES EXTRAS (%)			
PARTICIPAÇÃO FAMILIAR EM ATIVIDADES EXTRAS (%)			

Assinatura do Presidente da OSC

Assinatura do Tesoureiro da OSC

Assinatura do RT Responsável Técnico

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

28

(nome do presidente da OSC, CPF, RG) Presidente e (nome do tesoureiro da OSC, CPF, RG) Tesoureiro, na qualidade de Representantes Legais da OSC proponente, DECLARO para os devidos fins, sob as penas da Lei, que a OSC (nome da organização) apresentou as prestações de contas de valores repassados e recebidos em exercícios anteriores pela Administração Pública Municipal direta e indireta, que, posteriormente foram devidamente aprovadas, não havendo nenhum apontamento ou parecer contrário a regularidade fiscal ou tão pouco, valor a ressarcir.

Assinatura do Presidente da OSC

Assinatura do Tesoureiro da OSC

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



29

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA,
CONCORDÂNCIA E VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES**

Declaro que a (identificação da OSC), sob as penas da lei, se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção, que está ciente, concorda e atende a todas as disposições, condições e requisitos previstos no Edital de Chamamento Público nº 003/2019 e anexos, na Lei Federal nº 13.019/2014 e sendo que:

- é regida por estatuto social nos termos do art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014 e da Lei Federal 8.742/1993 e alterada pela Lei 12.435/2011;
- possui tempo mínimo de existência de 01 (um) ano, com cadastro ativo no CNPJ nos termos da alínea “a” do inciso V do art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014, na data de apresentação da Proposta de Plano de Trabalho;
- possui (meses/anos) de experiência prévia, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, nos termos da alínea “b” do inciso V do art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- possui instalações e outras condições materiais, inclusive quanto à salubridade e segurança, quando necessárias para realização do objeto e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento da atividade ou projeto, nos termos alínea “c” do inciso V do art. 33 da Lei Federal nº 13.019/2014, ou previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

A proposta de Plano de Trabalho apresentada contempla despesas com pagamento de pessoal, e anexo à proposta constam os documentos comprobatórios.

Tijucas, ____ de _____ de 2019.

NOME DO PRESIDENTE DA OSC

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

30

Declaro para os devidos fins, sob as penas da lei, que a Entidade (identificação da OSC):

- não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos;
- não se submete, tal qual seus Dirigentes, às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e suas alterações;
- está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- não tem como dirigente membro do Poder ou do Ministério Público, ou Dirigente da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- não teve as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos, que não tenham sido sanadas e/ou quitados os débitos, reconsiderada ou revista a decisão de rejeição, ou ainda a referida decisão esteja pendente de recurso com efeito suspensivo;
- não se encontra submetida aos efeitos de:
 - i) sanções de suspensão de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a administração pública;
 - ii) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
 - iii) suspensão temporária da participação em chamamento público;
 - iv) impedimento de celebrar parceria ou contrato com a Administração Pública Municipal e
 - v) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo; não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos; e
- não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de Junho de 1992.

Tijucas, de de 2019

NOME DO PRESIDENTE DA OSC

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



ANEXO V

DECLARAÇÃO

31

Declaro para os devidos fins, em nome da Entidade (identificação da Organização da Sociedade Civil -OSC), sob as penas da lei, que:

- não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela Organização da Sociedade Civil-OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, efetivos ou temporários, inclusive Aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- não haverá contratação de empresa(s) pertencente(s) a dirigentes e/ou a parentes até 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigentes da OSC, ou de agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;
- não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Endereço residencial	Número e órgão expedidor da Carteira de Identidade RG/RNE e número do CPF

Tijucas, de de 2019

NOME DO PRESIDENTE DA OSC

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



ANEXO VI

DECLARAÇÃO

32

Declaro para os devidos fins, em nome da Entidade(identificação da OSC), sob as penas da lei, que:

- nenhum dos dirigentes é membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, sendo considerados: i) membros do Poder Executivo: o Chefe do Poder Executivo (Prefeito), Vice Prefeito e Secretários Municipais; ii) membros do Poder Legislativo: Vereadores; iii) membros do Ministério Público (Procuradores e Promotores).
- não incorre nas situações de vedações, previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso VI do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Tijucas, de _____ de 2019.

NOME DO PRESIDENTE DA OSC

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE
INFRAESTRUTURA FISICA**

33

(A OSC adotará uma das três alternativas abaixo, conforme a sua situação e excluirá as demais alternativas, bem como esta observação para a versão final da declaração).

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei Federal nº 13.019/2014, que a Entidade (identificação da OSC):

(Alternativa 1)

Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades previstas na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

(Alternativa 2 caso não o tenha em completo)

Dispõe de condições de contratação ou aquisição com recursos próprios os ambientes e as condições materiais para o desenvolvimento das atividades previstas na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

(Alternativa 3 caso não o tenha em completo)

Dispõe de parte das instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades previstas na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar com recursos da parceria outros bens para tanto.

Tijucas, de de 2019.

NOME DO PRESIDENTE DA OSC

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA

34

Eu, (nome completo do representante legal da organização da sociedade civil), abaixo assinado, brasileiro/a, portador/a do RG nº e do CPF nº, na qualidade de dirigente do/a (nome da organização da sociedade civil), inscrita no CNPJ sob nº informo que os repasses das verbas públicas referentes ao TERMO DE COLABORAÇÃO decorrente do Edital de Chamamento nº 01/CMI/2019 para a execução do Plano de Trabalho aprovado no Município de Tijucas, deverão ser depositados na conta bancária abaixo descrita:

Nome do Banco (instituição financeira pública):

Agência:

Conta Corrente:

Outrossim, DECLARO, sob as penas da lei, que a movimentação bancária das despesas do TERMO DE FOMENTO, será realizada na referida conta.

Tijucas, de de 2019.

NOME DO PRESIDENTE DA OSC

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



ANEXO IX

TERMO DE FOMENTO CMDCA TJ nº ____/2019 – FIA Tijucas SC

35

O MUNICÍPIO DE TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel Büchele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ELÓI MARIANO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 449.147, inscrito no CPF sob o nº 216.076.059-53, residente e domiciliado nesse Município**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, O **Fundo Municipal da Infância e Adolescência Tijucas SC** inscrito no CNPJ 20.506.370/0001-02, neste ato representado pelo gestor da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS** a Sra. Secretária Municipal **BIANCA BIBIANI MACHADO, brasileira, Casada, portadora do RG nº 5030045, inscrita no CPF SOB O Nº 045.375.419-89** residente e domiciliada neste município e sob o conhecimento, autorização e fiscalizado pelo **CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TIJUCAS – CMDCA TIJUCAS**, neste ato representado pelo **Presidente do CMDCA** a Sra. **CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, Brasileira, Divorciada, portadora do RG nº 1.929.482-4, inscrito no CPF 018.316.219-67, residente e domiciliada neste município**; e a OSC - Organização da Sociedade Civil **ASSOCIACÃO**, inscrita no CNPJ nº 31.245.402/0001-31, situada a Rua **José JORGE, nº 100, Bairro centro, CEP 88.200-000, TIJUCAS SC**, neste ato devidamente representada pelo **seu Presidente, Sra. HELENA GRAÇA, brasileira, casada, Administradora de Empresas, portador do RG nº 5.224 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 590.911.509-97, residente e domiciliado na Rua Francisco Candido, nº 375, Bairro Centro, Tijucas SC**, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este **Termo de Fomento de CAPTAÇÃO FIade IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA CAMPANHA DE BAIXA COMPLEXIDADE FUTURAS GERAÇÕES** com duração e execução entre 20/02/2021 A 20/12/2021 que recebeu classificação 3º lugar com 610 pontos na Resolução CMDCA __/2020 resultante do EDITAL CMDCA 003/2019 - CHAMAMENTO PUBLICO DE COOFINANCIAMENTO FIA TIJUCAS SC, tendo a instituição o Registro CMDCA __/2019, que atenderá 1000 crianças e adolescentes nas unidades escolares do município durante período escolar na área de atuação **CAMPANHA DE BAIXA COMPLEXIDADE EDUCAÇÃO** na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



36

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência Propostas pelo EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 005/2019 – Coofinanciamento FIA TIJUCAS SC - de projeto/programa/campanha habilitado pelo PARECER CEAM 002/2019, aprovado e classificado pelo PARECER CEAM 003/2019, formalizado pela RESOLUÇÃO 015/2019, que estabelece coofinanciamento por transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescente de Tijucas com o intento de proporcionar exequibilidade de projeto, programa/campanha APROVADO tendo por finalidade específica de buscar alternativas e soluções em prol da efetivação e garantia de direitos de crianças e adolescentes do município de Tijucas SC. Os serviços a serem prestados com o Coofinanciamento a que este Termo de Fomento se refere, garante atendimentos e atividades extracurriculares nas seguintes ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1.PROJETOS DE BAIXA/MÉDIA/ALTACOMPLEXIDADE: Atender crianças e adolescentes com carga horária mínima de 4 horas semanais nas categorias de atuação.

2.PROGRAMASDE BAIXA/MÉDIA/ALTA COMPLEXIDADE: Atender crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 horas semanal nas diversas áreas de atuação.

3.CAMPANHAS DE BAIXA/MÉDIA/ALTA COMPLEXIDADE: Atender crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 horas semanal nas diversas áreas de atuação.

4.OFICINASPROGRAMAS E/OU CAMPANHAS DE ALTA COMPLEXIDADE: Atender crianças e adolescentes com carga horária mínima de 1 horas semanal nas diversas áreas de atuação.

2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor autorizado pela Resolução CMDCA Tijucas Nº____ no total de **R\$ 0.000,00 (ZERO reais), parcelas MENSAIS iguais no valor de R\$ 0.000,00 (ZERO reais)**, constante no PLANO DE TRABALHO DE (nº DE DIAS DE SERVIÇOS PRESTADOS) DIAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA Nº____ E READEQUAÇÃO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO.

2.2. Para o exercício do segundo, terceiro e quarto trimestre de 2020, 2021 OU 2022, fica estimado o Valor Orçamentário e Financeiro referente ao projeto/ programa/campanha/oficina Aprovados pelo Edital 005/2019 de Chamamento Público para CAPTAÇÃO FIA Tijucas de R\$ 326.000,00 (Trezentos e vinte e seis mil reais) oriundos de transferências legais atribuídas A ORIENTAÇÃO DO TCE SC QUANTO A CAPTAÇÃO FIA DE PROPOSTAS pela Lei Municipal 1064/93 e 1811/2003 e dotações ESPECIFICA COMPLEMENTADA no Orçamento Municipal das verbas adicionais DE TRANSFERENCIA IRPJ CAPTAÇÃO FIA R ENTRE OS ANOS DE 2019/2020/2021

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



37

3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC fica responsável em promover campanhas de arrecadação exclusiva à sua proposta aprovada, por meio da apresentação da RESOLUÇÃO DE CAPTAÇÃO FIA e demonstrativos de resultados de parcerias anteriores. Esta modalidade de CAPTAÇÃO FIA oportuniza as Instituições Privadas Pessoa Jurídica de todo o país, tornarem-se Investidores Sociais em nosso município.

3.2. A OSC não contribuirá financeiramente para a execução do objeto desta parceria com contrapartida financeira.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de desembolso/transferência Financeira deste Termo de Fomento e no valor nele fixado que estabelece:

- a) A Transferência financeira da 1ª parcela autorizada será executada até o dia ____;
- b) A Transferência financeira da 2ª parcela autorizada será executada até o dia ____;
- c) A Transferência financeira da 3ª parcela autorizada será executada até o dia ____;
- d) A Transferência financeira da 4ª parcela autorizada será executada até o dia ____;
- e) A Transferência financeira da 5ª parcela autorizada será executada até o dia ____;
- f) A Transferência financeira da 6ª parcela autorizada será executada até o dia ____;
- g) A Transferência financeira da 7ª parcela autorizada será executada até o dia ____;
- h) A Transferência financeira da 8ª parcela autorizada será executada até o dia ____;
- i) A Transferência financeira da 9ª parcela autorizada será executada até o dia ____;
- j) A Transferência financeira da 10ª parcela autorizada será executada até o dia ____;
- k) A Transferência financeira da 11ª parcela autorizada será executada até o dia ____;
- l) A Transferência financeira da 12ª parcela autorizada será executada até o dia ____;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações e /ou prestações de contas, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



38

caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII – A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

4.2. Compete à OSC:

I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário Aprovado pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos do CMDCA de Tijucas, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público infanto-juvenil de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



39

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos e Comissão Especial de avaliação e monitoramento do Edital 005/2019, em especial aos representantes designados pelo CMDCA Tijucas, ao gestor do FIA, ao controle interno e ao Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV– A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 005/2019– FIA CMDCA Tijucas e Readequação do Planejamento Orçamentário Autorizado.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e Planejamento Orçamentário com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 005/2019 – FIA CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância da Proposta Aprovada, bem como das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, em cumprimento às determinações e aos

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



40

entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- a) pessoal permanente da conveniente;
- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) coffee-break e coquetéis de festividades e/ou comemorações;
- d) gastos exclusivamente de responsabilidade da conveniente;
- e) alimentação, exceto quando exclusivamente para consumo das crianças e adolescentes e constante no Plano de Aplicação;
- f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) remuneração equivalente a honorários exclusivos a dirigentes de OSCs;
- l) outras despesas vedadas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes:
 1. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
 2. modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
 3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho e planejamento orçamentário;
 4. pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
 5. efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
 6. realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros; Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e Pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 005/2019 – FIA CMDCA Tijucas.

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



41

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 005/2019 – FIA CMDCA Tijucas, desde que, autorizado por solicitação e justificativa previa junto a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento.

5.7. A OSC deverá obrigatoriamente produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. AS PROPOSTAS APROVADAS deverão apresentar o documento READEQUAÇÃO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA, no período designado pelo Edital 005/2019 o sendo, portanto, obrigatória a apresentação das Prestações de Contas Parciais Mensais em até 30 dias após o recebimento do recurso financeiro.

6.2. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a Obrigatoriedade de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução DA PROPOSTA. De acordo com a legislação, o prazo final de execução da proposta esse dará até o dia 01 de FEVEREIRO de 2020.

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



42

6.3. Deverão compor à prestação de contas mensal, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

- a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;
- b) Relatório Qualitativo e Quantitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais culturais que a proposta trouxe para o grupo,
- c) Relato por escrito de (pelo menos) 5 pais das crianças e adolescentes beneficiadas quanto as melhorias nas habilidades socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de aprendizagem e participação da Proposta Aprovada,
- d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCA e protocolado até o trigésimo dia subsequente ao repasse financeiro, em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, na recepção da Secretaria de Assistência Social localizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final. Todas as prestações de contas serão analisadas pela Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento do CMDCA de Tijucas, que emitirá PARECER DE REGULARIDADE MENSAL E AUTORIZAÇÃO DE REPASSE DA PARCELA SEGUINTE ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Social.

6.4. Os Relatórios de Monitoramento das Ações desenvolvidas deverão ser mensalmente até o quinto 30º dia subsequente ao recebimento do repasse financeiro e, a partir desta apresentação inicial, seguir sequência de apresentação mensais para análise do CMDCA Tijucas.

6.4.1. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus “cases” do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, suas imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e estimular a doação de recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

6.5. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

6.6. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo PRESTAÇÃO DE CONTAS da referida lei.

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



43

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 11/11/2022, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil.

7.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O Plano de Trabalho e Planejamento Orçamentário da parceria poderá ser revisto de acordo com o Edital 005/2019 – Fia CAPTAÇÃO FIA CMDCA Tijucas mediante solicitação formalizada à Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento dando ciência da justificativa e esclarecendo não existir mudança de objeto financiado.

9. DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento por meio da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento, por meio de representantes do Gestor do Fundo da Infância e Adolescência de Tijucas, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – Emitir ao Controle Interno o PARECER MENSAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E AUTORIZAÇÃO DE REPASSE FINANCEIRO DE PROXIMA PARCELA após análise da prestação de contas MENSAIS, com base na Planilha RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



44

9.3. A Administração Pública, neste ato representado pelo gestor do FIA e Controle Interno da Prefeitura deverá emitir PARECER CONCLUSIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, bem como, poderá emitir o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.4. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

- I – Descrição: sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II - Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III - Valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;
- IV - Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.
- VI - Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.5. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação deverão realizar visita in loco, da qual será emitido RELATÓRIO PARCIAL DE MONITORAMENTO que comporá o corpo do PARECER PREVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS para encaminhamento ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas.

9.6. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos representantes indicados pelas partes envolvidas neste Termo de Fomento.

10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



- I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e Planejamento Financeiro/Orçamentário aprovado;
- II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;
- III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

45

11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

- I – Advertência, nos seguintes casos;
- II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;
- III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;
- IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o PLANO DE TRABALHO APROVADO E READEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**
Lei Municipal No. 807/90 e 933/92



conforme RESOLUÇÃO CMDCA TIJUCAS 015/2019. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, -- de ---- de 20--.

46

Eloi Mariano Rocha
Prefeito Municipal de Tijucas

Bianca Bibiani Machado
Secretaria Municipal de Assistência Social

Cláudia Raitz Büchele
Presidente do CMDCA Tijucas

Helena
Representante da OSC

(Todos os documentos produzidos e apresentados para a participação deste edital deverão ser identificados no cabeçalho/ rodapé da proponente)

EXTRATO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO C/C ABERTURA DE PRAZO DE CONTRARRAZÕES PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/PMT/2019

Publicação Nº 2230971

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/PMT/2019

EXTRATO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO C/C ABERTURA DE PRAZO DE CONTRARRAZÕES

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS, pessoa jurídica de direito interno, com sede administrativa à Rua Coronel Buchelle, nº 01, Centro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, inscrita sob o CNPJ 72.254.576/0001-96 e a CPL, nomeada pela portaria nº 007/2019, TORNA PÚBLICO:

No Processo Licitatório nº 163/PMT/2019 – Pregão Presencial nº 093/PMT/19, para CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE INSERVÍVEIS E ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, a licitante ULISSES DONIZETE RAMOS, apresentou recurso, conforme Art. 4º, XVIII da Lei 10520/02, ficando as demais empresas desde já intimadas para querendo apresentar contrarrrazões, oportunidade que todo o processo licitatório em comento está franqueado vista. Desta forma, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de contrarrrazões.

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE PROPOSTA E RETIFICAÇÃO DA ATA DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 022/PMT/2019

Publicação Nº 2230047

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/PMT/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 022/PMT/2019

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E RETIFICAÇÃO DA ATA DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

Ao treze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta minutos, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas – SC, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 007/2019 de 07/01/2019, para suspender a abertura da proposta marcada para dia 14/11/2019 às 10 horas e retificar a Ata de Julgamento da Habilitação. Verificou-se que a Comissão de Licitação não julgou a habilitação das empresas participantes do processo em epígrafe, tendo em vista que umas das empresas licitantes EMPREITEIRA JK LTDA não apresentou a Certidão Negativa Federal válida. Como é sabido, a qualquer momento a Administração Pública pode rever seus atos, para melhor clareza e transparência. Ato contínuo será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 para a empresa EMPREITEIRA JK LTDA apresentar nova Certidão Negativa Federal atualizada, exigida no item 7.2.4 do Processo Licitatório nº 160/PMT/2019 e Tomada de Preço nº 022/PMT/19, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO E PINTURA DO PRÉDIO DO ANFITEATRO LEDA REGINA DE SOUZA, CONFORME (CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO), DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, tendo em vista que a licitante faz jus ao benefício concedido pela legislação. Após este prazo será julgada a habilitação das empresas participantes. Após o prazo estabelecido será oportunizado apresentação de recurso nos moldes do artigo 109, inciso I, “a”, da Lei 8.666/93, ficando desde já franqueada vista dos autos. Ato contínuo será oportunizado apresentação de impugnação nos moldes do artigo 109, inciso I, “a”, §3º da Lei 8.666/93, ficando desde já franqueada vista dos autos. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da CPL encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE PROPOSTA E RETIFICAÇÃO DA ATA DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 023/PMT/2019

Publicação Nº 2230050

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/PMT/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 023/PMT/2019

EXTRATO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E RETIFICAÇÃO DA ATA DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

Ao treze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às sete horas e trinta minutos, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas – SC, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 007/2019 de 07/01/2019, para suspender a abertura da proposta marcada para dia 13/11/2019 às 08 horas e retificar a Ata de Julgamento da Habilitação. Verificou-se que a Comissão de Licitação não julgou a habilitação das empresas participantes do processo em epígrafe, tendo em vista que umas das empresas licitantes EMPREITEIRA JK LTDA não apresentou a Certidão Negativa Federal válida. Como é sabido, a qualquer momento a Administração Pública pode rever seus atos, para melhor clareza e transparência. Ato contínuo será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 para a empresa EMPREITEIRA JK LTDA apresentar nova Certidão Negativa Federal atualizada, exigida no

item 7.2.4 do Processo Licitatório nº 170/PMT/2019 e Tomada de Preço nº 023/PMT/19, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA REFORMA DO PRÉDIO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO "PROFESSOR MANOEL DOS ANJOS, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC, tendo em vista que a licitante faz juz ao benefício concedido pela legislação. Após este prazo será julgada a habilitação das empresas participantes. Após o prazo estabelecido será oportunizada apresentação de recurso nos moldes do artigo 109, inciso I, "a", da Lei 8.666/93, ficando desde já franqueada vista dos autos. Ato contínuo será oportunizada apresentação de impugnação nos moldes do artigo 109, inciso I, "a", §3º da Lei 8.666/93, ficando desde já franqueada vista dos autos. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da CPL encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
ELOÍ MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 101/PMT/2019

Publicação Nº 2229692

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 177/PMT/2019 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 101/PMT/2019

Objeto: Locação de Banheiros Químicos, a serem utilizados nas ações da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos e Fundação Municipal de Esportes, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: FALCÃO SANEAMENTO LTDA ME, foi vencedora do lote: 01, no valor de R\$ 169.000,00 (Cento e sessenta e nove mil reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 102/PMT/2019

Publicação Nº 2229804

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 178/PMT/2019 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 102/PMT/2019

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de Segurança Não Armada para Controle de Público e Segurança Preventiva (Brigadista) para ações da Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos e Fundação Municipal de Esportes, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, foi vencedora do item: 01, no valor de R\$ 75.600,00 (Setenta e cinco mil e seiscentos reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 188/PMT/2019

Publicação Nº 2230074

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 188/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/PMT/19 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/PMT/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS - DITRAN.

CONTRATADA: ASCONTRAN TREINAMENTOS ESPECIALIZADOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO (32 HORAS/AULA) DE ATUALIZAÇÃO PARA AGENTES DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO, COM BASE NA PORTARIA 094/2017 – DENATRAN, COM MATERIAL E CERTIFICAÇÃO PARA OS AGENTES DO DITRAN DE TIJUCAS - SC.

VALOR: R\$. 3.300,00 (TREIS MIL E TREZENTOS REAIS)

TIJUCAS/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/PMT/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 109/PMT/2019

Publicação Nº 2229902

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/PMT/2019

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 109/PMT/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de sonorização de pequeno, médio e grande porte, iluminação de palco, canhão seguidor, serviço de Sky Wollker, painel de LED e veículo de som móvel, para eventos do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, Fundação Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde, do município de Tijucas - SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 03 de dezembro de 2019, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/PMT/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 110/PMT/2019

Publicação Nº 2229751

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/PMT/2019

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 110/PMT/2019

Objeto: Aquisição de Material Gráfico, para uso da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas - SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 02 de dezembro de 2019, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbó**PREFEITURA****2ª ATA SESSÃO ANÁLISE DE AMOSTRAS PREGÃO Nº 10.2019 FMS**

Publicação Nº 2230812

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO
ATA Pregão Presencial Nº. 10/2019**

Às 11h35min do dia 12/11/2019, na Sala de Licitações, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, realizou-se sessão pública para a desclassificação das empresas após a análise de verificação de amostras pela equipe técnica da Secretaria de Saúde e Assistência Social, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial em referência, com o objetivo de AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA OS CONSULTÓRIOS DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E POLICLÍNICA DE REFERENCIA. Estiveram presentes o Pregoeiro Jean Messias Rodrigues Vargas, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio
ELENISE PISETTA

Designados pela Portaria nº. 544/2018.

Fornecedor	Itens	Motivo
ODONTOSUL LTDA	88, 132 e 208	NÃO APRESENTOU AMOSTRAS
DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS HOSPITALARES LTDA EPP	72	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
LA DALLA PORTA JUNIOR	71	NÃO APRESENTOU AMOSTRA
ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP	100	NÃO APRESENTOU AMOSTRA

Deverão apresentar as amostras as seguintes empresas, terceiras colocadas, no prazo estipulado pelo edital:

ITEM	FORNECEDOR
71	JEFFERSON DUWE ME
72	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP
88	DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS HOSPITALARES LTDA EPP
100	LA DALLA PORTA JUNIOR
132	ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP
208	DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS HOSPITALARES LTDA EPP

Nada mais havendo a relatar deu-se por encerrada a sessão. Lavrei a presente ata que após lida será por todos assinada.

Itens

29

JEAN MESSIAS RODRIGUES
VARGAS
Pregoeiro Oficial

ELENISE PISETTA
Equipe de Apoio

ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 65.2019 PMT

Publicação Nº 2230814

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 65/2019 – PMT

INTERESSADAS: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.
SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA. EPP
INFRASUL – INFRA. E EMPR. LTDA.

Às nove horas, do décimo oitavo dia, do mês de novembro de dois mil e dezenove (18/11/2019), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083, de 02 de janeiro de 2019, para abertura dos envelopes de Habilitação do processo licitatório Tomada de Preço nº. 65/2019 - PMT.

Protocolaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta de Preço as seguintes empresas: INFRASUL – INFRA. E EMPR. LTDA. – CNPJ nº. 03.094.645/0001-29, TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA. EPP - CNPJ nº. 12.535.370/0001-02, SETEP CONSTRUÇÕES S.A. – CNPJ nº. 83.665.141/0001*-50 e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. - CNPJ nº. 03.620,927/0001-12.

Dando início à sessão, a Presidente solicitou aos membros da Comissão de Licitação que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade e em seguida, passou à abertura dos envelopes “Habilitação”, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, nos documentos neles contidos.

Ato contínuo, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Engenharia da Prefeitura para análise e parecer técnico, item 7.1.6 do Edital, e ao setor de Contabilidade, tendo em vista a necessidade de análise e parecer da Qualificação Econômico-Financeira, item 7.1.4 do Edital.

Os envelopes das propostas deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

LOURDES MOSER
Presidente

ANGELA PREUSS
Membro

DAVI BERRI
Membro

AVISO PP 13 2019 FMS

Publicação Nº 2230815

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019 FMS

OBJETO: PREGÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO CONSTANTES DA LISTAGEM PADRONIZADA DA FARMÁCIA BÁSICA DO SUS MUNICIPAL, OU EM FALTA, OBRIGATORIAMENTE CONSTANTE NA LISTA DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS OFICIAL DA ANVISA/CMED, DISPONÍVEL NO ENDEREÇO <http://portal.anvisa.gov.br/listas-de-precos> OU, NA AUSÊNCIA, NA TABELA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO - REVISTA ABC FARMA, EM SUA ÚLTIMA EDIÇÃO, BEM COMO INCLUSÕES E EDIÇÕES POSTERIORES E SUJEITOS À TRIAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E AS BENEFICIADAS POR DETERMINAÇÕES JUDICIAIS.. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 29 de novembro de 2019. ABERTURA: dia 29 de novembro de 2019 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br e telefone (47) 3380 7000.

TIMBÓ (SC), 18/11/2019
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social

AVISO PP 71 2019 PMT

Publicação Nº 2230816

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019 PMT

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOLSAS TÉRMICAS DESTINADA A COMPOR O BRINDE NATALINO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ/SC, EM COMEMORAÇÃO AOS 150 ANOS, CONFORME LEI MUNICIPAL N.º 2683, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 29 de novembro de 2019. ABERTURA: dia 29 de novembro de 2019 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.com.br, e telefone (47) 3380 7000.

TIMBO (SC), 18/11/2019
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 178.2019 FCT

Publicação Nº 2230821

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 178/2019 FCT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, KIFREDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SORVETES LTDA, CNPJ nº. 83.546.952/0001-32, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 21/11/2019.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 18 de novembro de 2019
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 179.2019 FCT

Publicação Nº 2230825

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 179/2019 FCT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, CLAUCI JAIR PETRY 01728219914, CNPJ nº. 34.757.571/0001-97, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 21/11/2019.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 18 de novembro de 2019
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 180.2019 FCT

Publicação Nº 2230828

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 180/2019 FCT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, FAVIANE HICKMANN PETRY 01925586928, CNPJ nº. 27.651.564/0001-40, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 21/11/2019.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 18 de novembro de 2019
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

EXTRATO DE DISPENSA Nº 23 2019 SAMAE

Publicação Nº 2230819

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 23/2019
CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE
CONTRATADA: SERGIO CAMPESTRINI
OBJETO: Locação de um imóvel com área construída de 2.116,78 m² composto por: construção industrial em alvenaria, com área de 60m², um anexo comercial de madeira com 182 m², um galpão comercial de madeira com 420 m² um galpão comercial de madeira com 1.117,00 m² e um galpão misto com 337,78 m², destinado a implantação da central e gestão da coleta de resíduos sólidos do Município de Timbó, no período de 18/11/2019 a 18/05/2020 (podendo ser alterado ou prorrogado), sendo de propriedade de Sergio Campestrini, CPF nº 384.149.439-49, residente na Rua Rudolf Piske, nº 349, Bairro Padre Martinho Stein, Cidade de Timbó, SC destinado a implantação da central e gestão da coleta de resíduos sólidos do Município de Timbó.
VALOR MENSAL: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).
VALOR TOTAL : R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais).
PRAZO DE LOCAÇÃO: 6 (seis) meses, de novembro de 2019 à maio de 2020.
TIMBO (SC), 18/11/2019
WALDEMAR GEBAUER
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2019**

Publicação Nº 2230710

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2019
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 143, §1.º, II, alíneas "d" e "e" c/c inciso VII do §2.º do art. 39 do Regimento Interno, torna público que será realizada Audiência Pública para discutir, a pedido da Comissão Especial nº 2/2019, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2019 - Revoga o §4º do art. 65 da Lei Orgânica do Município de Timbó/SC, com base na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

DA DATA E DO LOCAL

Art.1º A Audiência Pública de que trata este edital realizar-se-á no dia 5 de dezembro, às 19 horas, no Plenário da Câmara Municipal, localizada na Rua Honorato Tonolli s/n, Bairro das Nações.

DO OBJETIVO

Art. 2º O objetivo da Audiência é debater o conteúdo da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2019 - Revoga o §4º do art. 65 da Lei Orgânica do Município de Timbó/SC, com base na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Art. 3º Estão convidados a participar da Audiência Pública setores governamentais, organizações de classe, empresas públicas e privadas e demais munícipes.

Parágrafo Único. A exposição da matéria será realizada pelo Relator do Projeto, Vereador Carlos Adriano Kr-ger, pelo tempo que se fizer necessário, podendo contar com auxílio dos participantes.

Art. 4º Os interessados poderão participar do presente processo mediante envio de críticas, sugestões e questionamentos ao Projeto, que se encontra divulgado pela Câmara Municipal em seu endereço eletrônico www.camaratimbo.sc.gov.br.

§1º As sugestões, críticas e questionamentos podem ser enviados para os seguintes endereços:

I – por correspondência, para a Rua Honorato Tonolli s/n Bairro das Nações, Timbó-SC. CEP 89120-000;

II – por correspondência eletrônica, para o e-mail camara@camaratimbo.sc.gov.br.

§2º O período para o envio das sugestões, críticas e questionamentos referidos inicia-se na data de publicação do presente edital e finda no dia imediatamente anterior ao previsto para a abertura da Audiência Pública.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º A minuta deste Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.camaratimbo.sc.gov.br, bem como será afixada na sede da Câmara Municipal.

Art. 6º A Câmara Municipal divulgará no prazo de sete dias, após sua realização, a ata da Presente Audiência Pública.

Timbó, 18 de novembro de 2019.

Guilherme Voigt Junior

Presidente da Mesa Diretora

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**PORTARIA Nº SAMAE -292, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2230503

PORTARIA Nº SAMAE -292, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15 V da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público prevista na Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, c/c Decreto nº 4425, de 02/01/2018, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01/03/2017, Decreto nº 4681, de 30/11/2017, Decreto nº 4772, de 01/03/2018, Decreto n. 4976, de 31/10/2018, Decreto n. 5148, de 06 de março de 2019 e Decreto n. 5212, de 29 de maio de 2019;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação dos Servidores abaixo relacionados:

NOME	ALTERAR PARA
ANTONIO DA SILVA	31.12.2019
ANTONIO VICTOR MOURA PINHEIRO	31.12.2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de Novembro de 2019; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER
Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 119/2019

Publicação Nº 2230529

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 119/2019 - Edital Pregão nº. 98/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 02 de dezembro de 2019, Propostas para aquisição de veículo um tipo VAN LOTAÇÃO que passara a integrar a frota veicular da Prefeitura Municipal de Três Barras.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 02 de dezembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 14 de novembro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 120/2019.

Publicação Nº 2230532

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Procedimento Licitatório nº. 120/2019 - Edital Pregão nº. 99/2019.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 02 de dezembro de 2019, propostas para o REGISTRO DE PREÇO de serviços de transportes de pacientes (transferências de pacientes internados) com veículo tipo ambulância, chassi longo e teto alto, de acordo com as disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 02 de dezembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou pelo site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 14 de novembro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 121/2019.

Publicação Nº 2230533

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 121/2019 - Edital Pregão nº. 100/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 03 de dezembro de 2019, Propostas para "REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS DE ÁGUA", em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 03 de dezembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 14 de novembro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI - PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 670/2019**

Publicação Nº 2230213

PORTARIA Nº 0670/2019 CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA CLAUDETE DA SILVA. FABIANO JOSÉ MENDES PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES TRÊS BARRAS - SC CONCEDE à servidora, CLAUDETE DA SILVA, ocupante do cargo de Recepcionista e Responsável pela Ouvidoria, matrícula n. 94, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, férias regulamentares referente período de aquisição de 2018/2019, de acordo com o requerimento protocolado sob o n. 713/2019, sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009, com período de gozo a contar de 25 de novembro de 2019. Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 14 de novembro de 2019. A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 18 de novembro de 2019. Joel Antonio Voigt Gestor Legislativo e Contábil Fabiano José Mendes (PSD)

PORTARIA N. 671/2019

Publicação Nº 2230216

PORTARIA Nº 0671/2019 FABIANO JOSÉ MENDES PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES TRÊS BARRAS - SC CONCEDE à servidora, ELIANE DE SOUZA BUENO, ocupante do cargo de Contador Legislativo, matrícula n. 6378-0, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, férias regulamentares 30 (trinta) dias, referente período de aquisição de 2018/2019, de acordo com o requerimento protocolado sob o n. 589/2019, e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, com período de gozo a contar de 25 de novembro de 2019. Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 18 de novembro de 2019. A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 19 de novembro de 2019. Joel Antonio Voigt Gestor Legislativo e Contábil Fabiano José Mendes (PSD)

PORTARIA N. 672/2019

Publicação Nº 2230218

PORTARIA Nº 0670/2019 CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA CLAUDETE DA SILVA. FABIANO JOSÉ MENDES PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES TRÊS BARRAS - SC CONCEDE à servidora, CLAUDETE DA SILVA, ocupante do cargo de Recepcionista e Responsável pela Ouvidoria, matrícula n. 94, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, férias regulamentares referente período de aquisição de 2018/2019, de acordo com o requerimento protocolado sob o n. 713/2019, sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009, com período de gozo a contar de 25 de novembro de 2019. Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 14 de novembro de 2019. A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 18 de novembro de 2019. Joel Antonio Voigt Gestor Legislativo e Contábil Fabiano José Mendes (PSD)

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 611/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230031

DECRETO Nº 611/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DO EMPREGADO ALEXANDRE MARIANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 804/17 de 09 de Janeiro de 2017 e o Decreto nº 444/2019 de 01 de Agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 18 de Novembro de 2019, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerado o empregado ALEXANDRE MARIANI das funções do emprego de MOTORISTA III, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 18 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 612/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230034

DECRETO Nº 612/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DO EMPREGADO MAICON LIMA AGUIAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 804/17 de 09 de Janeiro de 2017 e o Decreto nº 462/2019 de 18 de Agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 18 de Novembro de 2019, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerado o empregado MAICON LIMA AGUIAR das funções do emprego de MOTORISTA III, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 18 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 613/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230036

DECRETO Nº 613/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA EMPREGADA KAMILA MARA CECCONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 804/17 de 09 de Janeiro de 2017 e a Portaria nº 292/19 de 03 de Junho de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 29 de Novembro de 2019, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada KAMILA MARA CECONI das funções do emprego de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 18 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 380/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2229603

PORTARIA Nº 380/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA O SERVIDOR SEBASTIÃO DANIEL STANGHERLIN COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2019, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E A EMPRESA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS FONTANELLA E BALDESSAR LTDA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Sebastião Daniel Stangherlin, Secretário Adjunto lotado na Secretaria de Viação, Obras e serviços, matrícula 2840, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 45/2019, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Comércio de Combustíveis Fontanella e Baldessar Ltda., cujo objeto é registro de preço para futuras aquisições de combustíveis, gasolina comum e diesel S10, para atender as necessidades das diversas Secretarias pertencentes à Prefeitura Municipal de Treviso nos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de novembro de 2019.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 18 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 381/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2229608

PORTARIA Nº 381/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA A SERVIDORA GISELE DUARTE PIACENTINI COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 55/2019, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E A EMPRESA REJANE COMÉRCIO DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS EIRELI.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Gisele Duarte Piacentini, Diretora de Departamento lotada na Secretaria de Educação, matrícula 2861, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 55/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Rejane Comércio de Produtos Pedagógicos EIRELI, cujo objeto é aquisição, por meio de assistência financeira do FNDE/MEC, de brinquedos didáticos para as escolas de educação infantil da rede municipal de ensino, conforme Termo de Compromisso PAR nº 201306589.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 18 de novembro de 2019.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 18 de novembro de 2019.

PREGÃO 38/2019

Publicação Nº 2230184

ESTADO DE SANTA CATARINA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ
PROCESSO LICITATÓRIO 51/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2019

O Município de Treviso, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS E DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS, nos termos da lei nº 10.520/02, lei 123/06, por este edital e subsidiariamente pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as demais normas regulamentares aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão Presencial/ Registro de Preço, do tipo menor preço por item, para futuras aquisições de filtros e lubrificantes, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Treviso (Secretarias de Agricultura; Educação e; Viação, Obras e Serviços) para os próximos 12 meses, conforme Termo de Referência em anexo, independentemente de transcrição. Itens remanescentes do Processo Licitatório nº 36/2019, Pregão Presencial nº 24/2019. A abertura dos envelopes de proposta de preço e documentação será realizada no dia 29/11/2019 às 07h30min, no Setor de Licitações. A íntegra do edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, sita a Av. Prof. José F. Abatti, 258, Centro, Treviso/SC, das 07h00min às 13h00min e através do site: <http://www.treviso.sc.gov.br/> (portal da transparência). Maiores informações sobre o Edital, comparecer no Setor de Licitações ou pelo telefone (48) - 3469-9000.

Treviso(SC), 18 de novembro de 2019.

PEDRO PAULO FELIPE

Secretaria de Viação, Obras e Serviços

PREGÃO 39/2019

Publicação Nº 2230186

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ
PROCESSO LICITATÓRIO 52/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019

O Município de Treviso, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS, nos termos da lei nº 10.520/02, lei 123/06, por este edital e subsidiariamente pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as demais normas regulamentares aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão Presencial/ Registro de Preço, do tipo menor preço por item, para futura contratação de Serviços de Borracharia, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Treviso/SC, nos próximos 12 meses, conforme Termo de Referência em anexo, independentemente de transcrição. A abertura dos envelopes de proposta de preço e documentação será realizada no dia 29/11/2019 às 09h00min, no Setor de Licitações. A íntegra do edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, sita a Av. Prof. José F. Abatti, 258, Centro, Treviso/SC, das 07h00min às 13h00min e através do site: <http://www.treviso.sc.gov.br/> (portal da transparência). Maiores informações sobre o Edital, comparecer no Setor de Licitações ou pelo telefone (48) - 3469-9000.

Treviso(SC), 18 de novembro de 2019.

GETULIO HOFFMAN MIRANDA

Secretaria de Administração e Finanças

Treze de Maio

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL 05/2019 / FMS

Publicação Nº 2229888

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE DE MAIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 013/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019

O Fundo Municipal de Saúde de Treze de Maio, por intermédio do pregoeiro designado, torna público que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado, objetivando a aquisição de equipamentos eletrônicos, materiais de consumo para as unidades de saúde do município e prestação de serviços em ministrar capacitação na área da saúde pública. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08:30 hrs do dia 29 de novembro de 2019. A íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, sito à Av. 7 de Setembro, 20 – Centro – Treze de Maio, no horário das 08:00 às 17:00 horas.

Treze de Maio, 18 de novembro de 2019.

Volnei Fregnani – Pregoeiro

Treze Tílias

PREFEITURA

ADENDO EDITAL 02 004/2019 EDUCACAO

Publicação Nº 2229943

ADENDO 02 - EDITAL Nº 004/2019

A Secretária de Educação do Município de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, Mari Piaia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de acordo com o Edital nº 004/2019, que tem por finalidade estabelecer as diretrizes para rematrícula online e matrículas novas dos alunos do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Educação de Treze Tílias/SC para o ano letivo de 2020.

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o Adendo 02 do referido edital, que abre prorrogação de Rematrícula Online para alunos de Pré 2 e de 1º a 9º ano, excepcionalmente, no dia 21/11/2019, das 00h01 às 23h59, através do site www.trezetiliassc.gov.br, conforme instruções descritas no Edital 04/2019 e no próprio site.

Treze Tílias/SC, 18 de novembro de 2019.

MARI PIAIA

Secretária de Educação de Treze Tílias

AVISO DE LICITAÇÃO TP 88/2019

Publicação Nº 2230954

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 88/2019 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para reforma/ampliação da Creche Irmã Maria Cassia Windmeier, conforme projeto, planilha orçamentária e memorial descritivo, constantes no anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 07h30 min do dia 04/12/2019, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5199/2019

Publicação Nº 2230977

PORTARIA Nº.5.199/2019

Em 18 de Novembro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 013/2006 de 17 de Maio de 2006, artigo 73, conceder o que segue;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder GOZO DA LICENÇA PRÊMIO, ao servidor(a), RICARDO PITOL com o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO, conforme portaria de nomeação, desta municipalidade.

Período de Aquisição da Licença Prêmio: 22.10.2014 à 21.10.2019, 60 (sessenta) dias.

Gozo da Licença Prêmio: 18.11.2019 à 17.12.2019, 30 (trinta) dias.

Sendo que os demais 30 (trinta) dias fruídos a posterior.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 18 de Novembro de 2019.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 314/2019 TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº: 14/2019

Publicação Nº 2229663

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 314/2019

Tomada de Preço Compras Serviços de Engenharia nº 14/2019

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada para reforma da escola de Educação Infantil Pré Escolar Bom Conselho da Linha Pitangueira, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento anexo.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 14:30 horas, do dia 04 de dezembro de 2019..

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC.,18/11/2019.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 315/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 194/2019 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 2230384

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

RUA JOÃO CASTILHO 111

89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 315/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 194/2019

REGISTRO DE PREÇO

Data Emissão: 18/11/2019

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS– S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório, REGISTRO DE PREÇO através da Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por hora sob regime de entrega parcelada, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Rua João Castilho, 111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 10:00 horas do dia 02 de Dezembro de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 10:00 horas do dia 02 de Dezembro de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 80/2019 PP

Publicação Nº 2230315

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 80/2019 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto Aquisição de tubos de concreto armado para execução do prolongamento da rede de drenagem pluvial no bairro São Cristóvão no município de Turvo/SC.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 13h45min do dia 02/12/2019.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 14h do dia 02/12/2019.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Turvo/SC, sito a Rua Nereu Ramos, 609 - Centro, no município de Turvo/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licitacao@turvo.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3525-8100. Turvo/SC, 18 de novembro de 2019.

Tiago Zilli

Prefeito Municipal

União do Oeste

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N. 1.148 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2230548

LEI MUNICIPAL Nº. 1.148, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

Revoga o Parágrafo único do art. 1º e cria os §§ 1º e 2º no art. 1º da Lei Municipal nº 1.001 de 10 de junho de 2014, que "Institui o Programa de Concessão de Incentivos à Avicultura, Bovinocultura de Leite, Fumicultura, a Suinocultura e outros Empreendimentos Rurais no Município de União do Oeste e dá outras providências."

CELSO MATIELLO Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogado o Parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.001 de 10 de junho de 2014.

Art. 2º - Cria os §§ 1º e 2º no art. 1º da Lei Municipal n. 1.001 de 10 de junho de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. (...)

§1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a auxiliar os agricultores empreendedores do Município de União do Oeste com o valor de R\$ 9,00 (nove reais) por metro quadrado de área construída, cujo pagamento somente será efetuado depois da conclusão da obra, e comprovado o pleno funcionamento da atividade.

§2º - O valor disposto no §1º deste artigo, será atualizado, mediante Decreto do Poder Executivo Municipal, a cada doze meses, limitado ao acumulado do I-GPM.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste (SC), 18 de novembro de 2019.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra no Diário Oficial de Municípios - DOM, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

Urubici

PREFEITURA

LEI Nº 2124/2019

Publicação Nº 2230699

LEI Nº 2124/2019

ALTERA A LEI 1147/2007 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE URUBICI.

Antônio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici-SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O artigo 3º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º O Conselho Municipal de Turismo será composto por 12 (doze) representantes e será presidido por 01 (um) membro, eleito entre os representantes dos segmentos abaixo transcritos, os quais serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo da seguinte forma:

- I - Um representante da Secretaria Municipal de Turismo;
- II - Um representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto;
- III - Um representante da Secretaria Municipal de Transportes e Obras;
- IV - Um representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL;
- V - Um representante dos Meios de Hospedagem;
- VI - Um representante da Associação Acolhida na Colônia de Urubici;
- VII - Um representante dos Bares, Restaurantes e Similares;
- VIII - Um representante das Agências, Operadoras e Guias de Turismo;
- IX - Um representante dos Proprietários de Atrativos Turísticos;
- X - Um representante de Órgão Oficial do Meio Ambiente;

- XI - Um representante dos Artesões;
- XII - Um representante do Sindicato Rural de Urubici.

§ 1º Os membros do Conselho Municipal de Turismo que não integram alguma entidade de classe formalmente constituída serão indicados pela POUSSERRA.

§ 2º Os membros do Conselho não receberão remuneração, sendo considerado de relevante serviço ao Município, tendo a seguinte constituição:

- I - Um Presidente;
- II - Um Vice-Presidente;
- III - Um Secretário Executivo.

IV - A tesouraria e a contabilidade serão exercidas pela Prefeitura Municipal de Urubici em obediência ao que dispõe a legislação vigente.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Urubici-SC, 12 de Novembro de 2019.
Antônio Zilli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 12 de novembro de 2019.

LEI Nº 2125/2019

Publicação Nº 2230700

LEI Nº 2125/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ADQUIRIR UM TERRENO ANEXO AS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LÍDIA COSTA DE SOUZA.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici-SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado ADQUIRIR um terreno de 716, 25 m2, situado a Rua Pedro Custódio, bairro Aparecida

(Riacho) com o objetivo de ampliar o espaço para atividades ao ar livre e recreação das 70 crianças matriculadas no referido centro, construir um parque infantil, uma caixa de areia e área verde para que as crianças possam interagir e crescer em harmonia com seu corpo e local de aprendizagem.

Art. 2º - O referido terreno é anexo ao centro de Educação Infantil Lídia Costa de Souza, mais especificamente aos fundos da creche, razão pela qual se faz necessário e ideal para que todas as ações almejadas sejam contempladas diante dessa aquisição.

Art. 3º - A Dotação para aquisição do terreno é 129 – Operacionalização Centro de Educação Infantil e centro de recursos 4.4.90.00.00.00.00-0118 e que existe também o financeiro para efetuar o pagamento de R\$ 62.500,00, conforme Proposta de Venda de Imóvel feita à Prefeitura Municipal de Urubici, pelos proprietários do terreno. A proposta citada consta assinada na página 22 do Processo Administrativo PMU 0030/2019, aberto para juntada de documentos pelo servidor Maylon Niehues.

Art. 4º - O processo citado consta também da Certidão de Inteiro Teor (Matrícula) solicitada junto ao Registro de Imóveis, as certidões negativas de ônus e gravames e de distribuição de ações reais e reipersecutórias relativas ao imóvel, bem como as certidões municipais emitidas pelo setor de tributos.

Art. 5º - Consta ainda a ata da reunião do Conselho Municipal de Educação, aprovando a aquisição do terreno e também documentos pessoais do casal proprietário do imóvel.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Urubici, 12 de novembro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 12 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 677/2019

Publicação Nº 2230650

PORTARIA Nº 677/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base na Chamada Pública nº 009/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 645/2019, que admitiu em Caráter Temporário a Senhora Luana Aparecida do Prado, para exercer o cargo de Professor Auxiliar de Ensino Fundamental I, na Escola Nucleada Bernardo Henrique Warmling, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 06/11/2019 à 20/12/2019, em substituição a Servidora Grazieli de Lima Semiano Stange, que encontra-se em Licença Médica Maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Novembro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 678/2019

Publicação Nº 2230655

PORTARIA Nº 678/2019

ANTÔNIO ZILLI, Prefeito do Município de URUBICI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - Constituir Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda e Administração.

Artigo 2º - A Comissão será composta por servidores estáveis, do quadro efetivo, da Prefeitura Municipal de Urubici.

Parágrafo §1º. Farão parte da Comissão os servidores a seguir correlacionados:

I. José Luiz Florentino da Silva – Topografo – matrícula 149;

II. Guilherme Westphal Meurer – Fiscal de Obras – matrícula 1313; e

III. – Diego Alessandro Neckel - Engenheiro Civil – matrícula 3862.

Parágrafo §2º. A Comissão será presidida pelo servidor José Luiz Florentino, que coordenará as atividades da Comissão.

Artigo 3º - Compete à Comissão promover a avaliação do valor de mercado de imóveis, públicos ou privados, solicitados pela Administração, por meio de laudos técnicos, para fins de desapropriação, indenização, alienação, permuta, locação, desdobro de áreas, parcelamento do solo, dação em pagamento, loteamentos, também relativos a imóveis passíveis de gravames de ônus e garantias reais de transmissão de posse direta ou indireta, em todas as formas de aquisição ou desafetação pelo Poder Público Municipal.

Artigo 4º - Compete à Comissão realizar os estudos necessários, definir a metodologia de avaliação, nível de rigor, padrão de apresentação, fontes de consulta, formas de vistoria, estipular critérios técnicos, científicos e mercadológicos imobiliários, promover a coleta de dados e informações do mercado imobiliário, sempre em respeito às Normas Técnicas Brasileiras pertinentes, e especialmente aos instrumentos legais e normativos públicos vigentes.

Parágrafo Único. No caso de avaliações de bens imóveis que apresentem características específicas, abrangendo áreas com ênfase em hidráulica, eletricidade, produtos químicos ou inflamáveis e outros itens técnicos, poderão ser convocados profissionais técnicos de outras áreas, a juízo da Comissão, para contribuir, dentro de sua especificidade profissional, nos laudos de avaliação.

Artigo 5º - Os laudos de avaliação produzidos pela Comissão deverão apresentar de forma detalhada elementos de base para sua conclusão, tais como:

I - a data da vistoria técnica, com fotos atuais do local;

II - a classificação dos bens;

III - a metodologia aplicável;

IV - os critérios e as normas técnicas utilizadas para se atingir os resultados da avaliação;

V - os cálculos e procedimentos; e

VI - os dados de valorização e depreciação que integram o valor atual de mercado do imóvel.

Artigo 6º - Essa portaria terá prazo de validade de 02 (dois) anos, ficando revogada a Portaria nº 522/2019.

Artigo 7º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, 07 de Novembro de 2019.

ANTÔNIO ZILLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 679/2019

Publicação Nº 2230657

PORTARIA Nº 679/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Portaria nº 535/2019, que admitiu em Caráter Temporário a Senhora Rosangela Miguel Arsenio de Oliveira, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil II, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer a função de Professor na Secretaria de Assistência Social como Orientador Educacional, no período de 07/11/2019 à 20/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Novembro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 680/2019

Publicação Nº 2230659

PORTARIA Nº 680/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:



Art. 1º - Ficam nomeados as Pessoas abaixo relacionadas para compor o Órgão Técnico da Administração Pública para pronunciar-se a cerca da celebração e formalização do termo de colaboração para dispensa de chamamento público, de acordo com o art. 35 da Lei nº 13.019/14, sendo eles:

- Lara Patrícia Custódio Corrêa – Psicóloga da Secretaria Municipal de Assistência Social
- Bárbara Andrade Momo Kuster – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social
- Gerson Eduardo Macedo – Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 675/2019.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 08 de Novembro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 681/2019

Publicação Nº 2230663

PORTARIA Nº 681/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados as Pessoas abaixo relacionadas, por indicação do Órgão Técnico da Administração Pública, nomeados sob a Portaria nº 680/2019, para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parceria, para análise e fiscalização de futuros convênios entre as Secretarias e Entidades Não Governamentais, de acordo com o art. 35, inciso V, letra h, da Lei nº 13.019/14, sendo eles:

- Eleonora de Souza Rodrigues – Assessor Jurídico
- Ederaldo Luís Sgrott – Secretário Geral
- Hêlvio Arilson Beckhauser – Secretário de Educação Cultura e Desporto
- Gisiane Letícia Ribeiro de Souza – Diretor de Saúde Pública

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 08 de Novembro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 682/2019

Publicação Nº 2230666

PORTARIA Nº 682/2019

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base em Atestado Médico

RESOLVE:

Art. 1º - Readaptar a Servidora Grazieli de Lima, por um período de 02 (dois) meses, para que passe a exercer as funções do cargo de Atendente de Saúde (agendamento de consultas) na Secretaria Municipal de Saúde, funções estas compatíveis com suas limitações ocupacionais verificadas por meio de atestado médico, tendo habilitação exigida para exercer tal função.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 14 de Novembro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 683/2019

Publicação Nº 2230669

PORTARIA Nº 683/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 316/2019, que designou o Servidor Erovaldo Miguel Auras, Servidor Público Municipal, para ter exercício de 05 (cinco) horas semanais na Câmara Municipal de Vereadores, até 29/02/2020, sem prejuízo para o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 14 de Novembro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 684/2019

Publicação Nº 2230673

PORTARIA Nº 684/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Alex Fabiano Lopes, exercendo o cargo de Motorista, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 18/11/2019, referente ao período aquisitivo 2013/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 18 de Novembro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 685/2019

Publicação Nº 2230678

PORTARIA Nº 685/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Scheylla Susann Karklis, exercendo o cargo de Professor, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 18/11/2019, referente ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 18 de Novembro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 686/2019

Publicação Nº 2230681

PORTARIA Nº 686/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Meuri Simone Rodrigues Melo, exercendo o cargo de Servente/Merendeira, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 18/11/2019, referente ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 18 de Novembro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 687/2019

Publicação Nº 2230686

PORTARIA Nº 687/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 631/2019, que admitiu em Caráter Temporário a Senhora Bruna Morgana Oliveira Ribeiro, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no CEI Lidia Costa de Souza, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18/11/2019 à 17/12/2019, em substituição a Servidora Meuri Simone Rodrigues Melo, que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 18 de Novembro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 688/2019

Publicação Nº 2230689

PORTARIA Nº 688/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento e Avaliação de Desempenho aos Servidores Públicos Municipais pertencentes ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, nos termos do artigo 20 da Lei nº 1409/2009, conforme segue:

MAT. FUNCIONÁRIO CARGO

51	PEDRA ISOLETE JEREMIAS	PROFESSOR NIVEL III	6
52	IVETE MARIOTTI DE OLIVEIRA	PROFESSOR NIVEL II	9
81	MARIA GORETE HEINZEN BORGES	COORDENR DE ENSINO NIVEL III	9
83	VANIA HEINZ PEREIRA	PROFESSOR NIVEL III	9
85	NADIA RITA DE CASSIA LIMA STANGE	PROFESSOR NIVEL III	9
86	GISELE WESTPHAL PRA	PROFESSOR NIVEL III	9
88	SANDRA ROGERIA NETO	PROFESSOR NIVEL III	8
94	ANA LUCIA CUSTODIO ZILLI	PROFESSOR NIVEL III	3
139	MARCIA CUSTODIO DE SOUZA	PROFESSOR NIVEL III	7
141	MARISA VIEIRA AVILA MORGAN	PROFESSOR NIVEL III	9
186	ANA GORETE RIBEIRO KRAMER	PROFESSOR NIVEL II	7
278	EDINA WARMLING	PROFESSOR NIVEL III	8
290	CARMEM REGINA BACH WARMLING	PROFESSOR NIVEL III	5
318	FLAVIA ROSANA WROBLESCKI VIEIRA	PROFESSOR NIVEL III	5
336	CLAUDIA MARCIA RODRIGUES STANGE	PROFESSOR NIVEL III	6
337	EDNA AP. DE SOUZA BECKHAUSER	PROFESSOR NIVEL III	6
338	SONIA MARIA DA SILVA ROCHA	PROFESSOR NIVEL III	5
379	SCHEYLLA SUSANN KARKLIS	PROFESSOR NIVEL II	6
386	ADRIANA LUZIA FINCK DE OLIVEIRA	PROFESSOR NIVEL III	6
531	JOICE APARECIDA FARIAS	PROFESSOR NIVEL III	6
535	CLECIR JACINTO	PROFESSOR NIVEL III	6
555	JOSEANE WARMLING MAY	PROFESSOR NIVEL III	6

561	ELIZETE COSTA MENDES	PROFESSOR NIVEL III	6
563	CASSIANA MEDEIROS DE SOUZA	PROFESSOR NIVEL III	5
603	ROSANA DO NASCIMENTO ZILLI	PROFESSOR NIVEL III	6
637	ADRIANA RODRIGUES DE SOUZA	PROFESSOR NIVEL III	6
666	ANGELITA RODRIGUES PEREIRA SANTOS	PROFESSOR NIVEL III	5
684	KETRING DAYHANE DA SILVA	PROFESSOR NIVEL III	6
688	SANDRA REGINA DE O. MOLINA	PROFESSOR NIVEL III	6
1384	FLAVIA ROSANA WROBLESCKI VIEIRA	PEDAGOGA NIVEL III	3
1386	MARIA WILLEMANN WARMLING	PROFESSOR NIVEL III	3
1391	ELIETE MARIA DOS SANTOS RIBEIRO	PROFESSOR NIVEL III	3
1396	MARILENE MEURER	PROFESSOR NIVEL III	3
1397	IVANI TEREZINHA MACHADO WARMLING	PROFESSOR NIVEL III	3
1712	VERIDIANA MORAES COSTA	PROFESSOR NIVEL III	3
1713	ANA KARLA XAVIER	PROFESSOR NIVEL III	3
1715	SANDRA MARISA BACH	PROFESSOR NIVEL III	3
1717	TANIA MARIA COUTO LAZZARIS	PROFESSOR NIVEL III	3
1720	DEIVID BECKHAUSER GASPAR	PROFESSOR MESTRE EM EDUCAÇÃO IV	3
1736	ROBERTA DE SOUZA	PROFESSOR NIVEL III	3
1844	MISLENE ROZANSCKI COPETTI	PROFESSOR NIVEL III	3
1848	FLAVIA MEYER CARDOSO FERNANDES	PROFESSOR NIVEL III	3
1858	ELIZETE APARECIDA PEREIRA RIBEIRO	PEDAGOGA NIVEL III	3
1940	BRUNA LUIZE VILVERT	PROFESSOR ED. FISICA NIVEL III	2
2565	DOUGLAS CARLOS STANGA	PROFESSOR ED. FISICA NIVEL II	2
2571	MARCIA REGINA DE SOUZA	PROFESSOR NIVEL III	2
2573	JACKSON MARTINS BORGES	PROFESSOR ED. FISICA NIVEL III	2
2616	ELIZANA TEREZINHA RAMOS	PROFESSOR ARTE NIVEL III	2
2617	VIVIAN COSTA	PROFESSOR ARTE NIVEL III	2
2618	MARILUCE MARTINS NUNES DE SOUZA	PROFESSOR NIVEL III	2
2619	LIANA TROES	PROFESSOR NIVEL III	2
2638	ALINA DE SOUZA RODRIGUES	PROFESSOR NIVEL III	1
2645	LIDIA DE MELO KARKLIS	PROFESSOR NIVEL III	2
2738	BEATRIZ DE LARA	PROFESSOR DE ARTE NIVEL III	1
2766	MARILIA DE OLIVEIRA RIBEIRO MACARI	PROFESSOR NIVEL III	1
2767	NILCEIA VENTURA	PROFESSOR NIVEL III	1
2768	JOANA DE SOUZA WARMLING	PROFESSOR NIVEL III	1
2769	CAMILA BACH NIEHUES	PROFESSOR NIVEL III	1
2848	IVERLANE PEREIRA DE SOUZA COSTA	PROFESSOR NIVEL III	1
2926	GABRIELA DA SILVA STANGE	PROFESSOR ED. FISICA NIVEL II	1
2973	GISELE DA ROSA	PROFESSOR NIVEL III	1
2975	CINEIDE APARECIDA MENDES ABREU	PROFESSOR NIVEL III	1
2976	ANDREA WERLANG CERQUEIRA	PROFESSOR NIVEL III	1
2977	ELISANA PATRICIA CERINO	PROFESSOR NIVEL III	1

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 18 de Novembro de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Urussanga

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 16/19 CMDCA

Publicação Nº 2230746



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Urussanga

RESOLUÇÃO Nº 016, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA DO MUNICÍPIO DE URUSSANGA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 16 de outubro de 2019, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.305, de Setembro de 1991, alterada pela Lei nº 1502, de 20 de junho de 1994, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Urussanga - CMDCA,

Resolve:

Art. 1º Alterar a Comissão Permanente do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA para dar suporte técnico.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes Conselheiros Municipais:

- I – Thaise de Oliveira** – representante do Paraíso da Criança.
- II – Sophia Serafin Couto Menegon**- representante da Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE
- III– Nei Alan Martins** – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IV – Sheilla de Brida** – representante da Diretoria Municipal de Esportes
- V – Adriana Vieira Tereza** – representante do Hospital Nossa Senhora da Conceição.

Art. 3º São responsabilidades da Comissão Permanente:

I - acompanhar, monitorar e avaliar as propostas de projeto submetidas ao CMDCA das entidades e organizações executados no município de Urussanga.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Urussanga

II - estudar, analisar, opinar e emitir parecer para os demais Conselheiros sobre matérias que lhes for distribuídas pela mesa diretora.

Parágrafo Único. Os pareceres emitidos pelas comissões são deliberados em plenária.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Urussanga, 18 de novembro de 2019.

Thaise de Oliveira
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Urussanga

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2019

Publicação Nº 2229833

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

CNPJ: 02.949.582/0001-82

OBJETO: Registro de preços com validade de 03 (três) meses para aquisição de 01 (um) aparelho de ultrassonografia conforme descrições e quantidades constantes no anexo I do edital.

VALOR: R\$ 75.996,00 (setenta e cinco mil novecentos e noventa e seis reais)

VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 18 de Novembro de 2019 até 17 de Fevereiro de 2020.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações.

Vargeão, SC, 18 de Novembro de 2019.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 1001/2019, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230187

DECRETO MUNICIPAL Nº 1001/2019, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 810/2018...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 01.01 – CÂMARA DE VEREADORES

Atividade: 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 R\$ 131.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial das seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 01.01 – CÂMARA DE VEREADORES

Atividade: 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 R\$ 123.000,00

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 R\$ 8.000,00

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 14 de novembro de 2019.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra

Danielly Cavalli,

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1002/2019, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230182

DECRETO MUNICIPAL Nº 1002/2019, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Designa Comissão Permanente para atuarem em licitações no âmbito do Poder Executivo do Município de Vargem/SC

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada Comissão Permanente para atuar no processamento e julgamento de licitações nas modalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993, no âmbito do Poder Executivo do Município de Vargem/SC:

I – Diego Lúcio Padilha; CPF 059.242.979-26 Presidente

II – Danielly Cavalli; CPF 037.236.839-59; Secretária

III – Marcio Perin; CPF 068.248.649-35; Membro

§ 1º - Fica designado o seguinte servidor para substituição eventual dos membros titulares:

I – Vanderleia Teodoro; CPF 059.795.009-10; Membro suplente

§ 2º - Excepcionalmente e tendo em vista peculiaridades especiais e/ou técnicas do objeto licitado, poderão ser convidados terceiros para integrar a comissão.

Art. 2º - As atribuições da Comissão Permanente designada neste Decreto são de receber, examinar e julgar os documentos, propostas e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Art. 3º - A Comissão Permanente designada neste Decreto tem mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução por períodos subseq-entes observada às disposições do art. 51, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e alterações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 954/2019.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, 14 de novembro de 2019

Milena Andersen Lopes Becher,
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli, Secretária Municipal de Administração e Finanças.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1003/2019, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2230185

DECRETO MUNICIPAL Nº 1003/2019, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Designa Pregoeiros e Equipe de Apoio para atuarem em Pregões Presenciais no âmbito do Poder Executivo do Município de Vargem/SC

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 2002, e no Decreto Municipal 388/2010, DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Sr. Diego Lúcio Padilha, CPF 059.242.979-26, como Pregoeiro, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Vargem, conforme abaixo:

Parágrafo Único – O servidor Sr. Marcio Perin, inscrito no CPF sob o nº 068.248.649-35 desempenhará as funções de pregoeiro nos eventuais impedimentos do titular.

Art. 2º Fica designada Equipe de Apoio, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Vargem, conforme abaixo:
I – Danielly Cavalli; CPF 037.236.839-59; Secretária

II – Vanderleia Teodoro; CPF 059.795.009-10; Membro suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 522/2012.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, 14 de novembro de 2019
Milena Andersen Lopes Becher,
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

RESULTADOR DA PROVA PROCESSO 02

Publicação Nº 2230275

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE VARGEM

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme Edital nº002/2019, informa a nota de prova realizada no dia 14 de Novembro de 2019 e também informa situação das inscritas para concorrer ao cargo de Membro do Conselho Tutelar do Município de Vargem – SC.

Nº	NOME	NOTA	SITUAÇÃO
001	Elisete de Fátima Santana	8,5	APTA
002	Rebeca de Souza Moreira Silva	8,5	APTA
003	Francieli Kunen de Camargo	9,0	APTA
004	Ana Carolina Jorge	7,00	APTA

Rita Izabel Alves Presidente CMDCA

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 060/2019

Publicação Nº 2229981

DECRETO Nº 060/2019, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município em consonância com o artigo 2º da Lei Municipal nº 706/2007 de 23 de maio de 2007 com nova redação dada pela Lei Municipal 873/2011 de 02 de agosto de 2011,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

Artigo 2º - O Conselho será composto pelos seguintes representantes dos segmentos educacionais do Município, sendo:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

MEMBRO: Ivan Roberto Galvan

SUPLENTE: Eneir de Almeida Vieira

MEMBRO: Jaqueline Spader

SUPLENTE: Tiago Ribeiro dos Santos

II – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL:

MEMBRO: Elenir Zonta dos Santos

SUPLENTE: Terezinha Aparecida Koshinski

III – REPRESENTANTES DOS DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

MEMBRO: Dionilce Ribeiro

SUPLENTE: Grasiela Aparecida Rech Loz

IV – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

MEMBRO: Thuany Forcelini Macedo

SUPLENTE: Vanderleia Salete da Rosa

V – REPRESENTANTES DOS PAIS E ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL:

MEMBRO: Fernanda Caetano Anzollin

SUPLENTE: Ana Michele de Bastiani

MEMBRO: Gilse Mari Chaves de Camargo Pegoraro

SUPLENTE: Luiz Fernando Barbosa de Oliveira

VI – REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL:

MEMBRO: Ana Paula Rodrigues da Silva Rocha

SUPLENTE: Sharlyson Katschor de Almeida

MEMBRO: Angela Maria Rodrigues Fabricio

SUPLENTE: Marília Isadora Lemes

VII – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

MEMBRO: Dilmar Antonio Mozzer

SUPLENTE: Karla Luciane Miotto de Abreu

VIII – REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

MEMBRO: Lucimar Mariano Bandeira

SUPLENTE: Fabiana Alves da Silva

Artigo 3º- Fica revogado Decreto nº 062/2017, de 08 de novembro de 2017.



Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 11 de novembro de 2019.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM em 18/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

LEI Nº 1175/2019

Publicação Nº 2229680

LEI Nº 1.175/2019, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO A INVESTIR EM OBRAS DE MELHORIAS NA AVENIDA XV DE NOVEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município autorizado a investir em obras de melhoria e revitalização, visando à trafegabilidade de pedestres e veículos às margens da Avenida XV de Novembro, nos termos do ofício de autorização nº 102691/2019/UL/JOAÇABA/SC/SER/SC, emitido pelo Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes, o qual passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Parágrafo Único - Os serviços serão assistidos pelo departamento de engenharia do Município, podendo ser contratado serviço especializado para projeto, instalação, fornecimento de materiais, mão-de-obra e outros necessários a execução das obras.

Artigo 2º - Sempre que necessário o Município poderá executar, diretamente ou por contratação, serviços e obras de manutenção, inclusive com o fornecimento de materiais e bens específicos.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei serão empenhadas e pagas pelo orçamento do Poder Executivo em suas dotações específicas para tal finalidade.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita (SC), 18 de novembro de 2019.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 19/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

PROCESSO 062/2019 PR 034/2019

Publicação Nº 2230534

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019

OBJETO: Registro de Preços objetivando a futura e eventual contratação de Empresa para o fornecimento de Serviços de Borracharia, incluindo desmontagem, conserto de pneus e câmaras de ar, até e tip top e montagem de Pneus da Frota de veículos de máquinas do Município, durante a vigência da Ata, conforme condições estipuladas no Edital.

Tipo: Menor Preço.

Forma de Julgamento: Menor Preço por Item.

Entrega dos Envelopes da Proposta e Documentos: Até às 09hrs00min. do dia 02 de Dezembro de 2019.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 02 de Dezembro 2019 às 09hrs00min.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 18 de Novembro de 2019.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

ATA 263/2019-CMAS

Publicação Nº 2230732

ATA 263/2019-CMAS – Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se a 12ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com o tema "Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social", nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, com início às oito horas e trinta minutos efetuando o credenciamento dos participantes e coffee break. A Conferência teve seu início oficial às nove horas. O mestre de cerimônia, Sr. Patrick Ferrão Custódio, iniciou dando as boas vindas à todos em nome da Administração Municipal de Videira e do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira. Passou-se, a apresentação cultural do grupo de jovens do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social. Em seguida, foi composta a mesa de honra com as seguintes autoridades: Exmª Claudete Nardi Vavassori- Vice- Prefeita Municipal de Videira, Ilmª. Jussara Zambom - Presidente do CMAS, Ilmª. Rosemari Pinto da Silva Neto - Diretora do Departamento de Ação Social, Ilmª. Luziele Tapajós - Palestrante deste evento, Ilmª. Caroline Rocha de Paula - Representando os Trabalhadores do SUAS, Ilmª. Maria Eva Att - Representando os Usuários da Política de Assistência Social. Em sequência, o mestre de cerimônia convidou os presentes para a execução do Hino Nacional. Após, ocorreu o pronunciamento, da Exmª Claudete Nardi Vavassori, Ilmª Rosemari Pinto da Silva Neto, Ilmª Jussara Zambom, os quais ressaltaram a importância e valorização dos serviços prestados pela Assistência Social no município, bem como da importância dos usuários da Assistência Social, e que esta Conferência é um espaço para propor propostas a serem melhoradas e de reflexão dos direitos já conquistados para fortalecer estes direitos e, foram apresentados os Conselheiros de Assistência Social e declarada oficialmente aberta a 12ª Conferência Municipal de Videira/SC. Prosseguindo, foi realizada a leitura do Regimento Interno pelas Sras. Rosenir Corso e Thais Andressa Hepp, o qual foi aprovado sem ressalvas, pelos participantes da Conferência. Continuando, os presentes foram informados que houve pré-conferências em diversos segmentos da sociedade (CRAS, CREAS, Departamento de Ação Social, APAE, Lar O Bom Samaritano, Secretaria Municipal de Educação, CAPS, NASF, entre outros), onde os técnicos da Política de Assistência Social ministraram palestras com o tema da referida conferência, a fim de demonstrar o trabalho realizado e no levantamento de propostas. Em sequência, passada a palavra à Dra. Luziele Tapajós, a qual é Profª do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora na área de políticas sociais e gestão da informação. Doutora em Serviço Social (PUC-SP). Entre os anos de 2004 a 2014 compôs a equipe principal da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, instituição responsável pela construção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Neste período, foi Assessora de Gestão da Informação, sendo uma das responsáveis pela construção da Rede SUAS. Foi Secretária da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI durante os anos de 2008-2010. Foi Presidente (gestão 2012-2014) e Vice-Presidente (gestão 2014-2015) do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. A palestrante iniciou a sua fala sobre o tema desta Conferência "Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social", relatando um breve histórico das conferências de assistência social no Brasil e seus 03 (três) eixos: Eixo 01- Assistência Social é Direito do Povo: abordou os direitos acerca da assistência social existentes na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei do SUAS, Constituição Federal de 1988, a rede de serviços do SUAS (CRAS, CREAS, BPC, PBF, Centros Pop, etc) existentes no Brasil; Eixo 02 -Financiamento Público: discutido sobre a Emenda Constitucional 95/2016, que congela por 20 anos os gastos federais com as políticas públicas, assim trazendo graves consequências para essa e para as futuras gerações, que terá forte impacto tanto na Assistência Social, Educação, Saúde e demais políticas públicas. Repassou o valor do orçamento do Governo Federal para o ano de 2020 no que tange a Assistência Social resultando numa queda acentuada do repasse dos recursos nos anos de 2015 a 2019 aos pisos da básica, média e alta complexidade (CRAS, CREAS, Abrigo), BPC, PBF, gerando muitos impactos sociais: Aumento da pobreza, da desigualdade e da vulnerabilidade social; Redução de recursos para o PBF; Redução de recursos para o BPC; Aumento da extrema pobreza e pobreza entre idosos; Aumento da pobreza entre pessoas com deficiência e suas famílias; A redução de recursos para a gestão dos serviços socioassistenciais; Redução no atendimento do Cadastro Único, com impacto na concessão do BPC e PBF; Fechamento de equipamentos e redução de equipes; Eixo 03 - Participação Social: Ressaltou a importância de que as decisões precisam ser debatidas por muitas pessoas, por muitos setores da sociedade, para que as consequências das decisões sejam para aumentar a proteção social aos cidadãos. Em seguida, foi aberto espaço para questionamentos e debates, os quais foram prontamente respondidos pela palestrante. Ao final da manhã, os convidados foram liberados para o intervalo de almoço, retornando às 13h30min. No início da tarde, houve a apresentação cultural da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Videira, com a apresentação teatral Respeite a Vida. Prosseguindo o evento, foi solicitado aos presentes que formassem grupos de discussão de eixos temáticos, de acordo com número que está em seu crachá, os quais serão coordenados pelos facilitadores de grupos, sendo divididos em 03 (três) eixos para discussão das propostas: Eixo 01- Assistência Social é Direito do Povo; Eixo 02 - Financiamento Público; Eixo 03 - Participação Social.

DELIBERAÇÕES DA 12ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

	MUNICÍPIO (05)	ESTADO (01)	UNIÃO (01)
<p>EIXO 01</p> <p>ASSISTÊNCIA SOCIAL É UM DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO</p>	<p>1. Criar a Secretaria da Assistência Social no município de Videira/SC;</p> <p>2. Estabelecer parcerias com a Educação para a oferta de cursos profissionalizantes a toda a população, retomando, por exemplo, programas e projetos como o ACESSUAS e o Pronatec;</p> <p>3. Mobilizar uma frente municipal de resistência, com representantes de entidades e grupos, frente aos desmontes das políticas sociais e fortalecer os fóruns de trabalhadores e usuários da Assistência Social;</p> <p>4. Garantir concurso e provimento de vagas para orientadores sociais no município, mediante capacitação ante o ingresso à vaga;</p> <p>5. Ampliar os equipamentos da Assistência Social, fortalecendo os serviços, e implantando, de modo efetivo, a vigilância socioassistencial.</p>	<p>1. Fortalecer a política de Assistência Social no Estado garantindo uma secretaria voltada exclusivamente para a Assistência Social.</p>	<p>1. Fortalecer a política da Assistência Social no âmbito Federal garantindo, principalmente, uma gestão técnica à frente do Ministério, rompendo com uma lógica assistencialista e do primeiro damismo, que têm crescido nos últimos governos.</p>

	MUNICÍPIO (05)	ESTADO (01)	UNIÃO (01)
<p>EIXO 02</p> <p>POLÍTICA PÚBLICA TEM QUE TER FINANCIAMENTO PÚBLICO</p>	<p>1- Garantia de recursos para ampliação dos Programas Projetos e Benefícios da Assistência Social enfatizando a necessidade de CRAS Central/equipe volante, República para Adolescentes, Abrigo para Mulheres e Casa de Passagem.</p> <p>2- Recompôr e ampliar os recursos orçamentários da Assistência Social garantindo um mínimo percentual nas três esferas, Município, Estado e União;</p> <p>3- Dar publicidade ao orçamento e prestações de contas acerca do financiamento público referente as três esferas através da realização periódica de audiências descentralizadas em espaços da Assistência Social;</p> <p>4- Garantir orçamento na LOA – Lei Orçamentária Anual e recursos financeiros a serem destinados ao financiamento dos Benefícios Eventuais, efetivando assim o que já é preconizado por Lei Municipal.</p> <p>5- Destinar recursos orçamentários e financeiros para uma política de capacitação continuada para os Trabalhadores da Assistência Social, assegurando a qualidade dos serviços ofertados.</p>	<p>1- Recompôr e ampliar os recursos orçamentários da Assistência Social garantindo um mínimo percentual nas três esferas, Município, Estado e União.</p>	<p>1- Recompôr e ampliar os recursos orçamentários da Assistência Social garantindo um mínimo percentual nas três esferas, Município, Estado e União.</p>

	MUNICÍPIO (05)	ESTADO (01)	UNIÃO (01)
--	----------------	-------------	------------

EIXO 03 PARTICIPAÇÃO SOCIAL	1. Descentralizar as reuniões do CMAS com divulgação através da mídia visando maior participação da população;	1. Capacitação permanente dos membros do conselho.	1. Permanência e manutenção dos conselhos, bem como capacitação de conselheiros e ampla divulgação da Política de Assistência Social.
	2. Implantar a equipe volante e de vigilância socioassistencial;		
	3. Fortalecer a participação social nos espaços de mobilização, a fim de garantir os direitos adquiridos pela Política de Assistência Social;		
	4. Reivindicar a manutenção dos serviços (SUAS) ofertados para a população;		
	5. Incentivar os usuários do (SUAS) para maior participação social no controle social.		

As propostas elaboradas pelos grupos de discussão supracitados foram explanadas por um relator de cada eixo temático, aprovadas uma a uma pela plenária. Registra-se a aprovação das seguintes moções: 1. MOÇÃO DE REPÚDIO à Reforma da Previdência Social da forma como esta vem sendo conduzida pelo Governo Federal, que vai gerar precarização dos benefícios previdenciários e do Benefício de Prestação Continuada. Além do que manifesta seu repúdio à nova forma de atendimento das Agências da Previdência Social, que prioriza o atendimento online e não presencial e reivindica prazos e agilidade no atendimento das solicitações de benefícios; 2. MOÇÃO DE INDIGNAÇÃO, quanto à Emenda Constitucional 95, de 2016, que congela por 20 anos, os gastos com as despesas primárias incluindo a Assistência Social. Este dispositivo já está gerando uma importante redução de financiamento na área das políticas públicas, de forma especial na Assistência Social. Compreendemos que o acesso ao direito à Assistência Social, assim como as demais políticas setoriais, ficará extremamente comprometido, gerando maior desigualdade podendo culminar em grave crise social; 3. MOÇÃO DE APOIO à realização da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, que será realizada em Brasília nos dias 25 e 26 de novembro de 2019, reconhecendo a centralidade e importância do debate e do controle social do SUAS, tendo em vista a desconvoação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social pelo Governo Federal; 4. MOÇÃO DE REPÚDIO à diminuição do orçamento destinado a Assistência Social pelos Governos Federal e Estadual. O orçamento tem sofrido um decréscimo nos últimos anos, não mantendo sequer os valores pactuados de anos anteriores. Além disso, a descontinuidade, insuficiência e o atraso em repasses configura uma quebra do Pacto Federativo, indispensável para que se mantenha o SUAS com seus serviços e benefícios. Prosseguindo, um adolescente presente na plenária sugeriu que não seja mais utilizada a nomenclatura "Usuários do SUAS" e tão somente participantes da Assistência Social ou/ Política de Assistência Social. A seguir, foram escolhidos os Delegados da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social, para representarem o município de Videira na Conferência Estadual, ficando assim definida: Governamentais: 1. Jussara Zambom (Titular) e Beatriz Ferreira Pontes (Suplente); Não Governamentais: 1. Maria Eva Att (Titular) e Andrieli Dias Ferreira (Suplente); 2. Caroline Rocha de Paula (Titular) e Rosenir Corso (Suplente). Ao final, às 16h40min o mestre de cerimônia Sr. Patrick Ferrão Custódio, agradeceu a presença de todos e declarou o encerramento da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social de Videira, com um coffee break.

ATA 264/2019-CMAS

Publicação Nº 2230734

ATA 264/2019-CMAS – Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às 14h00, nas dependências da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, situado à Rua Brasil Corrêa, nº 620 - Bairro Farroupilha, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS com a seguinte pauta: 1. Aprovação do Censo SUAS 2019; 2. Relatório da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social; 3. Requerimento de inscrição AMA - Associação de Amigos dos Autistas; 4. Assuntos gerais. Registra-se a presença da Diretora do Departamento de Ação Social Rosemari da Silva Neto. Instalado o quórum, a Presidente do CMAS Jussara Zambom informou que na data de 19/09/2019 houve a realização da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social, na Câmara Municipal de Vereadores com a palestrante Dra. Luziele Tapajós. Dessa forma, foi apresentado o relatório da conferência com as deliberações das propostas e os delegados eleitos para a Conferência Estadual, a qual será realizada no mês de novembro. Foi sugerido que nas próximas conferências sejam apresentadas as propostas das pré-conferências, bem como a realização de procedimento licitatório para locação de espaço com restaurante. Ainda, que nas próximas conferências seja realizado um trabalho de preparação com os facilitadores de grupo e reforçar o comprometimento de representantes das Secretarias Municipal de Saúde e de Educação e, ainda que sejam implantadas estratégias de participantes da rede socioassistencial. Deliberado por encaminhar as propostas da Conferência ao Chefe do Poder Executivo Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e Gestora do Departamento de Ação Social. Após, a Presidente conjuntamente com os Conselheiros presentes realizaram o preenchimento manual do Censo SUAS, que tem a finalidade de coletar informações sobre os serviços, programas e projetos de assistência social realizado pelo Município e Estado, bem como informações sobre a atuação dos Conselhos Municipais de Assistência Social. Após análise, foi deliberado pela sua aprovação, o qual será preenchido eletronicamente pela Presidente de acordo com a cópia física, haja vista que foi alterada a data de abertura do preenchimento para o dia 14/10/2019. Em sequência, foi apresentado o requerimento de inscrição da AMA - Associação de Amigos dos Autistas, o qual será repassado à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação para análise e emissão de parecer a ser apreciado pela plenária. Registra-se que a próxima reunião será realizada no CIEE Videira. Encerradas as discussões, às 15h30min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMAS agradeceu a presença de todos. Eu, Jussara Zambom, _____ Presidente do CMAS, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

ATA 265/2019-CMAS

Publicação Nº 2230735

ATA 265/2019-CMAS – Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às 14h00, nas dependências do CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola, situado à Rua Coronel Fagundes, nº 100 - Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS com a seguinte pauta: 1. Aprovação do Demonstrativo Sintético Físico-financeiro dos recursos federais SUAS - exercício de 2018; 2. Relatório Comissão Permanente de Normas e Regulamentação; 2.1 AMA - Associação de Amigos dos Autistas; 3. Relatório Trimestral CIEE; 4. Repasse acerca da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social; 5. Assuntos gerais. Registra-se a presença da Diretora do Departamento de Ação Social Rosemari da Silva Neto. Instalado o quórum, a Presidente do CMAS Jussara Zambom passou a palavra à Diretora do Departamento de Ação Social Rosemari Pinto da Silva Neto, a qual apresentou o demonstrativo sintético físico-financeiro dos recursos federais do ano de 2018, com a prestação de contas dos recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social no ano de 2018 e a sua utilização de acordo com os blocos de financiamento de cada proteção (Proteção Social Básica; Programa e Projetos; Proteção Social Especial de Média Complexidade; Proteção Social Especial de Alta Complexidade; Gestão do SUAS; Gestão do Bolsa Família, Acessuas, BPC Escola). Após, discussão e análise, houve a aprovação em unanimidade. Em sequência, foi apresentado o relatório da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação referente inscrição da AMA - Associação de Amigos dos Autistas, haja vista o pedido com urgência devido a possível recebimento de recurso estadual, nos quais os membros da comissão fizeram visita na instituição e emitiram parecer favorável, porém, recomenda-se que no Plano de Ação da entidade, conste em sua metodologia o desenvolvimento das ações socioassistenciais executadas, no que se refere ao Art. 2º, II da resolução Nº 021/2016- CMAS, conforme prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais Resolução 109/2009. Neste ponto, também houve a recomendação pela plenária sobre a importância da contratação de um profissional com formação em Serviço Social para o acompanhamento familiar do paciente atendido pela instituição. Continuando, foi apresentado o relatório de atividades dos meses de julho à setembro dos adolescentes e jovens da Rede Socioassistencial encaminhados para entrevistas junto às empresas. Neste tocante, a Conselheira Milene Rodrigues da Silva informou que neste período houve uma diminuição da inserção dos adolescentes da Rede Socioassistencial no Programa de Aprendizagem em relação aos demais relatórios, devido que a instituição estava no processo de contratação de um Assistente Social, bem como salientou que muitas empresas já tem o jovem escolhido, ou seja filho de funcionário. Ao final, a Presidente informou que participou juntamente com as Conselheiras Caroline Rocha de Paula e Maria Eva Att na 12ª Conferência Estadual de Assistência Social realizada nos dias 11 e 12 de novembro, na sede da ALESC em Florianópolis. Frisou o impacto orçamentário dos recursos federais para a Assistência Social nos próximos anos devido ao congelamento dos gastos de 20 (vinte) anos e a diminuição do orçamento, ocasionando o aumento das demandas sociais e o risco da não oferta dos serviços, bem como houve a realização da coleta de assinaturas para a implantação de 1% da receita líquida da arrecadação do Estado para os programas/serviços da Assistência Social. Registra-se que a próxima reunião será realizada na data de 12/12/2019. Encerradas as discussões, às 16h25min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMAS agradeceu a presença de todos. Eu, Jussara Zambom, _____ Presidente do CMAS, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

DECRETO Nº 17.079/19

Publicação Nº 2229604

DECRETO Nº 17.079/19, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 27131/19, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Juarez de Souza Santos e Elisabeth Figuerôa de Souza Santos;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área com 509,80m² (quinhentos e nove metros e oitenta decímetros quadrados), de uma área maior com 975,56 (novecentos e setenta e cinco metros e cinquenta e seis decímetros quadrados) de propriedade de Juarez de Souza Santos e Elisabeth Figuerôa de Souza Santos, constante da matrícula nº 36.330, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 465,76m² (quatrocentos e sessenta e cinco metros e setenta e seis decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 27131/19.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 11 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2019 - FMS

Publicação Nº 2229766

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2019 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2019 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA AUTO MECÂNICA GERAL LTDA, PARA REALIZAR A REVISÃO RELATIVO AO 30.000 KM DO VEICULO CHEVROLET SPIN 1.8 LTZ, PLACA QJW 3725, DE UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 778,32 (Setecentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos)

FUNDAMENTO: Artigos 24, XVII, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 18 de novembro de 2019.

Dorival Carlos Borga
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2019 - FMS

Publicação Nº 2230076

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2019 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2019 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA AUTO MECÂNICA GERAL LTDA, PARA REALIZAR A REVISÃO RELATIVO AO 20.000 KM DO VEICULO CHEVROLET SPIN 1.8 LTZ, PLACA QJW 3635, DE UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 801,62 (oitocentos e um reais e sessenta e dois centavos)

FUNDAMENTO: Artigos 24, XVII, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 18 de novembro de 2019.

Dorival Carlos Borga
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2019 - FMS

Publicação Nº 2230547

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2019 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2019 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "MECANICA ATLAS LTDA" PARA REALIZAR A REVISÃO OBRIGATÓRIA DOS 20.000KM DE USO DO VEÍCULO MERCEDES BENZ SPRINTER, MODELO 415 CDI FURGÃO PLACA QJQ 8360, DE USO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE VIDEIRA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.147,68 (hum mil cento e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos)

FUNDAMENTO: Artigos 24, XVII, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 18 de novembro de 2019.

Dorival Carlos Borga

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 203/2019

Publicação Nº 2230361

Contrato Nº.: CT 203/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: LUBRE MAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES.

Valor : 6.732,50 (seis mil setecentos e trinta e dois e cinquenta centavos).

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2019.

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2019 - FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, ÓLEO DE TRANSMISSÃO E FLUÍDO PARA RADIADORES, PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 204/2019

Publicação Nº 2230365

Contrato Nº.: CT 204/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE.

Valor : 14.850,00 (quatorze mil oitocentos e cinquenta reais).

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2019.

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2019 - FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, ÓLEO DE TRANSMISSÃO E FLUÍDO PARA RADIADORES, PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 205/2019

Publicação Nº 2230375

Contrato Nº.: CT 205/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: VOLPATO CONSTRUTORA LTDA.

Valor : 330.500,06(trezentos e trinta mil quinhentos reais e seis centavos).

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2019.

Licitação : TOMADA DE PREÇOS Nº.: 01/2019 - FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A AMPLIAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA ACADEMIA DE SAÚDE E CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 1.485,90M, NA RUA LUIZ ABITANTE, BAIRRO DE CARLI, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 206/2019

Publicação Nº 2230376

Contrato Nº.: CT 206/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR – IEAS.

Valor Aproximado : 23.000,00(vinte e três mil reais).

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 01/11/2020.

Licitação : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 13/2019 - FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A AMPLIAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA ACADEMIA DE SAÚDE E CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 1.485,90M, NA RUA LUIZ ABITANTE, BAIRRO DE CARLI, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 207/2019

Publicação Nº 2230378

Contrato Nº.: CT 207/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA.

Valor : 7.587,24 (sete mil quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 04/11/2020.

Licitação : CONCORRÊNCIA Nº : 04/2019 - PMV

Objeto : PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM A LEI

MUNICIPAL Nº 2.256/09.

EXTRATO CONTRATO Nº 208/2019

Publicação Nº 2230379

Contrato Nº.: CT 208/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: REUNIDAS TURISMO S.A.

Valor : 8.187,24 (oito mil cento e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 04/11/2020.

Licitação : CONCORRÊNCIA Nº : 04/2019 - PMV

Objeto : PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.256/09.

EXTRATO CONTRATO Nº 209/2019

Publicação Nº 2230383

Contrato Nº.: CT 209/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: LANCHONETE DOIS TREVOS LTDA.

Valor : 22.347,24(vinte e dois mil trezentos e quarenta e sete reais).

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 04/11/2020.

Licitação : CONCORRÊNCIA Nº : 04/2019 - PMV

Objeto : PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.256/09.

EXTRATO CONTRATO Nº 210/2019

Publicação Nº 2230385

Contrato Nº.: CT 210/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: BALESTIERI E CIA LTDA ME.

Valor : 16.805,00(dezesseis mil oitocentos e cinco reais).

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 31/12/2019.

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº : 54/2019 - PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TELAS GALVANIZADAS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL WESLLESLEY ANTONIO GAIO, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LUIZ ANTONIO FACCIO E ESCOLA POLO SÚELI MARAI GHELLER.

EXTRATO CONTRATO Nº 211/2019

Publicação Nº 2230387

Contrato Nº.: CT 211/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: J & L AGENCIAMENTO LTDA.

Valor : 2.449.08(dois mil quatrocentos e quarenta e nove reais e oito centavos).

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 03/03/2020

Licitação : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº : 64/2019 - PMV

Objeto : PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.256/09, CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 212/2019

Publicação Nº 2230388

Contrato Nº.: CT 212/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.:CIMCATARINA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE.

Valor :250.000,00(duzentos e cinquenta mil reais).

Vigência : Início: 06/11/2019 Término: 31/12/2019.

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº : 55/2019 - PMV

Objeto : REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PELO MUNICÍPIO DE VIDEIRA PARA PAGAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS ATRAVÉS DO CIMCATARINA PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA-SC.

EXTRATO CONTRATO Nº 213/2019

Publicação Nº 2230389

Contrato Nº.: CT 213/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME.

Valor : 2.143.977,97 (dois milhões cento e quarenta três mil novecentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos).

Vigência : Início: 06/11/2019 Término: 06/11/2020.

Licitação : CONCORRÊNCIA Nº : 06/2019 - PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS GINÁSIOS DE ESPORTES DO PARQUE DA UVA, LOCALIZADO NA RUA WALDEMAR KLEINUBING, BAIRRO UNIVERSITÁRIO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, COM ÁREA DE REFORMA DE 2.131,52M², ÁREA DE DEMOLIÇÃO DE 237,45M² E ÁREA DE AMPLIAÇÃO DE 634,14M², CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 214/2019

Publicação Nº 2230391

Contrato Nº.: CT 214/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME.

Valor : 3.600.019,91 (três milhões seiscentos mil dezenove reais e noventa e um centavos).

Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 08/11/2020.

Licitação : CONCORRÊNCIA Nº : 05/2019 - PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEMEI IRMÃ BONAVITA, LOCALIZADO NA RUA PADRES SALVATORIANOS, BAIRRO FLORESTA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, COM ÁREA DE REFORMA DE 390,50M² E ÁREA DE AMPLIAÇÃO DE 3.137,68M², CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 215/2019

Publicação Nº 2230394

Contrato Nº.: CT 215/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: ADEMIR LUIZ BOGONI EPP.

Valor : 55.835,65 (cinquenta e cinco mil oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Vigência : Início: 11/11/2019 Término: 11/11/2020.

Licitação : TOMADA DE PREÇOS Nº : 26/2019 - PMV

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS IRREGULARES E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ALBINO LANG, LOCALIZADA NO BAIRRO VINHEDO, COM ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO DE 768,00M² E ÁREA DE EXTENSÃO DE 96,00M, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

EXTRATO CONTRATO Nº 216/2019

Publicação Nº 2230396

Contrato Nº.: CT 216/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: VITIRITTI E ZANARDO S/S.

Valor : 110.400,00 (cento e dez mil e quatrocentos reais).

Vigência : Início: 18/11/2019 Término: 18/11/2020.

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº : 16/2019 – FMS

Objeto : MUNICÍPIO DE VIDEIRA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE A PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE INFECTOLOGIA, PARA ATENDIMENTO NA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DO CONTRATO N. 0460/19

Publicação Nº 2229863

Extrato do Contrato n. 0460/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TATIANA APARECIDA MORAES

CPF: 036.265.159-07

OBJETO: Admissão em substituição a servidora VIVIANE APARECIDA GRANDO, em gozo de Licença Maternidade, conforme portaria n. 1003/19.

VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2019 a 07 de fevereiro de 2020

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0462/19

Publicação Nº 2229817

Extrato do Contrato n. 0462/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANE ALVES DE OLIVEIRA LAZZARI

CPF: 081.382.019-75

OBJETO: Admissão em substituição à servidora MARIA ANGELINA ANGREWSKI em gozo de Licença Prêmio, conforme Portaria nº 1128/19.

VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2019 a 25 de dezembro de 2019

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.403,42 (três mil, quatrocentos e três reais e quarenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0465/19

Publicação Nº 2229861

Extrato do Contrato n. 0465/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTINA BEVILAQUA

CPF: 070.874.719-10

OBJETO: Admissão em substituição a servidora Dirléia Honorato Ferreira, em tratamento de saúde, conforme perícia médica.

VIGÊNCIA: de 02 de outubro de 2019 a 27 de novembro de 2019

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0466/19

Publicação Nº 2229860

Extrato do Contrato n. 0466/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIANE PASA

CPF: 062.500.079-03

OBJETO: Admissão em substituição a servidora MARIA DORVALINA DOMINGUES DE SOUZA, em tratamento de saúde, conforme perícia médica.

VIGÊNCIA: de 02 de outubro de 2019 a 20 de dezembro de 2019

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0467/19

Publicação Nº 2229858

Extrato do Contrato n. 0467/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA APARECIDA PAULI

CPF: 041.331.219-45

OBJETO: Admissão em substituição a servidora ADRIANA DE OLIVEIRA, em gozo de Licença Prêmio, conforme Portaria nº 1135/19.

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2019 a 01 de janeiro de 2020

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0468/19

Publicação Nº 2229856

Extrato do Contrato n. 0468/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANA SOUZA FARIA

CPF: 009.311.979-88

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de lista esgotada para o referido cargo, no concurso em vigor - 001/2018.

VIGÊNCIA: de 07 de outubro de 2019 a 20 de dezembro de 2019

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0469/19

Publicação Nº 2229830

Extrato do Contrato n. 0469/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA MARA DE BAIRROS OZORIO

CPF: 050.644.299-32

OBJETO: Admissão em substituição à servidora SIMONE GRAHL, em gozo de Licença Maternidade, conforme Portaria nº 1080.

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2019 a 02 de março de 2020

FUNÇÃO: AUXILIAR EDUCACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.561,23 (um mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0470/19

Publicação Nº 2229813

Extrato do Contrato n. 0470/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GIOVANE PEREIRA

CPF: 036.352.089-90

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atuar como professor de aulas excedentes, que não completam a carga horária de 40 horas semanal.

VIGÊNCIA: de 04 de outubro de 2019 a 20 de dezembro de 2019

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 25 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.127,14 (dois mil, cento e vinte e sete reais e quatorze centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0471/19

Publicação Nº 2229819

Extrato do Contrato n. 0471/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE PEREIRA

CPF: 904.814.029-34

OBJETO: Admissão em substituição à servidora CASSIANE MORIGGI BRESCIANI, em gozo de Licença Prêmio, conforme Portaria nº 1124/19.

VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2019 a 20 de dezembro de 2019

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.403,42 (três mil, quatrocentos e três reais e quarenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0473/19

Publicação Nº 2229811

Extrato do Contrato n. 0473/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: THAIS PERETTI PERONDI

CPF: 086.258.399-32

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de não haver concurso válido para o referido cargo.

VIGÊNCIA: de 07 de outubro de 2019 a 06 de janeiro de 2020

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 3.403,42 (três mil, quatrocentos e três reais e quarenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0474/19

Publicação Nº 2229834

Extrato do Contrato n. 0474/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DAIANE FIORESE

CPF: 084.267.769-06

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender criança com necessidades especiais.

VIGÊNCIA: de 07 de outubro de 2019 a 20 de dezembro de 2019

FUNÇÃO: AUXILIAR EDUCACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.561,23 (um mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0475/19

Publicação Nº 2229852

Extrato do Contrato n. 0475/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELAINE APARECIDA BARBOZA

CPF: 064.444.059-71

OBJETO: Admissão em substituição a servidora NADIR APARECIDA CAPOTE CAMPOS, em tratamento de saúde, conforme perícia médica.

VIGÊNCIA: de 09 de outubro de 2019 a 24 de dezembro de 2019

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0476/19

Publicação Nº 2229880

Extrato do Contrato n. 0476/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEISI FERNANDA BELEGANTE GIRIOLI

CPF: 007.612.539-47

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de lista esgotada para o referido cargo, no concurso em vigor - 001/2018.

VIGÊNCIA: de 02 de outubro de 2019 a 31 de maio de 2020

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0477/19

Publicação Nº 2229851

Extrato do Contrato n. 0477/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLEUZA CORREIA

CPF: 703.048.409-63

OBJETO: Admissão em substituição à servidora NEIVA NERCI MARTINS GHELLER, em tratamento de saúde, conforme perícia médica, ocupante do cargo de Atendente de Creche – cargo em extinção.

VIGÊNCIA: de 09 de outubro de 2019 a 02 de dezembro de 2019

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0478/19

Publicação Nº 2229848

Extrato do Contrato n. 0478/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELA SCHWANTZ DE OLIVEIRA

CPF: 949.622.519-53

OBJETO: Admissão em substituição à servidora ELIS REGINA BRUSCHI, em gozo de Licença Prêmio, conforme portaria nº 1038/19, ocupante do cargo de Atendente de Creche – cargo em extinção.

VIGÊNCIA: de 10 de outubro de 2019 a 01 de janeiro de 2020

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0479/19

Publicação Nº 2229845

Extrato do Contrato n. 0479/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA DE SOUZA CORRÊA DE BORTOLI

CPF: 674.955.089-49

OBJETO: Admissão em substituição a servidora FERNANDA ZANIVAN, em tratamento de saúde, conforme perícia médica.

VIGÊNCIA: de 10 de outubro de 2019 a 27 de novembro de 2019

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0481/19

Publicação Nº 2229820

Extrato do Contrato n. 0481/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: RAFAEL DE CAMPOS ELEUTERIO

CPF: 107.138.899-18

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender criança com necessidades especiais.

VIGÊNCIA: de 10 de outubro de 2019 a 31 de março de 2020

FUNÇÃO: AUXILIAR EDUCACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.561,23 (um mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0482/19

Publicação Nº 2229815

Extrato do Contrato n. 0482/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIANE DINO DOS SANTOS DO PRADO

CPF: 029.133.939-50

OBJETO: Admissão em substituição à servidora ROSE SCHOFFEN PERGHER em tratamento de saúde, conforme perícia médica.

VIGÊNCIA: de 15 de outubro de 2019 a 30 de novembro de 2019

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.403,42 (três mil, quatrocentos e três reais e quarenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0484/19

Publicação Nº 2229842

Extrato do Contrato n. 0484/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JOCEMARA DOS SANTOS SOTELE BÓZ

CPF: 061.106.399-90

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender criança com necessidades especiais.

VIGÊNCIA: de 17 de outubro de 2019 a 20 de dezembro de 2019

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0486/19

Publicação Nº 2229836

Extrato do Contrato n. 0486/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIZANDRA MARA BORN

CPF: 004.102.999-28

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender criança com necessidades especiais.

VIGÊNCIA: de 15 de outubro de 2019 a 20 de dezembro de 2019

FUNÇÃO: AUXILIAR EDUCACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.561,23 (um mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0487/19

Publicação Nº 2229844

Extrato do Contrato n. 0487/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUIZA JAQUELINE GOMES RODRIGUES

CPF: 039.405.313-32

OBJETO: Admissão em substituição a servidora VERA LUCIA ILDEBRANDO, em tratamento de saúde, conforme perícia médica.

VIGÊNCIA: de 22 de outubro de 2019 a 15 de fevereiro de 2020

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0488/19

Publicação Nº 2229841

Extrato do Contrato n. 0488/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: IVONE CASAGRANDE

CPF: 813.994.809-87

OBJETO: Admissão em substituição a servidora TELMA CLAUDETE DA MOTTA, em tratamento de saúde, conforme perícia médica, ocupante do cargo de Zelador, cargo em extinção.

VIGÊNCIA: de 24 de outubro de 2019 a 25 de novembro de 2019

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0489/19

Publicação Nº 2229839

Extrato do Contrato n. 0489/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: THAIS CAROLINA DE JESUS

CPF: 085.340.569-78

OBJETO: Admissão em substituição a servidora MARCIA MENEGHEL SCRAMOCIN, em tratamento de saúde, conforme perícia médica.

VIGÊNCIA: de 28 de outubro de 2019 a 15 de janeiro de 2020

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0335/2019

Publicação Nº 2229899

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0335/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: THALIA SCHULZ NUNES
CPF: 112.073.189-57
VIGÊNCIA: de 17 de junho de 2019 até 16 de dezembro de 2019
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

LEI COMPLEMENTAR Nº 0246/19

Publicação Nº 2230455

LEI COMPLEMENTAR Nº 0246/19, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera as disposições contidas na Lei Complementar nº 158, de 29 de abril de 2015, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar zona de especial interesse social - ZEIS, alienar bens imóveis para fins de habitação de interesse social e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera o § 3º, do art. 6º, da Lei Complementar nº 158/15, de 29 de abril de 2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

(...)

§ 3º Em casos de incompatibilidade e/ou impossibilidade de execução da edificação nos moldes estabelecidos pela Caixa Econômica Federal, o Município poderá desmembrar da área remanescente ou de área pública devidamente desafetada, do imóvel oriundo do Loteamento Linha Bonita, para suprir e permutar os lotes, desde que estes venham a ser suprimidos do projeto original, através de um "as built" do empreendimento."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.745/19

Publicação Nº 2230452

LEI N.º 3.745/19, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dá Denominação ao Loteamento Condomínio Industrial da Campina Bela aprovado pelo Decreto nº 10.432/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica denominado o Loteamento denominado Condomínio Industrial Campina Bela, conforme memorial descritivo a seguir:

NOME DO LOGRADOURO	LOTEAMENTO	NOME DO DISTRITO INDUSTRIAL
"Campina Bela", com área total loteada de 121.000,00 m².	Condomínio Industrial Campina Bela	Distrito Industrial – ERNESTO GUZZI

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2019 - PMV

Publicação Nº 2229988

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2019 – PMV

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 139/2019 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CERCAS (FABRICADAS E INSTALADAS), PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL AMBRÓSIO FIORESE E IRMÃ CONCÍLIA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia 29/11/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 18 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2019 - PMV

Publicação Nº 2229940

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2019 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 140/2019 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADOS, DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÃO DE FÊMEAS DE CÃES E GATOS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até às 09:00:00h do dia 06/12/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 18 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 007/2019-CMAS

Publicação Nº 2230737

RESOLUÇÃO 007/2019-CMAS

Dispõe sobre a alteração de membro da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Videira - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira-SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Ata 262/2019-CMAS, a Conselheira Caroline Rocha de Paula em substituição da Conselheira Maria de Fátima Campos Maccari para compor a Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Videira - SC.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 01 de agosto de 2019.
Jussara Zambom
Presidente do CMAS de Videira - SC

RESOLUÇÃO Nº 008/2019-CMAS

Publicação Nº 2230740

RESOLUÇÃO Nº 008/2019-CMAS.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeiro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - exercício 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando, o disposto no art. 2º, VI, da Lei Municipal nº 162/1996, a qual dispõe: "Art. 2º Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VI - acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

Considerando, o disposto na Portaria n. 184, de 24 de setembro de 2019, da Secretaria Nacional de Assistência Social que dispõe do prazo para preenchimento dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, em unanimidade, nos termos da Ata 265-2019/CMAS, da Reunião Ordinária realizada na data de 13/11/2019, a prestação de contas do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira dos Serviços/Programas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - exercício 2018.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 13 de novembro de 2019.
Jussara Zambom
Presidente do CMAS - Videira

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CC 07/2019 - PMV

Publicação Nº 2230506

ESTADO DE SANTA CATARINA
município DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 07/2019-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação e do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A CONTINUIDADE DA ETAPA 03 DO PARQUE LINEAR RIO DO PEIXE - PRAÇA DO CONHECIMENTO (RUA ANTÔNIO FÁVERO E AVENIDA BEIRA RIO, CENTRO) E, EXECUTAR A REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA NEREU RAMOS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, a Comissão Permanente de Licitações considera INABILITADA a empresa Ademir Bogoni – EPP por descumprir as exigências editalícias, e considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas DFG Construtora Eireli e A & C Construções Ltda. Fica designada a data para abertura e julgamento das propostas para o dia 29/11/2019, às 14:00h, desde que não haja interposição de recursos. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 18 de novembro de 2019.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 186/2019 - PMV

Publicação Nº 2229632

Termo Aditivo nº 186/2019
Contrato/CT nº 54/2019
Processo: TP 06/2019-PMV
Contratado: GARBO CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA EIRELI
Objeto: Prorrogar o prazo da execução do contrato, com efeitos a partir de 14/11/2019 até 13/01/2020.
Data: 14/11/2019.

ANEXO 1 RREO - 5 BIM 2019

Publicação Nº 2229884

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	204.151.316,00	204.151.316,00	40.570.564,68	19,87	194.899.806,78	95,47
RECEITAS CORRENTES	199.303.965,00	199.303.965,00	40.120.106,65	20,13	193.578.152,72	97,13
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	33.016.600,00	33.016.600,00	5.641.622,65	17,09	33.742.138,68	102,20
IMPOSTOS	27.158.500,00	27.158.500,00	5.013.224,28	18,46	27.851.987,57	102,55
TAXAS	5.430.100,00	5.430.100,00	613.820,35	11,30	5.793.194,68	106,69
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	428.000,00	428.000,00	14.578,02	3,41	96.956,43	22,65
CONTRIBUIÇÕES	10.441.225,00	10.441.225,00	1.839.119,93	17,61	8.755.854,95	83,86
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	7.141.225,00	7.141.225,00	1.192.737,53	16,70	5.506.852,12	77,11
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.300.000,00	3.300.000,00	648.382,40	19,59	3.249.002,83	98,45
RECEITA PATRIMONIAL	27.333.315,00	27.333.315,00	9.349.655,39	34,21	33.142.914,07	121,25
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	91.710,00	91.710,00	22.562,62	24,60	104.963,94	114,45
VALORES MOBILIÁRIOS	27.109.604,50	27.109.604,50	9.323.907,18	34,39	32.978.891,95	121,65
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISÃO OU OUTROS	121.000,00	121.000,00	2.193,08	1,81	18.666,70	15,43
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	11.000,50	11.000,50	992,51	9,02	40.391,48	367,18
RECEITA DE SERVIÇOS	14.475.276,00	14.475.276,00	2.672.698,02	18,46	13.417.487,37	92,69
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	14.316.000,00	14.316.000,00	2.663.696,93	18,61	13.379.821,55	93,46
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	30.000,00	30.000,00	4.932,01	16,44	24.013,34	80,04
OUTROS SERVIÇOS	129.276,00	129.276,00	4.069,08	3,15	13.652,48	10,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	103.387.833,00	103.387.833,00	19.883.014,75	19,23	98.928.402,07	95,69
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	36.609.532,00	36.609.532,00	5.855.316,45	15,99	31.161.874,13	85,12
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	41.393.881,00	41.393.881,00	9.286.455,74	22,43	44.135.011,24	106,62
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	122.240,00	122.240,00	24.151,60	19,76	99.075,60	81,05
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	25.200.000,00	25.200.000,00	4.716.985,33	18,72	23.532.335,47	93,38
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	62.180,00	62.180,00	105,63	0,17	105,63	0,17
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.649.716,00	10.649.716,00	733.995,91	6,89	5.591.355,58	52,50
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	1.112.000,00	1.112.000,00	214.026,54	19,25	1.027.092,61	92,36
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	877.901,00	877.901,00	289.206,53	32,94	1.942.009,09	221,21
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	8.659.815,00	8.659.815,00	230.762,84	2,66	2.622.253,88	30,28
RECEITAS DE CAPITAL	4.847.351,00	4.847.351,00	450.458,03	9,29	1.321.654,06	27,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.650.000,00	3.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	3.650.000,00	3.650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEIRAÇÃO DE BENS	282.351,00	282.351,00	18.000,00	6,38	426.205,00	150,95

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	204.151.316,00	204.151.316,00	40.570.564,68	19,87	194.899.806,78	95,47
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	282.351,00	282.351,00	18.000,00	6,38	426.205,00	150,95
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	55.000,00	55.000,00	5.244,71	9,54	38.380,02	69,78
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	860.000,00	860.000,00	427.213,32	49,68	812.269,04	94,45
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	614.000,00	614.000,00	396.939,79	64,65	554.392,50	90,29
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SI	246.000,00	246.000,00	30.273,53	12,31	257.876,54	104,83
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	44.800,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	44.800,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.144.288,00	10.144.288,00	2.899.573,42	28,58	13.457.962,05	132,67
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	214.295.604,00	214.295.604,00	43.470.138,10	20,29	208.357.768,83	97,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	214.295.604,00	214.295.604,00	43.470.138,10	20,29	208.357.768,83	97,23
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	214.295.604,00	214.295.604,00	43.470.138,10	20,29	208.357.768,83	97,23
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	40.523.737,06	—	—	40.523.737,06	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	40.523.737,06	—	—	40.523.737,06	—

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	172.285.329,25	233.324.871,52	29.399.998,33	167.942.528,89	65.382.342,63	33.807.082,75	146.475.969,19	86.848.902,33	138.586.852,92
DESPESAS CORRENTES	147.444.925,25	184.986.602,39	24.721.681,43	141.341.857,05	43.644.745,34	28.264.223,70	127.825.635,52	57.160.966,87	120.376.609,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	84.747.586,10	96.597.959,67	15.273.688,06	70.799.025,57	25.798.934,10	15.285.866,19	70.766.211,08	25.831.748,59	65.067.618,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	700.000,00	720.000,00	95.716,72	485.217,69	234.782,31	95.716,72	485.217,69	234.782,31	485.217,69
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61.997.359,15	87.668.642,72	9.352.276,65	70.057.613,79	17.611.028,93	12.882.640,79	56.574.206,75	31.094.435,97	54.823.772,73
DESPESAS DE CAPITAL	24.690.404,00	48.188.269,13	4.678.316,90	26.600.671,84	21.587.597,29	5.542.859,05	18.650.333,67	29.537.935,46	18.210.243,57
INVESTIMENTOS	23.590.404,00	46.408.269,13	4.391.706,76	25.040.465,96	21.367.803,17	5.256.248,91	17.090.127,79	29.318.141,34	16.650.037,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.100.000,00	1.780.000,00	286.610,14	1.560.205,88	219.794,12	286.610,14	1.560.205,88	219.794,12	1.560.205,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	15.560.274,75	17.414.074,75	2.862.744,58	14.322.404,53	3.091.670,22	2.912.108,94	14.105.368,20	3.308.706,55	12.690.784,01
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	187.845.604,00	250.738.946,27	32.262.742,91	182.264.933,42	68.474.012,85	36.719.191,69	160.581.337,39	90.157.608,88	151.277.636,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	187.845.604,00	250.738.946,27	32.262.742,91	182.264.933,42	68.474.012,85	36.719.191,69	160.581.337,39	90.157.608,88	151.277.636,93
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	26.092.835,41	—	—	47.776.431,44	—	57.080.131,90
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	187.845.604,00	250.738.946,27	32.262.742,91	208.357.768,83	—	36.719.191,69	208.357.768,83	—	208.357.768,83
RESERVA DO RPPS	26.450.000,00	26.450.000,00	—	—	26.450.000,00	—	—	26.450.000,00	—

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						% (c/a)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	10.144.288,00	10.144.288,00	2.899.573,42	28,58	13.457.962,05	132,67
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.144.288,00	10.144.288,00	2.899.573,42	28,58	13.457.962,05	132,67
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	10.144.288,00	10.144.288,00	1.647.556,25	16,24	7.841.303,40	77,30
Contribuições Sociais Intraorçamentárias	10.144.288,00	10.144.288,00	1.647.556,25	16,24	7.841.303,40	77,30
Receita de Serviços - Intraorçamentária	0,00	0,00	86.034,89	0,00	416.276,62	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais Intra-Orçamentários	0,00	0,00	86.034,89	0,00	416.276,62	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	1.165.982,28	0,00	5.200.382,03	0,00
Demais Receitas Correntes (Intra-orçamentárias)	0,00	0,00	1.165.982,28	0,00	5.200.382,03	0,00

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	15.560.274,75	17.414.074,75	2.862.744,58	14.322.404,53	3.091.670,22	2.912.108,94	14.105.368,20	3.308.706,55	12.690.784,01
DESPESAS CORRENTES	15.560.274,75	17.414.074,75	2.862.744,58	14.322.404,53	3.091.670,22	2.912.108,94	14.105.368,20	3.308.706,55	12.690.784,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.921.814,75	9.691.614,75	1.659.808,80	7.948.494,43	1.743.120,32	1.659.808,80	7.948.494,43	1.743.120,32	7.117.083,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.638.460,00	7.722.460,00	1.202.935,78	6.373.910,10	1.348.549,90	1.252.300,14	6.156.873,77	1.565.586,23	5.573.700,17
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:
Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 47.005.821,47
VIDEIRA, 18/11/2019

CRISTINA KLOCK Contadora CRC/SC 020534/O-0	GENTIL GAEDKE Secretário da Fazenda	SANDRA BALDO Coordenadora Controle Interno
DORIVAL CARLOS BORG Prefeito Municipal		

ANEXO 12 RREO - 5 BIM 2019

Publicação Nº 2229894

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	27.158.500,00	27.158.500,00	27.851.987,57	102,55		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	8.000.000,00	8.000.000,00	6.996.138,80	87,45		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.500.000,00	2.500.000,00	2.952.363,00	118,09		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.300.000,00	12.300.000,00	12.312.853,63	100,10		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.156.750,00	3.156.750,00	3.939.298,95	124,79		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	156.750,00	156.750,00	313.615,02	200,07		
Dívida Ativa dos Impostos	710.600,00	710.600,00	848.859,25	119,46		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	334.400,00	334.400,00	488.858,92	146,19		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	74.888.000,00	74.888.000,00	75.772.793,02	101,18		
Cota-Parte FPM	24.500.000,00	24.500.000,00	22.021.429,86	89,88		
Cota-Parte ITR	48.000,00	48.000,00	91.303,94	190,22		
Cota-Parte IPVA	7.500.000,00	7.500.000,00	8.219.581,37	109,59		
Cota-Parte ICMS	42.000.000,00	42.000.000,00	44.869.502,85	106,83		
Cota-Parte IPI-Exportação	660.000,00	660.000,00	570.975,00	86,51		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	102.046.500,00	102.046.500,00	103.624.780,59	101,55		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	11.276.105,00	11.276.105,00	9.479.808,90	84,07		
Provenientes da União	10.566.274,00	10.566.274,00	8.895.970,49	84,19		
Provenientes dos Estados	709.831,00	709.831,00	583.838,41	82,25		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	582.500,00	582.500,00	540.585,59	92,80		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	11.858.605,00	11.858.605,00	10.020.394,49	84,50		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	28.915.730,00	35.220.784,09	28.409.127,23	80,66	25.273.031,01	71,76
Pessoal e Encargos Sociais	13.823.586,00	16.892.056,42	14.067.109,65	83,28	14.056.424,36	83,21
Outras Despesas Correntes	15.092.144,00	18.328.727,67	14.342.017,58	78,25	11.216.606,65	61,20

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	1.049.850,00	2.206.521,94	987.092,72	44,74	636.781,88	28,86
	1.049.850,00	2.206.521,94	987.092,72	44,74	636.781,88	28,86
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	29.965.580,00	37.427.306,03	29.396.219,95	78,54	25.909.812,89	69,23
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS³ DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	11.790.105,00	15.262.380,81	10.284.171,73	34,98	8.117.893,04	31,33
	11.264.105,00	14.686.380,81	9.738.742,05	33,13	7.639.094,56	29,48
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	526.000,00	576.000,00	545.429,68	1,86	478.798,48	1,85
	0,00	0,00	15.975,08	0,05	3.910,00	0,02
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	11.790.105,00	15.262.380,81	10.300.146,81	35,04	8.121.803,04	31,35
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	18.175.475,00	22.164.925,22	19.096.073,14	64,96	17.788.009,85	68,65
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,17
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]²						
						2.244.292,76

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	1.264.854,64	80.051,66	492.215,37	692.587,61	0,00
Inscritos em 2017	345.350,63	0,00	0,00	345.350,63	0,00
Inscritos em 2016	313.441,20	0,00	0,00	313.441,20	0,00
Inscritos em 2015	445.988,99	6.524,73	0,00	439.464,26	0,00
TOTAL	2.369.635,46	86.576,39	492.215,37	1.790.843,70	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total j)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	12.771.592,00	15.982.573,37	11.011.373,52	37,46	10.008.016,01	38,63
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.424.578,00	17.871.446,73	15.429.162,99	52,49	13.090.230,12	50,52
Suporte Profilático e Terapêutico	1.884.890,00	2.312.555,41	2.049.363,55	6,97	1.943.494,40	7,50
Vigilância Sanitária	458.888,00	693.747,05	521.945,97	1,78	486.960,39	1,88
Vigilância Epidemiológica	425.632,00	566.983,47	384.373,92	1,31	381.111,97	1,47
TOTAL	29.965.580,00	37.427.306,03	29.396.219,95	100,00	25.909.812,89	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária da última bimestre do exercício.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

1. Essa linha apresenta o valor somatório do relatório resumido da execução orçamentária do último bimestre do exercício.

2. O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3. O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4. Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5. Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6. No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

VIDEIRA, 18/11/2019

CRISTINA KLOCK Contadora CRC/SC 020534/O-0	GENTIL GAEDKE Secretário da Fazenda	SANDRA BALDO Coordenadora Controle Interi
DORIVAL CARLOS BORGA Prefeito Municipal		

ANEXO 13 RREO - 5 BIM 2019

Publicação Nº 2229895

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

VIDEIRA, 18/11/2019

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

GENTIL GAEDKE
Secretário da Fazenda

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

DORIVAL CARLOS BORGIA
Prefeito Municipal

ANEXO 14 RREO - 5 BIM 2019

Publicação Nº 2229896

Município de VIDEIRA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		214.295.604,00		
Previsão Atualizada		214.295.604,00		
Receitas Realizadas		208.357.768,83		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		40.523.737,06		
DESPESAS				
Dotação Inicial		214.295.604,00		
Créditos Adicionais		62.893.342,27		
Dotação Atualizada		277.188.946,27		
Despesas Empenhadas		182.264.933,42		
Despesas Liquidadas		160.581.337,39		
Despesas pagas		151.277.636,93		
Superavit Orçamentário		47.776.431,44		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		182.264.933,42		
Despesas Liquidadas		160.581.337,39		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		223.750.267,44		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		41.854.547,06		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		15.171.752,66		
Resultado Previdenciário		26.682.794,40		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-736.000,00	44.762.996,58	-6.081,93
Resultado Primário		-24.147.078,25	12.269.322,32	-50,81
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	9.233.829,19	1.434.609,50	7.549.186,99	250.032,70
EXECUTIVO	9.191.879,04	1.423.071,82	7.522.824,52	245.982,70
LEGISLATIVO	41.950,15	11.537,68	26.362,47	4.050,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.289.649,65	0,00	6.289.649,65	0,00
EXECUTIVO	6.289.149,52	0,00	6.289.149,52	0,00
LEGISLATIVO	500,13	0,00	500,13	0,00
TOTAL:	15.523.478,84	1.434.609,50	13.838.836,64	250.032,70

Continua 1/2

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		24.346.282,21	25%	23,24
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		16.163.686,57	60%	67,17
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	3.650.000,00
Despesa de Capital Líquida			18.650.333,67	29.537.935,46
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			426.205,00	-143.854,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			14.152,33	781.686,02
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		17.788.009,85	15,00	17,17
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VIDEIRA, 18/11/2019

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

GENTIL GAEDKE
Secretário da Fazenda

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

ANEXO 2 RREO - 5 BIM 2019

Publicação Nº 2229885

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RRRO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,0
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			Até o Bimestre			Até o Bimestre				
			No Bimestre	% (b/Total b)		No Bimestre	% (d/Total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Legislativa	172.285.329,25	233.324.871,52	29.399.998,33	167.942.528,89	92,14	33.807.082,75	146.475.969,19	91,22	86.848.902,33	
Ação Legislativa	3.159.174,00	3.159.174,00	215.051,40	1.161.071,73	0,64	235.007,28	1.103.033,58	0,69	2.056.140,42	
Administração	21.225.372,75	29.537.166,67	4.467.606,24	20.253.507,22	11,11	4.000.857,58	17.840.702,07	11,11	11.696.464,60	
Administração Geral	14.503.070,90	22.006.171,14	3.671.724,24	16.385.499,94	8,99	3.172.971,34	14.159.481,28	8,82	7.846.689,86	
Administração Financeira	5.045.360,85	5.273.860,85	435.820,70	2.075.679,13	1,14	448.965,13	1.983.703,44	1,24	3.290.157,41	
Controle Interno	244.718,00	244.718,00	61.222,59	164.016,67	0,09	60.532,59	163.326,67	0,10	81.391,33	
Normalização e Fiscalização	1.145.723,00	1.393.916,68	209.551,35	1.034.299,02	0,57	203.763,50	1.017.349,01	0,63	376.567,67	
Comunicação Social	286.500,00	618.500,00	89.287,36	594.012,46	0,33	114.625,02	516.841,67	0,32	101.658,33	
Segurança Pública	1.429.040,00	2.965.212,41	676.419,01	1.806.280,42	0,99	291.096,19	962.664,45	0,60	2.002.547,96	
Policimento	900.000,00	2.216.938,04	629.628,96	1.256.516,76	0,69	233.184,13	746.669,18	0,46	1.470.268,86	
Defesa Civil	529.040,00	748.274,37	46.790,05	549.743,66	0,30	57.912,06	215.995,27	0,13	532.279,10	
Assistência Social	5.462.966,00	6.140.737,62	725.900,56	3.709.366,78	2,04	732.562,69	3.405.961,73	2,12	2.734.775,89	
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	764.768,00	923.922,70	80.211,66	422.052,22	0,23	105.095,35	365.849,59	0,23	558.073,11	
Assistência Comunitária	4.693.198,00	5.211.814,92	645.688,90	3.287.314,56	1,80	627.467,34	3.040.112,14	1,89	2.171.702,78	
Previdência Social	20.600.000,00	25.855.000,00	2.969.468,49	15.177.673,32	8,33	3.105.911,54	15.122.645,04	9,42	10.732.354,96	
Previdência do Regime Estatutário	20.600.000,00	25.855.000,00	2.969.468,49	15.177.673,32	8,33	3.105.911,54	15.122.645,04	9,42	10.732.354,96	
Saúde	28.510.330,00	35.732.056,03	4.088.642,82	27.966.955,67	15,34	5.597.867,65	24.505.532,82	15,26	11.226.523,21	
Atenção Básica	12.221.342,00	15.322.323,37	1.731.758,07	10.470.922,73	5,74	1.992.396,08	9.475.415,86	5,90	5.846.907,51	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.634.578,00	17.001.446,73	1.893.704,82	14.659.533,70	8,04	2.341.913,03	12.337.734,40	7,68	4.663.712,33	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.864.890,00	2.282.555,41	303.067,72	2.027.414,24	1,11	451.025,90	1.921.545,09	1,20	361.010,32	
Vigilância Sanitária	383.888,00	618.747,05	62.348,53	465.905,06	0,26	81.056,28	430.919,48	0,27	187.827,57	
Vigilância Epidemiológica	405.632,00	506.983,47	77.763,68	343.179,94	0,19	81.398,73	339.917,99	0,21	167.065,48	
Educação	38.190.367,50	47.867.445,47	6.957.806,87	35.199.420,64	19,31	7.420.578,07	32.993.228,39	20,55	14.874.217,08	
Administração Geral	112.800,00	370.300,00	116.681,00	261.967,73	0,14	82.065,40	200.643,37	0,12	169.656,63	
Alimentação e Nutrição	0,00	1.575.804,54	229.781,07	453.042,04	0,25	284.864,56	288.094,56	0,18	1.287.709,98	
Ensino Fundamental	22.030.667,50	23.996.335,08	3.381.895,38	17.551.062,64	9,63	3.643.982,54	16.015.667,50	9,97	7.980.667,58	
Ensino Superior	1.047.500,00	1.047.500,00	10.794,10	977.884,20	0,54	138.668,99	755.177,69	0,47	292.322,31	
Educação Infantil	14.999.400,00	20.877.505,85	3.218.655,32	15.955.464,03	8,75	3.270.996,58	15.733.645,27	9,80	5.143.860,58	
Cultura	1.560.610,00	3.624.553,63	974.954,53	3.120.084,89	1,71	653.927,65	2.366.266,83	1,47	1.258.286,80	
Difusão Cultural	215.000,00	1.649.943,63	617.725,48	1.499.942,70	0,82	282.246,55	897.541,94	0,56	752.401,69	
Turismo	1.345.610,00	1.974.610,00	357.229,05	1.620.142,19	0,89	371.681,10	1.468.724,89	0,91	505.885,11	
Urbanismo	23.029.651,00	36.718.686,18	5.949.441,40	29.676.909,40	16,28	6.477.866,77	22.499.467,86	14,01	14.219.218,32	
Educação Infantil	2.208.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infra-Estrutura Urbana	20.821.651,00	36.718.686,18	5.949.441,40	29.676.909,40	16,28	6.477.866,77	22.499.467,86	14,01	14.219.218,32	
										Continua 1/4

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Habituação	172.285.329,25	233.324.871,52	29.399.998,33	167.942.528,89	92,14	33.807.082,75	146.475.969,19	86.848.902,33
Habituação Urbana	115.900,00	889.173,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	889.173,50
Saneamento	13.880.000,00	19.516.199,53	934.727,36	14.346.576,08	7,87	1.996.086,25	10.840.223,00	8.675.976,53
Saneamento Básico Urbano	13.880.000,00	19.516.199,53	934.727,36	14.346.576,08	7,87	1.996.086,25	10.840.223,00	8.675.976,53
Gestão Ambiental	200.000,00	200.000,00	0,00	142.760,00	0,08	23.905,00	142.285,00	57.715,00
Preservação e Conservação Ambiental	200.000,00	200.000,00	0,00	142.760,00	0,08	23.905,00	142.285,00	57.715,00
Agricultura	3.620.566,00	3.828.750,46	170.089,19	1.857.728,80	1,02	294.510,19	1.781.653,91	2.047.096,55
Extensão Rural	3.620.566,00	3.828.750,46	170.089,19	1.857.728,80	1,02	294.510,19	1.781.653,91	2.047.096,55
Indústria	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
Promoção Industrial	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
Transporte	5.000.000,00	9.505.000,00	111.668,69	7.736.833,09	4,24	1.697.453,53	7.451.910,41	2.053.089,59
Transporte Rodoviário	5.000.000,00	9.505.000,00	111.668,69	7.736.833,09	4,24	1.697.453,53	7.451.910,41	2.053.089,59
Desporto e Lazer	1.578.879,00	2.420.243,02	501.998,48	2.066.360,55	1,13	580.261,39	1.740.704,48	679.538,54
Desporto Comunitário	1.578.879,00	2.420.243,02	501.998,48	2.066.360,55	1,13	580.261,39	1.740.704,48	679.538,54
Encargos Especiais	3.972.473,00	4.615.473,00	676.225,29	3.721.020,30	2,04	699.190,97	3.719.689,62	895.783,38
Serviço de Dívida Interna	700.000,00	700.000,00	95.716,72	485.217,69	0,27	95.716,72	485.217,69	214.782,31
Outras Transferências	306.000,00	369.000,00	21.635,00	200.670,00	0,11	43.270,00	200.670,00	168.330,00
Outros Encargos Especiais	2.966.473,00	3.546.473,00	558.873,57	3.035.132,61	1,67	560.204,25	3.033.801,93	512.671,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	15.560.274,75	17.414.074,75	2.862.744,58	14.322.404,53	7,86	2.912.108,94	14.105.368,20	3.308.706,55
Ação Legislativa	65.056,00	65.056,00	7.441,45	38.362,90	0,02	7.690,53	37.608,30	27.447,70
Administração	1.291.895,35	1.485.895,35	256.040,40	1.183.333,13	0,65	258.068,94	1.182.153,85	303.741,50
Administração Geral	845.046,90	985.046,90	146.838,67	789.153,03	0,43	148.867,21	787.973,75	197.073,15
Administração Financeira	279.256,45	300.256,45	51.176,39	239.737,08	0,13	51.176,39	239.737,08	60.519,37
Controle Interno	45.268,00	45.268,00	32.131,46	32.131,46	0,02	32.131,46	32.131,46	13.136,54
Normalização e Fiscalização	122.324,00	155.324,00	25.893,88	122.311,56	0,07	25.893,88	122.311,56	33.012,44
Segurança Pública	3.960,00	8.960,00	2.329,66	6.289,66	0,00	1.040,20	4.414,93	4.545,07
Defesa Civil	3.960,00	8.960,00	2.329,66	6.289,66	0,00	1.040,20	4.414,93	4.545,07
Assistência Social	397.385,00	452.385,00	66.738,00	337.683,97	0,19	68.652,33	319.169,27	133.215,73
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.385,00	12.385,00	950,56	8.353,62	0,00	1.075,10	312.255,22	5.470,95
Assistência Comunitária	385.000,00	440.000,00	65.787,44	329.330,35	0,18	67.577,23	312.255,22	127.744,78
Previdência Social	70.000,00	77.000,00	9.107,08	49.107,62	0,03	9.107,08	49.107,62	27.892,38
Previdência do Regime Estatutário	70.000,00	77.000,00	9.107,08	49.107,62	0,03	9.107,62	49.107,62	27.892,38

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Saúde	15.560.274,75	17.414.074,75	2.862.744,58	14.322.404,53	7,86	2.912.108,94	14.105.368,20	3.308.706,55
Atenção Básica	1.455.250,00	1.695.250,00	291.347,21	1.429.264,28	0,78	298.865,83	1.404.280,07	290.969,93
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	550.250,00	660.250,00	105.167,74	540.450,79	0,30	106.742,70	532.600,15	127.649,85
Suporte Profilático e Terapêutico	790.000,00	870.000,00	160.379,74	769.629,29	0,42	166.323,40	752.495,72	117.504,28
Vigilância Sanitária	20.000,00	30.000,00	4.701,12	21.949,31	0,01	4.701,12	21.949,31	8.050,69
Vigilância Epidemiológica	75.000,00	75.000,00	9.983,19	56.040,91	0,03	9.983,19	56.040,91	18.959,09
Educação	2.888.700,00	4.788.500,00	807.932,81	4.182.418,94	0,02	11.115,42	41.193,98	18.806,02
Administração Geral	18.000,00	18.000,00	0,00	8.869,83	0,00	849.851,34	4.113.568,44	674.931,56
Ensino Fundamental	1.405.100,00	2.077.900,00	336.250,85	1.867.484,98	1,02	9.130,17	7.430,26	10.569,74
Ensino Superior	16.000,00	16.000,00	2.590,58	12.570,83	0,01	349.337,87	1.824.049,53	253.856,47
Educação Infantil	1.449.600,00	2.676.600,00	469.091,38	2.293.493,30	1,26	2.590,58	12.570,83	3.429,17
Cultura	86.621,00	115.621,00	14.040,68	82.725,33	0,05	497.798,35	2.269.523,82	407.076,18
Turismo	86.621,00	115.621,00	14.040,68	82.725,33	0,05	16.450,99	74.674,90	40.946,10
Urbanismo	1.149.583,95	998.583,95	207.374,73	751.163,90	0,41	16.450,99	74.674,90	40.946,10
Educação Infantil	280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.522,14	675.991,10	322.592,85
Infra-Estrutura Urbana	869.583,95	998.583,95	207.374,73	751.163,90	0,41	0,00	0,00	0,00
Saneamento	620.000,00	195.000,00	20.734,46	78.373,93	0,04	198.522,14	675.991,10	322.592,85
Saneamento Básico Urbano	620.000,00	195.000,00	20.734,46	78.373,93	0,04	20.734,46	78.373,93	116.626,07
Agricultura	298.313,45	298.313,45	0,00	298.313,45	0,16	0,00	298.313,45	0,00
Extensão Rural	298.313,45	298.313,45	0,00	298.313,45	0,16	0,00	298.313,45	0,00
Desporto e Lazer	133.510,00	133.510,00	13.268,31	101.936,33	0,06	16.735,31	84.281,25	49.228,75
Desporto Comunitário	133.510,00	133.510,00	13.268,31	101.936,33	0,06	16.735,31	84.281,25	49.228,75

Continuação 3/4

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	15.560.274,75	17.414.074,75	2.862.744,58	14.322.404,53	3.091.670,22	14.105.368,20	8,78	3.308.706,55
Encargos Especiais	7.100.000,00	7.100.000,00	1.166.389,79	5.783.431,09	1.316.568,91	5.783.431,09	3,60	1.316.568,91
Outros Encargos Especiais	7.100.000,00	7.100.000,00	1.166.389,79	5.783.431,09	1.316.568,91	5.783.431,09	3,60	1.316.568,91
TOTAL (III) = (I + II)	187.845.604,00	250.738.946,27	32.262.742,91	182.264.933,42	68.474.012,85	160.584.337,39	100,00	90.157.608,88

VIDEIRA, 18/11/2019

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO 3 RREO - 5 BIM 2019

Publicação Nº 2229887

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ANUAL 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	17.900.855,04	20.735.622,95	21.443.164,96	18.038.698,44	17.585.331,93	18.413.783,66	28.266.110,43	21.003.610,44	22.770.825,59	16.924.912,52	21.766.667,54	21.319.603,66	247.368.187,16
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.989.575,37	3.164.240,47	2.414.606,20	2.307.974,60	2.485.691,99	18.413.783,66	28.266.110,43	21.003.610,44	22.770.825,59	16.924.912,52	21.766.667,54	21.319.603,66	247.368.187,16
IPTU.	543.410,19	1.714.143,22	1.031.553,77	98.137,80	74.407,81	446.065,08	5.375.851,03	1.782.582,54	1.337.028,63	1.356.028,63	1.316.097,80	1.290.281,67	8.602.113,61
I.S.S.	1.463.261,63	1.714.143,22	1.409.457,93	1.258.098,95	1.175.574,54	1.244.717,88	1.268.173,44	288.922,11	300.109,14	171.401,31	391.316,72	347.402,54	16.220.101,80
I.T.B.I.	264.074,26	208.597,30	157.332,89	366.634,21	384.845,19	259.529,90	284.866,99	414.802,64	459.169,34	412.759,26	423.196,31	438.614,62	3.425.024,56
IRRF	339.895,77	830.759,96	298.014,98	308.049,80	394.836,40	375.866,67	413.866,93	414.802,64	459.169,34	412.759,26	423.196,31	438.614,62	3.156.750,00
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	378.943,52	269.676,24	446.646,63	278.053,84	458.028,05	788.325,66	2.222.501,87	187.097,94	408.031,80	477.066,95	450.506,69	177.891,68	5.659.100,00
Contribuições	863.810,04	1.607.407,69	835.675,25	668.863,33	885.400,25	890.695,42	910.119,37	910.896,06	903.388,35	923.416,99	913.769,57	925.350,36	10.441.225,00
Recita Patrimonial	2.059.005,41	1.550.365,73	5.140.375,57	1.490.675,42	1.607.232,55	2.700.891,08	4.167.693,84	5.271.487,54	2.606.704,17	808.201,51	4.509.240,26	4.840.406,13	27.333.315,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.042.905,36	1.537.069,86	5.097.857,92	1.483.300,41	1.599.343,34	2.683.038,63	4.154.354,47	5.258.517,08	2.591.609,96	786.862,96	4.500.045,92	4.823.861,26	27.109.604,50
Outras Receitas Patrimoniais	16.100,05	13.315,87	42.514,65	7.375,01	7.889,21	17.852,45	13.339,37	12.970,46	15.094,21	21.238,55	9.203,34	16.544,87	223.710,50
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	1.163.943,20	1.216.305,82	1.401.127,34	1.288.832,15	1.435.195,31	1.305.397,65	1.366.225,19	1.266.907,33	1.341.114,44	1.318.889,94	1.288.078,59	1.374.619,43	15.797.736,39
Transferências Correntes	10.838.484,33	12.853.492,07	11.465.193,28	12.010.323,01	10.863.842,86	11.147.197,28	11.783.505,37	10.907.118,74	12.061.057,19	10.955.541,39	11.496.936,29	11.352.241,11	137.774.934,92
Cota-Parte de FPM.	2.115.664,67	3.702.252,55	2.413.800,03	2.871.102,83	2.149.718,40	2.097.286,92	2.891.502,31	2.120.090,45	2.899.215,78	2.116.229,84	1.883.756,65	1.734.242,64	26.994.763,07
Cota-Parte do C.M.S.	4.505.228,49	4.862.571,08	4.782.524,12	4.641.711,04	4.362.291,23	4.474.510,64	4.404.248,70	4.300.969,40	4.327.672,05	4.408.868,96	4.564.970,28	4.601.798,43	54.237.302,42
Cota-Parte do I.P.V.A.	600.046,22	317.822,98	642.391,61	747.615,53	791.000,11	859.662,59	885.846,18	739.373,94	879.939,98	829.907,96	850.160,50	993.826,97	9.197.550,57
Cota-Parte do ITR.	6.626,29	4.054,03	610,27	242,44	1.652,44	354,62	133,41	133,41	6.155,26	971,45	39.223,53	41.825,09	102.184,26
Outras Transferências Correntes	1.176.624,10	1.338.766,82	902.515,92	1.176.624,10	1.216.410,92	1.327.624,16	1.300.831,66	1.455.400,59	1.622.217,66	1.320.233,20	1.703.864,19	1.597.504,38	16.500.933,00
Transferências da LC 61/1989	61.189,72	73.731,44	54.616,90	57.815,17	55.836,83	56.608,02	55.429,83	58.130,18	58.130,18	52.668,14	64.203,79	56.819,62	706.896,16
Transferências da LC 87/1996	13.388,57	13.388,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.348,82	-25.348,82	0,00	0,00	26.771,14
Transferências do FUNDEB	2.268.616,27	2.540.775,60	2.468.734,43	2.516.124,64	2.286.932,63	2.331.150,33	2.445.509,26	2.233.020,77	2.241.807,12	2.292.070,66	2.390.759,35	2.328.225,98	28.372.727,34
Outras Receitas Correntes	-13.983,31	343.791,17	386.190,22	283.009,93	307.908,97	255.077,04	355.206,40	288.311,99	2.699.572,70	291.082,42	356.275,78	377.720,13	5.921.183,44
DEDUÇÕES (II)	1.873.049,22	2.504.033,91	2.002.733,40	1.932.460,97	1.883.306,87	1.918.966,45	2.030.665,14	1.875.749,82	1.842.597,45	1.913.966,58	1.921.972,49	1.931.417,42	23.616.919,72
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciais	55.676,98	110.871,92	55.435,96	57.336,71	57.336,71	57.336,71	57.108,93	57.063,37	56.771,81	57.063,37	57.063,37	57.063,37	736.129,21
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	344.923,69	820.728,47	328.509,07	201.427,08	353.870,59	363.945,41	366.123,52	372.947,14	377.231,04	380.657,47	384.445,39	388.652,13	4.693.351,99
Debitado da Receita Para Formação do FUNDEB	1.472.448,55	1.572.433,52	1.618.789,37	1.663.697,18	1.472.099,58	1.497.684,33	1.607.432,69	1.443.793,91	1.406.303,04	1.476.647,30	1.460.462,73	1.485.701,92	18.199.438,52
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	16.027.805,82	18.231.589,04	19.440.431,46	16.116.237,47	15.702.025,06	17.494.817,21	26.235.445,29	19.128.860,62	20.928.228,14	15.010.945,94	19.844.695,15	19.386.186,24	223.750.267,44

FONTE:

VIDEIRA, 18/11/2019

GENTIL GAEDKE
Secretário da Fazenda

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal



ANEXO 4 RREO - 5 BIM 2019

Publicação Nº 2229889

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PLANO PREVIDENCIÁRIO			RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	47.120.000,00	47.120.000,00		47.054.929,09	24.362.556,43
Receita de Contribuições dos Segurados	4.880.000,00	4.880.000,00		3.517.699,83	2.774.867,01
Civil	4.880.000,00	4.880.000,00		3.517.699,83	2.774.867,01
Ativo	4.800.000,00	4.800.000,00		3.439.947,27	2.722.945,50
Inativo	78.500,00	78.500,00		76.257,54	51.921,51
Pensionista	1.500,00	1.500,00		1.495,02	0,00
Militar	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	9.600.000,00	9.600.000,00		7.195.265,02	5.749.599,31
Civil	9.600.000,00	9.600.000,00		7.195.265,02	5.749.599,31
Ativo	9.600.000,00	9.600.000,00		7.195.265,02	5.749.599,31
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Militar	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita Patrimonial	24.530.000,00	24.530.000,00		30.564.558,71	15.168.857,40
Recursos Imobiliários	0,00	0,00		0,00	0,00
Recursos de Valores Mobiliários	24.530.000,00	24.530.000,00		30.564.558,71	15.168.857,40
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	8.110.000,00	8.110.000,00		5.777.405,53	18.785,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.000.000,00	1.000.000,00		569.580,31	650.447,71
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	7.100.000,00	7.100.000,00		5.200.382,03	650.446,99
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00		7.443,19	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00		0,00	0,72
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00		0,00	80.000,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	40.020.000,00	40.020.000,00		41.854.547,06	24.442.556,43

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (IV)	20.670.000,00	25.932.000,00	969.803,74	43.431,73	914.775,46	43.431,73
Despesas Correntes	20.650.000,00	25.812.000,00	969.803,74	43.132,73	914.775,46	43.132,73
Despesas de Capital	20.000,00	120.000,00	0,00	299,00	0,00	299,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	14.256.977,20	13.167.963,60	14.256.977,20	13.017.243,62
Benefícios - Civil	0,00	0,00	14.256.977,20	12.303.088,45	14.256.977,20	12.303.088,45
Aposentadorias	0,00	0,00	12.748.783,70	10.871.321,18	12.748.783,70	10.871.321,18
Pensões	0,00	0,00	1.506.127,10	1.431.767,27	1.506.127,10	1.431.767,27
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	2.066,40	0,00	2.066,40	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	864.875,15	0,00	714.155,17
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	864.875,15	0,00	714.155,17
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	20.670.000,00	25.932.000,00	15.226.780,94	13.211.395,33	15.171.752,66	13.060.675,35
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	19.350.000,00	14.088.000,00	26.627.766,12	11.231.161,10	26.682.794,40	11.381.881,08
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						26.450.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						444.740,29
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2019		2018	
Caixa e equivalentes de caixa			14.103,99			5,95

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	252.762.199,98	216.004.266,41
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:
VIDEIRA, 18/11/2019

CRISTINA KLOCK	GENTIL GAEDKE	SANDRA BALDO	DORIVAL CARLOS BORG
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário da Fazenda	Coordenadora Controle Interno	Prefeito Municipal

ANEXO 6 RREO - 5 BIM 2019

Publicação Nº 2229890

Município de Videira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	199.303.965,00	193.578.152,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33.016.600,00	33.742.138,68
I.P.T.U.	8.783.750,00	7.917.629,20
I.S.S.	12.718.000,00	13.042.696,42
I.T.B.I.	2.500.000,00	2.952.363,00
I.R.R.F.	3.156.750,00	3.939.298,95
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.858.100,00	5.890.151,11
Contribuições	10.441.225,00	8.755.854,95
Receita Patrimonial	27.333.315,00	33.142.914,07
Aplicações Financeiras(II)	27.109.604,50	32.978.891,95
Outras Receitas Patrimoniais	223.710,50	164.022,12
Transferências Correntes	103.387.833,00	98.928.402,07
Cota-Parte do FPM	21.376.500,00	18.772.660,11
Cota-Parte do ICMS	33.600.000,00	35.895.603,19
Cota-Parte do IPVA	6.000.000,00	6.575.665,95
Cota-Parte do ITR	38.400,00	73.043,24
Transferências da LC 87/1996	144.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	528.000,00	456.780,07
Transferências do FUNDEB	25.200.000,00	23.532.335,47
Outras Transferências Correntes	16.500.933,00	13.622.314,04
Demais Receitas Correntes	25.124.992,00	19.008.842,95
Outras Receitas Financeiras (III)	10.000,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	25.114.992,00	19.008.842,95
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	172.184.360,50	160.599.260,77
RECEITAS DE CAPITAL (V)	4.847.351,00	1.321.654,06
Operação de Crédito(VI)	3.650.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	55.000,00	38.380,02
Alienação de Bens	282.351,00	426.205,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	282.351,00	426.205,00
Transferências de Capital	860.000,00	812.269,04

Continua 1/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA	
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA
	Até o Bimestre/2019
	RECEITAS REALIZADAS(a)
Convênios	722.717,74
Outras Transferências de Capital	89.551,30
Outras Receitas de Capital	44.800,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	44.800,00
	1.283.274,04
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	161.882.534,81

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESAS CORRENTES (XIII)	184.986.602,39	141.341.857,05	127.825.635,52	120.376.609,35	5.518.796,15	3.117.480,87	3.117.480,87	3.117.480,87
Pessoal e Encargos Sociais	96.597.959,67	70.799.025,57	70.766.211,08	65.067.618,93	4.462.471,97	16.969,76	16.969,76	16.969,76
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	720.000,00	485.217,69	485.217,69	485.217,69	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	87.668.642,72	70.057.613,79	56.574.206,75	54.823.772,73	1.056.324,18	3.100.511,11	3.100.511,11	3.100.511,11
Transferências Constitucionais e Legais	251.751,47	250.528,26	250.528,26	250.528,26	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	87.416.891,25	69.807.085,53	56.323.678,49	54.573.244,47	1.056.324,18	3.100.511,11	3.100.511,11	3.100.511,11
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	184.266.602,39	140.856.639,36	127.340.417,83	119.891.391,66	5.518.796,15	3.117.480,87	3.117.480,87	3.117.480,87
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	48.188.269,13	26.600.671,84	18.650.333,67	18.210.243,57	3.800,00	4.431.706,12	4.431.706,12	4.431.706,12
Investimentos	46.408.269,13	25.040.465,96	17.090.127,79	16.650.037,69	3.800,00	4.431.706,12	4.431.706,12	4.431.706,12
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1.780.000,00	1.560.205,88	1.560.205,88	1.560.205,88	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	46.408.269,13	25.040.465,96	17.090.127,79	16.650.037,69	3.800,00	4.431.706,12	4.431.706,12	4.431.706,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	26.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		257.274.871,52	165.897.105,32	144.430.545,62	136.541.429,35	5.522.596,15	7.549.186,99	7.549.186,99	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]		12.269.322,32							
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-24.147.078,25							
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		VALOR INCORRIDO							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		32.978.891,95							
485.217,69									
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		44.762.996,58							
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-736.000,00							
ABAIXO DA LINHA		SALDO							
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31 Dez 2018(a)		Até o Bimestre/2019(b)					
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		3.931.544,88		2.371.339,00					
DEDUÇÕES (XXIX)		52.933.785,65		62.261.847,23					
Disponibilidade de Caixa		51.420.236,97		60.765.323,58					
Disponibilidade de Caixa Bruta		56.574.588,60		68.829.244,49					
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		5.154.351,63		8.063.920,91					
Demais Haveres Financeiros		1.513.548,68		1.496.523,65					
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-49.002.240,77		-59.890.508,23					
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XX XII) = (XXXIa - XXXIb)		10.888.267,46							
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2019							
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		-2.909.569,28							
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00							

Continua 3/4

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb) PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) OUTROS AJUSTES (XXXVII)	-2.909.569,28 0,00 0,00 0,00 0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	13.797.836,74
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-18.695.837,52
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	40.523.737,06 0,00 40.523.737,06 26.450.000,00

VIDEIRA, 18/11/2019

CRISTINA KLOCK Contadora CRC/SC 020534/O-0	GENTIL GAEDKE Secretário da Fazenda	SANDRA BALDO Coordenadora Controle Interno
DORIVAL CARLOS BORG Prefeito Municipal		

ANEXO 7 RREO - 5 BIM 2019

Publicação Nº 2229891

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES													R\$ 1,00
RP NÃO PROCESSADOS	Inscritos				Saldo e = (a+b) - (c+d)	Cancelados (d)	Pagos (c)	Inscritos				Saldo k = (i+g) - (j+h)	Saldo Total L = (e+k)
	Em 31 de Dezembro de 2016		Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016				Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)			
	(a)	(b)											
PODER-ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
	EXECUTIVO												
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA												
	FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FASM												
	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESC												
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE V												
	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO												
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE												
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA												
	FUNDO MUNICIPAL PREEQ. BOMBEIROS VOLUNT												
	GABINETE DO PREFEITO												
	PROCURADORIA JURÍDICA												
	SEC. M. DES. ECONÔMICO - HABITAÇÃO E PROJE												
	SEC. M. DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AM												
	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA												
	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA												
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO												
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO												
	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA												
	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA												
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCI.												
	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA												
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA												
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA												
	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREV												
	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREV												
	VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Munic												
Videira Saneamento - VISAN													
LEGISLATIVO													
CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA													
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES													
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)													
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA													
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE V													
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA													
FUNDO MUNICIPAL PREEQ. BOMBEIROS VOLUNT													
GABINETE DO PREFEITO													
PROCURADORIA JURÍDICA													
SEC. M. DES. ECONÔMICO - HABITAÇÃO E PROJE													
SEC. M. DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AM													
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA													
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA													
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO													
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO													
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCI.													
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA													
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA													
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREV													
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREV													

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+k)
		Inscritas		Cancelados (d)	Pagos (c)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritas		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (i+j) - (h)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	767.053,50	-	767.053,50	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO		0,00	767.053,50	0,00	767.053,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVI		0,00	4.622,12	0,00	4.622,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREV		0,00	4.622,12	0,00	4.622,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	6.289.649,65	0,00	6.289.649,65	0,00	869.753,79	8.384.075,40	7.549.186,99	7.549.186,99	1.434.609,30	250.032,70

FONTE:

VIDEIRA, 18/11/2019

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

DORIVAL CARLOS BORGHA
Prefeito Municipal

GENTIL GAEDKE
Secretário da Fazenda

ANEXO 8 RREO - 5 BIM 2019

Publicação Nº 2229892

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	27.158.500,00	27.158.500,00	27.851.987,57	102,55
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.783.750,00	8.783.750,00	7.917.629,20	90,14
1.1.1- IPTU	8.000.000,00	8.000.000,00	6.996.138,80	87,45
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	783.750,00	783.750,00	921.490,40	117,57
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.500.000,00	2.500.000,00	2.952.363,00	118,09
1.2.1- ITBI	2.500.000,00	2.500.000,00	2.952.363,00	118,09
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.718.000,00	12.718.000,00	13.042.696,42	102,55
1.3.1- ISS	12.300.000,00	12.300.000,00	12.312.853,63	100,10
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	418.000,00	418.000,00	729.842,79	174,60
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.156.750,00	3.156.750,00	3.939.298,95	124,79
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	76.664.500,00	76.664.500,00	76.928.309,01	100,34
2.1- Cota-Parte FPM	26.276.500,00	26.276.500,00	23.176.945,85	88,20
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	24.500.000,00	24.500.000,00	22.021.429,86	89,88
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	710.600,00	710.600,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	1.065.900,00	1.065.900,00	1.155.515,99	108,41
2.2- Cota-Parte ICMS	42.000.000,00	42.000.000,00	44.869.502,85	106,83
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	660.000,00	660.000,00	570.975,00	86,51
2.5- Cota-Parte ITR	48.000,00	48.000,00	91.303,94	190,22
2.6- Cota-Parte IPVA	7.500.000,00	7.500.000,00	8.219.581,37	109,59
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	103.823.000,00	103.823.000,00	104.780.296,58	100,92

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	3.728.000,00	3.728.000,00	2.943.160,00	78,95
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.612.500,00	2.612.500,00	2.100.242,75	80,39
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	950.000,00	950.000,00	720.718,20	75,87
5.4- Transferências Diretas - PNATE	80.000,00	80.000,00	70.936,96	88,67
5.5- Outras Transferências do FNDE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	75.500,00	75.500,00	51.262,09	67,90
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	401.567,50	401.567,50	387.839,69	96,58
6.1- Transferências de Convênios	400.000,00	400.000,00	387.255,04	96,81
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.567,50	1.567,50	584,65	37,30
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	50.000,00	50.000,00	32.330,28	64,66
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.179.567,50	4.179.567,50	3.363.329,97	80,47

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	14.977.600,00	14.977.600,00	15.154.556,45	101,18
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.900.000,00	4.900.000,00	4.404.285,74	89,88
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	8.400.000,00	8.400.000,00	8.973.899,66	106,83
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	132.000,00	132.000,00	114.194,93	86,51
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	9.600,00	9.600,00	18.260,70	190,22
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.500.000,00	1.500.000,00	1.643.915,42	109,59
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	25.400.000,00	25.400.000,00	23.674.918,88	93,21
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	25.200.000,00	25.200.000,00	23.532.335,47	93,38
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	200.000,00	200.000,00	142.583,41	71,29
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	10.222.400,00	10.222.400,00	8.377.779,02	81,96

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	15.240.000,00	18.010.830,52	16.170.624,61	89,78	16.163.686,57	89,74
13.1- Com Educação Infantil	6.126.000,00	7.796.000,00	7.379.360,37	94,66	7.375.956,95	94,61
13.2- Com Ensino Fundamental	9.114.000,00	10.214.830,52	8.791.264,24	86,06	8.787.729,62	86,03
14- OUTRAS DESPESAS	10.160.000,00	10.817.000,00	5.824.016,07	53,84	5.822.894,32	53,83
14.1- Com Educação Infantil	4.084.000,00	4.571.000,00	3.439.790,01	75,25	3.439.790,01	75,25
14.2- Com Ensino Fundamental	6.076.000,00	6.246.000,00	2.384.226,06	38,17	2.383.104,31	38,15
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	25.400.000,00	28.827.830,52	21.994.640,68	76,30	21.986.580,89	76,27
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						260.830,52
17.1 - FUNDEB 60%						260.830,52
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						260.830,52
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						21.725.750,37
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						67,17
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						24,60
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						8,23
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						260.830,52
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						260.830,52
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	16.452.000,00	21.896.874,03	17.186.742,30	78,49	17.009.778,47	77,68
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	19.976.150,00	22.705.990,12	16.770.746,68	73,86	15.932.156,79	70,17
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	15.190.000,00	16.460.830,52	11.175.490,30	67,89	11.170.833,93	67,86
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.786.150,00	6.245.159,60	5.595.256,38	89,59	4.761.322,86	76,24
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	36.428.150,00	44.602.864,15	33.957.488,98	76,13	32.941.935,26	73,86
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						8.377.779,02
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						217.874,03
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4						—
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)						—
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						8.595.653,05
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						24.346.282,21
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						23,24
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.682.500,00	3.167.449,02	1.950.456,23	61,58	1.332.251,93	42,06
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.462.117,50	1.633.832,30	1.041.085,68	63,72	795.919,29	48,71
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	4.144.617,50	4.801.281,32	2.991.541,91	62,31	2.128.171,22	44,33
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	40.572.767,50	49.404.145,47	36.949.030,89	74,79	35.070.106,48	70,99
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.112.175,51	860.302,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	23.532.335,47	2.100.242,75
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	20.732.178,94	1.642.598,32
47.1 Orçamento do Exercício	20.604.664,29	1.333.230,04
47.2 Restos a Pagar	127.514,65	309.368,28
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	142.583,41	43.303,89
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	4.054.915,45	1.361.250,32
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1.(+) Retenções	0,00	0,00
50.2.(-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3.(+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4.(+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	4.054.915,45	1.361.250,32

VIDEIRA, 18/11/2019

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

GENTIL GAEDKE
Secretário da Fazenda

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

DORIVAL CARLOS BORGIA
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

CÂMARA MUNICIPAL

RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DA TP 01/19-CMV

Publicação Nº 2230358

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TP Nº 01/2019 - CMV

A Comissão Permanente de Licitações da Câmara de Vereadores, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA INTERNA GERAL DA CÂMARA, COM SUBSTITUIÇÃO DE TELHADO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA a Comissão Permanente de Licitações considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Dalmaria Construtora e Engenharia LTDA e e Garbo Construção e Engenharia LTDA. Fica designada a data para abertura e julgamento das propostas para o dia 27/11/2019, às 14:00h, desde que não haja interposição de recursos. Caso sejam interpostos recursos e impugnações, será divulgada nova data e horário para abertura e julgamento das propostas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.camaravideira.sc.gov.br. Outrossim, ficam os interessados notificados para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 18 de Novembro de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2019**

Publicação Nº 2230466

ATA Nº.:ATA 68/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada...:AUTOMATIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA.

Valor : R\$ 5.344,96 (cinco mil trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Vigência : Início: 05/11/2019 Término: 05/11/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:38/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS DE BOMBAS, MOTORES E CONJUNTOS MOTOBOMBAS PARA USO COMO RESERVA EM DIVERSAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E POÇOS, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – VISAN.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2019

Publicação Nº 2230471

ATA Nº.:ATA 69/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada...:ELETRONANDO SOLUÇÕES EM IRRIGAÇÃO E MOTOBOMBAS.

Valor : R\$ 14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais).

Vigência : Início: 05/11/2019 Término: 05/11/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:38/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS DE BOMBAS, MOTORES E CONJUNTOS MOTOBOMBAS PARA USO COMO RESERVA EM DIVERSAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E POÇOS, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – VISAN.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2019

Publicação Nº 2230473

ATA Nº.:ATA 70/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada...:BOMMOTOR COMÉRCIO DE BOMBAS E MOTORES LTDA.

Valor : R\$ 43.942,50(quarenta e três mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Vigência : Início: 05/11/2019 Término: 05/11/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:38/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS DE BOMBAS, MOTORES E CONJUNTOS MOTOBOMBAS PARA USO COMO RESERVA EM DIVERSAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E POÇOS, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – VISAN.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2019

Publicação Nº 2230475

ATA Nº.:ATA 71/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada...:IMBIL SERVIVE EIRELI.

Valor : R\$ 43.942,50(quarenta e três mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Vigência : Início: 05/11/2019 Término: 05/11/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:38/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS DE BOMBAS, MOTORES E CONJUNTOS MOTOBOMBAS PARA USO COMO RESERVA EM DIVERSAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E POÇOS, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – VISAN.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2019

Publicação Nº 2230476

ATA Nº.:ATA 72/2019

Contratante.: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada...:VALDEMIR BERTÉ ME.

Valor : R\$ 486.500,00(quatrocentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais).

Vigência : Início: 11/11/2019 Término: 11/11/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:40/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE FORMA PARCELADA, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM MOTORES ELÉTRICOS DE CORRETE ALTERNADA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2019

Publicação Nº 2230478

ATA Nº.:ATA 73/2019

Contratante...: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada...:PROTEC COMÉRCIO E AUTOMAÇÃO.

Valor : R\$ 25.300,00(vinte e cinco mil e trezentos reais).

Vigência : Início: 11/11/2019 Término: 11/11/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:40/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE FORMA PARCELADA, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM MOTORES ELÉTRICOS DE CORRETNE ALTERNADA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2019

Publicação Nº 2230516

ATA Nº.: ATA 74/2019

Contratante...: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada...: MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA.

Valor : R\$ 8.025,10 (oito mil vinte e cinco reais e dez centavos).

Vigência : Início: 18/11/2019 Término: 18/11/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:41/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ROLAMENTOS E SELOS MECÂNICOS PARA EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2019

Publicação Nº 2230519

ATA Nº.: ATA 75/2019

Contratante...: VISAN - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira

Contratada...: TESSARO E CONCI COM. DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA.

Valor : R\$ 40.794,30 (quarenta mil setecentos e noventa e quatro reais e trinta centavos).

Vigência : Início: 18/11/2019 Término: 18/11/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.:41/2019 - VISAN

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE ROLAMENTOS E SELOS MECÂNICOS PARA EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

EXTRATO CONTRATO Nº 37/2019

Publicação Nº 2230459

Contrato Nº.: CT 37/2019

Contratante...: VISAN – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município

Contratada...: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAL.

Valor : 12.424,00(doze mil quatrocentos e vinte e quatro reais).

Vigência : Início: 05/11/2019 Término: 05/11/2020.

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.:08/2019 - VISAN

Objeto : CONTRATAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA PUBLICAÇÃO DOS EXTRATOS DOS EDITAIS ORIUNDOS DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - VISAN.

EXTRATO CONTRATO Nº 38/2019

Publicação Nº 2230461

Contrato Nº.: CT 38/2019

Contratante...: VISAN – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município

Contratada...: NB FALCE E CIA LTDA.

Valor : 75.000,00(setenta e cinco mil reais).

Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 31/12/2019.

Licitação : Pregão Eletrônico Nº.: 04/2019 - VISAN

Objeto : AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS VELOCÍMETROS PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – VISAN.

Vitor Meireles**PREFEITURA****1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2018**

Publicação Nº 2230322

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2018

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, nº 2.266, na Cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal BENTO FRANCISCO SILVY, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 289.640.559-34, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 2.551 - Centro, Município de Vitor Meireles/SC, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa JEAN CLEI LUCHTEMBERG, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.958.256/0001-02, situada na Rua Castelo Branco, nº118, Bairro Centro, cidade de Ituporanga/SC, devidamente representado por JEAN CLEI LUCHTEMBERG, portador do CPF nº 003.590.299-06, residente e domiciliado na Rua Castelo Branco, nº 118, Bairro Centro, cidade de Ituporanga/SC, doravante simplesmente denominada de CONTRATADA, em decorrência do processo, previsto no edital de licitação nº 004/2018 - FMS, Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 01/2018 - FMS, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8.666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, às propostas e às seguintes cláusulas contratuais: resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com o disposto na lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 2ª.- DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O contrato de prestação de serviços será prorrogado por (178) Cento e Setenta e Oito dias, visto que o término está previsto para o dia 05/07/2019. A justificativa conforme a Empresa declarou deve-se pelo atraso na liberação do repasse pelo Ministério da Saúde no início da obra, assim como atrasos na entrega de materiais, equipe de mão de obra desqualificada, dificuldade na compra de materiais elétricos e também na procura de eletricitista qualificado. Com este prazo, estarão aptos a terminar a obra conforme projeto previsto.

O prazo começara contar no dia 06 de Julho de 2019, com vigência até o dia 31 de Dezembro de 2019, as demais cláusulas do Termo de Contrato 038/2018, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles (SC), 04 de Julho de 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY Prefeito Municipal	JEAN CLEI LUCHTEMBERG Jean Clei Luchtemberg Sócio Gerente
---	---

Testemunhas:

PATRICIA BLOEMER MENEGHELLI CPF: 067.715.779-70	TEILOR PETERSEN CPF: 027.479.069-65
--	--

DECRETO N 077/2019

Publicação Nº 2229521

DECRETO 077/2019

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 1030, de 05/12/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2023 – Manutenção do Transporte Escolar

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0100 – Educação 25% R\$ 23.500,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.007.2014 – Ações de Vigilância em Saúde

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3816 – Vigilância em Saúde - Epidemiologia R\$ 11.990,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2023 – Manutenção do Transporte Escolar

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0100 – Educação 25% R\$ 23.500,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.007.2014 – Ações de Vigilância em Saúde

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3816 – Vigilância em Saúde - Epidemiologia R\$ 11.990,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 14 de Novembro de 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 272/2019

Publicação Nº 2230684

PORTARIANº 272/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 003/2019, homologado no dia 28 de outubro de 2019,

Nome: DAIANA WALDRICH

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 18 de novembro de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 273/2019

Publicação Nº 2230758

PORTARIANº 273/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2018, homologado no dia 06 de abril de 2018,

Nome: JULIANA BRUNETTO

Cargo: ODONTÓLOGO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 18 de novembro de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE NOVEMBRO DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCESSÃO 01-2019

Publicação Nº 2230598

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 49 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**Concorrência
Para Concessões
1/2019****Processo Administrativo: 38/2019**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 3/2019.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Concorrência nº. 1/2019, o(s) participante(s):

859583 - PWS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONCESSAO DOS SERVICOS PUBLICOS DE RETENCAO, REMOCAO, APREENSAO, GUARDA E DEPOSITO DE VEICULOS AUTOMOTORES APREENDIDOS OU RECOLHIDOS EM DECORRENCIA DE INFRACAO DE TRANSITO.	PERCENT		1	R\$0,90	R\$0,90
Total do Fornecedor:						R\$0,90
Valor Total:						0,90

Vitor Meireles, 11 de novembro de 2019

**BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCESSÃO 02-2019

Publicação Nº 2230601

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 50 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**Concorrência
Para Concessões
2/2019****Processo Administrativo: 39/2019**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 3/2019.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Concorrência nº. 2/2019, o(s) participante(s):

859702 - DIRCE MACHADO FERREIRA ALVES							
Item	Produto			Unidade	Marca	Qtde	Valor Total
1	EXPLORAÇÃO	COMERCIAL	DA PRAÇA DOS	MÊS		24	R\$4.835,76
	PIONEIROS						
Total do Fornecedor:							R\$4.835,76

Valor Total:	4.835,76
---------------------	----------

Vitor Meireles, 18 de novembro de 2019

**BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 26-2019

Publicação Nº 2230614

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 51 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**Pregão
Para Aquisição de Bens
26/2019
Processo Administrativo: 40/2019**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 26/2019, o(s) participante(s):

859664 - AUTOPLUS VEICULOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	VEICULO ZERO KM CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL	UN	Ford	1	R\$49.500,00	R\$49.500,00
Total do Fornecedor:						R\$49.500,00

Valor Total:	49.500,00
---------------------	-----------

Vitor Meireles, 8 de novembro de 2019

**BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 27-2019

Publicação Nº 2230568

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 52 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**Pregão
Para Aquisição de Bens
27/2019
Processo Administrativo: 41/2019**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 27/2019, o(s) participante(s):

859575 - ECO-TEC AMBIENTAL COMERCIO DE MÁQUINAS EIRELI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	RACHADOR DE LENHA HIDRÁULICO	UN	Lippel	1	R\$3.900,00	R\$0,00
Total do Fornecedor:						R\$0,00
859605 - PORTALMAQ COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E INDUSTRIA LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	PLANTADEIRA HIDRÁULICA	UN	Industria Mecânica knapik	1	R\$13.000,00	R\$13.000,00
Total do Fornecedor:						R\$13.000,00
Valor Total:						13.000,00

Vitor Meireles, 18 de novembro de 2019

**BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito**

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº0113/2019

Publicação Nº 2229613

AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0202/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0113/19

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0113/2019, Menor Preço Unitário, tendo como objeto a Aquisição de Um Veículo Utilitário Multiuso com capacidade mínima de 7 passageiros, potência mínima 1.8, novo, zero km, ano/modelo mínimo 2019/2020, com porta mala espaçoso para transportar cadeiras de rodas, destinado a Associação Beneficente Sagrado Coração – Lar do Idoso, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 8:45h, do dia 04 de dezembro de 2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 14 de novembro de 2019. Arnaldo T. de Almeida Lovatel– Prefeito Municipal em Exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 0115/2019

Publicação Nº 2230069

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0204/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0115/2019

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0115/2019, do tipo menor preço por Lote, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Odontológicos para o atendimento dos pacientes que fazem uso das salas odontológicas da Rede Básica de saúde do Município e Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Xanxerê conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 10 de dezembro de 2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e anexos no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 18 de novembro de 2019. Arnaldo Thomaz Almeida Lovatel – Prefeito Municipal em Exercício.

CONTRATO DE APOIO CULTURAL 008/2019

Publicação Nº 2229711

CONTRATO DE APOIO CULTURAL Nº 008/2019
EDITAL MUNICIPAL DE CULTURA 03/2019

MUNICÍPIO DE XANXERÊ, com sede administrativa na Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455 - Centro – Xanxerê - Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. ARNALDO DE ALMEIDA THOMAZ LOVATEL, inscrito no CPF (MF) sob o nº 340.908.439-87 e RG 11/R 545101 SSP/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e

FRANCIELY APARECIDA VIVAN, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 060.514.939-99, residente e domiciliada a Rua Paraná, 521, Bairro Colatto, Xanxerê/SC, doravante denominado CONTRATADA,

Resolvem de acordo com a Lei Municipal Complementar nº AM 3.936/2017, celebrar Contrato de Apoio Cultural conforme cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Apoio Cultural consiste no repasse de recursos financeiros para execução do Projeto Cultural "Oficina de Artesanato Ser Fazer para Render" selecionado através do Edital Municipal de Cultura 03/2019, aprovado pela Comissão Municipal de Incentivo a Cultura, nomeada pelo Decreto Municipal 277/2019, alterada pelos Decretos 285/2019 e 392/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O repasse de recursos financeiros tem fundamentação legal na Lei Complementar nº AM 3.936/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

I - Para execução do presente Contrato de Apoio Cultural o CONTRATANTE repassará a CONTRATADA, no exercício de 2019, a importância de R\$ 9.980,00 (nove mil novecentos e oitenta reais).

II – A despesa correrá por conta da Atividade 2028 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Cultura, item orçamentário 33500000, Fonte 01.00 do Orçamento do Município para o exercício de 2019.

III – A CONTRATADA tem o compromisso de restituir ao CONTRATANTE, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Municipal, o valor transferido pelo CONTRATANTE nos casos em que não executado o objeto, e o valor do Contrato de Apoio Cultural, ou parte, seja utilizado em finalidade diversa da aprovada pela Comissão de Análise de

Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo a Cultura.

IV – O saldo não utilizado do Contrato de Apoio Cultural deverá ser devolvido pela CONTRATADA integralmente a conta bancária.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

I - Os recursos de que trata esta cláusula serão liberados e transferidos a CONTRATADA, em conformidade o projeto aprovado pela Comissão de Análise de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, contados a partir da publicação deste instrumento, no prazo de até 30 (trinta) dias.

II – O recurso será repassado através de depósito em conta bancária específica no aberta exclusivamente para movimentação dos recursos provenientes deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

I – Para efeito de contrapartida social a CONTRATADA se obriga a cumprir o proposto no projeto cultural, aprovado pela Comissão de Avaliação de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTRATANTE

Ao Município - CONTRATANTE, compete:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros de acordo com o estabelecido no presente Contrato de Apoio Cultural;

II - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Contrato de Apoio Cultural;

III - Analisar a prestação de contas dos recursos repassados a CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

I - Executar o objeto de que trata a cláusula primeira;

II - Movimentar os recursos em conta bancária específica vinculada ao Contrato de Apoio Cultural;

III - Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente Contrato de Apoio Cultural;

IV - Não repassar os recursos recebidos a outrem;

V - Não realizar despesas com taxas bancárias, multas ou juros com os recursos recebidos;

VI - Não realizar despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Contrato de Apoio Cultural;

VII - Prestar contas dos recursos recebidos na forma e prazos estabelecidos na Lei nº 4.320/64 e legislação pertinente;

VIII - Adotar no âmbito municipal, as providências de ordem técnica e legal indispensáveis ao integral cumprimento de todas as obrigações do presente instrumento;

IX - Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;

X - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Contrato de Apoio Cultural;

XI - Manter, na execução do presente Contrato de Apoio Cultural, profissionais capazes e habilitados;

XII - Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, bem como as obrigações previdenciárias e trabalhistas, decorrentes da execução do objeto da cláusula primeira;

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a cláusula terceira, deverá ser apresentada ao Órgão competente da Prefeitura Municipal de Xanxerê, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do término da vigência do presente instrumento.

II – As prestações de contas deverão ser efetuadas de forma individualizada de acordo com a finalidade da despesa e no valor do Contrato de Apoio Cultural, deverão conter os documentos comprobatórios da despesa em original, sem rasuras ou emendas.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Observado o disposto na cláusula sexta, inciso II, deste Contrato de Apoio Cultural, a fiscalização da execução do presente Contrato de Apoio Cultural incumbirá ao CONTRATANTE, que fará anotações sobre a inobservância de quaisquer prescrições contidas neste instrumento, e consequente comunicação ao titular da CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento pela CONTRATADA, poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONTRATANTE, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente Contrato de Apoio Cultural em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato de Apoio Cultural terá vigência até 31/12/2019, devendo ser publicado em Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente Contrato de Apoio Cultural poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato de Apoio Cultural, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Xanxerê/SC, 18 de novembro de 2019.

ARNALDO DE ALMEIDA THOMAZ LOVATEL
Município/CONTRATANTE
FRANCYELE APARECIDA VIVAN
CONTRATADA

CONTRATO DE APOIO CULTURAL 009/2019

Publicação Nº 2229712

CONTRATO DE APOIO CULTURAL Nº 009/2019
EDITAL MUNICIPAL DE CULTURA 03/2019

MUNICÍPIO DE XANXERÊ, com sede administrativa na Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455 - Centro – Xanxerê - Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. ARNALDO DE ALMEIDA THOMAZ LOVATEL, inscrito no CPF (MF) sob o nº 340.908.439-87 e RG 11/R 545101 SSP/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e

ROGERIO FOSSA, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 077.679-909-66, residente e domiciliado a Rua Tervino Tozatti, 595, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Xanxerê/SC, doravante denominado CONTRATADO,

Resolvem de acordo com a Lei Municipal Complementar nº AM 3.936/2017, celebrar Contrato de Apoio Cultural conforme cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Apoio Cultural consiste no repasse de recursos financeiros para execução do Projeto Cultural "Construção" selecionado através do Edital Municipal de Cultura 03/2019, aprovado pela Comissão Municipal de Incentivo a Cultura, nomeada pelo Decreto Municipal 277/2019, alterada pelos Decretos 285/2019 e 392/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O repasse de recursos financeiros tem fundamentação legal na Lei Complementar nº AM 3.936/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

I - Para execução do presente Contrato de Apoio Cultural o CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO, no exercício de 2019, a importância de R\$ 9.980,00 (nove mil novecentos e oitenta reais).

II - A despesa correrá por conta da Atividade 2028 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Cultura, item orçamentário 33500000, Fonte 01.00 do Orçamento do Município para o exercício de 2019.

III - O CONTRATADO tem o compromisso de restituir ao CONTRATANTE, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Municipal, o valor transferido pelo CONTRATANTE nos casos em que não executado o objeto, e o valor do Contrato de Apoio Cultural, ou parte, seja utilizado em finalidade diversa da aprovada pela Comissão de Análise de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo a Cultura.

IV - O saldo não utilizado do Contrato de Apoio Cultural deverá ser devolvido pelo CONTRATADO integralmente a conta bancária.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

I - Os recursos de que trata esta cláusula serão liberados e transferidos ao CONTRATADO, em conformidade o projeto aprovado pela Comissão de Análise de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, contados a partir da publicação deste instrumento, no prazo de até 30 (trinta) dias.

II - O recurso será repassado através de depósito em conta bancária específica no aberta exclusivamente para movimentação dos recursos provenientes deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

I - Para efeito de contrapartida social ao CONTRATADO se obriga a cumprir o proposto no projeto cultural, aprovado pela Comissão de Avaliação de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTRATANTE

Ao Município - CONTRATANTE, compete:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros de acordo com o estabelecido no presente Contrato de Apoio Cultural;

II - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Contrato de Apoio Cultural;

III - Analisar a prestação de contas dos recursos repassados ao CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

I - Executar o objeto de que trata a cláusula primeira;

II - Movimentar os recursos em conta bancária específica vinculada ao Contrato de Apoio Cultural;

III - Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente Contrato de Apoio Cultural;

IV - Não repassar os recursos recebidos a outrem;

V - Não realizar despesas com taxas bancárias, multas ou juros com os recursos recebidos;

VI - Não realizar despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Contrato de Apoio Cultural;

VII - Prestar contas dos recursos recebidos na forma e prazos estabelecidos na Lei nº 4.320/64 e legislação pertinente;

VIII - Adotar no âmbito municipal, as providências de ordem técnica e legal indispensáveis ao integral cumprimento de todas as obrigações do presente instrumento;

IX - Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;
X - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Contrato de Apoio Cultural;
XI - Manter, na execução do presente Contrato de Apoio Cultural, profissionais capazes e habilitados;
XII - Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, bem como as obrigações previdenciárias e trabalhistas, decorrentes da execução do objeto da cláusula primeira;

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a cláusula terceira, deverá ser apresentada ao Órgão competente da Prefeitura Municipal de Xanxerê, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do término da vigência do presente instrumento.

II - As prestações de contas deverão ser efetuadas de forma individualizada de acordo com a finalidade da despesa e no valor do Contrato de Apoio Cultural, deverão conter os documentos comprobatórios da despesa em original, sem rasuras ou emendas.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Observado o disposto na cláusula sexta, inciso II, deste Contrato de Apoio Cultural, a fiscalização da execução do presente Contrato de Apoio Cultural incumbirá ao CONTRATANTE, que fará anotações sobre a inobservância de quaisquer prescrições contidas neste instrumento, e consequente comunicação ao titular do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento pelo CONTRATADO, poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONTRATANTE, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente Contrato de Apoio Cultural em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato de Apoio Cultural terá vigência até 31/12/2019, devendo ser publicado em Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente Contrato de Apoio Cultural poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato de Apoio Cultural, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Xanxerê/SC, 18 de novembro de 2019.

ARNALDO DE ALMEIDA THOMAZ LOVATEL

Município/CONTRATANTE

ROGERIO FOSSA

CONTRATADO

CONTRATO DE APOIO CULTURAL 010/2019

Publicação Nº 2229713

CONTRATO DE APOIO CULTURAL Nº 010/2019

EDITAL MUNICIPAL DE CULTURA 03/2019

MUNICÍPIO DE XANXERÊ, com sede administrativa na Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455 - Centro - Xanxerê - Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. ARNALDO DE ALMEIDA THOMAZ LOVATEL, inscrito no CPF (MF) sob o nº 340.908.439-87 e RG 11/R 545101 SSP/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e

RENAN OTOVICZ BEBBER, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 091.224.919-61, residente e domiciliado a Rua Tervino Tozatti, 284, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Xanxerê/SC, doravante denominado CONTRATADO,

Resolvem de acordo com a Lei Municipal Complementar nº AM 3.936/2017, celebrar Contrato de Apoio Cultural conforme cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Apoio Cultural consiste no repasse de recursos financeiros para execução do Projeto Cultural "Respirando Poesia" selecionado através do Edital Municipal de Cultura 03/2019, aprovado pela Comissão Municipal de Incentivo a Cultura, nomeada pelo Decreto Municipal 277/2019, alterada pelos Decretos 285/2019 e 392/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O repasse de recursos financeiros tem fundamentação legal na Lei Complementar nº AM 3.936/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

- I - Para execução do presente Contrato de Apoio Cultural o CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO, no exercício de 2019, a importância de R\$ 9.980,00 (nove mil novecentos e oitenta reais).
- II – A despesa correrá por conta da Atividade 2028 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Cultura, item orçamentário 33500000, Fonte 01.00 do Orçamento do Município para o exercício de 2019.
- III – O CONTRATADO tem o compromisso de restituir ao CONTRATANTE, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Municipal, o valor transferido pelo CONTRATANTE nos casos em que não executado o objeto, e o valor do Contrato de Apoio Cultural, ou parte, seja utilizado em finalidade diversa da aprovada pela Comissão de Análise de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura.
- IV – O saldo não utilizado do Contrato de Apoio Cultural deverá ser devolvido pelo CONTRATADO integralmente a conta bancária.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

- I - Os recursos de que trata esta cláusula serão liberados e transferidos ao CONTRATADO, em conformidade o projeto aprovado pela Comissão de Análise de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, contados a partir da publicação deste instrumento, no prazo de até 30 (trinta) dias.
- II – O recurso será repassado através de depósito em conta bancária específica no aberta exclusivamente para movimentação dos recursos provenientes deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

- I – Para efeito de contrapartida social ao CONTRATADO se obriga a cumprir o proposto no projeto cultural, aprovado pela Comissão de Avaliação de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTRATANTE

Ao Município - CONTRATANTE, compete:

- I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros de acordo com o estabelecido no presente Contrato de Apoio Cultural;
- II - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Contrato de Apoio Cultural;
- III - Analisar a prestação de contas dos recursos repassados ao CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- I - Executar o objeto de que trata a cláusula primeira;
- II - Movimentar os recursos em conta bancária específica vinculada ao Contrato de Apoio Cultural;
- III - Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente Contrato de Apoio Cultural;
- IV - Não repassar os recursos recebidos a outrem;
- V - Não realizar despesas com taxas bancárias, multas ou juros com os recursos recebidos;
- VI - Não realizar despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Contrato de Apoio Cultural;
- VII - Prestar contas dos recursos recebidos na forma e prazos estabelecidos na Lei nº 4.320/64 e legislação pertinente;
- VIII - Adotar no âmbito municipal, as providências de ordem técnica e legal indispensáveis ao integral cumprimento de todas as obrigações do presente instrumento;
- IX - Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;
- X - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Contrato de Apoio Cultural;
- XI - Manter, na execução do presente Contrato de Apoio Cultural, profissionais capazes e habilitados;
- XII - Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, bem como as obrigações previdenciárias e trabalhistas, decorrentes da execução do objeto da cláusula primeira;

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- I - A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a cláusula terceira, deverá ser apresentada ao Órgão competente da Prefeitura Municipal de Xanxerê, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do término da vigência do presente instrumento.
- II – As prestações de contas deverão ser efetuadas de forma individualizada de acordo com a finalidade da despesa e no valor do Contrato de Apoio Cultural, deverão conter os documentos comprobatórios da despesa em original, sem rasuras ou emendas.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Observado o disposto na cláusula sexta, inciso II, deste Contrato de Apoio Cultural, a fiscalização da execução do presente Contrato de Apoio Cultural incumbirá ao CONTRATANTE, que fará anotações sobre a inobservância de quaisquer prescrições contidas neste instrumento, e consequente comunicação ao titular do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento pelo CONTRATADO, poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONTRATANTE, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente Contrato de Apoio Cultural em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato de Apoio Cultural terá vigência até 31/12/2019, devendo ser publicado em Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente Contrato de Apoio Cultural poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato de Apoio Cultural, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Xanxerê/SC, 18 de novembro de 2019.

ARNALDO DE ALMEIDA THOMAZ LOVATEL
Município/CONTRATANTE
RENAN OTOVICZ BEBBER
CONTRATADO

CONTRATO DE APOIO CULTURAL 011/2019

Publicação Nº 2229714

CONTRATO DE APOIO CULTURAL Nº 011/2019
EDITAL MUNICIPAL DE CULTURA 03/2019

MUNICÍPIO DE XANXERÊ, com sede administrativa na Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455 - Centro – Xanxerê - Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. ARNALDO DE ALMEIDA THOMAZ LOVATEL, inscrito no CPF (MF) sob o nº 340.908.439-87 e RG 11/R 545101 SSP/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e

NAIR SIGNORI pessoa física, inscrita no CPF sob nº 400.789.579-15, residente e domiciliada a Rua Levy Linhares da Silva, 275, Bairro João Winckler, Xanxerê/SC, doravante denominado CONTRATADA,

Resolvem de acordo com a Lei Municipal Complementar nº AM 3.936/2017, celebrar Contrato de Apoio Cultural conforme cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Apoio Cultural consiste no repasse de recursos financeiros para execução do Projeto Cultural "Oficineiros da Palha de Milho" selecionado através do Edital Municipal de Cultura 03/2019, aprovado pela Comissão Municipal de Incentivo a Cultura, nomeada pelo Decreto Municipal 277/2019, alterada pelos Decretos 285/2019 e 392/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O repasse de recursos financeiros tem fundamentação legal na Lei Complementar nº AM 3.936/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

I - Para execução do presente Contrato de Apoio Cultural o CONTRATANTE repassará a CONTRATADA, no exercício de 2019, a importância de R\$ 9.977,60 (nove mil novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos).

II – A despesa correrá por conta da Atividade 2028 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Cultura, item orçamentário 33500000, Fonte 01.00 do Orçamento do Município para o exercício de 2019.

III – A CONTRATADA tem o compromisso de restituir ao CONTRATANTE, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Municipal, o valor transferido pelo CONTRATANTE nos casos em que não executado o objeto, e o valor do Contrato de Apoio Cultural, ou parte, seja utilizado em finalidade diversa da aprovada pela Comissão de Análise de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo a Cultura.

IV – O saldo não utilizado do Contrato de Apoio Cultural deverá ser devolvido pela CONTRATADA integralmente a conta bancária.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

I - Os recursos de que trata esta cláusula serão liberados e transferidos a CONTRATADA, em conformidade o projeto aprovado pela Comissão de Análise de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, contados a partir da publicação deste instrumento, no prazo de até 30 (trinta) dias.

II – O recurso será repassado através de depósito em conta bancária específica no aberta exclusivamente para movimentação dos recursos provenientes deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

I – Para efeito de contrapartida social a CONTRATADA se obriga a cumprir o proposto no projeto cultural, aprovado pela Comissão de Avaliação de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTRATANTE

Ao Município - CONTRATANTE, compete:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros de acordo com o estabelecido no presente Contrato de Apoio Cultural;

II - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Contrato de Apoio Cultural;

III - Analisar a prestação de contas dos recursos repassados a CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- I - Executar o objeto de que trata a cláusula primeira;
- II - Movimentar os recursos em conta bancária específica vinculada ao Contrato de Apoio Cultural;
- III - Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente Contrato de Apoio Cultural;
- IV - Não repassar os recursos recebidos a outrem;
- V - Não realizar despesas com taxas bancárias, multas ou juros com os recursos recebidos;
- VI - Não realizar despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Contrato de Apoio Cultural;
- VII - Prestar contas dos recursos recebidos na forma e prazos estabelecidos na Lei nº 4.320/64 e legislação pertinente;
- VIII - Adotar no âmbito municipal, as providências de ordem técnica e legal indispensáveis ao integral cumprimento de todas as obrigações do presente instrumento;
- IX - Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;
- X - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Contrato de Apoio Cultural;
- XI - Manter, na execução do presente Contrato de Apoio Cultural, profissionais capazes e habilitados;
- XII - Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, bem como as obrigações previdenciárias e trabalhistas, decorrentes da execução do objeto da cláusula primeira;

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- I - A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a cláusula terceira, deverá ser apresentada ao Órgão competente da Prefeitura Municipal de Xanxerê, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do término da vigência do presente instrumento.
- II - As prestações de contas deverão ser efetuadas de forma individualizada de acordo com a finalidade da despesa e no valor do Contrato de Apoio Cultural, deverão conter os documentos comprobatórios da despesa em original, sem rasuras ou emendas.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Observado o disposto na cláusula sexta, inciso II, deste Contrato de Apoio Cultural, a fiscalização da execução do presente Contrato de Apoio Cultural incumbirá ao CONTRATANTE, que fará anotações sobre a inobservância de quaisquer prescrições contidas neste instrumento, e consequente comunicação ao titular da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento pela CONTRATADA, poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONTRATANTE, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente Contrato de Apoio Cultural em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato de Apoio Cultural terá vigência até 31/12/2019, devendo ser publicado em Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente Contrato de Apoio Cultural poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato de Apoio Cultural, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Xanxerê/SC, 18 de novembro de 2019.

ARNALDO DE ALMEIDA THOMAZ LOVATEL
Município/CONTRATANTE
NAIR SIGNORI
CONTRATADA

CONTRATO DE APOIO CULTURAL 012/2019

Publicação Nº 2229715

CONTRATO DE APOIO CULTURAL Nº 012/2019
EDITAL MUNICIPAL DE CULTURA 03/2019

MUNICÍPIO DE XANXERÊ, com sede administrativa na Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455 - Centro – Xanxerê - Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. ARNALDO DE ALMEIDA THOMAZ LOVATEL, inscrito no CPF (MF) sob o nº 340.908.439-87 e RG 11/R 545101 SSP/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e

LAURA DENDENA, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 102.319.939-43, residente e domiciliada a Rua Barão do Rio Branco, 15, Centro, Xanxerê/SC, doravante denominado CONTRATADA,

Resolvem de acordo com a Lei Municipal Complementar nº AM 3.936/2017, celebrar Contrato de Apoio Cultural conforme cláusulas e

condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Apoio Cultural consiste no repasse de recursos financeiros para execução do Projeto Cultural "I Workshop Regional de Dança" selecionado através do Edital Municipal de Cultura 03/2019, aprovado pela Comissão Municipal de Incentivo a Cultura, nomeada pelo Decreto Municipal 277/2019, alterada pelos Decretos 285/2019 e 392/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O repasse de recursos financeiros tem fundamentação legal na Lei Complementar nº AM 3.936/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

I - Para execução do presente Contrato de Apoio Cultural o CONTRATANTE repassará a CONTRATADA, no exercício de 2019, a importância de R\$ 9.980,00 (nove mil novecentos e oitenta reais).

II - A despesa correrá por conta da Atividade 2028 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Cultura, item orçamentário 33500000, Fonte 01.00 do Orçamento do Município para o exercício de 2019.

III - A CONTRATADA tem o compromisso de restituir ao CONTRATANTE, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Municipal, o valor transferido pelo CONTRATANTE nos casos em que não executado o objeto, e o valor do Contrato de Apoio Cultural, ou parte, seja utilizado em finalidade diversa da aprovada pela Comissão de Análise de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo a Cultura.

IV - O saldo não utilizado do Contrato de Apoio Cultural deverá ser devolvido pela CONTRATADA integralmente a conta bancária.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

I - Os recursos de que trata esta cláusula serão liberados e transferidos a CONTRATADA, em conformidade o projeto aprovado pela Comissão de Análise de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, contados a partir da publicação deste instrumento, no prazo de até 30 (trinta) dias.

II - O recurso será repassado através de depósito em conta bancária específica no aberta exclusivamente para movimentação dos recursos provenientes deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRAPARTIDA

I - Para efeito de contrapartida social a CONTRATADA se obriga a cumprir o proposto no projeto cultural, aprovado pela Comissão de Avaliação de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura.

CLÁUSULA SEXTA - DO CONTRATANTE

Ao Município - CONTRATANTE, compete:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros de acordo com o estabelecido no presente Contrato de Apoio Cultural;

II - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Contrato de Apoio Cultural;

III - Analisar a prestação de contas dos recursos repassados a CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

I - Executar o objeto de que trata a cláusula primeira;

II - Movimentar os recursos em conta bancária específica vinculada ao Contrato de Apoio Cultural;

III - Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente Contrato de Apoio Cultural;

IV - Não repassar os recursos recebidos a outrem;

V - Não realizar despesas com taxas bancárias, multas ou juros com os recursos recebidos;

VI - Não realizar despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Contrato de Apoio Cultural;

VII - Prestar contas dos recursos recebidos na forma e prazos estabelecidos na Lei nº 4.320/64 e legislação pertinente;

VIII - Adotar no âmbito municipal, as providências de ordem técnica e legal indispensáveis ao integral cumprimento de todas as obrigações do presente instrumento;

IX - Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;

X - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Contrato de Apoio Cultural;

XI - Manter, na execução do presente Contrato de Apoio Cultural, profissionais capazes e habilitados;

XII - Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, bem como as obrigações previdenciárias e trabalhistas, decorrentes da execução do objeto da cláusula primeira;

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a cláusula terceira, deverá ser apresentada ao Órgão competente da Prefeitura Municipal de Xanxerê, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do término da vigência do presente instrumento.

II - As prestações de contas deverão ser efetuadas de forma individualizada de acordo com a finalidade da despesa e no valor do Contrato de Apoio Cultural, deverão conter os documentos comprobatórios da despesa em original, sem rasuras ou emendas.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Observado o disposto na cláusula sexta, inciso II, deste Contrato de Apoio Cultural, a fiscalização da execução do presente Contrato de Apoio Cultural incumbirá ao CONTRATANTE, que fará anotações sobre a inobservância de quaisquer prescrições contidas neste instrumento, e consequente comunicação ao titular da CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento pela CONTRATADA, poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONTRATANTE, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente Contrato de Apoio Cultural em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato de Apoio Cultural terá vigência até 31/12/2019, devendo ser publicado em Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente Contrato de Apoio Cultural poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato de Apoio Cultural, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Xanxerê/SC, 18 de novembro de 2019.

ARNALDO DE ALMEIDA THOMAZ LOVATEL

Município/CONTRATANTE

LAURA DENDENA

CONTRATADA

CONTRATO DE APOIO CULTURAL 013/2019

Publicação Nº 2229716

CONTRATO DE APOIO CULTURAL Nº 013/2019

EDITAL MUNICIPAL DE CULTURA 03/2019

MUNICÍPIO DE XANXERÊ, com sede administrativa na Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455 - Centro – Xanxerê - Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. ARNALDO DE ALMEIDA THOMAZ LOVATEL, inscrito no CPF (MF) sob o nº 340.908.439-87 e RG 11/R 545101 SSP/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e

MICHELE DAGORT SHENKEL, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 031.288.109-66, residente e domiciliada a Rua João Isidro Machado, 108, Veneza, Xanxerê/SC, doravante denominado CONTRATADA,

Resolvem de acordo com a Lei Municipal Complementar nº AM 3.936/2017, celebrar Contrato de Apoio Cultural conforme cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Apoio Cultural consiste no repasse de recursos financeiros para execução do Projeto Cultural "Workshop Artesanato de Natal" selecionado através do Edital Municipal de Cultura 03/2019, aprovado pela Comissão Municipal de Incentivo a Cultura, nomeada pelo Decreto Municipal 277/2019, alterada pelos Decretos 285/2019 e 392/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O repasse de recursos financeiros tem fundamentação legal na Lei Complementar nº AM 3.936/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

I - Para execução do presente Contrato de Apoio Cultural o CONTRATANTE repassará a CONTRATADA, no exercício de 2019, a importância de R\$ 9.980,00 (nove mil novecentos e oitenta reais).

II – A despesa correrá por conta da Atividade 2028 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Cultura, item orçamentário 33500000, Fonte 01.00 do Orçamento do Município para o exercício de 2019.

III – A CONTRATADA tem o compromisso de restituir ao CONTRATANTE, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Municipal, o valor transferido pelo CONTRATANTE nos casos em que não executado o objeto, e o valor do Contrato de Apoio Cultural, ou parte, seja utilizado em finalidade diversa da aprovada pela Comissão de Análise de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo a Cultura.

IV – O saldo não utilizado do Contrato de Apoio Cultural deverá ser devolvido pela CONTRATADA integralmente a conta bancária.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

I - Os recursos de que trata esta cláusula serão liberados e transferidos a CONTRATADA, em conformidade o projeto aprovado pela Comissão de Análise de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, contados a partir da publicação deste instrumento, no prazo de até 30 (trinta) dias.

II – O recurso será repassado através de depósito em conta bancária específica no aberta exclusivamente para movimentação dos recursos provenientes deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

I – Para efeito de contrapartida social a CONTRATADA se obriga a cumprir o proposto no projeto cultural, aprovado pela Comissão de

Avaliação de Projetos e validada pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTRATANTE

Ao Município - CONTRATANTE, compete:

- I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros de acordo com o estabelecido no presente Contrato de Apoio Cultural;
- II - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Contrato de Apoio Cultural;
- III - Analisar a prestação de contas dos recursos repassados a CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- I - Executar o objeto de que trata a cláusula primeira;
- II - Movimentar os recursos em conta bancária específica vinculada ao Contrato de Apoio Cultural;
- III - Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente Contrato de Apoio Cultural;
- IV - Não repassar os recursos recebidos a outrem;
- V - Não realizar despesas com taxas bancárias, multas ou juros com os recursos recebidos;
- VI - Não realizar despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Contrato de Apoio Cultural;
- VII - Prestar contas dos recursos recebidos na forma e prazos estabelecidos na Lei nº 4.320/64 e legislação pertinente;
- VIII - Adotar no âmbito municipal, as providências de ordem técnica e legal indispensáveis ao integral cumprimento de todas as obrigações do presente instrumento;
- IX - Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;
- X - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Contrato de Apoio Cultural;
- XI - Manter, na execução do presente Contrato de Apoio Cultural, profissionais capazes e habilitados;
- XII - Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, bem como as obrigações previdenciárias e trabalhistas, decorrentes da execução do objeto da cláusula primeira;

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- I - A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a cláusula terceira, deverá ser apresentada ao Órgão competente da Prefeitura Municipal de Xanxerê, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do término da vigência do presente instrumento.
- II – As prestações de contas deverão ser efetuadas de forma individualizada de acordo com a finalidade da despesa e no valor do Contrato de Apoio Cultural, deverão conter os documentos comprobatórios da despesa em original, sem rasuras ou emendas.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Observado o disposto na cláusula sexta, inciso II, deste Contrato de Apoio Cultural, a fiscalização da execução do presente Contrato de Apoio Cultural incumbirá ao CONTRATANTE, que fará anotações sobre a inobservância de quaisquer prescrições contidas neste instrumento, e consequente comunicação ao titular da CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento pela CONTRATADA, poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONTRATANTE, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente Contrato de Apoio Cultural em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato de Apoio Cultural terá vigência até 31/12/2019, devendo ser publicado em Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente Contrato de Apoio Cultural poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato de Apoio Cultural, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Xanxerê/SC, 18 de novembro de 2019.

ARNALDO DE ALMEIDA THOMAZ LOVATEL
Município/CONTRATANTE
MICHELE DAGORT SHENKEL
CONTRATADA

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 0005/2019

Publicação Nº 2229601

Extrato Rescisão de Contrato de Prestação de Serviços Médicos nº 0005/2019

Contratante: O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: ANA LUCIA LAGO

Objeto: Tem por objeto a Contratação de Prestadores de Serviços de Saúde, para realização de Consultas Médicas em Pediatria no Centro de Especialidades Médicas de Xanxerê e/ou Unidade Básica de Saúde, com a Dra. Ana Lucia Lago, CRM/SC nº 14.435, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Fica rescindindo, de comum acordo, a partir da presente data, o Contrato de Prestação de Serviços Médicos nº 0005/2019, firmado em 14 de janeiro de 2019, conforme ofício da Secretária Municipal de Saúde, anexo ao Processo.

Xanxerê-SC, 14 de novembro de 2019. Irene Salete Goralski – Secretária Municipal de Saúde.

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 0110/2018

Publicação Nº 2229796

Extrato Rescisão de Contrato de Concessão nº 0110/2018

Concedente: Município de Xanxerê

Concessionário: ASSOCIAÇÃO DE MOTOCICLISTAS – MOTO CLUBE XANXERE

Objeto: Tem por objeto a Concessão de Espaço Público exclusivo para entidades sem fins lucrativos do município de Xanxerê, do imóvel denominado ITEM 06 (Concessão de espaço público na FEMI – Lote 06, edificada em um espaço em madeira com área construída de 86,45m² com duas frentes), localizados no parque da FEMI.

Fica rescindindo, de comum acordo, a partir da presente data, o Contrato de Concessão de Espaço Público nº 0110/2018, firmado em 22 de outubro de 2018, conforme ofício da Empresa e da Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, anexos ao Processo.

Xanxerê-SC, 14 de novembro de 2019. Arnaldo Thomaz Almeida Lovatel – Prefeito Municipal em Exercício.

PORTARIA Nº 646/2019

Publicação Nº 2230049

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 646/2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal de Xanxerê- SC, em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 20.11.2019 a 19.12.2019 ao Servidor Público Municipal Sr. VALDIR ADILIO MARICAL, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador do RG nº 1.278.115 e CPF nº 346.964.159-53, nomeado conforme Decreto nº AM 099/03 no Cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA NÍVEL FUNDAMENTAL MÉDIO, com 40 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0005559/2019 datado de 18.11.2019.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

10.03.2003 a 24.07.2006= 15 dias.

25.07.2006 a 08.06.2009= 15 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 20.11.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Novembro de 2019.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 647/2019

Publicação Nº 2230052

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 647/2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC- em exercício.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 90 (noventa) dias a partir de 19.11.2019 a 16.02.2020, a Servidora Pública Municipal, a Sra. DANIELLE ZABOT, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG nº 3.197.978 e CPF nº 986.374.019-53, nomeada conforme Decreto nº AM 206/2003, no cargo de FISIOTERAPEUTA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0005552/2019 datado de 18.11.2019.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias.

09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias.

09.06.2015 a 08.06.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 19.11.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Novembro de 2019.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal em exercício.

PORTARIA Nº 648/2019

Publicação Nº 2230990

PORTARIA Nº 648/2019

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL
Prefeito Municipal de Xanxerê/SC., em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. ROBERTA SARTORI, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 3.209.307 e inscrita no CPF sob o nº 023.809.179-14, nomeada conforme Decreto nº BLB 009/09 no cargo de ARQUITETA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

Determinar que esta redução vigore no período de 08.11.2019 até 09.05.2020.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Novembro 2019.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 649/2019

Publicação Nº 2230997

PORTARIA Nº 649/2019

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC., em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. NEIVA LUCIA PIASSESKI, brasileira, separada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 1.785.386 e inscrita no CPF sob o nº 660.168.439-20, nomeada conforme Decreto nº AM 023/07 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais e Decreto AM 051/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO – ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 4º SÉRIES, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 11.11.2019 até 10.05.2020.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Novembro 2019.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 650/2019

Publicação Nº 2231000

PORTARIA Nº 650/2019

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC., em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. JOANA ERMINIA TREVISAN, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 1.279.616 e inscrita no CPF sob o nº 550.940.409-44, nomeada conforme Decreto nº JB 67/94 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais e Decreto nº AM 032/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO – ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 4º SÉRIES, com 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 11.11.2019 até 10.05.2020.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Novembro 2019.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 651/2019

Publicação Nº 2231004

PORTARIA Nº 651/2019

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC., em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. IVETE APARECIDA ALVES DE MELLO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 12/C-3.288.353 e inscrita no CPF sob o nº 949.676.529-72, nomeada conforme Decreto nº AM 048/04 no cargo de SERVENTE DE LIMPEZA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 12.11.2019 até 11.05.2020.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Novembro 2019.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal em exercício.

PORTARIA Nº 652/2019

Publicação Nº 2231006

PORTARIA Nº 652/2019

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC. em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 30 (trinta) horas semanais para 15 (quinze) horas semanais da Servidora Pública Municipal, Sra. GIULIANE CASANOVA SCHURHAUS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 2.076.982-2 e inscrita no CPF sob o nº 745.710.019-91, nomeada conforme Decreto nº AM 106/2002 no cargo de ASSISTENTE SOCIAL com 30 (trinta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Determinar que esta redução vigore no período de 22.11.2019 até 21.05.2020.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação, atendendo ao protocolo nº 0005571/2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Novembro de 2019.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 653/2019

Publicação Nº 2231007

PORTARIA Nº 653/2019

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC. em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. GELCIRA PICCOLLI, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 17/R-2.429.757 e inscrita no CPF sob o nº 736.400.699-00, nomeada conforme Decreto nº JB 463/94 no cargo de SERVENTE DE LIMPEZA com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Determinar que esta redução vigore no período de 22.11.2019 até 21.05.2020.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação, atendendo ao protocolo nº 0005568/2019, passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 22.11.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Novembro de 2019.

ARNALDO THOMAZ ALMEIDA LOVATEL

Prefeito Municipal em exercício

Xavantina

PREFEITURA

ATA PL 074/2019 PMXV 2

Publicação Nº 2230752

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSO REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2019 PMXV.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra em regime de empreitada global para implantação da iluminação pública de LED no Distrito de Linha das Palmeiras, conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste edital.

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às treze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, instituída pelo Decreto nº 355/2019, sob a presidência do Senhor Cleidir Eleandro Kemmrich, tendo como membros a Senhora Maira Lúcia Altenhofen e o Senhor Alexsander Tomé e suplente a Senhora Izilde J. P. Fazolo, com a finalidade de efetuar o recebimento da contrarrazões, referente à Licitação em epígrafe. A empresa AL BAR E SERVIÇOS LTDA apresentou contrarrazões referente ao recurso apresentado pela empresa FABIANO FRANCHIM ME. A contrarrazões de recurso foi protocolizada dentro do prazo recursal, sendo que está disponível no link dessa licitação: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/151769>. Tendo em vista do protocolo de recurso e das contrarrazões, e com base disposto no art. 109, inc. I, alínea "a", § 4º da Lei nº 8.666/93, o presidente abriu prazo de 5 (cinco) dias úteis após a publicação da Ata no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina para ser proferida a decisão administrativa relativa a apresentação do recurso e contrarrazões referente à Licitação em epígrafe. A Comissão Permanente de Licitações solicita ao Jurídico do Município de Xavantina verificar os autos do Processo Licitatório e emitir um Parecer Técnico. Após isso será emitido a decisão da Comissão Permanente de licitações, referente a documentação de habilitação das empresas participantes do edital em Epígrafe. O Presidente deu por encerrada a sessão, e, deixada à palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão de Licitações, oficializando que o extrato do julgamento ora proferido será devidamente veiculado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH Presidente da CPL	IZILDE J. P. FAZOLO Suplente
ALEXSANDER TOMÉ Membro	MAIRA LÚCIA ALTENHOFEN Membro

DECRETO 391/2019

Publicação Nº 2229650

DECRETO Nº 391, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, conforme permissivo contido no Art. 4º, IV, "d" da Lei Municipal n. 1.669 de 23 de Novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – (CR 81) 24.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – (CR 80) 24.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 19 de Novembro de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 392/2019

Publicação Nº 2229893

DECRETO Nº 392, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a homologação da Resolução nº 005/2019 do Conselho Municipal de Assistência Social(CMAS) e dá outras providências
O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 005/2019 do Conselho Municipal de Assistência Social(CMAS), que dispõe sobre a Aprovação do Demonstrativo Sintético anual do ano de 2018 dos recursos da proteção social básica, do IGDPBF e da gestão do SUAS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 19 de Novembro de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 005/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Aprovação do Demonstrativo Sintético anual do ano de 2018 dos recursos da proteção social básica, do IGDPBF e da gestão do SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Xavantina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Municipal nº 1454 de 23/06/2015 e;

Considerando que tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social em âmbito municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas referente ao ano de 2018 do bloco da proteção social básica, do IGDPBF (Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família) e da Gestão do SUAS, dos recursos oriundos da esfera federal.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 08 de novembro de 2019.

Keila Renata Olkowski

Presidente do CMAS

Xaxim

PREFEITURA

0397. DESAPROPRIA IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2230837

DECRETO Nº 397/2019

Desapropria imóvel urbano localizado no Município de Xaxim e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e com amparo legal no Decreto Lei Federal nº 3.365/41, de 21 de junho de 1941 e Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, combinado com o disposto no Decreto nº 187/2019 de 30 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica desapropriado mediante interesse público, por via amigável ou judicial o imóvel assim identificado:

Parte do lote colonial nº44, oriundo da matrícula nº9.607, com área superficial de 25.000,00m² (vinte e cinco mil metros quadrados), localizado próximo ao Distrito Industrial Sérgio Davi, ao final da Rua Orculano Bernardes, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com a parte remanescente do lote colonial nº44, em 80,00 metros.

SUL: Com a parte remanescente do lote colonial nº44, em 80,00 metros.

LESTE: Com parte do lote colonial nº46, de J&A Administradora de Bens Ltda., matrícula nº17.598 (área destinada ao prolongamento da Rua Orculano Bernardes), em 187,27 metros e com parte do lote colonial nº46, de Leandro Matiello, matrícula nº14.402, (área destinada ao prolongamento da Rua Orculano Bernardes), em 125,23 metros.

OESTE: Com a parte remanescente do lote colonial nº44, em 312,50 metros.

Art. 2º O imóvel desapropriado tem por objeto a ampliação de do distrito industrial Sérgio Davi, nos termos do Art. 5º “i” do Decreto-Lei 3.365.

Art. 3º Para pagamento a título de indenização da área desapropriada, foi atribuído o valor de R\$ 2.125.000,00 (dois milhões cento e vinte cinco mil reais), considerando os Orçamentos de Avaliação de 03 (três) Corretoras de Imóveis, conforme anexo: Corretor: Acassio Lanzarin CRECI nº. 034.617, avaliação R\$ 2.125.000,00 (dois milhões cento e vinte e cinco mil reais); Corretor: Adilson Lemes de Oliveira, Creci nº.36.388, avaliação: R\$ 2.125.000,00 (dois milhões cento e vinte e cinco mil reais) e Corretor: Vanderlei Abel Dallacort, Creci/SC, nº.15.649, avaliação: R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), e Avaliação emitido pela Comissão Especial de Avaliação da Prefeitura Municipal de Xaxim, no valor de R\$ 2.125.000,00 (dois milhões cento e vinte cinco mil reais).

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Desapropriação, correrão à conta da dotação Orçamentária Vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, em 18 de novembro de 2019

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Associações

AMAI

EDITAL 009.2019 ASSEMBLEIA DE PREFEITOS

Publicação Nº 2229808

EDITAL Nº. 009/2019

A Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) e Prefeita Municipal de São Domingos, Senhora ELIEZE COMACHIO, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto no Art. 26, inciso XI, do Estatuto,

CONVOCA:

Os(as) Senhores(as) Prefeitos(as) para ASSEMBLEIA GERAL, a realizar-se em Xanxerê, conforme segue:

Data: 21/11/2019 (quinta-feira)

Local: Auditório da AMAI – Rua Floriano Peixoto, nº 100. Centro. Xanxerê/SC.

Horário: 16h

ORDEM DO DIA:

16h – Abertura

- Espaço cedido ao Cim-Catarina para tratar do Convênio referente ao Projeto Recuperar;
- Condutas vedadas em ano eleitoral;
- Impactos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) nas receitas municipais, tendo em vista a proximidade da data de fim de sua vigência;

18h30min: Assuntos de interesse dos associados e considerações finais.

Xanxerê, SC, 14 de novembro de 2019

Eliéze Comachio

Presidente da AMAI

Prefeita de São Domingos

AMAVI

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 05/11/2019

Publicação Nº 2230895

RESOLUÇÃO DIR Nº 010/2019

Concede a Comenda “Mérito Municipalista”.

O Presidente da AMAVI, no exercício de suas atribuições estatutárias e, considerando o que dispõe a Resolução nº 05/2009, atendendo a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de junho de 2019, RESOLVE:

Art. 1º Conceder a comenda “Mérito Municipalista” a AGOSTINHO SENEM, pelos relevantes serviços públicos prestados aos municípios do Alto Vale do Itajaí, durante 12 anos de trabalho, na função de Secretário Executivo da AMAVI.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de novembro de 2019.

Isamar de Melo

Presidente da AMAVI

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 05/11/2019

Publicação Nº 2230899

RESOLUÇÃO DIR Nº 011/2019

Concede a Comenda “Mérito Municipalista”.

O Presidente da AMAVI, no exercício de suas atribuições estatutárias e, considerando o que dispõe a Resolução nº 05/2009, atendendo a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de junho de 2019, RESOLVE:

Art. 1º Conceder a comenda “Mérito Municipalista” a CÉLIO SIMÃO MARTIGNAGO, pelos relevantes serviços prestados aos municípios do

Alto Vale do Itajaí, no setor de educação, enquanto professor e reitor da Unidavi.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de novembro de 2019.

Isamar de Melo

Presidente da AMAVI

AMOSC

RESOLUÇÃO Nº 09/2019

Publicação Nº 2230513

RESOLUÇÃO Nº 09/2019

Dispõe sobre a nomeação de membros da Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis”

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho e Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 26, inciso VIII, do Estatuto Social, e art. 6º da Resolução nº 04, de 09 de março de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Nomear os empregados Luciano Deon, Vera B Sartoretto e Sedenir Ribeiro de Mello, sob a coordenação do primeiro, para comporem a Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis a serem leiloados.

Art. 2º O relatório da comissão será anexado ao presente Processo Licitatório.

Art. 3º O trabalho prestado pelos membros da Comissão não será objeto de acréscimo remuneratório.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, 18 de novembro de 2019.

Mário Afonso Woitexem

Prefeito de Pinhalzinho e Presidente da AMOSC

RESOLUÇÃO Nº 10/2019

Publicação Nº 2230514

RESOLUÇÃO Nº 10/2019

Dispõe sobre a nomeação de Leiloeiro Oficial para realizar o leilão dos bens declarados inservíveis pela Resolução nº 08/2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho e Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 26, inciso VIII, do Estatuto Social, e art. 6º da Resolução nº 04, de 09 de março de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC 162, regularmente inscrito na JUCESC, como Leiloeiro Oficial, convidado por sua notória e comprovada experiência, para realizar o leilão dos bens declarados inservíveis pela Resolução nº 08, de 15 de outubro de 2019, cuja alienação foi ratificada na Assembleia Geral realizada no dia 06/11/2019.

Art. 2º O procedimento regula-se pelo art. 6º da Resolução nº 04, de 09 de março de 2018, pela INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 17, DE 5/12/2013 da JUCESC e pelo Plano de Trabalho que incluirá ampla divulgação nos meios de comunicação (Diário Oficial dos Municípios – DOM e nos sites: www.amosc.org.br e www.portaldoleiloeiro.com.br).

Art. 3º Os serviços prestados pelo Leiloeiro Oficial não serão remunerados pela Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, 18 de novembro de 2019.

Mário Afonso Woitexem

Prefeito de Pinhalzinho e Presidente da AMOSC

AMURES

RESOLUÇÃO Nº 02/2019 - CONTRIBUIÇÃO

Publicação Nº 2230492

RESOLUÇÃO Nº. 02/2019

Fixa a contribuição dos Municípios à Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, para o exercício de 2020.

LUIZ CARLOS SCHMULER, Presidente da Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

Considerando o disposto no art. 45, “a”, do Estatuto Social da AMURES que dispõe que a contribuição dos Municípios, será de no mínimo

1% e no máximo de 1,5%, do valor bruto do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, sendo afixada por decisão de maioria simples em Assembleia Geral Ordinária;

Considerando a Assembléia Geral realizada em 14 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica fixada a contribuição dos Municípios à AMURES, para o exercício de 2020, nos seguintes valores:

- I - R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para os Municípios cujo coeficiente por faixa de habitantes para fins de transferência do FPM seja de 0,6;
- II - R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para os Municípios cujo coeficiente por faixa de habitantes para fins de transferência do FPM seja de 0,8;
- III - R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) para os Municípios cujo coeficiente por faixa de habitantes para fins de transferência do FPM seja de 1,2;
- IV - R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais) para os Municípios cujo coeficiente por faixa de habitantes para fins de transferência do FPM seja de 1,4;
- V - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para os Municípios cujo coeficiente por faixa de habitantes para fins de transferência do FPM seja superior a 1,4.

Art. 2º - Fica autorizado o aporte financeiro para despesas eventuais que tenham seus valores, natureza e justificativas aprovadas em Assembléia, excetuando-se eventuais ressarcimentos de realização de cursos/qualificações que excedam o valor definido no orçamento para o exercício, desde que seja respeitado o limite previsto no Estatuto Social da AMURES e na Lei Municipal que autorizou a contribuição.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 18 de novembro de 2019.

LUIZ CARLOS SCHMULER

Prefeito de Bocaina do Sul

Presidente da AMURES em exercício

Consórcios

CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 128 - MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Publicação Nº 2230366

EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2019
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Videira
CONTRATANTE: Município de Videira
CNPJ: 83.039.842/0001-84
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 24.103,56 (vinte e quatro mil, cento e três reais e cinquenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 08 de novembro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 129 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

Publicação Nº 2230381

EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2019
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Nova Trento
CONTRATANTE: Município de Nova Trento
CNPJ: 82.925.025/0001-60
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 193/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 9.711,00 (nove mil e setecentos e onze reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 22 de outubro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 130 - MUNICÍPIO DE TUBARÃO

Publicação Nº 2230778

EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Tubarão

CONTRATANTE: Município de Tubarão

CNPJ: 82.928.656/0001-33

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 14.023,56 (quatorze mil, vinte e três reais e cinquenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 01 de novembro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019/015 - LICITAÇÃO Nº 028/2019 - AQUISIÇÃO DE CAL HIDRATADA PARA TRATAMENTO DO LÍQUIDO PERCOLADO GERADO NA CENTRAL DE RESÍDUOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Publicação Nº 2229941

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2019/015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: Avanex Industria e Comercio LTDA

OBJETO: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE CAL HIDRATADA PARA TRATAMENTO DO LÍQUIDO PERCOLADO GERADO NA CENTRAL DE RESÍDUOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, em conformidade com a Licitação 028/2019 e anexos, na forma que segue:

Item	Quantidade Estimada	Unidade	Descrição	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
01	300.000	KG	CAL HIDRATADA	0,84	252.000,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações

Timbó, 18 de Novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Presidente

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - EDITAL DE ISENÇÃO

Publicação Nº 2230262

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de Concurso, nomeada através da Resolução CIMVI nº 324/2019, resolve,

TORNAR PÚBLICO

1º - A relação nominal dos candidatos que solicitaram a isenção da taxa de inscrição no Concurso Público nº 01/2019, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital de Abertura nº 01/2019.

2º - Os candidatos que tiveram suas solicitações de isenção da taxa de inscrição DEFERIDAS terão suas inscrições automaticamente homologadas.

SOLICITAÇÕES DEFERIDAS:

INSC	CARGO	NOME	CPF
55691	ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL	DANIELA KONELL KREYSSIG	069.046.789-33
55699	ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL	DANIELI BRANDLER	030.264.650-70
55816	ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL	GRAZIANE APARECIDA DE SOUZA	071.982.329-30
55752	ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL	GUILHERME DAVI MUMBACH	027.825.870-05
55706	ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL	HENRIQUE RICHETTI CARON	030.433.450-29
55739	ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL	ROSANA DA CRUZ	092.474.779-05
55800	ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA FLORESTAL	ERIKA SILVA ANDRADE	840.564.952-20

SOLICITAÇÕES INDEFERIDAS:

MOTIVO: NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 7 E SEGUINTE SUBITENS DO EDITAL Nº 01/2019:

INSC	CARGO	NOME	CPF	SOLICITAÇÃO
55795	ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL	ANDRESSA BMMESBERGER	029.785.780-09	INDEFERIDA
55815	ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL	FABIANA DONATO SOARES LISBOA	076.797.894-36	INDEFERIDA
55713	ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA AMBIENTAL	MAGNUN MACIEL VIEIRA	047.067.249-88	INDEFERIDA
55799	ANALISTA AMBIENTAL - ENGENHARIA FLORESTAL	FERNANDA DIAS DOS SANTOS	021.202.280-60	INDEFERIDA

3º - Os candidatos que tiveram suas solicitações de isenção da taxa de inscrição INDEFERIDAS poderão pagar o boleto bancário correspondente a sua taxa de inscrição até o dia 29 de Novembro de 2019.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó/SC, 18 de novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

PATRICIA BARBARESCO

PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DE CONCURSOS

LICITAÇÃO Nº 028/2019 - DESPACHO

Publicação Nº 2229684

LICITAÇÃO Nº 028/2019

PREGÃO PRESENCIAL PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAL HIDRATADA PARA TRATAMENTO DO LÍQUIDO PERCOLADO GERADO NA CENTRAL DE RESÍDUOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

DESPACHO

Vistos, etc.

Promovida a abertura e julgamento das propostas de preços e documentos de habilitação na data de 11/11/2019, a empresa AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, única participante do certame em epígrafe, foi declarada vencedora do item 01 (CAL HIDRATADA) com o valor unitário de R\$ 0,84/kg.

Considerando que apenas uma empresa participou da Licitação nº 028/2019, a Pregoeira promoveu levantamento dos preços pagos atualmente pelo CIMVI e/ou consulta de mercado para verificação do preço cotado pelo vencedor a fim de atestar se o mesmo encontra-se dentro da realidade praticada pelo mercado.

Do levantamento promovido, foram tomados os seguintes orçamentos, que encontram-se anexos ao presente:

Fornecedor	Produto	Valor cotado/kg	Descrição
Buschle & Lepper S/A (CNPJ: 84.684.471/0003-18)	Cal Hidratada	R\$ 0,84	Orçamento tomado em 07/11/2019 pelo Departamento de Compras para subsidiar processo de compra do produto
Avanex Industria e Comercio Ltda (CNPJ: 78.668.969/0001-22)	Cal Hidratada	R\$ 0,91	Orçamento tomado em 07/11/2019 pelo Departamento de Compras para subsidiar processo de compra do produto
Quimisa S/A (CNPJ: 43.683.069/0001-70)	Cal Hidratada	R\$ 1,50	Orçamento tomado em 11/11/2019 para verificação do preço do vencedor da Licitação nº 028/2019

Diante disso, verifica-se que o preço ofertado pela empresa AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (CNPJ: 78.668.969/0001-22) na Licitação nº 028/2019 encontra-se dentro da realidade de mercado.

Timbó, 18 de Novembro de 2019.

PATRICIA BARBARESCO
Pregoeira
Resolução CIMVI nº 289 de 02/01/2019

LICITAÇÃO Nº 028/2019 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 2229917

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 028/2019, consoante ata de julgamento.

Timbó, 18 de Novembro de 2019.

PATRICIA BARBARESCO
Pregoeira
Resolução CIMVI nº 289 de 02/01/2019

Ciente da adjudicação

RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA XAVIER ARAUJO
Advogado
OAB/SC nº 17.721

LICITAÇÃO Nº 028/2019 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2229919

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI**

Compras e Contratos

Pág 1 / 1

Termo Homologação - Termo de HomologaçãoEntidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 11486 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 28 código Cliente: 11486 ano Minuta: 2019 cota Credenciamento: 0**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão
Para Aquisição de Bens
28/2019
Processo Administrativo: 28/2019**

Ao Sr(a), tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Resolução nº 289/2019.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 28/2019, o(s) participante(s):

30538 - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CAL HIDRATADA (20KG/SC)	QUILOGRAMA		300.000	R\$0,84	R\$252.000,00
				Total do Fornecedor:		R\$252.000,00

Timbó, 18 de novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Presidente do CIMVI**FERNANDO TOMASELLI**
Diretor Executivo do CIMVI

CINCATARINA**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INGRESSO CINCATARINA - 96**

Publicação Nº 2230451

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - 96

CONSIDERANDO a solicitação de Ingresso do Município de Angelina e as previsões contidas no Protocolo de Intenções;
CONSIDERANDO que a Lei de Ratificação ao Protocolo de Intenções não previu reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções e que a homologação do ingresso poderá ser de forma automática.
CONSIDERANDO que a assembleia geral aprovou a homologação de forma automática de ingresso do referido município;

DECIDO:
Pela HOMOLOGAÇÃO do Ingresso ao CINCATARINA do Município de Angelina, nos termos da Lei Municipal nº 1.265, de 04 de novembro de 2019;
Publique-se.

Florianópolis, SC, 18 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Presidente do CINCATARINA

CIS/AMOSC**RESOLUÇÃO 27/2019**

Publicação Nº 2230125

RESOLUÇÃO Nº 27/2019

Dispõe sobre os valores da tabela de repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das despesas do CONSÓRCIO para exercício de 2020:

NÉVIO ANTONIO MORTARI, Prefeito de Paial e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CISAMOSC, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 17 do Estatuto Social, combinado com o art. 12 do Contrato de Consórcio Público:

RESOLVE

Art. 1º Fica instituída a tabela de repasse dos recursos financeiros necessários a Despesas com pessoal e encargos dos empregados, Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio e Despesas com investimentos para o exercício de 2019, anexo único desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, 18 de novembro de 2019.

NÉVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito de Paial e Presidente do CISAMOSC

ANEXO ÚNICO CRITÉRIO RATEIO POR FAIXA DE POPULAÇÃO**TABELA A**

POPULAÇÃO DE:	FATOR	% RATEIO	VALOR UNITÁRIO MÊS
< 1.500	1	0,75%	1.770,00
1.501 - 3.500	2	0,85%	2.020,00
3.501 - 6.000	3	0,95%	2.250,00
6.001 - 8.000	4	1,00%	2.360,00
8.001 - 10.000	5	1,10%	2.600,00
10.001 - 15.000	6	1,20%	2.850,00
15.001 - 20.000	7	1,30%	3.100,00
21.001 - 30.000	8	1,40%	3.315,00
> 30.000	9	1,50%	3.550,00

TABELA B

Município	População	Fator	Contribuição Mês	Contribuição Anual
Abelardo Luz	17.847	7	3.100,00	37.200,00
Águas de Chapecó	6.455	4	2.360,00	28.320,00
Águas Frias	2.378	2	2.020,00	24.240,00
Alto Bela Vista	1.948	2	2.020,00	24.240,00
Arabutã	4.266	3	2.250,00	27.000,00
Arvoredo	2.246	2	2.020,00	24.240,00
Bom Jesus	2.961	2	2.020,00	24.240,00
Campo Erê	8.636	5	2.600,00	31.200,00
Caxambu do Sul	3.735	3	2.250,00	27.000,00
Chapecó	216.654	9	3.550,00	42.600,00
Cordilheira Alta	4.385	3	2.250,00	27.000,00
Coronel Freitas	10.022	6	2.850,00	34.200,00
Coronel Martins	2.544	2	2.020,00	24.240,00
Entre Rios	3.189	2	2.020,00	24.240,00
Faxinal dos Guedes	10.686	6	2.850,00	34.200,00
Formosa do Sul	2.525	2	2.020,00	24.240,00
Galvão	2.956	2	2.020,00	24.240,00
Guatambu	4.710	3	2.250,00	27.000,00
Ipuçu	7.448	4	2.360,00	28.320,00
Ipumirim	7.565	4	2.360,00	28.320,00
Irani	10.339	6	2.850,00	34.200,00
Irati	1.952	2	2.020,00	24.240,00
Itá	6.209	4	2.360,00	28.320,00
Jaborá	3.955	3	2.250,00	27.000,00
Jardinópolis	1.595	2	2.020,00	24.240,00
Jupia	2.110	2	2.020,00	24.240,00
Lajeado Grande	1.437	1	1.770,00	21.240,00
Marema	1.846	2	2.020,00	24.240,00
Nova Erechim	4.945	3	2.250,00	27.000,00
Nova Itaberaba	4.333	3	2.250,00	27.000,00
Novo Horizonte	2.481	2	2.020,00	24.240,00
Ouro Verde	2.227	2	2.020,00	24.240,00
Paial	1.537	2	2.020,00	24.240,00
Passos Maia	4.186	3	2.250,00	27.000,00
Peritiba	2.814	2	2.020,00	24.240,00
Pinhalzinho	19.906	7	3.100,00	37.200,00
Planalto Alegre	2.850	2	2.020,00	24.240,00
Ponte Serrada	11.552	6	2.850,00	34.200,00
Presidente Castelo Branco	1.590	2	2.020,00	24.240,00
Quilombo	9.946	5	2.600,00	31.200,00
Santiago do Sul	1.286	1	1.770,00	21.240,00
São Bernardino	2.386	2	2.020,00	24.240,00
São Carlos	11.191	6	2.850,00	34.200,00
São Domingos	9.457	5	2.600,00	31.200,00
São Lourenço do Oeste	23.857	8	3.315,00	39.780,00
Seara	17.506	7	3.100,00	37.200,00
Serra Alta	3.270	2	2.020,00	24.240,00
Sul Brasil	2.500	2	2.020,00	24.240,00

União do Oeste	2.517	2	2.020,00	24.240,00
Vargeão	3.575	3	2.250,00	27.000,00
Xanxerê	50.309	9	3.550,00	42.600,00
Xavantina	3.963	3	2.250,00	27.000,00
Xaxim	28.424	8	3.315,00	39.780,00
Totais	581.207		125.000,00	1.500.000,00

RESOLUÇÃO 28/2019

Publicação Nº 2230128

RESOLUÇÃO Nº 28/2019

NÉVIO ANTONIO MORTARI, Prefeito de Paial e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso VII do Estatuto Social,
RESOLVE

I – DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 1º A Receita para o exercício de 2020, estimada em R\$ 60.120.000,00 (sessenta milhões e cento e vinte mil reais), será arrecadada, com o seguinte desdobramento:

RECEITA

Art. 2º A Despesa para o exercício de 2020, fixada em R\$ 60.120.000,00 (sessenta milhões e cento e vinte mil reais), será realizada em conformidade com o Anexo 1, integrante desta Resolução, por órgão, atividade e ação, definidas no Plano de Diretrizes e Metas, com o seguinte desdobramento:

DESPESA POR ÓRGÃO

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

Art. 3º Fica o Presidente do CIS-AMOSC autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em até 20% (vinte por centos), para remanejar dotações insuficientes, por conta da anulação de dotações orçamentárias, do excesso de arrecadação do exercício e do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Chapecó, SC, 18 de novembro de 2019.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito de Paial

Presidente do CIS-AMOSC

Estado de Santa Catarina

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC

Exercício 2020

Anexo 1

DEMONSTRATIVO DA DESPESA

Chapecó, SC, 18 de novembro de 2019.

Nevio Antonio Mortari Geísa Muller de Oliveira

Presidente Diretora Executiva

CIS/AMURES**COMUNICADO DE FÉRIAS COLETIVAS - 2019 - 2020 - CIS/AMURES**

Publicação Nº 2229740

COMUNICAÇÃO DE FÉRIAS COLETIVAS

Em conformidade com o artigo 139, parágrafo 3º da CLT e do Artigo 35, parágrafo 8º do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, comunicamos que os empregados, abaixo acordados, da empresa Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, localizada à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, nesta cidade de Lages – Santa Catarina, no período de 19/12/2019 à 17/01/2020, estarão em gozo de FÉRIAS COLETIVAS, retornando às atividades em 20/01/2020.

FUNCIONÁRIOS DE ACORDO:

ALEXANDRE DE SOUSA
ALMÍNIA PATRICIA C. ALENCAR
ANE CRISTINA DE BRITO
BRUNO DE SOUZA
CAMILLA CORIANDER S. ALVES
CIRLEI AP. DE OLIVEIRA ARRUDA
CRISTINA DE OLIVEIRA
DENISE APARECIDA DE OLIVEIRA
DENISE REGINA ALVES
GUILHERME RANGEL BIANCHINI
HEITOR JOSÉ FRUTUOSO JUNIOR
LILIAN LIZ OLIVEIRA
MARÍLIA DAS GRAÇAS SILVA
MARGARIDA DE SOUZA FOGAÇA
MARIA ZILDA CORREA DE CAMPOS
MARISOL JAQUELINE RECHE
NALÚ TEREZINHA JÚLIO
NEIVA GLAUCIA FERNANDES RIBEIRO
PRISCILA DOS SANTOS GOULART
RAY GLOY ALVES ANDRADE
THAIS MUNIZ DA SILVA SANTOS

Lages, 18 de Novembro de 2019.

THIAGO COSTA NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Presidente do CIS/AMURES Diretora Exec. CIS/AMURES

CIS/AMVI**ANÁLISE COMISSÃO PERMANENTE - HOSPITAL DE OLHOS FREITAG**

Publicação Nº 2230201

CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI.

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.409.947,20 (um milhão e quatrocentos e nove mil e novecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).

FORNECEDOR: HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 03.264.088/0001-47.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.

I – DOS FATOS

Diante da necessidade de atendimento da demanda de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade dos usuários da rede pública dos municípios consorciados, devidamente justificada e pormenorizada no Termo de Referência constante dos autos, às fls. 4-48; restando comprovada a disponibilidade orçamentária para pagamento das obrigações decorrentes à fl. 49, culminando na autorização de instauração do processo à fl. 69 e, por fim, restando autorizadas as minutas do Instrumento convocatório e anexos às fls. 71-74; foi publicado Edital de Chamamento Público nº 04/2018.

Recebida a documentação apresentada pela interessada no credenciamento, supramencionada, com fornecedor, visando a prestação de serviços médicos constantes do Edital mencionado, a Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, designada por intermédio da Resolução nº. 217/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina em 18/06/2018, passou a análise quanto a possibilidade de contratação através de inexigibilidade de licitação do prestador de serviço retro identificado.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A contratação de serviços através de credenciamento trata-se de uma situação oposta à prevista no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que nesta condição apenas uma empresa dispõe do serviço pretendido pela Administração, enquanto no credenciamento a Administração pretende contratar todos aqueles que se habilitarem a prestar os referidos serviços pelo mesmo valor e nas mesmas condições.

Neste sentido, citado procedimento se enquadra no que preceitua o caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, que rege que as contratações desta natureza não exigem a realização de procedimento licitatório, uma vez que não há competição entre os participantes, conforme se verifica: "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição[...]".

A respeito da inexigibilidade de licitação em decorrência de credenciamento, Joel de Menezes Niebuhr foi bastante preciso (grifo nosso): [...]. a hipótese de credenciamento não foi prevista na Lei n.º 8.666/93. Não há qualquer dispositivo que aborde o assunto, regrando suas premissas. Impende reafirmar, por oportuno, que a inexigibilidade não depende de autorização legal, tanto que ocorre em todas as situações de inviabilidade de competição, o que remonta à questão fática. Destarte, a ausência de dispositivos normativos em torno das hipóteses de credenciamento não obsta lhes reconhecer a existência, bem como a inviabilidade de competição, o que acarreta a inexigibilidade. (NIE-BUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.195).

O entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina converge nesse sentido, senão vejamos:

PREJULGADO 680

A regra geral expressa no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, compele à realização de prévia licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, objetivando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Em conformidade com o art. 197 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal nº 8080, de 19.09.90, a execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diariamente ou através de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ressalvando-se que o art. 199 da Carta Magna estabelece que as instituições privadas poderão participar, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

Quando se tratar da execução das ações e serviços de saúde, compreendendo a prestação dos serviços médico-assistenciais, médico-hospitalares e laboratoriais, entre outros, nada impede que o poder público utilize o sistema de credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade toda a rede de serviços de profissionais da área da saúde, bem como de pessoas jurídicas que prestam serviços assistenciais, hospitalares ou laboratoriais, mediante condições, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, as quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo.

Caracterizado o interesse de observar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público, configurar-se-á a inviabilidade de competição contemplada no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações subsequentes, estando plenamente atendidos os princípios previstos pelo art. 3º da Lei de Licitações. Grifo nosso (Processo: CON-TC0733103/95 – Parecer nº 169/99 – Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma – Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques – Data da Sessão: 31/05/1999).

PREJULGADO 2055

1. Serviços médicos ambulatoriais, pequenos procedimentos cirúrgicos, expedição de carteiras de saúde, verificação de exames e demais procedimentos constantes da Tabela do SUS podem ser compreendidos como serviços complementares de saúde a serem oferecidos à população, dentro das normas prescritas pela Lei (federal) n. 8.080/90 e pela Portaria n. 3.277/06, do Ministério da Saúde.

2. A contratação de serviços complementares de saúde pode ocorrer para:

2.1. atividades-meio, desde que não inseridas por lei no Sistema Único de Saúde.

2.2. atividades finalísticas em razão do volume, quando a demanda ultrapassar a capacidade instalada da rede pública, tanto própria quanto à vinculada a outro nível de governo.

a) neste caso, a dimensão do serviço público deve ser reavaliada periodicamente, tendo em conta variáveis como a evolução populacional, evolução da demanda, evolução científica etc., de forma que o volume físico e/ou financeiro dessas contratações não descaracterize o caráter subsidiário em relação às atividades estatais.

2.3. atividades finalísticas, em razão da urgência.

a) neste caso, a Administração deve, quando for o caso, promover as medidas necessárias para restabelecer o sistema público potencial existente antes da situação de urgência que implicou a diminuição de sua capacidade potencial;

b) a contratação junto à iniciativa privada ocorrerá somente durante o período necessário para que sejam adotadas as medidas para o restabelecimento do serviço público.

3. A contratação de serviços complementares de saúde deve atender ainda aos seguintes requisitos:

3.1. Preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;

3.2. Celebração de convênio ou contrato conforme as normas de direito administrativo, prevalecendo o interesse público sobre o particular;

3.3. Integração dos serviços privados às diretrizes organizativas do SUS;

3.4. Prevalência dos princípios da universalidade, equidade, integralidade, etc.

4. Deve o poder público utilizar o sistema de credenciamento a todos os interessados, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade uma rede de profissionais da área da saúde, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, às quais os interessados possam aderir. (Processo: COM-09/00592710 - Parecer nº 694/09 – Origem: Prefeitura Municipal de Videira – Relator: Auditor Júlio Garcia – Data da Sessão: 05/07/2010).

Diante do exposto, esta Comissão de Licitações, vislumbrando o enquadramento de aludida contratação direta, bem como a necessidade da referida contratação, devidamente justificada no Termo de Referência integrante do presente feito, resolveu instruir o processo com os elementos abaixo transcritos, atendendo à determinação da Lei de Licitações.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação supracitada deve-se ao fato da contratada ter atendido aos requisitos estabelecidos no Chamamento Público nº 04/2018.

IV – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

A interessada no credenciamento, supramencionada como fornecedor, demonstrou estar devidamente habilitada, apresentando a seguinte documentação:

1. 6ª Alteração/Contrato Social;

2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal/Tributos Federais/Dívida Ativa da União;
4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
8. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
9. Alvará Sanitário Municipal em processo de renovação conforme protocolo encaminhado;
10. Alvará de Localização e Funcionamento;
11. Certificado de Regularidade do Estabelecimento junto ao Conselho Regional de Classe;
12. Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde; atualizar para atendimento SUS
13. Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe;
14. RQEs registrados no CREMESC;
15. Ficha de Requerimento de Credenciamento;
16. Atestado de capacidade técnica;
17. Declaração de capacidade instalada e disponibilidade para SUS;
18. Listagem de profissionais, atualizada, emitida no site do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

Após a análise cabível, a Comissão de Licitações deste Consórcio Público entende justificada a inexigibilidade de licitação para esta contratação.

V – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da legislação.

VI – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os valores unitários a serem pagos para os serviços objeto desta inexigibilidade, quais sejam os valores constante da Tabela SIGTAP/SUS (com acréscimo de complemento em determinados procedimentos, conforme indicado no Termo de Referência) estão devidamente justificados nos autos do Chamamento Público/Processo de Credenciamento nº 04/2018.

Blumenau/SC, 12 de novembro de 2019.

Marcos da Rocha
Presidente

Mônica Márcia Campos de Menezes Silva
Membro

Aglahê Danielle Mendes Brandt
Membro

CONTRATO 074_2019 - HOSPITAL DE OLHOS FREITAG

Publicação Nº 2230206

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 074/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na R. Germano Brandes Sênior, 726 - Centro, Timbó - SC, 89120-000, inscrita no CNPJ nº. 03.264.088/0001-47, neste ato representado por seu sócio Alexandre Rocha Freitag, inscrito no CPF nº. 232.119.890-72 e portador da cédula de identidade 3R 4.253.120 SSP/SC, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços de SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA ou cirurgica, Ambulatorial, DE MÉDIA ou ALTA COMPLEXIDADE, conforme descrito na Declaração de Capacidade de Instalação e Disponibilidade ao SUS, do edital de Credenciamento nº 04/2018, destacado no quadro a seguir:

Código do Procedimento	Nome do Procedimento	Qtd mensal proposta	Valor do Procedimento
02.11.06.001	BIOMETRIA ULTRASSONICA (MO- NOCULAR)	60	R\$ 24,24

02.11.06.002	BIOMICROSCOPIA DE FUNDO DE OLHO	400	R\$ 12,34
02.11.06.003	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRAFICO (Monocular)	60	R\$ 40,00
90.01.01.095	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OFTALMO RETINA	20	R\$ 60,00
90.01.01.069	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - OFTALMOLOGIA	400	R\$ 50,00
04.05.05.037	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL	60	R\$ 771,60
02.11.06.010	FUNDOSCOPIA (Binocular)	400	R\$ 3,37
02.11.06.012	MAPEAMENTO DE RETINA (Monocular)	400	R\$ 24,24
02.11.06.014	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEA (Monocular)	60	R\$ 24,24
90.01.01.007	PAQUIMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	60	R\$ 14,81
02.11.06.015	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL (Binocular)	400	R\$ 3,37
02.11.06.017	RETINOGRAFIA COLORIDA BINOCULAR	60	R\$ 24,68
90.01.01.019	TOMOGRAFIA DE COERENCIA OPTICA - BINOCULAR	60	R\$ 300,00
02.11.06.025	TONOMETRIA (Binocular)	400	R\$ 3,37
02.11.06.026	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORNEA (Monocular)	60	R\$ 24,24
04.05.05.036	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO	20	R\$ 209,55

0.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na(s) seguinte(s) instalação(ões): HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA - R. Germano Brandes Sênior, 726 - Centro, Timbó - SC, 89120-000.

0.3 - Este contrato possui um teto financeiro de R\$ 1.409.947,20 (um milhão e quatrocentos e nove mil e novecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).

0.4 CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 - Este contrato terá sua vigência a contar da data de publicação do mesmo, pelo período de 12 (doze) meses, e poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no "Termo de Referência - Anexo I" do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos municípios pelas especialidades oferecidas, e a forma de distribuição escolhida pelos municípios.

3.4 Por se tratar de uma quantidade estimativa não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente credenciamento

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega da documentação necessária (item 4.2), mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, solicitada após auditoria dos procedimentos faturados.

4.2 - A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.2.1 - Faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

4.2.2 - Apresentação da Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento, devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

4.2.2.1 - As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º à 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

4.3 - Após receber a aprovação do faturamento realizado no sistema "on-line" (item 4.2.1), o Credenciado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.4 - Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.5 - Em caso de atraso na entrega das informações pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

4.6 – O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 – Compete ao CISAMVI:

- a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no “Termo de Referência” – Anexo –I do Edital;
- b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- d) Fornecer requisições para execução dos serviços.
- e) Fornecer os formulários padrões para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 – Compete ao Credenciado:

- a) Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da “requisição”, autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;
- c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- d) Faturar a requisição em sistema “on-line”, disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso no documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução do serviço prestado.
- e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;
- f) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior;
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento;
- m) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- n) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS/CISAMVI;
- o) Utilizar formulário padrão, quando disponibilizado pelo CISAMVI, para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento (a fim de que este paciente seja facilmente identificado na rede municipal de saúde).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do Credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O Credenciado poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

7.1 Quando o Credenciado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

7.1.1 Advertência.

7.1.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

- a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;
- b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;
- c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2 Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

7.3 Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

7.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

7.5 Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

7.6 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores

do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.
- 9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.
- 9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.
- 9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.
- 9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº. 04/2018 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.
- 9.6 - Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 04/2018 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.
- 9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.
- 9.8 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau, 18 de novembro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo – CISAMVI

Alexandre Rocha Freitag

Hospital de Olhos Freitag LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 066/2019 - A. G. KIENEN & CIA. LTDA.

Publicação Nº 2230324

Contrato administrativo nº 066/2019

Contrato de fornecimento de medicamentos que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI e A.G. KIENEN & CIA. LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau-SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, A. G. KIENEN & CIA. LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Benjamin Borges dos Santos, 87, Bairro Fraron, CEP 85503-350, na cidade de Pato Branco/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 82.225.947/0001-65, neste ato representada pelo Sr. Ademir Geraldo Kienen, inscrito no CPF sob o nº 329.374.669-15, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, nas seguintes condições:

A. G. KIENEN & CIA. LTDA. – CNPJ 82.225.947/0001-65						
Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor unitário	Valor Total	
17	Metildopa, 250 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	E.M.S.	109.900 CPR	R\$ 0,320	R\$ 35.168,000	

1.2 Os preços contratualizados são fixos e irrevogáveis, podendo ser revistos quando comprovadas as situações descritas no artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93.

1.3 No(s) valor(es) acima já encontram-se incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e etc.

1.4 Dá-se como valor global para o presente contrato a importância de R\$ 35.168,00 (trinta e cinco mil reais e cento e sessenta e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

1.1 Durante o período de vigência deste Contrato Administrativo os municípios emitirão Autorizações de Fornecimento para entrega parcelada do objeto, isto é, os quantitativos indicados serão entregues de forma parcelada, sendo integralmente solicitados até 22/04/2020.

1.2 Para emissão das Autorizações de Fornecimento será utilizado Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, sendo que o login e a senha para acesso serão encaminhados para o endereço eletrônico constante dos documentos para habilitação em "Responsável pelos pedidos" dos Dados Cadastrais do Fornecedor.

1.3 Compete exclusivamente à CONTRATADA o acompanhamento do Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas para retirada das Autorizações de Fornecimento emitidas pelos municípios consorciados, lhe cabendo também requerer a atualização dos seus dados de acesso quando necessário.

1.4 Cabe à CONTRATADA efetuar a entrega dos itens solicitados em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada – 2ª (segunda) data constante do rodapé da Autorização de Fornecimento, devendo acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis. Caso o fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

1.5 Cabe à contratada, ao realizar o faturamento dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, registrar o evento no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva em formato .pdf. A inserção da Nota Fiscal no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas pelo fornecedor é condição imprescindível para prosseguimento dos trâmites de liquidação e pagamento do objeto da Autorização de Fornecimento.

1.6 Notas Fiscais Eletrônicas devem ser emitidas em nome do CISAMVI e conter o mesmo número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - daquele fornecido durante a fase de habilitação. Deverão apresentar, nos campos adicionais/informações complementares, a expressão "Pregão Eletrônico nº 07/2019", o nome da Secretaria Municipal de Saúde/Município requisitante, o endereço do local de entrega, e nº da Autorização de Fornecimento correspondente, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

1.7 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado correrão por conta do fornecedor.

1.8 É de total responsabilidade da CONTRATADA manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues e realizar o transporte adequado dos medicamentos nos termos do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e seus anexos, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.9 O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório fabricante.

1.10 O recebimento dos produtos se dará pelo responsável indicado por cada Secretaria Municipal de Saúde nos locais especificados no ANEXO I – Termo de Referência do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, em dias úteis, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, sendo que entregas fora desse prazo serão recusadas/devolvidas.

1.11 No momento da entrega quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29/05/98, e nº 802 de 07/04/99), além do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

1.12 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

1.13 O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data da entrega do produto e de 80% (oitenta por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

1.14 O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor e os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

1.15 As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

1.16 Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colméias.

1.17 As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

1.18 Caso não cumpridas as demais exigências do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e anexos quanto ao armazenamento, transporte e apresentação dos produtos, a CONTRATADA será notificada para retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes do instrumento convocatório correspondente e seus anexos, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis.

1.19 Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.20 Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.21 Em caso de necessidade de recolhimento dos produtos, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas da CONTRATADA, e imediatamente substituído por equivalente, sob pena de aplicação de sanção.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

2.1 As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato Administrativo correrão à conta da Dotação Orçamentária: Órgão 02 – Consórcio

Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí; Unidade 003 – Manutenção Medicamentos; Função 010 – Saúde; Projeto 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos; Dotação 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas, do Orçamento do CONTRATANTE.

2.2 O CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data do recebimento definitivo, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pela CONTRATADA nos Dados Cadastrais do Fornecedor.

2.3 O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens indicados na Autorização de Fornecimento pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.), ficando ressalvado ao CISAMVI o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

2.4 Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante vencedor/fornecedor deverá manter durante todo o período de vigência do Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.5 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

2.6 O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Compete ao CISAMVI:

4.1.1 cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato Administrativo;

4.1.2 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

4.1.3 efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 É responsabilidade da CONTRATADA:

4.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital de Licitação correspondente e seus anexos, sua proposta e este Contrato Administrativo, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

4.1.3 Apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

4.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

4.1.5 Comunicar por escrito ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

4.1.6 Manter durante todo o período de vigência deste Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.7 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

4.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

4.1.9 Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

4.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, online, disponibilizado pelo CONTRATANTE;

4.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;

4.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

4.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

5.1.1 Advertência por escrito;

5.1.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

5.1.3 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulado pela CONTRATADA;

5.1.4 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato Administrativo;

5.1.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega, poderá ser rescindido o Contrato Administrativo;

5.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

5.2 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações da CONTRATADA:

5.2.1 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência do Edital de Licitação correspondente ou na Autorização de Fornecimento;

5.2.2 Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas de execução;

5.2.3 Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

5.2.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

5.3 A multa moratória é inacumulável com as multas sancionatórias se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

5.4 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante no documento Dados Cadastrais do Fornecedor, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

5.5 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.

5.6 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

5.7 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI no máximo em até 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

5.8 O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 A rescisão do presente Contrato Administrativo poderá ser:

6.1.1 determinada por ato unilateral e escrito do CISAMVI, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

6.1.2 amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;

6.1.3 judicial, nos termos da legislação;

6.1.4 em decorrência da prática de infração contratual facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa.

6.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

6.3 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

6.4 Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por parte do CONTRATANTE e por motivo de interesse público, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à CONTRATADA da intenção de rescindir/resilir o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 Dá-se ao presente contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura e 22/04/2020, podendo ser prorrogado e aditado para acréscimos ou supressões na forma da Lei.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

9.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, ressalvados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9.2 A critério do CONTRATANTE os medicamentos poderão serão amostrados para fins de análise, a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

9.3 Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CONTRATANTE, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

9.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO

10.1 É competente o foro da Comarca de Blumenau/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato Administrativo.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau-SC, 12 de novembro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

Daniel Alberto Hornburg

Assessoria Jurídica - CISAMVI

Ademir Geraldo Kienen

A. G. KIENEN & CIA. LTDA.

CONTRATO ADMINISTRATIVO 067/2019 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

Publicação Nº 2230325

Contrato administrativo nº 067/2019

Contrato de fornecimento de medicamentos que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI e CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau-SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Itapira – Lindóia, s/n – km 14, Bairro Fazenda Estância Cristália, CEP 13974-900, na cidade de Itapira/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 44.734.671/0001-51, neste ato representada pelo Sr. Alessandro Rotoli Camargo, inscrito no CPF sob o nº 246.842.158-22, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, nas seguintes condições:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. – CNPJ 44.734.671/0001-51						
Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor unitário	Valor Total	
15	Levomepromazina, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	CRISTÁLIA	18.400 CPR	R\$ 0,650	R\$ 11.960,00	

1.2 Os preços contratualizados são fixos e irrevogáveis, podendo ser revistos quando comprovadas as situações descritas no artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93.

1.3 No(s) valor(es) acima já encontram-se incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e etc.

1.4 Dá-se como valor global para o presente contrato a importância de R\$ 11.960,00 (onze mil e novecentos e sessenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

1.1 Durante o período de vigência deste Contrato Administrativo os municípios emitirão Autorizações de Fornecimento para entrega parcelada do objeto, isto é, os quantitativos indicados serão entregues de forma parcelada, sendo integralmente solicitados até 22/04/2020.

1.2 Para emissão das Autorizações de Fornecimento será utilizado Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, sendo que o login e a senha para acesso serão encaminhados para o endereço eletrônico constante dos documentos para habilitação em “Responsável pelos pedidos” dos Dados Cadastrais do Fornecedor.

1.3 Compete exclusivamente à CONTRATADA o acompanhamento do Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas para retirada das Autorizações de Fornecimento emitidas pelos municípios consorciados, lhe cabendo também requerer a atualização dos seus dados de acesso quando necessário.

1.4 Cabe à CONTRATADA efetuar a entrega dos itens solicitados em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada – 2ª (segunda) data constante do rodapé da Autorização de Fornecimento, devendo acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis. Caso o fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

1.5 Cabe à contratada, ao realizar o faturamento dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, registrar o evento no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva em formato .pdf. A inserção da Nota Fiscal no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas pelo fornecedor é condição imprescindível para prosseguimento dos trâmites de liquidação e pagamento do objeto da Autorização de Fornecimento.

1.6 Notas Fiscais Eletrônicas devem ser emitidas em nome do CISAMVI e conter o mesmo número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - daquele fornecido durante a fase de habilitação. Deverão apresentar, nos campos adicionais/informações complementares, a expressão “Pregão Eletrônico nº 07/2019”, o nome da Secretaria Municipal de Saúde/Município requisitante, o endereço do local de entrega, e nº da Autorização de Fornecimento correspondente, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

1.7 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado correrão por conta do fornecedor.

1.8 É de total responsabilidade da CONTRATADA manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues e realizar o transporte adequado dos medicamentos nos termos do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e seus anexos, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.9 O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório fabricante.

1.10 O recebimento dos produtos se dará pelo responsável indicado por cada Secretaria Municipal de Saúde nos locais especificados no ANEXO I – Termo de Referência do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, em dias úteis, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, sendo que entregas fora desse prazo serão recusadas/devolvidas.

1.11 No momento da entrega quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério

da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29/05/98, e nº 802 de 07/04/99), além do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

1.12 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

1.13 O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data da entrega do produto e de 80% (oitenta por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

1.14 O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor e os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

1.15 As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

1.16 Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colméias.

1.17 As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

1.18 Caso não cumpridas as demais exigências do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e anexos quanto ao armazenamento, transporte e apresentação dos produtos, a CONTRATADA será notificada para retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes do instrumento convocatório correspondente e seus anexos, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis.

1.19 Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.20 Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.21 Em caso de necessidade de recolhimento dos produtos, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas da CONTRATADA, e imediatamente substituído por equivalente, sob pena de aplicação de sanção.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

2.1 As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato Administrativo correrão à conta da Dotação Orçamentária: Órgão 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí; Unidade 003 – Manutenção Medicamentos; Função 010 – Saúde; Projeto 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos; Dotação 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas, do Orçamento do CONTRATANTE.

2.2 O CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data do recebimento definitivo, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pela CONTRATADA nos Dados Cadastrais do Fornecedor.

2.3 O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens indicados na Autorização de Fornecimento pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.), ficando ressalvado ao CISAMVI o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

2.4 Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante vencedor/fornecedor deverá manter durante todo o período de vigência do Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.5 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

2.6 O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Compete ao CISAMVI:

4.1.1 cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato Administrativo;

4.1.2 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

4.1.3 efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 É responsabilidade da CONTRATADA:

4.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital de Licitação correspondente e seus anexos, sua proposta e este Contrato Administrativo, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

4.1.3 Apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

4.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

4.1.5 Comunicar por escrito ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

4.1.6 Manter durante todo o período de vigência deste Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 4.1.7 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;
- 4.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;
- 4.1.9 Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 4.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, online, disponibilizado pelo CONTRATANTE;
- 4.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;
- 4.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;
- 4.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 5.1.1 Advertência por escrito;
 - 5.1.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
 - 5.1.3 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulado pela CONTRATADA;
 - 5.1.4 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato Administrativo;
 - 5.1.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega, poderá ser rescindido o Contrato Administrativo;
 - 5.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>
- 5.2 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações da CONTRATADA:
- 5.2.1 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência do Edital de Licitação correspondente ou na Autorização de Fornecimento;
 - 5.2.2 Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas de execução;
 - 5.2.3 Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
 - 5.2.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.
- 5.3 A multa moratória é inacumulável com as multas sancionatórias se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 5.4 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante no documento Dados Cadastrais do Fornecedor, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 5.5 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.
- 5.6 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.
- 5.7 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI no máximo em até 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.
- 5.8 O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 6.1 A rescisão do presente Contrato Administrativo poderá ser:
 - 6.1.1 determinada por ato unilateral e escrito do CISAMVI, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
 - 6.1.2 amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;
 - 6.1.3 judicial, nos termos da legislação;
 - 6.1.4 em decorrência da prática de infração contratual facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa.
- 6.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.
- 6.3 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 6.4 Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por parte do CONTRATANTE e por motivo de interesse público, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à CONTRATADA da intenção de rescindir/resilir o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 8.1 Dá-se ao presente contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura e 22/04/2020, podendo ser prorrogado e aditado para acréscimos ou supressões na forma da Lei.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 9.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
- 9.2 O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público,

ressalvados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9.2 A critério do CONTRATANTE os medicamentos poderão serão amostrados para fins de análise, a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

9.3 Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CONTRATANTE, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

9.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO

10.1 É competente o foro da Comarca de Blumenau/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato Administrativo.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau-SC, 12 de novembro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

Daniel Alberto Hornburg

Assessoria Jurídica - CISAMVI

Alessandro Rotoli Camargo

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

CONTRATO ADMINISTRATIVO 068/2019 - MEDITON FARMACÊUTICA LTDA.

Publicação Nº 2230330

Contrato administrativo nº 068/2019

Contrato de fornecimento de medicamentos que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI e MEDITON FARMACÊUTICA LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau-SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, MEDITON FARMACÊUTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Brasil, 98, Bairro Centro, CEP 85501-071, na cidade de Pato Branco/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 29.614.830/0001-90, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Kienen, inscrito no CPF sob o nº 077.254.689-43, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, nas seguintes condições:

MEDITON FARMACÊUTICA LTDA. – CNPJ 29.614.830/0001-90						
Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor unitário	Valor Total	
15	Diazepam, 5 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	LEGRAND PHARMA	86.400 CPR	R\$ 0,069	R\$ 5.961,60	

1.2 Os preços contratualizados são fixos e irrevogáveis, podendo ser revistos quando comprovadas as situações descritas no artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93.

1.3 No(s) valor(es) acima já encontram-se incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e etc.

1.4 Dá-se como valor global para o presente contrato a importância de R\$ 5.961,60 (cinco mil e novecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

1.1 Durante o período de vigência deste Contrato Administrativo os municípios emitirão Autorizações de Fornecimento para entrega parcelada do objeto, isto é, os quantitativos indicados serão entregues de forma parcelada, sendo integralmente solicitados até 22/04/2020.

- 1.2 Para emissão das Autorizações de Fornecimento será utilizado Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, sendo que o login e a senha para acesso serão encaminhados para o endereço eletrônico constante dos documentos para habilitação em "Responsável pelos pedidos" dos Dados Cadastrais do Fornecedor.
- 1.3 Compete exclusivamente à CONTRATADA o acompanhamento do Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas para retirada das Autorizações de Fornecimento emitidas pelos municípios consorciados, lhe cabendo também requerer a atualização dos seus dados de acesso quando necessário.
- 1.4 Cabe à CONTRATADA efetuar a entrega dos itens solicitados em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada – 2ª (segunda) data constante do rodapé da Autorização de Fornecimento, devendo acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis. Caso o fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.
- 1.5 Cabe à contratada, ao realizar o faturamento dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, registrar o evento no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva em formato .pdf. A inserção da Nota Fiscal no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas pelo fornecedor é condição imprescindível para prosseguimento dos trâmites de liquidação e pagamento do objeto da Autorização de Fornecimento.
- 1.6 Notas Fiscais Eletrônicas devem ser emitidas em nome do CISAMVI e conter o mesmo número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - daquele fornecido durante a fase de habilitação. Deverão apresentar, nos campos adicionais/informações complementares, a expressão "Pregão Eletrônico nº 07/2019", o nome da Secretaria Municipal de Saúde/Município requisitante, o endereço do local de entrega, e nº da Autorização de Fornecimento correspondente, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.
- 1.7 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado correrão por conta do fornecedor.
- 1.8 É de total responsabilidade da CONTRATADA manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues e realizar o transporte adequado dos medicamentos nos termos do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e seus anexos, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 1.9 O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório fabricante.
- 1.10 O recebimento dos produtos se dará pelo responsável indicado por cada Secretaria Municipal de Saúde nos locais especificados no ANEXO I – Termo de Referência do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, em dias úteis, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, sendo que entregas fora desse prazo serão recusadas/devolvidas.
- 1.11 No momento da entrega quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29/05/98, e nº 802 de 07/04/99), além do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.
- 1.12 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).
- 1.13 O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data da entrega do produto e de 80% (oitenta por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 1.14 O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor e os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.
- 1.15 As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.
- 1.16 Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colméias.
- 1.17 As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 1.18 Caso não cumpridas as demais exigências do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e anexos quanto ao armazenamento, transporte e apresentação dos produtos, a CONTRATADA será notificada para retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes do instrumento convocatório correspondente e seus anexos, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis.
- 1.19 Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 1.20 Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 1.21 Em caso de necessidade de recolhimento dos produtos, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas da CONTRATADA, e imediatamente substituído por equivalente, sob pena de aplicação de sanção.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

- 2.1 As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato Administrativo correrão à conta da Dotação Orçamentária: Órgão 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí; Unidade 003 – Manutenção Medicamentos; Função 010 – Saúde; Projeto 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos; Dotação 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas, do Orçamento do CONTRATANTE.
- 2.2 O CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data do recebimento definitivo, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pela CONTRATADA nos Dados Cadastrais do Fornecedor.
- 2.3 O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens indicados na Autorização de Fornecimento pela CONTRATADA, em todos os

locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.), ficando ressalvado ao CISAMVI o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

2.4 Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante vencedor/fornecedor deverá manter durante todo o período de vigência do Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.5 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

2.6 O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Compete ao CISAMVI:

4.1.1 cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato Administrativo;

4.1.2 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

4.1.3 efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 É responsabilidade da CONTRATADA:

4.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital de Licitação correspondente e seus anexos, sua proposta e este Contrato Administrativo, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

4.1.3 Apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

4.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

4.1.5 Comunicar por escrito ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

4.1.6 Manter durante todo o período de vigência deste Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.7 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

4.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

4.1.9 Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

4.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, online, disponibilizado pelo CONTRATANTE;

4.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;

4.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

4.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

5.1.1 Advertência por escrito;

5.1.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

5.1.3 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulado pela CONTRATADA;

5.1.4 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato Administrativo;

5.1.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega, poderá ser rescindido o Contrato Administrativo;

5.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

5.2 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações da CONTRATADA:

5.2.1 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência do Edital de Licitação correspondente ou na Autorização de Fornecimento;

5.2.2 Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas de execução;

5.2.3 Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

5.2.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

5.3 A multa moratória é inacumulável com as multas sancionatórias se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

5.4 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante no documento Dados Cadastrais do Fornecedor, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

5.5 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.

5.6 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

5.7 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI no máximo em até 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

5.8 O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 A rescisão do presente Contrato Administrativo poderá ser:

6.1.1 determinada por ato unilateral e escrito do CISAMVI, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

6.1.2 amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;

6.1.3 judicial, nos termos da legislação;

6.1.4 em decorrência da prática de infração contratual facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa.

6.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

6.3 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

6.4 Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por parte do CONTRATANTE e por motivo de interesse público, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à CONTRATADA da intenção de rescindir/resilir o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 Dá-se ao presente contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura e 22/04/2020, podendo ser prorrogado e aditado para acréscimos ou supressões na forma da Lei.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

9.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, ressalvados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9.2 A critério do CONTRATANTE os medicamentos poderão ser amostrados para fins de análise, a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

9.3 Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CONTRATANTE, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

9.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

10.1 É competente o foro da Comarca de Blumenau/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato Administrativo.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau-SC, 12 de novembro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

Daniel Alberto Hornburg

Assessoria Jurídica - CISAMVI

Rodrigo Kienen

MEDITON FARMACÊUTICA LTDA.

CONTRATO ADMINISTRATIVO 069/2019 - MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE S/A

Publicação Nº 2230334

Contrato administrativo nº 069/2019

Contrato de fornecimento de medicamentos que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI e MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE S/A

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau-SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, MERCOSOLUÇÕES EM

SAÚDE S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Brésia, 184, Bairro Mauá, CEP 83413-575, na cidade de Colombo/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 05.912.018/0001-83, neste ato representada pelo Sr. Ricardo da Conceição, inscrito no CPF sob o nº 026.439.659-65, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, nas seguintes condições:

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE S/A – CNPJ 05.912.018/0001-83						
Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor unitário	Valor Total	
02	Beclometasona Dipropionato, 50 mcg/dose, aerossol bucal, frasco doseador c/ bocal aerogador, frasco com 200 doses, embalagem individual em cartucho	CHIESI	150 FR	R\$ 29,650	R\$ 4.447,500	

1.2 Os preços contratualizados são fixos e irrevogáveis, podendo ser revistos quando comprovadas as situações descritas no artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93.

1.3 No(s) valor(es) acima já encontram-se incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e etc.

1.4 Dá-se como valor global para o presente contrato a importância de R\$ 4.447,50 (quatro mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

1.1 Durante o período de vigência deste Contrato Administrativo os municípios emitirão Autorizações de Fornecimento para entrega parcelada do objeto, isto é, os quantitativos indicados serão entregues de forma parcelada, sendo integralmente solicitados até 22/04/2020.

1.2 Para emissão das Autorizações de Fornecimento será utilizado Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, sendo que o login e a senha para acesso serão encaminhados para o endereço eletrônico constante dos documentos para habilitação em “Responsável pelos pedidos” dos Dados Cadastrais do Fornecedor.

1.3 Compete exclusivamente à CONTRATADA o acompanhamento do Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas para retirada das Autorizações de Fornecimento emitidas pelos municípios consorciados, lhe cabendo também requerer a atualização dos seus dados de acesso quando necessário.

1.4 Cabe à CONTRATADA efetuar a entrega dos itens solicitados em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada – 2ª (segunda) data constante do rodapé da Autorização de Fornecimento, devendo acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis. Caso o fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

1.5 Cabe à contratada, ao realizar o faturamento dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, registrar o evento no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva em formato .pdf. A inserção da Nota Fiscal no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas pelo fornecedor é condição imprescindível para prosseguimento dos trâmites de liquidação e pagamento do objeto da Autorização de Fornecimento.

1.6 Notas Fiscais Eletrônicas devem ser emitidas em nome do CISAMVI e conter o mesmo número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - daquele fornecido durante a fase de habilitação. Deverão apresentar, nos campos adicionais/informações complementares, a expressão “Pregão Eletrônico nº 07/2019”, o nome da Secretaria Municipal de Saúde/Município requisitante, o endereço do local de entrega, e nº da Autorização de Fornecimento correspondente, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

1.7 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado correrão por conta do fornecedor.

1.8 É de total responsabilidade da CONTRATADA manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues e realizar o transporte adequado dos medicamentos nos termos do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e seus anexos, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.9 O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório fabricante.

1.10 O recebimento dos produtos se dará pelo responsável indicado por cada Secretaria Municipal de Saúde nos locais especificados no ANEXO I – Termo de Referência do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, em dias úteis, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, sendo que entregas fora desse prazo serão recusadas/devolvidas.

1.11 No momento da entrega quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29/05/98, e nº 802 de 07/04/99), além do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

1.12 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento

máximo, etc.).

1.13 O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data da entrega do produto e de 80% (oitenta por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

1.14 O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor e os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

1.15 As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

1.16 Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colméias.

1.17 As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

1.18 Caso não cumpridas as demais exigências do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e anexos quanto ao armazenamento, transporte e apresentação dos produtos, a CONTRATADA será notificada para retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes do instrumento convocatório correspondente e seus anexos, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis.

1.19 Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.20 Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.21 Em caso de necessidade de recolhimento dos produtos, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas da CONTRATADA, e imediatamente substituído por equivalente, sob pena de aplicação de sanção.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

2.1 As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato Administrativo correrão à conta da Dotação Orçamentária: Órgão 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí; Unidade 003 – Manutenção Medicamentos; Função 010 – Saúde; Projeto 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos; Dotação 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas, do Orçamento do CONTRATANTE.

2.2 O CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data do recebimento definitivo, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pela CONTRATADA nos Dados Cadastrais do Fornecedor.

2.3 O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens indicados na Autorização de Fornecimento pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.), ficando ressalvado ao CISAMVI o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

2.4 Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante vencedor/fornecedor deverá manter durante todo o período de vigência do Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.5 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

2.6 O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Compete ao CISAMVI:

4.1.1 cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato Administrativo;

4.1.2 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

4.1.3 efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 É responsabilidade da CONTRATADA:

4.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital de Licitação correspondente e seus anexos, sua proposta e este Contrato Administrativo, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

4.1.3 Apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

4.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

4.1.5 Comunicar por escrito ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

4.1.6 Manter durante todo o período de vigência deste Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.7 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

4.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

4.1.9 Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

4.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, online, disponibilizado pelo

CONTRATANTE;

- 4.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;
- 4.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;
- 4.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 5.1.1 Advertência por escrito;
- 5.1.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- 5.1.3 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulado pela CONTRATADA;
- 5.1.4 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato Administrativo;
- 5.1.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega, poderá ser rescindido o Contrato Administrativo;
- 5.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>
- 5.2 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações da CONTRATADA:
 - 5.2.1 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência do Edital de Licitação correspondente ou na Autorização de Fornecimento;
 - 5.2.2 Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas de execução;
 - 5.2.3 Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
 - 5.2.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.
- 5.3 A multa moratória é inacumulável com as multas sancionatórias se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 5.4 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante no documento Dados Cadastrais do Fornecedor, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 5.5 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.
- 5.6 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.
- 5.7 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI no máximo em até 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.
- 5.8 O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 6.1 A rescisão do presente Contrato Administrativo poderá ser:
 - 6.1.1 determinada por ato unilateral e escrito do CISAMVI, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
 - 6.1.2 amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;
 - 6.1.3 judicial, nos termos da legislação;
 - 6.1.4 em decorrência da prática de infração contratual facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa.
- 6.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.
- 6.3 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 6.4 Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por parte do CONTRATANTE e por motivo de interesse público, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à CONTRATADA da intenção de rescindir/resilir o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 8.1 Dá-se ao presente contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura e 22/04/2020, podendo ser prorrogado e aditado para acréscimos ou supressões na forma da Lei.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 9.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
- 9.2 O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, ressalvados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1 A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 9.2 A critério do CONTRATANTE os medicamentos poderão serão amostrados para fins de análise, a ser efetuada em laboratórios credenciados

pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

9.3 Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CONTRATANTE, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

9.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO

10.1 É competente o foro da Comarca de Blumenau/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato Administrativo.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau-SC, 12 de novembro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

Daniel Alberto Hornburg

Assessoria Jurídica - CISAMVI

Ricardo da Conceição

MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A

CONTRATO ADMINISTRATIVO 070/2019 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

Publicação Nº 2230336

Contrato administrativo nº 070/2019

Contrato de fornecimento de medicamentos que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI e S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau-SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, S & R DISTRIBUIDORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Regente Diogo Antônio Feijó, 451, Bairro São Cristóvão, CEP 89803-230, na cidade de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.315/0001-92, neste ato representada pelo Sr. Sérgio Jacir Portela, inscrito no CPF sob o nº 182.633.649-49, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, nas seguintes condições:

S & R DISTRIBUIDORA LTDA. – CNPJ 04.889.315/0001-92						
Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor unitário	Valor Total	
18	Permanganato de Potássio, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	MARIOL	5.800 CPR	R\$ 0,250	R\$ 1.450,000	

1.2 Os preços contratualizados são fixos e irrevogáveis, podendo ser revistos quando comprovadas as situações descritas no artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93.

1.3 No(s) valor(es) acima já encontram-se incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e etc.

1.4 Dá-se como valor global para o presente contrato a importância de R\$ 1.450,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

1.1 Durante o período de vigência deste Contrato Administrativo os municípios emitirão Autorizações de Fornecimento para entrega parcelada do objeto, isto é, os quantitativos indicados serão entregues de forma parcelada, sendo integralmente solicitados até 22/04/2020.

1.2 Para emissão das Autorizações de Fornecimento será utilizado Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, sendo que o login e a senha para acesso serão encaminhados para o endereço eletrônico constante dos documentos para habilitação em “Responsável pelos pedidos” dos Dados Cadastrais do Fornecedor.

1.3 Compete exclusivamente à CONTRATADA o acompanhamento do Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas para retirada das Autorizações de Fornecimento emitidas pelos municípios consorciados, lhe cabendo também requerer a atualização dos seus dados de acesso quando necessário.

1.4 Cabe à CONTRATADA efetuar a entrega dos itens solicitados em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a

solicitação foi autorizada – 2ª (segunda) data constante do rodapé da Autorização de Fornecimento, devendo acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis. Caso o fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

1.5 Cabe à contratada, ao realizar o faturamento dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, registrar o evento no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva em formato .pdf. A inserção da Nota Fiscal no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas pelo fornecedor é condição imprescindível para prosseguimento dos trâmites de liquidação e pagamento do objeto da Autorização de Fornecimento.

1.6 Notas Fiscais Eletrônicas devem ser emitidas em nome do CISAMVI e conter o mesmo número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - daquele fornecido durante a fase de habilitação. Deverão apresentar, nos campos adicionais/informações complementares, a expressão "Pregão Eletrônico nº 07/2019", o nome da Secretaria Municipal de Saúde/Município requisitante, o endereço do local de entrega, e nº da Autorização de Fornecimento correspondente, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

1.7 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado correrão por conta do fornecedor.

1.8 É de total responsabilidade da CONTRATADA manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues e realizar o transporte adequado dos medicamentos nos termos do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e seus anexos, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.9 O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório fabricante.

1.10 O recebimento dos produtos se dará pelo responsável indicado por cada Secretaria Municipal de Saúde nos locais especificados no ANEXO I – Termo de Referência do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, em dias úteis, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, sendo que entregas fora desse prazo serão recusadas/devolvidas.

1.11 No momento da entrega quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29/05/98, e nº 802 de 07/04/99), além do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

1.12 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

1.13 O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data da entrega do produto e de 80% (oitenta por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

1.14 O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor e os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

1.15 As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

1.16 Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colméias.

1.17 As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

1.18 Caso não cumpridas as demais exigências do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e anexos quanto ao armazenamento, transporte e apresentação dos produtos, a CONTRATADA será notificada para retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes do instrumento convocatório correspondente e seus anexos, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis.

1.19 Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.20 Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.21 Em caso de necessidade de recolhimento dos produtos, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas da CONTRATADA, e imediatamente substituído por equivalente, sob pena de aplicação de sanção.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

2.1 As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato Administrativo correrão à conta da Dotação Orçamentária: Órgão 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí; Unidade 003 – Manutenção Medicamentos; Função 010 – Saúde; Projeto 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos; Dotação 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas, do Orçamento do CONTRATANTE.

2.2 O CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data do recebimento definitivo, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pela CONTRATADA nos Dados Cadastrais do Fornecedor.

2.3 O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens indicados na Autorização de Fornecimento pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.), ficando ressalvado ao CISAMVI o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

2.4 Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante vencedor/fornecedor deverá manter durante todo o período de vigência do Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.5 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

2.6 O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo

CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Compete ao CISAMVI:

- 4.1.1 cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato Administrativo;
- 4.1.2 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 4.1.3 efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 É responsabilidade da CONTRATADA:

- 4.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital de Licitação correspondente e seus anexos, sua proposta e este Contrato Administrativo, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 4.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";
- 4.1.3 Apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;
- 4.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 4.1.5 Comunicar por escrito ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- 4.1.6 Manter durante todo o período de vigência deste Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.1.7 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;
- 4.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;
- 4.1.9 Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 4.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, online, disponibilizado pelo CONTRATANTE;
- 4.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;
- 4.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;
- 4.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 5.1.1 Advertência por escrito;
 - 5.1.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
 - 5.1.3 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulado pela CONTRATADA;
 - 5.1.4 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato Administrativo;
 - 5.1.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega, poderá ser rescindido o Contrato Administrativo;
 - 5.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>
- 5.2 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações da CONTRATADA:
- 5.2.1 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência do Edital de Licitação correspondente ou na Autorização de Fornecimento;
 - 5.2.2 Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas de execução;
 - 5.2.3 Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
 - 5.2.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

5.3 A multa moratória é inacumulável com as multas sancionatórias se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

5.4 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante no documento Dados Cadastrais do Fornecedor, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

5.5 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.

5.6 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

5.7 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI no máximo em até 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

5.8 O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 A rescisão do presente Contrato Administrativo poderá ser:

6.1.1 determinada por ato unilateral e escrito do CISAMVI, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

6.1.2 amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;

6.1.3 judicial, nos termos da legislação;

6.1.4 em decorrência da prática de infração contratual facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa.

6.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

6.3 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

6.4 Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por parte do CONTRATANTE e por motivo de interesse público, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à CONTRATADA da intenção de rescindir/resilir o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 Dá-se ao presente contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura e 22/04/2020, podendo ser prorrogado e aditado para acréscimos ou supressões na forma da Lei.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

9.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, ressalvados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9.2 A critério do CONTRATANTE os medicamentos poderão serão amostrados para fins de análise, a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

9.3 Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CONTRATANTE, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

9.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO

10.1 É competente o foro da Comarca de Blumenau/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato Administrativo.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau-SC, 12 de novembro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

Daniel Alberto Hornburg

Assessoria Jurídica - CISAMVI

Sérgio Jacir Portela

S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

CONTRATO ADMINISTRATIVO 071/2019 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Publicação Nº 2230338

Contrato administrativo nº 071/2019

Contrato de fornecimento de medicamentos que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI e S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau-SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Gentil Reinaldo Cordioli, 391, Bairro Jardim Eldorado, CEP 88133-500, na cidade de Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Gilson Luis Dal Mas, inscrito no CPF sob o nº 689.045.250-04, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, nas seguintes condições:

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – CNPJ 05.531.725/0001-20						
Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor unitário	Valor Total	
04	Diazepam, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	UNIÃO QUÍMICA	100.000 CPR	R\$ 0,083	R\$ 8.300,000	
10	Espironolactona, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	HIPOLABOR	500 CPR	R\$ 0,362	R\$ 181,000	
13	Isossorbida, Sal Dinitrato, 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	E.M.S.	53.000 CPR	R\$ 0,220	R\$ 11.660,000	

1.2 Os preços contratualizados são fixos e irrevogáveis, podendo ser revistos quando comprovadas as situações descritas no artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93.

1.3 No(s) valor(es) acima já encontram-se incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e etc.

1.4 Dá-se como valor global para o presente contrato a importância de R\$ 20.141,00 (vinte mil e cento e quarenta e um reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

1.1 Durante o período de vigência deste Contrato Administrativo os municípios emitirão Autorizações de Fornecimento para entrega parcelada do objeto, isto é, os quantitativos indicados serão entregues de forma parcelada, sendo integralmente solicitados até 22/04/2020.

1.2 Para emissão das Autorizações de Fornecimento será utilizado Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, sendo que o login e a senha para acesso serão encaminhados para o endereço eletrônico constante dos documentos para habilitação em “Responsável pelos pedidos” dos Dados Cadastrais do Fornecedor.

1.3 Compete exclusivamente à CONTRATADA o acompanhamento do Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas para retirada das Autorizações de Fornecimento emitidas pelos municípios consorciados, lhe cabendo também requerer a atualização dos seus dados de acesso quando necessário.

1.4 Cabe à CONTRATADA efetuar a entrega dos itens solicitados em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada – 2ª (segunda) data constante do rodapé da Autorização de Fornecimento, devendo acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis. Caso o fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

1.5 Cabe à contratada, ao realizar o faturamento dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, registrar o evento no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva em formato .pdf. A inserção da Nota Fiscal no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas pelo fornecedor é condição imprescindível para prosseguimento dos trâmites de liquidação e pagamento do objeto da Autorização de Fornecimento.

1.6 Notas Fiscais Eletrônicas devem ser emitidas em nome do CISAMVI e conter o mesmo número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - daquele fornecido durante a fase de habilitação. Deverão apresentar, nos campos adicionais/informações complementares, a expressão “Pregão Eletrônico nº 07/2019”, o nome da Secretaria Municipal de Saúde/Município requisitante, o endereço do local de entrega, e nº da Autorização de Fornecimento correspondente, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

1.7 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado correrão por conta do fornecedor.

1.8 É de total responsabilidade da CONTRATADA manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues e realizar o transporte adequado dos medicamentos nos termos do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e seus anexos, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.9 O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório fabricante.

1.10 O recebimento dos produtos se dará pelo responsável indicado por cada Secretaria Municipal de Saúde nos locais especificados no ANEXO I – Termo de Referência do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, em dias úteis, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, sendo que entregas fora desse prazo serão recusadas/devolvidas.

1.11 No momento da entrega quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29/05/98, e nº 802 de 07/04/99), além do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

1.12 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

1.13 O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data da entrega do produto e de 80% (oitenta por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

1.14 O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor e os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

1.15 As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

1.16 Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colméias.

1.17 As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

1.18 Caso não cumpridas as demais exigências do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e anexos quanto ao armazenamento, transporte e apresentação dos produtos, a CONTRATADA será notificada para retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes do instrumento convocatório correspondente e seus anexos, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis.

1.19 Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.20 Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.21 Em caso de necessidade de recolhimento dos produtos, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas da CONTRATADA, e imediatamente substituído por equivalente, sob pena de aplicação de sanção.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

2.1 As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato Administrativo correrão à conta da Dotação Orçamentária: Órgão 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí; Unidade 003 – Manutenção Medicamentos; Função 010 – Saúde; Projeto 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos; Dotação 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas, do Orçamento do CONTRATANTE.

2.2 O CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data do recebimento definitivo, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pela CONTRATADA nos Dados Cadastrais do Fornecedor.

2.3 O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens indicados na Autorização de Fornecimento pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.), ficando ressalvado ao CISAMVI o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

2.4 Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante vencedor/fornecedor deverá manter durante todo o período de vigência do Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.5 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

2.6 O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Compete ao CISAMVI:

4.1.1 cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato Administrativo;

4.1.2 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

4.1.3 efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 É responsabilidade da CONTRATADA:

4.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital de Licitação correspondente e seus anexos, sua proposta e este Contrato Administrativo, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

4.1.3 Apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

4.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

4.1.5 Comunicar por escrito ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

4.1.6 Manter durante todo o período de vigência deste Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.7 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

4.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

4.1.9 Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

4.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, online, disponibilizado pelo CONTRATANTE;

4.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;

4.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

4.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

5.1.1 Advertência por escrito;

5.1.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

5.1.3 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulado pela CONTRATADA;

5.1.4 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato Administrativo;

5.1.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega, poderá ser rescindido o Contrato Administrativo;

5.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

5.2 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações da CONTRATADA:

5.2.1 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência do Edital de Licitação correspondente ou na Autorização de Fornecimento;

5.2.2 Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas de execução;

5.2.3 Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

5.2.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

5.3 A multa moratória é inacumulável com as multas sancionatórias se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

5.4 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante no documento Dados Cadastrais do Fornecedor, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

5.5 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.

5.6 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

5.7 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI no máximo em até 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

5.8 O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 A rescisão do presente Contrato Administrativo poderá ser:

6.1.1 determinada por ato unilateral e escrito do CISAMVI, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

6.1.2 amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;

6.1.3 judicial, nos termos da legislação;

6.1.4 em decorrência da prática de infração contratual facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa.

6.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

6.3 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

6.4 Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por parte do CONTRATANTE e por motivo de interesse público, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à CONTRATADA da intenção de rescindir/resilir o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 Dá-se ao presente contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura e 22/04/2020, podendo ser prorrogado e aditado para acréscimos ou supressões na forma da Lei.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

9.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, ressalvados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9.2 A critério do CONTRATANTE os medicamentos poderão ser amostrados para fins de análise, a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

9.3 Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CONTRATANTE, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

9.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO

10.1 É competente o foro da Comarca de Blumenau/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato Administrativo.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau-SC, 12 de novembro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

Daniel Alberto Hornburg

Assessoria Jurídica - CISAMVI

Gilson Luis Dal Mas

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CONTRATO ADMINISTRATIVO 072/2019 - SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

Publicação Nº 2230341

Contrato administrativo nº 072/2019

Contrato de fornecimento de medicamentos que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI e SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau-SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Santos Dumont, 1355, Bairro Santo Antônio, CEP 892018-105, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.944.371/0001-04, neste ato representada pelo Sr. José Paulo Gesser, inscrito no CPF sob o nº 541.063.899-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, nas seguintes condições:

SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI – CNPJ 09.944.371/0001-04						
Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor unitário	Valor Total	
14	Isossorbida, Sal Dinitrato, 5 mg, comprimido sublingual, embalagem com no máximo 600 comprimidos	E.M.S.	31.600 CPR	R\$ 0,205	R\$ 6.478,000	

1.2 Os preços contratualizados são fixos e irrevogáveis, podendo ser revistos quando comprovadas as situações descritas no artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93.

1.3 No(s) valor(es) acima já encontram-se incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e etc.

1.4 Dá-se como valor global para o presente contrato a importância de R\$ 6.478,00 (seis mil e quatrocentos e setenta e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

1.1 Durante o período de vigência deste Contrato Administrativo os municípios emitirão Autorizações de Fornecimento para entrega parcelada do objeto, isto é, os quantitativos indicados serão entregues de forma parcelada, sendo integralmente solicitados até 22/04/2020.

1.2 Para emissão das Autorizações de Fornecimento será utilizado Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, sendo que o login e a senha para acesso serão encaminhados para o endereço eletrônico constante dos documentos para habilitação em “Responsável pelos pedidos” dos Dados Cadastrais do Fornecedor.

1.3 Compete exclusivamente à CONTRATADA o acompanhamento do Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas para retirada das Autorizações de Fornecimento emitidas pelos municípios consorciados, lhe cabendo também requerer a atualização dos seus dados de acesso quando necessário.

1.4 Cabe à CONTRATADA efetuar a entrega dos itens solicitados em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada – 2ª (segunda) data constante do rodapé da Autorização de Fornecimento, devendo acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis. Caso o fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

1.5 Cabe à contratada, ao realizar o faturamento dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, registrar o evento no Sistema

Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva em formato .pdf. A inserção da Nota Fiscal no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas pelo fornecedor é condição imprescindível para prosseguimento dos trâmites de liquidação e pagamento do objeto da Autorização de Fornecimento.

1.6 Notas Fiscais Eletrônicas devem ser emitidas em nome do CISAMVI e conter o mesmo número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - daquele fornecido durante a fase de habilitação. Deverão apresentar, nos campos adicionais/informações complementares, a expressão "Pregão Eletrônico nº 07/2019", o nome da Secretaria Municipal de Saúde/Município requisitante, o endereço do local de entrega, e nº da Autorização de Fornecimento correspondente, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

1.7 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado correrão por conta do fornecedor.

1.8 É de total responsabilidade da CONTRATADA manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues e realizar o transporte adequado dos medicamentos nos termos do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e seus anexos, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.9 O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório fabricante.

1.10 O recebimento dos produtos se dará pelo responsável indicado por cada Secretaria Municipal de Saúde nos locais especificados no ANEXO I – Termo de Referência do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, em dias úteis, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, sendo que entregas fora desse prazo serão recusadas/devolvidas.

1.11 No momento da entrega quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29/05/98, e nº 802 de 07/04/99), além do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

1.12 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

1.13 O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data da entrega do produto e de 80% (oitenta por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

1.14 O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor e os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

1.15 As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

1.16 Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colméias.

1.17 As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

1.18 Caso não cumpridas as demais exigências do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e anexos quanto ao armazenamento, transporte e apresentação dos produtos, a CONTRATADA será notificada para retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes do instrumento convocatório correspondente e seus anexos, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis.

1.19 Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.20 Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.21 Em caso de necessidade de recolhimento dos produtos, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas da CONTRATADA, e imediatamente substituído por equivalente, sob pena de aplicação de sanção.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

2.1 As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato Administrativo correrão à conta da Dotação Orçamentária: Órgão 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí; Unidade 003 – Manutenção Medicamentos; Função 010 – Saúde; Projeto 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos; Dotação 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas, do Orçamento do CONTRATANTE.

2.2 O CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data do recebimento definitivo, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pela CONTRATADA nos Dados Cadastrais do Fornecedor.

2.3 O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens indicados na Autorização de Fornecimento pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.), ficando ressalvado ao CISAMVI o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

2.4 Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante vencedor/fornecedor deverá manter durante todo o período de vigência do Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.5 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

2.6 O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Compete ao CISAMVI:

4.1.1 cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato Administrativo;

- 4.1.2 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 4.1.3 efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 É responsabilidade da CONTRATADA:

- 4.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital de Licitação correspondente e seus anexos, sua proposta e este Contrato Administrativo, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 4.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";
- 4.1.3 Apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;
- 4.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 4.1.5 Comunicar por escrito ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- 4.1.6 Manter durante todo o período de vigência deste Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.1.7 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;
- 4.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;
- 4.1.9 Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 4.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, online, disponibilizado pelo CONTRATANTE;
- 4.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;
- 4.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;
- 4.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 5.1.1 Advertência por escrito;
- 5.1.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- 5.1.3 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulado pela CONTRATADA;
- 5.1.4 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato Administrativo;
- 5.1.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega, poderá ser rescindido o Contrato Administrativo;
- 5.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>
- 5.2 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações da CONTRATADA:
 - 5.2.1 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência do Edital de Licitação correspondente ou na Autorização de Fornecimento;
 - 5.2.2 Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas de execução;
 - 5.2.3 Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
 - 5.2.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.
- 5.3 A multa moratória é inacumulável com as multas sancionatórias se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 5.4 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante no documento Dados Cadastrais do Fornecedor, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 5.5 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.
- 5.6 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.
- 5.7 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI no máximo em até 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.
- 5.8 O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 A rescisão do presente Contrato Administrativo poderá ser:

- 6.1.1 determinada por ato unilateral e escrito do CISAMVI, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
 - 6.1.2 amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;
 - 6.1.3 judicial, nos termos da legislação;
 - 6.1.4 em decorrência da prática de infração contratual facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa.
- 6.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.
- 6.3 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.
- 6.4 Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por parte do CONTRATANTE e por motivo de interesse público, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à CONTRATADA da intenção de rescindir/resilir o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 Dá-se ao presente contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura e 22/04/2020, podendo ser prorrogado e aditado para acréscimos ou supressões na forma da Lei.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 9.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
- 9.2 O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, ressalvados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1 A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 9.2 A critério do CONTRATANTE os medicamentos poderão ser amostrados para fins de análise, a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.
- 9.3 Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CONTRATANTE, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.
- 9.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

10.1 É competente o foro da Comarca de Blumenau/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato Administrativo.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau-SC, 12 de novembro de 2019.

Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI
Daniel Alberto Hornburg
Assessoria Jurídica - CISAMVI

José Paulo Gesser
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

CONTRATO ADMINISTRATIVO 073/2019 - VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

Publicação Nº 2230344

Contrato administrativo nº 073/2019

Contrato de fornecimento de medicamentos que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI e VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau-SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Vicente Setembrino Palottin, 455, Bairro Padre Ulrico, CEP 85604-446, na cidade de Francisco Beltrão/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 27.860.256/0001-25, neste ato representada pelo Sr. Gabriel Rizzo dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 112.856.419-06, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, nas seguintes condições:

VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – CNPJ 27.860.256/0001-25

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor unitário	Valor Total	
06	Diclofenaco, Sal Potássico, 50 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	CIMED	44.500 CPR	R\$ 0,117	R\$ 5.206,500	

1.2 Os preços contratualizados são fixos e irrevogáveis, podendo ser revistos quando comprovadas as situações descritas no artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93.

1.3 No(s) valor(es) acima já encontram-se incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e etc.

1.4 Dá-se como valor global para o presente contrato a importância de R\$ 5.206,50 (cinco mil e duzentos e seis reais e cinquenta centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

1.1 Durante o período de vigência deste Contrato Administrativo os municípios emitirão Autorizações de Fornecimento para entrega parcelada do objeto, isto é, os quantitativos indicados serão entregues de forma parcelada, sendo integralmente solicitados até 22/04/2020.

1.2 Para emissão das Autorizações de Fornecimento será utilizado Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, sendo que o login e a senha para acesso serão encaminhados para o endereço eletrônico constante dos documentos para habilitação em "Responsável pelos pedidos" dos Dados Cadastrais do Fornecedor.

1.3 Compete exclusivamente à CONTRATADA o acompanhamento do Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas para retirada das Autorizações de Fornecimento emitidas pelos municípios consorciados, lhe cabendo também requerer a atualização dos seus dados de acesso quando necessário.

1.4 Cabe à CONTRATADA efetuar a entrega dos itens solicitados em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada – 2ª (segunda) data constante do rodapé da Autorização de Fornecimento, devendo acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis. Caso o fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

1.5 Cabe à contratada, ao realizar o faturamento dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, registrar o evento no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva em formato .pdf. A inserção da Nota Fiscal no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas pelo fornecedor é condição imprescindível para prosseguimento dos trâmites de liquidação e pagamento do objeto da Autorização de Fornecimento.

1.6 Notas Fiscais Eletrônicas devem ser emitidas em nome do CISAMVI e conter o mesmo número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - daquele fornecido durante a fase de habilitação. Deverão apresentar, nos campos adicionais/informações complementares, a expressão "Pregão Eletrônico nº 07/2019", o nome da Secretaria Municipal de Saúde/Município requisitante, o endereço do local de entrega, e nº da Autorização de Fornecimento correspondente, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

1.7 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado correrão por conta do fornecedor.

1.8 É de total responsabilidade da CONTRATADA manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues e realizar o transporte adequado dos medicamentos nos termos do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e seus anexos, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.9 O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório fabricante.

1.10 O recebimento dos produtos se dará pelo responsável indicado por cada Secretaria Municipal de Saúde nos locais especificados no ANEXO I – Termo de Referência do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019, em dias úteis, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, sendo que entregas fora desse prazo serão recusadas/devolvidas.

1.11 No momento da entrega quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29/05/98, e nº 802 de 07/04/99), além do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

1.12 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

1.13 O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses a contar da data da entrega do produto e de 80% (oitenta por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

1.14 O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor e os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

1.15 As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

1.16 Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colméias.

1.17 As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

1.18 Caso não cumpridas as demais exigências do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 e anexos quanto ao armazenamento, transporte e apresentação dos produtos, a CONTRATADA será notificada para retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes do instrumento convocatório correspondente e seus anexos, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis.

1.19 Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.20 Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

1.21 Em caso de necessidade de recolhimento dos produtos, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas da CONTRATADA, e imediatamente substituído por equivalente, sob pena de aplicação de sanção.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

2.1 As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato Administrativo correrão à conta da Dotação Orçamentária: Órgão 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí; Unidade 003 – Manutenção Medicamentos; Função 010 – Saúde; Projeto 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos; Dotação 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas, do Orçamento do CONTRATANTE.

2.2 O CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data do recebimento definitivo, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pela CONTRATADA nos Dados Cadastrais do Fornecedor.

2.3 O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens indicados na Autorização de Fornecimento pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.), ficando ressalvado ao CISAMVI o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

2.4 Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante vencedor/fornecedor deverá manter durante todo o período de vigência do Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.5 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

2.6 O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Compete ao CISAMVI:

4.1.1 cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato Administrativo;

4.1.2 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

4.1.3 efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 É responsabilidade da CONTRATADA:

4.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital de Licitação correspondente e seus anexos, sua proposta e este Contrato Administrativo, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

4.1.3 Apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

4.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

4.1.5 Comunicar por escrito ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

4.1.6 Manter durante todo o período de vigência deste Contrato Administrativo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.7 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

4.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

4.1.9 Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

4.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, online, disponibilizado pelo CONTRATANTE;

4.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;

4.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

4.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

5.1.1 Advertência por escrito;

5.1.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

5.1.3 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulado pela CONTRATADA;

5.1.4 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato Administrativo;

5.1.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega, poderá ser rescindido o Contrato Administrativo;

5.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta_seam

5.2 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações da CONTRATADA:

5.2.1 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência do Edital de Licitação correspondente ou na Autorização de Fornecimento;

5.2.2 Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas de execução;

5.2.3 Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

5.2.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

5.3 A multa moratória é inacumulável com as multas sancionatórias se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

5.4 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante no documento Dados Cadastrais do Fornecedor, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

5.5 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.

5.6 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

5.7 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI no máximo em até 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

5.8 O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 A rescisão do presente Contrato Administrativo poderá ser:

6.1.1 determinada por ato unilateral e escrito do CISAMVI, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

6.1.2 amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;

6.1.3 judicial, nos termos da legislação;

6.1.4 em decorrência da prática de infração contratual facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa.

6.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

6.3 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

6.4 Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por parte do CONTRATANTE e por motivo de interesse público, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à CONTRATADA da intenção de rescindir/resilir o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 Dá-se ao presente contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura e 22/04/2020, podendo ser prorrogado e aditado para acréscimos ou supressões na forma da Lei.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

9.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, ressalvados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9.2 A critério do CONTRATANTE os medicamentos poderão serão amostrados para fins de análise, a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

9.3 Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CONTRATANTE, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

9.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 07/2019 ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO

10.1 É competente o foro da Comarca de Blumenau/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato Administrativo.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau-SC, 12 de novembro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

Daniel Alberto Hornburg

Assessoria Jurídica - CISAMVI

Gabriel Rizzo dos Santos

VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - HOSPITAL DE OLHOS FREITAG

Publicação Nº 2230203

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 03.264.088/0001-47, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 1.409.947,20 (um milhão e quatrocentos e nove mil e novecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI.

Blumenau/SC, 12 de novembro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - HOSPITAL DE OLHOS FREITAG

Publicação Nº 2230204

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 03.264.088/0001-47, para prestação dos serviços médicos de procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 12 de novembro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

CISAM

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 29/2019

Publicação Nº 2229693

RESOLUÇÃO Nº 29/2019

“Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica.”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de adequações orçamentárias, face às demandas operacionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º - Abrir, no orçamento do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 46.638,00 (quarenta e seis mil seiscentos e trinta e oito reais), para reforço das dotações orçamentárias a

seguir especificadas, pertencentes ao Projeto/Atividade 1.002 – Construção e Adequação do Consórcio:

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	FTE	DR	R\$
4.4.90.00.00.00.00.00	Obras e Instalações/ Equipamentos e Material Permanente	0300	00	46.638,00
	TOTAL			46.638,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, o Superávit Financeiro apurado no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, no valor de R\$ 46.638,00 (quarenta e seis mil seiscentos e trinta e oito reais), conforme quadro a seguir:

I – Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	R\$
Superávit Financeiro	0300	46.638,00
TOTAL		46.638,00

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e orçamentários a partir da data de sua assinatura.

Capinzal/SC, 05 de Novembro de 2019.

Nilvo Dorini

Presidente CISAM Meio Oeste

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 30/2019

Publicação Nº 2229694

RESOLUÇÃO Nº 30/2019

“Torna público as alterações e consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste.”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância às deliberações da Assembleia Geral realizada no dia 07 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público as alterações do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária, conforme inteiro teor, anexo desta Resolução.

Art. 2º - Quando ratificado pela Câmara de Vereadores de no mínimo 03 (três) municípios integrantes do Consórcio, o Protocolo de Intenções será automaticamente convolado em Contrato de Consórcio Público.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 07 de novembro de 2019.

NILVO DORINI

Presidente do CISAM Meio Oeste

CISAMREC

ATA DA REUNIÃO DA CIR EM 14.11.2019

Publicação Nº 2229602

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO CISAMREC REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE

Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, reuniram-se, as 13 horas e 30 minutos, na sala dos municípios na UNESC, conforme convocação em reunião conjunta com a Comissão de Intergestores Regionais - CIR, nos termos do Art. 23 do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC, os membros representantes do Conselho de Saúde: Sinara M. Crippa Milanez – Secretária Municipal de Saúde de Cocal do Sul, Ingrid Zanelatto representando a Secretaria Municipal de Saúde de Urussanga, Jean Willian Teixeira Nascimento – Secretário Municipal de Saúde de Balneário Rincão, Acélio Casagrande – Secretário Municipal de Saúde de Criciúma, Fabrício Ferreira – Secretário Municipal de Saúde de Forquilha, Gláucia Cesa Périco – coordenadora da CIR e Secretária Municipal de Saúde de Siderópolis, Jaqueline dos Santos – Secretária Municipal de Saúde de Içara, Fernando De Fáveri – Secretário Municipal de Saúde de Orleans, Maristela R. V. Cunico – Secretária de Saúde de Nova Veneza, Maria de Lurdes Spricigo Fréccia representando a Secretaria Municipal de Saúde de Treviso, Roque Salvan – Diretor Executivo do CISAMREC e demais pessoas conforme lista de presença. Aberta a reunião, esta foi conduzida pela Sra. Gláucia, coordenadora da CIR que, cumprimentando a todos, deu continuidade à reunião discorreu sobre os assuntos a serem deliberados, conforme pauta e ordem do dia, colocou em discussão: Primeira ordem: inclusão na tabela de Consultas e

Procedimentos Especializados nº. 002/CISAMREC/2018, dos procedimentos: a) CÓDIGO 0301049044 - ATENDIMENTO INDIVIDUAL FISIOTERAPÊUTICO (por sessão) pelo valor R\$22,50 conforme orçamentos; b) CÓDIGO 0409069046 - CAUTERIZAÇÃO DE COLO UTERINO pelo valor de R\$ 400,00 conforme orçamentos. Após comentários dos secretários de saúde presentes, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade a inclusão dos referidos procedimentos na tabela de Consultas e Procedimentos Especializados nº. 002/CISAMREC/2018. A Sra. Gláucia informou que, por tratar-se o Conselho de Saúde do Cisamrec um órgão consultivo, o assunto será levado para próxima Assembleia Geral Extraordinária, para que os membros, Srs. Prefeitos, deliberem sobre a inclusão dos mesmos. Em ato contínuo, Roque Salvan discorreu sobre os assuntos: a) oferta pelo profissional médico Dr. Sérgio Koloszwia de consulta médica especializada em fisioterapia pelo valor de R\$65,00, oferta de consulta médica especializada em acupuntura pelo valor de R\$65,00 e oferta de sessões de acupuntura com inserção de agulhas pelo valor de R\$50,00; b) sugestão de licitação para o fornecimento de óculos de grau incluindo-se a armação, c) oferta de aplicação intra-vítrea (não inclusa a medicação) pelo valor de R\$300,00. Após discussão dos secretários de saúde presentes, foi colocado em votação os itens a, b e c, sendo reprovados por unanimidade. Roque Salvan informa aos secretários municipais de saúde presentes que os procedimentos: 0207019157 – RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COM SEDAÇÃO com valor de R\$ 1.218,75 e 0301070113 TERAPIA FONOAUDIOLÓGICA INDIVIDUAL (por sessão) pelo valor de R\$ 45,00, estão suspensos, temporariamente, por falta de prestadores. Nada mais a discutir, Sra. Gláucia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, e eu, Roque Salvan, a lavrei, e os abaixo identificados ratificaram.

Sinara M. Crippa Milanez

Ingrid Zanelatto

Jean Willian Teixeira Nascimento

Acélio Casagrande

Fabício Ferreira

Gláucia Cesa Périco

Jaqueline dos Santos

Fernando De Fáveri

Roque Salvan

Maristela R.V. Cunico

Maria de Lurdes Spricigo Fréccia

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO CISAMREC EM 19.09.2019

Publicação Nº 2229598

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO CISAMREC DE 19/09/2019.

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, reuniram-se, as 13:30h, no plenarinho da AMREC, nos termos do Art. 23 do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC, os membros representantes do Conselho de Saúde do CISAMREC: Sinara M. Crippa Milanez, Carla Zabot Dias, Maristela R. S. Cúnico, Robson Francisconi, Fabício Ferreira, Gláucia Cesa Périco, Jaqueline dos Santos, Luana D. Mattei de Oliveira, estes secretários de saúde dos respectivos municípios; Maria de Lurdes Spricigo Freccia, representando o Município de Treviso; Lucimara Nunes Ferreira, representando o Município de Criciúma; Roque Salvan, Diretor Executivo Cisamrec, Gidião Barros Assessor Jurídico Cisamrec, e demais pessoas registradas na lista de presença, tendo como pauta: 1) Prestação de Contas; 2) BPA-I – Resolução CIR 015/2019; 3) Capacitação Educação Permanente (Encaminhamento CIR 01/08/2019); 4) Tabela de Ortodontia (Resolução CIR 015/2019); 5) Inclusão de novos procedimentos na Tabela 002/CISAMREC/2018; 6) Sistema Informatizado Integrado do CISAMREC e; 6) Assuntos Gerais. A Reunião foi aberta pelo Sr. Roque que, cumprimentando a todos, passou a discorrer sobre os assuntos em pauta. 1.1) Sr. Roque apresentou um slide com o levantamento de dados e estatísticas das atividades realizadas no período de 2017 a agosto de 2019, demonstrando a evolução do quantitativo de procedimentos especializados realizados pelos municípios consorciados, onde em 2017 foram realizado 719 procedimentos/mês e, atualmente, já atingiu mais de 7.000 procedimentos/mês, com a perspectiva de atingir até o final do ano corrente a marca de 10.000 procedimentos realizados mensalmente pelo consórcio, na região carbonífera. Enfatizou que em 2017 havia 80 prestadores e hoje contamos com 159 prestadores (evolução de 98,75%), que em 2017 havia 330 profissionais disponíveis e hoje 588 (evolução de 78,18%) e, em 2017 havia 02 laboratórios credenciados e hoje 17 (evolução de 750%) ; Apresentou, também, os implementos de serviços realizados, tais como, a compra compartilhada de tiras de glicemia, lancetas e seringas; de fraldas; de materiais médico-hospitalares; da contratação de empresas para os serviços de saúde ocupacional e segurança do trabalho, SVO, sendo que todos estes serviços realizados pelo CISAMREC representaram economia para os municípios de 55% a 67%, comparando com os serviços que eram realizados individualmente pelos municípios, caracterizando, desta forma, a viabilidade da instituição. 2.1) Sr. Roque informou que, a produção de consultas e procedimentos especializados serão lançados no município sede, através do BPA-I (Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado) e SIA/SUS (Sistema de Informação Ambulatorial), conforme autorizado pelo Secretário de Saúde de Criciúma, Sr. Acélio Casagrande, em reunião da CIR, que resultou na Resolução CIR 015/2019, e isso possibilitará o registro da série histórica, levando-se em consideração a Deliberação CIB 290/2018, e que, futuramente, resultará em encontro de contas com o Estado e, consequentemente, em alocação de recursos deste para o custeio dos serviços de média complexidade, reduzindo o desembolso que os municípios estão arcando.

Para que estes lançamentos sejam viabilizados, foi realizado o cadastramento dos prestadores e serviços no CNES, ajustado o sistema CELK para transmissão dos dados para o município sede e, posteriormente, será feito os lançamentos testes, para verificar as inconsistência. Está sendo verificado a possibilidade de fazer os lançamentos retroativos do ano de 2018 até agosto de 2019, acreditando não ser possível, tendo em vista a sua complexidade, uma vez que os lançamentos são realizados mês a mês e da mesma forma transmitido, onde ocorrer muito erros de cadastramentos e, consequentemente inconsistências no CNES, bem como será necessário reabrir todos os meses do município sede, o de dificulta muito esta retroatividade. Informou que, através da câmara técnica dos consórcio de saúde da FECAM, o qual o CISAMREC faz parte, foi pleiteado ao Ministério da Saúde, através da Rede Nacional de Consórcios de Saúde, a alteração na plataforma do CNES, para que os lançamentos das produções sejam realizadas em cada município. 3.1) Quanto as capacitações, está sendo realizado um levantamento das necessidades dos municípios para as questões de cursos e capacitações permanente, bem como o custo para a sua realização, a forma em que será licitado e outros detalhes de acordo com a capacidade e necessidades de cada município, ficando postergado para quando for concretizado estes levantamentos; 4.1) No que tange a tabela de procedimentos especializados de ortodontia preventiva, Sr. Roque apresentou a tabela dos procedimentos, as nomenclaturas e código, bem como dos valores levantados juntos as empresas, onde a maioria dos procedimentos ficaram abaixo da tabela SIGTAP. Colocada em discussão resolveram os presentes, por unanimidade, discutir o assunto em reunião posterior, para uma melhor análise. 5.1) Quanto aos lançamentos de novos procedimentos na Tabela de Consultas e Procedimentos Especializados nº. 002/CISAMREC/2018, que trata-se dos procedimento especializados de Timpanotomia e Punção de Cisto Renal Guiada por Ultrassonografia, conforme deliberado na Resolução CIR 019/2019, bem como o procedimento de Tratamento de Feridas, após análise dos secretários presentes, ficou decidido, por unanimidade, quanto aos dois primeiros procedimentos, a NÃO INCLUSÃO na referida tabela e, com relação ao Tratamento de Feridas, os secretários farão uma análise quanto a real necessidade de incorporação deste procedimento. 6.1) Sr. Roque informou aos presentes, que as contas bancárias do CISAMREC, foram transferidas da Caixa Econômica Federal para o Banco do Brasil, tendo em vista a isenções de tarifas, bem como a disponibilidade de sistemas para o uso do pregão eletrônico, onde, em conversas com CEF, esta não concedeu as isenções das tarifas, bem como cobraria pela disponibilidade de sistema para pregão eletrônico, motivo qual as contas foram transferidas, pois representa vantagem e economia para o CISAMREC; 6.2) Informou que alguns municípios deixam para fazer seus pedidos de medicamentos quanto já não possuem mais em seus estoque e isso pode causar problemas para o município tendo em vista a logística para a emissão de Ordens de Compra e o lapso temporal entre o pedido feito pelos municípios e o recebimento pelo CISAREMC, podendo variar entre 10 a 30 dias. Solicitou que os secretários orientem os farmacêuticos quanto a estes procedimentos, apesar que estas informações são reiteradamente repassadas nas câmaras técnicas dos farmacêuticos; 6.3) Por fim, conforme indagado por alguns secretários, quanto a possibilidade do CISAMREC fazer a entrega dos medicamentos nos municípios. Sr. Roque informou que irá verificar a possibilidade de fazer um levantamento da viabilidade da logística e custo para a execução deste serviço, antecipando que isso resultará no aumento de valores do contrato de rateio e reflexo do percentual com o gasto com a folha de pagamento de cada município. Nada mais a discutir, Sr. Roque agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião e, eu, Gidião Barros, nomeado secretário Ad Hoc, a lavrei, e os abaixo identificados ratificaram.

Sinara M. Crippa Milanez_____

Carla Zabot Dias_____

Robson Francisconi_____

Fabrcio Ferreira_____

Gláucia Cesa Périco_____

Jaqueline dos Santos_____

Luana D. Mattei de Oliveira_____

Maristela R. S. Cúnico_____

Lucimara Nunes Ferreira_____

Maria de Lurdes Sprícigo Freccia_____

Roque Salvan_____

Gidião Barros_____

CONVOCAÇÃO E PAUTA DA A.G.O. DIA 28.11.2019 - ORÇAMENTO 2020

Publicação Nº 2229690

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CISAMREC

Hélio Roberto Cesa, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 19, IX do Estatuto do CISAMREC, convoca todos os membros do CISAMREC, conforme disposto no art. 13, caput e §1º do Estatuto, para Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá conforme data, local, horário e pauta abaixo:

Data: 28 / 11 / 2019 – quinta-feira.

Local: Plenarinho da AMREC
Horário: 14:00h.

Pauta:

- 01) Apresentação e deliberação do orçamento CISAMREC de 2019:
- Credenciamentos;
- Insumos;
- SVO;
- Manutenção do CISAMREC.
02) Deliberação da mensalidade do contrato de rateio de 2019;
03) Deliberação para Inclusão de 02 (dois) novos procedimentos na Tabela nº002/CISAMREC de Consultas e Procedimentos Especializados, já aprovados pelo Conselho de Saúde do CISAMREC em reunião do dia 14/11/2019;
04) Assuntos gerais

Criciúma SC, 18 de novembro de 2019.
HÉLIO ROBERTO CESA
Presidente

PROCESSO ADM. 049.CISAMREC.2019 - CONVOCA A EMPRESA CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA PARA ASSUMIR O ITEM NORTRIPTILINA 25MG CPR

Publicação Nº 2230820

Processo Administrativo nº. 049/ADM/CISAMREC/2019
Pregão Presencial nº. 082/CISAMREC/2018
ARP nº. 019/CISAMREC/2018

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins, a remessa nesta data para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do Processo Administrativo supra, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "nos termos dos autos do processo supra, defiro o cancelamento do medicamento, item 457 - NORTRIPTILINA 25MG CPR, registrado na ARP nº. 019/CISAMREC/2018 do PP nº. 082/CISAMREC/2018, conforme solicitado pela empresa requerente, MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., e, conseqüentemente, convoco a empresa CENTERMEDI Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., para assumir o fornecimento do remanescente do produto licitado, da Marca EUROFARMA, ao preço unitário de R\$ 0,335, com a devida adjudicação na ARP supra, por tratar-se de medicamento imprescindível aos tratamentos clínicos continuados dos usuários do SUS e, conseqüentemente, para atendimento aos municípios consorciados, caracterizando o interesse público". Criciúma SC, 18 de novembro de 2019.

ROQUE SALVAN
Autoridade Competente

CIMGEPA

ATA 002/2019 CIMGEPA

Publicação Nº 2230301

ATA DA 002 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA:

Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e dezenove (09/08/2019), às 16 horas, nas instalações do Centro de Eventos Prof. Iria Angeloni Carlessi (Rua Raul Manfredini, 900 - Cidade Alta, Turvo - SC, 88930-000), reuniram-se os Senhores prefeito de Ermo, Aldoir Cadorin; prefeito de Jacinto Machado, João Batista Mezzari; prefeito de Maracajá, Arlindo Rocha; prefeito de Meleiro, Eder Mattos; prefeito de Praia Grande Henrique Matos Maciel; prefeito de São João do Sul, Moacir Francisco Teixeira; prefeito de Turvo, Tiago Zilli – e para secretariar o Sr. Tiago Zilli, para Assembleia Geral Ordinária do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata anterior; 2) Apresentação, Discussão e Aprovação do Orçamento para 2019; 3) Assuntos Diversos. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Arlindo Rocha, solicitou a leitura da ata anterior junto os demais prefeitos associados ao CIMGEPA, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. Prosseguindo no item 2) da Ordem do Dia, Apresentação, Discussão e Aprovação do Orçamento para o Exercício de 2019, o Presidente do CIMGEPA solicitou a apresentação da Previsão Orçamentária para o Exercício de 2019, passando a palavra ao Sr. Alexsander dos Santos, contador da AMESC, a qual apresentou a proposta orçamentária inicial do CIMGEPA para o exercício de 2019, a qual após alguns ajuste dos saldos iniciais que se totalizaram no valor final de R\$ 2.426.100,00 (Dois Milhões Quatrocentos e Vinte e Seis Mil e Cem Reais). Sendo previsto para despesas correntes (3190) a quantia de R\$ 483,00 (Quatrocentos e Oitenta e Três Reais) com fonte de Recursos Próprio; Outras despesas correntes (3390) R\$ 15.407,70 (Quinze Mil Quatrocentos e Sete Reais Setenta Centavos) com fonte de Recursos Próprio despesas de capital (4490) a quantia de R\$ 100,00 (Cem Reais) com fonte de Recursos Próprio e Reserva de contingência no valor

de R\$ 109,30 (Cem e Nove Reais e Trinta Centavos) com fonte de Recursos Próprio. Totalizando Uma previsão de R\$ 16.100,00 (Dezesseis Mil e Cem Reais) subsidia com recursos próprio e Sendo previsto para despesas correntes (3391) na quantia de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) com fonte de Transferência Estadual e (3390) a quantia de R\$ 2.338.000,00 (Dois Milhões Trezentos e Trinta e Oito Mil Reais) com fonte de Transferência Estadual e (4490) a quantia de R\$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais) com fonte de Transferência Estadual. Totalizando neste ato uma previsão de R\$ 2.410.000,00 (Dois Milhões Quatrocentos e Dez Mil Reais) Retomando a palavra o Presidente do CIMGEPA, colocou a previsão orçamentária para o Exercício de 2019 em discussão e votação dos Senhores Prefeitos a qual foi aprovado por unanimidade, dando assim, por continuidade com a reunião foi apresentado com forma de rateio dos Municípios associados na seguinte formula; sobre a base de cálculo fixa de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais) aplica-se o percentual correspondente, do resultado da malha viária estadual de cada participante em confronto com a soma de todas quilometragem da malha viária Estadual dos referidos participantes do consorcio. Sendo que será calculado ao fim do referido processo de liberação dos recursos o percentual de utilização dos referido saldos, sendo assim, deverá ser igual ao percentual da referida contribuição. Podendo haver ao termino deste processo a compensação ou mesmo incremento para com dos valores do rateio de cada participante associado. Calculo este que foi aprovado por unanimidade. Comunicou que os valores resultantes dos rateios serão repassados a cada município para que sejam consignados em seus respectivos orçamentos do exercício de 2019 para previsão orçamentária de repasse dos recursos ao CIMGEPA a título de fundo de caixa e que será repassado a qualquer tempo para suprir as eventuais despesas do consorcio. Na sequência da ordem do dia, no item 3) Assuntos Diversos; O Senhor Presidente, Prefeito Arlindo Rocha, informou com base na Proposta Orçamentária aprovada na assembleia, será fixa a LDO e LOA de 2019 dado as Metas e Diretrizes Orçamentárias, indicando neste momento como comissão de licitação oficial para com o consorcio a mesma comissão do Município de Maracá bem como indicação do contador do município para o referido cargo de contador do consorcio por meio de cedência. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CIMGEPA agradeceu a presença dos Prefeitos, finalizando a Assembleia, da qual eu, Tiago Zilli, secretária "ad-hoc", lavei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

RESOLUÇÃO Nº 001-2019 CIMGEPA

Publicação Nº 2230374

RESOLUÇÃO Nº 001/2019

"Dispõe sobre as Metas e Diretrizes Orçamentárias do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA, para o exercício de 2019, e dá outras providências."

O Presidente do CIMGEPA, no uso de suas atribuições e considerando a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA, de 10 de agosto de 2019, que APROVOU as Metas e Diretrizes Orçamentárias PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada as metas do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA, para o exercício de 2019, com valor previsto em R\$ 2.426.100,00 (Dois Milhões Quatrocentos e Vinte e Seis Mil e Cem Reais), conforme detalhamento a seguir:

METAS E DIRETRIZES DO EXERCÍCIO 2019					
PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO CIMGEPA					
ÓRGÃO: 01 – CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA					
UNIDADE: 01 – CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA					
PROGRAMA 01 – Manutenção e Infraestrutura.					
DIRETRIZ : Manutenção e Infraestrutura das Vias Estaduais.					
OBJETIVOS: Desenvolvimento das Atividades na Área da Infraestrutura.					
1 PROJETO/ 2 ATIVIDADE	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.001 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL DO CIMGEPA	Consórcio Público	Unidade	01	R\$ 13.614,16	R. Municipal
2.002 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL DE LICITAÇÕES.	Consórcio Público	Unidade	01	R\$ 821,10	R. Municipal
2.003 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL DE SERVIÇOS.	Consórcio Público	Unidade	01	R\$ 740,60	R. Municipal
2.004 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Consórcio Público	Unidade	01	R\$ 734,34 R\$ 2.410.000,00	R. Municipal R. Estadual
2.005 - CONTRIBUIÇÃO AO PIS/PASEP.	Consórcio Público	Unidade	01	R\$ 80,50	R. Municipal
9.001 - RESERVA DE CONTINGENCIA.	Consórcio Público	Unidade	01	R\$ 109,50	R. Municipal

Art. 2º - O Presidente do Consórcio durante a elaboração e execução do orçamento de 2019 poderá alterar as metas definidas nesta Resolução, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo projeto ou atividades e seus quantitativos a fim de compatibilizar as despesas orçadas com as receitas estimadas e/ou arrecadadas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades do consórcio, conforme disposto no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 3º - O Orçamento do CIMGEPA, para o exercício de 2019, evidenciará as receitas pela classificação econômica, pela fonte, pela rubrica, pela alínea e finalmente pela subalínea; e as despesas poderão ter a seguinte classificação:

- I - Órgão;
- II - Unidade orçamentária;
- III - função;
- IV - Subfunção;
- V - Programa;
- VI - Projeto, atividade ou operação especial;
- VII - Categoria econômica;
- VIII - Grupo de despesa;
- IX - Modalidade de aplicação; e
- X - Fonte de recurso.

§ 1º A Proposta Orçamentária para o exercício de 2019 evidenciará as receitas e despesas na forma dos seguintes anexos:

I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;

II - Resumo geral da despesa;

III - Demonstrativo da evolução da receita, por fontes, conforme disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 4º - O Orçamento para o exercício de 2019 contemplará recursos para a reserva de contingência, até o limite de cinco por cento da receita corrente líquida prevista, destinados a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, dentre outros imprevistos e imprevisíveis.

Art. 5º - Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar n.101, de 2000, serão consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação nova, cujo impacto orçamentário financeiro no exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, ou suas alterações, devidamente atualizada.

Art. 6º - A Lei Orçamentária para o exercício de 2019 contemplará autorizações para abertura de créditos adicionais. Os recursos oriundos de convênios, contratos ou vinculados a qualquer título não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, por ato do Presidente do Consórcio.

§1º A inclusão e/ou alteração da estrutura da categoria econômica em especial, do elemento de despesa e da fonte de recurso nos respectivos projetos e atividades será feita por ato do Presidente do consórcio, alterando o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD), aprovado por resolução.

§ 2º A Resolução que aprova o Orçamento para o exercício de 2019 conterá autorização para que o Presidente do Consórcio possa remanejar dotações orçamentárias.

Art. 7º - O Presidente do Consórcio está autorizado a assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com os governos, federal e estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta e com a iniciativa privada, para realização de obras ou serviços de competência do Consórcio.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Araranguá (SC), 12 de agosto de 2019.

Arlindo Rocha

Presidente CIMGEPA

RESOLUÇÃO Nº 002-2019 CIMGEPA

Publicação Nº 2230390

RESOLUÇÃO Nº 002/2019

“Dispõe sobre o Orçamento do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA, para o exercício de 2019, e dá outras providências. ”

O Presidente do CIMGEPA, no uso de suas atribuições e considerando a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA, de 10 de Agosto de 2019, que APROVOU as DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Próprio do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA, para o exercício de 2019, com Receita estimada em R\$ 2.426.100,00 (Dois Milhões Quatrocentos e Vinte e Seis Mil e Cem Reais), detalhada a seguir, a qual será arrecadada de acordo com a legislação vigente, obedecendo a seguinte classificação por Categoria Econômica:

Rubricas	Descrição	Previsão R\$
10000000000000	Receitas Correntes	2.354.000,00
13000000000000	Receita Patrimonial	11.000,00
13210011800100	Remuneração de Depósitos Bancários – ORDINÁRIOS	1.000,00
13210011640100	Remuneração de Depósitos Bancários - VINCULADOS ESTADUAIS	10.000,00
17000000000000	Transferências Correntes	2.343.000,00
17281091010000	Projetos (Convênios Estadual) – Principal	2.328.000,00
17380211010000	Contrato de Rateio – Município	15.000,00

20000000000000	Receitas de Capital	72.100,00
24200000000000	Transferências dos Estados	72.000,00
24280111010000	Transferências dos Estados e Distrito Federal a Consórcios Públicos – Principal	72.000,00
24300000000000	Transferências dos Municípios	100,00
24380111010000	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos – Principal	100,00
RECEITAS		2.426.100,00

Art. 2º - A Despesa é fixada em R\$ 2.426.100,00 (Dois Milhões Quatrocentos e Vinte e Seis Mil e Cem Reais), conforme discriminado abaixo e será realizada de acordo com as especificações constantes dos desdobramentos e demonstrativos a seguir:

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO – PORT. 42/99	
ESPECIFICAÇÃO	FIXADA
UNIDADES GESTORAS : CIMGEPA	2019
04. ADMINISTRAÇÃO	R\$ 15.910,00
26 – TRANSPORTE	R\$ 2.410.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 80,50
99 – RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 109,50

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SUBFUNÇÃO – PORT. 42/99	
ESPECIFICAÇÃO	FIXADA
UNIDADES GESTORAS : CIMGEPA	2019
FUNÇÃO 04. ADMINISTRAÇÃO	
122 – Administração Geral	R\$ 15.910,00

FUNÇÃO 26. TRANSPORTE	
782 – Transporte Rodoviário	R\$ 2.410.000,00

FUNÇÃO 28. ENCARGOS ESPECIAIS	
846 – Outros Encargos Especiais	R\$ 80,50

FUNÇÃO 99. RESERVA DE CONTINGENCIA	
999 – Reserva de Contingencia	R\$ 109,50

01 - Por Projeto e Atividade:

2.001 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL DO CIMGEPA	R\$ 13.614,16
---	---------------

- Destinam às despesas de manutenção do Consorcio, controladoria geral do Município e suas assessorias.

Classificação Segundo Natureza e sua Fonte:

Classificação	Fonte TCE/SC	DESPESAS CORRENTES	
3190000000000000	00	Pessoal e Encargos Sociais	161,00
3390000000000000	00	Outras Despesas Correntes	13.395,20
Classificação	Fonte TCE/SC	DESPESAS DE CAPITAL	
4490000000000000	00	Investimentos	57,96

02 - Por Projeto e Atividade:

2.002 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL DE LICITAÇÕES..	R\$ 821,10
--	------------

- Destinam as despesas com a manutenção dos serviços e eventos no processo de elaboração e fiscalização.

Classificação Segundo Natureza e sua Fonte:

Classificação	Fonte TCE/SC	DESPESAS CORRENTES	
3390000000000000	00	Outras Despesas Correntes	805,00
Classificação	Fonte TCE/SC	DESPESAS DE CAPITAL	
4490000000000000	00	Investimentos	16,10

03 - Por Projeto e Atividade:

2.003 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL DE SERVIÇOS.	740,60
---	--------

- Destinam as despesas com a manutenção dos serviços técnicos especializado para com administração do consorcio.

Classificação Segundo Natureza e sua Fonte:

Classificação	Fonte TCE/SC	DESPESAS CORRENTES	
3190000000000000	00	Pessoal e Encargos Sociais	161,00
3390000000000000	00	Outras Despesas Correntes	563,50

Classificação	Fonte TCE/SC	DESPESAS DE CAPITAL	16,10
449000000000000000	00	Investimentos	16,10

04 - Por Projeto e Atividade:

2.004 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2.410.734,34
----------------------------------	--------------

• Destinam à implantação bem como os serviços técnicos para com o sistema de esgoto, manutenção dos serviços de trânsito, construção e remodelação de praças, pavimentação de ruas, pavimentação de passeios, manutenção dos serviços urbanos, serviços de coleta e destinação final do lixo, manutenção e melhoria do sistema de iluminação pública, construção de rede pluvial e esgoto, manutenção das estradas vicinais, construção de pontes e bueiros e aquisição de equipamentos rodoviários.

Classificação Segundo Natureza e sua Fonte:

Classificação	Fonte TCE/SC	DESPESAS CORRENTES	2.338.724,50
319000000000000000	00	Pessoal e Encargos Sociais	161,00
319000000000000000	64	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00
339000000000000000	00	Outras Despesas Correntes	563,50
339000000000000000	64	Outras Despesas Correntes	2.330.000,00
Classificação	Fonte TCE/SC	DESPESAS DE CAPITAL	72.009,84
449000000000000000	00	Investimentos	9,84
449000000000000000	64	Investimentos	72.000,00

05 - Por Projeto e Atividade:

2.005 - CONTRIBUIÇÃO AO PIS/PASEP	80,50
-----------------------------------	-------

• Destinam as despesas com os Impostos Federais inerente a atividades do Consorcio.

Classificação Segundo Natureza e sua Fonte:

Classificação	Fonte TCE/SC	DESPESAS CORRENTES	80,50
339000000000000000	00	Outras Despesas Correntes	80,50

06 - Por Projeto e Atividade:

9.001 - RESERVA DE CONTINGENCIA.	109,50
----------------------------------	--------

• Destinam ao atendimento dos riscos fiscais.

Classificação Segundo Natureza e sua Fonte:

Classificação	Fonte TCE/SC	DESPESAS CORRENTES	109,50
999000000000000000	00	Outras Despesas Correntes	109,50

Art. 3º. Fica autorizado, conforme aprovado em assembleia, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Resolução, até o limite de 90% (Noventa por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - O produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 4º. Fica autorizado, conforme aprovado em assembleia a abertura de créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Resolução.

Parágrafo único. Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 5º. Fica autorizado, conforme aprovado em assembleia, a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Resolução, nos limites estabelecidos no artigo 3 desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a função, a subfunção, o programa, projeto/atividade.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Araranguá (SC), 12 de agosto de 2019.

Arlindo Rocha

Presidente CIMGEPA

RESOLUÇÃO Nº 003-2019 CIMGEPA

Publicação Nº 2230395

RESOLUÇÃO Nº 003/2019

“Dispõe sobre o contrato de Rateio do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA, para o exercício de 2019, e dá outras providências. ”

O Presidente do CIMGEPA, no uso de suas atribuições e considerando a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA, de 10 de Agosto de 2019, mediante aprovação por unanimidade de seus participantes, APROVOU as Relação de rateio Inicial DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Rateio nas seguintes proporção sobre o Valor Fixado de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais):

Participante	Percentual	Valor
ARARANGUÁ	9,00%	1.350,00
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	2,00%	300,00
ERMO	9,00%	1.350,00
JACINTO MACHADO	11,00%	1.650,00
MARACAJÁ	3,00%	450,00
MELEIRO	20,00%	3.000,00
PASSO DE TORRES	3,00%	450,00
PRAIA GRANDE	13,00%	1.950,00
SÃO JOÃO DO SUL	8,00%	1.200,00
SOMBRIÓ	7,00%	1.050,00
TIMBÉ DO SUL	3,00%	450,00
TURVO	12,00%	1.800,00
		R\$ 15.000,00

]

Art. 2º - Os referidos valores poderão ser solicitados a qualquer momento. De imediato quando haver a necessidade de saldo para suprir eventuais insuficiência de caixa

Art. 3º. Fica autorizado, conforme aprovado em assembleia, a referida FATURA DE CONTRATO DE RATEIO.

FATURA DE CONTRATO DE RATEIO 20__

Número: ____

Emissão: __/__/20__

Contratante:

Município: _____

CNPJ: _____

VALORES:

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, nesse mês, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ _____
(_____) de acordo com a classificação contábil à seguir:

CLASSIFICAÇÃO	DENOMINAÇÃO	VALOR
3.1.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Pessoal)	R\$
3.3.71.70	Aplicações Diretas (Despesas Correntes)	R\$
4.4.71.70	Aplicações Diretas (Despesas de Capital)	R\$
TOTAL DO REPASSE		R\$

Mês/Referencia: ____/20__	Dados do Bancário Banco: ____ - ____ Agência: ____ - ____ - Agência de ____ - ____ Conta Corrente: ____ - ____ Operação: ____ Favorecido: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA
---------------------------	--

Descrição: Fatura referente ao contrato de rateio número __/____ do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPA. Araranguá (SC), 12 de agosto de 2019.

Arlindo Rocha

Presidente CIMGEPA

RESOLUÇÃO Nº 004-2019 CIMGEPa

Publicação Nº 2230491

RESOLUÇÃO Nº 004/2019

“Nomeia Diretor Executivo do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPa e dá outras providências”

O Presidente do CIMGEPa, no uso de suas atribuições que lhe compete o art. 33 Item IV do Estatuto do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPa.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. Moacir Mario Rovaris, CPF 018.360.309-59 para o cargo de Diretor Executivo do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPa.

Art. 2º - Sobre as seguinte prerrogativas:

- Sobre responsabilidade interina na função Diretor Executivo, pelo período de vigência do Termo de Cooperação 001/2019/CIMGEPa.
- Carga horária e Vencimentos e demais direitos trabalhistas vigente será mediante Termo de Cooperação 001/2019/CIMGEPa.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de 14 de Novembro de 2019

Araranguá (SC), 14 de Novembro de 2019.

Arlindo Rocha

Presidente CIMGEPa

RESOLUÇÃO Nº 005-2019 CIMGEPa

Publicação Nº 2230518

RESOLUÇÃO Nº 005/2019

“Nomeia Contador do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPa e dá outras providências”

O Presidente do CIMGEPa, no uso de suas atribuições que lhe compete o art. 33 Item IV do Estatuto do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPa.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. Aléxsander dos Santos, CPF 837.803.869-68 para o cargo de Contador do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPa.

Art. 2º - Sobre as seguinte prerrogativas:

- Sobre responsabilidade interina na função Diretor Executivo, pelo período de vigência do Termo de Cooperação 001/2019/CIMGEPa.
- Carga horária e Vencimentos e demais direitos trabalhistas vigente será mediante Termo de Cooperação 001/2019/CIMGEPa.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de 14 de Novembro de 2019

Araranguá (SC), 14 de Novembro de 2019.

Arlindo Rocha

Presidente CIMGEPa

RESOLUÇÃO Nº 006-2019 CIMGEPa

Publicação Nº 2230520

RESOLUÇÃO Nº 006/2019

“Nomeia Controlador Interno do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPa e dá outras providências”

O Presidente do CIMGEPa, no uso de suas atribuições que lhe compete o art. 33 Item IV do Estatuto do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPa.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. Ailson Piva, CPF 599.868.249-15 para o cargo de CCONTROLADOR INTERNO do CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DE GESTAO PUBLICA DA AMESC – CIMGEPa.

Art. 2º - Sobre as seguinte prerrogativas:

- Sobre responsabilidade interina na função Diretor Executivo, pelo período de vigência do Termo de Cooperação 001/2019/CIMGEPa.
- Carga horária e Vencimentos e demais direitos trabalhistas vigente será mediante Termo de Cooperação 001/2019/CIMGEPa.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de 14 de Novembro de 2019

Araranguá (SC), 14 de Novembro de 2019.

Arlindo Rocha

Presidente CIMGEPa

TERMO DE COOPERAÇÃO 001 CIMGEPA E AMESC

Publicação Nº 2229587

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2019/CIMGEPA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMESC - CIMGEPA E A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE – AMESC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC (CIMGEPA), representado pelo seu Presidente, o Prefeito de Maracajá, ARLINDO ROCHA, inscrito no CNPJ sob o nº 34.363.129/0001-86, com sede na Av. XV de Novembro, 911 – Sala 02 – Centro Cívico, na cidade de Araranguá-SC, doravante simplesmente denominado CONSÓRCIO, e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE - AMESC com sede na Av. XV de Novembro, 911 – Centro Cívico, na cidade de Araranguá-SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.871.210/0001-82, neste ato representado pelo Presidente Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, doravante simplesmente denominada ASSOCIAÇÃO, resolvem, de mútuo acordo, firmar o presente Termo de Cooperação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo o estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica e operacional entre as partes celebrantes, que são compostas pelos mesmos entes públicos, possuem sede no mesmo local e objetivos voltados ao desenvolvimento dos municípios da região do extremo sul catarinense, com vistas ao desenvolvimento do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC (CIMGEPA) e a otimização de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA AMESC

A AMESC compete:

- I – disponibilizar mobiliário, equipamentos permanentes e materiais de expediente necessários à execução das atividades descritas nesta Cooperação; e
- II – disponibilizar e subsidiar os serviços de provedor para conexão à internet e intranet, de telefonia fixa e móvel, reprografia e protocolo.
- III – prover a infraestrutura necessária para a execução da presente Cooperação, em imóvel de sua propriedade, localizado na Av. XV de Novembro, 911 – Sala 02 – Centro Cívico, na cidade de Araranguá-SC, disponibilizando sala para alocação dos servidores e de reuniões;
- IV – prover as despesas com serviços de água e esgoto, energia elétrica, recepção, copa, serviços gerais, conservação, limpeza, vigilância e segurança, inclusive para deslocamentos, transportes, diárias, entre outras, e
- V – disponibilizar equipe técnica para desenvolvimento das atividades necessárias ao funcionamento do consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CIMGEPA

Ao CIMGEPA compete:

- I – custear as despesas decorrentes de contrato(s) de rateio firmado(s) com os entes consorciados.
- II – designar os seus servidores para realização das atividades inerentes ao objeto do consórcio.

CLÁUSULA QUARTA - DOS CUSTOS ENVOLVIDOS

A presente Cooperação não prevê a transferência de recursos entre os participantes, salvo o custeio das despesas acima especificadas, sendo que cada um deverá aplicar os próprios recursos, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, na forma da lei, para o cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

A presente Cooperação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser aditado e/ou prorrogado mediante a celebração do correspondente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

Este Termo de Cooperação poderá ser denunciado, a qualquer tempo, por manifestação de quaisquer dos participantes celebrantes, mediante notificação por escrito para que seus efeitos cessem no prazo de 60 (sessenta) dias, ou rescindido por acordo entre os partícipes, ou, ainda, por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou por superveniência de legislação que o torne inexecutável, respondendo os mesmos pelas obrigações até então assumidas.

Parágrafo único. A eventual rescisão deste Termo não prejudicará a execução de atividades previamente acordadas entre as partes, já iniciadas, as quais manterão seu curso normal até a sua conclusão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADMINISTRAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

O presente Instrumento terá uma Coordenação Administrativa do CIMGEPA, membro representante interinamente da ASSOCIAÇÃO AMESC qualificado para o cargo.

§ 1º Caberá à Coordenação Administrativa da Cooperação o encaminhamento de questões técnicas, administrativas e financeiras que eventualmente surgirem durante a vigência do presente Termo de Cooperação bem como supervisionar e gerenciar a execução das atividades desenvolvidas.

§ 2º Toda e qualquer comunicação, instrução, reclamação, entendimento entre os participantes, sempre será revestida da forma escrita, nas ocasiões oportunas. Assim, não surtirão qualquer efeito tratativas, alegações, reclamações ou instruções verbais.

§ 3º Em caso de substituição do membro da Coordenação, deverá ser indicado por comunicação escrita.

§ 4º A Coordenação Administrativa fica autorizada a emitir normas operacionais pertinentes ao bom desenvolvimento das atividades da presente Cooperação.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente instrumento não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com a instituição de origem, a qual cabe se responsabilizar por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes do vínculo empregatício.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

O presente ajuste poderá ser alterado, em comum acordo, quando da ocorrência das situações legalmente previstas, mediante a celebração de Termo Aditivo, cujos termos passarão a fazer parte integrante deste Termo de Cooperação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente Termo de Cooperação será efetivada por extrato em Diário Oficial dos Municípios, às expensas da AMESC e CINGEPA, no prazo de trinta dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Cooperação que não possam ser resolvidas administrativamente, as partes elegem o foro da Comarca de Araranguá/SC.

Araranguá/SC, 21 de Outubro de 2019

ARLINDO ROCHA

Presidente do CINGEPA

ARLINDO ROCHA

Presidente da AMESC

TERMO DE COOPERAÇÃO 002 CINGEPA E PREF MARACAJÁ

Publicação Nº 2229675

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2019/CINGEPA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC E O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC (CINGEPA), representado pelo seu Presidente, o Prefeito de Maracajá, ARLINDO ROCHA, inscrito no CNPJ sob o nº 34.363.129/0001-86, com sede na Av. XV de Novembro, 911 – Sala 02 – Centro Cívico, na cidade de Araranguá-SC, doravante simplesmente denominado CONSÓRCIO, e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, , pessoa jurídica de direito público interno, , inscrito no CNPJ nº 82.915.026/0001-24, com sede administrativa na Av. Getúlio Vargas, nº 530, Centro, CEP 88915-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ARLINDO ROCHA, doravante simplesmente denominado MUNICÍPIO, conforme deliberação em Assembleia Geral, resolvem firmar o presente Termo de Cooperação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objetivo deste Termo o apoio técnico operacional ao CONSÓRCIO na realização de licitações, em qualquer uma de suas modalidades previstas nas leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e alterações posteriores, por intermediário da comissão permanente da licitação do MUNICÍPIO, constituída do pregoeiro e equipe de apoio, para condução das licitações, mediante solicitação do Diretor Executivo do CONSÓRCIO. § 1º - Observando a regra do art. 3º, inciso IV e § 1º da lei federal nº 10.520/2002, ficará a cargo do pregoeiro nomeado pelo Município todos os atos de condução certamente que lhes são atribuídos pela lei federal nº 10.520/2002, entre os quais;

- a) O credenciamento dos interessados;
 - b) Recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
 - c) A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;
 - d) A condução dos procedimentos relativos à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
 - e) A adjudicação da proposta de menor preço;
 - f) A elaboração da ata;
 - g) A condução dos trabalhos da equipe de apoio;
 - h) O recebimento, o exame e a decisão sobre recursos;
 - i) O encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação.
- § 2º - Observando as regras do inciso XVI do art. 6º e art. 51, ambos da lei nº 8.666/93, ficará a cargo da comissão de licitação a responsabilidade por receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento dos licitantes, inclusive os documentos de habilitação e propostas das empresas licitantes.

§ 3º - Todas as competências atribuídas à "autoridade superior" ou não atribuídas expressamente ao pregoeiro pela Lei Federal nº 10.520/2002, permanecerão sob a responsabilidade do CONSÓRCIO, entre elas:

- a) Determinar a abertura de licitação;
- b) Decidir os recursos judiciais contra atos do pregoeiro;
- c) Adjudicar e homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.

§ 4º- Fica assegurada em todas as fases dos procedimentos licitatórios, em qualquer uma de suas modalidades previstas nas leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e alterações posteriores à autonomia da comissão permanentes da licitação, do Município de MARACAJÁ, do pregoeiro e equipe de apoio e Assessor jurídico, em relação à tomada de decisões e à responsabilidade solidária pelos atos praticados pela comissão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONSÓRCIO

Ao CONSÓRCIO compete:

- I – informar ao município sobre a intenção de realizar procedimento licitatório na forma do presente termo;
- II – responsabilizar-se pelos gastos com a execução do procedimento licitatório, arcando com qualquer ônus decorrente da execução do presente termo;
- III – fornecer os editais e anexos necessários para realização do certame, inclusive termo de referência, planilha de custos, projetos,

orçamentos, entre outros;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

Ao MUNICÍPIO compete:

- I – disponibilizar comissão de licitação, pregoeiro e equipe de apoio, necessário para realização dos procedimentos licitatórios lançados pelo CONSÓRCIO;
- II – receber e analisar o edital entregue pelo CONSÓRCIO, apresentando sugestões de alteração, quando for o caso;
- III – conduzir através da comissão permanente de licitação e/ou pregoeiro designado, o procedimento licitatório até a sua adjudicação;

CLÁUSULA QUARTA - DOS CUSTOS ENVOLVIDOS

A presente Cooperação não prevê a transferência de recursos entre os participantes, salvo o custeio das despesas acima especificadas, sendo que cada um deverá aplicar os próprios recursos, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, na forma da lei, para o cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

A presente Cooperação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser aditado e/ou prorrogado mediante a celebração do correspondente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

Este Termo de Cooperação poderá ser denunciado, a qualquer tempo, por manifestação de quaisquer dos participantes celebrantes, mediante notificação por escrito para que seus efeitos cessem no prazo de 60 (sessenta) dias, ou rescindido por acordo entre os partícipes, ou, ainda, por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou por superveniência de legislação que o torne inexecutável, respondendo os mesmos pelas obrigações até então assumidas.

Parágrafo único. A eventual rescisão deste Termo não prejudicará a execução de atividades previamente acordadas entre as partes, já iniciadas, as quais manterão seu curso normal até a sua conclusão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADMINISTRAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

O presente Instrumento terá uma Coordenação Administrativa, exercida pelo Secretário Executivo, Leiloeiro e Presidente da Comissão de Licitação do Município de Maracajá.

§ 1º Caberá à Coordenação Administrativa da Cooperação o encaminhamento de questões técnicas, administrativas e financeiras que eventualmente surgirem durante a vigência do presente Termo de Cooperação bem como supervisionar e gerenciar a execução das atividades desenvolvidas.

§ 2º Toda e qualquer comunicação, instrução, reclamação, entendimento entre os participantes, sempre será revestida da forma escrita, nas ocasiões oportunas. Assim, não surtirão qualquer efeito tratativas, alegações, reclamações ou instruções verbais.

§ 3º Em caso de substituição do membro da Coordenação, deverá ser indicado por comunicação escrita.

§ 4º A Coordenação Administrativa fica autorizada a emitir normas operacionais pertinentes ao bom desenvolvimento das atividades da presente Cooperação.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente instrumento não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com a instituição de origem, a qual cabe se responsabilizar por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes do vínculo empregatício.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

O presente ajuste poderá ser alterado, em comum acordo, quando da ocorrência das situações legalmente previstas, mediante a celebração de Termo Aditivo, cujos termos passarão a fazer parte integrante deste Termo de Cooperação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente Termo de Cooperação será efetivada por extrato em Diário Oficial dos Municípios, às expensas da CONSÓRCIO, no prazo de trinta dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Cooperação que não possam ser resolvidas administrativamente, as partes elegem o foro da Comarca de Araranguá/SC.

Araranguá/SC, 21 de Outubro de 2019

ARLINDO ROCHA

Prefeito de Maracajá

Presidente do CIMGEPA

ARLINDO ROCHA

Prefeito de Maracajá

TERMO DE COOPERAÇÃO 003 CIMGEPA E ASSOCIADOS

Publicação Nº 2230335

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 003/2019/CIMGEPA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC E OS MUNICÍPIOS DE ARARANGUÁ, BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, ERMO, JACINTO MACHADO, MARACAJÁ, MELEIRO, PASSO DE TORRES, PRAIA GRANDE, SÃO JOAO DO SUL, SOMBRIIO, TIMBÉ DO SUL e TURVO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DA AMESC (CIMGEPA), representado pelo seu Presidente, o Prefeito de Maracajá, ARLINDO ROCHA, inscrito no CNPJ sob o nº 34.363.129/0001-86, com sede na Av. XV de Novembro, 911 – Sala 02 – Centro Cívico, na cidade de Araranguá-SC, doravante simplesmente denominado CONSÓRCIO, e, de outro lado;

o MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.911.249/0001-13, com sede administrativa na Rua Dr. Virgulino de Queiros, nº200, Centro, CEP 88.900-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Mariano Mazzuco Neto;

o Município de BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.605.479/0001-52, com sede administrativa na Av. Santa Catarina, nº 1122, Centro, CEP 88914-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Juscelino da Silva Guimarães;

o Município DE ERMO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.608.905/0001-01, com sede administrativa na SC 448, Km 06, nº 120, Centro, CEP 88935-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Aldoir Cadorin;

o Município de JACINTO MACHADO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.960.758/0001-36, com sede administrativa na Rua Pool Jorge Zacca, nº 75, Centro, CEP 88950-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. João Batista Mezzari;

o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.915.026/0001-24, com sede administrativa na Av. Getúlio Vargas, nº 530, Centro, CEP 88915-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Arlindo Rocha;

o Município de MELEIRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 82.837.741/0001-96, com sede administrativa na Av. Sete de Setembro, nº 371, Centro, CEP 88920-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Eder Mattos;

o Município de PASSO DE TORRES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.782.793/0001-54, com sede administrativa na Av. Beira Rio, nº 20, Centro, CEP 88980-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Jonas Gomes de Souza;

o Município de PRAIA GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.913.211/0001-80, com sede administrativa na Rua Irineu Bornhausen, nº 320, Centro, CEP 88990-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Henrique Matos Maciel;

o Município de SÃO JOÃO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.547.274/0001-60, com sede administrativa na Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro, CEP 88970-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Moacir Francisco Teixeira;

o Município de SOMBRIIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.963.216/0001-17, com sede administrativa na Av. Nereu Ramos, nº 861, Centro, CEP 88960-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Zênio Cardoso;

o Município de TIMBÉ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.915.232/0001-34, com sede administrativa na Rua Prefeito Aristides José Bom, nº 215, Centro, CEP 88940-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Roberto Biava;

e

o Município de TURVO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.548.983/0001-60, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, nº 609, Centro, CEP 88930-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Tiago Zilli;

doravante simplesmente denominados MUNICÍPIOS, conforme deliberação em Assembleia Geral, resolvem firmar o presente Termo de Cooperação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objetivo deste Termo o apoio técnico operacional ao CONSÓRCIO na realização de suas atividades em qualquer uma de suas finalidades previstas no Contrato de Consórcio do CIMGEPA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONSÓRCIO

Ao CONSÓRCIO compete:

- I – informar ao município sobre os Contratos de Programas existentes;
- II – solicitar aos MUNICÍPIOS que coloquem a disposição do CONSÓRCIO servidores capazes de fornecer dados e até mesmo desempenhar funções necessárias à execução do objeto do contrato de programa;
- III – coordenar as atividades que serão desenvolvidas;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

Ao MUNICÍPIO compete:

- I – disponibilizar servidores para desempenhar funções necessárias à execução do objeto do contrato de programa;
- I – disponibilizar informações para fomentar ações que visem o desempenho à execução do objeto do contrato de programa;

CLÁUSULA QUARTA - DOS CUSTOS ENVOLVIDOS

A presente Cooperação não prevê a transferência de recursos entre os participantes, sendo que cada um deverá aplicar os próprios recursos, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, na forma da lei, para o cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

A presente Cooperação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser aditado e/ou prorrogado mediante a celebração do correspondente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

Este Termo de Cooperação poderá ser denunciado, a qualquer tempo, por manifestação de quaisquer dos participantes celebrantes, mediante notificação por escrito para que seus efeitos cessem no prazo de 60 (sessenta) dias, ou rescindido por acordo entre os partícipes, ou,

ainda, por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou por superveniência de legislação que o torne inexecutável, respondendo os mesmos pelas obrigações até então assumidas.

Parágrafo único. A eventual rescisão deste Termo não prejudicará a execução de atividades previamente acordadas entre as partes, já iniciadas, as quais manterão seu curso normal até a sua conclusão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADMINISTRAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

O presente Instrumento terá uma Coordenação Administrativa, exercida pelo Secretário Executivo do CIMGEPA.

§ 1º Caberá à Coordenação Administrativa da Cooperação o encaminhamento de questões técnicas, administrativas e financeiras que eventualmente surgirem durante a vigência do presente Termo de Cooperação bem como supervisionar e gerenciar a execução das atividades desenvolvidas.

§ 2º Toda e qualquer comunicação, instrução, reclamação, entendimento entre os participantes, sempre será revestida da forma escrita, nas ocasiões oportunas. Assim, não surtirão qualquer efeito tratativas, alegações, reclamações ou instruções verbais.

§ 3º Em caso de substituição do membro da Coordenação, deverá ser indicado por comunicação escrita.

§ 4º A Coordenação Administrativa fica autorizada a emitir normas operacionais pertinentes ao bom desenvolvimento das atividades da presente Cooperação.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente instrumento não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com a instituição de origem, a qual cabe se responsabilizar por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes do vínculo empregatício.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

O presente ajuste poderá ser alterado, em comum acordo, quando da ocorrência das situações legalmente previstas, mediante a celebração de Termo Aditivo, cujos termos passarão a fazer parte integrante deste Termo de Cooperação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente Termo de Cooperação será efetivada por extrato em Diário Oficial dos Municípios, às expensas da CONSÓRCIO, no prazo de trinta dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Cooperação que não possam ser resolvidas administrativamente, as partes elegem o foro da Comarca de Araranguá/SC.

Araranguá/SC, 18 de Novembro de 2019

ARLINDO ROCHA

Presidente do CIMGEPA

Mariano Mazzuco Neto CPF 178.520.219-72 Prefeito de Araranguá	Juscelino da Silva Guimarães CPF 571.763.106-53 Prefeito de Balneário Arroio do Silva
Henrique Matos Maciel CPF 649.334.589-87 Prefeito de Praia Grande	Aldoir Cadorin CPF 814.071.229-91 Prefeito de Ermo
João Batista Mezzari CPF 855.468.109-63 Prefeito de Jacinto Machado	Eder Mattos CPF 509.438.129-68 Prefeito de Meleiro
Arlindo Rocha CPF 594.699.279-15 Prefeito de Maracajá	Jonas Gomes de Souza CPF 963.072.000-06 Prefeito de Passo de Torres
Moacir Francisco Teixeira CPF 314.224.970-20 Prefeito de São João do Sul	Zênio Cardoso CPF 018.387.259-20 Prefeito de Sombrio

Roberto Biava	Tiago Zilli
CPF 613.560.939-49	CPF 612.742.599-91
Prefeito de Timbé do Sul	Prefeito de Turvo
Moacir Mario Rovaris	Pierre Augusto Fernandes Vanderlinde
CPF 018.360.309-59	Adv. OAB/SC 24.881
Diretor Executivo da CIMGEPA	CPF 039.672.499-05

CONDER**ATA 01.2019 - REUNIÃO DA DIRETORIA CONDER 13.11.2019**

Publicação Nº 2230155

**ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER.****ATA Nº 001/2019 DE 13 (TREZE) DE NOVEMBRO DE 2019.**

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove às 11:00 (onze) horas, conforme Edital de Convocação nº 002/2019, reuniram-se os membros da Diretoria do consórcio – Presidente: Genésio Bressiani, Prefeito de Belmonte, Vice Presidente: Roque Meneghini, Prefeito de Guaraciaba, Secretário: Moacir Piroca, Prefeito de Barra Bonita e Vice Secretário: Antônio Plínio de Castro Silva, Prefeito de São José do Cedro, Secretária Executiva do CONDER Jussara Saete Reginatto, Assessora Jurídica do CONDER Édina Grasiela Tremea Spironello e Técnico em Contabilidade Ilceo Bariviera. Iniciando a reunião da Diretoria do CONDER o presidente do Consórcio, Genésio Bressiani colocou em pauta os temas a serem discutidos: como primeiro item de pauta foi deliberado acerca da ausência de pagamento da mensalidade do “Rateio Administrativo” do município de Anchieta (período de setembro e outubro de 2017) e do município de Tunápolis (período de setembro à dezembro de 2017). Quanto a estas situações, segundo consta da Ata da Assembleia Geral nº 002/2017 de 07 de abril de 2017 do CONDER foi deliberado que *“sobre o valor correspondente ao contrato de rateio, ficando estabelecido que os Municípios participantes contribuirão, mensalmente com a quantia de quinhentos reais (R\$ 500,00) o que corresponderá a um montante anual de seis mil reais (R\$ 6.000,00.)”* e na Ata Da Assembleia Geral nº 003/2017 de 25 de agosto de 2019 foi deliberado que *“Restou decidido ainda que o valor pertinente a taxa administrativa do CONDER de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, conforme aprovado na Assembleia Geral nº 002/2017, a ser paga por todos os municípios consorciados deverá ter o pagamento iniciado no mês de setembro de 2017.”* A exceção dos municípios de Anchieta e Tunápolis, todos os demais municípios integrantes do CONDER realizaram os pagamentos de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a título de taxa administrativa no período de setembro a dezembro de 2017. Diante da ausência de pagamento o consórcio encaminhou expediente aos municípios de Anchieta e Tunápolis solicitando a regularização destes pagamentos, contudo até o presente momento os referidos valores não foram adimplidos. Assim o sendo, diante da discussão e aprovação do tema em 02 (duas) assembleias gerais da entidade e dos pagamentos efetuado pelos demais município integrantes do consórcio, restou deliberado que o débito dos municípios de Anchieta e Tunápolis é inconteste e que seja encaminhado documento aos dois municípios solicitando a realização dos pagamentos pendentes até o prazo de 30 de abril de 2019, sob pena da adoção de outras providências. Outro item da

R. Padre Aurélio Canzi, 1628 - Centro, São Miguel do Oeste - SC, 89900-000
www.ameosc.org.br | conder@ameosc.org.br
Fone: (49) 3621-0795



pauta foi acerca de pedido apresentado pelo município de Dionísio Cerqueira para pagamento do valor do aporte inicial do Programa “Gestão Ambiental” e das parcelas de setembro a dezembro de 2019 no mês de janeiro de 2020, em vistas de escasso orçamento e inexistência de dotação orçamentária para tanto. Em relação ao pleito os presentes deliberaram acerca da concessão do prazo solicitado para que o município de Dionísio Cerqueira tenha condições de inclui-los nas respectivas dotações orçamentários e efetivar os pagamentos correspondentes e que para tanto seja formalizado contrato específico com o município constando os valores pertinentes ao aporte inicial para ingresso no Programa “Gestão Ambiental” e os valores relativos ao Contrato de Rateio do Programa “Gestão Ambiental” pertinentes ao exercício de 2019. Deliberou-se que a contabilidade do consórcio lance os valores correspondentes como débitos com pagamento vinculado ao mês de janeiro de 2020 e que seja cientificado o município de Dionísio Cerqueira de que não serão realizadas quaisquer atividades pertinentes ao licenciamento ambiental, para aquele município, pelo CONDER, enquanto referidos pagamentos não forem realizados, sendo o pagamento dos valores referentes ao exercício de 2019 condição *sine qua non* para a participação das ações e encaminhamentos do Programa “Gestão Ambiental”. Como último item foi debatido sobre a necessidade de aquisição de um veículo para o Programa “Gestão Ambiental” tendo sido decidido pela diretoria a necessidade de aquisição imediata de um veículo, com valor em torno de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo um veículo de passageiros, com 04 (quatro) portas e ar condicionado, devendo serem realizados orçamentos em concessionárias de veículos para posteriormente deliberação da melhor opção. E, não havendo outros assuntos encerrou-se a presente reunião, que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos demais, conforme lista de presença em anexo.

GENESIO BRESSIANI

Presidente do CONDER

JUSSARA S REGINATTO

Secretária Executiva CONDER

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO

OAB/SC 21.448 - Assessora Jurídica CONDER

R. Padre Aurélio Canzi, 1628 - Centro, São Miguel do Oeste - SC, 89900-000
www.ameosc.org.br | conder@ameosc.org.br
Fone: (49) 3621-0795